REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA

Atas de Comissões Permanentes do Senado Federal

ANO LXVIII – SUP. "A" AO Nº 191 – TERÇA-FEIRA , 19 DE NOVEMBRO DE 2013 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL *

PRESIDENTE
Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE
Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)
2ª SECRETÁRIA
Angela Portela - (PT-RR)
3º SECRETÁRIO
Ciro Nogueira - (PP-PI)
4º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)
SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Magno Malta - (PR-ES)
2º - Jayme Campos - (DEM-MT)
3º - João Durval - (PDT-BA)
4º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

*** As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).**

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 28

Líder
Eunício Oliveira - Bloco (62,70)

.....

Líder do PMDB - 21
Eunício Oliveira (62,70)

Vice-Líderes do PMDB
Ricardo Ferraço (104)
Romero Jucá (40,105)
Vital do Rêgo (107)

Líder do PP - 5
Francisco Dornelles (64)

Vice-Líder do PP
Ana Amélia (12,88)

Líder do PSD - 1
Sérgio Petecão (84,87)

Líder do PV - 1
Paulo Davim (75)

Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 14

Líder
Gim - Bloco (56,58,59)

Vice-Líderes
Alfredo Nascimento (41,66)
Eduardo Amorim (17,47,48,72)
Blairo Maggi (19,51)
Eduardo Lopes (37,45,63,100,109)

.....

Líder do PTB - 7
Gim (56,58,59)

Líder do PR - 5
Alfredo Nascimento (41,66)

Vice-Líder do PR
Antonio Carlos Rodrigues (92)

Líder do PSC - 1
Eduardo Amorim (17,47,48,72)

Líder do PRB - 1
Eduardo Lopes (37,45,63,100,109)

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PSOL) - 24

Líder
Wellington Dias - Bloco (24,65,90)

Vice-Líderes
Acir Gurgacz (49,55,67,97)
Rodrigo Rollemberg (69,98)
Inácio Arruda (89,99)

.....

Líder do PT - 12
Wellington Dias (24,65,90)

Vice-Líderes do PT
Walter Pinheiro (22,27,93)
Anibal Diniz (25,94)
Paulo Paim (95)
Eduardo Suplicy (96)

Líder do PDT - 5
Acir Gurgacz (49,55,67,97)

Vice-Líder do PDT
Zeze Perrella (86)

Líder do PSB - 4
Rodrigo Rollemberg (69,98)

Vice-Líder do PSB
Lídice da Mata (29,38,82)

Líder do PCdoB - 2
Inácio Arruda (89,99)

Vice-Líder do PCdoB
Vanessa Grazziotin (1,91)

Líder do PSOL - 1
Randolfe Rodrigues (18,76)

Governo

Líder
Eduardo Braga - Governo (39)

Vice-Líderes
Gim (56,58,59)
Benedito de Lira
Lídice da Mata (29,38,82)
Jorge Viana
Vital do Rêgo (107)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 14

Líder
Mário Couto - Bloco (34,61)

Vice-Líderes
Wilder Morais (101,112)
Cyro Miranda (31,103)

.....

Líder do PSDB - 11
Aloysio Nunes Ferreira (7,68)

Vice-Líderes do PSDB
Cássio Cunha Lima (74)
Alvaro Dias (78)
Paulo Bauer (5,35,79,80)

Líder do DEM - 3
José Agripino (2,10,14,44,46,77)

Vice-Líder do DEM
Wilder Morais (101,112)

SDD - 1

Líder
Vicentinho Alves - SDD (42,54,71,111)

As notas referentes às Lideranças do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

EXPEDIENTE

Antônio Helder Medeiros Rebouças
Diretor-Geral do Senado Federal
Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações
José Farias Maranhão
Coordenador Industrial

Claudia Lyra Nascimento
Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal
Rogério de Castro Pastori
Diretor da Secretaria de Registros Legislativos de Plenários e de Elaboração de Diários
Zuleide Spinola Costa da Cunha
Diretora da Secretaria de Taquigráfia e Redação de Debates Legislativos

Impresso sob à responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE REGISTROS LEGISLATIVOS DE
PLENÁRIOS E DE ELABORAÇÃO DE DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA..... 0004

1.1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES..... 0004

1.1.1 – Comissão de Assuntos Econômicos – CAE

Ata da 59ª Reunião, Conjunta, realizada em 18 de setembro de 2013..... 0004

Ata da 60ª Reunião, Ordinária, realizada em 24 de setembro de 2013..... 0036

Ata da 61ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de setembro de 2013..... 0051

Ata da 62ª Reunião, Conjunta, realizada em 26 de setembro de 2013..... 0062

Ata da 63ª Reunião, Ordinária, realizada em 1º de outubro de 2013 0080

1.1.2 – Comissão de Assuntos Sociais – CAS

Ata da 47ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de outubro de 2013 0107

Ata da 48ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de outubro de 2013 0137

Ata da 49ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de outubro de 2013 0162

Ata da 50ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de outubro de 2013 0173

1.1.3 – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA

Ata da 32ª Reunião, Conjunta, realizada em 18 de setembro de 2013 (realizada em conjunto com a 59ª reunião da CAE, CMO e outras) **(Publicada no item 1.1.1)**

Ata da 33ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de setembro de 2013..... 0187

Ata da 34ª Reunião, Extraordinária, realizada em 1º de outubro de 2013 0192

Ata da 35ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de outubro de 2013 0214

Ata da 36ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de outubro de 2013 0242

Ata da 37ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de outubro de 2013 0261

Ata da 38ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de outubro de 2013 0280

1.1.4 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE

Ata da 45ª Reunião, Conjunta, realizada em 9 de outubro de 2013 (realizada em conjunto com a 25ª reunião da CDR) **(Publicada no item 1.1.6)**

Ata da 46ª Reunião, Ordinária, realizada em 10 de outubro de 2013 0290

Ata da 47ª Reunião, Ordinária, realizada em 17 de outubro de 2013 0312

Ata da 48ª Reunião, Ordinária, realizada em 31 de outubro de 2013 0339

1.1.5 – Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI

Ata da 42ª Reunião, Conjunta, realizada em 26 de setembro de 2013 (realizada em conjunto com a 62ª reunião da CAE) **(Publicada no item 1.1.1)**

Ata da 43ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de setembro de 2013..... 0353

Ata da 44ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de outubro de 2013 0367

Ata da 45ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de outubro de 2013 0394

1.1.6 – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR

Ata da 25ª Reunião, Conjunta, realizada em 9 de outubro de 2013 0423

1.1.7 – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA

Ata da 27ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de outubro de 2013 0453

CONGRESSO NACIONAL

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO CONJUNTA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 18 DE SETEMBRO DE 2013, PELAS COMISSÕES: MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO/CMO, DO CONGRESSO NACIONAL; DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO/CFT; DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO/ CDEIC; DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE/CFFC, DA CÂMARA DOS DEPUTADOS; DE ASSUNTOS ECONÔMICOS/CAE; E DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE/CMA, DO SENADO FEDERAL

Aos dezoito dias do mês de setembro do ano de dois mil e treze, reuniram-se as seguintes Comissões: Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional – CMO; de Finanças e Tributação – CFT; de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio – CDEIC; de Fiscalização Financeira e Controle – CFFC da Câmara dos Deputados; de Assuntos Econômicos – CAE e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA do Senado Federal, no plenário 2, do Anexo II da Câmara dos Deputados. A reunião foi convocada para receber o Presidente do Banco Central do Brasil – BACEN, Dr. Alexandre Antonio Tombini, para avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços do Banco Central do Brasil, referentes ao primeiro semestre do exercício de 2013, em atendimento ao disposto no art. 9º, § 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal. Verificaram-se as presenças dos **Deputados**: Aelton Freitas (Titular da CMO/CN e titular da CFFC/CD), Alexandre Santos (Titular da CFFC/CD), Alfredo Kaefer (Titular da CFT/CD), André Moura (Titular da CMO/CN e Suplente da CFT/CD), André Zacharow (Suplente da CMO/CN), Bohn Gass (Titular da CMO/CN), Bruno Araújo (Titular da CMO/CN), Carlos Brandão (Suplente da CMO/CN, Titular da CFFC/CD e Suplente da CDEIC/CD), Carlos Magno (Titular da CMO/CN e Suplente da CFFC/CD), Chico Lopes (Suplente da CMO/CN), Dalva Figueiredo (Suplente da CMO/CN), Danilo Forte (Titular da CMO/CN), Dilceu Sperafico (Suplente da CMO/CN), Domingos Sávio (Titular da CMO/CN), Edinho Bez (Titular da CFFC/CD), Edmar Arruda (Suplente da CMO/CN e Titular da CFT/CD), Efraim Filho (Titular da CMO/CN), Fábio Ramalho (Titular da CMO/CN), Genecias Noronha (Suplente da CMO/CN e Titular da CFT/CD), Gonzaga Patriota (Titular da CMO/CN), Guilherme Campos (Titular da CMO/CN, Titular da CFT/CD e Suplente da CDEIC/CD), Iriny Lopes (Suplente da CMO/CN), Jorge Bittar (Suplente da CMO/CN), José Airton (Suplente da CMO/CN), José Priante (Suplente da CMO/CN e Titular da CFT/CD), José Rocha (Suplente da CMO/CN), Júlio César (Titular da CMO/CN e Titular da CFT/CD), Junji Abe (Suplente da CMO/CN), Mandetta (Titular da CMO/CN e Suplente da CDEIC/CD), Marçal Filho (Titular da CMO/CN e Suplente da CFFC/CD), Mário Feitoza (Titular da CFT/CD e Suplente da CDEIC/CD), Miguel Corrêa (Titular da CMO/CN e Titular da CDEIC/CD), Missionário José Olímpio (Suplente da CMO/CN), Nelson Meurer (Titular da CMO/CN), Nilda Gondim (Titular da CMO/CN), Nilton Capixaba (Titular da CFFC/CD e Titular CMO/CN), Pedro Eugênio (Titular da CFT/CD e Suplente da CFFC/CD), Raimundo Gomes de Matos (Suplente da CMO/CN), Ricardo Berzoini (Titular da CMO/CN e Suplente da CFT/CD), Roberto Britto (Suplente da CMO/CN), Ruy Carneiro (Titular da CMO/CN), Sandro Alex (Titular da CMO/CN), Sebastião Bala Rocha (Titular da CMO/CN e Suplente da CDEIC/CD), Valtenir Pereira (Suplente da CMO/CN e Suplente da CFFC/CD), Vanderlei Siraque (Titular da CFFC/CD), Zezéu Ribeiro (Titular da CMO/CN); dos **Senadores**: Acir Gurgacz (Titular da CMO/CN, titular da CMA/SF e suplente da CAE/SF), Eduardo Amorim (Titular da CMO/CN, Titular da CMA/SF e Suplente da CAE/SF), Eduardo Suplicy (Titular da CAE/SF e Suplente da CMO/CN), Inácio Arruda (Suplente da CMO/CN e Suplente da CAE/SF), Lídice da Mata (Titular da CMO/CN), Lobão Filho (Titular da CMO/CN), Walter Pinheiro (Titular da CMO/CN e Suplente da CAE/SF); dos **parlamentares não membros**: Deputados Oziel Oliveira e Jorge Boeira. **ABERTURA**: às quatorze horas e cinquenta e sete minutos, o Presidente da CMO, Senador Lobão Filho, iniciou a reunião, informando que o tema a ser debatido seria a "avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços do Banco Central do Brasil" – referente ao 1º semestre do exercício de 2013, em atendimento ao estabelecido no *§ 5º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal*. Anunciou a presença do convidado, Sr. Alexandre Antônio Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil, além da presença de outras autoridades do Bacen: Diretor de Administração, Sr. Altamir Lopes; Diretor de Relacionamento Institucional e Cidadania, Sr. Luiz Edson Feltrim; Procurador-Geral, Sr. Isaac Sidney Menezes Ferreira; Chefe de Gabinete da Presidência, Sr. Otávio Ribeiro

Damasco; e o Chefe da Assessoria de Imprensa, Sr. Gustavo Paul Kurrle. A seguir, o Presidente anunciou o nome dos Presidentes das demais Comissões e convidou aqueles presentes para tomarem assento à Mesa – Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, Deputado João Magalhães (PMDB/MG); Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados, Deputado Ângelo Agnolin (PDT/TO); Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, Deputado Edinho Bez (PMDB/SC); Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, Senador Lindbergh Farias (PT/RJ); e o Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, Senador Blairo Maggi (PR/MT). Logo após, o Presidente informou que, de acordo com o estabelecido no *art. 398, incisos IX e X, do Regimento Interno do Senado Federal,* o palestrante disporia de 30 minutos para fazer a sua exposição, só podendo ser aparteado caso permitisse e, conforme estipulado no *art. 398, inciso X do Regimento Interno do Senado Federal*, os Parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderiam fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 5 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo prazo de 2 minutos. Às 15h01 o palestrante, Sr. Alexandre Antônio Tombini, iniciou sua apresentação. Ao término, o Presidente chamou os inscritos para debate. Manifestaram-se na seguinte ordem: Deputados Mário Feitoza, Efraim Filho e Jorge Bittar. Após o uso da palavra por esse parlamentar, o Presidente fez esclarecimentos sobre declaração que havia proferido anteriormente acerca de mudanças na política econômica por parte do Banco Central dos Estados Unidos da América. Continuando o debate, usaram da palavra os Deputados Pedro Eugênio, Fábio Ramalho, Júlio César, Senador Inácio Arruda, Deputados Domingos Sávio, Alfredo Kaefer, Senador Eduardo Suplicy e Deputados Edinho Bez e Guilherme Campos. Após a manifestação de cada um dos inscritos para debate, a palavra era cedida ao palestrante para os devidos esclarecimentos. **ENCERRAMENTO:** às dezoito horas e dezenove minutos, o Presidente encerrou a reunião. Antes, porém, agradeceu a presença do Dr. Alexandre Antonio Tombini, dos Presidentes das Comissões e demais parlamentares. Para constar, eu, Maria do Socorro de Lacerda Dantas, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador Lobão Filho, Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.**

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico
Não passível de alteração

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO EVENTO: Audiência Pública N°: 1427/13 DATA: 18/09/2013 INÍCIO: 14h56minTÉRMINO: 18h19min DURAÇÃO: 03h23min TEMPO DE GRAVAÇÃO: 03h23min PÁGINAS: 70 QUARTOS: 41

DEPOENTE/CONVIDADO – QUALIFICAÇÃO

ALEXANDRE TOMBINI – Presidente do Banco Central do Brasil – BACEN.

SUMÁRIO: Avaliação do Presidente do Banco Central sobre o cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando-se o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços referentes ao primeiro semestre do exercício de 2013, em atendimento ao disposto no art. 9º, § 5º, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens. Há oradores não identificados em breves intervenções. Há palavras ou expressões inaudíveis. Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) – Declaro iniciada a segunda reunião conjunta de audiência pública de 2013, com a participação das seguintes Comissões: da Câmara dos Deputados, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, bem como a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle; do Senado Federal, Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle; e por parte do Congresso Nacional, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O tema a ser debatido será a avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetárias, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstra-

dos nos balanços do Banco Central, referentes ao primeiro semestre do exercício de 2013, em atendimento ao estabelecido no disposto no § 5º, do art. 9º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal.

Convidado o Sr. Alexandre Antonio Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil. Anuncio também a presença de autoridades do Banco Central do Brasil: o Diretor de Administração, Sr. Altamir Lopes; o Diretor de Relacionamento Institucional e Cidadania, Sr. Luiz Edson Feltrim; o Procurador-Geral, Sr. Isaac Sidney Menezes Ferreira; o Chefe de Gabinete da Presidência, Sr. Otavio Ribeiro Damaso; o Chefe de Assessoria de Imprensa, Sr. Gustavo Paul Kurrle.

Convido o Deputado José Priante para conduzir o Presidente do Banco Central e sua equipe a este Plenário. *(Pausa prolongada.)*

Seja bem-vindo, Dr. Alexandre Tombini, Presidente do Banco Central. É uma honra tê-lo aqui fazendo parte desta Mesa, bem como toda sua assessoria. *(Pausa.)*

Dr. Alexandre Tombini, tenho a satisfação de passar a palavra a V.Exa. para que possa fazer seu pronunciamento, nesta audiência pública regimental, no dia de hoje, quarta-feira, dia 18 de setembro. Com a palavra o Sr. Presidente.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI – Exmo. Senador Lobão Filho, Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, Exmos. Deputados e Senadores aqui presentes.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) – Sr. Presidente, licença por um minuto. Eu peço que o Deputado Ângelo Agnolin, Presidente da Comissão de Desenvolvimento, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados, faça parte desta Mesa. *(Pausa.)*

Pois não, com a palavra, Presidente.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI – Exmo. Sr. Deputado Ângelo Agnolin, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados, Exmos. Srs. Senadores e Deputados aqui presentes, senhoras e senhores.

Estou aqui, mais uma vez, na condição de Presidente do Banco Central do Brasil, em atendimento ao mencionado no § 5º, do art. 9º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal –, para discorrer sobre o cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, e sobre o impacto e o seu custo fiscal dessas operações e resultados demonstrados no balanço do Banco Central do Brasil, referentes ao primeiro semestre de 2013.

Antes de dar continuidade, quero informar que estamos distribuindo aos Exmos. Srs. Parlamentares um conjunto de transparências de eslaides, com resumo da apresentação e alguns dados para referência de V.Exas.

O Banco Central do Brasil apresentou resultado positivo de 17 bilhões e 700 milhões de reais, no primeiro semestre de 2013. Como determina a lei, o resultado apurado no primeiro semestre de 2013, deduzida a Reserva de Resultado constituída, foi transferido em setembro ao Tesouro Nacional.

O resultado apurado com a administração das reservas internacionais e com os derivativos cambiais, os chamados *swaps,* totalizou resultado positivo de 15 bilhões e 800 milhões de reais. De acordo com a legislação em vigor, esse resultado é compensado por meio de operação específica de equalização cambial com o Tesouro Nacional, não impactando o resultado consolidado do Banco Central. Como foi positivo esse resultado, esse montante foi transferido ao Tesouro Nacional, atendendo a preceitos legais.

A propósito, diante das condições de mercado, o Banco Central, após ter liquidado todas as suas posições com *swap* cambial, no final de março de 2013, voltou a realizar os leilões desse instrumento, acumulando posição vendida de câmbio, no montante equivalente a 25 bilhões e 200 milhões de dólares ao final do primeiro semestre de 2013. A utilização desse derivativo cambial tem se mostrado importante instrumento de política para reduzir a volatilidade, prover liquidez aos mercados e proteção cambial aos agentes econômicos, assim como corrigir disfunções no mercado cambial brasileiro.

Por fim, para concluir as minhas considerações sobre as demonstrações financeiras do Banco Central do Brasil referentes ao primeiro semestre de 2013, quero ressaltar que o relatório da auditoria independente foi emitido sem qualquer ressalva e que as citadas demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional, em setembro de 2013.

Exmos. Srs. Senadores e Deputados, a seguir, eu gostaria de abordar o cenário econômico internacional. Esse cenário, como todos sabemos, está sujeito à alta volatilidade nos últimos meses. Gostaria também de discorrer a respeito de como o Brasil se preparou para este momento de transição e como está atuando o Banco Central do Brasil para assegurar a estabilidade da economia e do sistema financeiro, neste novo ambiente.

Em relação ao cenário internacional, o principal destaque é o processo de transição em curso na economia mundial. Diga-se de passagem, essa transição é positiva, pois significa que a recuperação da maior economia do globo está ganhando força. E isso representará à frente maior crescimento da economia global e do comércio internacional.

Nos últimos 5 anos, o mundo conviveu com a flexibilização das condições monetárias nas economias avançadas. A política monetária convencional foi ao extremo, com taxas de juros próximas a zero, naquelas economias. Além disso, foram adotadas várias iniciativas não convencionais, como, por exemplo, a injeção direta de liquidez nos respectivos sistemas financeiros.

No entanto, o processo de normalização das condições monetárias nas economias avançadas já se iniciou. A comunicação do Banco Central dos Estados Unidos, parte integrante desse processo, tem mudado desde maio do corrente ano, e essa mudança se refletiu nas variáveis financeiras. Os mercados, por sua vez, se anteciparam aos fatos e os preços dos ativos financeiros se tornaram mais voláteis, oscilando ao sabor de cada dado sobre o ritmo e a atividade da economia dos Estados Unidos.

As economias emergentes foram as mais impactadas por esse aumento da volatilidade. No entanto, o Brasil se preparou para essa transição. O sistema financeiro está sólido, com elevados níveis de capital, liquidez e provisões. E o Banco Central está adotando as providências necessárias para assegurar a estabilidade do sistema financeiro e da economia e o bom funcionamento dos mercados.

No Brasil, nos últimos anos, observamos uma mudança na composição dos ingressos de recursos estrangeiros, com o aumento dos capitais de mais longo prazo e a moderação dos capitais de curto prazo. Essa recomposição tem sido importante, especialmente nesse momento de maior volatilidade dos mercados financeiros internacionais. A propósito, desde que a volatilidade aumentou, em meados de maio deste ano, continuamos observando o fluxo positivo tanto de investimento direto quanto de portfólio, inclusive com o aumento da participação de investidores estrangeiros na dívida mobiliária pública interna.

Além disso, ao longo dos últimos 2 anos, continuamos ampliando nosso colchão de segurança e de liquidez. Adicionamos quase 90 bilhões às nossas reservas internacionais, que hoje já ultrapassam 370 bilhões de dólares.

Esse colchão permite ao Banco Central, nesse período de transição, marcado por níveis mais elevados de volatilidade e pelo aumento da aversão ao risco, ofertar proteção aos agentes econômicos e liquidez aos diversos segmentos do mercado de câmbio brasileiro.

Em 22 de agosto, o Banco Central do Brasil anunciou o programa de leilões de *swap* cambial e de venda de dólares com compromisso de recompra.

Semanalmente, pelo menos até o final deste ano, realizaremos leilões de *swap* cambial no montante de 2 bilhões por semana e de venda de divisas com compromisso de recompra, no total de 1 bilhão de dólares também semanalmente. Como já dissemos, se necessário, realizaremos operações adicionais.

Esse programa, além de conferir previsibilidade, ofertará aos agentes econômicos proteção cambial superior ao equivalente a 100 bilhões de dólares, se considerarmos todas as operações já realizadas até o momento.

Esse programa tem mostrado resultado positivo. Trouxe tranquilidade aos agentes econômicos, que sabem que terão acesso à proteção cambial caso necessitem. Com isso, a nossa moeda, o Real, apreciou quase 8% em relação ao dólar norte-americano, desde o lançamento do programa, sendo o real destaque positivo entre as principais moedas durante esse período.

Nossa estratégia é clara: utilizaremos nosso amplo rol de instrumentos para reduzir volatilidade excessiva e mitigar potenciais riscos à estabilidade econômica e financeira do País. E essa estratégia estará presente durante todo o período de transição entre o mundo atual e o mundo à frente, de condições monetárias normalizadas e maior crescimento da economia global e do comércio internacional.

Exmos. Srs. Senadores e Srs. Deputados, a seguir, eu gostaria de falar um pouco sobre a atividade econômica brasileira e, na sequência, sobre inflação para encerrar a minha introdução.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) – Antes do prosseguimento, registro a presença nesta Mesa do Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, da Câmara dos Deputados, Deputado Edinho Bez.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI – Sr. Presidente, o crescimento econômico brasileiro tem se materializado de forma gradual. Como já havia afirmado, recentemente, a percepção de muitos agentes econômicos estava – e ainda está, a meu ver –, mais pessimista do que a realidade dos números.

O Produto Interno Brasileiro do segundo trimestre de 2013 cresceu 1,5%. Isso significa um ritmo de crescimento, em termos anualizados, de mais de 6%. E a composição deste crescimento também é promissora. O investimento expandiu 3,6% no segundo trimestre, sendo assim o terceiro trimestre consecutivo de expansão dos investimentos na economia brasileira.

Olhando à frente, vemos que os fatores que deram sustentação à demanda no Brasil continuam presentes. A taxa de desemprego permanece em níveis historicamente baixos, e há geração de novos postos de trabalho. O crédito continua se expandindo em ritmo sustentável. Observamos, nos últimos meses, inclusive, redução da inadimplência e do comprometimento de renda das famílias.

Pelo lado da oferta da economia, nós vemos que a indústria apresenta retomada gradual. Em linhas gerais, as condições de competitividade desse segmento econômico estão melhores, com redução do preço de um dos seus principais insumos, a saber, a energia, além da desoneração da folha de pagamento para diversos setores. Isso sem falar no patamar de câmbio, que hoje é mais favorável do que há alguns meses para a produção doméstica.

O setor de serviços continua a se expandir, mas em ritmo menos intenso do que o observado em anos anteriores.

Fechando os três setores, o setor agrícola continua a renovar recordes de produção de grãos, ano após ano. E, em 2013, a previsão para a safra brasileira de grãos é de 187 milhões de toneladas, o que representa expansão superior a 15,5%, em relação à safra do ano passado, 2012.

Por isso, Exmos. Parlamentares, volto a afirmar que o crescimento econômico brasileiro tem se materializado, ainda que de forma gradual. No entanto, olhando à frente, a consolidação desse crescimento para os próximos trimestres e semestres em bases sustentáveis depende também do fortalecimento da confiança das famílias e dos empresários, que já mostra alguma recuperação no período mais recente. O crescimento das vendas no varejo, em julho deste ano, por exemplo, divulgado na semana passada pelo IBGE, corrobora a perspectiva de melhora da confiança e da economia.

Exmos. Parlamentares, agora vou me concentrar no tema que é caro ao Banco Central: a inflação. Vou aproveitar esta oportunidade para fazer um breve retrospecto do comportamento dos preços desde meados do ano passado. V.Exas. recordam que, em meados de julho de 2012, ou seja, há pouco mais de um ano, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, acumulado em 12 meses, estava em torno de 4,9%. À época, todas as medidas dos núcleos de inflação do IPCA estavam em trajetória declinante, assim como a inflação derivada, a inflação implícita dos títulos públicos federais, que estava naquele período abaixo do centro da meta de 4,5% para 2012.

A projeção do Banco Central divulgada no Relatório de Inflação de junho de 2012 indicava variação de preços de 4,7% para aquele ano. Em síntese, o que nós tínhamos à época era um cenário favorável, com a inflação oscilando próxima ao centro da meta de inflação do Governo.

Os choques de oferta que observamos na sequência, primeiro de origem externa e depois de origem interna, registrados no segmento agrícola, entre outros fatores, mudaram essa dinâmica. A intensidade desses choques não foi desprezível. Como consequência, a inflação se elevou, mantendo-se acima do esperado no segundo semestre de 2012 e nos primeiros meses de 2013. Além disso, passou a mostrar maior resistência, entre outros aspectos, em virtude da piora das expectativas dos agentes econômicos sobre a própria dinâmica da inflação e dos mecanismos formais e informais de indexação ainda presentes na economia brasileira.

Diante desse cenário, o Banco Central começou a agir. Primeiro, alterando a sua comunicação e, posteriormente, adotando ações no âmbito da política monetária, com o início de um ciclo de ajustes na taxa básica de juros da economia desde abril deste ano.

Como consequência, embora ainda se encontre em patamares desconfortáveis, a inflação acumulada em 12 meses já retomou a tendência de declínio, após alcançar o pico em junho deste ano. No entanto, a desvalorização e a volatilidade da taxa de câmbio verificadas nos últimos meses ensejam uma natural e esperada correção dos preços relativos da economia. No médio e longo prazo, esse movimento beneficiará a economia brasileira. No entanto, no curto prazo, constitui uma fonte de pressão inflacionária. Nesse contexto, a condução adequada da política monetária irá limitar a transmissão da desvalorização do câmbio para a inflação ao consumidor, no horizonte relevante da política monetária.

Por fim, Exmo. Sr. Presidente, Exmos. Srs. Deputados e Senadores, volto a ressaltar que o Banco Central entende que o combate à inflação, entre outros benefícios, contribuirá para fortalecer a confiança de empresários e de consumidores na economia brasileira, condição necessária para a consolidação do crescimento para os próximos semestres em bases sustentáveis.

Muito obrigado, Exmo. Senador Lobão Filho, Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, do Congresso Nacional, demais Parlamentares que compõem a nossa Mesa, Exmos. Srs. Senadores e Deputados, senhoras e senhores, estas foram as minhas palavras iniciais e fico à inteira disposição de V.Exas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) – Obrigado, Presidente Tombini.

Alguém entre V.Exas. deseja se inscrever para falar? *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado Mário Feitoza.

O SR. DEPUTADO MÁRIO FEITOZA – Sr. Presidente, nós estamos acostumados a ler nos noticiários e acompanhar a FIPE, o IPC, a Fundação Getúlio Vargas e o IBGE apurarem índices e indexadores. Terminamos com uma grande sopa desses indexadores e

os nossos contratos feitos com IGPM, IPCA, TR, CDI. O próprio Brasil criou, junto ao BNDES, ao Banco do Brasil, à Caixa Econômica, aos organismos financeiros nacionais, os mais diferentes indexadores para lastrear e configurar a realidade da nossa economia, buscando uma adequação da apuração dos índices dentro do seu tempo.

Não chegou a hora de abandonarmos um pouco o *swap* só em cima da moeda americana, da nossa proteção, e também fazermos um*swap* em cima dos nossos indexadores, criarmos uma taxa única para todas as operações de crédito, para suportar todo esse manancial de linhas de crédito e evitar todos esses dissabores de fazer *hedge?* Eu chego ao BNDES e é IGPM, depois é TJLP; não, agora é TBF; agora é SELIC. Eu estou há 37 anos no mercado financeiro e assisti a todas essas mudanças – ainda as assisto porque sou do mercado. Diretor Altamir – que também acompanha muito bem o mercado e se reúne conosco na Comissão de Finanças, vamos juntos à FEBRABAN, à ABBC, discutimos com todos esses banqueiros e com os empresários –, não estava na hora de um raciocínio e um juízo de valor para o Dr. Tombini dizer: O indexador do mercado financeiro é IPCA, porque vai refletir na apuração dos custos nos períodos em que melhor possa atender a nossa economia e ao *funding* nacional para fazer frente às nossas operações?

Obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) – Obrigado, Deputado Mário Feitoza.

Com a palavra o Sr. Alexandre Tombini.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI – Obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Mário Feitoza, a sua pergunta encerra uma complexidade e reflete justamente o nosso legado de inflação nas décadas passadas quando foram criados um sem-número de indicadores de inflação e estes, por sua vez, serviram, como mencionou V.Exa., para indexar uma série de modalidades e de instrumentos financeiros.

Obviamente que, se V.Exa. me pergunta se nós deveríamos ter uma situação mais simplificada no que tange a esse conjunto de indicadores que indexam a nossa economia, eu acho que o ideal seria um menor nível de indexação possível. Para isso, nós temos que avançar no controle e na estabilidade dos preços para, no futuro, ir migrando para um menor uso dos indexadores propriamente ditos.

Em relação à quantidade, como eu disse, é reflexo de uma realidade que se colocou o Brasil ao longo das décadas anteriores. E, obviamente, essa complexidade deixa um legado. Não dá para fazer, como bem sabe V.Exa., num passe de mágica, uma consolidação porque há todo um legado. Haja vista, por exemplo, alguns desses indicadores que V.Exa. mencionou, que há tentativa de um menor uso desses indicadores ao longo do tempo. Certamente, isso tem que ser feito com bastante cuidado porque há um histórico, um legado, um estoque, digamos assim, de instrumentos financeiros indexados.

Mas, para tentar responder a importante pergunta de V.Exa., o ideal seria nós conseguirmos migrar, ao longo do tempo, para um menor nível, uma menor necessidade de recorrer a indexadores para, digamos assim, proteger as rendas dos participantes do mercado e a sociedade em geral. E isto se faz com o controle da inflação ao longo do tempo e também com o trabalho institucional de ir avançando e evitando trazer novas indexações para dentro da economia.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) – Deputado Mário Feitoza, está satisfeito?

O SR. DEPUTADO MÁRIO FEITOZA – Apenas para complementar...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) – Com a palavra o Deputado.

O SR. DEPUTADO MÁRIO FEITOZA – A gente assiste, ouve a explanação do nobre Presidente e vê o ajuste da economia, da inflação, dos indexadores, da nossa reserva, da nossa taxa cambial, e se isso reflete uma realidade da estabilidade da economia, a prefixação seria o mais indicado, assim como a *libor* e a *prime* são usadas para criar a referência de taxa. Tenho certeza também de que isso não pode ser feito num passe de mágica, porque há estoques e temos de equalizar os prazos e os *fundings* nas épocas diferenciadas.

Grato pela observação e pela explanação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) – Obrigado, Deputado Mário Feitoza.

Passo agora a palavra ao Deputado Efraim Filho.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO – Sr. Presidente, primeiramente, faço uma saudação em seu nome aos demais Presidentes que compõem esta Mesa e ao Exmo. Sr. Alexandre Tombini, Presidente do Banco Central.

Presidente, pretendo trazer aqui dois questionamentos: um de natureza técnica e outro de natureza política.

Gostaria muito de saber a posição do Sr. Alexandre Tombini sobre os mecanismos de política fiscal para o controle da inflação.

O Governo brasileiro vem tentando controlar a inflação por meio de política fiscal, promovendo, em primeiro lugar, congelamento de preços, o caso da gasolina, desoneração tributária, o caso da cesta básica, subsidiando preços, como acontece na conta da energia elétrica.

Em relação à gasolina, estima-se uma defasagem de 30%; quanto ao congelamento de preços, vê-se que a energia elétrica tem subsídios que chegam a 9 bilhões de reais para 2014; e em relação às desonerações da cesta básica, o grande intuito, por parte do Governo, foi segurar a alta de preços dos alimentos. A questão é saber do Banco Central como avalia esses mecanismos de controle da inflação e se, chegando-se à conclusão, é sustentável ou não essa estratégia adotada pelo Governo a médio e a longo prazos, tendo em vista que congelamento de preços, desonerações tributárias e subsídios acabam sendo muito mais paliativos do que realmente política de governo.

Segunda questão, Presidente: em matéria publicada no dia 13 de setembro, a revista *Época* traz acusações ao Banco Central, como a de ter agido com omissão, de ter se omitido diante das denúncias de desvios e falcatruas em liquidações bancárias. Segundo a reportagem, há provas de que a cúpula do Banco Central conhecia há 17 meses esse esquema montado pelos diretores do Fundo Garantidor de Créditos nas liquidações bancárias.

Gostaríamos de ouvir a opinião do Sr. Presidente sobre essa publicação e havendo posicionamento contrário que ele justificasse.

São estes os questionamentos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) – Obrigado, Deputado Efraim.

Passo a palavra ao Presidente Tombini para responder as suas indagações.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI – Obrigado, Sr. Presidente.

Em relação à primeira pergunta do nobre Deputado Efraim Filho, sobre as desonerações, a forma como o Banco Central entende esse processo, trata-se de um conjunto de medidas que impacta, digamos, na capacidade da economia produzir. Observando a economia pela ótica da oferta e não da procura, nós, brasileiros, identificamos uma série de custos que impactam a produção no País. Vários economistas, ao longo do tempo, identificaram o custo da energia no Brasil como um custo elevado quando comparado a outras economias competidoras no mercado internacional.

Esse aspecto foi endereçado recentemente, como mencionou V.Exa., e trouxe, sem dúvida, um impacto, uma melhora nas condições de produção da economia brasileira. O mesmo poderia ser dito em relação a outras desonerações.

Então, essa questão, da forma como o Banco Central a vê, afeta de forma positiva a oferta da economia brasileira e, com isso, dá melhores condições ao nosso setor produtivo de competir com outros concorrentes no mercado internacional, assim como na própria economia nacional. Vemos, então, sob essa ótica. Naturalmente, se essas iniciativas têm desdobramentos sobre outras áreas, como, por exemplo, sobre o nível de preço, isto é levado em conta no momento em que fazemos, no Banco Central, as projeções de inflação, como qualquer outro preço, seja um preço agrícola, seja um preço de um serviço público. Temos que ter uma visão de como se dará a evolução. Se tivermos informação a respeito, isso vai ser colocado nos nossos cálculos e projeções. Então, como dissemos, vemos nesse sentido: não é a política de combate à inflação. O Banco Central entende que a política de combate à inflação é de sua responsabilidade. É a política monetária que vai ser ajustada de acordo com as demais políticas, inclusive a política fiscal no seu sentido mais abrangente.

Estas são algumas considerações que eu gostaria de tecer em relação à sua pergunta.

Em relação à segunda questão, o Banco Central sobre a matéria divulgada pela revista *Época*, como mencionou V.Exa., no dia 13 de setembro, já forneceu uma resposta de pronto ao seu conteúdo. Nós dissemos, essencialmente, que as colocações e imputações feitas ao Banco Central ou a qualquer dos seus dirigentes são infundadas e irresponsáveis relativamente à eventual falta de lisura na condução dos processos de liquidação.

O Banco Central tem isso muito claro: de um lado, ele está pronto para combater, inclusive nas instâncias judiciais, qualquer tentativa de manchar a sua reputação; de outro lado, está igualmente pronto a adotar com firmeza todas as medidas cabíveis contra quem quer que seja, servidor ou não servidor, liquidante ou dirigente de fundo garantidor de crédito, no caso de eventual irregularidade na condução de regimes especiais.

O Banco Central, inclusive, atribui ilações feitas em matérias a interesses contrariados de administradores e de controladores que, de forma ilícita e até fraudulenta, praticaram má gestão em instituições financeiras e tiveram suas quebras decretadas pelo Banco Central do Brasil; ou ainda, a liquidantes e assistentes de liquidação que, por irregularidades, ineficiência ou incompetência, foram substituídos em algumas dessas liquidações.

Ainda aproveitando a sua pergunta, nobre Deputado, eu gostaria de esclarecer o seguinte: que o Banco Central quando se defronta com instituições financeiras em dificuldades pode atuar discricionariamente para decidir a respeito da ferramenta legal mais apropriada a cada caso concreto, o que envolve a verificação da existência de soluções viáveis de mercado e, se ausentes, a adoção de regime especial menos traumático do ponto de vista sistêmico.

A decretação, a condução e o levantamento de regimes especiais em instituições financeiras envolvem distintos atores institucionais cada qual com suas atribuições específicas expressamente previstas em lei.

A decretação de qualquer regime especial é competência da Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil. Cabe ao Presidente, no mesmo ato da decretação do regime especial, nomear a pessoa, o liquidante. Cabe ao diretor da área de liquidações dispensar o liquidante no curso do regime. E o papel do Banco Central, após a decretação de um regime de liquidação extrajudicial, consiste em nomear e dispensar o liquidante, estabelecer seus honorários, autorizar em benefício da Massa Liquidanda a finalização de negócios pendentes, alienação ou oneração de seus bens, julgar recursos contra atos do liquidante dentro do seu poder de árbitro no processo de liquidação, bem como tomar providências em relação a eventual irregularidade detectada na condução de um regime especial.

A condução do processo de liquidação, Deputado, cabe, na forma da lei, ao liquidante, que tem competência exclusiva para administrar com plenos poderes de gestão a instituição submetida ao regime especial. A prática de atos de gestão ordinária da instituição submetida à liquidação compete exclusivamente ao liquidante, sem qualquer participação, nem interferência, do Banco Central do Brasil.

A contratação de empresas prestadoras de serviços é, na forma da lei, um ato típico de gestão ordinária, sendo, portanto, da competência exclusiva do liquidante. Assim, não cabe a comunicação ao Banco Central, nem prévia, nem posteriormente, sobre a contratação de empresas prestadoras de serviços a instituições submetidas a regime especial.

O Banco Central não tem ingerência sobre os atos de gestão, mesmo porque o Banco Central precisa se manter imparcial, já que, nos termos da lei, as pessoas que se sintam prejudicadas com a gestão da instituição financeira em regime especial têm direito de apresentar recurso ao próprio Banco Central.

Os atos do liquidante que não sendo de gestão ordinária que envolvam alienação ou oneração do patrimônio da instituição, aí sim, são submetidos ao Banco Central. No caso de irregularidades, cabe, na forma da lei, ao Banco Central destituir e substituir o liquidante, comunicando os fatos às autoridades responsáveis, dentre as quais o Ministério Público.

No âmbito do Banco Central, há uma estrutura própria para acompanhar e supervisionar os processos de liquidação, intervenção ou regime de administração especial temporária, que também acompanha a realização dos inquéritos destinados a apurar as causas que levaram à decretação dos regimes especiais e as responsabilidades dos envolvidos.

No que toca ao papel do Fundo Garantidor de Créditos, seja como garantidor dos créditos, seja ao praticar operações de assistência e de suporte financeiro, este atende às normas estatutárias e à Lei de Responsabilidade Fiscal, que proíbe o socorro com recursos públicos a instituições financeiras em dificuldades patrimoniais, prevendo, a seu turno, a criação de fundos da espécie com recursos do sistema financeiro, ou seja, recursos de natureza privada.

O Fundo Garantidor de Créditos é uma entidade privada, que tem estrutura própria de governança sem qualquer ingerência do Banco Central nas contratações de serviços e nas operações que realiza com instituições financeiras. O Banco Central não tem competência legal para fiscalizar o Fundo Garantidor de Créditos.

Em relação à resposta – ainda sobre a sua pergunta –, a cúpula do Banco Central do Brasil jamais tomou conhecimento da existência de qualquer esquema montado pelos diretores do FGC nas liquidações bancárias, como faz aludir a referida matéria que V.Exa. menciona. E, se tivesse tomado, não exitaria em prontamente agir para coibir eventuais práticas ilícitas e punir os responsáveis.

Os diretores de organização do sistema financeiro e de fiscalização do Banco Central não foram informados de quaisquer atividades ilícitas ou lícitas – entre aspas – de dirigentes do Fundo Garantidor de Créditos.

As correspondências que o Banco Central recebeu comunicavam que o Fundo Garantidor de Créditos não mais conduziria a gestão de carteiras de créditos cedidas na instituição referida na matéria.

Em relação às empresas de prestadoras de serviços mencionadas na matéria, essas não foram contratadas pela referida instituição.

Portanto, é inverídica a afirmação de que dois diretores do Banco Central esconderam as denúncias do Presidente da instituição, que vos fala neste momento, pois nenhuma irregularidade foi comunicada àqueles dirigentes que demandasse a adoção de quaisquer providências, e as empresas simplesmente não foram contratadas.

Não é verdadeira também a ilação de que a demissão do liquidante tem relação com as supostas denúncias que ele fez, pois, como veiculado pela própria matéria, o diretor da área de liquidações declinou uma série de razões do por que da substituição, que estão inclusive na resposta que o Banco Central colocou à disposição na sua página, contestando cada uma das ilações feitas na referida matéria. Inclusive,

mesmo após a dispensa do liquidante mencionado, as tais empresas prestadoras de serviços não foram contratadas pelo novo liquidante.

Portanto, nós do Banco Central temos todo interesse de responder a qualquer ilação. Certamente o fizemos e faremos quantas vezes forem necessárias e tomaremos providências cabíveis, caso seja assim requerido.

Eu acho que respondi.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) – Obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Efraim.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO – Agradeço, Sr. Presidente. Para a réplica, assim como foi uma oportunidade que V.Exa. deu ao Deputado Feitoza.

Presidente, primeiro, agradeço os esclarecimentos.

Quanto à segunda questão, pôde-se notar de forma profunda, densa e bem preparada a resposta, que traz esclarecimentos. Esperamos que o Banco Central continue a zelar pela transparência e pelo respeito à coisa pública. A resposta será levada em conta para que possamos nos debruçar sobre ela. Agradeço.

Quanto à primeira pergunta, de natureza técnica, V.Sa. disse, de forma bem clara, sobre a política monetária, que caberia ao Banco Central o papel de fazer essa política de combate à inflação. Cogita-se, de forma bastante contundente, que o Ministro Mantega está anunciando mais uma redução da meta de superávit primário. Isso caminha até contrário ao pacto de responsabilidade fiscal, anunciado pela Presidente Dilma após as caminhadas e as manifestações de rua do meio do ano.

Eu queria que V.Sa. complementasse, portanto, a resposta que acabou de dar: essa política expansionista, adotada e anunciada pelo Ministro Mantega, caso seja, entraria em conflito ou tornaria mais desafiadora a missão do Banco Central em controlar a inflação, através da política monetária imposta?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) – Presidente Tombini, para prestar os últimos esclarecimentos ao Deputado Efraim, com a palavra.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO – Agradeço a oportunidade, antecipadamente, e a atenção do Presidente.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI – Sr. Presidente, em relação à política fiscal, ela é um dos vetores fundamentais da política macroeconômica.

Então, quanto à política fiscal eu vejo, pelo menos, duas dimensões em relação à política fiscal. A primeira, a questão da solvência do Estado brasileiro. Há que ser ter a política fiscal adequada para manter a solvência, não gerar dúvidas em relação à solvência do Estado brasileiro. Tivemos um tremendo avanço nesse campo ao longo dos últimos tantos anos no Brasil. Recordo-me do início do ano 2000, final dos anos 90, em que tínhamos sempre uma dúvida pairando sobre a capacidade do Estado brasileiro de se financiar ao longo do tempo. Então, houve crises de dívidas, que tivemos que enfrentar.

Esse período passou, as políticas foram consistentemente adotadas, inclusive, também sob o condão da Lei de Responsabilidade Fiscal, foram adotadas de maneira a assegurar a solvência do Estado brasileiro, do setor público brasileiro, propriamente dito, nos seus três níveis. Então, isso ajudou bastante, e a nossa relação dívida pública/PIB caiu ao longo do tempo. Não há questionamentos em relação à solvência.

A outra dimensão da política fiscal é a dos estímulos para a economia, dos impulsos para a economia, então, obviamente que a primeira é muito importante. Se nós não tivermos a questão da solvência resolvida, nós estamos lidando com ambiente de crise – não é o caso.

Em relação aos impulsos, o Banco Central tem se pronunciado a respeito de como vê a política fiscal no que tange ao seu impacto na economia brasileira. Inclusive, no último documento do Comitê de Política Monetária, que é o órgão definidor da política monetária no Banco Central, nós fizemos alusão a esse tema, dizendo que se criam as condições para que no horizonte relevante da política monetária o balanço do setor público se desloque para uma zona de neutralidade.

O que quer dizer isso? Quer dizer o seguinte: do ponto de vista do balanço fiscal do Governo, de forma estrutural, ajustando para alguns fatores que não se repetem ao longo do tempo, nós entendemos que são criadas as condições para que nesse horizonte relevante – é uma linguagem do Banco Central, mas é onde nós temos meta de inflação 2014/2015 –, entre um período e outro, a política fiscal... hoje, por exemplo, o superávit primário está em torno de 1,9% no ocorrido, 1,9% do PIB.

O conceito fiscal para efeito técnico do Banco Central que nós utilizamos, fazendo alguns ajustes, então, chegamos ao balanço estrutural do Governo. Se o balanço estrutural em 1 ano não difere do ano seguinte, o impulso que a política fiscal traz, a contribuição, na margem, que a política fiscal traz é neutra.

O que aconteceu entre 2012 e 2013 é que o balanço ficou expansionista. Então, houve um impulso expansionista na economia quando comparamos 2013 a 2012.

Olhando para frente, nós entendemos que são criadas as condições para que nós não tenhamos um balanço estrutural no setor público menor do que neste ano.

Então, é nesse sentido que se trabalha esse conceito de neutralidade contracionista, expansionista, conceito de impulso. Se for tão bom ou igual, como foi nesse ano, no ano que vem provavelmente nós vamos dizer que o impulso é neutro. Então, o que nós comunicamos é que se criam as condições nesse sentido.

Assim que eu vejo essa questão da política fiscal, assim que nós temos avaliado no Banco Central.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) – Obrigado, Presidente.

Passo a palavra agora ao Deputado Jorge Bittar.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR – Sr. Presidente desta Comissão, Senador Lobão Filho; Presidente Edinho Bez; Sr. Presidente do Banco Central, Alexandre Tombini; Sras e Srs. Parlamentares, eu ouvi com atenção a exposição do Dr. Tombini, particularmente no que diz respeito à evolução dos fundamentos da política macroeconômica. S.Sa. acaba de discorrer sobre o tema fiscal, registrando que há uma perspectiva de balanço estrutural fiscal neutro para, digamos assim, o próximo período, para o próximo ano, efetivamente.

Ao lado disso, V.Sa. sublinha também aquilo que já era do nosso conhecimento, mas que era importante marcar, ou seja, que os resultados macroeconômicos do último trimestre continuam a sinalizar um crescimento mais consistente da taxa de investimentos na economia brasileira e, por outro lado, temos, por conta do fim dos fatores ou, pelo menos, atenuação dos fatores que determinaram a elevação da taxa de inflação mais a ação de política monetária do Banco Central, sinalizando também uma perspectiva declinante no que diz respeito à trajetória da inflação brasileira, se assim pude entender da exposição de V.Sa.

Então, rigorosamente, do ponto de vista dos aspectos, digamos assim, endógenos da economia brasileira, das responsabilidades de Governo, do Banco Central, etc., estamos fazendo o dever de casa efetivamente. E eu gostaria de obter de V.Sa. informações mais claras. V.Sa. vê, de maneira consistente, a manutenção do crescimento dessa taxa de investimentos tão necessária para que a economia brasileira possa alcançar 20% ou pouco mais de 20% do PIB ao ano, que é taxa, digamos assim, saudável de investimentos para a economia brasileira, sinalizando, portanto, de maneira mais consistente, para os próprios empreendedores, próprios empresários, uma situação de confiança mais efetiva em relação à política econômica do Governo? Já que o V.Sa. sublinhou também que, no passado mais próximo, houve certa queda na confiança no setor empresarial, registrada pelas próprias pesquisas, mas que, aparentemente, essa quebra de confiança que houve está sendo revertida na medida em que as taxas de investimentos se revelam promissoras, verdadeiramente para a economia brasileira, e o senhor se referiu ao comportamento dos diversos setores da economia – industrial, de serviços, agrícola.

Então, eu gostaria de ouvir de V.Sa., de maneira mais clara, como o Banco Central vê a perspectiva para este ano, como um todo, e para os próximos trimestres, digamos assim, da economia, se essa trajetória deve se manter.

Em segundo lugar, há uma preocupação grande com relação aos fatores externos, exógenos da economia, digamos assim, se é que é possível separar. Eu sei que não é, que as coisas não são tão separáveis, mas, evidentemente, o comportamento do Banco Central americano afeta significativamente a nossa economia. O senhor aqui registrou o problema da volatilidade do nosso câmbio ocorrido desde o mês de maio, fruto das sinalizações na política expansionista, digamos assim, política de estímulos do Banco Central em relação à economia americana. Ou seja, nossas economias estão muito sensíveis, mais sensíveis do que no passado às decisões de política macroeconômica do governo americano, dos próprios europeus e, por conseguinte, de outros emergentes – o principal deles a China. Como V.Sa. vê a evolução desse cenário mundial, e como o Banco Central tem atuado nos fóruns internacionais, o G-20, fórum dos bancos centrais, no sentido de que haja alguma regulação internacional que impeça ou, pelo menos, crie uma situação de maior estabilidade, diminuindo a instabilidade, sobretudo das economias emergentes, verdadeiramente?

Eu quero crer que, a despeito de toda essa realidade, a economia brasileira, se comparada com as demais economias emergentes, também tem tido desempenho razoavelmente bom e até melhor do que muitas outras economias. Eu gostaria que V.Sa. também um pouco comparasse como a economia brasileira tem reagido a essas flutuações internacionais, quando comparada com outras economias emergentes.

Isso é o que gostaria de obter de V.Sa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) – Obrigado, Deputado Jorge Bittar.

Informo que a apresentação feita pelo Presidente do Banco Central, bem como a intervenção dos Parlamentares, já está disponível na página da Comissão Mista de Orçamento.

Com a palavra o Presidente Alexandre Tombini.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI – Obrigado, Deputado Jorge Bittar, pelas considerações. Concordo com V.Exa. que estamos fazendo o dever de casa, tanto no âmbito da robustez de nossas políticas macroeconômicas, fiscal de um lado, monetária, na parte que nos toda, de outro. Também nesse período recente, da maior volatilidade – eu já tenho comunicado

isso nesta Comissão, no primeiro semestre, e certamente em outras comissões do Congresso Nacional –, em momentos de maior estresse nos mercados que se reflete nas economias emergentes, incluindo o Brasil, acho que o papel do Poder Público, no caso, o Governo e o Banco Central, é de prover o bem público da estabilidade financeira e econômica.

Temos feito isso desde meados de maio, quando esse processo se intensifica com a mudança da comunicação, enfim, maiores incertezas em relação aos próximos passos da política econômica nas economias avançadas, em particular nos Estados Unidos. E nós, desde aquele momento, tratamos de tirar – digamos assim, numa linguagem mais coloquial – risco dos mercados, tratamos de compensar essa volatilidade com políticas de administração da dívida pública menos agressivas, num momento de estresse, dando inclusive saídas. O Tesouro Nacional fez operações de saída e recompra de títulos para aqueles que queriam sair desse ativo – muito bem sucedidas.

Nós fizemos também operações dentro do mercado monetário onde atua o Banco Central, nas operações compromissadas, também encurtamos os prazos para ter menos risco sobre as mesmas, logo menos excitação nos mercados, e, valendo-nos do nosso colchão de segurança e liquidez em moeda estrangeira que construímos ao longo de tantos anos, fizemos uso dos vários instrumentos para oferecer a proteção contra a depreciação, porque o que nós vimos nesse período não foi o investidor estrangeiro querendo sair do País; ao contrário, queria ficar, mas queria se proteger contra as variações no câmbio que seguiram esse período de maior volatilidade. Portanto, houve uma demanda por proteção para ficar no País. Obviamente que tem essa demanda legítima, mas também tem no mercado financeiro, como bem sabe V.Exa., são as apostas e, muitas vezes, apostas unidirecionais, num sentido apenas, porque há fatores legítimos, há fatores exógenos, como menciona V.Exa., lá fora, e isso criou um ambiente para apostas unidirecionais em favor, por exemplo, da moeda norte-americana no nosso mercado.

Nós sinalizamos isso, avisamos que, num regime de câmbio flutuante, o câmbio vai para os dois lados e, quando as pessoas viram o câmbio indo para uma direção, a tendência é que faça uma extrapolação linear, jogue isso lá para cima e, quando entram, a direção do ativo pode mudar, como aconteceu recentemente no País.

O nosso papel não é aumentar a volatilidade e, sim, dar tranquilidade para que os agentes econômicos, as empresas, as famílias consigam navegar num período de transição de maneira mais tranquila. Acho que temos feito isso bem, tem dado resultado, enfim, isso é importante para que os avanços que há na política macroeconômica, a política monetária combatendo a inflação, a inflação caindo, a confiança do consumidor sendo restabelecida, sendo reforçada, a confiança dos empresários com horizonte de planejamento sendo restabelecido em função de uma menor volatilidade da taxa de câmbio, que é uma importante variável para a decisão econômica, não só no setor financeiro, mas certamente no lado real da economia, e também para as famílias que fazem suas programações.

Então, isso traz a combinação de políticas monetária e fiscal que venham combater a inflação, trazer a inflação de volta para os níveis estabelecidos pela nossas metas, por um lado. Por outro lado, essas políticas nesse período de transição de redução do risco na economia, tudo isso reforça, isso faz parte do que V.Exa. menciona aqui. O Brasil tem feito o seu dever de casa, vem sendo cada vez mais reconhecido nos fóruns internacionais. Enfim, os investidores estão aí para demonstrar isso.

Em relação a sua segunda pergunta, a nossa atuação, o Banco Central, principalmente nos fóruns de banqueiros centrais, no Banco de Compensações Internacionais – BIS –, nós nos reunimos a cada 2 meses, praticamente acabamos de ter uma reunião.

Então, neste momento, a posição do Brasil como uma das principais economias emergentes do globo é de mostrar como o Brasil se preparou ao longo do tempo. V.Exa. bem se recorda que nos últimos 2 anos o Governo brasileiro e o Banco Central adotaram uma série de medidas para, digamos, reduzir aquele influxo de capitais de curto prazo que vinham porque as condições internacionais eram então favoráveis.

Tomamos várias medidas, medidas de preço, e essas medidas acabaram por afetar a natureza do fluxo, menos portfólio, mais investimento direto, menos curto prazo, mais longo prazo, o que nos coloca hoje numa situação melhor do que estaríamos se tivéssemos recebido esse recurso de peito aberto, se tivéssemos um *overshoot*, por exemplo, numa taxa de câmbio, com implicações para o lado real da economia – empresas quebrando, famílias tendo dificuldade.

Então, na época do dinheiro mais fácil, nós fomos prudentes do ponto de vista de assegurar a estabilidade financeira à frente, quando começasse o processo de reversão. Isso foi reconhecido, foi criticado, e foi aceito inclusive pelos organismos multilaterais que era legítimo que se adotasse um conjunto de medidas para evitar essa entrada muito rápida de fluxo.

Nesse momento, com um colchão de reservas que foi parte desse processo de criar as defesas para o futuro, nós conseguimos lançar um arsenal de medidas que asseguram essa tranquilidade para transitar num período de volatilidade de câmbio.

Então, creio que nos fóruns internacionais deixamos isso claro, primeiro viabilizando as nossas medidas que foram tomadas num período anterior, e nesse momento, obviamente, dialogando e cobrando essa visão internacional dos condutores da política macroeconômica nas economias mais avançadas, digamos assim, que têm reflexo sobre os emergentes.

O Brasil é uma voz bastante ativa nesse sentido fazendo ver que as ações nas economias mais avançadas têm repercussões importantes que acabam se voltando para aqueles próprios mercados, em função do fato de que hoje as economias emergentes são um grande mercado e têm um grande mercado doméstico. O Brasil é um caso particular, talvez dos mais importantes nessas economias emergentes.

Por outro lado, acumulamos um contingente de recursos que estão em boa parte investidos naquelas economias também, então precisamos de um ambiente, assim como nós damos tranquilidade aos nossos investidores, essas economias têm que dar tranquilidade para os investidores internacionais que lá aplicam recursos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) – Obrigado, Presidente.

Deputado Bittar.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR – Presidente Tombini, sobre a economia mundial. Como o senhor vê a economia americana num regime gradual de recuperação econômica e a economia europeia? Gostaria que o senhor nos dissesse quais são perspectivas dessas economias, dado o peso dessas economias no cenário mundial.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) – Presidente Tombini.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI – Obrigado, Sr. Presidente. Nós vemos a recuperação, esse fortalecimento da recuperação norte-americana como um evento positivo para a economia global, para o comércio internacional, para os países emergentes, logo, para o Brasil. Lá na frente, isso vai ser muito positivo para as nossas economias.

Há o período de transição com que nós temos que lidar, porque a volatilidade aumenta. Estamos tratando disso.

Então nós vemos, sim, uma maior pujança da economia norte-americana. Acabei de receber a informação de que o Banco Central dos Estados Unidos não alterou as suas políticas neste momento. Havia, talvez, uma expectativa dos mercados de que pudesse haver uma alteração no programa de compra de ativos, pois eles têm comprado 85 milhões de dólares por mês diretamente nos mercados, tanto de títulos federais quanto de instrumentos lastreados em hipotecas. A decisão deles foi não mexer com isso. Os mercados estão reagindo muito favoravelmente, as moedas estão se movimentando, fortalecendo-se em relação ao dólar americano, neste momento em que estamos nesta Comissão.

Mas, então, os Estados Unidos estão nesse processo de recuperação. Há uma expectativa de que, com isso, a economia mundial, ano que vem, cresça mais do que cresce este ano. Para o comércio mundial, pelas estimativas do FMI e do Banco Mundial, a expectativa é de 3% de crescimento aproximadamente este ano; no ano que vem está sendo projetado um crescimento de quase 5,5%. Então, V.Exa. pode tirar as suas conclusões. Quer dizer, com um comércio mais vibrante, certamente as economias tendem a se beneficiar do impacto externo.

Em relação à Europa, eu acho que a Europa sai do radar, digamos, no que diz respeito à probabilidade de algum evento de cauda ocorrer, como nós vimos, nos últimos 2, 3 anos, a Europa tomando medidas para estabilizar seus sistemas financeiros. Enfim, creio que isso avançou bastante com a união bancária europeia, com essa ideia de aprofundar o processo de união econômica e financeira daquele bloco. Algumas medidas foram tomadas. O Banco Central europeu colocou à disposição a liquidez de curto prazo e também lançou um programa de ajuda a países, o que não foi usado, mas está à disposição. Isso criou todo um lastro, digamos, para acalmar a situação financeira. E agora o que se vê é a perspectiva de algum crescimento econômico, pelo menos em 2014. Para a Europa, é uma boa notícia.

Então, vejo dessa forma essas duas áreas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) – Obrigado, Presidente Tombini.

Quero só registrar, Deputado Bittar e meus caros colegas, que essa decisão do Banco Central americano foi há 30 minutos e poderia, era esperado, alterar toda a política monetária dos Estados Unidos, inclusive com a cessão de emissão de moeda, o que certamente haveria de ter uma reação qualquer do Banco Central brasileiro. Mas, mesmo o Presidente Tombini sabendo que essa decisão seria tomada, ele está aqui prestigiando esta Comissão. Graças a Deus, não houve mudança na política americana. Portanto, o nosso Presidente, com certeza, ficará mais relaxado.

Passo a palavra ao Deputado Pedro Eugênio. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO – Sr. Presidente, é graças a Deus mesmo? Eu não entendi o seu graças a Deus assim tão vibrante.*(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) – Se os Estados Unidos mudassem completamente

sua política econômica, a gente não sabe como isso repercutiria para nós agora. Eu acho que não seria o melhor dos mundos. Mas, enfim...

O SR. DEPUTADO PEDRO EUGÊNIO – Sr. Presidente Lobão Filho, Ministro Tombini, demais colegas...

O SR. SENADOR INÁCIO ARRUDA – Graças à intervenção de Danilo Forte ontem, no plenário, o Tombini ficou sabendo com antecedência. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) – Desculpe, Deputado Pedro Eugênio. Vamos manter a palavra de V.Exa.

O SR. DEPUTADO PEDRO EUGÊNIO – Podemos usufruir da boa notícia, Não é?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) – É um momento de descontração.

Com a palavra o Deputado Pedro Eugênio.

O SR. DEPUTADO PEDRO EUGÊNIO – Eu gostaria de levantar aqui duas questões. Uma, que é bastante recorrente, a partir de projeto de minha autoria, que, na ocasião, não foi acatado pelo Banco Central conceitualmente e que tem o Deputado Júlio Cesar... Quando eu vi o Júlio Cesar aqui ao meu lado, eu disse: *Eu vou levantar aquela questão do projeto do spread.*

É um projeto que não segue, digamos, não obedece ao mercado ou não procura... Talvez, a leitura do Banco Central na época foi a de que o projeto faria uma intervenção exageradamente explícita e forte no mercado de meios de pagamento, especificamente no mercado de cartões de crédito, que, na composição do *spread*, sempre nos pareceu como aquele que mais puxa *o spread* para cima, principalmente no que diz respeito ao crédito rotativo.

Nas discussões que nós tivemos depois da apresentação do projeto, nós chegamos a um consenso no diálogo com o Relator, mas que acabou não sendo objeto de um investimento maior de todos nós no sentido de fazê-lo tramitar. Outras prioridades surgiram, até porque surgiu um processo claro e consistente de redução do *spread* a partir da política do Banco Central de redução da SELIC.

No entanto, nós observamos que ainda existe, do ponto de vista da taxa de juros na ponta, especificamente na questão dos cartões de crédito a que me referi, uma distorção que, em minha opinião, posso estar equivocado, tem muito a ver com o fato de que, por características do mercado brasileiro, parece ser mais vantajoso para os bancos não praticarem uma política de análise de risco consistente e responsável, permitindo que a taxa de juros seja muito alta mesmo que ao preço de uma inadimplência que é alta, mas não suficiente para inibir a lucratividade da exploração da atividade.

Talvez, neste momento, coubesse a rediscussão da matéria numa ótica mais simplificada do que a que está no projeto. O meu projeto original, Sr. Ministro – recapitulando aqui rapidamente –, propunha que se colocasse na mão do Conselho Monetário Nacional o estabelecimento de um mecanismo de desincentivo, incentivo negativo, aos bancos que praticassem taxas de juros acima da média. Nas nossas discussões, nós chegamos à conclusão – na realidade o Relator chegou à conclusão, com a qual eu concordei – de que talvez fosse mais simples ter a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico que incidisse sobre operações que fosse cobrada dos bancos que estivessem praticando taxas de juros muito acima da média do mercado. E isso com certeza teria um impacto muito forte na questão dos cartões de crédito.

Deixo, portanto, essa questão aqui. Eu sei que V.Exa. não refletiu sobre essa matéria recentemente, porque nós não voltamos a procurá-lo para falar sobre esse assunto, mas gostaria de deixar essa preocupação aqui.

No segundo ponto refiro-me a um dos pontos da sua apresentação sobre a atividade econômica no Brasil: *a consolidação da recuperação depende do fortalecimento da confiança de firmas e famílias.* Não tenha dúvida de que a expectativa inflacionária tem um forte componente subjetivo. E toda vez que nós examinamos dados concretos sobre a economia brasileira, alguns dos quais V.Exa. mostrou – está aqui: previsão do FMI para o crescimento do PIB, que a nossa imprensa resolveu chamar de Pibinho de forma depreciativa, como se nós tivéssemos o menor PIB do mundo. E, se nós tirarmos a China e a Índia, que estão em patamares claramente superiores, a partir daí o Brasil já está, digamos, embolado num grupo que está em torno de 3%, entre 2,5% a 3%. Ou seja, nós somos o segundo bloco em taxa de crescimento do mundo em crise, o mundo que deprime a economia mundial e que desfavorece o crescimento.

No entanto, o Brasil, não obstante isso, coloca-se de forma diferenciada. Se nós formos olhar a questão da inflação, veremos que todos os fatores conjunturais que pressionaram a inflação – V.Exa. mostrou – estão num processo claramente de reversão. Ou seja, nós deveríamos estar aqui abrindo os nossos jornais e vendo manchetes extremamente otimistas, tais como: *O Brasil está conseguindo vencer mais uma vez uma crise internacional e está se posicionando bem.* E a gente só vê desgraça, a gente só vê notícia ruim, a gente só vê notícia que leva as pessoas – eu não me refiro ao grande empresariado que tem assessorias econômicas e que pode perfeitamente ter o entendimento, e devem ter. Mas eu, que presido a Frente Parlamentar da Micro

e Pequena Empresa – 98% das empresas nacionais, 20% do PIB –, o que dizer desses pequenos empresários que podem decidir não investir agora, porque o Brasil estaria à beira de uma crise ou coisa do gênero?

Eu gostaria de deixar essa reflexão aqui para ouvir V.Exa. sobre qual o grau de impacto que V.Exa. entende que essa postura tão negativa, que nós temos tido a oportunidade de ver na imprensa, poderá estar criando. Eu sei que é difícil quantificar coisas desse tipo, mas como V.Exa. vê esse fator subjetivo na formação das expectativas em relação ao investimento privado no País?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) – Obrigado, Deputado Pedro Eugênio, que, de forma muito madura, fez suas colocações.

Com a palavra o Presidente Alexandre Tombini.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI – Obrigado, Sr. Presidente, obrigado Deputado Pedro Eugênio. Em relação a sua primeira colocação, V.Exa. bem sabe que o Banco Central está à disposição certamente para engajar nesse debate em relação à regulação do sistema bancário, ao *spread* em particular.

No que diz respeito à segunda parte da sua colocação, eu tive recentemente a oportunidade de discutir com um grupo de presidentes de grandes empresas brasileiras e também de subsidiárias de empresas multinacionais – questão de um par de meses –, onde eu fazia essa colocação. A minha percepção era de que a percepção dos agentes estava mais pessimista do que os dados. De lá para cá, saiu o PIB do segundo trimestre.

(Segue-se exibição de imagens.)

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI – Nós vimos na lâmina 29, que eu deixei com V.Exas., que, de fato, nesse primeiro semestre nós estivemos no topo do crescimento – é uma lâmina anterior àquela que V.Exa. mencionava – mundial nos primeiros dois trimestres deste ano. Ou seja, na primeira metade de 2013, nós estivemos no topo do crescimento mundial das economias do G-20, incluindo as mais dinâmicas nos últimos anos.

Então, de fato, os dados da primeira metade do ano de 2013 eram bastante superiores naquela percepção de que as coisas não estavam funcionando. V.Exa. mencionou a inflação. As políticas do Banco Central, do Governo também, de combate à inflação e os resultados que nós temos tido ao longo dos últimos meses já começam a se refletir nessa percepção, nesses indicadores de percepção, de confiança do consumidor. Nós vemos alguma recuperação. Nós vemos inclusive a recuperação – hoje saiu um dado também do comércio, dos empresários – da confiança na margem, como dizem os economistas, num período mais recente.

Quando eu digo que, para que esse processo se propague no futuro, nós precisamos reforçar uma confiança de que já se inicia o processo de recuperação, acho que há uma confiança, sim. Essa percepção abala, afeta as decisões no mundo real. É a questão do dado contra a percepção. Eu acho que ela pode até estar ainda mais pessimista do que a realidade dos números, mas, se ela não melhora, acaba por afetar as decisões tanto dos consumidores quanto dos investidores. Não se trata de dizer que isso não interessa, porque não é o dado concreto, mas, se não for alterado, ele acaba por afetar o lado real da economia.

Em relação à questão da inflação que V.Exa. mencionou, em algum momento a ideia de que haveria um descontrole afeta o imaginário das pessoas. Enfim, há a questão do câmbio também. O câmbio começa a se desvalorizar, e as pessoas fazem uma extrapolação linear. Digamos que há aquela visão de que há uma direção sólida - *não tem jeito, é inexorável, vai acontecer isso* –, e as pessoas começam a agir com base nessa percepção. Quando você vê, na realidade, o que aconteceu foi que passou algo diferente.

Então, respondendo a sua pergunta, acho que a percepção acaba sendo importante, porque afeta as decisões reais. Há exageros ao longo do tempo? Sim, há, e o nosso papel como autoridade monetária é insistir nas nossas políticas para reverter ou fortalecer a percepção na direção correta, que, digamos assim, ajude a consolidar um processo de recuperação da economia, que já está em curso, ainda que gradual.

Como nós vimos na comparação internacional, estamos muito bem colocados tanto neste primeiro semestre quanto na projeção para o ano, como V.Exa. citou nos dados do fundo monetário.

Do nosso ponto de vista, não ficamos nem alterados com o tipo de percepção. Nós simplesmente reconhecemos que ele afeta, e as nossas políticas são no sentido de melhorar o quadro. Acho que estamos tendo sucesso nesse quesito.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) – Obrigado, Presidente.

Deputado Pedro Eugênio, V.Exa. gostaria de fazer mais alguma pergunta?

O SR. DEPUTADO PEDRO EUGÊNIO – Estou satisfeito com as respostas. Eu apenas combinaria aqui com o Deputado Júlio Cesar uma reunião técnica com a sua equipe para que nós possamos sondar se a percepção do Banco Central a respeito do projeto mudou com o tempo. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) – Com a palavra o Deputado Fábio Ramalho.

O SR. DEPUTADO FÁBIO RAMALHO – Sr. Presidente Edison Lobão Filho, Presidente Tombini, o Banco Central e o COPOM têm como uma das suas principais funções a de buscar que a inflação se situe dentro da meta estabelecida. Nos últimos meses, a taxa de inflação anual tem se situado próxima de 6%, o teto da meta. Muitos especialistas dizem que esse fato é devido a serem excessivos os gastos do Governo quando comparados às receitas públicas.

O COPOM e o Banco Central adotarão uma medida monetária mais restritiva aumentando os juros para que a inflação encaminhe para 4,5%, que é o centro da meta da inflação?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) – Com a palavra o Presidente Tombini. (*Pausa*.)

O Deputado Fábio Ramalho tem uma segunda pergunta?

O SR. DEPUTADO FÁBIO RAMALHO – Tenho uma segunda pergunta.

O Tesouro Nacional emite títulos para repassar ao BNDES. Com esses recursos, o Banco oferece empréstimos a juros subsidiados até mesmo para grandes grupos econômicos. Essas operações não terminam por obrigar que a política monetária seja de juros mais altos? Como o Banco Central e o COPOM neutralizam a expansão do consumo que essas operações produzem?

Ainda: essa prática do Tesouro Nacional e do BNDES inibe a oferta de crédito voluntário na economia brasileira, fazendo com que o nosso mercado financeiro fique atrofiado?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) – Com a palavra o Presidente Tombini.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI – Obrigado, Sr. Presidente, Deputado Fábio Ramalho.

Em relação às demais políticas do Governo na área macroeconômica, o Banco Central as toma como um dado da realidade. Eu mencionei há pouco a nossa visão sobre a questão dos impulsos fiscais. O Banco Central toma todo o conjunto de políticas e a evolução de algumas variáveis chaves que estão fora do alcance do Banco Central para tomar suas decisões de política monetária, como V.Exa. mencionou, com o objetivo de conduzir a inflação para a meta.

O Comitê de Política Monetária tem reuniões de 6 em 6 semanas para decidir o curso da política monetária. Obviamente, teremos a próxima reunião no começo de outubro. Vamos avaliar todos esses dados para saber a necessidade de atuar com o objetivo sempre de conduzir a inflação para a meta.

A inflação acumulada em 12 meses, V.Exa. mencionou, está em torno de 6% e já esteve em torno de 6% e 7%. Há 2 meses, ela caiu em direção a 6%. Esperamos que este mês ela avance ainda mais no sentido da convergência. Vamos avaliar todas as variáveis, inclusive a questão dos gastos que V.Exa. mencionou para tomar uma decisão nas próximas reuniões do Comitê de Política Monetária.

Em relação à questão específica do BNDES, V.Exa. bem sabe que o BNDES também é uma entidade regulada do Banco Central. Então, nós procuramos não tecer comentários sobre políticas específicas de instituições sob nossa regulação e supervisão.

V.Exa. fazia menção à questão bem mais econômica da ação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, que é um grande participante desse mercado de crédito. Naturalmente o canal de crédito é um canal importante para a condução da política monetária, e obviamente é mais uma informação relevante na determinação da política monetária do Banco Central saber como está, digamos assim, evoluindo o canal de crédito da economia. Então, certamente esse e outros aspectos são levados em consideração no momento em que o Banco Central cometer dissídio sobre política monetária.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) – Obrigado.

O Deputado Fábio Ramalho se encontra satisfeito?

O SR. DEPUTADO FÁBIO RAMALHO – Satisfeito. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) – Com a palavra agora o Deputado Júlio Cesar.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR – Sr. Presidente, Sr. Presidente do Banco Central, meu querido Altamir, Sras. e Srs. Deputados e Senadores, boa tarde.

Sr. Presidente do Banco Central, eu estava em compromisso externo e não assisti a sua palestra, mas já peguei a memória, que foi distribuída para todos.

Relativamente à manutenção de reservas internacionais, o senhor falou, sem considerar a variação cambial, em 37,7 bilhões – isso está na página 6. Na página 7, a variação cambial, no mesmo período, o primeiro semestre, foi positiva: 16,3. Somando, isso vai dar 54 bilhões de diferença. Evidentemente aqui está em reais, e nossas reservas são em dólares.

Observo que os 374 bilhões de dólares já foram maiores no passado, e vejo aqui a diminuição pela intervenção no mercado de câmbio: o senhor tem vendido dólares para controlar a elevação do câmbio.

Uma coisa que me preocupa é a desvalorização que está aqui na sua palestra: 9,1% nesse período deste ano. Essa desvalorização do real e a valorização do dólar têm repercutido nas nossas exportações? Porque as nossas exportações estavam caindo pelo sentido inverso, e agora estão subindo. Eu quero sa-

ber se começa a sentir repercussão positiva, uma vez que o exportador vai ganhar mais com o dólar mais valorizado?

Segundo assunto. O que o senhor tem a dizer sobre o REFIS dos bancos. Ele foi muito questionado aqui, e nós o aprovamos recentemente, em medida provisória. Qual é o sentido, dentro do sistema financeiro, de colocar em medida provisória um REFIS para os bancos?

Terceiro. A atividade econômica que mais tem contribuído inclusive para a nossa balança de pagamentos é a atividade agrícola: 187. Embora a CONAB e o IBGE já tenham inibido um pouco essa produção agrícola para 183, 184, ela ainda é muito expressiva. Agora, se se desse um pouco mais de subsídios... Eu vejo que os subsídios para a atividade agrícola são menores do que para determinadas atividades, principalmente a industrial, que cresce menos e contribui menos para nossa balança de pagamento.

Em relação ao BNDES, é como o Deputado Fábio disse: o BNDES foi capitalizado, de 2008 para cá, em mais de 300 bilhões com recursos captados no mercado à taxa SELIC e emprestados ao mercado financeiro, às empresas, como subsídio. Só este ano – está no balanço do próprio Tesouro Nacional –, o subsídio foi em torno de 12 bilhões de reais. O senhor acha que vale a pena captar recursos à taxa de juros da SELIC e emprestar às vezes por menos da metade do valor captado?

Por fim, Presidente, o *spread*. Quando o Deputado Pedro Eugênio, com mais dois colegas de partido, apresentou o projeto de metas para o *spread*, nós tínhamos um dos *spreads* mais altos do mundo: 36. Eu já vi que ele baixou, e muito. Agora, o que contribuiu para abaixá-lo? Foi um maior controle do Banco Central, principalmente na diminuição daquela espécie de cadastro positivo que o banco tem e que transfere a informação para todo o sistema financeiro, ou foram maiores cuidados tomados pelo próprio sistema financeiro?

O Deputado Pedro Eugênio disse que uma das grandes preocupações de seu projeto eram os cartões de crédito. Eu colocaria, além do cartão de crédito, o cheque especial, porque nunca vi coisas tão caras quanto cartão de crédito e cheque especial no Brasil. E também o crédito consignado, Presidente: eu acho que o crédito consignado, que tem quase 100% de garantia, acima de 25% é muito caro, principalmente para a população pobre do Brasil.

São esses os questionamentos, Presidente, que tenho a fazer. Fico feliz com nossas reservas, mas também um pouco preocupado, porque elas estão caindo. Elas já foram mais expressivas – o próprio gráfico que o senhor mostrou aqui indicou que elas já foram mais expressivas. Quanto à desvalorização do real, gostaria que o senhor explicasse bem se ela vai repercutir, ou se já está repercutindo, no saldo da nossa balança de pagamento, que tem diminuído consideravelmente de 4 anos para cá.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) – Obrigado, Deputado Júlio Cesar.

Sugiro ao Presidente Tombini que tome cuidado ao responder ao Deputado, que é conhecido como o arquivo ambulante da Câmara.

Com a palavra o Presidente.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI – Obrigado, Sr. Presidente; obrigado, Deputado Júlio Cesar, por abordar várias questões.

Em relação às reservas internacionais, como eu mencionava talvez pouco antes de sua chegada à Comissão, o fato de termos acumulado esse colchão de segurança e liquidez nos permite fazer uso de diversos instrumentos. Temos um amplo rol de instrumentos que podemos usar para fornecer tranquilidade num momento de maior volatilidade no câmbio.

Então, o que nós temos feito neste período desde o início do ano, desde maio, mais especificamente... Desde 22 de agosto anunciamos um programa com duas frentes. Uma frente é fornecer proteção cambial por meio de *swaps* cambiais. Na realidade, uma venda a futuro, só que não há envolvimento de moeda, do dólar – é um contrato de troca de indexador em que o Banco Central oferece a variação cambial mais uma taxa de juros em moeda estrangeira e recebe, nesse caso, a taxa de juros básica da economia. Essa troca de indexador não envolve a própria reserva física. Obviamente, se o Banco Central não tivesse reserva, ele não conseguiria utilizar um instrumento dessa natureza, porque o mercado simplesmente não receberia esse instrumento como uma proteção verdadeira para variações de câmbio. Então, o fato de termos esse lastro nos permite usar instrumentos – neste caso, derivativos – que não sensibilizam a reserva física.

A outra frente desse programa é a venda de moeda – aí, sim, a venda física – com o compromisso de recompra: em 3 meses, 4 meses, 6 meses, essa moeda é devolvida às reservas internacionais. Quer dizer, não estamos sensibilizando um conceito mais amplo de reserva, a reserva física do Brasil. Obviamente há as flutuações cambiais lá de fora, como V.Exa. bem reconheceu. O nosso balanço é feito em reais e, como houve uma desvalorização de praticamente todas as moedas contra o dólar – com o real não foi diferente, V.Exa. mencionou os valores –, nosso balanço em reais, aquele ativo que está registrado em reservas internacionais se valorizou.

Então, é isso o que nos permite, de um lado, ter uma valorização do ativo e, de outro, oferecer proteção à economia como um todo contra flutuações cambiais. Quer dizer, a reserva está intacta. Há movimentos de taxas de juros lá fora, há movimentos de moedas contra o dólar, mas não houve redução das nossas reservas. Não reduzimos as reservas – ao contrário, elas estão aplicadas majoritariamente em dólares, mas também há uma pequena diversificação, como os bancos centrais fazem.

(Não identificado) – Mas chegou a 379 *(inaudível.)*

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI – Numerário, dólar.

(Não identificado) – Em dólar.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI – Numerário, dólar, está certo? Nossos investimentos são majoritariamente em dólar, mas há também investimentos em euro, em iene, em libra esterlina... Então, quando se pega o numerário em dólar, isso não que dizer que os investimentos em outras moedas tenham variado. Na realidade, eles aumentam de valor naquelas moedas.

(Não identificado) – Mas em dólar é mais de 80%?

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI – Em dólar, mais de 80% – a exposição do País reflete isso, pois é majoritariamente indexada ao dólar.

Bem, em relação a isso, é o que eu gostaria de dizer.

Quando à depreciação do real no período, ela certamente vai impactar o comércio exterior. Há defasagens envolvidas que há tempos transcorrem. Há também a natureza do mercado internacional, que pode estar no momento mais vendedor do que comprador – não afeta só ao preço. Mas, certamente, ao longo do tempo, um real menos valorizado ou mais depreciado vai ter impacto sobre as exportações e importações. Pelas exportações responde também a renda mundial: se a renda mundial estiver expandindo, elas são favorecidas. Então, vai haver um impacto positivo.

Em relação ao REFIS dos Bancos, uma decisão do Congresso. Nós temos, enfim, pouco a dizer a respeito, a não ser o fato de que, conforme a Lei nº 12.249, isso permitiu alguma restruturação de que as instituições financeiras se valeram ao longo do tempo. A lei é de 2010 e, se entendi o que V.Exa. mencionou, não há muito o que dizer sobre o fato de que há uma lei chamada de REFIS dos Bancos.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI – A lei é de 2010.

(Não identificado) – Ele está falando da MP 615.

(Não identificado) – Ainda não chegou à mesa do Presidente.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI – A 615 tem várias matérias... E eu me foquei na questão do mês de pagamento, que foi também... Enfim, nós vamos avaliar os detalhes disso. A lei ainda não foi sancionada, certo?

(Não identificado) – Ainda não.

(Não identificado) – O senhor vai ser consultado sobre os vetos, com certeza.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI – Bem, se V.Exa. diz...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Sr. Ministro.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI – Muito bem. Em relação à atividade agrícola, Sr. Deputado Júlio Cesar, V.Exa. mencionava a contribuição da agricultura para a economia, para o balanço de pagamentos. Certamente isso é algo reconhecido pelo poder público, e há ações no sentido de assegurar recursos para a agricultura. Quero lembrar que, no período de 2012-2013, houve um aumento dos recursos no montante de 126 bilhões de reais, um aumento de quase 24% em relação ao período anterior. Há também, para este ano, projeção de uma elevação na faixa de 20% em relação à safra que se encerra no período de 2012-2013.

Então, de fato, os recursos para a agricultura têm sido, digamos, preservados, direcionados e até ampliados de forma relevante. São os dados que nós temos aqui em relação ao assunto.

O seu último questionamento sobre...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI – Certo. Bom, de fato, a produção agrícola para este ano deve aumentar na faixa de, como eu coloquei, 15%, 15,5%, 15,7%. Será uma produção recorde de grãos, 186, 187 milhões de toneladas. O fato é que vem vindo muito bem esse segmento da economia e foi um dos que contribuíram bastante para o crescimento do PIB na economia, principalmente no primeiro semestre do ano.

Em relação ao seu último questionamento, do *spread* bancário, V.Exa. reconhece que há uma redução do *spread* ao longo do último ano, ano e meio. Há uma série de razões, talvez, para isso. V.Exa. menciona duas, uma do ponto de vistas das informações do Cadastro Positivo. Recentemente passou uma lei que está sendo implementada. A partir de 1º de setembro entrou em vigor o novo Cadastro Positivo. Acho que isso vai ser um fator importante para a redução do *spread*, para a consolidação do movimento que ocorreu.

Nós do Banco Central reduzimos o nosso limite há algum tempo, há cerca de 2 anos, de 5 mil para mil. A partir de mil, os registros das operações de crédito, obviamente que isso aumentou e muito.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR – Quatrocentos milhões mais ou menos, não é?

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI – É. Aumentou e muito – 400 milhões de informações adicionais estão disponibilizadas para o sistema. Isso torna, enfim, a capacidade de estender o crédito com segurança, mais presente.

Também acho que os cuidados das instituições é relevante. Nós tivemos um aumento da inadimplência a partir de 2010, e esse processo começou a sofrer uma redução desde o final do ano passado.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR – Aumento da inadimplência?

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI – Aumento lá desde o final de 2010, meados de 2012. A partir de 2012, no final de 2012, vê-se um processo de redução mais forte da inadimplência.

Então, isso é um fator importante que V.Exa. mencionou no comportamento do *spread,* que está nas mínimas históricas no momento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) – Muito obrigado, Presidente.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR – Mas, Sr. Presidente, eu ainda tinha um questionamento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) – Deputado Júlio.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR – O banco coloca o lucro sobre o *spread* e coloca uma taxa de administração muito alta. Já que o Banco Central diminuiu de 5 mil para mil e aumentou o universo, mais do que dobrou, pois o universo é bem maior, por que ainda continua alta a taxa de administração dos bancos na administração do *spread*? Por quê?

O *spread*, apesar de ter baixado, reconheço, ainda é muito alto. Nos países mais desenvolvidos, o *spread* é 2%, 3%, 4%; o nosso é vinte e tantos por cento, apesar da queda.

Então, o que faz a composição do *spread* são esses arranjos que os bancos encontram, principalmente essa taxa de administração. Se eles já têm o lucro, para que essa taxa de administração tão alta, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) – Vamos estabelecer aqui uma metodologia, já que a Ordem do Dia se aproxima e ainda há vários inscritos. Vamos nos limitar agora às indagações, às inquirições, sem réplica, para que possamos atender a todos.

Presidente Tombini, por favor, responda à última indagação do Deputado Júlio Cesar.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI – Deputado Júlio Cesar, se eu entendi, também há questão relativa às tarifas, à taxa de administração de recursos por parte dos bancos, por meio das quais eles cobrem parte das despesas administrativas com isso.

Então, essa também é uma área de ação, o Banco Central já trabalhou bastante nisso, tanto no que diz respeito às tarifas bancárias quanto às tarifas de cartão de crédito. Há um par anos, houve essa nova legislação de tarifas de cartão de crédito, com a redução do número de tarifas existentes. E há sempre um programa de avaliação disso. Nós temos trabalhado nesse assunto com a Secretaria Nacional do Consumidor – SENACON e também com a 3ª Câmara do Ministério Público Federal nas questões relacionadas a tarifas e *spread* bancário.

Então, reconhecemos os avanços em relação a essa agenda. Nós temos um programa de trabalho para continuar avançando na redução desses custos bancários.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) – Obrigado.

Deputado Júlio Cesar, V.Exa. sabe que esgotou todas as perguntas do nosso Deputado Edinho Bez. *(Risos.)*

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) – Tudo bem.

Com a palavra o Senador Inácio Arruda.

O SR. SENADOR INÁCIO ARRUDA – Sr. Presidente, Lobão, Ministro Tombini, nosso colega Edinho Bez, Altemir Lopes, dirigente do Banco Central, em relação a essa discussão, a gente sempre pergunta o que está acontecendo com o Brasil, porque nós vemos aqui no relatório que a situação está muito positiva, mas o noticiário é muito negativo, é terrível. Há uma pressão de dois ou três órgãos da mídia que é um negócio espantoso. Como eles têm força! Nossa, é impressionante! Arvoram-se até em serem donos da opinião pública. Então, é uma coisa muito forte. E, de certa forma, isso tem produzido alguns efeitos no nosso País. Eu fico impressionado. Acho que seria importante nós indagarmos sobre esse problema da inflação no Brasil, porque o controle da inflação é sempre uma questão central do banco.

O senhor afirmou que, desde abril, nós aplicamos uma política de elevação da taxa de juros como instrumento de contenção da inflação e, ao mesmo tempo, afirmou que ela produz efeitos a médio prazo. Nós começamos a elevar a taxa de juros de abril em diante, então esse efeito se dará normalmente 5 meses, 6 meses depois.

O fato é que parece que o problema do tomate gerou resultados mais adiantados. Ou isso seria apenas um efeito emocional ou até espiritual da inflação? Porque ela começou a ceder mesmo antes que esses efeitos lógicos pudessem aparecer. No primeiro aumento da taxa, a inflação já começou a cair. Se você pegar de maio para cá, mesmo a queda sendo pequena, você vê uma queda da inflação. A inflação vem descendo, descendo, descendo. Era o tomate ou havia problemas maiores? Porque, se for o tomate, nós vamos viver esse drama daqui a pouco novamente, porque começou a chover, e o tomate fica caro. Não tem jeito! E mais gente, com aquela ideia do Lula de três refeições por dia, passou a comer muito mais tomate.

Este problema é crucial para nós: o controle da inflação. Você vê que ela foi contida, mesmo antes que esses efeitos lógicos pudessem surgir – e talvez até caia mais. Ela vai ficar dentro dessa taxa. Eu preferiria que ela fosse menor, que o centro da meta fosse até menor. Em vez de ser 4,5%, fosse 3,5%. Assim, a gente conseguiria estar em 3,5%, o que ajudaria a derrubar a taxa de juros. Eu acho que esse é um problema com o qual a gente convive no Brasil num longuíssimo prazo, quer dizer, a taxa de juros no Brasil tem que ser sempre alta, tem que ser sempre difícil.

Eu sei da sua imensa responsabilidade, porque todo dia V.Exa. tem que lidar com o problema, porque ele aparece na sua mesa e não na minha, nem na do Danilo, nem da do Lobão. V.Exa. é que tem que cuidar do assunto, e nós vamos cobrar de V.Exa. Mas essa é uma questão da economia brasileira que eu acho sempre muito crucial. Não há nenhum dos agentes econômicos que olhe e diga: *Bom, com essa taxa, é fácil nós lidarmos com o Brasil.* Isso cria problemas em todas as áreas e demanda ajustes em todas as áreas da economia, porque a taxa impacta todo mundo. Então, você vê qual é a inflação em queda antes dos efeitos lógicos, digamos assim... Se for assim, em 5 ou 6 meses ela vai produzir efeitos. Antes disso, nós já tivemos a queda da inflação.

Digamos que haja esse efeito emocional de que ela, sentindo que você está tão forte a ponto de manter uma mão pesada, resolveu logo abrir. Eu não acredito que ela seja assim tão dócil, que você possa só emocionalmente resolver. Eu acho que há uma pressão muito grande por elevação de juros no Brasil e que não é só a inflação. É a pressão de ganhos mais fáceis, esse rendimento doentio da economia brasileira. O que é isso? O *spread* tem tudo para cair, mas há lucros extraordinários dos bancos, e o *spread* não cede naquilo que a gente imagina que ele pode ceder ou que deveria ceder.

Então, essa luta do Júlio... O Chico Lopes tem lutado aqui intensamente, com aquela simplicidade dele. Mas ele é auditor da Fazenda Municipal, então entende perfeitamente do que nós falamos. Então, essa lógica... Por que a gente não consegue sair dessa ciranda miserável imposta à nossa economia? Porque se fosse só o tomate, gente, sinceramente... Não dá para acreditar nisso. Por que essas pressões são tão gigantescas em torno da economia brasileira? Sem falar em outros setores da economia brasileira, porque evidentemente o Banco Central também tem interface com eles. Mas vejam, só no setor de petróleo, a dificuldade que o Brasil tem para garantir o conteúdo nacional para poder fabricar uma sonda, mesmo um petroleiro. E, quando se questiona a empresa brasileira ou as empresas que vêm para cá, dizem: *O dinheiro de vocês é caro demais! Vocês estão com um dinheiro muito caro.*

Será que isso é verdade mesmo? É o nosso dinheiro que é caro? São essas pressões de fora? É esse problema estrutural nosso? É a infraestrutura brasileira que não permite a gente andar com taxas de juros mais aceitáveis na economia brasileira? Nós temos nos enredado com isso. Essa é uma questão que temos discutido intensamente. Pelo menos no meu partido, que ainda é pequeno, o PCdoB, nós temos nos enfronhado nessa discussão sobre a economia brasileira e neste problema da taxa de juros no Brasil, como instrumento que cerceia, dificulta a economia brasileira. Quer dizer, é sempre um remédio amargo que nós temos que oferecer para a economia brasileira para que este possa espantar o pavor da inflação.

Então, gostaria de saber de V.Exa. se nós não estamos já numa dose... Porque tem gente pedindo juros mais elevados. Querem mais juros! Às vésperas da reunião do COPOM, há até campanha para aumentá-la, gente que já chega dizendo: *Não, tem que ser 10%, 10,5%, 11%, que é a taxa adequada.* É isso mesmo? Será que a taxa adequada de juros da economia brasileira é essa: 10%, 10,5%? Porque as campanhas que são feitas aí são ferozes.

(Não identificado) – Já foi 45%!

O SR. SENADOR INÁCIO ARRUDA – É, mas agora o mundo todo está com juro negativo! Então, sinceramente... Eu acho elevado esse patamar em que está a nossa taxa. Eu acho que nós estamos com juros reais muito altos, comparativamente, porque se você pegar a taxa americana, a taxa da Europa, a taxa da China, a do Japão... Puxa vida, não é possível! Por que eles têm essas taxas negativas? Quais são esses problemas tão graves que o Brasil tem e que essas nações já não têm mais que permitem a eles terem

taxas negativas, e a gente continua com taxas reais consideradas muito elevadas no mercado?

Eu acho que esse é um problema central da nossa vida, da nossa economia. A gente não imagina, mas isso mexe com a máquina de lavar roupa da dona de casa lá da periferia de Fortaleza e com a conta de luz dela. Então, eu acho que essa questão é a charada central que nós temos que matar.

Se o senhor puder nos orientar sobre o que a gente pode fazer, eu estou aqui para ajudar o Banco Central a resolver esse problema. O senhor nos dê uma ideia, que eu quero ajudar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) – Obrigado, Senador Inácio Arruda.

Com a palavra o Presidente Tombini.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI – Obrigado, Senador Inácio Arruda, pela oferta de ajudar o Banco Central a avançar nessa questão dos juros no País.

Em primeiro lugar, eu acho que nós já avançamos bastante em relação ao passado.

Um de seus colegas mencionou taxas de juros de 45% para estabilizar a economia. Hoje nós estamos ali numa taxa, num momento de um dígito elevado, mas, enfim, numa outra realidade. Até coloquei o eslaide, que eu disponibilizei para V.Exas., da evolução da taxa básica de juros aí nos últimos 5, 6, 7 anos. E nós vemos a realidade: o Brasil mudou.

Obviamente, a política monetária não se faz por analogia. Não é por que outro país está com uma taxa de juros diferente que necessariamente vai haver convergência. Alguma convergência ocorre. De fato, esse movimento em que nós vemos a taxa básica de juros brasileira, abstraindo aí os ciclos que V.Exas. podem ver na tela, nós estamos numa tendência declinante da taxa básica que forma outras taxas. Algumas taxas não são formadas pela taxa básica. São, inclusive, menores que a taxa básica, e isso também dá parte da explicação por que a nossa taxa está no patamar em que está. Mas, enfim, mesmo na taxa básica de juros, abstraindo o ciclo, nós andamos num declínio, ou seja, condições foram criadas para taxa da economia, taxa mais estrutural, mais neutra, seja menor hoje do que foi no passado. Isso tem a ver com a responsabilidade fiscal ao longo do tempo, tem a ver, digamos, com a redução do problema da vulnerabilidade externa da economia brasileira, acumulação de reservas, tem a ver com o aprofundamento da bancarização no País, tem a ver com o aprofundamento do crédito no País, que era um quarto da economia em 2002 e hoje em dia é mais de 50% da economia. Então, um canal que era menor, hoje é maior. Logo, variações menores da taxa de juros têm mais influência na economia como um todo do que tiveram no passado. Promover uma taxa de 45% para esse canal de crédito é, no mínimo, um grande problema para a economia brasileira. Lá atrás não era porque os canais estavam mais obstruídos. Enfim, era outra realidade. Então, nós temos avançado estruturalmente.

Agora, como eu disse, ao longo de 2002 inclusive, quando estavam baixando os juros, os ciclos monetários não haviam sido abolidos da economia brasileira. A política monetária funciona. V.Exa. mencionava, quer dizer, desconfia que a inflação não seja tão fraca para, no primeiro grito, ela, de fato, apresentar uma tendência de melhora, como nós vimos nos últimos tempos.

Eu tenho dito – acho que disse aqui em abril ou março, quando da minha última vinda a esta Casa – que parte integrante da política monetária é a própria comunicação. Então, quando nós começamos a comunicar, no final de janeiro, início de fevereiro deste ano, que a inflação inspirava cuidados, digamos assim – não lembro exatamente as palavras que utilizara –, isso se refletiu quase que imediatamente na estrutura de juros da economia brasileira.

Vejam os senhores o que tem acontecido nos Estados Unidos. Não fizeram nenhum movimento ainda, e, de maio para cá, a taxa de 10 anos, que é o ativo mais representativo do sistema financeiro mundial, variou de 1,60% para 3% nesse período, sem um movimento de política monetária, comunicação... Quer dizer, a política monetária começou a atuar antes de abril, como eu mencionei, e V.Exa. se recordou durante sua intervenção. Então, acho que funciona assim, é importante. Se fosse só a inflação do tomate, nós não estaríamos aqui discutindo este assunto. Então precisa de uma ação, sim, como temos feito lá no Banco Central.

Incidentalmente temos a inflação, por exemplo, dos serviços, que tem a ver com a mudança estrutural da economia brasileira. São 35, 40 milhões de pessoas que ascendem ao mercado de consumo, demandando o segmento de não comercializáveis, que são os serviços, com pressão sobre o mercado de trabalho. Hoje nós estamos perto do pleno emprego, e a inflação, nesse segmento, tem sido elevada, acima de 8%. Ainda que tenha caído recentemente, mas cai muito gradualmente. Então, há esse aspecto.

Outro aspecto também a se considerar é este movimento internacional do dólar, que se fortalece em relação a outras moedas – praticamente quase todas as moedas dos emergentes e o real em particular. Há algum repasse cambial para a economia doméstica. Então, a política monetária tem que estar especialmente vigilante neste momento, para que esse repasse não chegue com força ao consumidor.

Todos os dias V.Exa. abre os jornais e vê essa tensão entre varejo e atacado, entre indústria e comércio. Então, é importante que haja alguém lá, o Banco Central, atuando para mitigar esse efeito para o consumidor final, senão quem paga a conta é o consumidor final.

Nós queremos minimizar isso e fazer com que esse movimento no câmbio, que foi aqui apontado como uma coisa positiva, porque vai impactar a balança comercial e de pagamentos, seja de fato mais permanente e que as mudanças sejam de preços relativos, para que não ocorra o que já ocorreu no passado: havia uma depreciação nominal da moeda brasileira, a inflação vinha e comia por dentro, e nós não tínhamos benefício com a mudança de preço relativo. Por isso a política monetária está e continuará vigilante para mitigar esses efeitos.

Então, tem, sim, efeito. Eu concordo com V.Exa. no sentido de que, às vezes, a coisa é exagerada, do ponto de vista da repercussão. Há alguns meses, parecia que o País estava à beira da hiperinflação, quando, de fato, como a inflação elevou-se de patamar, nós estávamos começando o combate à inflação. Isso tem ocorrido.

Em relação à questão estrutural, há avanços que podemos discutir. Certamente, estou à disposição de V.Exa.

O SR. SENADOR INÁCIO ARRUDA – Provavelmente em outra rodada, em outro dia, atendendo ao nosso Presidente, que não quer réplica. Mas trataremos do problema da taxa flutuante de câmbio. Depois, examinaremos se isso é um problema conceitual do banco, se é uma regra que devemos usar para sempre. Eu acho muito difícil ter estabilidade de taxa flutuante. É sempre algo muito complicado, muito difícil.

Nós queremos a estabilidade do câmbio, mas, com taxa flutuante, sempre há uma pressão muito forte para que ela desça e suba todo dia ao sabor... O mercado fica com muito mais força para agir, na minha opinião, do que se nós usássemos outro instrumento. Mas é outro debate.

Uma coisa está ligada à outra, não tem jeito: câmbio, juros, Lei de Responsabilidade Fiscal. Vários elementos atuam simultaneamente na formatação do preço do nosso dinheiro, que mexe diretamente... A gente não imagina. A população que está na periferia acessando pela primeira vez a um salão de beleza não imagina que está impactando a economia nem imagina que está sendo impactada pela decisão da moeda via câmbio, via juros.

Então, talvez esse seja um debate que tenhamos que fazer em outra oportunidade. Acho que seria muito importante fazê-lo, para enfrentarmos essa realidade econômica brasileira em um ano tão importante como 2014, na minha opinião.

Agradeço a V.Exa. É sempre um bom debate.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) – Obrigado, Senador Inácio Arruda.

Passo a palavra ao Deputado Domingos Sávio.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO – Muito obrigado, Sr. Presidente. Cumprimento o Presidente do Banco Central, Dr. Alexandre Tombini, os demais dirigentes e servidores do Banco Central que o acompanham, colegas Deputados, colegas Senadores.

Sr. Presidente, eu não comungo desse sentimento, embora, é claro, aqui vivamos em um ambiente em que as ideias, às vezes, conflitam. Mas, felizmente, pelo menos eu posso dizer que tenho uma relação extremamente cordial com todos os colegas. No campo das ideias, às vezes, divergimos.

Eu não comungo dessa ideia de que há um pessimismo que destoa da realidade, que há má vontade da imprensa, de veículos de comunicação com relação a alguns números da nossa economia, a algumas questões do interesse do nosso País, até porque o sentimento que nos une, de forma suprapartidária, é o de defesa da nossa Pátria, de valorização daquilo que é essencial para nós, haja vista o próprio real, que é algo do campo estritamente econômico, é a nossa moeda, e não tem paixões de natureza partidária. Ele surgiu no período que antecedeu este Governo e tem sido tratado com a responsabilidade que requer a moeda, um dos sustentáculos essenciais de todo o País, com suas bases econômicas.

E o senhor, com certeza, com sua equipe, faz um trabalho que nós entendemos como sendo um trabalho sério e responsável, embora tenhamos algumas preocupações, que eu quero compartilhar, que estão na mesma linha do que é manifesto com frequência pela imprensa ou até pela dona de casa. É o mundo real. Às vezes, o mundo real não consegue compreender o que, de modo popular, se chama economês, a linguagem mais técnica e vernácula dos estudiosos de Economia. Mas o mundo real é que deve pautar as nossas vidas aqui, porque nós estamos aqui para representar o mundo real. Nós estamos aqui para representar os cidadãos, do mais humilde àquele que emprega mil, 2 mil, 10 mil pessoas no nosso País.

Há certos fatores que estão impactando de forma direta a vida deles, os quais nós não podemos negar, e eu tenho certeza de que eles preocupam o senhor. As minhas posições são no sentido de termos uma clareza maior de como isso pode ser, está e será enfrentado.

O primeiro aspecto está associado a todas essas considerações feitas sobre inflação, juros e polí-

tica cambial. A balança comercial brasileira faz parte do mundo real. O Brasil está já, há muitos anos, em declínio, com uma balança comercial negativa, e isso alcançou patamares extremamente preocupantes. A gente percebe que há, sim, uma relação com o dólar. Há, portanto, uma relação com a capacidade competitiva da indústria brasileira.

A balança comercial está negativa e tem um saldo negativo maior ainda a cada momento e continua sustentando-se em *commodities* - no minério, na agricultura –, como um dos principais pilares da parte positiva. Tirando isso, o desastre é monumental, quando se faz uma análise da nossa balança comercial indústria/indústria, manufaturado/manufaturado.

Há outro fator que não pode ser ignorado. A indústria brasileira caiu nos últimos anos. Isso não começou agora, pois vem caindo em níveis muito significativos sua participação no PIB – são dados do próprio Governo. A participação da indústria no PIB brasileiro está na casa de 13%; ela já esteve próxima do dobro disso. A indústria brasileira está sofrendo, e isso é algo que tem um efeito de longo tempo. Não se construiu o parque industrial brasileiro em um governo. Isso não é propriedade de um governo ou de uma linha ideológica. Isso é um patrimônio da nossa Nação e tem de ser preservado. Tem de se trabalhar para que a indústria brasileira volte a crescer, a ser competitiva.

Eu já começo a trazer algumas indagações a V.Exa. É claro que nós respeitamos o fato de o Banco Central ter missões de curtíssimo prazo. Aqui foi lembrado do tomate, que virou um vilão. Há quem diga que não se aumentou a gasolina por causa do tomate. Que bom que não se aumentou a gasolina, mas até que ponto isso se sustenta? A sustentabilidade deve ser uma preocupação do senhor ao presidir o Banco Central. Uma política econômica tem que ter sustentabilidade. Essa é uma das chaves do Plano Real: a sustentabilidade. Essa palavra não é bonita ou da moda, só para ecologia; ela é fundamental na vida das pessoas.

Na economia, acredito eu, com a minha simplicidade de agricultor e de médico veterinário, ela é essencial. Uma política econômica sólida tem de ser sustentável. Será que nós vamos sustentar a nossa inflação em patamares aceitáveis, embora ela tenha subido? Embora ela esteja com alguns indicativos de ascensão a serem analisados no primeiro semestre inteiro? Porque análise de inflação não se faz em um mês ou em um trimestre; é, no mínimo, em um ano. Quando se analisa um ano, ela tem indicadores preocupantes, que merecem ação.

Mas é uma política cambial que de certa forma sinaliza que o câmbio flutuante, um dos sustentáculos ou um dos pontos de sustentabilidade do Plano Real, começa a ficar comprometido. Leilão programado ao longo de vários meses parece um remédio adequado para segurar o dólar por alguns meses. Mas daqui a pouco teremos a prática de leilão programado para 2015, daqui a pouco? Nós vamos partir do princípio de que nós vamos sempre ter que vender dólar, com uma balança comercial negativa, com juros altos, com uma inflação que também sinaliza alta, com uma indústria com baixa competitividade, suportando o Governo, que segura o dólar e o que aumenta os juros? Será que é esse o remédio? Há sustentabilidade nisso em longo prazo?

E aí, Ministro, entra uma questão, com todo o respeito: política econômica, se ficar atrelada demais a processo eleitoral, é um desastre a médio e a longo prazos para o País. Eu sei que V.Exa. se posiciona. Aliás, eu sempre entendi que o Banco Central tem de ter independência absoluta. Nas economias sólidas do mundo inteiro é assim. Eu quero o nosso Brasil com uma economia sólida, com a qual se tenha segurança.

Acho que é preciso ter cuidado para agir. Achei interessante a brincadeira: será que nós vamos dar graças a Deus por uma decisão do FED, o Banco Central americano? O Presidente fez isso com a sua espontaneidade, mas com a responsabilidade de quem sabe que os Estados Unidos são um parceiro comercial importante – parece que é o segundo maior parceiro comercial do Brasil. É uma economia que é uma referência no mundo. Dá para fazer bravata, nesta hora, em relação aos Estados Unidos? Será que isso ajuda o Banco Central? Será que isso ajuda a nossa economia? Será que há sustentabilidade, portanto, volto a insistir, nessa forma de tratar a política cambial brasileira? Será que não são fatores como esses, somados ao desequilíbrio das contas públicas – algo sério – que fazem a inflação estar aí, persistindo?

E digo desequilíbrio das contas públicas porque há uma expectativa de superávit. Pelo menos a meta de superávit seria de 2,3% do PIB ou algo assim. Já tivemos aqui de votar um projeto nesta Comissão, além do PAC, incluindo as desonerações para deduzir desse superávit que se esperava, ou seja, flexibilizando um pouco as metas que se esperava alcançar.

E quero concluir o raciocínio reiterando um respeito profundo ao esforço de V.Exa. e da equipe. Mas esse esforço não pode ficar comprometido por alguns raciocínios imediatistas. Eu acho que política econômica tem que ter sustentabilidade a longo prazo. Preocupa-me um país cuja política cambial trava a indústria brasileira, um país em que voltam a aumentar juros com a indústria brasileira tendo um crescimento pífio.

Quando a gente coloca que o PIB é Pibinho, não é porque eu queira com isso fazer uma referência pejo-

rativa ao meu País. É porque eu tenho consciência de que meu País tem indicadores sociais, econômicos e de crescimento que ainda estão muito aquém do que nós queremos e merecemos. Ora, quando alguém bate um recorde mundial, para se superar, é muito difícil. Mas quando a gente está lá atrás ainda na fila, crescer dois e pouco por cento é muito pouco. Somos um país que está entre os menores crescimentos de toda a América Latina e vamos dizer que está bom demais? É claro que não está bom! Nós temos que crescer mais do que isso. E pior: quem disse que iríamos crescer próximo de 5% ou algo em torno disso foi a Presidente da República, que estabeleceu uma sinalização para este ano.

Então, é absolutamente razoável que haja notícias da imprensa dizendo que o PIB está pequeno; que se sinalizou uma coisa e se alcançou bem menos; que a inflação cresceu, porque ela cresceu mesmo; que a política cambial está representando um arrocho para a competitividade da indústria brasileira. A balança comercial está demonstrando isso, está claro.

Para finalizar, eu deixaria uma pergunta: há sustentabilidade na forma como estão sendo geridas as macroquestões da nossa política econômica?

A outra consideração que faço é mais pontual. Há poucos dias aprovamos aqui – chegou um pouco de última hora, como é relativamente comum ocorrer com as medidas provisórias – um REFIS para bancos e para seguradoras, um refinanciamento. Não seria adequado que isso fosse oferecido a todas as empresas? Isso não daria um fôlego à economia brasileira? Isso não ajudaria a buscar o crescimento? Não seria inclusive mais justo, do ponto de vista da isonomia? Se eu vou fazer REFIS, por que eu vou fazer para banco, que foi o setor que mais lucro teve?

E nessa linha ainda, de bancos, eu não posso deixar de fazer um apelo ao senhor. Talvez até fosse o caso, se o senhor achar por bem, a gente sentar e conversar com alguém do Banco Central. Creio que não seja do Banco Central, porque eu já tratei desse assunto numa ocasião – se não me falha a memória, foi até com o senhor – e sei que o senhor é uma pessoa que tem incentivado o cooperativismo de crédito, de onde eu venho. O cooperativismo de crédito, por sinal, cresceu muito no Governo Lula e tem crescido no Governo Dilma. Não posso crer que haja qualquer má vontade com relação ao cooperativismo de crédito. Ele tem crescido e tem cumprido um papel importante na popularização dos financiamentos, na amplitude do acesso ao crédito e, principalmente, no controle de tarifas. O senhor sabe muito bem que as cooperativas são campeãs em termos de diminuir custos.

Pois bem, há um projeto de lei de minha autoria que não dá nada a mais à cooperativa de crédito do que aquilo que todo banco privado tem dado na relação com o poder público. A preferência é do Banco do Brasil, da Caixa Econômica, onde eles existem, mas não há proibição de que uma Prefeitura faça o pagamento de uma folha de pagamento, faça uma operação de depósito à vista em bancos privados. Não há esse impedimento.

Com as cooperativas de crédito, Presidente, há um absurdo. Às vezes, a cooperativa é uma das melhores empregadoras de uma cidadezinha pequena. É ela que ajuda a economia. A Prefeitura daquela cidade pequenininha tem que pagar a folha de pagamento dos funcionários na cidade vizinha, porque a única instituição financeira naquela cidade é a cooperativa de crédito. Eu tenho vários exemplos disso em Minas Gerais. Ela é a única instituição, mas tem sido proibida de receber o depósito à vista ou de fazer o pagamento dos funcionários e uma série de operações corriqueiras com as Prefeituras.

O nosso projeto apenas garante, dentro da lei das cooperativas de crédito, a possibilidade de elas realizarem essa operação, obviamente respeitadas todas as regras do Banco Central. Aliás, já é assim. O Banco Central tem um papel fundamental na seriedade das cooperativas.

Eu queria terminar, mais uma vez cumprimentando o senhor e a sua equipe pelo esforço, mas reiterando que eu acho que não há mercado, não há ambiente de notícias alardeadoras, não. Eu acho que há um pouco mais de preocupação quanto à sustentabilidade da política econômica brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) – Obrigado, Deputado Domingos Sávio.

Só para esclarecer a minha brincadeira, quando eu disse graças a Deus, era em função de não haver nenhuma mudança e da presença do Presidente aqui. Caso houvesse a mudança, poderia ser que ele tivesse que fazer alguma adaptação, e certamente seria postergada, pela presença dele nesta Comissão. Não que eu esteja torcendo contra os Estados Unidos, pelo contrário.

Tenho o prazer de passar a palavra agora ao Deputado Alfredo Kaefer e, logo a seguir, ao Senador Eduardo Suplicy.

Com a palavra o Deputado Alfredo Kaefer.

O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER – Sr. Presidente do Banco Central, Presidente da Mesa, Senador Lobão, Sr. Altamir Lopes, que está sempre conosco lá na CFT, aproveito o momento para dizer que não é proibido ao Presidente do Banco Central

também vir às nossas reuniões da Comissão de Finanças e Tributação, nem que seja vez por outra. A gente tem um ambiente bem informal e trata lá das coisas com muita sintonia.

Eu começo aqui também a falar de taxa de juros. Parece que é o único instrumento que nós temos de controle de inflação. E aí eu sou crítico ao dizer que nós deveríamos estar combatendo a inflação não por política monetária, e sim por política fiscal.

Às vezes, até fico me indagando se o Presidente do Banco Central e o Ministro da Fazenda não têm sintonia adequada – e isso não vem de hoje – para dizer: *Ministro, se não for assim, a coisa vai descambar, e não vamos ter outro jeito: vamos ter que subir as taxas de juros.Controle os gastos, tome lá as suas providências fiscais, para que a gente não tenha que subir taxa de juros.*

Aumentando taxa de juros, sou também bastante descrente e gostaria que me provassem que de fato o aumento da taxa de juros é o que dá efeito para o controle da inflação. Coincidentemente ou não, há sempre outros ingredientes que vêm junto. Por exemplo, agora a inflação deu uma segurada, tivemos uma safra boa, e os preços das *commodities* caíram. Então, será que foi a taxa de juros, que subiu, ou foram outros fatores – safra, mais oferta de produtos, redução de consumo, porque nossas famílias estão endividadas – o que fez de fato baixar ou segurar a taxa de inflação?

Sr. Presidente, eu me dedico muito a estudar isso, a ler sobre isso, e percebi que muitos países que têm situações semelhantes à nossa, que tiveram impactos um pouco maiores de inflação, via de regra, não usam o aumento da taxa de juros como instrumento. Vários deles não usam. Eu li outro dia, por exemplo, que a Índia teve, recentemente, um efeito de inflação um pouco maior do que o normal, mas não extrapolou a taxa de juros de forma tal que ela seja maior do que a inflação. Hoje, por exemplo, ela é no mínimo 50%, 60% acima da nossa inflação, que é projetada em 9%. E nós temos 50% a mais de taxa SELIC sobre a inflação projetada. O senhor sabe que isso tem impacto.

Falamos de *spread* bancário. Tudo isso repercute, porque, se uma taxa SELIC está em 9%, a duplicata para o comerciante está em 40% ou em 50%, e a taxa de juros para o consumidor já está próxima de 100%. Aí vem lucro de banco, *spread*, inadimplência. Soma-se tudo isso, e o brasileiro paga uma taxa de juros altíssima.

Há outra questão, que se refere a mais um aspecto dessa situação da taxa de juros. Eu estou no segundo mandato aqui na Câmara e, no período da crise do Lehman – agora faz 5 anos que isso aconteceu –, nós cobramos do Presidente do Banco Central à época, Henrique Meirelles, a razão de naquele momento não ser a hora de baixar a taxa SELIC com um fator mais forte. Se lá na frente, como de fato aconteceu, nós tivéssemos que subir a taxa de juros para segurar a inflação de 7% para 9%, ela poderia ter sido, quem sabe, de 5% para 7%.

Ficamos 6 meses sem nenhuma reação inflacionária, com os produtos estabilizados. Havia até um clima de deflação, e o Banco Central foi extremamente tímido e acanhado em reduzir a taxa de juros, quando ele poderia ter dado uma pancada de, no mínimo, 2 pontos a menos, e agora nós estaríamos tendo esse reflexo sobre uma base menor.

Taxa de juros de câmbio flutuante para mim é uma grande falácia. Taxa de juros, câmbio livre e dólar flutuante só cabem quando se tem uma taxa de juros extremamente baixa, a exemplo do Japão e de alguns países da Europa, eventualmente, e assim por diante. Nós, que temos taxa de juros alta, jamais vamos ter uma taxa de câmbio flutuante e algo equilibrado para o mercado. Não me diga que isso não tem fator de Banco Central junto. Nós somos críticos. Não deveríamos ter deixado o real ser valorizado a ponto de o dólar chegar a 1 real e 65 centavos.

Essa situação de desindustrialização... Não vamos chamar de desindustrialização, mas a indústria sofreu muito. Criamos milhares de empregos na China, na Ásia e prejudicamos o Brasil, porque não há competitividade que consiga fazer frente a uma taxa de câmbio daquelas. E aí o banco diz: *Não, mas o dólar é flutuante.* Agora o Banco Central mostrou que quem fez o dólar refluir foi ele próprio, tanto para cima quanto para baixo. Os senhores deram sinal de que entrariam pesado, e o dólar voltou: foi de 2 reais a 2 reais e 30 ou 40 centavos porque os senhores deram sinal de que iam deixar correr. Então, ninguém me diga que o dólar flutuante não tem influência do Banco Central. Isso é absolutamente certo.

Quanto às dívidas de curto e longo prazo, eu perguntei aqui ao Relator da LDO sobre o Orçamento da União do ano que vem: será de cerca de 2 bilhões. Eu sou favorável a termos reservas cambiais boas, de bom número. Mas por que nós temos que ter de 20% a 25% do nosso Orçamento guardados em reservas lá no exterior? Quanto custa isso para o País, aplicado a 1% a 2% de taxa de juros, quando nós aqui pagamos 9% de taxa SELIC? Nós – é absolutamente certo–, se tivéssemos 200 bilhões de reserva cambial, tenho certeza de que teríamos um colchão preventivo suficiente para fazer isso.

Por que não botar esses recursos e, de forma oficial, reduzir as reservas pela metade e criar condições para que empresas brasileiras no exterior financiem

de lá as importações do Brasil, para que a gente possa fazer crescer as nossas exportações? Isso é uma ideia que acho ser factível. São quase 400 bilhões de dólares em reserva, a qual não vejo razão de existir.

Em relação a atração de poupança externa, nós sabemos que não vamos ter, a curto e a médio prazos, poupança interna de 20% ou de 25% do PIB para fazer frente ao crescimento econômico. Quais são, a seu ver, os instrumentos adequados? Eles têm que ser buscados no exterior. Eu sei que precisamos ter contratos firmes, regras estáveis, mas quais são, a seu ver, os instrumentos que nós poderemos criar para atrair mais capital do exterior, evidentemente, sem termos que fazer uso da vaca holandesa, para não pressionarmos novamente a moeda, e ter o real extremamente valorizado?

Faz 5 anos que nós vivemos a crise do Lehman. Nós sabemos que um dos fatores principais foi o descontrole que os americanos tiveram sobre as instituições financeiras que estavam fora do controle do Fed. Estavam livres empresas de investimento, etc. Que controle, que mecanismos o Banco Central tem hoje no Brasil sobre as instituições de crédito, de financiamento que estão fora do controle do Banco Central? Eu falo de fundos, de FIDC. Eu falo, por exemplo, de empresas de *factoring* hoje – e estou trabalhando nisso aqui na Câmara. Há empresas de *factoring* do tamanho de bancos que estão totalmente fora do controle do Banco Central. Essa é uma questão.

O que o senhor tem a dizer – está tramitando no Senado, e nós vamos versar isso – sobre o Banco Central ser independente? Qual é a sua visão sobre isso?

E mais: sobre esse imbróglio todo, como o senhor veria a circulação livre de moeda estrangeira no Brasil, como alguns países têm? Até o nosso vizinho Paraguai pode movimentar o guarani, a moeda deles, livremente o dólar, pode ter conta em dólar.

E outra questão, até pequena: por que o Banco Central optou por trocar o nosso papel moeda? Qual é a razão disso? Eu até acho – isso é uma questão pessoal – que não faz sentido você ter várias moedas de tamanho diferente. Disseram que foi para as pessoas cegas identificarem melhor, mas foi um gasto extraordinário totalmente descabido, na minha opinião.

Última questão: outro dia, por pedido do Executivo, do Ministério da Fazenda, o Banco Central liberou compulsório para algumas atividades com vista a dar estímulo. E eu sempre pensei que nós temos uso do compulsório para a agricultura, que liberamos o compulsório para investimentos não sei se no PAC em coisas de longo prazo, em infraestrutura. Como é que o senhor vê a liberação de compulsório? Nós temos um volume grande de compulsório; é bem verdade que grande parte dele é remunerado. Como é que o senhor veria a liberação de parte de compulsório, nem que ele tivesse que ser feito de forma forçada, para nós investirmos isso maciçamente em educação, que é a chave do nosso desenvolvimento de médio e longo prazos?

Haveria mais questões, mas, a pedido do Presidente Lobão, não vou usar mais o tempo porque já questionei bastante.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) – Obrigado, Deputado Alfredo. Com a palavra o Presidente Tombini.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI – Obrigado, Sr. Presidente.

Serei breve, porque há um grande número de questões neste momento. Vou iniciar pelas questões do Deputado Domingos Sávio.

Em relação à política econômica brasileira e à sustentabilidade, que foi um princípio que V.Exa. invocou, eu também creio que é um objetivo, certamente, que as políticas tenham ao longo do tempo efeitos que se sustentem, porque de nada adianta ter uma política com efeito fugaz que crie a semente de problema no futuro e acabe custando para a economia. Nesse sentido, creio que a política econômica brasileira hoje está extremamente sintonizada com o princípio da sustentabilidade e da prudência.

V.Exa. mencionou as iniciativas de curto prazo. Nós estamos vivendo um período de transição em que é preciso adotar algumas medidas de curto prazo, justamente para se contrapor a um cenário que foi colocado não pelo Brasil, mas num contexto global de transição, num mundo de dinheiro extremamente barato, para algo já caminhando para uma normalização, ao longo dos próximos trimestres, semestres, enfim. Então, nós precisamos estar preparados, não deixar que os riscos da transição coloquem um questionamento mais severo sobre a sustentabilidade das políticas de longo prazo.

Em relação à taxa de juros, por exemplo, tive oportunidade de, respondendo à pergunta de um colega seu, apresentar alguns argumentos por que eu entendo que nós avançamos na questão da taxa de juros estrutural da economia, que hoje é mais baixa do que foi num passado não tão distante. Tivemos a questão da prudência fiscal, que eliminou aquele risco que estava muito presente no início da década de 2000, final da década de 1990, da solvência do setor público. Então, esse risco é afastado.

Quanto à questão da vulnerabilidade externa, ainda que V.Exa. tenha mencionado o desempenho da balança comercial, nós já passamos por esse capítulo da vulnerabilidade da economia brasileira. Nós

temos hoje vários aspectos que reduzem essa vulnerabilidade, entre outros, o nosso colchão de reserva de liquidez em moeda estrangeira, que dá segurança não só ao Governo, mas também aos agentes privados, às empresas e às famílias.

V.Exa., inclusive, reconheceu que houve uma tranquilidade, mas trouxe alguma restrição ao programa que foi anunciado recentemente pelo Branco Central, no dia 22 de agosto. Não se trata aqui de sair do regime de câmbio, que acho ter servido bem ao País. O câmbio flutuante protege, quando o País enfrenta um choque positivo, seus termos de troca. O câmbio tem de apreciar e aprecia. Isso é refletido. Também quando há aversão ao risco, como vimos nos últimos meses, o câmbio flutuante dá a primeira linha de proteção, mas, naturalmente, o Banco Central sempre diz que tem uma política de acumulação de reservas – quando as condições de mercado permitiam – e de intervenção nos mercados, para garantir o bom funcionamento e tirar o excesso de volatilidade que, em alguns momentos, torna a vida do cidadão comum e das empresas um tanto quanto complicada, a depender da dinâmica desse mercado.

Então, nós estamos menos vulneráveis em vários aspectos. O sistema financeiro hoje está sólido, capitalizado, enfim, e reconhecido internacionalmente como um segmento seguro e forte da economia brasileira.

Outra questão que eu mencionei em relação aos avanços que tivemos nos juros estruturais da economia, por exemplo, foi a bancarização que ocorreu na economia brasileira nos últimos anos, que pode ser vista pelo lado do crédito e pode ser vista pelo lado do acesso ao serviço financeiro. Inclusive, V.Exa. mencionou um segmento importante do sistema financeiro nacional, o sistema cooperativista de crédito, que tem ajudado nessa capilarização dos serviços financeiros nos rincões do País. Isso também ajuda a entender.

Do ponto de vista estrutural, nós hoje temos vários avanços. Estamos menos vulneráveis do ponto de vista externo e do ponto de vista fiscal. Então, essa é uma política base para que os agentes privados consigam atuar e expandir as suas atividades no período à frente. Na transição, estamos fazendo as políticas de curto prazo para não botar a perder esses movimentos mais estruturais. E há uma agenda – V.Exa. mencionou o setor industrial – para melhorar as condições de competividade, a produtividade do segmento. Toda essa discussão foi travada no País em relação à desoneração da folha de pagamento, à redução do custo da energia, sempre apontado como um custo relevante para o produtor nacional. Temos todo investimento na capacitação de mão de obra.

Enfim, temos todo um programa de investimento em infraestrutura logística, que certamente terá um impacto difuso e amplo sobre a economia brasileira nos próximos trimestres, semestres e anos.

Acho que, sim, a política macro é uma política de responsabilidade, do ponto de vista das finanças públicas, é uma política ativa e alerta a política monetária com o objetivo definido. Temos um arcabouço claro para todos em relação a quais são os objetivos. Creio que, sim, estamos com uma política macroeconômica, usando suas palavras, que apresenta sustentabilidade e as medidas de curto prazo para transitar nesse período de maior volatilidade.

Em relação à sua segunda observação, o REFIS dos bancos, agora estou me dando conta do que V.Exa. estava mencionando. Na MP 615 consta o objeto, as dívidas de PIS/COFINS. É uma decisão do Parlamento. Não sei o que eu teria a dizer em relação a isso.

Sobre o projeto de lei estamos à disposição. Não sei se a minha equipe já o avaliou, mas certamente estaremos engajados.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO – Se me permite, Presidente, sobre esse projeto de lei, eu já vi sinalizações da equipe do Banco Central de que não há nenhuma objeção. O projeto de lei realmente não muda nada no cenário, a não ser possibilitar que a cooperativa de crédito faça operações à vista, de depósito à vista, e operações triviais com as entidades públicas. O que é de interesse público é de interesse das Prefeituras e é de interesse das cooperativas de crédito, sem apresentar nenhum risco, até porque obviamente o Banco Central acompanha isso. O que está me preocupando é que, embora tenha tido parecer favorável do Relator, o projeto teve alguma dúvida, algum óbice vindo, obviamente, da área do Governo, se poderia aprovar ou não.

Nós agiremos através da Frente Parlamentar do Cooperativismo de forma diplomática para construir um entendimento para esse projeto ser aprovado. Tínhamos esperança de aprová-lo no ano passado, que era o Ano Internacional do Cooperativismo.

Deixo esse apelo a V.Exa. É o Projeto nº 100, de 2011. É um projeto singelo que beneficia o cooperativismo de crédito sem criar nenhum tipo de alteração no sistema financeiro ou qualquer outro tipo de problema.

De antemão eu já agradeço a V.Exa.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMIBINI – Muito obrigado.

Quanto às perguntas do Deputado Alfredo, vou seguir a ordem.

Em relação à política monetária, V.Exa. mencionou a sua descrença no instrumento. Temos uma divergência nesse ponto. Acho que, sim, a política mo-

netária tem um papel para o controle da inflação, ela vem atuando nisso, tomando como base as demais políticas e a conjuntura, tanto brasileira quanto internacional. Temos atuado para assegurar o controle da inflação, trazer essa inflação para baixo, em direção à nossa meta de inflação. Estamos fazendo isso. A política funciona.

Acho que a comunicação política que antecede a própria adoção teve seus impactos. Estamos monitorando todas as variáveis domésticas e internacionais para tomar as decisões seguintes. Como V.Exa. bem sabe, o Banco Central se reúne na qualidade de Comitê de Política Monetária a cada 6 semanas.

O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER – Uma ressalva. Não é descrença. Eu tenho dúvida do efeito dela. É isso. Acho que ela é inevitável, mas penso que há altos instrumentos.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMIBINI – O.k. Muito obrigado pela qualificação.

Em relação à taxa de câmbio flutuante, eu acabava de mencionar respondendo à pergunta do Deputado Domingos Sávio, que o regime de câmbio flutuante, na nossa visão, é o regime que melhor protege a economia brasileira de choques, sejam choques coletivos, sejam choques adversos.

O Banco Central tem repetido inúmeras vezes que a primeira linha de defesa contra um choque externo é o próprio câmbio flutuante.

Naturalmente, dito isso, nós também apresentamos alguns outros princípios, por exemplo: fazer com que os mercados funcionem, fazer com que se evite volatilidade excessiva nessa variável importante. E nós anunciamos recentemente esse programa de fornecimento de proteção para assegurar que o câmbio não tenha efeitos permanentes sobre a economia real que sejam indesejáveis. Nós temos feito isso com êxito nesse período.

Em relação às reservas internacionais, acho que esse é um colchão de contenção que nos permite ter um arsenal de medidas para fornecer esse bem público, a estabilidade financeira e a estabilidade econômica para o País.

Eu diria que esse volume de reservas, que está na faixa de 15% do PIB, quando comparado com outras economias, está em um intervalo intermediário do valor de reserva em relação ao tamanho da economia. A economia cresceu, esse percentual está mais ou menos constante há algum tempo.

Então, não me parece um nível excessivo, na visão do Banco Central. E esse é um instrumento para proteger a economia, inclusive o lado real da economia. Não é para estar sentado em cima de um montante de recursos esterilizados lá no Banco Central em aplicações. Eles são efetivamente utilizados. E estamos neste momento trazendo mais tranquilidade para o lado real da economia operar nesse novo ambiente.

Em relação à atração de capitais, o Brasil, mesmo com as medidas que tomou nos últimos anos, medidas até para desacelerar um pouco esse ingresso de capitais de curto prazo... Eu tive oportunidade de falar aqui anteriormente sobre a natureza dos fluxos. Nós encontramos esse período recente de maior volatilidade com nossos fluxos de capitais com natureza diferenciada. Ou seja, mais investimento estrangeiro direto, menos portfólio, mais recurso de longo prazo, menos de curto prazo. Isso ajuda nesse momento de maior incerteza da economia global.

Mas, independentemente disso, o Brasil foi a terceira área que mais atraiu investimento estrangeiro direto no ano de 2012. Nós perdemos basicamente para China, Hong Kong, considerada uma área econômica única, e para os Estados Unidos. Está, inclusive, em uma das transparências que eu forneci aqui na prestação de contas.

Então, o Brasil tem atraído recursos de longo prazo. Enfim, acho que o que nós podemos fazer é continuar com esse enfoque de abertura em relação aos recursos estrangeiros, sempre tomando a cautela de evitar, quando a coisa está muito boa, fluxos excessivos que depois se revertem e causam impactos na economia real. Eu acho que isso nós temos feito tanto nos últimos 2 anos quanto mais recentemente.

Essa é uma discussão muito atual que V.Exa. traz sobre segmentos do sistema financeiro que não estão sob a regulação ou fiscalização. Essa discussão está muito em pauta em função das discussões de Basileia, das lições da crise, pelas quais se aperta a regulação sobre as entidades que já estão hoje sob o manto regulatório dos bancos centrais ou dos supervisores bancários, mas sempre com risco que aqueles que ficaram de fora tenham o benefício da arbitragem regulatória.

Então, esta é uma discussão que está correndo no mundo: o *shadow banking*, o sistema que fica à margem e que pode se beneficiar de uma regulação inexistente ou muito mais branda, mais genérica. É uma discussão relevante. Eu não vou conclui-la aqui, mas certamente V.Exa. tocou em um ponto bastante relevante. Eu queria adiantar que no Brasil, pelo nosso mapeamento, esse sistema que está fora do quadro regulatório do Banco Central é relativamente pequeno comparado ao restante da economia.

V.Exa. menciona a questão da circulação de moeda estrangeira. Eu acho que é preciso realmente ser muito cauteloso nessa área. O Brasil não emite moeda estrangeira – tem lá as suas reservas, mas não é um emissor de moeda estrangeira. Então, é sempre muito

perigoso permitir a livre circulação quando o país não é o emissor da moeda. Certamente nós não chegamos lá para avançar nessa direção. Enfim, poderíamos discutir bilateralmente sobre alguns dos riscos que nós vemos. Mas, certamente, há pouca chance de evoluir nessa direção, infelizmente.

Em relação ao Banco Central independente, eu acho que o Congresso tem que decidir, o Governo, enfim, tem que refletir sobre essa questão.

Sobre a troca do meio circulante, isto é algo que já vinha sendo planejado há muito tempo. Essa é uma decisão já de muito antes dessa administração. É um programa de modernização do nosso meio circulante, para melhorar os elementos de segurança e trazer também essa maior acessibilidade que V.Exa. mencionou, porque é um elemento importante o reconhecimento tátil, o reconhecimento por meio do tamanho das cédulas. Isso certamente é algo que traz um benefício para a sociedade brasileira. Há preferências, enfim, mas o objetivo da política foi claro: trazer o benefício de aumentar a segurança, aumentar o custo, digamos, da falsificação e permitir maior acessibilidade da população à moeda brasileira.

Por fim, o compulsório é algo do Banco Central, é um recurso do próprio sistema, que volta para o sistema. Não é um recurso do Banco Central, não é um recurso público sujeito à liberdade total das autoridades, sejam monetárias, sejam de Governo. Então, é preciso ter muita cautela em relação ao uso dos depósitos compulsórios, que têm, claro, o objetivo de assegurar a estabilidade das condições de liquidez do sistema financeiro. Então, esse é o objetivo precípuo da existência de compulsórios, que têm servido bem ao Brasil, que tem níveis de compulsório mais elevado do que outras jurisdições.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) – Obrigado, Presidente.

Passo a palavra, finalmente, para o Senador Suplicy. E logo após a inquirição do Senador Suplicy, rapidamente o Presidente Edinho Bez irá se pronunciar.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY – Prezado Presidente Edinho Bez, caro Presidente Senador Lobão Filho, prezado Sr. Diretor de Administração do Banco Central, Altamir Lopes, prezado Presidente e Ministro Alexandre Antonio Tombini, do Banco Central do Brasil. V.Exa., em demonstrações recentes aqui colocadas sobre a economia brasileira, tem tido a preocupação... Dessa vez não veio a evolução do Coeficiente de Gini de distribuição da renda. Queria estimulá-lo a sempre trazê-lo.

Mas eu agradeço se V.Exa. puder falar sobre esse tema. Não tenho visto em publicações, sejam do Banco Central, sejam do Ministério da Fazenda, sejam do Planejamento, ou mesmo em livros de economia recentes no Brasil, se há estimativa sobre como se distribuem os tipos de rendimentos: salários, juros, lucros, aluguéis, que são formas de rendimentos. Juros, para os que emprestam crédito, dinheiro; salários, a remuneração do trabalho; aluguéis, para os que recebem por alocar propriedades imobiliárias; e os lucros das empresas.

Eu pergunto se por acaso o Banco Central, as autoridades econômicas brasileiras têm uma evolução de como se distribuem salários, juros, lucros de aluguéis na economia brasileira e se isso poderia nos ajudar na análise da distribuição da renda. Felizmente, conforme V.Exa. mesmo tem nos apresentado, nesses últimos 10, 12 anos, desde 2001, 2002, o Coeficiente de Gini de desigualdade tem diminuído passo a passo, caiu de 0,59 para – o último de que eu me lembro, o mais recente – 0,519. Às vezes há diferenças conforme a base de medida do IBGE. Mas, se por acaso houver dados da distribuição da renda em épocas recentes e, presentemente, dos tipos de rendimentos, eu agradeço a informação. Se não houver, queria estimular o Banco Central a obter essa informação, porque ela é muito relevante para os economistas, e, para a população em geral, é mais um dado que, se medido de tempos em tempos, vai ajudar na análise do comportamento da economia brasileira.

Relacionado a esse tema, se V.Exa. puder nos dar e também avaliar o grau de concentração do sistema financeiro e do sistema bancário no Brasil, agradeceríamos. Nas últimas décadas, o sistema financeiro brasileiro passou por inúmeras absorções, fusões e compras de instituições financeiras, algumas maiores por outras menores, algumas acabaram tendo problemas de concordata, de falência e tudo o mais. E tudo isso faz com que nós hoje tenhamos um grau de concentração do sistema financeiro e do sistema de bancos, e assim por diante.

Eu agradeço se tiver aqui a informação mais atualizada: qual é o número hoje de instituições financeiras, correspondendo, digamos, ao número de bancos comerciais, de bancos de investimento, das próprias cooperativas de crédito, instituições eventualmente de microcrédito? Se houver, se V.Exa. puder nos dar essa informação, seria importante.

E agradeço se puder nos informar como é que V.Exa. vê o grau de concentração hoje existente, se considera bastante saudável, se por acaso avalia que isso deveria ser uma preocupação presente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, se porventura o Banco Central por vezes dialoga com os responsáveis pelo CADE relativamente a isso. Avalio que essa é uma atribuição tanto do Banco Central

quanto do CADE. Imagino que os dois organismos... Se, por acaso, não está acontecendo, mas se tivéssemos uma evolução para que o sistema bancário brasileiro se concentrasse em apenas dois, três, quatro bancos, isso obviamente seria uma preocupação, avalio, tanto do Banco Central quanto do CADE.

Agradeço se V.Exa. puder nos dizer a respeito da sua avaliação e, dentro disso, se puder nos dar uma informação sobre como está evoluindo o sistema de microcrédito no Brasil. Nós tivemos algumas vezes ao longo desses anos, e desde... Eu me lembro de visitas do criador do Grameen Bank, Muhammad Yunus, Prêmio Nobel da Paz. Ele esteve já algumas vezes no Brasil, e inclusive eu próprio assisti, no Rio de Janeiro, na sede do BNDES, a umas de suas palestras, quando conversou muito sobre o estímulo às instituições de microcrédito. E eu sei que, por exemplo, o próprio BNDES tem um setor de microcrédito, o Banco do Nordeste do Brasil tem também o setor de microcrédito, acho que é o Crediamigo, e assim por diante. Então, se puder nos dar um quadro de evolução e como considera que isso pode ser bastante saudável, agradecemos.

Agradeço se puder nos dar uma informação também sobre a evolução do balanço comercial brasileiro, pois parece que há notícias de uma evolução saudável nesses meses recentes.

E, finalmente, gostaria de lhe trazer uma preocupação que chegou a mim de servidores do Banco Central, do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central – SINAL, que em geral sempre dialogam comigo e com outros Senadores: considerando a própria relevância das funções desempenhadas pelo Banco Central, estaria, de fato, havendo um corte significativo de recurso de custeio da ordem de 70% para o último quadrimestre deste ano? Significará isso, porventura, uma diminuição dos meios de trabalho desses servidores, tais como restrições para ligações telefônicas, uso da Internet, redução do número de impressoras, diminuição substancial de viagens – inclusive, para a melhor fiscalização do sistema financeiro, o corte de terceirizados e estagiários –, entre outras medidas? Imagino que, para os servidores de carreira do Banco Central, não haveria cortes de maneira alguma, mas até para estagiários? Será que isso poderia, de alguma forma, comprometer o bom desempenho da instituição? Eu coloco essas questões como uma preocupação dos servidores que me parece saudável. Eles gostariam de obter as informações.

Eu quero cumprimentá-lo, Presidente Alexandre Tombini, pelo resultado, porque, conforme a demonstração da prestação de contas que regularmente V.Exa. aqui nos expõe, desta vez os indicadores são positivos, do ponto de vista do melhor desempenho da própria economia, do setor industrial, do setor de agricultura. Ainda hoje eu ouvi no rádio que o desempenho do setor de serviços foi muito significativo, um crescimento de 9%. Acho que eu ouvi no rádio, no caminho para o Senado hoje, que o setor de serviços, seja de transporte, seja das demais áreas, salvo engano, no semestre, apresentou um crescimento da ordem de 9%, portanto, uma recuperação bastante saudável. Pelos números que V.Exa. apresenta, tanto no âmbito da agricultura quanto no da evolução do investimento, das oportunidades de trabalho, e de maneira compatível com a recuperação da meta de inflação pelas autoridades monetárias, enfim, quero cumprimentá-lo por esse bom desempenho.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) – Obrigado, Senador Suplicy.

Passo a palavra ao Presidente Tombini.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI – Obrigado, Sr. Presidente, obrigado, Senador Suplicy, pelos questionamentos.

Em relação ao Coeficiente de Gini, de fato, não está na apresentação, vamos trazê-lo certamente na próxima vinda ao Congresso Nacional.

Sobre a decomposição pela ótica da renda do, digamos assim, produto brasileiro, é uma decomposição interessante. Acho que V.Exa. toca num ponto pouco explorado pelos economistas, e nós também não temos a tradição de olhar assim. Nós olhamos pela ótica do produto, agricultura, indústria e setor de serviços e, pela ótica da demanda, consumo, investimento, exportações líquidas e governo. Mas, pela ótica da renda, essa distribuição é menos olhada, e é algo importante de se ter uma noção. Eu desconfio, sem ver os números, que a parcela dos salários aumentou bastante nos últimos anos no País em relação às outras duas que V.Exa. menciona – aluguéis, na remuneração do espaço, da terra, e lucro do capital.

O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY – E os juros.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI – E os juros. Exatamente, os juros também. Eu tinha anotado aqui, mas a minha caligrafia... E os juros. Então, vamos examinar.

O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY – E para o Presidente do Banco Central saber a proporção dos juros na economia brasileira é sempre um dado relevante.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI – Sim, pelo lado da distribuição da renda, é interessante. Vamos investir nisso. Conversava aqui, enquanto V.Exa. fazia sua formulação, com o Diretor Altamir, que conhece as nossas estatísticas como ninguém. De fato,

temos condição de levantar essa distribuição, que parece interessante. Foi um bom alerta de V.Exa., vamos examinar isso. A evolução ao longo do tempo pode nos trazer algumas conclusões interessantes.

Em relação ao grau de concentração, ao número de instituições, eu não tenho aqui no momento, mas certamente temos na página do Banco Central esse contingente de instituições financeiras, todas as modalidades, inclusive cooperativas de crédito.

Só queria fazer um comentário em relação ao que V.Exa. mencionava sobre concentração. Concentração e competição, não necessariamente há um mapa perfeito entre uma e outra. Nós temos países com sistema financeiro altamente concentrado com um grau de concorrência bancária muito elevado, por exemplo, Canadá, Austrália, só para mencionar alguns. Eles têm um grau de concentração maior que outras economias, mas há muita concorrência entre as instituições.

E, no Brasil, a nossa agenda da concorrência no sistema bancário já tomava como base também essa realidade de que nós podemos ter mais concorrência ainda que o grau de concentração não se altere. Por meio do quê? Da portabilidade. Então, nós tivemos todo um desenho de políticas, ao longo dos últimos anos, para facilitar a portabilidade dos créditos, facilitar a portabilidade da conta bancária, com a criação da conta-salário, por exemplo, facilitar a portabilidade do cadastro do indivíduo, com iniciativas como Cadastro Positivo e, enfim, outras também de portar o seu próprio cadastro.

Então, o desenho das políticas, a própria criação do Cadastro Positivo, a diminuição dos limites de registro das operações de crédito no Banco Central também partem dessa premissa, que eu acho que é válida, de que, independentemente do grau de concentração, pode haver mais competição ou menos competição. Essa competição tem a ver com o custo de o cliente bancário transitar entre instituições, com usar o seu poder de barganha, que é mudar de instituição com menores custos. Nós temos trabalhado nisso, vamos continuar trabalhando. Mas os números estão lá, eu vou pedir à assessoria que passe os quantitativos do sistema financeiro.

O Microcrédito é um programa importante. Está na faixa de 4 bilhões de reais hoje o estoque de microcrédito. Esse programa, nos últimos 12 meses, cresceu bastante, quase 40%. Tenho aqui o número: nos últimos 2 meses, período encerrado em julho, em comparação com os 12 meses anteriores, cresceu 38,6% o crédito estendido na modalidade microcrédito.

Há um direcionamento, que tem sido mais bem utilizado do que no passado. Enfim, acho que tem funcionado essa política pública de aumentar o microcrédito, inclusive com participação do BNDES, que V.Exa. mencionou. Há esse outro programa, o Crediamigo. Então, ele está evoluindo. É importante, sim, esse segmento do sistema financeiro.

Evolução da balança comercial. Tem havido revisões para baixo do saldo positivo. Mais recentemente, começamos a ter na margem saldos positivos de balança comercial. A mudança nos preços relativos, que foi objeto da nossa discussão, nesta tarde, ou valorização do dólar em relação a várias outras moedas, fazer com que isso seja de fato um *blessing in disguise,* um aspecto positivo, ou seja, que haja uma mudança nos preços relativos, controlando a inflação, o câmbio nominal se ajustando, como se ajustou, e isso vai ter repercussão sobre a balança comercial. Então, está militando no sentido de melhorar o saldo comercial à frente.

Do ponto de vista do balanço de pagamento, temos uma conta corrente que, em grande parte, mais de 80%, é financiada por investimento estrangeiro direto. Essa é a realidade que nós temos. Uma conta corrente está numa faixa de 3,4% do PIP, hoje. É algo financiável.

Há muita discussão aí fora de que o Brasil estaria com a conta corrente abrindo. Não é a realidade. Nossa conta corrente ampliou um pouco o déficit em relação ao passado, mas é natural que o Brasil seja um absorvedor de poupança externa, que é, digamos, a contra face do déficit em conta corrente, mas em níveis manejáveis, e 3,4% do PIB é um nível manejado. Como eu disse, mais de 80% financiado pelo investimento estrangeiro direto. E essa realidade continua.

Em relação ao seu último ponto, estamos, sim, fazendo ajustes. No meio do processo de ajustes, o orçamentário, atendendo a uma decisão do Governo, do Decreto nº 8.062, de 29 de julho de 2013, e da Portaria nº 268, de 30 de julho de 2013.

Então, posso lhe assegurar algumas questões. Por exemplo, a questão de que os trabalhos de fiscalização em nada são afetados por esse corte. É uma preservação do orçamento na fiscalização. Por exemplo, é um dos pontos de preocupação levantados. Certamente nós temos a preocupação de acompanhar esses ajustes. Ninguém gosta de cortes, naturalmente. Nós temos um comitê de acompanhamento; um nível mais técnico de funcionários do Banco Central em todas as unidades do banco. Eles estão acompanhando diariamente a evolução desse processo. É um canal de comunicação com o funcionalismo. E temos um nível estratégico, coordenado pelo Diretor de Administração, Diretor Altamir, um outro Diretor e o Secretário Executivo, que também me relatam, reportam-me a evolução do acompanhamento disso.

Certamente, apesar de ninguém gostar de cortes, e de nós termos procurado de preservar todas as nossas atividades, sempre há um momento que eu acho que o servidor tem que utilizá-lo como oportunidade, para tornar a instituição mais eficiente ainda, tirando eventuais redundâncias excessivas.

Claro que num órgão como o Banco Central, por se deparar com problemas complexos – no dia a dia sempre surgem novos problemas –, nós temos que ter um nível de redundância, temos que ter pessoas pensando mais livremente dentro das nossas responsabilidades, mas, naturalmente, sempre uma situação de ajuste é também uma situação de oportunidade de tornar a nossa instituição ainda mais eficiente.

Então, é uma preocupação nossa, do Diretor Altamir, do Presidente. Certamente nós temos uma governança já estabelecida para acompanhar esse processo, e vamos receber, sim, temos recebido, os subsídios, as considerações do funcionalismo e também por meio do sindicato.

O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, o Presidente do Banco Central, o Presidente da Comissão Mista de Orçamento, o Deputado Edinho Bez e o Dr. Altamir Lopes precisam saber dos fatos importantes que afetam a vida da Nação. Um deles é a decisão que acaba de ser dada, não sei se V.Exa. já soube: o Ministro Celso de Mello reconheceu os embargos infringentes. Só para o Presidente do Banco Central também ficar sabendo. Isso foi há poucos instantes, e o Presidente estava no meio da sua exposição.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) – Obrigado, Senador.

O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) – Passo a palavra agora ao Deputado Edinho Bez, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados.

O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ – Cumprimento o Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, Senador Lobão Filho, que também preside esta audiência pública juntamente com os demais colegas e Presidentes de inúmeras Comissões aqui presentes.

Quero cumprimentar o Presidente do Banco Central do Brasil, Alexandre Antonio Tombini, o Diretor de Administração do Banco Central, Altamir Lopes, os demais Diretores e os demais auxiliares do Banco Central aqui presentes.

Peço a compreensão de vários colegas. Eu havia feito várias perguntas, o Presidente é testemunha, mas tive que mudá-las, porque, à medida que os colegas foram falando, mataram os meus questionamentos e perguntas, mas fiz alguns riscos, e há algumas repetições. Serei bastante breve.

A pergunta que faço ao Presidente do Banco Central é a seguinte: qual a possibilidade de o Banco Central interferir junto aos bancos e às administradoras de cartão de crédito para diminuir o custo – juros, taxas, etc. –, uma vez que, apesar de ter diminuído, ainda é muito alto, levando em consideração o índice de inflação e que muitos clientes se encontram com dificuldades de honrar os seus compromissos?

Fiz aqui um resumo em que eu falo muito sobre isso. Pergunto se diminuiu o índice de cheques devolvidos por insuficiência de fundos. Os cheques sem provisão de fundos prejudicam a nossa economia, causam transtornos à população, de um modo geral, e desclassificam a credibilidade do próprio cheque, respirando no sistema bancário brasileiro e na nossa própria economia. Pergunto se vem diminuindo o índice de cheques devolvidos.

A questão do dólar e do câmbio já foi falada, e seriam outras perguntas.

Para encerrar: Qual o valor do saldo de depósito compulsório que nós temos hoje no Brasil administrado pelo Banco Central?

No mais, eu quero parabenizar o Presidente por ter vindo mais uma vez a esta Comissão, por ter aceitado o nosso convite. Também temos consciência de que se trata de uma pessoa e de uma equipe, não somente do Presidente, que vêm desenvolvendo um bom trabalho frente ao Banco Central, que nos dá segurança.

Temos alguns problemas, nem sempre depende do Banco Central, mas há que se reconhecer o trabalho do Presidente, da Diretoria e de todos os colaboradores frente ao Banco Central, embora não tenha condições de agradar a todos, nem a mim, 100%. Sei da complexidade, porque também tenho intimidade com esse assunto.

Parabéns. Também nos colocamos à disposição aqui, no Congresso Nacional, e na qualidade de Presidente da Comissão Financeira de Fiscalização e Controle da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) – Obrigado, Deputado Edinho Bez.

Antes de encerrar, eu gostaria de passar a palavra, para as últimas considerações, ao Deputado Guilherme Campos.

O SR. DEPUTADO GUILHERME CAMPOS – Obrigado, Sr. Presidente Lobão Filho.

Quero parabenizar o Presidente Alexandre Antonio Tombini pela condução do Banco Central e, primeiro, me desculpar pela indelicadeza de não estar presente durante toda a reunião.

Quero fazer duas considerações, Sr. Presidente. Caso elas tenham sido abordadas e respondidas pelo Presidente, sinto-me satisfeito.

A primeira é a respeito da tarifa da energia elétrica. Nós tivemos uma mudança de metodologia na cobrança de tarifa, que representou, efetivamente, uma diminuição da tarifa para o consumidor final na ponta, quer seja pessoa física quer seja pessoa jurídica. Agora, todo esse ganho tem sido comprometido pela utilização cada vez maior de térmicas, em função da seca e do baixo nível dos reservatórios. O Banco Central já está prevendo esse impacto de aumento de tarifa nas contas de luz, nas projeções de inflacionárias futuras da conta de energia?

A segunda consideração é a respeito dos meios de pagamentos eletrônicos. Nós temos uma participação muito forte nessa área. O Banco Central tem olhado com muito carinho para essa atividade da economia.

Esta consideração já foi colocada para os senhores do Banco Central: os meios eletrônicos de pagamento dos cartões de benefício alimentação e refeição, que correm soltos no mercado. Por iniciativa nossa, há um projeto de lei para que também sejam fiscalizados pelo Banco Central.

São essas a minhas duas considerações, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) – Sr. Presidente, também as suas últimas considerações, respondendo aos dois nobres Parlamentares.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI – Sr. Presidente, em relação às perguntas do Exmo. Deputado Edinho Bez, primeiro sobre a possibilidade de o Banco Central trabalhar a questão dos *spreads*, das tarifas, do cartão de crédito, acho que essa é uma questão que nós temos na nossa agenda de trabalho. Já temos medidas tomadas num período não muito distante – eu tive a oportunidade de trabalhar em várias delas como diretor de regulação –, mas é uma agenda contínua, ou seja, nós temos que continuar evoluindo nesse conjunto de medidas.

Por exemplo, portabilidade é algo que sempre nos preocupa. Eu mencionava agora ao Senador Suplicy que é um dos segmentos em que nós sempre podemos evoluir, no sentido de aumentar a concorrência, qualquer que seja a configuração do sistema financeiro. É permitir que o cliente bancário se movimente entre instituições nas suas diversas linhas, tanto na questão dos depósitos e investimentos nos bancos quanto na tomada de recursos. Então, é uma agenda que está aí.

Em relação aos cartões de crédito, essa MP 615 contém uma série de novas atribuições na questão dos meios eletrônicos de pagamento. O Deputado Guilherme Campos também fazia menção a isso. Certamente, uma vez sancionada essa nova lei, o Banco Central e o Conselho Monetário Nacional terão 180 dias para regulamentá-la, algo muito importante pela própria capacidade de disseminação de serviços financeiros com o uso dos meios eletrônicos, um uso com maior segurança.

No momento em que o Conselho Monetário Nacional e o Banco Central regulamentarem essa matéria, num nível infralegal, depois de V.Exas. terem aprovado essa nova lei que está aguardando sanção, certamente isso dará um quadro de maior segurança para investimentos nessa área. Vai ajudar nessa combinação da tecnologia com o sistema financeiro.

Então, é mais um segmento que vai trabalhar no sentido de aumentar a competição no sistema. Vamos trabalhar nisso nos próximos meses, uma vez sancionada essa nova lei.

Em relação ao cheque sem fundo que o Deputado Edinho Bez mencionava, a participação...

O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ – Vem diminuindo?

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI – Vem diminuindo. Eu acabei de receber os dados, eu não os tinha de memória. Entre janeiro e julho, caíram de 6,35% dos cheques compensados para 6,25%, uma queda de um décimo de percentagem. Dado o volume, é uma queda não desprezível; tem caído nesse período mais recente.

Em relação aos depósitos compulsórios, nós temos algo entre 350 e 360 bilhões de reais de depósitos compulsórios hoje depositados no Banco Central do Brasil.

Então, para finalizar, Deputado Guilherme Campos, em relação aos meios de pagamento, é algo que nós temos discutido com as equipes do Banco Central – V.Exa. mencionou isso. Acho que a regulamentação dessa nova lei será um momento importante para avançar na regulação, avançar, por exemplo, no processo de disseminação dos serviços financeiros. Eu acho que esse é um potencial muito grande que se abre com essa nova regulação. E nós vamos trabalhar para dar segurança a esses novos meios, que já existem, mas agora vão ser enquadrados num novo marco regulatório infralegal, dando mais segurança a esse processo.

Sobre tarifa de energia – V.Exa. menciona que houve um impacto sobre o preço do consumidor e para as empresas –, como em qualquer outro preço da economia, em havendo informação, nós tentamos projetar isso à frente. Não me recordo de nada específico em relação à tarifa de energia elétrica, a não ser os impactos desse programa de desoneração, que foi estimado em torno de 15% a 20% no nível do IPCA. Acho que esse é o número que nós temos para o ano.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) – Muito bem. Muito obrigado ao Presidente do Banco Central, Sr. Alexandre Tombini, bem como aos seus diretores, aqui representados pelo Sr. Altamir Lopes, Diretor Administrativo, e a toda a sua equipe.

A interação com esta Comissão foi extremamente profícua, importante, de alto nível, e certamente irá contribuir não só para a formação de opinião dos nobres Parlamentares, mas para todo o País, com as informações que foram aqui divulgadas.

Então, agradeço aos Parlamentares presentes.

Encerro esta audiência pública comunicando que vamos dar 5 minutos para que possam ser trocados os *tapes* de gravação. Em seguida, daqui a 5 minutos, reiniciarei uma nova reunião desta Comissão.

Muito obrigado.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA SEXAGÉSIMA REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE SETEMBRO DE 2013, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL

Às dez horas e dezoito minutos do dia vinte e quatro de setembro do ano de dois mil e treze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Lindbergh Farias, e, ainda, dos Senadores Sérgio Souza, Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, e Roberto Requião, Presidente Eventual, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, José Pimentel, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin, Pedro Taques, Valdir Raupp, Ivo Cassol, Waldemir Moka, Ana Amélia, Benedito de Lira, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, Alvaro Dias, José Agripino, Flexa Ribeiro, João Vicente Claudino e Antonio Carlos Rodrigues. Deixam de comparecer os Senadores Delcídio do Amaral, Humberto Costa, Eduardo Braga, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Luiz Henrique, Francisco Dornelles, Kátia Abreu, Osvaldo Sobrinho, Armando Monteiro e Blairo Maggi. A Presidência declara aberta a Reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura da ata da 56ª Reunião, que é dada como aprovada. Em seguida, comunica aos Membros que a Comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento: Aviso nº 60 de 2013 (Aviso nº 1118-Seses-TCU-Plenário), de 28 de agosto de 2013, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC 037.897/2011-0, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam; Aviso nº 61 de 2013 (Aviso nº 1164-Seses-TCU-Plenário), de 11 de setembro de 2013, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC 032.321/2012-0, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam; e Aviso nº 62 de 2013 (Aviso nº 1171-Seses-TCU-Plenário), de 11 de setembro de 2013, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC 046.709/2012-6, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentam. Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular. Em seguida, de acordo com o art. 89, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, designa o Senador Osvaldo Sobrinho como membro suplente da Subcomissão Permanente para Tratar dos Temas Estruturais e de Longo Prazo da Economia Brasileira na vaga cedida pelo Bloco da Minoria, antes ocupada pelo Senador Jayme Campos. A Presidência dá início à apreciação das Matérias constantes da pauta. **Item 1**– Projeto de Lei do Senado nº 258 de 2010, não terminativo, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que "institui a Política de Desenvolvimento do Brasil Rural (PDBR) e dispõe sobre a elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento do Brasil Rural (PNDBR)", tendo como relator o Senador Sérgio Souza que oferece relatório favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 e 2– CCJ-CMA e nº 3-CMA. A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator. **Item 2**– Projeto de Lei do Senado nº 245 de 2012, não terminativo, de autoria do Senador Eduardo Amorim, que "altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para isentar do imposto de renda os proventos de aposentadoria ou reforma recebidos por portadores de albinismo", tendo como relator o Senador Walter Pinheiro, que oferece relatório favorável ao Projeto. A Matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa. O Presidente da Comissão, Senador Lindbergh Farias, designa o Senador Eduardo Suplicy relator "ad hoc" da matéria. Após a leitura do relatório pelo relator "ad hoc", encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao Projeto. **Item 3**– Projeto de Lei do Senado nº 228 de 2011-Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que "dispõe sobre a concessão da aposentadoria especial ao trabalhador na construção civil", tendo como relator o Senador Valdir Raupp, que oferece relatório contrário ao Projeto. A Matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais. Após a leitura do re-

latório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, contrário ao Projeto. **Item 4**– Turno Suplementar do Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 231 de 2012, terminativo, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que "cria o Fundo Nacional de Pesquisa para Doenças Raras e Negligenciadas (FNPDRN) e dá outras providências", tendo como relatora a Senadora Lúcia Vânia. Não tendo sido oferecidas emendas no Turno Suplementar, o Substitutivo é definitivamente adotado, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. **Item 5**– Projeto de Lei do Senado nº 377 de 2012, terminativo, de autoria do Senador Alvaro Dias, que "dispõe sobre o sistema de direcionamento de crédito e suas fontes de recursos", tendo como relator o Senador Humberto Costa, que oferece relatório pela rejeição do projeto. Em 24/9/2013, foi apresentado Voto em Separado do Senador Cyro Miranda, pela aprovação do Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 6**– Projeto de Lei do Senado nº 169 de 2008, terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que "concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados na aquisição de veículos, máquinas, equipamentos e produtos químicos, quando adquiridos por empresas recicladoras, cooperativas e associações para emprego, exclusivo, em serviços e processos de reciclagem", tendo como relator o Senador Anibal Diniz, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 7**– Projeto de Lei do Senado nº 93 de 2012, terminativo, de autoria do Senador Magno Malta, que "altera o caput do art. 17 da Lei n° 9.648, de 27 de maio de 1998, o art. 1º da Lei n° 8.001, de 13 de março de 1990, e o art. 5° da Lei n° 7.990, de 28 de dezembro de 1989, com o objetivo de alterar a distribuição de compensação financeira pela exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica", tendo como relator o Senador Sérgio Souza, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. Após a leitura do relatório, usam da palavra os Senadores José Agripino, Cyro Miranda, Waldemir Moka, Pedro Taques, Benedito de Lira, Alvaro Dias, Flexa Ribeiro, Eduardo Suplicy, Ana Amélia, Aloysio Nunes Ferreira, Valdir Raupp e Sérgio Souza, relator da matéria. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão rejeita o Projeto por treze votos contrários, nenhum voto favorável e nenhuma abstenção. **Item 8**– Projeto de Lei do Senado nº 152 de 2008, terminativo, de autoria do Senador Epitácio Cafeteira, que "altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para estender aos agentes públicos ocupantes de cargo de provimento em caráter efetivo a isenção do imposto de renda dos proventos de aposentadoria ou reforma motivada por acidente em serviço e os percebidos pelos portadores de moléstia profissional", tendo como relator o Senador Eduardo Lopes, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 9**– Projeto de Lei do Senado nº 215 de 2010, terminativo, de autoria do Senador Romero Jucá, que "altera dispositivos da Lei nº 8.218/1991, com vistas a estabelecer justiça na aplicação de multas aos contribuintes que descumprirem obrigações acessórias tributárias", tendo como relatora a Senadora Lúcia Vânia, que oferece relatório pela aprovação do Projeto com duas emendas que apresenta. A apreciação da matéria é adiada. **Item 10**– Projeto de Lei do Senado nº 677 de 2007, terminativo, de autoria do Senador Adelmir Santana, que "dispõe sobre o compartilhamento da infra-estrutura de coleta e processamento de informações no mercado de cartões de crédito e débito", que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 680 de 2007, terminativo, de autoria do Senador Adelmir Santana, que "proíbe cláusulas de exclusividade entre bandeiras e adquirentes no mercado de cartões de crédito e débito", tendo como relator o Senador Flexa Ribeiro, que oferece relatório pela prejudicialidade dos Projetos de Lei do Senado nºs 677 e 680 de 2007. A apreciação da matéria é adiada. **Item 11**– Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 58 de 2013, de iniciativa do Senador Flexa Ribeiro, que "requer, nos termos regimentais, em aditamento ao Requerimento nº 44/2013-CAE, que a audiência pública destinada a instruir o PDS nº 275/12 se destine também, nos termos do art. 93, II, a discutir os acordos entre o Banco do Brasil e a PREVI, e que esta seja feita em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle". Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 58 de 2013-CAE. É apreciado, ainda, o seguinte item extrapauta: **Item 12**– Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 59 de 2013, de iniciativa do Senador Roberto Requião, que "requer, em aditamento ao RQE 34/2013-CAE, nos termos dos arts. 90, II e 93, II, seja também convidado para a audiência pública destinada a discutir o novo marco do pré-sal, a ser realizada em conjunto com a Comissão de Infraestrutura, o Dr. Paulo Cesar Smith Metri, engenheiro mecânico, mestre em engenharia industrial, membro do Clube de Engenharia do Rio de Janeiro, co-autor do livro 'Nem todo petróleo é nosso'". Anunciada a Matéria, usa da palavra o Senador Roberto Requião. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 59 de 2013-CAE. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reu-

nião às onze horas e trinta e dois minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no *Diário do Senado Federal,* juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Lindbergh Farias**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Declaro aberta a 60ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 56ª Reunião.

As Srªs e oS Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa*.)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Antes, Senador Aloysio, preciso ler alguns avisos.

Comunico aos membros que esta Comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento.

Avisos do Tribunal de Contas da União.

Aviso nº 60, de 2013, de 28 de agosto de 2013, o Tribunal de Contas da União encaminhando cópia do acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do Processo nº TC 037897/2011-0, bem como do relatório e do voto que o fundamentam.

Aviso nº 61, de 2013, de 11 de setembro de 2013, o Tribunal de Contas da União encaminhando cópia do acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do Processo nº TC 032321/2012-0, bem como do relatório e do voto que o fundamentam.

Aviso nº 62, de 2013, de 11 de setembro de 2013, o Tribunal de Contas da União encaminhando cópia do acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do Processo nº TC 046709/2012-6, bem como do relatório, da proposta e deliberação que o fundamentam.

Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

De acordo com o art. 89, inciso IV, designo o Senador Osvaldo Sobrinho como membro suplente da subcomissão permanente para tratar dos temas estruturais de longo prazo da economia brasileira, na vaga cedida pelo Bloco da Minoria, antes ocupada pelo Senador Jayme Campos.

Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente, na nossa Ordem do Dia, nós temos o Projeto de Lei do Senado nº 93, de 2012. Por causa dele, temos hoje presença tão numerosa de prefeitos, de vereadores, de lideranças municipais, que vêm aqui a nossa Comissão para pedir que acompanhemos, na nossa deliberação, o parecer do Senador Sérgio Souza pela rejeição do projeto.

É que, adotado o Projeto de Lei nº 93, esses Municípios se verão, de uma hora para outra, destituídos de recursos financeiros que advêm de uma compensação pela exploração de recursos hídricos em seus territórios. Esses recursos já estão incorporados, e há muito tempo, aos orçamentos municipais, que são destinados a cobrir despesas permanentes, que não podem ser reduzidas de uma hora para outra. Ainda mais levando em conta, Sr. Presidente, V. Exª sabe disso, a situação dramática que vivem os Municípios de nosso País hoje. V. Exª é particularmente sensível a esse tema, pois o seu Estado, o Rio de Janeiro, também se viu ameaçado de ser destituído dos *royalties* do petróleo. Aliás, V. Exª contou com a solidariedade dos Senadores de São Paulo nessa ocasião.

O meu pedido, Sr. Presidente, já conversei com vários colegas aqui, conversava ainda há pouco com a Senadora Ana Amélia, é no sentido de podermos inverter a pauta, dando preferência para deliberação do item 7, uma vez que vários Senadores devem ter outros compromissos hoje pela manhã, dada a sobrecarga da pauta de nossos trabalhos, para que possamos, assim que tiver atingido o quórum para deliberação de matéria terminativa, deliberar sobre esse projeto de lei. Assim, dispensamos os nossos amigos que aqui estão, caso queiram voltar para suas cidades, mas se quiserem ficar aqui, nos darão muito prazer, mas simplesmente eliminar uma angústia que paira sobre esses prefeitos, mais uma das angústias que paira sobre eles.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Vou atender ao pedido de V. Exª...

(Manifestação da galeria: palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Só para anunciar que há uma regra de que o Plenário não pode se manifestar, mas agradecemos aqui a presença de todos.

Vou atender ao pedido de inversão de pauta do Senador Aloysio Nunes, mas antes vou passar a palavra para a Senadora Ana Amélia. Quero dizer, Senador Aloysio Nunes, que recebemos aqui esses argumentos da Associação Nacional dos Municípios Sedes de Usinas Hidroelétricas. Já autorizei que fosse disponibilizado esse material para cada um dos Srs. Senadores.

Passo a palavra para a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Caro Presidente Lindbergh Farias, queria, antes de mais nada, agradecer à Adriana e à assessoria toda da CAE pela agilidade.

Ontem à tarde, nas reuniões com a Associação dos Municípios Sedes de Usinas Hidroelétricas, tivemos o imediato atendimento para, hoje à tarde, esta sala ser destinada uma reunião que eles terão durante trinta minutos. Faço isso em nome do Presidente da entidade que, para minha alegria, é do meu Estado, do Município de Salto do Jacuí, Altenir Rodrigues da Silva, que nós lá o chamamos de Nico. Nico é o nome de guerra, o nome político de nosso presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Todas as representações dos prefeitos estão com os gaúchos, a Frente Nacional de Prefeitos, a Confederação Nacional de Municípios.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Também o Fortunati e o Paulo Ziulkoski.

Então, como também presido, queria agradecê-lo, o senhor me deu uma incumbência muito séria de ser presidente da Subcomissão de Assuntos Municipais da CAE. Faremos uma pauta de trabalhos dia 1º de outubro.

Mas queria endossar o que disse o Senador Aloysio Nunes Ferreira em relação ao entendimento dessa matéria. O PLS nº 93, do Senador Magno Malta, altera a forma da distribuição da Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos. Portanto, os 45% que atualmente são destinados apenas – e saúdo o Relator Senador Sérgio Souza – aos Municípios sede de usinas hidroelétricas e alagados serão distribuídos com base nos critérios do Fundo de Participação dos Municípios, ou seja, o rateio, como bem sublinhou o Senador Aloysio Nunes Ferreira, será para todos os Municípios, independentemente de serem ou não sedes de usinas e alagados. Foi muito boa a comparação com os *royalties* de petróleo, a posição de V. Exª no Rio de Janeiro, mas penso que a posição do Relator expressa a vontade da maioria dos Senadores, especialmente daqueles que têm, como todos aqui – o Senador Moka me disse que falasse em nome dele –, compromisso com os Municípios. Sabemos que são as unidades da Federação mais comprimidas financeiras, estão sofrendo hoje com desonerações, perdendo receita e é difícil administrar nessa regra que muda a cada hora.

Então, queria agradecer a V. Exª e renovar o pedido para inversão de pauta para uma matéria tão relevante quanto essa.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Atendendo solicitação feita pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira e pela Senadora Ana Amélia, vamos começar pelo item 7.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 93, DE 2012 – TERMINATIVO -

Altera o *caput* do art. 17 da Lei n° 9.648, de 27 de maio de 1998, o art. 1º da Lei n°8.001, de 13 de março de 1990, e o art. 5° da Lei n° 7.990, de 28 de dezembro de 1989, com o objetivo de alterar a distribuição de compensação financeira pela exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica.

Autoria: Senador Magno Malta

Relatoria: Senador Sérgio Souza

Relatório: Pela rejeição do Projeto.

Observações: *1. A Matéria foi apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com parecer contrário ao Projeto.*

Lembro que o projeto é terminativo e exige quórum qualificado.

Passo a palavra ao Relator e peço à Secretaria que ligue para os Srs. Senadores, porque teremos votação de projeto terminativo, temos um quórum a ser alcançado.

Com a palavra o Relator, Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Sr. Presidente, Srª Senadora Ana Amélia, Srs. Senadores e todos aqueles que acompanham a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, em especial os prefeitos de todo o Brasil que se encontram aqui nesta Comissão.

Vem à análise desta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 93, de 2012, da autoria do Senador Magno Malta, que altera o *caput* do art. 17 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, e o art. 5º da Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, com o objetivo de alterar a distribuição de compensação financeira pela exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica.

Trata-se de proposição composta por quatro artigos. O art. 1º modifica o art. 17 da Lei nº 9.648, de modo que a Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos, de que trata a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, corresponde a seis inteiros e setenta e cinco centésimos por cento sobre o valor da energia.

Já o art. 3º do PLS nº 93, de 2012, altera o art. 5º da Lei nº 7.990, de 1989, determinando que, no caso do aproveitamento do potencial hidráulico, a distribuição dos percentuais referidos nessa Lei seja feita segundo

os mesmos critérios estabelecidos para a distribuição dos recursos do FPE e do FPM. O parágrafo único desse artigo atribui à Agência Nacional de Águas e à Aneel a responsabilidade pelo acompanhamento do cumprimento do dispositivo estabelecido na nova redação do *caput* do art. 5º da Lei nº 7.990, de 1989.

O art. 4º do PLS corresponde à cláusula de vigência da lei.

A proposição foi lida em plenário, no dia 11 de abril de 2012, e remetida às Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e de Assuntos Econômicos (CAE), cabendo a esta Comissão a decisão terminativa.

Passamos, Sr. Presidente, à análise do presente Projeto de Lei do Senado nº 93, de 2012.

Cabe a esta Comissão a decisão terminativa sobre o presente projeto. Assim, para além da análise do mérito da proposição, é nosso dever opinar sobre sua adequação aos ditames constitucionais, regimentais e à boa técnica legislativa.

Observamos que não há qualquer aspecto da proposição que ultrapasse os limites da competência do Congresso Nacional. O escopo do PLS em análise não se insere entre aqueles de iniciativa privativa do Presidente da República. Não há, portanto, óbice constitucional à matéria. Não se vislumbram, também, conflitos com o Regimento Interno do Senado Federal ou agressões à boa técnica legislativa. Contudo, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o mesmo não se pode dizer quanto ao seu mérito.

Passaremos, pois, à análise desse aspecto, enfatizando que representamos, no Senado Federal, um Estado significativamente afetado pela exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e que, por isso mesmo, conhecemos, de longa data, os efeitos dos reservatórios das usinas hidroelétricas sobre as comunidades locais.

Sabemos, portanto, por dever de ofício, dar a devida importância às formas de compensação para esses impactos, previstas no ordenamento jurídico nacional.

É certo que as alterações propostas pelo Senador Magno Malta são direcionadas para a compensação de recursos hídricos, a forma de compensação financeira estabelecida pelo art. 1º da Lei nº 7.990, de 1989, intrinsecamente ligada à utilização dos recursos hídricos. É apenas uma das várias compensações previstas para esse tipo de empreendimento.

As compensações ambientais exigidas de empreendimentos hidrelétricos são, em geral, muito mais significativas do que as exigidas no licenciamento de outros tipos de projetos de geração, como as termoelétricas, por exemplo. No caso das hidrelétricas, algumas exigências estão previstas, inclusive, nas normas constitucionais.

Deve-se ressaltar que a Constituição Federal estabelece que os potenciais de energia hidráulica são bens da União. Desse modo, sua exploração implica o pagamento de compensação financeira a título de receita patrimonial da União, compartilhada com os entes federados – Estados e Municípios. A rigor, a Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos corresponde ao cumprimento de mandamento constitucional expresso no art. 20, §1º, da Carta de 1988.

Eu só gostaria de pedir um pouquinho de silêncio, Sr. Presidente, para que V. Exª, mesmo, possa me ouvir também.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – O Senador Sérgio Souza está pedindo silêncio no Plenário e na Presidência, também.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – E é uma voz bonita.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Obrigado.

Retomando, a Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos corresponde ao cumprimento de mandamento constitucional expresso no art. 20, §1º, da Carta de 1988.

Diz a Carta Magna, *verbis*:

"Art. 20. São bens da União:

.....

III – os lagos, rios e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio, ou que banhem mais de um Estado, sirvam de limites com outros países, ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham, bem como os terrenos marginais e as praias fluviais;

.....

VIII – os potenciais de energia hidráulica;

.....

§1º É assegurada, nos termos da lei, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como a órgãos da administração direta da União, participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, ou compensação financeira por essa exploração.

.....

Esse é o texto constitucional.

As competências da União, nomeadamente aquelas relacionadas com os critérios de outorga do uso de recursos hídricos, estão definidas no art. 21 da Carta e fazem referência explícita ao uso da água para fins de geração de energia elétrica.

A área total de inundação provocada pela criação e operação dos reservatórios é utilizada para o cálculo da contribuição para o fundo de recursos hídricos. Não se trata de um tributo, mas, sim, de uma compensação financeira devida à União, aos Estados e Municípios pelo aproveitamento dos recursos hídricos de propriedade da União.

O Decreto nº 3.739, de 31 de janeiro de 2001, estabeleceu a Tarifa Atualizada de Referência (TAR) um valor (em R$/MWh) que deve ser multiplicado pelo montante da energia de origem hidráulica efetivamente gerada em MWh, para que se possa calcular o valor total da compensação financeira devida em reais.

A TAR (Taxa de Atualização de Referência) representa o custo de venda da energia das geradoras às distribuidoras, descontados os encargos. A contribuição para o fundo de recursos hídricos corresponde a 6,0% do resultado do produto acima descrito. Há, também, um valor correspondente a 0,75% do mesmo produto, que é repassado à Agência Nacional de Águas, como pagamento pelo direito de uso da água.

Assim, as concessionárias de energia elétrica pagam 6,75% do valor da energia produzida, segundo uma fórmula padrão, que seria CF=6,75% x energia gerada no mês x TAR (Taxa de Atualização de Referência).

A Taxa de Atualização de Referência é definida anualmente por meio de Resolução Homologatória da Aneel. A cobrança da CFURH é feita, portanto, em duas parcelas. Os primeiros 6% são distribuídos entre a União, Estados e Municípios.

Os valores correspondentes a essa parcela são distribuídos da seguinte forma: 45% para os Municípios atingidos pelos reservatórios das usinas; 45% para os Estados e 10% para a União.

O percentual de 10% que cabe à União é repartido entre o Ministério de Meio Ambiente (3%), o Ministério de Minas e Energia (3%) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (4%), totalizando os 10% dos Governo Federal.

A segunda parcela da compensação, de 0,75%, é repassada à Agência Nacional de Águas para a aplicação na Política Nacional de Recursos Hídricos e no Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

Registre-se que, diversamente do que pensam muitos, apenas no caso de Itaipu Binacional, essa compensação financeira recebe o nome de *royalties*. A forma de cálculo utilizada é outra, pois obedece ao disposto no Anexo C, item III, do Tratado de Itaipu, assinado por Brasil e Paraguai, em 26 de abril de 1974.

Como se poderia esperar, os montantes desses recursos são muito significativos. Os dados da Aneel revelam uma arrecadação de mais de R$2,2 bilhões apenas no ano de 2012, sendo R$1,726 bilhão a título de contribuição para o Fundo de Recursos Hídricos e R$478 milhões em *royalties*. O acumulado do ano de 2013 (janeiro a junho) é de R$1,051 bilhão.

Ainda como exemplo, podemos citar outros números da Agência, considerando apenas junho de 2013:

– R$179 milhões em junho de 2013;
– R$792 milhões na contribuição para o Fundo de Recursos Hídricos;
– R$258 milhões em *royalties*;
– 698 Municípios de 22 Estados e o Distrito Federal e a União receberam R$132 milhões somente nesse mês;
– R$47 milhões de *royalties* chegaram a 346 Municípios de cinco Estados e ao Distrito Federal e à União.

Esses recursos são uma importante fonte de receita de vários Municípios, para aplicação em educação, saúde e segurança, por exemplo. Eles podem ser aplicados com qualquer finalidade, com exceção de pagamento de pessoal e de quitação de dívidas, a não ser que o credor seja a União. Deve-se enfatizar que os recursos do Fundo de Compensação pela Utilização dos Recursos Hídricos têm natureza compensatória e, portanto, sua aplicação por parte dos Estados e Municípios deve ser, em princípio, voltada para o enfrentamento dos impactos socioambientais na região do empreendimento.

Ainda, Sr. Presidente, que represente uma tentativa de estabelecer uma distribuição mais justa de receitas patrimoniais da União, o PLS nº 93, de 2012, ao propor, para o repasse dos recursos do referido fundo, a adoção dos mesmos critérios estabelecidos para a distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Fundo de Participação dos Municípios, vai de encontro ao propósito original da Lei nº 7.990, de 1989, que é indissociável da compensação pelos impactos ambientais em áreas que, como se diz no jargão do setor elétrico, são “molhadas” pelos reservatórios de hidrelétricas.

A proposição colide frontalmente com a fundamentação da Lei nº 7.990, de 1989, e com a intenção primeira do legislador ao adotar os critérios de distribuição dos recursos do FPE e do FPM. Além disso, faz com que os benefícios hoje concentrados nos Municípios cujos territórios abrigam reservatórios de hidrelétricas, aos quais são devidas efetivas compensações, sejam diluídos por, no mínimo, alguns milhares de Municípios Brasil afora.

Sr. Presidente, o voto então é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado Federal nº 93, de 2012.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – A matéria está em discussão.

Primeiro orador inscrito, Senador José Agripino. Depois, Senador Cyro Miranda.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu falo com absoluta isenção, porque no meu Estado não há geração de energia elétrica, mas há muitas barragens, barragens de grande porte inclusive, que me dão argumentos para me manifestar com relação à proposição.

Quando você tem uma área inundada, os proprietários se veem impedidos de exercer alguma atividade produtiva na área inundada. A área produtiva, voltada para a agricultura ou para qualquer outra atividade, gera atividade econômica, que produz impostos, impostos que são recolhidos pelo Estado e pelo Município.

Na medida em que barragens são construídas para a geração de energia elétrica, esse problema se acentua, é magnificado, porque são barragens de enorme porte, e aí fica definitivamente comprometida qualquer possibilidade de atividade produtiva e, portanto, de os Municípios terem algum tipo de participação na atividade naquela área, que antes era produtiva e passou a ser improdutiva, ou passa a ser produtiva pela geração de energia elétrica. O *royalty* é uma espécie de troca. A produção da terra é compensada pela produção de energia elétrica, que compensa, com tributo ou algum tipo de renda pública, o Município onde está situada a barragem.

Outro argumento: os prefeitos – aí, sim, no meu Estado isso acontece – se habituaram e incorporaram aos seus orçamentos e as suas receitas aquela renda, aquele *royalty,* que, ao longo do tempo, por força de lei, passou a ser uma renda do Município com a qual o prefeito custeia pagamentos dos mais diversos, do salário do professor à pavimentação de rua. Você cortar aquilo que é uma compensação para os Municípios para "democraticamente" – entre aspas – distribuir para todos os Municípios é mais ou menos atirar com a pólvora alheia.

Acho que o projeto de lei pode ter a melhor das intenções, mas provoca uma tremenda injustiça com o direito adquirido e com a compensação que, por força de lei, se estabeleceu quando se criou a Lei dos *Royaties*, que nada mais é do que uma compensação por prejuízos.

Por essa razão, eu me manifesto a favor do relatório do Relator e contrário ao projeto. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Com a palavra S. Exª o Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Roberto Requião, Presidente desta reunião, Sr. Relator, Srªs e Srs. Senadores, eu não vou reprisar mais, no mérito, até porque foi exaustivamente explanado pelo nosso Relator e pelo Senador José Agripino, que colocou todas as premissas que eu gostaria de colocar.

Quero só salientar, Sr. Relator, e parabenizá-lo, porque, se o autor quis fazer alguma analogia com os *royalties* do petróleo, acho que foi errôneo. O petróleo mereceu, sim, uma discussão – sem entrar no mérito se deveria vencer ou não vencer –, mas é mar, é plataforma, não tem nada a ver. Quero, em nome dos prefeitos do meu Estado, fazer essa defesa porque hoje estão todos com o pires na mão, e seria muito injusto tomarmos essa medida. Então, parabenizo-o pela serenidade do relatório e do voto de V. Exª.

Obrigado.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Peço a palavra, Presidente.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Para discutir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Pela ordem?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Não, para eu me inscrever.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Está inscrito o Senador Alvaro Dias.

Com a palavra, o Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sr. Presidente, primeiro, eu gostaria de registrar a presença de um Deputado Federal que representa a região do Mato Grosso do Sul. Esse projeto, na minha avaliação, é natimorto, porque não há a menor condição de prosperar um projeto desses. Usando um trocadilho, quiseram fazer um beija-flor e saiu um morcego, porque não é possível um negócio desses. Um Município que já está com uma dificuldade tremenda... E outra coisa: aqui não se está fazendo favor nenhum. As terras dos Municípios do Mato Grosso do Sul foram inundadas. O Município perdeu na sua receita. É completamente diferente de comparar isso com *royalty*.

O que aconteceu com a área dos Municípios? Áreas agricultáveis com um retorno econômico financeiro foram inundadas. Então, na verdade, aqui é um ressarcimento. Essa é que é a verdade! E não há como prosperar um projeto como este. Aqui ele é terminativo. Nós temos realmente de fazer com que ele termine aqui, porque essa tramitação, a meu juízo, não tem sentido de prosperar um projeto desse, no Senado principalmente, que defende os Estados, a Federação e, principalmente, os nossos Municípios.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Permita-me um aparte, Senador?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Então, o meu voto será contrário.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Permita-me um aparte, Senador?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pois não.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Apenas, se V. Exª me permite essa breve interrupção, ontem, um colega nosso que, também como V. Exª, representa o Estado do Mato Grosso do Sul, procurou-me aflito com esse projeto, pedindo que todos nós nos manifestássemos contra a sua aprovação, em apoio ao parecer do Sérgio Souza. É o Senador Figueiró, que não é membro desta Comissão, e pediu que eu fosse o seu porta-voz também no apoio ao parecer de Sérgio Souza, contra o projeto de lei que estamos examinando.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Inclusive, eu trago aqui que V. Exª... Eu agradeço o aparte, mas o Senador Figueiró, que se manifesta aqui quando não tem assento na Comissão, disse para mim: "Moka, eu quero que você seja porta-voz também do meu voto, da minha contrariedade em relação a esse projeto."

Então, parabenizando o Senador Sérgio Souza, chegamos a conversar a respeito disso, Senador, que esse era um projeto que não tinha realmente a menor possibilidade de prosperar.

E eu digo aqui, Presidente Requião, que este vai ser o meu voto, aqui nesta Comissão: pela rejeição, acompanhando o relatório do Senador Sérgio Souza.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Para discutir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Estão inscritos ainda o Senador Pedro Taques; eu, Senador Requião; Alvaro Dias; e Flexa Ribeiro.

Com a palavra o Senador Pedro Taques, ao tempo em que inscrevo o Senador Suplicy.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores.

Inicialmente, Sr. Presidente, eu gostaria de cumprimentar a Associação Nacional dos Municípios Sedes de Usinas Hidroelétricas.

É muito importante que nós tenhamos outras formas de manifestação do que se denomina de municipalismo, os Municípios que se encontram em situações assemelhadas. Esse tipo de manifestação de associações de Municípios valoriza o local em que a pessoa mora. Nós moramos nos Municípios. O Estado é uma realidade jurídica, a União é uma realidade jurídica constitucional. Portanto, a valorização dos Municípios é a valorização do local onde se encontra o buraco, onde o cidadão é atendido pela saúde, onde a escola se faz na sua maior concretização.

Quero cumprimentar a associação.

Este projeto, com todo respeito ao Senador Magno Malta, retira dos Municípios o que eles mais necessitam hoje. E eu faço aqui uma lembrança de que Deus dá o frio conforme o cobertor. Não é isso? Nós temos que valorizar onde o cidadão efetivamente reside.

No Estado de Mato Grosso, 11 Municípios teriam prejuízo nessa compensação, prejuízos de 90%, 95%. Portanto, vou votar favoravelmente...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Fora Sud Mennucci, cujo prefeito está aqui, que é seu amigo há muitos anos.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sim. Fora o Prefeito Júlio, do Município de Sud Mennucci, em São Paulo. Não é eleitor do Estado de Mato Grosso, mas é amigo do Estado de São Paulo.

O SR. ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – (*Intervenção fora do microfone*.)

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Vai votar lá também.

Mas a questão aqui não é só de voto, a questão é do mérito. No mérito do projeto, com todo o respeito ao Senador Magno Malta, vou votar contrário, e favorável ao relatório do Senador Sérgio Souza.

Já encerro, Sr. Presidente.

Nós vivemos momentos de descentralização. O Projeto nº 315, de 2009, é melhor que este projeto, que o Sérgio é o Relator, nessa descentralização e desconcentração de recursos, retirando dos Estados, retirando da União Federal e passando para os Municípios.

Quero parabenizar o Senador Sérgio.

Vou votar favoravelmente a este projeto.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Vai votar contra o projeto e a favor do Relator?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT. *Fora do microfone.*) – Vou votar contra; e favorável ao Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB – PR) –Eu sou o próximo inscrito e, rapidamente, quero deixar claro, em primeiro lugar, o meu cumprimento ao Senador Magno Malta. Ele está brigando pelo seu Estado. É um grito de protesto contra a concentração tributária. Mas quero deixar claro também, como o Senador Moka e os demais Senadores que usaram a palavra até agora, o nosso grito de protesto contra a predação de Municípios e os Estados que representamos.

Então, com os cumprimentos ao Senador Magno Malta, eu acho que estamos construindo aqui uma unanimidade a favor da manutenção do *status quo ante*. Voto com o Relator.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB – PR) – O próximo orador inscrito é o Senador Alvaro Dias.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Pela ordem, o Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL) – Sr. Presidente, convocado pelo meu Partido para participar de uma reunião com a Presidente da República para tratar de assunto de interesse da saúde nacional, vou me retirar antes de iniciada a votação. Mas quero deixar aqui o meu voto.

Voto também favoravelmente ao relatório do Senador Sérgio Souza.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Desta forma, vai se construindo o elogio ao Senador que briga pelo seu Estado e a unanimidade com o Relator da matéria, contrário ao projeto.

Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Sr. Presidente, a iniciativa do Senador Magno Malta traz exatamente a angústia de todos que tentam resolver problemas que afligem os Municípios do País.

Nós estamos sempre tentando com propostas, com projetos, com iniciativas no âmbito do Legislativo contemplar os Municípios brasileiros diante da flagrante injustiça distributiva dos recursos públicos no País.

Nós estamos vivendo sob a égide de um sistema federativo injusto. A distorção é descomunal. Mas creio que não encontraremos solução se buscarmos a conta-gotas ou a prestações resolver as questões do municipalismo brasileiro.

Nós temos que realizar uma grande reforma, a reforma do Pacto Federativo, que inclui a reforma tributária, e isso evidentemente depende, sempre dependerá, em um presidencialismo forte como o nosso, do comando da Presidência da República, que tem mais instrumentos para administrar as divergências, as distorções e as contradições regionais.

Nós só chegaremos a um consenso, se tivermos a felicidade de termos na Presidência da República uma liderança política capaz de buscar o consenso entre as unidades federativas.

Esse projeto, se aprovado, seria uma tremenda injustiça com Estados geradores de energia, a exemplo do Paraná, do Relator Sérgio Souza, do Senador Requião, e meu Estado. Nós temos, no Paraná, uma fonte geradora de energia elétrica incomensurável. Os nossos rios: temos lá Itaipu, Segredo, Caxias etc.

Portanto...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Permita-me, Senador Alvaro Dias.

No caso do Paraná, nós tivemos uma compensação do fundo de Previdência como uma antecipação dos recursos de Itaipu. O Paraná teria que devolver alguns bilhões de reais hoje.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – O Estado do Paraná tem sofrido tremendas injustiças em relação à ausência de uma política compensatória que retribua o que o Estado tem oferecido prodigamente à União, especialmente no que diz respeito à geração de energia elétrica.

Ainda recentemente, o Congresso Nacional aprovou uma proposta de minha autoria que instituía o Fundo de Recuperação Econômica de Foz do Iguaçu, exatamente na linha das políticas compensatórias que existem no País, como em Manaus etc.

O Presidente Lula, à época, vetou a proposta alegando que não poderíamos proporcionar uma vantagem específica a determinado Município, ignorando as características, as peculiaridades daquela região, que, sem dúvida alguma, é um patrimônio da humanidade. Deveria, aliás, ser um patrimônio da responsabilidade de todos: do Município, do Estado, da União e do próprio mundo, que deveria olhar para uma região como aquela, que é um paraíso de riquezas naturais, uma fotografia belíssima para o mundo, mas que nem sempre tem o apoio das instituições, das autoridades públicas e do poder constituído.

Por isso, para encurtar, por economia processual, para colaborar com os trabalhos da Comissão, voto favoravelmente ao parecer do Senador Sérgio Souza, não apenas em defesa do nosso Estado, o Paraná, mas, sobretudo, em defesa dos Municípios geradores de energia em todo o País, considerando que não é essa a solução para os demais Municípios brasileiros. Nós temos que buscar solução, mas não buscar solução para uns, praticando a injustiça em relação a outros.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Pela ordem de inscrição, com a palavra, S. Exª o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Presidente, todos os Senadores que me antecederam já expuseram motivos para parabenizar o Senador Sérgio Souza pelo seu parecer pela rejeição do projeto.

O Pará e o Paraná são os dois maiores produtores de energia hídrica do Brasil. O Pará tem um potencial igual ao potencial instalado hoje para ser explorado. Então, nos preocupa muito esse tipo de projeto.

O Senador Magno Malta, na realidade, está bem intencionado em fazer a distribuição como foi proposto nos *royalties* do petróleo, mas, nos *royalties* do petróleo, estávamos tratando do pré-sal, ou seja, daquela riqueza que não está no território do Estado, mas em território brasileiro, nas águas do mar brasileiro, ou seja, fora da região que defende o Estado. Aí sim, nós podemos defender que essas riquezas que estão em mar territorial brasileiro sejam divididas por todos os Estados e Municípios brasileiros.

Neste caso, já se tentou fazer também... Houve uma emenda para fazer com a CFEM, dos minerais, também para distribuir pelo Brasil inteiro. Não cabe. Só quando houver exploração de minério em mar territorial brasileiro – aí todos nós vamos ser favoráveis – ou quando estivermos gerando energia também em mar territorial brasileiro. Aí, sim, nós podemos fazer a distribuição, como pretende o PLS nº 93, de 2012.

Quero parabenizá-lo, Senador Sérgio Souza. Vou votar pela rejeição.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB – PR) – O próximo orador inscrito é o Senador Eduardo Suplicy; posteriormente, o Senador Valdir Raupp e a Senadora Ana Amélia.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Roberto Requião, avalio, como V. Exª, que o Senador Magno Malta possa ter o objetivo de modificar a distribuição da Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos para fins de geração de energia elétrica nos Estados e Municípios, modificando as regras de partilha, mas de maneira tal que todos os Estados e Municípios passariam a receber essa compensação financeira, independentemente de terem sido afetados pelos empreendimentos.

Mas o Relator Sérgio Souza, ao se pronunciar pela rejeição do projeto, em que pese não haver óbices constitucionais e regimentais e de boa técnica legislativa, avalia que o projeto vai de encontro ao fundamento e propósito da legislação atual, que são indissociáveis da compensação por impactos ambientais em territórios que abrigam essas atividades. Então, observa que o montante desses recursos é significativo, sendo uma importante fonte de receita de vários governos locais para aplicação em áreas diversas.

Nós temos aqui presente, hoje, um número muito considerável de prefeitos e vereadores de todo o Brasil. Inclusive, vou aqui citar alguns que estiveram em meu gabinete e que estão aqui presentes: Itamar Chiderolli, de Glicério; Bento Carlos Sgarboza, de Ilha Solteira; Araldo Todesco, de Tapiraí; Joni Marcos Buzachero, de Castilho; Francisco Donizete dos Santos, de Iacanga; João dos Reis Martins, de Barbosa; de Mira Estrela, Antônio Carlos Macarrão do Prado; Vereador Ednaldo Silva; Vereador Elias Antonio Ribeiro do Couto, de Sud Mennucci, e o Vereador de Ilha Solteira Kleber Rogério Barufi, assim como o Vereador Toninho, de Ilha Solteira. Esses Municípios terão, se for aprovado o projeto do Senador Magno Malta, uma perda bem considerável.

Eu estou aqui com a relação de perdas, que vão de 30% até 96%. Para se ter uma ideia, vou destacar apenas aquele Município que mais perderia: 96,5%, R$3,901 milhões, que é exatamente o Município de Ilha Solteira, que obviamente todos conhecemos como sendo um dos Municípios mais afetados em sua área pela represa.

O próprio Ministério do Meio Ambiente se manifestou contrariamente ao projeto por entender que o critério de distribuição atual é mais justo e adequado, uma vez que beneficia os Estados e Municípios que efetivamente tiveram parte de seus territórios inundados e, consequentemente, tiveram perdas em decorrência da instalação das usinas hidrelétricas e dos respectivos reservatórios.

Assim, eu acompanharei: voto "sim", pelo relatório do Senador Sérgio Souza, a quem cumprimento, manifestando respeito pela iniciativa do Senador Magno Malta.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Temos ainda inscritos o Senador Valdir Raupp e a Senadora Ana Amélia.

É um projeto terminativo. Nós precisamos de quórum. Então, fica um apelo da Mesa para os Senadores no sentido de que não se retirem da reunião.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu abro mão da minha inscrição para facilitar porque estou com receio de que nós percamos quórum agora.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB – PR) – O quórum se completa com alguns Senadores que estão na sala ao lado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu gostaria de agradecer a V. Exª e abrir mão de me pronunciar.

Queria apenas registrar novamente a presença dos prefeitos aqui e elogiar a forma como fizeram o encaminhamento dessa matéria.

O Senador Alvaro Dias disse que é preciso uma solução e não um problema, como está sendo criado. A solução está na CCJ, numa relatoria do Senador Sérgio Souza, que é o PLC nº 315. Aí, resolve-se o problema dos Municípios que são sedes de hidrelétricas.

Queria também agradecer e cumprimentar a Terezinha Sperandio, que é a executiva dessa entidade presidida pelo Prefeito Nico, que é do meu Estado do Rio Grande do Sul.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Senador Raupp.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Sr. Presidente, eu vou ter que me retirar. Eu presido a Educação agora...

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Também, da mesma forma...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Senador Raupp com a palavra.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Da mesma forma, também abro mão, até porque já sei o resultado. Isso foi uma pequena revanche do nosso colega Magno Malta contra os *royalties* do petróleo. Mas não distribuiu *royalty* para coisa nenhuma...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Foi o grito do Espírito Santo.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Deixo essas compensações com os nossos Municípios atingidos.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Senador Raupp, eu quero registrar também o seu conselho aos nossos prefeitos: que vão almoçar no Xique Xique, que é mais barato, para não gastar muito dinheiro dos Municípios.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Muito bem!

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Encerrada a discussão.

Em votação.

Senador Eduardo Suplicy, como vota?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Com o Relator Sérgio Souza.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Senador Lindbergh Farias. (*Pausa.*)

Ausente.

Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB – PR) –Rodrigo Rollemberg. (*Pausa.*)

Sérgio Souza: voto conhecido.

Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Roberto Requião: com o Relator. Ah, o Presidente não vota, não é?

Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB – PR) – José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB – PR) – João Vicente Claudino.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (Bloco União e Força/PTB – PI) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sr. Presidente, com o Relator, ao tempo em que cumprimento o meu suplente de Senador, Paulo Fiuza, que ali se encontra.

Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB – PR) – E a glória do suplente é a desgraça do titular. V. Exª sabe disso, não é? (*Risos.*)

Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sr. Presidente, eu vou fazer uma correção, porque, muitas vezes, a glória do suplente é a ascensão do titular ao cargo de governador de Estado. Isso pode acontecer.

Voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB – PR) – É uma exceção absoluta que justifica a regra.

Como vota a Senadora Ana Amélia?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Voto com o Relator, com um elogio ao trabalho do Senador Sérgio Souza.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB – PR) – O Senador Benedito de Lira se retirou.

Como vota o Senador Flexa Ribeiro?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Então, foram 13 votos com o Relator.

Está rejeitado o PLS e aprovado o relatório. (*Palmas.*)

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB – PR) – E todos os prefeitos, agora, têm de ficar no xique-xique, para não gastar muito o dinheiro dos Municípios.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Com a palavra, o Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu gostaria de agradecer imensamente a cada um dos meus colegas pela deferência que fizeram em favor desse relatório e, em especial, à Associação Nacional dos Municípios Sedes de Usinas Hidrelétricas, que militou contra esse projeto, que é um projeto contrário àqueles Municípios que detêm áreas alagadas. Esses Municípios perdem muito por terem essas áreas alagadas. Se nós pulverizássemos esses recursos, ninguém ganharia.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Srs. Senadores, o Senador Sérgio Souza não é mais o Relator.

Passo a Presidência da reunião para o Vice-Presidente da Comissão, o Senador Sérgio Souza, do Paraná.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Pergunto se podemos votar o item 3. Estou pronto para ler o relatório, se não houver objeção.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Consulto o Plenário se concorda com a inversão de pauta sugerida pelo Senador Valdir Raupp, para que possamos votar o item 3. (*Pausa.*)

Não havendo objeção, passamos, então, à apreciação do item 3 da pauta.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 228, DE 2011 – COMPLEMENTAR
– NÃO TERMINATIVO –

Dispõe sobre a concessão da aposentadoria especial ao trabalhador na construção civil.

Autoria: Senador Paulo Paim.

Relatoria: Senador Valdir Raupp.

Relatório: contrário ao Projeto.

Observações: *1. A Matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais.*

Com a palavra, o Relator, o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 228 – Complementar, de autoria do Senador Paulo Paim, assegura o direito à aposentadoria especial para os trabalhadores da construção civil após 25 anos de serviço, desde que sujeitos a condições comprovadas que prejudiquem sua saúde ou sua integridade física. O projeto estabelece ainda o valor do benefício, sua data de início de fruição e seu custeio, conforme as normas vigentes da aposentadoria especial, e inclui seu cancelamento caso o beneficiário continue exercendo atividade insalubre.

Justifica o autor que os trabalhadores da construção civil são submetidos permanentemente a riscos relacionados à sua integridade física, a condições rigorosas de trabalho e a locais de trabalho geralmente sem condições mínimas de higiene e de segurança, riscos agravados por mudanças nos métodos de trabalho normalmente não formalizados.

Entendo, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, que a matéria, embora meritória, já se encontra disciplinada no ordenamento jurídico vigente. Avalio, assim, que o trabalhador da construção civil que preencher os requisitos previstos nos arts. 57 e 58 da Lei nº 8.213, de 1991, para aposentadoria especial, já tem assegurado esse direito.

Portanto, Sr. Presidente, nosso voto é pela rejeição da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Obrigado, Senador Raupp.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos colocar em votação o relatório.

Em votação o relatório do Senador Valdir Raupp.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CAE contrário ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Pela ordem, Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Presidente, solicito a V. Exª que coloque em votação um requerimento de minha autoria que amplia, para uma audiência pública de quinta-feira, a audiência com a participação do engenheiro Paulo Metri, da Petrobras, e do engenheiro Fernando Siqueira.

Gostaria que V. Exª colocasse em discussão e em votação.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Senador Roberto Requião, o requerimento de V. Exª será incluído extrapauta e lido, discutido e submetido à apreciação das Srªs e dos Srs. Senadores nesta reunião.

Passamos ao turno suplementar do substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 231, de 2012...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Qual é o item, Sr. Presidente? Desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Item nº 4.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Ah, sim.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) –

ITEM 4

TURNO SUPLEMENTAR
DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 231, DE 2012
– TERMINATIVO –

Cria o Fundo Nacional de Pesquisa para Doenças Raras e Negligenciadas (FNPDRN) e dá outras providências.

Autoria: Senador Eduardo Suplicy

Relatoria: Senadora Lúcia Vânia

Observações: *1. Em 17/09/13, foi aprovado Substitutivo Integral ao Projeto de Lei do Senado nº 231, de 2012. De acordo com o art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal, a matéria está sendo submetida a turno suplementar, podendo ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.*

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Não sendo oferecidas emendas no turno suplementar, o Substitutivo é definitivamente adotado, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

Passamos ao item 11 da pauta, que é o requerimento de autoria do Senador Flexa Ribeiro. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Aviso aos Srs. Senadores que o Presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, já está a caminho. Vamos, exatamente às 11h30, começar a próxima reunião desta Comissão de Assuntos Econômicos.

ITEM 11

REQUERIMENTO DA
COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
Nº 58, DE 2013

Requer, nos termos regimentais, em aditamento ao Requerimento nº 44/2013-CAE, que a audiência pública destinada a instruir o PDS nº 275/12 se destine também, nos termos do art. 93, II, a discutir os acordos entre o Banco do Brasil e a PREVI, e que esta seja feita em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Senadores que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

A Comissão aprova o Requerimento nº 58, de 2013.

Quanto ao item nº 1, o Senador Sérgio Souza pediu retirada de pauta.

É o seguinte o item retirado:

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 258, DE 2010 – NÃO TERMINATIVO –

Institui a Política de Desenvolvimento do Brasil Rural (PDBR) e dispõe sobre a elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento do Brasil Rural (PNDBR).

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares

Relatoria: Senador Sérgio Souza

Relatório: Favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ-CMA e nº 3-CMA.)

Passo ao item nº 2.

Quero designar o Senador Eduardo Suplicy Relator *ad hoc*.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 245, DE 2012 – NÃO TERMINATIVO –

Altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para isentar do imposto de renda os proventos de aposentadoria ou reforma recebidos por portadores de albinismo.

Autoria: Senador Eduardo Amorim

Relator: Senador Walter Pinheiro

Relator *ad hoc*: Senador Eduardo Suplicy

Relatório: favorável ao projeto

Observações: *1. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.*

Com a palavra, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Lindbergh Farias, o relatório do Senador Walter Pinheiro, referente ao Projeto de Lei do Senado 245, de 2012, do Senador Eduardo Amorim, tem por objetivo incluir o albinismo entre as doenças que, nos termos do art. 6º, inciso XIV da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, conferem isenção do imposto de renda da pessoa física em relação aos proventos de aposentadoria ou reforma percebidos pelos aposentados por elas acometidos.

Na justificação, o autor esclarece que existem diversos tipos de albinismo, sendo o mais perigoso o que determina total ausência de pigmentação epidérmica por todo o corpo, denominado albinismo oculocutâneo. Trata-se de patologia congênita, da qual decorre um bloqueio incurável de melanina e causa deficiência visual de moderada a séria.

Defende que os portadores de albinismo têm sua força produtiva reduzida e necessitam de tratamentos de saúde e de cuidados especiais, fazendo jus à isenção do imposto de renda, pois despendem quantias significativas para a aquisição de medicamentos, material médico-hospitalar e acompanhantes.

Após o exame desta Comissão, o projeto irá à Comissão de Assuntos Sociais para deliberação em caráter terminativo.

Não foram apresentadas emendas.

O PLS nº 245, de 2012, atende a todos os requisitos de constitucionalidade e juridicidade. Estão atendidos, especialmente, os requisitos de competência, iniciativa e forma legislativa. Está lavrado com adequada técnica legislativa.

A esta Comissão incumbe o exame de aspectos tributários do projeto, remanescendo à Comissão de Assuntos Sociais, com mais propriedade, as considerações de ordem médica e social.

A legislação brasileira, tradicionalmente, tem contemplado diversas doenças graves e incapacitantes como justificadoras de concessão de aposentadoria especial, quando se trate de servidores públicos, e de isenção do imposto de renda para os aposentados e reformados, em geral, em relação aos seus proventos, independentemente da época em que contraíram tais doenças.

Embora sem identidade exata, pode-se dizer que há bastante semelhança entre o rol das patologias que proporcionam aposentadoria especial no serviço público e das que proporcionam isenção do imposto de renda para os proventos. Trata-se, evidentemente, de regras inscritas em sistemas distintos, mas que, aparentemente, guiam-se pelo mesmo critério básico: o da incapacitação para o trabalho.

Não há regra clara sobre os critérios para a outorga da isenção. Trata-se, portanto, de campo aberto à decisão política do legislador ordinário. Todavia, cabe esclarecer que isenção é, por natureza, norma de extrafiscalidade excepcional em relação a princípios constitucionais tais como a capacidade econômica, a isonomia (geral e tributária) assim como a generalidade e a universalidade que, particularmente, informam o imposto de renda. Daí por que a decisão, em cada caso, deve ser ponderada por critérios claros de necessidade e conveniência.

Em sua justificativa, o ilustre autor lança, como principais, os argumentos de que os portadores de

albinismo têm sua capacidade produtiva reduzida e demandam tratamentos caros. Os portadores de albinismo são pessoas que levam vida extremamente sacrificada e, mesmo quando conseguem empreender atividade profissional, fazem-no com grandes dificuldades físicas e econômicas.

A Constituição Federal proclama como um dos objetivos fundamentais da República construir uma sociedade livre, justa e solidária. Tal desiderato, sem dúvida, traduz-se na consideração das peculiaridades de grupos sociais como o de que se trata, no momento de delinear a política e a legislação tributária.

A legislação do imposto de renda em vigor confere isenção parcial, no valor de R$1.637,11 por mês (para o ano de 2012), aos proventos de aposentadoria e pensão dos aposentados e pensionistas que completaram 65 anos de idade. Esse valor é adicionado ao valor idêntico, correspondente à faixa inicial, isenta, da tabela do imposto de renda da pessoa física. Significa dizer que o aposentado ou pensionista idoso tem isenção até R$3.274,22.

No Regime Geral de Previdência o valor da pensão é integral em relação ao salário de contribuição ou ao provento do instituidor os quais, por sua vez, são limitados, atualmente, a R$3.912,20. Todavia, é bom lembrar que em torno 65% dos aposentados e pensionistas percebem o valor do salário mínimo.

No regime próprio dos servidores públicos, o valor da pensão é limitado ao mesmo valor do Regime Geral, acrescido de 70% do excedente do provento ou do vencimento do instituidor ou, no caso de servidores admitidos após a implantação do fundo de previdência, acrescido do que lhe couber, pelas respectivas regras e segundo sua contribuição. Estima-se que pelo menos a metade dos aposentados e pensionistas do serviço público perceba, no máximo R$4,5 mil.

Esclareça-se, finalmente, que algumas possíveis consequências do albinismo oculocutâneo já estão contempladas na legislação atual. Com efeito, se o aposentado ou pensionista portador de albinismo evoluir para uma situação de cegueira ou de câncer de pele, por exemplo, poderá ser beneficiado pela isenção.

Conclui-se, portanto, que a eventual perda de arrecadação em decorrência da aprovação do projeto, se houver, será mínima, considerando que o atual quadro legislativo já contempla, em boa parte, a isenção pleiteada. Trata-se, então, muito mais de uma adaptação dessa legislação às peculiaridades do grupo social considerado, que propriamente de instituição de benefício novo.

Voto.

Em face do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 245, de 2012.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação ao relatório.

As Srªs e os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

Foi incluído extrapauta, pelo Senador Sérgio Souza, que estava na Presidência, aditamento ao Requerimento nº 34, formulado pelo Senador Roberto Requião.

EXTRAPAUTA

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 59, DE 2013

Requer, em aditamento ao RQE 34/2013-CAE, nos termos dos arts. 90, II e 93, II, seja também convidado para a audiência pública destinada a discutir o novo marco do pré-sal, a ser realizada em conjunto com a Comissão de Infraestrutura, o Dr. Paulo Cesar Smith Metri, engenheiro mecânico, mestre em engenharia industrial, membro do Clube de Engenharia do Rio de Janeiro, coautor do livro "Nem todo petróleo é nosso".

Em sua justificativa, o Senador assim argumenta:

A realização de audiência pública sobre o marco do pré-sal objetiva oferecer aos Senadores um quadro amplo e aprofundado da matéria. A relevância do tema torna recomendável um debate destinado à consideração das alternativas de que dispõe o ordenamento jurídico e econômico brasileiro relativamente à exploração petrolífera, de modo especial à busca do modelo que melhor atenda os interesses nacionais.

O engenheiro Paulo Metri, a par de ser um renomado especialista, veicula a preocupação de amplos setores da sociedade brasileira quanto aos riscos que os leilões de petróleo trazem à soberania nacional. Assim, sua participação enriquecerá o debate, que contará com representantes do Ministério das Minas e Energia, Petrobras e Agência Nacional do Petróleo.

Sala das Comissões, – Senador **Roberto Requião.**

Com a palavra, o Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Senador Lindbergh, pelo que sei, pelas informações que tenho, Paulo Metri, que foi um dos grandes defensores do modelo de partilha, do Presidente Lula, tem algumas objeções ao modo como está sendo feito esse leilão. E tem propostas que, segundo ele e as informações que me chegam, seriam bem mais interessantes para o Governo e para o Brasil.

E, nessa reunião que vamos fazer na quinta-feira, seria muito interessante que tivéssemos um contraditório – tudo tem que ter contraditório –: a opinião dos representantes do atual Governo e a opinião de alguns velhos nacionalistas, guerreiros pela Petrobras e pelo petróleo brasileiro. Porque, ao que tudo indica, nós estamos no caminho de entregar o pré-sal a uma empresa chinesa – a China participa com três empresas desse leilão. A consequência disso, sem a menor sombra de dúvida, será grandes investimentos em equipamentos chineses para a extração do petróleo na sequência.

Essa discussão é saudável, tem que ser feita e é uma discussão a favor do Governo, porque é uma discussão para esclarecer dúvidas que ainda existem sobre a questão.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar em votação o requerimento apresentado pelo Senador Roberto Requião.

Os Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento nº 59, de 2013, para a audiência de quinta-feira.

Depois, peço à Secretaria que entre em contato com o Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Eu já me antecipei, sabendo que a Comissão não iria recusar esse debate, e antecipei o convite e a possibilidade da presença do Fernando Siqueira e do Paulo Metri nessa reunião.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Roberto Requião. V. Exª será atendido.

Nós vamos encerrar esta reunião.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Em instantes, abriremos a próxima reunião. O Presidente Alexandre Tombini já chegou a Casa e está caminhando em direção a esta Comissão de Assuntos Econômicos.

Faço um apelo à Secretaria para que ligue para os Srs. Senadores. Estamos numa manhã em que está havendo uma audiência no plenário do Senado Federal de 60 anos da TV Record.

Então, em minutos, abriremos a nossa próxima reunião.

(Iniciada às 10 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 32 minutos.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE SETEMBRO DE 2013, ÀS 11 HORAS E 30 MINUTOS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às onze horas e quarenta minutos do dia vinte e quatro de setembro do ano de dois mil e treze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Lindbergh Farias, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, José Pimentel, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin, Cristovam Buarque, Sérgio Souza, Ivo Cassol, Francisco Dornelles, Waldemir Moka, Ana Amélia, Benedito de Lira, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, Alvaro Dias, Osvaldo Sobrinho, Flexa Ribeiro, João Vicente Claudino, Antonio Carlos Rodrigues e Eduardo Amorim. Deixam de comparecer os Senadores Delcídio do Amaral, Humberto Costa, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Luiz Henrique, Kátia Abreu, José Agripino, Armando Monteiro e Blairo Maggi. A Presidência declara aberta a Reunião, esclarecendo que esta tem como objetivo a realização de audiência pública, a fim de discutir as diretrizes, implementação e perspectivas futuras da política monetária, em atendimento aos §§ 1º e 2º do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, tendo como expositor o Sr. Alexandre Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil. A Presidência convida o Sr. Altamir Lopes, Diretor de Administração do Banco Central do Brasil, e o Sr. Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo, Diretor de Política Econômica, para comporem a Mesa. Após a exposição do Sr. Alexandre Tombini, usam da palavra os Senadores Eduardo Suplicy, Aloysio Nunes Ferreira, Francisco Dornelles, Sérgio Souza, Cristovam Buarque, Waldemir Moka e Ana Amélia. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e sete minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral

de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no *Diário do Senado Federal,* juntamente com a íntegra do seu registro taquigráfico. – Senador **Lindbergh Farias,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Declaro aberta a 61ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Assunto: discutir as diretrizes, implementação e perspectivas futuras da política monetária, em atendimento aos §§1º e 2º do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal.

Convidado: Alexandre Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil

S. Exª o Ministro Alexandre Tombini já se encontra na Secretaria da Comissão.

Peço ao Senador Eduardo Suplicy que conduza o convidado ao plenário da Comissão. (*Pausa*.)

Presidente Alexandre Tombini, primeiro eu quero justificar aqui ao senhor que, neste momento, está havendo uma audiência presidida pelo Presidente Renan Calheiros no plenário do Senado Federal, junto com a Câmara dos Deputados, em homenagem aos 60 anos da TV Record. Todos os Líderes partidários estão lá. Chegamos até a cogitar em cancelar esta audiência pública aqui, mas nós achamos importante que o senhor faça aqui a apresentação. Embora estejamos um pouco prejudicados nos debates – não é, Senador Aloysio Nunes? –,eu acho que seria muito importante que o senhor fizesse a apresentação que iria fazer, e faço um pedido de desculpas em nome da Comissão de Assuntos Econômicos. Nós tínhamos que ter calculado e visto que existia essa outra audiência pública presidida pelo Presidente do Senado Federal, com os Líderes partidários, sobre os 60 anos da Rede Record.

Comunico que se encontram presentes ainda o Sr. Altamir Lopes, Diretor de Administração; e o Sr. Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo, Diretor de Política Econômica (Dipec).

De acordo com os arts. 397 e 398 do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: S. Exª o Ministro Alexandre Tombini terá 30 minutos para fazer sua exposição, e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Senadores inscritos, já com o pedido de desculpas antecipado.

Passo imediatamente a palavra ao Ministro Presidente do Banco Central, Sr. Alexandre Tombini

O SR. ALEXANDRE ANTONIO TOMBINI – Muito obrigado, Exmo Sr. Senador Lindbergh Farias, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal.

Exmos Srs. Senadores aqui presentes, senhoras e senhores, estou hoje aqui na condição de Presidente do Banco Central, para, em atendimento aos §§1º e 2º do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, discorrer sobre as diretrizes, implementação e perspectivas futuras da política monetária.

Eu estou distribuindo aos Srs. Senadores da Comissão de Assuntos Econômicos um conjunto de eslaides com dados que servem de referência para as palavras que eu pronunciarei neste momento.

Eu inicio abordando o cenário econômico internacional. Conforme já tive oportunidade de dizer em algumas outras vezes, em período mais recente, ele tem se caracterizado por volatilidade nos últimos meses.

Quero enfatizar novamente que o Brasil está preparado e que o Banco Central do Brasil está atuando para assegurar a estabilidade da economia e do sistema financeiro.

Em relação ao cenário internacional, o principal é esse processo de transição que está em curso na economia mundial. Um processo de transição de condições monetárias amplamente acomodatícias para um período de maior normalização das condições monetárias e financeiras, em particular, pelo que temos visto, no que se refere à economia dos Estados Unidos.

Diga-se de passagem: essa transição é uma transição positiva, pois significa, na nossa visão, que a recuperação da maior economia do mundo está ganhando força, e isso representará, à frente, maior crescimento da economia global e do comércio internacional.

Adicionalmente, indicadores recentes permitem antever o início da recuperação em outras economias desenvolvidas, como o caso do Japão e do Reino Unido, bem como a estabilização do ajuste em curso na economia chinesa.

Nos últimos cinco anos, o mundo conviveu com a flexibilização das condições monetárias e financeiras nas economias avançadas. A política monetária convencional foi ao extremo, com taxas de juros próximas a zero. Além disso, foram adotadas várias iniciativas não convencionais, como é o caso da injeção direta de liquidez nos respectivos sistemas financeiros.

No entanto, o processo de normalização das condições monetárias nas economias avançadas já se iniciou. A comunicação do Banco Central dos Estados Unidos (FED), parte integrante desse processo, mudou desde meados de maio. E essa mudança se refletiu nas variáveis financeiras. Os mercados se anteciparam aos fatos, e os preços dos ativos financeiros se torna-

ram mais voláteis, oscilando ao sabor de cada dado sobre o ritmo da atividade econômica norte-americana.

A propósito e sem o objetivo de comentar decisões de outros Bancos Centrais, noto apenas que havia uma grande expectativa dos agentes do mercado de que o Banco Central dos Estados Unidos anunciasse, na semana passada, o início da redução do ritmo de aquisição de ativos, no âmbito de sua política monetária não convencional. Isso, como todos sabemos, não ocorreu. O Banco Central norte-americano optou por postergar essa decisão para assegurar-se de dados suficientes que comprovem o fortalecimento da recuperação daquela economia. Mas isso, no nosso entender, não significa que o processo de transição parou ou retrocedeu. As condições financeiras até reagiram um pouco, após a decisão do FED da semana passada. Mas continuam em patamar diferente daquele observado no início do presente ano, o que sinaliza que o mercado interpreta a decisão apenas como uma postergação e aguarda o início efetivo da redução dos estímulos monetários para algum momento no futuro.

Durante esse período de transição, as economias emergentes têm sido as mais impactadas pelo aumento da volatilidade. No entanto, o Brasil se preparou para enfrentar essa transição. Temos bons fundamentos macroeconômicos e possuímos robustas reservas internacionais. Somos atualmente credores internacionais líquidos. Nosso sistema financeiro está sólido, com elevados níveis de capital, liquidez e de provisões. E o Banco Central do Brasil está adotando as providências necessárias para assegurar a manutenção da estabilidade do sistema financeiro e da economia e o bom funcionamento dos mercados.

No Brasil, nos últimos anos, observamos uma mudança na composição dos ingressos de recursos estrangeiros, com aumento dos capitais de mais longo prazo e a moderação dos capitais de curto prazo. Essa recomposição tem sido importante, especialmente neste momento de maior volatilidade dos mercados internacionais.

A propósito, desde que a volatilidade aumentou, em meados de maio deste ano, continuamos observando fluxo positivo, tanto do investimento direto, quanto de portfólio, inclusive com o aumento da participação de investidores estrangeiros na dívida mobiliária pública interna. Além disso, ao longo dos últimos dois anos, continuamos ampliando nosso colchão de segurança e de liquidez. Adicionamos quase US$90 bilhões às nossas reservas internacionais, que hoje ultrapassam os US$370 bilhões.

Esse colchão permite ao Banco Central, nesse período de transição, marcado por níveis mais elevados de volatilidade e pelo aumento da aversão ao risco, ofertar proteção (*hedge*) aos agentes econômicos e liquidez aos diversos segmentos do mercado de câmbio no País.

Em 22 de agosto passado, o Banco Central do Brasil anunciou o programa de leilões de *swap* cambial e de venda de dólares com compromisso de recompra. Semanalmente, até o final deste ano, realizaremos leilões de *swap* cambial no montante equivalente a US$2 bilhões, e de venda de divisas com compromisso de recompra no total de US$1 bilhão por semana.

O programa tem mostrado resultado positivo. Trouxe tranquilidade aos agentes econômicos, que sabem que terão acesso à proteção cambial caso necessitem. Com isso, o real apreciou mais de 10% em relação ao dólar norte-americano desde o lançamento desse programa, sendo a nossa moeda destaque positivo entre as principais moedas durante esse período; notamos também a redução da volatilidade em torno do real; e os prêmios de risco soberano da economia brasileira recuaram significativamente.

Nossa estratégia é clara. Utilizaremos nosso amplo rol de instrumentos para reduzir a volatilidade excessiva e mitigar potenciais riscos à estabilidade econômica e financeira do nosso País. E essa estratégia estará presente durante o período de transição entre o mundo atual e o mundo à frente, de condições monetárias normalizadas e de maior crescimento da economia global e do comércio internacional.

Como já afirmei, em nossa perspectiva, o programa está adequado, funcionando bem. Não há, do nosso lado, novidades sobre este tema.

Ex^mo^s Srs. Senadores e Sr. Presidente, a seguir, gostaria de falar brevemente sobre a atividade econômica no País e, na sequência, sobre inflação.

O crescimento econômico tem se materializado de forma gradual. Como já havia afirmado recentemente, a percepção de muitos agentes econômicos estava, em certa medida, ainda está, mais pessimista do que a realidade dos números. O produto interno brasileiro, no segundo trimestre de 2013, cresceu 1,5%. Isso significa um ritmo de crescimento, em termos anualizados, de mais de 6%. E a composição desse crescimento recente também é promissora. O investimento expandiu 3,6% no segundo trimestre deste ano, sendo, assim, o terceiro trimestre consecutivo de expansão dos investimentos na economia brasileira.

Olhando à frente, vemos que os fatores de sustentação da demanda doméstica continuam presentes. A taxa de desemprego permanece em níveis historicamente baixos e há geração de novos postos de trabalho. O crédito continua se expandindo em ritmo sustentável e observamos, nos últimos meses, inclusive redução da inadimplência e do comprometimento de renda das famílias.

Além disso, as perspectivas de maior crescimento global em 2014, em particular de importantes parceiros comerciais do Brasil, combinadas com a depreciação do real, militam no sentido de tornar a dinâmica da demanda externa mais favorável ao crescimento da economia brasileira. Pelo lado da oferta da economia, observamos que a indústria apresenta uma retomada gradual. Em linhas gerais, as condições de competitividade desse segmento econômico estão melhores, com redução do preço de um dos seus principais insumos, a energia, além da desoneração da folha de pagamento para diversos setores e também o câmbio e o patamar mais favorável no momento para a produção doméstica.

O setor de serviços continua a se expandir, mas em ritmo menos intenso do que o observado em anos anteriores.

Por fim, o setor agrícola continua a renovar recordes de produção de grãos ano após ano. Em 2013, a previsão para a safra brasileira de grãos é de 187 milhões de toneladas, o que representa expansão superior a 15,5% em relação à safra de 2012.

Por isso, Ex^mos Parlamentares, volto a afirmar que o crescimento econômico brasileiro tem, sim, se materializado, ainda que de forma gradual. No entanto, olhando à frente, a consolidação do crescimento para os próximos semestres, em bases sustentáveis, depende do fortalecimento da confiança das famílias e dos empresários, que já mostra alguma recuperação no período mais recente.

Retornando à observação anterior, creio que as condições de oferta e de demanda presentes na economia não apoiam uma visão pessimista para a nossa economia, neste momento, assim como nos próximos anos.

Agora vou falar brevemente da inflação, obviamente um tema que faz parte das preocupações cotidianas do Banco Central do Brasil.

Aproveito a oportunidade para fazer um breve retrospecto do comportamento dos preços desde meados do ano passado. Em julho de 2012, ou seja, há pouco mais de um ano, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado em 12 meses estava em torno de 4,9%. À época, todas as medidas de núcleo de inflação de IPCA estavam em trajetória declinante, assim como a inflação implícita dos títulos públicos federais estava abaixo da meta para 2012.

A projeção do Banco Central divulgada no Relatório de Inflação de junho de 2012 daquele ano indicava variação de preços para o ano em questão de 4,7%. Em síntese, o cenário à época era favorável, com uma inflação oscilando próximo ao centro da nossa meta.

Os choques de oferta que observamos na sequência, primeiro de origem externa e depois de origem interna, registrados no segmento agrícola, entre outros fatores, mudaram essa dinâmica. A intensidade desses choques não foi desprezível. Como consequência a inflação se elevou, mantendo-se acima do esperado no segundo semestre de 2012 e nos primeiros meses deste ano. Além disso, passou a mostrar maior resistência, entre outros aspectos, em virtude da piora das expectativas dos agentes econômicos sobre a própria dinâmica da inflação, e também dos mecanismos formais e informais de indexação ainda presentes na nossa economia.

Diante desse cenário, o Banco Central começou a agir. Primeiro, alterando a sua comunicação e, posteriormente, adotando ações no âmbito da política monetária, com um início e um ciclo de ajuste da taxa básica de juros da economia desde abril do corrente ano. Como consequência, embora ainda se encontre em patamares desconfortáveis, a inflação acumulada em 12 meses já retomou a tendência de declínio, após alcançar o pico em junho deste ano. No entanto, a desvalorização e a volatilidade da taxa de câmbio verificadas nos últimos meses ensejam uma natural e esperada correção de preços relativos da economia. No médio e longo prazo, esse movimento beneficiará a economia brasileira. No entanto, no curto prazo, constitui uma fonte de pressão inflacionária. Neste contexto, a condução adequada da política monetária irá limitar a transmissão da desvalorização do câmbio para a inflação num horizonte relevante da política monetária brasileira.

Por fim, Sr. Presidente, volto a ressaltar que o Banco Central entende que o combate à inflação, entre outros benefícios, contribuirá para fortalecer a confiança de empresários e de consumidores na economia brasileira, condição necessária para consolidação do crescimento para os próximos semestres em bases sustentáveis.

Ex^mo Sr. Lindbergh Farias, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Ex^mos Srs. Senadores, essas foram as minhas considerações iniciais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias**.** Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Muito obrigado, Ministro Alexandre Tombini. O primeiro Senador inscrito é o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Senador Lindbergh Farias; Senador Sérgio Souza, Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos; prezados Srs. Diretores Altamir Lopes, Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo, do Banco Central, e Presidente Alexandre Tombini, Ministro e Presidente do Banco Central.

Ainda na semana anterior, tive a oportunidade de acompanhar também a sua exposição na Comissão Mista de Orçamento e ali tirei diversas dúvidas. Vejo que V. Exª considerou a sugestão que fiz, de sempre estar colocando índice de Gini na sua exposição aqui, com... Destaco que, depois de 1988-1989, com o coeficiente de Gini de 0,63, colocando-nos dentre os três países mais desiguais do mundo, desde o período 1996 a 2001-2002, começou a haver uma – desde até aquela oportunidade até 2001-2002 –, houve um declínio, um progresso, no sentido de alcançarmos maior igualdade, e isto prosseguiu porque de 2001 a 2002, a cada ano, o coeficiente de Gini de desigualdade foi diminuindo para o patamar de 0,50 em 2011, mas, ainda assim, estamos classificados, salvo engano, na última vez que observei, com essa informação, éramos o 16º mais desigual do mundo, entre todos os países, o que é um indicador de que ainda temos muito o que avançar.

Mas é importante que, para que tenhamos crescimento da economia brasileira, haja disciplina suficiente para que não se volte a ter no Brasil as altas taxas de inflação, que caracterizaram algumas décadas do nosso desenvolvimento econômico.

Então, avalio como importante – e apoio – o objetivo do Banco Central de estar atingindo, na medida do possível, a meta de 4%, 4,5%. Observo como positivo que tenhamos agora a taxa de inflação em declínio. Saiu da faixa de 2,5% para acima dos 4%, caindo para abaixo de 6%, que é a última taxa de inflação acumulada.

Portanto, acho que há um avanço que, por seu turno, está sendo acompanhado de recuperação do investimento e de indicadores positivos de aumento tanto da produção industrial quanto da produção agrícola. V. Exª mostrou que diversos são os segmentos da economia que estão tendo um desempenho favorável e que, com a melhoria das perspectivas da economia internacional, tudo isso deverá ajudar o desenvolvimento sustentável da economia com melhoria da distribuição da renda e da riqueza.

Desta vez não estão aqui os dados relativos à evolução do salário real, de quanto tem aumentado a proporção de trabalhadores no mercado formal. Acho que isso é interessante, mas eu me lembro das informações que V. Exª nos deu, há poucos dias, na Comissão Mista do Orçamento. Eu considero essa evolução também muito importante.

Enfim, no nosso último diálogo, eu havia lhe pedido se poderia nos fornecer alguns elementos sobre o grau de concentração do sistema bancário e financeiro do Brasil. Se possível, até em números de instituições de cada natureza na economia.

Eu queria lhe informar que, de quinta a domingo passado, eu participei de um colóquio internacional na Universidade de São Paulo, com a presença de inúmeros especialistas nacionais e internacionais. Ali houve a apresentação relativa até da Srª Marusa Freire, que é do Banco Central e responsável pelas formas de economia solidárias, inclusive de experiências tais como a do Banco Palmas, que criou uma moeda. Além de ser uma instituição que proporciona o microcrédito, também ali viabilizou-se a moeda palma.

A Srª Marusa Freire, filha do ex-Governador e Deputado Marcos Freire, fez uma apresentação muito interessante dizendo que o Banco Central e o BNDES têm apoiado experiências nessa direção. Agradeço se puder nos dar uma breve informação sobre em que medida de fato isso está acontecendo. Ela mencionou que se multiplicam as experiências com o respaldo do Banco Central. Eu quero cumprimentá-lo também por essas experiências de economia solidária, que ali foram saudadas e explicitadas pelo Secretário Nacional de Economia Solidária, Paul Singer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT– RJ) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Passo, imediatamente, a palavra ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Vamos fazer dois blocos de três.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Senadores, eu faço votos que as tendências benfazejas que o Ministro anuncia se confirmem, mas queria fazer duas observações. Primeiro, as declarações dos membros do Governo brasileiro, do Governo Federal me parecem declarações, no que diz respeito à inflação, marcadamente conformistas, porque é como se o Governo tivesse se conformado com uma inflação em torno do teto da meta, quando devemos nos esforçar para reduzi-la ao máximo, lembrando-nos de que existe, na política de metas, um centro da meta. Nas declarações dos membros do Governo, esse dado é absolutamente desconhecido. Faço votos que a equipe do Banco Central persiga, efetivamente, uma baixa real da taxa de inflação e não se conforme com aquilo que parece ser a tônica das declarações vindas do Governo, que se conformam, acomodam-se com a inflação no teto da meta.

A outra observação que eu queria fazer, Sr. Presidente. Eu não vou pedir nenhuma resposta sua direta, mas o fato é que V. Exª se refere a fatores de incerteza no cenário internacional, situações ainda voláteis, pouco consolidadas. Nesse quadro, parece-me profundamente estranho que o Ministro da Fazenda faça uma

declaração como a que fez, ainda recentemente, de que o Banco Central brasileiro poderia diminuir a intervenção no câmbio. Quer dizer, é o Ministro da Fazenda colocando o chapéu no Presidente do Banco Central. É o sapateiro indo além do sapato, esquecendo-se do provérbio latino: o sapateiro não deve ir além do sapato: *Ne sutor ultra crepidam*.

Eu penso que uma declaração como essa deve ter dado muita dor de cabeça ao senhor e aos seus companheiros de diretoria. O senhor deve ter despendido muitas horas dando entrevistas, acalmando uma excitação provocada por uma declaração estranha do Ministro da Fazenda, que parece não ter compreendido ainda quem faz o que em matéria de política econômica. Não vou nem pedir um comentário do Senhor, se vai continuar o leilão ou não. Evidentemente, se o Senhor me disser que vai continuar ou que vai parar com os leilões, isso provocaria um corre-corre danado, mas com uma declaração como essa do Ministro da Fazenda, eu sou obrigado a registrar que ela me parece profundamente desastrada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Obrigado, Senador Aloysio Nunes.

O último Senador inscrito neste bloco é o Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco Maioria/PP – RJ) – Ministro Tombini, os números das contas externas do Brasil não são dos mais razoáveis. Do balanço comercial, que no ano passado apresentou um superávit de R$ 20 bilhões, as projeções otimistas para este ano são de um superávit de 2 a 3. O déficit da conta de serviço aumenta, das contas financeiras aumenta. Consequentemente, as contas-correntes estão com um superávit previsto, acredito, de R$ 70 milhões. Qual é a garantia que tem o Governo de que o déficit em conta corrente poderá ser coberto com a entrada de investimentos diretos, investimentos financeiros?

Essa é a minha questão.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – O Senador Sérgio Souza está pedindo aqui para fazer a sua interpelação de imediato.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Serei bem rápido, Sr. Presidente.

O Senador Cristovam declinou da prerrogativa de falar; o Senador Moka saiu; e os outros três já fizeram uma intervenção.

A minha intervenção, Presidente, é para dizer que o Brasil, nos últimos anos, melhorou significativamente. O Brasil conseguiu estabilizar as suas contas externas e tem reservas significativas que lhe dão o poder de regular o controle da moeda, além de ter o respaldo internacional do ponto de vista do custo Brasil. É um País respeitado, que está no patamar de sexta ou sétima, dependendo do lado que se vê, economia global.

Eu ouvi V. Exª referir-se ao agronegócio como um desses pivôs de desenvolvimento no Brasil e já ouvi outros aqui nesta Comissão de Assuntos Econômicos falando também no mesmo sentido.

A projeção do crescimento do agronegócio no Brasil é otimista. Se não houver nenhuma intempérie climática que venha a reduzir a nossa produtividade ou a nossa produção, nós seremos logo o maior produtor de alimentos do Planeta, o que faz uma diferença muito grande.

Eu gostaria de ouvir de V. Exª qual é a política do Brasil para melhorarmos a industrialização e agregarmos mais valor a esses produtos que dariam um resultado melhor ainda na balança comercial, porque a exportação tão somente de *commodities* ajuda, e muito. O superávit do agronegócio chegou à casa dos R$45 bilhões no primeiro semestre, enquanto que o superávit total da balança comercial chegou a R$4 bilhões, ou seja, se não fosse o agronegócio, nós teríamos um déficit de mais de R$40 bilhões.

Gostaria de ouvir de V. Exª quais são as perspectivas para o aumento da agregação de valores da transformação desses produtos no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Primeiro, em relação ao Banco Central, Presidente Tombini, eu quero dizer que, de fato, desde a sua última vinda à Comissão, creio que tivemos um alívio no quadro, o que nos permitiu respirar, não tenha dúvida disso. Fico satisfeito porque foi coerente com o que o senhor mostrou para nós aqui. Eu ainda continuo meio desconfiado do médio e longo prazo da nossa economia se não fizermos algumas mudanças estruturais, mas não há dúvida de que melhorou.

Então, a minha pergunta vai para o Presidente Lindbergh: quando o senhor vai colocar em votação aqui a independência do Banco Central, um projeto, se não me engano, do Senador Dornelles?

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco Maioria/PP – RJ) – Sou o Relator.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – É o Relator.

Eu gostaria de saber, porque eu tenho a impressão de que esse é um tema que interessa muito...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Antecipando, já acertamos

com o Senador Francisco Dornelles uma audiência pública a ser realizada aqui no mês de outubro, não é, Senador Francisco Dornelles? No mês de outubro, vamos começar esse debate aqui.

Eu havia colocado o assessor da nossa Comissão em contato com o Senador Francisco Dornelles para realizarmos a primeira audiência no mês de outubro. É um projeto relatado pelo Senador Francisco Dornelles que não trata só da independência do Banco Central, de mandatos fixos; é um projeto que mexe em todo o art. 192, um projeto bem-completo sobre o qual esta Casa deve se debruçar. É claro que é preciso, para colocar em votação a matéria, muitos acordos dos Líderes também, mas o início do processo de discussão, Senador Cristovam, nós vamos fazer. E eu garanto a esta Comissão de Assuntos Econômicos que, no mês de outubro, faremos a primeira audiência. Há inclusive um convite para que o Banco Central mande um dos diretores representando a instituição. Garanto a V. Exª que faremos isso no próximo mês, no mês de outubro.

Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco Maioria/PP – RJ) – Eu só queria... O Governo, muitas vezes, quando fala em Banco Central independente, raciocina num Banco Central fora da estrutura político-administrativa do País, independência operacional do Banco Central. A formulação da política monetária continua com o Conselho Monetário. O Banco Central é independente na operacionalidade das políticas traçadas pelo Conselho Monetário.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Isso não significa que não podem ter políticas coordenadas, até porque temos um Presidente do Banco Central que é Ministro de Estado, inclusive.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu consideraria isso uma contradição.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Não havendo mais Senadores inscritos, quero passar para o Presidente do Banco Central, Alexandre Tombini.

Antes, Presidente, na entrevista que V.Exª deu no dia de ontem, que repercutiu hoje nos jornais, acho que há um tema, Ministro Dornelles, muito importante que falou o Presidente Tombini da necessidade de restabelecer a confiança tanto dos consumidores quanto dos empresários.

Fui participar de um café da manhã com a Agências Efe de notícias no dia de ontem, fui falar sobre cenário político e econômico do País e fui aos números também, Senador Aloysio Nunes. Na verdade, ao ver os números da nossa economia, vejo mais do que nunca a necessidade de uma boa comunicação por parte do Governo, por parte do Banco Central, porque o debate das expectativas de recuperação de confiança é muito importante. Às vezes se veem tantas versões e quando se vai para os números a coisa não está tão esquisita assim, Senador Aloysio Nunes. A gente sabe dos desafios para nossa economia nesse cenário de crise econômica internacional. Mas eu fui ver os números da inflação, por exemplo. A previsão do Boletim Focus é de 5,81, vai ser a menor dos últimos três anos. Aquela alta de inflação que tivemos no começo do ano, a famosa discussão sobre o preço do tomate, quando a gente vai ver, a pressão do item alimentos foi gigantesca. Quando se veem alimentos *in natura*, são eleitos com 45%. Aqui ele teve um impacto muito grande. Mas vejo em relação à inflação que é preciso, por isso que é muito importante, eu acho que o Presidente do Banco Central se comporta neste momento como um fiador dessa estabilidade no País, passa confiança para as pessoas em relação a esse tema da inflação.

Em relação ao tema crescimento e investimento, tivemos uma mudança que não pode passar despercebida. Nós tivemos em todo ano de 2012 uma redução muito grande dos investimentos no País. E nos três últimos trimestres isso foi mais importante do que o crescimento ter crescido em 1,5% no último trimestre, mais importante foi a recuperação dos investimentos: nós tivemos 3,6 no último trimestre, 4,7 no primeiro trimestre e 1,5 no último trimestre.

Então, sinceramente, acho que especialmente o papel do senhor, como Presidente do Banco Central, é de passar tranquilidade, de entrar nesse diagnóstico com o qual concordo completamente, o de recuperar a confiança dos consumidores e dos empresários.

A gente está agora no desafio desse programa de concessões da Presidenta Dilma Rousseff, um programa que vai se ajustando, uma licitação não teve concorrentes, tem-se que fazer ajustes no caminho.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP. *Fora do microfone.*) – Programa lançado há um ano e um mês.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Um ano e um mês, é um desafio grande.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Agora descobriram que tem-se que refazer os cálculos de tráfego das rodovias. Quer dizer, um ano e um mês, pelo amor de Deus!

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Eu seu, Senador Aloysio Nunes. Inclusive, nós tivemos aqui a apresentação do Presidente do BNDES, Luciano Coutinho, acho que o

Brasil precisa muito desse programa de concessões. A previsão do Presidente do BNDES é a seguinte: faz uma projeção até 2018, de que o nosso investimento em 2018 seria de 20,8%...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Eu sei que o Brasil precisa. Eu já apanhei muito por ter falado isso, apanhei dos seus companheiros.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Mas, em 2018, segundo falava o Presidente do BNDES, Luciano Coutinho, investimentos de 20,8% do PIB. Com o programa de concessões sendo realizado, nós teríamos um salto de mais 2% do PIB. Eu acho que esse é o imperativo nacional.

Então, era essa a minha fala aqui. Eu não deveria fazê-la como Presidente, a minha função é só coordenar os debates, mas fiz questão de fazer essa fala porque acho que nesse ponto da confiança, trabalhar as expectativas é muito importante.

Por fim, queria fazer um questionamento. Foram aprovados agora, na Medida Provisória 615, pagamentos e o Banco Central tem 180 dias para regulamentar o que foi aprovado na Medida Provisória 615, que fala dos pagamentos móveis do sistema financeiro. Acho que esse é um debate muito importante, para fazermos inclusive uma audiência nesta Comissão.

O Banco Central tem 180 dias para fazer a regulamentação disso, que pode ser uma grande transformação, que vai ter um impacto na vida de todo o sistema e de muitos brasileiros. Esse é um tema muito importante, e a Comissão de Assuntos Econômicos deste Senado Federal quer acompanhá-lo. Vai ser um processo muito rico essa discussão dentro do Banco Central.

Com a palavra o Presidente Alexandre Tombini.

O SR. ALEXANDRE ANTONIO TOMBINI – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Pela ordem, as perguntas do Senador Suplicy.

Tivemos, como V. Exª mencionou, oportunidade de discutir na CMO da semana passada alguns desses pontos. Em relação ao salário real, eu trouxe uma transparência. São quatro gráficos que mostram a evolução do rendimento real.

A transparência nº 28 mostra, no quadrante superior à direita, emprego e renda. Evolução da ocupação, na linha azul mais embaixo, o crescimento acumulado em 12 meses, 1,8%. O rendimento real, o crescimento acumulado em 12 meses, 2,5%. Perfazendo um aumento da massa salarial real de 4,3% nos últimos 12 meses. É um aumento que já foi maior, mas, sem dúvida, ainda é uma evolução robusta dos indicadores de emprego e mercado de trabalho.

Em relação à questão que V. Exª havia mencionado, e reiterou hoje, sobre a estrutura do sistema financeiro. Nós temos hoje um sistema financeiro, eu diria, bastante balanceado entre instituições privadas, públicas, nacionais e estrangeiras. Quer dizer, muito mais balanceado que outras jurisdições de economias comparáveis.

Nós temos um total de instituições financeiras da ordem de quase 500, são 495. Essas coisas são dinâmicas, mudam, mas esse é o número que a minha assessoria me passa – e isso sem contar as cooperativas de crédito. Certamente o Senador Moka conhece bem o segmento, pode até me ajudar.

O número de cooperativas que me passam aqui é da ordem de 1.200, são 1.195. Quer dizer, esse segmento passou por um processo de consolidação. Aumentou muito o número de associados nesse último período, ainda que o número de cooperativas em si não tenha ampliado. Esses são os números básicos do sistema financeiro.

Aí nós temos, entre bancos múltiplos e bancos comerciais, em torno de 145 instituições. Estariam ali também as maiores instituições. Há um grande número de outras aqui: Banco de Desenvolvimento; Sociedade de Arrendamento Mercantil, enfim, esse é o quadro do sistema financeiro nacional.

Em relação ao grau de concentração – um item que eu menciono a V. Exª –, as quatro maiores instituições têm em torno de 55%, 58% dos ativos totais do sistema.

Como eu tive oportunidade de discutir no nosso debate da semana passada, creio que, independentemente do nível de concentração, é importante que a concorrência se dê por meio, por exemplo, da redução do custo do cliente bancário portar as suas operações, sejam elas de crédito ou de investimentos de poupança, entre as instituições financeiras. Acho que há exemplos muito bem sucedidos de sistemas financeiros com grau de concentração bem maior do que o que temos na nossa jurisdição, mas também com um nível de competição grande, onde o cliente bancário pode se mover entre instituições financeiras com custos menores.

Temos um programa de portabilidade tanto dos dados cadastrais como da conta salário como das operações de crédito que está em curso. Ou seja, várias medidas já foram tomas. Há um acompanhamento bastante intenso, inclusive do Congresso Nacional e também de outros órgãos do Governo e certamente do Banco Central. Essa é uma agenda contínua para melhorar a portabilidade, com segurança, das operações do sistema financeiro.

V. Exª mencionou também as iniciativas mais de caráter da economia solidária, que o Banco Central acompanha; V. Exª mencionou o nome da nossa servidora Maruza, que está à frente de um importante estudo sobre o uso dessas moedas, que tem um caráter mais social; certamente são experiências circunscritas à localidades, que não se confundem com substituição de moeda no território nacional. É uma experiência que o Banco Central segue – a questão das microfinanças –, esse é um capítulo das microfinanças que interessa ao Banco Central.

Em relação às questões colocadas pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira, o Banco Central vem comunicando de forma bastante clara, desde janeiro ou fevereiro, a necessidade de combater a inflação, trazê-la para baixo. Estamos tendo sucesso nesse processo; temos aí mencionados pelo Senador Cristovam, pelo Senador Lindbergh e o Senador Suplicy. Certamente, o nosso objetivo é a meta de inflação de 4,5%, e não existe outro objetivo para o Banco Central.

Eu procurei, na minha intervenção inicial, fazer um breve histórico e lembrar V. Exªs da nossa discussão aqui em meados do ano passado. Estávamos ali perto do centro da meta, oscilando em torno do centro da meta, o IPC da Fipe chegou a encostar em 4%, ou seja, abaixo do centro – hoje está em 4,77 o IPC da Fipe, incidentalmente, acumulado em 12 meses. Mas, mesmo o IPCA estava em 4,9; a nossa projeção era 4,7. A inflação derivada dos instrumentos de mercado estava em 4,3, ou seja, estava oscilando em torno da meta.

Estamos lidando agora com esse processo, que se materializou lá no segundo semestre do ano passado e início deste ano. Estamos tratando disso, e a nossa postura tem sido a de enfrentamento da inflação e vai continuar sendo.

Em relação à questão da nossa atividade no câmbio, acho que é justo fazer um balanço positivo dessas ações. Não foi só o Banco Central, houve também uma coordenação com o Tesouro Nacional, tirando um pouco de risco naqueles momentos de maior estresse nos mercados financeiros, onde o Tesouro Nacional também empreendeu algumas operações de recompra de dívida, até para dar saída para aqueles que queriam sair. O resultado foi o de que havia mais investidores querendo entrar do que sair, mas, de certa forma, foi uma medida importante para aliviar o estresse no momento de maior volatilidade. Só recordando, há um gráfico aqui na apresentação. O instrumento financeiro mais representativo, digamos assim, do globo é o título do Tesouro Nacional, em 10 anos, americano. Esse título, entre 22 de maio e o período corrente, chegou de 1,60, foi a 3%, agora voltou um pouquinho, está na casa de 2,70, oscilando por ali.

Esse tipo de impacto foi reverberado em várias economias no Brasil, sentiu e gerou essa volatilidade. Então, neste momento, a nossa estratégia comunicada foi a de tirar risco da mesa, tanto oferecendo proteção para aqueles que precisavam e queriam proteção no mercado cambial e também não forçando as colocações de dívida para evitar esse momento de maior pico de estresse, não adicionar, digamos assim, excitação aos mercados. Isso foi feito, foi um processo coordenado e, no dia 22 de agosto, nós então decidimos anunciar um programa mais previsível de intervenções diárias. Sobre esse programa, inclusive, na minha intervenção inicial, mencionei que, do ponto de vista do Banco Central, não há novidade em relação a ele. Então, é nesse mundo que nós estamos. Quero dizer que os CDS, que é o C*redit Default Swap*, que é uma medida de risco soberano, caíram bastante, caíram 50 pontos desde que o programa iniciou; os juros de mercado também passaram por período de maior calma do que o período anterior e nós tivemos a redução na volatilidade no real brasileiro, além de que houve aquela depreciação grande, no primeiro momento, desde o dia 22 houve uma apreciação do real na casa dos 10%. Então, as condições de mercado, os mercados estão, de fato, mais calmos, a despeito das pendências ainda existentes no ambiente internacional, como V. Exª fez menção.

O Senador Francisco Dornelles traz de novo a preocupação com as contas externas, evolução da conta corrente, balança comercial. Creio que o Brasil tem aí um déficit de conta corrente em torno de três, três e meio, alguma coisa do gênero em relação ao Produto Interno Bruto, uma conta corrente manejável, uma conta corrente que pode ser financiada com tranquilidade. Temos aí uma projeção, eu diria, nesse momento, de investimento estrangeiro direto cobrindo 80% da conta corrente, aproximadamente. Já cobriu um pouco mais, no ano passado, acho que mais de 100% foram cobertos; estamos agora em um período onde o investimento está estabilizado, apesar de forte, está cobrindo em torno de 80%, o que é bastante confortável quando olhamos o conjunto de países.

É natural também que nesse período de maior investimento à frente uma conta corrente a outra face do fato de o Brasil está absorvendo poupança externa. O Brasil, nesse momento, não tem vocação para ser exportador de poupança, ele tem de absorver um pouco de poupança externa, 3,5% é extremamente manejável, e esse é um ponto que procuramos esclarecer dentro do que falava o Presidente da Comissão de passar a nossa visão. E a nossa visão é de uma conta corrente mais para 3% em período relevante do que para 4% do PIB, com a recuperação mais forte das exportações, com a diminuição das importações, com

maior normalidade na questão do petróleo. Enfim, isso tudo milita no sentido de uma conta corrente bastante manejável, e hoje, como mencionei, estamos trabalhando em torno de 80% do financiamento da conta corrente com investimento estrangeiro direto.

Em relação às questões colocadas pelo Senador Sérgio Souza, concordo. O agronegócio tem sido fundamental, também agora pelo lado do crescimento da economia dinâmica. Tivemos uma agricultura bastante afetada ...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias.Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Peço à secretaria que aumente o som. O som da imprensa está com dificuldades de escutar lá atrás.

O SR. ALEXANDRE ANTONIO TOMBINI – A contribuição para o PIB da agricultura está muito forte este ano. O ano passado foi marcado por secas importantes no sul do País.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Só um segundo, Presidente.

Peço que a secretaria aumente também o som, a voz do Presidente e a minha. Falo mais alto; tenho um tom um pouco abaixo. Então, que aumente também o volume do som.

O SR. ALEXANDRE ANTONIO TOMBINI – Reconhecemos essa contribuição da agricultura. Certamente, para as contas externas tem sido um fator fundamental.

Em relação à questão do valor adicionado, acho que passa pela elevação da produtividade da economia brasileira, do ponto de vista do retorno do capital, ampliação do retorno do capital, do investimento em máquinas e equipamentos. Tivemos algumas medidas importantes nesse período recente, como, por exemplo, a questão da energia elétrica, insumo fundamental para a indústria, inclusive para a agroindústria também. Tivemos desoneração na folha de alguns segmentos, também outra medida. O reposicionamento que decorreu dessa nova orientação de política, desse processo de transição para o mundo de condições monetárias e financeiras mais normalizadas fez com que o dólar ganhasse força frente às moedas. Em relação ao real isso ocorreu. Controlando a inflação, isso representa uma depreciação real na nossa moeda, o que certamente tem um impacto sobre o segmento que V. Exª mencionava da agroindústria, certamente da agricultura.

Olhando para frente, também foi mencionada aqui a questão dos investimentos em infraestrutura, quer dizer, o retorno do capital diretamente mais essa questão da produtividade da economia como um todo, melhorando a infraestrutura, certamente a combinação de máquinas, equipamentos e mão de obra vai ser alavancada por uma infraestrutura que permite o escoamento da safra, exportação de uma forma mais eficiente.

Então as medidas que estão sendo direcionadas para aumentar a produtividade da economia, aumentar o investimento também terão impactos positivos sobre essa agregação de valor no segmento agrícola, prestigiando a agroindústria.

Em relação às palavras do Senador Cristovam, queria agradecer o reconhecimento dos nossos debates anteriores, enfim, o que ocorreu desde então.

E, finalizando com a pergunta concreta do Presidente da CAE sobre a regulamentação dos pagamentos móveis, estamos trabalhando intensamente. É uma discussão de muito fôlego. Temos trabalhado no Banco Central há algum tempo e agora, com a aprovação da MP que aguarda sanção, nós teremos 180 dias. Queríamos avançar dentro desse prazo.

Certamente, como V. Exª mencionou, estamos à disposição para o debate, uma discussão com a Comissão de Assuntos Econômicos. Uma diretoria está totalmente voltada para esse assunto.

A nossa visão é de que, do ponto de vista de microfinanças, a regulamentação dos pagamentos móveis vai dar segurança jurídica para que os investimentos sejam feitos e esse segmento se expanda de forma significativa nos próximos anos. Nós vemos, conforme a experiência de outros países, que é possível ampliar ainda mais o grau de inclusão financeira da população.

Naturalmente a lei foi feita com esse entendimento e a regulamentação será também. Esse é um instrumento de inclusão financeira, é um instrumento que vai empregar um custo operacional mais baixo do que outros meios de pagamento existentes, até por usar essa tecnologia, mas também pelo fato de que nós não queremos reproduzir as estruturas existentes de pagamentos. Nós queremos de fato fazer com que esse aparelho móvel possa ser uma bilheteira eletrônica, digamos assim, não reproduzir estruturas de cartão de crédito ou de outros tipos de estrutura já existente que vai continuar conosco.

Então nós estamos realmente colocando bastante ênfase nessa regulamentação e estamos à disposição.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Senadores.

O SR. LINDBERG FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Muito obrigado, Presidente.

O Senador Waldemir Moka quer fazer algumas perguntas.

Antes eu queria anunciar, Senador Cristovam Buarque, provocado por V. Exª, que nós marcamos. No dia 15 de outubro vamos fazer a primeira audiência pública para a discussão do projeto que é relatado pelo Senador Francisco Dornelles, relativo ao Banco Central e ao mandato dos diretores, mas, na verdade, S. Exª é Relator de um projeto muito mais amplo, que atualiza toda a legislação sobre o sistema financeiro nacional.

Então já está marcado. Dia 15 de outubro esta Comissão de Assuntos Econômicos vai dar a largada nessa discussão.

Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Só para esclarecimento nosso, Sr. Presidente, quem virá? Quem já está convidado?

O SR. LINDBERG FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Temos o requerimento do Senador Francisco Dornelles, que menciona o convite para o Ministro da Fazenda ou um representante seu, o Presidente do Banco Central ou representante – eu creio que para esse tema é melhor vir um representante do Banco Central –, o Presidente da Febraban, Murilo Portugal. Mas eu queria acertar os detalhes com o Senador Francisco Dornelles, escutando a opinião de outros Senadores, para fecharmos uma pauta que dê uma largada para esse debate.

Com a palavra o Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu começo já sugerindo, Sr. Presidente, que alguém do sistema de cooperativas de crédito... Se couber nesse debate é importante inserir.

E a minha fala é muito objetiva. Na verdade é mais um agradecimento.

Quero fazer de público um agradecimento ao Banco Central, na pessoa do seu Presidente, o Ministro Alexandre Tombini.

Depois que eu assumi a presidência da Frente Parlamentar do Cooperativismo, o Banco Central, ao fazer uma auditoria, ao entender a importância que têm as cooperativas de crédito, prestou um enorme serviço. É claro que estamos falando de cooperativas de crédito auditadas pelo Banco Central.

Na verdade, as cooperativas estão seguindo fielmente aquilo que o Banco Central recomendou. E nós estamos agora prestes a incorporar um fundo garantidor das cooperativas, que vai ser um avanço. Quer dizer, aí nós vamos colocar essas cooperativas de crédito à semelhança de qualquer outro banco com um fundo garantidor. Isso está sendo tratado, o próprio Governo, o Ministério da Fazenda entende a importância disso, já sinalizou positivamente.

Então, vim aqui hoje primeiro para ouvir, e ouvi toda a exposição. Mas, principalmente, Ministro Alexandre Tombini, há o agradecimento de todo o sistema de crédito, a importância, porque quando a gente fala principalmente do agronegócio... É claro que são muito mais amplas as cooperativas de crédito, mas, sobretudo, do agronegócio, você tem hoje, vou dar um exemplo, o Sicredi na ponta, nos pequenos Municípios, funcionando diretamente. E quando se fala de microcrédito, por exemplo, as cooperativas de crédito têm um papel muito importante em tudo isso.

É apenas e tão somente para parabenizá-lo pela exposição. E também o agradecimento de público ao que o banco, não o Banco Central, a instituição tem feito para incorporar um sistema de credibilidade, um sistema que tem, sem dúvida nenhuma, na ponta, prestado um grande serviço a toda a população brasileira.

Muitíssimo obrigado, Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senadora Ana Amélia.

Aproveitando que já estávamos encerrando, com a palavra a Senadora Ana Amélia.

Muito obrigado, Senador Waldemir Moka.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Queria apenas agradecer a V. Exª, Senador Lindbergh, ao Presidente Alexandre Tombini e aos diretores do Banco Central, que têm tido com esta Comissão e com o Senado da República um comportamento extremamente respeitoso, de cordialidade, e sempre que a Comissão os chama, vêm aqui.

Não vou fazer perguntas ao Presidente Tombini porque o que vou perguntar ele não vai responder. Tenho uma visão um pouco preocupada com a crise e ele vai dizer que está tudo muito bem, que está bem.

Então, queria reforçar. Penso que o Senador Moka falou sobre as cooperativas de crédito. O Presidente, Ministro Tombini, sabe que nesse assunto eu tenho permanentemente tocado aqui, nas vezes em que V. Exª tem vindo.

Criamos um projeto para que as cooperativas de crédito tivessem acesso ao recurso do FAT, para disseminar o recurso. A Câmara e aqui também o Senado também o ampliou, para que não só a área rural tivesse, mas a área urbana também tivesse, no setor empreendedor, das pequenas empresas, acesso a esse repasse.

Mas eu também sei a sua opinião a respeito das cooperativas. O senhor fez referências muito positivas e sabemos que o Banco Central dará sempre apoio, até porque o Banco Central fiscaliza o sistema de crédito cooperativo. Então, conhece melhor do que nós, até por esse critério rigoroso da fiscalização. Então, como já sei, eu queria apenas aproveitar... Não estava aqui no horário porque o Grupo Record está fazendo uma sessão especial da Câmara e Senado, e o Presidente da Câmara está lá e eu estava inscrita para falar pelo Partido Progressista, do nosso querido... representando esse grande Líder Francisco Dornelles.

Então, queria saudar o Ministro Alexandre Tombini por essa atitude que tem, porque às vezes a gente pede, Ministro Tombini, audiência e elas demoram, para Ministro, a ser atendidas... três, quatro meses,

para Senadores. Eu queria ressaltar a sua atitude de absoluto respeito com a Casa e com esta Comissão. Claro que o nosso Presidente tem um brilho próprio para convencer o senhor de que é importante a presença aqui.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Eu já tinha avisado ao Presidente Alexandre Tombini da nossa preocupação com essa audiência pública, mas acho que foi muito boa, conseguimos, apesar de estar havendo audiência pública conjunta, da Câmara e do Senado, sessão conjunta, com a presença dos Presidentes da Câmara e do Senado e de todas as lideranças partidárias. Acho que foi importante termos feito, mantido esta reunião aqui.

Só para fazer justiça, eu sei que não foi intenção de V. Exª, mas uma característica do Presidente Tombini – acho que por isso está gozando de grande credibilidade neste momento –, na verdade... O Presidente Tombini não tem falado só que as coisas estão bem, ele tem colocado ponderações falando dos desafios. Eu acho que ele tem feito sempre uma avaliação da conjuntura macroeconômica muito com pé no chão. Não tem aqui o Presidente do Banco Central visões ufanistas, e eu acho que é isso que tem dado, cada vez mais, credibilidade a ele na condução da política monetária.

Presidente, suas palavras depois das intervenções do Senador Waldemir Moka e da Senadora Ana Amélia, para encerrarmos esta audiência.

O SR. ALEXANDRE ANTONIO TOMBINI – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Só quero agradecer ao Senador Moka e à Senadora Ana Amélia pelas palavras.

De fato, o Banco Central tem investido bastante, não é de hoje, nesse segmento, na regulação, na fiscalização. Nós falávamos aqui de um processo de consolidação que houve, aumentando o número de associados, ainda que o número de cooperativas de crédito não tenha aumentado – reduziu ligeiramente. Então, esse é um processo exitoso. Passamos a crise de 2008.

O sistema cooperativista recicla poupança local, mas não se alavancou. Não tivemos problemas, a não ser eventos específicos, mas diferentes de outros segmentos, de outras jurisdições.

Então, eu gostaria de agradecer as palavras e o reconhecimento do trabalho do Banco Central nessa matéria.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Muito obrigado, Presidente.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 11 horas e 40 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 47 minutos.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA 19ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES, REALIZADA PELA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE (62ª REUNIÃO) E PELA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA – CI (42ª REUNIÃO), DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, EM 26 DE SETEMBRO DE 2013, ÀS 14 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL

Às quatorze horas e quarenta e quatro minutos do dia vinte e seis de setembro do ano de dois mil e treze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Roberto Requião, Presidente Eventual, reúnem-se a Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença dos Senadores José Pimentel e Vanessa Grazziotin. Deixam de comparecer os demais Senadores, tendo falta justificada o Senador João Ribeiro em virtude de se encontrar licenciado para tratamento de saúde. A Presidência declara aberta a reunião, esclarecendo que esta tem como objetivo a realização de Audiência Pública, a fim de discutir os avanços do novo marco do Pré-Sal, aprovado pelo Senado, em atendimento aos Requerimentos da Comissão de Assuntos Econômicos nºs 34 de 2013, de iniciativa da Senadora Vanessa Grazziotin; 57 de 2013, de iniciativa do Senador Roberto Requião e outros; e 59 de 2013, de iniciativa do Senador Roberto Requião; e ao Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 30 de 2013, de iniciativa da Senadora Vanessa Grazziotin, tendo como expositores o Sr. Fernando Siqueira, Vice-Presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobras – Aepet, e o Sr. Paulo Cesar Smith Metri, Mestre em Engenharia Industrial na Georgia Institute of Technology. Após a exposição dos convidados, usa da palavra a Senadora Vanessa Grazziotin. A Presidência concede a palavra, ainda, aos Srs. Abílio Tozini, Diretor da Federação Única dos Petroleiros – FUP, Iraldo Marra, Assessor Legislativo do Senado Federal, e Osvaldo Maneschy, Jornalista do PDT. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e quarenta e um minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada,

será assinada pelo Senhor Presidente Eventual e publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com a íntegra do seu registro taquigráfico. – Senador **Roberto Requião,** Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Econômicos.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Declaro aberta a 62ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos e a 42ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura.

A pauta de hoje se destina a discutir avanços do novo marco do pré-sal aprovado pelo Senado.

O requerimento dessa audiência foi assinado pela Senadora Vanessa Grazziotin, por mim, e os convidados são o Sr. Fernando Siqueira, Vice-Presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobras, da Aepet, e Paulo Cesar Smith Metri, Mestre em Engenharia Industrial na Geórgia, e um representante do Ministério das Minas e Energia.

Os convidados já se encontram no plenário. Peço que venham à mesa.

Comunico que o Ministério das Minas e Energia não indicou representante para participar da presente audiência pública.

O Professor Marco Antônio, convidado por indicação da Senadora Vanessa Grazziotin, encontra-se nos Estados Unidos, impossibilitado de participar do processo. (*Pausa.*)

Nos Estados Unidos, está o Aloisio Araujo, houve um engano aqui. O Marco Antônio seria o representante do Ministério, que não veio e não indicou representante.

Então, nós vamos iniciar a nossa reunião, sem mais delongas, passando a palavra ao Sr. Fernando Siqueira.

O SR. FERNANDO LEITE SIQUEIRA – Muito boa tarde, senhoras e senhores. Boa tarde, Senador Requião, companheiro Paulo Metri.

Eu queria agradecer essa oportunidade de estar aqui debatendo assunto de tamanha importância para a Nação e, ao mesmo tempo, lamentar que não venha o representante do Ministério para ter o contraponto. Faríamos um contraponto. Então, algumas colocações que a gente vai fazer aqui vão ficar mais ou menos sem resposta, lamentavelmente. Quando debatemos com a Diretora da ANP, Magda Chambriard, ela também falou e não ficou para o debate. Então, a gente está meio prejudicado aqui para fazer o contraponto.

De qualquer maneira, acho que a gente tem informações importantes para passar aos senhores, e esse assunto tem que ser bastante debatido por toda a sociedade brasileira, por se tratar do maior patrimônio que o nosso País detém hoje. É a maior oportunidade que o Brasil já teve de deixar de ser o eterno país do futuro e se transformar numa potência econômica, financeira e tecnológica. Não podemos deixar que essa oportunidade, mais uma vez, se perca.

Vou começar falando um pouco sobre a importância do petróleo. Por que há tanta luta pelo petróleo? A partir da Segunda Guerra Mundial, praticamente todas as guerras se deram por causa do petróleo.

A primeira razão é que o petróleo é a fonte mais eficiente de energia: fácil de extrair, de transportar, de ser utilizado. Comparado com as demais fontes, em terra, por exemplo, sua relação energética é cem para um, ou seja, gasta-se uma unidade de energia e se obtém de volta cem unidades de energia; e em águas profundas, como o gasto é muito maior, sua relação é de vinte e três para um. O carvão, que é o segundo colocado, tem uma relação de nove para um, e a biomassa, aproximadamente um para um. Os países desenvolvidos, irresponsavelmente, tornaram-se reféns, dependentes desse energético, que é extremamente estratégico. Hoje, 90% dos transportes se dão por meio do petróleo.

Outra parte estratégica é a petroquímica. O petróleo é matéria-prima para mais de três mil produtos que servem para todos nós. Mais de 80% do nosso uso diário, dos bens de serviço e materiais que usamos, vêm do petróleo. Por exemplo, remédios, fertilizantes agrícolas, telefones celulares, DVDs, televisores, 90% do que a gente usa é oriundo do petróleo.

Para atestar essa irresponsabilidade dos países, a gente vê que a matriz energética mundial hoje tem 37% de petróleo, 22% de gás natural e 28% de carvão. Todos esses combustíveis fósseis e não renováveis e todos eles finitos. Portanto, muita irresponsabilidades os países calcarem o seu desenvolvimento em cima desses produtos. O Brasil, um pouco melhor, está com mais ou menos 53%. Já tem bagaço de cana, energia hidráulica, etc., mas, ainda assim, 53% da matriz são de combustíveis fósseis.

Aí a gente pergunta: por que leilões de petróleo, se nós já temos hoje, descobertos no pré-sal, cerca de 60 bilhões de barris? São 9 bilhões em Tupi, 4 em Iara, 9 em Franco, 15 bilhões em Libra, que é o que está sendo leiloado. Há o Carioca, com 10 bilhões, que o Marco Antônio, do Ministério, disse que ainda tem dúvida sobre esses 10 bilhões, mas, de qualquer maneira, Sapinhoá, área das Baleias e outros menores dão uma reserva de 50 ou 60 bilhões, que, somados aos 14 bilhões que nós tínhamos antes do pré-sal, nos dá uma autossuficiência para mais de 50 anos.

Então, nós precisamos fazer refinarias, produzir esse petróleo, refinar, agregar valores e exportá-lo.

O Presidente Lula, quando o pré-sal foi descoberto, tirou 41 blocos que estavam no 9º leilão. Criou um grupo de trabalho para fazer um novo marco regulatório. Esse grupo de trabalho gerou quatro projetos. Um deles é a mudança de concessão para partilha; outro, a criação do fundo social; outro, a capitalização da Petrobras; e outro, a criação da Pré-Sal Petróleo, para fiscalizar as atividades.

Na capitalização – a gente vê este círculo vermelho aqui –, a União cedeu 7 blocos para a Petrobras perfurar e achar 5 bilhões de barris. E a Petrobras pagou esses 5 bilhões com o titulo do Governo, e o Governo, com esses títulos, recomprou ações da Petrobras, de forma que passou a participar com 48%, em vez dos 38% que tinha antes. Só que a Petrobras começou a furar o primeiro bloco, o bloco de Franco, que está aqui ao lado de Libra, e os geólogos dizem que é a mesma estrutura. Esse é Franco. É o primeiro da seção onerosa que ela perfurou e achou 9 bilhões. Como era para achar 5, a ANP tomou Libra da Petrobras e vai leiloar. Ou seja, se vai leiloar um campo perfurado, testado, comprovado, que é hoje o maior do mundo, e vai colocar em leilão. Nem país militarmente ocupado faz um absurdo desses, que é leiloar um campo dessa ordem com um edital voltado para entrega à empresa estrangeira.

Aqui, a gente vê uma das razões da reação das guerras, porque 60%, mais ou menos, do petróleo hoje no mundo estão no Oriente Médio. Nós temos Arábia Saudita, Irã, Iraque, Kuaite, etc., e a Venezuela de Chávez, que passou de 60 para 300 bilhões de barris. Em contrapartida, os Estados Unidos têm hoje 30 bilhões de barris de reservas, contando com o *shale gas*, e consome 10 bilhões por ano, ou seja, consome 1/3 da sua reserva. A Europa está em pior situação, porque não tem reserva e também consome; a Ásia também, Japão, Coreia, China. A China tem 12 bilhões e consome 6 por ano. E um consumo crescente.

Então, esses países estão em uma situação de insegurança energética muito grande, e todos querem o pré-sal. E a Petrobras, que tinha 14 bilhões, de repente acha uma província com potencial de 100 a 300 bilhões. Mas 100, hoje, é quase uma certeza, 300 bilhões pode ser, prolongando um pouco mais. Então, o Brasil passou de 14 bilhões para 114. Veio a empatar com o Iraque aqui, e a primeira coisa que o Bush fez foi reativar a Quarta Frota naval para, pretensamente, proteger o Atlântico Sul, onde estão Brasil e Argentina, e a Argentina havia desnacionalizado o seu petróleo nessa época. Então, a Quarta Frota Naval veio – entre aspas – "proteger" o pré-sal brasileiro. Ou seja, pressionaram o Governo brasileiro para entregar esse pré-sal.

E outra importante fonte de pressão é o cartel internacional das irmãs, que eram sete e agora são seis. Elas já tiveram o domínio de 90% das reservas mundiais e, hoje, estão com mais ou menos 3%.

E aqui, Senador Requião, eu coloquei em cores diferentes porque as que estão em vermelho são irmãs das que estão em branco; as em vermelhos foram as que não entraram no leilão. E por que não entraram no leilão? Na minha opinião porque elas sabiam que a espionagem poderia inviabilizar o leilão. Então, para reduzir essa pressão pela anulação do leilão, elas saíram, mas deixaram as irmãs que são dos mesmos donos – Rockefeller e Rothschild. O braço americano saiu, mas o braço europeu ficou.

E aqui, para agravar a situação, nós estamos vivendo hoje o pico de produção do petróleo convencional. Há uma variaçãozinha aqui, mas a tendência é ele cair drasticamente. Pelo que se tem visto pelo *shale gas*, ele não vai cobrir essa defasagem aqui entre o petróleo convencional e em redução e o consumo que vai, no mínimo, se manter estável ou crescer. Por isso o desespero das empresas.

Só para mostrar aqui a mesma curva: hoje nós estamos produzindo, no mundo, 86 milhões de barris; por essa curva de pico de produção, em 2020 cairá para 60 e, em 2030, cairá para 30 milhões/dia. Então, para encher esse vazio aqui, vai ser uma tarefa bem complicada.

Gostaria de trazer alguns fatos e dados para suspensão do leilão de Libra. Primeiro, se a Presidenta Dilma suspendeu a viagem aos Estados Unidos é porque a espionagem foi por ela considera algo muito grave. Sua vida pessoal foi vasculhada, incluindo cartão de crédito, prontuário médico e tudo mais. Assim como a espionagem dentro da Petrobras, a empresa mais estratégica e mais importante do País, está sendo invadida.

Todos os poços marítimos da Petrobras usam o *software open wells* da Landmark. Quem é a Landmark? Subsidiária da Halliburton, que é a líder do complexo industrial financeiro-petroleiro-armamentista mencionado pelo americano John Perkins em seu livro *Confissões de um Assassino Econômico*. Foi ela a mentora da invasão do Iraque, ganhou obras de recuperação naquele país da ordem de US$300 bilhões, segundo a mídia, sem concorrência.

A Landmark tem na Petrobras consultores que têm acesso a todas as informações dos registros do seu *software open wells*. Logo, há detalhes de todos os poços marítimos para rodar o *software*. Além de que o *software* ter janelas que permitem amplo acesso a espionagem *in situ*, ou seja espionagem dentro da Petrobras.

A Presidenta Graça Foster apresentou aqui, na semana passada, o Centro Integrado de Processamento de Dados, com informações estratégicas recolhidas dentro dele com uma série de requisitos de segurança, mas que usa o *open wells*, o *software* espião.

A tecnologia da Petrobras é a interpretação dos dados geológicos. A Halliburton faz a perfilagem ou a Schlumberger acompanha a perfuração dos poços e dão o conteúdo desses poços, mas a interpretação dos dados geológicos, feitos por geólogos com mais de 20 anos de experiência é a tecnologia da Petrobras e, por isso, há necessidade de ter acesso. E a montagem da arquitetura desses dados é outra tecnologia, que exige uma experiência enorme das pessoas que lidam com isso.

E o Centro Integrado de Processamento e todos os técnicos da Petrobras usam o *software* da Halliburton.

Conforme informou o Edward Snowden, os dados da espionagem são compartilhados com o Five Eyes, Cinco Olhos: Inglaterra, Austrália, Canadá e Nova Zelândia. Portanto, as irmãs europeias têm acesso a todos esses dados que as americanas têm. Assim, tirei que a boa hipótese da ausência das petroleiras, do leilão, é a questão da espionagem, que poderia cancelar o leilão. Então, saíram as americanas, mas ficaram as europeias. Assim, elas só deixaram o braço europeu do cartel para a Shell, Repsol, Total/Fina/Elf, todas pertencentes ao mesmo grupo Rothschild/Rockefeller e se desacirrou um pouco a disputa.

Conforme mostrou a Presidente Graça Foster, na semana passada, no Centro Integrado de Processamento de Dados trabalham 35 empresas, sendo 14 americanas, 16 brasileiras e 5 de outras nacionalidades, como Israel, Alemanha, França, Chile. Disse ela que "a segurança dos dados é garantida, pois são armazenados com sistema de criptografia", mas foi desenvolvido esse sistema por três empresas americanas, muito provavelmente subsidiadas pela Halliburton. Ela também citou o nome das empresas.

Existe também a questão do bônus de assinatura que foi estabelecido em um valor altíssimo, 15 bilhões, o que eliminou as empresas brasileiras e vai dificultar muito a participação da Petrobras num campo que ela perfurou, correu riscos e adquiriu o direito de desenvolver, inclusive pela lei, e também das demais empresas de oferecerem um bom percentual do óleo lucro. Se a empresa gasta um valor de 15 bilhões, pagos à vista, vai reduzir a oferta no óleo lucro. Cada meio por cento que ela reduz no óleo lucro, corresponde a um bônus de 15 bilhões. Foi um erro estratégico monumental, a meu ver, e ainda contraria a Lei nº 8.487, que diz para não se restringir a concorrência, mas para ampliá-la ao máximo, e esse bônus restringe a concorrência.

Temos algumas divergências com o Governo e gostaríamos de explicitar. Lamentavelmente, o Governo não está aqui.

O Governo diz que não pode devolver Libra para a Petrobras, porque tem acionistas privados e não pode prejudicar 200 milhões de brasileiros. Ora, a opção do Governo é muito pior, pois o edital está dirigido para empresas estrangeiras que têm 100% de suas ações no exterior. A Petrobras tem 31% de ações no exterior, mas 48% em mãos do Governo, com maioria do capital votante, 10%, mais ou menos, em fundos de pensão de trabalhadores e uma parte com 300 mil trabalhadores que usaram o seu fundo de garantia e hoje estão vendo o seu patrimônio cair pela metade. Se Libra for entregue à Petrobras, as ações dela dobram. O Governo e esses trabalhadores vão ganhar mais de 100 bilhões e a Nação ganhará muito mais.

O Governo afirmou que, se der o campo à Petrobras, ela terá de pagar bônus de assinatura, os mesmos 15 bilhões, mas o contrato de partilha tem como razão de ser o excedente em óleo e não o bônus. O Governo precisa hoje de 15 bilhões – e essa é a razão – para fechar o superávit primário, mas compromete o futuro de três gerações. Se o Governo não obrigasse a Petrobras a importar combustíveis e a repassá-los para as suas concorrentes – compra gasolina a R$1,71 e vende a R$1,42 –, ela não teria nenhuma dificuldade de ficar com Libra, mesmo pagando os 15 bilhões. A nosso ver isso, isso, inclusive, fere a Lei da Sociedade Anônima, porque está desvalorizando uma empresa que tem acionistas.

Outro ponto que a gente discutiu com o Governo é que o custo de perfuração está entre 70 e 80 milhões. O Governo disse que era 250 milhões. O Campo de Libra era da Petrobras. Ela comprou por cessão onerosa. Diretores e ex-diretores da Petrobras afirmam que o Campo de Libra fez parte da cessão onerosa, até porque os custos da perfuração, de 70 a 80 milhões, não foram ressarcidos à Petrobras. A Presidente Graça Foster, na semana passada, disse que a Petrobras apresentou a locação para a ANP, ou seja, a Petrobras era dona do campo, a ANP aprovou e ela perfurou e achou. A ANP tomou o campo de volta porque só com Franco a Petrobras ultrapassou a cessão onerosa, mas, pela Lei 12.351, art. 12, ela deveria dar esse campo num contrato de partilha com a Petrobras e provavelmente exigir da Petrobras um lucro/óleo acima de 80%, e ainda seria bom para os dois lados.

Aqui eu queria fazer um destaque que a Presidenta da Petrobras mencionou: a Shell perfurou Libra em 2001 até a profundidade de 3,9m e devolveu para a União com argumento de subcomercia-

lidade. Logo, se não fosse a Petrobras, Libra não seria descoberto. Isso é apenas uma curiosidade.

O Governo está enganado ao afirmar que a Nação fica com no mínimo 75% do óleo de Libra. Fazendo as contas assim rapidamente, o custo de produção é da ordem de US$40 por barril ou mais, entre US$40 e US$50. Mas considerando-se US$40, se o petróleo custar US$100 o barril, esses US$40 significam 40% do petróleo produzido, já saem para o produtor para compensar, para remunerar os seus custos de produção. Então ele já fica com 40%. O contrato prevê a devolução dos *royalties*, que são 15% para o consórcio; então, ele já fica com 55%. E assim sobram 45% para a partilha. Qualquer que seja o percentual que se aplicar, jamais vai chegar a 75%. Mas se o ganhador deu 60%, vão ficar 27% com a União. E aí, mesmo colocando imposto de renda – que a gente calculou em 5% – ou colocando o rendimento do bônus de assinatura – mais 4% –, seriam 9%, então, se o ganhador der 60%, a União vai ficar com 27% em óleo e mais 8% de imposto de renda e de bônus de assinatura.

Senadora Grazziotin, lamentavelmente a gente já falou uma boa parte, mas depois o Paulo Metri complementará.

Então, Senadora, estávamos falando que, quando o Governo diz que 75% do petróleo de Libra vão ficar com a União, não existe a menor possibilidade, porque 40% do petróleo já são para pagar os custos de produção; não pagam imposto de renda inclusive. Quinze por cento dos *royalties* são devolvidos para... Ele paga em dinheiro e recebe em óleo, também não tem imposto de renda. Então sobram 45% para serem divididos. Qualquer que seja o percentual que incida sobre esses 45% nunca jamais vai chegar a 75%. Então é um equívoco do Governo.

Por último, eu acho que nós que votamos na Dilma devemos ajudá-la a fazer uma contrapressão para acabar com esse leilão, porque, na campanha eleitoral, ela reconheceu a importância do petróleo dizendo: "Eu acredito que o pré-sal é a riqueza do povo brasileiro para combater a pobreza." Definiu o que é privatização do pré-sal: "É entregar a sua exploração para empresas internacionais. O pré-sal é uma das riquezas mais importantes do País. Defender a sua privatização [ela falava com o Serra] é tirar dinheiro do País, que poderia ser aplicado em saúde, infraestrutura, educação. É abandonar a política de ter o nosso passaporte para o futuro."

Então a Presidente Dilma tem consciência, sabemos que ela sofre pressões externas fortíssimas. Houve, em fevereiro, um congresso internacional cujo tema central foi a reabertura dos leilões e, no final, o Ministro Lobão, pressionado, foi lá e reabriu os leilões. Depois veio o Presidente americano Joe Biden pessoalmente, ao vivo e em cores, pressionar a Presidente Dilma pelo leilão do pré-sal e foi conversar com a Presidente Graça provavelmente para dizer: "Compra o mínimo que você é obrigada e deixa para a gente, que a gente precisa de petróleo." Então essa pressão externa é fortíssima. Também o cartel internacional que está no IBP, segundo o WikiLeaks, junto com a Fiesp, junto com o Instituto Brasileiro de Petróleo, que reúne as irmãs todas e mais a Onip (Organização Nacional da Indústria de Petróleo), faz um lobby fortíssimo aqui no Congresso, no Executivo e no Judiciário. Então, nós precisamos fazer um trabalho de apoio, de manifestação, de levar a contrapressão para a Presidente Dilma. Internamente, há a questão do superávit primário, e isso os economistas acham que é facilmente resolvível, até porque, só de isenção de impostos nos últimos cinco anos, foram dados mais de R$200 bilhões. Cada ponto percentual de juros dá mais do que esse percentual que é o bônus da assinatura. Então, há muitas formas de conseguir retirar esses 15 bilhões do sistema financeiro nacional.

O outro ponto que pressiona é a questão cambial. Como o Fernando Henrique desnacionalizou 3,7 mil empresas e já foram, infelizmente, desnacionalizadas mais 1,7 mil, no governo Lula, nós temos uma remessa de lucro imensa, e essa remessa de lucro gera déficit nas transações internacionais, e o Governo fica se virando para incentivar a vinda de dólar para cobrir o rombo. Mas a vinda de dólar volta como lucro. E aí se vai fazendo essa bola de neve crescer cada vez mais, e a gente corre o risco de colocar o pré-sal todo e o problema continuar.

Então, para estancar essa sangria, primeiro, tem que dar à Petrobras, seguindo a lei, a incumbência de produzir o pré-sal, mantendo-se o lucro, os empregos aqui dentro, até porque a exportação do petróleo bruto gera, pela Lei Kandir, absurdamente aplicada ao petróleo, uma perda de 30% de PIS, Cofins, Cide e ICMS. Então, exportar o nosso petróleo bruto do pré-sal só dá lucro para as empresas estrangeiras; para o País, é uma perda irreparável.

Então, vamos cerrar fileiras e dar à Presidente Dilma força para que ela suspenda esses leilões, que não têm nenhuma razão de ser e são absolutamente prejudiciais à nossa Nação.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB – PR) – A Mesa passa a palavra agora ao Sr. Paulo Cesar Smith Metri, Mestre em Engenharia Industrial na Georgia Institute of Technology.

Com a palavra, Paulo.

O SR. PAULO CESAR SMITH METRI – Boa tarde, senhoras e senhores. Boa tarde, Senador Requião; boa tarde, Senadora Vanessa Grazziotin; boa tarde, companheiro de Mesa, Fernando Siqueira.

Rapidamente, eu gostaria de me apresentar para os senhores.

Eu fiz, realmente, esse curso, mas hoje eu sou conselheiro do Clube de Engenharia, mas eu trabalho, desde os anos 70 – 1976 –, ligado a energia. Trabalhei no modelo energético brasileiro, dentro do MME. Trabalhei, primeiramente, em planejamento energético, modelagem de planejamento energético. Trabalhei no grupo de pesquisa e desenvolvimento da Finep em novas energias, grupo esse que era dentro do Centro de Estudos e Pesquisas da Finep, onde eu tive a grata satisfação de conhecer a Maria da Conceição Tavares, Carlos Lessa, Antônio Barros de Castro e outros. Trabalhei também no planejamento do setor elétrico – trabalhei alguns anos. Trabalhei na Agência Nacional do Petróleo, durante três anos e meio. E hoje estou na área nuclear. Então, minha vida tem sido, basicamente por uma questão do destino, ligada a energia.

Eu gostaria de falar especificamente de Libra.

Por favor – aliás, eu tenho o controle.

Eu gostaria de fazer essas declarações iniciais.

O fato de fazer críticas e de ter reservas com relação ao atual leilão do Campo de Libra não significa uma recriminação genérica ao marco regulatório representado pela Lei nº 12.351, a Lei dos Contratos de Partilha, as recriminações que faço são especificamente no caso de Libra. Também não significa, de forma alguma, adesão à Lei nº 9.478, a Lei das Concessões.

Não há dúvida de que Libra é uma exceção, é incomum se leiloar um reservatório com enorme potencial e razoavelmente conhecido. Por isso, é sugerido um modelo contratual específico. São 8 a 12 bilhões de barris, podendo chegar a 15 bilhões de barris – eu já ouvi até valores superiores a isso –, o que é extremamente incomum – tenho informação de que foi a maior descoberta dos últimos vinte anos. Como já disse o Fernando Siqueira, isso aí é leilão do petróleo, não é leilão de um bloco no qual se vai buscar encontrar petróleo, onde há probabilidade de existir petróleo. É leilão de petróleo que ainda não foi extraído mas se sabe onde está, coisa que acontece normalmente em países dominados militarmente.

Libra é uma área estratégica.

Se nós examinarmos a Lei nº 12.351, no capítulo das definições técnicas, que é o art. 2º, e lermos lá o inciso V, veremos que a definição de área estratégica é: "Região de interesse para o desenvolvimento nacional, delimitada em ato do Poder Executivo, caracterizada pelo baixo risco exploratório e elevado potencial de produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos". Ou seja, dá a impressão até que se estava pensando em Libra quando redigiram essa definição de área estratégica.

No art. 12, que o Fernando Siqueira já mencionou, da mesma Lei nº 12.351, uma vez que Libra caiu como uma luva na definição de área estratégica, está escrito lá: "O CNPE proporá ao Presidente da República os casos em que, visando a preservação do interesse nacional e ao atendimento dos demais objetivos da política energética, a Petrobras será contratada diretamente pela União para a exploração e produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos sob o regime de partilha da produção". Ou seja, ela ser contratada diretamente significa que é sem leilão prévio, obviamente. E, sendo contratada diretamente, no contrato de partilha, está claro que ela irá assinar esse contrato com todas as cláusulas tradicionais do contrato de partilha. Então, a proposta óbvia que surge em qualquer cabeça, dada a importância de Libra, o significado de Libra para a nossa sociedade, é que seja entregue à Petrobras.

Então, vamos averiguar as duas alternativas: Libra sendo leiloada e Libra sendo entregue diretamente à Petrobras. Eu criei definições para essas alternativas.

Alternativa 1: o leilão ocorre com as onze empresas inscritas, a parcela para o fundo social ganhadora é de 45% do excedente de óleo. Essa foi uma estimativa minha baseada no fato de que não vai haver tão grande concorrência – com 11 inscritos, provavelmente serão dois grupos concorrendo, eventualmente três, no máximo. Com isso, chegaríamos a um valor estimativo de 45% de contribuição para o fundo social.

Alternativa 2: o leilão é cancelado, Libra é entregue à Petrobras, que assina um contrato de partilha com a ANP, podendo também ser uma nova sessão onerosa. Isso é algo a se discutir no futuro. Enfim, a forma como vai ser entregue à Petrobras é irrelevante neste momento exato.

Se for exigido um bônus de assinatura, ele pode ser fixado em algo compatível com o momento atual da Petrobras. Todos nós sabemos que ela está asfixiada financeiramente, mas no momento, dentro de dois, três anos, segundo a própria Presidente Graça Foster, ela estará com muito mais possibilidade financeira.

A parcela a ser destinada ao Fundo Social é fixada, pelo Governo, em 80%. Esse ponto aí é que é extremamente relevante. Nenhuma empresa estrangeira irá oferecer isso. Isso é histórico. Esse nível de grandeza não irá acontecer se houver leilão, mas a Petrobras pode oferecer. A Petrobras é controlada pela União, pelo Governo brasileiro, e o Governo pode determinar a ela

que ceda 80% do seu excedente de óleo para o Fundo Social, sabendo que não vai comprometer a empresa.

A empresa vai ficar com menos lucro, com menor possibilidade de investimento, vai capitalizar menos, mas ela está fazendo uma coisa grandiosa, que é contribuir para o Fundo Social brasileiro, que tem aquelas aplicações extremamente interessantes para a sociedade. Esse é o diferencial.

Se nós optarmos por entregar para a Petrobras, será mais interessante para a sociedade, o impacto social será muito maior. É disso que é preciso estar conscientizado. Além de outras vantagens.

Então vamos fazer a comparação. A primeira comparação é a vantagem geopolítica estratégica. A alternativa dois, que é com a Petrobras, é melhor do que a alternativa um, pois mais petróleo será possuído pelo Estado brasileiro (na alternativa da Petrobras), que poderá utilizá-lo como elemento de negociação em acordos internacionais.

É interessante que hoje eu estava ouvindo a palestra do Embaixador Patriota, e foi para mim muito característica a importância do Brasil estar no Conselho de Segurança da ONU. Dito de forma não tão direta, mas deu para perceber isso no discurso do Embaixador Patriota.

Um fator que influenciaria muitos países a tomar posição favorável ao Brasil nessa questão seria, em negociações internacionais, o Brasil fechar acordos de garantia de suprimento de médio prazo para outros países que dependem muito do abastecimento, do suprimento futuro de petróleo. Isso não é falado, isso é completamente abandonado na discussão, parece que não é relevante.

Neste nosso País, no Brasil, estamos esquecendo taxativamente que, quando entregamos o petróleo para uma empresa estrangeira, perdemos totalmente a possibilidade de ação geopolítica, ação estratégica, que, aliás, o Chávez fez muito. As pessoas que não gostam do Chávez podem olhar o exemplo russo.

Há uns cinco anos, li a notícia de que a Rússia garantiu fornecimento de médio prazo de gás para a Alemanha em troca de uma garantia da Alemanha de fornecimento de alta tecnologia para a Rússia. É claro que foi um acordo entre países, depois teve que haver o convencimento das empresas de cada país, no caso russo a Gazprom – e é fácil esse convencimento, porque é estatal –, e do lado alemão também o convencimento das empresas, para o acordo poder ser transformado em realidade. Mas esse acordo não existiria – na transferência da alta tecnologia para a Rússia seria cobrado muitíssimo caro, muito mais caro do que foi cobrado –, se não houvesse o fundo de garantia de suprimento de gás para a Alemanha, aliás, a Rússia faz isso não só com a Alemanha, mas com Itália, França, se não me falha a memória. Todos os países que eram da antiga União Soviética também têm influência, a menos que eles tenham também petróleo e gás.

Então, essa perda da geopolítica do petróleo é total. Os senhores e senhoras provavelmente devem saber, mas, casualmente, se tiver alguém que não saiba, sugiro a leitura do livro do Daniel Yergin, que mostra como a história do petróleo no mundo, desde 1858/1859, é uma história de ganância, poder, corrupção, guerra e depoimento de governos estabelecidos. Mossadegh foi assassinado por causa de petróleo. Não vou entrar em detalhes. Estão todos no livro.

O acréscimo dos valores destinados ao Fundo Social é um objetivo bem palpável. A Petrobras é a única empresa que pode concordar em remeter para o Fundo Social uma alta parcela do excedente em óleo. Seria uma grande vantagem entregarmos para a Petrobras.

Recebi um estudo de um consultor legislativo – que, aliás, conheci recentemente, há pouco tempo – chamado Paulo César Ribeiro Lima. O título do estudo é "Disputa pelo lucro do pré-sal e o cancelamento da licitação de Libra". Não conferi as premissas do estudo dele. Eu precisava de um estudo. Eu não iria recriar o estudo, o tempo não dava. Então, parti do pressuposto que as premissas estão corretas.

No seu estudo, ele mostra que, para dividir o excedente em óleo, o lucro líquido – na nomenclatura desse leilão, do setor de petróleo, o novo nome do "lucro líquido" é "excedente em óleo" – de todo o período da vida útil de Libra – é específico para Libra – é da seguinte forma: para o consórcio contratado US$181 bilhões; para a União, que vai para o Fundo Social, ele pressupôs que o percentual seria 41,65 de quem ganhasse o leilão, vão US$128 bilhões. Pela nova proposta, o consórcio contratado ficaria só com US$62 bilhões e o Fundo Social ficaria com US$248 bilhões. O aumento da remessa para o Fundo Social seria de US$120 bilhões, usando os dados do Sr. Paulo César Ribeiro Lima.

Posso mudar, Senadora? (*Pausa.*)

A desvantagem – não podemos falar só de vantagens – da alternativa dois em relação à alternativa um é a melhor arrecadação financeira para o Tesouro no curtíssimo prazo, que seria o bônus. Já que estou transferindo para a Petrobras e estou sabendo que ela está com asfixia financeira durante dois, três anos, eu não vou asfixiá-la. Se ela não está participando de leilão, é uma transferência direta, não tem razão de asfixiá-la. Esse é um fato, realmente, que torna a alternativa dois pior do que a alternativa um.

Agora, outro item.

Há uma clara troca de recursos de médio e longo prazos por recursos de curtíssimo prazo. Essa é a tese de que 41,65, que foi definido como percentual mínimo que pode ir para o Fundo Social, que esse valor foi escolhido muito abaixo da própria expectativa do mercado e abaixo do que em outros países do mundo é remetido para fundos análogos.

Esperava-se algo em torno de 65%, 75% e no entanto foi 41%. Então, claramente, o Governo brasileiro resolveu tomar um empréstimo. Resolveu receber dinheiro a curto prazo e em compensação deu recursos a médio e longo prazo, com a possibilidade da remessa ao fundo social ser menor.

Agora, eu fiz uns cálculos aproximados, baseados em estimativas. O que pode ser considerada uma primeira aproximação, esse financiamento está saindo na ordem de 22% ao ano, o que é uma taxa de juros altíssima. Então, a verdade é que esse bônus de assinatura altíssimo que foi fixado, no caso desse leilão, está de certa forma comprometendo a atratividade desse negócio.

Fernando Siqueira tocou num ponto extremamente importante: esse bônus pode ser considerado também um cerceamento do leilão. Você estaria alijando concorrentes que poderiam depois oferecer percentual para o Fundo Social bem superior.

Bem, indo no último item, a alternativa dois trará muito maior impacto no desenvolvimento nacional. Inquestionavelmente, a Petrobras é um instrumento indutor do desenvolvimento nacional muito mais eficiente do que o modelo existente hoje no setor de petróleo. Por exemplo – vamos pegar um exemplo – a compra de plataformas no País; a Lei 9.478 está em funcionamento desde a primeira rodada, em 1999, quando ela ocorreu. Nenhuma empresa estrangeira comprou uma plataforma sequer no País. Só quem compra plataforma no País é a Petrobras. As grandes compras no País são feitas pela Petrobras.

O grande desenvolvimento tecnológico no País é contratado pela Petrobras. Consequentemente, quem gera maior quantidade de empregos no País é a Petrobras.

A Petrobras tem uma política de desenvolvimento de fornecedores. Sempre teve essa política. Houve época em que essa política andou mais embaixo, mas ela se preocupa em ter fornecedor nacional genuíno. Então, investir na Petrobras significa também maior impacto no desenvolvimento nacional.

Bem, senhores, eu me concentrei em mostrar a atratividade, sob vários aspectos, de se entregar libra para a Petrobras. Eu concluo aqui as minhas observações.

Muito obrigado. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Vamos, a partir de agora, abrir um debate entre os presentes que desejam interpelar os nossos dois palestrantes.

Com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Muito obrigada.

Eu, mais uma vez, peço desculpas por me ter atrasado, Senador Requião. Havia encaminhado à Mesa para que fosse registrada – mas eles tiveram que ir – a presença de dois deputados estaduais do meu Estado e um procurador-geral da Assembleia. Tiveram que sair.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB – PR) – O Presidente da Assembleia Legislativa, Josué Neto, o Deputado Sinésio Campos e o Procurador-Geral da Assembleia do Amazonas, Vander Góes.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Eu só não quis interromper a palestra do Paulo...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Perfeitamente. É que eles pediram desculpas; tiveram que sair porque têm uma audiência no Supremo para tratar de um caso que envolve o Estado do Amazonas, mas estão levando as palestras. Isso é importante para tomar conhecimento.

Eu também registro, Senador Requião, que considero o debate importante. Independentemente da posição que cada um de nós temos ou defendemos, o debate é sempre muito importante. Aliás, ele serve para formar opinião. E eu sei que não só as entidades ligadas aos trabalhadores da Petrobras, a FUP, a Aepet, mas várias outras entidades também assinaram o manifesto pedindo o cancelamento do leilão, o que considero democrático, normal. O meu Partido, o PCdoB, por exemplo, tem debatido bastante essa questão, e entendemos que as entidades devam ter a sua autonomia para agir. Não é porque o presidente, ou tesoureiro, ou o secretário tenham filiação partidária que a entidade tem de adotar a opinião daquele partido a que as pessoas são filiadas e não a entidade. Então, nós sabemos conviver plenamente com isso.

Repito, tivemos debatendo ultimamente essas questões, porque eu considero que o leilão da Petrobras é um dos fatos mais relevantes em curso no Brasil, um dos fatos mais relevantes, que é o início da exploração da maior descoberta – acho que foi o Dr. Metri que colocou –, dos últimos anos, no Brasil, e que pode gerar uma riqueza fantástica, uma riqueza maior ou menor, dependendo do modelo que se adote.

Nós ouvimos tanto a Presidenta da Petrobras quanto da ANP em audiências públicas convocadas por esta Comissão de Assuntos Econômicos, pela Comissão de Infraestrutura e pela CPI da Espionagem, ouvimos ambas. Apesar de ter sido o requerimento para debater não o conteúdo político, econômico, e tão somente a questão da espionagem – que influência isso poderia ter em relação ao próximo leilão –, o assunto se estendeu para muito além disso, e o que os senhores estão colocando aqui foi debatido bastante também tanto com uma autoridade quanto com a outra.

Quero dizer que nunca ouvi ninguém do Governo dizer que é um mínimo de 75% que ficará para a União; é óbvio, um mínimo de 75% do excedente óleo, tirando todos os custos operacionais, as despesas para o trabalho da extração – é isso que se diz. Então, sabendo que é do excedente e não do todo – e é isso que eu depreendi dessas duas audiências públicas –, um mínimo de 75%, há risco de ter uma participação governamental do Estado brasileiro inferior a isso? Essa é a primeira pergunta.

A segunda pergunta: qual é a média internacional? Porque eu considero – e eu acho que o Dr. Paulo Metri também deixou muito claro – que não estamos aqui questionando novo marco, aliás defendemos muito. Quem questiona um novo marco estabelecido de partilha é a oposição, não somos nós; o PSDB queria voltar com a concessão. Eu não defendo isso, e os senhores também deixaram bem claro que o que nós defendemos é exatamente isso. E outros países adotam também o sistema de concessão: Noruega, países da África. Qual é o percentual mínimo dedicado ao Estado nesses países? Até onde eu sei, é de 75%.

Sobre a espionagem, o Senador Requião, eu lamento muito porque foi indelicado àquela época com uma mulher, Presidente da ANP, mas o Senador Requião ficou chateado quando a Presidente Magda disse que espionagem ali só se fosse um paranormal. Por quê? Porque os dados não estão *on-line*, são dados postos em arquivo, mas é óbvio que – e são pouquíssimas as que têm acesso, mas mesmo que fosse uma única pessoa – todo o conteúdo da informação estaria sujeito a vazamento, porque o ser humano não é infalível, o ser humano falha, o ser humano se vende. Então, não é tão assim, mas, desse ponto de vista, não teria como capturar os dados.

Outro dado interessante é que não há nada que seja segredo, porque a imprensa divulgou, inclusive na própria matéria do Fantástico, e levantou uma interrogação: até que ponto o leilão pode ser afetado por ações de espionagem? Porque uma ação de espionagem leva o conhecimento aos concorrentes; mais a um do que aos outros. Então, ele teoricamente participaria do leilão em vantagem significativa. Chegou a dizer, a matéria, que essa vantagem seria porque ele teria conhecimento dos blocos. Nós não estamos tratando de blocos. A resposta que se deu é que não são blocos. Será leiloado um único bloco, cuja capacidade todos conhecem. Os dados são públicos. A leitura é que muda, de acordo com os técnicos e de acordo com as empresas.

Então, acho que, do ponto de vista da espionagem, na exposição dos senhores, não vi nada contundente. Os argumentos maiores daqueles que solicitam o cancelamento do leilão, não é a questão da espionagem. É a questão econômica, é a questão de Estado. Quero dizer que, nesse aspecto, os senhores, nesse ponto de vista, e eu, no meu, aceitamos.

Faria apenas outro questionamento, pois acho que o Senador Requião vai abrir também para os presentes, o que acho correto. Sugiro inclusive que V. Exª pedisse que fosse divulgada esta reunião, posteriormente, pelos meios de comunicação do Senado Federal, porque agora está sendo transmitido o plenário da Câmara ao vivo, que tem prevalência às Comissões.

Vejo, sob esse aspecto, muito importante a atuação dessa nova empresa, que foi criada por lei e falta instalar, pois essa, sim, é uma empresa 100% brasileira e é ela que vai trazer não só a regulação, mas inclusive a fiscalização das empresas que tiverem trabalhando no sistema de partilha. Então, essa empresa é muito importante. Claro, dependendo da sua formatação, do seu critério, o Brasil ganha mais ou ganha menos com isso?

Por fim, ouvi com muita atenção o que a Presidente da Petrobras falou. Ela disse que nenhuma outra empresa do mundo é mais capacitada do que a Petrobras para trabalhar em Libra, tecnicamente, em todos os aspectos, mas que não é só uma questão do bônus, é uma questão de investimento mesmo. A Petrobras não disponibiliza de recursos para enfrentar essa exploração só.

Duas observações antes de encerrar e uma pergunta a mais. Por que nenhuma empresa gigante americana está participando? Por quê? Está tão intervencionista assim? Estão criticando que está muito intervencionista? Está muito caro? É uma pergunta que eu deixo. Está muito caro? Está muito intervencionista? Tenho lido várias observações de vários estudiosos, como são os senhores, e o que nós temos ouvido é um pouco isto: não há interesse ou há outras razões. O México vai abrir o seu mercado, que ainda é um monopólio, e os Estados Unidos já está trabalhando lá, mesmo porque do ponto de vista geográfico é muito mais facilitado para eles ficarem lá do que virem para cá. Enfim, é uma pergunta que faço aos senhores.

No mais, é cumprimentar.

Eu acho que nós não podemos utilizar o argumento de que o Brasil não tem pressa. O Brasil precisa de recursos. Deixar para depois? Não sei. Não sou uma estudiosa e nem sou mestre, como são os senhores, mas ouço dizer que o Brasil não precisa disso agora, o Brasil pode esperar para daqui a 10 anos ou daqui a 20 anos. O Brasil precisa de recursos. Os recursos dos *royalties* vão para a educação, e 25%, para a saúde. Nenhuma nação do mundo se desenvolve se não tiver investimento muito forte em educação.

Acho que existem outros argumentos que os senhores levantaram, mas não vi nenhum dos senhores levantando este argumento de que não é preciso ter pressa, porque não precisamos de dinheiro. Acho que esse argumento é muito franco. Teriam outros argumentos.

No fim, quero cumprimentar os senhores pela luta. Considero justa toda luta que vem, mas até agora não fui convencida ainda, Senador Requião. Claro que, se perguntarem a minha opinião, preferiria que a Petrobras agisse só. Esse é o meu desejo. Mas, segundo a própria Petrobras, ela não tem condições de agir só nesse contexto.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Suas perguntas serão, inicialmente, respondidas pelo engenheiro Paulo Metri.

O SR. PAULO CESAR SMITH METRI – Senadora, a primeira pergunta de V. Exª é se fica para o Governo menos de 75% do excedente. V. Exª frisou bem. Eu queria dizer que existe essa possibilidade, aliás, se houver o leilão, está é a maior possibilidade. Por quê? Porque foi fixado que o mínimo é 41,65%, quer dizer, se as empresas competirem pouco, vão bater em 45%, que é menos do que 75% do excedente em óleo.

A senhora me pergunta quanto aos demais países do mundo. Sobre esse ponto, seria interessante...

Eu não sabia que iria acontecer essa pergunta. A ANP publicou, no ano, creio, de 2001, um pouco antigo, algo que dá uma resposta, porque é difícil também coletar essa informação para todos os países do mundo. A ANP, creio, deve ter contratado uma consultoria estrangeira, provavelmente, que fez um levantamento de quanto era cobrado da receita líquida – receita líquida para mim é o próprio lucro líquido –, e estou repetindo exatamente a conclusão do estudo. Esse estudo foi publicado na *Ciência Hoje*. Artigos meus têm esse estudo mencionado.

A média dos países exportadores é 65% do lucro líquido; dos países importadores, com algum petróleo, 45%; mas, a Venezuela, a Colômbia e a Noruega exigem algo da ordem de 90% do lucro líquido.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO CESAR SMITH METRI – É 85%.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Calma. Um de cada vez.

O SR. PAULO CESAR SMITH METRI – Durante as perguntas sobre a questão da segurança das informações, de tudo, a senhora olhou para mim e eu estava balançando a cabeça. Isso pode ter dado a impressão de que eu estava concordando que não houve perda de informação. Eu estava balançando a cabeça pura e simplesmente porque eu não entendo desse assunto. Não opinei, se prestar atenção na minha fala, nada, porque não sei se houve roubo de informações importantes ou não. Eu me exclui de opinar sobre isso.

Existem mais dois pontos aqui e, se me permitir, gostaria de falar sobre eles. A senhora falou que a PPSA, a nova empresa, é 100% brasileira e me lembrei que muita gente...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – O que é PPSA? O que significa?

O SR. PAULO CESAR SMITH METRI – É Pré-Sal Petróleo S/A.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Já está definido que será esse o nome?

O SR. PAULO CESAR SMITH METRI – Está. Isso está. Já houve a criação.

A senhora falou que ela é 100% brasileira e eu me lembrei que muita gente diz que não se pode entregar Libra para a Petrobras, porque ela não é 100% brasileira. A primeira coisa é que a Petrobras não é 100% brasileira desde que foi formada. Então, ter tido Albacora, Marlim, Mexilhão, Barracuda, todos esses campos, foi um prejuízo imenso, porque a Petrobras não era 100% brasileira. Na sua origem, era uma empresa mista. Não começou, em um primeiro momento, colocando ações em bolsa, mas, em determinado instante, já tinha permissão para ter ações em bolsa, e foram colocadas ações em bolsa.

O que as pessoas confundem um pouco é que não foi muito bom ou foi ruim a Petrobras vender ações em Nova York, porque teve que se comprometer com a SEC, que é a CVM deles, em certas questões que mexem inclusive com a administração da própria empresa. Aliás, o Brasil está controlando a inflação através da manutenção de derivados sem aumento de preços e isso seria passível de a SEC reclamar com a Petrobras, mas é de difícil comprovação e, por isso, a SEC nunca reclamou. Essas ações do exterior é que são problemáticas. Além do mais, fico estranhando porque pessoas de grande representatividade no Governo, às vezes, dizem isto: “Não! Se eu entregar Libra para a

Petrobras, estou entregando patrimônio nacional, que é Libra, para entes privados, que são os acionistas privados da Petrobras". O acionista privado é convidado para ajudar no investimento, é o recurso barato. Acionista é o recurso barato. Pode-se tomar empréstimo, ou se podem vender ações, o que é muito mais barato do que pegar empréstimo e pagar juros.

O acionista recebe dividendos, que são 25% dos lucros. Quer dizer, a menos se a empresa for liquidada amanhã – e acho que ninguém está querendo liquidar a Petrobras amanhã –, a menos se a empresa for liquidada no dia seguinte, não há nenhuma correlação entre entregar Libra para a Petrobras e dividir o petróleo de Libra com acionistas da Petrobras. Não há isso. O acionista da Petrobras, talvez, tenha uma parcelinha maior de dividendos do que normalmente teria.

Agora, a Petrobras não tem recursos. A senhora tem razão: no curto prazo, graças à asfixia – até podemos falar aqui um pouco sobre essa asfixia; há certas pessoas, há amigos meus que consideram que essa asfixia foi programada, graças à colocação de tantos leilões, um atrás do outro, com inúmeros blocos –, para não perder a oportunidade, a Petrobras se comprometeu muito. E se sabe que, quando se arremata um bloco, existe um contrato para 30 anos, para 35 anos. Ou seja, tem de se cumprir cada uma daquelas fases do contrato, senão a concessão é tomada de volta.

Então, a Petrobras ficou com vários... E descobriu, o que muitos consideram uma infelicidade... A Petrobras descobriu... Então, tem de ir para a fase seguinte, que é desenvolver o campo, e, para desenvolver o campo, tem de investir. Enfim, a Petrobras, hoje, tem uma carteira que deve ser invejada no mundo inteiro.

Aliás, diga-se de passagem – faço questão de falar isto; esqueci de dizê-lo logo no início –, eu não sou da Petrobras, nunca fui da Petrobras, nunca prestei serviço através de alguma empresa ou como pessoa física para a Petrobras.

Pois bem, então, a Petrobras tem essa asfixia, planejada por outros ou não. Segundo a Presidente Maria das Graças Foster, que deu um depoimento a esta Comissão, a Petrobras, daqui a três anos, estará em muito melhor condição, porque várias plataformas vão começar a funcionar, as receitas da Petrobras vão começar a entrar, vai entrar muito mais dinheiro. E alguns investimentos que ela está fazendo no momento serão concluídos. Então, vão sobrar recursos na Petrobras para investir.

Quanto às empresas estrangeiras que não quiseram voltar, além das observações feitas pelo Fernando Siqueira, eu gostaria de complementar uma versão... Nós estamos tratando de versões. Ninguém sabe ao certo. É o seguinte: as empresas estrangeiras que abriram mão visam mais à lucratividade, são impulsionadas pela lucratividade. As asiáticas, principalmente as chinesas, vêm para outro país para a garantia de suprimento do seu país de origem, o que é algo louvável não para nós brasileiros, mas, sim, para os chineses. Ou seja, os chineses vão abrir mão de lucratividade alta. Então, eventualmente, a Exxon, a Chevron, a BP e a BG não se sentiram motivadas a competir com as chinesas.

Acho que já falei muito. Quanto ao resto, por favor, se o Fernando Siqueira puder ajudar...

O SR. FERNANDO LEITE SIQUEIRA – Senadora, eu gostaria de complementar o que o companheiro Paulo Cesar Metri já falou.

Eu queria dizer que a senhora mencionou que não falamos sobre a urgência, mas mostrei, aqui, nesse eslaide, que não precisamos de leilão. Já temos descoberto no pré-sal cerca de 60 bilhões de barris, que, somados aos 14 bilhões existentes antes, nos dão 74 bilhões. Portanto, não tem necessidade nenhuma de apressar a exploração e a produção, até porque os países desenvolvidos e as empresas do cartel estão desesperadas, porque estão em uma situação de insegurança energética muito grande, e podem vir e esgotar o pré-sal precocemente, em 15 anos.

A senhora falou sobre a empresa pré-sal. Gostaria de chamar atenção para um ponto importantíssimo: as duas maiores fontes de corrupção no mundo, na produção do petróleo, são o superdimensionamento dos custos de produção e a medição para baixo do petróleo produzido. A grande tarefa da Pré-Sal Petróleo é evitar a corrupção. Essa também é a razão, porque há uma reação fortíssima contra a possibilidade de a Petrobras ser a operadora única, porque, se a Petrobras for operadora, essas duas fontes de corrupção serão praticamente anuladas. Não prescinde, claro, da fiscalização. Não estou dizendo que a Petrobras vai ser perfeita, mas vai ser muito mais difícil praticar esse tipo de corrupção.

Na questão de não dispor do recurso, inclusive divirjo da Presidenta Graça Foster, porque nenhuma empresa de petróleo tem recursos em caixa para explorar campo nenhum. Todas vão recorrer ao mercado financeiro. Então, se o Governo der à Petrobras, conforme manda a lei, a exploração do campo de Libra, com esse ativo, ela tem crédito farto, barato e imediato. Tanto faz, ela ou outra qualquer vai recorrer à mesma fonte, e, como o petróleo é a mais forte de todas as fontes de garantia, não faltará recurso. É claro que a Presidente Graça tem que procurar dificultar menos a sua vida, vai ter que recorrer, etc. Além disso ela está aceitando uma imposição ilegal de ter prejuízo, que é importar gasolina a R$1,71 e vender para as concor-

rentes a R$1,42 o litro, perdendo R$8 bilhões ao ano, e, a meu ver, isso fere a Lei da Sociedade Anônima, porque quem aplicou o fundo de garantia está com metade do patrimônio. Então, essa questão de não ter recurso é uma política equivocada, tanto do Governo quanto da Petrobras.

O Paulo já falou, mas gostaria de dar uma palinha sobre a questão do perigo de ficar abaixo de 75%.

A tabela da p. 41 do edital diz ter uma variação. O art. 18 da lei manda que ganha o leilão quem der um percentual maior de óleo para a União, só que a ANP inventou uma jabuticaba que só tem no Brasil: a variação desse percentual. Na p. 41, a senhora vai ver que, em condições excepcionais em que o preço do petróleo é acima de US$180 por barril e a produção por poço é acima de 25 mil barris por dia, o consórcio dá à União 3,91% a mais do percentual que ofereceu; e, por outro lado, em condições ruins para os dois em que a produção por poço cai abaixo de 4 mil barris por dia e o petróleo cai abaixo de US$60 por barril, a União, Senadora, abre mão de 31,72% para o consórcio. Então, se a União tiver, digamos, 60% do óleo lucro, vai perder 30% e ficar com 26% ou 27%. Isso está na tabela que a ANP criou, na pág. 41 do edital. A senhora pode anotar e ver a tabela 21, na p. 45 do edital. É um absurdo, mas é a não excedente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – É a planilha de excedente. Estou com ela aqui.

Eu não tenho condições técnicas de dizer quem tem razão, mas foi usada exatamente a mesma tabela, tanto que era uma exposição semelhante à dos senhores, e eu fotografei, para mostrar que não há risco de o Brasil, de o Estado brasileiro ficar com menos de 75% do excedente.

O SR. FERNANDO LEITE SIQUEIRA – Na tabela, a senhora vai ver que, na produção máxima, é 3,91% – no canto direito, embaixo. Quando as condições são excepcionais, são 3,91% para a União. No esquerdo, em cima, quando as condições são ruins para os dois, a União abre mão de 31,72%. Senadora, isso inclusive vai criar um desestímulo...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – É uma tabela muito difícil para a gente entender, Senador Requião.

O SR. FERNANDO LEITE SIQUEIRA – Posso lhe explicar depois com calma, mas basicamente é isto: quando as condições são péssimas para os dois, a União abre mão de 31,7% do seu percentual.

O SR. PAULO CESAR SMITH METRI – Permita-me?

O SR. FERNANDO SIQUEIRA – Permito.

O SR. PAULO CESAR SMITH METRI – A ANP inovou porque ele fez um percentual mínimo variável, variando com a produção e com o preço do barril. Para entendimento, esse percentual mínimo varia de 10% a 44%. Na prática, é isso.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Senador Requião, desculpe-me, mas acho que esse é um dos pontos fundamentais do debate, que é o mínimo que o Estado terá como garantia. A informação que eu trabalho é que os 75% podem chegar a mais, a 80%, e ao mínimo de 71%, podendo chegar até mais de 80%, que estaria até um pouquinho acima da média dos países que praticam o sistema de partilha.

De fato, os senhores têm razão. A tabela diz, logo embaixo, que a parcela mínima do excedente de óleo para União não poderá ser inferior a 41,65%, em qualquer oferta válida, e que, mais embaixo, a participação governamental mínima será 75%, com 41,65% de oferta. Então, é esse o questionamento que faço...

O SR. FERNANDO LEITE SIQUEIRA – Esse é o mistério.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – É 41 de oferta, não pode ser mínimo, mas a participação do Governo, em hipótese nenhuma, será inferior a 75%.

O SR. FERNANDO LEITE SIQUEIRA – É o milagre da multiplicação dos índices.

Quero também dizer à senhora que diretor Heraldo, da ANP, na segunda audiência pública, falou publicamente que a União ficaria com 75% do óleo de Libra e o Ministro Lobão repetiu isso na mídia. Nenhum dos dois falou em percentual do óleo lucro. Falou 75% do óleo. Inclusive o meu jornalista, como eu estava ausente, porque tive que sair, perguntou de onde o senhor tirou esses 75%. Ele conhecia as contas. Ele falou que não tinha as contas, mas que poderia acreditar que era verdade. Então, o que está saindo na imprensa é que a União ficaria com 75% de Libra e não do percentual.

Eu gostaria de mostrar o eslaide da minha ideia de por que as empresas não participaram do leilão. Gostaria que a senhora desse uma olhadinha no eslaide.

Uma das fontes de pressão sobre o governo Dilma, sobre o País, são as irmãs do petróleo que já tiveram 90% do controle das reservas e hoje têm só 3%, estando, portanto, numa insegurança imensa, até de sobrevivência. Aqui pego as seis e divido em dois grupos: o grupo que participou, que são as européias – Repsol, YPF, ENI, Shell, Totalfina Elf. Essas três empresas pertencem ao mesmo grupo que essas daqui, só que esse é o braço europeu do cartel e esse é o braço americano do cartel. Por que o braço americano saiu? Na minha concepção, na minha hipótese, eles

sentiram que, se permanecessem, colocariam em risco o leilão, porque a espionagem é irrefutável, conforme vou mostrar adiante. Então, eles saíram para não anular o leilão, mas as suas congêneres participam. Está no mesmo grupo dos mesmos donos, Rotschild/Rockefeller

Agora gostaria de falar um pouco com a senhora sobre a espionagem.

Eu assisti à palestra da Magda e assisti à palestra da Presidente Graça Foster. A Presidente Graça Foster foi muito enfática em dizer que não havia perigo de espionagem.

Eu queria lhe mostrar esse eslaide, em que todos os poços marítimos da Petrobras usam o *software* OpenWells da Landmark, subsidiária da Halliburton. A Halliburton é líder do complexo industrial financeiro-petroleiro-armamentista, mencionado pelo americano John Perkins em seu livro *Confissões de um Assassino Econômico*.

A Landmark tem na Petrobras consultores que possuem acesso a todas as informações dos registros no OpenWells. É o *software* que roda os dados da Petrobras. Logo, detalhes de todos os poços marítimos para rodar o *software*. Além da janela do *software*, que dá aos proprietários do *software* acesso a todas as informações que eles processam...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM. *Fora do microfone.*) – Mesmo estando *off-line*?

O SR. FERNANDO LEITE SIQUEIRA – Mesmo estando. Eles trabalham com os dados. Existe uma janela no *software*...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB – PR) – São eles que processam os dados. Então, basta tirar uma cópia, fazer um *backup* disso.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Senador Requião, acho que esse é um tema que nós temos de trabalhar na CPI. Esse é um tema que vai muito além do leilão de Libra. Vai muito além disso. É um tema que nós precisamos trabalhar: o desenvolvimento da tecnologia da informação no Brasil. Fora essa, quantas empresas há no mundo? Nós estamos nas mãos deles, ou do oficial ou do braço. Como o senhor disse, as sete irmãs ou as que estão participando são os braços. A realidade do mundo é esta: ou estamos nas mãos deles ou estamos no braço.

O SR. FERNANDO LEITE SIQUEIRA – Ou é monopólio estatal ou estamos nas mãos deles. Essa é a opção.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Nós temos de fazer um esforço, no Brasil, para desenvolvermos tecnologia nossa.

O SR. FERNANDO LEITE SIQUEIRA – Claro.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Que nós não precisemos depender de ninguém, como dependemos hoje.

O SR. FERNANDO LEITE SIQUEIRA – Então, Senadora, o Centro Integrado de Processamento que a Presidente Graça mostrou usa o OpenWells. A tecnologia da Petrobras é a interpretação dos dados geofísicos e geológicos. Essa é a tecnologia e está acessível para eles. A montagem da arquitetura desses dados é outra tecnologia sofisticadíssima que a Petrobras tem e que está à disposição deles.

Como o Edward Snowden falou, os dados da espionagem são compartilhados com o *five eyes*: Inglaterra, Austrália, Canadá e Nova Zelândia. Então, o braço europeu das irmãs teve acesso a isso aí tranquilamente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Pelo que eu entendi, naquela famosa reunião com a Magda Chambriard, inicialmente ela tentou tirar de foco a questão. Ela disse que a ANP comprava sistema de processamento e utilizava em circuitos fechados, como nós podemos utilizar o Safari, o Windows, só que não é assim.

A ANP contratou a Landmark para processar os dados. Então, tinha o sistema, que era o sistema da Halliburton, e tinha uma empresa que operava o processamento. Não tão grave assim, pois afinal os dados da ANP são os dados que a Petrobras repassa para ANP.

Eu acho, e é a opinião do Fernando também, que são dados mais ou menos públicos, mas ela faz isso também dentro da Petrobras. Ela processa os dados.

O SR. FERNANDO LEITE SIQUEIRA – É o que eu estou lhe demonstrando.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Então, Senador Requião, isso só reforça o meu pensamento. Não é o problema do leilão. São dados mais ou menos públicos, o que diferencia é a capacidade de uma ou outra empresa de interpretar.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Os da ANP, não os da Petrobras.

O SR. FERNANDO LEITE SIQUEIRA – Da Petrobras não.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Sim. A ANP produz pouquíssimos dados, uma ou outra pesquisa que desenvolve. É muito pouco ainda.

O SR. FERNANDO LEITE SIQUEIRA – Só para lembrar, a Presidente Graça disse o seguinte: "Todos os dados são imediatamente repassados para a ANP."

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – De todas as empresas que operam aqui. Acho que talvez um dos maiores bancos de informação seja o da ANP. Fica num cofre *off-line*.

Então, quando os dados, porventura, forem acessados, não são acessados certamente na ANP. Eles podem ser acessados na própria empresa, na própria Petrobras.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Claro!

O SR. FERNANDO LEITE SIQUEIRA – Claro!

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Agora, é esse dado que eu quero dizer que está público. Basta ter dois milhões para comprar.

O SR. FERNANDO LEITE SIQUEIRA – É público o da ANP, não o da Petrobras.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Da ANP, não o da Petrobras.

A D. Magda nos disse que tinham ficado na mão da Landmark por nove anos e que o Tribunal de Contas tinha pedido outra licitação. Ela só esqueceu de dizer – e isso me aborreceu muito – que a licitação foi vencida pela Halliburton de novo.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Mas claro, Senador Requião – desculpa – porque ela não têm outras empresas, não existem, no mundo existem muito poucas.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Mas, veja, ela sonegou a informação para a Comissão.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Se a gente for ver inclusive as empresas de segurança da tecnologia da informação, são empresas que, no mundo inteiro, estão envolvidas com isso, com esse negócio de espionagem também. Li isso no *Wikileaks*, até mostrei ao Senador Requião, e são empresas que trabalham para a segurança.

O SR. FERNANDO LEITE SIQUEIRA – Olha só, a propósito disso, conforme mostrou a Presidente Graça, na semana passada, no CIPD (Centro Integrado de Processamento de Dados) trabalham 35 empresas, sendo 14 americanas, 16 brasileiras e 5 de outras nacionalidades, como o Japão, até o Chile. E disse ela: "A segurança dos dados é garantida, pois são armazenados com sistema de criptografia desenvolvido por três empresas americanas."

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Tem gente que não sabe para que existe a CPI da qual a gente participa. Mas eu lhe garanto que ela vai servir para muita coisa.

A Abin tem um trabalho desenvolvido de criptografia muito importante. Vamos ter essa oportunidade e muita coisa eu espero que comece. Não vamos mudar tudo, mas que já comece a mudar.

O SR. FERNANDO LEITE SIQUEIRA – Então, estou mostrando a senhora que os dados da Petrobras estratégicos, os mais profundamente confidenciais, são acessados por empresas que fornecem o *software,* fazem a criptografia e rodam o *software.*

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Mas, Senadora Vanessa, tenho a impressão de que tem uma campainha nos chamando para uma votação nominal no Plenário, que é para aumento do capital da Vale do Rio Doce. Não é isso ainda? Eles vão acompanhar e, se for nominal, interromperemos a reunião.

É isso, Sr. Siqueira?

O SR. FERNANDO LEITE SIQUEIRA – É isso. Agradeço a pergunta da Senadora. Acho importantíssimo esse debate e estamos à disposição de vocês para, a qualquer momento, esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Senadora, alguma coisa a acrescentar? (*Pausa.*)

Diga seu nome e fale no microfone. Aperte o botão até acender o verde.

O SR. ABÍLIO TOZINI – Boa tarde! Meu nome é Abílio Tozini, sou diretor da Federação Única dos Petroleiros.

Senador Roberto Requião, Senadora Vanessa Grazziotin, para nós, trabalhadores do setor de petróleo, Senadora, o modelo que temos como exemplo é o modelo adotado pela Noruega, que é 100% do petróleo controlado pela Statoil, a estatal norueguesa da qual os trabalhadores participam da gestão.

Eu cito, partindo para o mundo real, o exemplo de se ter o Estado controlando a produção do petróleo e o Estado não controlando a produção do petróleo. Essa mesma empresa Statoil, lá na Noruega, opera há vários anos sem nenhum acidente, sem nenhuma morte de seres humanos. Ela também opera aqui no Brasil com mão de obra terceirizada, e não mão de obra própria. E, aqui no Brasil, já tem mortos trabalhando para a Statoil.

Então, é essa a diferença quando nós queremos que seja a Petrobras. Nós temos o direito, como sindicalistas, de estarmos lá questionando, de estarmos lá acompanhando o trabalho, exigindo questões de rigor na segurança, na saúde, no meio ambiente, não só para os trabalhadores, mas para todo o meio ambiente. A Petrobras vai ser a operadora, mas ela não vai ser a

operadora com soberania. Ela vai se consorciar possivelmente com uma estatal chinesa, que vai trabalhar ao modo que a China opera hoje no mundo. O país que mais polui no mundo hoje é a China, indiscutivelmente. Será que esse modelo de produção chinesa vai vir para o Brasil, em que os direitos dos trabalhadores não são reconhecidos? É esse modelo de sociedade que queremos trazer para cá? Então, respondendo a sua pergunta, não importa tanto a questão de cifras, importa que modelo de sociedade nós queremos.

Na questão da planilha de quem vai ficar com esses 15 bilhões de barris de petróleo que, a US$110 o barril, a dinheiro de hoje, dá US$1,3 trilhões, 30% a 40% serão de custos de produção. O que significam custos de produção? É a mão de obra, nós que trabalhamos na indústria de petróleo. É o insumo que vai ser utilizado, onde vão ser encomendadas as plataformas. E bem disseram o Metri e o Siqueira, nenhuma empresa das estrangeiras que entraram aqui encomendaram sequer uma embarcação, uma plataforma no Brasil.

Então, por isso, queremos que a Presidenta Dilma suspenda esse leilão, entregue para a Petrobras operar esse Campo de Libra e garanta que as plataformas sejam contratadas no Brasil, as embarcações de apoio sejam contratadas no Brasil, os helicópteros sejam contratados no Brasil, a mão de obra seja contratado no Brasil, para produzir todos os equipamentos, serviços de hotelaria, maquinário, insumos, tudo produzido no Brasil, para gerar mão de obra aqui, reconhecendo os direitos trabalhistas, de preferência sem aprovar o PL nº 4.330, que está aí tramitando.

As empresas multinacionais de petróleo que aqui operam, Senador Requião, já operam na base do PL nº 4.330, com mão de obra semiescrava, sem reconhecer o direito dos trabalhadores. Haja vista que, nas plataformas da Petrobras, nós embarcamos. Se a Petrobras não permite, nós embarcamos com o Ministério Público do Trabalho, com a Delegacia Regional do Trabalho. Mas não conseguimos até hoje embarcar em nenhuma plataforma dessas multinacionais que estão produzindo no Brasil.

Então, a questão da soberania não é só a questão do controle do petróleo produzido, é a questão da soberania do ponto de vista dos direitos dos seres humanos envolvidos na produção do petróleo, dos direitos dos seres humanos que vão trabalhar em toda a indústria que o Presidente Lula sempre falava: "Esse é o nosso bilhete premiado, porque vai permitir que o Brasil desenvolva toda uma indústria de infraestrutura, de apoio à produção de petróleo e gás no Brasil." Agora parece que isso foi esquecido. O nosso bilhete premiado vai para um leilão, porque o Brasil precisa fazer caixa de 14 a 15 bilhões, para suprir um déficit momentâneo, e vai colocar em risco o controle de US$1,3 trilhão.

Essa é a questão, Senadora Vanessa Grazziotin: que modelo de sociedade queremos que impere no nosso País. Sabemos que o Governo brasileiro, que a Presidenta Dilma, tem pressa que entre dinheiro para investir 75% para educação, 75% para saúde pública. Mas queremos que isso aconteça com o controle do Estado brasileiro, sim, e demos como exemplo a Noruega. O contraexemplo é a Somália, onde a Shell fica com 90% do petróleo e o governo da Somália fica com 10% e os somaleses tiveram que se tornar os piratas da Somália, porque não têm mais comida para comer, não têm mais peixe para pescar, porque a indústria do petróleo polui os mares e afasta os peixes e cardumes. Essa é a questão central.

Queremos que esse bilhete premiado do Campo de Libra seja entregue à Petrobras, através desse art. 12, do inciso V, do art. 2º dessa mesma lei, e que a Petrobras opere e vá lá fora captar o dinheiro, mas ela controlando o negócio.

No contrato de partilha, ela vai captar o dinheiro, mas vai estar engessada por um processo que a não permite ter flexibilidade. Essa é a diferença.

Entendemos que o Governo do Brasil, o Governo da Presidente Dilma, tem que suspender esse leilão e rever o que queremos fazer com esse bilhete premiado.

E mais, na questão dos derivados de petróleo, qualquer dona de casa que vai receber uma visita sabe que tem que botar na prateleira mais óleo, porque vai aumentar a quantidade de pessoas que vão consumir óleo para fazer comida. O Governo brasileiro incentivou o aumento da indústria automobilística e não planejou construiu novas refinarias, aliás, até tinha planejado mas parou a duplicação da refinaria de Manaus. Por que parou a duplicação? Hoje, o nosso parque de refino não consegue suprir o nosso mercado e, como bem disse o Fernando Siqueira, temos que importar gasolina a preço do mercado internacional e entregar para os postos da Shell venderem aqui subsidiado. A Petrobras está subsidiando as multinacionais que têm postos de bandeira aqui dentro, a Shell, a Repsol, a Ale. Por isto, porque houve uma falha no planejamento estratégico da Petrobras, que, aliás, o Senado bem poderia investigar quem é o responsável por essa falha no planejamento estratégico da Petrobras. Se ela é responsável por abastecer o Brasil de derivados de petróleo e o Governo brasileiro incentivou o crescimento da indústria automobilística, ou seja, incentivou o crescimento do consumo de derivados de petróleo, por que não aumento o parque de refino para garantir o abastecimento e impedir essa sangria do nosso fluxo cambial?

Então, Senadora Vanessa Grazziotin, a questão vai muito além de espionagem e não espionagem. A questão é: o Brasil vai abrir mão de sua soberania? Ora, a Presidenta Maria das Graças da Silva Foster foi muito clara, a Petrobras é a mais capaz de todas as empresas do petróleo do mundo para produzir esse petróleo de Libra. A Petrobras prospectou, a Petrobras perfurou o poço que quantificou essas reservas. Por que vai entregar agora para um consórcio operar, para ela ficar engessada?

Ora, se os chineses entrarem com 40% dos recursos necessários, eles vão exigir 40% de mão de obra deles, como quando vieram os chineses construir a TKCSA, em Sepetiba, no Rio de Janeiro – praticamente era uma mão de obra escrava, era um depósito de engenheiros, dentro de tendas metálicas, em que o Crea-RJ teve que interferir, para exigir condições humanas para aquela mão de obra chinesa que construía a fábrica da Alemanha, TKCSA, que hoje é uma coisa que ninguém quer comprar, porque foi mal projetada, mal planejada, polui, contamina. E é assim que vão vir operar o nosso petróleo no Campo de Libra?

Obrigado pelo tempo, Senador Requião; obrigado pela paciência, Senadora Vanessa Grazziotin. Sabemos que a Presidenta Dilma tem pressa em aplicar um modelo de partilha, para mostrar que ele é melhor, aliás, menos pior do que o modelo de concessão. Mas entendemos que escolheu o campo errado para exemplificar que o modelo de partilha é menos pior do que o modelo de concessão.

E entendemos que, se o Governo tem necessidade de começar a fortalecer o caixa, para investir 75% para educação, 100% para a saúde pública, também adotou o campo errado – esse campo possui baixo grau API, é praticamente um diesel, nem se precisa quase refinar esse petróleo, Senador Requião, é da melhor qualidade. E nós vamos colocá-lo sobre o controle das multinacionais que sejam estatais chinesas? Nós sabemos que, na China, não se reconhecem direitos trabalhistas – e vamos trazer um modelo de direitos trabalhistas da China para cá?

Já tentam trazer, quando falam em reduzir o custo Brasil. Toda vez em que escuto falar em redução do custo Brasil, eu penso: "É a minha previdência pública que eles querem tirar; é o meu fundo de garantia que eles querem tirar; é o meu direito de tirar um mês de férias por ano que eles querem tirar; é o meu sábado e domingo remunerado que eles querem tirar." Então, nós não queremos que isso aconteça na indústria de produção de petróleo e gás, principalmente, nesse gás que já está descoberto e que, a dinheiro de hoje, é 1,3 trilhão – quase um PIB do Brasil inteiro de um ano.

Agradecido.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Considerações colocadas, não foi propriamente uma indagação. Se a Senadora quiser tecer alguma consideração, esteja à vontade.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Eu quero dizer que concordo com todas essas preocupações, obviamente. Entretanto, ainda continuo trabalhando para formatar minhas opiniões, Senador Roberto Requião. Mas, em relação ao regime, ao modelo para isso, de que vai haver uma empresa, acho que tudo depende dessa empresa estatal, PPSA; tudo depende disso. Acho que essa empresa é que vai regular tudo, inclusive não permitir que você possa superfaturar, enfim.

Mas concordo com isso, concordo. Acho que jamais o Brasil vai aceitar o regime de trabalhadores, não sei quem será o consórcio, o senhor está dizendo que é uma chinesa, eu não sei. O senhor está dizendo que é uma estatal chinesa que virá para cá – claro, elas estão concorrendo –, mas vamos ver, vamos ver o resultado.

Mas o regime de trabalho de compras – e é bom que se diga –, no passado, não era assim. Foi o Presidente Lula que inaugurou isso, e com muitas críticas, ouvimos críticas até hoje de que fazer plataforma no Brasil é antieconômico. Eu não vejo assim, vejo que é muito econômico, que gera muito emprego, gera desenvolvimento em tecnologia.

Era, no passado, que se dizia que todo recurso... Um ex-ministro de Ciência e Tecnologia do ex-Presidente Fernando Henrique dizia que colocar dinheiro em ciência e tecnologia, no Norte e no Nordeste, era como dar pasto para cavalo. Eu não vejo assim. Dizia que deveria o dinheiro ficar concentrado em São Paulo, que era onde estava a inteligência. Nada disso, porque, se assim for feito, vamos continuar colônia, e o Brasil vai continuar desigual, como é hoje.

Mas é isso, Senador.

O SR. ABÍLIO TOZINI – Exmo Senador Roberto Requião, Presidente da reunião, a Agência Nacional de Petróleo, que hoje deveria controlar o componente nacional das empresas multinacionais que aí estão, não consegue fazê-las cumprir o percentual de componentes nacionais. E aí, o que se faz com essas empresas? Suspende-se, cancela-se o leilão? Elas não estão cumprindo o percentual de componentes nacionais, as multinacionais que estão aí operando. As multinacionais que estão operando não respeitam as leis trabalhistas brasileiras. O que fazemos?

E mais, em relação ao Norte/Nordeste concordo completamente com a Senadora. Tanto é que a FUP...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Eu acho que a Federação dos Petroleiros...

O SR. ABÍLIO TOZINI – Permita-me, Senadora.

A FUP estará amanhã, com um seminário, em Fortaleza, exatamente para impedir que a Petrobras reduza os investimentos no Norte e Nordeste, para trazer trabalhadores de lá para operarem o pré-sal, reduzindo o nível de presença da Petrobras naqueles Estados, gerando desemprego lá. Só no Rio Grande do Norte, já temos quatro mil trabalhadores terceirizados desempregados. Somos contra a terceirização, mas pior de tudo é ter um trabalhador terceirizado desempregado. E a Petrobras está fazendo isso. Estamos contra que trate de forma diferenciada qualquer Estado brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB – PR) – O Paulo quer fazer uma intervenção.

Com a palavra, Paulo.

O SR. PAULO CESAR SMITH METRI – Abílio, o que você mencionou, a não satisfação do compromisso de conteúdo local que existe em todos os contratos, eu também já tinha ouvido falar como informação não confirmada, como boato.

Fui até, quando comecei a ouvir esses boatos, no *site* da ANP ver se havia alguma, porque no contrato existe a possibilidade de descumprimento. A cláusula do conteúdo local, logo a seguir a ela, tem uma cláusula do descumprimento da cláusula de conteúdo local. Fui ver se havia relatórios dos descumprimentos dos contratos já assinados. Não consegui achar no *site*, apesar de ter procurado muito.

A ANP não publica o descumprimento. Você tem toda a razão. Causa uma certa estranheza esse fato, porque, se fosse bem transparente, poderíamos verificar se a cláusula de conteúdo local está surtindo efeito. Se houver muito descumprimento, é por que ela não está surtindo efeito. Tem que se pensar em outra coisa. Aliás, isso pode o Senado Federal indagar à ANP e exigir até que ela publique isso.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Continua aberta a palavra ao Plenário.

Gostamos muito do seu desabafo. Eu, particularmente, concordo com você em gênero, grau e número, mas vamos ampliar esse debate.

O SR. IRALDO SIQUEIRA MARRA – Senador Roberto Requião, Senadora Vanessa Grazziotin, doutores Fernando e Paulo, eu queria, primeiramente, parabenizar pela apresentação.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Primeiramente se apresente.

O SR. IRALDO SIQUEIRA MARRA – Chamo-me Iraldo e sou assessor aqui no Senado. Acompanho a Comissão de Infraestrutura, Comissão de Assuntos Econômicos e a CPI da Espionagem.

Como o petróleo é um tema que está em pauta, constantemente na mídia, assim como aqui dentro do Senado – eu tenho acompanhado –, posiciono-me conforme a apresentação dos senhores. Foi feita uma pesquisa ao longo de anos, todo um desenvolvimento tecnológico de pesquisa, que assimilei mais ou menos como extração de diamantes. Há uma área a ser extraída, onde um particular investe tanto em tecnologia, em mão de obra, pesquisa, anos e anos. Quando acha o primeiro diamante, faz uma pequena amostragem do terreno, chama um concorrente, um vizinho para explorar? Ele vai ter que tirar custa e tirar o seu lucro, porque não vai trabalhar de graça.

Nesse momento, faço minhas as palavras do Exmo Senador Cristovam Buarque, quando foi questionado com relação à Amazônia. Um repórter estrangeiro fez uma questão para S. Exª, com a visão internacional, não como brasileiro. Se S. Exª se posicionava a favor ou contra a internacionalização da Amazônia. S. Exª se posicionou assim: com a visão internacional, eu sou a favor, assim como a Estátua da Liberdade, a Torre Eiffel, vários outros monumentos e locais do mundo. Mas, como brasileiro, eu sou contra. Como brasileiro, com o investimento que foi pago, com o investimento que saiu do bolso de todos nós, através de impostos, de tributos. Agora que achamos o ouro, vamos entregar?

Então, essa é a minha posição.

Agradeço pela oportunidade e parabenizo pela audiência.

Muito obrigado.

O SR. OSVALDO MANESCHY – Meu nome é Osvaldo Maneschy, sou jornalista no Rio de Janeiro.

Eu queria, primeiro, dar uma informação para todos, inclusive, para a Senadora e o Senador: no próximo dia 15 de outubro, vamos fazer um ato público, um seminário no Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados, exatamente para discutir esse assunto.

Sou jornalista, milito na Fenaj, fui diretor da ABI, essas coisas todas, e me incomoda muito essa posição da mídia brasileira, escondendo um assunto dessa importância dos brasileiros. O direito à informação é consignado na Declaração Universal dos Direitos Humanos, e, como é que as pessoas vão fazer conceito, como é que as pessoas vão formar opinião, se não chegam informações tão importantes como essas que estão sendo ditas aqui nesta sala neste momento, coisas da maior gravidade na área da soberania nacional, os militares

precisam também despertar para essa discussão, precisam ser mobilizados em toda essa discussão?

Então, estou ajudando a organizar, sou filiado ao PDT, sou amigo do pessoal lá do Clube de Engenharia, desta Associação dos Engenheiros da Petrobras, e vamos fazer um grande seminário no dia 15 de outubro, a partir das 9 horas da manhã, aqui, na Câmara dos Deputados, exatamente para que as pessoas tenham oportunidade de ver, de entender, de compreender e participar dessa discussão.

Nós, aqui, no Brasil, tivemos, na década de 40, a campanha "O petróleo é nosso", não tínhamos televisão, não tínhamos rádio, as pessoas em pequenas reuniões, foi num crescendo e foi uma campanha que durou anos e chegamos à Lei 2.004 e ao monopólio estatal de petróleo, sancionado pelo Presidente Getúlio Vargas, na criação da Petrobras, que estará completando 60 anos no próximo mês, no dia 3.

E a segunda questão é que eu queria fazer uma pergunta objetiva. O economista Ildo Sauer, ex-diretor da Petrobras, fala muito que era necessário fazer mais furos para se ter uma noção mais ou menos do que é a riqueza do pré-sal. Aqui mesmo foi dito, pode ser de 100 a 300 bilhões. Exatamente, por que o Governo brasileiro não faz mais esses furos? Por que a gente, pelo menos, não mensura o tamanho dessa riqueza antes de sair leiloando, doando, vendendo, entregando para os outros?

Gostaria de fazer essas perguntas aos nossos palestrantes.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Fernando.

O SR. FERNANDO LEITE SIQUEIRA – Bom, o Ildo tem toda a razão. Primeiro, o Governo precisava saber qual é a grandeza da riqueza do pré-sal e, depois, discutir com a sociedade o que fazer com ela. Nem uma coisa, nem outra está sendo feita, aliás, é o contrário, está sendo prejudicada a proposta do Ildo, porque o Libra, que foi furado, constatado e, praticamente, dimensionado, está sendo leiloado assim mesmo. Não há nenhuma razão para o Governo brasileiro abrir mão de um petróleo já descoberto através de leilão. Até está contrariando o Ildo porque, se a gente souber que há realmente 300 bilhões, que é uma possibilidade, entregar isso tudo, é mais grave ainda. Sem dúvida, o Ildo está certo, a gente deveria dimensionar o tamanho da riqueza, programar o que fazer com ela, porque, se formos entregando desta forma como está sendo entregue o maior dos campos, vai ser um problema lamentável para todo o País.

Acho que essa é a proposta certa e, infelizmente, o Governo não está enxergando o nível de estratégia que representa o pré-sal brasileiro para colocar o Brasil fora de uma condição de país em desenvolvimento. Então, o Governo, infelizmente, não alcançou a magnitude e a importância dessa riqueza e está entregando o maior dos campos dessa forma inaceitável que está sendo feita.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB – PR) – O Paulo quer dar uma opinião sobre a pergunta?

O SR. PAULO CESAR SMITH METRI – Maneschy, a tua pergunta é interessantíssima, e eu só queria dar dois dados. O primeiro é que o ex-Diretor-Geral da ANP, Haroldo Lima, em uma palestra, mencionou que se poderia chegar até 300 bilhões de barris no pré-sal. Ele estimou bem, viu? Isso significaria que o Brasil teria a maior reserva do mundo.

Muitos geólogos afirmam que o pré-sal é realmente uma grande incógnita que pode chegar até cem bilhões de barris. E obviamente o Ildo Sauer tinha toda a razão: é necessário conhecer isso, não pode andar leiloando blocos em que depois descobrirão muito petróleo, e você já vai estar comprometido, num contrato de 35 anos, com cláusulas que não darão usufruto maior para a sociedade brasileira. Atrás proposta do Ildo, está você conhecer melhor para poder os contratos beneficiarem mais a sociedade brasileira.

Há uma sugestão aqui para que eu entre num outro tema – não sei se há tempo, se eu posso entrar –, que é uma questão que precisa ter cuidado com relação ao pré-sal porque uma parte do pré-sal é além das 200 milhas, é mar internacional para todo e qualquer país do mundo. Tem uma área do pré-sal que vai de 12 milhas a 200 milhas, uma distância de 188 milhas, que está boa parte do pré-sal nela, mais de 80%, que é contestada por alguns países do mundo como não sendo pertencente ao país fronteiriço. São os países que não assinaram o convênio internacional de direitos do mar; os Estados Unidos são não signatários desse convênio mundial.

Teoricamente muitos campos estão em águas internacionais e poderiam ser explorados por qualquer país do mundo. É claro que explorar sem ter as bases para suprimento, para troca de turnos, para a própria construção da plataforma... Você precisa ter base de apoio. Você não tendo base de apoio no Brasil, fica muito difícil a construção de plataforma e a exploração. Mas existe, segundo informações, a possibilidade de levar grandes navios para serem base de apoio em pleno Atlântico.

Enfim, é um tema que nós teremos que pensar; como garantir a soberania sobre esses campos, que é uma coisa que nós passamos direto hoje, aqui. Alguns argumentam até que nós temos que fechar os contratos, porque, fechando os contratos, nós já

estamos distribuindo – é uma visão um pouco errada, ao meu ver –, já estamos trazendo os países estrangeiros para cá, e já está havendo acordo.

O pré-sal é uma questão tão polêmica e com tanta possibilidade de impacto na sociedade que eu sugeriria até que existisse um plebiscito sobre essa questão, com informações corretas, com período anterior, com algum tempo para os dois lados, para haver possibilidade de informar melhor a população antes de votar no plebiscito.

Obrigado pela condescendência do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Eu acho que nós estamos chegando ao fim do nosso debate, mas o que nós estamos vendo é um apagão de interesse no Congresso Nacional sobre a questão de petróleo.

Eu transferi uma viagem que faria hoje para a Roma, a convite do Senado romano, para estar presente nesta reunião. Se não tivesse transferido a minha viagem, a Senadora Vanessa estaria sozinha como plateia e direção desta reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

O Abílio Tozini me trouxe, à mesa, uma tese interessante – meio persecutória, mas interessante: por que as empresas americanas saíram do leilão? Ele opina que, talvez, elas não quisessem, com a sua participação, aceitar a tese das 12 milhas do acordo de Jamaica das 200 milhas. Não participam porque não aceitam a tese da soberania brasileira em 12 milhas.

Não sei se é uma tese um pouco delirante, mas, neste mundo de agressões a Iraque, a Líbia, depois de a Líbia ter sido, durante muito tempo, a parceira dos Estados Unidos, a financiadora do Sarkozy, a companheira do Berlusconi nas eleições e se transformando no 666, exatamente no momento em que não aceita mais o dólar como moeda de troca no mundo, nos faz ter um pouco de preocupação em relação a tudo isso.

Esta reunião não foi transmitida diretamente pela TV Senado, porque estamos com o plenário funcionando e o plenário tem preferência absoluta. Será colocada no ar posteriormente e, tão logo seja possível, hoje ainda, nós colocaremos na internet, à disposição de todos os internautas. Tentaremos fazer uma divulgação ampla do que foi discutido aqui.

Agradeço a presença de todos vocês, particularmente a disposição da Senadora Vanessa Grazziotin, que está conosco discutindo o assunto, dou por encerrada a reunião e não coloco em votação a ata, como é costume, porque seria estranho colocar a ata em votação num suposto plenário onde já não se encontra mais nenhum Senador.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 14 horas e 44 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 41 minutos.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA SEXAGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 1º DE OUTUBRO DE 2013, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL

Às dez horas e quinze minutos do dia primeiro de outubro do ano de dois mil e treze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Lindbergh Farias, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Delcídio do Amaral, Eduardo Suplicy, José Pimentel, Humberto Costa, Rodrigo Rollemberg, Pedro Taques, Walter Pinheiro, Anibal Diniz, Inácio Arruda, Sérgio Souza, Luiz Henrique, Ivo Cassol, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Waldemir Moka, Ana Amélia, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, Alvaro Dias, José Agripino, Osvaldo Sobrinho, Flexa Ribeiro, Blairo Maggi e Eduardo Amorim. Deixam de comparecer os Senadores Cristovam Buarque, Vanessa Grazziotin, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Francisco Dornelles, Kátia Abreu, Armando Monteiro, João Vicente Claudino e Antonio Carlos Rodrigues. A Presidência declara aberta a Reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura das atas das 60ª, 61ª e 62ª Reuniões, que são dadas como aprovadas. Em seguida, comunica aos Membros que a Comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento: Aviso nº 64 de 2013 (Aviso nº 1214-Seses-TCU-Plenário), de 18 de setembro de 2013, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC 046.708/2012-0, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam; Aviso nº 65 de 2013 (Aviso nº 1228-Seses-TCU-Plenário), de 18 de setembro de 2013, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC 026.036/2012-6, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam; Aviso nº 66 de 2013 (Aviso nº 1194-Seses-TCU-Plenário), de 19 de setembro de 2013, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC 046.707/2012-3, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentam; Aviso nº 67 de 2013 (Aviso nº 1230-Seses-TCU-Plenário), de 18 de setembro de 2013, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC 019.852/2013-4, bem como do Relatório e do Voto que

o fundamentam; e Aviso nº 1546-GP/TCU, de 26 de setembro de 2013, encaminhando cópia do Acórdão nº 2453/2013, proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC-032.321/2012-0, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam. Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular. A Presidência dá início à apreciação das Matérias constantes da pauta. **Item 1**– Projeto de Lei do Senado nº 224 de 2004, não terminativo, de autoria do Senador Alvaro Dias, que "altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, para acrescentar dispositivos ao art. 39 e dá nova redação ao *caput* do art. 40, que tratam da gratuidade no transporte coletivo", tendo como relator o Senador Eduardo Suplicy, que oferece relatório favorável ao Projeto, acolhendo parcialmente a Emenda nº 2, nos termos do Substitutivo que apresenta. Em 16/10/2012, o Presidente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral, designou o Senador Eduardo Suplicy Relator "ad hoc" da Matéria, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues. A Matéria será apreciada pela pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa em decisão terminativa. Após a leitura do relatório, usam da palavra os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda, Ricardo Ferraço, Blairo Maggi e Flexa Ribeiro. Durante a discussão da matéria, o relator, Senador Eduardo Suplicy, acolhe, no texto do seu Substitutivo, sugestão dos Senadores Alvaro Dias e Ricardo Ferraço. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao Projeto, acolhendo parcialmente a Emenda nº 2, nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). Vota vencido o Senador Blairo Maggi. **Item 2**– Mensagem (SF) nº 55 de 2013, não terminativa, de autoria da Presidente da República, que "encaminha a Programação Monetária para o terceiro trimestre e para o ano de 2013", tendo como relator o Senador Eduardo Braga, que oferece relatório favorável nos termos do Projeto de Decreto Legislativo que apresenta. O Presidente da Comissão designa o Senador Sérgio Souza relator "ad hoc" da matéria. Após a leitura do relatório pelo relator "ad hoc", é solicitada Vista pelo Senador Pedro Taques. O Presidente da Comissão concede Vista Coletiva, nos termos regimentais. **Item 3**– Projeto de Lei do Senado nº 205 de 2004, não terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que "regulamenta o § 13 do art. 195 da Constituição Federal, e dá outras providências.(Dispõe sobre o Conselho Nacional de Previdência Social CNPS)", tendo como relator o Senador Luiz Henrique, que oferece relatório pela prejudicialidade do Projeto. A Matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais em decisão terminativa. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, pela prejudicialidade do Projeto. **Item 4**– Projeto de Lei do Senado nº 258 de 2010, não terminativo, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que "institui a Política de Desenvolvimento do Brasil Rural (PDBR) e dispõe sobre a elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento do Brasil Rural (PNDBR)", tendo como relator o Senador Sérgio Souza, que oferece relatório favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ-CMA e nº 3-CMA. Após a leitura do relatório, é solicitada Vista pelos Senadores Blairo Maggi e Luiz Henrique. O Presidente da Comissão concede Vista Coletiva, nos termos regimentais. **Item 5**– Projeto de Lei do Senado nº 209 de 2009, não terminativo, de autoria do Senador Valdir Raupp, que "altera o art. 28 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para isentar da contribuição previdenciária a importância recebida a título de aviso prévio indenizado", que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 198 de 2012, não terminativo, de autoria do Senador Blairo Maggi, que "altera o art. 28 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a isenção da contribuição previdenciária sobre os valores recebidos a título de aviso prévio indenizado", tendo como relator o Senador Casildo Maldaner, que oferece relatório favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 209 de 2009 com a Emenda que apresenta, e pelo arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 198 de 2012. A apreciação da matéria é adiada. **Item 6**– Projeto de Lei do Senado nº 270 de 2012 – Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Cássio Cunha Lima, que "altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para modificar a tributação das atividades de produção cinematográfica, audiovisual, artística e cultural no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte", tendo como relator o Senador Anibal Diniz, que oferece relatório favorável ao Projeto com a Emenda que apresenta. A matéria é retirada de pauta. **Item 7**– Projeto de Lei do Senado nº 288 de 2012, não terminativo, de autoria do Senador Vital do Rêgo, que "altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para tornar obrigatória a disponibilização de contratação nas modalidades individual ou familiar e coletiva", tendo como relator o Senador Randolfe Rodrigues, que oferece relatório favorável ao Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 8**– Projeto de Lei do Senado nº 455 de 2012, não terminativo, de autoria do Senador Antonio Carlos Va-

ladares, que "altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para determinar que as operadoras e as pessoas jurídicas que intermedeiem a comercialização de planos de saúde exibam informações relativas a prazos de atendimento e carências em seus sítios eletrônicos", que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 456 de 2012, não terminativo, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que "altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para determinar o reembolso integral das despesas efetuadas pelo beneficiário com assistência à saúde nos casos em que especifica", e com o Projeto de Lei do Senado nº 470 de 2012, não terminativo, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que "altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para tornar obrigatória a cobertura de assistência domiciliar decorrente de internação hospitalar, no plano-referência e no plano que inclua internação hospitalar", tendo como relator o Senador Vital do Rêgo, que oferece relatório favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 455 de 2012 nos termos do Substitutivo que apresenta, e contrário aos Projetos de Lei Senado nºs 456 e 470 de 2012. A apreciação da matéria é adiada. **Item 9**– Projeto de Lei do Senado nº 337 de 2012, não terminativo, de autoria do Senador Tomás Correia, que "altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, para universalizar a adesão de estudantes e instituições de educação superior participantes do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) a fundo de garantia de operações de crédito educativo", tendo como relatora a Senadora Ana Amélia, que oferece relatório favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A matéria é retirada de pauta, a pedido da relatora, para reexame. **Item 10**– Projeto de Lei do Senado nº 400 de 2012, não terminativo, de autoria do Senador Vital do Rêgo, que "altera a Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre o regime jurídico da exploração dos portos organizados e das instalações portuárias, para eliminar duplicidades de competências regulatórias e concorrenciais sobre os portos", tendo como relator o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório pela prejudicialidade do Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 11**– Projeto de Lei do Senado nº 677 de 2007, terminativo, de autoria do Senador Adelmir Santana, que "dispõe sobre o compartilhamento da infra-estrutura de coleta e processamento de informações no mercado de cartões de crédito e débito", que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 680 de 2007, terminativo, de autoria do Senador Adelmir Santana, que "proíbe cláusulas de exclusividade entre bandeiras e adquirentes no mercado de cartões de crédito e débito", tendo como relator o Senador Flexa Ribeiro, que oferece relatório pela prejudicialidade dos Projetos de Lei do Senado nºs 677 e 680 de 2007. Após a leitura do relatório, a apreciação da matéria é adiada. **Item 12**– Projeto de Lei do Senado nº 167 de 2011, terminativo, de autoria do Senador Lobão Filho, que "altera o inciso III, do art. 18 da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, para retirar a exigência de valores máximos de financiamento e de aquisição de imóveis no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação", tendo como relator o Senador Walter Pinheiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 13**– Projeto de Lei do Senado nº 152 de 2008, terminativo, de autoria do Senador Epitácio Cafeteira, que "altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para estender aos agentes públicos ocupantes de cargo de provimento em caráter efetivo a isenção do imposto de renda dos proventos de aposentadoria ou reforma motivada por acidente em serviço e os percebidos pelos portadores de moléstia profissional", tendo como relator o Senador Eduardo Lopes, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 14**– Projeto de Lei do Senado nº 169 de 2008, terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que "concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados na aquisição de veículos, máquinas, equipamentos e produtos químicos, quando adquiridos por empresas recicladoras, cooperativas e associações para emprego, exclusivo, em serviços e processos de reciclagem", tendo como relator o Senador Anibal Diniz, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 15–** Projeto de Lei do Senado nº 13 de 2009, terminativo, de autoria do Senador Raimundo Colombo, que "altera a Lei nº 9.496, de 1997, que 'estabelece critérios para a consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade dos Estados e do Distrito Federal', a fim de socorrer emergencialmente os Estados e o Distrito Federal em face da crise econômica mundial", tendo como relator o Senador Eunício Oliveira, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 16**– Projeto de Lei do Senado nº 215 de 2010, terminativo, de autoria do Senador Romero Jucá, que "altera dispositivos da Lei nº 8.218/1991, com vistas a estabelecer justiça na aplicação de multas aos contribuintes que descumprirem obrigações acessórias tributárias", tendo como relatora a Senadora Lúcia Vânia, que oferece relatório pela aprovação do Projeto com duas emendas que

apresenta. A apreciação da matéria é adiada. **Item 17**– Projeto de Lei do Senado nº 471 de 2011, terminativo, de autoria do Senador Fernando Collor, que "dispõe sobre a restituição de contribuição social a que se refere o § 2º do art. 31 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui o Plano de Custeio, e dá outras providências", tendo como relator o Senador Walter Pinheiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 18**– Projeto de Lei do Senado nº 79 de 2012, terminativo, de autoria do Senador Acir Gurgacz, que "dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados incidente sobre forro de PVC", tendo como relator o Senador Gim, que oferece relatório pela aprovação do Projeto com a Emenda que apresenta. A apreciação da matéria é adiada. **Item 19**– Projeto de Lei do Senado nº 377 de 2012, terminativo, de autoria do Senador Alvaro Dias, que "dispõe sobre o sistema de direcionamento de crédito e suas fontes de recursos", tendo como relator o Senador Humberto Costa, que oferece relatório pela rejeição do projeto. Em 24/9/2013, foi apresentado Voto em Separado do Senador Cyro Miranda, pela aprovação do Projeto. A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator. **Item 20**– Projeto de Lei do Senado nº 321, terminativo, de autoria do Senador José Agripino, que "dispõe sobre o Sistema de Tratamento Especial a Novas Empresas de Tecnologia – SisTENET, seu regime tributário diferenciado e dá outras providências", tendo como relator o Senador Walter Pinheiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1 a 4-CCT com a Subemenda à Emenda nº 4-CCT que apresenta. Após a leitura do relatório, usam da palavra os Senadores Luiz Henrique, Ricardo Ferraço e José Agripino. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto com doze votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Aprova as Emendas nºs 1 a 3-CCT-CAE e a Emenda nº 4-CCT, na forma da Subemenda nº 1-CAE, com treze votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. São apreciados, ainda, os seguintes itens extrapauta: **Item 21**– Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 60 de 2013, de iniciativa do Senador Lindbergh Farias, que "requer, nos termos do art. 58, V, § 2º, da Constituição Federal, c/c o art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com a finalidade de debater a reforma do ICMS e a renegociação das dívidas estaduais, com a presença dos seguintes convidados: Sr. Dyogo Henrique de Oliveira, Secretário-Executivo Interino do Ministério da Fazenda; Sr. Claudio José Trinchão Santos, Coordenador do Confaz e Secretário de Fazenda do Estado do Maranhão; Sr. Andrea Sandro Calabi, Secretário de Fazenda do Estado de São Paulo; e Deputado Federal Eduardo Cunha – PMDB/RJ". Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 60 de 2013-CAE. **Item 22**– Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 61 de 2013, que "requer, em aditamento ao Requerimento nº 60/2013-CAE, a inclusão do Sr. Hamilton Dias de Souza, especialista em Direito Tributário e questões federativas, entre os convidados da audiência pública que será realizada com a finalidade de debater a reforma do ICMS e a renegociação das dívidas estaduais". Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 61 de 2013-CAE. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dezesseis minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Lindbergh Farias,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Declaro aberta a 63ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa de leitura e aprovação das Atas das 60ª e 61ª Reuniões, e ainda da Ata da 62ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em conjunto com a Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Os Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas do *Diário do Senado Federal*.

Comunico aos membros que esta Comissão recebeu os seguintes documentos, para seu conhecimento.

Avisos do Tribunal de Contas da União:

– Aviso nº 64/2013, de 18 de setembro de 2013, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do acórdão proferido pelo plenário daquela Corte, nos autos do processo nº TC 046.708/2012-0, bem como do relatório e do voto que o fundamentam;

– Aviso nº 65/2013, de 18 de setembro de 2013, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do acórdão proferido pelo plenário daquela Corte, nos autos do processo nº TC 026.036/2012-6, bem como do relatório e do voto que o fundamentam;

– Aviso nº 66/2013, de 19 de setembro de 2013, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do acórdão proferido pelo plenário

daquela Corte, nos autos do processo nº TC 046.707/2012-3, bem como do relatório e da proposta de deliberação que o fundamentam;
– Aviso nº 67/2013, de 18 de setembro de 2013, do Tribunal de Contas da União;
– Aviso nº 1546-GP/TCU, de 26 de setembro de 2013, encaminhando cópia do acórdão nº 2453 de 2013.

Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

Vamos entrar na pauta.

Item 1.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Desculpe interrompê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Nada, de forma alguma.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar um esclarecimento sobre a ausência, na pauta, do PLS nº 221, de 2009, que teve vista coletiva na reunião do dia 17 de setembro. Esse projeto trata da criação de áreas de livre comércio na fronteira oeste do Brasil. Eu, juntamente com o Senador Maggi, apresentei uma emenda. Esse projeto é importante para o Centro-Oeste. Eu gostaria de saber por que ele não se encontra na pauta.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Pedro Taques, eu vou fazer o seguinte: vou começar o item 1 e vou conversar com a secretaria. Informo logo em seguida.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Eu queria fazer um apelo a V. Exª. Há um requerimento, desde 11 de junho, da Senadora Vanessa Grazziotin e de minha autoria, convocando os diretores da Anac, o presidente do Sindicato das Empresas Aeroviárias e os presidentes da TAM, da GOL e da Azul para uma série de explicações. Eu estou estranhando. Eu acho que V. Exª não está bem comigo, porque na época do Delcídio, as coisas... E não é questão só de ordem, porque, com vários requerimentos posteriores a esse, já foram feitas audiências públicas.

Eu quero salientar a V. Exª o porquê. Ontem vim em um voo da GOL e houve uma revolta dos passageiros. As companhias aéreas, agora, desligam o ar condicionado interno. Então, ontem, em um calor de mais de 30ºC, havia crianças passando mal, etc. Em um voo curto, ele leva 15 minutos para resfriar, então quando chegou aqui foi uma tristeza. Independente das poltronas, em que as pessoas não conseguem mais entrar... Há uma série de momentos que nós temos que colocar aqui. Agora, eles desligam também a parte elétrica das aeronaves, então não pode haver mais nada aquecido na parte de alimentação, como também desligam uma das turbinas para fazer taxiamento, a título de economia, então o avião vem em uma lentidão muito grande.

Isso que está acontecendo na aviação civil, e com os preços que estão cobrando, carece de uma explicação.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Senador Cyro, V. Exª me permite um aparte?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Com todo o prazer.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Claro, claro, Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sr. Presidente, o que o Senador Cyro está a trazer, não a colocação em votação do requerimento dele, mas a discussão a respeito das concessões e das agências reguladoras, por ocasião das agências reguladoras, nós vivíamos um momento em que o Estado se retirava de algumas relações, no chamado Estado instrumental. A criação das agências reguladoras foi com esse objetivo. No entanto, as agências reguladoras não estão exercendo o papel para a qual foram criadas. Existem falhas das agências reguladoras, e esta Comissão tem um papel importante nessa fiscalização, não só a Comissão de Infraestrutura, mas a Comissão de Assuntos Econômicos.

Quero, se o Senador Cyro me permitir, apoiar o seu requerimento para que possamos ouvir, sim, essas entidades.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – O requerimento já foi aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Cyro, não é falta de prestígio de forma alguma. V. Exª sabe como, não só nesta Comissão de Assuntos Econômicos, mas nesta Casa, os Senadores sabem da importância do seu trabalho e do respeito que todos têm pelo senhor. É que, na verdade, estamos com um problema concreto que são as nossas agendas na terça-feira.

Na próxima terça-feira, eu chamei uma reunião sobre Pacto Federativo. Vamos chamar o Coordenador do Confaz, o Trinchão, o Secretário-Executivo do

Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa, para tentar levar à frente a reforma do ICMS e outros temas. Na outra, vamos ter a discussão do Projeto Dornelles sobre o sistema financeiro. Então, qual é a proposta que faço a V. Exª? Podemos fazer, de imediato, desde que seja em outro dia, numa quarta ou quinta-feira, ou então outra proposta que faço a V. Exª é, acabada esta reunião, nós sentarmos aqui com a secretaria... Poderíamos fazer numa quinta-feira. Vou fazer desta forma: encerrada esta reunião, podíamos ver a melhor data para convocarmos o mais rápido possível essa audiência pública.

Peço desculpas a V. Exª, mas é pela dificuldade de montar essa pauta. Temos uma reunião ordinária com muitos temas.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente, saudando a iniciativa de V. Exª em rediscutirmos o tema da necessária reconstrução da Federação brasileira, que anda aos frangalhos pelo esgotamento das relações entre os níveis federados, e, nesse contexto, a reforma do ICMS, o questionamento que faço a V. Exª, com a atenção do meu querido e estimado Senador Walter Pinheiro, é na direção de que nós votamos, aqui, nesta Comissão, fizemos um debate longo, extenso. Houve enfrentamentos de posições, e esse projeto foi aprovado nesta Comissão. O questionamento que faço é: por que estamos reabrindo esse debate sem que esse projeto, que foi debatido e aprovado nesta Comissão, tenha sua tramitação? Não consigo entender por que a ordem dos fatores é alterada após o esgotamento ter sido feito aqui. Votado na Comissão de Assuntos Econômicos, ato contínuo, esse debate desse projeto deveria ter sido submetido ao Plenário do Senado para que pudéssemos debater em última instância no Plenário. Isso não acontece, e estamos reabrindo o debate da reforma do ICMS depois de um debate feito aqui à exaustão, ao esgotamento!

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Vou explicar a V. Exª, Senador Ricardo Ferraço. Na verdade, o que queremos é que essa reforma do ICMS seja votada no Plenário do Senado Federal, mas está passando o tempo. Queremos na próxima semana criar um fato, envolver Governo Federal, pressionar, porque há uma insegurança jurídica violenta neste País, e investimentos vão deixar de ser realizados.

Na semana passada, o Governador do Estado de Goiás esteve aqui no Senado Federal com uma comissão de governadores, foram ao Supremo Tribunal Federal, há a possibilidade de o Supremo Tribunal Federal editar uma súmula vinculante, e o prejuízo na nossa economia será gigantesco.

Então, a ideia é de pautar o debate, porque a sensação que temos, Senador Ricardo Ferraço, é que a coisa não está sendo encarada com a devida importância.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – O que deveríamos fazer não seria sensibilizar o Presidente Renan Calheiros para que ele inclua na pauta do Plenário?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Também, também!

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Esse é o sentido lógico e prático. Voltar a reabrir um debate que já foi esgotado, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Não, V. Exª está equivocado. Reabrir o debate aqui na Comissão de Assuntos Econômicos não é para votar aqui, mas para criar um fato político a partir desta Comissão de Assuntos Econômicos para pressionar o andamento do projeto.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Estou de acordo com V. Exª em debater, mas acho que, além disso, nós precisamos – V. Exª, na condição de nosso Presidente – solicitar ao Presidente Renan Calheiros que inclua essa proposta na pauta do Plenário. Esse é um fato positivo até para responder a questão da Súmula Vinculante 69.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Claro. Agora entenda, Senador Ricardo Ferraço – vou passar para o Senador Walter Pinheiro. Eu vou passar para o Moka, Senador Walter Pinheiro –, o seguinte: nós estamos fazendo todos os esforços. Já fiz várias tentativas de reunião também de uma comissão de Senadores. O Ministro Mantega me respondeu, na semana passada, que teve que viajar com a Presidenta, que ia fazer essa reunião. Eu acho que é fundamental, e V. Exª tem razão. Nós vamos fazer.

A existência dessa audiência aqui, na Comissão de Assuntos Econômicos, na próxima terça-feira, vai no sentido da sua fala aqui. Nós queremos pressionar para trazer o assunto de volta à pauta, para que ele não seja esquecido, porque, sinceramente, em 2014, ninguém votará isso aqui. Então, ou nós aproveitamos este final do ano... Se não der para votar tudo, vamos convalidar? Ou não? Nós temos que achar um caminho.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – V. Exª sabe que o debate me motiva, mas nós precisamos ir além do debate. Nós precisamos produzir iniciativas concretas.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Senador Ricardo, deixe-me só...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Moka, Senador Flexa Ribeiro e Senador Walter Pinheiro. Depois, os Senadores Sérgio Souza e Humberto Costa.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu quero dizer, Senador Lindbergh, que eu fui um dos Senadores que pediu a V. Exª para que a gente voltasse a discutir esse tema aqui, mas não no sentido de voltar a discutir o que já foi aprovado aqui. Longe disso!

O que nós temos que fazer aqui é pressionar, porque é ilusão a gente também achar que isso vai para o Plenário se não houver um entendimento para votar, Senador Ricardo Ferraço. E aqui nós teríamos esse clima, pelo menos no entendimento de procedimento. O que não pode mais é a gente ficar sem votar essa matéria. Aí, realmente, eu me somo a V. Exª. Mas eu estou saindo na defesa do Presidente porque me parece que, na reunião passada, fui um dos que pediu ao Presidente, para que a gente pudesse realmente lembrar.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – V. Exª me concede um aparte?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pois não.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Nós estamos do mesmo lado, Senador Moka, até porque os nossos alinhamentos são convergentes. Vamos voltar a debater. Contudo, nós precisamos ir além do debate. Nós precisamos produzir soluções concretas. Nós precisamos que este projeto possa ir ao Plenário.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sim, Senador, mas o concreto vai depender, fundamentalmente, do entendimento político para ser votado. Essa é a minha avaliação.

Mas eu quero, antes de terminar, dizer o seguinte. Isso é tão importante! A Senadora Ana Amélia preside a Subcomissão – desta Comissão – de Assuntos Municipais. Hoje nós recebemos aqui a visita do Presidente Paulo Ziulkoski. Sr. Presidente, a situação dos Municípios é alguma coisa realmente assustadora. E está vindo uma avalanche de projetos que, ao serem votados aqui, criam uma demanda muito grande para os Municípios. E o engraçado é que, quando você fala, por exemplo, em votar os 10% da saúde, o Governo Federal fala assim: "Com que fonte, onde está a fonte?". E, quando nós votamos despesa para os Municípios e para os Estados, ninguém quer saber de fonte, nem para os prefeitos nem para os governadores.

Então, essa é uma discussão de que nós aqui, da subcomissão especial, vamos tratar, a começar pelo encontro de contas entre os Municípios e o Governo Federal no que tange ao INSS.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Vou passar para o Senador Flexa Ribeiro. Antes, só quero dizer que eu estou apresentando um requerimento de reunião na próxima terça-feira com a finalidade de debater reforma do ICMS, renegociação das dívidas estaduais. Eu estou aceitando aqui sugestões. Nós estamos chamando o Diogo...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Sr. Presidente, eu queria falar sobre esse tema.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – V. Exª está inscrito. Espere, eu vou passar para o Senador Flexa Ribeiro e, depois, para V. Exª.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – (*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Eu sou o Presidente desta Comissão, Senador Walter Pinheiro. Eu estou falando do requerimento que eu vou apresentar aqui. Virão aqui o Sr. Diogo Henrique de Oliveira, que é Secretário Executivo do Ministério da Fazenda; o Sr. Cláudio José Trinchão, que é Coordenador do Confaz; o Sr. Andrea Calabi, que é Secretário de Fazenda do Estado de São Paulo; e o Deputado Federal Eduardo Cunha, que é Relator do PLP que está na Câmara dos Deputados, que está vinculado a esta discussão, e nós queremos saber em que pé está.

Estou aberto a sugestões aqui para, ao final, depois da votação dos nossos itens de pauta, colocar esse requerimento em apreciação.

Eu estou aberto a sugestões.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Só uma indagação. O tema da dívida dos Estados, em que pé está essa estória?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – É justamente isso. Está paralisado na Câmara. Nós estamos chamando, nessa audiência, o Relator desse projeto...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – É esse que o Eduardo Cunha relatou?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Esse que o Eduardo Cunha...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Da dívida dos Estados?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Da dívida dos Estados.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Porque, hoje, ninguém aguenta mais.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Outra coisa...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Nós queremos trazer para essa discussão também. Saber até que situação está na Câmara.

Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Presidente, é apenas, na mesma linha do que já foi debatido aqui, eu quero parabenizá-lo, porque, em reunião anterior, nós o provocamos, no bom sentido, para que esse tema voltasse à pauta da Comissão. Isso é que é importante.

O Senador Ferraço tem razão quando diz que tem que votar no Plenário o projeto que está lá. Só que aquele projeto não tem consenso.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Como não tem consenso? Foi votado aqui.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Mas foi votado, mas não...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Ricardo Ferraço. Senador Ricardo Ferraço, vamos escutar o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Não houve consenso, então, ele não passaria no Plenário. É por isso que ele não está sendo pautado. Agora, vamos buscar retornar com o assunto para a pauta e ver... As últimas informações que nós obtivemos é que estava havendo uma reunião com o Confaz no sentido de eles chegarem a um entendimento em relação às novas alíquotas para que pudéssemos, então, retomar com o Relator, parece-me que foi o Senador Delcídio e o Senador Walter Pinheiro, da Medida Provisória.

Então, o que nós temos que fazer é provocar, e V. Exª está com toda a razão, a retomada do debate para se buscar esse consenso o mais rápido possível.

Meus parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Senador Flexa, eu queria lembrar a V. Exª que, acho que o Senador Ricardo também, não me lembro se estava aqui, mas o Senador Moka estava, nós fizemos essa ponderação nessa Comissão aqui no dia 3 de setembro – 3 de setembro. Dessa ponderação, que era, exatamente, primeiro, a falta de resposta do Ministro, segundo, é que é isso, o projeto foi votado e depois, de lá do outro lado da praça, o Ministro disse que não concordava com o conteúdo e tudo parou. Entendeu? Então, esse foi o drama.

Segunda questão: nós propusemos ao Presidente Renan, que anunciou, inclusive, que, na quinta-feira passada, teria a temática sobre essa questão do Pacto Federativo. O Ministro Guido Mantega, obviamente, já sabia que ia para a ONU na quinta-feira da semana passada. A resposta só veio para a gente que ele não viria na quinta-feira na semana em que ele não veio, e não ficou marcada outra, porque, por exemplo, deveria ter sido marcada para esta quinta-feira, ou transferida para esta quinta-feira, a reunião temática que era da quinta-feira passada.

Da mesma forma como nós fizemos para a saúde, nós propusemos ao Presidente Renan fazer com essa questão do Pacto Federativo. Qual era a ideia da saúde? Era fazer a temática e depois pautar os temas, em Plenário: carreira médica, recursos, orçamento impositivo, com 50% para a saúde. Era a mesma proposta, Ricardo Ferraço: fazer o debate com o Ministro, com o Confaz na Mesa, e não mais rediscutir o tema, mas retomar qual é o encaminhamento que vai se dar em relação ao ICMS, à dívida, até porque há uma questão em curso que já há posicionamento assumido pelo Confaz depois daquele episódio.

Então, assim, não há nenhum problema em se fazer o debate aqui na Comissão, Senador Lindbergh. Não há nenhum problema em se chamar aqui duas, três audiências, trazer mais gente para falar. A minha opinião é que nós devíamos botar o Ministro e o Confaz e o debate com todos os Senadores e uma representação dos governadores de Estado para a gente ir para as vias de fato, porque não há mais tempo. Nós já estamos em outubro. Para o ano, como disse V. Exª, não vai ter a menor condição de discutir essa matéria e a crise por que os Estados passam... Senador Aloysio, inclusive, estamos marcados, eu e o Senador Delcídio, porque ficamos de conversar com V. Exª, nós vamos ter uma reunião, a pedido, inclusive, lá do Governo de São Paulo, que é um dos interessados, para a gente retomar esse tema. Não é possível isso ter morrido. Isso interessa aos pequenos, aos grandes e interessa para a gente, inclusive, resolver um problema, também, da querela judicial que se arrasta no STF.

Então, não é um tema a mais para a gente voltar e ficar tentando fazer aqui leituras da conjuntura. Agora é ir, de fato, para o que nós vamos fazer. Se o Governo Federal não quer botar mais o dedo nessa ferida, o Congresso Nacional tem que botar, porque não dá para retardar mais.

Então, é isso. Não sou contra fazer as audiências aqui na Comissão, mas acho que nós temos que pressionar o Senador Renan para botar isso lá na temática e marcar qual é a pauta de votação que nós vamos seguir na sequência, para tratar esse tema.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias**.** Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Eu vou passar para a Senadora Ana Amélia, só dizendo que V. Exª, Senador Humberto, eu pensei que estava inscrito para tratar de outro tema e eu estou querendo ver esse tema. Então vou passar para V. Exª, mas eu estava pensando nisso.

Só quero dizer, Senador Walter, aqui o seguinte: tão correto, concordo plenamente com V. Exª em marcar uma sessão no plenário, conversar com o Senador Renan Calheiros e tudo. Mas eu sou Presidente desta Comissão de Assuntos Econômicos. Esta Comissão de Assuntos Econômicos não pode se omitir com a gravidade do momento que nós estamos enfrentando e pautar isso aqui é importante. Então os senhores vão ao Senado, vão ter o nosso apoio no plenário do Senado para que o Renan convoque. Agora, nós vamos fazer também...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA. *Fora do microfone.*) – V. Exª usou o microfone outro dia no Senado e fez o mesmo apelo.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Claro! Mas eu quero fazer o apelo, só que a gente está vendo o tempo passar e esta Comissão de Assuntos Econômicos, vendo o desespero de Estados e de empresas com insegurança, vamos chamar aqui, porque nós não podemos nos omitir de puxar esse assunto para cá. Não é reabrir o debate, mas pautar isso aqui na Comissão de Assuntos Econômicos tem sua importância, inclusive para acelerar a tramitação no plenário do Senado Federal. Então nós vamos manter essa reunião na próxima terça-feira.

Eu passo para a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Caro Presidente, rapidamente, eu queria apenas reforçar e fico muito preocupada até porque está se focando muito no ente federativo que está sofrendo a pressão de um endividamento crônico e insuportável, que é o endividamento dos Estados. A explosão está próxima, há uma falência financeira dos Estados.

Agora, imagine, Presidente, dos Municípios a situação é muito pior, muito mais grave. E é a base onde vivem as pessoas. Eu queria, só para registrar, cumprimentá-lo por ter a iniciativa de ter criado uma subcomissão permanente para tratar da questão municipalista, porque, como Casa que discute a Federação, temos esse compromisso.

Eu queria dizer a V. Exª que tem integral apoio na iniciativa de pautar esse assunto nesta Comissão, que é a comissão especializada para isso, e votar no plenário o mais rapidamente possível. Essas questões são fundamentais e essenciais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Obrigado, Senadora Ana Amélia.

O último orador inscrito, antes do Senador Humberto, o Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vejam como esse tema é polemico. Nós não conseguimos um consenso nem para marcar uma reunião temática, nós não conseguimos um consenso nem para fazer uma audiência para tratar desse tema.

Eu quero dizer a V. Exª Senador Lindbergh, que Presidente esta Comissão, que a sua iniciativa, a iniciativa de V. Exª é prudente sim. É prudente porque esta aqui é a comissão temática do Senado Federal para tratar desses assuntos, mesmo sabendo que a resolução já foi aprovada e está no plenário, que não avança no plenário, mas nós podemos aqui instituir um debate democrático para que os representantes de cada uma das unidades federativas possam manifestar a sua opinião, que reflete a opinião do seu Estado.

É importante nós diminuirmos essa tensão para chegarmos ao plenário de maneira a caminhar para um consenso no sentido de que possamos votar, porque ninguém aguenta mais a guerra fiscal instalada entre os Estados. Inclusive o Supremo Tribunal Federal está para decidir. E se fizer uma súmula vinculante dizendo que tem que devolver ou que as isenções dadas sem o apoiamento do Confaz foi de forma ilegal, vai quebrar muito Estado. Há Estados aqui cujos Municípios já estão requerendo na esfera judicial a devolução dos valores do ICMS que deram por conta própria sem a anuência do Confaz.

Então, quero dizer a V. Exª que é um tema da maior importância como o item 15, que está na pauta de hoje, que é com a relatoria pela rejeição, mas que trata do endividamento dos Estados.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sr. Presidente, só pedir a V. Exª que retire de pauta o item 19, Projeto do qual eu sou Relator e é de autoria do Senador Alvaro Dias.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – V. Exª será atendido.

Senador Flexa Ribeiro e Senador Luiz Henrique antes.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Sr. Presidente, V. Exª está convidando dois Secretários de Estado da Fazenda, o Coordenador Regional e o Dr. Calabi, de São Paulo. Eu proponho que V. Exª chame um ou dois governadores, para que eles possam colocar pensamentos diferentes, para que possa haver o debate total aqui, nessa primeira audiência de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Eu vou acolher essa sugestão e a gente deixa para tratar isso na hora de o requerimento ser votado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Está bom. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Luiz Henrique. Nosso professor, Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente, V. Exª sabe que eu estou envolvido diretamente, há muito tempo, nesse assunto, até pela experiência de ex-prefeito e de ex-governador. Vejo, ao longo de décadas, essa questão se aprofundando. Na década de 50, a União ficava com 53% do que era arrecadado no País. Hoje, ela açambarca 65%. Após a Constituição, criaram impostos não compartilhados. E isso vem agravando a situação dos Estados e dos Municípios.

Infelizmente, os nossos governadores preferiram aceitar o aumento do endividamento, que vai tornar a situação dos Estados ainda mais dramática no futuro, ao invés de lutarem pelo equacionamento da dívida. Eu cheguei a propor, inclusive, uma solução que, ao mesmo tempo, resolvia o problema da dívida, ou amenizava os encargos da dívida, e propiciava um programa efetivo de crescimento econômico rápido, de aumento dos investimentos rápido, que era fazer com que 20% ou 30% do que os Estados pagam todo mês fossem convertidos em investimento.

Essa questão, infelizmente não encaminhou. Tínhamos um projeto aqui do nobre Senador Wellington Dias, do Piauí, que foi retirado. Eu era relator daquele projeto e, infelizmente, nós aqui não caminhamos com essa matéria. Eu acho fundamental que nós tomemos efetivamente uma posição pragmática. Eu quero cumprimentar V. Exª. Nós temos que caminhar para votar essa questão da dívida este ano, resolver o problema da convalidação dos incentivos oferecidos pelos Estados.

Na falta de uma política nacional de desenvolvimento regional, cada Estado fez a sua, através de uma política de incentivos. Nós temos que resolver isso, senão, o Supremo vai, mais uma vez, substituir o Legislativo em decisões políticas. Por isso, eu quero cumprimentar V. Exª. E nós realmente temos que criar um consenso mínimo para aprovar essa matéria este ano.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Obrigado, Senador Luiz Henrique.

Senadora Ana Amélia e Senador Ricardo Ferraço, eu faço um apelo para que sejam muito breves, porque nós estamos com quórum para entrarmos nos itens terminativos. Já está havendo um esvaziamento do Plenário, e eu tenho medo da perda do quórum.

Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente, apenas para que não haja dúvida, eu acho que o debate é muito bem-vindo. Da mesma forma, eu saúdo a iniciativa de V. Exª. O meu questionamento é que nós precisamos ir além. Então, se V. Exª acha que esse debate será o derradeiro, para que nós possamos criar um ambiente para que ele possa prosseguir para deliberação final, façamos o debate. Ele é muito bem-vindo, e esta Comissão está tratando de um tema que é do seu objeto.

Mas a minha manifestação, neste momento, Sr. Presidente, é para pedir a V. Exª que também priorize um requerimento de minha autoria, já votado nesta Comissão, para tratarmos de um assunto da maior complexidade, da maior relevância e gravidade para o nosso País e para a nossa economia, qual seja, a desidratação do peso da indústria na economia brasileira. A indústria brasileira, que já chegou a representar pelo menos um quarto do nosso Produto Interno Bruto, tem o seu papel reduzido, hoje, a 12%, 13% do nosso Produto Interno Bruto.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Eu vou encerrar, Sr. Presidente. A passos largos, nós estamos vendo, a cada momento, isso se acelerar. O nosso País se consolidando, hoje, inclusive, em nível global, como um país que não dispõe da competitividade para disputar os mercados que mais nos interessam, os mercados com maior nível de poder aquisitivo. Nós, hoje, precisamos, então, remarcar, precisamos marcar essa audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – V. Exª será atendido. Eu faço o seguinte encaminhamento agora, vou me reunir aqui com a secretaria, para acharmos a data. Nós estamos com um problema nas terças-feiras. Nós poderíamos

fazer esse debate, essa audiência, na segunda-feira, ou em outro dia. A segunda-feira é sempre um bom dia, tem transmissão pela TV Senado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – As audiências públicas... Então, é preciso retomar...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Então, vamos fazer isso. Eu peço a V. Exª que, assim que terminada essa reunião, ou agora mesmo aqui, com a secretaria, a gente comece entendimentos para fechar essa data.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Nós temos já nomes listados dos convidados. Nós só precisamos que a Comissão tome a iniciativa para que esse debate...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – V. Exª será atendido. Nós estamos com problemas nas terças-feiras, mas V. Exª será atendido.

Senadora Ana Amélia.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – A gente pode fazer na segunda-feira às 18 horas.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Segunda-feira, às 18 horas.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Senador Presidente Lindbergh, eu queria apenas aduzir que tive a honra...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Temos que combinar com a Comissão de Infraestrutura.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu tive a honra de ter sido a relatora desse projeto do Senador Luiz Henrique, que foi uma engenharia inteligente, construída com o objetivo de atender as duas pontas: aumentar os investimentos dos Estados e também resolver o problema do endividamento na renegociação com a União. Não foi possível. Exatamente, são os nossos impasses.

Agora, eu queria dar uma demonstração da minha boa vontade com o Governo, porque, a pedido do Governo – o senhor sabe que eu tenho independência –, estou retirando, para ajudar também a pauta, o item 9 da pauta de hoje, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Muito obrigado. V. Exª será atendida. Está retirado o item nº 9. Vamos começar pelos itens terminativos. Item nº 11. Eu sei que o Senador Eduardo Suplicy é Relator do item nº 1, mas como nós temos quórum, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – E hoje é Dia do Idoso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Eu não entendi o que V. Exª...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Hoje é Dia Internacional do Idoso, e esse projeto vem a propósito.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – E hoje começa também o Outubro Rosa.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Do idoso, então, deve começar pelo Suplicy.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Em homenagem aos idosos, deixa o Suplicy relatar o projeto. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Olha, o Senador Eduardo Suplicy esteve comigo no Rio de Janeiro, participando de uma Maratona da Paz, correu 15km, está inteiro. Foi no Morro do Alemão, no ano passado, mas V. Exª será atendido. Hoje é Dia do Idoso, o Senador Alvaro Dias lembrou. Vamos começar por um item que não é terminativo, o item nº 1, do qual o Senador Eduardo Suplicy é o Relator.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 224, DE 2004 – NÃO TERMINATIVO –

Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, para acrescentar dispositivos ao art. 39 e dá nova redação ao caput do art. 40, que tratam da gratuidade no transporte coletivo.

Autoria: Senador Alvaro Dias

Relatoria *Ad Hoc*: Senador Eduardo Suplicy

Relatório: Favorável ao Projeto, acolhendo parcialmente a Emenda nº 2, nos termos do Substitutivo que apresenta.

Observações:

1. A Matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e, ainda, pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em decisão terminativa;

2. Em 30/10/2012, foi apresentada a Emenda nº 2, de autoria do Senador Cyro Miranda.

Com a palavra o Relator, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sr. Presidente, trata-se de Projeto de Lei do Senado nº 224, de autoria do Senador Alvaro Dias, que altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, para acrescentar dispositivos ao art. 39 e dar nova redação ao *caput* do art.40, que tratam da gratuidade no transporte coletivo.

O art. 1º do projeto acrescenta novo §1º ao art. 39 do Estatuto do Idoso e renumera os demais, para definir o transporte semiurbano como "aquele que, preservando as características operacionais do transporte urbano, transpõe os limites do Município".

O art. 2º da proposição dá nova redação ao *caput* do art. 40 do referido Estatuto, de modo a incluir as modalidades de transporte "intermunicipal, terrestre ou aquaviário" nos sistemas de transporte coletivo sujeitos à observância dos benefícios de gratuidade e de desconto para os idosos, nos termos de legislação específica, que hoje só contempla o transporte municipal e o interestadual.

A cláusula de vigência usual consta do art. 3º do projeto.

Conforme o autor, a proposição objetiva conceituar o tipo de transporte urbano, incluir no benefício a modalidade de transporte intermunicipal e preencher a lacuna na legislação a respeito do tipo de transporte interestadual, de modo a evitar tanto os questionamentos jurídicos entre usuários e concessionárias, como o desvirtuamento no acesso dos idosos ao benefício garantido na Constituição e disciplinado no Estatuto. Cumpre observar que o projeto tramita desde 2004, tendo sido inicialmente distribuído com exclusividade à CDH para decisão terminativa.

Na Comissão de Direitos Humanos, em 2011, o Senador Paulo Paim apresentou relatório concluindo pela aprovação do projeto, nos termos do substitutivo que ofereceu. Não houve discussão, nem votação do projeto naquela Comissão por falta de quórum. Entretanto, em vista da aprovação de Requerimentos dos Senadores Clésio Andrade e Acir Gurgacz, solicitando o exame da matéria pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o projeto vem ao exame desta Comissão e, posteriormente, retornará à CDH para decisão terminativa.

Análise.

Em primeiro lugar, julgo conveniente registrar a análise do PLS que fundamentou a apresentação do mencionado substitutivo pelo Senador desta CAE que disse: "Inicialmente, cabe ressaltar que a Assembléia Nacional Constituinte (ANC) inscreveu na Lei Maior o dever da família, da sociedade e do Estado de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida, nos termos do *caput* do art. 230 da Lei Maior."

Sr. Presidente, trata-se de um parecer relativamente longo e vou solicitar a todos que possam acompanhar a íntegra de meu parecer, que é longo, mas quero aqui ressaltar que esse assunto foi objeto do voto vencedor da Relatora, Ministra Cármen Lúcia em uma ADI, em que diz:

O investimento e os gastos oriundos da prestação do serviço público de transporte coletivo delegado pelo ente público ao particular haverão de ser calculados e haverão de ser definidos na relação delegante-delegado, sem que tanto seja traspassado ao particular, menos ainda àquele que, por força da norma constitucional e infraconstitucional, haverá de fruir gratuitamente do serviço.

Imprópria juridicamente é a assertiva de que não se poderia exercer aquele direito constitucional do idoso antes que se fixasse, contratualmente (entre o ente delegante e a empresa delegada), a forma de assunção dos ônus financeiros pelo ente público.

Ao reconhecimento de que o Estado pode alterar, unilateralmente, as condições fixadas para os contratos de concessão e permissão, tem-se, de um lado, que o particular tem a garantia da preservação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato e, de outro, que as normas constitucionais devem ser cumpridas. Compete ao contratado particular comprovar perante o ente contratante a ruptura do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, em quanto, como e porque para que seja refeito se for o caso e segundo dados específicos.

A constitucionalidade da garantia não ficará comprometida, em qualquer caso, pois o idoso tem, estampado na Constituição, o direito ao transporte coletivo urbano gratuito. Quem assume o ônus financeiro não é questão que se resolve pela inconstitucionalidade da norma que repete o quanto constitucionalmente garantido. Isso bastaria para aniquilar o argumento da autora, segundo o qual a exigência de cumprimento do direito dos idosos à gratuidade dos transportes estaria a romper com o equilíbrio econômico-financeiro.

Não há direito adquirido a se contrapor a direitos previstos constitucionalmente, como os que se referem aos idosos. Logo, mesmo nos contratos de concessão ou permissão assinados antes da promulgação da Constituição, em respeito à garantia de equilíbrio, o máximo que poderiam requerer os delegados dos serviços de transporte municipal e intermunicipal, seria da alteração dos contratos para cobrir-se, financeiramente, com os ônus comprovados em planilha sobre o uso dos transportes delegados pelos idosos. Teriam, para tanto, de provar quantos e em que condições aqueles serviços onerariam os seus contratos.

Pelos motivos expostos, o Senador Randolfe concluiu o seu relatório pela aprovação do PLS como mencionado no substitutivo, nos termos de emenda da CAE como segue.

Sobre as emendas.

Emenda nº 1, do Relator.

EMENDA Nº 1 – CAE (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 224, DE 2004

Altera a Lei n° 10.741, de 1° de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para especificar a abrangência territorial da gratuidade no transporte coletivo urbano.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 39 e 40 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 39. Aos maiores de 60 (sessenta) fica assegurada a gratuidade dos transportes coletivos urbanos, exceto nos serviços seletivos e especiais, quando prestados paralelamente aos serviços regulares.

.....

§ 4º Para os fins desta Lei, considera-se transporte coletivo urbano aquele prestado em áreas urbanizadas contíguas, com características operacionais específicas, independentemente da jurisdição política do poder concedente. (NR)"

"Art. 40. No sistema de transporte coletivo interestadual, terrestre ou aquaviário, observar-se-á, nos termos da legislação específica:

..... (NR)"

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Análise da Emenda nº 01-CAE (Substitutivo).

Em adição ao cotejo analítico apresentado na seção acima, enfatizo que o Substitutivo amplia os benefícios da gratuidade do transporte coletivo para pessoas com 60 anos e mais de idade, mas restringe a abrangência da norma proposta no projeto de lei, ao excluir a sua incidência sobre o transporte intermunicipal e circunscrevê-la às áreas urbanas contíguas.

Conforme justificou o Senador Paim, a Constituição Federal assegurou a gratuidade do transporte coletivo em proveito dos idosos vinculando-a apenas à condição urbana do serviço, o que não conflita com as competências atribuídas respectivamente aos Estados e Municípios para regular a prestação dos serviços de transporte coletivo intermunicipal ou local.

Ademais, a efetividade de tal benefício se impõe a todo serviço público de transporte coletivo urbano, independentemente da jurisdição política dos territórios em que seja prestado.

Conclusão.

Pelas razões expostas, acolho integralmente a Emenda nº 01-CAE (Substitutivo).

Sobre a Emenda nº 2 da CAE, de autoria do Senador Cyro Miranda, que propõe a seguinte redação para o art. 1º do PLS:

Art. 1º O art. 39 da Lei nº 10.741 passa a vigorar com a seguinte redação, acrescido dos seguintes parágrafos 4º e 5º:

'Art. 39. Aos maiores de 60 (sessenta) anos fica assegurada a gratuidade dos transportes coletivos urbanos, exceto nos serviços seletivos e especiais, quando prestados paralelamente aos serviços regulares.

.....

§ 4º Para os fins desta Lei, considera-se transporte coletivo urbano aquele prestado em áreas urbanizadas contíguas, com características operacionais específicas, independentemente da jurisdição política do poder concedente.

§ 5º O direito expresso no caput será financiado com recursos do Fundo Nacional do Idoso, instituído pela Lei nº 12.213, de 20 de janeiro de 2.010.' (NR)

Na justificação, o autor esclarece que a emenda "visa a adequar o substitutivo do relator à exigência contida no art. 35 da Lei nº 9.074, de 1995." Aduz, em essência, que é preciso haver equilíbrio entre a oferta de serviços de transportes urbanos condizentes com a capacidade de pagamento dos usuários e o custeio das gratuidades concedidas aos idosos.

Análise da Emenda nº 02-CAE.

A citada Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos e dá outras providências.

O art. 35 desta lei condiciona, de fato, a estipulação de novos benefícios tarifários à previsão legal da respectiva fonte de custeio, *in verbis*:

Art. 35. A estipulação de novos benefícios tarifários pelo poder concedente, fica condicionada à previsão, em lei, da origem dos recursos ou da simultânea revisão da estrutura tarifária do concessionário ou permissionário, de forma a preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Parágrafo único. A concessão de qualquer benefício tarifário somente poderá ser atribuída a uma classe ou coletividade de usuários dos serviços, vedado, sob qualquer pretexto, o benefício singular.

Observo, porém, que a Emenda nº 2 reproduz o texto atribuído, pelo Substitutivo, ao art. 39, *caput*, e ao §4º do mesmo artigo. Ou seja, ela adiciona, de fato, apenas o §5º ao citado art. 39. Além disso, a forma como a emenda está redigida elimina a nova redação proposta, pelo Substitutivo, ao *caput* do art. 40 do Estatuto do Idoso.

Depreende-se da justificação da emenda que essa não foi a intenção do seu autor. A meu ver, a emenda visa a tão somente ajustar, de modo adequado, o PLS às exigências contidas no art. 35 da citada Lei. Com efeito, ela define a fonte de custeio público para o benefício social a ser gerado com a lei proposta e, assim, possibilita distribuir por toda a sociedade o ônus do subsídio tarifário a ser concedido aos idosos nos transportes coletivos urbanos.

Conclusão.

Por esses motivos, acolho parcialmente a Emenda nº 02 para incorporar o proposto § 5º ao art. 39 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, conforme a redação contida no art. 1º do Substitutivo.

Voto.

Ante o exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 224, de 2004, de autoria do Senador Alvaro Dias, nos termos da Emenda nº 01-CAE (Substitutivo), e do acolhimento parcial da Emenda nº 02-CAE, do Senador Cyro Miranda, na forma do Substitutivo abaixo. Portanto, as emendas dos Senadores Paulo Paim e Cyro Miranda são contempladas.

Assim, a emenda nº da CAE, do substitutivo, que altera a Lei n° 10.741, passa a ficar com a seguinte redação:

EMENDA Nº – CAE (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 224, DE 2004

Altera a Lei n° 10.741, de 1° de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para especificar a abrangência territorial da gratuidade no transporte coletivo urbano.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 39 e 40 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 39. Aos maiores de 60 (sessenta) anos fica assegurada a gratuidade dos transportes coletivos urbanos, exceto nos serviços seletivos e especiais, quando prestados paralelamente aos serviços regulares.

.....

§ 4º Para os fins desta Lei, considera-se transporte coletivo urbano aquele prestado em áreas urbanizadas contíguas, com características operacionais específicas, independentemente da jurisdição política do poder concedente.

§ 5º O direito expresso no caput será financiado com recursos do Fundo Nacional do Idoso, instituído pela Lei nº 12.213, de 20 de janeiro de 2.010."

Art. 40. No sistema de transporte coletivo interestadual, terrestre ou aquaviário, observar-se-á, nos termos da legislação específica:

..... (NR)"

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Portanto, este é o voto, pela constitucionalidade, nos termos da emenda que acabo de ler, Sr. Presidente.

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Com a palavra, o Senador Alvaro Dias, que é o autor desse projeto.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Depois pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Obrigado, Presidente.

Hoje eu sinto a Comissão mais agitada, não é, Senador Suplicy? O barulho é grande...

(Soa a campainha.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) –... e certamente não são os idosos comemorando o seu dia internacional.

Mas eu entendo que o relatório do Senador Suplicy esclareceu o propósito do projeto. Trata-se de alterar o Estatuto do Idoso, que introduziu benefícios inquestionáveis ao cotidiano das pessoas idosas no País, mas apresenta algumas lacunas, algumas incorreções, algumas distorções, que esse projeto procura sanar, especialmente no que diz respeito ao art. 39, que se refere ao transporte semiurbano, sem todavia conceituá-lo. A nossa proposta conceitua, para os fins da lei, o transporte semiurbano é aquele que, preservando as características operacionais do transporte urbano, transpõe os limites do Município.

Nós temos a...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Eu peço silêncio ao Plenário.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) –... cada momento, áreas conurbadas imensas nas grandes metrópoles especialmente, e esse é o propósito da proposição apresentada e ora em discussão.

Nós estamos assegurando, portanto, a gratuidade plena aos idosos no que se refere ao transporte urbano e semiurbano. E portanto, com essa conceituação agora clareada por essa proposta de lei.

Constitui também lacuna inexplicável e passível de questionamento a falta de menção ao transporte intermunicipal de passageiros, intermunicipal e interestadual. Trata-se de um segmento mais demandado pelos idosos carentes, tanto o intermunicipal quanto o interestadual. São viagens realizadas por pessoas idosas em busca de consultas médicas, de internação em centros maiores, visitas a parentes, visitas a parentes em cidades próximas ou até à capital do Estado e outros Estados. Portanto, é uma correção que essa proposta está apresentando ao texto.

O regulamento elaborado pelo Ministério dos Transportes refere-se apenas às modalidades rodoviária, ferroviária e aquaviária. Essa questão foi referida também pelo Senador Suplicy no seu parecer. Nós estamos, portanto, retirando imprecisões capazes de comprometer o amplo acesso dos idosos aos benefícios previstos no Estatuto e tomamos a iniciativa de elaborar essa proposição, contando com o apoio de todos os Srs. Senadores, certamente não apenas por se tratar do Dia Internacional do Idoso, mas porque a proposta tem mérito e deve ser aprovada.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Cyro Miranda, que é autor da emenda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, primeiro quero parabenizar o autor pela feliz ideia em regulamentar.

Quero agradecer muito ao Senador Suplicy ter entendido meritória a Emenda nº 2. Nós só fizemos uma equiparação. O Estatuto do Idoso reza que o idoso é considerado a partir dos 60 anos, e não dos 65 anos. E, como existe também o Fundo Nacional do Idoso, cujas receitas são compostas de recursos do Fundo Nacional de Ciência Social e de outras fontes, principalmente de recursos orçamentários, nós ficamos cobertos com isso.

Então, agradeço e parabenizo o Senador Suplicy, e hoje, no Dia do Idoso, nós realmente estamos fazendo um projeto meritório.

Parabéns ao autor e ao nosso Relator.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Cyro Miranda.

Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente, cumprimentando o Senador Alvaro Dias pela iniciativa e, de igual forma, o Senador Eduardo Suplicy na condição de Relator *ad hoc*, o substitutivo apresentado amplia os benefícios da gratuidade, mas restringe a abrangência da norma proposta, ao excluir a sua incidência sobre o transporte intermunicipal e ao circunscrevê-lo às áreas urbanas contíguas.

O meu entendimento está correto? Eu queria consultar o Relator e até mesmo o autor sobre se esta minha interpretação está adequada, Sr. Presidente, para que eu possa exercer meu voto com convicção.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Com a palavra, o Relator, Senador Eduardo Suplicy.

O Senador Alvaro Dias pode também auxiliar.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – V. Exª pode repetir? Eu estava lendo outro projeto já...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – O substitutivo...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Eu acho que está muito claro: para os fins desta lei, "considera-se transporte coletivo urbano aquele prestado em áreas urbanizadas contíguas, com características operacionais específicas, independentemente da jurisdição política do poder concedente".

Eu quero ressaltar que, no §5º, está expresso como será financiado: com recursos do Fundo Nacional do Idoso.

O Fundo dos Direitos do Idoso tem como receita recursos públicos, contribuição de governos, organismos internacionais, além de doações de pessoas físicas e jurídicas dedutíveis do Imposto de Renda. Ou seja, o Fundo Nacional do Idoso é gerido pelo Conselho Nacional dos Direitos do Idoso e com unidade orçamentária específica, parte integrante do Orçamento-Geral da União, de tal maneira que será esse fundo que propiciará o financiamento do subsídio aos idosos.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – É absolutamente necessário e consequente que nós estejamos estabelecendo uma fonte de financiamento, para que possamos incorporar no sistema os tantos brasileiros que, na sua melhor idade, merecem evidentemente toda a justeza por conta das contribuições que deram ao nosso País.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Melhor coisa nenhuma. O senhor vai ver, quando chegar lá.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Como?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Melhor coisa nenhuma. O senhor vai ver, quando chegar lá. Eu já cheguei, faz tempo. (*Risos.*)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – A melhor idade, Senador Aloysio Nunes Ferreira, é por conta, evidentemente, da experiência de homens como V. Exª.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – É verdade. Há as suas alegrias. Há as suas alegrias.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) –... por ter pavimentado uma vida de muita luta, de muita militância, de ter logrado a condição de poder a nós, mais jovens, iluminar com bons conselhos, com boas orientações.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Obrigado. Agradeço a V. Exª

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Mas é fundamental a fonte de financiamento. Mas, na dúvida...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Senador Ricardo... Senador Ricardo...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pois não, Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Eu e o Senador Suplicy temos uma tese: a de que idoso é aquele que tem 30 anos mais que nós. (*Risos.*)

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Só ratificando, Sr. Presidente, melhor idade é a dos 40. (*Risos.*)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Mas há uma dúvida sobre se o substitutivo está excluindo a incidência sobre o transporte intermunicipal ao circunscrevê-lo apenas em áreas urbanas contíguas. Se o transporte intermunicipal não estaria acolhido por essa meritória proposta do Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – É, na nossa proposta, incluímos o transporte intermunicipal e interestadual. Em relação à fonte de custeio, não há alteração, é a mesma já vigente, estabelecida pela legislação atual.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Então, o transporte interestadual e intermunicipal não estaria abrigado...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Está, na minha proposta, está.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Não, no substitutivo.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – O substitutivo do Senador Suplicy?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sim.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – O Senador Suplicy mantém a...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Está escrito no parágrafo...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo /PT – RJ) – Está respondido?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Não, não está.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Está sim, art. 39:

> *Aos maiores de 60 anos fica assegurada a gratuidade dos transportes coletivos urbanos, exceto nos serviços seletivos especiais, quando prestados paralelamente aos serviços regulares.*
> *§ 4º Considera-se transporte coletivo urbano aquele prestado em áreas urbanizadas contíguas com características operacionais específicas, independentemente da jurisdição política do poder concedente.*

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – O.k. Então, o transporte intermunicipal e interestadual não está acolhido.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Acho que, pelo texto, está acolhido o intermunicipal em regiões metropolitanas, sim.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sim, o meu questionamento é isso. Na proposta original do Senador Alvaro Dias, ele propõe intermunicipal e interestadual. No substitutivo do Senador Eduardo Suplicy, ele está limitando esse benefício às áreas metropolitanas. É esse o questionamento que quero fazer...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Faço um apelo ao Senador Suplicy...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – ...para que possa dar meu voto.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Faço um apelo ao Senador Suplicy para preservar o transporte intermunicipal e interestadual no seu texto.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Por que não contemplarmos na linha do que defendeu aqui o Senador Aloysio Nunes a melhor idade também no intermunicipal e no interestadual? Por que a discriminação em relação ao idoso que

pode também fazer uso e necessita fazer uso desse transporte, tendo, inclusive, o Fundo do Idoso para sustentar e financiar como fonte?

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo /PT – RJ) – Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Sr. Presidente, creio que fica fácil para o Senador Suplicy acolher também, apenas incluindo no texto logo após aí o transporte urbano o intermunicipal e o interestadual. Creio que seria apenas uma alteração cirúrgica, para que os idosos também pudessem se beneficiar.

Como disse antes, na justificativa, é um transporte usado corriqueiramente pelos idosos, visando a consultas médicas, visita a parentes, a cidades próximas e mais distantes, sobretudo, a capital do Estado, inclusive, interestadual. Por isso, insistimos com o Senador Suplicy para incluir no seu texto, no substitutivo também, transporte intermunicipal e interestadual.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Até porque, Senador Alvaro Dias, muitos idosos necessitam buscar recursos médicos e hospitalares de média e alta complexidade em cidades médias e precisam, enfim, se deslocar de cidades menores do interior do nosso País. Esse benefício, ao ser financiado pelo Fundo dos Aposentados, poderia contemplar esses idosos.

Esse é o apelo que estamos fazendo ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Governo/PT – RJ) – O Senador Eduardo Suplicy está conversando com sua assessoria. Passo, então, para o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Sr. Presidente, tenho duas perguntas a fazer ao Relator, que são as seguintes: o Relator tem ideia de quanto dispõe de recurso o Fundo Nacional do Idoso, já que se propõe que este fundo banque as passagens, banque todo esse trânsito de pessoas acima de 60 anos de idade? Então, a primeira pergunta é: quanto esse fundo tem por ano de dotação orçamentária? E quantos milhões são necessários por ano, numa estimativa, para bancar toda essa passagem gratuita de ida e volta, intermunicipal, interestadual, metropolitana e mundo afora? Então, são duas perguntas que quero fazer ao Relator, se ele puder me responder, para me auxiliar no voto.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – O Senador Alvaro quer ajudar a responder essa do fundo feita pelo Senador Blairo?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Em relação ao valor desse fundo, nós não temos esse dado. Ele não é fixo também. Ele é flexível e depende, inclusive, conforme o Senador Suplicy fez a leitura, de eventuais doações que são também contabilizadas para esse fundo. Portanto, não há uma soma que nós pudéssemos informar à Comissão.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Não. Não há essa estimativa de gastos, até porque também o número de idosos é reduzido, é elevado em função das circunstâncias.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Não há um número preciso em relação ao fundo e às despesas decorrentes dessa proposta que, na verdade, tem como base o que está no Estatuto do Idoso. Se já está estabelecida a existência do custeio para essa despesa, nós estamos apenas, como disse anteriormente, eliminando dúvidas, interpretações que têm motivado, inclusive, ações judiciais. Nós estamos corrigindo incorreções existentes no texto do Estatuto do Idoso, sem alterar o seu conceito e sem mexer na sua fonte de custeio, sem estabelecer também gastos mais expressivos em relação ao que já existe atualmente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Presidente, eu acho que o projeto é meritório. Nós estamos querendo votá-lo depois da discussão, mas existem dúvidas que o Relator não está podendo atender. Então, eu sugeriria que nós retirássemos de pauta o projeto para que o Relator pudesse fazer uma análise mais detalhada, inclusive respondendo à pergunta do Senador Blairo sobre o valor do fundo, se dá para cobrir essas novas despesas, e nós retornaríamos, na próxima reunião, o projeto.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Eu não creio que seja necessário adiar essa deliberação. Eu tenho informação aqui da assessoria de que, no Ministério da Saúde, por exemplo, não se utiliza 10% desse fundo. Não se utiliza, atualmente, 10% do fundo existente. Portanto, há recurso, sim, para a manutenção dessas despesas que seriam acrescentadas.

Como a questão de mérito será debatida pela Comissão de Direitos Humanos, eu creio... Esse projeto está aqui desde 2004. Acho que os idosos merecem uma atenção maior do Senado Federal.

Está desde 2004, ele não chegou ontem. E nós temos ainda que passar pela Comissão de Constituição e Justiça e pela de Direitos Humanos, onde terá decisão terminativa. Por isso, apelo a V. Exª, Sr. Presidente, que mantenha o processo de votação sem adiamento.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – A minha observação, Presidente, é no sentido de que os idosos sejam efetivamente atendidos...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Claro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – ... naquilo que o Senador colocou, não só na questão das ligações na região metropolitana, mas também intermunicipais e interestaduais.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Flexa, Senador Alvaro Dias, eu vou consultar o Senador Eduardo Suplicy, que é o Relator, em relação à proposta do Senador Ricardo Ferraço e do Senador Alvaro Dias também. Houve um questionamento do Senador Blairo Maggi.

De fato, hoje, a pauta está muito arrastada. Nós estamos no item nº 1.

Então, eu consulto o Senador Eduardo Suplicy em relação ao questionamento feito pelos Senadores Ricardo Ferraço, Blairo Maggi.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Mais que um questionamento, é uma proposta, se ele considerar a possibilidade de acolher.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Ou V. Exª prefere retirar e voltar na próxima semana? Faço a consulta a V. Exª. Nós não podemos ficar só neste item nº 1.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Tendo em conta as ponderações feitas pelos Senadores Ricardo Ferraço, Alvaro Dias e outros, eu acolho o acréscimo para que o art. 39 explicite da seguinte forma:

> *Aos maiores de 60 anos fica assegurada a gratuidade dos transportes coletivos urbanos, intermunicipais e interestaduais, exceto nos serviços seletivos especiais quando prestados paralelamente aos serviços regulares.*

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Governo/PT – RJ) – Senador Ricardo Ferraço...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Eu agradeço o Senador Eduardo Suplicy...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Fica acolhida a proposição.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Governo/PT – RJ) – Não havendo mais quem queira discutir, democraticamente, vamos colocar em votação o relatório do Senador Eduardo Suplicy.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório que passa a constituir parecer...

Senador Blairo...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Eu não posso votar em uma coisa que não recebi resposta. Então, meu voto é contrário.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Governo/PT – RJ) – Claro. Voto vencido, Senador Blairo Maggi.

Aprovado o relatório que passa a constituir parecer da CAE favorável ao projeto, acolhendo, parcialmente, a Emenda nº 2, nos termos da Emenda nº 1 da CAE, substitutiva.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

A matéria foi aprovada com as alterações apresentadas pelo Senador Eduardo Suplicy.

Vamos para os itens terminativos.

Tenho uma solicitação do Senador José Agripino para que a gente vá direto ao item. Vamos atender à solicitação do Senador José Agripino.

Vamos ao item 20, que é relatado pelo Senador Walter Pinheiro.

ITEM 20

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 321, DE 2012 – TERMINATIVO –

Dispõe sobre o Sistema de Tratamento Especial a Novas Empresas de Tecnologia – SisTENET, seu regime tributário diferenciado e dá outras providências.

Autoria: Senador José Agripino.

Relatoria: Senador Walter Pinheiro.

Relatório: Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1 a 4-CCT com a Subemenda à Emenda nº 4-CCT que apresenta.

A matéria foi apresentada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Informática e Comunicação com parecer favorável ao projeto com as Emendas nºs 1 a 4 – CCT.

Lembro que o projeto é terminativo e exige quórum qualificado. Peço aos Srs. Senadores que permaneçam em plenário.

Com a palavra o Relator, Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Sr. Presidente, o Projeto de Lei do Senado

nº 321, de 2012, do Senador José Agripino, que dispõe sobre o Sistema de Tratamento Especial a Novas Empresas de Tecnologia, a que chama de SisTENET, e seu regime tributário diferenciado.

O projeto define as empresas que podem se enquadrar nesse regime. Portanto, busca a isenção por dois anos, prorrogáveis por igual período.

A proposta justifica-se pela necessidade de redução de encargos tributários, principalmente levando-se em consideração o período crítico, que é o período de início das atividades, e pela questão principalmente do aumento da formalização das empresas desse setor.

Esse projeto tramitou nas Comissões. Analisamos, inclusive, Sr. Presidente, este projeto na Comissão de Ciência e Tecnologia e, consequentemente, até por sua característica, principalmente no que se refere à isenção, o projeto veio à Comissão de Assuntos Econômicos.

Portanto, a intenção da matéria se concentra nesse aspecto para os benefícios fiscais, os impostos federais e também, no que concerne ao objeto da proposta, à maneira como o Senador, membro desta Casa apresenta a matéria, também toca nos aspectos formais, seja a questão normativa que é, eu diria, ajustada, Senador Flexa, a todas as normas constitucionais, principalmente no que diz respeito à exigência de lei específica para a concessão de tributos.

Outro aspecto fundamental é a chamada redação original em seu art. 3º, que concedia isenção total e temporária ao pagamento de todos os impostos federais, e aí havia uma necessidade de correção dessa fragilidade, ou seja, da lei federal para conceder tributos de competência dos Estados e, dessa forma, nós entraríamos em uma seara que não nos compete. Então, por isso buscamos ajustar essa matéria de maneira que não perdêssemos a boa iniciativa do Senador Agripino.

Diante desse exposto, nosso voto é pela aprovação do PLS nº 321, de 2012, na forma das Emendas apresentadas, de nºs 1 a nº 4, que foram já apresentadas pela Comissão de Ciência e Tecnologia, buscando promover exatamente essas correções.

Somos pela aprovação e quero aqui, mais uma vez, dizer que, no mérito, a iniciativa do Senador Agripino Maia é importantíssima, principalmente levando-se em consideração as crônicas dificuldades que as pequenas empresas, principalmente nesse cenário de disputa, nesse segmento, portanto, posso falar desse segmento com propriedade de causa, pois é um segmento da chamada "atividade do conhecimento", disputadíssimo no mundo. Nosso País tem um celeiro... Eu conversava, nesse instante, com o Senador Luiz Henrique, exatamente sobre a questão de saídas de empresas. E as empresas de tecnologia, Senador Luiz Henrique, são as que mais têm facilidades hoje para a migração.

Quero chamar a atenção. Uma empresa de informática, por exemplo, Senador Luiz Henrique, ela não se desloca pelo mar nem se desloca por terra. Não há mais a necessidade de colocar em *containers*, seja no caminhão, seja no avião. Ela cabe no bolso, ou nem mais precisa ser transportado no bolso, Senador Cyro, ela é transportada através desse novo mecanismo de comunicação que todos nós utilizamos. Então, a informação é deslocada e a nova unidade de produção é instalada. Darei um exemplo Senador Lindbergh a V. Exª a partir do resultado que saiu nesta semana. O Rio de Janeiro, Estado de V. Exª, é um dos Estados que têm grandes polos de empresas dessa natureza. Os polos de informática e os parques tecnológicos se instalaram no Brasil de forma – eu diria até – acentuada. Assim, não criar um ambiente para que no início e, majoritariamente, essas empresas que se constituem com pessoas que deixam a universidade. Na maioria das vezes, são situações de empresas que estão ainda no processo de incubação nos parques tecnológicos.

Incentivar essas empresas exatamente nesse nascedouro é a garantia que nós teremos para o crescimento de uma atividade que gera empregos de alto salário, basta a gente ver o que aconteceu agora com a geração de trabalho, emprego e renda no Brasil, Senador Suplicy, em que as pequenas e médias empresas foram responsáveis por mais de 80% da geração de mão de obra nesse período.

É ultrameritória a apresentação proposta pelo Senador Agripino Maia nessa questão. A outra aborda a busca do equilíbrio concorrencial que a gente faz com essa chamada redução da carga tributária. Isso é algo que vai matando a micro e pequena empresas. Aí é fundamental que haja a possibilidade de opção pelo Simples Nacional e, ao mesmo tempo, a gente conferir a essas empresas o velho instrumento da competitividade, que é tentar reduzir seus custos para ela disputar, além da larga escala que esse setor pode apresentar de serviços, mas, principalmente, eu diria a principal escala inicial que é a redução do custo tributário.

Por isso, somos pela aprovação da matéria com as correções que buscamos ajustar para não inviabilizar a matéria pelo lado da sua técnica legislativa, muito menos da incongruência com respeito à juridicidade.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Governo/PT – RJ) – A matéria está em discussão.

Senador Luiz Henrique, primeiro orador inscrito.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente; Srªs e Srs. Senadores, quero

dizer ao Senador José Agripino que este é o projeto que vale todo o mandato. Ele é de importância transcendental para nosso País, para viabilizar as pequenas empresas de tecnologia e combater uma questão que é muito preocupante em nosso País: a mortalidade do micro e do pequeno empresário.

De parabéns, portanto, o Senador José Agripino!

Eu não preciso de me estender mais porque o Relator, o Senador Walter Pinheiro, de forma muito brilhante já abrangeu todos os aspectos dessa questão que é relevantíssima.

Portanto, votarei pela aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Obrigado.

O Senador Luiz Henrique tem vasta experiência na área, foi ex-Ministro da Ciência e Tecnologia. Então, uma palavra, Senador José Agripino, do Senador Luiz Henrique acho que reforça a importância do projeto.

Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente, em boa hora o Senador José Agripino apresenta uma proposta que cria toda uma condição diferenciada para que a micro e a pequena empresa ligada a área de tecnologia possa receber, de fato, um tratamento diferenciado, assim como outros segmentos têm sido contemplado.

O projeto define as empresas que podem se enquadrar nesse regime especial, já detalhado vastamente pelo Senador Walter Pinheiro, isentando essas mesmas empresas por dois anos. Após esse prazo, as empresas estarão automaticamente inscritas no Simples, com a redução de 50% de todos os tributos por um ano. Além das virtudes já enumeradas pelo Senador Relator Walter Pinheiro e pelo Senador Luiz Henrique, nosso ex-Governador de Santa Catarina, ex-Ministro da Ciência e Tecnologia, a importância de nós potencializarmos outros e tantos polos que estão surgindo em nosso País de modo a valorizar aquilo que há de mais agregado no mundo contemporâneo.

Esse projeto, entre outras coisas, vai possibilitar a formalização de um enorme conjunto de empresas que estão atuando na informalidade por não encontrarem ambiente de prosperidade devido à elevada carga tributária brasileira.

Por isso mesmo eu cumprimento o Senador José Agripino pela tempestividade e pela oportunidade de uma proposta como essa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Muito obrigado Senador Ricardo Ferraço.

Senador José Agripino.

Só lembrando a preocupação com o quórum.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN) – Sr. Presidente, eu vou procurar ser bastante rápido até pela questão do quórum.

Em primeiro lugar, eu queria fazer um registro Senador Pedro Taques, da convicção com que o Relator o Senador Walter Pinheiro apresentou o seu relatório. Ele mal se amparou no texto escrito, ele falou com absoluta convicção, o que a mim orgulha muito, porque ele, que é um homem de convicções, defende o projeto com ideias pessoais, com convicção pessoal. Ele fugiu do texto e fez as considerações todas de modo próprio.

Eu fico muito grato por isso e pela manifestação do ex-ministro de Ciência e Tecnologia, Senador Luiz Henrique, que, com muita propriedade, disse que um projeto como esse vale um mandato. Eu vou guardar essa frase do Senador com muito carinho e com muito orgulho.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Isso é porque ele foi aluno do pai do Raul Seixas.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN) – Talvez.

E a observação do Senador Ricardo Ferraço que se debruçou sobre o projeto.

Na verdade, a minha intenção com esse projeto e com o projeto das empresas juniores é a preocupação com a geração de emprego para os jovens. Na Espanha o nível de desemprego é de 25%; Senador Pedro Taques o nível de desemprego entre os jovens é de 50%. No Brasil o desemprego está num nível muito menor, mas entre os jovens o desemprego é real. Então são projetos que levam a tarefa do empreendedorismo no limite. Dá um amparo institucional a empresas de jovens que estão na universidade, que é o caso das empresas juniores, e, no caso das *startups,* eu me valho aqui do exemplo do Google, da Apple, de empresas do Vale do Silício que, pelo incentivo que tiveram do governo americano, chegaram aonde chegaram. Agora as *startups* são empresas que não têm amparo institucional. A coisa que me preocupa é um dado estatístico que eu tenho e que guardo em que 40% das empresas do Brasil falecem até o segundo ano de sua vida jurídica.

Então, esse projeto objetiva a criação do SisTENET, que é um sistema especial ao qual as *startups*, que são empresas novas, voltadas para tecnologia, voltadas para a juventude, podem aderir tendo um incentivo fiscal. Elas podem passar dois anos, prorrogáveis por mais dois anos, dentro do SisTENET, em que uma empresa com faturamento de até R$10 mil por mês – R$30 mil por trimestre – tem isenção total de impostos federais, além de dar o arcabouço institucional às *startups*.

Então, é um projeto que, em minha opinião, objetiva atender à juventude na geração de emprego pela via do empreendedorismo e aposta na capacidade criativa do jovem brasileiro, que é real. A capacidade criativa do jovem brasileiro é real. O que é preciso é ser apoiado e ser ajudado.

O objetivo do projeto é esse. Eu peço a compreensão dos Senadores e peço o voto favorável à iniciativa que eu tive, muito bem relatada, com muita convicção, pelo Senador Walter Pinheiro, a quem agradeço, como agradeço também às manifestações do ex-Ministro Luiz Henrique e do Senador Ricardo Ferraço.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Vamos colocar em votação o projeto, as Emendas nºs 1 a 3-CCT e a Emenda nº 4-CCT, na forma da subemenda apresentada.

Consulto o Plenário se podemos fazer uma só votação para o projeto, para as emendas e para a subemenda apresentada. (*Pausa.*)

Não havendo discordância, em votação o projeto, as Emendas nºs 1 a 3 e a Emenda nº 4, na forma de subemenda.

Quem vota com o Relator vota "sim" ao projeto e às emendas.

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Com o Relator, Sr. Presidente, parabenizando-o pelo avanço.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Walter Pinheiro, voto conhecido, "sim".

Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Com o Relator.

Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Com muito entusiasmo, com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador José Agripino é o autor do projeto, não vota. Vale o voto para as emendas. O voto é conhecido.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN) – O voto é "sim".

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Vota "sim".

Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Com o Relator. Parabenizando o Senador Agripino e o Relator, Senador Walter Pinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Voto "sim", também cumprimentando o autor, Senador Agripino, e o Relator, Senador Walter Pinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – O projeto foi aprovado com 12 votos SIM para o projeto e 13 votos SIM para a emenda.

Aprovado.

A Comissão aprova o projeto com as Emendas nºs 1 a 3-CCT e a Emenda nº 4-CCT na forma da Subemenda nº 1-CAE.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Pela ordem, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Pediria a V. Exª, ouvido o Plenário, se nós poderíamos fazer uma inversão de pauta e irmos para o item 11, que também é terminativo.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Eu queria ir justamente a esse item 11, cujo Relator é o Senador Flexa Ribeiro. Vai ser muito simples. Acho que a gente podia tentar colocar em votação. É pela prejudicialidade dos Projetos de Lei do Senado nºs 667 e 680, de 2007.

ITEM 11

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 677, DE 2007 – TERMINATIVO –

Dispõe sobre o compartilhamento da infraestrutura de coleta e processamento de informações no mercado de cartões de crédito e débito.

Autoria: Senador Adelmir Santana

As matérias foram apreciadas pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação, com parecer também pela prejudicialidade do projeto de lei do Senado.

Com a palavra, o Relator.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Serei breve, Sr. Presidente, Senador Lindbergh, Srs. Senadores, o Senador Alvaro Dias disse que o projeto que nós estávamos discutindo era de autoria dele, de 2004. Então, nós verificamos o quanto é lenta a tramitação dos projetos aqui no Senado Federal. Estes dois projetos apensados, o PLS nº 677, de 2007, e o PLS nº 680, de 2007, ambos são de autoria do Senador Adelmir Santana. À época, esse projeto foi muito discutido porque ele pretendia o compartilhamento das redes de coleta e processamento de informações das operadoras de cartão de crédito e de débito.

Lembro-me, Senador Lindbergh, que foi feita até uma audiência pública para discutirmos o projeto, e as operadoras que estiveram aqui naquela ocasião diziam que era impossível haver o compartilhamento, porque os sistemas não se comunicavam entre si, entre uma operadora com outra de cartão de crédito, e ficamos nessa discussão da impossibilidade de haver o compartilhamento e o próprio mercado resolveu o problema que o Senador Adelmir Santana, em bom tempo, trouxe à discussão no Senado Federal. O próprio mercado deu a solução de sistema, pois hoje já há o compartilhamento de todos os cartões em máquinas que utilizam qualquer tipo de bandeira.

Então, o projeto já foi solucionado pelo mercado. Eu quero aqui ressaltar e parabenizar o Senador Adelmir Santana pelo seu projeto à época.

Pela prejudicialidade, em função de hoje já estar em prática no mercado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Flexa, eu vou considerar apresentado o relatório, mas nós caímos o quórum dos itens terminativos. Fica como apresentado o relatório e, se alcançarmos o quórum novamente, eu volto a esse ponto.

Caiu o quórum por dois Senadores. A gente pode retornar daqui a instantes.

Eu vou, imediatamente, para o item 2, que é um item não terminativo.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 55, DE 2013 – NÃO TERMINATIVO –

Encaminha a Programação Monetária para o terceiro trimestre e para o ano de 2013.

Autoria: Presidente da República.

Relatoria: Senador Eduardo Braga.

Eu designo Relator *ad hoc* Senador Sérgio Souza, favorável, nos termos do projeto de decreto legislativo que apresenta.

Depois, iremos para o item 3, que é relatado pelo Senador Luiz Henrique, um projeto do Senador Paulo Paim, e continuaremos a pauta, em seguida, com os outros itens não terminativos.

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Souza para relatar o item 2.

Se puder fazer uma leitura...

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, atendendo ao apelo de V. Exª, vamos fazer um relatório de forma resumida, tendo em vista que já foi distribuído de forma eletrônica e também nos avulsos.

Em conformidade com o § 1º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, que dispõe sobre o Plano Real, a Presidência República encaminha ao Senado Federal a Programação Monetária para o terceiro trimestre de 2013.

Passamos, então, à rápida análise, Sr. Presidente, no sentido de que a leitura do relatório do Banco Central apresentada neste relatório mostra que, em razão, principalmente, das elevações pontuais da taxa Selic, existe, hoje, uma tendência declinante da inflação que se faz acompanhar de um ritmo de crescimento modesto do PIB.

O otimismo do Banco Central é partilhado pelos demais agentes. Segundo o último relatório Focus, os agentes econômicos estimam que a inflação brasileira medida pelo IPCA fechará o ano de 2013 em 5,82% – que precisão, hein? –, praticamente o mesmo nível de 2012. Tudo leva a crer que as metas de inflação serão cumpridas pelo décimo ano consecutivo.

O relatório sobre a Programação Monetária para o terceiro trimestre de 2013 mostrou que os indicadores monetários projetados são tecnicamente consistentes. As taxas de expansão monetária projetadas são compatíveis com a meta de inflação estabelecida e com as perspectivas de crescimento real da economia.

O voto, Sr. Presidente, pelas razões expostas no relatório feito pelo Líder Eduardo Braga, é pela aprovação da Programação Monetária para o terceiro trimestre de 2013, nos seguintes termos:

Projeto de Decreto Legislativo

Aprova a Programação Monetária para o terceiro trimestre de 2013.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovada a Programação Monetária para o terceiro trimestre de 2013, nos termos da Mensagem nº 55, de 2013, da Presidente da República.

Esse decreto legislativo entrará em vigor na data da sua publicação.

São os termos do relatório e o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Vista, Sr. Presidente. Eu não tenho condições intelectuais nem temporais para analisar esse relatório.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Concedida vista.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Intelectuais tem, seguramente; temporais, não, porque chegou agora; mas intelectuais, eu não tenho dúvida nenhuma.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Mais tempo, não é?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Tempo, isso sim!

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Vamos conceder vista ao Senador Pedro Taques. Vista coletiva. Então, concedido vista coletiva ao item 2, que voltará à pauta na próxima reunião, na próxima terça-feira.

Eu queria responder a indagação feita pelo Senador Pedro Taques, em relação ao Projeto de Lei do Senado nº 221, que cria Área de Livre Comércio nos Municípios de Corumbá, Ponta Porã, no Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências.

Houve emendas que foram recebidas pelo relator, que foram apresentadas por V. Exª, Senador Antonio Carlos de Andrade. E eu me comprometo com V. Exª que isso estará na pauta da próxima reunião, terça-feira.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Item 3.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) –... os requerimentos que serão discutidos...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PDT– RJ) – Assim que terminarmos a pauta.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Quantos itens faltam, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/Apoio Governo/PT – RJ) – São muitos, são muitos. Terminativos, nós estamos no item 3. Temos até o item 10. Foram retirados três projetos do Senador Vital do Rêgo, que é autor de um e Relator de dois e pediu para retirar.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Eu queria consultar V. Exª se considera pertinente, assim como a Comissão, inversão de pauta para votarmos os requerimentos que darão suporte ao nosso debate da próxima semana sobre a Federação brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Vamos avançar um pouco mais aqui nesses itens da pauta. Daqui a pouco eu coloco os requerimentos em votação, Senador Ricardo Ferraço.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 2005, DE 2004 – NÃO TERMINATIVO –

Regulamenta o § 13 do art. 195 da Constituição Federal, e dá outras providências. (Dispõe sobre o Conselho Nacional de Previdência Social CNPS).

Autoria: Senador Paulo Paim.

Relatório: Senador Luiz Henrique, pela prejudicialidade do projeto.

A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais em decisão terminativa.

Com a palavra o Relator.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, trata-se de mais uma iniciativa de alcance social, proposta pelo ilustre representante do Rio Grande do Sul nesta Casa, Senador Paulo Paim.

O projeto de lei trata de tema momentoso, que vem sendo há muito discutido e analisado: a questão da redefinição das fontes de financiamento da Previdência Social.

A evolução do sistema previdenciário brasileiro tem relação direta com o comportamento do mercado de trabalho, que, nos últimos dez anos, tem apresentado uma trajetória particularmente exitosa. De acordo com

as informações do Ipea, obtidas a partir de dados da Pesquisa Mensal de Emprego, entre 2003 e 2011, houve grandes mudanças no mercado de trabalho no Brasil.

A taxa de desemprego sofreu uma redução da ordem de 50%, passando de 12,2%, em 2003, para 6,2%, em 2011. Essa forte queda do desemprego veio acompanhada de um não menos expressivo declínio da informalidade, cuja taxa passou de 42,8% para 35,6% no mesmo período, e paralelo aumento do emprego formal. Somente nos dois governos anteriores, do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva foram criados mais de 15 milhões de empregos formais, de acordo com dados do Ministério do Trabalho. Note-se que o período registrou ainda um aumento significativo nos rendimentos do trabalho. Ainda segundo o IPEA, a renda média do trabalho cresceu 21,9% em termos reais, entre 2003 e 2011.

Esse é um cenário bastante positivo para o mercado de trabalho nesta última década. Importa observar que, nesse período, o emprego formal cresceu mesmo em momentos de pior desempenho econômico, como no caso da crise internacional de 2008 e 2009, bem como em 2012, quando o crescimento do PIB foi de apenas 0,9%, e, ainda assim, foram gerados 1,3 milhão empregos formais.

Entretanto, as perspectivas econômicas que se avizinham merecem atenção maior por parte do Governo e de nós, legisladores. O fraco crescimento do PIB verificado neste último ano tem sido acompanhado por um recrudescimento do quadro inflacionário. E não há nada pior, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, do que a conjugação destes dois fatores: baixo crescimento e alta inflação.

Além disso, o panorama internacional permanece crítico. A julgar pelo baixo crescimento dos Estados Unidos e dos países da Zona do Euro, além da desaceleração da economia da China, embora retomando em parte o seu dinamismo, o comércio mundial deverá ainda vivenciar um longo período de baixa.

As conquistas internas advindas do crescimento do emprego e da renda, que, em última análise, aceleraram positivamente o padrão distributivo da sociedade brasileira, devem ser preservadas. Para tanto, é mister que se fortaleça, que se aperfeiçoe o arcabouço jurídico institucional do País.

No caso do regime previdenciário, um dos principais pilares do sistema de proteção social brasileiro, o aprimoramento passa pelo reforço de seu padrão de financiamento e custeio. Nesse sentido, a iniciativa de mudança proposta pelo projeto sob exame poderia ser julgada muito oportuna, não fossem as mudanças da base contributiva já ocorridas nos últimos anos. Felizmente, muita coisa mudou desde a apresentação desta proposta em 2004. E o problema é a demora na tramitação de projetos no Congresso Nacional.

Diante do fracasso das tentativas dos quatro governos anteriores de promover uma ampla reforma tributária – e eu atribuo culpa igual ao Congresso Nacional –, o Governo Dilma Rousseff propôs, pragmaticamente, a implementação de uma reforma tributária "fatiada", que ainda está em curso. Dentre as várias mudanças que vêm se configurando, está a desoneração da folha de pagamento e sua substituição pela receita bruta. E é preciso assinalar, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, que essa fórmula, tanto a receita bruta quanto o faturamento foi o caminho indicado por nós Constituintes ao elaborarmos Texto que ainda depende de complementação regulamentar pela lei complementar ou ordinária. A intenção é melhorar a eficiência do sistema produtivo brasileiro, reduzindo o peso dos encargos sociais incidentes sobre a folha, que, inclusive, oneram desigualmente as empresas, em prejuízo das mais intensivas em mão-de-obra.

Sintetizando a leitura deste parecer, cujo avulso é de conhecimento de todos os Srs. Senadores, eu assinalo que a Lei nº 12.546, de 2011, substituiu, até 31 de dezembro de 2017, a Contribuição Previdenciária Patronal de 20% sobre a remuneração dos empregados, avulsos e contribuintes individuais que prestam serviços às empresas dos setores contemplados por uma contribuição sobre a receita bruta destas empresas. Para algumas delas, a alíquota equivale a 2%; para outras, a 1%. Ao todo, mais de 40 importantes setores industriais já estão contemplados com a desoneração da folha de salários.

É fundamental sublinhar a adequada estratégia de implementar, após anos de "ensaio", a substituição tributária da folha pela receita em forma de experimento, sem causar impactos que possam colocar as contas da Previdência Social em colapso e, especialmente, para comprovar a eficácia (ou não) desse tipo de estratégia. Ademais, ao limitar a substituição a alguns setores econômicos, demonstra-se a necessária prudência na condução desse tipo de política pelas autoridades fazendárias nacionais.

Diante do exposto, observa-se que, embora o Projeto de Lei do Senado nº 205, de 2004, não apresente, a princípio, óbices de ordem constitucional, regimental e de técnica legislativa; quanto à juridicidade, embora sejamos, de forma geral, favoráveis a uma desoneração total da folha de salários, não há dúvida de que o projeto, pelo tempo que mediou entre a apresentação e a sua apreciação nesta Casa, perdeu a oportunidade, já que novas estratégias de desoneração foram implementadas ao longo dos últimos anos.

Voto.

Tendo em vista as considerações apresentadas, o nosso voto é pela prejudicialidade da matéria, nos termos do art. 334, inciso I, do Regimento Interno desta Casa.

Salvo melhor juízo, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Luiz Henrique.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, vamos colocar em votação o relatório.

Os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE pela prejudicialidade do projeto.

O último item da pauta é o item 4, antes de votarmos os requerimentos.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 258, DE 2010 – NÃO TERMINATIVO –

Institui a Política de Desenvolvimento do Brasil Rural (PDBR) e dispõe sobre a elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento do Brasil Rural (PNDBR).

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares.

Relatoria: Senador Sérgio Souza.

Relatório: Favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ-CMA e nº 3-CMA.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com parecer favorável ao projeto, com as Emendas nº 1-CCJ e nº 2-CCJ;

2. A matéria foi apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com parecer favorável ao projeto com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ-CMA e nº 3-CMA;

3. A matéria será apreciada, ainda, pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, em decisão terminativa.

Com a palavra o Relator.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a Comissão de Assuntos Econômicos tem a oportunidade de apreciar, neste momento, o Projeto de Lei do Senado nº 258, de 2010, do Senador Antonio Carlos Valadares, que institui a Política de Desenvolvimento do Brasil Rural (PDBR) e dispõe sobre a elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento do Brasil Rural (PNDBR).

A Proposição estabelece no art. 1º, dos seus 11 artigos, a Política de Desenvolvimento do Brasil Rural e prevê a elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento do Brasil Rural.

O art. 2º estabelece o território rural como unidade de planejamento e execução e elenca os critérios de prioridade das ações do referido plano.

No art. 3º são arrolados os princípios da Política de Desenvolvimento do Brasil Rural.

O art. 4º descreve os objetivos da referida política, com ênfase em promover e acelerar a superação da pobreza e das desigualdades sociais nos territórios rurais.

O art. 5º prescreve as diretrizes do plano.

O art. 6º atribui ao Poder Público o dever de respeitar, proteger, promover, prover, informar, monitorar, fiscalizar e avaliar as ações do Plano Brasil Rural, como também de respeitar, proteger, promover, informar e monitorar os direitos dos povos indígenas, das populações tradicionais e dos agricultores familiares e empreendedores familiares rurais, nos termos da Lei nº 11.326, de 25 de julho de 2006.

O art. 7º cria o Sistema Nacional de Informações sobre o Desenvolvimento do Brasil Rural que organizará o registro informatizado da situação do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais.

O art. 8º define atributos essenciais do Plano Nacional de Desenvolvimento do Brasil Rural, com vigência quadrienal correspondente à do Plano Plurianual.

O art. 9º elege a Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, com a periodicidade máxima de quatro anos, como a instância responsável pela formulação das diretrizes do Plano Nacional de Desenvolvimento do Brasil Rural.

O art. 10 lista as entidades que integrarão o referido plano, como instâncias de planejamento, regulação, coordenação, articulação, deliberação, execução, fiscalização e monitoramento.

O art. 11 estabelece a cláusula de vigência.

O projeto, como expõe o autor, tem o "propósito de qualificar a intervenção do Estado nos espaços rurais do território nacional, estabelecendo normas gerais voltadas à implantação de planos, programas e ações que visem ao desenvolvimento sustentável dos territórios rurais do País e à realização da dignidade de todos, sem distinção".

Justifica ainda o autor que o projeto se inspira no resultado de dez anos de trabalho do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf) e, especialmente, do processo participativo de debates e elaborações que culminaram na realização da I Conferência Nacional de Desenvolvimento Sustentável e Solidário, em junho de 2008.

A proposição foi distribuída também às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ); do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA); e de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), em decisão terminativa.

Na CCJ, a proposta foi relatada pelo Senador Eduardo Suplicy, com voto pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do projeto, tendo sido aprovada com a apresentação de duas emendas, CCJ nºs 1 e 2.

Na CMA, o PLS nº 258, de 2010, também obteve voto favorável, no relatório do Senador Anibal Diniz, que incorporou as emendas da CCJ e apresentou a Emenda CMA nº 3.

Análise.

O exame da proposição quanto aos aspectos de constitucionalidade e juridicidade se processou no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, nos termos do art. 101, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

A presente análise, dessa forma, focará os aspectos que tangenciam o mérito do projeto, posto que a redação da matéria se encontra em conformidade com as prescrições da boa técnica legislativa e das disposições regimentais da Casa. Nesse aspecto, cabe ressaltar que o texto original foi alterado pelas Emendas nºs 1 e 2 CCJ/CMA e CMA nº 3 da CMA, afastando-se o risco de inconstitucionalidade da matéria por vício de iniciativa ou invasão de prerrogativa do Poder Executivo.

No que tange ao mérito, há que se destacar que a proposta prioriza os territórios rurais com densidade populacional inferior a 80 habitantes por quilômetro quadrado e população média municipal inferior a 50 mil habitantes, bem como aqueles com menor índice de desenvolvimento humano e educacional, e com maior concentração de agricultores familiares, quilombolas, indígenas e assentados da reforma agrária.

Nessa linha, ressalta-se que o PLS nº 258, de 2010, complementa, ao delinear critérios sociais objetivos, as disposições do art. 187 da Constituição Federal, que estabelece que a política agrícola será planejada e executada na forma da lei, com a participação efetiva do setor de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, bem como dos setores de comercialização, de armazenamento e de transportes.

Salientamos ainda que o PLS em exame também se coaduna com as disposições da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que também fixa fundamentos, define objetivos e competências institucionais, prevê recursos e estabelece ações e instrumentos da política agrícola, relativamente às atividades agropecuárias, agroindustriais e de planejamento das atividades pesqueira e florestal.

Acresce que, não obstante os resultados práticos advindos da conversão em lei do PLS nº 258, de 2010, dependam fortemente das prioridades estabelecidas pelo Governo Federal em relação às ações voltadas ao meio rural, a matéria avança no sentido de reafirmar objetivamente o compromisso do Estado brasileiro com os territórios rurais, entendidos como espaços de planejamento e execução das ações governamentais.

Observamos, finalmente, que, dado o relevante papel que a produção rural desempenha na economia, na sociedade brasileira e como alvo estratégico para as ações de fortalecimento e valorização do campo, o mérito da proposição se torna inquestionável, representando uma orientação programática importante para as ações direcionadas ao setor rural.

Voto.

Em consonância com o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 258, de 2010, e pelo acolhimento das referidas emendas da CCJ e da CMA.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Sr. Presidente, quero pedir vista do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Concedida vista ao Senador Blairo Maggi.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Vista coletiva, Senador Luiz Henrique.

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Presidente Lindbergh Farias, eu queria falar uma palavra de atenção...

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Um minutinho...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Sergio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Com relação ao item anterior, houve um pedido da Liderança do Governo para acrescer a palavra "territorial" no inciso II do art. 3º.

Eu estou acatando essa sugestão e incorporando-a ao meu relatório que agora está com pedido de vista.

Só para constar em ata.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Claro, claro. Está registrado.

Com a palavra o Senador Suplicy, pela ordem.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Eu queria transmitir ao Senador Blairo Maggi que acho responsável a sua ponderação relativa a quanto dispomos no Fundo Nacional do Idoso, quanto custará eventualmente a concessão da gratuidade aos idosos na faixa de 60 a 65 anos. Inclusive, aqui, como Relator, eu propus que acrescêssemos as regiões intermunicipais e as viagens interestaduais. Mas avalio que o princípio que V. Exª nos coloca é muito importante, deveríamos ter um procedimento usual de sempre termos consciência de quanto vai custar e de onde virão os recursos.

Esse projeto que foi aqui aprovado, até em homenagem ao Dia Internacional do Idoso ainda, será objeto de consideração na Comissão de Direitos Humanos.

Eu quero aqui me comprometer com V. Exª e – eu já pedi a minha assessoria, mas até o final da reunião, que está por terminar, não ainda obtive a informação –, quero só dizer que procurei obter e vou continuar até obter. Portanto quero, com todo o respeito a V. Exª, ponderar que acho adequada, responsável a sua ponderação, e avalio que deveremos, sim, antes de votar a matéria na sua tramitação conclusiva no Senado, ter as informações que precisamos, responsavelmente, saber.

Então, era esse o esclarecimento que queria transmitir a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Suplicy.

Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Suplicy; obrigado, Presidente.

Esses projetos, no mérito, nós não temos como discutir. São importantes, são necessários para muitas pessoas que têm a idade avançada e que não têm recurso para se locomover. Então, quanto a isso, não há discussão. Só que eu acho que uma Comissão como a nossa, de Assuntos Econômicos, ela deve, aqui, quando apreciar o projeto, se debruçar sobre a questão de números, o aspecto econômico.

É claro que na de Assuntos Sociais, na de Direitos Humanos, isso vai ser aprovado com louvor, porque o papel daquelas Comissões é saber se isso ajuda. Mas na nossa Comissão, a de Assuntos Econômicos, acho que essas questões devem ser trazidas, o projeto já passou, já foi aprovado e certamente essa discussão do aspecto econômico não será feita em outra comissão.

Então, Presidente, acho que vale para outros projetos que vêm para cá também, para a gente se debruçar aqui sobre as questões econômicas do projeto, a parte social, direitos humanos, tudo mais, a gente sabe que não há discussão quanto a isso.

Então, quero agradecer ao Senador Suplicy pela preocupação, mesmo já sendo vencido aqui na votação, o Senador Suplicy ainda está buscando os números a fornecer depois.

Muito obrigado, Senador.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Eu sou membro da Comissão de Direitos Humanos e estarei atento a essa questão lá.

É o meu compromisso com V. Exª.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – O último ponto da pauta é o requerimento da audiência pública da próxima terça-feira.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 60, DE 2013

Requer, nos termos do art. 58, V, § 2º, da Constituição Federal, c/c o art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com a finalidade de debater a reforma do ICMS e a renegociação das dívidas estaduais, com a presença dos seguintes convidados: Sr. Dyogo Henrique de Oliveira, Secretário-Executivo Interino do Ministério da Fazenda; Sr. Claudio José Trinchão Santos,Coordenador do Confaz e Secretário de Fazenda do Estado do Maranhão; Sr. Andréa Sandro Calabi, Secretário de Fazenda do Estado de São Paulo; e Deputado Federal Eduardo Cunha – PMDB/RJ.

Autoria: Senador Lindbergh Farias.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 61, DE 2013

Requer, em aditamento ao Requerimento nº 60/2013-CAE, a inclusão do Sr.Hamilton Dias de Souza, especialista em Direito Tributário e questões federativas, entre os convidados da audiência pública que será realizada com a finalidade de debater a reforma do ICMS e a renegociação das dívidas estaduais.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço.

Os Srs. Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos fazer desde o início, às 10 horas da manhã, esta audiência pública, que é um tema que requer

uma discussão mais aprofundada e creio que o objetivo aqui está expresso, que é de tentar trazer novamente esse tema, em especial a preocupação com a convalidação dos incentivos, porque isso tem gerado uma insegurança muito grande em todo o País, em setores empresariais, e tem prejudicado, na minha avaliação, novos investimentos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado, senhores.

(Iniciada às 10 horas e 15 minutos, a reunião é encerradas às 12 horas e 16 minutos.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA 47ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 2 DE OUTUBRO DE 2013, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL

Às nove horas e vinte e um minutos, do dia dois de outubro de dois mil e treze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Waldemir Moka,** reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, Wellington Dias, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Casildo Maldaner, Vital do Rêgo, Paulo Davim, Cícero Lucena, José Agripino, Osvaldo Sobrinho, Mozarildo Cavalcanti, Eduardo Amorim, Eduardo Suplicy, Cristovam Buarque, Sérgio Souza e Cyro Miranda e das Senadoras Angela Portela, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia, Lúcia Vânia e Lídice da Mata. Justifica ausência o Senador Roberto Requião. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta. **ITEM 1 – TRAMITAÇÃO CONJUNTA – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 108, de 2013 – Não Terminativo – Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. *Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir novas hipóteses de dedução de pagamentos aos empregados domésticos da base de cálculo do imposto de renda da pessoa física.* **TRAMITA EM CONJUNTO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 146, de 2013 – Não Terminativo – Autoria:** Senador Acir Gurgacz. *Altera o art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para incluir os encargos trabalhistas pagos a empregado doméstico entre as hipóteses de dedução da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Física.* **Relatório:** Pela Recomendação da Declaração de Prejudicialidade dos Projetos de Lei do Senado nºs 108 e 146, ambos de 2013, que tramitam em conjunto. **Resultado:** Não houve manifestação decorrente do Pedido de Vista. Retirado de Pauta a pedido da Relatora para reexame do Relatório. **Relatoria**: Senadora Lídice da Mata. **ITEM 2 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 288, de 2013 – Não Terminativo – Autoria:** Senador Aloysio Nunes Ferreira. *Institui a Lei de Migração e regula entrada e estada de estrangeiros no Brasil.* **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 288, de 2013, com as 4 (quatro) Emendas que apresenta. **Resultado:** Lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, a Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais. **Relatoria**: Senador Cyro Miranda. **ITEM 3 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 303, de 2013 – Não Terminativo – Autoria:** Senador Waldemir Moka. *Dispõe sobre a destinação dos recursos recuperados por meio de ações judiciais para o Fundo Nacional de Saúde e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.* **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 303, de 2013, com as 2 (duas) Emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer Favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 303, de 2013, com as Emendas nºs 1-CAS e 2-CAS. A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, para prosseguimento da tramitação. **Relatoria**: Senador Cyro Miranda. **ITEM 4 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 51, de 2011 – Terminativo – Autoria:** Deputado Sandes Júnior. *Altera a redação do caput e do § 1º do art. 588 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.* **Relatório:** Pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 51, de 2011. **Resultado:** A Presidência designa Relatora "ad hoc" a Senadora Vanessa Grazziotin, em substituição ao Senador Sérgio Petecão. Rejeitado o Projeto de Lei da Câmara nº 51, de 2011.**Relatoria**: Senador Sérgio Petecão (Substituído por *Ad Hoc*). **Relatoria *Ad Hoc*:** Senadora Vanessa Grazziotin. **ITEM 5 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 34, de 2013 – Terminativo –** *Torna obrigatória a prestação de assistência odontológica a pacientes em regime de internação hospitalar, aos portadores de doenças crônicas e, ainda, aos atendidos em regime domiciliar na modalidade home care.* **Autoria:** Deputado Neilton Mulim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2013, e das 2 (duas) Emendas que apresenta. **Resultado:** Não houve manifestação decorrente do Pedido de Vista. Aprovados o Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2013 e as Emendas nºs 1-CAS e 2– CAS. **Relatoria**: Senador Sérgio Souza. **ITEM 6 – TRAMITAÇÃO CONJUNTA – PROJETO DE LEI DO**

SENADO Nº 369, de 2011 – Terminativo – Autoria: Senadora Ana Rita. *Altera o caput do art. 136 da CLT, para determinar que a concessão de férias do trabalhador seja precedida de consulta pelo empregador sobre a data de seu gozo.* **TRAMITA EM CONJUNTO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 552, de 2011 – Terminativo – Autoria:** Senador Marcelo Crivella. *"Altera o art. 136 da 'Consolidação das Leis do Trabalho', aprovada pelo Decreto-Lei n°. 5.452, de 1° de maio de 1943, e a ele acresce um § 3º, para dispor sobre a concessão de férias dos empregados membros de uma mesma família.".* **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 369, de 2011, na forma da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo); e pela Declaração de Prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 552, de 2011, que tramita em conjunto. **Resultado:** Aprovada, em Turno Único, a Emenda nº 1-CAE-CAS (Substitutivo) ao Projeto de Lei do Senado nº 369, de 2011. Fica Prejudicado o Projeto de Lei do Senado nº 552, de 2011, que tramita em conjunto. A Matéria vai a Turno Suplementar, nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do RISF. Poderão ser oferecidas emendas no Turno Suplementar, vedada a apresentação de novo Substitutivo integral. **Relatoria**: Senador Paulo Paim. **ITEM 7 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 62, de 2013 – Terminativo – Autoria:** Senador Valdir Raupp. *Altera a redação do art. 476-A da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com o objetivo de instituir a suspensão do contrato de trabalho em caso de crise econômico-financeira da empresa.* **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 62, de 2013. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido do Relator. **Relatoria**: Senador Armando Monteiro. **ITEM 8 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, de 2013 – Terminativo – Autoria:** Senador Rodrigo Rollemberg. *Altera o § 2º do art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para elevar o percentual do adicional de periculosidade devido ao trabalhador, caso ele esteja exposto, simultaneamente, a agentes perigosos e insalubres, e dá outras providências.* **Relatório:** Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2013. **Resultado:** Retirado de Pauta para atender à solicitação da Secretaria-Geral da Mesa, referente à leitura de Requerimentos de audiência de outra Comissão e de tramitação em conjunto. **Relatoria**: Senador Sérgio Petecão. **EXTRAPAUTA – ITEM 9 – TRAMITAÇÃO CONJUNTA – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 89, de 2007 – Complementar – Não Terminativo – Autoria:** Deputado Roberto Gouveia. *Regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal e dá outras providencias,(aplicação de recursos para o financiamento das ações e serviços de saúde).* **TRAMITA EM CONJUNTO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, de 2007 – Complementar – Não Terminativo – Autoria:** Senador Marconi Perillo. *Regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal, que trata de recursos mínimos a serem aplicados em ações e serviços públicos de saúde.* **TRAMITA EM CONJUNTO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 11, de 2012 – Complementar – Não Terminativo –** *Altera a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamentou o § 3º do art. 198 da Constituição Federal, para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados, anualmente, pela União em ações e serviços públicos de saúde.* **Autoria:** Senador Ricardo Ferraço. **TRAMITA EM CONJUNTO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 162, de 2012 – Complementar – Não Terminativo – Autoria:** Senador Cícero Lucena. *Altera a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal, para determinar o percentual mínimo da receita corrente líquida que a União deverá aplicar anualmente em ações e serviços públicos de saúde.* **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2007, na forma do Substitutivo que apresenta; e pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nºs 156, de 2007, 11, de 2012, e 165, de 2012, que tramitam em conjunto. **Resultado:** A Presidência designa Relatora "ad hoc" a Senadora Ana Amélia, em substituição ao Senador Roberto Requião. Lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, a Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais. **Relatoria**: Senador Roberto Requião (Substituído por *Ad Hoc*). **Relatoria *Ad Hoc*:** Senadora Ana Amélia. **ITEM 10 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 58, de 2013. Autoria:** Senadora Ana Amélia. *Em aditamento ao Requerimento nº 23, de 2013 – CAS, de minha autoria, que trata da realização de audiência pública destinada a discutir a situação dos portadores de Mieloma Múltiplo, bem como a incorporação de novos medicamentos, requeiro que seja incluído o nome do Dr. Angelo Maiolino, Médico Hematologista e representante do Comitê Científico Médico da Abrale.* **Resultado:** Aprovado. Usam da palavra os Senadores: Paulo Paim, Humberto Costa, Wellington Dias, Rodrigo Rollemberg, Casildo Maldaner, Vital do Rêgo, Paulo Davim, Cícero Lucena, Osvaldo Sobrinho, Mozarildo Cavalcanti, Sérgio Souza e Cyro Miranda e as Senadoras Angela Portela, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia, Lúcia Vânia e Lídice da Mata e o Senador Waldemir Moka, Presidente da CAS. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinqüenta e oito minutos, lavrando eu,

Dulcidia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador **Waldemir Moka**, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Waldemir Moka,** Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Declaro aberta a 47ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião destina à apreciação de oito itens, conforme pauta previamente divulgada, sendo três não terminativos e cinco terminativos.

ITEM 1

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 108, DE 2013 – NÃO TERMINATIVO –

Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir novas hipóteses de dedução de pagamentos aos empregados domésticos da base de cálculo do imposto de renda da pessoa física.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 146, DE 2013 – NÃO TERMINATIVO –

Altera o art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para incluir os encargos trabalhistas pagos a empregado doméstico entre as hipóteses de dedução da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Física.

Autoria: Senador Acir Gurgacz

Relatoria: Senadora Lídice da Mata

Relatório: Pela recomendação da declaração de prejudicialidade dos Projetos de Lei do Senado nºs 108 e 146, ambos de 2013, que tramitam em conjunto.

Observações:

– A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em Decisão Terminativa.

– Em 25.09.2013, lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, a Presidência concede vista coletiva nos termos regimentais.

– Votação simbólica.

Consulto os Srs. Senadores se há alguma manifestação decorrente do pedido de vista.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pela ordem, Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Sr. Presidente, ao analisar esse projeto, acho que há um engano, quando diz aqui, no relatório, que já havia sido contemplado pelo Projeto 224 do Senador Jucá. Foi negado esse pedido. Então, não foi está contemplado. Até pedi para pegar.

A Relatora, Lídice da Mata, se baseia no que foi aprovado no mês de julho de 2013, pelo Plenário do Senado Federal, ou seja, no Projeto de Lei nº 224, Complementar, de 2013, que dispõe sobre o contrato doméstico de trabalho, regulamentando a emenda, aprovação no regime jurídico. Ela diz que isso já está contemplado, mas foi vetado pelo Relator na época. Então, isso não está contemplado.

Estávamos fazendo uma discussão porque ficou muito amplo o projeto da maneira como estava.

Eu queria saber de V. Exª se é possível requerer uma audiência pública para que a gente ganhe tempo ou, então, se é possível fazer na próxima Comissão. Ela é terminativa na CAE. Acho que é mais provável fazermos as modificações na CAE.

O que faltava nesse projeto eram duas coisas: primeiro, determinar o número de empregados que podiam ser descontados, porque ficou aberto, amplo e, amanhã, alguém põe que tem dez funcionários, e, segundo, limitar os valores, porque podia ser jogado qualquer valor para pagar um funcionário desse, R$10 mil, e isso não é plausível. Tínhamos a ideia de fazer isso lá, quando examinamos que o PLS nº 224 não contempla realmente. Ele estava inserido e foi vetado pelo Relator esse artigo.

Então, analisando com V. Exª, se pedimos uma audiência pública, vamos retardar isso aqui na Comissão. Como é uma matéria terminativa na CAE, vamos procurar fazer essa emenda na CAE, porque acho que é mais lógico.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Concedo a palavra à Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – Sr. Presidente, para esclarecer também ao nobre Senador Cyro Miranda, na verdade, nós

argumentamos isso, além de argumentar a aprovação da PEC das domésticas e sua regulamentação posterior. Isso resultou de um amplo debate em uma comissão especial mista da Câmara e do Senado. Essa comissão apresentou uma proposta de tratamento dessa questão das domésticas, da regulamentação dos direitos da doméstica. Nós estamos andando paralelamente a isso, o que pode resultar, se aprovada for a proposta anterior que está na Câmara, num processo bastante complexo no que diz respeito à situação das domésticas. A posição de desconto de Imposto de Renda que já aconteceu no passado não é simpática hoje à Fazenda com os novos direitos acrescentados.

Então, concordo com V. Exª que possa ser dado o encaminhamento de a emenda ser feita na CAE, para que, na CAE, possa ser discutida – V. Exª pode colocar esses parâmetros novos –, porque, realmente, do jeito que estava o projeto, ou nós fazíamos um substitutivo, e esse substitutivo poderia, quem sabe, se contrapor àquilo que já está mais ou menos negociado em termos da PEC das Domésticas...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senadora Lídice da Mata, a PEC das Domésticas procurou regularizar uma situação desconfortável para esses empregados, que não tinham nenhum amparo da lei, mas ela não se preocupou, e, como sempre, a Fazenda vai ser contrária... Agora, não é justo e eu acho que esta Casa não tem que ser pautada pela vontade da Fazenda...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – Certo.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Exato.

Porque o que acontece são direitos iguais. Qualquer empresa, ou até no Simples, pode colocar todas as suas despesas comprovadas para o abatimento do Imposto de Renda.

Nós não podemos e nem devemos ferir nada na PEC das Domésticas. Isso é um direito adquirido. Nós estamos olhando agora o direito do empregador. O empregador tem direito, sim. Ele tem direito a um número que a gente pode quantificar de, no máximo, dois funcionários; a um teto de até dois ou três salários mínimos. Agora, por que a Fazenda não quer? Isso vai ter um aumento de arrecadação, certamente, porque vai sair da informalidade.

Então, acho que temos que fazer um movimento, e, se possível, aproveitar esse projeto, para que a gente faça essa emenda. Acho que temos maioria suficiente para aprovarmos isso daqui.

De qualquer maneira, tenho uma sugestão da Senadora Grazziotin, que insiste também em fazer uma audiência pública entre as duas Comissões, a CAS e a CAE. Eu gostaria de ver como o Presidente tem o olhar para isso.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, eu peço perdão porque cheguei e o debate havia iniciado. Estamos vindo da Marinha. Estávamos numa reunião com a Marinha do Brasil acerca do orçamento de projetos, enfim.

Mas, Sr. Presidente, primeiro quero agradecer muito o meu querido companheiro, o Senador Cyro Miranda, pela preocupação e pela compreensão que teve do projeto desde o primeiro momento.

Senadora Lídice, sei absolutamente do seu compromisso com essa questão. Entretanto, Senadora, eu acho que seria muito importante que nós, ao invés de derrubarmos o projeto aqui, deixarmos o debate para a CAE, travarmos o debate acerca do projeto conjuntamente. Porque o que o Senador falou, em poucas palavras, é o que reflete: nós aprovamos uma PEC e uma regulamentação no Senado. A Câmara até agora não aprovou.

A regulamentação estabelece o Simples para o empregador. Entretanto, o Simples não baixa tanto as alíquotas de contribuição. O Simples é para facilitar, mas ele não baixa tanto as alíquotas de contribuição com o que nós queríamos. Aí o que acontece? Quando a gente trava o debate agora para dada isenção para o empregador, nós não estamos envolvendo só o empregador, principalmente as empregadas, porque o encarecimento da mão de obra, o peso econômico nas famílias vai levar a um número menor de pessoas com carteira assinada, elas vão ser transformadas em diaristas. Então, acho que essa preocupação nós temos que ter.

Então, seria importante o debate, Sr. Presidente. Se vamos aprovar posteriormente ou não, vamos debater não só o meu projeto de lei, não. E aqui eu faço uma sugestão: há um projeto do Senador Requião, existem vários projetos que tratam dessa mesma matéria. Nós poderíamos juntar todos – V. Exª pedir à Secretaria que fizesse uma busca, juntar todos –, e vamos debater. Todos que propõem uma certa isenção, um incentivo às famílias para que regularizem a situação das suas empregadas domésticas, empregados domésticos.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Lídice, eu vou dar apenas uma sugestão.

Eu acho que a Senadora Lídice da Mata poderia... Nós suspenderíamos, tiraríamos esse projeto, não apreciaríamos. A Senadora Lídice da Mata conversaria novamente com o Senador Cyro Miranda, com V. Exª e faríamos isso. E se chegarem à conclusão, a Senadora Lídice da Mata pode apresentar até esse substitutivo.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu acho que essa é a melhor forma de encaminhar. Porque eu conheço a Senadora Lídice da Mata e tenho certeza da sua sensibilidade e sou testemunha da sua luta aqui.

Então, eu tenho certeza que a melhor forma era a gente suspender, V. Exª conversaria com o Senador Cyro Miranda e a Senadora Vanessa e, a partir daí, nós chegaríamos num texto que talvez pudesse realmente considerar os argumentos do Senador Cyro Miranda e da Senadora Vanessa Grazziotin.

Ouço a Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – Sem dúvida nenhuma, Sr. Presidente, temos toda a abertura para isso. Podemos conversar, o Senador propor o limite que ele próprio delineou ali, uma ideia, e fazermos isso.

Acho que isso é melhor do que nós fazermos outra audiência pública, uma audiência pública conjunta, que vai demandar mais tempo. Tenho toda a disponibilidade para ter uma conversa com a Senadora Vanessa Grazziotin e com o Senador Cyro Miranda. E suspendemos o projeto agora e faremos outro relatório.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Então, a Presidência vai retirar a matéria, fica retirada da pauta, para reexame, a pedido da relatora e também do Senador Cyro Miranda e da Senadora Vanessa Grazziotin.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Presidente, eu quero agradecer a relatora pela compreensão, como sempre extremamente gentil e aberta para o diálogo.

Muito obrigado, Senadora Lídice da Mata.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Se me permite também, Presidente, não só agradecer a Senadora Lídice, mas a V. Exª, que, na Presidência dos trabalhos, eu não me lembro de alguma vez que a gente tenha feito uma disputa, uma disputa acirrada, porque V. Exª sempre apresenta a proposta da conciliação, mas não só da conciliação, da busca da solução.

Presidente, se V. Exª me permite, eu só gostaria aqui de reforçar um convite.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sim.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Às 11 horas, onze e trinta da manhã, nós teremos a inauguração do espaço da Procuradoria da Mulher no Senado.

O Senado está todo sinalizado, então é fácil. É só acompanhar o símbolo da Procuradoria e nós chegaremos ali ao lado do Auditório Petrônio Portella para inaugurar não só o espaço da Procuradoria, mas também o *link* na página do Senado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Muito obrigado.

Nós todos conhecemos a Senadora Lídice da Mata e sabemos da sensibilidade e o compromisso que ela tem.

Pois não, Senadora.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

Só para comunicar à Comissão que realizamos uma diligência sobre o projeto de V. Exª na Bahia que beneficia as pessoas portadoras de anemia falciforme. Quero declarar que foi um enorme sucesso a nossa audiência pública, com a participação da Academia, do Prof. Gildásio Daltro, com uma pesquisa de ponta com células-tronco na regeneração de ossos daqueles que têm anemia falciforme.

Posteriormente, trarei um relatório circunstanciado e detalhado daquela audiência publica, mas tenho o testemunho da Secretaria da Mesa desta Casa do sucesso que foi nosso debate.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu quero agradecer. Acho que o meu projeto não poderia ter encontrado uma Relatora que tivesse mais interesse. Apresentei a V. Exª o projeto em função da frequência da anemia falciforme na raça negra. Como na Bahia temos realmente um contingente da população negra muito grande, é claro que a incidência lá é maior. Fico contente com essa novidade de células-tronco. Talvez fosse interessante trazer esse especialista porque, sem dúvida nenhuma, acomete muitas pessoas, em especial os de raça negra.

Muito obrigado, Senadora.

O item 2 da pauta, p. 61.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 288, DE 2013 – NÃO TERMINATIVO –

Institui a Lei de Migração e regula entrada e estada de estrangeiros no Brasil.

Autoria: Aloysio Nunes Ferreira

Relatoria: Cyro Miranda

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 288, de 2013, com as 4 (quatro) Emendas que apresenta.

Observações:

– A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para prosseguimento da tramitação.

– Votação simbólica.

Concedo a palavra ao Senador Cyro Miranda para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – É o item 3, Sr. Presidente? Item 3? Item 2.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – É o item 2, Senador.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, trata-se do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 288, de 2013, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que institui a Lei de Migração, regula a entrada e estada de estrangeiros no Brasil, estabelece normas de proteção ao emigrante brasileiro e dá outras providências.

A proposição visa conferir tratamento humanitário ao imigrante, considerado aquele que se estabeleça de forma definitiva ou temporária no Brasil. Pretende-se dar efetividade ao disposto no art. 4º, II, da Constituição Federal, no sentido de que a República Federativa do Brasil pauta-se, em suas relações internacionais, pela prevalência dos direitos humanos.

Portanto, Srªs e Srs. Senadores, o projeto não tece um novo Estatuto do Estrangeiro, há reformas pontuais.

A proposição é dividida em sete Títulos.

No Título I, estabelecem-se os princípios e direitos que nortearão a entrada e estada do imigrante no território nacional.

Título II, alterar a política de concessão de visto de trânsito, turismo e negócios temporários, permanentes, diplomáticos, oficiais e de cortesia.

No Título III, disciplina-se a repatriação, a deportação e a expulsão.

No Título IV, regula as modalidades de naturalização: ordinária, extraordinária e especial ou provisória.

No Título V, criar normas sobre proteção do emigrante brasileiro, em aspectos como a sua previdência social, o sequestro de menores, os direitos dos tripulantes de embarcações ou armadoras estrangeiras que operem em território nacional e o sepultamento digno do brasileiro que se encontra fora do País.

No Título VI, tipificar o crime de tráfico internacional de pessoas para fins de migração.

No Título VII, permitir que brasileiros que tenham trabalhado no exterior possam, sob certas condições, contribuir retroativamente para a Previdência Social.

A matéria foi distribuída à Comissão de Assuntos Sociais, conforme estabelece o Regimento Interno do Senado Federal.

Portanto, analisarei a proposição com enfoque sobre os aspectos trabalhista e previdenciário.

A proposição, como já alardeado, colabora para que o trabalho prestado no País, independentemente da nacionalidade do trabalhador, revista-se de dignidade, garantindo, portanto, pleno desenvolvimento das potencialidades daquele que disponibiliza a sua energia vital em prol de outrem. (*Pausa.*)

Se fizerem um pouquinho de silêncio, fica mais fácil, Presidente.

Tanto é assim que, nos incisos VII e X do art. 2º da proposição, coloca-se como fundamento da política migratória nacional o incentivo à admissão da mão-de-obra estrangeira necessária ao desenvolvimento do País. Tal mão-de-obra gozará de igualdade de tratamento entre si, além de ter garantido cumprimento das normas de proteção ao trabalhador, nos termos em que dispõe o inciso XI do art. 3º da proposição.

Não menos importante destacar a inclusão previdenciária do brasileiro contratado para laborar fora do País, que poderá, na condição de segurado facultativo, contribuir retroativamente para a Previdência Social. Medidas desse jaez contribuem para dar concretude ao postulado da universalidade de cobertura e de atendimento previsto no art. 194, I, da Constituição Federal, sem, no entanto, desrespeitar o equilíbrio financeiro e atuarial inerente ao modelo bismarkiano de Previdência Social adotado no Brasil e positivado no art. 195, §5º, da Carta Magna.

Entretanto, a fim de aperfeiçoar o texto de tão meritória iniciativa, sugerem-se algumas modificações em seu teor.

Emenda nº 1. São quatro emendas, Sr. Presidente, algumas apenas de redação.

A primeira delas refere-se à ementa da proposição. Sabe-se que o projeto de lei em exame não disciplina apenas a entrada e saída de estrangeiros no País. Normatizam-se, também, os patamares mínimos de proteção conferidos ao emigrante brasileiro.

Por isso, deve constar na ementa que a proposição também estabelece normas de proteção ao emigrante brasileiro.

Emenda nº 2. Como medida de adequação do PLS nº 288, de 2013, aos imperativos de técnica legislativa, deve-se corrigir a referência constante no §2º do art. 27 da proposição. No lugar de "§2º", deve constar o termo "§1º". Em vez de "seguindo", a expressão deve ser substituída por "segundo".

Emenda nº 3. Com o intuito de adequar a modificação da Lei nº 8.213, de 1991, aos fins que justificam a inclusão do art. 21-B em seu corpo legal, necessário deixar expresso que a permissão de contribuição retroativa nela contida, na condição de segurado facultativo, não se aplica quando o emigrante brasileiro já for vinculado à Previdência Social em outra condição que lhe seja mais favorável, e não somente naquela prevista na alínea "e" do inciso V do art. 11.

Finalmente, a Emenda nº 4. Por fim, é necessário suprimir a referência ao art. 13-A constante na parte final do art. 102-A que se busca inserir na Lei nº 8.213, de 1991, pois não há o dispositivo referido no corpo da Lei de Benefícios Previdenciários.

Concluindo, Srªs e Srs. Senadores, não importa a nacionalidade. Toda pessoa que transitar pelo Território brasileiro tem, enquanto estiver sujeita à soberania nacional, a garantia de que todos os seus direitos fundamentais serão preservados pelo Estado brasileiro, porque "todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza", qualquer seja a sua procedência geográfica.

Portanto, voto pela aprovação e conto com os ilustres Parlamentares.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – A matéria está em discussão.

Antes, porém, a Presidência quer registrar e o faço com enorme prazer, a presença do Sr. Ailton Diogo Morilhas Rodrigues, Presidente do Conselho Federal de Odontologia.

Sejam bem-vindos os representantes da Odontologia e, para meu orgulho, o Presidente do Conselho Federal de Odontologia é do meu Estado de Mato Grosso do Sul. Aliás, somos contemporâneos na Faculdade Federal do Mato Grosso do Sul.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – Sr. Presidente, só para também registrar a presença, aqui entre nós, do Dr. Samir Najjar, Presidente do Conselho de Odontologia do Distrito Federal.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Certamente, os presidentes vieram acompanhar o item 5, relatado pelo Senador Sérgio Souza, que, na sequência, vai entrar na pauta.

Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sr. Presidente, exatamente por reconhecer a importância do projeto do Senador Aloysio Nunes e a relatoria do Senador Cyro Miranda, no sentido de procurar aperfeiçoar esse projeto, peço vista...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Vista concedida.

Vista coletiva? (*Pausa.*)

Vista coletiva do Senador. É regimental. Está concedido o pedido de vista ao Senador Humberto Costa.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 303, DE 2013 – NÃO TERMINATIVO –

Dispõe sobre a destinação dos recursos recuperados por meio de ações judiciais para o Fundo Nacional de Saúde e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

Autoria: Senador Waldemir Moka

Relatoria: Senador Cyro Miranda

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 303, de 2013, com as 2 (duas) Emendas que apresenta.

Observações:

– A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, para prosseguimento da tramitação.

– Votação simbólica.

Eu concedo a palavra ao Senador Cyro Miranda, para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Sªs e Srs. Senadores.

O Projeto de Lei determina que os referidos recursos sejam direcionados, em iguais proporções, ao Fundo Nacional de Saúde, e, na forma de dotação orçamentária, ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Estabelece, também, que a distribuição dos recursos depositados no FNS siga as diretrizes instituídas pelo art. 35 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde).

A destinação de valores desviados dos cofres públicos, recuperados por meio de ação judicial, para o FNS e o FNDS encontra-se respaldado na insuficiência crônica de recursos que, permanentemente, assola as áreas de saúde e educação no País.

No caso específico da saúde, o déficit de financiamento do setor é tema recorrente, sendo apontado como o principal ponto de estrangulamento do Sistema Único de Saúde, o SUS.

De fato, Srªs e Srs. Senadores, o Brasil, em termos de percentual do Produto Interno Bruto, gasta uma quantia próxima à de países desenvolvidos que possuem sistemas universais de saúde, qual seja, 8,9% do PIB, em 2011.

Estima-se que, no Brasil, mais da metade dos gastos sejam suportados por empresas, famílias e indivíduos. Tal estrutura de financiamento da saúde não condiz com um modelo de sistema público de saúde, que se pretende gratuito e de acesso universal.

Por essas razões, julgamos que o Projeto de Lei é meritório. Ele tem o condão de ampliar o alcance social da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta, com vistas a financiar, de forma complementar, ações e serviços de saúde e de educação, mediante recursos oriundos do ressarcimento de lesão sofrida pelo patrimônio público.

Não obstante os méritos do Projeto, consideramos pertinente apresentar dois aprimoramentos à proposição, mediante emendas.

Emenda nº 1 – corrige a omissão de referente lei no Projeto;

Emenda nº 2 – os recursos não poderão ser computados para efeito do cálculo do montante mínimo a

ser aplicado, anualmente, pela União, ou seja, garante que os recursos sejam realmente destinados para a saúde e aporte para a área específica e, não simplesmente integrem o montante mínimo que a União já é obrigada a repassar.

Louvável a iniciativa do nobre Presidente Senador Moka em compensar a sociedade pelo mal causado pelos desvios dos recursos do Estado.

Portanto, pela aprovação, parabenizando o autor.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – A matéria está em discussão.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Para discutir, Senador Vital.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Enaltecer, elogiar, valorizar a iniciativa de V. Exª que, na condição de Presidente desta Comissão, conhece os infortúnios da saúde brasileira no que diz respeito as suas condições orçamentárias.

O Relator da proposta, Senador Cyro Miranda, foi extremamente hábil ao entender que os desafios que poderiam estar no percalço dessa iniciativa poderão e haverão de ser superados pelo Senado e pela Câmara Federal.

A iniciativa de V. Exª resgata e abre um processo. Nós estamos, muitas vezes, limitados miopiamente por força da falta, da ausência de fontes de financiamento; essa miopia nos deixa aparentemente embernes, inertes, letárgicos, numa linguagem médica. V. Exª construiu agora uma nova fonte que terá o aperfeiçoamento nas comissões e nas relatorias, a partir dessa bela iniciativa do Senador Cyro Miranda.

Eu tenho entusiasmo em votar este projeto.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Em seguida, V. Exª, Senador Rodrigo.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sr. Presidente, primeiro, eu louvo a iniciativa, especialmente porque ela tem por objetivo o incremento de recursos para a área da saúde, o surgimento de novas fontes, de modo que temos concordância com o conteúdo do projeto.

O que temos também é uma dúvida sobre a constitucionalidade dessa vinculação, embora, na prática, isso já aconteça e já haja, até mesmo juridicamente, um entendimento de que os recursos daquela área que foram objeto de uma ação judicial devem ser destinados àquela mesma área. Mas, como tenho essa dúvida em relação à possibilidade de nós fazermos essa vinculação ou não, eu votarei favoravelmente ao projeto aqui, no mérito, e, lá na Comissão de Constituição e Justiça, nós vamos discutir a constitucionalidade ou não.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Humberto Costa, é claro que a colocação de V. Exª é procedente, mas eu quero informar que esse projeto foi concebido aqui pela Consultoria do Senado. Então, eu penso que, dificilmente, eles não teriam observado isso. Mas essa é uma questão pertinente e eu agradeço V. Exª.

Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – Sr. Presidente, eu quero cumprimentar V. Exª pela brilhante iniciativa e cumprimentar o Relator, Senador Cyro.

No meu entendimento também, a matéria é constitucional e, no mérito, ela tem um grande alcance. Realmente, nós estamos diante de um grande desafio. Há uma pressão legítima da sociedade para ampliar os recursos para o financiamento da saúde e para o financiamento da educação. Portanto, a iniciativa de V. Exª é simples, é de uma simplicidade que chama a atenção, mas de um alto alcance, porque vai atender duas áreas essenciais.

Portanto, eu quero cumprimentar V. Exª pela visão social que tem demonstrado e manifestar nossa posição favorável ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Encerrada a discussão.

Em votação o relatório do Senador Cyro Miranda.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Eu quero agradecer ao Relator, Senador Cyro Miranda, pelo brilhante relatório, e agradecer o voto dos Srs. Senadores e das Srªs Senadoras.

Sem dúvida nenhuma, é uma tentativa de alocar, principalmente para a área de saúde, recursos que são desviados e que, quando repatriados, entram hoje num caixa comum no Tesouro, e você não fica sabendo a vinculação. Essa seria até uma forma de a sociedade acompanhar o quanto de recurso foi repatriado, porque ele teria destinação específica. E as duas são áreas que merecem, sem dúvida nenhuma, a nossa atenção.

Eu estou convencido de que, neste momento, a saúde, sem dúvida nenhuma, é a que mais necessita desses recursos.

Muito obrigado, Senadores.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Sr. Presidente, deu-me uma vontade tremenda de deixar esse projeto só para a saúde. Talvez fosse penalizado na Comissão de Educação, mas eu vou induzir o Relator para que, pelo menos, dê só 10% para a educação, porque a saúde se encontra num... As duas

estão carentes, mas eu acho que a saúde ainda mais. Então, eu estou sendo sincero aqui com V. Exª e vou propor ao próximo Relator que faça dessa maneira.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu também tenho a mesma dúvida. Dei aula durante 15 anos, então, tenho esse compromisso com a educação.

O resultado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 303, de 2013, com as Emendas nºs 1 e 2 da Comissão de Assuntos Sociais.

A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte para prosseguimento da tramitação.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 51, DE 2011 – TERMINATIVO –

Altera a redação do caput e do § 1º do art. 588 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Autoria: Sandes Júnior

Relatoria: Sérgio Petecão

Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 51, de 2011.

Observações:

– Em 20.08.2013, a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou Parecer contrário ao Projeto.

– Votação nominal.

Quero designar...

Senadora Vanessa Grazziotin, conversei com o Senador Sérgio Petecão, que me disse que eu poderia nomear um relator *ad hoc*. Queria que V. Exª relatasse.

Concedo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin, para proferir a leitura do relatório. Está à p. 141, Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – É um prazer, Sr. Presidente, relatar ad hoc um relatório que foi elaborado pelo Senador Petecão.

O projeto de lei, como V. Exª bem falou, tem a finalidade de transferir do Ministério do Trabalho e Emprego para as entidades sindicais a obrigação de comunicar à Caixa Econômica Federal sobre mudanças estatutárias ou administrativas de suas entidades, sempre que ocorrerem, ou quando solicitadas.

O projeto, Sr. Presidente, cabe ser debatido nesta Comissão, em caráter terminativo, visto que pretende promover alterações nos procedimentos relativos às entidades sindicais.

A matéria que se pretende regular por lei transfere do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) para as entidades sindicais a obrigação de comunicar à Caixa Econômica Federal (CEF) sobre mudanças estatutárias.

Atualmente, é o Ministério do Trabalho e Emprego MTE que presta essas informações para a CEF, porque dada a exigência legal de um processo formal para o reconhecimento legal da representação de qualquer entidade sindical, presume-se que os dados que aquele Ministério possui são verdadeiros.

Avaliamos que a alteração proposta pelo projeto de permitir o encaminhamento de documentos pelas próprias entidades sindicais para comprovarem a sua real representação diretamente à Caixa Econômica Federal expõe a grande risco as atribuições do Ministério do Trabalho e Emprego de analisar os processos de registro sindical e zelar pela unicidade sindical. Também perderia sua força o Cadastro Nacional de Entidades Sindicais, que teria a sua aplicabilidade restrita.

Não fosse bastante o já apontado acima, a apresentação de documentos por parte das entidades sindicais diretamente à CEF abriria margens para possíveis fraudes, tendo em vista que o servidor da CEF não possui a aptidão necessária para identificar a existência de irregularidades relativas à higidez da documentação sindical.

Ainda outro problema decorre da alteração proposta na iniciativa que ora analisamos, qual seja, a possibilidade de recolhimentos em desacordo com a real representação das entidades sindicais.

Dessa forma, entendemos que deva ser mantida a atribuição do Ministério do Trabalho e Emprego de prestar as informações fidedignas à Caixa Econômica Federal, sobre mudanças estatutárias ou administrativas porventura ocorridas nas entidades sindicais, ou sempre que solicitadas pela instituição financeira.

Ante o exposto, assim como já deliberado na Comissão de Assuntos Econômicos, o voto é pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 51, de 2011, e, por consequência, da Emenda nº 2 – CAE.

Sr. Presidente, quero dizer que compartilho dessa opinião, mesmo porque temos hoje em vigor no País a unicidade sindical. E, para garantir a unicidade, é necessário atuação direta do Ministério do Trabalho e Emprego como mediador. Então, para que o que se pretende nesse projeto seja viabilizado, há que se mudar algo anteriormente, que seria a unicidade sindical.

Portanto, concordo plenamente com o que foi exposto aqui no relatório, Sr. Presidente.

O parecer é contrário tanto ao projeto quanto à Emenda nº 2 – CAE.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Em discussão.

Para discutir, Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Só uma frase, Sr. Presidente. Também concordo porque hoje já é uma zona com a fiscalização do Ministério do Trabalho. Calculem se nós tirarmos o Ministério do Trabalho e passarmos só para a Caixa.

Por isso, procede o relatório, e eu voto com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação.

Votação nominal.

Quero só lembrar que quem vota com a Relatora vota "não".

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador João Durval.

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco Apoio Governo/PDT – BA) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – O voto da Senadora Vanessa Grazziontin é conhecido: com a Relatora.

Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Pela rejeição. Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Rejeitado o Projeto de Lei da Câmara nº 51, de 2011.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 34, DE 2013 – TERMINATIVO –

Torna obrigatória a prestação de assistência odontológica a pacientes em regime de internação hospitalar, aos portadores de doenças crônicas e, ainda, aos atendidos em regime domiciliar na modalidade home care.

Autoria: Neilton Mulim

Relatoria: Sérgio Souza

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2013, e das 2 (duas) Emendas que apresenta.

Observações:

– Em 11.09.2013, lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, a Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais.

– Votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu consulto os Srs. Senadores se há alguma manifestação decorrente do pedido de vista.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pela ordem, Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Para discutir, então, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Concedo a palavra ao Senador Sérgio Souza para fazer as suas considerações, se julgar necessário.

Em seguida, vou abrir a discussão.

Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Sr. Presidente, como relatou V. Exª, a discussão do projeto começou no início de setembro, assim como a leitura do relatório, ou seja, há quase 30 dias. Houve um pedido de vista e, depois, inúmeras reuniões. Naquele dia, realizamos uma reunião envolvendo setores do Ministério da Saúde e também a consultoria do Senado, a minha assessoria e a assessoria da Senadora Angela Portela.

Aguardamos, e muito, uma sugestão para que não houvesse mudanças substanciais nem prejuízo à classe. Isso, de fato, não ocorreu, mas parece que, na segunda-feira, chegou uma sugestão nesse sentido, e acabei de saber disso. Inclusive um representante do Ministério da Saúde esteve no meu gabinete na semana passada, e conversamos demoradamente sobre esse tema. Se há algum ponto que entende o Ministério que deveria ser modificado, como a questão do §3º, o prejuízo maior seria modificá-lo e a matéria voltar à Câmara, onde ficaria não sabemos por quanto tempo, sem trazer os avanços do projeto para a saúde dos brasileiros.

Eu disse isso aos representantes dos odontólogos, os quais eu saúdo aqui na pessoa do Dr. Fabiano de Mello, Presidente do Conselho Regional de Odontologia do Paraná. Nós podemos discutir isso depois com o Ministério na questão de recomendações de vetos ou num novo projeto para adequar algum ponto que realmente precise ser adequado. Ao meu ver, o projeto está muito bom e não merece reparos, a não ser aqueles meramente de correção, de adequação à técnica legislativa das duas emendas sugeridas.

Sr. Presidente, a minha intervenção é no sentido de que hoje – e peço aqui o apoio dos meus colegas – venhamos a aprovar este projeto que trata, não tenham dúvidas V. Exªs, da saúde do cidadão brasileiro, principalmente aquele que está em estado de tal debilitação que não consegue promover a sua própria higiene bucal. E sabemos que é fato que uma higiene bucal não adequada leva a outras doenças que venham causar inclusive a morte de muitos pacientes.

Era a minha intervenção, Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Continua em discussão.

Para discutir, Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, eu entendo fundamental o trabalho de todos os profissionais da área de saúde, especialmente da odontologia.

Sabemos que muitas doenças têm como origem problemas relativos à saúde bucal, à ausência de saúde bucal.

Durante muito e muito tempo, a assistência odontológica no Brasil foi relegada a um segundo plano. Atendimento odontológico era simplesmente a retirada dos dentes das pessoas ou então a obturação – estou usando aqui o termo popular. E durante muito tempo uma série de avanços que a própria odontologia teve ficaram de fora do interesse e do alcance da população brasileira.

Sinto-me com autoridade para tratar esse tema porque, quando fui Ministro da Saúde, nós criamos um programa que já tem repercussões importantes na mudança do quadro das doenças bucais, da situação da preservação da dentição no Brasil que é o programa Brasil Sorridente, que inclusive trata tanto da atenção básica na área de odontologia, quanto na atenção especializada. O dentista obrigatoriamente faz parte hoje da equipe do Saúde da Família. E temos também os CEOs (Centros Especializados de Odontologia) para oferecer uma série de outros procedimentos nas várias especialidades da odontologia.

Então, acho que posso abordar esse tema no sentido de que entendo a importância da assistência odontológica.

O que me preocupa – e aí não tem muito a ver com esse projeto só – é quando começamos a colocar em lei uma série de questões que acho que são muito mais do ponto de vista administrativo, do ponto de vista da regulação.

O SUS, por exemplo, tem obrigação de garantir assistência odontológica a toda a população brasileira: e do tratamento mais simples ao tratamento mais complexo. Isso está garantido pela Constituição Federal. Então, não tenho concordância com a ideia de se colocar em lei, porque muitas vezes se engessa algo que por uma portaria do ministério você pode instituir.

Outra preocupação que tenho é que no sistema público nós temos um sistema de referência e contrarreferência. Então os hospitais públicos podem garantir assistência odontológica sem que necessariamente tenha que dentro do hospital haver um dentista ou dentro da UTI haver um cirurgião dentista. Enfim, na minha visão, já que queremos colocar isso na lei, o art. 1º já

responderia uma série de preocupações que estão aqui colocadas. E eu, da mesma forma que o entendimento do Ministério da Saúde, entenderia que o §3º do art. 2º poderia ser objeto de uma retirada do projeto. Mas como há o argumento apresentado pelo Senador Sérgio Souza de que isso ensejaria a ida para a Câmara dos Deputados, na verdade, eu queria apenas fazer esse registro do meu posicionamento, da visão que tenho em relação a isso e dizer que, por conta dessa questão que foi colocada pelo Senador Sérgio Souza, eu votarei favoravelmente, com essas restrições.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Sr. Presidente, eu acho extremamente meritória a iniciativa desse projeto, porque nós precisamos enxergar o paciente de uma forma holística, sobretudo os pacientes crônicos, graves, de internação prolongada.

Eu não sei por que a cavidade oral do paciente é esquecida. Lembram-se da cabeça, pulam para o coração, para o abdômen e por aí vai. Ninguém dá uma atenção especial, a atenção que deveria ser dada à cavidade oral.

Nós sabemos que a flora bacteriana na cavidade oral pode ser responsável por muitas patologias, inclusive por agravamento de quadros clínicos. A gente sabe que em paciente internado na UTI ou na unidade semi-intensiva, paciente crônico que pode ter a cavidade oral extremamente manipulada através de entubação ou sonda nasogástrica ou outros procedimentos afins, isso pode levar a lesões de mucosa, permitir um fenômeno chamado translocação bacteriana e levar a um agravamento. Além disso, se a cavidade oral for mal cuidada, se não for cuidada adequadamente por um profissional habilitado para tanto, o paciente crônico poderá sofrer pneumonias aspirativas, poderá desenvolver, na cavidade oral, um foco infeccioso e levar inclusive a doenças graves como a endocardite bacteriana.

Portanto, eu acho que a presença de um profissional bucomaxilofacial responsável pelo acompanhamento dos pacientes nas unidades de terapia intensivas, semi-intensivas e de pacientes crônicos é fundamental.

Está comprovado, do ponto de vista científico, sobejamente na literatura médica, na literatura científica, através de estudos internacionais randomizados que os pacientes crônicos que estão internados nas unidades de terapia intensivas ou semi-intensivas ou mesmo os pacientes que estão internados no ambiente hospitalar, mas são pacientes de longa permanência, que tenham assistência odontológica ou que tenham a saúde bucal bem acompanhada, desses pacientes diminui-se o risco de infecção, diminui-se o tempo de antibioticoterapia e as complicações.

Portanto, Sr. Presidente, a nova visão da terapia intensiva, a nova visão do manuseio do paciente crítico internado em ambiente hospitalar ou não perpassa pela presença de uma saúde da cavidade oral eficaz.

Esse projeto acho que vem ao encontro do novo modelo de assistência ao paciente grave na saúde pública e privada. Os hospitais privados do Brasil inteiro já oferecem aos pacientes internados nas suas dependências assistência odontológica e cuidado com a saúde da cavidade oral. Portanto, Sr. Presidente, acho extremamente meritória a matéria, acho importante, acho que nós estamos adequando a saúde do Brasil ao novo modelo e à nova visão internacional de saúde e manuseio do paciente crítico.

Quanto à questão do art. 3º, veja bem, o art. 3º é claro. Diz o artigo:

> *Art. 3º "Aos pacientes internados em Unidades de Terapia Intensiva – UTI a assistência odontológica será prestada obrigatoriamente por cirurgião-dentista e nas demais unidades por outros profissionais devidamente habilitados [...]*

Claro. Agora, para a Unidade de Terapia Intensiva, precisa ser um cirurgião bucofacial, porque as UTIs gerais, as UTIs de trauma – a gente sabe muito bem a incidência de acidente de trânsito no Brasil, com fraturas de mandíbula, fratura de dentes, de arcada dentária, alteração da articulação de mandíbula, ATM – precisam de um profissional cirurgião. Nas unidades de terapia intensiva, até porque lá o paciente está entubado, o paciente é submetido a muitos procedimentos cuja porta de entrada é a cavidade oral. As demais unidades não precisam necessariamente de uma cirurgia facial. Pode ser por outro profissional habilitado, até porque o paciente que está internado em outras dependências pode...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Só um minuto.

Por favor!

Senador.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Obrigado, Sr. Presidente.

O paciente que está internado em outras dependências do hospital, que não seja da terapia intensiva ou semi-intensiva e que não seja um paciente de longa permanência, pode-se expressar, pode fazer a higiene oral. E ele mesmo pode cuidar.

Agora, imaginem os senhores um paciente que está traqueostomizado, um paciente que não consegue verbalizar o que está sentindo, imaginem esse paciente com um problema dentário, com um foco dentário. O

sofrimento que esse paciente passa e não tem condição de verbalizar: "Está doendo aqui ou está doendo ali."

Nós precisamos nos colocar na condição do paciente. O paciente que verbaliza é fácil. Ele diz: "Está doendo aqui; não está mais doendo." Mas o paciente que não se comunica, que não interage precisa ser cercado de muitos cuidados. Imaginem os senhores um paciente com um foco odontológico que não pode dizer. Ele sente a dor, mas não pode verbalizar. É uma tortura. É uma tortura. Além de todos os riscos que esse paciente pode levar à sua própria saúde.

Por isso, eu acho esse projeto extremamente meritório e voto a favor.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, o Senador Humberto Costa e o Senador Paulo Davim, como médicos, explanaram bem a questão. E eu, como médico, também quero referendar as palavras de ambos e dizer que evidentemente esse projeto é meritório e necessário.

Portanto, também votarei a favor.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Casildo Maldaner, Lúcia Vânia. Antes, porém, Rodrigo Rollemberg e Senadora Lúcia Vânia.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente e caros colegas, apenas para sublinhar um apelo que eu recebi da Associação dos Odontólogos de Santa Catarina, que é o nosso Estado, em prol dessa proposta.

Quero, aqui, então, cumprimentar o Deputado Neilton Mulim, autor da proposta, e o nosso colega Sérgio Souza, Relator, em nome até dos profissionais da área de Santa Catarina.

É com muita honra que nós vamos votar essa proposta, porque, como disse muito bem o Senador Paulo Davim, é crucial que um profissional da área detecte e minimize os sofrimentos de pessoas que precisam, de pessoas que não podem verbalizar, que estão sofrendo, quando não se imagina como é ou como não é.

Meus cumprimentos. Vamos com muita força apoiar essa proposta.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – Sr. Presidente, só para cumprimentar o Relator dessa matéria, Senador Sérgio Souza, e dizer da importância dela.

Realmente o paciente, na UTI, o paciente com doença crônica merece, sim, efetivamente, ter um acompanhamento por um profissional de odontologia.

Portanto, o projeto é meritório e contará com o nosso apoio.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Lúcia Vânia.

Inscrevo V. Exª, Senador Wellington.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero hipotecar o meu apoio a esse projeto e dizer da sensibilidade do Relator, a firmeza com que ele relatou o projeto, externando a sua confiança na importância de um projeto dessa natureza.

Portanto, receba o Relator os meus cumprimentos, a minha admiração pela sua determinação em oferecer argumentos que nos propiciem votar com tranquilidade um projeto dessa natureza.

Os argumentos aqui apresentados pelos Srs. Senadores médicos foram bastante elucidativos em relação à importância de um projeto dessa natureza.

Portanto, aos Senadores médicos também os nossos agradecimentos pelos esclarecimento.

Conta com meu apoio esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Sr. Presidente, como já foram externadas aqui as sugestões do Ministério da Saúde, eu também quero compreender e apoiar o projeto com os encaminhamentos feitos pelo Relator, parabenizando aqui o Senador Sérgio Souza também.

Considero fundamental a sensibilidade aqui da aprovação desse projeto de iniciativa do Deputado Nei Hilton.

Eu creio ser possível as pessoas não terem vivenciado uma situação como essa, porque hoje ela não é nem pensada. Normalmente tenta-se dar uma solução medicamentosa para segurar o tranco do paciente enquanto está nessa fase do tratamento. A dificuldade que tem a família quando o tratamento é domiciliar, muitas vezes para deslocar um determinado paciente a um local, a situação em que alguém internado tem um problema como esse odontológico, acho que é algo que é uma inovação, é positivo. Aliás, tive o privilégio de conhecer uma das primeiras experiências no Acre feita pelo ex-Senador Tião Viana, em que as condições de UTI domiciliar, primeiramente com uma redução de custo, mas não só a redução, que é um ponto importante, mas a forma como o paciente é tratado, a forma carinhosa em meio a família – o amor vira um

remédio, a assistência familiar vira um remédio a mais durante o tratamento. E, numa situação como essa, é importantíssima a aprovação de um projeto como esse.

Por isso que, pela Bancada do Partido dos Trabalhadores, manifestamos uma posição favorável.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Lídice da Mata e, em seguida, a Senadora Ana Amélia.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – Sr. Presidente, apenas para também prestar o meu apoio ao projeto, destacando a posição do Relator, do autor, porém, também, destacando a importância da posição que tomaremos aqui hoje para o fortalecimento da saúde em nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Sr. Presidente, Waldemir Moka caros colegas Senadores, queria cumprimentar o autor e também o Relator dessa matéria tão importante.

Eu acho que os especialistas já falaram, Senador Sérgio Souza, da relevância médica, assim como o Senador Humberto Costa e mais o detalhamento feito pelo Senador Paulo Davim e o Senador Mozarildo Cavalcanti, todos médicos. Eu sou leiga em matéria da saúde. O Presidente poderia opinar porque é médico também.

Eu queria cumprimentar todos os que estão aqui representando a categoria. O Conselho Federal foi presidido há algum tempo por Miguel Nobre, que é do Rio Grande do Sul. E eu queria saudar todo o Conselho Federal hoje e os Conselhos do Distrito Federal e de outros Estados aqui presentes nesta matéria tão relevante.

Portanto, quero saudar todos que vieram aqui para este acompanhamento.

E nós estamos cumprindo o dever. Penso que, cada vez que votamos uma matéria que tem impacto positivo para a sociedade, especialmente este que trata da saúde bucal, nós estamos cumprindo com o nosso dever e recuperando a credibilidade que o Poder Legislativo precisa ter perante a sociedade e, especialmente, perante esta categoria.

Queria com isso homenagear o meu dentista no Rio Grande do Sul, que tem ativa participação sindical, o Dr. Elmo, e o Dr. Norton Finco.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Osvaldo.

O SR. OSVALDO SOBRINHO (Bloco União e Força/PTB – MT) – Senador, primeiro peço desculpa por estar ausente, pois estava em outra comissão da qual também faço parte, mas não poderia de maneira alguma deixar de trazer aqui o meu apoio a essa matéria que acredito de grande importância e relevância para a saúde dos brasileiros.

Eu tenho conversado muito com a minha filha, que é dentista e professora de universidade, é doutora nesta área, e ela sempre me fala da importância, da relevância desse assunto para a medicina e para a odontologia. E também recebi em meu gabinete a visita de vários odontólogos, inclusive do sindicato aqui de Brasília, externando a sua vontade sobre esse projeto.

Eu quero dizer aqui que tem o meu apoio total e irrestrito, porque nós acreditamos ser de grande importância para a saúde dos brasileiros.

Portanto, fica aqui o nosso posicionamento e também o nosso voto declarado a respeito do assunto.

Muito obrigado.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Sr. Presidente, só para fazer uma observação, eu não ia falar, pois todos já comentaram sobre essa matéria, mas quero me apegar às palavras do Senador Paulo Davim. Eu evidenciei na Unidade de Terapia Intensiva um problema desse em que nós tivemos que atuar contra, inclusive, o plano de saúde, que não estava dando proteção. Então, isso vem normatizar, realmente, aquele que não pode verbalizar, principalmente, na UTI. É um problema seriíssimo. Há outros, mas esse eu evidenciei e me apego às palavras do Senador Paulo Paim, e sou pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – Sr. Presidente, apenas para fazer uma homenagem ao Senador João Durval, criador da Universidade de Feira de Santana, no Estado da Bahia, criando o curso de Odontologia. Eu gostaria de homenageá-lo, neste momento, porque sempre esteve muito vinculado à sua profissão.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Quero endossar os cumprimentos de V. Exª a esse extraordinário homem público baiano que é o ex-Governador João Durval.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Sr. Presidente, só para fazer minhas as palavras de todos os Senadores que nos antecederam, e me permita fazer uma homenagem aos dentistas na pessoa da Drª Cíntia.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Paim e Senadora Vanessa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, sinto-me contemplado porque

diversos Senadores falaram “Paulo Paim” na fala do Paulo Davim. Então, eu, agora, faço uma homenagem ao Senador Paulo Davim. Estou contemplado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Assim como o Senador Paulo Paim, também quero fazer das palavras do Senador Paulo Davim as minhas palavras, Sr. Presidente.

Mas quero lamentar que, neste momento tão importante para os dentistas brasileiros, nós do Amazonas somos surpreendidos com a notícia da morte de um dentista, ontem, na cidade de Manaus, que teve o restaurante da família assaltado. Durante o assalto, para salvar o pai, o filho, um jovem dentista, certamente o orgulho da família, foi assassinado. Lamento muito, mas aqui faço minhas homenagens a todos os profissionais da Odontologia, a todos os odontólogos, Sr. Presidente.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Angela...

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Gostaria de destacar aqui o meu voto favorável a esse projeto de lei.

Semana passada, pedimos vista do projeto para que fosse melhor discutido com o Ministério da Saúde. Felizmente, o nosso relator entrou em entendimento com as categorias, os odontólogos e o Ministério da Saúde, firmaram acordo, e nós vamos votar favoravelmente a esse projeto de extrema relevância para a saúde bucal da população do nosso País.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Está encerrada a discussão.

Em votação. Votação nominal.

Vou, primeiro, votar o projeto, ressalvadas as emendas.

Como vota o Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Voto com o Relator, o Senador Sérgio Souza, cumprimentando-o pelo brilhantismo de seu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Angela Portela?

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Wellington Dias?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Com o Relator também, parabenizando-o.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador João Durval?

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco Apoio Governo/PDT – BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Rodrigo Rollemberg?

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Vanessa Grazziotin?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Casildo Maldaner?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Ana Amélia?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Paulo Davim?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Com o Relator, Sr. Presidente. Quero parabenizá-lo também.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Lúcia Vânia?

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Cícero Lucena?

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Parabenizando e acompanhando o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Osvaldo Sobrinho?

O SR. OSVALDO SOBRINHO (Bloco União e Força/PTB – MT) – Como uma forma de homenagear a minha filha, que é odontóloga, Andiara Ribeiro Roberto, quero votar a favor, com louvor.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Com o Relator, e cumprimento o Senador.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Mozarildo Cavalcanti?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Cristovam Buarque? (*Pausa.*)

Senadora Lídice da Mata?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sérgio Souza, voto conhecido.

A Presidência aproveita para parabenizar o trabalho de V. Exª, a determinação, a articulação, e agradecer também a Senadora Angela Portela, porque, na verdade, acabamos construindo um texto que saiu vitorioso. Senadora Angela Portela, agradeço a V. Exª e, em especial, ao nosso Relator Sérgio Souza.

Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Com esse brilhante relatório do Senador Sérgio Souza, é impossível votar contra. A favor.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Aprovado o projeto.

Consulto as Srªs e os Srs. Senadores se podemos votar em globo e repetir a votação para as duas emendas do Relator. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Aprovado o Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2013, e as Emendas nºs 1 e 2 da CAS. (*Palmas.*)

Quero aqui agradecer a presença dos presidentes dos Conselhos Regionais de Odontologia e, em especial, do Presidente do Conselho Federal de Odontologia, Dr. Ailton Rodrigues, que, para meu orgulho, é do meu Estado do Mato Grosso do Sul. Muito obrigado pela presença.

Agradeço ao Senador Sérgio Souza.

Vamos ao item 6 da pauta.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, vamos aproveitar o quórum. Serei bem rápido no item 6, se V. Exª me permitir.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Página 163.

ITEM 6

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 369, DE 2011 – TERMINATIVO –

Altera o caput do art. 136 da CLT, para determinar que a concessão de férias do trabalhador seja precedida de consulta pelo empregador sobre a data de seu gozo.

Autoria: Senadora Ana Rita

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 552, DE 2011 – TERMINATIVO –

Altera o art. 136 da 'Consolidação das Leis do Trabalho', aprovada pelo Decreto-Lei n°. 5.452, de 1° de maio de 1943, e a ele acresce um § 3º, para dispor sobre a concessão de férias dos empregados membros de uma mesma família.

Autoria: Senador Marcelo Crivella

Relatoria: Senador Paulo Paim.

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 369, de 2011, na forma da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo); e pela declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 552, de 2011, que tramita em conjunto.

Observações:

– Em 09.07.2013, a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou parecer favorável ao PLS 369/2011, na forma da Emenda nº 1-CAE (*Substitutivo*)*; e pela prejudicialidade do PLS 552/2011, que tramita em conjunto.*

– Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o Substitutivo será ele submetido a turno suplementar.

– Votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, tivemos já um início de discussão sobre o tema. É, de fato, um belo projeto, que pretende garantir que o trabalhador possa decidir o período de férias.

Sr. Presidente, sou totalmente favorável ao projeto, na forma do Substitutivo, que já veio de ampla discussão na CAE.

O que acontece? O Senador Cyro Miranda, aqui presente, me procurou e fez uma série de argumentações sobre uma emenda que ele gostaria de colocar no projeto, que se criaria uma situação contraditória quando o empregado, por exemplo, trabalha na área pública e outro na área privada, ou um trabalha numa metalúrgica e outro é professor, ou um está na construção civil e outro é metalúrgico. As férias nas empresas podem não coincidir, criando uma polêmica jurídica.

Por isso, sou pela aprovação do projeto na forma do relatório, acatando a emenda a ser apresentada pelo Senador Cyro Miranda.

É o parecer, Sr. Presidente.

Senador Cyro Miranda, se puder apresentar a emenda...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Sr. Presidente, muito obrigado. Primeiro, quero agradecer ao Senador Paulo Paim pela compreensão, pelas discussões e pela parceria que sempre temos nos projetos.

Aqui ofereço uma subemenda ao PLS 369 pela qual suprimem-se os arts. 1º e 2º da Emenda nº 1 da CAE e da CAS, como Substitutivo, que dá nova redação.

A justificativa, Sr. Presidente, é a obrigatoriedade da coincidência do período de gozo de férias do empregado com o do cônjuge que trabalha em empresa diversa, o que deve ser visto com cautela, pois não se pode tirar a autonomia do empregador no que concerne ao fluxo de funcionários. O empregador como único responsável pelos riscos da atividade necessita de autonomia no que concerne à gestão e ao fluxo de funcionários a fim de garantir a viabilidade do empreendimento.

A responsabilidade do empregador pelos riscos do empreendimento é medida de proteção ao trabalhador e deve ser garantida por meio de instrumento que assegure a livre gestão empresarial. Nesse sentido, sugere-se, como aprimoramento do projeto, a supressão da previsão de que o empregado terá direito de gozar férias no mesmo período de seus familiares, especialmente quando trabalha em empresas diferentes.

Já pelos diversos motivos citados aqui pelo Senador Paulo Paim e outros mais até, em diferentes empresas, por exemplo, em determinados momentos, quando atividade está no ápice, ela não pode conceder férias, e a outra, às vezes, é obrigada até a conceder férias coletivas. Quer dizer, compatibilizar isso seria impossível.

Então, eu agradeço, mais uma vez, a compreensão do nobre Senador Paulo Paim, sempre compreensivo e procurando nos ajudar e a entender os problemas que nós oferecemos como solução também.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Cyro Miranda, na verdade a emenda o Senador Cyro Miranda leu e explicou, mas ela tem que ser oferecida na votação no turno suplementar. Eu informo na hora adequada.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, mediante os esclarecimentos, só permita que eu leia o voto, que é de duas linhas.

Em face do exposto, opinamos pela prejudicialidade regimental do PLS 552, de 2011; pela aprovação do Projeto de Lei nº 369, de 2011, na forma da emenda substitutiva vinda da CAE, e, já de antemão, dizendo que eu acato a emenda do Senador Cyro.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Encerrada a discussão.

Em votação, a Emenda nº 1, da CAE, que é um substitutivo, oferecida ao Projeto de Lei do Senado nº 369, de 2011, que tem preferência regimental.

Como vota o Senador Paulo Paim, voto conhecido, é o voto "sim".

Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Wellington Dias. (*Pausa.*)

Senador João Durval.

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco Apoio Governo/PDT – BA) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Se é que se pode compatibilizar entre as pessoas da família, eu acho que é uma preferência, mas voto "sim", então.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Voto "sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Casildo Maldaner. Já votou.

Senador Oswaldo Sobrinho. (*Pausa.*)

Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Voto "sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO. *Fora do microfone*.) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Oswaldo Sobrinho, eu preciso da sua manifestação.

O SR. OSVALDO SOBRINHO (Bloco União e Força/PTB – MT) – "Sim", voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Aprovada, em turno único, a Emenda nº 1, da CAE, CAS, que é um substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 369, de 2011; fica prejudicado o PLS nº 552, de 2011, que tramita em conjunto.

A matéria vai a turno suplementar, nos termos do art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal.

O Senador Cyro Miranda ofereceu emenda que o Senador Paulo Paim já acatou no seu relatório.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pela ordem, Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Antecipando meu pedido de desculpas a V. Exª, mas eu faço questão de novamente fazer o convite.

Eu vou ter que sair para tratar de algumas questões organizativas, mas, logo mais, às 11h30, nós teremos a inauguração da sala da Procuradoria da Mulher no Senado e da página da Procuradoria da internet, em *link* com o Senado. Então, eu quero convidar V. Exª, Senador, que é o Presidente desta Comissão de Assuntos Econômicos e todos os Senadores e Senadoras e os presentes que aqui estão, porque seria um momento importante estarmos lá. É bem do ladinho do Auditório Petrônio Portella, aliás, é só seguir as flores que estão no caminho, que a gente chega lá à salinha da Procuradoria.

Obrigada, Presidente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Só seguir as flores pegou bem.

Sr. Presidente, para ganhar tempo, eu vou pedir vista do item 7, só anuncio.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu só posso depois de lido.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu já estou anunciando.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – E aí há o pedido do próprio relator, o pedida para retirar.

Eu quero chamar a atenção do seguinte...

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – Sr. Presidente, é o item 8 ainda.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – É o item 8. Mas eu queria pedir aos Srs. Senadores, porque nós vamos votar, de autoria do Senador Cícero Lucena, um projeto de lei que trata do financiamento da saúde, e é fundamental a gente garantir o quórum para votação desse projeto. Então, logo depois do item, imagino, vou tratar exatamente desse outro item, que já tem o relatório do Senador Roberto Requião; a Senadora Ana Amélia será Relatora *ad hoc*.

Passo à p.192.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, DE 2013 – TERMINATIVO –

Altera o § 2º do art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para elevar o percentual do adicional de periculosidade devido ao trabalhador, caso ele esteja exposto, simultaneamente, a agentes perigosos e insalubres, e dá outras providências.

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg

Relatoria: Senador Sérgio Petecão

Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2013.

Observações:

– Em 24.09.2013, a Senadora Ana Rita apresentou Voto em Separado concluindo pela aprovação do Projeto.

– Em 25.09.2013, lidos Relatório e Voto em Separado na Comissão de Assuntos Sociais, a Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais.

– Votação nominal.

Antes de iniciarmos a discussão dessa matéria, comunico aos Srs. Senadores – e peço a atenção – que esta Presidência recebeu, no dia 26 de setembro, dois ofícios do Presidente do Senado Federal solicitando a remessa desse projeto para atender aos requerimentos de tramitação conjunta e de audiência em outra comissão. Uma vez que a matéria encontra-se com pedido de vista coletiva, consulto aos Srs. Senadores se daremos continuidade à discussão e votação da matéria ou se a enviaremos para a Mesa do Senado Federal.

Quero aqui dizer o seguinte: essa matéria, Senador Rodrigo Rollemberg, é terminativa nesta Comissão. Se nós concedermos vista, ela vai tramitar em outras comissões, mas vai voltar para esta Comissão. Consulto V. Exª primeiramente, porque, mesmo se votarmos aqui, vou ter que remetê-la, e ela vai tramitar nas outras comissões. Então, imagino que é preferível a gente conceder vista, deixá-la tramitar nas outras Comissões, mas fazer com que a tramitação final seja aqui na Comissão de Assuntos Sociais.

Consulto V. Exª.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – Sr. Presidente, se não há remédio para isso, quero registrar o seguinte: se votarmos aqui e aprovarmos a matéria hoje aqui, ela só irá a Plenário se houver recurso. Se não houver recurso, ela não irá a Plenário. Eu quero só esclarecer, sei que alguns Senadores têm dúvidas, o que quer dizer essa matéria.

Hoje, se uma pessoa estiver submetida a condições insalubres, ela pode ter um adicional de até 40% sobre o seu salário fixo. Se ela estiver submetida a condições de periculosidade, ela tem o direito de ter até 30% de adicional sobre o seu salário. O projeto quer dizer o seguinte: se ela estiver submetida simul-

taneamente a condições de insalubridade e de periculosidade e optar pelo adicional de periculosidade, ela poderá receber o adicional de 40%.

É claro que o desejável é que não tenhamos trabalhadores brasileiros submetidos nem a condições de insalubridade, nem a condições de periculosidade. Isso é o ideal. Mas, se tivermos um trabalhador submetido a essas duas condições, é justo – ele não está acumulando – que, se ele optar pela periculosidade, ele tenha um adicional de 40%.

Há mais de 50 pareceres do Ministério do Trabalho favoráveis a essa matéria.

Portanto, eu quero defender o mérito dessa matéria, sensibilizar as Srªs e os Srs. Senadores e sugerir que aprovemos essa matéria hoje, nesta Comissão.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – É claro, ouço o Senador Cyro Miranda, mas vou submeter ao Plenário, uma vez que tenho um requerimento aqui sobre a mesa. A decisão é a mais democrática possível.

Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Moka, Senador Rollemberg, com todo o respeito, em relação a essa matéria, inclusive pedi para apensar outra, e também outro Senador fez o mesmo pedido, que vai à CAE, porque há uma cumulatividade de insalubridade e periculosidade. A Consolidação das Leis do Trabalho limita em 30%. Aqui, na verdade, estamos dando um bônus. Nós estamos ampliando essa faixa, o que, a meu ver, não é justo, porque já está sendo contemplado no sentido de insalubridade e de periculosidade. Vai haver um somatório dos dois, o que, inclusive, está contra a própria lei. Por isso que pedi para que isso seja examinado na CAE e terminativo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Rodrigo Rollemberg, deixe-me fazer uma apelo a V. Exª: essa matéria vai tramitar na CAE, mas vai voltar aqui. Nós só vamos evitar essa discussão hoje aqui. Eu não tenho como evitar mandar isso. Nós decidimos aqui. Ela será terminativa aqui.

Faço um apelo a V. Exª.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – Bom, atendendo ao apelo de V. Exª, nós vamos concordar com esse encaminhamento, mas quero só esclarecer: eu tenho o maior respeito pelo Senador Cyro Miranda – mais do que respeito, admiração – mas há uma interpretação equivocada. Não há acúmulo; há uma opção. Se a pessoa estiver submetida aos dois riscos, de insalubridade e de periculosidade, e se ele optar pelo de periculosidade, o adicional será de 40%.

Portanto, nós vamos concordar com esse encaminhamento.

Quero agradecer a presença dos vigilantes, que nos honram com a sua presença.

Tenho certeza de que o Senado não faltará, especialmente esta Comissão, que dará a palavra definitiva. Demonstrará sensibilidade com a matéria, que é de grande alcance social e justa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente, eu sei que, na da Comissão de Assuntos Econômicos, o Senador Rodrigo Rollemberg fará uma bela e gloriosa sustentação para que mereça a compreensão dos membros daquela ilustre Comissão. Eu sei que fará isso.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Bom, então, a matéria está retirada da pauta, e a Presidência vai enviá-la.

O Item 9 é um item extrapauta. Eu explico: esse é um projeto que, na semana passada, já discutimos que votaríamos aqui. O Relator é o Senador Roberto Requião. Em contato com o Senador Roberto Requião, ele mandou o relatório. E a Senadora Ana Amélia é a Relatora *ad hoc*.

ITEM 9

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 89, DE 2007 – COMPLEMENTAR
– NÃO TERMINATIVO –

Regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal e dá outras providencias, (aplicação de recursos para o financiamento das ações e serviços de saúde).

Autoria: Deputado Roberto Gouveia

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 156, DE 2007 – COMPLEMENTAR
– NÃO TERMINATIVO –

Regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal, que trata de recursos mínimos a serem aplicados em ações e serviços públicos de saúde.

Autoria: Senador Marconi Perillo

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 11, DE 2012 – COMPLEMENTAR
– NÃO TERMINATIVO –

Altera a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamentou o § 3º do art. 198 da Constituição Federal, para

dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados, anualmente, pela União em ações e serviços públicos de saúde.

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 162, DE 2012 – COMPLEMENTAR – NÃO TERMINATIVO –

Altera a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o §3º do art. 198 da Constituição Federal, para determinar o percentual mínimo da receita corrente líquida que a União deverá aplicar anualmente em ações e serviços públicos de saúde.

Autoria: Senador Cícero Lucena

Relatoria: Senador Roberto Requião (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria *Ad Hoc*: Senadora Ana Amélia

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2007, na forma do Substitutivo que apresenta; e pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nºs 156, de 2007, 11, de 2012, e 165, de 2012, que tramitam em conjunto.

A votação será simbólica.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia, Relatora *ad hoc*, para proferir a leitura do relatório.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Caro Presidente, Senador Waldemir Moka, caros colegas Senadores e Senadoras, queria dizer que me sinto muito honrada por relatar, como Relatora *ad hoc,* um trabalho do Senador Roberto Requião, que se empenhou. S. Exª é ex-governador e conhece profundamente e bem essa matéria. Falo também da assessoria legislativa do Senado Federal e do próprio gabinete do Senador Roberto Requião. Para facilitar e para tornar mais rápido, vou direto à análise e ao essencial desse projeto que estamos examinando.

A Lei Complementar nº 141 tinha, entre seus objetivos – e cumprimento o autor, Senador Cícero Lucena – o de manter um mínimo de gasto com saúde por parte do Governo Federal. Para tanto, o art. 5º daquela lei complementar estabeleceu que:

> *Art. 5º A União aplicará, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde, o montante correspondente ao valor empenhado no exercício financeiro anterior, apurado nos termos desta Lei Complementar, acrescido de, no mínimo, o percentual correspondente à variação nominal do Produto Interno Bruto (PIB) ocorrida no ano anterior ao da lei orçamentária anual.*

Ocorre que a norma tornou-se inócua, na medida em que a União já vinha elevando seus gastos com saúde acima do percentual de crescimento do PIB e da Receita Corrente Líquida, como revelam os dados colhidos no Siafi, a seguir tabelados.

Vejam só: em 2006, enquanto o percentual de acréscimo aplicado na saúde foi de 12%, o PIB variou apenas 6,1%; em 2007, houve uma aplicação de recursos, na saúde, de 9,66%, e o PIB cresceu 5,2%. A diferença maior foi em 2008, quando o aumento da aplicação foi de 15,98%, e o PIB teve um crescimento negativo de 0,6%. Em 2010, o dinheiro aplicado, o crescimento percentual, foi de 6,41% – foi o único ano em que a variação do PIB foi maior do que o dinheiro que foi aplicado na saúde em matéria de percentual de crescimento. O percentual de acréscimo foi de 6,41% enquanto a variação do PIB foi de 7,5%. Foi o ano de grande euforia da economia brasileira. Já em 2011, houve uma aplicação, um acréscimo, de 16,76%, e o PIB cresceu apenas 2,7%. Em 2012, vejam só, enquanto o Governo, a União, aplicou 10,62%, o PIB cresceu 0,9%.

Isso demonstra claramente, na argumentação do Senador Cícero Lucena e no próprio relatório do Senador Roberto Requião, que, antes da aprovação do projeto de lei, a variação média do percentual dos gastos da União com saúde foi de 12,02% ao ano, no período de 2006 a 2012, ao passo que o crescimento médio do PIB anual foi de 3,63%. Olhem só a diferença.

Com isso, a rigor, a aplicação literal da lei implicaria reduzir o aumento médio do gasto com saúde de 12,02% para 3,63%, o que efetivamente configurará um enorme retrocesso no papel que a União passou a assumir na aplicação de recursos com a saúde pública.

O presente processo visa a corrigir essa distorção e alçar a saúde a um patamar semelhante ao da educação, função à qual a Constituição Federal garante a aplicação mínima, pela União, de 18% da Receita Corrente Líquida, como determina o art. 212:

> *Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito por cento, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.*

Esse gasto tem sido, conforme os dados obtidos no Tesouro Nacional (de 2006 a 2010), em média de 12,19%, consoante tabela abaixo.

A tabela está mostrando, exatamente, essa média que foi definida. As variações de gasto com saúde sobre a receita corrente líquida foi, em 2006, de 11,77%; em

2007, 11,82%; em 2008, 11,70%; em 2009, 13,30%; em 2010, 12,38%. A média foi, como disse. 12,19%.

No que se refere à proposta de alteração do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 141, a alteração é conveniente, na medida em que a lei não se destina a estabelecer valores, mas, sim, percentuais.

Assim, em razão dos próprios méritos da matéria – a destinação de mais recursos para a saúde –, sou favorável à sua aprovação, na forma do substitutivo abaixo, observando que é muito ruim a qualidade dos serviços públicos de saúde que são oferecidos à comunidade, e que quem deles mais necessita são exatamente os trabalhadores pobres e suas famílias, justamente aqueles que têm pior condição econômica de acesso à saúde privada.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do substitutivo abaixo ao PLC nº 89/2007, e rejeição dos PLS nºs 156/2007, 162/2012 e 11/2012, complementares que tramitam em conjunto.

SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 89, DE 2007 – COMPLEMENTAR

Dá nova redação aos arts. 1º e 5º da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 1º e 5º da Lei Complementar nº 14, de 13 de janeiro de 2012, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º .....

I – percentual mínimo das receitas da União a ser aplicado, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde;

.....

Art. 5º. A União aplicará, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde, montante igual ou superior a dezoito por cento de suas receitas correntes líquidas, nos termos do § 1º do art. 11 da Lei n° 4.320, de 17 de março de 1964, constantes de anexo à lei orçamentária anual referente às receitas dos orçamentos fiscal e da seguridade social, excluídas as restituições tributárias.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, o cálculo das receitas correntes líquidas será realizado com a soma de todas das receitas correntes brutas, abaixo identificadas:

I – tributárias;

II – patrimoniais;

III – industriais;

IV – agropecuárias;

V – de contribuições;

VI – de serviços;

VII – de transferências correntes; e

VIII – outras receitas correntes, como as provenientes de recursos financeiros recebidos de outros entes de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes.

§2º Para aferição das receitas correntes líquidas, será reduzido das receitas correntes brutas, o valor transferido a Estados, Distrito Federal e Municípios relativos ao Art. 159.

§3º É vedada a dedução ou exclusão de qualquer parcela de receita vinculada à finalidade específica ou transferida aos demais entes da Federação sem previsão constitucional específica.(NR)"

Art. 2º O pleno cumprimento do percentual de vinculação [aqui vem um dado relevante] às receitas correntes líquidas será realizado em quatro anos, assim distribuída:

I – no primeiro ano após a publicação da presente Lei, 12% (doze por cento);

II – no segundo ano, 14% (quatorze por cento);

III – no terceiro ano, 16% (dezesseis por cento);

IV – no quarto ano, 18% (dezoito por cento).

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Este é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Em discussão.

Para discutir, o autor, Senador Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Sr. Presidente, na verdade considero que esta Casa e, em particular, esta Comissão, está tendo a oportunidade de tirar aquilo que, muitas vezes, faz parte dos discursos e, efetivamente, não é colocado em prática.

Isso é uma matéria em que nem tem Governo nem tem partido; tem a defesa da necessidade de se prestar um serviço que é dever e obrigação de quem está ocupando o cargo público. Acredito que esse momento, como eu disse, histórico, em função exatamente... Embora seja um projeto anterior às mobilizações das ruas, todos nós temos a consciência que um dos itens prioritários era a questão da qualidade da saúde pública, assim como todos também têm a consciência de que a questão do financiamento dos recursos necessários é fundamental para que tenhamos um bom gerenciamento e possamos melhorar a qualidade.

Os entes federativos, no caso, os Municípios que foram sobrecarregados com a autonomia e a responsabilidade mais direta estão cumprindo o seu papel.

Na minha região, no caso, a Paraíba e o Nordeste, muitos prefeitos gastam bem acima do valor do percentual mínimo estabelecido para a saúde. Da mesma forma, alguns Estados também têm esse compromisso.

Chegou o momento de a União, que tem dado seu esforço, seu trabalho, dizer, de uma forma clara, que vai buscar a solução dos problemas graves da saúde pública do Brasil.

Portanto, eu quero falar da felicidade desta oportunidade, quero compartilhar a minha alegria, se assim for possível, com a aprovação desse projeto e gostaria de reconhecer, aqui, o trabalho de V. Exª, como Presidente desta Casa, na condução da aprovação desse projeto, conhecedor profundo que é desse tema. V. Exª tem usado, no bom sentido, esta Comissão para que se enfrente esse problema de forma verdadeira, responsável e séria.

Eu também gostaria de agradecer ao Senador Requião pelo seu relatório e, com alegria imensa, a felicidade de ter sido indicada como Relatora *ad hoc* a Senadora Ana Amélia, que iluminou, mais ainda, o relatório do Senador Requião, inclusive, com a minha concordância quanto ao substitutivo que foi apresentado, com a preocupação de mostrar que ele será implantado de forma escalonada, demonstrando a responsabilidade de todos nós, porque projeto é para ser apresentado e ser aprimorado.

Então, Sr. Presidente, era isso que eu tinha a dizer e espero poder contar com a compreensão de todos, porque, como eu disse aqui, é o partido do povo que está precisando desse financiamento.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Continua em discussão.

Senador Paulo Davim. (*Pausa*.)

Senador Wellington, V. Exª está inscrito?

Com a palavra, V. Exª.

(Manifestação fora do microfone.)

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV– RN) **–** Sr. Presidente, eu quero parabenizar a iniciativa do Senador Requião, quero parabenizar, pela relatoria, os dois Relatores – o Senador Cícero Lucena e a Senadora Ana Amélia, Relatora *ad hoc*.

Acho que é uma...

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Cícero Lucena é o autor.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV– RN) – Senador Requião, desculpe-me.

Pois bem, eu acho fundamental. Neste momento, nós precisamos discutir esse tema – uma discussão objetiva, pragmática. Não dá mais para a gente postergar esse assunto, não dá mais para a gente fazer de conta que temos recursos suficientes para financiar a saúde.

Todos nós sabemos disso, mas vou dar um exemplo claro. Vejam só: o Brasil investe 3,8% do PIB na saúde. Nós investimos menos do que Uruguai, do que Argentina, do que Chile, sem nos compararmos com os países da Europa.

O Brasil investe algo em torno de 10% da receita líquida, líquida. Então, se nós fizermos uma comparação *per capita*/ano, o Brasil investe US$483 *per capita*/ano, e o Uruguai e o Chile investem mais de US$500 *per capita*/ano.

Então, essa questão já está bem resolvida.

Agora, vejam só, no Brasil, existem dois sistemas de saúde: o sistema privado, que é o sistema suplementar, e o sistema público.

O sistema público atende a 153 milhões de brasileiros, e o sistema privado, que são os planos de saúde, atende a 47 milhões, só que o financiamento do sistema privado, que é o sistema das operadoras de plano de saúde, tem um orçamento no valor de R$70 bilhões, para atender um terço da população, enquanto do público, todos nós sabemos de quanto é o orçamento.

Então, é injusto. Nós precisamos de recursos para a saúde.

O Governo tem acenado com a proposta de 15%. Ora, o movimento social, o Saúde+10, pede 10% do orçamento bruto, que correspondem a 18,5% da receita líquida. Na hora em que se oferecem 15%... Lógico, é um dinheiro novo, sem sombra dúvida, um dinheiro novo. Agora, não dá para parar por aí, porque quando nós votamos a regulamentação da Emenda 29, só tínhamos dois pólos de negociação: o Parlamento e o Governo. Agora, existem três pólos de negociação: o Parlamento, o Governo e o movimento social. Nós precisamos dar resposta para o movimento social.

Não foi esse movimento social, não foram as suas reivindicações que fizeram que o Governo arregaçasse as mangas e tivesse uma postura muito mais proativa? Isso vale também para o financiamento da saúde. Então nós precisamos da resposta.

Já que o Governo acenou com 15% – e estou dizendo isso, Senador Cícero Lucena, muito a cavaleiro –, eu apresentei agora, lá na CCJ, estava na discussão, uma emenda de 15% para 2015.

V. Exª traz para os quatro anos. Ou seja, nós estamos na mais absoluta consonância. Então não dá para – o movimento social pede 10% do bruto, que corresponde a 18,5, e a saúde precisa de dinheiro novo mesmo, e já –não atendermos, não termos sensibilidade pelos dois lados.

Portanto, eu defendo, sim. Acho que esse escalonamento é factível de ser cumprido, eu acho que é exequível esse escalonamento. Eu acho também, Sr. Presidente, que precisamos, o Parlamento precisa trazer para si a responsabilidade de legislar. Precisamos assumir essa responsabilidade.

É lógico que nós somos da Base, mas não podemos ficar só a reboque. Precisamos acenar com fatos concretos, para não corrermos o risco de perder o *timing*, como perdemos na regulamentação da Emenda 29.

Então, eu defendo, sou a favor, acho que essa proposta de escalonamento é exequível, acho que essa proposta vem ao encontro da emenda que apresentei na CCJ há pouco. Portanto, quanto à descoberta de novas fontes de financiamento, já foram encontradas algumas, como, por exemplo, 25% do pré-sal, 50% da emenda impositiva. E, na hora que formos discutir aqui o marco regulatório da mineração, podemos inclusive instituir algo para a saúde nessa discussão.

Portanto, isso obriga o Parlamento e obriga as autoridades sanitárias do Brasil a começarem a raciocinar no sentido de encontrar fontes alternativas e auxiliares para financiar a saúde no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Continua em discussão, Senador Wellington Dias.

Estão até inscritos aqui Senador Eduardo Amorim, Senadora Ana Amélia, Senadora Lúcia Vânia, Senador Casildo Maldaner.

Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Sr. Presidente, primeiro, pegando as palavras do autor, meu querido Senador Cícero Lucena, que tem contribuído, e muito, para esse debate, nós temos que tratar de forma verdadeira, responsável e séria. E eu também quero fazer assim.

Quero aqui reconhecer a importância do trabalho desta Comissão, que desde 2011 vem liderando esse tema. Esse tema já não é novo, já vem de longo tempo. Mesmo quando este País tinha CPMF, já estava na pauta a necessidade de se fixar um percentual mínimo para a União. Deixou de haver e continuou.

Aqui, eu tenho, todos os dias, debatido quem tem coragem de tratar da solução de um tema que precisa de mais ou menos 40, 45 bilhões de dinheiro novo, sem criar impostos. É disso que estamos tratando aqui, porque não há, claramente, ambiente no País para isso.

O que eu devo aqui ressaltar, em primeiro lugar, é que esse trabalho feito aqui criou um ambiente novo na relação com o Governo. Pela primeira vez na história deste País, um presidente da República, no caso, uma mulher, que tem demonstrado coragem, admitiu, e foi numa reunião com os Líderes do Senado, admitiu, pela primeira vez, fixar um percentual para a União.

E já passou um bocado de homens presidentes e nenhum teve essa coragem. E ela teve.

O que é ponderado? Aliás, veio aqui agora a Ministra Miriam Belchior, houve uma sessão temática, e o Ministro Alexandre Padilha, ninguém aqui desconhece a forma como ele vem conduzindo esse tema não só para ampliar financiamento. Mas para que o financiamento? Para onde vai esse dinheiro? Vai para gestão? Vai para garantir solução de onde faltam profissionais de saúde? Vai para a atenção básica? Vai para a média complexidade? Para onde vão os recursos?

Digo isso para dizer que, nos entendimentos, há duas situações sobre que precisamos pensar. Lembro quando foi votada aqui, em 2011, a Emenda nº 29 – sou do partido da Presidenta e fui eu que levantei, na época, era Vice-Líder do Governo, uma questão, para que não votássemos, naquele dia, a Emenda nº 29. Fixamos as despesas, mantivemos 12% de algumas receitas para os Estados, o que, na verdade, não dá 12% da Receita Corrente Líquida. Fui Governador e posso aqui confirmar: o meu Estado, para cumprir 12% das receitas com saúde, colocava, mais ou menos, 9,7% na Receita Corrente Líquida; os Municípios, 15% de algumas receitas, o que corresponde a aproximadamente 11% das Receitas Correntes Líquidas; a União se dispõe a colocar 15% das Receitas Correntes Líquidas, o que significa 25 bilhões e 600 milhões a mais para a saúde – não é pouco.

É preciso deixar claro que há uma parte que sai do pré-sal, que é algo em torno de 800 milhões, sendo 500 milhões do primeiro ano. Para entendermos, há uma parte das emendas que, se houver o acordo na emenda impositiva de 50%, corresponde a, mais ou menos, R$3 bilhões .Mas estamos falando de 25,6 bilhões. Precisamos deixar claro aqui que, para fazer isso, algumas metas de outras áreas terão que ser alteradas – não há mágica nesse negócio –, algumas metas de outras áreas serão alteradas.

Esse dinheiro vem de outras áreas que estavam programadas, mas a Presidenta, ainda assim, aceita fazer esse entendimento. Por essa razão, é que estou aqui fazendo um apelo. Nos entendimentos feitos, inclusive com os Líderes, Câmara e Senado – é para isso que quero chamar atenção – há um requisito que é de fazer por emenda constitucional. Inclusive o Relator, que é do meu Partido, Humberto Costa, tem uma posição contrária, mas eu como Líder, pelo entendimento que está sendo feito com a Câmara, estou sustentando a posição dos entendimentos que estamos fazendo – de se fazer por emenda –, porque, como é que estamos fixando o dos Municípios em Constituição, estamos

fixando o do Estado na Constituição e o da União vai ser numa lei ordinária ou lei complementar? Então, estou mostrando que abro divergência, inclusive com o meu companheiro que foi Ministro e que conhece bem, nessa discussão interna.

Então, o apelo que faço a esta Comissão... Repito aqui: se há nesta Casa este debate é por que esta Comissão está puxando, e não a de Educação, de Infraestrutura, de Constituição e Justiça ou de Assuntos Econômicos. É esta Comissão, que, desde 2011, vem sustentando o debate desse tema do financiamento. E abri pessoalmente divergência, durante esse tempo todo, com o Governo, mostrando que não havia como fugir, independentemente da época e dos movimentos sociais. É por que é o mais grave problema do País hoje. Aliás, coloco dois empatados, segurança e saúde; em qualquer Estado do Brasil, são os dois mais graves problemas.

Então, para o que quero chamar aqui atenção – e quero reconhecer – aqui para o importante papel do Senador Moka, inclusive, muitas vezes, fazendo reunião conosco no seu apartamento, abrindo o diálogo e nos levando para diálogo, a Comissão inteira, com o Ministro. Então, se temos este espaço... Veja o que está colocado: aqui é colocada uma meta que o Governo já colocou claramente, trouxe aqui. Depois que se retiram todas as despesas que são fixadas – educação, os Poderes, precatórios, dívida, etc., tudo, que estão na Constituição – sobram R$36 bilhões. Isso é o que sobra.

Por isso é importante uma fonte como essa do pré-sal, que começa baixinha, lá de 2019, 2020 – ela começa a crescer e ela vai ser fundamental. Por isso que a Presidenta acenou, e também há um gesto do Congresso Nacional, com essa fixação de 50% das emendas. Admite uma coisa nova que é a emenda impositiva, que nenhum governo também testou.

Eu fui Deputado Federal, em 1995, e já havia projeto de emenda impositiva. Ninguém nem admitia discutir esse tema, mas ela também está admitindo, vinculada a colocar uma parte considerável, que seria de 50%, para a saúde.

Então, eu estou mostrando aqui que há uma negociação com a Câmara. A Câmara tem se fixado em 40%, e nós aqui no Senado, sustentando em 50%, para ver se chega a esse entendimento.

Então, ao que quero aqui chamar a atenção é para que a gente não perca essa oportunidade. Nós estamos aqui ampliando despesa da União. Podemos fazer isso pela Constituição, com uma emenda constitucional; por lei, haverá questionamento. Mas há, nesse caso, algo importante, uma chance de, até uma data fixada na CCJ – 2015 é a data que se está colocando –, se ter o mínimo de 15% da receita corrente líquida.

A Presidenta coloca isso em um ponto – e aí eu uso a palavra aqui, Senador Cícero – da responsabilidade no Plano Plurianual que vai até 2015, sobre o qual ela, do Executivo, tem a responsabilidade, e nós, do Congresso, como patamar mínimo. Não quer dizer que seja o teto, mas como patamar mínimo. Ora, se temos condição de sair de 12% e chegar a 2015 com 15%, como patamar mínimo, se a gente tiver aqui a coragem, é possível ter outras fontes de receitas? Sim.

Há um debate que está nascendo, ainda está muito frágil, com relação à mineração, ao código da mineração. É uma alternativa que é colocada de receita. Ela não é tão grande, mas ela é importante. E há discussões alternativas outras.

O que eu quero aqui apelar, Sr. Presidente, é que, se for a voto, eu queria vista para a gente ampliar esse debate, para a gente não perder esse diálogo. Eu sei que vai passar por outras comissões, mas é exatamente esta a Comissão deste tema. A matéria vai passar por outras Comissões, mas esta é a Comissão desse tema. Acho que esta Comissão não pode perder a capacidade de, assim como teve força para abrir o diálogo com o Governo, não perder a oportunidade de ser a comissão que vai ter força.

Eu acho que a presença desse projeto aqui, com o relatório aqui apresentado pelo Senador Requião, pela Senadora Ana Amélia, nos ajuda a ter força nessa negociação. Acho que o projeto de iniciativa popular nos ajuda a ter força nessa negociação, mas compreendo que esse gesto feito pelo Executivo de, até 2015, fixar um percentual mínimo de 15|% das receitas líquidas – não desta e daquelas receitas, mas da Receitas Correntes Líquidas, que dá esse acréscimo que eu falei, e é um gesto que a gente precisa considerar.

Sou da luta da saúde há muitos anos. Sendo vereador, governador, deputado ou não tendo mandato, sempre fui parte dessa luta. Não compreendo como é que o País que tenha coragem de implantar um Sistema Único de Saúde, tenha coragem de fixar um percentual mínimo para os Estados, um percentual mínimo para os Municípios não tenha coragem de fixar para a União. A gente tem a chance de fazer isso e fazer por entendimento. Ou seja, com o que aprovarmos aqui temos um compromisso de cumprimento, o que é essencial, de não judicializar, de não haver qualquer outra coisa.

Então, eu queria aqui fazer esse apelo a minha Comissão de Assuntos Sociais. Sou parte de duas comissões, esta e da Educação, por convicção. Queria fazer esse apelo, principalmente a V. Exª, Senador Waldemir Moka, como um líder nosso neste tema, um líder que muitas vezes enfrenta o seu partido, um líder

que muitas vezes enfrenta a categoria da qual é parte, para a gente tratar desse tema. Sinceramente, eu acho que, se a gente tiver uma vitória neste País, a História vai dizer a importância do trabalho na gestão de V. Exª na Presidência desta comissão para este feito.

Então, eu faço aqui esse apelo ao Senador Cícero Lucena, à Senadora Ana Amélia, aos meus Pares: não havendo a ideia de a gente fazer o debate aqui, não encerrar a votação. Fazemos da sessão de hoje uma sessão de debate e não, de votação. Indo a voto, não é porque sou Líder do PT, mas por tudo aquilo de que estou participando no processo de negociação, usarei o instrumento do pedido de vista, que não resolve, mas, pelo menos, dá mais tempo para o entendimento, enquanto a gente fecha um entendimento com o conjunto dos partidos na Câmara e no Senado. É disso que se trata.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Governo/ PSB – DF) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Ana Amélia, vou ler aqui.

Estão inscritos o Senador Eduardo Amorim, a Senadora Ana Amélia, a Senadora Lúcia Vânia, Senador Casildo Maldaner, Senador Osvaldo Sobrinho...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/ PP – RS) – Eu posso ficar por último, Presidente.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Governo/ PSB – DF) – Eu quero me inscrever, Sr. Presidente.

Vou relatar um projeto na CCJ, mas eu volto, porque eu gostaria de falar sobre o tema.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Está bom.

Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/ PP – RS) – Pode chamar o sequente, a Senadora Lúcia Vânia.

Eu quero falar por último.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/ PSC – SE) – Sr. Presidente, não é demais repetir que todo mundo, todo mundo sente na pele que a questão da saúde é precária, é muito difícil.

Pena que o Senador Paulo Davim já saiu. A realidade do meu Estado é muito pior e, acredito, que o do senhor e dos outros colegas não seja diferente.

No meu Estado, apenas 13% da população têm plano de saúde, ou seja, 87% do povo sergipano é SUS-dependente, não tem outra porta. Se a porta do SUS estiver fechada, isso pode significar a diferença entre a vida e a morte.

Então, é inquestionável que é preciso de mais recursos. É uma questão de prioridade. Tem-se de priorizar, sim; tem de haver mais recursos.

Quero dizer que é preciso também... Sr. Presidente, aqui vai uma sugestão: nós estamos debatendo essa questão do financiamento, mas é preciso que chamemos o debate de qual é a responsabilidade de cada ente federado dentro do contexto do SUS, para que não se crie aquele jogo de empurra-empurra. "Não. Essa obrigação é do Município." "O medicamento que faltou é o Estado que deveria ter dado." "Não. Esse profissional aqui é da União." Eu acho que isso tem de ficar muito claro, porque há gestores e gestores. Há gestores que priorizam, e há gestores que não priorizam nada e veem saúde como gasto e não, como investimento. Acho que a questão da responsabilidade de cada ente federado com a saúde é fundamental trazermos para esta Comissão, Sr. Presidente, para tornar a coisa muito mais transparente, para que o cidadão e a cidadã saibam e tenham consciência de quem é a responsabilidade e de quem é a culpa quando falta medicamento, quando falta equipamento, quando falta o profissional. É preciso fazer isso para eliminarmos esse jogo de empurra-empurra.

Essa é outra sugestão que estamos apresentando aqui.

Mas, colega e amigo Wellington Dias, é preciso mais investimento. A saúde clama por mais investimentos e, como já disse, não só por mais investimento.

O Ministério da Saúde não pode querer tratar todos de forma igual. A realidade de Sergipe é diferente da realidade de Minas, é diferente da realidade de São Paulo. Quanto aos paulistanos, 40% da população, no mínimo, têm plano de saúde; em relação aos mineiros, dos cidadãos que moram na capital, quase 50% têm plano de saúde. Em Sergipe, Wellington, é diferente, completamente diferente: menos de 13%, 14% do nosso povo, da nossa gente têm plano de saúde, ou seja, 87% do povo sergipano é SUS-dependente. E basta dizer, Sr. Presidente, que é um dos poucos Estados do País a não ter um hospital oncológico, é um dos poucos Estados do País a não ter um hospital de trauma-ortopedia. Então, o paciente oncológico é um competidor direto do paciente politraumatizado, esfaqueado, baleado, acidentado. Muitas vezes, eu, como profissional da saúde, como anestesista que sou, tive de tirar um paciente oncológico da sala para colocar um paciente acidentado. Isso é perverso, isso não é uma... Essa tem de ser uma prioridade.

Muitas vezes, como médico, repeti esta frase em quase todos os centros cirúrgicos por que passei: pior do que uma má remuneração – sabemos que o SUS remunera mal, com certeza – é uma má condição de

trabalho. Isso é desumano para quem precisa do atendimento e para quem é responsável pelo atendimento.

O Ministério da Saúde tem de ter, sim, uma política de recursos humanos para fiscalizar, para fixar o profissional. Quem é do SUS é do SUS, dedica-se ali a vida inteira, criando mobilidade ou não, como se tem na Magistratura, como se tem em outras categorias.

Infelizmente, estamos perdendo essa oportunidade nessa questão do Mais Médicos. Não deveria ser só Mais Médicos. Sabemos que os conselhos, as sociedades de especialidades estão sendo exterminadas, estão acabando com tudo isso. É lamentável. A minha sociedade, Sociedade Brasileira de Cirurgia, existe há quase 70 anos. Com certeza, depois de 2020, depois do relatório de ontem, há a pretensão de ser extinta. É lamentável tudo isso.

Deveríamos ter uma política de recursos humanos que fixasse as quinze categorias relacionadas à saúde – quatorze; há mais uma que está chegando, que são os condutores de ambulância. As quinze categorias, mas não é isso que está sendo feito. Infelizmente, é um remendo que está sendo feito, um remendo. E daqui a um ano, veremos que nada disso se resolveu.

E esses diplomas de onde vêm? Fala-se tanto de precarização na saúde, que não se pode precarizar. É lamentável também que o Ministério Público do Trabalho não dê uma luz, não dê uma orientação nessa relação. É bolsa, e bolsa não tem 13º para o profissional, não tem FGTS, não tem garantia nenhuma de nada disso.

Então, lamento tudo isso que aconteceu ontem. E digo: Wellington, precisamos de uma política com o olhar no presente e aquilo que não der para consertar no presente, construirmos um futuro muito melhor. É preciso, mas não é isso que estamos vendo.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Só para clarear, na verdade, estou vendo repetir muito, nos últimos dias, que não há o 13º. São, no mínimo, 13 salários por ano. Na Região Nordeste, serão 14 e, na Região Amazônica, serão 15, por ano. Só para ficar claro.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Ana Amélia. (*Pausa.*)

V. Exª está inscrita, mas posso passar.

Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, em primeiro lugar, Sr. Presidente, queria cumprimentá-lo por colocar em debate esse tema. Acredito que só vamos conseguir um resultado efetivo de financiamento da saúde com ousadia.

Aqui, neste momento, tenho que cumprimentar o colega Cícero Lucena, pela coragem e principalmente pela responsabilidade desse relatório. O relatório procura corrigir um erro que fez com que o projeto de lei que votamos, achando que encontraríamos uma solução, se tornasse inócuo, como mostram os números do relatório feito pelo Senador Requião. Então, está corrigindo esse erro e, ao mesmo tempo, ampliando o percentual que está sendo aplicado hoje na saúde, mas de forma responsável, de forma gradual. O Governo não será pego de surpresa, pode se organizar, buscar fonte, priorizar fontes, e teremos um resultado, pelo menos, mais humano em relação a essa questão.

Quero parabenizar a Senadora Ana Amélia, pela relatoria *ad hoc*, parabenizar o Senador Requião, por ter feito um relatório extremamente consistente e prudente e, acima de tudo, cumprimentar o colega Cícero Lucena, pelo seu comprometimento com esse tema. O Cícero, desde que chegou aqui, tem batido nesse tema, tem frequentado as nossas reuniões, mostrado ser um estudioso do assunto, ser um homem responsável nas propostas que faz. Dessa forma, quero cumprimentá-lo e dizer que ele terá nosso total apoio, a nossa defesa e, acima de tudo, nossa admiração.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Serei breve, Sr. Presidente, caros Colegas. Primeiro, acredito que o Senador Cícero Lucena falava que, antes dos movimentos de junho das ruas, ele tinha apresentado essa proposta.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – É de maio do ano passado.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Então, bem antes disso, ele tinha um prenúncio, ele já havia sentido. É um iluminado nessas questões sociais. Vinha sentindo muito antes. E o que surgiu em junho, esses movimentos no Brasil, têm martelado, têm consagrado essa tese. A proposta do Cícero Lucena começou a criar mais força, e o Senador Moka, como disse o Wellington, é um homem da área, e a proposta começou a criar corpo. Quero cumprimentar o Senador Cícero por trazer essa proposta bem antes e o Senador Roberto Requião por fazer um relatório brilhante. Como homem crítico – não manda bilhetes nas questões que gosta de analisar; S. Exª tem essa tradição –, S. Exª sentiu que tínhamos de avançar nessa tese que há pouco relatada, *ad hoc*, pela Senadora Ana Amélia. Então, quero cumprimentar.

Penso que seja um avanço. Penso que estamos avançando nessa tese, Senador Moka, compreendendo uma exposição longa, pausada de um homem, embora jovem, bem meditabundo, como se diz, meio filósofo, o Senador Wellington Dias, meio cauteloso, procurando uma compreensão.

Eu também, quando era Governador também usava isso nas horas difíceis: é melhor duas horas de diálogo do que 5 minutos de tiroteio.

Eu vi o homem bem cauteloso, pedindo...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI. *Fora do microfone*.) – ...problema de saúde.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sim, mais saúde. Pedindo uma calma, mais uns dias, para fazer uma análise. Não há como negar um apelo dele nesse sentido. Ele, que tem trânsito em todo o Governo, em conjunto, faz um apelo de nós aqui, na Comissão de Assuntos Sociais, para um pedido de vista. Naturalmente, nos próximos dias virá, quem sabe até com algumas coisas melhores, para ilustrar ainda mais a proposta do ilustre Senador Cícero Lucena, que há tempos vem batendo nessa tese.

Eu acho que estamos no caminho. Acho que agora, ou vai ou desce! É o momento, com prazos, naturalmente. Temos que, concretamente, buscar uma saída para essa grande luta nacional.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Osvaldo Sobrinho.

O SR. OSVALDO SOBRINHO (Bloco União e Força/PTB – MT) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, realmente trata-se de uma matéria sobre a qual temos de meditar. O Senador Cícero Lucena é um homem que nós conhecemos há muito tempo. Eu aprendi a gostar do Senador quando era assessor do DNIT e o visitava para ver as estradas do seu Estado. Eu já sentia que ele vive com a problemática que ele abraça e que ele defende, com unhas e dentes. Isso é muito bom para um Parlamentar. Portanto, congratulo-me.

Essa matéria eu já li. Acredito ser de extrema relevância para todo o País.

Dias atrás, fui visitar um pronto-socorro de Cuiabá. Olha que já visitei panoramas horríveis. Quando fui Constituinte, tive oportunidade de ir à Intifada, representando o Congresso Nacional, e visitei alguns hospitais em Jerusalém, em Israel e na Palestina. Estavam em guerra. Olha que situação difícil!

Mas o pronto-socorro de Cuiabá consegue ser bem pior do que uma frente de guerra. É uma situação de miserabilidade humana total. O hospital recebe gente que vem de Rondônia e todo Norte do Brasil. É algo muito triste!

Ficamos pensando: meu Deus, será que não podemos eleger como prioridade a saúde, já que elegemos a educação? Mas depois vem aqui o Senador Wellington, que, com seu jeito de diplomata – como são sempre os piauienses – sabe colocar as coisas e também sabe colocar a problemática do outro lado, do Governo. Contudo, acredito que, como falou o Senador Maldaner, é o momento de nós pensarmos realmente no que se pode fazer.

Eu não sei se, como se está indicando, são corretos os dados; se são esses percentuais mesmos que devem ser colocados – 12% para o primeiro ano, 14% para o segundo, 16% para o terceiro e 18% para o quarto –, mas sei, tenho certeza de que alguma coisa tem de ser feita, não só em nível de União, mas também de Estados e municípios.

A situação é crítica! A situação é horrível! É de começarmos a pensar que o que fazemos neste País que deixamos os nossos irmãos morrerem de inanição, miséria, quebrados, arrebentados, sem termos condições às vezes de sequer dar uma anestesia nesse cidadão.

Quando vi chegaram hoje pela manhã de Cuba mais de 400 médicos fiquei pensando: como eles irão trabalhar? É grande a ideia da Presidente Dilma de trazer mais médicos. Eu não vejo problema em falar isso aqui. É uma grande ideia. Agora, será que nos postos de saúde onde eles irão trabalhar têm os equipamentos necessários ou serão criadas mais vítimas? Se acontecer um acidente nesse hospital, como irão se comportar esses médicos?

Então, a situação é muito difícil. Não estamos aqui para criticar, e sim para ajudar, tentar resolver um problema. Logicamente, os recursos do pré-sal vão ajudar a resolver, assim como, daqui a pouco, a Lei da Mineração, mas eu acredito que temos que analisar com o coração, com a alma e com a razão.

Parabenizo o Senador Lucena, pelo seu relatório, pelo seu trabalho, e também o Senador Wellington, por trazer aqui a sua exposição. Mas, entre os dois, eu gostaria que fosse aprovada essa matéria porque, verdadeiramente, eu sinto que o Brasil precisa. Alguma coisa tem que ser feita. Eu não sei se o Governo suporta ou não. Tem-se de analisar bem. Agora, como falou o Senador Maldaner, é necessário sentarmos para conversar, discutir, e, de repente, chegarmos a um consenso geral em relação a uma lei pelo menos mais favorável à população brasileira.

Era o que eu tinha a falar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Muito obrigado, Senador Osvaldo Sobrinho.

Senador Cyro Miranda, Senador Rodrigo Rollemberg e a Senadora, que pediu para ser a última.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Obrigado, Senador Moka.

Srªs e Srs. Senadores, a saúde tem pressa. Não se pode dizer para aquele que está passando fome para

voltar daqui a um mês para ser alimentado, porque ele já terá morrido. E a nossa saúde já não está mais na UTI; ela está prestes a sucumbir de vez.

Eu parabenizo esse paraibano pela coragem de enfrentar esse problema, que é o problema número um do País, recorrente, o que não é de hoje.

Chegou a hora de tomarmos uma posição.

Quando o Senador Wellington Dias, que é mais mineiro do que piauiense, diplomata, coloca que 47 milhões de brasileiros têm plano de saúde, isso é uma amostra da incompetência do Governo, que não dá saúde de qualidade. Desses 43 milhões de brasileiros, mais da metade se sacrifica para pagar seu plano, porque prioriza uma saúde que não tem para sua família. No entanto, deixam de investir na educação, num conforto melhor para sua família e em um monte de outras coisas. Então, isso é uma prova inconteste da nossa incompetência, que não é de hoje, que não é apenas de um governo.

Chegou o momento de tomarmos uma decisão.

O Senador Cícero tem uma lucidez incrível aqui, inclusive por não por a corda no pescoço do Governo. Basta dizer que no primeiro ano já se atendeu aos 12%, na média, e que no último ano foi de 12,38%. Agora, nós não tomamos providências quanto ao fato de que, segundo estudos revelados, no ano de 2011 R$54 bilhões foram desviados deste País e vamos dizer que não temos dinheiro para a saúde, que nós não temos 18%? Ora, vamos roubar menos neste País! Se se roubar a metade, já dá para cumprir esse programa dos 18%. Quando se quer, a criatividade vem. Nunca se pensou em pré-sal, nunca se pensou em como o presidente normatizar para que o dinheiro desviado recuperado viesse para a saúde. Aí, nós vamos ter criatividade, nós vamos ter credibilidade para com o povo com essa criatividade.

Portanto, Sr. Presidente, eu parabenizo a Relatora *ad hoc*, parabenizo esta Comissão, na pessoa de V. Exª, e, principalmente, parabenizo esse paraibano competente e corajoso, porque, se não for assim, não vamos chegar a lugar nenhum.

E peço ao meu querido amigo Wellington Dias que, como a saúde tem pressa e há outras comissões, deixemos essa discussão para outra comissão. Ainda temos um caminho. Se nós formos reabrir todas as discussões novamente na outra comissão, nós vamos morrer de fome. A saúde tem pressa, Senador.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – Sr. Presidente, falarei muito rapidamente, apenas para cumprimentar V. Exª pela condução que vem dando à Comissão de Assuntos Sociais.

Como disse o Senador Wellington, V. Exª, não satisfeito com todas as reuniões e todas as iniciativas que empreende aqui no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, ainda busca fazer diversas reuniões, na sua própria residência, com o Ministro da Saúde e outras autoridades, buscando construir alternativas para o financiamento da saúde.

Esta é uma questão grave, uma questão que tem a sensibilidade do conjunto dos Senadores.

Quero parabenizar o Senador Cícero Lucena pela iniciativa que tomou e pela proposta que está construindo e quero registrar que estamos diante de um tema que não é terminativo nesta Comissão. Ele ainda passará por outras Comissões, mas acho importante que ele tenha um andamento até como uma forma de pressão, para que, efetivamente, se construa, no menor prazo possível, uma solução adequada para o financiamento da saúde.

Portanto, concordando com as preocupações do Senador Wellington Dias e aqui dando um testemunho da preocupação que o Senador Wellington Dias tem demonstrado com essa questão, mostrando também a sua sensibilidade para esse grave problema social, quero registrar nossa posição, pois é importante que esta matéria tramite, até como uma forma de pressão, para que possamos buscar rapidamente uma solução definitiva para o financiamento da saúde.

Assim, cumprimento V. Exª pela condução, cumprimento a Relatora, Senadora Ana Amélia, e o autor da matéria, Senador Cícero Lucena.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – A Senadora Ana Amélia é a última inscrita.

Senador Wellington Dias, nós vamos fazer o entendimento final.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu preciso, como foi bem recomendado pelo autor, o Relator, Senador Roberto Requião, fazer um agradecimento ao trabalho, evidentemente, em primeiro lugar, do autor, Senador Cícero Lucena, e também do Senador Ricardo Ferraço, que foi o autor do PLS nº 11, de 2012, com uma contribuição muito significativa e relevante do Senador Aloysio Nunes Ferreira nesse processo de discussão e de negociação de matérias de que eles eram autores e que foram contempladas aqui neste relatório.

Eu queria dizer, Senador Waldemir Moka, que o argumento do Senador Cícero Lucena tem de ser pesado, mas eu volto à questão política. O Senador Wellington fez uma ponderação, com toda a habilidade e talento que tem, na questão de que um pedido de

vista serviria como argumento para uma negociação e entendimento já que o Governo tomou uma iniciativa, embora esta matéria seja anterior a todas as iniciativas no mesmo sentido.

A Comissão de Assuntos Sociais, sob o seu comando, assumiu uma relevância extremamente significativa, assim como no comando de Jayme Campos, que são as gestões com as quais convivi aqui na Casa, pois cheguei em 2011.

A força política que a Comissão terá, que o Senado terá nesta matéria, é se aprovarmos isso; essa é a força política. Eu respeito profundamente o que disse o Senador Wellington na justificativa, entendo o mérito da iniciativa dele, mas eu entendo que politicamente, para a Comissão, o fortalecimento vai nos dar mais argumentos, porque ela não é terminativa aqui; ela vai à CAE e vai à CCJ.

Então, do ponto de vista político e institucional, no cumprimento dos deveres e prerrogativas que temos nesta Comissão – e eu penso que o Senador Roberto Requião, se aqui estivesse, faria essa mesma defesa –, é uma demonstração clara do nosso compromisso. E eu diria até muito menos, digamos, com a preocupação centrada em atender ao que as ruas quiseram, mas com o estrito cumprimento de uma responsabilidade inadiável.

Os depoimentos do Senador Eduardo Amorim e do Senador Paulo Davim para mim foram absolutamente reveladores da urgência e emergência que temos nesta matéria. Então, se nós demorarmos mais, nós poderemos abrir flancos desnecessários para um embate.

Penso também que só valorizaremos o Poder Legislativo e esta Comissão, que tem tanta relevância, na medida em que a gente tiver a celeridade necessária para isso.

Essa matéria, este projeto do Senador Cícero Lucena, tem duas vertentes: uma vertente é a emergência de saúde, e a outra vertente é federativa.

Eu sou Presidente da Subcomissão de Assuntos Municipais da Comissão de Assuntos Econômicos, V. Exª é o Vice-Presidente, o Senador Casildo Maldaner é um membro e temos outros colegas Senadores. E lá estamos vendo aquilo que o Senador Cícero lembrou aqui: a legislação determina que os Municípios apliquem 15% da sua receita em saúde; os Estados, 12%, e não há nenhuma determinação em relação à União.

Agora o Governo entendeu que não levar adiante essa injusta forma de repartição e essa injusta forma de tratar a Federação. Por conta, exatamente, de que grande parte dos Estados não cumpre os 12%, sobrecarregam os Municípios, que estão aplicando em média de 22% a 25%.

Alguns, como o Município de Joinville, na Santa Catarina do Senador Casildo, o prefeito aplica 34% em saúde. No Município de Panambi, no meu estado, 34% em saúde da sua receita; o que sobra é para fazer outros investimentos e cumprir com outras responsabilidades em várias áreas, todas relevantes.

Então, esse tema é emergencial; é urgente pela saúde.

Pelas declarações que tivemos aqui, saúdo o nosso querido Deputado Darcísio Perondi, da Frente Parlamentar da Saúde.

É emergencial e inadiável, pela saúde das pessoas que estão morrendo sem ter atendimento e pela questão federativa.

Eu penso, sinceramente, Senador Wellington, e entendo as suas razões. A força que nós teremos é aprovando o projeto, porque ele vai ainda a mais duas comissões.

Daremos força, inclusive, ao Presidente desta Comissão, que tem tido compromisso.

O Governo não pode dizer, o Ministro da Saúde não pode dizer que faltou do Senador Waldemir Moka empenho e comprometimento com a solução de todos os temas que vieram aqui, muitos deles bastante polêmicos.

Penso que ela tem essas duas vertentes e elas deveriam ser levadas em consideração.

É o apelo que faço ao Senador Wellington Dias.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Wellington Dias, eu quero que V. Exª entenda que é difícil. O certo seria pedir para que o Casildo assumisse a Presidência para que eu pudesse falar como membro dessa Comissão.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – V. Exª é insuspeito. Pode falar de qualquer lugar.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu gostaria que V. Exª entendesse.

Primeira coisa, eu tenho por V. Exª uma amizade; nós fomos parlamentares junto, fomos deputados estaduais. Lembro-me de V. Exª como Governador do Estado do Piauí, diversas vezes. Lembro da determinação e da garra de V. Exª defendendo os *royalties*. V. Exª é um dos Parlamentares que mais lutou pela regulação dos *royalties*. Nós só avançamos pela garra e pela determinação de V. Exª.

Eu vi a ponderação de V. Exª, que torce junto. Torce mesmo! É visível isso, nós percebemos que V. Exª quer a solução. Agora, quero dizer a V. Exª que aqui ela não é terminativa. O fato de nós a aprovarmos hoje, nessa comissão, tem uma simbologia: nós

vamos fazer com que a PEC, que deu entrada na CCJ, tenha uma alternativa para que o Governo sinta que esta Casa... O Governo sabe disso. Quantas e quantas vezes, eu muito mais ajudo o Governo do que crio qualquer tipo de dificuldade! Claro que algumas vezes não dá, como ontem.

O Relator que me desculpe, mas no relatório dele, que não vem nem na medida provisória, ele mexeu em especialidade médica! Não tem sentido isso. Aí, realmente, posiciono-me de uma forma muito veemente.

Mas, neste momento, quero, com a maior tranquilidade e com o maior equilíbrio, dizer que eu entendo V. Exª. Só que nós estamos há tanto tempo, Senador Wellington, aqui, nesta casa. Quando o Senador Jayme Campos era Presidente, nós já tínhamos as tratativas.

O Senador Humberto Costa foi nomeado relator da subcomissão, e fez um trabalho de fôlego.

Agora está tramitando a PEC. Eu entendo. É constitucional o percentual dos Municípios e dos Estados e certamente, terá de ser constitucional – essa é uma tese – a parte do Governo Federal.

Ao votarmos hoje, aqui, nós vamos dar a possibilidade para que nós possamos continuar essa discussão, pelo menos com uma alternativa, que é essa lei complementar.

Ouço, V. Exª.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Vamos lá. Deixe-me ir pelo lado técnico.

Pelo lado técnico, é a seguinte a minha preocupação. Há a PEC, que está sendo votada na CCJ e é parte de um processo de entendimento pelo conjunto dos Líderes da Câmara e do Senado.

Segundo, aqui na Comissão de Assuntos Sociais esse projeto é um trunfo, por quê? Primeiro, ele tem por trás o respaldo de um projeto de iniciativa popular – ele tem de respaldo isso – e tem um acumulado. Todos os membros desta Comissão estão debatendo. Repito: não tem nenhuma outra que tenha o acumulado de informações que nós temos. Temos alguns membros que são da CAE, e um ou outro que é da CCJ; mas é aqui que o conjunto tem esse acumulado. Qual é o meu receio? E ponderava isso com o Senador Cícero e com a Senadora Ana Amélia. Se esse projeto sai daqui, por exemplo, e vai para a CCJ ele, automaticamente, vai virar um anexo de um projeto maior, que é a emenda. É assim que funciona na regra, já que há uma emenda tramitando sobre o mesmo objetivo, embora com diferenciação.

Quando sentamos à mesa – estamos falando aqui e não tem nada de oculto – hoje para ter entendimento, dissemos que havia uma proposta, que é uma proposta que coloca o equivalente a 10% da Receita Corrente Bruta, que é 18% da Receita Corrente Líquida, e essa proposta não tem como a gente segurar. Esse é o argumento que estamos usando; eu inclusive, como Líder do Partido da Presidenta, estou usando. No momento em que ela for anexada a um projeto de emenda ou for derrotada em uma das Comissões, que não tem todo o acumulado que temos...

Aqui temos certeza que em votação será aprovado, porque há um acumulado aqui nessa linha. Então, o meu apelo é apenas esse. O meu receito é de não termos um trunfo importante, que temos hoje, de pressão.

Se não fosse só isso, usaria um outro argumento técnico. No projeto de emenda, quando o Senador Cícero o apresentou, era 2012. Em 2012 – e ele está correto – o percentual da Receita Corrente Líquida era 12% e, por isso, ele coloca para o primeiro ano após, que seria este ano, 2013, 12%. Estamos em 2013, virando para 2014; se aprovarmos como está é como se o percentual de 2014 viesse rebaixado. Em 2014, pelo que está na PEC, pelo que está na previsão do Governo, vamos virar para 13% da Receita Corrente Líquida.

Então, caberia – por isso o debate – uma alteração do que está colocado aqui neste sentido. Então, não é enrolação, não é estratégia de governo. É a estratégia que a Comissão tem de funcionar. Quero que fique claro aqui isso. Repito, Presidente, por isso estou fazendo um apelo. Temos dois caminhos: peço vista regimental – e o Regimento me dá esse direito – e vira para outra semana, enquanto prosseguimentos nesses entendimentos – é isso que estou querendo, é a essência do que estou querendo – ou temos uma situação em que...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Podemos fazer o seguinte. V. Exª não faz pedido de vista. Suspendemos a discussão...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – O que estou pedindo é isso. Na próxima semana fazemos o debate e dá condições da votação...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Vou fazer uma proposta: suspendemos a discussão...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Só um minuto. Quero que V. Exª preste atenção no que estou dizendo, que é uma proposta.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) –V. Exª, na semana que vem, não vai pedir vista, vai deixar votar o projeto aqui.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Mas aí é a Liderança do Governo.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Ninguém impedir se alguém pedir, mas, da minha parte, sou otimista.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Estou entendendo a vontade e a boa vontade do Senador Wellington de ajudar. Estou percebendo claramente o Senador Wellington, neste momento, não como Líder do PT, mas como membro da Comissão. Estou percebendo isso nele.

É claro que se tivermos tempo... O que estou pedindo a V. Exª é o seguinte: qual é o prazo que a gente teria? Daqui para semana que vem, vamos votar o pedido de vista. Se o Líder do PT não pedir vista, eu não acredito que nenhum outro Senador vá pedir vista, ou seja, nós vamos votar na semana que vem.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Sr. Presidente.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Risco é risco.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Sr. Presidente, até como prova de boa-fé, para não achar que é só uma estratégia de adiar para na outra pedir, eu acho que é importante atender ao meu pedido de vista. Eu mantenho aqui o pedido de vista.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) –Pedido de vista coletivo?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Faz-se o pedido de vista coletivo. Aí, não tem essa suspeição, mas estou deixando aqui, de coração aberto.

Sobre isso o que vou fazer? Peço vista, vou apresentar um voto em separado na semana que vem.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Vista coletiva,então?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Vista coletiva. Fica suspensa a discussão, e a matéria retorna à pauta na próxima reunião.

Mas eu quero aqui, em nome da Comissão, Senador Wellington Dias, agradecer os esclarecimentos que V. Exª fez.

Eu peço a atenção para um requerimento da Senadora Ana Amélia, que é, na verdade, um aditamento ao Requerimento nº 23, da CAS, que trata da realização de audiência pública destinada a discutir a situação dos portadores de mieloma múltiplo, bem como a incorporação de novos medicamentos.

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 58, DE 2013 – NÃO TERMINATIVO –

Em aditamento ao Requerimento nº 23, de 2013 – CAS, de minha autoria, que trata da realização de audiência pública destinada a discutir a situação dos portadores de Mieloma Múltiplo, bem como a incorporação de novos medicamentos, requeiro que seja incluído o nome do Dr. Angelo Maiolino, Médico Hematologista e representante do Comitê Científico Médico da Abrale.

Autoria: Senadora Ana Amélia

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Dispenso, Senador. Já está marcada audiência pública para o dia 17. Apenas foi uma sugestão dos pacientes, porque na composição da Mesa havia a Anvisa, o laboratório que produz o medicamento e também pessoas que representam os portadores da doença do mieloma múltiplo, mas não havia um médico para falar da doença em si, para a gente saber quais são as consequências.

Então, esse é o motivo do requerimento de aditamento para essa audiência pública, agradecendo antecipadamente a sua aquiescência em tê-la agendado, porque é uma matéria muito relevante.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sem dúvida.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o aditamento de V. Exª.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar a presente reunião.

Está encerrada.

(Iniciada às 9 horas e 21 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 58 minutos.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA 48ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 8 DE OUTUBRO DE 2013, TERÇA-FEIRA, ÀS ONZE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às onze horas e três minutos, do dia oito de outubro de dois mil e treze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência Eventual do Senhor Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão

de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Wellington Dias, Rodrigo Rollemberg, Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Cícero Lucena, Osvaldo Sobrinho, Mozarildo Cavalcanti, Eduardo Suplicy, Sérgio Souza, Benedito de Lira e Cyro Miranda, e da Senadora Vanessa Grazziotin. Justifica a ausência a Senadora Ana Amélia e os Senadores Roberto Requião. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se ao início da Audiência Pública destinada instruir o Projeto de Lei do Senado, nº 228 de 2011– Complementar, que dispõe sobre a concessão da aposentadoria especial ao trabalhador na construção civil, em atendimento ao Requerimento nº 19, de 2013-CAS, de iniciativa dos Senadores Paulo Paim e Benedito de Lira, com a presença dos seguintes oradores: LUIZ CARLOS BOTELHO FERREIRA – Vice-Presidente do Sindicato das Indústrias de Construção Civil do Distrito Federal, SINDUSCON-DF, Representante de Robson Braga de Andrade, Presidente da Confederação Nacional da Indústria – CNI; GERALDO RAMTHUN – Presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário do Estado do Paraná – FETRACONSPAR; ANTONIO DE SOUSA RAMALHO – Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil de São Paulo – SINTRACON/SP; FRANCISCO CHAGAS COSTA – Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria da Construção e Mobiliário – CONTRICOM; MIRALDO VIEIRA DA SLVA – Secretário Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria da Construção e Mobiliário – CONTRICOM. Justificou ausência o Sr. ARLINDO ROCHA – Assessor Jurídico da Federação dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário do Estado de São Paulo – FETICOM/SP. A Presidência concede a palavra ao Sr. Luis Fernando Melo Mendes, economista da Câmara Brasileira da Indústria da Construção. Usam da palavra o Senador Waldemir Moka e o Senador Paulo Paim, Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e sete minutos, lavrando eu, Dulcidia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual, Senador Paulo Paim, e publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim,** Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Declaro aberta a 48ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura desta Casa.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública em atendimento ao Requerimento nº 19, de 2013, desta Comissão, de iniciativa dos Senadores Paulo Paim e Benedito de Lira, com o objetivo de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 228, de 2011, complementar, que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial aos trabalhadores da construção civil.

Comunico aos oradores convidados que será concedida a palavra a todos os senhores por dez minutos com mais cinco.

De imediato, vamos compor a Mesa.

Convido para compor a Mesa os ilustres oradores: Luiz Carlos Botelho Ferreira, Vice-Presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil do DF (SindusCon-DF), representante de Robson Braga de Andrade, Presidente da Confederação Nacional da Indústria CNI – seja bem-vindo; Geraldo Ramthun, Presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário do Estado do Paraná (Fetraconspar); convidamos agora o Sr. Antonio de Sousa Ramalho, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil de São Paulo (Sintracon-SP); convidamos agora o Sr. Francisco Chagas Costa, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria da Construção e Mobiliário (Contricom); e, por fim, convidamos – seja bem-vindo – Miraldo Vieira da Silva, Secretário-Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria da Construção e Mobiliário (Contricom). (*Pausa.*)

O Presidente Moka está com compromisso importante na CAE, mas toda vez que lhe solicitamos, S. Exª abre espaço, naturalmente, para que todos sejam ouvidos. Então, uma salva de palmas para o nosso Presidente. (*Palmas*.)

Nós vamos, de imediato, passar a palavra para os nossos oradores, mas antes vou liberar a última fila, para que os convidados possam usar e para que ninguém fique de pé.

A moçada de pé pode sentar. A intenção é que ninguém fique de pé, pessoal. Não é necessário gravata. Com gravata ou sem gravata, todos podem ocupar

aqui... (*Pausa.*) Se faltar lugar, minha querida secretária, não vai lotar aqui. Eu liberaria também, no mínimo, mais quatro vagas aqui na frente, e deixaríamos quatro para algum Senador que porventura passe aqui. Só para que ninguém fique de pé numa audiência tão importante como esta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sejam todos bem-vindos.

Vamos iniciar então nossa audiência pública.

Eu vou seguir a ordem que me foi apresentada pela Secretaria-Geral da Mesa.

Todos sabem que este é um tema para mim importantíssimo. Não por eu ser alguém que trabalha muito com esse tema e tenha muita preocupação com as aposentadorias especiais. Claro que a aposentadoria especial, no meu entendimento, é justa, porque o trabalhador fica submetido a uma área insalubre, penosa ou mesmo com periculosidade. Já que ele sofre as consequências a sua saúde, é importante que ele tenha direito à aposentadoria especial, aposentando-se com 25 anos de atividade. E também, claro – aqui ninguém falta com a verdade – ele escapa do famigerado, maldito fator previdenciário, que eu não queria que pegasse ninguém.

Infelizmente, somente aqueles que têm um tratamento, como a aposentadoria especial, ou o servidor público estatutário que não é celetista, acabam sendo atingidos por essa lei, que é a mais perversa que eu conheço na terra, em matéria de legislação. É uma vergonha que o Brasil não tenha derrubado ainda o fator previdenciário, que confisca pela metade o salário do trabalhador mais pobre quando ele vai se aposentar.

A elite do Executivo, do Legislativo e do Judiciário se aposenta com salário integral, sem fator – e refiro-me inclusive aos Parlamentares. Isso é inadmissível. No Executivo, a mesma coisa. E, no Judiciário, a mesma coisa. O Judiciário que até hoje não derrubou – nós entramos também lá – por que não aplica o fator para eles? Se o fator é tão bom, por que não aplica para o Legislativo? Por que não aplica para o Executivo também? O Executivo não tem fator; todo mundo se aposenta... E aí o teto é quase R$30 mil. E o teto do trabalhador celetista é R$4.160,00.

Por isso, esse debate é importante, inclusive com esse viés. A aposentadoria especial é o mínimo que temos de assegurar ao trabalhador que trabalha em área considerada penosa, insalubre ou com periculosa.

Mas a palestra não é minha. A palestra eu vou fazer em Santa Catarina, no dia 21, no Congresso Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos.

Passo a palavra, de imediato, ao Sr. Luiz Carlos Botelho Ferreira, pelo tempo de dez minutos, com mais cinco e, se for preciso, mais cinco.

O SR. LUIZ CARLOS BOTELHO FERREIRA – Bom dia a todos. Reverencio muito o Senador Paulo Paim e as demais autoridades aqui presentes.

Rapidamente vamos à nossa visão do projeto.

A indústria da construção civil no Brasil é uma indústria em processo muito rápido de mudanças tecnológicas. As mudanças tecnológicas abrigam as precondições firmes, permanentes para a segurança do trabalho. A nossa legislação de segurança do trabalho, como legislação, é uma legislação ímpar mundialmente, bastante avançada. E, dentro da construção, o projeto que está para insalubridade e aposentadoria precoce em relação à média das demais aposentadorias carrega consigo alguns dificultadores diretos.

A primeira dificuldade está pertinente à questão obrigacional, pessoal a cada trabalhador, de estabelecer uma contabilidade diuturna de todo o seu tempo de trabalho e de tudo aquilo que lhe está acontecendo.

Mas isso já está abrigado no FAP (Fator Acidentário de Prevenção) da Previdência Social, tecnicamente estabelecido, estudado por anos e ainda em discussão e numa fase ainda forte de questionamentos para um melhor funcionamento.

A condição efetiva que está estabelecida no projeto, art. 2º, é tempo de trabalho permanente. Permanente é aquele que permanece. Logo na frente, permanente não ocasional – reforçou o permanente. E nem intermitente. Intermitente é hoje sim, amanhã não, depois de amanhã sim, mais na frente não. Então, não pode ser intermitente.

Ora, a característica da construção civil é exatamente a condição de que tem a obra, tem o trabalho; não tem a obra, não tem contratos, não tem o trabalho. Sem trabalho, não há como contar tempo permanente. Então, isso aqui está diretamente no contraponto daquilo que o Governo atual vem produzindo em relação às condições de não mais onerar a folha de pagamentos ou a Previdência Social. A Previdência Social, que vem sendo suprida pelo Orçamento fiscal do Tesouro Nacional, tem lá suas dificuldades de fechamento das aposentadorias. A média de vida do brasileiro cresceu muito; a mundial também tem crescido. O sentido de avanço da condição da aposentadoria é de mais anos para aposentar-se, para que aqueles contribuintes, hoje, da Previdência e, amanhã também, deem conta de pagar a conta da Previdência.

Quando se reduz essa idade de aposentar, complica-se a condição de solvência da Previdência. Então, o Governo atual tem trabalhado no sentido de que essa contribuição aconteça de forma equilibrada. O projeto trabalha em direção oposta; trabalha na direção de reduzir a idade da aposentadoria. O trabalhador da construção começa aos 18 anos, 20 anos; com 25

anos aqui para aposentadoria especial, dá 45 anos, e a média de vida é superior a 60 anos. Então, ele vai receber aposentadoria média, porque há outros que irão a muito mais, mínimo de 20 anos.

Esse ônus sobre a Previdência é imenso. Agora, o que o setor empresarial vê? Toda vez que se aplica o acréscimo, o incremento de custo indireto sobre a massa salarial, o trabalhador é prejudicado, em vez de ser beneficiado. Ele é prejudicado, porque o que melhora para o trabalhador é o salário direto, é o que ele recebe, põe no bolso e vai gerir. Ele vai gerir a sua renda. Aquilo que não vai para ele gerir não é dele, ele não sabe como ocorrer o benefício.

Então, é fundamental na massa salarial, como está aqui no projeto, sejam 6%, para aumentar a contribuição,a fim de abrigar uma aposentadoria especial da construção civil, que já está resolvida lá no FAP. Isso é onerante à sociedade, à economia, ao crescimento e à melhoria da renda geral da sociedade. E, para o Estado, que é o aglutinador, o recepcionante dessa contribuição, ele terá maior dificuldade para poder assistir a própria Previdência.

Nós temos um crescimento da vida útil no Brasil alta, mas a população está parada, a população não cresce. O ingresso da mulher no trabalho da construção civil traz um outro dificultador para esse tipo de brevidade de aposentadoria. Qual é a dificuldade? É que a mulher também se aposenta muito antes. Isso, abrigado na construção civil, ainda vai trazer um ônus outro para a Previdência. Isso está antagônico também à recente aprovação da desoneração da folha, de onde saíram os 20% da contribuição da área empresarial, como contribuição à Previdência, para 2% de tributo sobre as faturas, sobre o faturamento das empresas.

Ora, quando saiu isso, já houve uma luta grande para ocorrerem essas mudanças de longo prazo, que vêm a longo prazo. Agora, nós estamos tendo o reverso aqui. Outros 6% de contribuição; quer dizer, os 20% passam a 26%; de 20%, veio para os 2%, e o trabalho para ajustar toda essa contribuição é extremamente complexo em termos das folhas de pagamento e da massa salarial.

Então, não beneficia o trabalhador. Beneficia, sim, muito poucos trabalhadores. Por quê? Há dez anos, as aposentadorias especiais para todos os segmentos produtivos eram 400 mil. Hoje, são 4 mil. Em 2011, já chegamos a 4 mil. Por quê? Por que a Previdência tem elaborado procedimentos sistêmicos para identificar, de fato, o que é a necessidade da aposentadoria antecipada; ou seja, excluiu a massa das aposentadorias especiais por um critério de saúde que está aí vigente. E não consta que haja reclamações efetivas, porque as 4 mil estão acontecendo, ou seja, são aquelas que de fato necessitam...

Dito isso, nós vamos deixar uma nota técnica para a Comissão, do ponto de vista não econômico e social, mas com a repercussão efetiva na parte do Direito, na parte da constitucionalidade em outros elementos.

Mas nós queremos homenagear o empenho do Senador Paim em relação à busca de melhoria para o trabalhador. Muitas delas estão bem consagradas – e nós temos que agradecer pelo seu trabalho – mas, nesse caso particular aqui, a vigência e a forma de o trabalhador ter de operar isso aqui é algo impraticável e não trará, de fato, um resultado melhor.

A outra condição efetiva é a questão da consequência econômica – uma vez isso tendo fluência, a consequência econômica para a quantidade de trabalhadores na construção. Esse é um sistema litigante, porque o trabalhador vai litigar, buscando aquilo que é do Direito, é um dever dele e um dever da empresa, mas buscando também aquilo que não é propriamente a condição efetiva do Direito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Esse foi o Sr. Luiz Carlos Botelho.

Como diz o outro, eu estou presidindo aqui, mas há controvérsia em todos os debates. Naturalmente, vai-se demonstrar isso. E que bom que a gente pensa diferente. O ruim é se todo mundo pensa igual. Por isso, temos o debate, temos processos: alguns pensam de uma forma, outros de outra, e nós estamos aqui devido a isso.

Vou passar, de imediato, ao Geraldo. Mas eu acho muito engraçado quando a gente fala que a Previdência está falida e não tem recurso, mas, ao mesmo tempo, a gente abriu mão de R$70 bilhões, desonerando a folha da parte do empregador. Essas coisas eu não consigo entender muito. Eu sou da Base do Governo. Abrimos mão de R$70 bilhões já, e o dinheiro não está voltando, quando nós saímos de 20% sobre a folha, para 1,5%, 1% e zero. A maioria já paga zero sobre a folha. Se pegarmos as micro e pequenas empresas, a ampla maioria paga zero.

Se há dinheiro para desonerar tanto a folha, não tem dinheiro – nesse caso aqui específico, só para suscitar o debate as minhas provocações aqui –, como é que você não pode garantir a aposentadoria? Pelo que eu vi, não vai atingir ninguém. Então, vamos aprovar logo o projeto. Se não vai atingir ninguém, aprove-se. Pelo que eu vi – não é o que eu penso – pelo debate em que estou levantando a preocupação aqui, parece-me que não vai atingir ninguém. Se não vai atingir ninguém, vamos aprovar. Falta de dinheiro não é porque estamos desonerando a folha em mais de 20%.

Mas o debate é que vai mostrar. Só estou provocando vocês.

Presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário do Estado do Paraná (Fetraconspar), Geraldo Ramthun.

O SR. GERALDO RAMTHUN – Nós queremos saudar o Senador Paulo Paim, trazendo um abraço forte e fraterno do Presidente da Nova Central Sindical dos Trabalhadores, José Calixto Ramos.

Primeiramente, quero dizer que aposentadoria aos 25 anos não se trata, nem de longe, de ser uma aposentadoria precoce, já divergindo do Dr. Luiz Carlos. Também, com referência à oneração da folha de pagamentos na Previdência, Senador Paulo Paim, nós entendemos que o que onera a folha de pagamento pode ser a filha do militar que não casa nunca e continua a receber pensão; podem ser os brotinhos que se casam com idosos e, após a morte, continuam recebendo a pensão. Penso também que, se todas as empresas do ramo da construção civil registrassem os trabalhadores e cumprissem a legislação, a Previdência teria dinheiro suficiente para pagar os benefícios, até porque o Governo, como falou V. Exª, foi muito sensível com as empresas da construção civil quando desonerou a folha de pagamento e isentou também de impostos os materiais da construção civil.

O Senador Paulo Paim apresentou esse projeto de lei possivelmente por ouvir as reivindicações do movimento sindical e também pela sua experiência de vida, ao ver tantos trabalhadores da construção civil sem forças para continuar trabalhando e sem o tempo de contribuição para se aposentarem.

Lembro, Senador Paulo Paim, quando foi discutida, em uma audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais do Senado, em março de 2005, a mudança na redação do art. 198 da CLT, proposta pelo Senador Marcelo Crivella. O art. 198 da CLT dispõe que é de 60kg o peso máximo que um trabalhador pode remover individualmente. A discussão, na época, era se o peso deveria ser 20kg ou 30kg. Após várias discussões, a matéria foi aprovada, e a redação proposta foi de 30kg. Hoje, está na Câmara dos Deputados, sendo apreciada.

Naquele mesmo dia, mesmo os contrários à diminuição do peso reconheciam que, na construção civil, o trabalho é estafante, pesado e perigoso. O Senador Marcelo Crivella, em sua manifestação, disse aos presentes – abro aspas:

> *Lembro que em todas as obras que comandei– foram muitas, dezenas delas –, era muito triste ver um caminhão de cimento chegar, às cinco horas da tarde, e serventes, muitos deles idosos, tendo que encostar ao lado do caminhão. Duas pessoas, em cima do caminhão, pegavam um saco, colocavam na cabeça do servente, que ia, então, se equilibrando para levar até o almoxarifado.*

Isso não pode ser comparado, mesmo na comparação mais distante, a uma brincadeira de criança que carrega um colega por cinco minutos na escola.

O Senador Paulo Paim, que estava presente, falou o seguinte – abro aspas:

> *(...) Estou com 55 anos. Se eu estivesse na fábrica e me mandassem carregar um peso correspondente a 60kg, com certeza absoluta, eu não carregaria e seria demitido, porque não tenho condições físicas para tanto. E me considero ainda um jovem* [na época. *(Risos)*], *só que, efetivamente, não há como eu carregar um saco de 60*kg *quilos."* [V. Exª falou isso.]

A mudança na redação do artigo foi aprovada no Senado em 2005 – faz mais de oito anos... Nem preciso falar a idade de V. Exª, porque V. Exª já confessou aqui na Mesa...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS. *Fora do microfone.*) – Se não tivesse contado, tinha me entregado...

O SR. GERALDO RAMTHUN – Com certeza.

Então, a mudança na redação foi aprovada em 2005 – faz mais de oito anos –, e os trabalhadores, nas obras, continuam carregando saco de cimento de 50kg! Por quanto tempo? Mais oito anos? Mais 15? Mais 20 anos?

Esse trabalhador está sendo afetado em sua integridade física? Sim ou não? Nós entendemos que sim. Nem se diga que, em diversas obras, não entra mais o saco de cimento, haja vista a era da tecnologia da construção, tais como: argamassa pronta, armação de ferro pronta – é bom lembrar que a estrutura armada não nasce pronta, alguém tem que construir –, reboco automático, nanotecnologia empregada na construção, dentre outras tão faladas aqui.

Há muitos anos, Senador Paim, as telhas que eram utilizadas nas coberturas eram de barro. Descobriu-se a telha de fibrocimento. Na época, foi a grande novidade, e o telhado tornou-se leve. Posteriormente, descobriu-se que a fibra de amianto pode causar câncer.

E a nanotecnologia empregada na construção hoje? Ela é invisível a olho nu. Será que no futuro isso não poderá causar danos à saúde do trabalhador?

Mesmo aplicando outros métodos construtivos, o fato é que a fabricação de betoneiras está em alta.

Portanto, o cimento, a pedra, a brita e a areia estão sendo manuseados nas obras, e o resultado disso é a poeira que prejudica a saúde do trabalhador.

O reboco automatizado aumenta a produtividade e diminui custos, isso é verdade, mas o trabalhador tem que desempenar para dar o acabamento da superfície. Essa tarefa repetitiva no acabamento causa bursite, tendinite e dores musculares. Usa-se no acabamento a lixa. Ao se passar a lixa, gera-se poeira e, consequentemente, problemas respiratórios no operário.

A alta produtividade exigida dos trabalhadores nesta época de construção de novos estádios devido à Copa da Mundo 2014, que acontecerá no Brasil, somada à construção de milhões de casas do projeto Minha Casa, Minha Vida, que é positivo, além dos arranha-céus avistados por nós de grande distância devido à sua grandiosidade, submetem o trabalhador a ficar exposto ao frio, ao calor, à altura e às demais intempéries. Isso, no nosso entendimento, já é argumento suficiente para os trabalhadores da construção civil terem uma aposentadoria aos 25 anos de trabalho, e reafirmo que isso não significa aposentadoria precoce; é uma aposentadoria justa.

O Senador Paulo Paim presidiu, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, dia 11 de março agora, audiência pública na qual gestores públicos e especialistas da Justiça do Trabalho debateram o número de acidentes do trabalho e de mortes na construção civil. O auditor fiscal Francisco Luis Lima, do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, informou que os acidentes são devido à pressão do empregador em aumentar a produtividade. Segundo o auditor, em 1995 a construção do metro quadrado durava 42 horas e hoje dura 36 horas. Isso demonstra por que temos o alto número de acidentes na construção. Li uma matéria na imprensa em agosto deste ano, agora, recentemente, em que o Seconci de São Paulo. Para quem não sabe Seconci é Serviço Social da Construção...

(Soa a campainha.)

O SR. GERALDO RAMTHUN – ... é órgão vinculado ao SindusCon-SP (Sindicato da Indústria da Construção Civil de São Paulo), que, por sua vez, é vinculado à Fiesp e à CNI, que está nesta audiência representada pelo Dr. Luiz Carlos. O título da matéria: "Dor é a principal causa de afastamento na construção civil, diz estudo." A matéria afirmava que o Seconci analisou 3.926 atestados médicos emitidos em 2012, e, destes, 42,7% eram por causa de dores e inflamações. Repito, de 3.926 atestados, 42,7% eram por dores de inflamações (musculares, nas costas, ombros, juntas e tendão), 13,1% eram por contusões, entorses, traumatismos e ferimentos. Esses dados não são da Fetraconspar, lá do Paraná; esses dados não são da Nova Central Sindical de Trabalhadores. Os dados são de uma entidade vinculada ao setor empresarial da construção civil, cuja pesquisa científica foi realizada, segundo a matéria, pelo Instituto de Ensino e Pesquisa Armênio Crestana (Iepac/Seconci). Esse, Senador, é mais um argumento para que o Projeto de Lei do Senado nº 228, de sua autoria, seja olhado com carinho e aprovado pelos demais Senadores.

O ilustre Senador Benedito de Lira, Relator desse projeto, em sua análise, manifestou-se da seguinte forma – abro aspas:

> *Concordamos com o autor quanto ao indiscutível mérito da proposição. O trabalho na construção civil é sabidamente um labor desgastante, que demanda grande quantidade de mão de obra, no qual, mesmo com o aprimoramento das tecnologias da construção, continua a ser um trabalho que depende diretamente de grande esforço físico dos trabalhadores, e que os expõe a diversos agente nocivos a sua saúde.*

Continua o Senador:

> *Diversas são as doenças e lesões cuja etiologia pode ser direta ou indiretamente ligada ao trabalho na construção civil, das quais destacamos, além das lesões ortopédicas, traumáticas e por esforço repetitivo, a insolação, a silicose, a abestose, o reumatismo por exposição à umidade, intoxicação química. [Finalizou o Senador.]*

A Fetraconspar e a Nova Central Sindical de Trabalhadores concordam com os argumentos do ilustre Senador Benedito de Lira, que, ao mesmo tempo, parabenizamos pela profundidade com que mergulhou neste tema tão importante para os operários que constroem esta Nação.

É inegável que os trabalhadores da construção civil estão expostos aos agentes químicos – poeiras, tintas;, agentes físicos – ruídos; agentes biológicos – escavação, saneamento; riscos ergonômicos – esforço físico, trabalho repetitivo –, que prejudicam com certeza a saúde e a integridade física do nosso operário.

Vejamos os acidentes de trabalho.

Fizemos um levantamento tomando por base os dados oficiais de acidentes do trabalho, doenças e mortes na construção, de 2006 a 2011. E vou deixar o documento com V. Exª.

De 2006 a 2011, aconteceram na construção civil 289.420 acidentes, sendo desses 2.303 óbitos. Apro-

veitamos também para trazer para esta audiência os dados de acidentes de seis anos de todos os setores da economia.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. GERALDO RAMTHUN – Muito bem.De 2006 a 2011, aconteceram no Brasil, em todos os setores da economia, 4.073.760 acidentes e 16.616 óbitos. Na construção, eu já falei, foram 2.303 óbitos, 13,85% de mortes.

É bom comentar, e quero aproveitar estar oportunidade para dizer que esses dados são oficiais.

Profissionais da saúde do próprio Ministério do Trabalho afirmam que esses números estão muito aquém da realidade. E nós concordamos com isso.

Ao mesmo tempo, aproveitamos a oportunidade para dizer aqui no Senado que é uma vergonha termos acesso de dados sobre acidentes somente até 2011. Nós, do movimento sindical, Senador Paulo Paim, queremos saber quantos acidentes e óbitos aconteceram em 2012, em 2013; queremos saber quantos acidentes aconteceram no mês de agosto, para que possamos tomar uma atitude.

As informações, no nosso ponto de vista, deveriam ser tão rápidas como são as notificações de cobrança de multa de trânsito – apenas como exemplo. Se eu tiver uma multa de trânsito aqui, eu receberei daqui a alguns dias lá em Curitiba. Nós queremos essa rapidez também para dizer onde se acidentaram os trabalhadores.

Outro dado que trazemos é sobre a rotatividade na construção civil. Mas, antes, vamos informar quantos trabalhadores foram contratados no Brasil em todos os setores de janeiro de 2003 até dezembro de 2012; portanto, dez anos. Em dez anos, no Brasil – dados oficiais –, foram contratados 157 milhões e 255 mil trabalhadores e demitidos 142 milhões e 702 mil trabalhadores, com saldo positivo de 14 milhões.

Na construção civil, nos dez anos, foram contratados 17.921.926 trabalhadores e demitidos 16.487.000, um saldo positivo de 1.434.000. Isso demonstra a grande rotatividade existente na construção civil.

O projeto de V. Exª é muito coerente, no nosso ponto de vista. O trabalhador, para ter direito a aposentar-se aos 25 anos, deve cumprir requisitos: o tempo de carência; deve comprovar perante a Previdência o tempo de trabalho permanente, não ocasional nem intermitente, como já falado aqui; deve comprovar a exposição aos agentes nocivos e químicos, físicos e biológicos. Toda essa prova e comprovação serão através do PPP (Perfil Profissiográfico Previdenciário), que é o histórico do trabalhador que a empresa deve preencher, relatando todo o período em que exerceu sua atividade, e que deve entregar ao operário quando de sua rescisão. Nesse formulário constará se o trabalhador ficou exposto ou não aos agentes.

Pensamos também que, se esse projeto for aprovado – e vamos trabalhar para isso, Senador Paulo Paim –, irá contribuir muito para que as condições de trabalho melhorem nos canteiros de obra. As entidades sindicais já estão atentas ao preenchimento do Perfil Profissiográfico Previdenciário, inclusive com o eSocial. O eSocial é um estudo que está sendo debatido – já está aí, está escrito –, que possivelmente substituirá RAIS, PPP, CAT e Caged. A nossa preocupação é se, com o eSocial, os trabalhadores terão isso de uma forma obrigatória a ser entregue pela empresa.

Então, estou dizendo aqui que, com certeza, com tudo isso, o conjunto do movimento sindical, iremos contribuir muito e muito para que se faça justiça aos trabalhadores.

Senhores, o Brasil estará, em breve...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O senhor tem dois minutos para concluir.

O SR. GERALDO RAMTHUN – Vou usar 40 segundos.

O Brasil estará entre as cinco potências mundiais em breve, daqui a uns 15 anos, mais ou menos.

Não é crível pensarmos somente na questão econômica, principalmente neste momento aqui; não é crível. Deveremos olhar a figura humana, o homem, o transformador da brita, da areia e do cimento no sonho e nos desejos daqueles que têm oportunidade de ter uma moradia.

Muito obrigado, Senador Paim. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Geraldo Ramthun, Presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário do Estado do Paraná, a quem peço que deixe uma cópia desse documento, que vou encaminhar para todos os Senadores da Comissão no ato da votação. Não farei nenhum comentário. Acho que você foi muito feliz na sua palestra.

Vamos, de imediato, ao próximo.

Passo agora ao Sr. Antonio de Sousa Ramalho, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Construção Civil de São Paulo (Sintracon).

O SR. ANTONIO DE SOUSA RAMALHO – Bom dia a todos e a todas. Cumprimento o Senador Paulo Paim e o parabenizo pela iniciativa, Senador. V. Exª é um dos poucos Parlamentares que nunca deixou de ficar ao lado dos trabalhadores, independentemente de estar na Base do Governo ou não. Eu até tenho brincado, às vezes, nas minhas palestras, nos meus

debates em São Paulo, que eu conheço dois Paulos que podem até ter alguns defeitos, mas jamais os vi se omitirem de defender os trabalhadores: Senador Paulo Paim e o Deputado Federal Paulo Pereira da Silva, o nosso Paulinho. O Paulinho pode ter um monte de defeitos, mas sempre tem lado. Ele está do lado dos trabalhadores e atende todos; independente desse ou daquele partido, dessa ou daquela central, o Paulinho está sempre ali.

Então, quero parabenizar V. Exª por essa sua posição, que é reconhecida, hoje, por todos os trabalhadores do Brasil e eu acho que por uma maioria dos dirigentes sindicais. Meus parabéns.

Quero cumprimentar o Geraldo Ramthun e, ao mesmo tempo, parabenizá-lo pelas explanações – muito boas e muito corretas; cumprimentar o nosso Presidente, o Francisco Chagas, mais conhecido como Mazinho; cumprimentar o nosso Miraldo Vieira; e cumprimentar o nosso Luiz Carlos.

E já vou entrar no debate provocando um pouco, Luiz Carlos, porque somente quem conhece o trabalho da construção, somente quem vive o trabalho da construção civil e conhece bem como funcionam as coisas no setor da construção civil pode defender um projeto como esse, Senador Paulo Paim.

Eu estou na construção civil desde 1968, quando saí lá do sertão da Paraíba, da roça, e comecei a vida como servente de pedreiro, em São Paulo. Muito embora, já há quase 9 anos, eu receba da Previdência, ainda sou empregado da mesma empresa, muito embora tenha me aposentado com esse maldito fator previdenciário de dez salários mínimos. Eu hoje recebo R$2.730,00 de aposentadoria. Se, pelo menos, tivesse seguido o fator 100%, sem essa perda toda, Geraldo, era um pouco mais.

Todo mundo sabe que São Paulo é um exagero em tudo – a cidade de São Paulo, o Estado de São Paulo. O Estado representa quase um terço do País em tudo. O sindicato de São Paulo acaba sendo um sindicato grande. Hoje, tem perto de 400 mil trabalhadores na base. É um sindicato grande. Por ser grande, tudo é grande também. Nós temos um ambulatório médico com 32 médicos, 27 dentistas, e ainda fazemos parte do Seconci, que foi criado no dia 20 de março de 1964, lá em São Paulo – portanto, 11 dias antes do golpe militar –, por iniciativa de um grupo de empresários e de trabalhadores. Havia um trabalhador, o João, que se tornou, depois, ministro classista do Tribunal Superior do Trabalho, que é um órgão importantíssimo.

Essas pesquisas que você leu, Geraldo, estão corretíssimas. Nós temos um acompanhamento no Sindicato, Senador, de coisas muito tristes. Boa parte dos trabalhadores, em certa época, têm mesmo de ficar encostados por conta das lesões por excesso de trabalho. O que mais leva a isso tudo é a maldita tarefa que vocês impõem por aí afora: é o trabalhador trabalhar dez, doze horas por dia, às vezes sábado e domingo. E o que é pior, Senador: recebe um terço na folha e dois terços por fora. Se fizer a conta do que esses trabalhadores recebem, muitas vezes, de depósito fantasma na conta deles, daria para cobrir esses 6% e sobrava dinheiro e muito, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Só explica para nós: como é que é? Não entendi como é isso.

O SR. ANTONIO DE SOUSA RAMALHO – Como funciona essa coisa? O cara chega lá e pega aquela parede para fazer. Ele trabalha por metro quadrado. Na carteira dele, é registrado lá o piso que você negocia. No caso de São Paulo, R$1.200,00. Ele, claro, se matando, consegue tirar em média R$5 mil, que é um grande dinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Só que não paga a Previdência; ninguém paga.

O SR. ANTONIO DE SOUSA RAMALHO – Só que isso é sonegado na Previdência porque é pago por fora. Olha, perde o INSS, perde ele na aposentadoria, perde no Fundo de Garantia, perde no décimo terceiro, férias, aviso prévio. Eu acho que no Brasil inteiro há essa prática maldita.

Em São Paulo, os advogados descobriram uma forma, talvez, de ganhar dinheiro, porque entram com ações de 30 a 850 mil. Infelizmente, o trabalhador, precisando de dinheiro, acaba fazendo acordo de 60, 70 mil. Tudo bem, recebe algumas dessas coisas, mas o Estado perde, com esse calote enorme.

Construtora, hoje, não tem empregado: contrata o "gato", porque aí nós estamos enfrentando essa maldita dessa terceirização. E sobre essa terceirização, Geraldo e companheiros,eu acho até que o projeto que o Sandro Mabel tinha feito era razoável, mas hoje ele está, desculpe-me, uma droga. Ele acaba de arrebentar com tudo, com a estrutura do setor do trabalho. Eu acho até que precisa mesmo ter terceirização no setor da construção civil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Como dizia um amigo meu: o do Sandro Mabel já era ruim; este conseguiu ser pior ainda.

O SR. ANTONIO DE SOUSA RAMALHO – Pois é, este conseguiu ser pior do que o do Sandro Mabel. Chegou a uma situação... Porque, pelo menos, o do Sandro Mabel, lá na sua origem, garantia que a contratante aplicasse todos os benefícios à contratada: se o cara tinha café da manhã, se tinha o mesmo salário, se tinha isso, se tinha aquilo. Esse, não; esse isenta

o contratante. Aí você tem as grandes construtoras... Não posso falar dos outros Estados, porque não tenho noção. São Paulo, não; nós temos estudo, um estudo científico, levantado, passo a passo. Você pega as grandes construtoras em São Paulo, nenhum engenheiro é empregado da construtora; é um tal de PJ, é um cara contratado – que também faz uma mutreta enorme para sonegar a Previdência Social.

E o terceirizado, o "quarterizado", o "quinterizado", muito embora nós tenhamos na convenção que garanta um pouco cortar tudo isso, é da seguinte forma: você pega lá uma determinada empresa, e aí o cara coloca lá, na carteira, R$1,2 mil; lá no holerite, ele coloca R$1,2 mil, acrescenta mais duas horas-extras por dia, e aparece lá R$1,6 mil. O outro, quem deposita não é nem o "gato"; aparece na conta desse trabalhador; quando não paga por fora, em espécie. Aparece na conta do trabalhador por um fantasma – até a gente vai ouvir isso, porque, com a evolução hoje das novas tecnologias, vão começar cruzar e, daqui a pouco, a conta dos trabalhadores poderá até ser presa para justificar a origem do dinheiro. E ele não roubou nada. Pelo contrário. Ele se matou para caramba.

O SR. JOÃO BARBOSA DE ARRUDA (*Fora do microfone.*) – São duas contas, Ramalho: uma para o caixa-dois e outra para o contracheque. Duas contas para cada trabalhador.

O SR. ANTONIO DE SOUSA RAMALHO – E é isso mesmo que funciona em todo o Brasil.

Quer dizer, eu fico aqui perplexo, quando vejo aqui, com todo o respeito, o Luiz Carlos Botelho Ferreira, sendo contra o projeto. Fico realmente perplexo, porque a gente conhece a realidade da coisa.

Agora, o problema não é o dinheiro. O grande problema é que boa parte desses caras morrem muito antes de completar 50 anos de idade. Ele morre não só por conta das doenças ocupacionais – somando os acidentes de trabalho, passa um pouco de R$60 bilhões o custo para a União –, mas ele não morre só por conta disso; muitos, hoje, porque está na moda, morrem porque entram em depressão, porque, é claro, o patrão – e, se eu fosse o patrão, eu também seria assim –: "Eu só vou dar emprego se o cara produzir".

Quando ele não tem mais condições de produzir, de fazer a tarefa, de se encher de dinheiro, e o outro dinheiro até que ele ganhou e que foi razoável, já foi – porque às vezes a família é grande –, ele entra em depressão; quando não se suicida, vai morrer de tristeza, dessas coisas todas que acontecem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – E nessa rotatividade, entra um mais novo, com mais força...

O SR. ANTONIO DE SOUSA RAMALHO – Eu faço uma palestra lá na base, todas as terças-feiras, pela manhã. Não fiz hoje, porque eu vim a Brasília, e não fiz. E faço outra na quinta-feira, em fábrica. Quer dizer, antes de sair para ir para a Assembleia, na parte da manhã, eu vou visitar as bases. Olha, 90% dos trabalhadores da construção civil, em São Paulo, têm menos de 30 anos. E onde estão aqueles que já construíram São Paulo? Onde eles foram parar? Será que eles evoluíram, foram para os bancos? Será que eles viraram empresários?

E pior que isso: em São Paulo, talvez, sofram mais do que em muitos outros Estados, porque ainda há os agenciadores, Senadores, que vão lá ao Maranhão, ao Piauí, à Paraíba, que é a minha terra, à Bahia, trazem esse pessoal provisoriamente, colocam-nos lá em regime de escravidão, em trabalhos análogos, e, quando muito, sobra para eles o desabamento, como o desse prédio que aconteceu lá em São Mateus, matando dez trabalhadores, deixando 26 feridos e seis gravemente feridos. Pior que isso: ainda bem que caiu ali, ainda foi bem, porque matou trabalhadores, pois poderia ter matado muita gente, com um prédio desses funcionando com 100 funcionários da loja Torra Torra e mais 400 clientes.

Você imagine o trabalhador trabalhando de fachada num prédio. E ele só ganha se receber por metro. Primeiro, as negociações são horríveis. Você olha na revista *Pini* tem um valor de metro. Por exemplo, segundo a revista, são R$27,00 para se rebocar uma parede. Pagam para o trabalhador R$3,20 para trabalhar na fachada. E ele só ganha se produzir. Aí, tem vento, tem chuva, tem sol, tem poeira. Como bem colocou aqui o nosso companheiro Geraldo Ramthun, há todos os problemas químicos – de tinta, de impermeabilização, de corte de cerâmica, de corte de pedras, enfim. E ele está lá, trabalhando. Quando não está recebendo chuva e frio, está recebendo toda aquela poeira que circula na obra, e a respira.

Outra pesquisa feita, que não foi divulgada – mas foi feita também pelo Seconci: a grande maioria dos nossos trabalhadores têm problemas pulmonares. A grande maioria. Foi levantada pelo Seconci junto conosco, sem falar em outra grande pesquisa que o Seconci fez, e foi proibido de divulgar: a pesquisa sobre a má alimentação, o que provoca outras doenças enormes, porque esse trabalhador, com certeza, se alimenta com poeira, com essas coisas todas, com comida fermentada... E foi feito também um estudo, e o médico do Seconci... Eu sempre defendi o Seconci-SP, porque, num Brasil em que a saúde está falida, eu tenho de levantar as mãos para o céu e dizer que pelo menos o trabalhador ainda tem o Seconci-SP. Infelizmente, no Brasil, a saúde está falida.

Mas o médico perdeu o emprego, porque fez tudo isso, e a gente acabou fazendo, talvez, o que não devia. O Seconci não podia divulgar, e eu divulguei, fiz um escândalo danado por conta disso e acabei prejudicando um trabalhador que era o médico do Seconci.

Para vocês terem uma ideia, dos 32 médicos que nós temos no sindicato, cinco são ortopedistas só para cuidar desse tipo de doença. E o que é pior ainda. Vocês sabem que essas inflamações na coluna não geram afastamento. Os caras vão lá, ficam aguardando a perícia e outra perícia... Se desse afastamento, parava a maioria dessas pessoas, e os trabalhadores têm de continuar trabalhando, infelizmente, ou param de trabalhar. Não dá afastamento.

Nós tivemos a situação de um que, com muito sacrifício, consegui que fizesse uma cirurgia na coluna, e ele acabou morrendo, porque, depois da cirurgia, ele teve uma embolia pulmonar e, em seguida, um infarto.

Por tudo isso, Senador, quando V. Exª me convidou, eu fiz questão de vir aqui. Em São Paulo, hoje, a gente tem muitos projetos para aprovar. Eu falei que gostaria de vir e, para concluir, esse projeto, a gente sabe... V. Exª lembra muito bem e todos aqui, também, que o grande defensor disso era o saudoso Waldemar Pires, que foi da CUT e do PT. Infelizmente, o setor perdeu, e muito, com a morte do Waldemar, Um grande companheiro *(Palmas),* atuante e que defendia isso. Quantas vezes ele me falava: "Ramalho, estou lá, junto com o Senador Paulo Paim. Nós estamos junto com Vicentinho. Nós queremos aposentar...".

Então, quero agradecer a oportunidade e parabenizar V. Exª e todos os que estão aqui participando, mas em especial, pela atuação de V. Exª, que sempre esteve lá, com ponderação, com equilíbrio, para que possamos sempre defender o ser humano. É o trabalhador, Paulo Paim. Luiz Carlos, é o cidadão, é o ser humano. É para que a gente possa chegar em casa e dormir, independente de sermos empresários, Parlamentares ou trabalhadores.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Antonio de Sousa Ramalho, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil de São Paulo, Sintracon, que, de improviso, mostrou o dia a dia dos trabalhadores.

Quero também assegurar, com a Secretaria da Mesa, que uma cópia dessa palestra seja depois distribuída para todos os Senadores. Vamos ver com a TV Senado, de modo que todos os Senadores possam assistir, porque hoje há muitas comissões atuando, e é importante que eles conheçam um pouco essa realidade, que eu também não conhecia. Da forma como está sendo colocada aqui, eu não conhecia. Quando apresentei o projeto, tinha consciência de a área é insalubre, perigosa, penosa. Ninguém tem dúvida, porque todo mundo sabe o que é uma obra. Embora haja uma posição ou outra, todo mundo sabe o que é uma obra.

Nem vou usar a palavra "gato", como foi na construção civil no polo petroquímico do Rio Grande do Sul. No dia em que eu tinha assumido a presidência do sindicato de Canoas – quem é de lá sabe –, quando eu assumi, no mesmo dia, estoura o movimento no polo. Disseram: "O Paim tem de vir para cá". E eu: "Mas eu sou metalúrgico de Canoas". Confesso a vocês que peguei a Brasília amarela que eu tinha e fui para casa. Quando eu cheguei à porta de casa, eu disse: "Mas está errado. Não importa se sou presidente dos metalúrgicos". Voltei e fui para o polo. Cheguei lá, e a greve era pelas condições de trabalho, tanto lá quanto em Candiota, para aonde fui também, onde fiquei 12 dias. Por que fizemos a greve? Só pelas condições de trabalho. Tinham morrido inúmeros trabalhadores. Fui para Candiota, paramos Candiota, até que foram dadas condições dignas para a moçada poder viver, tanto que estava morrendo gente na obra. Então, conhecemos um pouco esse mundo das obras. Sou metalúrgico, não conheço tanto como vocês, mas conheço um pouco. Por isso, quando apresentei o projeto, eu o apresentei com muita segurança e muita tranquilidade.

Passo a palavra agora ao Sr. Francisco Chagas Costa, que é Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário (Contricom).

O SR. FRANCISO CHAGAS COSTA – Bom dia, Senador Paulo Paim. Bom dia, companheiro Ramthun; companheiro Ramalho; companheiro Miraldo, Secretário-Geral da Contricom; Dr. Luiz Carlos, representando o Sinduscon, do Distrito Federal e também representando a CNI; e demais companheiros do plenário que aqui se fazem presentes.

Vendo e ouvindo atentamente a manifestação e a palestra do Geraldo, nós, como representantes da Contricom, uma das maiores confederações de trabalhadores do segmento da construção e do mobiliário, nada temos a retirar da sua manifestação, Geraldo. Apenas queremos acrescentar alguns tópicos, porque ninguém é mais sabedor que nós que vivemos o dia a dia, Senador Paulo Paim.

A luta em que o trabalhador passa por situações análogas ao escravismo está dentro da Constituição. Eu lamento muito contestar a fala do Dr. Luiz Carlos – inclusive, o Senador foi bem feliz quando nos antecedeu – de que a Previdência seria um caos em conceder uma aposentadoria. Não é nem um favor que está fazendo o Governo ou mesmo o Parlamento em

aprovar essa aposentadoria especial aos trabalhadores que labutam na situação análoga a que estamos dizendo, situações de crises ou intempéries, como foi citado pelo Ramalho e pelo Geraldo, com chuva, sol, sem falar também no grande prejuízo à saúde do trabalhador que é o amianto, que ninguém citou. É uma discussão aí. Quem trabalha na obra convive, no dia a dia, com o amianto e não escapa disso, não, com os produtos químicos, tinta...

Tudo isso é relevante para que nós pleiteemos, realmente, uma aposentadoria de origem não privilegiada, mas, sim, uma aposentadoria mais condigna para aquele que realmente faz um esforço tremendo, como disse o Geraldo Ramthun. Ao carregarmos um saco de 50kg, quando se carrega para perto e ainda há alguém para botar na cabeça, Geraldo, ainda é bom, porque há uma ajuda. O saco de cimento não tem alça, é um desconforto incalculável pegar um saco de cimento e querer colocar no ombro, ou na cabeça, para levar para qualquer lugar, principalmente quando se trata de fazer traço de massa em primeiro ou segundo piso, onde não há também um elevador que conduza isso, onde ele tem de subir pela escada.

Eu vejo que o setor empresarial não sabe que o maior trunfo dele ainda é o trabalhador. A receita da lucratividade, do progresso, do crescimento da empresa dele é o trabalhador. Eu duvido que, se ele pegar as grandes empresas... Hoje, há mais de 200 mil empresas do setor da construção, mas eu lhe garanto que apenas 100 são domadoras, são gestoras de todo o recurso que geram dentro da construção. Sabem por quê? Porque terceiriza, "quarteiriza", "quinteiriza", vai até "decenizar". O problema é não ter responsabilidade com aquele que está construindo.

E aí, como citou bem o companheiro Ramalho, ainda vem um projeto do Deputado Sandro Mabel fazendo aquela zoada toda, adquirindo a terceirização. Quer dizer, ele não quer mais nenhum compromisso, nenhum vínculo que o trabalhador tenha com a empresa principal, gestora do contrato. E hoje nós podemos numerar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Que seria a responsabilidade solidária.

O SR. FRANCISO CHAGAS COSTA – Isso. E hoje nós podemos enumerar, Geraldo, que há uma *holding*, um *pool* de empresas grandes que, por sua força econômica e política, comanda toda e qualquer licitação que parta de recurso do Governo Federal, estadual e municipal – para isso aí não tem bom – e depois vai rateá-lo.

Nós tivemos exemplos de visitas, Senador Paulo Paim, a casas feitas pelo Minha, Casa Minha Vida, com recursos do trabalhador. São recursos do trabalhador que o Estado viabiliza. Há, inclusive, recursos do FGTS, que estão colocando agora. De 2.200 casas, no interior do Maranhão, mais de 1.400 casas sem a mínima condição de moradia: todas rachadas, sendo desoneradas, caindo.

O projeto de lei que era para constituir um *habitat* para o trabalhador, com preço acessível de até 5 salários mínimos, para ele pagar uma prestação razoavelmente, condizente com o salário que ele recebe, e ele não está tendo nem mais condições disso, porque o salário já triplicou o valor da prestação. Então, ele prefere ficar no aluguel e morar nas choupanas.

O Ramalho falou uma das coisas que mais tem acontecido. E quando aconteceu, Ramalho, aquele acidente em São Paulo, eu estava em São Paulo, em uma reunião com a Federação, com a Fiscon, de São Paulo. Havia mais de 50 sindicatos reunidos lá, quando recebemos a notícia. É lamentável que 8 dos companheiros que lá foram vitimados, que perderam a vida...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Foram 10.

O SR. FRANCISO CHAGAS COSTA – Não, 10, mas 8 eram do Estado do Maranhão. E, hoje, há um *lobby* ilusório tão grande de que contratar, nos Estados pobres, trabalhadores do setor da construção para levar para as cidades ricas, ele vai ficar rico, vai ser dono de empresa, o que é um absurdo.

Eles estão chegando no Maranhão, no Piauí, nas cidades mais realmente carentes, atrás de mão de obra, enchem os ônibus e levam para o sul do Pará. Aliás, no sul do Pará, é onde realmente existe uma hidrelétrica, mas no sul do País, na região Sudeste, e lá deixam as pessoas amontoadas no alojamento, sem a menor condição de higiene, sem a menor condição de alimentação, sem a menor condição de espaço para nada. Isso nós temos visto, pois temos andado por aí e temos observado essa situação. É gritante ver os trabalhadores dizerem que a situação não perdura mais, porque realmente não há mais como suportar isso.

Nós sabemos, Senador, que existem vários projetos transitando na Câmara dos Deputados, justamente apensados a este projeto de lei, que é justamente condicionado à aprovação da regulamentação do §1º do art. 201 da Constituição. Ele abre mais um espaço para se discutir.

Ora, é lógico que existem categorias que talvez sejam analisadas por um aspecto mais técnico para ver se há a viabilização de condicionamento a uma aposentadoria especial. Mas negar ao trabalhador da construção esse aspecto é um casuísmo muito grande, Senador. É uma aberração que o Parlamento não analise e que, como o senhor mesmo disse, o valor

da desoneração da folha foi R$70 bilhões anuais para o setor patronal; não foi para os trabalhadores, não.

Eu pergunto a vocês, trabalhadores, que estão aqui, representando a classe trabalhadora, se receberam algum benefício desse valor da desoneração? Nenhum; nem um palmo de metro quadrado de área foi aumentado para a mão de obra; nem um palmo foi diminuído do setor da construção. Ao contrário. O imóvel continua aumentando, e muito.

Hoje, aqui em Brasília, quem não ganha bem não mora. Vai morar debaixo dos viadutos, porque aqui está um absurdo. Um apartamento de dois quartos, com 46m², está custando R$550 mil. Qual é o trabalhador que pode pagar isso? Diga-me, pelo amor de Deus! Eu pergunto, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Deixando bem claro que um apartamento de R$50 mil só se for bem longe do Plano Piloto, porque aqui perto do Plano...

O SR. FRANCISCO CHAGAS COSTA – Estou falando de um imóvel lá pelas bandas de...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Aqui no Plano são R$200 mil.

O SR. FRANCISCO CHAGAS COSTA – Estou falando isso bem longe daqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Bem longe, bem longe.

O SR. FRANCISCO CHAGAS COSTA – Então, Senador, esse é um momento ímpar para que possamos realmente, através de V. Exª... A Contricom se sente honrada em participar, inclusive com três representantes – um delegado, um representante e o Secretário-Geral –, desta audiência pública para debater tema dessa natureza. Nós já estivemos também na Câmara dos Deputados, no dia 28 de maio, a convite do Deputado Daniel Almeida, para discutir o tema.

Uma das coisas que nós lamentamos e sentimos muito: quando se trata de problemas decorrentes de trabalhadores, há uma ausência muito grande do Parlamento, há uma ausência muito grande do Parlamento. Assim foi na Câmara, e assim está sendo no Senado.

Eu acho que esta Casa do Poder Legislativo deveria valorizar temas iguais a esse com melhores condições, como V. Exª o faz com todo esse cuidado.

Os projetos que estão aqui tramitando, tanto o 228 como o 60, são de autoria de V. Exª, pelo que me consta, e neles estão apensados vários que foram propostos por outras categorias que recorreram a situações também de aposentadoria.

Para se ter uma ideia, Senador, hoje, nós podemos dizer, em situações bem claras, que a preferência de jovens para trabalhar no setor da construção não existe mais. Nenhum jovem, por mais que tenha conhecimento técnico ou específico de alguma relevância, procura o setor da construção. A substituição é alta, porque nós não temos uma qualificação adequada, uma requalificação. Nós não temos investimento nisso.

O setor patronal adora quando pega o trabalhador pronto e acabado. Mas eu duvido que ele faça alguma coisa do lucro que está tendo numa obra, numa construção, ou até mesmo no setor de operacionalização financeiro, ou que tente tirar algo para justamente qualificar aquele trabalhador. Eu duvido!

Hoje, os jovens não pretendem mais, de forma alguma, recorrer a um setor desses que é tão sacrificado. É um setor desgastante demais. Por quê? Nós não podemos mais suportar nove, dez horas dentro de uma construção, com má alimentação, desconforto, sem tempo. Há pressão do setor patronal para terminar a obra, porque, se quebrar o contrato, precisa pagar juros. Tudo isso aí cai em cima do trabalhador.

Então, nós, da Contricom, recentemente pleiteamos, conclamando os envolvidos nesse processo, nesse projeto de lei do Senador Paulo Paim, para que realmente analisem a matéria com carinho e com bastante atenção e aprovem o projeto.

À nossa categoria, a categoria que nós representamos, estão filiadas 14 federações e vinculados 331 sindicatos. Representamos três milhões de trabalhadores diretamente na base, com mais de 200 mil mulheres hoje, que devem ser merecedoras de um olhar diferenciado no sentido de fazermos uma aposentadoria justa, como disse já o Geraldo Ramthun. Nós não queremos aposentadoria especial só por querer. Temos um procedimento a seguir também que a própria legislação estabelece; não seria uma aposentadoria pelo fato de serem pessoas do setor da construção.

Então, Senador, para nós, mais uma vez, é uma honra imensa estarmos aqui defendendo esse projeto e dizer que a Contricom estará na luta ao seu lado e dos demais políticos que realmente estejam envolvidos nisso aí. Agradeço a todos os atores envolvidos nesta questão, porque, realmente, ela apenas começa agora; ela apenas começa agora. Muita estrada teremos de percorrer, e muitas águas debaixo da ponte irão passar.

Meu muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Governo/PT – RS) – Muito bem.

Este foi o Francisco Chagas Costa, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário, Contricom. Parabéns também pela sua exposição.

Vamos, de imediato, ao Sr. Miraldo Vieira da Silva, o último convidado a falar, Secretário-Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário, Contricom.

O SR. MIRALDO VIEIRA DA SILVA – Muito obrigado. Bom dia a todos e a todas! Quero saudar o Presidente desta reunião, Senador Paulo Paim, e, em seu nome, saudar os demais Senadores desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Governo/PT – RS) – Quero só dizer que o Senador Waldemir Moka, que é o Presidente da Comissão, está aqui no plenário, já, acompanhando os debates.

O SR. MIRALDO VIEIRA DA SILVA – Saudar, de forma especial, o nosso Presidente da Comissão, e também, de forma muito especial, meu camarada e Presidente da minha Confederação, companheiro Mazinho, os demais diretores, Haroldo, companheiro Geraldo Ramthun, que é do Conselho; companheiro Edgard, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Construção e do Mobiliário aqui, de Brasília; senhores que compõem a Mesa, Dr. Luiz Carlos, companheiro Antônio Ramalho, senhoras e senhores do plenário, meus companheiros, trabalhadores do setor da construção e do mobiliário. É com muita satisfação que a Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário, Contricom... Também falo em nome da CTB, Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, e trago um abraço fraterno do nosso Presidente Adilson Araújo, que está em compromisso na Bahia e não pôde participar desta audiência.

A aposentadoria especial do trabalhador da construção é uma categoria que se firma cada vez mais como essencial à vida das cidades. E é nesse contexto, no Brasil, como sexta economia mundial, que se insere este setor, braço forte da economia, grande gerador de emprego e renda, responsável também por principais políticas sociais, seus programas e propostas estruturantes presentes nas áreas de portos, aeroportos, infraetrutura, habitação e saneamento básico.

O fortalecimento da indústria da construção é uma das principais estratégias adotadas pelo Governo Federal, na última década, para enfrentar os desafios da economia no País. Não é à toda que a Presidente Dilma investiu só em 2012 quase R$350 bilhões na cadeia produtiva da construção.

O setor da construção representou 5,7% do PIB em 2012, e teve, em 2011, seu melhor resultado quando possuía cerca de 7,8 milhões de ocupados, representando 8,4% de toda a população ocupada no País.

Não obstante o crescimento, os dados de acidentes no Brasil têm sido um problema, que, ano após ano, não têm merecido o olhar devido do Governo. Estamos no segundo semestre de 2013 e ainda não temos os dados dos acidentes de 2012. Portanto, nossa comparação será em relação a 2010 e 2011. Não compreendemos o fato, assim como o nosso companheiro Geraldo, de a multa de trânsito sair em questão de horas, e os dados estatísticos de acidentes de trabalho no Brasil levarem em média dois anos para serem divulgados.

Na contramão da história, a indústria da construção tem deixado saldo negativo para o Estado brasileiro, para os trabalhadores e seus familiares, que são os óbitos e acidentes, e os mais graves ocorridos no setor são por queda de altura, queda de materiais, dermatites, soterramentos, choques elétricos, sobrecargas musculares, dentre outros.

Os números de acidentes de trabalho registrados no Brasil em comparação com os ocorridos na construção foram: no ano de 2009, 733.365 acidentes; no setor da construção civil, 55.670. No ano de 2010, esse número no Brasil caiu para 709.475; na construção civil aumentou em 2010, comparado com 2009, para 55.960 acidentes. Em 2011, houve aumento nos acidentes ocorridos no Brasil de 709.000 para 711.164. Enquanto na construção civil, desses 709.000, em 2010, foram 55.000, em 2011, subiu para 59.808 acidentes. Portanto, cai o número de acidentes no Brasil, aumenta o número de acidentes no setor da construção.

Os operários da indústria da construção estão expostos às mais diversas condições degradantes e desumanas de trabalho, prejudicando sua saúde física e, em alguns casos, mental.

Em média, o trabalhador da construção civil sai de casa às 4h da madrugada para se submeter às mais precárias condições de transporte público no nosso País até chegar ao seu local de trabalho. Em muitos casos, não sabem em que hora irão retornar ao seu lar, para, no dia seguinte, e até no mesmo dia, acordarem novamente às 4h da manhã para retornar ao trabalho, Senador.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MIRALDO VIEIRA DA SILVA – Os que conseguem voltar, bem lembrado.

Já no trabalho, esses operários laboram nas mais diversas condições climáticas, sendo obrigados a cumprir uma carga horária excessiva, exaustiva e estressante, sem sequer saber o horário em que ele vai bater o ponto de saída. Laboram sob sol, chuva e temperatura que varia de 42° nos Estados do Nordeste a 5° nos Estados do Sul, quando não é menos do que isso.

Os bravos obreiros laboram permanentemente expostos a ruídos insuportáveis – no caso específico de serra circular, bate-estaca e outros –, manuseio de ferramentas, produtos da construção como, por exemplo, sacos de cimento que pesam 50kg – já falado pelo meu companheiro e amigo Geraldo Ramthun –, ocasionando risco ergométrico, o que leva a diminuir consideravelmente sua capacidade laboral.

O trabalhador e a trabalhadora da construção civil, que entram no mercado de trabalho aos 20 anos, dificilmente conseguem chegar aos 40 anos de idade trabalhando com o mesmo desempenho.

Os problemas respiratórios ocasionados pela poeira e manipulação de terra, lixamento de parede, silicose encontrada nos cimentos e agentes químicos são outros fatores inimigos dos operários da construção.

O amianto, que é uma fibra cancerígena, está constante no local de trabalho, assim como cimento, cal, gesso, argamassa, tinta, cola e tantos outros, que estão em contato direto com a pele dos trabalhadores e das trabalhadoras da construção.

Há exposição a riscos biológicos encontrados na água acumulada da chuva, onde se proliferam várias culturas de mosquitos e insetos.

Quedas de altura, choques elétricos e soterramento são fatores de risco que os operários convivem diuturnamente no local de trabalho, desde o primeiro passo dado na entrada da obra até a sua saída.

Como se não bastasse, senhoras e senhores, companheiros e companheiras, os operários da construção civil, até mesmo pela natureza do seu trabalho, são expostos aos mais humilhantes locais de convivência, seja no momento de fazer suas necessidades fisiológicas, seja na hora sagrada de sua alimentação e descanso. Se é que podemos chamar 30 minutos de descanso, para quem tem profundo desgaste físico ao longo da sua jornada de trabalho.

A responsabilidade de atendimento às demandas dessa categoria, a mais pulsante, certamente diz respeito ao meio ambiente ao qual está subordinada, o que justifica a aprovação de um projeto de aposentadoria especial. Assim, a atenção e compreensão das condições de trabalho ganham dimensões gigantescas frente às necessidades de garantia de direitos da categoria, que ainda carece de melhores salários...

(Soa a campainha.)

O SR. MIRALDO VIEIRA DA SILVA – ... melhores estruturas de trabalho, segurança, estabilidade e definitiva inclusão no universo trabalhista brasileiro.

Pensando assim, senhoras e senhores, companheiras e companheiros, faz-se urgente a aprovação desse projeto. Somos da opinião de que o Estado brasileiro precisa corrigir essa distorção quanto ao tempo em que laboram os operários da construção em nosso País. O Brasil tem uma dívida com os trabalhadores, e esta Casa, o Senado Federal da República, especificamente esta Comissão, tem a responsabilidade de reparar essa dívida, aprovando a aposentadoria especial para os trabalhadores da construção e do mobiliário.

Portanto, finalizo, agradecendo mais uma vez a iniciativa do Senador e de outros Senadores, membros desta Comissão, principalmente o Presidente da Comissão que está aqui presente, para dizer que nossa Confederação, nossa Central está à disposição, não só nesta Comissão, mas à disposição da Casa, para tratarmos dos pontos que dizem respeito aos trabalhadores da indústria da construção e do mobiliário.

Mais uma vez, muito obrigado e estamos à disposição. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) –Muito bem, Sr. Miraldo Vieira da Silva, Secretário-Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria da Construção e do Mobiliário – Contricom.

Bom, falaram quatro a favor do projeto, e um – não digo nem contra – fez ponderações no sentido de que o projeto, em seu entendimento, não é o que ele consideraria adequado para o momento. Mas há dois companheiros no plenário que têm uma visão também diferente.

Eu consultei nosso Presidente, Waldemir Moka. Acho que o contraditório é fundamental e é importante ouvir a todos. Como uma ou duas pessoas faltaram, depois de consultar o Presidente, porque isso fere o Regimento, mas vai na linha do equilíbrio, vou, neste momento, abrir a palavra, em primeiro lugar, ao Sr. Luís Fernando Melo Mendes, que é da CBIC (Câmara Brasileira da Indústria da Construção).

O SR. LUÍS FERNANDO MELO MENDES – Antes de tudo, queria agradecer a V. Exªs por conta desta oportunidade, pois sei que não é uma praxe. Também quero aproveitar, porque também acredito... Não sei se o Dr. Luiz Carlos ainda tem interesse de fazer alguma observação...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Ele vai falar. Todos falarão de novo nas considerações finais, mas aí será muito rápido.

Por isso, abri para você. Você fala pelo tempo que entender necessário. Dei para todos 15 minutos. Você tem os mesmos 15 minutos.

O SR. LUÍS FERNANDO MELO MENDES – Perfeito. Bom, o que eu vou apresentar... Primeiro, quero dizer que nesta sala há muita gente que eu admiro bastante, inclusive Ramalho, já estivemos junto no Fundo de Garantia. Enfim, aqui está muita gente importante.

Algumas observações, na verdade, sobre as falas e, em particular, uma que é mais diretamente ao projeto. Falou-se sobre a questão da rotatividade no setor. É bem verdade que existe, de fato, uma rotatividade alta no setor. Mas os números de rotatividade pioraram, significativamente, nos últimos anos, muito em particular – porque a gente sabe que houve o au-

mento da contratação de trabalhadores – por conta de os próprios trabalhadores saírem de um emprego para outro por conta de uma oportunidade às vezes melhor. Esse tipo de situação está dentro da estatística. De fato, essa rotatividade passa também por essa mudança de emprego, às vezes, voluntária.

Então, a gente não pode olhar o número de forma tão direta, simplesmente admitidos e demitidos, porque os demitidos, na verdade, entram em demissão voluntária também, e não só em involuntária. Acho que esse é um ponto que deve ser ressaltado, porque houve muita saída de trabalhadores pelo aumento de oportunidade, pois, de fato, o setor da construção, nos últimos anos, teve uma posição de destaque. Foi colocado como centro de uma pauta de governo, inclusive, e isso acabou de fato animando o mercado de trabalho, onde a gente inclusive assistiu a um fato que mostra o dinamismo, que foi um crescimento do número de empregados, com o aumento também da renda. Então, eu acho que isso é um fato importante.

Outra coisa foi exatamente esse crescimento, que eu acho que tem que ser ressaltado, do número de trabalhadores dos últimos dez anos, já que a gente está trabalhando com uma estatística média em torno de dez anos, em que a gente praticamente dobrou o número de trabalhadores também. Por indicadores oficiais, pelo Caged, a gente identifica que houve um aumento de 100%, de 2005 para cá, praticamente, do número de trabalhadores formais. Eu acho que isso é importante, até para que a gente possa ter um olhar também um pouco mais crítico sobre a estatística dos acidentes previdenciários.

Eu não tenho a menor dúvida, e isso eu posso dizer até como trabalhador, de que o objetivo é que todo mundo saia de casa e volte para casa sem nenhum acidente, sem nenhum problema, porque ninguém sai para trabalhar para ter problema, é óbvio, e sim para melhorar sua condição de vida.

Mas olhando o número de forma relativa, a gente identifica que houve, na prática, uma redução do número de acidentes de algo em torno de 2% de dez anos para cá para algo em torno de 1,7%. Então, o número ainda é alto? O número é alto. Mas aí há outro fator que eu acho que tem que ser considerado e que não está diretamente associado ao processo de produção da construção civil, que são os acidentes de trajeto. Porque houve um aumento muito significativo do número de acidentes de trajeto, até por uma melhoria da qualidade de vida, do acesso a veículos, do estímulo até que foi dado a esse tipo de acesso, a motos.

E a questão também de você não conseguir mais produzir dentro das áreas centrais e acabar indo às franjas das cidades acabou trazendo também um maior aumento de deslocamentos. Isso, obviamente, acabou gerando um aumento de acidentes de trabalho. Quando é retirado da estatística, esse número cai bastante significativamente nos últimos dez anos. Lá, o acidente de trabalho representava, dez anos atrás, coisa de 30% do número de acidentes, e agora você está com algo em torno de 50% a 60% do número de acidentes, só com acidentes de trajeto. Então, isso também tem que ser considerado.

Por que eu estou ressaltando essas questões? Porque um dos fatores que eu acho que têm que ser também falados é a questão da formalização da mão de obra que aconteceu nos últimos anos.

Eventualmente, até quero dizer que, se empresas estão pagando por fora, isso tem que ser denunciado. Eu acho que é até uma obrigação. Se não estão denunciando, talvez seja porque, de fato, estejam se sentindo beneficiados. Mas isso é outra questão. Eu acho que está errado, tem que se buscar uma solução, para se incorporar 100% de tudo para dentro do sistema.

Mas acho que a questão da formalização tem que ser ressaltada. Por quê? Porque eu acredito que, com o cumprimento das normas técnicas, com o pagamento dos fatores que já estão previstos em lei, sem dúvida nenhuma, não só em parte já cumpre esse dever de indenizar o sistema, como evita também um acidente. Porque o que acredito que seja o grande causador de acidentes é a informalidade.

O fato de o trabalhador não trabalhar em um sistema formal e entrar na estatística, muitas vezes, como sendo um trabalhador do setor – porque ele faz a informação do acidente sem FAP, e isso passou a ser considerado, de 2007 para cá – acaba trazendo também uma série de distorções para a estatística, e você acaba comparando acidentes que eventualmente possam acontecer na informalidade. E acredito que boa parte dos que ainda acontecem são na informalidade, porque, infelizmente, na informalidade, ele não está sujeito a um conjunto de normas técnicas e de segurança e saúde no trabalho que eventualmente não são colocadas dentro de uma empresa formal.

A fiscalização de fato aumentou nos últimos anos. As empresas e os empresários têm declarado isso insistentemente, porque é fato, e tem melhorado o ambiente de trabalho sim. A gente não pode desconsiderar. Aumentou, como eu falei, o dobro o número de trabalhadores, e isso, é obvio, gera uma série de números em termos absolutos sempre muito maiores. Mas, em termos relativos, esses números, na prática, tiveram redução. Isso tem que ser considerado.

Sobre o sistema previdenciário, a questão da aposentadoria especial tem um caráter... E aqui foram citados e foram ressaltadas algumas aposentadorias dos militares, dos juízes, até mesmo dos Parlamentares. São distorções do sistema.

Eu entendo que a gente não pode se basear pela distorção. Definitivamente, essas aposentadorias são as que de fato acabam onerando hoje o sistema e acabam de fato fazendo com que o sistema se torne cada vez mais deficitário.

Sem dúvida alguma, se se perguntar para um militar se ele tem interesse em reduzir ou tirar para ele a aposentadoria, é óbvio que não. Mas a gente acaba dando benefício a um grupo específico em detrimento de uma maioria. E a maioria do sistema, a maioria dos trabalhadores acaba se prejudicando em detrimento de uma meia dúzia.

Então, o fato de não apoiar uma aposentadoria especial, independente de ser para o trabalhador da construção ou para qualquer outro trabalhador, é porque ele torna cada vez mais o sistema deficitário. E o sistema não tem hoje a previsão de recolhimento para esse tipo de aposentadoria, o que agrava mais ainda o problema. E, como hoje o sistema previdenciário está dentro do caixa do Tesouro, Tesouro Nacional e Previdência estão dentro de um mesmo caixa, aumentar o custo do Tesouro e aumentar o custo da Previdência é aumentar mais o encargo tributário, e a gente sabe muito bem que eu estaria transferindo poupança privada, ou seja, recurso que poderia ser hoje aplicado, inclusive investimentos em coisas que poderiam trazer frutos para o futuro, carregando isso à vista do sistema previdenciário para financiar um sistema, a longo prazo, e não um sistema que faz necessariamente os investimentos que o País precisa.

Ou seja, você tira a possibilidade de o próprio trabalhador optar por uma previdência privada ou por um sistema de poupança imediato para cair para uma relação direta de consumo, em detrimento de um investimento de longo prazo.

(Soa a campainha.)

O SR. LUÍS FERNANDO MELO MENDES – É só para ter uma visão mais sistêmica e retirar a visão de curto prazo, em detrimento da de longo prazo. Essa é uma outra questão. O sistema é muito mais complexo. No momento em que eu retiro capacidade de poupança do setor privado, eu retiro capacidade de investimento, isso no curto prazo.

No momento em que eu retiro capacidade do sistema público também de fazer novos investimentos e ele precisar de mais arrecadação para poder se financiar, eu também comprometo o futuro. Então, eu também não só prejudico o trabalhador de certa forma, como prejudico o empresário e prejudico o País no curto, no médio e no longo prazo.

Então, eu crio distorções no sistema que eu entendo que não são benéficas para ninguém. O sistema previdenciário, como boa parte do nosso sistema tributário, é extremamente... Eu diria quase que caótico. Ele gera mais distorção do que solução.

A tentativa de solucionar o problema, colocando mais problema para dentro, acredito não ser a melhor maneira.

Basicamente, é isso. Não vou me alongar mais.

Obrigado pela oportunidade, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Meus cumprimentos pela participação no plenário.

Agora, as considerações finais. É claro que o Presidente, no momento em que entender, tem o direito de falar e sem pedir para mim, que aqui sou apenas um auxiliar dele.

Eu vou deixar que o Luiz Carlos escolha. Como, na Mesa, foi você quem fez a polarização, prefere falar agora ou quer ser o último a falar? Você escolhe. E ainda vou dar um tempo maior do que os outros devido à posição que você representa, mostrando aqui o nosso espírito democrático, porque é a orientação do meu Presidente.

O SR. LUIZ CARLOS BOTELHO FERREIRA – Eu posso falar agora, até porque economizei os meus sete minutos a mais no começo do diálogo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Está com a palavra. Vou conceder a você dez minutos. Para os outros, cinco.

O SR. LUIZ CARLOS BOTELHO FERREIRA – Está bem. Vamos ser objetivos.

A primeira questão é a seguinte: estão na mesa cinco convidados. Quatro convidados do setor laboral, um do setor empresarial. Eu gostaria de pleitear...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Só para esclarecer para quem assiste à TV Senado. Foi convidado, mas não veio. Faltou, justificou que não poderia vir. Mas V. Sª está com a palavra.

O SR. LUIZ CARLOS BOTELHO FERREIRA – Mas foram convidados quatro?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Foram convidados mais dois, que justificaram a não presença.

O SR. LUIZ CARLOS BOTELHO FERREIRA – Esse é o mundo empresarial brasileiro. A participação precisa ampliar-se.

Eu queria pleitear a condição paritária e pleitear ao Senador Paulo Paim... Naquela minha fala coloquei

o agradecimento às condições virtuosas que ele tem trazido ao capital e ao trabalho, e gostaria de exemplar. Eu quero exemplar com a seguinte condição: tenho lá meus 70 anos, 50 anos de empresário; uma das grandes dificuldades do nosso País é a impossibilidade de termos capital e trabalho resolvendo por si, sem intermediação do Estado, ou sem que o Estado impeça, ou sem que o Estado gere condições que não são efetivamente virtuosas para o trabalhador ou para o mundo empresarial ou para a sociedade.

E vamos lá. Exemplo. O mundo empresarial fez um acordo, há alguns anos, para repor a perda do Fundo de Garantia ao trabalhador – que não foi causada pelo mundo empresarial, foi causada pela gestão pública. Concordou, fez uma lei e colocou lá um pagamento a mais de um percentual pequeno sobre o recolhimento dos 8%, nos oito e pouquinho por cento, e um pagamento de 10% na multa, que ficou sem data para ser extinto, exatamente para poder acabar de repor o Fundo de Garantia perdido na condição inflacionária dos planos econômicos.

Bom, esta Casa e a Câmara aprovaram uma nova lei para poder extinguir, porque já há dois anos há documento da Caixa Econômica, documento do Governo dizendo que aquilo tinha sido encerrado, já estava compensado. Aprovou-se com uma maioria muito grande. Foi a veto presidencial. Foi vetada. Veio aqui e não foi derrubado o veto.

Ora, esse dinheiro era do trabalhador. As empresas estavam contribuindo para o trabalhador. Na honra de encerrá-lo, ele passou a ser tributo, que se diz que vai para o trabalhador no Minha Casa, Minha Vida. Não é verdadeiro nem é de fato 100% disso. Por quê? Porque o Fundo de Garantia só remunera – na verdade não remunera, desconstitui, desremunera, retira – o fundo do trabalhador, porque só remunera a 3,5% quando sempre a inflação foi muito alta. E hoje ainda é alta: 6, 7, 8, 9%. Então, a cada ano ele perde metade disso daí.

A transformação dos 10% poderia ter ocorrido de outra forma. Ele representa 0,9, vou arredondar para 1. Ele representa 1% do aumento salarial que poderia ter sido dado tirando a multa dos 10% e aumentando a massa salarial do País inteiro em 1%. No entanto, ele foi para a caixa da Receita Federal.

Então, vejam bem, isso tinha que ser resolvido entre as empresas, entre o capital e o trabalho. E o capital teria dado esse 1% direto ao trabalhador. Nós precisamos ter renda direta ao trabalhador, e não todas as outras condições que há de encargos sociais e outros elementos que há aí, que não chegam nunca ao trabalhador. Esse é só um exemplo.

Mas nós vamos ver, a seguir, três respostas que eu quero dar. Primeiro, também quero agradecer muito ao Ramalho todas as ações virtuosas que ele trouxe para a relação entre capital e trabalho, e ele é extremamente positivo em dizer verdades sem estar manipulando dados. Então, eu quero agradecer o trabalho que ele tem feito esse tempo.

Mas, dentro disso, também quero dizer a ele uma coisa que é óbvia. A mão de obra ou a massa salarial da construção civil, que foi 30%, 35%, 40%, hoje é de 45% a 55% do contrato, com exceção dos serviços extremamente mecanizados. Mas na edificação é isso. Então, não há como ter caixa dois de 50% de um contrato de R$10 milhões, R$100 milhões, R$200 milhões. Não há como equacionar essa receita. Então, não é como ele coloca. Existe? Existe. Qual é o percentual dele? É cada vez mais cadente, porque há um mercado informal muito difícil de lidar. Esse mercado informal não é sequer fiscalizado pelos agentes públicos e não é fiscalizado quanto à Receita Federal... Quanto à Receita não, dentro das NRs não é fiscalizado. E por que não é fiscalizado? Porque se diz que aquilo não existe, aquilo não existe, não vi. Agora, as empresas formais estão cada vez mais fiscalizadas e cada vez melhorando mais. E têm que melhorar mais. Mas o mercado informal não tem fiscalização, nem o nosso Crea fiscaliza o mercado informal da engenharia, o que é um absurdo, é cego. E é muito grande o mercado informal na construção civil brasileira, é imenso, está fora das condições das empresas. E não é que elas utilizem o mercado não. Pelo contrário, eles são potenciais adversários, adversários do ponto de vista da obtenção do bom meio de trabalho.

Dito isso, eu também queria trazer a seguinte questão: com relação a todos os dados de segurança e às demais colocações técnicas dos dados da construção civil, eu queria dizer o seguinte: as normas técnicas de segurança do trabalho estão cada vez mais vivas dentro do setor formal da construção civil, em obediência às normas e por necessidade efetiva de redução de todos os acidentes. Na construção civil – e isso é verdadeiro –, qualquer acidente, por menor que seja, furar um dedo com um prego ou uma coisa assim, ele vai com a CAT. As empresas formais não estão omitindo a CAT.

Você concorda, Ramalho?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUIZ CARLOS BOTELHO FERREIRA – Não estão. Então, a estatística muda por estar mais precisa. Mas mesmo dentro disso, eu quero dizer aos senhores que o incremento de acidente de trabalho na construção civil é cadente e fortemente cadente,

por todas as ações educacionais da lei, das normas, das NRs todas. Nós temos exigências já muito bem implantadas e a cada dia melhorando.

Por último, quero colocar apenas um pleito e uma outra coisa. Eu queria pleitear que, no projeto que V. Exª produziu, fosse dado ... Se eu estiver com uma interpretação errada, eu peço desculpa, mas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – É uma sugestão, e faça a sugestão.

O SR. LUIZ CARLOS BOTELHO FERREIRA – É, exatamente. Eu fiz uma interpretação aqui, consultei aqui, mas posso estar errado.

(Soa a campainha.)

O SR. LUIZ CARLOS BOTELHO FERREIRA – É rápido. Eu queria pleitear, porque a contribuição a mais dos 6% é para o trabalhador pagar, que fosse dado a ele o direito de escolha, se quer ou não pagar. Isso porque a redação aqui está, e eu acompanhei o Raupp aqui, o Senador Raupp... A gente pode ter alguma dificuldade sempre na interpretação. Então, eu vou ler. Tenho que abrir aqui. Está dito no projeto o seguinte:

> *Art. 3º O benefício previsto nesta lei será financiado com os recursos provenientes da contribuição de que trata o inciso II do art. 22 da Lei 8.212, de 24 de julho de 1991, cuja alíquota será acrescida de seis pontos percentuais.*

Então vamos a esse inciso II. O inciso II desta lei diz o seguinte:

> *Para o financiamento do benefício previsto nos arts. 57 e 58 da Lei 8.213* [outra lei] *e daqueles concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais do trabalho, sobre o total das remunerações pagas ou creditadas, no decorrer do mês, aos segurados empregados e trabalhadores avulsos* [...] [Data da lei].

Aí vêm, como seguro de acidente de trabalho, os percentuais: 1% para uma categoria; 2% para outra; 3% para a construção civil – esse é o percentual que as empresas pagam.

Então, dentro disso, como o custeio ali está assim, o Raupp colocou: "... que incidirá exclusivamente sobre a remuneração dos potenciais beneficiários". Os beneficiários são os trabalhadores, que pagarão os 6%. Estou pedindo que seja dada ao trabalhador o direito de opção de recolher mais 6%, além dos 8%, 9%, perfazendo 15%.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Faço uma pergunta a V. Sª: se eu acatar essa sua proposta, V. Sª defenderá o projeto?

O SR. LUIZ CARLOS BOTELHO FERREIRA – Essa resposta é carente de uma análise mais...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O senhor me fez uma sugestão, e eu já estou lhe respondendo de pronto.

O SR. LUIZ CARLOS BOTELHO FERREIRA – Eu acho o seguinte: tudo que é para o trabalhador pagar favorece o mercado informal. Tudo que é para o trabalhador pagar a mais – e eu já acho que ele paga muito... Quer ver como paga muito? Há quantos anos não se corrige a tabela do Imposto de Renda? Há quantos anos? Hoje o trabalhador que ganha R$1,8 mil já está pagando Imposto de Renda. É coerente uma questão assim?

Então, Senador, eu pediria para dar uma resposta mais concisa depois. Mas já reivindico que o senhor também nos ajude a mudar a tabela do Imposto de Renda, porque a construção civil – eu sou parte dessa decisão – vem lutando para melhorar a renda do trabalhador, e muito. Nós, aqui em Brasília, chegamos a dar 17% de correção no salário-base – certo, Edgard? –, porque nós achávamos que o segmento precisava alçar-se mais alto do que outros segmentos, e isso aconteceu. Para quê? Exatamente para oportunizar melhorias em tudo que os demais colocaram.

Agora, o que está acontecendo? Há trabalhadores, carpinteiros, marmoristas, profissionais na construção civil que não são encarregados nem mestres e que estão recebendo acima de R$2 mil – até R$4 mil por mês – e pagando Imposto de Renda. Eles estão ficando bravos porque não pagavam antes e estão pagando agora. No dia em que a situação melhorou, isso foi tomado dele.

Então, é preciso haver uma mudança, como o percentual de 1% que eu acabei de citar. Por que não pegou os 10% e não os repassou em aumento de salário diretamente para ele? Então, tudo que nós estamos criando no Brasil é uma condição que o Delfim diz...

(Soa a campainha.)

O SR. LUIZ CARLOS BOTELHO FERREIRA – Já vou terminar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Já dei mais cinco minutos.

O SR. LUIZ CARLOS BOTELHO FERREIRA – O Delfim disse o seguinte: "Não dou conta de administrar um boteco, porque não dou conta de pegar um litro de cachaça e dividir em 28 doses. Eu dou conta de dividir em 20." E um trabalhador mais humilde também não dá conta de administrar facilmente uma empresa, é lógico, porque não está preparado para isso.

Então, o Estado não tem que administrar o salário do trabalhador como vem fazendo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Eu queria cumprimentá-lo, Dr. Luiz Carlos Botelho Ferreira, Vice-Presidente do Sindicado da Indústria da Construção Civil do DF. Eu o cumprimento de forma muito respeitosa. V. Sª aceitou o convite e veio para o debate. Se outros tivessem vindo... Felizmente, o Luís Fernando também ajudou nesse debate, e eu vou dar a ele cinco minutos. V. Sª falou por 20 minutos e encaminhou uma sugestão.

Quero dizer que eu acato na íntegra a luta para diminuirmos o Imposto de Renda. Se depender de mim, isso ocorre hoje mesmo. Essa questão é tranquila. O senhor tem toda a razão.

Como eu lhe fiz uma pergunta e V. Sª me responderá num segundo momento, após estudos, é claro – eu respeito a sua posição também –, essa questão ficará para outra oportunidade. Mas eu quero cumprimentá-lo. V. Sª esteve aqui, defendeu o seu ponto de vista como os outros trabalhadores. V. Sª também é um trabalhador. Aí foi uma falha minha, V. Exª é um empresário, mas é um trabalhador. Então, meus cumprimentos por ter enriquecido o nosso debate.

Eu vou botar um trabalhador, depois vai falar o Luís Fernando. Eu vou seguir a lista. Geraldo, cinco minutos. Agora tem de ser cinco minutos cada, senão o meu Presidente, que está ali, vai dizer: "Cinco minutos, Paim."

O SR. GERALDO RAMTHUN – Obrigado, Senador Paim. Eu estava aqui olhando no *site* da CBIC, na Câmara Brasileira da Indústria da Construção, onde tem uma matéria hoje que diz assim: "Acidentes na construção caem 32% em dez anos." Depois, no corpo da matéria, diz que são os acidentes graves de trabalho. A matéria diz que caiu 32% e depois fala que nos acidentes graves. Então, eu trouxe aqui um material e entreguei ao Senador, são dados científicos que, efetivamente, demonstram que os acidentes – e foi a nossa fala – aumentaram. Se imaginarmos que, em 2006, tivemos 29 mil acidentes, em 2011, foram 59.808 acidentes. Em 2006, morreram 284 operários na construção civil; em 2011, 471 operários na construção civil.

Quanto à rotatividade, para termos uma ideia, em 2003, por exemplo, foram admitidos 926 mil trabalhadores na construção civil e demitidos 974 mil. Se pegarmos em 2012, aumentou a contratação, 2,866 milhões e demitidos 2,716 milhões, o que demonstra a rotatividade. Para chegar a agora, 2013, de janeiro a agosto de 2013, agora, foram contratados 2,018 milhões de trabalhadores e demitidos 1,853 milhão. Isso demonstra a grande rotatividade na construção civil.

Quero aqui contraditar o Dr. Luiz na proposta que fez de perguntar ao trabalhador se ele quer ou não pagar. Fiquei lembrando aqui... Será que se a gente perguntasse ao empresário se ele gostaria de pagar aquele percentual do Sesi ou do Senai, será que ele aceitaria pagar isso de livre e espontânea vontade? Se perguntar ao empregador se ele deseja pagar os encargos sociais ou deseja pagar diretamente aos trabalhadores, com certeza, ele não gostaria de pagar os encargos sociais. Agora, se perguntar ao trabalhador se quando ele vai ao mercado fazer as suas compras, onde o imposto está embutido, ele deseja pagar o imposto, ele vai dizer que não. Mas, se perguntarmos ao trabalhador, perguntarmos ao empresariado, de modo geral, se eles querem uma estrada boa, se querem uma saúde de qualidade, se querem uma escola pública boa para os seus filhos, se querem um saneamento básico bom, se eles querem tudo isso, então, eles têm de pagar o imposto. Além do mais, o trabalhador da construção civil, o trabalhador de modo geral, muitas vezes está sob o comando efetivamente do seu empregador e, lá dentro da fábrica, da obra, ele não se impõe, ele não se insurge, ele se amolda, muitas e muitas vezes. Por esse motivo, estamos aqui reafirmando essa contradição, não concordamos, como a Central Sindical nem como a Federação, nem como a Confederação.

Estamos aqui reafirmando o apoio ao projeto de V. Exª. A Nova Central Sindical está disposta a sentar e discutir, inclusive com a parte empresarial, os dados apresentados aqui, porque se existem dúvidas, e são dados oficiais, é muito importante que tanto trabalhadores como empresários cheguem a um denominador comum. Os dados que apresentamos aqui são dados científicos, são dados coletados dos órgãos oficiais.

Então, Senador, nós queremos mais uma vez agradecer o convite feito à Nova Central Sindical e à Fetraconspar, dizer aqui que estamos sempre prontos a atender V. Exª.

(Soa a campainha.)

O SR. GERALDO RAMTHUN – Penso também que a paridade é de suma importância, mas os dados não mentem. Há pessoas, companheiros que trouxeram a sua experiência própria, outros trouxeram experiência de pesquisa. A nossa manifestação aqui foi baseada na experiência e na pesquisa. Muito obrigado. (*Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Geraldo Ramthun, Presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário do Estado do Paraná, pelo equilíbrio, pela tranquilidade, colocando-se, como sempre, aberto ao diálogo, mas demonstrando a sua posição, como fez também o Sr. Luiz Carlos. E ficou exatamente nos cinco minutos. Não, faltaram 22 segundos.

Então, de imediato, o Sr. Antonio de Sousa Ramalho, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil de São Paulo.

O SR. ANTONIO DE SOUSA RAMALHO – Eu quero agradecer o Senado, através do Senador Paulo Paim; o Presidente da Comissão...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Waldemir Moka.

O SR. ANTONIO DE SOUSA RAMALHO – ... nosso Senador Waldemir Moka. E quero dizer da importância, Luiz Carlos, do debate. Parabéns!

Eu acho que as coisas só crescem, só avançam, com debate. Ninguém é dono da verdade, aqui ou ali, para dizer como é que nós vamos construir. Nós vamos construindo com o debate. Acho que o debate é a coisa mais importante.

Mas, como estamos cheios de sugestões aí, vamos sugerir, se couber, colocar no projeto uma emenda proibindo a chamada empreitada, tarefa, já que há divergências nisso tudo.

Eu acho que, se proibirmos a tarefa no canteiro de obras, nós vamos diminuir muito os riscos. Em especial, os riscos das doenças ocupacionais, as lesões, e não só os riscos de acidentes.

Eu garanto que, se o cara estiver trabalhando por hora ou por mês, e estiver num balancinho e vier um temporal enorme, ele sai dali, com certeza, e vai aguardar o tempo. Se ele estiver na tarefa, ele fica brigando com Deus, sei lá se não fica xingando Deus, porque ele só ganha se houver a metragem.

Esse debate, Luiz Carlos, nós podemos fazer. Nós levantamos isso em São Paulo e estamos ganhando muito na Justiça. E são dois terços, mesmo, que aparecem por fora.

Hoje, com a evolução da tecnologia, o trabalhador está ficando mais esperto. Ele já está gravando lá numa canetinha tudo que ele faz, a metragem, como faz, como não faz, e alguns juízes têm aceitado isso. Está uma guerra lá. Algumas construtoras estão até se acertando já. Não têm acabado com a tarefa, mas pelo menos estão pondo a tarefa por dentro, porque o negócio está vindo realmente pesado.

Está certo que eles colocam, Senador Paim, Senador Moka, outro nome. Quer dizer, os caras trabalham na tarefa feito loucos, e aí colocam no holerite "prêmio". Eu não sei se alguém dá nada para ninguém. Eu acho que não existe jantar de graça nem na casa da sogra, ô Ramthun. Alguém tem que levar a Coca-Cola, não é? Aí você fica lá: "Poxa, como é que esses caras estão dando um prêmio aí dessa fortuna?"

Mas o que é importante disso tudo? É o debate. Nós lamentamos que os empresários não vieram para o debate. Mas que posam vir antes tarde do que nunca, para que possamos debater e construir juntos um projeto que possa realmente garantir a esses trabalhadores aí uma aposentadoria especial. Porque o que temos observado, mais uma vez, e acompanhado, infelizmente, é que muitos desses trabalhadores não ficam velhos, porque eles não conseguem trabalhar mais, por conta da gravidade dos riscos.

Quero parabenizar mais uma vez o Senador aqui, e também o Luiz Carlos, que levantou o debate do Imposto de Renda. Isso é um absurdo.

O SR. LUIZ CARLOS BOTELHO FERREIRA (*Fora do microfone.*) – É insuportável.

O SR. ANTONIO DE SOUSA RAMALHO – Você tem toda razão. Eu recebo algumas brigas no Sindicato. Quando são obras grandes, não usamos o Ministério do Trabalho, até porque está falido, esta sucateado. Obras grandes, resolvemos parando a obra. Mas uma das negociações, quando a gente para e faz colocar, ainda, meio que a tarefa por dentro, é quando o trabalhador vem lá e diz: "Caramba, mas levaram 27% do meu salário." E é lógico que o empresário lá faz a cabeça dele: "Isso aí foram 27% do imposto de renda que já desconta na fonte. Eu poderia pagar mais para você, porque eu paguei não sei quanto aí do INSS."

Então, o que é importante nessas coisas todas é a gente ter aqui lideranças no Senado, no Congresso, e que possamos abrir o debate, para que trabalhadores e empresários, a sociedade, como um todo, possamos construir juntos uma coisa justa. O que não é justo é vermos um cidadão morrendo, um cidadão ficando doente, o ser humano, volto a repetir, independente, Luiz Carlos, de ele ser ou não trabalhador. O trabalhador, como disse, o senhor é. Há empresário que trabalha muito mais às vezes que o operário.

O SR. LUIZ CARLOS BOTELHO FERREIRA (*Fora do microfone.*) – Eu comecei a trabalhar aos 14 anos de idade, com carteira assinada.

O SR. ANTONIO DE SOUSA RAMALHO – Eu tenho um conhecido que admiro muito e que há dois anos não conhece ninguém, chamado Antônio Ermírio de Moraes. Quando ele estava em perfeita saúde, ele trabalhava 16 horas por dia. Então, é um grande trabalhador, que gerou emprego, gerou riqueza para este País.

Nós somos contrários e eu sempre fui contrário...

(Soa a campainha.)

O SR. ANTONIO DE SOUSA RAMALHO – ... é ao atravessador, o pilantra, o cara que vai lá e nem trabalha, atravessa. E vou dizer mais, para concluir, nos 50 segundos: há muitos coitados desses empreiteiros que são tão coitados, porque se criou o cartel das construtoras. Qual cartel? É porque o empreiteiro

não dá mais o orçamento, Senador. Chega para ele e diz: "Olha, o preço é este. Se você não quer, eu estou dando para outro, para outro e para outro." E esse cara, na medição dele, se não der o trambique no INSS e no próprio trabalhador, não consegue efetuar a sua folha de pagamento. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Antonio de Souza Ramalho. Depois eu lhe dou mais um minuto.

Agora, vamos passar a palavra para o Francisco Chagas Costa. Em seguida, para o Luís Fernando Melo Mendes.

O SR. FRANCISCO CHAGAS COSTA – Bom, Senador Paulo Paim, mais uma vez, voltamos a bater: realmente, como é difícil buscar algo em prol do trabalhador.

Ouvi atentamente a exposição de motivos do companheiro da CBIC, que disse que o maior índice de acidentes hoje é justamente no setor da informalidade dentro da construção. Olha, eu pergunto uma coisa, companheiro: a quem interessa a informalidade na construção? Ao trabalhador? Não. Ao setor patronal. A informalidade representa para vocês lucro. Ela não representa gasto. É desvirtuado o imposto, tributos que são pagos. Para nós que somos trabalhadores, o que interessa é ter um bom salário, ter garantia de vida e segurança no trabalho para que possamos desempenhar a nossa função. Não nos interessa contratar ou sermos contratados como mão de obra informal.

Nós temos uma mesa permanente da construção, oriunda de uma discussão, Senador, quando daquele quebra-quebra lá em Rondônia, nas duas hidrelétricas. A CBIC foi uma das que se recusaram a assinar o documento no final, não é verdade? Ela assinou simplesmente impulsionada pelo fato de que o Governo fazia questão de que ela participasse no contexto da mesa, mas até os últimos debates que travamos entre os SINDUSCONs e as categorias representadas por centrais, confederações e federações, a CBIC não se manifestou favorável ao contexto.

E lembro que todas as vezes em que vamos discutir uma política de salário, que é uma das coisas que mais afetam também o trabalhador, o setor patronal, por meio da CBIC, que é representante de quase todos os SINDUSCONs do Brasil, diz: "Isto é caso que nós não devemos discutir, uma pauta única de uma política salarial."

Porque eu penso o seguinte: o pedreiro Ramalho, que é pedreiro em São Paulo, ele é em Roraima. Ele não muda nada. O processo de massa é o mesmo. As mesmas intempéries que enfrenta em São Paulo, se é frio ou calor, ele enfrenta em Roraima também, ou no Piauí, que está marcando 39 graus às 20 horas. Então, eu não vejo por que o setor patronal dizer que o trabalhador vive mendigando, pedindo uma benesse. Isso não é a pura realidade.

Isso demonstra que, hoje, se falarmos em política de salário, o setor da construção civil é o setor de política de salário mais crítica. Eu digo isso por uma questão bem prática, Geraldo. Há 15 anos, nós tínhamos um piso de diferencial da categoria que representava três salários mínimos, Senador, do servente para o profissional. Aí a figura do patronal, que é articulista, criou um meio oficial, um meio não sei o quê, em que hoje você já não é mais um pedreiro, você é meio. Você sai de ajudante e passa para meio. Depois, de meio, passa para meio mais um quarto. E assim vai levando seu tempo de vida dentro da labuta, para dar satisfação ao setor patronal.

Então, eram três salários para o profissional e um salário e meio para o ajudante. Nós tínhamos isso na nossa convenção. Hoje, não chega a 20% a diferença do salário. Em decorrência do crescimento do salário mínimo, da recuperação do salário mínimo, não chega a 20% a diferença do salário…

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Um minuto.

O SR. FRANCISCO CHAGAS COSTA – … do pedreiro para um ajudante.

Então, Senador, desculpe-me pelo setor patronal reclamar. A Contricom está também de acordo que, se precisamos de um processo de análise melhor dentro do projeto, vamos sentar, vamos discutir os pontos falhos, mas dizer que o setor patronal está sendo sacrificado por uma aposentadoria especial… Quem contribui mais com isso é o próprio trabalhador na iniciativa privada; não é o setor patronal.

Dessa forma, eu encerro a minha palavra dizendo o seguinte: é um absurdo – eu quero concordar com ele – que no Imposto de Renda, apenas por causa de R$0,01, você pague 10% do seu salário. Você tem um limite x; se passar de R$0,01 para R$0,02, você cai na tributação de 10%, de 17 para 27.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Um segundo.

O SR. FRANCISCO CHAGAS COSTA – Quero finalizar agradecendo a presença dos Diretores da Contricom aqui, Edgard, Aroldo, Dr. Salvador e o pessoal, realmente, que representa o sindicato aqui. E quero dizer, Senador Paulo Paim, que a Contricom estará à disposição toda vez que for solicitada para participar desse debate dentro desta Casa.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Sr. Francisco Chagas Costa, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário (Contricom).

Presidente Waldemir Moka, com a palavra, antes do representante Luís Fernando, da Câmara Brasileira da Indústria e da Construção.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sr. Presidente, eu queria, de forma muito respeitosa, pedir desculpa de não ter presidido. Eu presido, invariavelmente, as audiências públicas, mas hoje era um assunto lá na CAE no qual eu tinha participação direta. E pedi para o Paim conduzir. Mas eu cheguei a tempo de ouvir a exposição.

E, aí, Senador Paulo Paim, eu estou lendo o projeto e eu estou percebendo um debate entre o setor patronal e os trabalhadores que não me parece que tem a ver com o projeto. O projeto prevê uma aposentadoria especial de 25 anos. Quem tem que se manifestar sobre isso é a Previdência. Quer dizer, vocês estão travando um debate que, a rigor… Perdoe-me se eu estiver errado; por isso eu quis falar antes.

Na verdade, o que o setor empresarial pode ser contra em uma questão que é 25 anos? Vai encurtar o tempo. Precisa ver se a Previdência tem caixa para bancar isso. Isso é outra história. O debate sobre condições de trabalho é importante, é fundamental. Mas, especificamente para esse projeto, o que nós estamos discutindo aqui é se nós vamos conceder ao trabalhador da construção civil o direito de ele se aposentar com os 25 anos. A outra discussão é em torno das discussões em que certamente os senhores estavam – discussão salarial e outras. Eu quero ser, inclusive, contestado sobre a minha fala.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Por mim você não será contestado. A conta é da Previdência.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Parece-me, Senador Paim, que o que nós vamos ter que enfrentar aqui – e esse projeto foi rejeitado na CAE –, são os argumentos em função de questão financeira da Previdência. Não há nenhuma restrição a não ser essa. E é isso que nós vamos enfrentar aqui. Do ponto de vista dessa Comissão, que vê o mérito, eu acho difícil alguém ser contra em função de toda a dificuldade que o trabalhador da construção civil passa. Por isso tudo eu acho difícil, no mérito.

Agora, o difícil, é o que já aconteceu, é passar por uma comissão que tenha obrigação de examinar a questão financeira. Nós vamos chegar a um momento, no País... Neste momento nós temos uma pirâmide que tem muito mais gente trabalhando do que pessoas aposentadas. Mas nos outros, na Europa por exemplo, é exatamente o contrário. Essa pirâmide se inverteu. A quantidade de gente aposentada é maior do que os que estão trabalhando. Aí, se a gente não prestar atenção, no futuro, não na nossa geração, mas talvez na dos nossos filhos, dos nossos netos, teremos uma Previdência que vai ter dificuldades para arcar com isso. São coisas diferentes. Quero adiantar que... Como é que posso ser alheio às condições de trabalho, às dificuldades do pessoal da construção civil? Esse é um posicionamento muito claro da minha parte.

Agora, a Previdência, o Ministério da Previdência, tem caixa, agora, e como é que será no futuro para honrar essas aposentadorias? Queria dar essa contribuição porque me parece que o debate, neste momento, está indo para outro lado... Acho que no setor empresarial... E aqui farei uma correção, dos seis que você chamou cinco representavam os trabalhadores. O cara que não compareceu é assessor jurídico da Federação dos Trabalhadores. Pelo menos é o que eu tenho aqui. Até para a gente corrigir e deixar uma coisa...

Eu também, por outro lado, já participei de audiências... Porque depende do tema, gente. Viu, Luiz Carlos? Não é que se esteja querendo isolar o empresário. É que o tema diz respeito aos trabalhadores da construção civil. Aí o Senador Paulo Paim colocou na mesa uma representação maior daqueles diretamente interessados. Eu gostaria de ver aqui alguém...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Da Previdência.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – ... da Previdência. Por quê? Porque esse cara vai ter de dizer como é que é isso para o Governo, como não é isso para o Governo. Apenas uma contribuição de quem está aqui querendo ajudá-los.

Podem ter certeza que tenho enorme respeito pelos trabalhadores da construção civil. Particularmente, já até ajudei na fundação de sindicatos, embora não seja como o Paulo, mas me pediram ajuda e eu ajudei. Logo no início, ainda era vereador. Tenho uma ligação muito grande com o setor produtivo, todo mundo sabe disso. Tenho certeza de que o setor produtivo tem de evoluir. Temos de entender uma coisa: este País precisa exatamente acabar com a informalidade. Quanto mais gente com carteira assinada, melhor, recolhendo, para termos recursos e para que a gente possa fazer investimentos. É claro, quanto mais investimentos, mais construção, a mão de obra rareia e vocês vão ficar cada vez mais valorizados em termos salariais. Isso é o que interessa neste debate.

Para encerrar, Paulo Paim, acho que o projeto em tela diz respeito a se o trabalhador da construção

civil faz jus a essa aposentadoria especial de 25 anos, e aí vem a pergunta: o que a Previdência tem a dizer a respeito disso?

Encerro por aí. Se estou equivocado, antecipadamente peço desculpas. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Esse foi o Presidente Waldemir Moka. Ele deu uma bela contribuição para que a gente estabeleça um diálogo com a Previdência sobre o tema.

Passo a palavra ao Luís Fernando Melo Mendes, da CBIC (Câmara Brasileira da Indústria da Construção).

O SR. LUÍS FERNANDO MELO MENDES – Obrigado, Senador. Nem esperava ter novamente a palavra.

De fato, o ônus é do sistema, isso inegavelmente, ainda que assuste o empresário neste momento. Quando a gente reduz o prazo em 25 anos, como o Dr. Luiz Botelho colocou, você o está tirando ainda dentro de sua idade produtiva, e, no momento, a gente tem carência de mão de obra porque o setor está aquecido. Você perder produtividade e perder trabalhador, sem dúvida nenhuma, é um problema para o próprio momento. Mas, sem dúvida nenhuma, se o setor desaquecer – e espero que isso não aconteça – é um problema, de fato, que se vai concentrar estritamente no sistema previdenciário. Aí você passa a não ter mais, eventualmente, carência de mão de obra e tal, e aí todo o sistema é que passa a pagar o problema.

Mas, enfim, vou colocar aqui algumas questões extras. As estatísticas. Eu não questiono as estatísticas. Acho que elas estão corretas, e o nosso objetivo é zerar esses números. Isso aí, inegavelmente, seja pelo lado do trabalhador, seja pelo lado do empresário.

O que eu coloquei foi a questão da relativização dos números, que eu acho que é importante, e principalmente a questão do trajeto, que eu acho que passou a ter uma importância grande, por conta exatamente de ter crescido no momento em que houve aumento também de acidentes, nas estatísticas de acidentes.

A questão da informalidade. Eu acredito que ela seja do interesse de alguns empresários e de alguns trabalhadores, que aceitam ser informais. Agora, é importante dizer que a CBIC não apoia a informalidade, esses empresários não representam a CBIC. A informalidade não é pleito da CBIC. Todos os nossos pleitos sempre foram pela formalização. O Ramalho participou de várias conversas com o setor, a CBIC não tem isso como uma regra.

A informalidade causa concorrência desleal. Então, o empresário também é penalizado, porque, na verdade, passa a haver concorrência desleal, e se tira toda oportunidade de empresários que estão trabalhando na formalidade e legalmente de fazer inovação, de fazer investimento, porque se está tirando dele a capacidade de concorrer com alguém que não paga.

E aí ele, obviamente, para poder conseguir ficar minimamente em pé de igualdade, deixa de fazer coisas que eventualmente poderia estar fazendo se todo mundo concorresse em pé de igualdade. Ou seja, na prática, a informalidade é prejudicial também para o setor empresarial. Talvez não para aquele que especificamente está fazendo a informalidade. Mas para o setor ele é prejudicial. Então, o setor também não acata a questão da informalidade. Esses são maus empresários, desses também se tem que arrancar o couro.

Mesa nacional. Infelizmente, eu não tenho aqui como fazer nenhuma... Porque eu não participei do processo da mesa nacional. A única coisa que sei é que, de fato, a mesa foi construída para atender uma demanda que era da indústria de construção pesada, e aí, no meio do pleito, começaram a surgir algumas decisões que ampliavam, que eram mais amplas do que o que estava sendo inicialmente proposto, que tinham foco na indústria pesada. E como a CBIC tem uma representação muito forte do segmento mobiliário, não atendia. É a única coisa que lembro, mas, infelizmente, como não participei, não tenho nem como trazer mais um motivo por que essa coisa não avançou.

Sei sobre a questão da unificação das regras salariais e dos benefícios. Lembro que estamos num País desigual. Eu concordo que quem é pedreiro aqui é pedreiro em qualquer lugar.

(Soa a campainha.)

O SR. LUÍS FERNANDO MELO MENDES – Mas as condições das empresas, infelizmente, não são iguais. E aí o que acontece é que, no momento em que trabalharmos com a unificação de qualquer coisa neste País, estamos prejudicando justamente o que tem menos capacidade, porque o que tem mais capacidade provavelmente não vai ter tanta dificuldade de pagar, enquanto o que está numa outra localidade, mais fraca, eventualmente vai ter essa dificuldade.

Sobre a questão da saúde. Todo mundo falou aqui: mas a saúde está muito ruim. Estamos falando exatamente do sistema previdenciário e estamos querendo trazer mais um ônus para o sistema. A conta é a mesma. Se, eventualmente, eu pagar mais uma determinada fatura, eu deixo de pagar outra.

O sistema público, de uma forma geral, tem falido porque exatamente se criam portas de saída para deixar de fazer coisas importantes. O que eu ia colocar aqui, por exemplo: a Previdência saiu de pegar da arrecadação do Governo 5% para, hoje, já estar pagando em torno de 20%, para uma população relativamente ainda jovem.

O que significa isso? Certamente, no momento em que eu criar um sistema em que crio formas de sair mais cedo, esses 20% vão passar para 30, para 40. Ou seja, a arrecadação tributária passa a ser, em vez de colocada em investimentos, em mais saúde, em mais educação, transferência direta para grupos específicos. Independente de ser aqui para a construção.

E se cria cada vez mais um sistema mais instável, que não tem como se sustentar no tempo, essa é a verdade.

O que o Senador colocou é fato. A nossa população ainda é jovem. E se eventualmente estamos caminhando para uma população que avança para ter mais pessoas inativas do que ativas, as pessoas ativas vão pagar a fatura. Então, se hoje a Previdência é 11% ou 20%, vai pular para 15%, 20%, 30%. Quem trabalha é quem paga.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, esse foi o Luís Fernando Melo Mendes, que falou em nome da indústria da construção.

Agora é Miraldo Vieira da Silva, Secretário-Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria da Construção e Mobiliário.

O SR. MIRALDO VIEIRA DA SILVA – Obrigado, Senador.

Eu queria começar minhas considerações finais falando justamente por este último ponto.

Impressionante como os empresários se preocupam com a Previdência Social, falam de quebradeira da Previdência, enfim. Mas esses mesmos empresários aceitam redução, deixam de pagar ou reduzem a sua contribuição na folha de pagamento de 20% para 2%. Então, demonstram que a prática não está muito casada com o discurso. Mas vamos lá! Vamos ver como a gente sai desse problema.

Acho salutar o debate. Muito importante. E não vou economizar palavras em agradecer ao Senador e aos Senadores pela iniciativa desse debate. E saliento alguns pontos pequenos aqui.

O Governo brasileiro tem sido muito generoso com os patrões. A mesa nacional da indústria da construção é tripartite, e quem coordena é o Governo Federal. E essa mesa não foi ouvida no momento da desoneração da folha de pagamento.

Eu também queria contestar o representante da CBIC quando fala que a mesa tem foco na construção pesada. Isso não procede. O compromisso nacional da indústria da construção foi assinado com as diversas representações do setor no País, tanto o setor de infraestrutura quanto o setor predial, que nós chamamos de construção civil e de construção pesada. Portanto, não é uma mesa nacional com foco exclusivo na construção pesada.

Eu não vou contestar o Senador Presidente, mas queria dizer que o discurso de que... Vou dar um exemplo prático. Se meu filho concluiu o estudo, formou-se, chega para mim e fala: "Meu pai, você vai continuar me dando uma mesada, mesmo eu formado e empregado?" Obviamente, eu vou dizer a ele que não, que ele tem de buscar o seu sustento, a sua independência. Então, se perguntarem hoje à Previdência, obviamente ela vai dizer que não quer pagar.

Agora, não é contraditório dizer que não tem condições de pagar a aposentadoria especial para o trabalhador e de repente reduzir aquilo que já recebe? Não é contraditório eu receber tanto, diminuir o meu salário e depois eu dizer que não tenho condições disso ou daquilo, se eu quis reduzir o meu ganha-pão, o meu salário, o meu sustento? Portanto, eis essa questão que a gente debate aqui nesse momento.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Presidente, eu não estou dizendo que a Previdência é contra ou a favor, eu disse que ela teria que ser ouvida. E nem sempre o que a Previdência diz eu tenho obrigação de aceitar. Já contrariei diversas vezes. Só para deixar claro.

Eu não estou aqui... Eu só estou dizendo que o projeto trata de uma aposentadoria especial e quem vai pagar isso é a Previdência, e não os empresários. É só isso que eu quis dizer.

O SR. MIRALDO VIEIRA DA SILVA – Correto. Mas eu referi dessa forma, Presidente, porque nós tivemos esse mesmo debate na Câmara, o representante da Previdência foi e usou esse argumento de que a Previdência não comportaria... Enfim. E por isso estou fazendo esse relato já com conhecimento de que a Previdência...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – A sua fala é em relação à Previdência e não a mim.

O SR. MIRALDO VIEIRA DA SILVA – À Previdência.

Então, eu queria finalizar mais uma vez agradecendo a oportunidade de expressar o nosso ponto de vista e nos colocar à disposição para não só este, mas qualquer outro debate que envolva os trabalhadores do ramo da construção e do mobiliário em nosso País.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Esse foi o Miraldo Vieira da Silva, Secretário da Contricom.

O Luiz Carlos queria um minuto; vou dar-lhe um minuto, até porque, de fato, ele foi minoria aqui na Mesa.

O SR. LUIZ CARLOS BOTELHO FERREIRA – Com relação à proposta do Ramalho para proibir as tarefas, eu queria pedir a ele uma alteração.

Não é uma questão de proibir a tarefa, é de qualificar; portanto, mudar o conceito da tarefa, por uma questão de produtividade e meritocracia. O defeito que a tarefa carrega é o defeito da individualidade da tarefa, mas isso pode ser mudado. Não proibir; pode ser aperfeiçoado, que é o que pedi. De que forma? A produtividade coletiva, subcoletiva ou de grupo, por metas de trabalho, o que é economicamente saudável ao trabalhador porque é para participar diretamente da renda, e a produtividade e a produção vão dar a ele um horizonte que se tem que alcançar. O caso contrário é proteger a preguiça.

A segunda coisa é a seguinte. Alguém colocou aí questão de que a empresa leva, "eu só pago tanto". Isso está vindo de onde? O setor da construção civil é o único que permanece "cipado" no País, com o Sinapi, da Caixa Econômica, que está com aleijões enormes e com todos os setores da engenharia que não se aplicam. Hoje o setor público não dispõe de engenharia para produzir, gerir ou coordenar projetos, orçamentos etc. Pelo contrário, eles estão fazendo uma decapitação disso, a ponto de o setor público promulgar NRs e ele não obedecer – ele, setor público. Ele já coloca lá que é só para o setor privado; para ele não é não, como se acidente acontecesse só no setor privado.

Bom, a questão da Previdência está bem colocada e bem admitida, e eu queria também deixar só uma coisa para a Mesa e para todos nós. O gato, no passado, foi muito mais; hoje é muito pouco e muito menos, mas existe. Para suprimir o gato na construção civil, é preciso entender que o Código Civil nosso coloca lá subcontratação de empresas formais, não há como fazer construção civil sem dividir o trabalho. Uma coisa é uma fundação em que o cara é especialista, outra coisa é uma parte elétrica hoje avançada de instalações. Então, o seguinte. Estou afastando a palavra terceirização porque ela pegou um entojo danado, mas a subcontratação tem que existir. Agora, o pior mundo hoje é a omissão da existência de uma lei que seja de terceirização, de uma lei...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Para regulamentação do setor.

O SR. LUIZ CARLOS BOTELHO FERREIRA – De um regulamento. O regulamento que está aí – não vou entrar no mérito do pior, do melhor, etc. –, mas a falta de um está atrapalhando a eliminação do gato, a eliminação da condição predadora. E as empresas formais não querem carregar passivo e não querem trabalhar assim, elas querem trabalhar dentro do sistema. Então, é necessário, sim, aprovar mesmo o projeto do Mabel, porque, para poder afastar o mundo ruim do gato, o mundo ruim da precarização, ele é eficaz. E a discussão que está em torno não é por causa do setor privado, é por causa do setor público, porque quem é que terceiriza 55% a 60% da mão de obra de fato – e aí é terceirização? É o setor público.

Nós temos que aprovar, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Deixa-me concluir aqui. Fiz uma palestra em Santa Catarina, onde estavam todas as centrais sindicais. Chegou um momento em que eu disse: "Vou fazer algo e pode ser que nem todos gostem." Mas nós temos que entender que, queiramos ou não, a terceirização está aí, ela existe. Inclusive no setor de vocês, assim também eu entendo. Não adianta, mas, cada vez mais, vai ser isso. Se ela está aí e existe...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – A Petrobras acho que é a que tem mais terceirizado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – É a que mais terceiriza.

Se ela está aí e existe, nós temos é que regulamentar de forma a não deixar esse trabalhador desprotegido. É isso que nós temos que fazer. Não significa que aqui nós tenhamos que concordar com o projeto do Mabel, não está nem em debate aqui. Nós precisamos ter uma visão de como nós gostaríamos de regulamentar essa situação.

Agora, que ela veio para ficar, veio, pessoal! Não adianta nos iludirmos. Peguem aqui o próprio Congresso. Deve haver mais de dez mil terceirizados aqui dentro. No mínimo, cinco mil entre as duas Casas. Daí, pegando o outro lado da rua, a Presidência; é a mesma coisa. Mesmo a empresa.

Eu mesmo vendi a minha casa e fui fazer outra; vendi por um preço, paguei minhas contas, fui fazer uma menorzinha, e o cara me disse: "Eu pego para fazer a sua casa. Agora, tem que saber que, nessa parte aqui, eu vou colocar sicrano, que é de confiança e que vai fazer; naquela outra parte, é ciclano." Como eu vou dizer que não?

Quer dizer, eu não posso fazer de outra forma. E colocou, de fato, profissionais de qualidade, especialistas, por exemplo, em fundação. Eu sou meio metido a entender disso. Dizem que na outra geração, eu era pedreiro; que eu gosto de uma obrinha. O cara era especialista em fundação, fez mesmo e ficou perfeito. Outro grupo especialista em elétrica; é uma equipe, de fato, qualificadíssima, e o cara fez um serviço de alto nível mesmo.

Primeiro, só para deixar clara a minha posição. Eu acho que não adianta; a terceirização veio para ficar; nós podemos discordar do projeto do Mabel, porque

sei que essa é a posição do movimento sindical, mas nós devemos buscar o que nós achamos que realmente vai na linha de regulamentar.

Quanto ao debate do projeto, pessoal, talvez eu me aproxime mais da posição do nosso Presidente, no debate aqui, mas vou dizer por que me aproximo mais da posição do Presidente. Quando eu apresentei o projeto, ninguém tem dúvida também, quem conhece a construção civil – é insalubre, é penoso e é perigoso. Não vou dizer que toda obra tenha os três ingredientes, mas é um serviço penoso, insalubre e perigoso. Esse é o princípio da especial. Ninguém quer trabalhar menos porque é vagabundo. Ora, se é penoso, é perigoso e é insalubre, significa que prejudica a saúde; significa que você vai ter menos anos de vida do que, queiramos ou não, alguém que trabalha numa função que não é insalubre, perigosa ou penosa. É fato, é real, e é científico. Isso ninguém pode contestar.

Se isso é real, o que eu tenho de debater com o Ministério da Previdência e com a Seguridade Social? Esses trabalhadores estão expostos a isso, isso, isso e aquilo. Não há como eu querer que um trabalhador que trabalha numa mina, por exemplo, a 20, 30, 40 metros de profundidade, não se aposente com 15 anos. Aposenta-se com 15 anos, e é justo. Não se vai querer que um trabalhador de uma fundição não possa aposentar-se aos 25 anos de serviço.

E aí, vem para a área da construção civil. Claro que vai haver uma regulamentação, e isso a Previdência para mim entende e há de entender, porque inclusive inúmeros trabalhadores nessa área já estão ganhando na Justiça a aposentadoria especial. Há inúmeros casos, inúmeros, para não dizer centenas e milhares que já ganharam. Então, é fato e é real.

Esse é o debate que temos de fazer. Por isso, agradeço a presença de todos aqui. O debate continua. Tenho a mesma posição do Presidente. Aqui nesta Comissão, a tendência é o projeto ser aprovado, e bom, vai para a Câmara, onde o debate continua.

Muito obrigado a todos e vamos caminhar para a aprovação do projeto. *(Palmas.)*

(Iniciada às 11 horas e 03 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 37 minutos.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA 49ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 09 DE OUTUBRO DE 2013, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e quatro minutos, do dia nove de outubro de dois mil e treze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Waldemir Moka,** reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, Wellington Dias, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Casildo Maldaner, Cícero Lucena, José Agripino, Osvaldo Sobrinho, Mozarildo Cavalcante, Eduardo Amorim, Sérgio Souza, Benedito de Lira, Cyro Miranda, Armando Monteiro e João Vicente Claudino e das Senadoras Vanessa Grazziotin, Lúcia Vânia, Ana Rita, Lídice da Mata e Maria do Carmo Alves. Justificam a ausência o Senador Paulo Bauer e a Senadora Ana Amélia. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta. **ITEM 1 – TRAMITAÇÃO CONJUNTA – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 89, de 2007 – Complementar – Não Terminativo – Autoria:** Deputado Roberto Gouveia; *Regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal e dá outras providências, (aplicação de recursos para o financiamento das ações e serviços de saúde).* **TRAMITA EM CONJUNTO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, de 2007 – Complementar – Não Terminativo – Autoria:** Senador Marconi Perillo; *Regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal, que trata de recursos mínimos a serem aplicados em ações e serviços públicos de saúde.* **TRAMITA EM CONJUNTO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 11, de 2012 – Complementar – Não Terminativo – Autoria:** Senador Ricardo Ferraço; *Altera a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamentou o § 3º do art. 198 da Constituição Federal, para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados, anualmente, pela União em ações e serviços públicos de saúde.* **TRAMITA EM CONJUNTO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 162, de 2012 – Complementar – Não Terminativo – Autoria:** Senador Cícero Lucena; *Altera a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal, para determinar o percentual mínimo da receita corrente líquida que a União deverá aplicar anualmente em ações e serviços públicos de saúde.* **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2007 – Complementar, na forma do Substitutivo que apresenta; e pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nºs 156 de 2007, 11 de 2012 e 162 de 2012 (todos Complementares). **Relatoria**: Senador Roberto Requião (Substituído por *Ad Hoc*). **Relatoria *Ad Hoc*:** Senador Eduardo Amorim. **Resultado:** A Presidência designa Relator "ad hoc" o Senador Eduardo Amorim, em substituição à Relatora "ad hoc", Senadora Ana Amélia. Não houve manifestação decorrente do Pedido de Vista. Aprovado Parecer Favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2007, na forma da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo); e Contrário

aos Projetos de Lei do Senado nºs 156, de 2007; 11, de 2012 e 162, de 2012, que tramitam em conjunto. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para prosseguimento da tramitação. **ITEM 2 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 288, de 2013 – Não Terminativo – Autoria:** Senador Aloysio Nunes Ferreira; *Institui a Lei de Migração e regula entrada e estada de estrangeiros no Brasil.* **Relatoria:** Senador Cyro Miranda. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 288, de 2013, com as 4 (quatro) Emendas que apresenta. **Resultado:** Não houve manifestação decorrente do Pedido de Vista. Aprovado Parecer Favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 288, de 2013, com as Emendas nºs 1-CAS, 2-CAS, 3-CAS e 4-CAS. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para prosseguimento da tramitação. Ficam adiados os itens: **ITEM 3 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 307, de 2013 – Complementar; ITEM 4 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 165, de 2012; ITEM 5 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 428, de 2012; ITEM 6 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 62, de 2013; ITEM 7 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 260, de 2013.** Usam da palavra os Senadores: Paulo Paim, Humberto Costa, Wellington Dias, Casildo Maldaner, Cícero Lucena, José Agripino, Osvaldo Sobrinho, Eduardo Amorim, Sérgio Souza, Cyro Miranda e as Senadoras Ana Rita e Lídice da Mata e o Senador Waldemir Moka, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e cinqüenta e sete minutos, lavrando eu, Dulcidia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador **Waldemir Moka**, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Waldemir Moka,** Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Declaro aberta a 49ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião destina-se à aprovação de sete itens, conforme a pauta previamente divulgada, sendo três não terminativos e quatro terminativos.

O item 1 da pauta é decisão não terminativa e está na página 14.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 89, DE 2007 – NÃO TERMINATIVO –

Regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal e dá outras providências (aplicação de recursos para o financiamento das ações e serviços de saúde).

Autoria: Roberto Gouveia

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, DE 2007 – COMPLEMENTAR – NÃO TERMINATIVO –

Regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal, que trata de recursos mínimos a serem aplicados em ações e serviços públicos de saúde.

Autoria: Senador Marconi Perillo

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 11, DE 2012 – COMPLEMENTAR – NÃO TERMINATIVO –

Altera a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamentou o § 3º do art. 198 da Constituição Federal, para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados, anualmente, pela União em ações e serviços públicos de saúde.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 162, DE 2012 – COMPLEMENTAR – NÃO TERMINATIVO –

Altera a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3ºdo art. 198 da Constituição Federal, para determinar o percentual mínimo da receita corrente líquida que a União deverá aplicar anualmente em ações e serviços públicos de saúde.

Relatoria: Senador Roberto Requião (Substituído por Ad Hoc)

Relatoria *Ad Hoc*: Senadora Ana Amélia

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2007 – Complementar, na forma do

Substitutivo que apresenta; e pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nºs 156 de 2007, 11 de 2012 e 162 de 2012 (todos Complementares).

Observações:

– Em 02.10.2013, a Presidência designa Relatora "ad hoc" a Senadora Ana Amélia, em substituição ao Senador Roberto Requião. Lido o Relatório, é concedido Vista Coletiva nos termos regimentais.

– Em 03.10.2013, a Senadora Ana Amélia apresentou novo Relatório.

– A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para prosseguimento da tramitação.

– Votação simbólica.

Consulto os Srs. Senadores sobre se há alguma manifestação decorrente do pedido de vista. (*Pausa*.)

Designo Relator *ad hoc* o Senador Eduardo Amorim, concedendo-lhe a palavra para proceder à leitura do relatório, que na verdade já foi lido. Mas V. Exª pode fazer a leitura da análise, enfim, do que julgar necessário.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Sr. Presidente, colegas Senadores, como já foi lido e já do conhecimento de todos, irei direto à análise.

Nos termos do art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais dar parecer sobre a presente proposição.

A Lei Complementar nº 141 tinha, entre seus objetivos, o de manter um mínimo de gasto com saúde por parte do Governo Federal. Para tanto, o art. 5º daquela lei complementar estabeleceu:

> *Art. 5º A União aplicará, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde, o montante correspondente ao valor empenhado no exercício financeiro anterior, apurado nos termos desta Lei Complementar, acrescido de, no mínimo, o percentual correspondente à variação nominal do Produto Interno Bruto (PIB) ocorrida no ano anterior ao da lei orçamentária anual.*

Ocorre, todavia, que a norma tornou-se inócua, na medida em que a União já tinha elevando seus gastos com saúde acima do percentual de crescimento do PIB e da Receita Corrente Líquida, como revelam os dados colhidos no Siafi, a seguir tabelados, como os senhores estão vendo aí.

Isso demonstra que, antes da aprovação do projeto de lei, a variação média do percentual dos gastos da União com saúde foi de 12,02% ao ano, no período de 2006 a 2012, ao passo que o crescimento médio do PIB anual foi de 3,63%.

Com isso, a rigor, a aplicação literal da lei implicaria reduzir o aumento médio do gasto com saúde, de 12,02% para 3,63%, o que efetivamente configurará um enorme retrocesso no papel que a União passou a assumir na aplicação de recursos com a saúde pública.

O presente processo visa a corrigir essa distorção e a alçar a saúde a um patamar semelhante ao da educação, função à qual a Constituição Federal garante a aplicação mínima pela União de 18% da Receita Corrente Líquida, como determina o art. 212.

Diz o art. 212, Sr. Presidente:

> *Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.*

Esse gasto tem sido, conforme os dados obtidos no Tesouro Nacional (de 2006 a 2010), em média, de 12,19%, consoante tabela abaixo, como os senhores estão vendo.

No que se refere à proposta de alteração do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 141, a alteração é conveniente, na medida em que a lei não se destina a estabelecer valores, mas sim percentuais.

Proponho, portanto, substitutivo em que:

> I) acato a nova redação do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 141, prevista no PLS nº 11/2012, do Senador Ferraço;
>
> II) estabeleço o limite mínimo proposto pelo Senador Cícero Lucena no PLS nº 162/2012;
>
> III) defino como base de cálculo o conceito de Receita Corrente Líquida prescrito na Lei de Responsabilidade Fiscal, ajustado pela exclusão das taxas, das contribuições de melhoria, das Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico e das parcelas de multas de qualquer natureza que tenham destinação estabelecida em lei, uma vez que são receitas por natureza vinculadas a finalidades específicas e que não devem ser dirigidas para outros fins, sob pena de desvirtuamento de sua razão de ser;
>
> IV) acato o escalonamento temporal proposto pelo Senador Aloysio Nunes, para que seja atingido o percentual de 18% no período dos quatro anos seguintes ao da publicação da Lei que decorrer da presente proposta.

Assim, em razão dos próprios méritos da matéria – a destinação de mais recursos para a saúde –, sou favorável à aprovação da matéria, na forma do substitutivo abaixo, ressaltando que a má qualidade dos

serviços públicos de saúde oferecidos à comunidade impõe medidas enérgicas de direcionamento de mais recursos para tal função de governo, especialmente nesse campo, em que os maiores prejudicados têm sido a população mais carente de recursos econômicos.

Na prática, o substitutivo contempla os virtuosos fundamentos do projeto apresentado pelo Senador Cícero Lucena (PLS 162/2012) e do Senador Ricardo Ferraço (PLS 11/2012), e as relevantes contribuições ofertadas pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2007, na forma do substitutivo que apresenta; e pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nºs 156, de 2007, 11, de 2012, e 162, de 2012, que tramitam em conjunto.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Em discussão a matéria.

Quero informar que o Senador Wellington pediu vista. Ele, até agora, não compareceu. Vou colocar em discussão a matéria. (*Pausa*.)

Encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o presente relatório queiram permanecer como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado o relatório do Senador Eduardo Amorim, que passa a constituir parecer da comissão, favorável, ao Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2007, complementar, na forma da Emenda nº 1, da CAS – é um substitutivo, e pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nºs 156, de 2007; 11, de 2012 e 162, de 2012, todos complementares, que tramitam em conjunto.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para prosseguimento da tramitação.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente. Só um esclarecimento para mim, já que a matéria já foi votada. Havia um voto separado do Senador Wellington Dias? É isso?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Só que ele não estava presente para ler o seu relatório? Foi isso?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Exatamente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Só para eu entender o que realmente aconteceu.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Até mandei consultar se V. Exª gostaria de ler o voto.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu poderia ler.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pela ordem.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Voto em separado não pode ter relator *ad hoc.*

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – A votação já fiz. Assumo a responsabilidade.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – O item...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Sr. Presidente, só para lembrar que ela não é terminativa aqui.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Ela não é terminativa. Esse é um projeto que não é terminativo e vai às outras comissões. Eu apenas, como Presidente, tinha que dizer que havia um voto em separado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Essa foi a dúvida com que fiquei, mas, em resumo, o que o Senador Cícero...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Para esclarecer isso daí, fiz questão – porque temos, às 10 horas, na verdade às 9h40, uma homenagem aos constituintes e me foi pedido para que, seu eu fizesse a reunião, começasse às 9 horas – e acho que falei com cada um dos senhores aqui...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Falou comigo inclusive.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Ninguém pode dizer que está sendo...Avisei inclusive o Senador Wellington Dias, fiz questão de avisá-lo. Então, comigo não tem essa coisa de deslealdade, porque não jogo assim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – V. Exª falou, inclusive, comigo. Em nenhum momento estou levantando um questionamento. Só quero ter o quadro bem claro do encaminhamento que foi feito. Só não foi lido, porque o Senador Wellington Dias não estava aqui. Nesse caso, como me disseram, não caberia a leitura de outro Senador.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Presidente, sei da urgência...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Sei da urgência de V. Exª, mas, embora não seja daqueles que goste de falar muito, a importância desse gesto desta Casa não posso deixar, assim como

os meus sinceros agradecimentos e até a minha emoção em ver esse projeto iniciar a sua caminhada com o voto, podemos dizer, da unanimidade dos Senadores aqui presentes.

Eu gostaria de fazer alguns registros que, para mim, são fundamentais. Primeiro, a V. Exª, como Presidente desta Comissão, que todos têm uma única avaliação da demonstração do seu compromisso com essa causa, que é uma causa não desta Comissão, mas é uma causa do povo brasileiro e em favor do povo brasileiro, suprapartidária, numa demonstração de total responsabilidade nossa.

Então, Presidente, quero dizer que espero que a história faça justiça com a forma com que o senhor está conduzindo o enfrentamento de um problema tão sério.

Da mesma forma, permita-me agradecer também aos Relatores, o Senador Requião, que elaborou o relatório em primeira instância e, por não se encontrar aqui, fez questão de combinar com V. Exª para que nomeasse um Senador *ad hoc.* A Senadora Ana Amélia fez um brilhante relatório, hoje coroado com a leitura pelo Senador Eduardo Amorim.

Só tenho a agradecer a todos os Senadores que colaboraram com isso e agradecer a Deus pela oportunidade de ver este projeto aprovado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Continua em discussão.

Para discutir o Senador Humberto Costa está inscrito antes de V. Exª, Senador Osvaldo Sobrinho.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, antes de mais nada acho que não cabe nenhum reparo ao fato de que todas as regras regimentais foram cumpridas para a votação desta proposição. Apenas acho que deveria ter sido objeto de maior discussão até mesmo para enriquecer o debate, porque são muitos os aspectos desse tema que precisam ser levados em consideração, inclusive o próprio processo de tramitação nesta Casa.

Todos sabem que nós instalamos uma Comissão de Financiamento da Saúde. Nós inclusive externamos várias vezes, e essa é a minha opinião, que a proposta que o movimento apresenta é uma proposta que começa a solucionar os problemas de financiamento da saúde. Sou adepto dessa proposta e a defendo. Mas quero dizer que nesse debate que nós iríamos travar – eu não estava aqui também, cheguei 12 minutos atrasado – queríamos levantar alguns aspectos importantes.

Quero dizer que eu não conheço o voto em separado do Senador Wellington Dias, mas votaria com ele, não pelo fato de ser do Governo simplesmente, mas por entender que temos que ser realistas, bem realistas.

Qual o papel do que nós aprovamos aqui neste momento? Acho que o papel principal é justo, é válido, é importante, e é o de estabelecer mais um ponto de pressão sobre o Governo no sentido de estabelecer uma negociação e melhorar a proposta que o Governo apresentou. A rigor, a emenda constitucional, que é onde essa questão vai estar definida a partir de hoje na Comissão de Constituição e Justiça, se sobrepõe ao projeto de lei complementar. Então, muito do que a gente está fazendo, está discutindo aqui, estamos fazendo e discutindo já com a consciência de que vai ser mais um objeto de pressão do que efetivamente uma proposta para ser aprovada agora, em que pese a importância e a relevância que essa atitude, que essa decisão tem. Acho que, inclusive, nos ajuda a forçar essa negociação.

Entendo que existe outra frente de debate e de tentativa de conquista em relação a isso, que é o que vai acontecer na Comissão de Constituição e Justiça daqui a pouco. Acho que a Comissão, os movimentos parlamentares vão numa linha e acho que tem que haver outra linha de pressão. Essa linha de pressão na qual eu estou incluído, estou imbuído de fazer com que ela se viabilize, é de forçar o Governo a melhorar a proposta que apresentou, até porque, independentemente de qual seja o resultado final desta votação aqui no Senado e na Câmara, porque a emenda ainda irá para aquela Casa, nós não podemos estabelecer que houve qualquer tipo de derrota.

Mesmo que seja aprovada a proposta que o Governo concordou, vamos ter um incremento de dinheiro além da Emenda nº 29 de aproximadamente 7 bilhões com mais 7 da Emenda nº 29 de correção deste ano para o outro; são 14 bilhões a mais.

Eu acho que isso mostra duas coisas importantes. Primeiro, que o Governo da Presidenta Dilma tem sensibilidade para esse assunto, sabe, tem consciência de que a saúde precisa de mais recursos. Segundo, o movimento não foi em vão. Se essa questão não tivesse sido levantada pelas assinaturas, pela mobilização que se fez, pelas comissões que nós instalamos para discutir esse tema, com certeza, isso também não teria chegado à mesa da Presidenta como um tema de urgência, porque nós sabemos como atuam os diversos Ministros e Ministérios da área econômica. Eu acho que representa, sem dúvida, um avanço qualquer quer seja o resultado que esteja lá posto. Então, diante disso e colocando aqui a minha posição, eu considero que em relação a esse tema ainda vai ter muita água por rolar.

Também defendo a ideia de nós melhorarmos lá. Eu próprio fiz a emenda que trata da constitucionalização desse tema, porque acho que a constitucionalização é um avanço. Primeiro, porque nós não vamos

mais ficar mais sujeitos a mudanças da lei que aconteçam, seja de acordo com uma correlação de forças, seja de acordo com os interesses do Governo, que é quem tem força. A partir de agora, nós vamos ter uma definição da Constituição de um mínimo. E a luta política por mais recursos para a saúde vai acontecer não mais dentro do debate legislativo, legal, mas dentro da Comissão do Orçamento, dentro do enfrentamento com o Governo, disputando, inclusive com outras áreas, esses recursos.

Não é à toa que o orçamento da assistência social cresceu mais que o da saúde, que o da educação cresceu mais do que o da saúde, porque, além de não ter sido prioridade, do mesmo jeito que essas outras áreas foram, nós tínhamos um critério de ampliação dos recursos que terminava atuando contra a elevação dos recursos da saúde por conta da tal catraca, o que era para ser piso terminava virando teto toda vez. Por isso, eu queria justificar a minha posição.

Como eu não sou Parlamentar de ficar me escondendo, nem de me abster, nem de faltar reunião, nem de deixar de defender minha posição, eu quero só dizer que, se nós tivéssemos ido a voto aqui, com a apresentação do voto em separado, eu teria votado com o voto em separado do Senador Wellington Dias.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – O voto em separado foi enviado por *e-mail* para todos os membros da Comissão, às 18h30 do dia de ontem, assim que foi entregue, na Secretaria de Comissões, visando à sua publicidade.

Eu tomei todas as precauções, exatamente, em função do que o pessoal queria. Eu recebi proposta para adiarmos a votação de hoje, alegando o compromisso das 10h. Não vou adiar, mas vou votar os itens antes do previsto.

Concedo a palavra ao Senador Osvaldo Sobrinho.

O SR. OSVALDO SOBRINHO (Bloco União e Força/PTB – MT) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, na verdade, trata-se de um projeto de lei complementar de grande importância e grande relevância para o povo brasileiro.

Ele não é importante para o Senador Cícero Lucena. Não é importante, talvez, para mim. É importante para todos nós. É um projeto que mesmo que não dê nada, já deu; já mostrou que é uma ansiedade nacional, de todo o Congresso Nacional, das pessoas que estão moribundas em leitos hospitalares, e o Estado não vai ao encontro deles. Portanto, é um projeto de lei humanizante, humanizador. É um projeto de lei em relação ao qual, na verdade, o Brasil todo precisa se comover para tentar aprová-lo e botar mais recursos.

Recurso nunca haverá para nada mesmo, porque é preciso priorizar as áreas em que o Estado é responsável. E a primeira responsabilidade do Estado é com o cidadão, com educação, segurança e saúde. São as três áreas que deixam muito a desejar e, consequentemente, nós temos visto os índices, nos últimos tempos, que são alarmantes.

Eu sou da Base governista, o meu Partido é o PTB, que apoia o Governo, mas não podemos fechar os olhos para a miséria que está acontecendo, a miséria humana, a catástrofe humana. Basta entrar em qualquer hospital, enfermaria ou pronto-socorro para se ver o desmoronamento do ser humano. Realmente, é uma calamidade pública. E qualquer recurso tem que ser tirado, alocado para tentar fazer com que as coisas caminhem.

Portanto, quero parabenizar o Senador Cícero Lucena, pessoa por quem tenho estima, respeito e consideração pelo seu trabalho e pela sua luta, assim como o Relator, que leu o voto, esse voto tão importante, não só para esta Comissão, mas nós queremos que ele prossiga e que, ao terminar, essa seja uma vitória do povo brasileiro.

Parabenizo V. Exª também porque ontem nos localizou a todos, inclusive a mim, já no final, ao apagar das luzes, e nos convocou. E não é muito normal sairmos às 6 horas para vir para cá, mas às 7 horas eu estava aqui esperando por V. Exª. Portanto, parabenizo V. Exª por presidir com dignidade, com seriedade e com responsabilidade esta Comissão e por fazer a discussão, num horário como este, de matéria que é de importância para todos nós.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu agradeço V. Exª, mas nós do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul somos tiradores de leite, acordamos cedo.

O SR. OSVALDO SOBRINHO (Bloco União e Força/PTB – MT) – É porque eu fiz isso de manhã cedo. Então, por isso que eu...

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Sr. Presidente, este talvez seja um dos projetos mais importantes que tramita no Senado Federal. É um projeto que destina limites para a saúde. Sabemos que, por mais que o Texto Constitucional faça referência, não há um limite obedecido pelo Governo Federal. A maioria de nós que estamos aqui é da Base do Governo, temos todo um carinho pela Presidente Dilma, temos uma ação a favor do Governo, mas temos a obrigação, como Parlamentares, de representar as nossas unidades federativas, que se estendem aos

Municípios. Nossa função é esta: representar a Federação, de que fazem parte os Municípios. E nós sabemos que os Municípios brasileiros têm ficado com a grande carga no custo da saúde. Há relatos de prefeitos de que o custo chega a 35% da receita do Município, o que acaba inviabilizando qualquer tipo de investimento, e, na sequência, os Municípios acabam dependendo exclusivamente de recursos federais e estaduais, na forma de convênios, para fazerem os investimentos.

O Governo tem atendido isso, mas o que interessa aqui é a saúde. Qualquer pesquisa de opinião pública, em qualquer lugar do Brasil, aponta que o cidadão espera que esse item melhore, mas a saúde não baixa de 40%. Ainda ontem, vi algumas pesquisas feitas pelo meu Partido em alguns Estados: 40%, 42%, 45%. A educação vem em segundo lugar, na faixa de 20%. É o sentimento do povo brasileiro de que ele não está sendo atendido, ainda que o Brasil – o Governo Federal – seja o país que mais gasta em saúde pública no mundo. Nenhum outro país gasta tanto quanto o Brasil em saúde. É o país que mais compra remédios, equipamentos, etc. Porque o Brasil tem o SUS. E só nós temos. Países como China e Estados Unidos não têm. Ainda assim, falta muito. E, se nós nos propomos a fazer o melhor para a nossa população e colocamos isso no texto da Constituição – e daqui a pouco vamos para uma sessão solene em comemoração aos 25 anos, um quarto de século, da nossa Constituição Cidadã –, se colocamos isso como cláusula pétrea, de que o cidadão tem direito, então, nós temos que respeitá-la e colocar os recursos necessários.

Parabéns ao Senador Eduardo Amorim pelo relatório.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Sr. Presidente, colegas Senadores, quero aqui agradecer o voto de confiança e o privilégio de ter tido a oportunidade de relatar um projeto tão importante como este. É a nossa maior defesa aqui. Saúde sim, muito mais saúde. Sou testemunha do esforço de muitos colegas Senadores – Cícero Lucena, o senhor, Presidente, e o próprio Humberto Costa –, que têm travado essa luta para sensibilizar o Governo Federal de que são necessários mais investimentos e mais recursos para a saúde. Essa é uma luta que não podemos perder.

Quero lembrar, Sr. Presidente, que, em meu Estado, 87% da população – 87% da população sergipana; fiz esse estudo, acompanhei o número de conveniados de cada plano de saúde – são completamente dependente do SUS. Ou seja, não têm outro plano de saúde além do SUS. Então, muitas vezes, Senador Sérgio Souza, quando a pessoa encontra a porta do hospital público fechada ou um posto de saúde que não funciona adequadamente, isso pode significar a diferença entre estar vivo ou não.

Relatar um projeto como este é um momento histórico na minha vida. Eu agradeço a oportunidade, a compreensão e o voto de confiança de todos os colegas Senadores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Quero agradecer ao Senador Eduardo Amorim, Relator, e parabenizar a Comissão como um todo. Hoje é um dia importante: votamos um projeto de lei aqui que concede 18% da Receita Corrente Líquida. Isso é um avanço! Mesmo que a matéria ainda vá para outras comissões e certamente vá haver outras discussões, a Comissão de Assuntos Sociais cumpriu com sua obrigação.

Quero, inclusive, dizer que o Senador Humberto Costa cumpriu papel importante na comissão especial. Só não votamos aqui porque houve, no decorrer, a questão de o Governo entrar com a PEC. Aí há todo o problema do Orçamento impositivo, as emendas, mas aqui a Comissão de Assuntos Sociais cumpriu... Tínhamos o projeto do Senador Cícero Lucena, e nós prestigiamos um membro do Senado Federal. Isso é fundamental. E esse projeto não nasceu depois das manifestações; o projeto do Senador Cícero Lucena é anterior, é de 2012. Então, o que fizemos na Comissão hoje foi valorizar um texto de um colega Senador que teve exatamente esse mérito. E aí o Senador Roberto Requião, que não está presente porque está em missão oficial, fez um relatório muito bem feito, a Senadora Ana Amélia foi Relatora *ad hoc*, e houve uma contribuição do Senador Aloysio Nunes que faço questão de dizer aqui que escalonou. Para não ficar os 18% o ano que vem, ele fez questão de escalonar, porque o projeto aprovado vai num crescendo: 15%, em 2014; 16%, em 2015; 17%, em 2016; e 18%, em 2018. Isso dá tempo ao Governo de preparar o Orçamento para essas despesas.

Agora, o que não pode é os Municípios ficarem com o grande ônus do financiamento da saúde. É isso que não pode. E esta Comissão tinha, por obrigação, votar um texto... "Ah, mas está tramitando a PEC." A PEC não tem garantia de aprovação. E se a PEC não for aprovada ou não houver nenhum consenso em cima disso, sempre teremos alternativa desse texto que foi aprovado aqui na Comissão de Assuntos Sociais. Ou seja, na pior das hipóteses, Senador Cícero Lucena, este texto aqui aprovado servirá como base para negociações que haverão de acontecer até que o Plenário do Senado decida definitivamente por esse tema.

Uma página já viramos: o Governo já admite – e aí tenho que reconhecer a sensibilidade da Presidente Dilma – que tem que ser colocado mais recurso para a saúde. Há um tempo, você falava em colocar um recurso a mais para a saúde, e o Governo... Não existia essa possibilidade. Hoje existe, e sou o primeiro a reconhecer.

Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – Sr. Presidente, quero destacar a posição de V. Exª, fundamental como Presidente desta Comissão, para que esse debate e essa votação fossem realizados aqui hoje e dizer do meu total apoio a esse projeto, parabenizando seu autor e toda esta Comissão, parabenizando também o Senador Humberto, que tem se destacado no estudo e na defesa do aumento dos recursos para a saúde no Brasil, colocando-se de maneira muito independente na discussão com o Governo Federal.

Quero, portanto, parabenizar todos os Srs. Senadores que compõem esta Comissão, em especial V. Exª, que teve este papel de liderar, sem dúvida alguma, como Presidente desta Comissão, essa votação.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Muito obrigado, Senadora Lídice da Mata.

Senador Agripino Maia.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN) – Sr. Presidente, na mesma linha. Ouvi com atenção a palavra do Senador Sérgio Souza. Ele, que é da Base aliada do Governo, falava sobre a penúria dos Municípios, que, na verdade, sustentam o sistema de saúde do dia a dia dos brasileiros.

O que V. Exª está promovendo nesta Comissão é aquela velha máxima do ditado "água mole em pedra dura tanto bate até que fura". A Emenda 29 é de autoria de um Senador do PT, de Tião Viana. Ela destina 10% da receita bruta do País para financiamento de ações de saúde. Já foi e voltou. Foi e voltou. E foi aprovada. O Governo segura, bloqueia na Câmara. E fica esse vai e vem. Diante do vai e vem, o que se evidencia, na verdade, é a penúria do sistema de saúde no Brasil inteiro. São as filas do SUS, são os hospitais superlotados, é assistência médica insuficiente. E se nós aqui não fizermos pressão, e o que está se votando hoje é elemento de pressão a mais, nada vai acontecer em matéria de saúde, porque, daqui a pouco, nós vamos votar a PEC do orçamento impositivo. E o Governo, mais uma vez, prepara uma peça de ficção. Quinze por cento da receita líquida do País é para a saúde. O que vai para a saúde, na verdade, em minha opinião, é menos do que já está proposto: o recurso está segurado com a correção do PIB, mais os *royalties* que já foram aprovados – não há nenhuma novidade – e mais 0,5%; metade do orçamento impositivo das emendas parlamentares.

Quer dizer, o que o Governo toma iniciativa de propor, com todo respeito, são peças de ficção. Coisa segura, coisa real é a Emenda 29 e esse projeto de autoria do Senador Eduardo Amorim, que está sendo aprovado aqui, agora, e foi aprovado na Comissão que trata especificamente no mérito da assistência de saúde, que é Comissão de Assuntos Sociais. De modo que ela tem um significado especial. Os membros da Comissão de Assuntos Sociais votaram, analisaram o mérito, depois de uma série de adequações, como a de Aloysio Nunes, que escalona no tempo para dar exequibilidade, para dar ao Governo a oportunidade de cortar gastos de má qualidade e destinar o recurso disponível para o gasto de boa qualidade, que é o gasto com saúde pública.

É isso.

Você vai conquistar espaços à medida que você provoque, que você faça fatos consumados. E aqui está se construindo um pedaço de fato consumado pela ação da Presidência de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Agradeço, Senador Agripino, mas, na verdade, o esforço, porque hoje, com algumas exceções, a maioria dos Senadores, às 9 horas estavam presentes aqui para esta votação, que era importante. Agora são 9h40. Estamos chegando ao limite que me deram, pois haverá uma sessão para homenagear os Constituintes. Mas está aprovado o projeto de lei, é uma lei complementar, e eu quero parabenizar, mais uma vez, o Senador Cícero Lucena, o Senador Eduardo Amorim, o Senador Roberto Requião e a Senadora Ana Amélia, que só não estão presentes porque se encontram em missão oficial. Mas, mais do que eles, agradeço a presença dos Senadores e o quórum aqui para que a gente pudesse debater e votar este importante projeto.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN) – Sr. Presidente, uma correção só. Desculpe-me aqui o Senador Cícero Lucena, pois o projeto é de autoria de S. Exª, com a colaboração de Eduardo Amorim, de Roberto Requião e de Aloysio Nunes, mas o mérito maior é do Senador Cícero Lucena. E eu quero fazer essa correção.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Como o item 2 não é terminativo e já foi lido, será que nós poderíamos encerrar a discussão?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sim. Vou colocar.

Item 2 da pauta é do Senador Cyro Miranda. A página é 238.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 288, DE 2013 – NÃO TERMINATIVO –

Institui a Lei de Migração e regula entrada e estada de estrangeiros no Brasil.

Autoria: Aloysio Nunes Ferreira

Relatoria: Cyro Miranda

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 288, de 2013, com as 4 (quatro) Emendas que apresenta.

Observações:

– Em 02.10.2013, lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, a Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais.

– A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para prosseguimento da tramitação.

– Votação simbólica.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu consulto os Srs. Senadores se há alguma manifestação decorrente do pedido de vista.

Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sr. Presidente, não é com relação ao pedido de vista, mas quero me manifestar a respeito da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS. *Fora do microfone.*) – Mas eu vou colocá-la em discussão.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Então, posteriormente, eu falo.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Concedo a palavra ao Senador Cyro Miranda para suas considerações, se julgar necessário.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Sr. Presidente, a matéria já foi lida e foi até iniciada a discussão. Posteriormente, foi pedido vista pelo Senador Humberto Costa, que a devolveu sem apresentar nenhuma manifestação. Esse projeto, de autoria do Senador Aloysio Nunes, instituiu a Lei de Migração, regula a entrada e estada de estrangeiros no Brasil, estabelece normas de proteção a imigrantes brasileiros e dá outras providências. Nós fizemos o que faltava; uma emenda que se referia à Previdência Social, não sendo ela cumulativa e, sim, já a tendo, poder-se-ia optar pela melhor. Quer dizer, não há prejuízo ao Governo com esse projeto, não encontramos nenhuma dificuldade.

Estou à disposição para esclarecimentos e peço aos meus pares o voto favorável.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Em discussão.

Para discutir, Senadora Ana Rita e Senador Humberto Costa.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Presidente, quero apenas aqui fazer uma observação, embora não tenha tido tempo, porque a informação me chegou hoje – a nossa assessoria foi procurada muito em cima da hora –, eu vou apresentar uma emenda quando o projeto estiver na Comissão de Constituição e Justiça. Saindo daqui,o projeto vai à CCJ; não farei a emenda aqui, mas o farei lá.

Mas é com relação aos missionários, a pessoas de confissões religiosas de outros países que vêm para o Brasil como estrangeiros, não têm vínculo empregatício e que, portanto, teriam de ter visto especial. Vou ver ainda como construir essa emenda, mas apenas para informar que penso que o tratamento deve ser diferenciado, considerando que o Brasil recebe missionários de vários países que passam um longo tempo aqui no Brasil, cumprindo uma missão e que, portanto, precisam ter tratamento diferenciado.

Essa foi uma solicitação da CNBB, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Como essa solicitação já chegou muito em cima da hora desta reunião, não foi possível tratar da emenda a tempo, o que farei na CCJ.

Falo apenas para informar aos colegas Senadores e Senadoras que existe essa lacuna, para a qual precisamos ter um olhar atento.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Humberto Costa.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Sr. Presidente, apenas para esclarecer essa parte da Senadora. Ela tem toda razão, mas esta Comissão analisa somente o mérito trabalhista. Então, os outros aspectos serão analisados na CCJ. Ela tem toda razão. Aqui só levei em consideração os aspectos trabalhistas.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Presidente, na verdade, fiz o pedido de vista com o objetivo de aprimorar o projeto. Não apresentei nenhuma manifestação, voto em separado ou qualquer outra alternativa, porque os temas que suscitaram preocupações em nós, no Ministério da Justiça e na assessoria da nossa Bancada foram objeto de mudança do Relator no seu parecer. De modo que, por essa razão, não apresentei nenhuma manifestação e vou votar com o Relator.

Contudo, não deixo de lembrar que hoje há, no âmbito do Ministério da Justiça, uma comissão de especialistas envolvendo várias instituições do Governo e fora dele que trabalha em uma proposta de lei de imigrações e promoção dos direitos dos migrantes do Brasil. Não sei quando isso terá um produto e como, de fato, o texto do Senador Aloysio Nunes, relatado pelo Senado Cyro Miranda, avança em relação à legislação vigente, vou votar com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Encerrada a discussão.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável, ao Projeto de Lei do Senado nº 288, de 2013, com as Emendas nºs 1, 2, 3 e 4 da Comissão de Assuntos Sociais.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para prosseguimento da tramitação.

Eu tenho o compromisso de encerrar a reunião da Comissão antes das 10 horas. Assim, o resto da nossa pauta será transferido para a próxima sessão.

Senador Wellington Dias, eu queria que o voto em separado de V. Exª fosse lido, mas fui alertado pela Secretária – e cheguei a consultar o Senador Paulo Paim –, que me disse que, segundo o art. 242, "o projeto ou requerimento de autoria individual de Senador, salvo o requerimento de licença e de autorização para o desempenho de missão, só será lido quando presente o seu autor", de forma que, embora eu quisesse que fosse lido o voto em separado, isso não foi possível.

Mas concedo a palavra a V. Exª.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Sr. Presidente, primeiro, bom dia. Eu me senti hoje muito tratorado, viu, Presidente? Veja só, primeiro, ontem, eu conversei com o Senador Cícero Lucena, autor do Projeto, e com V. Exª, e trabalhei – inclusive, estava agora pela manhã tentando – no sentido de um entendimento que pudesse gerar uma posição mais avançada do que a que estava no meu relatório, até para colocar qual era a ideia.

Nós temos, da parte do Governo, a confirmação de que, dentro do parâmetro, do período do PPA, é possível trabalhar, naquilo que o Governo tem de estimativa de receita, tem de possibilidades, sem causar problemas maiores em outras áreas, com 15%, na forma que apresentei o relatório, que é a mesma forma que está sendo discutida na PEC na Comissão de Constituição e Justiça.

Qual era a ideia ontem colocada? O Senador dizia: "Olha, se você tem um parcelamento até um determinado período, a partir daí, poderia ter um novo período em que se pudesse alcançar os 18%". Eu dizia para ele – inclusive V. Exª é testemunha –, eu defendi e o Senador Humberto, que vinha no grupo de trabalho, a possibilidade de se ter um prazo mais elástico, exatamente por compreender – e eu conheço um pouco sobre isso – que, a partir de 2019, nós teremos o ingresso mais robusto das receitas do pré-sal.

Com base nisso, a ideia era que pudesse ter do Governo uma concordância para que se pudesse ter, a partir desse prazo em que se alcançam os 15%, uma redação que permitisse, em havendo fonte, vinculada à existência de fonte, o acréscimo em direção aos 18%.

Bom, mas já foi votado. Eu lamento, porque eu gostaria, imensamente, de estar aqui, de poder apresentar o meu voto. Vou ter que fazer isso agora noutras Comissões.

Era basicamente isso. Não posso deixar de colocar aqui a minha posição. O meu esforço, que, como eu deixei claro aqui, era no sentido de encontrar alternativas.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador, V. Exª quer falar?

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Presidente, apenas para confirmar, embora não precisasse, mas o que o Senador Wellington disse mostra a tentativa, o esforço de S. Exª. Como eu disse aqui na minha fala anterior, esse é um projeto em que todos têm que trabalhar com a visão suprapartidária, e nós conversávamos ontem sobre a possibilidade de atingirmos os 18%, mesmo que se discutisse o prazo.

Como aqui não é terminativo, eu tenho certeza absoluta de que o Senador Wellington, conhecedor profundo dessa necessidade, sensível, já tendo governado um Estado, que, talvez, seja um dos Estados que mais precise de recursos, a exemplo da minha pequena Paraíba...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – E um dos que mais avançou na saúde, viu, Senador?

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – ...eu tenho certeza de que nós iremos construir isso para as próximas.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, me permite, só para que não fique nenhuma dúvida.

V. Exª, de fato, me consultou e a informação que eu recebi foi que eu não poderia ler o Voto em Separado; senão eu iria ler. Mas V. Exª me consultou de fato, e o Regimento não permitiu. Por isso é que eu não pude ler o voto em separado; teríamos lido se o Regimento tivesse permitido.

Só isso, dizendo que V. Exª foi transparente durante todo o período, Senador Wellington Dias. Infelizmente, V. Exª não estava aqui naquele momento.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Wellington Dias, V. Exª disse que se sentiu tratorado. Agora, esta Presidência não agiu dessa forma. Aí, V. Exª está sendo injusto comigo. Eu avisei V. Exª ontem que nós iríamos começar às 9 horas da manhã. Eu esperei dar o quórum, não o quórum de assinatura, Senador, mas o quórum presencial.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Na presença, parece-me que votaram sete Senadores, no momento da votação.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Não, não, não. Eu não faria isso, Senador Wellington. Eu invoco o testemunho da nossa diretora. Aí digo que V. Exª está me deixando chateado, porque eu tomei todos os cuidados; todas as assinaturas estavam aqui. Só começamos a tratar quando havia quórum. E outra coisa: foi lido, eu abri a discussão, e V. Exª é que não chegou a tempo de ler. Aí,eu tenho que dizer a V. Exª.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Por isso que eu falei aqui, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – V. Exª não estava presente! Eu pedi ao Senador Paulo Paim e fui informado... Se pudesse ter sido feita a leitura do voto em separado, o Senador Paulo Paim teria lido. Nós aqui, eu não iria, em um assunto dessa envergadura, cometer qualquer lisura no Regimento.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – V. Exª me permite?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Aliás, em matéria que não tem essa importância eu não cometo. Eu tenho uma história, Senador Wellington Dias...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Eu também.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – E aí V. Exª vai ter que... Duas coisas: eu não tratorei V. Exª e não votei o projeto sem o quórum. Aliás, não é só de assinatura, quórum presencial.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Eu sei. Para a votação, precisava ter metade mais um presentes. De onde eu estava, eu estava ligando para examinar como estava. Como me disseram que, no momento em que se estava encaminhando a votação, havia sete Parlamentares presentes, eu fiquei tranqüilo, porque iria ser votado quando se chegasse pelo menos a 11 ou 12 Parlamentares. Por essa razão, segui na reunião em que eu estava tratando desse entendimento.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Não sei quem lhe deu essa informação, mas eu invoco o testemunho dos Senadores aqui presentes, inclusive do Senador Humberto Costa, que estava presente.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – (*Fora do microfone.*) – Não; cheguei depois.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Mas, quando V. Exª chegou, já havia quórum, Senador Humberto.

Então, Senador Wellington Dias, eu...

(*Manifestação fora do microfone*.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Não, não, mas é que V. Exª...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Acho que é um direito de V. Exª colocar. Eu estou colocando a versão que eu tenho. A versão, aqui confirmada pelo Senador Cícero Lucena é essa. Ontem, encontrei com V. Exª no Plenário e manifestei a mesma posição, que eu estava tentando fazer esse entendimento. Do jeito que eu disse aqui na última reunião. O que passou, passou.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Aliás, eu pedi para V. Exª retirar do seu texto do voto em separado que V. Exª mencionava que havia um acordo comigo. Eu falei para V. Exª que eu não tinha esse acordo...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – E eu retirei.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – E que eu votaria o projeto hoje. E fiz questão de avisar a cada um dos Srs. Senadores para que a gente estivesse aqui às 9 horas, em função do horário da homenagem à Constituição.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Se observar o relatório divulgado hoje, veio com essa alteração.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Mas eu repudio a palavra de V. Exª. Não tratorei ninguém nem cometi nenhuma ilegalidade, e os registros estão aí.

Invoco o testemunho dos Srs. Senadores. Se houver alguém que queria me contestar, fique à vontade. Eu sou um homem que não costumo ter esse tipo de comportamento, Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Eu estou dizendo que me senti tratorado. O senhor não pode mudar o meu sentimento. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Ah, bom. V. Exª está se sentindo tratorado.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Foi isso que eu disse.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Na minha terra, tem um ditado que diz: quem disso usa, disso cuida. Então, ele está acostumado, no Governo, a tratorar e, na primeira vez em que ele não teve o voto aprovado, ele se sentiu. É natural; não é culpa de V. Exª não.. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Então vou levar desse jeito.

Senador Paulo Paim, V. Exª quer...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Não. Já fiz o esclarecimento. O projeto não é terminativo aqui. Isso não é o fim do mundo.. O debate continua. É mais um instrumento de pressão para a gente construir um grande entendimento.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Agora, o Presidente vai conduzir esta Presidência com a independência que o povo do Mato Grosso do Sul lhe concedeu.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pois não.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – O horário de verão começa quando? Eu acho que o Senador Wellington confundiu... Eu acho que é na semana que vem, se não me engano. Houve uma confusão de horário. Pode ser que seja isso.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – É possível que seja isso.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente, eu entendi que chegaria a tempo. Acho que o Senador Cyro Miranda tem razão, porque eu também entendi, da discussão da semana passada, que eu chegaria a tempo de participar e ver a exposição do Senador Wellington Dias sobre o pedido de vista. Infelizmente eu acabei chegando também atrasado em função do fuso horário ou coisa que o valha.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Mas aí, Senadores, a matéria foi aprovada. Eu acho que é uma grande vitória, é um avanço. Esta Comissão cumpriu com a sua finalidade. Estou convencido disso.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 9 horas e 4 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 57 minutos.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA 50ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 16 DE OUTUBRO DE 2013, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e quatro minutos, do dia dezesseis de outubro de dois mil e treze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Waldemir Moka, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, Wellington Dias, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Casildo Maldaner, João Alberto Souza, José Agripino, Osvaldo Sobrinho, Eduardo Amorim, José Pimentel, Sérgio Souza e Cyro Miranda, e das Senadoras Angela Portela, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia, Lúcia Vânia e Ana Rita. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta. **ITEM 1 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 63, de 2013 – Não Terminativo – Autoria:** Deputado Valtenir Pereira. *Dispõe sobre o processamento de recursos no âmbito da Justiça do Trabalho, alterando a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências.* **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 63, de 2013, com uma Emenda de Redação. **Resultado:** Aprovado Parecer Favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 63, de 2013, com a Emenda nº 1-CAS. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em Decisão Terminativa. **Relatoria**: Senador Paulo Paim. **ITEM 2 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 307, de 2013 – Complementar – Não Terminativo – Autoria:** Senador Pedro Simon. *Altera dispositivos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, que "Dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar e dá outras providências.* **Relatório:** Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 307, de 2013. **Resultado:** Lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, a Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais. **Relatoria**: Senador José Pimentel. **ITEM 3 – TRAMITAÇÃO CONJUNTA – TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 369, de 2011 – Terminativo – Autoria:** Senadora Ana Rita. *Altera o caput do art. 136 da CLT, para determinar que a concessão de férias do trabalhador seja precedida de consulta pelo empregador sobre a data de seu gozo.* **TRAMITA EM CONJUNTO – TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 552, de 2011 – Terminativo – Autoria:** Senador Marcelo Crivella. *Altera o art. 136 da 'Consolidação das Leis do Trabalho', aprovada pelo Decreto-Lei n°. 5.452, de 1°*

de maio de 1943, e a ele acresce um § 3º, para dispor sobre a concessão de férias dos empregados membros de uma mesma família. **– Relatório:** Pela aprovação da Emenda de iniciativa do Senador Cyro Miranda ao Substitutivo aprovado em Turno Único, oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 369, de 2011. **Resultado:** Aprovado, em Turno Suplementar, o Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 369, de 2011, com a Emenda do Senador Cyro Miranda. **Relatoria**: Senador Paulo Paim. Assume a presidência eventual o Senador Cyro Miranda. **ITEM 4 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 165, de 2012 – Terminativo – Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. *Modifica o caput do art. 9º da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências; e altera a Lei nº 9.715, de 25 de novembro de 1998, que dispõe sobre as contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP, e dá outras providências, para fixar a contribuição do PIS/PASEP para as pessoas físicas, urbanas e rurais, na condição de empregadoras e para estender aos seus empregados o pagamento do abono salarial anual.* **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 165, de 2012. **Resultado:** Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 165, de 2012, sob a Presidência Eventual do Senador Cyro Miranda. **Relatoria**: Senador Waldemir Moka. Retorna à presidência o Senador Waldemir Moka. **ITEM 5 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 428, de 2012 – Terminativo – Autoria:** Senador Vital do Rêgo. *Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências, para dar maior transparência à cláusula indenizatória desportiva do contrato especial de trabalho desportivo, assim como exigir que percentual desta seja utilizado para a quitação de débitos fiscais, previdenciários e trabalhistas.* **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 428, de 2012. **Resultado:** Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 428, de 2012. **Relatoria**: Senador Sérgio Souza. **ITEM 6 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 62, de 2013 – Terminativo – Autoria:** Senador Valdir Raupp. *Altera a redação do art. 476-A da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com o objetivo de instituir a suspensão do contrato de trabalho em caso de crise econômico-financeira da empresa.* **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 62, de 2013. **Resultado:** Adiado. **Relatoria**: Senador Armando Monteiro. **ITEM 7 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 242, de 2013 – Terminativo – Autoria:** Senador Fernando Collor. *Altera o parágrafo único do art. 4º da Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, a fim de desonerar o trabalhador de qualquer participação no custo do Vale-Transporte.* **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 242, de 2013. **Resultado:** Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 242, de 2013. **Relatoria**: Senador Paulo Paim. **ITEM 8 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 260, de 2013 – Terminativo – Autoria:** Senador Paulo Bauer. *Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, para determinar que os alimentos que contenham lactose indiquem, em rótulo, o teor dessa substância.* **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 260, de 2013. **Resultado:** Adiado. **Relatoria**: Senador Cícero Lucena. **ITEM EXTRAPAUTA – ITEM 9 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 59, de 2013.** *Requeremos, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, inciso II e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Assuntos Sociais – CAS para analisar o trágico quadro dos índices sociais no Nordeste, apresentado pela última pesquisa do PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, divulgada no final de semana passada, com os seguintes convidados: – Sra. Márcia Maria Melo Quintslr, Diretora de Pesquisas – DPE/IBGE; – Ministro Marcelo Neri, Secretaria de Assuntos Estratégicos; e – Profa. Tânia Bacelar de Araújo, Departamento de Geografia da UFPE.* **Autoria**: Senador Cristovam Buarque e outros. **Resultado**: Aprovado. Usam da palavra os Senadores: Paulo Paim, José Pimentel, Cyro Miranda, Wellington Dias, João Durval, Osvaldo Sobrinho, Eduardo Amorim, Sérgio Souza, João Alberto Souza, Humberto Costa e José Agripino, as Senadoras Ana Amélia, Ângela Portela e Ana Rita, e o Senador Waldemir Moka, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quatro minutos, lavrando eu, Dulcidia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Waldemir Moka, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Waldemir Moka,** Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Declaro aberta a 50ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à apreciação de oito itens conforme pauta previamente divulgada, sendo dois itens não terminativos e seis terminativos.

O primeiro item da nossa pauta está na página 14.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 63, DE 2013 – NÃO TERMINATIVO –

Dispõe sobre o processamento de recursos no âmbito da Justiça do Trabalho, alterando a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências.

Autoria: Deputado Valtenir Pereira.

Relatoria: Senador Paulo Paim.

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 63, de 2013, com uma Emenda de Redação.

Observações:

– A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em Decisão Terminativa.

– Votação simbólica.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, como é um projeto que tem grande repercussão no âmbito da Justiça do Trabalho e, no meu entendimento, vai dar celeridade aos processos, vou fazer a leitura, na íntegra, do relatório, para que todos tenham clareza da importância desse projeto para o qual V. Exª me indicou Relator.

Trata-se do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 63, de 2013, do Deputado Valtenir Pereira, que dispõe sobre o processamento de recursos no âmbito da Justiça do Trabalho, alterando a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

A justificativa da proposição reside na necessidade de se conferir segurança e efetividade ao sistema recursal trabalhista, à luz do que dispõe o art. 5º, LXXVIII, da Constituição Federal, no sentido de tornar razoável a duração do processo trabalhista, que hoje, todos sabem, é muito demorado.

Com essa finalidade, promovem-se diversas alterações nas normas que disciplinam a recorribilidade de decisões na Justiça do Trabalho.

Em primeiro lugar, modifica-se o art. 894 da CLT, a fim de que o recurso de embargos seja cabível também nos casos em que a decisão proferida pelas Turmas do Tribunal Superior do Trabalho (TST) contrariar súmula ou orientação jurisprudencial da mencionada Corte ou, ainda, súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal (STF). Aumentam-se, ainda, os poderes do Ministro Relator, que poderá monocraticamente negar seguimento ao recurso de embargos, em hipóteses nas quais a sua inadmissibilidade for manifesta. Da mencionada decisão denegatória, nos termos do § 3º que se busca inserir no art. 894 da CLT, caberá agravo, no prazo de oito dias.

Além disso, a proposição modifica a disciplina do recurso de revista, para, nos mesmos moldes acima referidos, ampliar as suas hipóteses de admissibilidade. Estabelece, ainda, a necessidade de se indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da matéria aventada perante o TST; a imperiosidade de se apontar, de forma explícita, o dispositivo de lei reputado ofendido pela decisão impugnada; assim como de se expor, analiticamente, as razões do pedido de reforma do pronunciamento jurisdicional combatido.

Determina-se, ainda, que os Tribunais Regionais do Trabalho procedam à uniformização de sua jurisprudência, a fim de que a tese jurídica prevalecente nas Cortes locais seja o paradigma para a viabilização do conhecimento do recurso de revista, pois a ausência de referida previsão no sistema recursal trabalhista tem permitido o cabimento de recurso de revista em face do pronunciamento de Turma do Tribunal Regional do Trabalho de determinada região, possibilitando a fixação de diversos entendimentos sobre uma única questão jurídica na mesma unidade jurisdicional federativa e impedindo o controle da autoridade da Lei Federal e da unidade da jurisprudência pelo TST.

No tocante aos embargos de declaração, o projeto disciplina as hipóteses em que o TST poderá conferir efeito modificativo ao apelo e às situações em que não haverá a interrupção para a interposição de outros recursos.

Relativamente ao agravo de instrumento, dispensa-se o recolhimento do depósito recursal, quando a finalidade do apelo for destrancar recurso de revista que impugne decisão contrária a súmula ou orientação jurisprudencial do TST.

Por fim, a proposição incorpora à Justiça do Trabalho, mediante a inserção dos arts. 896-B e 896-C na CLT, procedimento para o exame de recursos repetitivos.

A proposição foi distribuída à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), cabendo à última a decisão terminativa sobre a matéria.

Até o momento, não foram oferecidas emendas.

É o relatório.

Análise.

Nos termos do art. 22, I, da Constituição Federal, compete à União legislar privativamente sobre Direito Processual, motivo pelo qual a modificação do sistema recursal trabalhista, insere-se no âmbito normativo do referido dispositivo constitucional.

Além disso, por não se tratar de matéria cuja iniciativa seja privativa do Presidente da República, do Procurador-Geral da República e dos Tribunais Superiores, aos Parlamentares é facultado iniciar o processo legislativo sobre o tema, nos termos do art. 48 da Carta Magna.

Quanto à atribuição da CAS para o exame de tão importante proposição, o art. 100, I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a ela confere tal prerrogativa.

Note-se, ainda, que não se trata de matéria constitucionalmente reservada à lei complementar, motivo pelo qual a lei ordinária é o instrumento apto à sua disciplina.

No mérito, a proposição torna efetivo o disposto no art. 5º, LXXVIII, da Carta Magna, ao contribuir para o alcance da tão almejada duração razoável do processo. Entretanto, não se descura da segurança jurídica que deve nortear os pronunciamentos jurisdicionais emanados das cortes nacionais.

Isso porque, ao mesmo tempo em que amplia as hipóteses de admissibilidade do recurso de revista e dos embargos no TST, reforçando o papel uniformizador da mais alta Corte trabalhista do País, o projeto majora os poderes do Ministro Relator, evitando, com isso, que apelos manifestamente inadmissíveis congestionem a pauta de julgamento de tão assoberbado Tribunal.

O fortalecimento da uniformização jurisprudencial no âmbito dos Tribunais Regionais também trará maior segurança jurídica, sem qualquer prejuízo ao papel institucional já atribuído ao TST – o de uniformizar a jurisprudência em âmbito nacional.

Não menos importante destacar a disciplina conferida aos embargos de declaração, no sentido de somente se permitir a concessão de efeito modificativo ao apelo nas hipóteses em que a omissão perpetrada pelo acórdão recorrido for suficiente, por si só, para ensejar a sua reforma.

Garante-se, com isso, a correção de decisões injustas, sem desprestigiar o direito de a outra parte se manifestar sobre o pedido formulado no remédio aclaratório, o que, a toda evidência, encontra-se em conformidade com o devido processo legal e com a ampla defesa, positivados no art. 5º, LIV e LV, da Constituição Federal.

Importante, ainda, ressaltar o mérito de se trazer para a Justiça do Trabalho procedimento que confere maior racionalidade ao julgamento de recursos que versem sobre a mesma controvérsia jurídica.

Trata-se, pois, de medida que definitivamente contribui para o aprimoramento da prestação jurisdicional oferecida pela Justiça do Trabalho, por direcionar os seus esforços para a resolução de novos conflitos oriundos das relações entre capital e trabalho, e para o julgamento de diversos processos tratam da mesma questão de fundo.

Por todos esses motivos, o PLC nº 63, de 2013, merece ser louvado pelo Poder Legislativo.

Necessária, apenas, a apresentação de uma emenda, que sane erro formal de redação, verificado no § 3º, que se busca inserir no art. 897-A da CLT.

Consiste ela na correção da expressão "apresentação" por "representação", já que é a representação processual da parte o pressuposto recursal extrínseco necessário ao conhecimento dos embargos de declaração.

Voto.

Do exposto, opina-se pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do PLC nº 63, de 2013, e vota-se por sua aprovação, adotada a seguinte emenda:

EMENDA DE REDAÇÃO Nº – CAS

Dê-se ao § 3º do art. 897-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, na forma do art. 1º do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 63, de 2013, a seguinte redação:

"Art. 1º .....

.....

Art. 897-A. .....

.....

§ 3º Os Embargos de Declaração interrompem o prazo para a interposição de outros recursos, por qualquer das partes, salvo quando intempestivos, irregular a representação da parte ou ausente a sua assinatura."

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam o presente relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 63, de 2013, com a Emenda nº 1 da CAS.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão que será terminativa.

O Item 2 da pauta está na página 44.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 307, DE 2013 – COMPLEMENTAR – NÃO TERMINATIVO –

Altera dispositivos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, que "Dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar e dá outras providências."

Autoria: Senador Pedro Simon

Relatoria: Senador José Pimentel

Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 307, de 2013.

Observações:

– A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos para prosseguimento da tramitação.

– Votação simbólica.

Concedo a palavra ao Senador José Pimentel para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 307, de 2013 – Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon, tem por objetivo alterar a Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, inserindo novos dispositivos em seu art. 33, de modo a aprimorar as atividades de supervisão, fiscalização e governança das entidades fechadas de previdência complementar (EFPCs), popularmente conhecidas como fundos de pensão.

Análise.

A relação jurídico-previdenciária operada no âmbito da previdência complementar possui uma gradação excepcional, que traz ao sistema um formato diferenciado dos demais regimes de previdência social. Ele traduz um aspecto eminentemente social, pela prestação de benefícios de natureza previdenciária, e outro de ordem privada, na medida em que suas atividades geram importantes consequências de ordem econômica.

O Estado pode e deve regular o sistema para promover sua robustez e liquidez, mas jamais intervir diretamente para decidir acerca de questões gerenciais, ou seja, aquelas que dizem respeito ao processo decisório vinculado à aplicação dos recursos destinados a pagar benefícios.

No caso em questão se verifica a convivência harmônica de valores constitucionais que normalmente caminham separados, sem que haja descaracterização de nenhum dos pilares jurídicos em que se apóiam as relações travadas na regulação, supervisão e fiscalização do sistema dos fundos de pensão. Assim, a função de agente normativo e regulador do sistema previdenciário complementar está devidamente delineada no art. 3º da Lei Complementar nº 109, de 2001, assim como na Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, que criou a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), cujas atribuições estão descritas no art. 2º, em perfeita sintonia com os ditamos da supracitada Lei Complementar.

Compete à Previc, entre outras atribuições, especialmente a fiscalização das atividades das entidades fechadas de previdência complementar e de suas operações; a apuração e o julgamento de infrações, bem como a aplicação das penalidades cabíveis; a expedição de instruções e estabelecimento de procedimentos para a aplicação das normas relativas à sua área de competência, de acordo com as diretrizes do Conselho Nacional de Previdência Complementar. Além disso, todas as autorizações que lhe cabe são de natureza mais complexa e que implicam a própria definição ou redefinição das atividades das entidades de previdência, tais como a constituição e o funcionamento das entidades, as operações de fusão, de cisão, de incorporação ou de qualquer outra forma de reorganização societária relativas às entidades fechadas de previdência complementar; as retiradas de patrocinadores e instituidores; as transferências de patrocínio, grupos de participantes e assistidos, planos de benefícios, entre outros.

Cumpre ressaltar que operações de natureza financeira e de investimentos são detalhadamente normatizadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), com base no § 1º do art. 9º, da Lei Complementar nº 109, de 2001. O Conselho Monetário Nacional é o órgão que reúne capacidade técnica ideal para explicitar parâmetros técnico-prudenciais mínimos para garantir a segurança e rentabilidade aos recursos dos fundos, permitindo, ainda, assegurar efeito benéfico global para a economia brasileira ao privilegiar a formação de uma robusta poupança interna.

Nessa conformação, em que o Estado disciplina a atividade econômica desempenhada pelas entidades de previdência fechada, entendemos que o novo inciso V sugerido ao art. 33 da referida Lei Complementar, ao propor uma autorização prévia, traz para a Administração uma competência que, embora atue no âmbito próprio do exercício do poder de polícia, não se harmoniza totalmente com a natureza das

operações de aplicações de recursos, sobretudo no âmbito do mercado financeiro e de capitais. Autorizar previamente a realização de operação dos chamados recursos garantidores dos planos de benefícios não se compatibiliza com o tempo e o modo próprios de realização da avaliação de oportunidade e risco que envolvem a realização dessas operações.

Em outras palavras, a submissão prévia dessas operações ao órgão fiscalizador, no caso a Superintendência de Previdência Complementar (Previc), poderia importar no comprometimento da realização do investimento a que se refere, já que diante do dinamismo das relações financeiras e do mercado de capitais, no momento da autorização, as condições inicialmente verificadas para a realização da operação poderiam não estar mais presentes. Isso implicaria um risco elevado também para o Estado, tendo em vista que a ele poderia ser imputada uma corresponsabilização por eventual má administração dos recursos geridos, o que se daria mediante a propositura de ações judiciais nesse sentido.

No que concerne à dependência da autorização prévia da Previc e da obtenção obrigatória de autorização pelo voto favorável da maioria absoluta dos assistidos e beneficiários do respectivo fundo de pensão para a realização de operações de fusão, cisão, incorporação ou qualquer outra forma de reorganização societária, de retiradas de patrocinadores, das transferências de patrocínio, de grupo de participantes, de planos e de reservas entre entidades fechadas e dos investimentos que superarem 10% do patrimônio do fundo, também evidenciamos grave impropriedade em relação ao ordenamento jurídico vigente, em especial da natureza jurídica de algumas dessas operações aqui citadas.

Nesse contexto, sendo as entidades de previdência complementar pessoas jurídicas de direito privado, que abrangem uma coletividade, suas estruturas de governança são eleitas por seus membros, o que normalmente costuma ser objeto de definição estatutária (art. 54 do Código Civil). A razão disso não é outra senão a de permitir a administração e o controle rápido e eficaz dos atos tomados em nome da pessoa jurídica que compõem, já que a tomada de decisões pelo sistema majoritário (pelo conjunto de participantes e assistidos) tornaria impossível sua gestão.

É também por essa razão que a LC nº 109, de 2001, previu estruturas próprias de governança dos fundos de pensão, a fim de estruturar com segurança como serão tomadas as decisões e administrada a entidade. Cada instância tem tarefa muito bem definida, consistindo em conselho deliberativo (responsável pela fixação da política e diretrizes que orientarão as ações da entidade), em conselho fiscal (responsável pelo controle interno da entidade) e em Diretoria-Executiva (responsável pela administração da entidade). Importa ressaltar que tais instâncias, por determinação constitucional (art. 202, § 6º) e legal (art. 35, § 1º, da LC nº 109, de 2001), devem ter participação de representantes dos participantes e assistidos, garantindo, assim, a possibilidade de uma gestão mais democrática.

Ademais, a Lei Complementar nº 108, também de 2001, que dispõe sobre as atividades de entidades de Previdência Complementar fechada cujos patrocinadores sejam a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios, inclusive suas Autarquias, Fundações, Sociedades de Economia Mista e empresas controladas direta e indiretamente, nos termos do art. 15, determina que a presidência do conselho fiscal seja indicada por participantes e assistidos, evidenciando há muito a preocupação com a boa governança e a observância da ampla participação dos beneficiários finais dos planos de aposentadoria.

Por fim, registramos que projeto de idêntico teor, o PLS nº 154, de 2010 – Complementar, já foi rejeitado por esta Casa no ano de 2011, indicando que os Senadores já demonstraram a discordância dos termos propostos, não obstante compreendermos e respeitarmos os objetivos do presente projeto. Não obstante, cumpre-nos apontar, novamente, os equívocos de juridicidade que, no nosso entendimento, podem, inclusive, comprometer o devido funcionamento do instituto de previdência complementar representada pelas entidades fechadas.

Voto.

Em vista do exposto, votamos pela rejeição do PLS nº 307, de 2013 – Complementar.

Eu queria, Sr. Presidente, acrescentar que nós tínhamos um sistema previdenciário muito complicado. Esse sistema de previdência complementar é anterior à Lei Geral da Previdência Social. Ele é de abril de 1904, e como todos nós sabemos, a Previdência Social é de 1923.

Em 1977 nós tivemos, Sr. Presidente, a primeira grande articulação do sistema previdenciário complementar. Na época eu não era Parlamentar, eu era sindicalista e integrava a gestão de um fundo de pensão, a Previ. A Previ, do Banco do Brasil, que tinha gravíssimos problemas. Não conseguimos ali resolver. E em 2001, depois de uma Comissão Parlamentar de Inquérito patrocinada pela Câmara Federal, que identificou um conjunto de irregularidades nos anos 1990, de comum acordo, a situação da época e a oposição construíram uma minuta de projeto de lei complementar que se desdobrou em dois, e o Executivo, que é a parte legítima para propor matérias sobre isso, encaminhou ao Congresso Nacional. E nós aprovamos, em 2001,

na Câmara Federal, com apenas dois votos contrários, e no Senado Federal, por unanimidade.

Esse arcabouço jurídico ali montado permitiu separar a responsabilidade do patrocinador, a responsabilidade dos beneficiários e assistidos, a sua gestão, e em seguida determinou a criação de uma superintendência, que é a Previc, que foi criada em 2009, de maneira que a gestão cabe aos fundos de pensão. Os seus gestores têm pesadas multas quando cometem irregularidades. E temos ainda um resquício anterior a 2001, que nós temos muita preocupação. É o caso concreto da Varig, que é anterior a 2001 e nós não tivemos condições, nesse período, de fazer os ajustes, por conta de três grandes fatores.

E quero registrar que quando estive na Previdência Social, recebi vários interlocutores, vários trabalhadores, as suas entidades, Senadores e Deputados para tentar construir uma saída para a Varig, que foi o último dos esqueletos remanescentes dos anos 1980 e dos anos 1990. E como a Varig já estava no processo de intervenção, nós não tínhamos como encontrar uma saída envolvendo patrocinadores e também beneficiários e assistidos.

Em seguida, nesse período, já havia a tramitação de uma ação no Supremo Tribunal Federal e em intervenção junto ao Ministério da Fazenda, na época, a Advocacia-Geral da União, as partes e o próprio Supremo Tribunal Federal entendíamos que era possível encontrar uma saída por dentro daquela ação, que tem como objetivo reaver parte da imposição do Estado nos anos 1980, que não permitiu reajuste das tarifas de transporte aéreo, trazendo sérios prejuízos, particularmente à Varig.

Portanto, esse sistema de gestão de governança... Hoje nós saímos de um patrimônio de R$120 bilhões lá em 2001 para mais de R$600 bilhões em 2012, o último exercício. E ali ficou muito claro: toda a parte de normatização, de investimento cabe ao Conselho Monetário Nacional. Toda parte de fiscalização e de normatização cabe à Previc. Na hora em que você trás a parte de investimentos para ser disciplinada pela Previc, que tem o papel de fiscalizar e normatizar, na verdade estamos dizendo: você aplica os recursos e, em seguida, você deixa de fiscalizar, deixa de normatizar, se porventura aquela aplicação der errado. Essa era a estrutura dos anos 70, 80 e 90, que trouxe esses graves problemas.

Eu sei da boa intenção do nosso Senador Pedro Simon, mas nem todos têm obrigação de conhecer em detalhes aquilo que foi montado pelo Congresso Nacional nas Leis Complementares 108 e 109. De lá para cá não tivemos mais nenhuma crise em nenhum dos Fundos de Previdência Complementar brasileiros. Por isso, o meu parecer, a exemplo de 2011, em que esta Comissão o aprovou por unanimidade, é também pela rejeição.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Pela ordem, V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu quero, primeiro, cumprimentar o Senador Pimentel porque é o relator e também o aniversariante, além de nosso Líder aqui. (*Palmas*)

Eu gostaria de cumprimentá-lo até pela gentileza no trato, pela forma com que o Senador Pimentel trata todos os Senadores e Senadoras aqui, a forma mais educada, mais gentil e mais equilibrada possível. Tenho certeza de que falo em nome de todos os seus Colegas da Comissão de Assuntos Sociais. Feliz aniversário, muita saúde, paz. Continue tranquilo, Senador.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Eu agradeço, meu Presidente. Só que depois de uma faixa na vida, cada dia vivido é um dia a menos de vida. De qualquer forma, grato pela gentileza, pelas palavras carinhosas.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pela ordem o Senador Cyro Miranda. Logo em seguida, Senadora Ana Amélia.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Já tive oportunidade de parabenizá-lo, mas com todo respeito ao relator e ao seu arrazoado, vou pedir vistas em função de que o autor cita alguns exemplos, como, por exemplo, os Correios, o rombo de R$1,4 bilhão do fundo de pensão. Igualmente importante o subtítulo *Governo determina que estatal cubra déficit nas contas das previdências dos funcionários* me chamou a atenção. Eu gostaria de dar uma analisada mais profunda, se o relator assim o permitir.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Primeiro, Sr. Presidente, que é regimental e é muito importante. Eu queria registrar que, na CPI dos Fundos de Pensão, que instalamos em 1996, concluída em 1999, a previdência complementar dos Correios era uma daquelas que tinha um dos maiores desequilíbrios e uma das piores gestões. Portanto, o relator tem razão. Os Correios da época da CPI e até as Leis Complementares 108 e 109 tinham uma péssima gestão. A partir dali, começou a se recuperar.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu queria, Presidente Moka, ratificar, com muito entusiasmo, os cumprimentos ao nosso colega, ex-ministro da Previdência Social, José Pimentel. Eu endosso totalmente as suas referências. Ele é uma

pessoa que, além de deter um conhecimento muito profundo, especialmente nessas áreas especializadas, como a Previdência Social, na área econômica, na relação com o poder, nas demandas que temos na área municipalista – ontem V. Exª foi testemunha disso – é um apoio muito grande.

Também entendo as dificuldades que tem, como representante e Líder do Governo dentro do Senado Federal, para compatibilizar entendimento que os Colegas Senadores têm, quando fazem uma proposta como essa, que tem grande alcance, de ajustar a legislação vigente às necessidades atuais.

Mesmo que a lei tenha, digamos, essa validade, algumas coisas tenham caducado, o processo mudou bastante. Hoje, estamos vendo algumas – foi esse o espírito da proposta do Senador Pedro Simon – mudanças e isso exige um rigor maior na fiscalização.

Também sou autora de um pedido de uma audiência pública. Já fizemos com a Previc aqui – que foi muito produtiva – e agora teremos outra com os diretores dos Fundos de Pensão. Nesse particular, queria agradecer ao Senador Wellington Dias, que, como beneficiário do Fundo de Pensão da Caixa Econômica Federal, conhece também profundamente a área do sistema de previdência complementar.

Esta Comissão, por meu requerimento, vai realizar uma audiência pública com os principais dirigentes de fundos de pensão.

A conversa que tivemos é para explicar os motivos, simplesmente esclarecê-los. A sociedade brasileira tem direito. Isso envolve o patrimônio dos trabalhadores que se inscrevem, participam desse fundo de pensão, e existem algumas dúvidas. Algumas coisas são passivos que ainda não foram resolvidos, outras são demandas judiciais dos associados, reclamando eventualmente por demandas não atendidas. Então, o objetivo é esse.

Eu queria, então, em homenagem ao autor do projeto, reconhecendo a argumentação do Senador José Pimentel na sustentação do seu relatório, contrário ao projeto, também endossar o pedido de vista do Senador Cyro Miranda, no sentido de a gente examinar o projeto. E até em homenagem ao Senador Pedro Simon, que não está presente para debater um pouco mais a matéria. Então, mesmo reconhecendo e renovando os cumprimentos ao autor, Senador Pimentel.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Regimentalmente, está concedido vista coletiva ao Senador Cyro Miranda e à Senadora Ana Amélia.

Senadora Ana Amélia, a audiência pública que V. Exª requereu já está marcada para o dia 5 de novembro, na terça-feira, destinada a debater a situação dos fundos de pensão brasileiros, atendendo ao Requerimento nº 49, de 2013, de iniciativa dos Senadores Ana Amélia e Eduardo Suplicy. E eu acompanhei também V. Exª nesse requerimento.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – O item 3 da pauta já é uma decisão terminativa. Nós precisamos de quórum qualificado. É um turno suplementar de discussão do Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 369, de 2011, de autoria da Senadora Ana Rita, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 552, de 2011, de autoria do Senador Marcelo Crivella.

ITEM 3

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 369, DE 2011 – TERMINATIVO –

Altera o *caput* do art. 136 da CLT, para determinar que a concessão de férias do trabalhador seja precedida de consulta pelo empregador sobre a data de seu gozo.

Autoria do Projeto: Senadora Ana Rita

TRAMITA EM CONJUNTO

TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 552, DE 2011 – TERMINATIVO –

"Altera o art. 136 da 'Consolidação das Leis do Trabalho', aprovada pelo Decreto-Lei n°. 5.452, de 1° de maio de 1943, e a ele acresce um § 3º, para dispor sobre a concessão de férias dos empregados membros de uma mesma família."

Autoria do Projeto: Senador Marcelo Crivella

Relatoria do Projeto: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação da Emenda de iniciativa do Senador Cyro Miranda ao Substitutivo aprovado em Turno Único, oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 369, de 2011.

Observações:

– Em 02.10.2013, a Comissão de Assuntos Sociais aprovou, em Turno Único, a Emenda nº 1-CAE-CAS (Substitutivo), oferecida ao Projeto de Lei do Senado nº 369, de 2011, ficando Prejudicado o Projeto de Lei do Senado nº 552, de 2011, que tramita em conjunto.

– Em 03.10.2013, o Senador Cyro Miranda oferece Emenda ao Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 369, de 2011, no Turno Suplementar.

– Ao Substitutivo poderão ser oferecidas Emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo Substitutivo integral.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, para proferir a leitura do relatório sobre a emenda.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, como olhei a matéria com muito carinho, não preciso nem ler o relatório.

A emenda ajustada com o Senador Cyro Miranda é porque eu optei pela aprovação do projeto – na verdade – da Senadora Ana Rita, que V. Exª já leu aí, prejudicando o do Senador Marcelo Crivella, porque entendi que o dela era mais completo. E acatei a emenda do Senador Cyro, porque, no relatório, dizia que teriam que coincidir as férias dos familiares em empresas diferentes. E sabemos que é praticamente impossível, não há como ajustar isso, a não ser com um acordo coletivo, com um ajuste e muita negociação. Então, eu entendi que deveria acatar.

A CNI também me procurou, na mesma linha, e eu acatei a emenda porque entendi que estava no campo da razoabilidade, como foi o projeto que votamos nº 1, do TST.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Continua em discussão. (*Pausa.*)

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Cyro Miranda, autor da emenda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Eu quero agradecer ao Senador Paim e dizer que sempre faço em comum acordo com o Senador Paulo, que tem uma acuidade muito grande com os seus projetos. E quis mostrar o que ele mesmo falou: não só nas empresas diferentes, mas mesmo da própria empresa em departamentos que têm problemas e necessidades diferentes dentro da empresa. Há departamentos que podem dar férias coletivas; outros são obrigados, muito pelo contrário, por estarem no exercício fiscal de ter que apresentar balanços da empresa, a uma sistemática diferente.

Então, quero agradecer ao Senador Paulo Paim pela compreensão e acatamento dessa emenda.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Encerrada a discussão, em votação o substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 369, de 2011, lembrando que esse substitutivo é da Senadora Ana Rita e foi relatado pelo Senador Paulo Paim, que tem preferência regimental, ressalvada a emenda do turno suplementar, de iniciativa do Senador Cyro Miranda.

Votação nominal.

Como vota o Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Voto conhecido: com o autor da emenda.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Com o Relator, destacando a importância do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador João Durval.

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco Apoio Governo/PDT – BA. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Osvaldo Sobrinho.

O SR. OSVALDO SOBRINHO (Bloco União e Força/PTB – MT) – Destacando a alta relevância do projeto, eu voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Aprovado o substitutivo.

Consulto os Srs. e as Srªs Senadoras se podemos repetir a votação para a emenda do turno suplementar, de iniciativa do Senador Cyro Miranda. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado, em turno suplementar, o substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 369, de 2011, com a emenda do Senador Cyro Miranda.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Pela ordem também, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pois não, Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Sr. Presidente, eu só gostaria de registrar a minha lamentação, a minha profunda preocupação com o recurso havido ao Plenário do PLS nº 34, dos odontólogos, que ficou aqui por semanas, com pedido de vista e discussões. Construímos, demoradamente, um acordo. Foi votado, inclusive com possibilidade de vetos em determinados dispositivos, mas houve um recurso ao Plenário. E isso vai demorar além daquilo que já previámos. É um projeto de lei antigo, que tramita no Congresso. E nós tivemos um grande debate nesta Comissão. Só gostaria de registrar o meu lamento.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Realmente.

Pela ordem também, Senadora?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Sim, pela ordem, Presidente Moka.

Eu queria lembrar a todos os colegas que, amanhã, nesta Comissão, haverá uma audiência pública para debater a questão relacionada ao mieloma múltiplo, uma doença que está, digamos, bastante incidente no Brasil e no mundo. A Anvisa estará presente também para debater a questão, porque esses pacientes, para terem uma qualidade de vida melhor, requerem uma medicação chamada lenalidomida.

O Senador Suplicy, inclusive, trabalhou muito nisso. Eu fui demandada por pessoas. O ex-companheiro da nossa colega Senadora Lídice da Mata está numa situação bastante delicada com essa doença, portador do mieloma múltiplo.

Estarão aqui especialistas médicos nessa área e também a Anvisa, que restringe ou impede a comercialização, a autorização para comercializar, para debatermos essa matéria. Isso é, digamos, uma permanente cobrança, também nas redes sociais, dos portadores do mieloma múltiplo.

Então, enfatizo esse convite, amanhã, para essa audiência pública.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu que agradeço, Senadora Ana Amélia, e também reforço o convite para essa audiência pública, porque, sem dúvida, é um tema muito importante.

Eu sou o Relator da matéria do item 4. Eu pediria ao Senador Cyro Miranda para presidir esta reunião só para que eu leia o relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Presidente, eu queria pedir a V. Exª, se for possível...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sim, pois não.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O item 7 é do ex-Presidente Collor de Mello.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Nós já aprovamos uma lei semelhante a essa aqui, nesta Comissão, por unanimidade. Se puder aproveitar o quórum, eu sou o Relator e vou dar o parecer favorável. Já conversei, inclusive, com outros setores. Uma lei semelhante já está na Câmara e lá será apensada. No momento adequado, dou o parecer em um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Vou inverter, então, aqui, e colocar já em discussão, se o Senador Sérgio Souza concordar, o item 7, cujo Relator é o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Para aproveitar a Senadora Ana Amélia, que tem de sair.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – O pedido do Sul não há como recusar.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 242, DE 2013 – TERMINATIVO –

Altera o parágrafo único do art. 4º da Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, a fim de desonerar o trabalhador de qualquer participação no custo do Vale-Transporte.

Autoria: Senador Fernando Collor

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 242, de 2013.

Observações:

– Votação nominal.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, explico rapidamente a todos. Projeto semelhante já aprovamos aqui, que vai garantir que o trabalhador já não pague o vale-transporte.

O que vai acontecer? Vamos aprovar o do Presidente Collor, que vai para a Câmara e que vai ser

apensado ao que está lá. Provavelmente, de lá sairá um substitutivo que voltará para cá. Por isso, meu parecer é favorável a esse projeto.

Já dei o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Em votação o Projeto de Lei do Senado nº 242. A votação é nominal.

O Senador Paulo Paim é o Relator, voto conhecido, voto "sim".

Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Wellington Dias. (*Pausa*.)

Senador João Durval.

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco Apoio Governo/PDT – BA. *Fora do microfone*.) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Osvaldo Sobrinho. (*Pausa.*)

Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR. *Fora do microfone*.) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO. *Fora do microfone*.) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – MA. *Fora do microfone*.) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador João Alberto, com o Relator.

Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 242, de 2013.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Passo a Presidência ao Senador Cyro Miranda, para que eu possa ler o relatório do item 4 da nossa pauta.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Item 4.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 165, DE 2012 – TERMINATIVO –

Modifica o caput do art. 9º da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências; e altera a Lei nº 9.715, de 25 de novembro de 1998, que dispõe sobre as contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/Pasep, e dá outras providências, para fixar a contribuição do PIS/Pasep para as pessoas físicas, urbanas e rurais, na condição de empregadoras e para estender aos seus empregados o pagamento do abono salarial anual.

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares

Relatoria: Senador Waldemir Moka

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 165, de 2012.

Observações:

– Em 03.10.2013, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária aprovou Parecer favorável ao Projeto.

– Votação nominal.

Concedo a palavra ao Exmº Senador Waldemir Moka, Presidente desta Comissão, para proferir seu relatório.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Relatório, Sr. Presidente.

Vem a exame desta Comissão, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 165, de 2012, que tem por objetivo incluir entre os beneficiários do abono salarial anual os empregados, urbanos e rurais, de empregadores pessoas físicas, que passam, doravante, a contribuir para o programa do PIS/Pasep, com base na folha de salários de seus empregados.

Ao justificar sua iniciativa, o autor argumenta: a exclusão dos empregados de pessoas físicas, sejam elas urbanas ou rurais, constitui-se odiosa discrimina-

ção, pois no gênero são todos empregados, não cabendo a distinção, mesmo sem uma fonte de custeio fixa ou específica.

Buscamos, dessa forma, atender aos anseios das entidades representativas dos trabalhadores rurais, que têm, entre suas reivindicações básicas, a percepção do abono salarial, assim como já percebido pelos demais empregados vinculados a pessoas jurídicas.

No ambiente rural, empregados que trabalham lado a lado e que contribuem com seu suor, para que o Brasil tenha esse desempenho econômico fantástico na área da agricultura e da pecuária são tratados pela própria lei de forma distinta.

Ao projeto não foram apresentadas emendas.

Voto.

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 165, de 2012.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir...

Vamos suspender a discussão, porque falta um Senador para compor o quórum. Talvez, lendo o próximo relatório – e passo a Presidência para o Senador Moka – possamos voltar à discussão. Fica sobrestada, portanto, a discussão.

Passo a condução dos trabalhos ao Presidente desta Comissão, Waldemir Moka.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Agradeço, Senador Cyro Miranda.

No item 5 da pauta, o Senador Sérgio Souza é o Relator e a autoria é do Senador Vital do Rêgo.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 428, DE 2012 – TERMINATIVO –

Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências, para dar maior transparência à cláusula indenizatória desportiva do contrato especial de trabalho desportivo, assim como exigir que percentual desta seja utilizado para a quitação de débitos fiscais, previdenciários e trabalhistas.

Autoria: Senador Vital do Rêgo

Relatoria: Senador Sérgio Souza

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 428, de 2012.

Observações:

– Em 11.06.2013, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte aprovou Parecer Favorável ao Projeto.

– Votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Souza para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 428, de 2012, promove alterações na Lei nº 9.615, de 1998, a Lei Pelé, por meio de acréscimos a seus arts. 27 e 28.

O art. 1º do projeto propõe modificar o art. 27 da referida lei, por meio do acréscimo do inciso VI ao seu § 6º, estabelecendo a obrigação da apresentação de lista de investidores que tenham direito a parcelas da cláusula indenizatória desportiva prevista na lei.

O art. 2º, por seu turno, propõe acrescentar os §§ 7º e 8º ao art. 28 daquela lei, estabelecendo a obrigação de, no registro do contrato especial de trabalho desportivo na entidade de administração do desporto, a entidade também registrar a lista de investidores com quem ela tenha negociado parcelas da cláusula indenizatória. Além disso, prevê que pelo menos dez por cento do valor recebido em tal condição devem ser utilizados para abatimento de eventuais débitos fiscais, previdenciários e trabalhistas havidos pelas entidades de prática desportiva.

Por fim, o art. 3º do projeto estabelece a entrada em vigor da futura lei na data de sua publicação.

Na justificação da proposição, o autor observa que, embora a Lei Pelé disponha que a cláusula indenizatória desportiva é devida exclusivamente à entidade de prática desportiva à qual está vinculado o atleta, frequentemente os direitos econômicos têm sido negociados com terceiros estranhos às atividades esportivas. A figura do "investidor", termo que se disseminou no meio esportivo, surge, portanto, após o fim do instituto do "passe" e, de acordo com o autor do projeto, faz-se necessário, por meio da alteração da legislação em vigor, garantir maior transparência financeira e administrativa e a moralidade na gestão esportiva.

A proposição em exame foi apresentada em 28 de novembro de 2012 e recebeu despacho para a análise das Comissões de Educação, Cultura e Esporte e deste Colegiado, que deve se manifestar em caráter terminativo. Na Comissão de Educação, o projeto recebeu parecer favorável.

A proposição não foi objeto de emendas.

Passamos à análise, Sr. Presidente.

De acordo com o disposto no inciso I do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, incumbe à Comissão de Assuntos Sociais manifestar-se sobre proposições que tratem de relações de trabalho e condições para o exercício de profissões, tema abordado pela proposição em tela.

Deve esta Comissão, portanto, manifestar-se a respeito da proposição no que concerne aos aspectos atinentes ao exercício da profissão de atleta.

É sabido que, atualmente, a Lei Pelé não determina que todas as partes eventualmente envolvidas nas negociações relativas às contratações e que tenham direito a porcentagem futura do valor da cláusula indenizatória por ocasião da venda de atletas profissionais sejam discriminadas.

O projeto que ora examinamos corrige essa distorção e traz maior transparência a tais transações. Não há dúvida quanto ao fato de que o atleta profissional e todo o ambiente desportivo serão beneficiados em virtude da adoção de medida de tal natureza.

Além disso, ao determinar a utilização de, pelo menos, 10% do valor da cláusula indenizatória para a amortização de débitos fiscais, previdenciários e trabalhistas dos clubes, o projeto estabelece obrigação condizente com o interesse público.

É, portanto, meritória e oportuna a proposição.

Tendo em vista o caráter terminativo da análise da matéria, é necessário que esta Comissão se pronuncie sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade dos projetos sob sua análise. Não encontramos óbice algum no que respeita a esses aspectos.

A Constituição Federal determina, em seu art. 24, IX, que compete à União instituir diretrizes sobre desporto, matéria tratada pela proposição em tela. De outra parte, a deliberação sobre a matéria é de competência do Congresso Nacional, conforme disposto no seu art. 48, não havendo restrição à iniciativa parlamentar, nos termos do art. 61 também da Lei Maior.

O voto, tendo em vista todo o exposto, é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 248, de 2012.

É o relatório e o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Em discussão a matéria (*Pausa.*)

Nós estamos precisando e o Senador Cyro Miranda me garantiu que ele daria o quorum necessário.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Exatamente. Ele está aqui do lado. Ele viria e nós iríamos para lá.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Ele está aqui na Comissão de Constituição e Justiça. Peço que chamem o Senador Cyro Miranda.

Enquanto isso, vou procedendo a votação de um requerimento de autoria dos Senadores Cristovam Buarque e Randolfe Rodrigues, mas também do Senador Paulo Paim, aqui presente.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 59, de 2013

Requeremos, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, inciso II e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Assuntos Sociais – CAS para analisar o trágico quadro dos índices sociais no Nordeste, apresentado pela última pesquisa do PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, divulgada no final de semana passada, com os seguintes convidados: – Sra. Márcia Maria Melo Quintslr, Diretora de Pesquisas – DPE/IBGE; – Ministro Marcelo Neri, Secretaria de Assuntos Estratégicos; e – Profa. Tânia Bacelar de Araújo, Departamento de Geografia da UFPE.

Autoria: Senador Cristovam Buarque e outros.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para encaminhar a votação dos requerimentos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, o requerimento é de autoria dos Senadores Cristovam Buarque, do PDT, e Randolfe Rodrigues, do PSOL.

Como S. Exªs não estão presentes, pediram para que eu assinasse, e a própria leitura do requerimento já justifica o motivo. Por isso, debater a importância de fortalecer o Nordeste, para melhorar os índices sociais é sempre positivo.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Passo à votação nominal.

Vou colocar em votação os dois itens. O primeiro item é o Senador Cyro Miranda, que vai colocar para votar uma vez que fui o Relator dessa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) –

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 165, DE 2012 – TERMINATIVO –

Modifica o *caput* do art. 9º da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador

(FAT), e dá outras providências; e altera a Lei nº 9.715, de 25 de novembro de 1998, que dispõe sobre as contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP, e dá outras providências, para fixar a contribuição do PIS/PASEP para as pessoas físicas, urbanas e rurais, na condição de empregadoras e para estender aos seus empregados o pagamento do abono salarial anual.

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares

Relatoria: Senador Waldemir Moka

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 165, de 2012.

Observações:

– Em 03.10.2013, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária aprovou Parecer favorável ao Projeto.

– Votação nominal.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação. Votação nominal.

Como vota o Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, como não discutimos, eu quero cumprimentar tanto o autor como o Relator – Antonio Carlos Valadares e Waldemir Moka – pela grandeza do projeto. Era uma discriminação que havia e agora não vai haver mais.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Obrigado, Senador.

Como vota a Senadora Angela Portela?

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador João Durval.

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco Apoio Governo/PDT – BA. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Waldemir Moka. Voto conhecido.

Senador João Alberto Souza.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador José Pimentel, aniversariante do dia.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Como Presidente, só faço parte do quórum.

A matéria está aprovada.

Aprovado o Projeto de Lei nº 165, de 2012.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Passo a condução dos trabalhos ao Senador Waldemir Moka.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu peço ao Senador Cyro Miranda, ao agradecê-lo, que aguarde. É a última votação da pauta, uma vez que o Senador Armando Monteiro não deverá vir e o Senador Cícero Lucena pediu a retirada da pauta.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 428, DE 2012 – TERMINATIVO –

Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências, para dar maior transparência à cláusula indenizatória desportiva do contrato especial de trabalho desportivo, assim como exigir que percentual desta seja utilizado para a quitação de débitos fiscais, previdenciários e trabalhistas.

Autoria: Senador Vital do Rêgo

Relatoria: Senador Sérgio Souza

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 428, de 2012.

Observações:

– Em 11.06.2013, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte aprovou Parecer Favorável ao Projeto.

– Votação nominal.

Encerrada a discussão.

A votação é nominal.

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – João Durval.

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco Apoio Governo/PDT – BA. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE. *Fora do microfone.*) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – João Alberto Souza.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO. *Fora do microfone.*) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 428, de 2012.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Eu quero agradecer aos Srs. Senadores pela determinação de fazerem com que a pauta fosse totalmente votada.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 4 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 4 minutos.)

ATA DA 33ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE SETEMBRO DE 2013, TERÇA-FEIRA, ÀS 8H30, NA ALA SENADOR NILO COELHO, SALA N° 6

Às nove horas e dezoito minutos do dia vinte e quatro de setembro de dois mil e treze, na sala de reuniões nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **EDUARDO AMORIM**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores Jorge Viana, Valdir Raupp, Ivo Cassol, Cícero Lucena, Eduardo Amorim, Vanessa Grazziotin, João Alberto Souza, Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Anibal Diniz, Acir Gurgacz, Ana Rita, Rodrigo Rollemberg, Romero Jucá, Luiz Henrique, Garibaldi Alves, Kátia Abreu, Alvaro Dias, José Agripino, Blairo Maggi e Fernando Collor**.** A Presidência declara aberta a reunião e passa à **LEITURA DE AVISOS**, em conformidade ao Ato n° 02, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal. Conforme análise prévia, os seguintes avisos ficarão à disposição dos Srs. Senadores por sete dias na Secretaria da Comissão, sendo arquivados após o término do prazo: Aviso TCU nº 977, de 7 de agosto de 2013. Encaminha cópias dos contratos firmados sob o modelo de parceria público privada para os seguintes estádios de futebol: Arena Fonte Nova; Arena Pernambuco; e Mineirão. Os contratos foram solicitados pelo Senador Sérgio Souza, Presidente da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa de 2014 e das Olimpíadas de 2016. Aviso TCU nº 1163, de 11 de setembro de 2013. Cuida de acompanhamento na operação de crédito entre o BNDES e o Governo do Estado do Paraná, para financiar o projeto de reforma e ampliação do estádio Arena da Baixada, em Curitiba/PR, relacionado à copa de 2014. A seguir, a Presidência designa como membros titulares da Subcomissão de Resíduos Sólidos, criada pelo Requerimento nº 33, de 2013-CMA, os Senadores Aníbal Diniz, Rodrigo Rollemberg, Valdir Raupp, Cícero Lucena e Eduardo Amorim. São designados membros suplentes os Senhores Senadores Vital do Rêgo, Flexa Ribeiro, Blairo Maggi e Vanessa Grazziotin. A Presidência convoca os membros da subcomissão para reunião de instalação, na data de hoje, às 15h30. Usam da palavra os Senhores Senadores Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira, Vanessa Grazziotin, Flexa Ribeiro e Ivo Cassol. Não havendo quórum para a deliberação de matérias

e nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a presente reunião às nove horas e quarenta minutos, lavrando eu, Raymundo Franco Diniz, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no *Diário do Senado Federal,* juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Eduardo Amorim,** Vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC – SE) – Declaro aberta a 33ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Leitura de Avisos.

Em conformidade com o Ato nº 2, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle do Senado Federal, informo que os Avisos estão relacionados na pauta da reunião.

Conforme análise prévia, os seguintes Avisos ficarão à disposição das Srªs e dos Srs. Senadores por sete dias na Secretaria da Comissão. Após este prazo, não mais havendo manifestação dos Srs. Senadores membros, serão arquivados.

Aviso (TCU) nº 977, de 7 de agosto e 2013, que encaminha cópias dos contratos firmados sob o modelo de parceria público-privada para os seguintes estádios de futebol: Arena Fonte Nova, Arena Pernambuco e Mineirão.

Os contratos foram solicitados pelo Senador Sérgio Souza, Presidente da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

Aviso (TCU) nº 1.163, de 11 de setembro de 2013, que cuida do acompanhamento na operação de crédito entre o BNDES e o Governo do Estado do Paraná para financiar o projeto de reforma e ampliação do Estádio Arena da baixada, em Curitiba (PR), relacionado à Copa de 2014.

Por não haver quorum, não faremos as deliberações e, portanto, farei, agora, a leitura da lista de Senadores indicados pelo Presidente desta Comissão, Senador Blairo Maggi, para fazerem parte da composição da Subcomissão Temporária de Resíduos Sólidos, criada pelo Requerimento nº 33, de 2013-CMA, com a finalidade de acompanhar e fiscalizar a implantação do Plano Nacional de Resíduos Sólidos.

Convoco reunião para a instalação dessa Subcomissão de Resíduos Sólidos para hoje, às 15h30min.

Os membros titulares designados são: Senador Aníbal Diniz, Senador Rodrigo Rollemberg, Senador Valdir Raupp, Senador Cícero Lucena, Senador Eduardo Amorim.

Membros suplentes: Senador Vital do Rêgo, Senador Flexa Ribeiro, Senador Blairo Maggi e Senadora Vanessa Grazziotin.

Pergunto aos colegas Senadores se têm algum questionamento.

Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Só tenho a agradecer ao Presidente, Senador Blairo Maggi, bem como a V. Exª até por haverem aceitado também participar desse projeto, que eu acho fundamental.

Todas as vezes que eu me desloco pelo Estado da Paraíba, eu tenho, cada vez mais, identificado a preocupação dos prefeitos, principalmente das pequenas cidades, que não têm condições técnicas nem financeiras para o cumprimento dessa lei que é tão importante e que estabelece prazos para agosto de 2014. Efetivamente, é papel desta Casa, já que foi ela que discutiu durante 19 anos a questão da política de resíduos sólidos, que nós possamos acompanhar a implementação.

Então, eu quero, em meu nome, agradecer a aceitação por parte dos nossos pares, dos demais Senadores desta Comissão e convocar aqueles que se dispuseram a nos ajudar para que tenhamos um trabalho efetivo em favor do cumprimento dessa legislação e, ao mesmo tempo, Senador Aloysio Nunes, de proteção aos pequenos prefeitos deste País.

Com certeza, o Ministério Público irá cobrar, em termos legislativos, o cumprimento dessa lei, que é o seu dever e obrigação. E muitos prefeitos terão problemas, de gestão, de licenciamento e terão problemas, inclusive, de improbidade administrativa, se não tiver o cumprimento, estragando a carreira política por falta de condições técnicas e financeiras.

Eu acho que será um trabalho bastante integrado com as necessidades desta nação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC – SE) – Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu quero cumprimentar o Senador Cícero Lucena pela iniciativa, a Senadora Vanessa Grazziotin, que também é uma entusiasta em relação a esse tema, como em todas as questões relativas ao meio ambiente e aproveitar esse momento em que ainda não temos quórum para deliberação e encaminhar uma sugestão à Presidência da Comissão, por intermédio de V. Exª.

A minha sugestão diz respeito ao que fazer com relação aos Avisos do Tribunal de Contas da União que

são remetidos a esta Comissão. Já em uma sessão anterior o Presidente decidiu que esses avisos ficariam à disposição dos Senadores para que pudessem estudá-los e verificar se o seu conteúdo sugere alguma iniciativa.

Muito bem. Eu analisei três desses Avisos. São Avisos em que o Tribunal de Contas nos informa, mediante os acórdãos que profere, a respeito de auditorias, acompanhamentos, de relatórios que foram realizados no curso de diligências, quando o Tribunal de Contas nos relata também as providências que determinou a órgãos do Poder Executivo no exercício do seu controle externo.

A minha sugestão, Sr. Presidente, é que a Presidência da Comissão oficie ao Presidente do TCU para que ele nos informe também, periodicamente, a respeito do cumprimento de suas determinações.

É importante que esta Comissão não só tome conhecimento daquilo que o Tribunal de Contas determinou como também que esta Comissão possa saber, inteirar-se do cumprimento das determinações do Tribunal de Contas pelos órgãos do Poder Executivo, a quem o Tribunal de Contas se dirige.

Eu tenho aqui três avisos que examinei. Um é o Aviso nº 01, de 2013; o Aviso nº 17, de 2013 e o Aviso nº 28, de 2012.

O Aviso nº 01, de 2013, nos encaminha cópia de um acórdão que trata de auditoria realizada na empresa Furnas Centrais Elétricas, na área de propaganda e publicidade, assim como de bens e serviços, informática e terceirização do pessoal da empresa. Essa auditoria foi feita de forma a subsidiar a CPMI dos Correios, a CPI do Mensalão e a CPI dos Bingos.

Bem, ali há providências que são determinadas. Por exemplo, o Tribunal de Contas constata que o Ministro da Casa Civil da época, o Ministro José Dirceu, favoreceu o patrocínio e projetos sociais firmados pela Prefeitura de Passa Quatro com a empresa Furnas. Aliás, Passa Quatro é a terra natal do Ministro José Dirceu. Eu tenho 68 anos e ele deve ter 67. Somos, aliás, amigos há muitos anos, desde então.

Não vejo nada que comprometa, digamos assim... Não há nisso denúncia de corrupção ou coisa alguma, mas o Tribunal viu nesses convênios prática de promoção política.

Há também um fato grave. Um determinado servidor do Ministério da Saúde estava cedido a outro Ministério, e ele era sócio-administrador de uma empresa de comunicação que participou de uma licitação em Furnas. Então, o Tribunal pede, determina providências à empresa.

Há outra que trata da avaliação da regularidade da operação de crédito realizada entre o BNDES e uma *holding* encarregada da reforma e da ampliação do Estádio Beira Rio, de forma a ampliá-lo e torná-lo apto a receber um dos jogos da Copa do Mundo. Existe uma série de providências que são tomadas para suprir lacunas, corrigir irregularidades no contrato. Então, que providências foram tomadas?

Ainda na área do esporte, da preparação da Copa do Mundo, há uma solicitação do Tribunal de Contas para que o Governo Federal informe a relação de renúncia de receitas tributárias e creditícias concedidas para empresas que vão fornecer serviços para a preparação da Copa do Mundo. Há uma cornucópia aí de benefícios fiscais. Nós queremos saber quais são. O Tribunal de Contas quer saber, e nós queremos saber também.

O Tribunal de Contas pede informação ao Governo. É natural que nós sejamos também informados a respeito do resultado dessa diligência, uma vez que o Tribunal de Contas auxilia o Poder Legislativo no controle externo do Executivo.

Então, a minha sugestão, Sr. Presidente, é que a Presidência da Comissão expeça ofício ao TCU requerendo que esse Tribunal encaminhe à Comissão informações sobre o cumprimento dos seus acórdãos.

Essa é a minha solicitação, minha sugestão à Presidência da Comissão: que encaminhe por escrito a V. Exª. Não se trata de...

(Interrupção do som.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – ... verbal, um encaminhamento, uma sugestão, mas o embasamento está aqui.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC – SE) – Muito justo, Senador Aloysio Nunes. Muito boa ideia a sua, porque aí passaremos a ter conhecimento da efetividade ou não das medidas tomadas pelo Tribunal de Contas. E acho que, além disso, quando tivermos uma resposta por parte do Tribunal de Contas, é lógico, a Presidência da Comissão deve disponibilizar para todos os Senadores, como tem feito quando o Tribunal de Contas sinaliza.

Então, de minha parte, está mais do que acolhida e acatada a sua sugestão. Excelente ideia. Isso é justo, é uma forma de acompanharmos toda essa efetividade por parte do Tribunal de Contas.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC – SE) – Com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, eu também, como o Senador Aloysio Nunes, recebi para relatar – o que, na realidade, mandamos arquivar...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Permita-me, Senadora.

Sempre me incomodou, desde que cheguei aqui, essa prática. Nós recebemos as informações do TCU, e, sistematicamente, rotineiramente, sem maior exame, elas são remetidas ao Arquivo.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Mas eu fiz diferente: solicitei a realização de uma audiência pública...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Também já fiz isso, em outras ocasiões, com muito bom resultado, aliás.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Entendi ser importante a matéria. Foi uma auditoria feita em relação ao aumento das queimadas na Amazônia, que mostra deficiências da própria atuação do Poder Público, federal e dos estaduais também, mas, no nosso caso, nos dizem respeito diretamente ações do Ibama, do Instituto Chico Mendes. Achei aquilo tão importante que sugeri uma audiência pública.

Acho que poderia ser... Não sei se esse é o melhor caminho. Porque o Tribunal de Contas é um órgão auxiliar do Poder Executivo. Para dar conhecimento somente? Será que não teríamos que... Não sei o que fazer mais. Eu também me incomodo muito com isso, Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Veja... Permita-me, Senadora.

Eu também, assim como o Senador Cícero Lucena – estava me dizendo agora –, já tomei providências dessa natureza: convocar uma audiência pública. Eu, por exemplo, tomando conhecimento de um acórdão do Tribunal de Contas da União sobre os constrangimentos orçamentários das agências reguladoras, convidei o Ministro José Jorge, que foi o Relator da matéria, para uma audiência na Comissão, se não me engano, de Infraestrutura. Foi uma audiência muito boa, muito interessante, que subsidiou a Comissão para a apresentação, depois, de emendas parlamentares ao orçamento dessas agências.

Enfim, cada relatório pode suscitar um tipo de iniciativa. Mas, de qualquer maneira, a informação em si já é um fato importante, tanto para os Parlamentares da oposição quanto da situação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC – SE) – Senadora Vanessa Grazziotin, Senador Aloysio Nunes, o objetivo da Comissão é exatamente este: ao ter consciência, mostra mais transparência de todos os atos, também do Tribunal de Contas, e aí, ao termos consciência da efetividade ou não das medidas da parte do Tribunal de Contas, logicamente, cabe ao Poder Legislativo tomar as medidas cabíveis e a todos os Parlamentares fazerem os devidos questionamentos.

Pois não, Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Se me permite... Acho que não... Sem querer alongar o assunto... Minha assessoria é muito atenta. Eu falei que o Tribunal de Contas da União é auxiliar do Executivo, mas é do Legislativo. Claro, nós sabemos, eu apenas troquei...

Eu creio... Foi tomada uma decisão importante, há poucos dias, comunicada no Plenário pelo Presidente Renan Calheiros, uma decisão que foi tomada, assumida por todos os Presidentes das Comissões Permanentes da Casa, em reunião com a Mesa Diretora do Senado, de que cada Comissão escolherá um tema para, durante um ano inteiro, analisar, aprofundar, um tema de uma ação social, de um programa social, para aprofundar. Eu acho que, nesse caso, a gente precisa trabalhar muito com o Tribunal de Contas. Nós temos que ter os técnicos do Tribunal de Contas à disposição...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Um manancial de informações.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Exatamente. À disposição da Comissão Permanente, para que a gente possa aprofundar de fato. E creio que nós, desde já, aqui na Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização Financeira e Controle, temos que pensar já num tema que envolva o Brasil como um todo, para que a gente possa... Eu não sei se vai começar... Pergunto a V. Exª, Presidente Senador Amorim, se vai começar este ano ou no ano que vem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC – SE) – Não tenho informação, Senadora. Eu, particularmente, não tenho a informação de quando iria começar. Mas eu acho que a Senadora tem toda a razão...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Então, nós poderíamos... Eu estou sendo informada pela assessoria que é este ano. Então, já na próxima reunião, eu faço uma sugestão que a Presidência e V. Exª, que atua muito junto com o Senador Blairo, tragam uma sugestão à Comissão para a gente já começar, rapidamente, os trabalhos de aprofundamento e estudo de alguma política relacionada aos temas afetos à Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC – SE) – Eu comungo do seu pensamento, das suas ideias nesse aspecto e digo que o tema da fiscalização é mais do que importante.

Pois não, Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Posso dar uma ideia a V. Exª e à Comissão?

É a situação do saneamento básico no Brasil, que é um tema pouco comentado, não suscita grandes debates, e, no entanto, as consequências da insuficiência da rede de saneamento no Brasil, tanto do fornecimento de água quanto da coleta e do tratamento do esgoto adequadamente, as consequências dessa carência são dramáticas, de todos os pontos de vista, do ponto de vista da saúde pública, do ponto de vista da vida das pessoas, do ponto de vista, inclusive, do desenvolvimento mental de crianças, porque está provado que sucessivas diarreias nos primeiros anos de vida da criança provocam o retardo mental no futuro. Existe uma descompensação metabólica resultante disso que condena crianças que são vítimas de diarreias sucessivas e constantes na primeira infância a um retardo mental definitivo, para sempre. O saneamento é, também, um setor em que os investimentos são geradores de emprego, que dinamiza a economia, e saneamento é, basicamente, também, além de tudo, meio ambiente. Então, eu creio que é um tema que une a dimensão econômica, a dimensão social, a dimensão da equidade, porque são os pobres que convivem na situação mais precária, e também a dimensão ambiental, que é o tema precípuo da nossa Comissão.

Fica esta sugestão aqui aos colegas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC – SE) – Levarei a mensagem para o Presidente da Comissão, Senador Blairo Maggi, e na próxima semana poderemos deliberar sobre isso.

Quero parabenizar o Senador Cícero Lucena pela grande ideia de criar a Subcomissão de Resíduos Sólidos. Eu digo sempre que o meu Estado, o Estado de Sergipe, o menor Estado da Federação, geograficamente falando, deveria ser o primeiro de todos a dar o exemplo, porque lá é muito fácil realmente de se cuidar e de se criar os mecanismos necessários realmente para cuidar de todo o lixo, lixo que hoje se converte em energia. Mas, infelizmente, meu Estado ainda está longe disso, porque, com certeza, não priorizaram e não priorizam não só essa questão ambiental, mas, como disse o Senador Aloysio Nunes, também a questão de saúde.

Ainda não temos quórum. Portanto, pergunto se algum Senador deseja fazer alguma manifestação. Se não, vou encerrar esta reunião.

Senador Flexa Ribeiro, algum questionamento?

Senador Ivo Cassol?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Presidente, sou Relator do Item 6, mas é terminativo, não é?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC – SE) – Não temos quórum, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Há um requerimento, Senador, que poderia ser lido. Mas não pode ser votado, não é?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC – SE) – Também não temos quórum.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – Lê nesta reunião e vota na reunião seguinte. É o combinado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC – SE) – O autor, segundo estou sendo informado, também não está...

O senhor tem um requerimento ou é um requerimento de...?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – É um requerimento de minha autoria.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC – SE) – Exato. De sua autoria.

Não temos quórum.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Então votamos na semana que vem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC – SE) – Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – Como já foi combinado em outras reuniões da nossa Comissão com o nosso Presidente, Senador Blairo Maggi, todos os requerimentos são lidos numa reunião, como a de hoje...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC – SE) – Lidos numa reunião e votados na outra.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) –..., e votados na reunião seguinte.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC – SE) – Mas é interessante...

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – Por isso que a gente só lê os requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC – SE) – Mas é interessante que pelo menos o autor do requerimento esteja presente. O do Senador Flexa Ribeiro já foi lido e o Senador Rodrigo Rollemberg não está presente.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião, porque já temos uma hora e dez minutos da convocação.

Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 9 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 40 minutos.)

ATA DA 34ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 1º DE OUTUBRO DE 2013, TERÇA-FEIRA, ÀS 8H30, NA ALA SENADOR NILO COELHO, SALA N° 6.

Às oito horas e trinta e oito minutos do dia primeiro de outubro de dois mil e treze, na sala de reuniões nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **BLAIRO MAGGI**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores Anibal Diniz, Jorge Viana, Rodrigo Rollemberg, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Ivo Cassol, Cícero Lucena, Blairo Maggi, Eduardo Amorim, Delcídio do Amaral, Vanessa Grazziotin, Sérgio Souza e Flexa Ribeiro. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Acir Gurgacz, Ana Rita, Romero Jucá, Garibaldi Alves, Kátia Abreu, Alvaro Dias, José Agripino e Fernando Collor**.** A Presidência declara aberta a reunião e faz um resumo da reunião anterior. Usam da palavra os Senhores Senadores Rodrigo Rollemberg e Ivo Cassol. A seguir, submete a dispensa da leitura e aprovação das atas da reunião anterior e da 32ª e 31ª reuniões da CMA. As atas foram aprovadas. **LEITURA DE MENSAGEM**, em conformidade ao Ato n° 02, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal. Conforme análise prévia, a seguinte mensagem ficará à disposição dos Srs. Senadores por sete dias na Secretaria da Comissão, sendo arquivada após o término do prazo: Mensagem do Senado Federal nº 88, de 2013, que cuida de relatório de avaliação de receitas e despesas do quarto bimestre de 2013, encaminhado pela Presidência da República. A seguir, a Presidência faz um breve resumo sobre a reunião anterior. **LEITURA DE REQUERIMENTOS.** A Presidência faz a leitura dos seguintes requerimentos apresentados à comissão: **1) REQUERIMENTO DA CMA Nº 57, de 2013**, que "Requeiro, com amparo no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e nos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, para debater o tema "Implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos: oportunidades e desafios", como evento preparatório para a 4ª Conferência Nacional do Meio Ambiente. A título de sugestão, serão convidados a expor seus pontos de vista as autoridades e os representantes da sociedade civil a seguir: Isabella Mônica Vieira Teixeira, Ministra de Estado do Meio Ambiente; Aguinaldo Velloso Borges Ribeiro, Ministro de Estado das Cidades; Paulo Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional dos Municípios; Representante da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES); Representante do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR)". Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. **2) REQUERIMENTO DA CMA Nº 58, de 2013**, que "Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública desta Comissão, em conjunto com as Comissões de Desenvolvimento Regional, do Senado Federal – CDR, de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, da Câmara dos Deputados – CMADS e Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC para debater na forma de seminário sobre "Os efeitos das mudanças do clima para o Semiárido". Para debater o tema: Situação e impactos das Mudanças Climáticas na região do Semiárido, requeiro que sejam convidadas as seguintes autoridades: Cenários Climáticos para o Semiárido – Eduardo Sávio Martins – Fundação Cearense de Meteorologia – Funceme; Mudanças Climáticas e Desertificação no Semiárido – José Marengo – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE; Impactos das Mudanças Climáticas nos Recursos Hídricos do Semiárido – Representante da Agência Nacional de Águas – ANA; Impactos Econômicos da Desertificação – Antônio Magalhães – Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE; Impactos Econômicos das Secas – Estélio Gama – Banco do Nordeste do Brasil – BNB; Impactos Sociais das Mudanças Climáticas – representante da Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ. Para debater o tema: Soluções para mitigação dos efeitos da desertificação e da seca no semiárido e Fortalecimento Institucional como instrumento para o combate à Desertificação, requeiro que sejam convidadas as seguintes autoridades: O Fortalecimento da Ciência e Tecnologia – Antônio Galvão -Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE; Experiências para a mitigação dos efeitos de seca e desertificação – representante da Embrapa Semiárido; Estudo de Caso – representante do Programa de Desenvolvimento Hidroambiental – Prodham". Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. **3) REQUERIMENTO DA CMA Nº 59, de 2013**, que "Requeiro, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada nesta Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, e Fiscalização e Controle audiência pública destinada a discutir a exploração de riquezas naturais, como minérios e madeira, em Terras Indígenas, e os meios necessários para garantir a qualidade de vida indígena, a biodiversidade local, e a sustentabilidade dos povos nativos. Para expor sobre os efeitos

destas atividades, sob o ponto de vista de funcionários de campo da FUNAI, solicito que sejam convidados: JORGE LUIZ MARAFICA LEAL, Coordenador-Substituto da Regional Litoral-Sul da FUNAI; VALDIR DE JESUS GONÇALVES, Técnico Indigenista, lotado na FUNAI na cidade de Tabatinga – Amazonas; JOSÉ NAZARENO TORRES DE MORAES, Técnico Indigenista, lotado na FUNAI na cidade de Belém – Pará; AUGUSTO TRAJANO AZEVEDO FONSECA, Ex-Coordenador da FUNAI no Estado de Rondônia; e, JOÃO RUIZ DIAS, Técnico Indigenista, lotado na FUNAI, Chefe de Posto Indigenista na cidade de Cacoal – RO". Autoria: Senador Flexa Ribeiro. Passa-se à **PAUTA**. **ITEM 1) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 55, de 2013**, que "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, incisos II, III e V, da Constituição Federal, e dos arts. 90, incisos II e III, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública conjunta desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) com a Comissão de Assuntos Econômicos– CAE, com o objetivo de instruir a Proposta de Fiscalização e Controle nº 1, de 2005 e a discutir a Resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar nº 26, de 29 de setembro de 2008. Para tanto solicito que sejam convidadas as autoridades abaixo nominadas: 1) Senhora Isa Musa de Noronha, presidente da Federação das Associações de Aposentados e Pensionistas do Banco do Brasil (FAABB); 2) Senhor Ruy Brito Pedrosa, assessor previdenciário da Associação dos Funcionários Aposentados do Banestado (AFAB) e de outras associações representativas de participantes e assistidos de planos de benefícios; 3) Senhor Jaime Mariz de Faria Júnior, secretário de Políticas de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social; 4) Senhor José Maria Rabelo, diretor-superintendente da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc); 5) Representante da Advocacia– Geral da União; e 6) Representante da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar. Esclareço, por oportuno, que a CAE aprovou, em sessão datada de 06/08/2013, a realização de audiência pública para instrução do PDS nº 275, de 2012, de autoria do Senador Paulo Bauer, que trata da Resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar nº 26, de 29 de setembro de 2008". Autoria: Senador Flexa Ribeiro. Resultado: Aprovado. **ITEM 2) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 56, de 2013**, que "Requer, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública perante esta Comissão com a finalidade de discutir as denúncias feitas pelo Jornal O Globo na data do dia 18 de agosto do corrente ano, sobre suplemento alimentar. À oportunidade, apresento sugestão no sentido de que sejam convidadas para participarem da presente audiência pública: – Sr. Dirceu Brás Aparecido Barbano, Diretor-Presidente da ANVISA – Sr. Cristiano Aquino, Diretor do Procon-RS – Representante do Ministério Público Federal – Sr. Felix Bonfim, Diretor Presidente da empresa Atacado do Suplemento – Dr. Maurício Milani, especialista Medicina de Esporte". Autoria: Senador Cícero Lucena. Resultado: Aprovado. **ITEM 3) AVISO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS. E FISC. E CONTROLE Nº 28, de 2012 – Não Terminativo**, que "Encaminha cópia do Acórdão nº 3249/2012 – TCU – Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente ao conhecimento do rol de renúncias de receitas tributárias e creditícias concedidas pelo Governo Federal para viabilizar o evento Copa do Mundo de 2014 (TC 034.303/2011-1)". Autoria: Tribunal de Contas da União. Relatoria: Senador Delcídio do Amaral. Relatório: Pelo arquivamento. Resultado: Retirado de Pauta pelo Relator. **ITEM 4) AVISO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS. E FISC. E CONTROLE Nº 1, de 2013 – Não Terminativo**, que "Encaminha cópia do Acórdão nº 100/2013 – TCU – Plenário proferido nos autos do processo nº TC 012.643/2005-4, acompanhado do Relatório e do Voto que fundamentam, referente a Tomada de Contas Especial decorrente da conversão do Relatório de Auditoria desenvolvido ao final dos trabalhos realizados em Furnas Centrais Elétricas S.A. com o objetivo de subsidiar os trabalhos das Comissões Parlamentares Mistas de Inquéirito denominadas "CPMI dos Correios" e "CPMI do Mensalão", bem como da Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado Federal denominada "CPI dos Bingos". Autoria: Tribunal de Contas da União. Relatoria: Senador Delcídio do Amaral. Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento. Resultado: Retirado de Pauta pelo Relator. **ITEM 5) AVISO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS. E FISC. E CONTROLE Nº 17, de 2013 – Não Terminativo**, que "Encaminha cópia do Acórdão nº 935/2013 – TCU – Plenário, proferido nos autos do processo nº TC 024.747/2012-2, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente ao acompanhamento da operação de crédito relativa às obras de reforma e ampliação do Estádio Beira-Rio, em Porto Alegre, formalizada entre o BNDES, a SPE Holding Beira Rio S/A, o Banco do Brasil e o Banco do Rio Grande do Sul – Banrisul". Autoria: Tribunal de Contas da União. Relatoria: Senadora Ana Rita. Relatório: Pelo arquiva-

mento. Resultado: Retirado de Pauta pela Relatora. **ITEM 6) OFICIO "S" Nº 33, de 2013 – Não Terminativo**, que "Encaminha, em cumprimento ao disposto no art. 41, inciso IV, da Lei nº 12.527, de 2011, o Relatório Anual com informações atinentes à implementação da mencionada Lei no âmbito do Poder Executivo Federal". Autoria: Ministro Chefe da Controladoria-Geral da União. Relatoria: Senador Flexa Ribeiro (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad Hoc: Senador Cícero Lucena. Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pelo conhecimento e arquivamento da matéria. **ITEM 7) TRAMITAÇÃO CONJUNTA DO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 278, de 2011 – Não Terminativo**, que "Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), e a Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, e dá outras providências, para proteger direitos dos usuários de serviços de transporte aéreo". Autoria: Senadora Angela Portela. **TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 609, de 2011 – Não Terminativo**, que "Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para instituir crédito, em favor do passageiro, da franquia de bagagem não utilizada". Autoria: Senador Cícero Lucena. Relatoria: Senadora Ana Rita. Relatório: Pela aprovação do PLS nº 278, de 2011, nos termos do substitutivo, e pela rejeição do PLS nº 609, de 2011. Resultado: Retirado de Pauta pela Relatora. **ITEM 8) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 336, de 2012 – Não Terminativo**, que "Altera o art. 19 do Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, para tornar obrigatória a menção nos rótulos dos alimentos enriquecidos, irradiados, dietéticos, light, zero, ou qualquer outra denominação, deverão trazer a respectiva indicação em caracteres facilmente". Autoria: Senador Tomás Correia. Relatoria: Senadora Ana Rita. Relatório: Pela rejeição. Resultado: Retirado de Pauta pela Relatora. **ITEM 9) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 99, de 2013 – Não Terminativo**, que "Acrescenta dispositivo ao art. 8º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para vedar a suspensão ou o cancelamento da execução de obra pública nas condições que especifica". Autoria: Senador Acir Gurgacz. Relatoria: Senador Romero Jucá (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad Hoc: Senador Ivo Cassol. Relatório: Pela apresentação de requerimento com a finalidade de sobrestar o estudo da matéria até que se concluam os trabalhos da Comissão Temporária de Modernização da Lei de Licitações e Contratos. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela apresentação de requerimento com a finalidade de sobrestar o estudo da matéria até que se concluam os trabalhos da Comissão Temporária de Modernização da Lei de Licitações e Contratos. **ITEM 10) TRAMITAÇÃO CONJUNTA DO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 150, de 2013 – Não Terminativo**, que "Acrescenta § 5º e 6º ao art. 55 e acrescenta § 9º ao art. 57 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que "dispõe sobre o Plano de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências", para dispor sobre a contagem do período de defeso no âmbito da pesca como tempo de contribuição e aposentadoria especial dos pescadores". Autoria: Senador Paulo Paim. **TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 152, de 2013 – Não Terminativo**, que "Acrescenta §§ 5º e 6º ao art. 55 e § 9º ao art. 57 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a contagem do período de defeso no âmbito da pesca como tempo de contribuição e definir regras para a concessão de aposentadoria especial para os pescadores e trabalhadores em atividades afins; e acrescenta o art. 4º-A e o inciso XVIII ao art. 19 da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para instituir o salárioambiental durante o período de defeso". Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senadora Ana Rita. Relatório: Pela aprovação do PLS nº 150, de 2013, nos termos do substitutivo, e pela rejeição do PLS nº 152, de 2013. Resultado: Retirado de Pauta pela Relatora. **ITEM 11) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 252, de 2013 – Não Terminativo**, que "Altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente, para determinar que os padrões de qualidade ambiental sejam estabelecidos em conformidade com a avaliação do ciclo de vida do produto; e as Leis nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, e nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, que institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC, para incluir normas de avaliação do ciclo de vida do produto nas obras públicas". Autoria: Senador Cícero Lucena. Relatoria: Senador Anibal Diniz. Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela aprovação do projeto com a emenda nº 1-CMA (substitutivo). **ITEM 12) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 126, de 2011 – Terminativo**, que "Acrescenta o § 7º ao art. 1º da Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, dispondo sobre nulidade de cláusula contratual relativa a material escolar de uso coletivo". Autoria: Deputado Chico Lopes. Relatoria: Senadora Ana Rita. Relatório: Pela aprovação com uma emenda. Resultado: Retirado de Pauta pela Relatora. **ITEM 13) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 537, de 2011 – Terminativo**, que "Estabelece a forma de recolhimen-

to e destinação final de baterias automotivas e industriais, compostas por Chumbo e Ácido Sulfúrico". Autoria: Senador Eduardo Amorim. Relatoria: Senador José Agripino (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad Hoc: Senador Luiz Henrique. Relatório: Pela rejeição. Resultado: Retirado de Pauta pelo Relator Ad hoc, Senador Luiz Henrique. **ITEM 14) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 71, de 2013 – Terminativo**, que "Altera o art. 39 do Código de Defesa do Consumidor, para vedar a utilização de sistemas de cobrança, tais como comandas, cartões eletrônicos ou similares, que submetam o consumidor a confinamento compulsório em locais fechados". Autoria: Senador Jorge Viana. Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo. Resultado: Retirado de Pauta pelo Relator. É aprovada a inclusão **EXTRAPAUTA** da seguinte matéria: **ITEM 15) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 60, de 2013**, que "Requer, nos termos regimentais, que seja solicitado ao Tribunal de Contas da União (TCU) as seguintes informações relativas à utilização de recursos repassados pela União, por meio do instrumento de convênio, nos termos a seguir expostos: Estabelece a Lei nº 8.666/1993, em seu art. 7º, como uma das condições para se autorizar a realização do procedimento licitatório objetivando a contratação de obras e serviços, decorrentes ou não de convênios, a existência de previsão orçamentária e que a referida previsão deve ser suficiente para o cumprimento da obrigação a ser assumida pela Administração Pública. • Da primeira situação hipotética e do questionamento Tratandose de emenda parlamentar destinada à construção de cinco parques infantis: por ausência de recursos orçamentários é celebrado um primeiro convênio, no início do exercício, para a construção dos dois primeiros parques; devido à obtenção de mais orçamento, no final do exercício é celebrado um segundo convênio para a construção dos três parques restantes; o valor global de cada convênio não supera R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais); na execução do primeiro convênio, realiza-se um convite para a contratação e execução das obras; e no segundo convênio, também se realiza um convite para contratação e execução das três obras restantes. Questiona-se: considera-se fracionamento de despesa uma vez que somados os valores dos dois convênios celebrados e executados em períodos distintos, porém, no mesmo exercício financeiro, superam o valor estabelecido na alínea "a" do inc. I do art. 23 da Lei nº 8.666/93? Pode se considerar fracionamento de licitação na hipótese das obras referentes aos parques infantis serem obras distintas, situadas, inclusive, em zona geográfica diversa? É possível, a teor do que dispõem os incisos II e III do art. 7º da Lei nº 8.666/1993, realizar-se as obras consultadas mediante liberação parcial dos recursos ou é preciso aguardar o levantamento efetivo de todo o orçamento? Na hipótese da construção dos parques à medida que for sendo liberado o orçamento assim rubricado, caso a Administração opte por realizar licitação na modalidade Tomada de Preços, fica afastada qualquer irregularidade a título de fracionamento? • Da segunda situação hipotética e do questionamento Tratando-se da mesma situação hipotética acima, se foi utilizada a modalidade de convite para licitar os cinco parques. Questiona-se: se, ainda no mesmo exercício financeiro, em razão do surgimento de mais recursos orçamentários, for celebrado novo convênio contemplando mais dois parques e com valor individual inferior ao previsto na alínea "a" do inc. I do art. 23 da Lei nº 8.666/93, é legal a utilização do convite para o objeto deste último convênio? • Da terceira situação hipotética e do questionamento Na hipótese de repasse de R$ 1.500.000,00 para um Estado, mediante convênio proveniente de emenda parlamentar para a construção de banheiros públicos em dez municípios. Questiona-se: configura fracionamento de despesas o rateio da verba em dez parcelas iguais de R$ 150.000,00, distribuídas às dez prefeituras, e cada uma ter realizado um convite para a construção dos banheiros da sua cidade, privilegiando, assim, as empresas e mão de obra locais, como permite a legislação? A construção de banheiros públicos pode ser considerada modalidade simples de construção? Em caso positivo, a modalidade licitatória correta – observado o teto fixado na alínea a do inciso I do art. 23 da Lei nº 8.666/1993 – seria o convite ou o pregão? • Da quarta situação hipotética e do questionamento Na existência de suposto conflito entre a hipótese do § 1º e do § 5º, ambos do art. 23 da Lei nº 8.666/93. Questiona-se: deve-se priorizar o parcelamento como forma de ampliar a competitividade ou licitar conjuntamente os objetos exclusivamente por apresentarem a mesma natureza, porém sendo realizados em diversos locais, concentrando em único prestador de serviço a execução do todo? • Da quinta situação hipotética e do questionamento Na hipótese de determinado Município celebrar dois convênios dentro do mesmo exercício financeiro e com o mesmo concedente: os convênios são originários de emendas apresentadas por parlamentares diferentes; cada emenda possui valor inferior à alínea "a" do inc. I do art. 23 da Lei nº 8.666/93; os convênios possuem prazos distintos de execução, de vigência e de prestação de contas; os convênios possuem o mesmo título do projeto, porém as obras possuem composição de serviços e endereço distintos, conforme especificação dos Pla-

nos de Trabalho. Questiona-se: seria legal as obras serem licitadas por meio da modalidade convite?". Autoria: Senador Blairo Maggi. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a presente reunião às dez horas e vinte e um minutos, lavrando eu, Raymundo Franco Diniz, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Blairo Maggi,** Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Declaro aberta a 34ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Resumo da reunião do dia 24 de julho de 2013.

Foram feitas sugestões pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira às seguintes matérias:

> – Aviso da CMA nº 28, de 2012, de autoria do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do Acórdão n° 3.249/2012 – TCU – Plenário, que trata de denúncias de receitas tributárias e creditícias concedidas pelo Governo Federal para viabilizar o evento da Copa do Mundo de 2014.

Sugere que esta Comissão oficie o Tribunal de Contas da União para que este encaminhe informações periódicas quanto ao cumprimento do acórdão.

> – Aviso da CMA nº 1, de 2013, de autoria do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do Acórdão n° 100/2013 – TCU – Plenário, referente à tomada de contas especial decorrente da conversão do relatório de auditoria desenvolvido ao final dos trabalhos realizados em Furnas Centrais Elétricas S.A., com o objetivo de subsidiar os trabalhos da CPMI dos Correios, CPMI do Mensalão e CPI dos Bingos.

Sugere que esta comissão oficie o Tribunal de Contas da União para que este encaminhe informações periódicas quanto ao cumprimento do acórdão.

> – Aviso da CMA nº 17, de 2013, de autoria do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do Acórdão n° 935/2013 – TCU – Plenário, referente ao acompanhamento da operação de crédito relativa às obras de reforma e ampliação do Estádio Beira-Rio, em Porto Alegre.

Sugere que esta Comissão oficie o Tribunal de Contas da União para que este encaminhe informações periódicas quanto à continuidade ao acompanhamento das ações do BNDES para o financiamento da arena Beira-Rio, principalmente no que se refere à avaliação da necessidade de proceder a ajustes no contrato de financiamento a ser firmado com a SPE Holding Beira Rio S.A.

Foi feita, ainda, a leitura da lista de Senadores indicados para fazerem parte da composição da Subcomissão Temporária de Resíduos Sólidos, criada pelo Requerimento nº 33, de 2013 – CMA, com a finalidade de acompanhar e fiscalizar a implantação do Plano Nacional de Resíduos Sólidos, que será instalada ainda hoje, logo após esta reunião. São eles:

Membros titulares designados: Senador Anibal Diniz, Senador Rodrigo Rollemberg, Senador Valdir Raupp, Senador Cícero Lucena e Senador Eduardo Amorim.

Membros suplentes designados: Senador Vital do Rêgo, Senador Flexa Ribeiro e Senador Blairo Maggi.

Srªs e Srs. Senadores, no dia 03 de outubro é comemorado o Dia do Petróleo Brasileiro, pois nesta data, em 1953, foi fundada a Petróleo do Brasil S.A, a Petrobras, pelo então presidente Getúlio Vargas. Ela está presente em 27 países e é a maior empresa da América Latina.

Hoje, a Petrobras está solidificada como uma das empresas mais importantes do mundo no setor petrolífero. O fato é que o petróleo brasileiro está chamando cada vez mais atenção pela escalada no aumento de produção. Com a descoberta do pré-sal, foram criadas enormes expectativas dentro e fora do Brasil. E aí precisamos ter um pouco mais de cautela. Considerado com ouro negro, o petróleo é atualmente sinônimo de riqueza e de poder.

A Presidente da República, Dilma Rousseff, sancionou, no dia 09 de setembro, a Lei nº 12.858, que dispõe sobre a destinação dos recursos dos *royalties* da exploração do petróleo e gás natural. De acordo com a lei aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pela Presidente Dilma, as receitas diretas da União, Estados, Distrito Federal e Municípios provenientes dos *royalties* de áreas cuja declaração de comercialidade tenha ocorrido a partir de 03 de dezembro de 2013, serão aplicadas no montante de 25% para a saúde e 75% para a educação.

Bem-vindo, Senador Rodrigo Rollemberg!

Já os recursos dos *royalties* e da participação especial destinados à União, oriundos da produção realizada no horizonte geológico denominado pré-sal, irão compor o Fundo Social, que destinará 50% do montante para o Plano Nacional de Educação.

Uma vez atingidas as metas estabelecidas nesse plano, que deve vigorar até 2020, os recursos dos *royalties* da União passarão a ser integralmente destinados à composição do Fundo Social.

Considero relevante e oportuno que o País reserve e destine ativos aos financiamentos de direitos básicos históricos culturalmente negados a uma parcela significativa da população brasileira, mas me preocupa o montante desses recursos. Também me preocupa o prazo e o mercado futuro em que estamos investindo. É muito importante destinar recursos dos *royalties* para o pagamento das empresas que irão fazer transporte escolar, mas, a meu ver, com minha experiência de ex-Governador de Mato Grosso, esses recursos serão pequenos e estaremos abrindo uma esperança que poderá não ser atendida lá na frente.

E os alunos que, durante horas, acompanharam a discussão no plenário do Senado Federal, estão esperando que, assim que a proposta seja sancionada, a educação e a saúde passem a ser imediatamente financiadas pelos recursos dos *royalties*, que devem gerar R$108 bilhões entre os anos de 2013 e 2022, de acordo com o texto referendado pelo Senado.

Em 2014, os dois setores já devem contar com R$4 bilhões vindos dos *royalties* pagos pela exploração do petróleo.

Hoje, o gasto anual com educação nas esferas federal, estadual e municipal é de aproximadamente R$220 bilhões, e o orçamento executado pelo Ministério da Educação em 2012 foi de R$86,9 bilhões.

O Ministério da Saúde gastou, no ano passado, R$95,9 bilhões. E, de acordo com matéria publicada em maio pelo jornal *Estadão*, o gasto *per capita* do Brasil com saúde ainda é menor que a média mundial. O texto também cita que dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) destacam a defasagem que existe entre o Brasil e a média mundial em relação ao percentual do orçamento público investido na saúde.

O receio é de estarmos prometendo muita coisa neste momento. Precisamos, com toda a clareza possível, esclarecer à população quando e como vai chegar esse dinheiro, para que, no futuro, não sejamos surpreendidos com perguntas de estudantes ao Congresso ou ao Governo sobre onde está o dinheiro da educação que foi prometido e que não chegou até eles.

Além desse cenário financeiro, é preciso atenção às questões científicas, tecnológicas e técnicas.

É sabido que cientistas e engenheiros da Petrobras ainda estudam a melhor forma de explorar o petróleo que está a 2 mil metros, 3 mil metros de profundidade.

De acordo com artigo publicado em abril pelo ex-Diretor da exploradora Spec Engenharia, o professor e físico Adelson de Brito, o Centro de Pesquisas da Petrobras (Cenpes) ainda tenta encontrar uma maneira de instalar plantas de processamento automatizadas para separar o gás, o petróleo e a água no leito marinho.

Ele lembra que a Petrobras é o maior produtor de petróleo em águas profundas do planeta e, por isso, altamente respeitada no mundo petrolífero.

Mas a perfuração nos campos do pré-sal vai representar desafios maiores do que a Petrobras – ou mesmo qualquer outra companhia de petróleo – já enfrentou algum lugar, algum dia. E é exatamente esse cenário que me preocupa: já está disponível, no Brasil e no mundo, tecnologia necessária para explorar o que já estamos negociando no mercado e referendando como apoio ao custeio da saúde e educação?

Em seu artigo, o professor realça a preocupação do arquiteto do Departamento de Engenharia Naval da Universidade de São Paulo, Claudio Sampaio. "Estamos falando de um ambiente complexo e agressivo [...] ondas de 10m podem aparecer do nada. Não há soluções de engenharia que podem ser 100% seguras."

Sim, precisamos reforçar a quantidade de recursos, mas sem esquecer a qualidade, que, em pesquisa, demanda tempo e maciço investimento por parte do Governo. Para alcançar o sucesso que esperamos e prometemos, é preciso, antes, construir inéditos diagnósticos de sinais sísmicos, geometria das rochas, composições químicas e outros tantos estudos.

Meu questionamento está em transferir aos *royalties* investimentos imprescindíveis ao País, como é o caso da saúde e educação. Já penduramos a Petrobras nos *royalties.*

Desde junho, é sabido que a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) anunciou o primeiro leilão para exploração de petróleo na camada pré-sal por regime de partilha de produção.

A licitação será feita para exploração do Campo de Libra, localizado na Bacia de Santos, e com reservas de 8 a 12 bilhões de barris. A Petrobras terá participação de 30% no consórcio, e as outras empresas poderão ter no mínimo 10%.

É um primeiro passo. Tudo sinaliza que esse primeiro leilão vai dar certo. Mas é preciso ter os pés no chão. E se, lá na frente, não acontecer de termos petróleo de forma abundante e tivermos que ter um retrocesso?

Temos que tomar muito cuidado com isso. Não devemos, aqui no Senado, ir simplesmente aceitando, pendurando as coisas no prego da Petrobras, no prego do pré-sal, porque em engenharia tudo é possível; tudo pode dar certo, mas também tudo pode dar errado. É preciso ter serenidade, afinal, decisões açodadas e na emoção podem frustrar todos.

Então, meus senhores e senhoras desta Comissão, esse foi o registro pelo dia da fundação da Petrobras, ocorrida em 1953, pelo então Presidente Getúlio Vargas, que será comemorado dia 3 de outubro agora.

Também gostaria, nesta Comissão, de fazer outro registro. Não tem muito a ver com nossa Comissão, mas, por ser uma mato-grossense e por ser ela também uma rondonopolitana, da mesma cidade onde moro, Jakelyne Oliveira foi eleita Miss Brasil 2013. Quero deixar registrada essa alegria, como alguém que mora na cidade de Rondonópolis, como mato-grossense também e por podermos ser conhecidos não só como grandes exportadores de soja, milho e algodão, mas também por termos a mulher mais bela do Brasil, nascida em solo mato-grossense, rondonopolitano.

Então, parabéns a Jakelyne, todos ficamos muito felizes. E vi a declaração dela na TV, dizendo: "Essa vitória não é minha, mas de todos os mato-grossenses."

Parabéns a você, e muito obrigado.

Antes de dar sequência a nossa pauta, pois ainda não tenho número suficiente para deliberar, eu gostaria de deixar aberta a palavra aos Srs. Senadores para que aproveitassem o tempo a fim de fazer algumas considerações, se for necessário.

Com a palavra, o Senador Rodrigo Rollemberg, que foi o primeiro a chegar no dia de hoje.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – Tirador de leite, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Foi buscar a vaca hoje.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, todos os assessores aqui presentes, jornalistas que acompanham esta reunião, quero apenas comunicar – e já fiz isso ontem em plenário – que pretendo voltar a esse tema hoje.

Estamos comemorando nesta semana 25 anos da Constituição brasileira. Está previsto para esta semana em todo o Brasil, em várias cidades brasileiras, um conjunto de manifestações das populações indígenas de diversas regiões do País, que hoje sentem os seus direitos, grafados na Constituição de 1988, em perigo.

A Constituição de 1988 foi muito avançada, inovou bastante nas questões ambientais e foi importante na definição dos direitos das populações indígenas. Ali, a Constituição define claramente a prerrogativa da União, depois de fazer vários estudos e de promover a demarcação das terras indígenas.

Eu já tive oportunidade, Sr. Presidente, de conhecer algumas terras indígenas demarcadas, como as dos craôs, no norte de Tocantins, e mais recentemente o Parque Nacional do Xingu, onde vivem várias etnias. No Parque Nacional do Xingu, no Estado de V. Exª, vivem os yawalapitis, os kuikuros, os kalapalos**,** os kamayurás, uma série de povos indígenas.

E há uma revolta, uma indignação muito grande por parte das populações indígenas com a pressão que vem sendo exercida, segundo eles, com a omissão do Governo Federal; e nós estamos vivendo no período, numa quadra da história do País em que menos se fez demarcação de terras indígenas.

Nós entendemos que o processo de demarcação é fundamental para dar tranquilidade e segurança jurídica a essas populações indígenas, que precisam de grandes extensões de território para manter a sua cultura e as suas tradições.

Entendo que uma das grandes riquezas do nosso País é sua diversidade cultural. É a capacidade que este País tem de conviver de forma harmoniosa com uma imensa diversidade cultural. E se nós entendemos – e entendemos – que o agronegócio é importante para a economia brasileira – hoje responde por um terço do Produto Interno Bruto –, é muito importante conciliar o desenvolvimento da agricultura e da pecuária, também garantindo a tranquilidade e a segurança para que essas populações indígenas possam viver com dignidade, com tranquilidade e com qualidade de vida.

Entendo que o Senado tem um papel importante a cumprir, Sr. Presidente, e acho que o papel deve ser o de liderar o entendimento. Há um processo de radicalização muito grande. Há um processo de insatisfação muito grande, que pode ter consequências imprevisíveis. Eu entendo que o Senado deve exercer o seu papel de mediação, de moderação, de equilíbrio, buscando construir uma alternativa.

Sabemos que, com o passar dos anos, muitos proprietários rurais que se encontram em determinadas terras que, posteriormente, foram reconhecidas como terras indígenas se instalaram ali com apoio do Estado, programas do Estado. Devemos estudar uma mudança na Constituição que permita o que é proibido hoje: que a União indenize esses produtores rurais para promover a desapropriação, a fim de que a União possa, com isso, fazer a demarcação das terras indígenas.

O fato é que precisamos buscar uma solução que acabe com essa tensão no campo que não é positiva para ninguém. Tenho certeza de que não é positiva para os produtores rurais e também não é positiva para as populações indígenas, que acabam sendo o elo mais fraco dessa cadeia e sofrendo mais.

É inadmissível que, em pleno século XXI, tenhamos ainda o assassinato de populações indígenas, de representantes das populações indígenas, como temos visto especialmente no Estado de Mato Grosso do Sul. Isso é inadmissível e nós devemos buscar construir um grande entendimento em relação a isso.

Preocupa-nos também o projeto de lei que também preocupa as populações indígenas que hoje estarão presentes no Congresso Nacional, especialmente na Câmara dos Deputados. Trata-se do projeto que busca autorizar a mineração em terras indígenas. Entendo que esse tema é extremamente delicado e pode trazer consequências muito danosas às populações indígenas; e temo que isso acabe contribuindo para acirrar a tensão existente hoje em relação às populações indígenas.

Portanto, eu queria fazer esse registro na abertura desta reunião da Comissão de Meio Ambiente chamando, conclamando o Senado a assumir o papel de moderação, de entendimento, de mediação, para que evitemos que a tensão hoje existente aumente. É preciso dar tranquilidade, dar segurança jurídica, respeitando toda diversidade cultural que temos no nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Rodrigo Rollemberg.

Antes de passar a palavra ao Senador Ivo, na posição de Presidente desta reunião, já que é um assunto que afeta muito meu Estado de Mato Grosso, gostaria de dizer, Senador Rodrigo, que não há por parte – pelo menos não no meu Estado – dos setores produtivos pressão para que novas terras sejam ocupadas pelo setor produtivo em cima das áreas que são reservadas aos indígenas. Não existe essa tensão, não existe essa briga no Estado do Mato Grosso. O que existe lá – e certamente existe em outros lugares também – é que a pior decisão é a não tomada da decisão. E há muitos anos, passadas décadas e talvez mais tempo, algumas áreas indígenas não foram demarcadas, não foram reconhecidas, não foram separadas e não foram colocados os marcos que são ditos dos índios. Então, existem ainda essas brigas e essas tensões entre agricultores, índios, Funai e outros órgãos envolvidos, porque não se definiu se aquela área pertence ao grupo a ou ao grupo b.

O que traz a intranquilidade entre os setores, entre os índios e os setores da agricultura e da pecuária – e aí temos todo tipo de produtor envolvido, até assentamentos de reforma agrária foram feitos em determinadas áreas – é que, com o passar do tempo, a Funai tem reivindicado esses territórios que tradicionalmente nunca foram e não são ocupados pelos indígenas. Aí é que se estabelece a verdadeira briga e a verdadeira demanda e aumenta a tensão. Quer dizer, não havia índio naquela região, as terras não eram dos índios, foram ocupadas pelos brancos e agora, com o passar do tempo, a Funai quer aumentar determinadas áreas, quer criar novas áreas. Daí, sim, vem a tensão e vêm as demandas que estamos vendo.

Hoje há uma manifestação grande de lideranças indígenas e de indígenas mesmo aqui, na frente do Congresso Nacional, que certamente virão nos visitar; e V. Exª pede para que o Congresso seja mediador dessa posição. Acho que o Congresso tem todas as condições de ser o mediador, mas a Funai não pode continuar sendo o incentivador, porque você resolve um assunto e começa outro. E a levar adiante o tipo de situação que estamos vendo, nós passaremos e as brigas continuarão a surgir, porque se formos olhar de maneira clara, todo território brasileiro já foi de índios um dia. Então, significa que Brasília e outras cidades poderão ser reivindicadas pelos índios, na mesma direção de hoje. Acho que esse não é o caminho que devamos seguir.

Com todo respeito aos índios... Tenho amigos índios, sou vizinho de reserva indígena, tenho uma convivência excepcional com eles, fui o primeiro governador do Estado de Mato Grosso que criou uma coordenadoria para cuidar dos índios, o que era função da União, mas o Estado fazia isso, estava presente. Fiz governo itinerante dentro da reserva indígena do Xingu. Sou amigo de todos aqueles caciques, todos aqueles índios. Agora, eu gosto da coisa correta. O que é seu é seu; o que é meu é meu. E não dá para permitir que terceiros fiquem no meio e queiram criar litígio e confusão onde não existe.

Então, os índios, de minha parte, terão todo o apoio, como sempre tiveram, para as suas reivindicações e também para as suas questões que são consideradas históricas e definitivas. Mas não terão em mim qualquer apoio para que ampliemos novas confusões, novas coisas.

Por isso, é tão importante aquela súmula do Supremo Tribunal Federal de Raposa Serra do Sol que foi julgada e que chegou a virar uma portaria por parte da Advocacia-Geral da União, para que o Ministério da Justiça adotasse como uma coisa a ser seguida na demarcação de novas áreas indígenas. Infelizmente, não aconteceu, e ainda não foi finalizado esse julgamento. Nós esperamos que o seja, porque, como eu disse, espero que nós tenhamos paz e tranquilidade. O que é dos índios que seja dado aos índios. Agora, em relação ao que é do branco, do proprietário rural de pequeno, médio ou microassentamento, não pode haver num país deste tamanho, de tamanho continental, com milhões e milhões de hectares de terra sobrando para tudo quanto é lado, um conflito entre bancos e índios por um pedaço de terra. Não passa na minha cabeça esse tipo de confronto. E isso interessa a alguém, a algumas pessoas, a algumas entidades, mas acho que não interessa ao Congresso Nacional.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – Obrigado.

Sr. Presidente, quero apenas complementar. Eu concordo com V. Exª com o fato de que, num país de 8,5 milhões de quilômetros quadrados, não dá para imaginar conflitos por terra. Eu acho que o nosso País tem condições de ter áreas reservadas à produção agrícola e pecuária. Entendo que nós devemos investir em ciência, tecnologia e inovação para o aumento da produtividade, para buscar aumentar, ao máximo, a nossa produção sem precisar avançar sobre áreas reservadas, áreas remanescentes dos nossos diversos biomas. Esse é o ideal. E também entendo que um país com essa dimensão tem condições de aliar a sua produção agrícola à demarcação das terras indígenas, para que essas populações possam manter as suas tradições, manter a sua cultura e manter a sua vida.

É bem interessante o que V. Exª coloca, Senador Blairo Maggi: este País, um dia, já foi ocupado, quase na sua totalidade, pelas populações indígenas. Acho que nós temos que ter uma posição de muito respeito a essas populações, mas não pelo fato de os brancos hoje estarem em melhor condição econômica, em melhor condição política, em melhor condição que pudesse até promover uma dominação. O raciocínio que vale para nós em relação aos índios poderia valer para outros países em relação ao Brasil.

Então, a questão não pode ser essa. Eu acho que a questão é identificar que são valiosos os brasileiros, que têm uma preciosidade enorme na sua diversidade cultural. Nós somos um dos poucos países – a Rio+20 demonstrou isso de forma muito clara – que têm condições efetivamente de inaugurar um novo modelo de desenvolvimento. E esse novo modelo de desenvolvimento sustentável não pode perceber as populações indígenas como um entrave a esse desenvolvimento. Pelo contrário. Tem que saber aproveitar toda essa diversidade cultural, toda essa riqueza cultural existente entre os diversos povos indígenas e incorporar isso ao processo de desenvolvimento.

Eu gosto sempre de citar uma frase do jurista Dalmo Dallari quando comenta uma crítica que se faz à demarcação de terras indígenas: muitas vezes, as pessoas tendem a dizer que é muita terra para pouco índio. Mas não fazem esse comentário quando se trata de alguns produtores rurais no Brasil que têm grandes extensões de terra, o que permitiria também dizer que é muita terra para pouco branco.

Em relação à questão da portaria da AGU. Quando eu estive na aldeia Yawalapiti, recebi um manifesto das mãos do Cacique Aritana, naquele momento, que era dirigido à Ministra da Cultura, que se recusara a receber. E fiz questão de lê-lo no plenário do Senado Federal e de encaminhá-lo para a Presidenta da República.

Naquele documento, eles manifestavam o seu repúdio, a sua preocupação exatamente quanto à Portaria 303 da AGU. E esse é um tema que está, neste momento, em debate no Supremo Tribunal Federal. Porque o Supremo Tribunal Federal, julgando o caso específico da Raposa Serra do Sol, definiu aqueles condicionantes. Mas, no entendimento das populações indígenas, aquele entendimento é específico para a Raposa Serra do Sol, o que me parece, também, o entendimento correto.

Veja bem, o que diz a Portaria 303 da AGU? Que o Governo, em tese, poderia fazer qualquer intervenção – construção de estrada, construção de barragem –, qualquer intervenção de grande porte sem ouvir as populações indígenas. Ora, se fora das terras indígenas para fazer qualquer grande obra, qualquer grande intervenção é preciso haver audiências públicas para ouvir a população, são necessários os estudos de impacto ambiental, como numa terra indígena o Governo poderia fazer intervenções de grande porte sem sequer ouvir as populações indígenas? Isso me parece uma contradição grave no princípio das audiências públicas, e um tratamento diferente para as grandes obras em áreas indígenas.

Entendo que aqui no Senado nós temos ex-governadores, ex-ministros, pessoas com a experiência maior, são representantes da Federação, dos diversos Estados da Federação e, portanto, entendo que essa experiência, esse equilíbrio dá ao Senado uma capacidade maior de conduzir o entendimento.

Alerto, a situação é de extrema indignação; a situação é de muita tensão, é de muita radicalização, e temos que buscar meios, alternativas para tirar a tensão desse processo, fazer uma ampla discussão e ver como daremos continuidade à demarcação das terras indígenas de uma forma tranquila, de uma forma transparente, de uma forma legítima.

E tenho certeza de que é absolutamente possível conciliar a produção agrícola com a demarcação das terras indígenas e a manutenção da nossa diversidade cultural.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Rodrigo. Não vou fazer aqui a réplica, a tréplica, porque vamos seguir discutindo isso.

Ainda bem que temos diferenças de opiniões, e elas são importantes para o processo democrático e até para chegarmos a um entendimento – se não a um consenso, mas a um bom senso para resolver esses assuntos.

Diferentemente do que V. Exª pensa, eu penso em outras coisas diferentes. Eu penso, por exemplo, na questão de uso de reserva indígena para produção de energia elétrica, para a extração de minerais. Não vejo grandes problemas se você atender toda uma legislação, toda uma técnica que inclusive pode melhorar a vida dos índios. Nós temos muito poucas aldeias, muito poucas populações indígenas que são hoje isoladas, que não precisem de recursos como os brancos para viver, para comprar suas coisas, seus barcos, sua gasolina; enfim, não temos hoje, com exceção de remotos pontos da Amazônia, um isolamento dos índios. Eles são completamente integrados à sociedade, sabem o que querem e, portanto, vamos ao entendimento. Não temos que brigar em função disso.

Com a palavra, o Senador Ivo Cassol, pelo Estado de Rondônia.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – Obrigado, Presidente, Senador Blairo Maggi, demais colegas.

Vou aproveitar essa oportunidade e também entrar nessa área que estamos debatendo sobre o novo marco da mineração, especialmente na regularização de área indígena.

Eu vejo muitos colegas debatendo e sendo contra a regularização e a legalização da exploração das riquezas naturais ou minerais que há dentro da área indígena. Fui governador do Estado de Rondônia, como o Senador Blairo Maggi foi Senador por Mato Grosso. Aquilo a que eu tenho assistido são os índios não querendo mais terra, Senador Blairo Maggi. O que eles querem, na verdade, é o direito de explorar as riquezas naturais que há em cima e as minerais, para viverem com dignidade. Vou citar um exemplo do meu Estado. No meu Estado, nos oito anos em que fiquei lá, na reserva dos índios, Roosevelt, existe a maior jazida de diamante do mundo. Resultado: nós estamos sendo roubados, está sendo contrabandeado esse diamante para outros países, continua a exploração; morreram assassinados 29 garimpeiros que estavam lá dentro explorando a riqueza. E faço uma aposta com quem quiser: que se vá lá hoje para ver se está parada a extração de diamante; continua a extração de diamante, que é ilegal.

Quando nós temos essa oportunidade nesta Casa, de debater e legalizar, mas legalizar com a participação do Governo, legalizar com as instituições, legalizar com documento. Com isso, os índios não só de Rondônia, mas do Mato Grosso, do Amazonas, vão parar de andar com pires na mão pedindo esmola para a Funasa, para a Funai. O que a Funai tem feito há até pouco tempo é simplesmente incentivar, com algum antropólogo pelo Brasil afora ou alguns americanos e outros do exterior, criando novas áreas indígenas sem nunca naquele lugar ter índio, a exemplo do que aconteceu em Santa Catarina. Em Santa Catarina, foi criada uma área indígena – sua vizinha, Senador Sérgio, não sei se no Paraná há a mesma situação. Resultado: quando foram verificar, depois de anos, não havia nenhum índio lá, os índios foram simplesmente colocados num local lá. Hoje a maioria dos conflitos agrários ocorre porque está faltando vontade do Governo Federal para resolver tanto a questão indígena quanto a questão agrária. Vou dar um exemplo sobre a questão agrária. Há no meu Estado vários acampamentos de sem-terras, mas o Incra não tem coragem de indenizar os proprietários e pagar para eles e assentarem aquelas famílias. De alguma maneira, eles querem tomar na mão grande por defeito ou algum erro na titulação ou na escritura pública. Nós temos que parar com isso. O Governo Federal tem como legalizar, sim, e sou a favor de todas as áreas indígenas que houver, as riquezas minerais e naturais, com a participação dos índios. Com isso, os índios param de ser explorados, de ser usados. São usados por todo mundo. E nós, infelizmente, estamos deixando dentro de nossas áreas indígenas americanos, estrangeiros, pesquisando a nossa biodiversidade e levando embora, como tentaram fazer, o nosso cupuaçu, o nosso açaí, tantas essências, tantos produtos nossos da Amazônia, como se fossem produtos de outros países. E nós, que temos essa riqueza extraordinária, ficamos aqui em Brasília, numa sala com ar condicionado, decidindo o que se tem de fazer no resto do Brasil.

Convido todo mundo a viver lá onde aquelas pessoas vivem, vão ver onde os agricultores estão vivendo, vamos dividir com eles as dificuldades que eles vivem no dia a dia. Com certeza, o pensamento de muita gente será diferente. Porque aqui, em Brasília, não há crise, não. Aqui, no meu gabinete, se você olha para um lado, vê o lago bonito; se olha para outro lado, se vê tudo florido; se olha para outro lado, vê o Banco Central, onde não há crise de dinheiro. Se olha para o resto do Brasil, vê dificuldade e miséria nos quatro cantos do País. Quando falta ação, falta resultado. E, quando falamos há pouco em Raposa Serra do Sol, o que aconteceu com os agricultores, o que aconteceu com os índios? Os índios já eram miseráveis, agora são mais miseráveis ainda, porque, pelo menos, viviam numa fatia e numa partilha.

Da mesma maneira, sou a favor dos índios do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, que têm aqueles campos onde querem produzir milho, soja, arroz, Senador Sérgio. Que produzam, como estão fazendo no

Paraná, no Canadá. Outros países estão produzindo; só nós, aqui, em que tudo é proibido, nada pode, nada pode, nada pode. Aí você vai às aldeias indígenas e os coitados estão passando fome; se o Estado não vai lá construir uma escola, a União, que tem obrigação, não faz. Se você vai a uma aldeia indígena, verá que eles não têm remédios. Falo isso referindo-me ao meu Estado de Rondônia, onde isso acontece. E sou amigo dos caciques da maioria das aldeias indígenas do meu Estado, que são várias. Sei das dificuldades por que eles passavam e estão passando até hoje. Quando, na verdade, eles podiam aproveitar para fazer a extração da madeira, de forma legalizada. Com isso, em vez de eles venderem o metro cúbico de madeira em tora a R$10,00 ou R$20,00, estariam vendendo a R$150,00 ou R$200,00, o metro cúbico de madeira, para as madeireiras. Continua a exploração ilegal de madeira na grande região do Suruí e dos Cinta Larga, no meu Estado. Continua agora a extração, Senador Blairo, é só pegar no mapa, no Google, que vamos ver nos últimos anos o quanto de madeira que foi tirada. E ainda por cima estimulada e autorizada por autoridades que nós denunciamos quando houve, lá atrás, a comissão do arco de fogo, e, depois, como governador, denunciei. Resultado: não foi tomada providência nenhuma. Inibe-se, naquelas operações grandes que se fazem do governo, para pagar diária a quem vai ao campo, mas depois tudo volta ao normal para o jeito que está.

Então, sou a favor de, em vez de continuarmos sendo roubados e sendo extraídas nossas riquezas dessas áreas indígenas, que seja legalizado, seja feito o plano de manejo, que seja feita a legalização da extração dos nossos minerais.

Há outro fator importante que deve ser ressaltado nesta Casa. Por que muitos estrangeiros que não querem que sejam legalizadas as áreas minerais do nosso País nas áreas indígenas? Porque há país cujo lastro de economia deles é baseado em diamante, e a Reserva Roosevelt, dos Cinta Larga, Senador Blairo Maggi, é a maior jazida de diamantes em céu aberto do País, do mundo. Resultado? Estamos sendo explorados, está sendo roubada, estão levando embora. Sabe o que está ficando para Espigão do Oeste? Estão ficando os doentes, a criminalidade; está cercada de bandidos, porque quem vai lá para dentro são bandidos que não têm o que perder; e os índios sendo explorados também, e esses diamantes sendo contrabandeados para outros países, outros lugares por aí.

Temos na região dos Cinta Larga, que é da Roosevelt, uma das maiores jazidas de cobre do mundo. Está lá também. O subsolo, é claro, é da União. Então, precisamos que, nesta Casa, aproveitando novo marco regulatório da mineração, seja autorizada a extração desses minérios com participação desse lucro para os indígenas, para que eles possam sobreviver com dignidade e não ficar mais de pires na mão pedindo esmola, seja para o Governo Federal, seja para o governo do Estado, ou para Município, ou para a Funasa, nem para a Funai.

Portanto, muitas questões fundiárias que estão sendo debatidas, infelizmente, ocorrem hoje por falta de ação do Governo Federal, dos seus ministérios, para que sejam solucionadas de uma vez por todas e dado um basta. Índios não querem mais ampliação de terra, o que índio quer é ter o direito de explorar a riqueza que tem.

Quem está incentivando para que se aumentem as reservas? Com certeza há pessoas interessadas por trás disso, porque sempre existe alguém interessado. Ninguém faz nada de graça. Não venham me dizer aqui os ambientalistas que estão em área de preservação ou num Município ou num Estado de graça. Alguém está pagando para isso. E temos de fazer esse dever de casa? Temos de fazer. Precisamos cuidar do meio ambiente, preservá-lo, conviver com o meio ambiente e, ao mesmo tempo, ter o direito de poder explorar essas riquezas naturais existentes.

Portanto, se os índios souberem usar essa ferramenta que têm à mão e que o Senado pode dar essa condição, com certeza, as coisas vão mudar.

Ao mesmo tempo, precisamos de uma participação maior do Congresso Nacional nessas decisões indígenas no País.

Outro passo importante, Presidente Senador Blairo Maggi, é o Governo Federal, imediatamente, dar prioridade a todas as obras estruturantes deste País, por uma emenda à Constituição, numa iniciativa do próprio Governo, independente de interesses locais. É que muitas vezes o interesse financeiro inviabiliza e acaba atrapalhando essas execuções.

Está aí o exemplo de Belo Monte. Quem está precisando de energia hoje? É o Brasil. O Brasil está precisando de energia. A cada pouquinho ocorre uma invasão lá; a cada pouquinho há interesses em alguma coisa lá de dentro. Aí é que deveria estar a força nacional, dando guarida, porque quem precisa daquela energia não é o povo do Pará. O povo do Pará precisa, sim, o resultado da energia que são os *royalties* e uma parte dos impostos que vai ficar e o desemprego que está ficando lá, mas quem precisa da energia é o Brasil.

Da mesma maneira, Presidente, não é diferente quando se vai fazer uma duplicação, a exemplo da BR-101. Aí, pára para duplicar, fazer uma ponte, fazer uma galeria, porque lá vão discutir se o calango tem 30 cm ou se tem 20 cm.

Dar um exemplo aqui de Brasília, sendo mais claros. O que eu assisto aqui em Brasília, na nossa capital federal é humilhante. É humilhante quando a gente vem para o aeroporto, no eixão, e chega à baixada, com uma área de preservação que só tem calango dentro daquela área lá, e vão preservar, tudo bem? Não pode fazer a duplicação, fazer a terceira e quarta faixa. Isso é um absurdo! Enquanto muitos políticos de Brasília estão preocupados em discutir o resto do Brasil, os caras se esquecem de discutir o próprio Distrito Federal. E quando se vai pegar o avião, chega-se àquele congestionamento. Saem cinco ou seis pistas, duplas ou triplas, e chega lá só há duas pistas. Resultado: muitas vezes se perde o avião devido ao congestionamento. "Mas as obras que estão fazendo!" Infelizmente, naquela baixada, no córrego, se o senhor observar, Presidente, lá temos uma pista dupla, quando ela deveria ser já, no mínimo, uma pista tripla, quádrupla ou quíntupla, para poder escoar todo o movimento.

Precisamos não só discutir o restante do Brasil, mas discutir muitas coisas aqui em Brasília que não saem do papel.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Ivo Cassol.

Vamos dar início à nossa reunião.

Submeto aos Srs. Senadores e Srªs. Senadoras a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior e das Atas nºs 32 e 31 de reuniões da CMA.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário* do Senado Federal.

Leitura de avisos, em conformidade ao Ato nº 2, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado federal. Informo que os avisos estão relacionados na pauta da reunião.

Conforme análise prévia, a Mensagem do Senado Federal nº 88, de 2013, que cuida de relatório de avaliação de receitas e despesas do 4º bimestre de 2013, encaminhado pela Presidência da República, ficará à disposição das Srªs e Srs. Senadores por sete dias na Secretaria da Comissão. Após esse prazo, não havendo manifestação dos Senadores membros, será arquivada.

Leitura de requerimentos.

Farei a leitura de três requerimentos recebidos nesta Comissão com o objetivo de dar ciência aos Srs. Senadores e Srªs Senadoras quanto a seus conteúdos. Conforme procedimento adotado por esta Comissão, faremos a votação na próxima reunião deliberativa.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 57, DE 2013

Requer, com amparo no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e nos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, para debater o tema "Implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos: oportunidades e desafios", como evento preparatório para a 4ª Conferência Nacional do Meio Ambiente. A título de sugestão, serão convidados a expor seus pontos de vista as autoridades e os representantes da sociedade civil relacionados a seguir: Isabella Mônica Vieira Teixeira, Ministra de Estado do Meio Ambiente; Aguinaldo Velloso Borges Ribeiro, Ministro de Estado das Cidades; Paulo Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional dos Municípios; Representante da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES); Representante do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR). – Aditado o convidado Victor Bicca, da CEMPRE, pelo Senador Cícero Lucena.

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg

Eu gostaria de comunicar a esta Comissão que nós temos agora formada a Subcomissão de Resíduos Sólidos, que será comandada pelo Senador Cícero Lucena. Eu gostaria, então, que o Senador Cícero tivesse ciência e fizesse contato com o Senador Rodrigo Rollemberg, para que a gente possa levar esse requerimento já para a Subcomissão e fazer essa discussão na Subcomissão, onde faremos essas discussões. Essa audiência pública deverá já ocorrer sob o seu comando nessa Subcomissão.

V. Exª gostaria de fazer uso da palavra?

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Se me permite, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Pois não.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Era isso exatamente o que eu iria reivindicar a V. Exª no sentido de que pudéssemos canalizar esse debate já para a Subcomissão, até porque estamos tendo a honra de o Senador Rodrigo Rollemberg se dispor a ser o Relator da Subcomissão, se assim for escolhido.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado. Então, encaminharei esse requerimento já à Subcomissão, para que V. Exªs possam lá proceder a essa audiência pública.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 58, DE 2013

Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública desta Comissão, em conjunto com as Comissões de Desenvolvimento Regional, do Senado Federal – CDR, de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, da Câmara dos Deputados – CMADS e Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC para debater na forma de seminário sobre "Os efeitos das mudanças do clima para o Semiárido". Para debater o tema: Situação e impactos das Mudanças Climáticas na região do Semiárido, requeiro que sejam convidadas as seguintes autoridades: Cenários Climáticos para o Semiárido – Eduardo Sávio Martins – Fundação Cearense de Meteorologia – Funceme; Mudanças Climáticas e Desertificação no Semiárido – José Marengo – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE; Impactos das Mudanças Climáticas nos Recursos Hídricos do Semiáridos – Representante da Agência Nacional de Águas – ANA; Impactos Econômicos da Desertificação – Antônio Magalhães – Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE; Impactos Econômicos das Secas – Estélio Gama – Banco do Nordeste do Brasil – BNB; Impactos Sociais das Mudanças Climáticas – representante da Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ Para debater o tema: Soluções para mitigação dos efeitos da desertificação e da seca no semiárido e Fortalecimento Institucional como instrumento para o combate à Desertificação, requeiro que sejam convidadas as seguintes autoridades: O Fortalecimento da Ciência e Tecnologia – Antônio Galvão -Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE; Experiências para a mitigação dos efeitos de seca e desertificação – representante da Embrapa Semiárido; Estudo de Caso – representante do Programa de Desenvolvimento Hidroambiental – Prodham.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin e outros.

Também Requerimento da CMA nº 59.

Consulto se alguém quer subscrever os requerimentos da Senadora Vanessa Grazziotin – esse que acabei de ler.

Senador Cícero e Senador Sérgio Souza.

Nós temos outro requerimento, do Senador Flexa.

Eu farei a leitura. Se alguém de V. Exªs quiser subscrever, nós daremos sequência, se não ele só fica lido, porque precisamos ter a presença de um dos autores do requerimento para a leitura.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 59, DE 2013

Requer, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada nesta Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, e Fiscalização e Controle audiência pública destinada a discutir a exploração de riquezas naturais, como minérios e madeira, em Terras Indígenas, e os meios necessários para garantir a qualidade de vida indígena, a biodiversidade local, e a sustentabilidade dos povos nativos. Para expor sobre os efeitos destas atividades, sob o ponto de vista de funcionários de campo da Funai, solicito que sejam convidados: 1. Jorge Luiz Marafica Leal, Coordenador-Substituto da Regional Litoral-Sul da Funai; 2. Valdir de Jesus Gonçalves, Técnico Indigenista, lotado na Funai na cidade de Tabatinga – Amazonas; 3. José Nazareno Torres de Moraes, Técnico Indigenista, lotado na Funai na cidade de Belém – Pará; 4. Augusto Trajano Azevedo Fonseca, ex-Coordenador da Funai no Estado de Rondônia; e, 5. João Ruiz Dias, Técnico Indigenista, lotado na Funai, Chefe de Posto Indigenista na cidade de Cacoal – RO.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro e outros

O Senador Cícero Lucena fará a inscrição, bem como o Senador Sérgio Souza.

Farei a leitura de um requerimento extrapauta que é bastante extenso, de minha autoria, porque considero importante fazer ao Tribunal de Contas da União para esclarecer alguns fatos.

Requer, nos termos regimentais, que seja solicitado ao Tribunal de Contas da União (TCU) as seguintes informações relativas à utilização de recursos repassados pela União, por meio do instrumento de convênio, nos termos a se-

guir expostos: Estabelece a Lei nº 8.666/1993, em seu art. 7º, como uma das condições para se autorizar a realização do procedimento licitatório objetivando a contratação de obras e serviços, decorrentes ou não de convênios, a existência de previsão orçamentária e que a referida previsão deve ser suficiente para o cumprimento da obrigação a ser assumida pela Administração Pública. Da primeira situação hipotética e do questionamento. Tratando-se de emenda parlamentar destinada à construção de cinco parques infantis: por ausência de recursos orçamentários é celebrado um primeiro convênio, no início do exercício, para a construção dos dois primeiros parques; devido à obtenção de mais orçamento, no final do exercício é celebrado um segundo convênio para a construção dos três parques restantes; o valor global de cada convênio não supera R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais); na execução do primeiro convênio, realiza-se um convite para a contratação e execução das obras; e no segundo convênio, também se realiza um convite para contratação e execução das três obras restantes. Questiona-se: considera-se fracionamento de despesa uma vez que somados os valores dos dois convênios celebrados e executados em períodos distintos, porém, no mesmo exercício financeiro, superam o valor estabelecido na alínea "a" do inc. I do art. 23 da Lei nº 8.666/93? Pode se considerar fracionamento de licitação na hipótese das obras referentes aos parques infantis serem obras distintas, situadas, inclusive, em zona geográfica diversa? É possível, a teor do que dispõem os incisos II e III do art. 7º da Lei nº 8.666/1993, realizarem-se as obras consultadas mediante liberação parcial dos recursos ou é preciso aguardar o levantamento efetivo de todo o orçamento? Na hipótese da construção dos parques à medida que for sendo liberado o orçamento assim rubricado, caso a Administração opte por realizar licitação na modalidade Tomada de Preços, fica afastada qualquer irregularidade a título de fracionamento? Da segunda situação hipotética e do questionamento. Tratando-se da mesma situação hipotética acima, se foi utilizada a modalidade convite para licitar os cinco parques. Questiona-se: se, ainda no mesmo exercício financeiro, em razão do surgimento de mais recursos orçamentários, for celebrado novo convênio contemplando mais dois parques e com valor individual inferior ao previsto na alínea "a" do inc. I do art. 23 da Lei nº 8.666/93, é legal a utilização do convite para o objeto deste último convênio? Da terceira situação hipotética e do questionamento. Na hipótese de repasse de R$ 1.500.000,00 para um Estado, mediante convênio proveniente de emenda parlamentar para a construção de banheiros públicos em dez municípios. Questiona-se: configura fracionamento de despesas o rateio da verba em dez parcelas iguais de R$ 150.000,00, distribuídas às dez prefeituras, e cada uma ter realizado um convite para a construção dos banheiros da sua cidade, privilegiando, assim, as empresas e mão de obra locais, como permite a legislação? A construção de banheiros públicos pode ser considerada modalidade simples de construção? Em caso positivo, a modalidade licitatória correta – observado o teto fixado na alínea a do inciso I do art. 23 da Lei nº 8.666/1993 – seria o convite ou o pregão? Da quarta situação hipotética e do questionamento.

Na existência de suposto conflito entre a hipótese do § 1º e do § 5º, ambos do art. 23 da Lei nº 8.666/93. Questiona-se: deve-se priorizar o parcelamento como forma de ampliar a competitividade ou licitar conjuntamente os objetos exclusivamente por apresentarem a mesma natureza, porém sendo realizados em diversos locais, concentrando em único prestador de serviço a execução do todo?

Da quinta situação hipotética e do questionamento.

Na hipótese de determinado Município celebrar dois convênios dentro do mesmo exercício financeiro e com o mesmo concedente: os convênios são originários de emendas apresentadas por parlamentares diferentes; cada emenda possui valor inferior à alínea "a" do inc. I do art. 23 da Lei nº 8.666/93; os convênios possuem prazos distintos de execução, de vigência e de prestação de contas; os convênios possuem o mesmo título do projeto, porém as obras possuem composição de serviços e endereço distintos, conforme especificação dos Planos de Trabalho. Questiona-se: seria legal as obras serem licitadas por meio da modalidade convite?

Justificação

A motivação de recorrer a essa Corte de Contas sobre assunto relacionado com a gestão

de recursos transferidos mediante a celebração de convênios está no fato de se constituir em atribuição do Congresso Nacional, conforme disciplina a Carta Magna no seu art. 70, o exercício do controle externo sobre gastos públicos quanto aos aspectos de legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas.

Não é somente essa atribuição constitucional, mas o fato de primar pela legalidade na aplicação de recursos públicos decorrentes de emendas parlamentares, consignadas em orçamentos de diversos Ministérios.

Para a aprovação ou a reprovação de uma emenda parlamentar ao orçamento existe um processo legislativo complexo, disciplinado pelo artigo 166 da Constituição Federal de 1988.

É sabido que a emenda parlamentar ao orçamento é primeiramente apresentada a uma Comissão Mista Permanente de Deputados e Senadores, para que esta emita parecer, favorável ou não, sobre a proposição.

Após esse primeiro crivo, sendo aceita a proposta, a emenda é apreciada, na forma regimental, pelo Plenário das duas Casas do Congresso Nacional.

Para que a emenda seja aprovada deverão estar presentes três requisitos, sem o entendimento dos quais a proposta é rejeitada.

Na dicção do renomado Doutor Alexandre de Moraes, o primeiro desses requisitos exige a compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Além disso, as emendas deverão indicar os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despensa, excluídas as que incidam sobre: dotações para pessoal e seus encargos; serviço da dívida; transferências tributárias constitucionais para Estados, Municípios e Distrito Federal.

Por fim, o último requisito exige que a emenda apresentada seja relacionada com a correção de erros ou omissões ou com dispositivos do texto do projeto de lei.

Ademais disso, após a votação, o projeto ainda passará apelo crivo do Presidente da República, para sanção ou veto.

Somente após todo esse complexo conjunto de formalidades que devem ser observadas para que o projeto de lei seja considerado válido, haverá a promulgação e publicação da respectiva lei.

Cabe ao Parlamentar, apenas, apresentar ao orçamento da União emenda que poderá resultar em verba que propicie o desenvolvimento de projetos ou aquisições por convênios ou instrumentos congêneres, sempre com a finalidade de atender ao interesse público de determinada população beneficiada.

Esse árduo trabalho em benefício da população não pode se perder ou ser criticado por possíveis irregularidades que venham a ocorrer na execução dos convênios ou instrumentos congêneres, sem nenhuma ingerência de qualquer parlamentar ou por falta de um norte preciso para os gestores públicos que atuarão em cada caso.

Nesse contexto, cabe aduzir ser indispensável o esclarecimento dos pontos apresentados uma vez que, de modo geral, são considerados essenciais na gestão de recursos públicos, considerando que, se realizados de forma inadequada prejudicam o interesse público.

Em diversas ocasiões, a utilização de recursos federais repassados por meio de convênios, tem sido amplamente criticada pela mídia, que, por um lado traz inquietações aos integrantes de instituições que exercem atividades de controle de gastos públicos, por outro, imprime transparência, concorrendo, assim, para um controle social mais efetivo.

Em razão desses fatos e sendo integrante de uma das instituições a que cabe, dentre outras atribuições, a de aprovar as diretrizes para elaboração do orçamento publico federal, bem como seus limites respectivos à execução, cumpre formular a presente consulta.

Então, esse requerimento é bastante logo, mas faz-se necessário. É assinado por mim e será votado na próxima reunião.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Com a palavra o Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Sei que é um critério da Comissão, mas se V. Exª me permite, eu queria fazer uma sugestão. Esse é um requerimento de pedido de informação que obviamente o Tribunal de Contas vai demandar o tempo necessário para informar a esta Comissão. Da minha parte, se V. Exª se sentir à vontade, eu proponho que não precise decorrer esses oito dias e a gente já pudesse considerá-lo aprovado, se for da concordância da maioria dos Senadores.

Fique à vontade.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Cícero.

Consulto os colegas: se estiverem de acordo com a sugestão do Senador Cícero, daremos sequência. (*Pausa.*)

Então está aprovado.

Encaminharemos esse requerimento ao TCU, para que ele possa dar as respostas necessárias.

(É o seguinte o item aprovado:

EXTRAPAUTA

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 60, DE 2013

Requer, nos termos regimentais, que seja solicitado ao Tribunal de Contas da União (TCU) as seguintes informações relativas à utilização de recursos repassados pela União, por meio do instrumento de convênio, nos termos a seguir expostos: Estabelece a Lei nº 8.666/1993, em seu art. 7º, como uma das condições para se autorizar a realização do procedimento licitatório objetivando a contratação de obras e serviços, decorrentes ou não de convênios, a existência de previsão orçamentária e que a referida previsão deve ser suficiente para o cumprimento da obrigação a ser assumida pela Administração Pública. • Da primeira situação hipotética e do questionamento Tratando-se de emenda parlamentar destinada à construção de cinco parques infantis: por ausência de recursos orçamentários é celebrado um primeiro convênio, no início do exercício, para a construção dos dois primeiros parques; devido à obtenção de mais orçamento, no final do exercício é celebrado um segundo convênio para a construção dos três parques restantes; o valor global de cada convênio não supera R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais); na execução do primeiro convênio, realiza-se um convite para a contratação e execução das obras; e no segundo convênio, também se realiza um convite para contratação e execução das três obras restantes. Questiona-se: considera-se fracionamento de despesa uma vez que somados os valores dos dois convênios celebrados e executados em períodos distintos, porém, no mesmo exercício financeiro, superam o valor estabelecido na alínea "a" do inc. I do art. 23 da Lei nº 8.666/93? Pode se considerar fracionamento de licitação na hipótese das obras referentes aos parques infantis serem obras distintas, situadas, inclusive, em zona geográfica diversa? É possível, a teor do que dispõem os incisos II e III do art. 7º da Lei nº 8.666/1993, realizar-se as obras consultadas mediante liberação parcial dos recursos ou é preciso aguardar o levantamento efetivo de todo o orçamento? Na hipótese da construção dos parques à medida que for sendo liberado o orçamento assim rubricado, caso a Administração opte por realizar licitação na modalidade Tomada de Preços, fica afastada qualquer irregularidade a título de fracionamento? • Da segunda situação hipotética e do questionamento Tratando-se da mesma situação hipotética acima, se foi utilizada a modalidade convite para licitar os cinco parques. Questiona-se: se, ainda no mesmo exercício financeiro, em razão do surgimento de mais recursos orçamentários, for celebrado novo convênio contemplando mais dois parques e com valor individual inferior ao previsto na alínea "a" do inc. I do art. 23 da Lei nº 8.666/93, é legal a utilização do convite para o objeto deste último convênio? • Da terceira situação hipotética e do questionamento Na hipótese de repasse de R$ 1.500.000,00 para um Estado, mediante convênio proveniente de emenda parlamentar para a construção de banheiros públicos em dez municípios. Questiona-se: configura fracionamento de despesas o rateio da verba em dez parcelas iguais de R$ 150.000,00, distribuídas às dez prefeituras, e cada uma ter realizado um convite para a construção dos banheiros da sua cidade, privilegiando, assim, as empresas e mão de obra locais, como permite a legislação? A construção de banheiros públicos pode ser considerada modalidade simples de construção? Em caso positivo, a modalidade licitatória correta – observado o teto fixado na alínea a do inciso I do art. 23 da Lei nº 8.666/1993 – seria o convite ou o pregão? • Da quarta situação hipotética e do questionamento Na existência de suposto conflito entre a hipótese do § 1º e do § 5º, ambos do art. 23 da Lei nº 8.666/93. Questiona-se: deve-se priorizar o parcelamento como forma de ampliar a competitividade ou licitar con-

juntamente os objetos exclusivamente por apresentarem a mesma natureza, porém sendo realizados em diversos locais, concentrando em único prestador de serviço a execução do todo? • Da quinta situação hipotética e do questionamento Na hipótese de determinado Município celebrar dois convênios dentro do mesmo exercício financeiro e com o mesmo concedente: os convênios são originários de emendas apresentadas por parlamentares diferentes; cada emenda possui valor inferior à alínea "a" do inc. I do art. 23 da Lei nº 8.666/93; os convênios possuem prazos distintos de execução, de vigência e de prestação de contas; os convênios possuem o mesmo título do projeto, porém as obras possuem composição de serviços e endereço distintos, conforme especificação dos Planos de Trabalho. Questiona-se: seria legal as obras serem licitadas por meio da modalidade convite?

Autoria: Senador Blairo Maggi.)

Vamos então a nossa pauta.

Os próximos requerimentos serão aprovados ou rejeitados nesta reunião que estamos realizando agora.

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 55, DE 2013

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, incisos II, III e V, da Constituição Federal, e dos arts. 90, incisos II e III, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública conjunta desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) com a Comissão de Assuntos Econômicos– CAE, com o objetivo de instruir a Proposta de Fiscalização e Controle nº 1, de 2005 e a discutir a Resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar nº 26, de 29 de setembro de 2008. Para tanto solicito que sejam convidadas as autoridades abaixo nominadas: 1) Senhora Isa Musa de Noronha, presidente da Federação das Associações de Aposentados e Pensionistas do Banco do Brasil (FAABB); 2) Senhor Ruy Brito Pedrosa, assessor previdenciário da Associação dos Funcionários Aposentados do Banestado (AFAB) e de outras associações representativas de participantes e assistidos de planos de benefícios; 3) Senhor Jaime Mariz de Faria Júnior, secretário de Políticas de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social; 4) Senhor José Maria Rabelo, diretor-superintendente da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc); 5) Representante da Advocacia– Geral da União; e 6) Representante da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar. Esclareço, por oportuno, que a CAE aprovou, em sessão datada de 06/08/2013, a realização de audiência pública para instrução do PDS nº 275, de 2012, de autoria do Senador Paulo Bauer, que trata da Resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar nº 26, de 29 de setembro de 2008.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro.

Observações:

O requerimento foi lido na sessão do dia 17.09.2013 e está pronto para ser deliberado.

Em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento.

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 56, DE 2013

Requer, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública perante esta Comissão com a finalidade de discutir as denúncias feitas pelo Jornal *O Globo* na data do dia 18 de agosto do corrente ano, sobre suplemento alimentar. À oportunidade, apresento sugestão no sentido de que sejam convidadas para participarem da presente audiência pública: – Sr. Dirceu Brás Aparecido Barbano, Diretor-Presidente da ANVISA – Sr. Cristiano Aquino, Diretor do Procon-RS – Representante do Ministério Público Federal – Sr. Felix Bonfim, Diretor Presidente da empresa Atacado do Suplemento – Dr. Maurício Milani, especialista Medicina de Esporte.

Autoria: Senador Cícero Lucena.

Observações:

– O Requerimento foi lido na reunião do dia 17/09/2013 e está pronto para deliberação.

Em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento.

Dos itens 3, 4, 5, 7, 8, 10 e 12 foi solicitada a retirada da pauta no dia de hoje pelos seus autores ou por aqueles que vão expor aqui o seu relatório.

ITEM 6

OFICIO "S" Nº 33, DE 2013

– NÃO TERMINATIVO –

Encaminha, em cumprimento ao disposto no art. 41, inciso IV, da Lei nº 12.527, de 2011, o Relatório Anual com informações atinentes à implementação da mencionada Lei no âmbito do Poder Executivo Federal.

Autoria: Ministro Chefe da Controladoria-Geral da União

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro.

Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento

Observações:

– A matéria constou na pauta do dia 24/09/2013.

Vou pedir ao Senador Cícero Lucena que faça, então, a leitura do relatório do item 6, Ofício "S" nº 33, de 2013.

Com a palavra, o Sr. Relator, Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Sr. Presidente, como esse relatório já estava disponibilizado para todos os membros da Comissão, inclusive tendo sido pautado no dia 24, se V. Exª me permite, vou direto ao voto.

Em face do exposto, concluímos no sentido de que esta Comissão tome conhecimento da matéria, procedendo-se, em seguida, ao arquivamento da matéria.

Este é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Cícero Lucena.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA pelo conhecimento e pelo arquivamento da matéria.

O item 7 foi retirado, o item 8 foi retirado.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 99, DE 2013
– NÃO TERMINATIVO –

Acrescenta dispositivo ao art. 8º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para vedar a suspensão ou o cancelamento da execução de obra pública nas condições que especifica.

Autoria: Senador Acir Gurgacz

Relatoria: Senador Romero Jucá

Relatório: Pela apresentação de requerimento com a finalidade de sobrestar o estudo da matéria até que se concluam os trabalhos da Comissão Temporária de Modernização da Lei de Licitações e Contratos.

Informo que a matéria será apreciada, em decisão terminativa, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Peço ao Senador Ivo Cassol que leia o relatório do Senador Romero Jucá, como Relator *ad hoc.*

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Srªs e Srs. Senadores, como já foi lido em reuniões anteriores, faço simplesmente uma complementação.

Vamos ao voto.

Ante o exposto, com fulcro no art. 335, incisos I e III, do Regimento Interno, voto por que esta Comissão apresente requerimento com a finalidade de sobrestar temporariamente o estudo do Projeto de Lei do Senado nº 99, de 2013, até que se concluam os trabalhos da Comissão Temporária de Modernização da Lei de Licitações e Contratos, criada pelo Ato do Presidente nº 19, de 2013.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Ivo Casso.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CMA pela apresentação de requerimento com a finalidade de sobrestar o estudo da matéria até que se concluam os trabalhos da Comissão Temporária de Modernização da Lei de Licitações e Contratos, a Lei nº 8.666.

Vamos, então, já que o item 10 foi retirado de pauta, ao item 11.

ITEM 11

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 252, DE 2013 – NÃO TERMINATIVO -

Altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente, para determinar que os padrões de qualidade ambiental sejam estabelecidos em conformidade com a avaliação do ciclo de vida do produto; e as Leis nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, e nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, que institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC, para incluir normas de avaliação do ciclo de vida do produto nas obras públicas.

Autoria: Senador Cícero Lucena

Relatoria: Senador Anibal Diniz

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo.

Informo que a matéria será apreciada, em decisão terminativa, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Com a palavra o Relator, Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Senador Blairo Maggi, Presidente da Comissão, o relatório tem o seguinte teor.

Submete-se ao exame da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) o Projeto de Lei do Senado nº 252, de 2013, de autoria do Senador Cícero Lucena, que altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente, para determinar que os padrões de qualidade ambiental sejam estabelecidos em conformidade com a avaliação do ciclo de vida do produto; e as Leis nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, e nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, que institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC, para incluir normas de avaliação do ciclo de vida do produto nas obras públicas.

O art. 1º da proposição acrescenta um inciso IV ao *caput* do art. 3º e um parágrafo único ao art. 9º da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA).

A alteração do art. 3º da Lei da Política Nacional do Meio Ambiente estabelece o conceito de "avaliação do ciclo de vida do produto", que é caracterizada como "a identificação e quantificação da série de etapas que envolvem o desenvolvimento do produto, a obtenção de matérias-primas e insumos, o processo produtivo, o consumo e a disposição final".

O parágrafo único introduzido ao art. 9º da Lei nº 6.938, de 1981, determina que o estabelecimento de padrões de qualidade ambiental levará em conta a avaliação do ciclo de vida do produto, nos termos de regulamento. Esse regulamento deverá prever regras para a rotulagem de produtos com elevado potencial de dano ao meio ambiente, especialmente aqueles utilizados na construção civil, para informar os consumidores sobre o impacto ambiental a eles associado.

O art. 2º do PLS nº 252, de 2013, acresce parágrafo único ao art. 12 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. A alteração estabelece que os requisitos de impacto ambiental deverão atender os padrões de qualidade ambiental estabelecidos nos termos da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, observando-se a avaliação do ciclo de vida dos produtos empregados nas obras e serviços.

O art. 3º do projeto altera o inciso III do §1º do art. 4º da Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, que institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC). A redação proposta determina que, nas contratações realizadas com base no RDC, seja comprovada a redução do consumo de energia e recursos naturais, de acordo com a avaliação do ciclo de vida do produto.

O art. 4º trata da cláusula de vigência, estabelecendo que a lei entre em vigor um ano após sua publicação.

Após o exame da CMA, o projeto será analisado, em decisão terminativa, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Não foram apresentadas emendas ao PLS nº 252, de 2013, no prazo regimental.

Compete à CMA, nos termos do art. 102-A, inciso II, alínea "a", do Regimento Interno do Senado Federal, apreciar o mérito das matérias relativas à proteção do meio ambiente e ao controle da poluição.

Caberá à CCJ a análise da matéria com relação aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposição.

Com relação ao mérito, o PLS nº 252, de 2013, foi formulado, segundo o Senador Cícero Lucena, para estabelecer a obrigatoriedade de inclusão da avaliação do ciclo de vida para os produtos e serviços com elevado potencial de impacto ambiental, especialmente aqueles empregados na construção civil.

Entretanto, cabe observar que parte da proposição não apresenta inovações com relação à legislação de meio ambiente e que, na parte em que apresenta inovações, ocorrem várias discordâncias com a atual doutrina de Direito Ambiental que podem comprometer a implementação das normas ambientais.

A alteração proposta ao art. 3º da Lei da Política Nacional do Meio Ambiente introduz uma definição que não apresenta diferença com relação ao inciso IV do *caput* do art. 3º da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2012, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos:

> *Art. 3º .....*
> *.....*
> *IV – ciclo de vida do produto: série de etapas que envolvem o desenvolvimento do produto, a obtenção de matérias-primas e insumos, o processo produtivo, o consumo e a disposição final;*

Nesse caso, devemos notar que a Lei nº 12.305, de 2012, também: estabelece o conceito de responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos para minimizar o volume de resíduos sólidos e rejeitos gerados, bem como para reduzir os impactos causados à saúde humana e à qualidade ambiental (art. 6º, inciso VII); determina que um dos objetivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos é o estímulo à adoção de padrões sustentáveis de produção e consumo de bens e serviços (art. 7º, inciso III); e estabelece que estão sujeitos à elaboração de plano de gerenciamento de resíduos sólidos as empresas de construção civil, nos termos do regulamento ou de normas estabelecidas pelos órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) (art. 20, inciso III).

Desse modo, a Lei dos Resíduos Sólidos já alcança os objetivos pretendidos pelas alterações introduzidas por meio do art. 1º do PLS nº 252, de 2013, à Lei da Política Nacional de Meio Ambiente.

Além disso, devemos enfatizar que o inciso I do art. 9º da Lei nº 6.938, de 1981, não alterado pela proposição, elege o estabelecimento de padrões de qualidade ambiental como um dos instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente. Entretanto, a definição de "qualidade ambiental" que decorre do inciso II do *caput* do art. 3º da Lei nº 6.938, de 1981 – também não alterado pela proposição –, afirma que a degradação da qualidade ambiental é a alteração adversa das características do meio ambiente. Note-se que tal interpretação de qualidade ambiental não possui relação com a qualidade dos produtos e serviços, sendo entendida como qualidade "em geral" ou "holística" do meio ambiente, conforme o enunciado do art. 225 da Constituição Federal. Com fundamento nessa definição da Política Nacional de Meio Ambiente, o arcabouço de normas do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) referente ao controle da poluição é estabelecido.

Portanto, se forem acolhidas as alterações pretendidas pelo art. 1º do PLS nº 252, de 2013, à Lei da Política Nacional de Meio Ambiente, haverá um conflito de interpretação com relação ao conceito de "qualidade ambiental".

Devemos, desse modo, concluir que as alterações introduzidas pelo art. 1º do PLS nº 252, de 2013, são desnecessárias pelo fato de a Lei de Resíduos Sólidos já atingir o objetivo de controlar a qualidade ambiental do ciclo de vida dos produtos, em especial os relacionados à construção civil, e por gerarem possível conflito de interpretação da legislação ambiental vigente.

Com relação ao art. 2º do PLS nº 252, de 2013, consideramos que seria preferível que tal alteração à Lei Geral das Licitações – com a finalidade explícita de criar um mecanismo de consumo sustentável ou "compras verdes" para as licitações públicas que levem em conta o ciclo de vida dos produtos – estivesse vinculada à Lei de Resíduos Sólidos, para evitar conflitos de interpretação com relação ao conceito de "qualidade ambiental" estabelecido pela Política Nacional de Meio Ambiente.

Finalmente, o art. 3º do PLS nº 252, de 2013, altera a redação do inciso III do §1º do art. 4º da Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, que institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC). Na sua forma original, a Lei do RDC determina que as contratações realizadas com base no RDC devem respeitar, especialmente, as normas relativas à utilização de produtos, equipamentos e serviços que, comprovadamente, reduzam o consumo de energia e recursos naturais sem fazer referência ao ciclo de vida dos produtos.

Tendo em vista os problemas observados no texto do PLS nº 252, de 2013, acreditamos ser preferível a adoção de um substitutivo que introduza alterações apenas à Lei Geral das Licitações, para criar procedimentos de consumo sustentável pelo setor público a partir dos conceitos estabelecidos pela Lei dos Resíduos Sólidos.

Voto.

Em razão do exposto no presente relatório, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 252, de 2013, na forma da seguinte emenda substitutiva:

EMENDA Nº – CMA (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 252, DE 2013

Altera o § 2º do art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para determinar que nas licitações públicas se dê preferência,

em caso de empate, aos bens produzidos de acordo com padrões de sustentabilidade ambiental que levem em consideração a análise do seu ciclo de vida.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 2º do art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, passa a viger acrescido do seguinte inciso V:

"Art. 3º .....

.....

§ 2º .....

.....

V – produzidos de acordo com padrões de sustentabilidade ambiental que levem em consideração a análise do seu ciclo de vida, conforme o estabelecido pela Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2012.

..... " (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Este é o voto, Sr. Presidente.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Para discutir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Anibal Diniz.

A matéria está em discussão.

Para discutir, Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Sr. Presidente, eu gostaria de registrar que tive a honra de participar, inclusive como relator, da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Tenho plena consciência do seu papel e do avanço que isso representa, depois de 19 anos de debate nesta Casa, no Congresso Nacional, chegando-se a um Plano Nacional de Resíduos Sólidos, vamos dizer assim, com passos largos, avançando no desejo e no compromisso que a sociedade toma, a cada momento, pela conscientização da importância do gerenciamento.

A prova é de que esta própria Comissão, agindo por esse anseio da sociedade, como V. Exª disse, acabou de criar a Subcomissão de Resíduos Sólidos.

Eu gostaria apenas de alertar o Relator de que minha proposta não é para mudar, em absoluto, o Plano Nacional de Resíduos Sólidos. Pelo contrário, trata-se de, dentro do processo de licitação, estimular, beneficiar, valorizar quem assim proceda, por exemplo, com redução do consumo de energia nas obras que venham a ser licitadas. Isso não é... Não estou alterando em nada o ciclo de vida dos produtos, o atestado dos produtos, que, isso sim, nobre Senador, se encontra na Política de Resíduos Sólidos. O que estou querendo é que, nos processos de licitação, inclusive nas leis antigas e atuais dos planos especiais de licitação, haja estímulo a quem efetivamente, no seu procedimento ou na sua produção, possa contribuir para o meio ambiente. Esse é o objetivo da lei. Em absoluto é alterar ou simplesmente sobrepor o que já está funcionando e que, consequentemente, foi debatido nesta Casa, e eu tive a honra de participar, inclusive como relator em algumas das comissões.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Continua em discussão o projeto. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está em votação.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam...

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Com a palavra, o Relator, em tempo.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Eu queria apenas fazer aqui um reconhecimento ao Senador Cícero Lucena, porque, na realidade, seu nome já está inscrito com louvor nos *Anais do Senado Federal* por sua participação efetiva, com contribuições excepcionais a nossa Política Nacional de Resíduos Sólidos. Este relatório não quis, em hipótese alguma, contraditar o Senador Cícero Lucena, mas é no sentido de reforçar aquilo que temos de mais importante, que é a nossa Política Nacional de Resíduos Sólidos, com toda a legislação que ele ajudou a construir. E a gente percebeu que, no que diz respeito à alteração da licitação, realmente, ela traz essa contribuição, mas, nos demais aspectos, na realidade, a gente estava legislando sobre algo que já está sacramentado com louvor aqui pelo Parlamento.

Então, nesse sentido, a gente pediria o voto favorável a esse relatório, sem desmerecer o trabalho de extremo mérito do Senador Cícero Lucena.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Continua em discussão em projeto.

Concedo a palavra ao Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Presidente, agradeço a gentileza do Senador Anibal sobre a minha pessoa e o esforço que a gente tem feito sobre esse assunto.

Na verdade, ele está aprovando o projeto, mas, no caso, nós teríamos duas votações: uma seria a aprovação do projeto, e a outra, a do substitutivo que ele apresenta. Então, obviamente, agradeço a aprovação do projeto, e aí iríamos discutir o substitutivo.

Mais uma vez, peço ao nobre Senador que compreenda que eu não estou mexendo em nada na Política Nacional de Resíduos Sólidos, nem mesmo querendo aprimorá-la. Onde poderia haver o benefício?

Por exemplo, você tem uma política de valorização... No Brasil, isso foi muito claro: produziam-se eletrodomésticos, por exemplo. Então, passamos uma fase no Brasil estabelecendo padrões de consumo de energia dos eletrodomésticos. Aqueles produtos que atingiam a eficiência desejada e proposta pelo Governo passaram a ter incentivos de desoneração de impostos, como o quê? Exatamente como incentivos. Então, a minha proposta, Senador Anibal, é no sentido de que nós possamos, todos, cumprir a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Agora, que aqueles que buscarem eficiência, que aprimorarem cada vez mais a vida útil do seu produto, que produzam com menos consumo de energia, possam, em algum instante, ser estimulados e beneficiados com isso.

Por isso, a nossa sugestão é que venha a ser, nesta fase – amanhã, pode-se mudar a fórmula –, através de incentivos no processo licitatório, e não mudando a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) –Muito obrigado, Senador Cícero Lucena. Só para lembrar, iremos votar só o parecer. Não votamos o substitutivo aqui. Só na próxima comissão, Comissão de Constituição e Justiça, é que será discutido, então.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Então, são todos favoráveis.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Não tendo mais quem queira discutir, está em votação o projeto; o parecer.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão de Meio Ambiente, pela aprovação do projeto, com a Emenda nº 1 da Comissão de Meio Ambiente como substitutivo.

Vamos, então, ao item 13.

ITEM 13

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 537, DE 2011 – TERMINATIVO –

Estabelece a forma de recolhimento e destinação final de baterias automotivas e industriais, compostas por Chumbo e Ácido Sulfúrico.

Autoria: Senador Eduardo Amorim

Relatoria: Senador José Agripino

Relatório: Pela rejeição.

Observações:

– Matéria apreciada pela CAS, com parecer pela aprovação do projeto.

– A matéria constou na pauta do dia 17/09/2013.

Vou pedir ao Senador Luiz Henrique da Silveira que seja o nosso Relator *ad hoc,* já que o Senador José Agripino não se encontra presente.

Então, com a palavra, o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, este é um projeto da maior importância. O Brasil não tem uma política de reciclagem de produtos eletroeletrônicos. Aumenta o consumo desses produtos, seja de celulares, seja de refrigeradores, seja de condicionadores de ar, seja de baterias, de modo, Sr. Presidente, que peço a V. Exª que adie a leitura desse relatório, já que sou discordante da posição do ilustre Relator. Acho que esse projeto tem que ser aprovado e acho mais: esta Comissão tem que se debruçar no sentido de que se estabeleça, neste País, um marco regulatório para a reciclagem de produtos eletroeletrônicos. É o requerimento que faço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Luiz Henrique. Esta Presidência concorda com V. Exª. Não colocaremos a matéria em votação neste momento e vamos encaminhar a seu gabinete para que o senhor, como Relator *ad hoc*, faça um novo relatório e nos traga na próxima reunião.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC. *Fora do microfone.*) – Será um prazer.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Luiz Henrique.

Quanto ao item 14, de autoria do Senador Jorge Viana, cujo Relator é o Senador Rodrigo Rollemberg, ambos chegaram à conclusão de que o projeto não está maduro para ser votado. Há uma divergência, S. Exªs irão avaliar para a próxima reunião.

Antes de finalizar nossa reunião ordinária, eu gostaria de fazer um convite a todos. Logo após o encerramento desta reunião, faremos a instalação da Subcomissão de Resíduos Sólidos. Temos a indicação dos titulares: Senadores Anibal Diniz, Rodrigo Rollemberg, Valdir Raupp, Cícero Lucena e Eduardo Amorim. Como suplentes, está inscrita a Senadora Vanessa Grazziotin, temos ainda uma vaga em aberto – conversei com o Senador Jorge Viana, ele disse que está assoberbado por várias comissões de que faz parte...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC. *Fora do microfone.*) – Só se for, no caso, para completar a Comissão, a fim de que possa ser instalada. Posso ficar na condição de suplente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Então, o Senador Jorge Viana aceita o cargo para preenchimento, para instalação.

Muito obrigado, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC. *Fora do microfone.*) – Sendo importante e um pedido de V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Obrigado, Senador.

Pelo Bloco da Maioria, temos o Senador Vital do Rêgo; pela Minoria, o Senador Flexa Ribeiro, e pelo Bloco União e Força, o Senador Blairo Maggi.

Então, encerrarei a presente reunião. Convido o Senador Cícero Lucena para que possa conduzir a instalação da nossa Subcomissão.

V. Exª será eleito presidente, já que é nosso candidato.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Sr. Presidente, normalmente, quem assume é o mais experiente, porque vai, inclusive, fazer a eleição da Presidência. Então, minha sugestão é de que, já que V. Exª é o Presidente da Comissão e membro, se V. Exª pudesse abrir e fazer a eleição, para mim, seria uma honra.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Ficarei aqui pela honra que V. Exª citou ao final, senão, pediria para outro me substituir...

Então, encerrarei a presente reunião. Convido a todos para a próxima reunião, na terça-feira, às 8h30.

Encerrada a reunião.

(Iniciada às 08 horas e 38 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 21 minutos.)

ATA DA 35ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 8 DE OUTUBRO DE 2013, TERÇA-FEIRA, ÀS 8H30, NA ALA SENADOR NILO COELHO, SALA N° 6

Às nove horas do dia oito de outubro de dois mil e treze, na sala de reuniões nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **BLAIRO MAGGI**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores Anibal Diniz, Acir Gurgacz, Jorge Viana, Rodrigo Rollemberg, Valdir Raupp, Ivo Cassol, Cícero Lucena, Blairo Maggi, Delcídio do Amaral, Vanessa Grazziotin, Sérgio Souza, Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Ana Rita, Romero Jucá, Luiz Henrique, Garibaldi Alves, Kátia Abreu, Alvaro Dias, José Agripino, Eduardo Amorim e Fernando Collor**.** A Presidência declara aberta a reunião e passa à **LEITURA DE AVISO**, em conformidade ao Ato n° 02, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal. Conforme análise prévia, o seguinte aviso ficará à disposição dos Srs. Senadores por sete dias na Secretaria da Comissão, sendo arquivada após o término do prazo: Aviso nº 1263/2013, do Tribunal de Contas da União, que cuida de avaliação da operação de crédito realizada para financiar o projeto da Arena Itaquera, realizado com o BNDES. O projeto se insere no esforço para realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014. Em seguida, faz um resumo da reunião anterior e apresenta comentário sobre a Lei dos Portos. Usam da palavra os Senhores Senadores Valdir Raupp, Ivo Cassol, Acir Gurgacz, Jorge Viana e Sérgio Souza. **LEITURA DE REQUERIMENTOS.** A Presidência faz a leitura dos seguintes requerimentos apresentados à comissão: **1) REQUERIMENTO S/N, DE 2013 – CMA**, que "Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública para discutir os efeitos práticos da aplicação da Lei nº 12.815, de 2013 (Lei dos Portos). Para tanto, solicito sejam convidados a participar: Sr. Antônio Henrique Pinheiro Silveira, Ministro-Chefe da Secretária Especial de Portos; Representante do Porto de Santos; Representante do Porto de Belém; e Representante do Porto de Paranaguá". Autoria: Senador Blairo Maggi. Passa-se à **PAUTA**. **ITEM 1) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 58, de 2013,** que "Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública desta Comissão, em conjunto com as Comissões de Desenvolvimento Regional, do Senado Federal – CDR, de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, da Câmara dos Deputados – CMADS e Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC para debater na forma de seminário sobre "Os efeitos das mudanças do clima para o Semiárido". Para debater o tema: Situação e impactos das Mudanças Climáticas na região do Semiárido, requeiro que sejam convidadas as seguintes autoridades: • Cenários Climáticos para o Semiárido – Eduardo Sávio Martins – Fundação Cearense de Meteorologia – Funceme; • Mudanças Climáticas e Desertificação no Semiárido – José Marengo – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE; • Impactos das Mudanças Climáticas nos Recursos Hídricos do Semiáridos – Representante da Agência Nacional de Águas – ANA; • Impactos Econômicos da Desertificação – Antônio Magalhães – Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE; • Impactos Econômicos das

Secas – Estélio Gama – Banco do Nordeste do Brasil – BNB; • Impactos Sociais das Mudanças Climáticas – representante da Fundação Joaquim Nabuco –FUNDAJ. Para debater o tema: Soluções para mitigação dos efeitos da desertificação e da seca no semiárido e Fortalecimento Institucional como instrumento para o combate à Desertificação, requeiro que sejam convidadas as seguintes autoridades: • O Fortalecimento da Ciência e Tecnologia – Antônio Galvão -Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE; • Experiências para a mitigação dos efeitos de seca e desertificação – representante da Embrapa Semiárido; • Estudo de Caso – representante do Programa de Desenvolvimento Hidroambiental – Prodham". Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin e outros. Resultado: Retirado de Pauta pela Autora. **ITEM 2) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 59, de 2013**, que "Requer, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada nesta Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, e Fiscalização e Controle audiência pública destinada a discutir a exploração de riquezas naturais, como minérios e madeira, em Terras Indígenas, e os meios necessários para garantir a qualidade de vida indígena, a biodiversidade local, e a sustentabilidade dos povos nativos. Para expor sobre os efeitos destas atividades, sob o ponto de vista de funcionários de campo da FUNAI, solicito que sejam convidados: 1. JORGE LUIZ MARAFICA LEAL, Coordenador-Substituto da Regional Litoral-Sul da FUNAI; 2. VALDIR DE JESUS GONÇALVES, Técnico Indigenista, lotado na FUNAI na cidade de Tabatinga – Amazonas; 3. JOSÉ NAZARENO TORRES DE MORAES, Técnico Indigenista, lotado na FUNAI na cidade de Belém – Pará; 4. AUGUSTO TRAJANO AZEVEDO FONSECA, Ex-Coordenador da FUNAI no Estado de Rondônia; e, 5. JOÃO RUIZ DIAS, Técnico Indigenista, lotado na FUNAI, Chefe de Posto Indigenista na cidade de Cacoal – RO". Autoria: Senador Flexa Ribeiro e outros. Resultado: Aprovado com aditamento para incluir entre o rol de convidados um representante do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). **ITEM 3) AVISO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS. E FISC. E CONTROLE Nº 28, de 2012 – Não Terminativo** – Encaminha cópia do Acórdão nº 3249/2012 – TCU – Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente ao conhecimento do rol de renúncias de receitas tributárias e creditícias concedidas pelo Governo Federal para viabilizar o evento Copa do Mundo de 2014 (TC 034.303/2011-1). Autoria: Tribunal de Contas da União. Relatoria: Senador Delcídio do Amaral (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad Hoc: Senador Jorge Viana. Relatório: Pelo arquivamento. Em discussão, é acatada sugestão do Senador Aloysio Nunes Ferreira, para que seja oficiado o Tribunal de Contas da União, a fim de saber se as determinações contidas no acórdão foram cumpridas. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela expedição de ofício ao Tribunal de Contas da União e pelo posterior arquivamento da matéria. **ITEM 4) AVISO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS. E FISC. E CONTROLE Nº 1, de 2013 – Não Terminativo** – Encaminha cópia do Acórdão nº 100/2013 – TCU – Plenário proferido nos autos do processo nº TC 012.643/2005-4, acompanhado do Relatório e do Voto que fundamentam, referente a Tomada de Contas Especial decorrente da conversão do Relatório de Auditoria desenvolvido ao final dos trabalhos realizados em Furnas Centrais Elétricas S.A. com o objetivo de subsidiar os trabalhos das Comissões Parlamentares Mistas de Inquéirito denominadas "CPMI dos Correios" e "CPMI do Mensalão", bem como da Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado Federal denominada "CPI dos Bingos". Autoria: Tribunal de Contas da União. Relatoria: Senador Delcídio do Amaral (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad Hoc: Senador Jorge Viana. Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pelo conhecimento e arquivamento da matéria. **ITEM 5) AVISO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS. E FISC. E CONTROLE Nº 17, de 2013 – Não Terminativo** – Encaminha cópia do Acórdão nº 935/2013 – TCU – Plenário, proferido nos autos do processo nº TC 024.747/2012-2, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente ao acompanhamento da operação de crédito relativa às obras de reforma e ampliação do Estádio Beira-Rio, em Porto Alegre, formalizada entre o BNDES, a SPE Holding Beira Rio S/A, o Banco do Brasil e o Banco do Rio Grande do Sul – Banrisul. Autoria: Tribunal de Contas da União. Relatoria: Senadora Ana Rita. Relatório: Pelo arquivamento. Resultado: Retirado de Pauta pela Relatora. **ITEM 6) OFICIO "S" Nº 26, de 2013 – Não Terminativo** – Encaminha Relatório de Atividades desenvolvidas pela Autoridade Pública Olímpica – APO no segundo semestre de 2012. Autoria: Autoridade Pública Olímpica – APO. Relatoria: Senador Flexa Ribeiro. Relatório: Pelo conhecimento da matéria, pela remessa de cópia do inteiro teor do parecer ao Tribunal de Contas da União e posterior arquivamento. Durante a reunião, o Senador Flexa Ribeiro alterou o relatório para que uma cópia do inteiro teor do parecer seja também encaminhada a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo

de 2014 e das Olimpíadas de 2016 (CMACOPOLIM). Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pelo conhecimento da matéria, pela remessa de cópia do inteiro teor do parecer ao Tribunal de Contas da União e à Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 (CMACOPOLIM) e posterior arquivamento da matéria. **ITEM 7) TRAMITAÇÃO CONJUNTA DO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 278, de 2011 – Não Terminativo** – Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), e a Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, e dá outras providências, para proteger direitos dos usuários de serviços de transporte aéreo. Autoria: Senadora Angela Portela. **QUE TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 609, de 2011 – Não Terminativo –** Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para instituir crédito, em favor do passageiro, da franquia de bagagem não utilizada. Autoria: Senador Cícero Lucena. Relatoria: Senadora Ana Rita. Relatório: Pela aprovação do PLS nº 278, de 2011, nos termos do substitutivo, e pela rejeição do PLS nº 609, de 2011. Resultado: Retirado de Pauta pela Relatora. **ITEM 8) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 649, de 2011 – Não Terminativo** – Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a Administração Pública e as entidades privadas sem fins lucrativos para a consecução de finalidades de interesse público. Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta e pela rejeição da emenda nº 1-CI. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela aprovação do projeto nos termos da emenda nº 2-CMA (substitutivo) e pela rejeição da emenda nº 1-CI. **ITEM 9) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 336, de 2012 – Não Terminativo –** Altera o art. 19 do Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, para tornar obrigatória a menção nos rótulos dos alimentos enriquecidos, irradiados, dietéticos, light, zero, ou qualquer outra denominação, deverão trazer a respectiva indicação em caracteres facilmente. Autoria: Senador Tomás Correia. Relatoria: Senadora Ana Rita. Relatório: Pela rejeição. Resultado: Retirado de Pauta pela Relatora. **ITEM 10) TRAMITAÇÃO CONJUNTA DO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 150, de 2013 – Não Terminativo –** Acrescenta § 5º e 6º ao art. 55 e acrescenta § 9º ao art. 57 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que "dispõe sobre o Plano de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências", para dispor sobre a contagem do período de defeso no âmbito da pesca como tempo de contribuição e aposentadoria especial dos pescadores. Autoria: Senador Paulo Paim. **QUE TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 152, de 2013 – Não Terminativo –** Acrescenta §§ 5º e 6º ao art. 55 e § 9º ao art. 57 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a contagem do período de defeso no âmbito da pesca como tempo de contribuição e definir regras para a concessão de aposentadoria especial para os pescadores e trabalhadores em atividades afins; e acrescenta o art. 4º-A e o inciso XVIII ao art. 19 da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para instituir o salárioambiental durante o período de defeso. Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senadora Ana Rita. Relatório: Pela aprovação do PLS nº 150, de 2013, nos termos do substitutivo, e pela rejeição do PLS nº 152, de 2013. Resultado: Retirado de Pauta pela Relatora. **ITEM 11) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 126, de 2011 – Terminativo –** Acrescenta o § 7º ao art. 1º da Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, dispondo sobre nulidade de cláusula contratual relativa a material escolar de uso coletivo. Autoria: Deputado Chico Lopes. Relatoria: Senadora Ana Rita. Relatório: Pela aprovação com uma emenda. Resultado: Retirado de Pauta pela Relatora. Por fim, a Presidência submete a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior. A ata foi aprovada. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a presente reunião às dez horas e cinquenta e seis minutos, lavrando eu, Raymundo Franco Diniz, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Blairo Maggi,** Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Declaro aberta a 35ª Reunião Ordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura.

Leitura de avisos

Em conformidade com ao Ato nº 2, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Meio Ambiente e Fiscalização e Controle do Senado Federal, informa que os avisos estarão relacionados na pauta da reunião.

Conforme análise prévia, o seguinte aviso ficará à disposição dos Srs. e das Srªs Senadoras por sete dias na Comissão. Após esse prazo, não havendo manifestação dos Srs. Senadores membros, será arquivado.

Aviso nº 1.263, de 2013, do Tribunal de Contas da União.

Cuida de avaliação da operação de crédito realizada para financiar da Arena Itaquera ou Itaquerão, realizado com o BNDES. O projeto se insere no esforço para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014.

Antes de passarmos à pauta, vou fazer um breve relato ou resumo da nossa última reunião da nossa Comissão.

Quanto à pauta de hoje, foram solicitadas pela Senadora Ana Rita a retirada dos itens nºs 05, 07, 09,10 e 11.

Como já é a segunda vez que estamos retirando de pauta esses itens, espero que, na próxima reunião de 3ª feira, possamos votar para desobstruir ou fazer andar a nossa pauta.

Resumo da reunião do dia 1º/10/2013

Foram aprovados os seguintes requerimentos:

– Requerimento nº 55, de 2013, da CMA, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública conjunta desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), com a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), com o objetivo de instruir a Proposta de Fiscalização e Controle nº 05 e discutir a Resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar nº 26, de 29 de setembro de 2008.

– Requerimento nº 56, da CMA, de autoria do Senador Cícero Lucena, que requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada audiência pública perante esta Comissão com a finalidade de discutir as denúncias feitas pelo jornal O Globo, na data do dia 18 de agosto do corrente ano, sobre suplementos alimentares.

– Requerimento nº 60, de 2013, da CMA, de minha autoria, que requer nos termos regimentais que seja solicitado ao Tribunal de Contas da União (TCU) informações relativas à utilização de recursos repassados pela União, por meio de instrumentos de convênios, nos termos expostos.

Também foram lidos dois requerimentos que constam da pauta desta reunião, que são os itens nºs 01 e 02, que colocaremos depois em votação.

Foi lido ainda o Requerimento da CMA nº 57, de 2013, encaminhado à Subcomissão Temporária de Resíduos Sólidos, criada recentemente e presidida pelo Senador Cícero Lucena.

Foram também deliberados os seguintes projetos:

– Aprovado o parecer pelo conhecimento e arquivamento do Ofício S nº 33, de 2013, que encaminha o relatório anual, com as informações atinentes à implantação da Lei nº12.527, de 2011, no âmbito do Poder Executivo Federal, com a relatoria *ad h*oc do Senador Cícero Lucena.

– Aprovado o parecer pela apresentação de requerimento, com a finalidade de sobrestar o estudo do Projeto de Lei do Senado nº 99, de 2013, que acrescenta dispositivo ao art. 8º da Lei nº8.666, de 21 de junho de 1993, para vedar a suspensão ou o cancelamento da execução de obra pública nas condições que especifica, até que se concluam os trabalhos da Comissão Temporária de Modernização da Lei de Licitações e Contratos, com relatoria *ad hoc* do Senador Ivo Cassol.

– Aprovado parecer pela aprovação, nos termos do substitutivo apresentado, do Projeto de Lei do Senado nº 252, de 2013, com relatoria do Senador Anibal Diniz, que altera a Lei nº6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente, para determinar que os padrões de qualidade ambiental sejam estabelecidos em conformidade com a avaliação do ciclo de vida do produto; e as Leis nº8.666, de 21 de junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, e nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, que institui o regime diferenciado de contratações públicas – RDC, para incluir normas de avaliação do ciclo de vida do produto nas obras públicas.

Os demais itens foram retirados de pauta.

Antes de seguirmos a pauta e termos quórum, vou fazer a leitura para um comentário sobre a aplicação da nova lei dos portos. Está bastante confuso. Tenho conversado com muita gente a respeito desse assunto. Farei a leitura de um pronunciamento e vou encaminhar hoje aos colegas um pedido para uma audiência pública para tratar especificamente desse assunto aqui, na Comissão de Fiscalização e Controle, porque está muito distante da ideia do projeto inicial o que efetivamente está se encontrando no campo, nos portos. As dificuldades são bastante grandes.

Srªs e Srs. Senadores, ao nos aproximarmos de um novo recorde de produção de 200 milhões de toneladas de grãos no Brasil, intervenções urgentes são necessárias na infraestrutura logística de escoamento.

Como se pode notar nos indicadores do Governo Federal, repercutidos em todos os meios de comunicação do País, o agronegócio está cumprindo um papel

fundamental no equilíbrio da balança comercial brasileira. Esta situação demonstra competência, perseverança e confiança dos produtores brasileiros no setor que mais cresce em volume, em valor, em tecnologia e em produtividade.

O Brasil, em 50 anos, passou de importador de alimentos a um dos principais fornecedores de alimentos ao mundo todo. Em 50 anos, saímos da condição de roça e extrativismo para o estado da arte em todos os ciclos dos processos de produção, desde métodos de correção do solo, plantio direto, uso de defensivos mundialmente aprovados, produtividade na colheita, caracterizando-se como a revolução do agronegócio, que se deu em metade do tempo da maior revolução econômica do mundo, a revolução industrial. Ou seja, até a porteira da fazenda nos posicionamos como um dos maiores e mais qualificados produtores do mundo.

No outro sentido, percebe-se a falta de sensibilidade do Governo quanto à urgência de promover medidas efetivas e eficazes no sentido de prover condições logísticas para o escoamento dessa riqueza.

Os sinais de ineficiência são claros e visíveis, com prejuízos em toda a cadeia de produção. Não temos estradas, ferrovias tampouco portos adequados à produção do País. E quanto tempo mais vamos conseguir conviver com essa situação?

Planejamento e medidas de longo prazo são importantes, mas no momento da "Safra 200 Milhões" se faz necessário um mutirão com medidas de gestão efetivas no sentido de promover melhorias rápidas e eficazes.

Temos que arregaçar as mangas e fazer acontecer.

Não é aceitável que, enquanto os produtores agrícolas perdem bilhões, haja, e é perceptível, um processo de tentativas de erros e acertos nos processos de concessões públicas.

Por falta de condições de escoamento das cargas, este ano o agronegócio vai perder, em reais, o suficiente para a construção de todos os novos terminais portuários, tão necessários ao sistema. O produtor vai perder entre R$4,00 a R$6,00 por saca de cereal produzido por falta de infraestrutura. São bilhões de reais queimados no momento em que se avizinha uma crise sem precedentes.

Enquanto isso, verificamos que técnicos insistem em tentativas de erro e acerto para as concessões, impondo atrasos que serão devastadores no presente e futuro próximo.

No setor portuário, estamos verificando quase 300 navios fundeados, aguardando para atracar entre o Porto de Vitória e o Porto de Rio Grande, algo impensável para qualquer operação logística minimamente razoável.

Cargas do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul estão sendo levadas para o Porto do Rio Grande pela falta de condições de escoamento dos Portos de Santos e Paranaguá.

O processo de concessões de terminais portuários ainda está em fase incipiente. Podemos verificar que o caos nas audiências públicas realizadas também seguem o mesmo rumo. Os técnicos dos órgãos, designados pelo Governo Federal para realizar as licitações estão sendo publicamente triturados, na forma literal da palavra, levados inclusive ao constrangimento, pela falta de consistência do material apresentado.

As condições propostas para as concessões do Governo Federal deverão elevar em até cinco vezes os custos portuários, rumando frontalmente contra as premissas estabelecidas pela Presidência da República, que se comprometeu a reduzir os custos e elevar a produtividade. Foram mais de 1.200 manifestações e questionamentos realizados nas audiências públicas, deixando claro que não estamos no caminho certo.

Poderia mencionar aqui diversos problemas apontados nos documentos apresentados pelo órgão responsável pelas licitações, tais como incompatibilidade física das áreas apresentadas, incompatibilidade de acessos em relação à demanda prevista, prazos e valor do arrendamento, elementos físicos etc. E estamos somente discutindo a licitação de contratos vencidos que pouco poderão adicionar à capacidade instalada.

Precisamos de novos terminais e ainda de ampliar a capacidade para elevar os níveis de atendimento, com eficácia e baixo custo operacional. E precisamos agora!

Essa foi a determinação da Presidenta Dilma, que não esta sendo cumprida. O Brasil precisa fazer um mutirão e tomar medidas efetivas no sentido de possibilitar ações imediatas, fazendo acontecer o compromisso da Presidenta da República.

Entendo que o Senado deve dar sua contribuição, chamando a esta Comissão uma discussão imediata entre os administradores portuários, que conhecem profundamente a situação local dos portos, dos técnicos das agências e empresas responsáveis pelos projetos. Isso permitirá um debate, nesta Casa que representa a Federação, entre os profundos conhecedores do setor portuário, os administradores portuários, técnicos da Antaq e também da SEP, discutindo as divergências à exaustão, na busca da condição das concessões, em sintonia com as realidades de mercado e não a realidade dos gabinetes.

É nesse sentido que eu gostaria de propor, então, a importante e fundamental atuação da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado nesse impor-

tante tema, convocando técnicos do Governo Federal e os administradores portuários, patrocinando esse importante debate, que trará benefícios para toda a sociedade brasileira.

Então, os senhores percebem que, nas audiências públicas que estão acontecendo, e já aconteceu em Santos, aconteceu em Paranaguá e vai acontecer também em Belém, que são os três primeiros sítios que serão licitados para aumentar a capacidade, as condições são muito ruins. Como li aqui, no meu pronunciamento, não há uma sintonia entre o que o Governo pensa e a realidade do campo. Inclusive, nas áreas que se diz que vão ser ofertadas, a SEP tem um número e o campo tem outro número.

Então, a situação é bem confusa e, como nós precisamos dessas questões para ontem, nós temos que agir com rapidez. Então, estou propondo, aqui, uma audiência pública com aqueles que, efetivamente, estão no – entre aspas – "campo", lá no porto, operando, que sabem das dificuldades, que conhecem o terreno, para que nós possamos, aqui, fazer uma discussão com o Governo e com os usuários também, porque, como disse, a realidade é bem diferente daquilo que aparece nos gabinetes e as informações não são as mesmas.

Então, era esse o meu pronunciamento de hoje.

Quero passar a palavra ao Senador Valdir Raupp, que, na semana passada, promoveu, em Rondônia – e eu, infelizmente, não pude estar presente – um encontro de infraestrutura que, tenho certeza, vem bem ao encontro do que nós estamos falando, já que o porto de Porto Velho também é importante para a exportação de grãos de Mato Grosso e de Rondônia, pela hidrovia do Madeira – Amazonas.

Se o Senador Valdir Raupp quiser fazer um comentário, uma explanação do que foi discutido nesse encontro, será muito bem-vindo aqui na Comissão.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Senador Blairo Maggi, Srªs e Srs. Senadores, o seminário foi um verdadeiro sucesso. Só não foi melhor porque sentimos a falta de V. Exª, profundo conhecedor da região e do sistema de transporte e navegação.

Lá, nós pudemos tratar de todos os temas na área de logística de transporte.

Inicialmente, estivemos, no dia 3, em Guajará-Mirim e Nova Mamoré, lançando ordens de serviço na BR-425, primeiro lote, do trevo do Abunã até Nova Mamoré, e, posteriormente, em Guajará-Mirim. Isso foi lançado em Nova Mamoré, o primeiro lote; o segundo lote foi lançado na tarde de quinta-feira, dia 3, em Guajará-Mirim.

Discutimos, também, a construção da ponte binacional Brasil – Bolívia, da usina binacional, também, Brasil-Bolívia e obras de infraestrutura do aeroporto. Lamentavelmente, não conseguimos pousar no aeroporto, que está bom, que estava pintado, varrido, com uma pista maravilhosa, mas a Anac não permitiu que nós pousássemos, nem com o avião da FAB – em que saímos de Brasília e íamos diretamente a Guajará-Mirim –, nem com as aeronaves pequenas. Tivemos de fazer transbordo em Porto Velho para aeronaves pequenas – quatro aeronaves, para poder levar toda a delegação até Guajará-Mirim – e pousar numa pista de grama, numa fazenda, porque a Anac não autorizou, e havia dois membros da aviação civil, da SAC, Drª Rebecca e Dr. Fabrício, se não me falha a memória, representando o Ministério da Aviação. Eles puderam ver de perto, sobrevoamos a pista de Guajará-Mirim, falta muito pouca coisa. Aliás, ela pousa hoje do jeito que está, mas, por medida de precaução, a Anac não autorizou a gente a fazer o pouso na pista de Guajará-Mirim. Mas foi, sem dúvida, uma viagem importante.

O seminário de Porto Velho, no dia 4, sexta-feira, teve a presença do Dr. Tarcísio, Diretor Executivo do DNIT, que já tinha estado em Guajará-Mirim e Nova Mamoré dando ordem de serviço na BR-425 e foi representando o Ministro dos Transportes, César Borges, e o Diretor Geral do DNIT, General Fraxe. Então, esse seminário de Guajará-Mirim contou com a presença do Dr. Tarcísio, do DNIT; Dr. Josias, Presidente da Valec, que constrói ferrovias; Dr. Bernardo Figueiredo, Presidente da EPL, Empresa de Projetos e Logística do Brasil; e membros da SAC, da Aviação Civil; e o representante do Ministro Leônidas, dos Portos. Foram discutidos todos esses projetos: a construção da ferrovia do Mato Grosso a Rondônia, um projeto altamente viável e que já está em estudos e projetos de engenharia, aguardando apenas um o.k. do TCU para...

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – De Rondônia para Mato Grosso?

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – É, de Porto Velho para Mato Grosso, exatamente. Nós queremos começar em Porto Velho, pode até haver outras frentes de Mato Grosso para Rondônia, mas tem que haver uma frente de Porto Velho para Vilhena, divisa do Mato Grosso, onde está concentrada uma grande produção de soja, como V. Exª bem conhece, na região do Sapezal, Campos de Júlio, Comodoro e outras regiões do Mato Grosso.

Essa ferrovia de Vilhena a Porto Velho, mais o asfaltamento da BR-174, da região de Juína, Juruena, Cotriguaçu, Aripuanã, Colniza, até Vilhena, onde vai ficar esse terminal da ferrovia, vai ter uma grande concentração de cargas de soja. A nossa BR-364 já não suporta mais a quantidade de carretas, de treminhões, de bitrens que passam por ela todos os dias, dia e noi-

te. Ela está sendo restaurada hoje, o que é uma coisa importante que debatemos muito na Comissão de Infraestrutura e aqui também: a restauração da BR-364, de Vilhena a Porto Velho e Porto Velho a Vilhena. São quatro lotes, três já estão em obras, faltando apenas o lote de Ouro Preto a Ariquemes, que não está tão danificado. Está sendo feita a conserva também, mas ainda não foi iniciada a restauração. O lote de Vilhena a Pimenta Bueno já está em restauração geral, completa; de Pimenta Bueno a Ouro Preto também, com duas empresas, o consórcio CCM/CCL; o trecho de Ariquemes a Porto Velho também está com a Castilho e acho que outra empresa, empresas importantes que estão fazendo a restauração da BR-364.

Discutimos também, Senhor Presidente, a construção do novo porto, o terminal que a empresa Maggi Hermazza, que já transporta, desde quando fui Governador, há mais de 15 anos, fizemos juntos a primeira PPP, a primeira parceria público-privado verdadeiramente feita no Brasil foi aquela de Rondônia, de Porto Velho, com parceria da Suframa, do Governo do Estado e da empresa Maggi. Então, foi uma parceria público-privada de sucesso, que deu certo. Depois, vieram outras empresas fazendo o mesmo caminho, a mesma coisa.

Então, essa ferrovia vai transportar grande parte da soja, desafogando a BR-364; o novo porto que sua empresa vai começar a construir, o novo terminal, vai investir quase R$200 milhões num novo terminal graneleiro; e ali ao lado vai sair também um novo porto organizado, o porto público, que já está no PAC – se não me falha a memória, são R$80 milhões já disponibilizados no PAC para construir o novo porto de carga de Porto Velho –; e a dragagem do Rio Madeira.

Então, a logística de transporte que foi discutida nesse seminário, em Porto Velho, Rondônia, é muito importante, porque Porto Velho é um centro de distribuição. Dali vai para Manaus; dali vai para o Acre e o Peru, pela rodovia do Pacífico; dali poderá ir para o Chile, passando por Guajará-Mirim, pela ponte binacional e a restauração da BR-425. A Bolívia já está construindo a sua rodovia, já tem um trecho de 100 quilômetros pronto, inaugurado; eu passei de carro entre Guayaramerin e Ribeiralta, asfalto de primeiríssima qualidade; gastaram acho que US$300 milhões para construir 100 quilômetros de asfalto, mas é asfalto de primeiríssima qualidade; eles vão continuar a obra até La Paz.

Com aquela obra pronta, vai haver outro corredor também de escoamento de produção de Rodônia-Mato Grosso-Rondônia para os portos do Chile. Então, já temos saída para os portos do Peru e vamos ter saída também para os portos do Chile.

De forma que essa reunião que nós realizamos em Porto Velho no dia 4 passado, foi de fundamental importância para consolidar essa logística de transporte da nossa região – Mato Grosso, Rondônia, Amazonas. O Amazonas tem um polo industrial de mais de 400 indústrias. Chega neste momento o Senador Ivo Cassol, que esteve presente também em Guajará-Mirim e Nova Mamoré participando dos nossos seminários em Rondônia, discutindo o aperfeiçoamento dessa logística de transporte para Porto Velho.

Falta agora, para coroar tudo isso, concluir essas obras. Discutimos também a obra da BR-429 que vai também para a fronteira com a Bolívia, que começa em Presidente Médici, Alvorada, São Miguel, Seringueiras, São Francisco e Costa Marques. São corredores importantes para o desenvolvimento do Estado de Rondônia.

Fiquei muito feliz com esse seminário, porque tenho certeza de que muitas coisas já estão acontecendo e outras, depois dessa viagem, vão acontecer também, com a nossa cobrança, com a nossa determinação da bancada federal em cobrar das autoridades federais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Senador Valdir Raupp, lamento por não poder ter ido ao encontro, mas conheço com bastante proximidade as questões de logística de Rondônia, uma vez que, como V. Exª colocou, no final da década de 90, nós – eu, como empresário, não fazia política na época; e V. Exª, como Governador –; junto com o Governador Amazonino Mendes; o Ministro, hoje Senador, Alfredo Nascimento, que era o Vice-Governador, Secretário de Fazenda do Amazonas; o falecido Governador Dante de Oliveira, de Mato Grosso; o falecido meu pai também; o Pagot, que foi Diretor do DNIT; todos imbuídos naquela época em fazer um novo corredor de exportação, criamos esse corredor Madeira-Amazonas, com a participação dos Estados e da União. Na época, o Presidente era o Fernando Henrique Cardoso, que determinou que houvesse um gerente naquele projeto. V. Exª lembra que havia um gerente do Avança Brasil. E qualquer coisa que nós quiséssemos em relação ao Governo Federal, BNDES, nós tínhamos uma pessoa para conversar.

E por incrível que pareça aquele projeto andou. Andou, foi implantada, se consolidou e, hoje, transportam-se, por aquela hidrovia, já quase 5 milhões de toneladas de grãos. E esta semana, não fui na sua reunião lá, mas participei de uma reunião com meu pessoal, sobre infraestrutura na região e está claro e evidente que, por um novo porto de Porto Velho, com as cargas produzidas em Mato Grosso, mais as cargas produzidas em Rondônia, nós poderemos ter, por esse

corredor, uma capacidade... de produto efetivo para sair em torno de 10 milhões de toneladas de grãos.

Isso significa que 10 milhões de toneladas são mais do que suficientes para bancar a construção de uma ferrovia na região, ligando Porto Velho a Vilhena; e porteriormente até Sapezal; e depois ligando Lucas do Rio Verde, que se liga com a Fico, q que vem para o Estado do Maranhão ou pode vir para Santos ou Sepetiba, no Rio de Janeiro. E obviamente dali seguir para o Porto do Pacífico, conforme desejo da integração latino-americana.

É um projeto, Senador Ivo Cassol, que os políticos de Rondônia, os Srs. Senadores e Deputados de Rondônia e os de Mato Grosso também não podem perder de vista, porque ele tem viabilidade técnica e tem viabilidade econômica. No mesmo modelo em que a Presidente Dilma está comprometida em fazer a Fico, desde Uruaçu até Lucas do Rio Verde, nas mesmas condições econômicas, ou até melhor, a ferrovia de Porto Velho a Sapezal, ou Porto Velho a Vilhena, dependendo de onde queira fazer, nós teremos condições técnicas e econômicas de atrair empreendedores para a região, para fazer esse projeto sair do papel.

Então, eu ouço, com alegria, o Senador Ivo Cassol, que também participou do evento e tem defendido, com muita veemência, o direito de Rondônia estar interligado à malha ferroviária brasileira, assim como o Estado de Mato Grosso também deseja.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – Com certeza, nosso Presidente, Senador Blairo Maggi, foi com alegria que nós participamos, na última quinta-feira, com a participação do Senador Raupp, que há pouquinho estava aqui debatendo e já explanando os pontos de vista da infraestrutura logística da Região Norte, juntamente com o Senador Acir, estivemos presentes os três Senadores e parte da nossa Bancada Federal do Estado de Rondônia. Temos trabalhado de forma integrada, Senador Blairo Maggi, os oito Deputados Federais e os três Senadores, de forma integrada pelo desenvolvimento e pela infraestrutura da Região Norte.

Um exemplo disso é a BR-364, que, infelizmente, por muito tempo, só teve tapa-buracos, faltando a restauração necessária para poder desenvolver e escoar essa produção da soja, de que o senhor acabou de falar. A produção é muito grande. O Estado de Rondônia, na região de Ariquemes, na região de Rolim de Moura, em Machadinho, está aumentando muito o plantio, Senador Blairo. O senhor conheceu o nosso ex-presidente da assembleia, Deputado Estadual Neodi Carlos, que já está plantando quase dois mil hectares de terra, com plantio de arroz, e vai plantar soja também neste ano. Então, esse corredor, essa infraestrutura é necessária.

E, ontem, assisti ao Programa do Ratinho e ele entrevistava a Presidente Dilma, que falava da necessidade dessa infraestrutura ferroviária no Brasil. Infelizmente, os últimos anos ficaram a desejar, quando, na verdade, não se desenvolvia, não havia os investimentos necessários. Nós temos lá vários bilhões ou trilhões para pagar – em torno de R$14 trilhões para pagar a dívida –, e muitas vezes não temos R$1 bilhão para fazer os investimentos na nossa malha viária do País.

Nesse evento em Guajará-Mirim, de que participamos – eu não participei na sexta-feira em Porto Velho –, foi dada ordem de serviço do trecho da BR-364 na BR-425, passando por Nova Mamoré. A população de Nova Mamoré está feliz da vida, porque várias vezes aconteceram acidentes fatais, matando moradores e lideranças daquela localidade. Ao mesmo tempo, juntamente com o Tarcísio do DNIT, nós também demos ordem de serviço do trecho de Nova Mamoré também a Guajará-Mirim.

Qual a vantagem que percebemos agora? Primeiro, há uma empresa do nosso Estado participando. Elas estão, hoje, se cadastrando, se habilitando, para participar das rodovias de obras federais em nível nacional. Segundo, elas são do Estado. O pessoal conhece os proprietários, e, com isso, a gente sabe onde cobrar. Eu dizia naquele evento da necessidade de a gente ter uma equipe, um grupo pró-fiscalização, tanto de um lado, para verificar se a empresa está cumprindo o cronograma e a execução da obra, como também, de outro, se o DNIT também está pagando em dia a execução da obra. Caso contrário, muitas vezes, culpa-se a empresa, quando, na verdade, o próprio Governo Federal é que, às vezes, acaba pecando e não pagando as medições que há pela frente.

Também do mesmo ponto, naquele seminário de que participamos em Guajará-Mirim, demos a boa notícia, a Bancada Federal – os três Senadores e oito Deputados Federais – da ponte binacional. É um compromisso moral que o Brasil tem com a Bolívia no Tratado de Petrópolis e, ao mesmo tempo, sobre o Rio Mamoré – o Rio Guaporé transforma-se em Mamoré dentro de Guajará-Mirim. E, depois, logo para baixo, no Município de Nova Mamoré, torna-se o Rio Madeira. O Rio Madeira, com o Rio Beni, de lá para baixo, torna-se o Rio Madeira. Portanto, é o mesmo Rio Madeira, mais para cima, em torno de 60 a 100 quilômetros mais para cima...

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT. *Fora do microfone*.) – É o que vem de Mato Grosso.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – É o que vem de Mato Grosso, lá da sua terra, que nasce na região de Cáceres, no fundo de Cáceres, que é o

Rio Guaporé. Torna-se o Mamoré quando recebe o Rio Mamoré e, depois, torna-se o Rio Madeira para baixo.

Portanto, o projeto da ponte binacional está pronto. E o DNIT, nos próximos dias, já está em procedimento licitatório para que possa fazer um novo corredor de exportação pelo Pacífico, passando por Guajará-Mirim, passando por Trinidad, passando por dentro e ocupando os portos do Chile.

Além disso, daquele evento, daquele encontro de que participamos, a comissão aqui do Senado, os três Senadores e os Deputados Federais, com tristeza, tivemos que aterrissar uma pista emprestada de um fazendeiro. Nós queremos aqui agradecer ao Rubinho, que emprestou a pista para que a gente pudesse aterrissar as aeronaves para poder dar acesso. Aí, alguém pergunta o seguinte: "Mas Guajará-Mirim não tem aeroporto?" Guajará-Mirim tem aeroporto, com dois mil metros de pista. A largura da pista é de mais de 50 metros. Foi tratamento no passado, Senador Blairo. A pista não está condenada. A pista está boa para descerem pequenas aeronaves.

Infelizmente, um fiscal da Anac foi lá, meteu a caneta. E aqui eu queria falar que eu gostaria que o Presidente da Anac estivesse nos ouvindo, Senador Raupp e Senador Acir, e também o Ministro da Aviação. Está na hora de esse Ministério da Aviação dizer por que foi criado. Está na hora de esse Ministério da Aviação dizer que veio para fazer a diferença no nosso País com os aeroportos regionais.

É inadmissível quando se cria uma expectativa dizendo que, com 60 ou 90 dias, está se licitando uma obra que é, simplesmente, um recapeamento em cima daquela base que existe – não precisa nem ser com asfalto usinado.

Em Guajará-Mirim não há voos comerciais. São aviões de pequeno porte. Nós Senadores tivemos que deixar esse aeroporto de grande porte, com condições, pista asfaltada melhor do que muitas pistas do Colorado, de Cerejeira, de São Francisco, de Costa Marques, de Jaru, de Ariquemes. E um fiscal da Anac simplesmente meteu a taca e fechou a pista. É porque a mãe desse cidadão, Senador Blairo Maggi, não mora lá. Porque, se a mãe desse indivíduo morasse lá, com certeza ele ia tratar aquelas pessoas que vivem em Guajará-Mirim com decência. E não nos trataram com decência.

Agora, está na hora de o Presidente da Anac ter coragem e dizer por que ele é Presidente da Anac. Caso contrário, ele tem que renunciar ao cargo, como os demais que já passaram pelo caminho e não deram conta do recado. Porque não pode um fiscal sozinho chegar e meter a taca.

Nós, Senador Raupp e Senador Acir, precisamos fazer um documento hoje, com urgência – os três –, reivindicando isto: a abertura imediata daquele aeroporto.

Esteve lá um representante do Ministro, o Thiago, um menino bom, bonzinho, mas o inferno está cheio de cara bom, está cheio de cara com boa vontade. Mas não é assim que acontece, não. Isso vai demorar para acontecer. Até licitar, até contratar, até liberar aquela pista lá, vai ficar um ano parado. E, se acontecer, como aconteceu, de dar um enfarte numa pessoa lá dentro? E se acontecer um acidente lá dentro? Se rodar uma ponte, como rodou já várias vezes, bueiro, ponte, para Guajará-Mirim e ficar interditado? Você não consegue retirar um doente distante 400 quilômetros de Porto Velho. Então, é inaceitável esses almofadinhas de Brasília que vão fiscalizar o resto do País e não conhecem a realidade do País fazerem o que fizeram com Guajará-Mirim.

Eu fiz um discurso pesado lá e falei para o representante do Ministro que eles têm que parar de enrolar, de dizer que vai sair no outro dia a manutenção, a reforma do aeroporto, que não vai acontecer. Não é assim. A gente sabe a burocracia. Qualquer empecilho que ocorra, que trave já atrasa 30, 60, 90 dias. Então, que libere o aeroporto para que se consiga trafegar normalmente e, depois, automaticamente, se fazem as reformas que devem ser feitas, para não atrapalhar nada.

Então, a gente está trabalhando em cima disso. E, ao mesmo tempo em que a gente tem essa preocupação de liberar o aeroporto em Guajará-Mirim, aqui, nesta Comissão, eu fui o Relator de uma medida provisória pela qual se autorizava o repasse, o remanejo de dinheiro para poder atender a esses aeroportos regionais. E os aeroportos de Rondônia estão sendo contemplados junto.

Infelizmente, a morosidade dentro do Ministério da Aviação é muito grande. São parceiros nossos, companheiros nossos, a gente sabe disso, mas o povo de Rondônia, Senador Blairo Maggi, como lá no Mato Grosso, não quer saber. Eles querem saber de ter o benefício. Essa questão do aeroporto não é justa. Nós voamos por cima. Eu fui por terra verificar o aeroporto e não dá para aceitar interditar um aeroporto naquelas condições. Nós não queremos no aeroporto em Guajará-Mirim voos comerciais, porque não há movimento para isso. Contudo, o que nós não podemos aceitar é um avião do governo do Estado de Rondônia, um avião do Senador Acir, o meu avião que estava lá também – nosso, da minha família – também não pôde descer, nem a FAB pôde descer no aeroporto de qualidade e condições.

Portanto, é minha manifestação contra o Presidente da Anac, contra os fiscais da Anac, que simplesmente passam pelos aeroportos do Brasil e tratam a todo mundo como se fosse bandido. Eles têm que lembrar que a família deles mora aqui ou mora no Rio de Janeiro, mas, se eles morassem lá, com certeza, esse aeroporto não seria interditado e a população de Guajará-Mirim estaria sendo beneficiada.

Além disso, temos a preocupação com a BR-319, que interliga e leva e fomenta aquela região. Na década de 70, tanto o Senador Anibal, Jorge Viana – que são do Acre, são vizinhos nossos, somos Senadores do Brasil –, fui motorista de caminhão, levava banana com o meu caminhão, da minha família, de Porto Velho para Manaus, gastava 10 horas. Hoje, 30 a 40 anos depois, a rodovia está interditada, ou por interesse de alguém que não quer, ou simplesmente porque há a questão de que os próprios Ministérios e o Governo Federal que não se entendem. E aí precisa haver, mais uma vez, a posição e a determinação da Presidente Dilma para que aquela BR-319 se conclua, que possamos melhorar ainda mais o nosso porto de Porto Velho, o Porto Novo. É importante, aqui, os dois Senadores juntos, nós já trabalhamos em cima disso com V. Exª, Senador Blairo Maggi, com o Presidente do grupo da sua família e demais amigos para a construção do Porto Novo, ou seja, até o trem de Porto Velho, e Porto Velho necessita disso.

Portanto, esses seminários são fundamentais para desenvolver a Região Amazônica, uma vez que nós já conseguimos demonstrar que a Amazônia também produz como os demais Estados pelo País afora.

Agradeço essa oportunidade e espero que a Anac e o Ministério da Aviação resolva esse problema do Guajará-Mirim urgentemente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Ivo Cassol, a sua intervenção e a forma como fica indignado com as questões relacionadas à Anac não dizem só respeito ao Estado de Rondônia. Outro dia, numa reunião aqui na Comissão de Infraestrutura, perguntei ao Dr. Passos, que é membro da Anac, se ele sabia o que significa Anac fora do contexto geral. Ele disse que não e eu fiz a brincadeira de que todos os pilotos, todo mundo sabe. A Anac é: atrapalha, não ajuda e complica. Porque é uma coisa que a gente não entende.

É claro que todos nós desejamos, queremos que o voo no Brasil seja mais seguro, que os aeroportos sejam mais seguros, mas as exigências que se fazem no interior do Brasil – como foi feito agora nessa cidade – não podem ser a mesma do Rio de Janeiro, não podem ser a mesma de São Paulo, e eles não têm essa diferenciação de uma coisa e outra, por isso, a gente fica indignado. Não é possível que um aeroporto que atende a toda uma região, porque vai sofrer uma reforma de piso, não possa ser feito, como é feito nos grandes aeroportos: funciona de dia, não funciona à noite, faz o serviço aleatório, de forma cadenciada dentro do processo.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Senador Valdir Raupp, com a palavra.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Só para contribuir. Quando o DAC cuidava dessa área, ele podia requisitar um avião da FAB de qualquer base. Por exemplo, Porto Velho tem uma grande base aérea, temos duas bases aéreas em Rondônia – uma em Porto Velho, outra em Vilhena –, então, quando o DAC, que tinha também uma extensão em Manaus, cuidava dessa área, eles rapidamente poderiam ir lá e vistoriar; pegavam um avião e ia lá vistoriar uma pista dessa. A Anac não tem avião. Um órgão similar à Anac, nos Estados Unidos, deve ter dezenas de aviões para fazer esse trabalho de fiscalizar e vistoriar as pistas. A Anac, pelo que me consta, não tem um avião; se eles quiserem fazer vistoria em uma pista, não tem nem poder de requisitar um avião da FAB para fazer isso.

Então, nesse caso de Guajará-Mirim, se fosse na época – não estou querendo voltar ao DAC – do DAC, requisitavam um avião da FAB de Porto Velho, em uma hora eles iam a Guajará-Mirim, vistoriavam a pista e davam um o.k. se podia pousar ou não. A Anac não tem. Eles têm que ir num voo de carreira, pegar um carro, ou fretar um avião – o que não pode para fazer esse trabalho. Então, realmente não está, infelizmente gostaria que...O Ministério da Aviação está sendo dirigido por um companheiro meu do PMDB, que é o ex-Governador do Rio de Janeiro Moreira Franco, que foi também Ministro de Assuntos Estratégicos do Governo Federal, mas está precisando desse aparelhamento para a Anac fazer esse trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – A Anac tem melhorado muito no sistema de controle, via sistema. O que é de sistema eles têm agilizado, tem ganhado tempo, tem diminuído o tempo de espera de muitas coisas. Mas, especificamente ir a campo, olhar, resolver e dar resposta, tem sido muito lento.

Com a palavra o Senador Acir Gurgacz, de Rondônia.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Meus cumprimentos, Sr. Presidente Blairo Maggi.

De fato, faltou a presença de V. Exª nesse seminário em Porto Velho. Foi um seminário muito importante, em que debatemos muito essa questão. Exatamente, o que V. Exª falava, eu ouvia pelo rádio, a questão da infraestrutura em nosso País com relação ao aumento da produção de grãos.

Não houve, por parte do Governo, investimento na proporção em que houve dos empresários, da população brasileira, dos nossos agricultores com relação ao aumento na produção de grãos em nosso País.

O que fomos fazer em Rondônia nesse seminário foi exatamente debater e discutir a questão da logística de transportes com relação ao escoamento da produção agrícola.

Só para encerrar a questão do aeroporto, Presidente, por uma questão de segurança nós não podemos utilizar o aeroporto de Guajará-Mirim. Muito bem. Mas nós utilizamos um aeroporto de uma fazenda, que não tem a menor segurança. E choveu. E, aí, sim, o risco é muito grande.

Então, essas contradições que acontecem no Brasil é que nos deixam muito preocupados. E também uma falta de consideração com os Senadores, porque não nos deixaram pousar com segurança no aeroporto que oferecia segurança.

E os temas debatidos em Guajará-Mirim foram da maior importância: a ponte binacional, que liga Guajará a Guayara; a ordem de serviço que foi dada, depois de muita discussão e debate, da BR-425. Enfim, foi uma restauração completa, e não mais um serviço tapa-buraco. Essa restauração já é aguardada por muito tempo pela população de Guajará-Mirim, de Nova Mamoré, de Porto Velho. Enfim, de toda a população do Estado, que também quer fazer turismo para Guajará-Mirim.

Portanto, foi uma reunião importante. E, da mesma forma, em Porto Velho, nós debatemos e discutimos a questão da construção da ferrovia. Nós iniciamos esse trabalho da ferrovia, colocando no PPA 2012/2015 o direito ao projeto, a verba para o projeto.

Já foi feito dessa forma, já foi feita a licitação para o projeto da rodovia, mas iniciando em Porto Velho. E por que iniciar em Porto Velho? Iniciando em Porto Velho, quando chegar em Ariquemes, nós já poderemos utilizar a ferrovia. E quando chegar a Ji-Paraná, da mesma forma.

É a questão de custo-benefício. Se nós esperarmos ela chegar em Porto Velho, só ao término dessa ferrovia vamos poder utilizá-la.

Então, estamos debatendo esse assunto. Queremos colocá-la na LDO para o próximo ano e nos orçamentos dos próximos anos também. Isso para passarmos, além do projeto, para a execução da obra que dá maior importância para todos nós.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Senador Acir Gurgacz, V. Exª me permite apenas um aparte?

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Pois não, com o maior prazer.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Na BR-364, que ainda está em construção, na parte do Acre, quando nós estávamos já em Sena Madureira com ela, eu resolvi também abrir um trecho também de Cruzeiro do Sul para Tarauacá e Feijó.

Isso, primeiro, organizou a economia local; usou bem a logística dos rios para levar insumos. Do contrário, a estrada seria destruída. Não é o caso da estrada de ferro, mas V. Exª tem toda razão. A gente cria, inclusive, um ambiente que reduz o impacto da chegada da infraestrutura tão importante para que haja tempo de se organizarem os locais para o impacto que se tem com a interligação.

Dou apenas um exemplo. Mesmo com alguns desavisados, que não conseguem ter uma análise mais apropriada, criticando, foi fundamental o trabalho que a gente fez.

Nós ligamos primeiro Cruzeiro, Tarauacá e Feijó por asfalto. Então, todos os empresários, o setor produtivo começou a ter uma economia regional. E quando a estrada do ano passado, com o Governador Tião Viana – depois do Governador Binho – dando tráfego de inverno a verão, já se tinha dado uma condição melhor para os que estavam na ponta.

Então, parabéns pela iniciativa, que considero muito válida.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – E o custo da obra é o mesmo, Senador Jorge Viana. A diferença é muito grande! Nós podemos utilizar com anos e anos de antecedência alguns trechos dessa ferrovia.

Portanto, o seminário em Porto Velho foi muito importante. Faltou a presença de V. Exª também. Essa ferrovia, Senador Jorge Viana, vai ao Acre e do Acre vai ao Pacífico, e chega ao Peru.

Esperamos realmente que tenhamos sequência nessa obra, pois ela é importante não só para o Estado de Rondônia, não só para o Estado de Mato Grosso, como para o Acre e para todo o nosso País.

Ontem, Senador Blairo, nós debatemos em um fórum, na cidade de Cascavel, a questão da logística para a agricultura, do qual tive o prazer de participar, junto com vários professores e alunos, sobre esse tema. Pudemos debater e discutir a importância da educação na agricultura, nessa nova agricultura que V. Exª há pouco falava a respeito do profissionalismo, na produção agrícola brasileira, que tem tido investimento muito forte, não só por parte do Governo, como

principalmente por parte dos próprios agricultores, e nós precisamos de um apoio do Governo em relação aos nossos portos.

Os portos dos Sul e do Sudeste já estão estrangulados. Precisamos de alternativa, e a alternativa é a BR-163, Santarém, navios grandes; BR-364, Porto Velho; hidrovia Madeira, chegando até Itacoatiara, navio grande, pega o oceano.

Portanto, são importantes esses debates, tanto o fórum que aconteceu, ontem, no Paraná, como também o seminário que aconteceu em Porto Velho, para discutir esses temas que são da maior importância para a produção de alimentos para o Brasil e para o mundo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Acir.

Passo a palavra ao Senador Sérgio Souza.

E, depois, vamos à nossa pauta.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Sr. Presidente, estava vindo do aeroporto para cá, percebi que aqui era uma comissão da Bancada do Norte: Mato Grosso, Acre, Rondônia...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Absolutamente dominado. E o Centro-Oeste.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – O Senador Flexa, também do Norte. Ficamos eu e o Senador Rodrigo aqui para dar equilíbrio para o Centro-Oeste e para o Sul.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – É para somar, para dar equilíbrio. Isso é para somar. O Brasil é um País só, é um País em que um Estado depende do outro. Nós estamos trabalhando unidos.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Senador Acir, à medida que nós resolvemos os nossos problemas no Norte, estamos liberando o Sul.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – O Rodrigo e o Blairo são nossos também.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Eu só vi corredores para o Sul, para o Pacífico, para o Pará, para o Maranhão. É brincadeira, Sr. Presidente.

Só para registrar que, na última sexta-feira, a Presidente Dilma esteve no Paraná anunciando importantes investimentos na área rodoviária, a tão sonhada rodovia boiadeira terá mais um trecho concluído, o que liga Campo Mourão a Umuarama. Trata-se de um trecho que, pelo menos há 60 anos, os paranaenses vêm lutando pela sua construção. E uma nova rodovia será construída entre Campo Mourão e Palmital, que é a BR-158, ligando a região central, sai de Laranjeiras do Sul a Guarapuava, integrando o Paraná, uma região que ficou carente de infraestrutura nos últimos anos.

E a Presidente Dilma esteve lá também para entregar o maquinário. Mais de 180 máquinas que estão sendo entregues em todos os Estados brasileiros, e o Paraná também recebeu essas patrolas, retroescavadeiras e caminhões.

Era somente para fazer o registro, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Sérgio Souza.

Pela ordem, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Presidente, Senador Blairo Maggi, eu pediria a V. Exª, ouvido o Plenário, se pudéssemos fazer uma inversão de pauta para que eu possa relatar o item 6, porque tenho um compromisso agora, às 10 horas, na Interlegis, para o lançamento do Jovem Senador, uma campanha do Senado Federal.

Se pudesse fazer essa inversão, eu o agradeceria.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – Sr. Presidente, gostaria de solicitar que, em seguida, possamos votar o item 8.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – V. Exªs não estavam presentes, mas a nossa pauta sofreu, hoje, uma grande modificação. Foram retirados da pauta os itens...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Pela ordem, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Só para fazer um apelo, já que se trata de avisos.

Nós fizemos um entendimento para que possamos pegar os avisos, e, se eu pudesse, relataria *ad hoc*, que é muito rápido, aproveitando o quórum que temos, os que estavam na relatoria do Senador Delcídio.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Jorge.

O Senador Delcídio tem solicitado para retirar de pauta os avisos, pois ele mesmo gosta de fazer a leitura desses avisos.

Então, foram retirados de pauta: os itens 5, 7, 9, 10, 11, de que a Senadora Ana Rita é a Relatora; também pela retirada do Requerimento nº 1, da Senadora Vanessa Grazziotin; e, pela ausência do Senador Delcídio Amaral, os itens 3 e 4.

(São os seguintes os itens retirados:

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 58, DE 2013

Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública desta Comissão, em conjunto com as Comissões de Desenvolvimento Regional, do Senado Federal – CDR, de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, da Câmara dos Deputados – CMADS e Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC para debater na forma de seminário sobre "Os efeitos das mudanças do clima para o Semiárido". Para debater o tema: Situação e impactos das Mudanças Climáticas na região do Semiárido, requeiro que sejam convidadas as seguintes autoridades: Cenários Climáticos para o Semiárido – Eduardo Sávio Martins – Fundação Cearense de Meteorologia – Funceme; Mudanças Climáticas e Desertificação no Semiárido – José Marengo – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE; Impactos das Mudanças Climáticas nos Recursos Hídricos do Semiáridos – Representante da Agência Nacional de Águas – ANA; Impactos Econômicos da Desertificação – Antônio Magalhães – Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE; Impactos Econômicos das Secas – Estélio Gama – Banco do Nordeste do Brasil – BNB; • Impactos Sociais das Mudanças Climáticas – representante da Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ. Para debater o tema: Soluções para mitigação dos efeitos da desertificação e da seca no semiárido e Fortalecimento Institucional como instrumento para o combate à Desertificação, requeiro que sejam convidadas as seguintes autoridades: O Fortalecimento da Ciência e Tecnologia – Antônio Galvão -Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE; Experiências para a mitigação dos efeitos de seca e desertificação – representante da Embrapa Semiárido; Estudo de Caso – representante do Programa de Desenvolvimento Hidroambiental – Prodham.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin e outros

ITEM 5

AVISO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS. E FISC. E CONTROLE Nº 17, DE 2013 – NÃO TERMINATIVO –

Encaminha cópia do Acórdão nº 935/2013 – TCU – Plenário, proferido nos autos do processo nº TC 024.747/2012-2, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente ao acompanhamento da operação de crédito relativa às obras de reforma e ampliação do Estádio Beira-Rio, em Porto Alegre, formalizada entre o BNDES, a SPE Holding Beira Rio S/A, o Banco do Brasil e o Banco do Rio Grande do Sul – Banrisul.

Autoria: Tribunal de Contas da União
Relatório: Pelo arquivamento
Relatoria: Senadora Ana Rita

ITEM 7

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 278, DE 2011 – NÃO TERMINATIVO –

Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), e a Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, e dá outras providências, para proteger direitos dos usuários de serviços de transporte aéreo.

Autoria: Senadora Angela Portela

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 336, DE 2012 – NÃO TERMINATIVO –

Altera o art. 19 do Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, para tornar obrigatória a menção nos rótulos dos alimentos enriquecidos, irradiados, dietéticos, light, zero, ou qualquer outra denominação, deverão trazer a respectiva indicação em caracteres facilmente.

Autoria: Senador Tomás Correia
Relatório: Pela rejeição
Relatoria: Senadora Ana Rita

ITEM 10

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 150, DE 2013 – NÃO TERMINATIVO –

Acrescenta § 5º e 6º ao art. 55 e acrescenta § 9º ao art. 57 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que "dispõe sobre o Plano de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências", para dispor sobre a contagem do período de defeso no âmbito da pesca como tempo de contribuição e aposentadoria especial dos pescadores.

Autoria: Senador Paulo Paim

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 152, DE 2013 – NÃO TERMINATIVO -

Acrescenta §§ 5º e 6º ao art. 55 e § 9º ao art. 57 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a contagem do período de defeso no âmbito da pesca como tempo de contribuição e definir regras para a concessão de aposentadoria especial para os pescadores e trabalhadores em atividades afins; e acrescenta o art. 4º-A e o inciso XVIII ao art. 19 da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para instituir o salário ambiental durante o período de defeso.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senadora Ana Rita

Relatório: Pela aprovação do PLS nº 150, de 2013, nos termos do substitutivo, e pela rejeição do PLS nº 152, de 2013

ITEM 11

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 126, DE 2011 – TERMINATIVO –

Acrescenta o § 7º ao art. 1º da Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, dispondo sobre nulidade de cláusula contratual relativa a material escolar de uso coletivo.

Autoria: Deputado Chico Lopes

Relatoria: Senadora Ana Rita

Relatório: Pela aprovação com uma emenda.)

Então, temos um aviso para ler para a pauta seguinte e um para aprovar agora. Depois, vamos ao item 6, que o Senador Flexa Ribeiro vai relatar e, logo em seguida, ao item nº 8, do Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – Sr. Presidente, faço esse apelo para que possamos analisar logo o item que será relatado por Flexa e, em seguida, o que será analisado por mim.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Farei isso. Em cinco minutinhos, resolvo os requerimentos.

Requerimento, que vai ser lido agora para ser votado na próxima reunião:

REQUERIMENTO Nº , DE 2013 – CMA

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública para discutir os efeitos práticos da aplicação da Lei nº 12.815, de 2013, a Lei dos Portos. Para tanto, solicito que sejam convidados a participar: o novo Ministro dos Portos, Antonio Henrique Pinheiro Silveira; também um representante, o administrador do Porto de Santos; o administrador do Porto de Paranaguá; e o administrador de Belém, que são os três portos que, inicialmente, entraram na fase de concessão.

Então, esse requerimento fica para ser votado na semana seguinte.

Temos aqui o Requerimento nº 2, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que foi lido na reunião anterior.

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 59, DE 2013

Requer, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada nesta Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, e Fiscalização e Controle audiência pública destinada a discutir a exploração de riquezas naturais, como minérios e madeira, em Terras Indígenas, e os meios necessários para garantir a qualidade de vida indígena, a biodiversidade local, e a sustentabilidade dos povos nativos. Para expor sobre os efeitos destas atividades, sob o ponto de vista de funcionários de campo da FUNAI, solicito que sejam convidados: 1. JORGE LUIZ MARAFICA LEAL, Coordenador-Substituto da Regional Litoral-Sul da FUNAI; 2. VALDIR DE JESUS GONÇALVES, Técnico Indigenista,

lotado na FUNAI na cidade de Tabatinga – Amazonas; 3. JOSÉ NAZARENO TORRES DE MORAES, Técnico Indigenista, lotado na FUNAI na cidade de Belém – Pará; 4. AUGUSTO TRAJANO AZEVEDO FONSECA, Ex-Coordenador da FUNAI no Estado de Rondônia; e, 5. JOÃO RUIZ DIAS, Técnico Indigenista, lotado na FUNAI, Chefe de Posto Indigenista na cidade de Cacoal – RO.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro e outros

Informo que o requerimento foi lido na reunião do dia 1º/10/2013 e está pronto para ser deliberado.

Em votação o requerimento.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – Sr. Presidente, só para sugerir que seja acrescentado um convidado a ser indicado pelo ICMBio.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Eu endosso também, Sr. Presidente, tendo em vista que é muito importante que se traga para uma audiência como essa um representante do ICMBio. Acho que completaria o conjunto de pessoas e instituições a estarem debatendo esse tema, que é da maior importância.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Acato e consulto a assembleia, a nossa Comissão. *(Pausa.)*

Está acatada, então, a sugestão de inclusão do representante da ICMBio. Posteriormente, faremos então a convocação nominal.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Pela ordem, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Eu só queria voltar a insistir, porque houve um contato do gabinete do Senador Delcídio para que eu possa... E eu não queria... V. Exª está discutindo a inversão de pauta a pedido de dois colegas. Então, feita essa inversão de pauta, após, os itens 3 e 4 eu me disponho a fazer, atendendo a um pedido do próprio gabinete do Senador Delcídio, que não chegará a tempo e pediu, se pudéssemos, pediu para a Liderança se um dos colegas poderia fazer, no caso, se eu poderia fazer a apreciação dos itens 3 e 4.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Com o maior prazer, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obviamente depois de atendida a condução de V. Exª de inversão de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – O.k. Muito obrigado.

Então, está em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Está aprovado o requerimento.

Vamos, então, ao item 6.

ITEM 6

OFICIO "S" Nº 26, DE 2013
– NÃO TERMINATIVO -

Encaminha Relatório de Atividades desenvolvidas pela Autoridade Pública Olímpica – APO no segundo semestre de 2012.

Autoria: Autoridade Pública Olímpica – APO

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Pelo conhecimento da matéria, pela remessa de cópia do inteiro teor do parecer ao Tribunal de Contas da União e posterior arquivamento

Observações:

– Durante a reunião, o Senador Flexa Ribeiro alterou o relatório para que uma cópia do inteiro teor do parecer seja também encaminhada a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 (CMACOPOLIM)

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro para proferir seu relatório.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Blairo Maggi, Srs. Senadores, o Presidente da Autoridade Pública Olímpica (APO) remeteu o Ofício "S" nº 26, de 2913, pelo qual encaminha ao Senado Federal o Relatório das Atividades daquela autarquia, referente ao segundo semestre de 2012, dando cumprimento ao art. 6º da Lei nº 12.396, de 21 de março de 2011.

Após o exame da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, a matéria chega a esta Comissão.

Análise.

A Autoridade Pública Olímpica tem por objetivo primordial coordenar a participação da União do Estado do Rio de Janeiro e do Município do Rio de Janeiro na preparação e realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, especialmente no que tange ao cumprimento das obrigações por eles assumidas perante o Comitê Olímpico Internacional.

De início, apresentamos dois pontos que consideramos críticos e que necessitam de aprimoramento nos próximos relatórios:

1) Demora no envio das informações. O ofício data de 17 de maio deste ano, tendo sua entrada nesta Casa para exame apenas em 4 de junho de 2013. Ou seja, os dados levaram mais

da metade do ano até chegarem a esta Comissão. Encontram-se bastante defasados, como observamos nas notícias veiculadas na mídia. 2) Falta de sistematização e pouca objetividade na apresentação do documento, como ressaltou também a Relatora na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Senadora Maria do Carmo Alves.

Nesta Comissão, acreditamos ser importante examinar a programação e a execução das despesas orçamentárias e financeiras apresentadas no Capítulo 5 do relatório.

Segundo o Relatório de Atividades para 2012, havia a previsão de execução de R$73,5 milhões em despesas de pessoal e encargos sociais e de R$75,1 milhões em outras despesas correntes. Além disso, as despesas de capital em investimento totalizariam R$5,1 milhões.

Contudo, conforme o relatório do ano de 2012, o valor orçamentário é contratual, não legislativo. Por ser uma autarquia em regime especial, não foi integralmente repassado. O documento diz: "Os recursos do contrato de rateio 2012, repassados pelo Ministério do Esporte, como a seguir discriminado: em 14 de dezembro, recursos de pessoal e, em 31 de dezembro, recursos de custeio, sendo que o valor de investimento não foi repassado até esta data", pág. 61.

Salienta ainda que esses recursos repassados foram inferiores aos previstos no contrato de rateio, sem destacar, no entanto, os valores repassados.

Há algo bastante crítico, Presidente Blairo Maggi: no encaminhamento das informações, o documento da APO – Autoridade Pública Olímpica, não diz os valores que foram repassados. Diz as datas dos repasses, mas não diz quanto foi repassado para fazer a análise.

Além do tempo decorrido para o nosso exame, o relatório nessa questão é pouco específico, tampouco detalhes do prejuízo dos atrasos dos recursos dos valores inferiores recebidos ao funcionamento da autarquia e a preparação para os Jogos Rio 2016.

Diante das considerações acima e das notícias veiculadas pela mídia nacional, não posso deixar de manifestar minha preocupação com as ações governamentais que envolvem a realização dos Jogos Olímpicos de 2016, sentimento, aliás, manifestado por integrantes do Tribunal de Contas da União em decisão do Plenário da Corte de Contas do Processo nº TC007849/2013-3.

No processo em referência, que apreciou auditoria sobre projetos básicos executivos de infraestrutura para os Jogos Olímpicos de 2016, com foco no Complexo Esportivo de Deodoro, o eminente Ministro Aroldo Cedraz, em declaração de voto, assim se manifesta:

Como Relator da consolidação das auditorias que envolvam ações governamentais concernentes à realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, tarefa que me foi delegada pelo Presidente Augusto Nardes, compartilho a preocupação manifestada pelo Ministro Raimundo Carreiro no que tange ao atraso identificado nas atividades de implantação do Complexo Esportivo de Deodoro, com riscos potencialmente danosos à Administração e à realização de eventos-testes e dos próprios jogos.

A equipe de auditoria relata descompasso de aproximadamente quinze meses entre o cronograma existente e as atividades em andamento, o que poderá prejudicar a qualidade e a efetividade das ações previstas para a conclusão dos empreendimentos.

O Ministro Aroldo Cedraz alerta, ainda, na Declaração de Voto, para uma questão relevante, que é a não apresentação da Matriz de Responsabilidades, documento vinculante que estipula as obrigações de cada um dos consorciados para com a organização e a realização dos jogos, cuja ausência coloca em risco a transparência, o monitoramento e o controle dos projetos olímpicos.

Aliás, a respeito da Matriz de Responsabilidades, prevista na Cláusula Terceira, IV, do Protocolo de Intenções ratificado pela Lei nº 12.396, de 21 de março de 2011, o Ministro do Esporte, Aldo Rebelo, minimizou sua relevância na declaração que prestou ao jornalista Vitor Abdala, da Agência Brasil, afirmando que "não há nenhum atraso comprometedor e que o documento será divulgado em breve".

Entre o alerta do Ministro Aroldo Cedraz, de 24 de julho passado, e a declaração do Ministro Aldo Rebelo, veiculada em 02 de setembro corrente, já se passaram mais de dois meses, e, acredito, nada aconteceu.

É importante também registrar que a própria existência da Autoridade Pública Olímpica (APO) está sendo questionada. A respeito, o Ministro Aldo Rebelo declarou que o futuro da autarquia será decidido brevemente com o Governador e com o Prefeito do Rio de Janeiro (Vitor Abdala, Agência Brasil, e UOL/SP, em 02/09/2013).

Apenas para respaldar a questão do futuro da APO, transcrevo trecho significativo da entrevista do Prefeito Eduardo Paes ao jornalista Michel Castellar, do Blog Rio 2016, em 17/08/2013, de teor seguinte: "Tentaram trazer o modelo londrino para cá, mas não deu certo. Já somos três entes do Governo e cada um cuida do que é seu. A APO tem uma estrutura cara e desnecessária".

Por último, cito matéria de responsabilidade do jornalista Jamil Chade, do jornal *O Estado de S. Paulo*, veiculada em 31/08/2013, informando que o jornal teve acesso a um relatório confidencial do Comitê Olímpico Internacional (COI), no qual a entidade deixa clara a sua preocupação com a realização dos jogos, enfatizando que a preparação e o financiamento do Rio de Janeiro para as Olimpíadas sofrem profundos atrasos que já colocam em sério risco o evento.

Voto.

Diante do exposto, proponho a esta Comissão o seguinte encaminhamento:

a) Conhecimento das informações contidas no Relatório de Atividades da Autoridade Pública Olímpica (APO) referente ao 2º semestre de 2012;

b) Remessa de cópia do inteiro teor deste parecer ao Tribunal de Contas da União; e

c) Arquivamento da matéria.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

Consulto V. Exª: aqui, na CMA, há uma Subcomissão de Acompanhamento da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos?

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – É presidida pelo Senador Sérgio Souza.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Então, eu gostaria de acrescentar no voto que fosse encaminhada também uma cópia a essa Subcomissão, tal a importância do documento, que demonstra, tanto pelas declarações do TCU como pelas da imprensa, que o cronograma de implantação das obras está, como se diz aqui, bastante atrasado, colocando em risco os Jogos Olímpicos e os Jogos Paralímpicos de 2016.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Aprovado, com um encaminhamento para a Subcomissão da Copa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – E também para o Tribunal de Contas da União, pedindo ainda o arquivamento da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – O.k! Então, está bem!

Está em discussão o parecer do Senador Flexa Ribeiro. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir o parecer, coloco-o em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CMA pelo conhecimento da matéria, pela remessa da cópia do inteiro teor do parecer ao Tribunal de Contas da União e também para a Subcomissão da Copa, para que se dê o devido arquivamento do processo.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 649, DE 2011 – NÃO TERMINATIVO –

Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a Administração Pública e as entidades privadas sem fins lucrativos para a consecução de inalidades de interesse público.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta e pela rejeição da emenda nº 1-CI.

Observações:

– A matéria foi apreciada pela CI, com parecer pela aprovação do projeto com a emenda nº 1-CI.

– Após, a matéria segue à CAE.

Com a palavra o Relator, Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Blairo Maggi.

Prezados Senadores, em primeiro lugar, eu quero cumprimentar o Senador Aloysio Nunes Ferreira, autor desta matéria. O Senador Aloysio tem-se destacado nesta Casa pela seriedade do seu trabalho e, sobretudo, pela dedicação a estudar, com profundidade, todas as matérias. S. Exª, mostrando mais uma vez a sua sensibilidade, apresentou um projeto de lei que é uma necessidade do País, que busca regulamentar a relação entre o Estado, o Poder Público, e as organizações da sociedade civil.

Submete-se à análise desta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 649, de 2011, do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que tramitou pela Comissão de Infraestrutura (CI), onde recebeu parecer favorável, com uma emenda, e ainda será submetido às Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), cabendo à última a deliberação terminativa sobre a matéria.

Evidentemente, inspirada na consolidada jurisprudência da corte de contas federal sobre o tema, a proposição dispõe, para todos os poderes de todos os entes federados, acerca da relação do Poder Público com as entidades privadas sem fins lucrativos.

Composto por 120 artigos, distribuídos em 11 capítulos, o extenso projeto abriga algumas dispo-

sições já presentes em decretos, mas que, agora, poderão alcançar patamar normativo superior.

Em atendimento ao Requerimento nº 79, de 2012-CMA, de minha autoria, foi realizada audiência pública em 12 de novembro de 2012, na qual foram feitos comentários, críticas e sugestões de alteração do texto original.

Participaram da audiência pública os Srs. Diogo de Sant'Ana, Assessor Especial da Secretaria-Geral da Presidência da República (SGPR), chefiada pelo Ministro Gilberto Carvalho; Antonio Alves de Carvalho Neto, Secretário Adjunto de Planejamento do Tribunal de Contas da União (TCU) e a Srª Vera Lúcia Mazagão Ribeiro, Diretora de Ações Educativas da Associação Brasileira de Organizações não Governamentais (Abong).

Tivemos ainda uma nova consulta, ampliada à população, transmitida ao vivo pelo Interlegis, por meio do seminário sobre o Marco Legal das Organizações da Sociedade Civil.

Adicionalmente, não seria prudente olvidar da existência, no âmbito do Executivo, de um Grupo de Trabalho (GT) dedicado a estudar a matéria objeto da proposição em discussão. O GT foi criado por iniciativa da Presidenta Dilma Roussef e foi coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência da República (SGPR), tendo reunido, além de representantes da própria SGPR, servidores da Casa Civil, da Controladoria-Geral da União, da Advocacia-Geral da União e dos Ministérios da Justiça, do Planejamento e da Fazenda. Além desses órgãos, 14 entidades da sociedade civil foram indicadas para participar do GT por uma organização denominada Plataforma por um Novo Marco Regulatório. Como parte dos resultados desse GT, foi proposta uma minuta de projeto de lei. Houvemos por bem considerá-la também.

Além da emenda do Relator na CI (Emenda nº 01-CI), aprovada pela Comissão, não foram apresentadas outras emendas ao projeto.

Por avaliarmos inafastável levar em consideração a voz da sociedade civil organizada e o abnegado esforço do Grupo de Trabalho do Poder Executivo, vimo-nos diante da necessidade de tamanhas adequações no texto original, inclusive de natureza conceitual, quanto aos objetivos das parcerias entre o Poder Público e as entidades sem fins lucrativos, que não nos restou outra opção que não fosse apresentar substitutivo ao projeto original. Não obstante, rendemos justas homenagens e louvamos a iniciativa e o excelente trabalho do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que, definitivamente, foi inspirador.

Análise.

Esta Comissão manifesta-se em razão dos arts. 90, incisos I e XII, e 102-A, *caput* do Regimento Interno desta Casa.

O principal fundamento constitucional para a proposição ora em análise é o inciso XXVII do art. 22 da Carta Cidadã de 1988, pelo qual compete privativamente à União estabelecer normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios. O termo contratação foi utilizado pelo Constituinte em seu sentido lato, como gênero que abriga várias espécies. O ajuste firmado entre o Poder Público e uma organização da sociedade civil – termo que definimos no substitutivo para fazer referência às entidades privadas sem fins lucrativos – independentemente do nome que a ele seja dado, é uma espécie contratual, que vincula seus signatários. Estão consolidadas a jurisprudência e a doutrina, envolvendo as normas legais editadas pela União com caráter nacional para definir regras gerais na área de licitações e contratos.

A primeira característica a ser avaliada é a observância aos princípios constitucionais da separação dos Poderes (informado pela iniciativa reservada de lei em algumas matérias) e federativo. Verificaremos, ainda, quais disposições podem ser veiculadas em lei ordinária (a natureza do PLS em escrutínio). Por fim, será sempre levado em conta se cada uma das regras propostas é ou não geral – aplicável a todos os membros da Federação – e se pode ser enquadrada no tema licitações e contratos.

É com muita satisfação que relatamos a proposição, visto que há evidentes vácuos legislativos na matéria. Dá-se tratamento legal a temas que, até o momento, vinham sendo dispostos em diplomas infralegais e na interpretação jurisprudencial de cortes de contas, notadamente o Tribunal de Contas da União. A anomia ora existente gera enorme insegurança jurídica. Essa incerteza abre flanco para a prática de não raros atos de legitimidade absolutamente duvidosa.

De forma geral, damos relevo ao fato de que, conforme define o art. 1º, o projeto abrange o relacionamento das administrações direta e indireta de todos os entes federados com pessoas jurídicas de direito privado que não objetivam lucro, quando na busca de atingir fins comuns de interesse público. É a norma geral que tanto se reclama, e que, propositalmente, não abrangerá os convênios firmados entre os entes federados.

Nesta análise, daremos evidência às questões a que atribuímos maior importância do projeto original e do substitutivo apresentado ao final, que se complementam.

Registramos, inicialmente, que os comandos da proposição original que versam sobre processo civil não integrarão o Substitutivo. Avaliamos que, além de

o tema não dever constar da lei que se propõe aprovar, diante da especificidade que se busca, está em plena discussão no Congresso Nacional uma ampla revisão das leis processuais civis.

A gestão pública democrática, a participação social, o fortalecimento da sociedade civil e a transparência na aplicação dos recursos públicos são fundamentos do novo regime jurídico.

Em função da criação de um regime específico para parcerias destinadas ao alcance de objetivos de interesse público entre o Estado e organizações da sociedade civil, julgamos apropriado cunhar termos peculiares para esses acordos de vontades: termo de colaboração e termo de fomento. Nisso, fomos indisfarçadamente inspirados pelo termo de fomento e de colaboração da minuta de projeto de lei do Grupo de Trabalho do Executivo que se dedicou a estudar a matéria. Contudo, como se vê, não há um termo, mas dois, que têm finalidades distintas. Para assinatura de ambos, será exigida seleção por meio de chamamento público, no qual deve-se garantir a observância dos princípios da isonomia, da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. Previram-se hipóteses, poucas, de dispensa e inexigibilidade da realização do chamamento público.

O termo de colaboração será o instrumento pelo qual se formalizarão as parcerias estabelecidas pela Administração Pública com organizações da sociedade civil, para a consecução de finalidades de interesse público propostas pela Administração Pública.

Por sua vez, para parcerias destinadas à consecução de finalidades de interesse público propostas pelas organizações da sociedade civil, será utilizado o termo de fomento.

A participação da sociedade civil é ainda mais estimulada pela criação do Procedimento de Iniciativa Popular, instrumento pelo qual as organizações da sociedade civil, movimentos sociais e cidadãos poderão apresentar propostas ao Poder Público para que esse avalie a possibilidade de realização de um chamamento público objetivando a celebração de termo de colaboração ou de termo de fomento.

As instituições dos termos de fomento e de colaboração não prejudicarão as definições legais e a existência de outras formas específicas de ajuste, como o termo de parceria e o contrato de gestão. No entanto, fica evidente que a modalidade convênio não mais se aplicará às parcerias com as organizações da sociedade civil.

As disposições da nova lei não se aplicarão aos contratos de gestão e terão aplicação subsidiária, no que couber, aos termos de parceria.

Para se candidatar a parcerias com o Poder Público, as organizações da sociedade civil deverão utilizar regulamento de compras e contratações, próprio ou de terceiro, em que se estabeleça, no mínimo, a observância aos princípios da legalidade, da moralidade, da boa-fé, da probidade, da impessoalidade, da economicidade, da eficiência, da isonomia, da publicidade, da razoabilidade, do julgamento objetivo e a busca permanente de qualidade e durabilidade. Esse regulamento deverá ser aprovado pelo ente público com o qual estiver prestes a formalizar a parceria. Trata-se de uma inovação importante, à qual atribuímos o condão de dar maior liberdade, mas também o de trazer maior responsabilidade aos entes privados na contratação de bens e serviços necessários à execução do objeto da parceria.

Sobre o chamamento público, além da obediência obrigatória a princípios equivalentes aos exigidos em procedimentos licitatórios, traz-se a novidade da inversão de fases. Somente depois de encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, a Administração Pública procederá à verificação dos documentos que comprovem o atendimento, pela organização selecionada, dos requisitos de habilitação. Esperam-se ganhos de eficiência e velocidade da seleção, similares aos experimentados nos pregões. Assim, prioriza-se, em um primeiro momento, a avaliação da proposta e, posteriormente, a verificação da documentação institucional vinculada.

É importante ressaltar que o texto original da proposição já discriminava situações que impediriam uma organização da sociedade civil de celebrar parceria. Aprimoramos esse rol, incluindo outras vedações. Destacam-se as seguintes:

> **a)** ter como dirigente agente político de poder ou do Ministério Público, dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública de qualquer esfera governamental, ou respectivo cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;
> **b)** ter tido as contas rejeitadas pela Administração Pública nos últimos cinco anos, enquanto não seja sanada a irregularidade que motivou a rejeição e sejam quitados os débitos que lhe foram eventualmente imputados, ou seja, reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição;
> **c)** ter sido punida com: i) suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração; ii) declaração de

inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública; iii) ter tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por tribunal ou conselho de contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos oito anos;

d) ter entre seus dirigentes pessoa: i) cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por tribunal ou conselho de contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos oito anos; ii) julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; e iii) considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos pelos incisos I, II e III do art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.

Veda-se, também, a celebração de parcerias que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente, delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Estado; e a prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do Estado. Igualmente, não pode ser objeto de parceria a contratação de serviços de consultoria, com ou sem produto determinado, e de apoio administrativo, com ou sem disponibilização de pessoal, fornecimento de materiais consumíveis ou outros bens.

Aproveito para registrar, agora, a presença aqui do autor dessa matéria. Eu já havia reconhecido as qualidades do autor desta matéria, mas o faço agora na presença do Senador Aloysio Nunes, um Senador brilhante...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Muito obrigado.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – ...que tem uma preocupação de regular as relações do Poder Público com as organizações da sociedade civil.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Muito obrigado. Eu estava acompanhando pela TV, desvanecido com o elogio de V. Exª – muito grato também – e muito honrado pelo fato de o meu projeto ser relatado por um Parlamentar da qualidade do Senador Rollemberg.

(Falha na gravação.)

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – ...Aloysio.

Veda-se, também, a celebração de parcerias que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente, delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Estado; e a prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do Estado. Igualmente, não pode ser objeto de parceria a contratação de serviços de consultoria, com ou sem produto determinado, e de apoio administrativo, com ou sem disponibilização de pessoal, fornecimento de materiais consumíveis ou outros bens.

O substitutivo inova em questão que, por longa data, atormenta a relação entre as organizações da sociedade civil e a Administração Pública. Explicitamos que poderão ser pagas com recursos vinculados à parceria as despesas com:

a) remuneração da equipe dimensionada no plano de trabalho, durante a vigência da parceria, podendo contemplar as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, fundo de garantia por tempo de serviço, férias, décimo terceiro, salário proporcional, verbas rescisórias e demais encargos sociais, desde que tais valores: i) correspondam às atividades previstas no objeto, aprovadas no plano de trabalho; ii) correspondam à qualificação técnica necessária para a execução da função a ser desempenhada; iii) sejam compatíveis com o valor de mercado da região onde atua e não superior ao teto do Poder Executivo; iv) sejam proporcionais ao tempo de trabalho efetiva e exclusivamente dedicado à parceria celebrada.

b) pagamento de diárias referente a deslocamento, hospedagem e alimentação nos casos em que a execução do objeto da parceria assim exija;

c) pagamento de multas e encargos vinculados a atraso no cumprimento de obrigações previstas nos planos de trabalho e de execução financeira, em consequência do inadimplemento da Administração Pública em liberar, tempestivamente, as parcelas acordadas;

d) aquisição de equipamentos e materiais permanentes essenciais à consecução do objeto e os serviços de adequação de espaço físico, desde que necessários à instalação dos referidos equipamentos e materiais;

Outra questão sensível diz respeito às despesas administrativas. Se previstas no plano de trabalho, estas poderão ser efetuadas com recursos financeiros transferidos pela Administração Pública, até o limite por ela fixado nesse plano, que não poderá ultrapassar 15% (quinze por cento) do valor total do objeto da par-

ceria, e desde que sejam necessárias e proporcionais ao cumprimento do objeto e não sejam remuneradas por qualquer outro instrumento de parceria – chamo a atenção para isso.

Estatui-se, expressamente, que as remunerações de serviços contábeis, de assessoria jurídica e de auditoria externa, poderão ser consideradas despesas administrativas, desde que tenham por objeto o plano de trabalho pactuado com a Administração Pública.

Digna de nota também é a possibilidade excepcional de constituição de suprimento de fundos, quando for inviável efetuar pagamentos de serviços necessários ao adimplemento da parceria por meio do sistema bancário. Nesses casos, será admitida a constituição de suprimento de fundos em espécie, observadas várias restrições objetivas. O somatório dos valores suprimento de fundos constituídos não poderá superar o limite de 10% (dez por cento) do valor total da parceria.

Há muito se reclama por mecanismos que concedam alguma flexibilidade na gestão dos recursos repassados. Diante de variáveis não controláveis, durante a execução, poderá ser necessário adequar o plano de aplicação dos recursos. Em atendimento a esse anseio, o substitutivo permite que a Administração Pública autorize o remanejamento de recursos do plano de aplicação para consecução do objeto da parceria de modo que, separadamente para cada categoria econômica da despesa (corrente ou de capital), a organização da sociedade civil remaneje, entre si, os valores definidos para os itens de despesa, desde que, individualmente, os aumentos ou diminuições, não ultrapassem 25% (vinte e cinco por cento) do valor originalmente previsto para cada item.

Valorizam-se o monitoramento e a avaliação das parcerias. Há uma seção dedicada exclusivamente a esses temas – e chamo aqui a atenção para isso, que hoje é um grande problema.

Sem prejuízo da fiscalização pelos órgãos de controle, a execução da parceria será acompanhada pelo gestor designado responsável e pela comissão de monitoramento e avaliação designada pela Administração Pública. E poderá ser acompanhada e fiscalizada, também, pelos conselhos de políticas públicas das áreas correspondentes de atuação, existentes em cada nível de governo.

Dedicou-se especial atenção às prestações de contas das parcerias, de maneira a garantir maior segurança jurídica. Há um capítulo específico para o tema. Destaca-se a obrigatoriedade de análise e manifestação conclusiva das contas em tempo previamente determinado, de responsabilidade da Administração Pública, sem prejuízo da atuação dos órgãos de controle.

Não se poderia pensar em dar mais amplitude à participação da sociedade na consecução de atividades de interesse coletivo sem prever adequadas sanções para as organizações da sociedade civil que têm conduta desvirtuada do agir em prol da comunidade e do bem geral.

Para a organização da sociedade civil faltosa, prevê-se:

> **a)** advertência;
> **b)** suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar termos de fomento, termos de colaboração e contratos com órgãos e entidades da esfera de governo da Administração Pública sancionadora;
> **c)** declaração de inidoneidade para participar em chamamento público ou celebrar termos de fomento, termos de colaboração e contratos com órgãos e entidades de todas as esferas de governo.

Noutro giro, ainda sob o enfoque das penalidades, não poderá firmar parceria com o Poder Público a organização da sociedade civil que:

> **a)** esteja omissa no dever de prestar contas, parcial ou final, de parceria anteriormente celebrada;
> **b)** tenha tido as contas rejeitadas pela Administração Pública nos últimos 5 (cinco) anos;
> **c)** tenha sido punida com uma das sanções abaixo, pelo período que durar a penalidade: i) suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração; ii) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública; iii) suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar termos de fomento, termos de colaboração e contratos com órgãos e entidades da esfera de governo da Administração Pública sancionadora; iv) declaração de inidoneidade para participar em chamamento público ou celebrar termos de fomento, termos de colaboração e contratos com órgãos e entidades de todas as esferas de governo;
> **d)** tenha tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por tribunal ou conselho de contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos; e) tenha entre seus dirigentes pessoa: i) cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por tribunal ou conselho de contas de qualquer esfera da

> Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos; ii) julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; iii) considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos pelos incisos I, II e III do art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.

Genericamente, atribuímos importância especial também aos dispositivos precisamente delineados para privilegiar a ampla transparência dos atos dos gestores e das organizações da sociedade civil. O controle desses atos é favorecido pela clareza com que se exige expor os motivos que os determinaram e os procedimentos realizados. Transparência é a palavra-chave, indissociável da publicidade. Juntas, as duas permitem aferir as dimensões de legalidade, legitimidade, impessoalidade, moralidade, economicidade e eficiência da ação administrativa.

Dado o valor dos comandos contidos na proposição, constará das Disposições Finais do substitutivo a ser derradeiramente apresentado que as disposições da lei que advier do PLS aplicar-se-ão, no que couber, aos termos de parceria regidos pela Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999.

Observamos que o texto original do PLS não alcançou as parcerias encetadas pelo braço empresarial do Estado, composto pelas empresas públicas e sociedades de economia mista. São muito grandes a importância e o número de parcerias formadas entre esses entes da administração indireta e organizações da sociedade civil, razões pelas quais julgamos necessária a sua inclusão. Entretanto, devemos considerar que existe uma divisão conceitual das empresas estatais, à qual o Constituinte decidiu evidenciar e conferir tratamento diferenciado aos seus dois grupos. Trata-se da alteração trazida ao Texto Magno pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998, que diferencia as estatais exploradoras de atividade econômica das prestadoras de serviço público.

O Constituinte derivado modificou o art. 173 da Constituição, para que houvesse um regramento legal específico para as estatais que exploram atividade econômica, ao que nos afeta neste parecer, especialmente no que tange a licitação e contratação de obras, serviços, compras e alienações (inciso III do §1º). Para as estatais prestadoras de serviço público, remanesceu tratamento equivalente ao dispensado ao resto da máquina administrativa.

Diante dessas considerações, não há justificativa para as empresas públicas e sociedades de economia mista que prestam serviço público ficarem alheias às imposições da lei que se pretende aprovar.

Em face do imperativo de fundamentar o raciocínio ora desenvolvido, adianta-se que não julgamos prudente nem necessário revogar o art. 116 da Lei nº 8.666, de 1993, primeiramente porque, até o momento, é a única norma geral, com estatura de lei, a disciplinar os convênios. Ocorre que ela se presta a regular não apenas os convênios da Administração Pública com entidades particulares, mas também entre os entes públicos. Assim, a revogação do art. 116 criaria um vácuo legislativo no tocante aos convênios entre órgãos e entidades do Poder Público. Naturalmente, com a aprovação da nova lei, o dispositivo terá seu âmbito de incidência limitado a esses casos.

Imperioso destacar também que, no que é afeto a convênios e instrumentos congêneres, a simples revogação do art. 116 do Estatuto das Licitações e Contratos, na forma como está na proposição original, colocaria as entidades do braço empresarial do Estado, independentemente de suas naturezas, em um vácuo legislativo. Não haveria uma norma legal de regência constitucionalmente válida.

Outrossim, não revogar o art. 116 da Lei nº 8.666, de 1993, e deixar de incluir as parcerias das estatais com organizações da sociedade civil do novo regramento seria um contrassenso, pois a interação entre elas passaria a ser regida por normas mais gravosas do que a aplicável à administração direta, autarquias e fundações com essas mesmas pessoas jurídicas. Isso porque o regime àquelas imputável continuaria a ser o da Lei de Licitações, tanto mais draconiano quanto lacunoso do que o criado por esta proposição.

Além disso, até o momento, não foi editado o estatuto das estatais exploradoras de atividade econômica, preconizado no §1º do art. 173 da Lei Maior.

A solução adotada foi submeter, permanentemente, as estatais prestadoras de serviço público e suas subsidiárias ao regime que se está inaugurando. Paralelamente, como uma regra de transição, define-se nas disposições finais do substitutivo que a nova lei também se aplicará às empresas públicas e sociedades de economia mista que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços, assim como às suas subsidiárias, até que seja editado o estatuto a que se refere o §1º do art. 173 da Constituição Federal.

Submeter estatais que exploram atividade econômica ao novel regime até a criação do regramento legal específico demandado pela Constituição pode não ser a situação desejada pelo Constituinte, mas é a solução mais apropriada à ocasião.

Antes de concluirmos, anotamos mais uma das importantes qualidades do regime que se está criando: permitir maior abrangência do controle pelos cidadãos e pela sociedade civil organizada. Um poderoso instrumento republicano de exercício da cidadania e valorização da democracia.

Por fim, informamos que rejeitamos a Emenda nº 01-CI, porque não é adequada ao substitutivo que apresentamos, nele não encontrando *locus*.

Encerramos esta análise com a certeza de que a sanção deste projeto de lei será um marco nas relações do Estado com as organizações da sociedade civil. Ganharão todos os que lutam pela coisa pública, pela ativa participação da sociedade civil na construção de um Brasil melhor e pela boa e regular gestão dos recursos estatais. Ganha todo o corpo social. Ganha o Brasil.

Mais uma vez, parabenizo o autor desta matéria.

Esse é o nosso relatório e o voto.

Sinto-me muito honrado de relatar esta matéria, que nos deu muito trabalho. É um tema muito complexo. Ouvimos todos os atores envolvidos. Mas quero dizer que o brilhante trabalho feito pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira facilitou enormemente o nosso trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Agradeço ao Senador Rodrigo Rollemberg, que foi o Relator desta matéria.

Quero cumprimentá-lo pela disposição de relatar essa matéria e, como disse V. Exª, de ter ouvido vários segmentos da sociedade envolvidos nessa questão. Eu mesmo participei de um grande evento que foi promovido no Interlegis para discutir esse assunto. Então, o Senador Rodrigo Rollemberg está hoje com o assunto, a matéria, na mão, vamos dizer assim. Então quero, mais uma vez, cumprimentá-lo.

Está em discussão a matéria.

Para discutir a matéria, o Senador Aloysio, que é o autor deste projeto.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, em primeiro lugar, eu gostaria de fazer uma precisão a respeito da autoria. Eu sou um defensor da Lei dos Direitos Autorais, cujo texto atual, em grande parte, é de minha lavra. E eu não posso negar a autoria desse projeto de lei a uma comissão que trabalhou no Senado na legislatura passada, a chamada CPI das ONGs, que foi presidida pelo Senador Heráclito Fortes.

Essa CPI trabalhou durante um bom tempo, inicialmente, com um ótica, digamos, punitiva – descobrir os chamados desvios de finalidade de convênios firmados entre a Administração e as organizações sociais a partir de denúncias que surgiram sobre desvios ocorridos nessa relação. Desvios do ponto de vista da ética, da lisura.

No bojo desse trabalho, evoluiu-se para uma posição, digamos, extremamente construtiva, que culminou com a apresentação de um relatório do qual eu extraí praticamente a totalidade do projeto de lei que apresentei e que foi brilhantemente relatado pelo Senador Rollemberg. Um relatório que contou com a participação ativa, entusiástica, de muitos Parlamentares, do Ministério Público, do Tribunal de Contas da União, de muitas organizações da sociedade civil, inclusive de uma organização nacional dessas entidades. E infelizmente esse relatório acabou não votado, por razões que não me ocorrem. Mas o fato é que ele não foi votado.

No início desta legislatura, eu estudei este parecer não votado, este relatório não apreciado pela Comissão, e vi que nós tínhamos ali realmente uma joia a ser resgatada, a ser bem polida, como começa a fazer o nosso Senador Rollemberg.

E, com o concurso da Consultoria do Senado, atualizando as informações e as reflexões que ocorreram do fim dos trabalhos da CPI até a apresentação do projeto, temos o texto que está hoje submetido à deliberação desta Comissão, na forma do substitutivo do Senador Rollemberg.

Não poderia haver melhor relator do que o Senador Rollemberg: disposto, competente, com espírito público, com uma vocação eminentemente democrática, com capacidade de ouvir e de traduzir aquilo que ouve em propostas concretas, exequíveis, tudo isso faz dele um dos melhores Parlamentares que nós temos no Brasil.

Como disse V. Exª, Sr. Presidente, este trabalho prosseguiu com uma nova rodada de consultas, inclusive com o apoio do Interlegis, e o resultado disso é o substitutivo que estamos examinando hoje.

Houve, desde o início, desde a aprovação pioneira da lei que criou as OSCIPs, inspirada pela Profª Ruth Cardoso, até hoje, uma evolução tanto da sociedade quanto das organizações da sociedade civil e quanto do próprio Governo, dos governos, dos partidos políticos, dos atores políticos, que se abriram para a compreensão de que o Estado não pode tudo por si mesmo e que é preciso mobilizar e engajar o impulso dos cidadãos para trabalharem pelo bem comum, algo que já existe e que é uma tradição da sociedade brasileira.

As Santas Casas de Misericórdia se originaram, vindas de Portugal, quando a comunidade brasileira se organizou há 500 anos. De lá para cá, evidentemente, houve um enorme desenvolvimento dessa vontade dos cidadãos de tomarem nas mãos a realização de ações que dizem respeito ao bem comum; pessoas que dedicam, voluntariamente, parte do seu tempo, da sua energia e da sua inteligência para trabalharem para os outros.

Esse projeto de lei leva em conta toda essa experiência, as críticas que ocorreram, os problemas que surgiram nessa relação, ao longo desses anos, e tenho certeza de que, nas próximas etapas da sua tramitação, chegaremos a um texto do qual, seguramente, o Senador Rollemberg se aproximou muito, e que é o texto ideal.

Vamos ainda ouvir duas comissões, se não me engano – a Comissão de Assuntos Econômicos e, finalmente, a Comissão de Constituição e Justiça –, mas tenho para mim que, se nos desviarmos do substitutivo do Senador Rollemberg, nos desviaremos muito pouco, porque o trabalho do Senador, realmente, merece o elogio de todos nós.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Aloysio.

Com a palavra, o Senador Jorge Viana.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – Sr. Presidente, só para agradecer as palavras do Senador Aloysio...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Deixa para agradecer no final que você já faz por atacado. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – V. Exª será elogiado pelo Senador Viana também.

Concedo a palavra ao Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Eu queria, agradecendo, Presidente Blairo Maggi, dizer que é com satisfação que, atuando nas comissões, um trabalho quase invisível para uma parcela enorme da população brasileira, trabalha-se em temas da maior importância, e este é um deles. Não há sociedade desenvolvida se o terceiro setor, se a sociedade civil não se organiza e não participa. Não há como.

O Senador Aloysio Nunes fez um relato da origem, da sua fonte de inspiração, para que, no ano de 2011, ele apresentasse esse projeto absolutamente meritório, fundamental, importante, principalmente para o estágio em que o Brasil está vivendo, de se firmar como uma grande Nação, de se consolidar do ponto de vista da inclusão da sociedade na vida do País, do cidadão na vida do País.

O Brasil tem mais de 290 mil organizações não governamentais. Grande parte delas, ou todas elas trabalham sem fins lucrativos e em temas que, em muitos casos, o Estado se ausenta, ou não pode ter a eficiência que a sociedade civil tem. Trabalham com transparência.

Eu estava fazendo um apanhado, e, segundo o próprio IBGE, de 2012, envolvem dois milhões de pessoas trabalhando, e boa parte como voluntários nessas organizações – 72%, no caso, são voluntários; 40% delas atuam na área social, uma área tão importante; 28% se dedicam à religião; 12% estão diretamente vinculadas à cultura e à recreação.

De 2008 a 2012, ao menos 3.600 ONGs receberam verba federal. Estamos falando de um volume de quase R$2 bilhões. Daí um debate recorrente no País sobre a necessidade de se ter um marco, de se ter um regramento para essa relação entre governos municipais, estaduais ou federal com as entidades não governamentais.

Em 2011, o Governo criou um grupo de trabalho, dada a importância do tema, envolvendo sete ministérios e catorze entidades da sociedade civil, no mesmo período em que o Senador Aloysio trouxe para o debate nesta Casa um projeto estabelecendo um marco civil, um regramento para essa relação que precisa ser transparente, mais do que nunca. Precisa ser diferenciada das prefeituras, dos governos na sua relação, porque o convênio que o Governo Federal assina com a entidade não governamental não pode seguir o mesmo regramento do convênio assinado com prefeituras e com governos de Estados.

Então, tudo isso está colocado na origem do projeto do Senador Aloysio Nunes, mas vem aperfeiçoado. Eu diria que o Senador Rodrigo – usando a mesma simbologia do Senador Aloysio Nunes, da pedra preciosa – está lapidando essa pedra, dando uma melhor forma para ela sem ter nenhum desrespeito; ao contrário, como foi dito aqui, valorizando ainda mais a iniciativa do Senador Aloysio Nunes.

Na Secretaria-Geral da Presidência da República, cargo que o Senador Aloysio Nunes já ocupou, o Ministro Gilberto Carvalho tem, no Secretário Executivo, Diogo Sant'Ana, uma dedicação quase exclusiva a esse tema. Obviamente, o Governo, de que eu me sinto parte, está atrasado nesse tema. O próprio Presidente Lula, que tem tanta atenção e respeito, a própria Presidenta Dilma, nós estamos atrasados. As ONGs, e inclusive a própria Abong, recentemente, lançou uma carta, mesmo sabendo que houve uma construção desse diálogo, fez duras críticas ao Governo – e eu não estou julgando o mérito –, mas o fato é que é uma constatação: nós estamos atrasados nesse debate.

E por que nós estamos atrasados?

Porque a má conduta de algumas entidades dessas e também de alguns gestores públicos terminam por causar um dano enorme a algo que é fundamental. Veja: houve ações da Polícia Federal, porque, como nós não criamos um marco regulatório, não estabelecemos um regramento, aí há as ONGs dos amigos, as ONGs dos esquemas...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Dos parentes.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – ...dos parentes, e que vêm com um único interesse: de se apropriar de dinheiro público e não de prestar uma assistência social, e não de fazer um complemento ao papel do Estado.

Então, é muito importante esse debate, é muito importante, inclusive, esse entendimento, já que a intenção é aprovar, em caráter não terminativo, o substitutivo do Senador Rodrigo Rollemberg ao projeto que tem origem no Senador Aloysio Nunes Ferreira, para que, na próxima comissão, se faça ainda, seguindo-se com o aperfeiçoamento.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Tomara que o Rollemberg continue Relator.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Pois é. Eu recebi, no meu gabinete, a Secretária Executiva, a Vera Masagão, que é Secretária Executiva da Abong, a associação do setor que envolve todo mundo. Eles estão muito satisfeitos, mas apreensivos.

Nós temos um problema gravíssimo ainda no nosso País: o nosso PIB saltou, nos últimos anos, cinco, seis vezes, nas últimas décadas, mas há um gravíssimo problema de financiamento nas entidades não governamentais. E ele é gravemente afetado quando há um escândalo, uma ação da Polícia Federal, pegando, com justa razão, algumas dessas ONGs de fachada, algumas dessas ONGs dos esquemas, dos parentes, dos amigos de quem está no poder. Esses contaminam tudo.

Com esse projeto aprovado, esse setor, que é um dos que têm muito respeito da sociedade... A sociedade respeita a ação das entidades não governamentais muitíssimo. Eu sou de ONGs, trabalhei em ONGs, quando governador, fiz grandes parcerias com ONGs, mas confesso que fico feliz de estar podendo aqui, de alguma maneira, colaborar, para que se tenha esse projeto aprovado.

E eu não tenho dúvidas, Senador Blairo, como bem colocou V. Exª, de que a captação de recursos privados tem sido afetada, e, como acontece em muitos países na Europa, nos Estados Unidos, há um envolvimento direto, uma participação direta do setor privado no financiamento de ONGs.

E também se criariam as regras, para que se possa ter, com toda a transparência necessária, com todo um conjunto de condicionantes estabelecidas, uma legislação própria, uma legislação própria que possa levar em conta as peculiaridades de quem trabalha nesse setor e possa, ao mesmo tempo, criar uma relação que fortaleça essa confiança que a sociedade tem no trabalho das entidades não governamentais.

Então, como membro da bancada do Governo, eu acho que nós devemos saudar a iniciativa do Senador Aloysio, o trabalho de quase um ano da equipe do Senador Rodrigo Rollemberg, que ouviu muito, e dizer que o próprio Governo está muito satisfeito, porque ele criou o GTI (Grupo de Trabalho Interinstitucional), viu que boa parte da intenção já está colocada no projeto. Há alguns pontos que, no entender do Governo, podem e devem ser aperfeiçoados, mas o Governo também tem pressa: quer que esse processo ande, tem uma expectativa enorme de que o Congresso siga aperfeiçoando esse tema.

Então, nas outras duas comissões não tenho dúvida... E faço o mesmo apelo que o Senador Aloysio fez, só que eu o incluo: que o Senador Rodrigo Rollemberg seja Relator, para dar celeridade ao processo, já que ele acumulou um conhecimento e tem uma vida também dedicada a esse tema. Mas que permaneça o Senador Aloysio, que é o autor, está na origem e já colocou aqui onde se inspirou; e foi Secretário-Geral da Presidência da República – tive oportunidade de visitá-lo também – além de ter exercido outros cargos. Que a gente possa ter na Secretaria da Presidência da República, que é também um endereço onde se tem a expectativa... E eles têm a expectativa – o Ministro Gilberto Carvalho e também o Diogo – de que esse projeto possa andar, e o Brasil tenha uma regra, uma legislação específica para estabelecer o funcionamento, a relação entre ONGs, governos, entre uso de recursos públicos. E, com isso, que estimulemos a participação do setor privado no financiamento das entidades não governamentais.

Então, parabéns a V. Exª. É um tema da maior importância. E que bom que está na pauta, está sendo debatido e vamos deliberar sobre ele.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Jorge Viana.

Concedo a palavra ao Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – Sr. Presidente, eu quero agradecer, muito sensibilizado, as palavras do Senador Aloysio Nunes e as palavras do Senador Jorge Viana. Eu sei que as palavras são exageradas em função da nossa amizade, mas vindas desses Senadores me enche de muita honra.

Quero dizer que relatei duas matérias no Senado, nesta Legislatura, que me honram muito e guardam mui-

ta relação: a Lei Geral do Concurso Público, que define as regras para o concurso público na Administração Federal, que agora está na Câmara dos Deputados, e essa lei que regula as relações do Poder Público com as organizações da sociedade civil. É realmente um marco muito importante.

Eu não poderia deixar aqui... Seria injusto se eu não fizesse um agradecimento público ao Ministro Gilberto Carvalho, ao Diogo de Sant'Ana e a toda equipe da Secretaria-Geral da Presidência, coordenada pelo Ministro Gilberto Carvalho.

E quero também aqui fazer um agradecimento público às Organizações Não Governamentais; à plataforma por um novo marco nas relações do Poder Público com a sociedade civil, à Abong (Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais), pela contribuição. E também às organizações religiosas coordenadas pela CNBB, pelo Conic.

Nós tivemos a oportunidade, nesse processo que foi muito rico para mim, de ouvir todas essas instituições; de ouvir profundamente. Isso fez com que demorássemos um pouco a apresentar o relatório, porque entendíamos que essa questão era tão importante que valia a pena perdemos um pouco de tempo para aperfeiçoar o projeto, até para arredondá-lo, para que fosse também mais fácil a sua tramitação nas comissões.

Mas eu também não poderia deixar de fazer aqui um agradecimento à Consultoria do Senado, na figura do Consultor Francisco, que ajudou muito nesse processo desde o início, e também à assessoria do nosso gabinete nas figuras da Sílvia e da Mariana Sales, que já têm uma grande experiência na relação com as organizações não-governamentais.

Foi um processo muito enriquecedor. Nós precisamos descriminalizar a ação das entidades da sociedade civil, das organizações da sociedade civil, que, na sua maioria, prestam serviço da maior importância ao País, muitas vezes indo aonde o Estado não vai. E essa parceria é boa para a população e para o Poder Público. Agora, nós precisamos ter um marco claro, com muita transparência, com impessoalidade, que dê tranquilidade e segurança jurídica.

Tenho certeza de que a aprovação desse marco legal vai alegrar todas as entidades sérias deste País, porque vão continuar fazendo o seu trabalho com tranquilidade. Isso dificultará qualquer possibilidade de desvio de recurso.

É claro que ainda há ambiente para aperfeiçoamentos. Estamos absolutamente abertos nas próximas comissões – mesmo que não seja o Relator da matéria – para ouvir todos os interessados e construir aquilo que seja a melhor proposta para o Brasil.

Quero, mais uma vez, cumprimentar o Senador Aloysio Nunes pela sensibilidade de trazer um tema tão importante para o Brasil como esse marco legal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Rodrigo Rollemberg.

Está em discussão ainda o projeto. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, vamos à votação.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado. Está aprovado o relatório que passa a constituir parecer da CMA pela aprovação do projeto, nos termos da Emenda nº 2, da CMA, substitutivo, e pela rejeição da Emenda nº 1 da Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Vamos então ao item 3:

ITEM 3

AVISO DA
COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS. E FISC. E CONTROLE Nº 28, DE 2012 – NÃO TERMINATIVO –

Encaminha cópia do Acórdão nº 3249/2012 – TCU – Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente ao conhecimento do rol de renúncias de receitas tributárias e creditícias concedidas pelo Governo Federal para viabilizar o evento Copa do Mundo de 2014 (TC 034.303/2011-1).

Autoria: Tribunal de Contas da União

Relatoria: Delcídio do Amaral

Relatório: Pelo arquivamento

Observações:

– A matéria constou nas pautas dos dias 17/09/2013 e 24/09/2013;

– A relatoria será feita *ad hoc* pelo Senador Jorge Viana.

Concedo a palavra ao Relator Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Sr. Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, passo a relatar o Aviso nº 28, de 2012, do Tribunal de Contas da União, Plenário, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam, referente ao conhecimento do rol de renúncias de receitas tributárias e creditícias concedidas pelo Governo Federal para viabilizar o evento Copa do Mundo. O Relator é o Senador Delcídio do Amaral.

Agradeço a indicação de V. Exª.

Submete-se ao conhecimento desta Comissão o Aviso da CMA nº 28, de 2012, do Tribunal de Contas da União (nº 1.564, de 28 de novembro de 2012, na origem), cujo objeto é discriminado acima.

O TCU, na qualidade de órgão que presta auxílio ao Congresso Nacional no exercício do controle externo da Administração Pública, regulamentou procedimentos internos destinados a atender às demandas que lhe são encaminhadas pelo Parlamento, no cumprimento de suas competências constitucionais.

Da análise.

O instrumento destina-se, exclusivamente, a dar conhecimento da aprovação do normativo interno daquela corte de contas. Nessa condição, até porque ao TCU é garantida autonomia administrativa, nada há a ser feito por este colegiado.

Nesse sentido, as principais determinações do TCU no acórdão:

> 9.1. determinar ao Ministério do Esporte, com base no art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, que, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da ciência, tome as providências, sob sua alçada, para incluir na matriz de responsabilidades os gastos respectivos às renúncias tributárias, financeiras e creditícias, tanto da União, como dos Estados e Municípios responsáveis pelos gastos com a Copa do Mundo de 2014;
>
> 9.2. determinar à Semag, com base no art. 157, *caput*, do Regimento Interno do TCU, que, em 2013, acompanhe o desenrolar das renúncias de receitas tributárias, financeiras e creditícias oferecidas pela União relacionadas à Copa do Mundo de 2014, em especial no que se refere ao seguinte:
>
> 9.2.1. credenciamento de outros projetos de estádios para a realização da Recopa e descreve toda a normativa no sentido de controle dos gastos públicos.

À luz do exposto – é o voto –, opinamos pelo arquivamento do Aviso nº 28, de 2013, do Tribunal de Contas da União, juntamente com os documentos que o acompanham, cumprindo o rito desta Comissão naquilo que lhe cabe de fiscalização e controle, já que o TCU assumiu plenamente, como é sua prerrogativa como órgão auxiliar do Congresso, a iniciativa de fazer a devida fiscalização.

Por isso, cabe o arquivamento aqui na Comissão desse aviso.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Jorge Viana.

O relatório, então, é pelo arquivamento.

O Senador Aloysio Nunes sugeriu na reunião anterior, no que foi acompanhado pelos demais, encaminhamento ao TCU de solicitação de informações sobre o cumprimento das decisões referentes ao acórdão desse item. Quer dizer, nós vamos aprovar, vamos arquivar, mas a Comissão vai fazer um ofício ao TCU pedindo que nos informe sobre isso, conforme solicitação de S. Exª.

Está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram.

Está aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CMA, pelo arquivamento da matéria.

ITEM 4

AVISO DA
COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS. E FISC. E CONTROLE Nº 1, DE 2013 – NÃO TERMINATIVO –

> **Encaminha cópia do Acórdão nº 100/2013 – TCU – Plenário proferido nos autos do processo nº TC 012.643/2005-4, acompanhado do Relatório e do Voto que fundamentam, referente a Tomada de Contas Especial decorrente da conversão do Relatório de Auditoria desenvolvido ao final dos trabalhos realizados em Furnas Centrais Elétricas S.A. com o objetivo de subsidiar os trabalhos das Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito denominadas "CPMI dos Correios" e "CPMI do Mensalão", bem como da Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado Federal denominada "CPI dos Bingos".**

Autoria: Tribunal de Contas da União

Relatoria: Delcídio do Amaral

Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento

Observações:

– A matéria constou nas pautas dos dias 17/09/2013 e 24/09/2013.

Eu solicito ao Senador Jorge Viana que seja Relator *ad hoc* deste processo.

A matéria constou das pautas das reuniões dos dias 17/9 e 24/9.

Com a palavra o Relator, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Sr. Presidente, primeiro eu queria fazer o registro de que é muito importante o encaminhamento do Senador Aloysio Nunes, que todos nós acatamos,

de solicitar do TCU o desdobramento da fiscalização que ele assume fazer nesses avisos, e que, por isso, os mesmos vão ao arquivo.

Eu faço uma brevíssima apreciação do relatório feito pelo Senador Delcídio do Amaral referente ao Aviso nº 1.

Encontra-se em exame na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), o Aviso (AMA) nº 1, de 2013, do Presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), conforme a ementa deste Relatório.

O Acórdão nº 100/2013 – TCU – Plenário, contido no Aviso em tela, decidiu acolher as alegações apresentadas pela defesa da empresa M. I. Montreal Informática Ltda. e pelos responsáveis, Luiz Carlos dos Santos, Julio Cesar de Cacio, Marcelo Brandão Carneiro e Ailton Gomes Monteiro Filho, e determinar o retorno dos autos à sua natureza original de Relatório de Auditoria.

No mérito, o Acórdão alinha-se às conclusões da análise empreendida pelo MP/TCU, "no sentido de que a falta de efetivo controle da digitalização por etapas, na forma definida no contrato, trouxe sérios prejuízos à capacidade de Furnas saber se efetivamente estava pagando o valor justo, de modo que criar metodologia para inferir o suposto dano é procedimento que deve ser evitado".

Não obstante, conclui que permanece a responsabilidade dos gestores pelas irregularidades cometidas na fase da licitação e da execução, uma vez que, na palavra da unidade técnica, as partes contratuais agiram à revelia da lei do contrato e do edital.

Por fim, o TCU conclui pela inviabilidade de controle e apuração de eventuais prejuízos ao Erário em face de afronta a procedimentos e princípios previstos na Lei das Licitações.

Ante o exposto, manifestamo-nos para que esta Comissão tome conhecimento do teor do referido acórdão e que proceda ao arquivamento do Aviso nº 1, de 2013.

É esse o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Jorge Viana.

Está em discussão o relatório. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA pelo conhecimento e arquivamento da matéria.

Antes de finalizar a nossa reunião, eu gostaria de fazer um lembrete às assessorias e também aos Senadores do número de matérias que estão ainda com os Senadores para relatar.

O Senador Jorge Viana tem 15 projetos com ele.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – 15?

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – 15. Pede para a sua assessoria dar uns pulos lá.

Senador Delcídio Amaral tem 13.

Senador Rodrigo Rollemberg tem 8.

Senadora Vanessa Grazziotin, 8.

Senador Eduardo Amorim, 7.

Senadora Ana Rita, 6.

Senador Romero Jucá, 5.

Senador Sérgio Souza, 5.

Senador Aloysio, 4.

Senador Cristovam Buarque, 4.

Senador Eduardo Braga, 4.

Senador Acir Gurgacz, 3.

Senador Flexa Ribeiro, 3.

Senador João Capiberibe, 2.

Senadora Kátia Abreu, 2.

Senador Luiz Henrique, 2.

Senador Anibal Diniz, 1.

Senador Blairo Maggi, 1.

Senador Cícero Lucena, 1.

Senador Gim Argello, 1.

Senador Ivo Cassol, 1.

Senador José Agripino, 1.

Espero que todos possamos devolvê-los à Comissão, para deixarmos a nossa pauta limpa, 100% sem pendência.

Agradeço a presença de todos os Senadores e Senadoras presentes à nossa reunião e convido a todos para, na terça-feira, às 8h30min da manhã, começarmos a nossa reunião ordinária.

Muito obrigado a todos.

Desculpem, faltou ler o seguinte:

Submeto aos Srs. e Srªs Senadoras a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Muito obrigado a todos.

Está encerrada esta reunião.

Bom dia!

(Iniciada às 9 horas, a reunião é encerrada às 10 horas e 56 minutos.)

ATA DA 36ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE OUTUBRO DE 2013, TERÇA-FEIRA, ÀS 8H30, NA ALA SENADOR NILO COELHO, SALA N° 6.

Às oito horas e cinquenta e um minutos do dia quinze de outubro de dois mil e treze, na sala de reuniões nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **BLAIRO MAGGI**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores Anibal Diniz, Acir Gurgacz, Jorge Viana, Ana Rita, Rodrigo Rollemberg, Valdir Raupp, Blairo Maggi, Eduardo Amorim, Vanessa Grazziotin, João Capiberibe, Sérgio Souza, Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Romero Jucá, Luiz Henrique, Garibaldi Alves, Ivo Cassol, Kátia Abreu, Alvaro Dias, Cícero Lucena, José Agripino e Fernando Collor**.** A Presidência declara aberta a reunião e submete a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior. A ata foi aprovada. **LEITURA DE AVISO**, em conformidade ao Ato n° 02, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal. Conforme análise prévia, os seguintes avisos ficarão à disposição dos Srs. Senadores por sete dias na Secretaria da Comissão, sendo arquivada após o término do prazo: Aviso nº 13.305, de 2013, do Tribunal da Contas da União, que cuida da representação formulada contra possíveis irregularidades em edital sob responsabilidade do DNIT, relativo a obras no Porto de Manaus, ação que se insere na matriz de responsabilidades para a Copa do Mundo de 2014; Aviso nº 1.298, de 2013, do Tribunal de Contas da União, que cuida de auditoria realizada na Caixa Econômica Federal, com o objetivo de verificar a regularidade dos procedimentos de concessão de financiamento e desembolso à Prefeitura de Porto Alegre/RS, relacionados às obras de mobilidade urbana para a Copa de 2014; Aviso nº 1.286, de 2013, do Tribunal da Contas da União, que cuida de monitoramento das determinações emanadas em acórdão do Tribunal de Contas da União, em que o Tribunal avaliou a conformidade das operações de crédito realizadas pela Caixa Econômica Federal para viabilização de obras de mobilidade urbana para a Copa de 2014 no Município de Belo Horizonte. Conforme análise prévia, o seguinte aviso será distribuído para a relatoria: Aviso nº 1.246, de 2013, do Tribunal de Contas da União, que cuida de auditoria realizada com o objetivo de conhecer a estrutura de governança dos agentes envolvidos na gestão dos jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, bem como a carteira de projetos essenciais, responsabilidades e níveis de execução. **LEITURA DE REQUERIMENTOS.** A Presidência faz a leitura dos seguintes requerimentos apresentados à comissão: **1) REQUERIMENTO DA CMA Nº 63, DE 2013**, que "Requeiro, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de instruir o PLS 278/2011, que tramita em conjunto com PLS 609/2011, com a presença dos seguintes convidados: 1. Representante da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac); 2. Representante da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República (SAC/PR); 3. Representante da Associação Nacional em Defesa dos Direitos dos Passageiros do Transporte Aéreo (Andep); 4. Representante do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias (SNEA); 5. Representante do Instituto Nacional de Defesa do Consumidor (Idec)". Autoria: Senadora Ana Rita. **2) REQUERIMENTO DA CMA Nº 64, DE 2013**, que "Requeiro, nos termos do inciso V, do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 58, §2º, inciso V, da Constituição Federal, que seja convidada a Srª Ideli Salvatti, Ministra da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, para prestar esclarecimentos sobre o uso de helicóptero da Polícia Rodoviária, conveniado ao Samu, para se descolar em visitas a Santa Catarina". Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Usam da palavra os Senhores Senadores Sérgio Souza e Ana Rita. Passa-se à **PAUTA**. **ITEM 1) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 58, de 2013**, que "Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública desta Comissão, em conjunto com as Comissões de Desenvolvimento Regional, do Senado Federal – CDR, de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, da Câmara dos Deputados – CMADS e Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC para debater na forma de seminário sobre "Os efeitos das mudanças do clima para o Semiárido". Para debater o tema: Situação e impactos das Mudanças Climáticas na região do Semiárido, requeiro que sejam convidadas as seguintes autoridades: • Cenários Climáticos para o Semiárido – Eduardo Sávio Martins – Fundação Cearense de Meteorologia – Funceme; • Mudanças Climáticas e Desertificação no Semiárido – José Marengo – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE; • Impactos das Mudanças Climáticas nos Recursos Hídricos do Semiáridos – Representante da Agência Nacional de Águas – ANA; • Impactos Econômicos da Deserti-

ficação – Antônio Magalhães – Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE; • Impactos Econômicos das Secas – Estélio Gama – Banco do Nordeste do Brasil – BNB; • Impactos Sociais das Mudanças Climáticas – representante da Fundação Joaquim Nabuco -FUNDAJ Para debater o tema: Soluções para mitigação dos efeitos da desertificação e da seca no semiárido e Fortalecimento Institucional como instrumento para o combate à Desertificação, requeiro que sejam convidadas as seguintes autoridades: • O Fortalecimento da Ciência e Tecnologia – Antônio Galvão -Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE; • Experiências para a mitigação dos efeitos de seca e desertificação – representante da Embrapa Semiárido; • Estudo de Caso – representante do Programa de Desenvolvimento Hidroambiental – Prodham". Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin e outros. Resultado: Aprovado. **ITEM 2) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 62, de 2013**, que "Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública para discutir os efeitos práticos da aplicação da Lei nº 12.815, de 2013 (Lei dos Portos). Para tanto, solicito sejam convidados a participar: Sr. Antônio Henrique Pinheiro Silveira, Ministro– Chefe da Secretária Especial de Portos; Representante do Porto de Santos; Representante do Porto de Belém; e Representante do Porto de Paranaguá". Autoria: Senador Blairo Maggi. Resultado: Aprovado. **ITEM 3) AVISO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS. E FISC. E CONTROLE Nº 17, de 2013 – Não Terminativo –** Encaminha cópia do Acórdão nº 935/2013 – TCU – Plenário, proferido nos autos do processo nº TC 024.747/2012-2, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente ao acompanhamento da operação de crédito relativa às obras de reforma e ampliação do Estádio Beira-Rio, em Porto Alegre, formalizada entre o BNDES, a SPE Holding Beira Rio S/A, o Banco do Brasil e o Banco do Rio Grande do Sul – Banrisul. Autoria: Tribunal de Contas da União. Relatoria: Senadora Ana Rita. Relatório: Pelo arquivamento. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pelo arquivamento da matéria. **ITEM 4) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 681, de 2011 – Não Terminativo –** Altera a Lei nº 7.802, de 11 de junho de 1989, para restringir o registro e o uso de agrotóxicos. Autoria: Senadora Ana Rita. Relatoria: Senador Anibal Diniz. Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo. Resultado: Concedida vista coletiva do projeto, nos termos do art. 132 do RISF. **ITEM 5) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 336, de 2012 – Não Terminativo –** Altera o art. 19 do Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, para tornar obrigatória a menção nos rótulos dos alimentos enriquecidos, irradiados, dietéticos, light, zero, ou qualquer outra denominação, deverão trazer a respectiva indicação em caracteres facilmente. Autoria: Senador Tomás Correia. Relatoria: Senadora Ana Rita. Relatório: Pela rejeição. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela rejeição do projeto. **ITEM 6) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 385, de 2012 – Não Terminativo –** Dá nova redação ao art. 14 da Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, e ao art. 28 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, para conferir crédito presumido de IPI nas operações com produtos que utilizem materiais plásticos reciclados e reduzir a zero as alíquotas do PIS/COFINS sobre a receita de venda desses materiais. Autoria: Senador Paulo Bauer. Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela aprovação do projeto nos termos da emenda nº 1-CMA (substitutivo). Fica prejudicada a emenda oferecida pelo Senador Luiz Henrique. **ITEM 7) TRAMITAÇÃO CONJUNTA DO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 150, de 2013 – Não Terminativo –** Acrescenta § 5º e 6º ao art. 55 e acrescenta § 9º ao art. 57 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que "dispõe sobre o Plano de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências", para dispor sobre a contagem do período de defeso no âmbito da pesca como tempo de contribuição e aposentadoria especial dos pescadores. Autoria: Senador Paulo Paim. **QUE TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 152, de 2013 – Não Terminativo –** Acrescenta §§ 5º e 6º ao art. 55 e § 9º ao art. 57 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a contagem do período de defeso no âmbito da pesca como tempo de contribuição e definir regras para a concessão de aposentadoria especial para os pescadores e trabalhadores em atividades afins; e acrescenta o art. 4º-A e o inciso XVIII ao art. 19 da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para instituir o salárioambiental durante o período de defeso. Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senadora Ana Rita. Relatório: Pela aprovação do PLS nº 150, de 2013, nos termos do substitutivo, e pela rejeição do PLS nº 152, de 2013. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela aprovação do PLS nº 150, de 2013, nos termos da emenda nº 1-CMA (substitutivo) e pela rejeição do PLS nº 152, de 2013. **ITEM 8) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 126, de 2011 – Terminativo –** Acrescenta o § 7º ao art. 1º da Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, dispondo sobre nulidade de cláusula contratual relativa a material escolar de uso coletivo. Autoria: Deputado Chico Lopes. Relatoria:

Senadora Ana Rita. Relatório: Pela aprovação com uma emenda. Resultado: Aprovado o projeto com a emenda nº 1-CMA, por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a presente reunião às dez horas e trinta e quatro minutos, lavrando eu, Raymundo Franco Diniz, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Blairo Maggi,** Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Declaro aberta a 36ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto às Srªs e aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Leitura de avisos, em conformidade com o Ato nº 2, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Informo que os avisos estão relacionados na pauta da reunião.

Conforme análise prévia, os seguintes avisos ficarão à disposição dos Srs. Senadores por sete dias na Secretaria da Comissão. Após esse prazo, não havendo manifestação dos Senadores, esses mesmos serão arquivados.

Aviso nº 13.305, de 2013, do Tribunal da Contas da União, que cuida da representação formulada contra possíveis irregularidades em edital sob responsabilidade do DNIT, relativo a obras no Porto de Manaus, ação que se insere na matriz de responsabilidades para a Copa do Mundo de 2014.

Aviso nº 1.298, de 2013, do Tribunal de Contas da União, que cuida de auditoria realizada na Caixa Econômica Federal, com o objetivo de verificar a regularidade dos procedimentos de concessão de financiamento e desembolso à Prefeitura de Porto Alegre/RS, relacionados às obras de mobilidade urbana para a Copa de 2014.

Aviso nº 1.286, de 2013, do Tribunal da Contas da União, que cuida de monitoramento das determinações emanadas em acórdão do Tribunal de Contas da União, em que o Tribunal avaliou a conformidade das operações de crédito realizadas pela Caixa Econômica Federal para viabilização de obras de mobilidade urbana para a Copa de 2014 no Município de Belo Horizonte.

Conforme análise prévia, o seguinte aviso será distribuído para a relatoria: Aviso nº 1.246, de 2013, do Tribunal de Contas da União, que cuida de auditoria realizada com o objetivo de conhecer a estrutura de governança dos agentes envolvidos na gestão dos jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, bem como a carteira de projetos essenciais, responsabilidades e níveis de execução.

Leitura de requerimentos. Farei a leitura de requerimentos recebidos nesta Comissão com o objetivo de dar ciência aos Srs. e às Srªs Senadoras quanto aos seus conteúdos.

Conforme procedimento adotado por esta Comissão, faremos a votação na próxima reunião.

REQUERIMENTO DA CMA Nº 63, DE 2013

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de instruir o PLS 278/2011, que tramita em conjunto com PLS 609/2011, com a presença dos seguintes convidados:

1. Representante da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac);

2. Representante da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República (SAC/PR);

3. Representante da Associação Nacional em Defesa dos Direitos dos Passageiros do Transporte Aéreo (Andep);

4. Representante do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias (SNEA);

5. Representante do Instituto Nacional de Defesa do Consumidor (Idec).

Autoria: Senadora Ana Rita.

REQUERIMENTO DA CMA Nº 64, DE 2013

Requeiro, nos termos do inciso V, do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 58, §2º, inciso V, da Constituição Federal, que seja convidada a Srª Ideli Salvatti, Ministra da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, para prestar esclarecimentos sobre o uso de helicóptero da Polícia Rodoviária, conveniado ao Samu, para se descolar em visitas a Santa Catarina.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Antes de passar à pauta, eu consulto o Senador Sérgio Souza se quer fazer uso da palavra para falar um pouco sobre a viagem que a Subcomissão de Fiscalização da Copa do Mundo, presidida por V. Exª, fez ontem à cidade de Cuiabá.

Com a palavra, o Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Sr. Presidente, senhoras e senhores, essa é uma das subcomissões mais importantes do Senado Federal. Nenhum evento acontecerá no Brasil, nos próximos 10, 20, 30 anos, de tamanha grandeza para este País como a Copa do Mundo. Serão 12 cidades-sede, entre elas, a cidade de Cuiabá.

Ontem, juntamente com vários dos Srs. Senadores, em especial V. Exª, que preside esta Comissão, e também o Senador Jayme Campos, o Senador Cidinho, que também estava por lá, o Senador Osvaldo Sobrinho e o Senador Valdir Raupp, nós pudemos, junto com o governador, junto com o secretário para os assuntos da Copa, acompanhar, demoradamente, a visita ao estádio. Por lá ficamos mais de duas horas, entendendo o estágio da obra, como aquilo vai ficar, até mesmo manifestando as nossas preocupações com relação ao estágio da obra, e ouvindo do engenheiro responsável pela obra, ouvindo do secretário responsável do Governo e do próprio governador as explicações e o prazo que temos. Inclusive, além do Senador Pedro Taques, também estavam presentes o Senador Jayme Campos e o Senador Osvaldo Sobrinho.

Foi uma verdadeira sabatina o que nós tivemos e, depois, uma exposição rápida sobre as obras inerentes à Copa. Em momento algum, o governador e o secretário deixaram qualquer um de nós, Senadores, sem resposta. Fomos bem esclarecidos.

O que me chamou a atenção, Sr. Presidente, na cidade de Cuiabá – tenho visitado várias cidades brasileiras por conta da fiscalização, por parte do Senado, dessas obras –, foi a quantidade de obras na cidade de Cuiabá.

Nós tivemos a oportunidade de fazer um sobrevoo na cidade e vimos pelo menos 20 obras de arte, entre viadutos e trincheiras, sendo construídas. O VLT parece-me que está com um relativo atraso nas obras, mas está acontecendo a construção desse veículo leve sobre trilhos, inclusive com várias estações, um trecho razoável.

Comparando com outras cidades brasileiras, como Curitiba, que tinha, na sua previsão, dentro do PAC da Copa, a instalação do metrô ... Curitiba é uma cidade com 1,8 milhão de habitantes. Juntando com sua região metropolitana, chega perto de 3 milhões de habitantes. O metrô é necessário em Curitiba. Mesmo sabendo que temos um transporte coletivo organizado e eficiente, ele é deficitário. Curitiba ainda não conseguiu sair do projeto e lá em Cuiabá nós já podemos ver que o projeto está sendo executado.

Então, quero fazer esta referência: a Copa do Mundo não traz tão somente um estádio para uma cidade. A Copa do Mundo traz toda uma infraestrutura. O aeroporto nós tivemos a oportunidade, também, de visitar demoradamente. E ouvimos do superintendente da Infraero as exposições com relação às obras, cujo valor chega perto de R$100 milhões, no aeroporto e no entorno do Aeroporto Marechal Cândido Rondon, de Cuiabá.

Pudemos, ali, constatar que essa Copa do Mundo vai deixar ao Brasil muito mais, Senadora Ana Rita, do que um estádio. Vai deixar um legado de obras, principalmente nas capitais, nas cidades-sede, mas também um legado para quem vier ao Brasil ou para aqueles que forem assistir aos jogos do mundial pelos 180 países que o transmitirão, que conhecerão um pouco da realidade deste País. Mato Grosso tem muito a mostrar, especialmente as belezas naturais e ali, pertinho de Cuiabá, o Pantanal mato-grossense, que, não tenho dúvida, foi o maior atrativo para levar essa obra pra aquela capital.

Então, eram essas as referências, Sr. Presidente.

Agradeço imensamente o seu governador e o seu secretário, que nos atenderam com muito desprendimento, ficando conosco o dia todo, dando explicações à Comissão do Senado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Obrigado, Senador Sérgio Souza.

Quero agradecer a V. Exª e a todos os demais colegas que estiveram na cidade de Cuiabá. Como foi dito, foi um dia importante, porque tivemos a oportunidade de dissecar os problemas das obras em Cuiabá. Sabatinamos todos lá. Eu, que vivo na cidade, a exemplo da grande maioria dos cuiabanos que percebem que as obras estão um pouco atrasadas, fiquei ontem confiante em que tudo ficará pronto não para a Copa do Mundo, que será em junho, mas nos prazos finais para Mato Grosso, que são o final de dezembro, não só para a entrega do estádio, mas também para as obras de mobilidade.

Ontem o Governador Silval Barbosa foi muito feliz. Em uma das oportunidades, eu vi que V. Exª concordou com a afirmação dele, disse que em muitas das capitais onde ocorrerão os jogos muitas das obras importantes foram deixadas para trás. Eles desistiram de fazer as obras exatamente pelo alto nível de fiscalização, pelo grande grau de dificuldade de levar os projetos adiante. São muitas interferências, muitas intercorrências.

Muitos fatores extraprojetos fazem com que algumas cidades desistam de projetos importantes.

Cuiabá tem alguns projetos atrasados, mas não há desistência – isso que é importante – em todos eles, os da matriz de responsabilidade e outros que entraram na pauta depois. Eles continuam trabalhando. Então, se porventura algum não ficar pronto para a Copa, ficará para a sociedade, ficará para a mobilidade, logo depois – tenho certeza absoluta disso.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Investimentos que ficam próximos de R$3 bilhões. O estádio, próximo de R$500 milhões. O restante, quase R$2,5 bilhões são investimentos na mobilidade urbana e no aeroporto de Cuiabá.

Parabéns a Cuiabá!

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Perfeitamente, Senador. Não fosse esse evento, com toda a certeza, em Cuiabá e Várzea Grande, que são duas cidades unidas por um rio – não são separadas; são unidas –, talvez daqui a 30 ou 40 anos nós teríamos condições de fazer o que ali está sendo feito nesse momento.

Com a palavra a Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sr. Presidente, primeiro, quero cumprimentar todos.

Também, já que estamos discutindo a questão da Copa, há outro assunto relacionado com esse tema sobre o qual teremos de nos debruçar nesta Comissão de Fiscalização e Controle, que são os preços das passagens aéreas por ocasião da Copa.

Saiu uma matéria nos jornais de grande circulação bastante ilustrativa, que aponta que os preços das passagens subiram de 300% a 400% para o período da Copa.

Na verdade, nós temos acompanhado isso e presenciamos que volta e meia estamos debatendo esse assunto aqui, mas de forma muito pontual.

Vou propor uma audiência pública sobre esse assunto, para que nós possamos realmente aprofundar esse tema, porque, às vezes, determinados trechos, como é o caso, por exemplo, do Espírito Santo a Brasília, há semanas em que se compra passagem por R$300,00, R$400,00; chega, em média, a R$700,00, R$800,00. Na semana passada, por exemplo, fui comprar passagem: dois mil e poucos reais. Não permiti que comprassem, pedi que esperassem. No dia seguinte, fui comprar, e era R$1.200,00.

O que justifica um dia a passagem custar dois mil e poucos reais e no dia seguinte custar mil e poucos reais? Qual é o critério que as empresas estão utilizando para definir valor de passagem?

Por ocasião da Copa, a gente já está percebendo que está havendo uma exploração também. Sabemos que pessoas virão inclusive de outros países, que a população brasileira também quer participar dos jogos, e, com certeza, todos vão se sentir meio impossibilitados em função do aumento das passagens, que foi feito de forma bastante absurda e sem um critério muito claro.

Acho que nós precisamos fazer uma audiência pública, vou propor isso, chamar os órgãos de fiscalização para que nós possamos ouvir também desses órgãos e das empresas qual é o critério que se utiliza para definir o preço das passagens.

Ano passado, por exemplo, Senador Sérgio Souza, por ocasião da CPMI da Violência contra a Mulher, uma passagem para Belém custava R$5 mil, de Brasília a Belém. Para os Senadores das Regiões Norte e Nordeste, que são as regiões mais distantes de Brasília, com certeza, isso pesa muito no orçamento. E pesa muito para esta Casa.

Nós não sabemos de fato qual é o critério para a definição de preço. Então, esse é um debate que, penso, temos de fazer, considerando a questão da Copa e também o cotidiano de muitas pessoas que dependem do transporte aéreo para trabalhar; não só em função do turismo, mas também do trabalho de muitas pessoas. Então, eu acho que esse é um debate que devemos fazer aqui no Senado Federal e esta é a Comissão especial para debater o assunto, a Comissão de Fiscalização e Controle.

Apresentarei posteriormente, Sr. Presidente, um requerimento relativo a este assunto. Inclusive, sou Relatora de um projeto da Senadora Angela Portela, que brilhantemente apresentou uma proposta nesse sentido. Nós vamos fazer o debate sobre isso para poder também oferecer a nossa contribuição ao projeto como Relatora.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senadora Ana Rita.

Pela ordem, Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Nós Parlamentares temos uma cota de passagens. O Senado paga, o povo paga a nossa vinda e ida ao nosso Estado, a Brasília, ao interior do nosso Estado.

Faço no meu gabinete uma gestão de passagens, porque, se não fizermos, se comprarmos às vésperas, gastaremos dez vezes mais. Poderíamos economizar fazendo uma gestão. Mas eventualmente precisamos fazer uma viagem a alguma região do Estado. Saímos de Brasília ou do Estado para Brasília em cima da hora, de um dia para o outro, e não são raras as vezes em que, numa passagem daqui para Curitiba, Brasília-Curitiba, Brasília-Foz do Iguaçu, Foz do Iguaçu-

-Brasília, Londrina ou Maringá, se pagam R$1,5 mil, R$1,8 mil, quando se marca às vésperas da viagem. É realmente um absurdo.

Nós sabemos que o Brasil tem incrustado no seu custo Brasil vários fatores e o fator transporte é muito alto, seja na mobilidade urbana, seja no transporte de passageiros através das nossas companhias aéreas, seja no próprio escoamento da safra ou da produção brasileira. Esse é um dos fatores que mais impactam no custo Brasil. É um absurdo vermos as aeronaves lotadas, todas elas praticamente lotadas, com um espaçamento em que não cabem as pernas – é uma tragédia viajar em algumas aeronaves – e preços que não condizem com a realidade do Brasil, quiçá de qualquer outro país.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Preço de executiva.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – É bem isso. E talvez até mais: de primeira classe.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Sérgio.

Vamos à pauta.

A nossa pauta de hoje já apelidei de pauta Senadora Ana Rita. De oito itens, cinco são da Senadora, quer sejam de autoria ou de relatoria, Senadora atuante.

Passo ao primeiro item.

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 58, DE 2013 – NÃO TERMINATIVO –

Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública desta Comissão, em conjunto com as Comissões de Desenvolvimento Regional, do Senado Federal – CDR, de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, da Câmara dos Deputados – CMADS e Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC para debater na forma de seminário sobre "Os efeitos das mudanças do clima para o Semiárido". Para debater o tema: Situação e impactos das Mudanças Climáticas na região do Semiárido, requeiro que sejam convidadas as seguintes autoridades: • Cenários Climáticos para o Semiárido – Eduardo Sávio Martins – Fundação Cearense de Meteorologia – Funceme; • Mudanças Climáticas e Desertificação no Semiárido – José Marengo – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE; • Impactos das Mudanças Climáticas nos Recursos Hídricos do Semiáridos – Representante da Agência Nacional de Águas – ANA; • Impactos Econômicos da Desertificação – Antônio Magalhães – Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE; • Impactos Econômicos das Secas – Estélio Gama – Banco do Nordeste do Brasil – BNB; • Impactos Sociais das Mudanças Climáticas – representante da Fundação Joaquim Nabuco –FUNDAJ. Para debater o tema: Soluções para mitigação dos efeitos da desertificação e da seca no semiárido e Fortalecimento Institucional como instrumento para o combate à Desertificação, requeiro que sejam convidadas as seguintes autoridades: • O Fortalecimento da Ciência e Tecnologia – Antônio Galvão -Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE; • Experiências para a mitigação dos efeitos de seca e desertificação – representante da Embrapa Semiárido; • Estudo de Caso – representante do Programa de Desenvolvimento Hidroambiental – Prodham.

Autoria: Vanessa Grazziotin e outros

Observações:

– O Requerimento foi lido na reunião do dia 01/10/2013 e está pronto para deliberação.

Vamos colocá-lo em votação.

Aqueles que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado.

Requerimento nº 2.

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 62, DE 2013 – NÃO TERMINATIVO –

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública para discutir os efeitos práticos da aplicação da Lei nº 12.815, de 2013 (Lei dos Portos). Para tanto, solicito sejam convidados a participar: Sr. Antônio Henrique Pinheiro Silveira, Ministro-Chefe da Secretária Especial de Portos; Representante do Porto de Santos; Representante do Porto de Belém; e Representante do Porto de Paranaguá.

Autoria: Blairo Maggi

Observações:

– O Requerimento foi lido na reunião do dia 08/10/2013 e está pronto para deliberação.

Informo que serão convidados para participar o Sr. Antonio Henrique Pinheiro Silveira, Ministro-Chefe da Secretaria Especial de Portos da Presidência da República; o Sr. Renato Ferreira Barco, representante do Porto de Santos; o Sr. Luiz Henrique Tessutti Dividino, representante do Porto de Paranaguá; e o Sr. Carlos José Ponciano da Silva, Diretor–Presidente da Companhia de Docas do Pará.

Eu gostaria de justificar por que os três representantes e mais um do Governo. Exatamente nesses três portos houve estudos, houve audiências públicas, e eles estão em fase de concessão sob a nova lei. Portanto, a ideia é que ouçamos os três envolvidos e o Ministro, para tirarmos uma ideia do que vem acontecendo.

Esse requerimento foi lido no dia 08 de outubro e está pronto para a deliberação.

Coloco em votação o requerimento.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Pela ordem, Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Eu gostaria de sugerir que essa audiência pública seja realizada em conjunto com a Comissão de Infraestrutura.

Se V. Exª, autor do requerimento, concordar, eu encaminharei, posteriormente, por escrito, a minha solicitação.

Considerando o mérito da matéria, que é importante, deveríamos fazer, se possível, conjuntamente com a Comissão de Infraestrutura.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Senadora Ana Rita, ontem a Comissão de Infraestrutura já entrou em contato conosco. Eu gostaria de permanecer com a ideia da realização dessa audiência pública nesta Comissão, porque, uma vez feita em conjunto, ela vai para a Comissão de Infraestrutura. E eu gostaria de fazer um debate um pouco mais fechado, como se diz, com a experiência daqueles que já viveram. Se a gente levar para a Comissão de lá, poderão ser convidadas outras pessoas, e nós teríamos uma reunião muito grande e talvez com pouca objetividade. Se V. Exª concordar comigo, gostaria de fazer essa audiência pública aqui na nossa Comissão.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Claro, Sr. Presidente. O senhor é o autor do requerimento, e a gente respeita isso.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Obrigado.

O Ministro dos Portos combinou para o dia 12 do mês subsequente. Ele pediu um tempo, porque está chegando agora, para se inteirar do assunto. Então, no dia 12, nós faremos essa audiência pública com os 13 representantes, que terão bastante tempo, porque tenho tido informações e conversado sobre as grandes dificuldades que estão tendo em relação aos portos. A Secretaria tem ido com uma ideia e, no campo, é outra coisa. Precisamos ouvir um pouco tudo isso.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Para discutir, Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Sr. Presidente, no campo da infraestrutura, da logística, dos modais, não adianta resolvermos os problemas para dentro da porteira e não resolvermos os problemas na nossa porteira, que é o porto. Realmente, aqui temos que referenciar o trabalho feito pela Presidente Dilma e pela Ministra Gleisi de abertura dos portos brasileiros, que é um novo marco na história do Brasil, e divisão, inclusive, permitindo terminais privados e o leilão de vários terminais num porto organizado.

No caso do Paraná, tivemos recentemente, no último dia 27 de setembro, a apresentação pela Secretaria de Portos das áreas a serem arrendadas no Porto de Paranaguá, em torno de dez áreas, que seriam dez terminais novos, inclusive com a construção de novos berços para líquidos, para graneis sólidos, também otimizando a parte de contêineres.

Agora, na próxima segunda-feira, dia 21, vamos ter uma audiência pública no Porto de Paranaguá, em que serão colhidas informações. Como V. Exª bem disse, foi algo de grande polêmica da sociedade organizada do Estado do Paraná, do governo do Estado do Paraná junto ao Governo Federal. Na semana passada, fizemos uma reunião na Casa Civil com a Ministra Gleisi, junto com o novo Ministro dos Portos, Henrique, com o Ministro Adams, com o Secretário Menescal e com os demais agentes portuários do Brasil, sobre a organização dos portos, com o governo do Estado e com todo o setor organizado do Paraná, incluindo aí a Organização das Cooperativas do Paraná, a Ocepar, que é uma grande interessada.

Se não houvesse a posição do Governo de abertura dos portos, não estaríamos debatendo esse assunto com tamanha profundidade.

Quero parabenizar V. Exª pelo requerimento e dizer da importância da presença do Luiz Henrique Dividino, que é o Superintendente do Porto de Paranaguá, cidadão que conhece, e muito, a questão portuária.

Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Sérgio Souza.

Em votação.

Aqueles que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o nosso requerimento.

ITEM 3

AVISO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS. E FISC. E CONTROLE Nº 17, DE 2013 – NÃO TERMINATIVO –

Encaminha cópia do Acórdão nº 935/2013 – TCU – Plenário, proferido nos autos do processo nº TC 024.747/2012-2, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente ao acompanhamento da operação de crédito relativa às obras de reforma e ampliação do Estádio Beira-Rio, em Porto Alegre, formalizada entre o BNDES, a SPE Holding Beira Rio S/A, o Banco do Brasil e o Banco do Rio Grande do Sul – Banrisul.

Autoria: Tribunal de Contas da União
Relatoria: Senadora Ana Rita
Relatório: Pelo arquivamento
Observações:
-A matéria constou na pauta do dia 24/09/2013

Com a palavra, a Relatora, Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Submete-se ao conhecimento desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle o Aviso da Comissão de Meio Ambiente nº 17, de 2013, do Tribunal de Contas da União, nº 491-Seses-TCU-Plenário, de 17 de abril de 2013, na origem, cujo objeto é discriminado em epígrafe.

O TCU, na qualidade de órgão que presta auxílio ao Congresso Nacional no exercício do controle externo da Administração Pública, regulamentou procedimentos internos destinados a atender às demandas que lhe são encaminhadas pelo Parlamento, no cumprimento de suas competências constitucionais. Trata-se, pois, de dar ciência ao Senado Federal de atividade fiscalizadora exercida pelo TCU.

Análise.

O instrumento destina-se, exclusivamente, a dar conhecimento da aprovação do normativo interno daquela Corte de Contas. Nessa condição, até porque ao TCU é garantida autonomia administrativa, nada há o que ser feito por este Colegiado.

Entretanto, consideramos oportuno transcrever as principais determinações do TCU no acórdão – acho importante fazer, aqui, a leitura:

9.1. dispensar o BNDES, com relação à operação de crédito realizada para financiar a obra de reforma e ampliação da Arena Beira-Rio, em Porto Alegre/RS, de apresentar o projeto executivo ao TCU, com posterior parecer positivo desta Corte, como requisito para liberação de parcelas superiores a 20% dos créditos contratados, condição estabelecida no Acórdão 845/2011-Plenário, tendo em vista que os recursos financeiros, os ativos e passivos patrimoniais, envolvidos na operação, incluindo-se aí as garantias prestadas tanto pela postulante do crédito como pela sua interveniente controladora, serem privados;

9.2. determinar ao BNDES, com base no art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, que, com relação à operação de crédito contratada para o financiamento das obras na Arena Beira-Rio, em Porto Alegre/RS:

9.2.1. verifique a necessária aprovação do projeto executivo da Arena pelo Comitê Organizador Local da FIFA; e

9.2.2. avalie a necessidade de proceder aos devidos ajustes no contrato de financiamento a ser firmado com a SPE Holding Beira Rio S/A, como, por exemplo, o limite de 75% do valor financiado em relação ao valor total dos investimentos, tendo em vista que houve a habilitação da empresa responsável pela construção do estádio para o recebimento de isenções tributárias provenientes do Recopa (Lei 12.350/2011) e, consequentemente, potencial redução do valor primeiramente avaliado pelo Banco;

9.3. determinar à SecexEstataisRJ, com base no art. 157, caput, c/c art. 241 e 242 do Regimento Interno do TCU, que dê continuidade ao acompanhamento das ações do BNDES para o financiamento da Arena Beira-Rio, em Porto Alegre/RS;

9.4. encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada do relatório e do voto que a fundamentam:

9.4.1. ao BNDES;

9.4.2. à SPE Holding Beira Rio S/A;

9.4.3. ao Sport Club Internacional;

9.4.4. ao Ministério do Esporte;

9.4.5 ao Coordenador do Grupo de Trabalho "Copa do Mundo" da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;

9.4.6. ao Presidente da Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados; ao Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados; e ao Presidente da Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle do Senado Federal.

9.5. arquivar os presentes autos.

Voto

À luz do exposto, opinamos pelo arquivamento do Aviso nº 17, de 2013, do Tribunal de Contas da União, juntamente com os documentos que o acompanham.

É esse o nosso parecer.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Obrigado, Senadora Ana Rita.

Está em discussão o parecer da Relatora. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, está em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da CMA, pelo arquivamento da matéria.

Item 4.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 681, DE 2011 – NÃO TERMINATIVO –

Altera a Lei nº 7.802, de 11 de junho de 1989, para restringir o registro e o uso de agrotóxicos.

Autoria: Ana Rita

Relatoria: Anibal Diniz

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

Observações:

– Aprovada, a matéria segue à CAS.

Com a palavra o Relator, Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado, Sr. Presidente, Senador Blairo Maggi. Parabéns pela classificação do Luverdense para a outra fase do Campeonato Brasileiro da série C, onde acontece o melhor futebol do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Perfeito. Nós vamos jogar na série B contra o Vasco, contra o São Paulo, lá em Mato Grosso, no ano que vem.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Está certo. E contra o Paysandu, do nosso amigo Flexa Ribeiro.

Vamos ao relatório, Sr. Presidente.

Submete-se ao exame da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 681, de 2011, de autoria da Senadora Ana Rita. A matéria altera dispositivos da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências.

Nesse sentido, o art. 1º da proposição acrescenta alínea "g" ao parágrafo 6º do art. 3º da Lei nº 7.802, de 1989, para proibir o registro de agrotóxicos, seus componentes e afins que contenham em sua composição química – individualmente ou em mistura – qualquer um dos seguintes ingredientes ativos: glifosato, cihexatina, endosulfan, abamectin, fosmete, parathion, metamidofós, forate, triclorfom, carbofuram, paraquate e latofemcujas.

O art. 2º do projeto acrescenta novo parágrafo ao art. 4º da mencionada lei, para vedar a pulverização aérea de agrotóxicos para toda e qualquer finalidade.

Finalmente, o art. 3º da proposição estabelece que a vigência da lei resultante inicia-se na data da sua publicação.

A matéria será ainda apreciada pelas Comissões de Assuntos Sociais e de Agricultura e Reforma Agrária, cabendo à última a decisão terminativa. No prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

Análise.

Nos termos do art. 102-A, inciso II, letras "a" e "e" do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CMA opinar sobre assuntos atinentes à proteção do meio ambiente e à fiscalização de insumos agrícolas e pecuários. Assim, não há óbice regimental para a análise da proposição por este Colegiado.

A Lei nº 7.802, de 1989 – Lei dos Agrotóxicos –, regulamentada pelo Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002, é um dos mais importantes marcos regulatórios para assegurar a proteção ao meio ambiente, em especial devido aos impactos socioambientais associados ao uso de agrotóxicos. A norma reflete a preocupação mundial sobre o tema, que surgiu com maior intensidade a partir da publicação, há 51 anos, do livro *Primavera Silêncios*. Escrito pela bióloga Raquel Carson, a obra denunciou os efeitos negativos do dicloro-difenil-tricloroetano (DDT) no combate a pragas agrícolas, associados à contaminação de recursos hídricos e de ecossistemas em geral, assim como a graves problemas de saúde humana.

Entendemos, então, que a proposição é meritória. Em 2003, o Brasil ocupava a segunda posição no *ranking* de maior mercado consumidor de agrotóxicos e a oitava posição no consumo baseado na quantidade de quilos de ingrediente ativo por hectare, com 3,2 quilos por hectare, atrás de nações como a Holanda e a Bélgica, os primeiros colocados nesse quesito, respectivamente com 17,5 quilos por hectare e 10,7 quilos por hectare. Os dados são do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Agrícola, que representa 98% do mercado de defensivos no Brasil.

Hoje o País já é o maior mercado consumidor de defensivos agrícolas e há ampla margem para aumento do consumo por hectare de ingredientes ati-

vos, dado o potencial de expansão da produção, em especial por meio do aproveitamento de pastagens improdutivas. Essa realidade indica os desafios que nos esperam quanto ao controle e à regulação dessas substâncias.

Contudo, entendemos que a proibição de ingredientes ativos deve ser efetivada por meio da atuação dos órgãos técnicos, conforme já estabelecido pela Lei dos Agrotóxicos e por seu decreto regulamentador. Tal atuação envolve classificação toxicológica do produto e, no caso de sua adequação sanitária e ambiental, definição de instruções para utilização e de intervalos de segurança nas aplicações. Ou seja, questões eminentemente técnicas, sujeitas a rápidas mudanças.

Ponderamos, portanto, que uma vedação como a pretendida pelo PLS em exame deve ser definida no âmbito da competência administrativa dos órgãos e entidades cujas competências foram estabelecidas na Lei nº 7.802, de 1989, notadamente os Ministérios da Saúde, do Meio Ambiente e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Esses entes, ao constatarem a ocorrência de ao menos uma das características elencadas no art. 3º, §6º, da Lei nº 7.802, de 1989, devem realizar a proibição de registro do agrotóxico.

A título de exemplo do que opinamos acerca da atuação técnica dos órgãos reguladores, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) – entidade vinculada ao Ministério da Saúde – determinou o banimento de um dos ingredientes ativos listados na proposição, a cihexatina, substância que foi banida em diversas nações, incluindo Estados Unidos, Canadá e China. O Sistema de Agrotóxicos Fitossanitários (Agrofit), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), responsável pelo registro desses produtos, não mais lista registro de produto com a substância. De fato, o Decreto nº 4.074, de 2002, art. 5º, inciso II, determina que, no registro desses produtos, o Mapa deve atender às diretrizes e exigências dos Ministérios da Saúde e do Meio Ambiente.

Em relação à outra alteração pretendida pelo PLS, quanto à proibição da prática de pulverização aérea, admitimos que esse modo de aplicação apresenta elevado potencial de contaminar áreas adjacentes, quando comparado às demais formas de aplicar defensivos. Contudo, a vedação irrestrita dessa pulverização seria inadequada, por exemplo, quando fosse necessário proceder-se ao controle de doenças ou pragas quarentenárias, em regiões extensas ou de difícil acesso. Nesse sentido, propomos um aperfeiçoamento da proposição, para estabelecer que as restrições e proibições à pulverização aérea serão estabelecidas em regulamento.

Voto.

Em razão do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado no 681, de 2011, na forma da seguinte emenda substitutiva:

EMENDA Nº – CMA (SUBSTITUTIVO)
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 681, DE 2011

Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para restringir a aplicação de agrotóxicos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Inclua-se no art. 4º da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, o seguinte § 2º, renumerando-se o atual parágrafo único como § 1º:

"Art. 4º .....

.....

§ 2º É vedada a pulverização aérea de agrotóxicos e afins para as finalidades e nas condições estabelecidas na regulamentação desta Lei." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Anibal Diniz.

Em discussão o PLS 681.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Sr. Presidente, esse é um projeto de que eu gostaria de pedir vista para estudar um pouco mais aprofundadamente. É um tema de grande abrangência para o País, que é agrícola, que tem na sua biodiversidade elementos que devem ser aprofundados e discutidos. Eu vou pedir vista, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Vista concedida ao Senador Sérgio Souza.

Com a palavra a autora, Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Vou pedir vista coletiva, então, Sr. Presidente. Mas, antes disso, quero passar algumas informações.

Recentemente, fizemos, na Comissão de Direitos Humanos, um debate sobre esse tema, que foi muito importante, muito interessante. Nós trouxemos representantes de pessoas diretamente afetadas pelo uso indiscriminado de agrotóxicos, trouxemos entidades ligadas aos agricultores e também entidades ligadas aos direitos humanos. Fizemos um debate sobre esse assunto do ponto de vista dos direitos humanos.

Muitas informações aqui foram colocadas e, como desdobramento daquela audiência pública, a partir do debate que foi feito, inclusive com relação, Sr. Presidente, ao seu próprio Estado, o Estado de Goiás, ti-

vemos a presença de mães de alunos de uma escola de Rio Verde, Estado de Goiás, que foram afetados pelo uso indiscriminado de agrotóxicos por via aérea, pulverização aérea. Isso afetou profundamente os alunos, que estavam na escola, em pleno recreio, no pátio, juntamente com os professores. Essas crianças todas ficaram intoxicadas, os professores também, e algumas têm problemas de saúde até hoje, não conseguiram se recuperar 100%.

Eu trouxe também a experiência do meu Estado, do Município de Jaguaré, interior do Estado, região norte, que, em função de pulverização aérea nas propriedades próximas à área urbana, também teve pessoas diretamente afetadas. Inclusive, uma senhora perdeu completamente o cabelo, não conseguiu recuperar.

Em função disso, nós fizemos essa audiência pública para fazer esse debate. O objetivo da nossa proposição é justamente coibir esse tipo de prática, porque, além de afetar profundamente o meio ambiente, afeta principalmente a vida humana.

Eu quero aqui agradecer pelo relatório o Senador Anibal Diniz, que teve o cuidado de analisar, de buscar informações, de dialogar com os órgãos de controle do Governo Federal, de buscar uma redação que, em minha opinião, atende, não precisa ser tão detalhada, porque já existem normas e regulamentos que precisam ser de fato implementados e que a fiscalização realmente aconteça.

Nesses dois casos houve falhas na fiscalização. A falha não é por falta de denúncia. No caso do Espírito Santo, eu acompanho, não é por falta de denúncia. Frequentemente, esse tipo de prática acontece.

Então, eu trago aqui, inclusive, Senador Blairo, um dos encaminhamentos definidos na Comissão de Direitos Humanos, que foi fazer uma diligência na localidade de Rio Verde para verificar, *in loco,* essa situação. E faço um convite a V. Exª. Sabemos que V. Exª é do Estado de Goiás...

(Manifestação fora do microfone.)

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Ah, o senhor é de Mato Grosso. Essa situação é do Estado de Goiás, da localidade de Rio Verde. E, aí, nós vamos fazer essa diligência lá para podermos verificar *in loco* e dialogar, inclusive, com as famílias diretamente afetadas.

Então, acho que este é um tema para o qual esta Comissão de Fiscalização e Controle precisa realmente estar atenta, pois é um assunto que não só afeta o meio ambiente e a saúde da pessoa humana, através da pulverização direta sobre as pessoas, mas que também compromete profundamente a segurança alimentar.

Então, nós nos alimentamos de produtos, muitas vezes, nos quais não temos a total confiança, e poderemos, se não tiverem uma vigilância adequada, estar consumindo produtos altamente contaminados por essa pulverização.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senadora Ana Rita. Então, está com vista o PLS nº 681, solicitada pelo Senador Sérgio Souza.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – É vista coletiva, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – É vista coletiva.

Vamos ao Item nº 5:

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 336, DE 2012 – NÃO TERMINATIVO –

Altera o art. 19 do Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, para tornar obrigatória a menção nos rótulos dos alimentos enriquecidos, irradiados, dietéticos, light, zero, ou qualquer outra denominação, deverão trazer a respectiva indicação em caracteres facilmente.

Autoria: Tomás Correia

Relatoria: Ana Rita

Relatório: Pela rejeição

Observações:

– A matéria será apreciada em decisão terminativa pela CAS.

– A matéria constou na pauta do dia 24/09/2013.

Na ementa do item, deve ser “facilmente observados”.

Com a palavra, então, a Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Srs. Senadores, Srª Presidente, encontra-se nesta Comissão, para análise e decisão, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 336, de 2012, de iniciativa do Senador Tomás Correia, estruturado em dois artigos.

O art. 1º altera o art. 19 do Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, com o propósito de inserir os alimentos *light*, zero ou com qualquer outra denominação entre aqueles já submetidos à obrigatoriedade de informar, nos rótulos, a respectiva indicação de sua natureza em caracteres facilmente legíveis.

O art. 2º, cláusula de vigência, determina que a lei que se originar da proposição entre em vigor em 180 dias contados de sua publicação.

Após o exame deste colegiado, o PLS nº 336, de 2012, será encaminhado para apreciação da Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

Não foram oferecidas emendas à proposição.

Análise

Compete a esta Comissão manifestar-se sobre temas relativos à defesa do consumidor, consoante o disposto no art. 102-A, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal.

De imediato, cabe ressaltar que o acesso a informações completas sobre produtos e serviços ofertados constitui direito básico do consumidor, assegurado na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, Código de Defesa do Consumidor, de maneira que ele disponha de todos os elementos que o habilitem para o ato de consumo.

Mais ainda, nos termos do art. 31, *caput*, do Código de Defesa do Consumidor, o fornecedor tem o dever de informar de forma clara, ostensiva e em Língua Portuguesa, as características atinentes ao produto ofertado, inclusive quanto a sua composição.

Nesse sentido, o PLS nº 336, de 2012, está em consonância com essas disposições.

Porém, especificamente quanto às informações sobre a composição de alimentos, é de mencionar que a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, que instituiu o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, e que, em seu art. 3º, criou a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), autarquia sob regime especial, vinculada ao Ministério da Saúde, trata dessa matéria.

Em particular, nos termos do art. 8º, §1º, inciso II, da referida norma, atribui-se à agência a competência para regulamentar, controlar e fiscalizar alimentos.

E, conforme o disposto no seu art. 7º, III, compete à Anvisa estabelecer normas e à sua diretoria colegiada editar normas sobre matérias de competência da agência.

Por conseguinte, o disciplinamento atinente às informações sobre a composição de alimentos insere-se nas matérias de competência normativa da Anvisa.

A esse respeito, cabe destacar que a diretoria colegiada da Anvisa expediu a Resolução de Defesa do Consumidor (RDC) nº 360, de 23 de dezembro de 2003, que aprova Regulamento Técnico sobre Rotulagem Nutricional de Alimentos Embalados, tornando obrigatória a rotulagem nutricional.

Por sua vez, entre os documentos de base que regem o Mercado Comum do Sul (Mercosul), constam as resoluções aprovadas pelo Grupo Mercado Comum (GMC) a fim de zelar pela proteção e saúde dos consumidores e pela facilitação do comércio entre os países.

Desse modo, a Resolução RDC nº 360, de 2003, originou-se da importância de compatibilizar a legislação nacional com base nos instrumentos harmonizados no Mercosul relacionados à rotulagem nutricional de alimentos embalados – Resoluções GMC nºs 44, de 2003, e 46, de 2003 – e da necessidade de definir claramente a rotulagem nutricional de alimentos embalados comercializados no Mercosul, com o objetivo de facilitar a sua livre circulação, bem como informar o consumidor e evitar obstáculos técnicos ao comércio.

Ademais, cumpre-nos mencionar o advento recente da Resolução RDC nº 54, de 12 de novembro de 2012, da Anvisa, que dispõe sobre o Regulamento Técnico sobre Informação Nutricional Complementar, que incorpora ao ordenamento jurídico nacional a Resolução GMC Mercosul nº 1, de 2012.

Assim, por se tratar de questão cuja normatização está adequada e atualizada mediante norma infralegal – que é a espécie normativa apropriada à matéria – pela Anvisa, órgão a quem cabe o papel regulamentador, e harmonizada no âmbito do Mercosul, consideramos que o Projeto de Lei do Senado nº 336, de 2012, não merece prosperar.

O voto, Sr. Presidente.

Ante o exposto, o nosso voto é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 336, de 2012.

É esse o nosso parecer.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Obrigado, Senadora Ana Rita.

Em discussão o parecer. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o relatório, que passa a se constituir o parecer da CMA, pela rejeição do projeto.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Pela ordem, Senadora Vanessa Grazziotin, pelo Estado do Amazonas.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Eu agradeço, primeiro, a V. Exª e a todos os meus pares desta Comissão, que aprovaram o requerimento que constava da pauta, para que esta Comissão de Meio Ambiente participasse como promotora de um seminário que vai acontecer agora, na próxima quinta-feira. Ele é promovido pela Comissão Mista de Mudanças Climáticas, com a participação das Comissões de Meio Ambiente do Senado e da Câmara, além da Comissão da Amazônia da Câmara dos Deputados.

Eu estou com uma programação aqui e vou distribuir aos Parlamentares, mas eu gostaria que V. Exª, Sr. Presidente, pudesse – sei que não estará aqui na quinta-feira, pela manhã, na hora da abertura do nosso

seminário; e estarão presentes o Presidente da Câmara, o Presidente do Senado, assim como ministros, na abertura – designar alguém para representar esta Comissão na Mesa de abertura.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senadora Vanessa.

Será providenciado um representante mais que à altura para fazer parte da Mesa deste seminário que V. Exª está realizando.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado.

O item 6 é uma relatoria do Senador Aloysio Nunes. Como o Senador não se encontra, eu vou deixá-lo para mais tarde ou para outro dia, já que o Senador Aloysio é um Senador atuante e com presença constante aqui na nossa Comissão.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Pode nomear o Senador Flexa Ribeiro *ad hoc*; ele vai-se sentir bem representado.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Com toda a certeza. Mas, depois de três vezes que eu colocar aqui, se ele não vier, eu coloco em votação. Mas eu tenho certeza de que não fica três vezes sem o Senador Aloysio comparecer à nossa Comissão.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 150, DE 2013 – NÃO TERMINATIVO –

Acrescenta §5º e §6º ao art. 55 e acrescenta §9º ao art. 57 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que "dispõe sobre o Plano de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências", para dispor sobre a contagem do período de defeso no âmbito da pesca como tempo de contribuição e aposentadoria especial dos pescadores.

Autoria: Paulo Paim.

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 152, DE 2013 – NÃO TERMINATIVO –

Acrescenta §5º e §6º ao art. 55 e §9º ao art. 57 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a contagem do período de defeso no âmbito da pesca como tempo de contribuição e definir regras para a concessão de aposentadoria especial para os pescadores e trabalhadores em atividades afins; e acrescenta o art. 4º-A e o inciso XVIII ao art. 19 da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para instituir o salário ambiental durante o período de defeso.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senadora Ana Rita.

Hoje a reunião é toda da Senadora Ana Rita. Com a palavra, a Relatora.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sr. Presidente, submetem-se ao exame da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle os Projetos de Lei do Senado (PLS) nº 150 e nº 152, ambos de 2013, de autoria do Senador Paulo Paim, que possuem o objetivo de amparar o pescador no período de defeso e indiretamente proteger o meio ambiente. Os PLS nº 150 e nº 152, de 2013, alteram a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social. O PLS nº 152, de 2013, modifica ainda a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regulamenta o Programa do Seguro-Desemprego, o abono salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador

Em razão do Requerimento nº 563, de 2013, de autoria do Senador José Pimentel, ambas as proposições, por regularem a mesma matéria, passaram a ter tramitação conjunta. Os PLS nº 150 e nº 152, de 2013, serão posteriormente analisados pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

Há similaridade entre os PLS nº 150 e nº 152, de 2013, como veremos a partir da análise dessas proposições.

O art. 1º do PLS nº 150, de 2013, acrescenta o §5º e o §6º ao art. 55 da Lei nº 8.213, de 1991, para determinar que "o período de defeso na atividade pesqueira e afins, fixado por ato administrativo ou normativo da União, será considerado como tempo efetivo de contribuição para efeito de concessão de benefícios previdenciários e será descartado no cálculo do valor do salário de benefício" e que "o Instituto Nacional do Seguro Social averbará como tempo de contribuição o período de defeso na atividade pesqueira e afins, fixado por ato administrativo ou normativo da União, mediante simples requerimento do segurado que comprove sua inscrição no Registro Geral da Pesca".

O art. 2º do PLS nº 150, de 2013, assegura que o pescador, no período do defeso, receberá do Governo o salário defeso, no valor do piso salarial da categoria e que esse salário dará oportunidade ao trabalhador da pesca a ingressar em cursos de qualificação profissional ministrado pelos Ministérios da Pesca e do Trabalho e Emprego ou através de convênios com os sindicatos do ramo de atividade.

O art. 3º do PLS nº 150, de 2013, estabelece que o segurado que, no período de defeso, exercer outra atividade profissional não será excluído do Registro Geral da Pesca.

O art. 4º do PLS nº 150, de 2013, acrescenta o § 9º ao art. 57 da Lei nº 8.213, de 1991, para fixar em 25 anos o prazo de contribuição para o segurado pescador fazer jus à aposentadoria especial.

O art. 5º do PLS nº 150, de 2013, trata da cláusula de vigência, estabelecendo que a lei entre em vigor na data de sua publicação.

O PLS nº 152, de 2013, por meio do seu art. 1º, altera a Lei nº 8.213, de 1991, para acrescentar os §§5º e 6º ao art. 55, o §9º ao art. 57 e o §5º ao art. 58. Cabe observar que: as alterações promovidas no art. 55 da Lei nº 8.213, de 1991, são idênticas às realizadas pelo art. 1º do PLS nº 150, de 2013. O §9º proposto ao art. 57 determina que os segurados vinculados à atividade de pesqueira e afins não dependem de comprovação pelo segurado, perante o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), do tempo de trabalho permanente, não ocasional nem intermitente, em condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, durante o período mínimo fixado. O §5º acrescentado ao art. 58 estabelece que a "concessão de aposentadoria especial para os segurados vinculados à atividade pesqueira e afins considerará como preponderante a ação dos agentes naturais para o deferimento do benefício".

Por sua vez, o art. 2º do PLS nº 152, de 2013, altera a Lei nº 7.998, de 1990, para: incluir o art. 4º-A, que determina que os pescadores e os trabalhadores em atividades afins fazem jus ao salário-ambiental no período de defeso; acrescentar o inciso XVIII ao *caput* do art. 19, para estabelecer que o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat) definirá o cronograma de pagamento do salário-ambiental ao pescador e aos trabalhadores em atividades afins.

O art. 3º do PLS nº 152, de 2013, reproduz a redação do art. 3º do PLS nº 150, de 2013; o art. 4º trata da cláusula de vigência, estabelecendo que a lei entre em vigor na data de sua publicação.

Após o exame da CMA, os projetos serão analisados, em decisão terminativa, pela Comissão de Assuntos Sociais.

Não foram apresentadas emendas aos PLS nº 150 e nº 152, de 2013, no prazo regimental.

Análise.

Compete à Comissão de Meio Ambiente, nos termos do art. 102-A, inciso II, alínea *a*, do Regimento Interno do Senado Federal, apreciar o mérito das matérias relativas à conservação da natureza e defesa da fauna.

Com relação ao mérito, os PLS nº 150 e nº 152, de 2013, foram formulados, segundo o Senador Paulo Paim, para dirimir os problemas sociais decorrentes da implementação do período de defeso, cujo objetivo é proteger a fauna marinha, fluvial e lacustre da pesca predatória, mas impede o pescador de realizar a sua atividade de subsistência.

Embora os projetos em essência tratem de matéria previdenciária, sobre a qual compete, regimentalmente, a manifestação da CAS, não resta dúvida de que conceder benefício financeiro aos pescadores durante o período de defeso poderá indiretamente contribuir para a proteção dos recursos pesqueiros.

Entretanto, devido à similaridade dos dois projetos de lei, sugerimos uma emenda substitutiva, mantendo a ideia original das proposições, corrigindo problemas de redação e sanando impropriedades quanto à competência privativa do Presidente da República. A saber:

> – compete ao Chefe do Poder Executivo determinar a forma de ingresso em cursos profissionalizantes oferecidos pelos Ministérios da Pesca e do Trabalho e Emprego ou delegar essa responsabilidade aos respectivos ministros de Estado;
> – compete também ao Chefe do Poder Executivo ordenar, ou delegar essa responsabilidade ao Codefat a especificação de cronograma de pagamento;
> – acatar a redação dada pelo PLS nº 152, de 2013, ao §9º, a ser incluído no art. 57 da Lei nº 8.123, de 1991;
> – estabelecer o salário defeso no valor do piso salarial da categoria.

Caberá à Comissão de Assuntos Sociais a análise da matéria quanto ao disposto no inciso I do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal.

Voto, Sr. Presidente.

Em razão do exposto, opinamos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 152, de 2013, e pela aprovação do PLS nº 150, de 2013, na forma da seguinte emenda substitutiva:

EMENDA Nº – CMA (SUBSTITUTIVO)
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 150, DE 2013

> **Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre o Plano de Benefícios da Previdência Social, para instituir a contagem do período de defeso no âmbito da atividade da pesca como tempo de contribuição e para definir regras para a concessão de aposentadoria especial para os pescadores e trabalhadores em atividades afins.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar acrescida das seguintes alterações:

"Art. 55. .....
§5º O período de defeso na atividade pesqueira e afins, fixado por ato administrativo ou normativo da União, será considerado como tempo efetivo de contribuição para efeito de concessão de benefícios previdenciários e será descartado no cálculo do valor do salário-de-benefício.
§ 6º O Instituto Nacional do Seguro Social averbará como tempo de contribuição o período de defeso na atividade pesqueira e afins, fixado por ato administrativo ou normativo da União, mediante simples requerimento do segurado que comprove sua inscrição no Registro Geral da Pesca." (NR)
"Art. 57. .....
.....
§9º Os segurados vinculados a atividade pesqueira e afins, em face do disposto nos §§5º e 6º do art. 55 desta Lei, não se submetem às exigências contidas no §3º deste artigo." (NR)
"Art. 58. .....
§5º A concessão de aposentadoria especial para os segurados vinculados a atividade pesqueira e afins considerará como preponderante a ação dos agentes naturais para o deferimento do benefício." (NR)

Art. 2º No período do defeso, o pescador receberá o salário defeso, no valor do piso salarial da categoria.

Art. 3º Não será excluído do Registro Geral da Pesca o segurado que no período de defeso exercer outra atividade profissional.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

É este, Sr. Presidente, o nosso parecer.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senadora Ana Rita.

Está em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, está em votação.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 150, de 2013, com a Emenda nº 1-CMA (Substitutivo), e pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 152, de 2013.

O Item nº 8, cuja Relatora é também a Senadora Ana Rita, não temos quórum ainda para votar, já que é terminativo. Mas falta um único Senador. Vou pedir à Senadora Ana Rita que faça a leitura do seu relatório, e, no final, se tivermos quórum, votamos. Senão, deixamos já lido para a próxima reunião.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 126, DE 2011 – TERMINATIVO –

Acrescenta o § 7º ao art. 1º da Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, dispondo sobre nulidade de cláusula contratual relativa a material escolar de uso coletivo.

Autoria: Deputado Chico Lopes
Relatoria: Senadora Ana Rita
Relatório: Pela aprovação com uma emenda
Observações:
– Matéria apreciada pela CE, com parecer pela aprovação do projeto.

Com a palavra, então, a Relatora, Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Vem a exame desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) o Projeto de Lei da Câmara nº 126, de 2011 (Projeto de Lei nº 3.458, de 2008, na origem), de autoria do Deputado Chico Lopes.

O projeto altera o art. 1º da Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, que dispõe sobre o valor total das anuidades escolares e dá outras providências.

Em seu art. 1º, o projeto determina a nulidade da cláusula contratual que obrigue o contratante:

a) ao pagamento adicional; ou
b) ao fornecimento de qualquer material escolar de uso coletivo dos estudantes ou da instituição, necessário à prestação dos serviços educacionais contratados.

Assevera o projeto ser nula a cláusula que insere tais custos nos cálculos do valor das anuidades ou das semestralidades escolares devidas.

O art. 2º dispõe que a lei em que se transformar o projeto deve entrar em vigor na data de sua publicação.

Na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, o Relator *ad hoc*, Senador Inácio Arruda, proferiu parecer pela aprovação do projeto, ao fundamento de que tal imposição de custos ao aluno é medida abusiva, porque o obriga a financiar tais despesas que, em tese, são despesas do empresário do ensino. Outro ponto destacado reside na falta de transparência de medidas que impõem custos adicionais aos clientes.

Nesta Comissão, que aprecia o projeto em caráter terminativo, não foram oferecidas emendas.

Análise. O projeto de lei analisado versa sobre direito econômico, matéria de competência da União (art. 24, inciso I, da Constituição), compreendida entre as atribuições do Congresso Nacional (*caput* do art. 48 da Constituição). A iniciativa parlamentar é legítima,

por força do *caput* do art. 61 da Constituição e porque a matéria não se inclui entre as reservas do §1º do mesmo artigo. Trata-se, portanto, de proposição legislativa formalmente constitucional.

Sob o enfoque da constitucionalidade material, o projeto não apresenta vícios; ao contrário, estimula a efetivação dos princípios constitucionais da defesa do consumidor, da busca do pleno emprego dos fatores de produção e do desenvolvimento social (Constituição, art. 170, incisos V e VIII, e art. 219).

A análise deste projeto pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle está em consonância com o inciso III do art. 102-A do Regimento Interno desta Casa, segundo o qual compete a esta Comissão opinar sobre defesa do consumidor, em especial sobre cláusulas e instrumentos contratuais que vinculem fornecedores e consumidores.

Quanto à juridicidade, observa o projeto os aspectos de: (a) inovação, efetividade e coercitividade, dado que impõe a nulidade da cláusula que imputa ao contratante do serviço educacional o pagamento de despesas adicionais com o fornecimento de material escolar; (b) veiculação normativa adequada, já que o tema deve ser disciplinado por lei ordinária; e (c) generalidade, porquanto as normas do projeto se aplicam, indistintamente, a todos os estabelecimentos de ensino.

A boa técnica legislativa foi observada: não há inclusão de matéria diversa do objeto da lei modificada, que é a lei que regulamenta o valor total das anuidades escolares, e as expressões utilizadas preenchem os requisitos de redação das disposições normativas. Emenda de redação é necessária, porém, para que a expressão – entre aspas –"será nula" inicie o período, a fim de tornar mais claro o comando legal.

A proposta é meritória, porque, de fato, o consumidor brasileiro de serviços educacionais é vítima de abusos como o que o presente projeto visa a combater.

É evidente que a cobrança de materiais escolares inserida no valor da mensalidade escolar caracteriza abuso ao consumidor, identificado no direito econômico como abuso de dependência econômica, pelo qual o fornecedor de contrato de prestação continuada de médio e longo prazo impõe ao consumidor do serviço custos extras e adicionais de forma abusiva e injustificável.

A lógica é simples: todo contrato de médio e longo prazo gera custos excessivos em caso de rescisão contratual. Esse fato, que é notório, é percebido pelos contratantes. E o contratante que possui maior poder na relação contratual – no caso o fornecedor de serviços educacionais – impõe valores adicionais abusivos ao consumidor de serviços educacionais, o qual ou paga esses valores abusivos ou terá de arcar com elevados custos derivados de rescisão contratual.

Nesse contexto considerado, o projeto é meritório porque extirpa prática abusiva realizada contra os consumidores de serviços educacionais.

O voto, Sr. Presidente.

Em face do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 126, de 2011, com a seguinte emenda de redação:

> **Acrescente-se ao art. 1º da Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, nos termos do que dispõe o art. 1º do Projeto de Lei da Câmara nº 126, de 2011, a seguinte redação:**
>
> *"Art. 1º .....*
> *§ 7º Será nula cláusula contratual que obrigue o contratante ao pagamento adicional ou ao fornecimento de qualquer material escolar de uso coletivo dos estudantes ou da instituição, necessário à prestação dos serviços educacionais contratados, cujos custos deverão ser sempre considerados nos cálculos do valor das anuidades ou das semestralidades escolares.'"*

É esse, Sr. Presidente, o nosso parecer.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Obrigado, Senadora Ana Rita, pelo relatório.

Está em discussão, então, o parecer da Senadora Ana Rita. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, vamos à votação.

Aqueles que votam com a Relatora votam "sim".

Como vota o Senador Anibal Diniz?

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Voto "sim", cumprimentando a Senadora Ana Rita pelo brilhante relatório.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Vota "sim", com a Relatora.

Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Com a Relatora. Voto "sim".

Senadora Ana Rita, voto conhecido.

Senador Valdir Raupp, do PMDB, de Rondônia. Senador Valdir Raupp.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Com a Relatora.

Senadora Vanessa Grazziotin.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) –

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Com a Relatora.

Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Vota "sim", com a Relatora.

Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Com a Relatora, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Com a Relatora.

Então, há 7 votos "sim".

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Eu voto com a Relatora também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Sérgio Souza... Faltou Sérgio Souza aqui? Está desde cedinho...Ah, está aqui, está anotado. Desculpe-me, Senador.

Então, há 8 votos "sim". Está aprovada a matéria.

Também questiono o Plenário se posso repetir a votação para a emenda apresentada.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovada.

O projeto é aprovado, com a Emenda nº 1, da CMA, por 8 votos favoráveis e nenhum voto contrário. Não houve abstenção.

Eu volto agora ao item 6, um projeto do qual o Relator é o Senador Aloysio Nunes.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 385, DE 2012 – NÃO TERMINATIVO –

Dá nova redação ao art. 14 da Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, e ao art. 28 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, para conferir crédito presumido de IPI nas operações com produtos que utilizem materiais plásticos reciclados e reduzir a zero as alíquotas do PIS/COFINS sobre a receita de venda desses materiais.

Autoria: Senador Paulo Bauer

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

Observações:

– A matéria será apreciada em decisão terminativa pela CAE.

– Aprovado o substitutivo, ficará prejudicada a emenda oferecida pelo Senador Luiz Henrique.

Informo que no dia 26/06/2013, o Senador Luiz Henrique apresentou uma emenda ao projeto. Como o Senador Aloysio Nunes está apresentando um substitutivo, a emenda do Senador Luiz Henrique ficará rejeitada caso o substitutivo venha a ser aprovado.

Informo também que a matéria será apreciada em decisão terminativa pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Com a palavra o Relator, Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, o projeto de lei que passo a relatar, de autoria do Senador Paulo Bauer, tem como objetivo estimular, por meio de medidas tributárias, o uso industrial de materiais plásticos recicláveis.

Na justificação da matéria, o autor defende a criação de incentivos para a reciclagem de plásticos, material que gera graves impactos negativos à natureza, considerando-se o enorme volume de produção e descarte, diz ele,"nem sempre com disposição final adequada". Como o processo de coleta e separação envolve grande demanda de mão de obra, o elevado custo dificulta a competição da indústria de reciclagem com a "indústria química de produção primária de material virgem", o que exige atuação do Estado para fomentar o crescimento do setor de materiais plásticos reciclados.

O Senador Luiz Henrique apresentou uma emenda, na CMA, com o objetivo de estender o benefício fiscal proposto a outros tipos de materiais, inclusive lixo orgânico. Após a deliberação deste Colegiado, a matéria segue para a apreciação terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O projeto guarda consonância com a legislação em vigor, em especial com os preceitos da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Ademais, de acordo com os princípios, objetivos e instrumentos traçados pela PNRS, o projeto é meritório ao utilizar incentivos fiscais para fomentar a indústria da reciclagem, ao promover padrões sustentáveis de produção e consumo, assim como ao fortalecer a ecoeficiência e a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos.

De fato, são imensos os impactos ambientais e econômicos do descarte de materiais plásticos que poderiam ser reciclados. Em 2010, um estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) – a pedido do Ministério do Meio Ambiente (MMA) – avaliou os benefícios econômicos e ambientais da reciclagem de resíduos sólidos urbanos. É uma das pesquisas com dados mais confiáveis já produzidos

sobre o tema. As estimativas encontradas apontam que, anualmente, cerca de 5.200 toneladas de plástico são coletadas, quantitativo que, se reciclado, corresponderia a benefícios na ordem de R$5,8 bilhões anuais.

A pesquisa aponta ainda que, além dos plásticos, há outros materiais cuja reciclagem proporcionaria significativos benefícios, destacando-se a celulose, ou seja, resíduos de papel e papelão. A coleta anual desses materiais é de aproximadamente 6.900 toneladas, o que corresponde a benefícios em torno de R$1,7 bilhão anual, caso fossem totalmente reciclados. Assim, segundo esse estudo, resíduos de plásticos e de celulose representariam, respectivamente, 36% e 48% do total de materiais descartados anualmente no Brasil. Ou seja, um total de aproximadamente 85% dos resíduos sólidos coletados.

Portanto, entendemos que, além do incentivo tributário à reciclagem de plásticos proposto pelo projeto de lei em análise, devem-se incorporar tais medidas ao setor de celulose reciclada.

Além desse ajuste, entendemos que a matéria merece adequações no sentido de vedar a utilização dos incentivos fiscais propostos para indústrias que produzam sacolas plásticas descartáveis. Existem vários impactos ambientais negativos associados a tal produto, devido à sua ampla utilização, elevado descarte e dificuldade de reciclagem.

Propomos, ainda, a renumeração do inciso que o projeto pretende acrescentar ao art. 28 da Lei nº 10.865, de 2004, já que a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, veda o aproveitamento do número de dispositivo vetado, nos termos do art. 12, inciso III, alínea "c".

Em relação à emenda apresentada pelo Senador Luiz Henrique, no sentido de estender os incentivos propostos a outros tipos de materiais reciclados, inclusive lixo orgânico, opinamos pela sua rejeição, pois consideramos que seu mérito deve ser apresentado por meio de um projeto de lei autônomo.

Finalmente, com o objetivo de permitir a regulamentação da norma e a adaptação do sistema produtivo, propomos um período de 180 dias de *vacatio legis;* ou seja, a lei só entrará em vigor 180 dias depois da sua promulgação.

Em razão do exposto, Sr. Presidente, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 385, de 2012, de autoria do ilustre Senador Paulo Bauer, na forma da emenda substitutiva que acompanha este voto.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Aloysio Nunes.

A matéria está em discussão.

Para discutir, Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, quero dizer que sou muito simpática a essas iniciativas que valorizam muito a indústria da reciclagem no Brasil. Infelizmente, quanto ao uso dos resíduos sólidos e a destinação, o Brasil está muito atrasado ainda, apesar de uma lei importante aprovada recentemente.

Entretanto, nós, nesta Comissão, formamos, na semana passada – e sou membro suplente, Presidente –, uma subcomissão que trata apenas de resíduos sólidos. O Presidente é o Senador Cícero Lucena, que apresentou a proposta.

Seria muito interessante que fizéssemos uma audiência pública acerca desse projeto no âmbito da subcomissão. E, para permitir que isso aconteça, eu solicito vista do projeto.

Podemos acertar, Senador Aloysio, um debate na subcomissão, para discutir a matéria, uma audiência pública.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Concedida vista à Senadora Vanessa Grazziotin.

Para discutir, Senador Anibal.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Eu também queria dar a minha opinião a respeito da matéria. Todas as vezes em que se trata de qualquer tipo de isenção, os técnicos fazendários já apresentam seu parecer contrário. Mas, neste caso, não há como não fazer um apelo em relação ao mérito da matéria, que trata de isenção para a exploração de recicláveis, como plástico e papel, e é algo que vai contribuir com o meio ambiente, é algo absolutamente meritório e que está de acordo com a implantação da Política Nacional de Resíduos Sólidos. E a subcomissão instalada tem esse objetivo, até 2014.

O que eu queria aqui reforçar é o mérito da matéria. Ela será aprofundada na subcomissão ou se será aprovada a partir da análise da Senadora Vanessa, que pediu vista, mas que possamos fazer um esforço nesse sentido. Inclusive, apresentei requerimento à subcomissão, para que seus integrantes façam uma visita à unidade de tratamento de resíduos sólidos de Rio Branco, que é uma das poucas capitais do Brasil, das cidades brasileiras, que conseguiu implantar a unidade de resíduos sólidos de acordo com o que prevê a Política Nacional de Resíduos Sólidos e tem exatamente esse ponto como sendo um dos mais elevados. Por quê? Porque, quando se tem um processo de reciclagem do plástico, temos geração de empregos, temos redução da poluição, temos a proteção dos nossos mananciais, nós temos uma infinidade de

vantagens que não podem ficar restritas a um percentual mínimo a mais de imposto que vai ser recolhido.

Na unidade de tratamento de resíduos sólidos de Rio Branco, foi implantada uma indústria de reciclagem. Há certo tempo, o industrial disse que estava ficando deficitário exatamente por essas dificuldades criadas. Então, imagino que todo empresário que ousar ter um empreendimento que tenha como foco reciclagem de plástico tem que ter incentivo fiscal, tem que ter medalha de honra ao mérito, tem que ter todo tipo de reconhecimento, porque o Brasil precisa desse tipo de iniciativa.

Quando nós, aqui, no Senado, temos oportunidade de opinar sobre uma proposição legislativa que vem nesse viés, acho que devemos empreender todos os nossos esforços no sentido de facilitar, de fazer com que verdadeiramente aconteça no Brasil essa preocupação com o meio ambiente, principalmente a preocupação no sentido de reciclar aquilo que, quanto mais existe na natureza, mais causa poluição, mais causa complicação para os nossos mananciais.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Continua em discussão o projeto.

Senadora Ana Rita, para discutir.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Quero também aqui manifestar minha opinião e concordar plenamente com a fala do Senador Anibal Diniz. Parabenizo o autor da matéria, o Senador Paulo Bauer, e o Relator, Senador Aloysio Nunes, pelo relatório aqui realizado. Esse é um tema realmente importante para ser discutido na Comissão Especial, mas é extremamente necessário que tenhamos políticas que venham realmente favorecer a implementação em sua plenitude da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Essa questão de sacolas plásticas realmente é um problema muito sério. Embora haja um esforço de se substituírem essas sacolas plásticas por sacolas descartáveis ou por outro tipo de embalagem, a gente ainda percebe uma grande resistência por parte também da população. Muitas vezes, como a oferta de sacolas plásticas ainda é muito grande, nos supermercados especialmente, a população se sente meio motivada a utilizar aquele tipo de material e não utiliza outro tipo de sacolas. Vejo pelas iniciativas nas nossas famílias mesmo.

É importante realmente ter formas e instrumentos de inibir a utilização de sacolas plásticas, mas, ao mesmo tempo, estimular os empresários e a população a utilizarem outros tipos de produtos descartáveis que tragam benefícios ao meio ambiente e que não tragam tanto prejuízo, conforme a gente vê, por exemplo, em períodos de chuva. Vemos tantas sacolas plásticas em bueiros, soltas pelas ruas, e isso traz prejuízo ao meio ambiente, traz prejuízo à própria população.

Quero aqui parabenizar a fala do Senador Anibal e também o autor e o Relator dessa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senadora Ana Rita.

Senador Anibal?

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Está com pedido de vista?

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Com pedido de vista da Senadora Vanessa Grazziotin.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Gostaria de fazer vista coletiva e de reafirmar mais um argumento. O percentual que se arrecada nesse nicho de empreendimento é um muito pequeno para se ter dúvida a respeito...

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Insignificante.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Insignificante. É de grande significado para o empreendedor, mas, no âmbito da receita nacional, é muito pequeno. Então, não se tem dúvida quanto a isto: a necessidade de se incentivar esse tipo de empreendimento.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Para discutir, Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Aproveitando a benevolência da V. Exª, que permitiu e abriu o debate, mesmo estando a matéria sob pedido de vista...

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Vamos debater, sem problema.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – ...quero dizer que havia pedido vista para levar o debate, para permitir que a subcomissão que criamos recentemente pudesse realizar algum evento, alguma audiência pública, enfim. Foi a mim solicitado pelo Senador Aloysio Nunes que deixássemos isso correr, mas que aprovássemos...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sem prejuízo da audiência pública.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Exatamente. Senador Aloysio, eu concordo com V. Exª e vou atender ao seu pedido. Retiro o pedido de vista para votarmos a matéria agora.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Legal, mas fazer a audiência. É uma boa fazermos essa audiência com a Comissão Mista.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Então, consulto o Senador Anibal se também retira o pedido de vista.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Atendendo à solicitação correta do Relator, sigo a Senadora Vanessa.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Srs. Senadores.

Continua em discussão. (*Pausa*.)

Não havendo mais quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Está aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CMA pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1 da CMA. Ante a aprovação do substitutivo, fica prejudicada a emenda apresentada pelo Senador Luiz Henrique.

Quando li o Requerimento nº 64, o Senador Aloysio não estava presente, e o Senado Flexa Ribeiro pediu para subscrevê-lo. Então, está subscrito aqui o Requerimento nº 64, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Não havendo mais nada a tratar, consulto os Srs. Senadores se querem aproveitar o momento para algum esclarecimento, algum pronunciamento.

Também quero agradecer a todos, porque, da última reunião para cá, quando fizemos a leitura de quantos projetos cada um dos Senadores tem no seu gabinete para relatoria, já começamos a receber vários. Vários novamente. O Senador Viana entregou seis de volta. Então, vamos ter material para a próxima reunião, porque já não temos mais. Felizmente, com a presença de V. Exªs, estamos conseguindo manter a Comissão em funcionamento todas as terças-feiras, às 8h30min, e não temos nada aqui, dentro da nossa Comissão, trancando a pauta ou que não foi à pauta.

Portanto, quero agradecer a todos pelo companheirismo e pela dedicação a esta Comissão.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Isso é a capacidade do Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – É a capacidade do Presidente de reunir tantos Senadores e Senadoras, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado.

Então, está encerrada a presente reunião.

Convoco todos para terça-feira, às 8h30min.

Muito obrigado.

(Iniciada às 8 horas e 51 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 34 minutos.)

ATA DA 37ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE OUTUBRO DE 2013, TERÇA-FEIRA, ÀS 8H30, NA ALA SENADOR NILO COELHO, SALA N° 6

Às oito horas e quarenta e dois minutos do dia vinte e dois de outubro de dois mil e treze, na sala de reuniões nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **BLAIRO MAGGI**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores Acir Gurgacz, Rodrigo Rollemberg, Valdir Raupp, Ivo Cassol, Cícero Lucena, Blairo Maggi, Eduardo Amorim, Delcídio do Amaral, Vanessa Grazziotin, Sérgio Souza, Flexa Ribeiro, Cyro Miranda. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Anibal Diniz, Jorge Viana, Ana Rita, Romero Jucá, Luiz Henrique, Garibaldi Alves, Kátia Abreu, Alvaro Dias, José Agripino e Fernando Collor**.** A Presidência declara abertos os trabalhos e submete a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior. A ata foi aprovada. A Presidência faz um breve resumo das atividades da comissão e passa à **PAUTA**, destinada à realização de **AUDIÊNCIA PÚBLICA** com a finalidade de debater "Meio Ambiente, Cidadania e a União das Nações da América do Sul", em atendimento ao Requerimento nº 25/2013, de autoria do Senador Blairo Maggi. Comparecem como convidados: · Márcio Vidal, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso; · Antônio Rulli Júnior, Presidente do Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura; · Ramiro Anzit Guerrero, Professor da Universidade Jesuíta del Salvador (Argentina); · Valério de Oliveira Mazzuoli, Professor da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT; e · Antonio Herman Benjamin, Ministro do Superior Tribunal de Justiça – STJ. O Senhor Presidente faz a apresentação inicial do tema, concedendo, a seguir, a palavra aos convidados para exposição pelo prazo de dez minutos. Após, usam da palavra os Senhores Senadores Waldemir Moka, Vanessa Grazziotin, Sérgio Souza e Sérgio Petecão para apresentação de perguntas e comentários. Os convidados respondem aos questionamentos feitos e apresentam suas considerações finais. A Presidência encerra a presente reunião às dez horas e quarenta e cinco minutos, lavrando eu, Raymundo Franco Diniz, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Blairo Maggi,** Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Declaro aberta a 37ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

A ata está aprovada e será publica no *Diário do Senado Federal.*

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para debater o tema "Meio ambiente, cidadania e a união das nações da América do Sul".

Esta reunião contará com a utilização dos serviços de interatividade do Senado Federal, que permitem aos cidadãos encaminhar perguntas e comentários aos Senadores presentes e aos nossos convidados, por intermédio desta Presidência.

Qualquer cidadão pode acessar o portal e-Cidadania, no endereço www.senado.gov.br/ecidadania, e também na página desta audiência, acompanhar a transmissão ao vivo e registrar sua presença no Mural do Cidadão. Cada Senador ou Senadora, assim como toda a sociedade, podem ver todas as participações publicadas na mesma página do portal e-Cidadania, onde também estarão disponíveis as apresentações trazidas pelos convidados e, após o encerramento, os vídeos da audiência. É importante destacar que os cidadãos podem também apresentar suas perguntas por meio do Alô Senado – 0800-612211.

Tais inovações buscam tornar mais dinâmica a participação da sociedade na atividade legislativa e no debate parlamentar, incentivando o engajamento dos cidadãos na formulação das políticas públicas do nosso País.

Convido para compor a Mesa, se já estiver presente, o Dr. Antonio Herman Benjamin, Ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ); Dr. Antonio Rulli Junior, Presidente do Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais Da Magistratura (Copedem); Dr. Márcio Vidal, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso; o Dr. José Fagundes Cunha, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná; Dr. Ramiro Anzit Guerrero, Professor da Universidade Jesuíta del Salvador (Argentina) e também o Dr. Valério de Oliveira Mazzuoli, Professor de Direito Internacional Público e de Direitos Humanos.

Vou estabelecer o tempo de 10 a 15 minutos para cada um dos convidados. Após esse tempo, abrirei a palavra para os Senadores fazerem seus comentários ou questionamentos.

Depois disso, faremos outra rodada para que nossos convidados possam ter direito à manifestação.

Convido, inicialmente, para sua apresentação e direcionamento do nosso evento, o Dr. Márcio Vidal. Antes, porém, Dr. Márcio, permita-me, fazer a leitura de um pequeno texto.

> *Srªs e Srs. Senadores, a União de Nações Sul-Americanas, a Unasul, é um bloco formado por 12 países da América do Sul, com o objetivo de aprofundar a integração dessa parte do continente. A América do Sul possui grande potencial de riquezas a serem exploradas ou em exploração, fonte de inúmeros recursos naturais, alimentos e combustíveis.*
>
> *O reconhecimento da importância do meio ambiente e consequente preocupação com a sua preservação ocorreu somente quando a degradação ambiental passou a ser analisada em seu aspecto social e político, e não somente no enfoque técnico ou científico em que se trata a questão.*
>
> *Desde então, segundo o artigo de Leyza Domingues, publicado na Revista Jurídica, os Estados e as organizações internacionais buscam, de acordo com a globalização, ampliar a cooperação internacional para proteção do meio ambiente. Com a internacionalização do meio ambiental, tornou-se crescente a conjunção dos esforços para a preservação do meio em que vivemos. Podemos observar que a América do Sul corresponde a 12% da superfície terrestre do Planeta e abriga a maior diversidade física, biológica e climática de todos os continentes, abrangendo de desertos áridos a florestas tropicais úmidas e geleiras, além de possuir a maior floresta tropical do mundo, que é a Amazônia, e algumas das áreas de mais alta biodiversidade, que também estão presentes na nossa região.*
>
> *É notória a importância ambiental da região sul-americana frente à escassez de recursos naturais, tal como água, e, diante disso, tem-se a necessidade de se buscar uma integração regional, visando ao desenvolvimento sustentável de seus países, com a adoção de políticas comuns e harmonizando suas legislações ambientais, a fim de exercer a soberania plena daqueles sobre a gerência de seus bens naturais, princípio esse consagrado no plano jurídico internacional.*
>
> *A projeção internacional do meio ambiente como direito fundamental do ser humano, conclamado pela Convenção de Estocolmo impôs*

relevante e árdua tarefa para os países da América do Sul. Sendo assim, para atender aos princípios emanados nessa nova ordem jurídica ambiental, faz-se necessário vincular o desenvolvimento sustentável com a preservação dos recursos naturais.

Diante de toda a riqueza natural dos países da América do Sul, é imprescindível a adoção de políticas comuns que promovam o desenvolvimento sustentável, bem como a harmonização das suas leis ambientais.

A União Sul-Americana deve abranger a participação das forças sociais interessadas, na medida em que constitui uma junção de todas as pretensões comuns dos países envolvidos, ultrapassando as barreiras da simples união aduaneira. Além disso, essa integração somente fará sentido caso seus benefícios se revertam em favor do desenvolvimento econômico, social e ambiental dos países da América do Sul, objetivando a melhoria da qualidade de vida de seus povos.

A Unasul tem-se revelado um instrumento para a solução pacífica de controvérsias regionais e para o fortalecimento da proteção da democracia na América do Sul.

A audiência pública de hoje irá estimular nessa direção, dando sequência a um trabalho que foi feito em maio de 2012, na cidade de Poconé, conduzido pelo nosso querido Desembargador Márcio Vital.

Então, eu passo a palavra ao Desembargador Márcio Vital, que é Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, o meu Estado.

Seja muito bem-vindo à nossa reunião.

Com a palavra, o Dr. Márcio.

O SR. MÁRCIO VIDAL – Muito obrigado, Senador Blairo Maggi. Aliás, estamos muito gratos por esta oportunidade de estarmos hoje aqui este seleto grupo de Magistrados e professores comprometidos com a causa do meio ambiente, principalmente com a cidadania.

Eminente colega Desembargador Antônio Rulli, Presidente do Colégio Permanente de Diretores das Escolas Estaduais do Brasil; o Prof. Dr. Ramiro Guerrero, Professor argentino e irmão; o Prof. Dr. Valério de Oliveira Mazzuoli, que é colega e Assessor da Vice-Presidência do Tribunal de Justiça, experto em Direito Internacional; eminentes Senadores; amigo Dr. Joaquim – é um prazer revê-lo; minhas senhoras e meus senhores.

Este momento, o agora, é porque houve o ontem. Como disse o Senador Blairo Maggi, no outono de 2012, nós promovemos através do Centro de Estudos da América Latina Desembargador Viana Santos o 1º Seminário de Direito de Integração no Mercosul no portal do Pantanal mato-grossense. Lá tivemos a honrosa presença dos irmãos portugueses, tanto da faculdade de Lisboa como de Coimbra; também o Ministro da Corte Centro-Americana, Ministro Dario; tivemos também o colega e amigo Prof. Ramiro; e Magistrados, professores, diversos diretores das escolas da Magistratura, nos dois dias em que estivemos lá, juntamente com a honrosa presença do Senador Blairo Maggi e também do Senador Pedro Taques, debatendo o Direito de Integração no Mercosul.

Na verdade, é um trabalho que vem sendo realizado, ao longo dos anos, por colegas Magistrados idealistas, comprometidos realmente com a causa da humanidade. Apenas cito, rapidamente, a obra editada, de autoria do Desembargador Antonio Rulli, juntamente com o Desembargador Viana Santos – que empresta o nome a esse Centro de Estudos –, há mais de uma década, com o título de Mercosul, que discutia justamente essa questão que está sendo levantada, que está em pauta, que é a possibilidade de termos um regramento comum na América do Sul e, consequentemente, um tribunal que garanta a interpretação dessas regras.

Isso foi debatido, novamente, em Poconé e, novamente, estamos aqui justamente para tentar persuadir os Senadores da importância que é o regramento, a normatização do Direito de Integração no Mercosul para todos os coirmãos que vivem nesse espaço territorial, principalmente motivados por algo muito importante, que é o meio ambiente. Não há como querer preservar, por exemplo, a Bacia Amazônica tão somente por brasileiros, quando as suas fontes se localizam em diversos países. Se os nossos irmãos de outros países não cooperarem nessa preservação, de nada vão adiantar os nossos esforços.

Há outra questão potencial a toda essa discussão, que é a parte criminal. Nós sabemos que os crimes hoje são transnacionais. O Brasil tem 16 mil e poucos quilômetros de fronteira. Vou falar de um caso específico, que é o de Mato Grosso, que faz divisa com a Bolívia, que tem 700km de fronteira seca, e grande parte da criminalidade que ocorre em solo brasileiro é decorrente de ações humanas equivocadas desses irmãos. E vai por aí afora.

Agora, recentemente, tivemos a notícia – foi divulgada na imprensa, na mídia – daquela investigação, levada pelo Ministério Público de São Paulo, que apontou uma facção, quer dizer, uma organização criminosa, portanto em um Estado paralelo, estabelecido com o braço em países vizinhos.

Então, tudo isso nos leva a refletir e a sentir a necessidade de que precisamos da integração e da cooperação de ideias, de instituições, para que essa região do continente sul-americano seja de paz, harmonia e bem-estar a todos os cidadãos.

Daí, Senador, se me permitir, eu trouxe uma proposição, com toda a justificação, que tomei a liberdade de já solicitar a assessoria de V. Exª que fizesse a cópia e as distribuísse aos eminentes Senadores. Aqui consta toda a razão de estarmos aqui, a preocupação deste Centro de Estudo da América do Sul Desembargador Viana Santos, em que traz como dois pontos principais, como disse, a questão do meio ambiente e a de criminalidade, no sentido de combatê-la.

O Brasil, pela sua história, pela sua potencialidade, não pode ficar, com todo respeito, a reboque de outros países ou de ordem de outros continentes. Temos força e inteligência suficientes para superar as nossas dificuldades. Existem, sim, dificuldades, existem questões de ordem política, existem questões de ordem cultural e social, mas não são obstáculos que não possam ser vencidos.

Então, Senador, passo às mãos de V. Exª essa proposição para uma reflexão e um estudo.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Dr. Márcio Vidal.

Vamos ler atentamente o trabalho apresentado e dar sequência a ele depois que for necessário e desejado.

Gostaria perguntar ao Dr. Márcio se, dos nossos convidados presentes, já que o senhor os conhece bem, quem o senhor sugere para falar primeiro, até provocar o ambiente.

O SR. MÁRCIO VIDAL – Em respeito ao decano, o Desembargador Antônio Rulli, que tem uma larga experiência nessa área, até porque ele foi autor desta obra, o Mercosul, há mais de dez anos.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado pela ajuda. Passo até a palavra ao Desembargador Antônio Rulli Júnior, Presidente do Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura.

V. Exª dispõe de 10 a 15 minutos para fazer sua explanação.

O SR ANTÔNIO RULLI JÚNIOR – Obrigado, Exmo Sr. Senador Blairo Maggi; DD. Senadores aqui presentes; senhoras e senhores; membros da Mesa: Desembargador Márcio Vidal, Professor Valério, Professor Ramiro, que nos honra com a sua presença, falar do meio ambiente e da sua proteção representa, hoje, para nós, no Brasil, uma responsabilidade muito grande, em razão dos avanços que fizemos.

O Senador Blairo Maggi participou do encontro de Poconé. Tivemos a Carta de Poconé. Então, o que descobrimos, em relação aos outros sistemas de meio ambiente, é que o Brasil deu um avanço muito grande em matéria de meio ambiente, os interesses difusos, o consumidor.

E, à frente desta Comissão, está V. Exª, que vem participando desses encontros e movimentos nossos. A questão do meio ambiente para nós é importante, porque, como já ressaltou o Senador, há a questão da integração em relação à Unasul, destacada agora pelo Desembargador Márcio, o Mercosul e o Tratado da Amazônia. São oito países que participam do Tratado da Amazônia. Portanto, o meio ambiente e sua proteção estão em todas as pautas. Por quê? Porque a modernidade – e é uma característica também dessa modernidade, dessa pós-modernidade – é a tecnologia; e é uma tecnologia que já proporciona ganhos em relação à qualidade de vida, mas, como consequência, se fazem sentir os reflexos do meio ambiente.

Uma questão é a da industrialização acelerada; a outra, a da urbanização permanente. O que vem ocorrendo? Nessas duas áreas, a industrialização e a questão do crescimento da população dessas cidades, e também devido à migração, o meio ambiente vem se ressentindo. E nós temos feito uma tentativa de equilíbrio para evitar uma degradação inconveniente e impossível de recuperação. Portanto, se, de um lado, a industrialização pode proporcionar acesso universal a equipamentos e serviços de alta tecnologia; de outro, temos a poluição do ar, degradação de mananciais, desmatamentos e outros tantos, sendo, pois, indispensável buscar soluções para minimizar os impactos de forma a garantir o crescimento sem degradação, neutralizando seus efeitos negativos.

Como ressaltado pelo Desembargador Márcio Vidal, essa questão em relação, por exemplo, à integração aqui na América do Sul, o Brasil sozinho não vai conseguir preservar toda a Amazônia. Então, é necessária a colaboração. O que importante nessas questões é que no Tratado Amazônia já há uma determinação de respeito à cultura dos povos que integram essa área. Esses impactos, os quais combatemos para evitar o crescimento da degradação e seus efeitos negativos, têm uma pedra angular do sistema legal, que é o Poder Judiciário, que garante os direitos fundamentais de cidadania, dentre as quais se insere o direito ao meio ambiente, conforme preconiza o art. 225 da Constituição Federal.

Então, a questão de meio ambiente é uma é também de cidadania. Ninguém quer a degradação do meio ambiente, porque todos querem viver em um meio ambiente sadio.

O Judiciário está em constante busca de aperfeiçoamento para concretização desses diplomas legais, preparando-se pela qualificação de seus integrantes – dos juízes e dos funcionários –, na pesquisa e na integração com outras Ciências, permitindo que o conhecimento conduza à eficiência do ordenamento jurídico e de sua aplicação.

Então, para nós, a nossa contribuição, Senador, para o meio ambiente, é uma sugestão que fiz, encaminhada ao gabinete de V. Exª, justamente no sentido de incentivar esses cursos.

Qual é a proposição? Então, diante daqueles "considerandos" que fizemos em Poconé – discutimos muito com o Desembargador Márcio Vidal na ocasião –, é uma grande preocupação do Poder Judiciário que os juízes tenham uma formação nessa área do meio ambiente, assim como os funcionários. O que temos percebido é que esses cursos têm trazido uma melhora na prestação da atividade jurisdicional.

Assim, nós fizemos essas proposições de preparação dos juízes. Então, nós teríamos cursos de meio ambiente na área da iniciação funcional, para os juízes substitutos, para aqueles que se iniciam na carreira. É um curso de 420 horas. Então, disporíamos de uma carga horária razoável para a divulgação desses temas e da atuação dos juízes na questão do meio ambiente.

Essa preparação considera o futuro da proteção ambiental no Brasil o papel do Judiciário para formação da cidadania, com cursos de carga horária compatível com as necessidades de cada Estado.

Vimos, já em Poconé, nessas reuniões que temos tido com a participação dos juízes de Língua Portuguesa, como Portugal, África, Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau, Cabo Verde e Timor-Leste. Então, há já uma divulgação muito grande desses países – eu tenho participado desses encontros em Moçambique, em Angola e em Cabo Verde – uma consciência da necessidade. E o que se observa, mesmo em relação à Europa, é o avanço que o Brasil deu nessa legislação de meio ambiente.

Assim, o Brasil teve esse momento de desenvolver estruturas para a caracterização de uma vida sadia desse meio ambiente, com isso, fortalecendo a cidadania. Então, todos reconhecem que há essa necessidade.

Aí fiz outra proposta do colegiado, encaminhada a V. Exª, que, na compatibilização da carga horária dos cursos, a montagem desses cursos será difundida entre as escolas. Nós somos 31 escolas estaduais, porque algumas são oficiais do Tribunal de Justiça e outras são da Associação. Com isso, por exemplo, Brasília tem duas: a da Associação e a do Tribunal de Justiça. Esses cursos nos levariam aos encontros. É uma experiência que tivemos em seis semanas jurídicas do Mercosul. O Brasil organizou todas; vieram todos os países, inclusive os que não eram filiados – a Bolívia, o Peru, o Chile. Nesses encontros, como ocorreu em Poconé, a divulgação das cartas e desses encontros são encaminhados para todas as escolas. É um patrimônio que estamos formando em matéria de meio ambiente, que os outros não têm, e nós temos. Então, são 31 escolas estaduais: cinco federais, vinte e quatro trabalhistas e vinte e sete eleitorais. Em todas elas, há o interesse do meio ambiente. Então, a iniciativa de V. Exª é realmente importante neste momento, para a formação dos juízes com essa mentalidade do meio ambiente.

Senador, eu agradeço muito. É uma honra muito grande participar desta Mesa, nesta reunião de audiência pública do meio ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Antônio Rulli Júnior, Presidente do Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura.

Convido, agora, para fazer uso da palavra, Dr. Ramiro Anzit Guerrero, Professor da Universidade Jesuíta del Salvador da Argentina.

O senhor dispõe de 15 minutos para as suas colocações.

O SR. RAMIRO ANZIT GUERRERO – Sr. Presidente da Comissão, Senador Blairo Maggi, V. Exªs, Srs. Senadores, prezados Colegas, caros irmãos brasileiros, como um estrangeiro, foi uma grande honra ter recebido o convite para participar desta reunião, com o fim de compartilhar com todos algumas ideias sobre os desafios da integração das nações da América do Sul.

Desde o Tratado de Tordesilhas, em 1494, as principais potências da época tentaram dominar nosso continente. Espanha e Portugal, nesse momento, fizeram, com esse acordo, a primeira divisão histórica firmada no mundo, principalmente delimitando o mercado.

Esse foi o começo da globalização. Por isso, podemos dizer que a globalização é um contraponto aos processos integrativos. Mas, por quê? Porque a globalização, para dar uma definição, seria uma tentativa de encaixar as economias locais numa grande economia de mercado mundial. Ou seja, vamos pensar que tudo se encaixa no modelo uniformizado, todos vão vestir a mesma roupa, comer as mesmas comidas, esquecer as culturas regionais, vamos todos estar uniformizadas conforme o modelo ocidental capitalista.

Então, a globalização vai por este roteiro: o roteiro econômico-centrista. Não somos pessoas; somos números para a globalização. Assim, como neste contexto, uma das soluções que o Estado-Nação encon-

trou foram os processos integrativos, onde o Estado mantém as suas características e consegue não ser engolido pelo mercado mundial.

O que acontece? Mantém-se a estrutura de Estado, mas se começam a compartilhar certos elementos da soberania. Hoje em dia, a integração é a ferramenta, a solução encontrada contra essa grande questão chamada globalização.

Mas os processos integrativos com o Mercosul ou o Unasul têm vários desafios. Em nosso caso, o primeiro desafio regional é a estrutura enferrujada do Estado clássico e de suas burocracias. Darei três exemplos breves e concretos. Primeiro, o Brasil assinou o Tratado de Assunção, sem ter um dispositivo na Constituição que fale de se delegar soberania. Acho que, no Brasil, está proibida a delegação de soberania. E a forma de assinar o Tratado de Assunção, pelo qual se integrou o Brasil ao Mercosul, foi por meio das disposições e prerrogativas que têm o presidente de firmar tratados internacionais.

A questão é a seguinte: se o Brasil quisesse poderia sair, da mesma forma que ingressou, no Mercosul ou na Unasul, ou de qualquer outra estrutura integrativa. Mas qual seria o grande problema? Na comunidade mundial, quando você ingressa num processo integrativo, você diz que são estruturas esponjosas. Eu posso ingressar, mas não posso sair, porque perco a credibilidade internacional.

Segundo, no Estado clássico, o Estado– Nação de fronteiras fechadas que somente se preocupa com o mercado local, temos um grande exemplo, a Argentina, que está tentando estabelecer uma forma de, vamos dizer assim, anti-integração, colocando travas na importação. Hoje em dia, o cidadão argentino, por exemplo, tem que comprar produtos locais de menor qualidade e mais caros porque são os únicos que oferecem acolhida no mercado nacional. Na Argentina, já tivemos mais de 40 denúncias na Organização Mundial do Comércio, porque estamos fechando a fronteira como membro da Organização e também do Mercosul.

Terceiro: também estamos tendo, aqui no Brasil, o problema da revalidação de títulos obtidos no exterior. Atualmente, quase 70 mil brasileiros estudam fora do País e, quando chegarem aqui, com alto nível de qualificação, as estruturas enferrujadas para as turmas de revalidação, as universidades não querem aceitar os seus diplomas.

Esse é um dos poucos casos, em nível mundial, em que no País, o título de pós-graduação não é revalidado pelo Ministério de Educação, senão pelos professores, concorrentes do profissional, que pede o reconhecimento do diploma. Aqui, temos dois exemplos, Senador Blairo Maggi: o do Desembargador Márcio Vidal, que fez seu doutorado na Argentina, aqui presente como convidado, o Dr. Joaquim Miranda Júnior, que é Corregedor-Geral do Sistema Penitenciário Federal. Então, temos pessoas altamente qualificadas – não me refiro apenas ao caso deles – que, quando chegam ao Brasil têm grandes problemas com a revalidação.

Então, aqui temos o grande primeiro desafio: tentar mudar certos princípios de nossos modelos políticos e acadêmicos. Essa seria a grande crise e o grande desafio político-institucional. Com o Estado clássico, não vamos conseguir ingressar em processos integrativos com eficácia.

Outro desafio para os processos integrativos é a inexistência de órgão judiciário supranacional de resolução de conflitos entre particulares, já que o Tribunal Arbitral do Mercosul é parte de um modelo intergovernativo, que ainda não tem supranacionalidade. Portanto, neste Tribunal, posso apresentar uma petição contra um Estado, feita por outro Estado, ou por parte de um privado, mas não tem forma de resolução de problemas entre privados.

Assim, os grandes choques jurídicos cotidianos transfronteiriços não podem ser resolvidos com as ferramentas dos atuais órgãos do Mercosul.

Finalmente, precisamos acordar uma hierarquia normativa comum referente ao direito da integração e o direito constitucional que permita um mecanismo de internalização de resoluções delegadas pelos órgãos do processo integrativo, seja Mercosul, Unasul ou outro.

Assim, temos muitas coisas em comum e uma capacidade que, no chamado Primeiro Mundo, não tem, já que até há pouco tempo viviam de especulação financeira num estado policial após os atentados do 11 de setembro: teoria jurídica aplicada chamada de Direito Penal do Inimigo.

Enquanto nós temos, em nossas terras, em nossa região, a soma dos recursos naturais e, o principal, o recurso humano, além de a população poder gozar aqui de um Estado de direito. Somos vizinhos eternos. Deus estabeleceu que nós vamos morar juntos para sempre. Os países da região, como o Brasil e a Argentina, nunca vão se divorciar, embora briguemos pelo futebol, o que também simboliza que temos as mesmas paixões e idiossincrasias similares.

Eu quero lhes agradecer a possibilidade que tive de compartilhar e trocar alguns conceitos em relação aos processos integrativos, que não são processos econômicos nem políticos, mas processos que incluem uma grande decisão política, mas que têm consequências sociais, utilizando o elemento econômico.

É tempo de nos mantermos unidos contra o modelo da globalização e das potências extrarregionais e de proteger principalmente nossos valores e nossos recursos, porque temos dois caminhos para escolher como uma visão de futuro: ficarmos unidos ou ficarmos submetidos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Dr. Ramiro Anzit Guerrero, Professor da Universidade Jesuíta del Salvador, na Argentina.

Convido, agora, para fazer sua explanação o Dr. Valério de Oliveira Mazzuoli, Professor de Direito Internacional Público e Direitos Humanos.

O senhor tem 15 minutos para fazer sua exposição.

O SR. VALÉRIO DE OLIVEIRA MAZZUOLI – Bom dia a todos e a todas. É uma honra e um imenso prazer participar desta audiência pública.

Eu queria começar agradecendo à Mesa, composta pelo Estado de Mato Grosso, nosso Estado, na pessoa do Senador Blairo Maggi, Presidente desta Comissão, e do Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, Desembargador Márcio Vidal, na pessoa de quem eu cumprimento, então, em nome do nosso Estado, os demais membros desta Mesa.

A minha proposta, a minha fala hoje, nesta manhã, se liga especificamente a um aspecto que me parece importante dentro desse contexto da proteção do meio ambiente no âmbito da união dos Estados sul-americanos, que diz respeito a uma fase pela qual o Direito Internacional vem passando que é conhecida, pelo menos doutrinariamente, como fase da jurisdicionalização. Quer dizer, é a fase em que a humanidade começa a resolver problemas em nível supraestatal pela criação de tribunais regionais, pela criação de sistemas, pela criação de uma arquitetura internacional de proteção de direitos de categoria específica.

Isso começa na Europa, em 1950, já com a criação de um sistema europeu de proteção dos direitos humanos e também com a entrada em vigor da Convenção Europeia de Direitos Humanos, em 1950. Depois, esse sistema avança em termos de sistema regional para o nosso continente, no sistema interamericano, na década de 60, especialmente em 1969, e mais incipiente agora, tudo bem que o sistema é de 1986, mas ele só começa a dar os primeiros passos em 2002, portanto muito incipiente ainda, um sistema regional africano de proteção desses mesmos direitos. O problema todo relativamente aos sistemas internacionais de proteção – aqui é uma Comissão de meio ambiente – é que esses tratados e essas normas internacionais conseguem – pelo menos a proposta se consegue, efetivamente, talvez, nem tanto tem conseguido – mas a proposta é que se possa proteger direitos civis e políticos, conhecidos como direitos da primeira geração ou dimensão, e não os direitos econômicos, os direitos sociais e os direitos culturais.

Para isso, na Europa, começou uma técnica, quer dizer, eles engendraram um mecanismo de se conseguir proteger meio ambiente em um sistema regional de proteção no Tribunal Europeu de Direitos Humanos, a Corte de Estrasburgo, que é chamado de *greening,* de esverdeamento do sistema de proteção. Ou seja, se não consegue levar uma causa ambiental para o sistema europeu, então que se embuta essa proteção ambiental dentro de um direito da primeira categoria.

Por exemplo, se não se consegue proteger o meio ambiente dentro de uma área de floresta, numa área indígena, que pelo menos se demarque a terra indígena. Essa tem sido a saída. Quer dizer, não é possível levar diretamente, não é possível estar apenas no *use standing*, apenas no *locus*, dentro do âmbito de proteção, um problema, um assunto de solução ambiental. Então, a Europa começou a desenvolver essa técnica e também, de uma forma ou de outra, o nosso sistema, o sistema interamericano, mas ainda de forma muito incipiente esse esverdeamento do sistema de proteção.

Então, também é possível, dentro de uma mecânica similar, dentro de uma mecânica paralela, embutir uma questão de direito ambiental em um direito civil e político e levar isso à proteção para um tribunal regional.

Ocorre que a Europa avança um pouquinho no tema e lá, para além do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos, já há a Corte Europeia de Justiça da União Europeia, sediada em Luxemburgo – a Corte Europeia de Direitos Humanos é em Estrasburgo, na França. Talvez, para nós, esteja – esse é o ponto em que eu gostaria de me deter – faltando exatamente isso na Unasul. Quer dizer, não temos o paralelo perfeito com o sistema europeu. Faltaria aqui, sim, um tribunal de justiça da União Sul-Americana, que pudesse fazer esse controle de convencionalidade, essa compatibilização das normas domésticas com as normas do sistema desses doze países da União Sul-Americana.

Quer dizer, falta um tribunal internacional que seja capaz de resolver problemas ambientais, mas, mais que isso, alguns problemas que apenas no plano da política e da diplomacia conseguiriam ser resolvidos. Por exemplo, a recente suspensão do Paraguai do Mercosul. O Paraguai é suspenso, é impedido de votar na questão da entrada da Venezuela e, se, eventualmente, ele quisesse reclamar, ele iria para onde? O Paraguai iria reclamar em qual tribunal internacional? Não o temos.

Então, este é um ponto que me parece principal: a criação de um tribunal para a Unasul. Não um órgão administrativo, mas um órgão judiciário, ao modelo, à guisa do Tribunal de Justiça da União Europeia, que tem basicamente cinco competências.

A primeira competência é a chamada competência de interpretação. Quer dizer, ele uniformiza, na Europa, as decisões dos Estados-Membros nos assuntos regulados pelos respectivos tratados. Se essa proposta puder vir a ser negociada entre os países da Unasul e eventualmente um dia ser implementado um protocolo que estabeleça um tratado internacional para o nosso bloco, quiçá desse protocolo também conste – e esse o motivo da minha exposição – os temas envolvendo o meio ambiente, para fazer o controle da convencionalidade das normas internas, ou seja, um tribunal que venha harmonizar as legislações dos países. Depois, ele tem ações chamadas por incumprimimentos. O descumprimento das regras e das matérias previstas pelo tratado no âmbito do Direito Interno também poderia ser deflagrado no âmbito de um tribunal regional. Depois, tem os recursos de anulação, tem ação por omissão, que vai envolver tanto a omissão do próprio instrumento constitutivo como a omissão dos demais países em eventuais condenações equivocadas ou omissão em julgamento, etc. E, finalmente – este é um tema e ao qual já foi feita referência hoje –, as ações diretas dos cidadãos. Também esse é um grande problema que nós temos no nosso sistema.

Na Europa, em 1998, houve um protocolo, a Convenção Europeia dos Direitos Humanos; hoje, o cidadão pode ir diretamente à Corte Europeia de Direitos Humanos, mas até 1998 não podia. Quer dizer, ele participava do *locus standing*, poderia estar no local, poderia estar na ambiência da proteção daquele direito, mas uma dona de casa do interior não conseguiria entrar, ingressar, vindicar, peticionar diretamente perante o tribunal. Um exemplo disso é o de uma mãe muçulmana que matricula seu filho em uma escola onde há uma imagem cristã poder ir à Corte Europeia reclamar que aquela imagem seria incompatível dentro de um estado laico. Liminarmente, a Corte até manda retirar a imagem e, depois, a Itália ganha a ação por outros motivos. Mas imaginem o nível a que se chegou: um cidadão indo diretamente em Estrasburgo peticionar contra um Estado.

Aqui, em nosso sistema, isso não é admitido. Aqui, em termos de proteção dos direitos humanos, tem-se de entrar na Comissão Interamericana de Direitos Humanos, que faz esse juízo de admissibilidade e, na figura do processo civil do substituto processual, em nome próprio, ela acaba defendendo direitos de terceiros. Mas isso é para aspectos muito restritos à Convenção Americana sobre Direitos Humanos. Isso não extrapola, ainda que se queira, com essa mecânica toda, ainda com essa dificuldade, é muito difícil proteger de forma sadia o meio ambiente nesse sistema regional e não se consegue desenvolver outros recursos, não se consegue desenvolver outros problemas.

(Soa a campainha.)

O SR. VALÉRIO DE OLIVEIRA MAZZUOLI – Então, exatamente por esse motivo, seria necessário que o Senado brasileiro, o Congresso Nacional começasse a pensar que o Brasil tem papel de protagonismo nesses interesses e nesse fortalecimento da integração regional, protagonismo esse que, creio, chegará ao seu auge com o fechamento, o coroamento do sistema completo com a criação de um tribunal que tenha competências mais amplas que a Corte Interamericana de Direitos Humanos e que não se restrinja às matérias afetas à Convenção Americana sobre Direitos Humanos, mas que possa desenvolver inúmeros outros assuntos, como, por exemplo, diretamente, as questões ambientais.

É claro que vamos ter de pegar o modelo europeu para analisar esse caso, porque mesmo entre o Tribunal de Justiça da União Europeia e a Corte Europeia de Direitos Humanos há certa briga, porque não se sabe se uma instância é recursal da outra. São 27 países na União Europeia e 47 países na Europa. Esses 47 países da União Europeia estão vinculados a Corte Europeia de Direitos Humanos, e os 27 da União Europeia ao Tribunal de Justiça da União Europeia. Qual é a instância recursal do outro? Se todos os 47 compõem também os 27, como fica isso? Por esse problema nós ainda vamos passar, mas temos longos anos para chegar a essa questiúncula jurídica.

Precisamos agora, creio, Senador Blairo Maggi, tomar realmente um papel de protagonismo no Brasil, para fortalecer o nosso sistema, propondo a criação de um tribunal da União Sul-Americana.

Se permitir, Senador Blairo, para esse tribunal que, com certeza, com a ajuda do senhor, nós vamos propor, talvez eu não veria lugar melhor para ser criado, já que tem de ser em alguns países da Unasul, que seja no centro geodésico da América Latina, que é a nossa Cuiabá.

Encerro por aqui e agradeço a participação.

Não poderia ser diferente! Nós, do Mato Grosso, defendermos outra coisa por esse motivo geográfico absolutamente justificável: centro geodésico da América do Sul. É absolutamente justificável e tem uma simbologia que nós temos e, infelizmente, outros Estados da Nação não. Até por isso, isso serve para que nós tenhamos mais

vontade de implementar um tribunal da Unasul, tomando como paralelo o Tribunal de Justiça da União Europeia.

Poderemos envolver melhor esse tema com as colocações dos Senadores. Agradeço, de antemão, a oportunidade ao Senador Blairo Maggi.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Dr. Valério de Oliveira Mazzuoli, Professor de Direito Internacional Público e de Direitos Humanos da nossa Universidade Federal de Mato Grosso.

Se houver votação da Mesa, Professor, no mínimo, nós empatamos. O Senador Moka, que estava presente, não gostou porque Campo Grande ficou fora e foi embora. Então, nós vamos ganhar aqui com o apoio da Senadora Vanessa Grazziotin.

Brincadeira, Senadora!

Bem-vindo, Senador Osvaldo Sobrinho.

Então, eu dou as boas-vindas ao nosso convidado, Ministro Antonio Herman Benjamin, Ministro do Superior Tribunal de Justiça, frequentador assíduo desta Casa e desta Comissão. Sempre que os assuntos de meio ambiente passam por aqui, o Ministro Herman tem estado presente e dado uma colaboração muito grande para a construção de todo o arcabouço jurídico nas questões ambientais aqui no Senado Federal, principalmente, nesta Comissão, quando da discussão, por exemplo, do Código Florestal.

Então, passo a palavra ao Ministro Antonio Herman Benjamin, para que possa fazer o seu pronunciamento.

O SR. ANTONIO HERMAN BENJAMIN – Bom dia a todos. Eu peço desculpas por chegar um pouco atrasado. Eu estava despachando um *habeas-corpus*, que tem prioridade.

Eu queria, inicialmente, agradecer ao Presidente, Senador Blairo, pelo convite e pelas inúmeras iniciativas que têm encampado nesta Comissão, que reputo uma das mais importantes do nosso Parlamento. Quando se fala em Senado, nós sempre nos lembramos da CAE, da Comissão de Constituição e Justiça, mas, nos últimos tempos, também nos lembramos da Comissão de Meio Ambiente, que não é só do meio ambiente, porque também é do consumidor, de fiscalização... Então, esta é uma Comissão realmente central no arcabouço parlamentar do nosso País.

E, evidentemente, o Senador Blairo traz uma experiência diferente, um perfil diferente para esta Comissão, já que passou sua vida inteira manejando aquilo que nós chamamos de capital natural, ou seja, os serviços ecológicos que a natureza nos presta, como a água, a fertilidade do solo, trabalhando com isso e utilizando, produzindo alimentos e contribuindo para a pauta de exportação brasileira, como fazem milhares de brasileiros, a exemplo do meu avô, que era agricultor.

Então, esta homenagem eu faço a S. Exª, homenageando todos aqueles que trabalham direta ou indiretamente com o capital natural. Este é o tema que eu vou concentrar aqui na perspectiva judicial.

Eu queria saudar o Senador Sobrinho, queria saudar a Senadora Vanessa, do Amazonas, o Estado que é o maior latifundiário brasileiro em capital natural, em todos os sentidos, seja na perspectiva da floresta, das águas... Aliás, eu vou me concentrar aqui muito no tema das águas.

Esta audiência pública é para discutir a América do Sul, integração e a sua interface com o Direito, mais especificamente com o Direito Ambiental. Eu não vou tratar de tribunal supranacional, porque o Prof. Valério já o fez com muita maestria aqui. Eu não vou, evidentemente, repetir, até porque eu não poderia fazê-lo acrescentando nada, pois concordo inteiramente com as observações que ele aqui apresentou. Mas eu queria lembrar, em primeiro lugar, que o Brasil é muito heterogêneo no que tange à origem do seu capital natural.

Se nós olharmos para a Região Norte, nós vamos ver que o Brasil é consumidor de capital natural que vem de outros países, sobretudo, água. Mas não só de água. E aí, mudando o nosso olhar para o Sul, Sudeste e Centro-Oeste, nós vamos verificar que o Brasil é fornecedor de capital natural, mais especificamente de água, tanto de água de superfície quanto, se olharmos para o Aquífero Guarani, que é o grande reservatório de água potável do mundo – agora há outro, mas esse é estritamente brasileiro, e não interessa e até maior, o de Alter do Chão –, mas, no caso do Aquífero Guarani, as suas bocas estão em território brasileiro, não obstante ele se ramifique pelo Paraguai, pela Argentina e encoste levemente no Uruguai.

Essa é a perspectiva se pensarmos em regulação jurídica e também em tratamento judicial dos problemas que possam existir. Em outras palavras, nós podemos ser, numa perspectiva internacional, autores de ações na Amazônia, para proteger os nossos recursos naturais, ou melhor dizendo as fontes dos nossos recursos naturais, as cabeceiras dos rios. Todos os rios da Amazônia nascem fora do território brasileiro.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANTONIO HERMAN BENJAMIN – Todos, do Planalto das Guianas aos Andes. Todos. E podemos ser réus nas ações na Bacia do Prata.

Há um precedente interessante, que vem do Mato Grosso do Sul – é uma pena que o Senador Moka tenha se ausentado, porque ele deve conhecer, e talvez o Senador Blairo também conheça esse precedente,

porque a única ação civil pública em que proprietários rurais de um Estado ingressaram em juízo contra outro Estado. Então, os proprietários rurais do Mato Grosso do Sul – vejam que não foram os ambientalistas, e aí a importância do capital natural –, pelo seu sindicato, entraram com ação civil pública contra o Estado do Mato Grosso, porque este Estado estava autorizando desmatamentos nas cabeceiras do rio, cujo nome já não me recordo, e, na medida em que desaparecia essa cobertura florestal, o rio estava levando uma quantidade enorme de sedimentos, destruindo, com esses sedimentos, o leito original do rio, inundando as propriedades...

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Seria o Rio Taquari?

O SR. ANTONIO HERMAN BENJAMIN – O Rio Taquari.

Eu achei essa ação civil pública tão interessante que mandei para publicação na *Revista Direito Ambiental,* da RT. Está publicada. O resultado eu não sei. Mas o que importa aqui é o fato jurídico. Claro que, numa perspectiva, vamos chamar assim, suprafederal ou interfederal, e não internacional. Mas o conflito, em tese, não seria muito diferente com os desmatamentos que estão ocorrendo no Peru, na Venezuela ou na Colômbia, que estão destruindo as nascentes, as cabeceiras dos rios que chamamos rios brasileiros.

É nesse contexto que se insere o tema do capital natural, que, veja, é compartido, e não apenas nos benefícios, mas nas responsabilidades.

Eu não sei qual será o destino desse debate, necessário, que estamos fazendo aqui, acerca da criação de um tribunal supranacional. Mas o que eu posso dizer é que estruturas orgânicas já existem que permitem, pelo menos, o tratamento político, administrativo dessas matérias no âmbito dos vários países. Eu dou o exemplo do Tratado da Cooperação Amazônica, em que estão previstas – e a Senadora Vanessa conhece muito bem este Tratado – a questão ambiental, a questão do capital natural, a necessidade de cooperação e, sobretudo, a importância da prevenção dos danos ambientais que tenham repercussão supranacional.

A rigor, não há dano ambiental praticado nos Andes que seja estritamente local. Não há.

(Soa a campainha.)

O SR. ANTONIO HERMAN BENJAMIN – Desmatamento nos Andes tem repercussão no nosso País e estritamente na Amazônia.

Bem, eu acredito, Senador, que muito mais importante neste momento, além do debate, que é embrionário acerca de um tribunal no âmbito da Unasul, não podemos esquecer a importância de explorarmos os mecanismos já existentes da cooperação entre esses países e, sobretudo, naquele bioma que mais chama a atenção, que é a Amazônia.

A mesma coisa se poderia dizer em relação ao Pantanal. Eu também conheço bem aquela região, o Pantanal, a parte que entra na Bolívia. E quem sobrevoa os dois lados e, eu diria até mais: nos 10%, 15% que estão no Paraguai, a degradação é enorme. Os diques estão proibidos no Pantanal brasileiro, e bem proibidos, e hoje há um consenso de que o Pantanal deve ser explorado numa perspectiva sustentável. Mas podemos sobrevoar esses 10% do Pantanal do Paraguai, e estão lá os diques de drenagem, cada vez enxugando mais o Pantanal do Paraguai e também da própria Bolívia.

Eu paro por aqui. Meu tempo já terminou, e agradeço mais uma vez.

Senador Moka, fiz um comentário sobre uma ação civil pública extremamente interessante do seu Estado: os proprietários rurais, pelo seu sindicato, entraram contra o Estado do Mato Grosso, por degradação das cabeceiras do Rio Taquari, o que acabou por afetar profundamente a sobrevivência desses próprios proprietários.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu conheço a ação.

O SR. ANTONIO HERMAN BENJAMIN – Por isso, eu disse que tinha certeza de que V. Exª conhecia.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado ao Ministro Antonio Herman Benjamin pela explanação. Quero dar as boas-vindas também ao Desembargador Ruy Celso Barbosa Florence, de Mato Grosso do Sul. Seja bem-vindo à nossa audiência pública.

Também registro a presença e dou às boas-vindas ao Dr. Joaquim José Miranda Júnior, Corregedor-Geral do Ministério da Justiça e do Departamento Penitenciário Nacional. Seja bem-vindo.

Cumprida a nossa etapa das apresentações, passarei a palavra aos Senadores aqui presentes, pela ordem de chegada à Comissão. Aqui, os primeiros têm o direito, porque a gente chega a algumas comissões, fica prestando a atenção no assunto, e os mais ligeirinhos se inscrevem e a gente acaba ficando por último. Então, na minha Comissão há um critério, e o Senador Moka tem a primazia de falar hoje, já que esteve aqui desde cedo, acompanhou 90% a 95% das explanações aqui colocadas.

Depois, passo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Mas, Presidente, ele tem de ficar até o final. Senão, da próxima vez, ele perde a preferência.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Não, mas ele justificou. Ele foi à CDH ou à CAS.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Fui à CAS.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Ele preside a CAS e está presente aqui. Então, com a palavra o Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Blairo Maggi, primeiro, quero dizer que não pertenço à Comissão de Meio Ambiente. Eu não sou membro, nem titular, nem suplente da Comissão do Meio Ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Mas é muito bem-vindo aqui.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – A segunda questão é que, de liderança ruralista, já bastaria o Blairo. Já tinha em excesso. Mas é claro que a presença do Senador Blairo Maggi no comando da Comissão do Meio Ambiente – aí, Senador, é um elogio que lhe faço publicamente – mostra, na verdade, a preocupação que temos, de fato e de direito, com essa questão ambiental, porque, para os produtores rurais, a coisa mais importante é exatamente a terra, o meio ambiente, proteção da água. O produtor vive disso, e o Senador Blairo Maggi coloca esse nível de preocupação... Ele personaliza. Na verdade, ele dá a personalidade a isso.

Mas o assunto hoje – eu ouvi desde o primeiro expositor, o Desembargador e Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Mato Grosso, Desembargador Márcio Vidal; ouvi o Prof. Valério de Oliveira Mazzuoli; ouvi o Dr. Antônio Rulli Júnior, que é o Presidente da escola; e o Ramiro Guerrero, que falou algumas coisas. E inclusive começo dizendo: Guerrero, quanto à questão do diploma médico a que V. Sª estava se referindo, o que é exigido por lei, e pelo próprio Ministério da Saúde, é o Revalida, apenas e tão somente o profissional fazer uma prova, mostrando que ele tem esse conhecimento e nível para exercer a profissão em qualquer parte do Brasil, o que, aliás, acontece em qualquer lugar. Em qualquer lugar no mundo em que você vai exercer a profissão, você tem que demonstrar que tem exatamente aquela qualificação. É claro que, se você está falando de doutorado, eu acho que é muito mais simples. Nós estamos falando de um colega médico que, formado na Argentina, ou no Uruguai, ou no Paraguai, ou na Bolívia, precisaria disso.

Recentemente, esta Casa votou a dispensa disso, o que realmente criou uma dificuldade, sobretudo para as entidades médicas. Mas eu penso que isso também está superado. São três anos na forma de bolsista. No quarto ano, esse profissional vai ter que fazer o exame do Revalida, que, insisto em dizer, é instituído pelo Ministério da Saúde. Agora, está tramitando no Congresso um projeto de lei.

Mas o que é que eu achei das discussões? Afora o Dr. Antonio Benjamin, mesmo assim, na nossa Comissão, eu percebi... V. Sª estava tratando exatamente disso. Aliás, falo mais da importância de criarmos esse tribunal, que serviria, na verdade, para dirimir dúvidas.

O Prof. Valério de Oliveira foi muito feliz quando citou aqui o exemplo recente do Paraguai que, quando foi excluído do Mercosul, não tinha nenhuma entidade à qual recorrer. Quem é que iria dirimir as dúvidas a respeito daquilo? Essa é uma das coisas.

Evidentemente nós estamos dando um foco. E há aí essa questão do Pantanal que nós chamamos de sul-mato-grossense. É um perigo quando uma Mesa assim junta tanto cuiabano. Esse troço é meio perigoso para nós do Mato Grosso do Sul – sem falar do Sobrinho. Mas o Desembargador Ruy Celso, do meu Estado, Mato Grosso do Sul, pediu que eu o acompanhasse.

Eu quero dizer que, para nós do Mato Grosso do Sul – essa é a minha opinião –, é extremamente importante e meritório este assunto, Senador Blairo Maggi. Eu acho que ele certamente ganhará força aqui se nós conseguirmos isso. Agora, é preciso trazer os parceiros para isso, quer dizer, os outros países.

Vamos iniciar – o Brasil tem condições de fazer isso –, vamos fazer com que isso realmente aconteça com toda a discussão necessária. Eu acho extremamente salutar.

Essa questão ambiental de que o Dr. Antônio Rulli Júnior tratou é fundamental. Vou dar um exemplo. Na questão da pesca, você protege as margens de um rio internacional – não vou citar para não criar problema – de um lado e, do outro lado, as regras ambientais, de pesca, de tudo são completamente diferentes. Então, você proíbe de um lado da margem do rio, e do outro lado é permitida a pesca. São essas questões que eu acho fundamentais. Estamos tratando aqui da nossa reserva de água potável, do nosso Aquífero Guarani. Ele é fundamental.

Todas essas questões poderiam ser tratadas num contexto em que nós tivéssemos legislações ou, pelo menos, entendimentos e, quando não houvesse entendimento, nós teríamos exatamente o meio para dirimir as nossas eventuais divergências.

Então, sob qualquer ângulo que a gente analisar essa questão, a proposta da criação desse tribunal, eu acho que é extremamente interessante.

O Mato Grosso do Sul tem fronteira – eu, particularmente, sou nascido na fronteira do Brasil com o Paraguai, a minha cidade natal é Bela Vista. Então, se você atravessa o Rio Apa, está em Bella Vista, Paraguai.

Nós temos uma extensa fronteira com o Paraguai; temos uma fronteira, no Mato Grosso do Sul, com a Bolívia; e o País, como um todo, tem fronteira com o Uruguai, com a Argentina, enfim. Então, disse o Guerrero que nós somos vizinhos e seremos eternamente vizinhos.

Eu acho que a discussão aqui é fundamental. Lamentavelmente, Senador, aliás, antes de começar aqui, eu disse aos senhores que eu me ausentaria, mas fiz questão de ouvir o Desembargador Ruy Celso. Eu tenho certeza que era intenção de V. Exª que pelo menos um Parlamentar do Mato Grosso do Sul pudesse participar, entender as exposições e, claro, que afirmássemos nosso apoio, o meu entusiasmo com essa iniciativa.

E quero dizer que aqui no Senado, nós, tendo na liderança, na batuta, no comando esse extraordinário homem público, que é o Senador Blairo Maggi, haveremos de dar encaminhamento a essa proposta.

Muitíssimo obrigado a todos os senhores.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Moka, Senador pelo Mato Grosso do Sul. Muito obrigado pela sua presença. V. Exª não é membro da Comissão, mas é sempre muito bem-vindo, tem muito a contribuir, a colaborar aqui, com a nossa Comissão.

Passo a palavra agora à Senadora pelo Estado do Amazonas, Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, que minhas primeiras palavras sejam para cumprimentar os convidados e para lamentar que eu não tenha podido, como o Senador Moka e V. Exª, ouvir todas as explanações. Mas um Senador muito competente, nosso Presidente, Senador Blairo, deixou sobre a nossa bancada um trabalho, acho, escrito pelo Dr. Márcio Vidal, em que apresenta, de forma e em linhas gerais, o tema em discussão hoje, que é a necessidade da integração, sobretudo na questão ambiental.

O Ministro Herman, aliás, exageradamente gentil nas suas palavras, a quem eu agradeço, usa como exemplo... Claro, todos nós devemos defender essa integração e esse é o nosso futuro, não há dúvida quanto a isso. E quando falamos de meio ambiente, isso é fundamental. Não quero aqui repetir as centenas e centenas de exemplos que nós temos. Para começar, eu acho que o simples fato de que os nossos rios... Aliás, o maior rio do mundo não é aqui que nasce. E quando o país lá de cima decidir fazer qualquer coisa com isso, como é que nós ficaremos? Então, é necessário? É.

Eu confesso minha ignorância em relação ao Mercosul do ponto de vista da integração ambiental. Mas em relação ao Norte, que é a Amazônia e pega uma parte do Mato Grosso também, desde a década de 70, foi estabelecido um acordo de cooperação, que hoje é uma entidade, foi transformado numa entidade: a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, como aqui foi dito. Entretanto, até essa integração é capenga; até essa. Ela não funciona como deveria funcionar.

Então, eu quero cumprimentar todos os presentes aqui e o Senador Blairo, que traz um tema tão relevante e importante.

Eu penso que é chover no molhado falar, nas nossas questões, em resolver o problema brasileiro. Não resolveremos o problema brasileiro se os países vizinhos não entenderem que têm que fazer a mesma coisa, principalmente na área ambiental.

Eu sou do Estado do Amazonas. De todos os Estados, aquele que tem a maior área de fronteira é o Amazonas. E nós sentimos profundamente isso, principalmente quando as fronteiras são habitadas, na questão ambiental, na questão criminal.

Dr. Márcio Vidal, o senhor fala muito aqui de combate ao crime organizado. Há mais de dois anos, a Força Nacional foi para Tabatinga a pedido do Governo do Estado, porque lá havia uma morte por dia, e não há nenhum exagero. Literalmente uma morte por dia, por conta do narcotráfico. Tabatinga fica na tríplice fronteira: Brasil, Peru e Colômbia. É extremamente grave a situação. Há dois anos a Força Nacional foi para lá. Até hoje não saiu de lá. Não consegue sair.

O que falta a nós? Essa integração maior e não um ou outro treinamento conjunto entre o Exército Brasileiro, o Exército colombiano, o Exército Peruano, uma integração permanente.

Não sei por que o Senador Moka levantou aqui a questão do diploma de médico. Mas quando a gente fala em integração, é isso mesmo. Há um projeto de lei aqui muito interessante, do Senador Roberto Requião – não só o dele, mas existem outros –, que diz o seguinte: não são os diplomas que têm de ser validados, são as universidades que têm de ter mútuo reconhecimento. A partir daí, o nosso diploma valerá lá e o diploma deles valerá cá. E isto é o fundamental: analisar o currículo. É isso o que se faz. Para que analisar o currículo individualmente, se podemos analisar o coletivo, a universidade? Isso tudo é parte da integração. Sou muito animada com isso.

Tenho procurado realizar eventos com o OTCA, colaborar com o OTCA e tenho muito orgulho de dizer que ajudei muito, que pude contribuir com o OTCA no sentido de aprovar um projeto. Foi o primeiro projeto de âmbito internacional aprovado no Fundo Amazônia, para acessar recursos do Fundo Amazônia. Já está sendo construído e viabilizado o monitoramento integrado

da Amazônia e de todos os países amazônicos. Cada qual tem o seu, e não compartilham informações. A partir desse processo, das informações desse projeto, que será coordenado pelo OTCA, da análise de dados, aqui em Brasília, será feito um compartilhamento de informações, de tal forma que a nossa política seja, se não exatamente a mesma, no mesmo sentido em relação aos demais países vizinhos que compõem o mesmo bioma.

Muito obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Obrigado, Senadora Vanessa Grazziotin.

A Senadora Vanessa também é Presidente da Subcomissão de Mudanças Climáticas.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Desculpe-me. Comissão Mista de Mudanças Climáticas, aqui no Senado.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – No Congresso.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – No Congresso. Tem feito aqui um belo trabalho. Na semana passada, realizou um fórum de discussão, um simpósio muito importante. Meu Vice-Presidente esteve lá me representando, o Senador Amorim, já que não pude estar presente na quinta-feira.

Muito obrigado, Senadora Vanessa Grazziton.

Passo a palavra ao Senador Osvaldo Sobrinho, Senador pelo Estado de Mato Grosso.

O SR. OSVALDO SOBRINHO (Bloco União e Força/PTB – MT) – Sr. Presidente, senhores que compõem a Mesa, quero cumprimentar todos no nome do nosso magistrado, do nosso Vice-Presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, Dr. Márcio Vidal, que nos honra com sua presença, com a sua competência, com o seu trabalho e com a sua luta. Tenho certeza de que S. Exª veio abrilhantar, com os seus conhecimentos, esta Comissão.

A integração sul-americana, principalmente latino-americana, acredito, é por demais necessária para a integração dos povos dessa região. A Europa, que tem muito mais problemas do que nós, problemas culturais, étnicos e outros, há tempos se organizou. Hoje vive, convive, anda e tem direito de ir e vir por todos os países da Comunidade Europeia.

Nós aqui precisamos muito mais dessa integração, mas ficamos criando problemas, dificuldades ou sofremos pela falta de ação para que possamos nos integrar no campo educacional, no campo do trabalho, no campo técnico-científico. Na verdade, criamos barreiras que não existem. O que precisamos é diminuir essas distâncias, sentir que sozinhos não seremos nada, que o maior mercado de todos está aqui, nos países latino-americanos, principalmente no Cone Sul.

É uma estupidez total acontecerem novos fatos como a retirada do Paraguai do Mercosul. Isso é uma lástima, um desserviço à Nação brasileira.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Já está voltando, já está voltando.

O SR. OSVALDO SOBRINHO (Bloco União e Força/PTB – MT) – Sim. Estava aqui quando foi aprovado. Mas são episódios que nós temos de evitar, evitar porque...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Exatamente, como o retardamento do ingresso da Venezuela, o que também é um grande desserviço.

O SR. OSVALDO SOBRINHO (Bloco União e Força/PTB – MT) – Também. Votei pelo ingresso da Venezuela, estava aqui no Senado. Mas uma coisa não justifica a outra. Precisamos aumentar mais o bloco, isso é que é necessário, a fim de que fique maior e possamos ter mais parceiros para dividir as nossas dificuldades e somar as nossas vantagens.

Portanto, acredito que essa iniciativa deste Tribunal, a Corte Latina Sul-Americana de Justiça, vem ao encontro das nossas necessidades, da nossa integração e, acima de tudo, é importante para este País.

Vejo bem isso no campo educacional. Estive, há uns três anos, representando este Senado da República no Senado da Argentina, quando o tema principal era educação, e foi muito discutido, mas o grande problema, que era comum a todos nós, era o reconhecimento do diploma. E aqui falou a Senadora Vanessa da proposta do Senador Requião, que não temos que reconhecer diplomas, mas universidades, e é verdade. Começamos a criar tanto probleminha para reconhecer o pessoal aqui, mas, na verdade, os problemas nossos são comuns praticamente: falta de integração, falta de assistência, falta de zelo, falta de tudo para com aqueles que moram e residem aqui, na América do Sul, principalmente nos países latino-americanos.

Assim, acredito, tenho certeza de que esta Comissão dá o primeiro passo ou os primeiros passos para essa integração.

Lembro bem quando o Presidente Sarney ainda era Presidente da República e fez a primeira reunião do Mercosul. Entusiasmado, falava: "Vou criar até uma moeda comum", parece-me, "o gaucho". Gaucho ou gaúcho, era um negócio mais ou menos assim, até falei que o nome era feio. Na verdade, é necessário que se faça alguma coisa e se integre. Não é bem gaúcho, Senador Blairo, mas era alguma coisa mais ou menos parecida com isso. E até estranhei isso naquela época,

eu era Deputado Constituinte. Estranhei, mas, depois, fui analisando, estudando... Sempre gosto de frequentar as universidades, principalmente da Argentina. A gente sente que há também um clamor, uma vontade, por parte deles também, de ter essa integração. E seria bom que o Brasil, que é o maior País da América do Sul, pudesse começar uma campanha nesse sentido, um trabalho nesse sentido, abrindo fronteiras para que as coisas pudessem amenizar e que lá também houvesse um estímulo para conosco, como falou aqui o Senador Moka, há pouco: "Não adianta fazermos só o lado de cá, e o lado de lá, às vezes, ficar sem fazer". Por exemplo, no campo da pecuária, mostramos aqui, vacinamos todo o nosso gado na região, e, de repente, os países vizinhos não fazem nada ali. Se uma vaca só ou um animal aparecer com aftosa aqui, acabou o mercado brasileiro, ninguém comprará mais da carne brasileira. Então, o problema deles é nosso também, e o nosso é deles também. Ninguém vive sozinho neste mundo comunitário que aí está. É necessário começarmos a pensar nisso, chegar mais perto.

Tenho certeza de que o Senador Blairo Maggi, que é um homem que trabalha a terra, que sabe que o nosso patrimônio maior, o nosso capital maior é o meio ambiente, agora, presidindo esta Comissão... Tenho certeza de que ventos bons sopram para este lado e que, juntos, podemos fazer alguma coisa, junto com os professores da Universidade Federal, que também tem grande trabalho sobre isso, conheço bem a universidade, por algum tempo, lecionei lá também.

Portanto, fico feliz em saber que nós todos estamos começando a pensar e a olhar para aquilo que nos diz mais respeito, que é essa integração latino-americana.

Parabenizo a todos os palestrantes. Lastimavelmente, não tive oportunidade de presenciar toda a discussão e as palestras, porque cheguei agora de Mato Grosso, mas me coloco à disposição, enquanto puder, onde estiver, em qualquer foro que estiver, para estudar junto e ajudar, a fim de que essa vontade, essa utopia se torne realidade o quanto mais breve possível, melhor.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Osvaldo Sobrinho, pelas suas colocações.

Passo a palavra ao Senador Sérgio Souza, Senador pelo Estado do Paraná.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Sr. Presidente, Senador Blairo Maggi, Ministro Herman Benjamin, senhoras e senhores, este é um tema que muito interessa ao Brasil. Eu vinha agora do aeroporto, ouvindo parte da explanação. Não pude ouvir a todos, mas é um tema importante.

Quando se trata do regime das águas, temos duas grandes bacias no Brasil, além daquelas que correm para o mar brasileiro. Temos uma que recebe as águas dos países da parte norte do Cone Sul e temos toda uma situação de como recebemos essas águas. Somos aqueles que enviam as águas ao Paraguai, à Argentina.

Do ponto de vista do meio ambiente, se olharmos aqui, inclusive, ouvi um debate no rádio entre o Senador Moka e um dos palestrantes que falava de um rio no Mato Grosso que tem...

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Rio Taquari.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Rio Taquari. E nós sabemos muito bem o que é o assoreamento, o transporte de sedimentos. Se olharmos o Delta do Paraná, o *Delta del Plata*, na Argentina, que é a foz do Paraná, nós poderemos perceber muito bem o que é o assoreamento, a sedimentação. É da natureza, é claro, mas o homem pode, sim, proteger. Os rios do Amazonas são rios jovens, falando em idade geológica, são rios que ainda mudam de lugar constantemente pela força das águas, das chuvas.

Desta relação não há como fugir, da relação do Brasil com os demais países, sejam países mais ao norte, sejam países mais ao sul. Nós temos, primeiro, a liderança econômica do bloco e temos o dever de buscar uma maior igualdade social na região do Cone Sul. Nenhum de nós quer um Brasil muito rico, uma Bolívia, uma Venezuela, um Paraguai ou outro país qualquer com uma diferença social e econômica muito grande, porque o desenvolvimento econômico também ajudará muito na preservação do meio ambiente, na otimização das culturas, da agricultura, a produzir com responsabilidade.

Ouvi, por vezes, aqui neste Senado, os debates sobre o Código Florestal. Fiz parte de todas as Comissões, inclusive da Medida Provisória. Na sequência, ouvi, por exemplo, o Senador Blairo Maggi dizer que tinha propriedade para falar, por isso ele convidava constantemente representantes ambientalistas, inclusive o Greenpeace, para conhecer, para ver o que ele faz para proteger o meio ambiente, para mostrar que podemos, sim, ter uma integração entre a preservação e a produção de alimentos neste Planeta.

Estamos caminhando cada vez mais para uma conscientização. A conscientização precisa passar também pela responsabilização daqueles que degradam, daqueles que agem contra o meio ambiente.

Então, trabalhar uma uniformização das leis e ter um tribunal, neste caso, internacional voltado para as causas do Cone Sul, da América do Sul, é inteligente.

Quero parabenizar a Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal por tomar essa iniciativa de começar este debate, porque somos não somente umbilicalmente ligados pelas divisas dos países, mas o sangue que corre nas veias do Brasil corre nas veias do Paraguai, corre nas veias dos Argentinos e não é diferente com aqueles do Peru, dos países do norte, da Venezuela, quando falamos em águas, no regime das águas.

Então, parabéns a todos pela nossa audiência.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Sérgio Souza, sempre muito presente nesta Comissão também, que tem feito um belo trabalho no Senado Federal.

Pergunto ao Senador Sérgio Petecão se deseja usar a palavra.

Vou passar agora, novamente, para as considerações finais, começando pelo Dr. Márcio Vidal. Mas, antes, vou fazer uma pequena fala sobre este assunto, dizer o que penso.

Tive oportunidade de estar presente nesse evento que ocorreu em maio de 2012, em Poconé, onde houve um fórum e se fez uma grande discussão sobre esse assunto. Cada vez mais, a exemplo dos colegas que aqui se manifestaram, todos nós entendemos que há, sim, necessidade de termos alguma coisa maior do que temos hoje, que seja integradora da América do Sul, da América Latina, de forma que possamos dirimir, possamos encaminhar políticas comuns, principalmente nas questões ambientais, que estão deixadas de lado neste momento.

Tenta-se avançar na questão do Mercosul, do Mercado Comum, com questões comerciais, industriais, de agricultura e tudo o mais, e temos uma grande dificuldade nesse sentido. Percebemos, como disse o nosso convidado da Argentina, que a Argentina anda na contramão do que deve ser feito neste momento. Ao invés de integrar, ela se fecha internamente. Eu também tenho empresas, tenho negócios na Argentina e percebo claramente o grau de dificuldade que é trabalhar na Argentina. Tem-se que fazer um esforço muito grande, as empresas brasileiras fazem um esforço muito grande para estar hoje na Argentina.

Essas questões todas vão trazendo dificuldades no dia a dia, mas, nas questões ambientais – e os exemplos foram dados tanto pelos nossos palestrantes quanto pelos Senadores e Senadoras que se manifestaram –, não há como separar uma coisa da outra. Assim, o exemplo que o Ministro Herman Benjamin trouxe de que produtores rurais de Mato Grosso do Sul acionam produtores rurais de Mato Grosso em função de não terem cuidado das cabeceiras do Rio Taquari, esse é um assunto, como foi dito, intrapaís, dentro dos nossos territórios, com dois Estados diferentes, mas, como lembrou a Senadora Vanessa, temos as questões da Amazônia, dos desmatamentos que há na Colômbia, no Peru, também citados aqui pelo Ministro Herman e tantos outros.

Não dá para separar o Brasil ou o Estado de Mato Grosso, o Estado do Paraná, do Mato Grosso do Sul e dizer: "Olha, aqui vale a minha regra e faço o que quero aqui!". Não é bem assim. Dizia eu ao Dr. Márcio Vidal, um pouco antes do início da nossa audiência, aqui na Secretaria, que o exemplo são os próprios animais, os pássaros, o ar, que não sabem se há fronteira ou se não há fronteira. Eles simplesmente passam e acabou. Quer dizer, nós homens criamos instituições jurídicas para defender os territórios e tudo o mais, mas, na questão ambiental, isso não funciona, não existe.

Precisamos voltar, sim, a fazer essa discussão sobre termos um fórum, porque nós mato-grossenses e os sul-mato-grossenses que estão aqui, inclusive o Desembargador, reclamamos muito – Rondônia reclama com a Bolívia também – de que nós cuidamos do nosso patrimônio, dos nossos rios, dos nossos pantanais, quer sejam eles do lado do Acre ou de Rondônia também, na divisa com o Mamoré, mas o lado de lá não cuida.

O Senador Ivo Cassol tem uma casa de pesca e fala sempre para mim: "Blairo, no dia em que você quiser comer uma tartaruga, vamos lá". Mas não é no Brasil que se come tartaruga, é no outro lado, porque lá é permitido. Inclusive, os fiscais do Ibama que moram e vivem lá comem tartaruga, mas comem do lado boliviano, quer dizer, esse tipo de política...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM. *Fora do microfone*.) – Mas a tartaruga é brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – A tartaruga vai ser brasileira.

Esses inconvenientes vemos no nosso Pantanal Mato-Grossense e Sul-Mato-Grossense. Cuidamos de um jeito, mas a Bolívia não cuida de outro jeito, o Paraguai não cuida daquela parte plana que eles têm lá embaixo também, de divisa, o chaco paraguaio, junto com o Mato Grosso do Sul.

Se tivermos um fórum, ou melhor, um tribunal, para, no mínimo, conduzir as legislações desses países como a do Brasil ou para copiar alguma coisa desses países...

Mas quero deixar aberto aqui para a Comissão, Dr. Márcio Vidal – o senhor que está à frente desse assunto junto com os demais aqui e o Ministro Benjamin –, que esta Comissão será a porta para esta discussão, para que, se tivermos como fazer a condução de algum assunto dentro do Senado Federal, provocar

esta discussão. Esta Comissão quer se colocar, e se coloca, à disposição para começar uma discussão que possa fazer um encaminhamento nessa direção, a fim de que possamos chegar, no futuro, a algo concreto, que é o que esta Mesa defende, como os Parlamentares que estão aqui se manifestaram.

São essas as minhas considerações.

Quero passar a palavra ao Senador Sérgio Petecão, do Acre, que quer fazer as suas considerações. Depois, passo a palavra novamente aos nossos convidados.

Com a palavra o Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Obrigado, Presidente Blairo Maggi.

Agradeço aos nossos convidados, nossos palestrantes que fizeram parte desta audiência pública.

Na verdade, como cheguei atrasado, não iria fazer o uso da palavra, porque os palestrantes já haviam falado e eu não achava justo falar. Mas, como o Acre foi citado e o tema trata diretamente da nossa região, do nosso Estado, gostaria de dar uma pequena contribuição.

Primeiramente, quero dizer que sou totalmente favorável, acho que temos que ter aí – não sei se uma corte, um tribunal – um instrumento para que possamos tratar desses assuntos, que atingem tanto o nosso País como os países vizinhos.

Eu sou do Acre e acho que a atual relação com a Bolívia é a pior que existe. É preciso que se tome uma providência em relação a isso, tenho dito isso aqui várias vezes, todas as vezes que posso, usando a tribuna do Senado, enfim, nos espaços que tenho tido a oportunidade de ocupar, eu tenho feito isso.

Vocês acompanharam esse episódio, agora, desse Senador que ficou refugiado lá na Embaixada e teve que sair nas condições em que saiu, fugindo do país, colocando a vida dele e a vida dos funcionários brasileiros em risco.

A relação hoje com a Bolívia na nossa fronteira é muito difícil. Brasileiros que estavam ali, Senador Blairo, que viveram a vida toda em território boliviano, lá construíram famílias por conta do extrativismo da borracha e da castanha, hoje estão sendo expulsos, simplesmente expulsos, por conta dessa política do Presidente Evo Morales.

E mais grave é a situação da droga. Hoje não é segredo para ninguém que 90% da droga produzida no Peru e na Bolívia é consumida em nosso País. Eu penso que está passando da hora...

Lá no Acre eu tenho um amigo que é advogado e defensor público, o Dr. Perasi – não sei se os senhores o conhecem –, que já defende essa corte há muitos anos. Ele já me apresentou alguns estudos interessantes para que nós possamos, Senador Blairo Maggi, aqui no Senado, examinar essa matéria com mais veemência, com mais ênfase. Não podemos conviver com a atual situação, providências precisam ser tomadas.

Quanto aos rios, quanto à nossa floresta, já foi dito aqui pelos senhores – eu acompanhava pelo rádio a fala dos nossos palestrantes –, não dá: nós não podemos, aqui em território brasileiro, fazer a nossa parte... E os nossos rios, os rios que cortam o nosso Estado, todos nascem na Bolívia – quando não é na Bolívia, é no Peru, nas Cordilheiras.

Então, a fala é mais no sentido de parabenizar a iniciativa do nosso Presidente Blairo Maggi e os palestrantes pela iniciativa de trazer este debate para o Senado.

Nós também gostaríamos de nos colocar à disposição para discutir a situação do meu Estado, o Estado do Acre, um Estado amazônida que hoje paga um preço muito caro.

Eu tenho dito para os ambientalistas, para as pessoas que defendem o meio ambiente que eu não conheço ninguém, no Brasil ou no mundo, que seja a favor da devastação da Amazônia. Não conheço ninguém que seja a favor, mas também são poucos aqueles que se preocupam com as pessoas que moram na Amazônia. É preciso que aquelas pessoas possam ter uma vida digna. É muito fácil esse discurso da preservação, mas qual é a contrapartida? O que essas pessoas que moram na Amazônia vão receber para ter uma escola digna, uma saúde digna? Esse é um problema de que poderemos tratar no âmbito desse debate sobre as instituições que, se Deus quiser, implantaremos na América Latina.

Era isso, Presidente. Parabéns pela iniciativa.

Coloco-me também à sua disposição para contribuir com esse processo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Sérgio Petecão.

Antes de passar a palavra ao Dr. Márcio Vidal, eu consulto se o Dr. Ruy Celso quer fazer uso da palavra, falar alguma coisa.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) –

Está bem. Muito obrigado.

Então, Dr. Márcio Vidal com a palavra para suas considerações finais.

O SR. MÁRCIO VIDAL – Senador Blairo Maggi e demais Senadores aqui presentes, tenho de agradecer por esta oportunidade concedida à Magistratura

brasileira, aqui representada pelo Presidente do Colégio Permanente de Diretores das Escolas Estaduais.

O tema já foi longamente debatido, colocado, e percebemos a importância da instalação e também da criação de Direito comum na área não só do meio ambiente, como também na área criminal. Aliás, o meio ambiente representa muito bem o que é a integração, a necessidade de integração, porque ele fala de algo muito singelo que é a própria vida.

Todos nós somos sobreviventes do mesmo sistema físico e biológico. Não há diferença entre este ou aquele ser humano, neste ou naquele território. Todos têm sonhos, todos têm ideais e necessidades, tanto quanto nós. Não há porque criarmos obstáculo para poder integrar, para construir e ter dias melhores. Por isso, agradeço esta oportunidade.

Fiquem cientes, Sr. Senador e demais, de que este grupo, assim como outros colegas que não puderam vir até esta reunião, estará sempre disposto a se integrar ao Senado para construir e obter dias melhores.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Obrigado, Sr. Márcio Vidal, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso.

Passo a palavra ao Dr. Desembargador Antonio Rulli Júnior, para as suas considerações finais.

O SR. ANTÔNIO RULLI JÚNIOR – Senador, agradeço a V. Exª, agradeço à Senadora Vanessa Grazziotin, agradeço aos Senadores que estiveram nesta manhã durante esta discussão.

Quando da formulação do Tratado de Assunção, em 1991, São Paulo fez a primeira Semana Jurídica do Mercosul, convidando juízes do três países e mais Chile, Bolívia e Peru. Com isso, fizemos a primeira Semana Jurídica; a segunda foi no Rio Grande do Sul, feita pela escola da magistratura de lá; a terceira foi no Rio de Janeiro, pela escola da magistratura do Rio de Janeiro; a quarta, a escola da magistratura de Santa Catarina. E a escola da magistratura da Bahia fez também. Vieram vários juízes.

Fizemos um encontro em Foz do Iguaçu e, nesse encontro entre os juízes, se viu a necessidade de uma carta rogatória diferente daquela do sistema que nós tínhamos, a Carta Rogatória Executiva, que é proveniente do tratado de Las Leñas. O juiz de Foz do Iguaçu me disse o seguinte: "Para citar esse réu no Paraguai, vai para o Ministério da Justiça, Ministério das Relações Exteriores".

O Legislativo brasileiro, em particular o Senado, tem tido uma autoridade, uma sabedoria que poucos Legislativos no mundo têm. Basta dizer que o Brasil é o único país com universalidade de jurisdição (art. 5º, XXXV). Os outros países também querem isso. O Brasil é jurisdição de sete estrelas.

Esse trabalho nas escolas, aqui no Mercosul, nós passamos também para o Cejur, em Portugal, o Centro de Estudos Judiciários, a escola portuguesa. Passamos para a escola de Moçambique – Moçambique tem uma escola que é um quarteirão, são 80 apartamentos para treinar os juízes. A Angola, idem – Angola gastou 8 milhões de euros na construção da Escola da Magistratura Nacional de Angola.

Nós temos feito, Senador, essa divulgação, essa globalização, essa internacionalização, como eu disse na proposta do Copedem, em relação às nossas escolas estaduais. O único país do Mercosul que fala em órgão supranacional é o Paraguai. A Argentina fala em órgão supraestatal. O Uruguai não fala nisso e o Brasil também não. Nós lutamos pela criação de um tribunal supranacional no Mercosul. Mas para isso seria preciso mudar a Constituição do Brasil e a da Argentina, que diz que a supraestatal é uma e a supranacional é outra. Isso inclui também a do Uruguai.

Então, Senador...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Dr. Antônio, V. Exª me permite?

O SR. ANTÔNIO RULLI JÚNIOR – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Com a palavra, o Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Como é sua área – e vejo tamanho do seu conhecimento –, seria possível, em rápidas palavras, o senhor fazer um resumo do que entendeu da lei que foi aprovada na Bolívia para legalizar os carros roubados do Brasil? Como o senhor vê isso?

O SR. ANTÔNIO RULLI JÚNIOR – Eu vejo como algo absurdo, afronta. Isso é uma afronta, porque, bem ou mal, o Paraguai está entregando os carros roubados. E, na Argentina, é um mecanismo terrível. O senhor mesmo disse que o nosso Embaixador sofreu riscos de vida, e os funcionários na Embaixada também, porque quando o Ministro Celso Amorim esteve lá, revistaram o avião do Ministro. Então, os brasileiros foram muito espertos, porque pelo ar não daria para trazer o Senador, mas por terra sim. Foi de uma ousadia muito grande. O brasileiro sempre foi ousado.

Nós temos uma noção de soberania, Senador, que vem de uma tradição portuguesa. O primeiro Estado Nacional da Europa foi Portugal. Então, essa ideia de soberania no Brasil é muito forte. Ora, o Brasil manteve a tecnologia de domínio da Amazônia. Não é qualquer país que consegue isso. E o fez porque tinha aquela consciência de Estado Nacional, e os portugueses passaram muito bem para nós isso e a diplomacia, principalmente aqui na região do Mercosul.

Então, o senhor fez uma observação... Se a Bolívia não tivesse essa lei, o senhor poderia, via criminal, fazer uma carta rogatória executiva, como existe no cível. O Senado brasileiro não teria dificuldade em aprovar um tratado com a condição de mais uma carta rogatória executiva, mas na área criminal. Os outros países da Europa... A Alemanha queria uma carta rogatória executiva como a do Mercosul. Explicaram que não pode, porque isso é feito em razão de um tratado dos quatro países, que têm um sistema estatutário, que é um sistema avançadíssimo. É diferente do *common law*, que é um sistema menor, com mais fragilidade. O nosso sistema estatutário é de uma grandeza a ponto de o senhor fazer essa combinação. Como é que a Bolívia, estando integrada conosco, cria esses embaraços? É absurdo.

Senador, eu quero, mais uma vez, ver que essas sementes de integração, hoje abrangendo os países de língua portuguesa, continuam nesse idealismo com que V. Exª e os Senadores têm tratado a questão do meio ambiente. Por que a questão do meio ambiente interessa à magistratura? Porque é uma questão de cidadania, qualidade de vida para o cidadão. É fácil ser pessoa; o difícil é ser cidadão. Nesse sentido, as leis brasileiras colaboram muito com a cidadania.

Muito obrigado e parabéns.

O Copedem está à disposição para divulgar. O Dr. Márcio tem participado, tem criado essa consciência de divulgação entre esses outros países.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Desembargador Antônio Rulli Júnior.

Eu passo a palavra agora ao Dr. Ramiro Anzit Guerrero.

O SR. RAMIRO ANZIT GUERRERO – Sr. Presidente da Comissão, Senador Blairo Maggi, agradeço novamente a possibilidade de estar aqui convosco, ainda mais sendo estrangeiro. Acho que não é um fato comum ter um gringo falando no Senado brasileiro.

Eu penso, pois, que todos concordamos com a necessidade de aprofundar o processo integrativo. Mas, como falava o Senador Sobrinho, do Mato Grosso, o que acontece é que a Europa, tendo um problema cultural e até religioso, em muitos casos, consegue ter o processo integrativo, e nós ainda não. Eu acho que é uma questão de decisão política. Por isso, uma audiência pública no Senado brasileiro é muito importante.

A Europa tem uma locomotiva, que é a Alemanha. Sem a locomotiva da Alemanha, a Europa não existiria, as dívidas da Grécia e da Espanha não seriam pagas.

A questão é a seguinte: quando o Brasil vai decidir ser a locomotiva do processo integrativo do Mercosul? Temos tudo. Muitos falam do BRIC, mas o BRIC, a China e a Índia são interessantes, mas ficam muito afastados da nossa realidade.

Então, eu penso que, para passar de um processo intergovernativo, como temos hoje em dia, a um processo de supranacionalidade, precisamos de uma decisão política que implica o investimento, que implica uma política de sedução. Porque enquanto nós estávamos todos fechando as nossas fronteiras, tendo os problemas regionais, os Estados Unidos estabeleceram na América Latina a Aliança do Pacífico, uma tentativa de quebrar os nossos processos integrativos, como o Mercosul, e a União Européia tenta ter um relacionamento preferencial bilateral com os Estados Unidos e os países da região. Assim, pode acontecer que, um dia, o Uruguai tente se afastar, ou a Argentina ou o Paraguai. Acho que precisamos, primeiro, ter uma decisão política.

Segundo, sempre é uma questão, vamos dizer, da natureza humana fechar a mão, mas, quando se fecha a mão, não sai nada, tampouco ingressa. Penso que temos de aprofundar o modelo, mas aqui o Brasil tem que aceitar ser a locomotiva do processo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Dr. Ramiro.

Não fosse você ter falado que é gringo, ninguém perceberia, já que fala tão bem o português!

O SR. RAMIRO ANZIT GUERRERO – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Passo a palavra, então, ao Dr. Valério de Oliveira Mazzuoli para suas considerações finais.

O SR. VALÉRIO DE OLIVEIRA MAZZUOLI – Senador Blairo, eu gostaria, finalmente, de agradecer brevemente e, na condição de professor de Direito Internacional e do nosso Estado de Mato-Grosso, primeiramente, de colocar à disposição a faculdade de Direito da Universidade Federal de Mato-Grosso, para integrar essas discussões dessas inúmeras questões jurídicas que vão surgir doravante. Quero manifestar a minha alegria de estar aqui hoje nesta manhã e colocar, realmente, à disposição a academia e a Universidade Federal do nosso Estado para essas discussões.

Professor de Direito Internacional tem poucas alegrias na vida. Hoje tive uma, que foi ver esse entusiasmo do Senado Federal, dos Senadores da República do meu País com essa proposta de criação de um tribunal internacional para a Unasul que venha a resolver, efetivamente, todos esses problemas jurídicos que se apresentam e que ainda, como hoje foi debatido – isso ficou bem nítido aqui –, ainda são insolúveis.

Penso que, desde 1988, já existe na Constituição brasileira o *start*, que é o art. 4º, parágrafo único, que

diz que o Brasil propugnará pela formação de uma sociedade latino-americana das nações nos aspectos econômico, político, social e cultural. E é exatamente isso. A partir desse momento, dessa disposição constitucional que está lá, pela primeira vez na história constitucional brasileira, colocaram-se princípios das relações internacionais no Brasil. Isto é bom que seja dito: nenhuma Constituição brasileira, das sete pelas quais já passamos, colocou entre os objetivos da República a cidadania, uma cidadania global. Nenhuma Constituição brasileira! Até hoje, a Constituição de 1988 foi a primeira a estabelecer expressamente os princípios das relações internacionais. Então, nós estamos integrados, sim, em uma ordem internacional. A nossa Constituição é aberta à ordem internacional. Só falta, efetivamente, implementarmos isso na prática.

E também não nos esqueçamos de um dispositivo que passa, normalmente, ao largo, talvez por estar no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Lá no art. 7º do ADCT, desde 1988, também está escrito que o Brasil deve fomentar a criação de um tribunal internacional na seara dos Direitos Humanos, o que também nos permitiu constitucionalizar, por exemplo, o Tribunal Penal Internacional, em 2004, com a reforma do Judiciário, com a Emenda nº 45, no §4º do art. 5º.

Então, penso que estamos no momento certo. Nós estamos integrados; a nossa Constituição dá sinais de uma internacionalização, que já começa pelos Princípios da República; nós aceitamos o Tribunal Penal Internacional; constitucionalizamos o Tribunal Penal Internacional, que prevê até pena de prisão perpétua – e nós constitucionalizamos, entendemos que os problemas internacionais não são os mesmos problemas internos –; e agora acho que falta avançarmos.

Mas para isso o papel do Senado é extremamente importante, porque, no final das contas, a questão vai desembocar no Poder Executivo, que vai ter que começar a propor para as nações sul-americanas a negociação de um tratado, em que haverá dificuldades, para depois se fazer a proposta de um protocolo, para depois criar um tribunal internacional, os moldes desse tribunal. Mas nós temos que começar. E acho que o momento é este, o momento é agora.

Portanto, coloco-me, Senador Blairo Maggi, à disposição, bem como a Universidade Federal de Mato Grosso, para estar sempre aqui presente nesta Comissão, que percebi que tem uma abertura imensa para esses temas e que se propôs a cuidar de nós, que se propôs a nos acolher, com vistas a essa integração latino-americana tão sonhada, agora numa escala um pouco mais ampla e, para o futuro, numa perspectiva talvez mais efetiva.

Muito obrigado e bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado ao Dr. Valério, que é professor lá da nossa Universidade Federal de Mato Grosso.

Passo a palavra agora ao Ministro Antonio Herman Benjamin para suas considerações finais.

O SR. ANTONIO HERMAN BENJAMIN – Bem, eu agradeço mais uma vez pelo convite que me foi feito.

Na tentativa de fazer um resumo do debate que fizemos aqui, devemos, de um lado, lembrar o quadro maior, tudo aquilo que foi discutido. Por outro lado, não podemos esquecer quais são as prioridades e as missões a curto prazo nem as que são mais a longo prazo.

Eu começo por esse balanço geral.

Falamos em integração, mas existem várias formas de integração. Existe a integração cultural, existe a integração econômica, a integração política, a integração legislativa, a integração judicial e a parlamentar. Mas aqui, neste debate, estamos discutindo integração na perspectiva legislativa e judicial. O tema foi judicial, o foco ficou muito mais no judiciário. Como disse o Professor Valério, nós temos que começar em algum lugar, e estamos começando, quem sabe, aqui. Mas há uma missão que é tão importante, ou talvez mais importante, mais urgente e mais fácil, que é a integração legislativa.

Eu vejo aqui vários Senadores de Estados que têm fronteira com outros países: Senadora Vanessa, do Amazonas, é a campeã de fronteiras – vamos dizer assim – aqui nesta Comissão; o Senador Sobrinho, que é do Mato Grosso, também faz fronteira com pelo menos dois países; o Senador Petecão, que mencionou tanto a Bolívia como, acho, o Peru. Pois bem, é possível, é compreensível que nós tenhamos um código florestal para o Brasil e que se cruze a fronteira e, do outro lado, nós tenhamos uma legislação que é o oposto da nossa ou, pior, um vazio legislativo nessa temática? É admissível isso?

Então, vejam, aqui nós não estamos falando de integração judicial, nós estamos falando de harmonização legislativa. Essa é a tarefa principal, porque estabelecer tribunais internacionais representa uma grande dificuldade. É necessário? É, mas esse é um trabalho a ser feito a médio e a longo prazo, como o é também estabelecer um parlamento que efetivamente mereça esse nome. Estabelecer um parlamento que não seja apenas um mosaico de parlamentares de vários países que integram uma determinada região é dificílimo. E o Parlamento brasileiro sabe dessas dificuldades. Quantas leis nós aplicamos no Brasil que foram aprovadas pelo Parlatino? Nenhuma, não há nenhuma. Então, a dificuldade é grande nesse plano legislativo e é grande também – talvez seja até maior – no plano judicial.

Vamos pegar o bloco econômico mais bem-sucedido depois da União Europeia, que é o Nafta, formado por Canadá, Estados Unidos e México. Há parlamento comum? Não há, o que demonstra que é difícil. Há judiciário comum? Não há, o que demonstra que é muito difícil. Mas há legislação harmonizada ou esforço no sentido de harmonizar a legislação, especialmente no campo ambiental? Sim, no campo ambiental a legislação está praticamente harmonizada entre esses três países.

Portanto, em síntese, Senador Blairo, o debate aqui, eu repito, é sobre poder judiciário. Esse é o objetivo maior a largo prazo, mas nós não podemos esquecer a missão do Parlamento brasileiro, sobretudo desta Comissão, na perspectiva de harmonizar a legislação, especialmente para a Amazônia, nos países do Pacto Amazônico, para que nós tenhamos um mínimo de diálogo legislativo entre esses vários países.

Eu vejo aqui o Deputado Sarney Filho, e ele, como todos aqueles que participaram intensamente dos debates do Código Florestal, se recorda de uma frase da Senadora Kátia Abreu que foi dita e repetida nos meios de comunicação brasileiros. Ela disse que a missão da CNA a partir da aprovação do Código Florestal seria exigir que outros países tivessem uma legislação parecida com a nossa. A maior parte das pessoas levou aquilo em tom jocoso, de brincadeira. Eu não levei. Eu achei que foi um dos comentários mais oportunos já feitos pela Senadora Kátia Abreu. Basta olhar para os nossos vizinhos. Nós não podemos ter uma legislação de fauna, de flora, de águas que divirja muito da legislação dos outros países.

Termino com um exemplo, para mostrar que existem exemplos maiores, como os rios, água, pesca e todos os que foram dados aqui, e existem pequenos, aqueles pequenos que dão muita clareza a este debate e vêm da Amazônia. Pelo que eu sei, lá há um peixinho, de cujo nome eu me esqueci, que é chamado de Urubu do Fundo do Rio...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Piranambu.

O SR. ANTONIO HERMAN BENJAMIN – ... Piranambu, que os brasileiros não comem, mas que é considerado uma iguaria rara na Colômbia. O que está ocorrendo? Como esse peixinho é carniceiro, os brasileiros estão matando os botos, porque a carne apodrece em minutos, para pescar esse peixinho que é exportado ilegalmente para a Colômbia. Aí está um exemplo que é pequeno, mas que tem um impacto enorme no nosso meio ambiente, sobretudo para uma espécie ameaçada de extinção.

Tudo isso, Senador, para, mais uma vez, festejar a iniciativa desta audiência pública e bem realçar este compromisso com o futuro no sentido da integração ou da criação de um tribunal internacional para a nossa região e para ressaltar, mais uma vez, a importância de harmonizar a nossa legislação ambiental.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Ministro Antonio Herman Benjamin.

Quero registrar a presença do Deputado Sarney Filho na nossa Comissão.

Gostaria, então, para finalizar, de agradecer a presença de todos, dizer que a nossa audiência pública atingiu os objetivos e, principalmente, provoca, como foi dito aqui, na Mesa, uma nova discussão. Teremos que ter novos eventos pela frente para aguçar cada vez mais essa discussão.

Então, quero agradecer a presença de todos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião, convidando todos para, na próxima terça-feira, às 8h30, a nossa reunião ordinária da Comissão.

Muito obrigado a todos!

(Iniciada às 8 horas e 42 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 45 minutos.)

ATA DA 38ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE OUTUBRO DE 2013, TERÇA-FEIRA, ÀS 8H30, NA ALA SENADOR NILO COELHO, SALA N° 6

Às oito horas e quarenta e cinco minutos do dia vinte e nove de outubro de dois mil e treze, na sala de reuniões nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **BLAIRO MAGGI**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores Acir Gurgacz, Rodrigo Rollemberg, Ivo Cassol, Cícero Lucena, Blairo Maggi, Randolfe Rodrigues, Vanessa Grazziotin, Sérgio Souza e Flexa Ribeiro. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Anibal Diniz, Jorge Viana, Ana Rita, Romero Jucá, Luiz Henrique, Garibaldi Alves, Valdir Raupp, Kátia Abreu, Alvaro Dias, José Agripino, Eduardo Amorim e Fernando Collor**.** Justificou a ausência o Senhor Senador Cristovam Buarque, nos termos do Memo GSCB nº 10-235/2013. A Presidência declara abertos os trabalhos e faz um breve resumo das última reunião da comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Acir Gurgacz e Sérgio Souza. A seguir, a Presidência submete a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior. A ata foi aprovada. **LEITURA DE AVISOS,** em conformidade ao Ato n° 02, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente,

Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal. A Presidência informa que os avisos estão relacionados na pauta da reunião: Aviso nº 212, de 2013, do Ministério de Minas e Energia. Solicita dilatação de prazo para entrega de resposta ao Requerimento de Informação da CMA nº 860, de 2013, de iniciativa desta Comissão, que pede esclarecimentos sobre as medidas já adotadas, ou, se não adotadas ainda, as razões da demora e o prazo em que a adoção se dará, pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), para atendimento das recomendações reproduzidas no Acórdão nº 657/2013 – TCU, referente a auditoria operacional na ANP. Conforme análise prévia, o seguinte aviso ficará à disposição dos senadores membros pelo prazo de sete dias. Não havendo manisfetação, seguirá ao arquivo: Aviso TCU nº 1335, de 9 de outubro de 2013. Cuida de auditoria realizada no DNIT relativa à elaboração dos projetos básico e executivo, com posterior restauração, adequação e modernização do Porto de Manaus/AM, obra relacionada à Copa de 2014. **LEITURA DE REQUERIMENTOS.** A Presidência faz a leitura dos seguintes requerimentos apresentados à secretaria da comissão: 1**) REQUERIMENTO DA CMA Nº 65, DE 2013**, que "Requeiro, nos termos regimentais, que seja incluída a pessoa do Sr. Synésio Batista da Costa, Presidente da Associação Brasileira dos Fabricantes de Suplementos Nutricionais e Alimentos para Fins Especiais, na audiência pública aprovada pelo Requerimento nº 56, de 2013, no âmbito desta comissão, com a finalidade de discutir as denúncias feitas pelo jornal O Globo na data do dia 18 de agosto do corrente ano, sobre suplemento alimentar". Autoria: Senador Cícero Lucena. **2) REQUERIMENTO DA CMA Nº 66, DE 2013**, que "Nos termos do Art. 58 da Constituição Federal, combinado com o Art. 93, Inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência que, ouvido o Plenário desta Comissão de Fiscalização, Controle e Defesa do Consumidor, seja realizada audiência pública para discussão sobre a "Navegação fluvial de passageiros na Amazônia" com a presença dos seguintes convidados: Capitão-de-fragata Marcelo de Resende Lima – Capitão Dos Portos do Amapá; Vice-almirante Rodrigo Otávio Fernandes de Honkis – Comandante do 4º Distrito Naval; Adalberto Tokarski – Superintendente De Navegação Interior da Agência Nacional De Transportes Aquaviários – Antaq; Representante da Associação de Praticagem da Bacia Amazônica; Clécio Luis Vilhena Vieira – Prefeito de Macapá – AP; Robson Rocha Freires – Prefeito de Santana – AP; Carlos Camilo Góes Capiberibe – Governador do Amapá". Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. **3) REQUERIMENTO DA CMA Nº 67, DE 2013**, que "Requeiro, com amparo no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e nos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, a fim de debater o Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional (PNC), instituído pelo Decreto nº 8.127, de 22 de outubro de 2013. A título de sugestão, serão convidados a expor seus pontos de vista as autoridades e os representantes da sociedade civil a seguir: – Volney Zanardi Júnior, Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama); – Marco Antônio Martins, Secretário de Petróleo e Gás do Ministério de Minas e Energia (MME); – Emilio La Rovere, Professor do Programa de Planejamento Energético da Coppe/UFRJ; – Rômulo Sampaio, Coordenador do Centro de Direito do Meio Ambiente da FGV Direito Rio". Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. **As demais matérias da pauta ficam adiadas.** A Presidência encerra a presente reunião às nove horas e trinta e três minutos, lavrando eu, Raymundo Franco Diniz, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Blairo Maggi,** Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Declaro aberta a 38ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Srªs e Srs. Senadores, ouvintes da Rádio e da TV Senado, na terça– feira passada, nesta Comissão, foi realizada uma audiência pública sobre meio ambiente, cidadania e a União das Nações da América do Sul (Unasul), e contou com a presença dos eminentes palestrantes: Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Antonio Herman Benjamin; Desembargador Antônio Rulli Júnior, Presidente do Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura; Desembargador Márcio Vidal, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso; Professor da Universidade Jesuíta Del Salvador, Ramiro Anzit, da Argentina; Professor da Universidade Federal de Mato Grosso, Dr. Valerio de Oliveira Mazzuoli.

Na audiência, os especialistas defenderam a criação de um tribunal de justiça comum entre os países da Unasul, contribuindo para uma melhor integração cultural, social, econômica e política.

Segundo o Desembargador Márcio Vidal:

> *Precisamos da integração e da cooperação de ideias, de instituições, para que essa região do continente sul-americano seja de paz, harmonia e bem-estar a todos os cidadãos. Não há como querer preservar a bacia amazônica tão somente por brasileiros, quando suas fontes de águas se localizam em outros países. Se os outros países não cooperarem nessa preservação, de nada vai adiantar o nosso esforço.*

Ou seja, só com o trabalho em conjunto, tornar-se-á eficaz essa tentativa de harmonizar a legislação.

Para o Desembargador Antônio Rulli Júnior, a tecnologia proporcionará ganhos em relação à qualidade de vida, mas também traz consequências ao meio ambiente.

O meio ambiente está sempre em pauta, como importante aspecto para a qualidade de vida, sendo necessária a sua preservação. E é uma grande preocupação do Poder Judiciário que os juízes tenham uma formação na área de meio ambiente, assim como os funcionários. Esses cursos de formação têm trazido uma melhora na prestação da atividade jurisdicional.

Conforme o Professor Dr. Ramiro Anzit, essa integração entre os países da América do Sul seria uma tentativa de encaixar as economias locais no mercado mundial.

E um desafio para os processos integrativos é a inexistência de um órgão judiciário supranacional para a resolução de conflitos entre particulares.

Disse ainda:

> *No Estado Nação de fronteiras fechadas, que se preocupa apenas com o mercado local. [...] Temos um grande exemplo na Argentina, que está tentando estabelecer uma forma de anti-integração, colocando travas na importação. [...] Hoje em dia, o cidadão argentino, por exemplo, tem de comprar produtos locais de menor qualidade, mais caros, porque são os únicos que oferecem acolhida no mercado nacional. Na Argentina, já tivemos mais de 40 denúncias na Organização Mundial do Comércio, porque estamos fechando fronteira, enquanto membro da Organização e também do Mercosul.*

Para o Professor Valerio, a Unasul precisa criar um tribunal, como existe na União Europeia, para compatibilizar as normas domésticas com os demais 12 países-membros. Ele sugeriu ainda que esse tribunal tenha sede em Mato Grosso, por ser exatamente o centro do continente sul-americano.

Na opinião do Ministro Antonio Herman Benjamin, a integração judiciária seria um trabalho de médio e longo prazo, e a ação de curto prazo e principal seria a integração legislativa. Para o Ministro, é muito importante "não esquecer a importância de explorarmos os mecanismos já existentes da cooperação entre esses países".

Quero destacar também o assunto que considero de extrema importância, abordado em audiência pública, na Comissão de Infraestrutura, na quinta– feira passada, no dia 23, com a presença da Ministra-Chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, e do Luís Inácio Adams, Advogado-Geral da União, a fim de debater sobre as concessões de obras rodoviárias, ferroviárias, portos e aeroportos.

Na oportunidade, afirmei que é perceptível que a ferrovia pode ser a melhor opção para o transporte de cargas e passageiros, tirando inúmeros caminhões das rodovias e melhorando a mobilidade urbana nas grandes cidades.

Entre as prioridades do Executivo, está o trecho da Ferrovia de Integração Centro-Oeste, a Fico, que é a primeira parte de um grande projeto chamado Ferrovia Transcontinental. O trecho a ser construído na primeira etapa seria de Campinorte, no Estado de Goiás, e cruzará o Estado de Mato Grosso, no sentido leste-oeste, chegando até Lucas do Rio Verde, no Estado de Mato Grosso, passando por Água Boa, Canarana, Gaúcha do Norte, Santiago do Norte, Nova Ubiratã, Campo Novo do Parecis, Sapezal, Campos de Júlio, Comodoro – ainda no Estado de Mato Grosso –, seguindo em direção a Vilhena, já no Estado de Rondônia, até Porto Velho, passando pelo Acre, até a divisa da fronteira com o Peru, na localidade de Boqueirão da Esperança.

Entre Campinorte, no Goiás, e Lucas do Rio Verde, no Mato Grosso, a Ferrovia terá extensão de 1.060km. A Ministra Gleisi Hoffmann reafirmou que a execução das obras do trecho da Fico é uma das prioridades do Governo Federal e ainda que a burocracia é algo inerente à nossa legislação.

Ela ainda disse que as experiências ambientais de controle precisam estar em equilíbrio com as obras de infraestrutura, já que a diversidade ecológica e ambiental é uma das maiores riquezas do nosso País.

Em relação às concessões em aeroportos, a Ministra explicou que o modelo proposto tem o objetivo de fazer com que a empresa nacional adquira *expertise*, atuando juntamente com grandes operadoras de aeroportos, contraindo assim maior experiência na administração dessa área.

Ela finalizou o discurso sobre logística, informando que está sendo feita a ampliação na capacidade portuária e comentou ainda sobre os investimentos nos por-

tos do Sul e Sudeste, por onde é escoada atualmente a maior parte da safra de Mato Grosso e do Centro-Oeste.

No ensejo, agradeci à Ministra, em nome do Estado de Mato Grosso, a presença da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na inauguração, no dia 19 de setembro, do terminal ferroviário, no Complexo Intermodal de Rondonópolis e a expansão de 260km da malha ferroviária, desde Alto Araguaia até a cidade de Rondonópolis.

Na semana passada, ao sobrevoar o aeroporto de Rondonópolis, pude observar dois trens com mais de cem vagões, chegando ao terminal. É algo realmente emocionante para quem esperava por aquilo há mais de 35 anos. É uma coisa muito bacana!

Além disso, estão sendo duplicadas as rodovias entre Rondonópolis, Cuiabá e Posto Gil, obras em andamento e muito aceleradas.

Srªs e Srs. Senadores, estou aguardando a chegada de alguns colegas para darmos início à nossa reunião. Já tenho a presença do Senador Acir Gurgacz.

Quero passar a palavra a V. Exª, para fazer os seus comunicados e a sua fala.

Com a palavra o Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Inicialmente, quero cumprimentá-lo pela audiência pública, realizada na semana passada, um tema da maior importância para o País, mas principalmente para nós, que moramos e vivemos na Amazônia. O tema realmente foi muito bem debatido por pessoas que entendem e conhecem a nossa região, com sugestões para o desenvolvimento.

Na última sexta-feira, tivemos a visita do Presidente do Incra em Corumbiara e Porto Velho, onde lançou, nos dois Municípios, um conjunto de ações, denominado Rota de Sustentabilidade dos Assentamentos.

As ações serão desenvolvidas em parceria com o Governo do Estado, prefeituras e entidades, para melhorar a qualidade de vida nos assentamentos da reforma agrária, com foco nos aspectos econômicos, ambientais e sociais.

Nós entendemos... E temos cobrado muito do Governo Federal principalmente com relação aos assentamentos. Não adianta produzirmos uma reforma agrária, colocarmos pessoas nesses assentamentos, como se fosse um depósito de gente no meio da selva ou no meio da mata da Amazônia. Precisamos dar tecnologia, acessibilidade e principalmente o documento das suas áreas, que é um dos grandes problemas que temos na Amazônia.

Em Corumbiara, o evento ocorreu às 14 horas, no Ginásio de Esportes, iniciando com a criação de três Projetos de Assentamentos, os PAs, na Fazenda Santa Elina, para 253 famílias, totalizando seis projetos de assentamentos. Ainda em Corumbiara, os representantes do Incra, em conjunto com a Secretaria do Estado e do Desenvolvimento Ambiental (Sedam), entregaram as inscrições do Cadastro Ambiental Rural (CAR) aos assentados.

O cadastro é uma base de dados que auxilia no controle ao desmatamento das florestas e áreas de preservação, possibilitando, assim, o planejamento ambiental e econômico dos imóveis rurais.

Foi anunciado no local um empenho de R$4 milhões para a construção de estradas nos assentamentos da região, através de convênios com prefeituras e DER. Haverá também entregas de títulos definitivos e contratos de concessão de uso da terra, assinatura de contratos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e do Programa de Moradia Rural Minha Casa, Minha Vida.

Foram entregues, então, vários títulos para agricultores, títulos definitivos das suas terras, o que vem ao encontro do trabalho que temos feito aqui e nas demais Comissões com relação à regularização fundiária.

Aquelas famílias humildes, Sr. Presidente, recebendo documentos das suas áreas; famílias humildes, simples, que estão lá, assentadas há muito tempo, que não tinham documentos das suas terras, receberam documento, título definitivo, com uma alegria muito grande, pois, através desse documento, desse título, eles passam a ter acesso de levar tecnologia ao campo, acesso aos programas governamentais, aos créditos agrícolas e, com certeza, vão produzir com maior qualidade e quantidade também.

Toda vez que os nossos agricultores, principalmente os dos assentamentos, que são agriculturas familiares, têm acesso à tecnologia, começam a produzir mais, os nossos produtos, além de melhorar a qualidade, aumenta a oferta, diminui o preço nas gôndolas dos supermercados ou nas mercearias também, porque aumenta a quantidade da produção.

Isso é importante para toda a população brasileira. É claro que, em especial, ao Estado de Rondônia.

Em Porto Velho, foi a solução para o Joana D'Arc Assistência Técnica e Moradias Rurais. Também é o grande problema do assentamento Joana D'Arc, que teve um avanço. Conseguimos levar aquilo que temos debatido muito tanto em Porto Velho quanto nas Comissões: a assistência técnica para os assentamentos.

O Incra anunciou medidas que vão abranger assentamentos de todo o Estado. O lançamento da chamada pública da assistência técnica, Ater, é uma das ações mais amplas e vai atender 103 assentamentos e 7.448 famílias de agricultores com investimento de R$16 milhões.

No Programa Minha Casa, Minha Vida Rural, houve assinaturas de contratos com bancos e entidades para utilização do recurso de R$32 milhões na construção de 1.110 moradias nos assentamentos do Estado de Rondônia, Sr. Presidente. Então, houve um avanço grande.

É aquilo que a gente sempre tem colocado, e V. Exª também tem abordado o tema junto conosco: a questão da reforma agrária não é simplesmente colocar as famílias nas áreas; tem-se de dar assistência técnica, condições para que possam viver melhor e ter uma renda maior e conforto. Senão, essas pessoas vão para o assentamento, mas acabam vendendo as suas áreas e acabam voltando para as filas dos desempregados nas grandes cidades.

Então, é um momento ímpar na história do nosso Estado, Rondônia, e isso se deve a um trabalho conjunto do Governo Federal – do Incra, do MDA – com o Governo do Estado, através do nosso Governador Confúcio e do nosso Vice-Governador Airton, que fazem um trabalho voltado ao desenvolvimento da agricultura do nosso Estado.

O evento marcou o início do trabalho de vistoria e aquisição da área destinada ao reassentamento de famílias do PA Joana D'Arc, em Porto Velho, que tiveram seus lotes afetados pela construção da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio. Houve também assinatura da ordem de serviço para começar o plano de manejo comunitário no Projeto de Assentamento Florestal Jequitibá, em Candeias do Jamari, uma ação do Plano de Prevenção, Combate e Alternativas ao Desmatamento Ilegal e em Assentamentos na Amazônia Legal, denominado Programa Assentamentos Verdes.

Com prefeituras de diversos Municípios, o Incra assinou termo de cooperação técnica para vistorias e demarcações de áreas rurais, visando à titulação dos imóveis. Também foi anunciado no evento o empenho de R$10 milhões para convênios com prefeituras e DER, destinado a construções ou recuperação das estradas vicinais do Estado de Rondônia. Termos de cooperação técnica também foram firmados com diversas entidades, como Centro de Estudo Rio Terra, Assincra, Ceplac, Fetagro, voltados para os aspectos econômicos, ambientais e sociais dos assentamentos, como reflorestamento de áreas degradas, emissão de CAR, entre outros. Ou seja, a visita do nosso Presidente do Incra ao Estado de Rondônia foi muito importante.

Entendo que o Incra passa a viver um novo momento da sua história, com o novo Presidente Carlos Guedes e Guedes, que já é conhecido por nós nesta Comissão e na Comissão de Agricultura. Ele é servidor de carreira no Incra, passou pelo MDA e agora volta ao Incra como Presidente, com todo o gás, vamos dizer assim, com uma vontade grande de produzir e trabalhar.

Estou realmente com muita fé neste novo momento que o Incra atravessa, com o apoio do Governo Federal, com o apoio do Ministério do Desenvolvimento Agrário, promovendo, assim, a regularização fundiária, a assistência técnica aos assentamentos, ou seja, dando um empurrão na vida das pessoas que receberam as suas terras, que foram assentadas há alguns anos, mas que, até pouco tempo, não tinham a perspectiva de produzir nas suas áreas com qualidade e que essa produção pudesse dar conforto à sua família. Então, com esse novo trabalho, envolvendo o MDA, o Incra, o Terra Legal, o Governo do Estado e nós, Parlamentares, tenho a expectativa muito positiva para o desenvolvimento do nosso Estado.

Quero mais uma vez cumprimentar o Presidente do Incra, o engenheiro Carlos Guedes e Guedes, e o nosso Ministro do MDA, Pepe Vargas.

Eram essas as minhas colocações, Sr. Presidente.

Vamos continuar acompanhando para que essa questão da regularização fundiária na Amazônia e, claro, especialmente no nosso Estado, Rondônia, possa avançar com mais rapidez.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Acir Gurgacz. Eu o cumprimento pelo trabalho que vem fazendo no Estado de Rondônia.

Essa questão dos assentamentos nessa região é um assunto delicado. Todos sabem que Rondônia foi colonizada a partir de um chamamento do Governo na década de 70, e milhares de pequenos produtores que lá vivem ainda não conseguiram ter acesso a seus documentos, ora porque não desmatavam as beiras dos rios para conseguir ser dono do lote, depois porque haviam desmatado. Então, é uma confusão sempre bastante grande, e os assentados, os agricultores que vivem nessas regiões pagam um preço muito caro pela desorganização do Governo e pela forma como o Governo conduz, ora indo para um lado, ora indo para outro lado. Infelizmente, há um desestímulo bastante grande.

E todos nós sabemos que viver no campo, viver na floresta ou viver na roça e da roça não é uma tarefa fácil, é uma tarefa muito difícil. É um ambiente muito duro, muito rústico. Não há nada de romantismo, conforme as pessoas pensam. Então, aqueles que vivem nessas áreas, que escolheram ou têm a opção de viver nessas áreas o fazem por muita determinação. Não é uma coisa fácil não. É bem mais fácil viver na beira da praia sem nada do que viver no meio da floresta sem nada. E é o que acontece na grande maioria dos assen-

tamentos na Amazônia, quer seja em Rondônia, quer seja no Pará, quer seja no Estado de Mato Grosso ou no Amazonas. Qualquer lugar é assim, uma dificuldade imensa, longe de recursos, longe de médicos, longe do Poder Público. Muitas vezes, a gente debate ou faz debate, como fizemos semana passada no plenário do Senado Federal, sobre votarmos a possibilidade de criação de novos Municípios. Aqueles que vivem no Sul e no Sudeste têm toda razão quando dizem "Não queremos, não podemos e não devemos fazer novos Municípios", mas não conhecem a realidade da Amazônia, a realidade desses Estados que têm cidades que vieram dos assentamentos e têm mais de 1.200km de distância da sede do Município. Trezentos, quatrocentos quilômetros são distâncias normais nessas regiões, e não há sequer um representante da prefeitura, não há um médico, não há um policial, não há a mínima presença do Estado brasileiro, ou do Estado, Estado mesmo, ou do Município.

Portanto, quando discutimos isso no plenário ou nas comissões, as pessoas que nos ouvem ou muitas que participam do próprio debate, Senador Acir, não têm ideia daquilo que nós estamos falando e defendendo, já que viemos de uma região tão distante, de uma região tão carente, de uma região onde o território... Para se ter uma ideia, a Amazônia Legal brasileira comporta 61% do Território brasileiro. Quer dizer, temos mais áreas dentro da Amazônia Legal brasileira, que pega desde Mato Grosso, subindo, do que no resto do País. É uma situação muito diferente. E o Governo tem tratado a Região Amazônica de forma diferente quando se trata das questões ambientais, tem tratado a Amazônia de forma diferente quando se trata das questões fundiárias, mas não tem tratado de forma diferente a Região Amazônica na sua necessidade. Muitos milhares de brasileiros ali vivem totalmente desamparados, jogados à própria sorte no sentido de não ter apoiamento nenhum do Governo.

Lembro-me, na década de 80, quando tentávamos acordar o Governo para a retomada da construção da BR-163, que liga de Mato Grosso até a cidade de Santarém. Fui nessa viagem, Senador Acir, liderando um movimento com 78 caminhões carregados de soja, de milho, abrindo...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Não. Já 2000. Nós fomos arrumando as pontes, com trator na frente, puxando os caminhões. E, como eu disse, fiz essa viagem pensando no transporte. Mas, quando voltei dessa viagem, eu, claro, não esqueci o transporte, mas incorporei outra coisa, que foi o desespero, a vontade e a necessidade que o povo que vivia nessas regiões totalmente abandonado reivindicava dessa caravana, porque diziam eles que tinham ido para essa região por interesses do governo, com promessas do Governo Federal de que logo asfaltaria essa BR. Aqueles agricultores que saíram de Santa Catarina, do Paraná e do Rio Grande do Sul e que permaneceram em Mato Grosso ou que foram para Rondônia tiveram suas vidas aceleradas, tiveram oportunidade de ascender economicamente, socialmente e também na questão de saúde pública. Já aqueles que foram para o Pará, para essa região, absolutamente nada. Eu ouvi muitas histórias de senhoras que diziam que lá tinham enterrado a sua juventude, a sua vida e a vida de muitos filhos e parentes.

Quando ouvimos essas questões na Amazônia, nós temos de ter outros compromissos com a região que não somente a preservação, não somente os interesses internacionais, muitas vezes, nessa região.

Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Na verdade, Presidente, a população brasileira não conhece a nossa Amazônia. Como V. Exª colocou, somos 61% do Território brasileiro. Dentro da Amazônia, há várias pequenas Amazônias. O Estado de Mato Grosso é de uma forma, Rondônia é diferente, o Acre é diferente, o Amazonas é completamente diferente, que não é nem parecido com Roraima. Talvez o Pará tenha um pouco de cada, mas Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima e Mato Grosso são diferentes. São Estados que têm de ter políticas próprias e específicas com relação ao desmatamento, com relação à produção agrícola, com relação à preservação.

Nós somos totalmente contra o desmatamento ilegal, não aceitamos o desmatamento ilegal em hipótese alguma, mas nós temos de entender que a Amazônia pode e vai ajudar muito na produção de alimentos para alimentar a população mundial, que tem crescido e aumentado ano a ano.

Outro grande e grave problema que há na Amazônia é a nossa BR-319. Nós temos de agilizar o licenciamento para a reconstrução da BR-319. Por mais que debatamos e discutamos, eu não consigo entender e muito menos aceitar que essa BR não volte a ser reconstruída, porque não há desmatamento, não há impacto ambiental, não há nada. Pelo contrário. A construção da BR-319 vai trazer fiscalização para se inibir o desmatamento ilegal. Hoje, as pessoas que se valem do desmatamento ilegal fazem o transporte dessas madeiras tiradas ilegalmente pelos rios da Amazônia que são grandes, de uma quantidade enorme. Então, não é a estrada que vai fazer transportar a madeira. As madeiras são transportadas pelos rios. A estrada

é uma possibilidade de fiscalizar, de inibir, de fazer com que o Estado esteja próximo do desmatamento.

A construção da BR-319 é de uma importância muito grande para o Estado de Rondônia, que vai fazer a sua produção de hortifrutigranjeiro chegar mais rápido ao Estado do Amazonas, às gôndolas dos mercados de Manaus, o que é a grande expectativa nossa.

É claro que a produção de grãos vai continuar indo pela hidrovia, é evidente, porque é muito mais barato. Nâo vamos nem chegar a essa questão...

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Permita-me...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Outro dia, eu ouvi um comentário de alguém dizendo que a soja de Mato Grosso ia pela rodovia.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Não...

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Ah, se pudéssemos abrir uma hidrovia até dentro da zona de produção.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Claro. Vamos esticar essa hidrovia para Vilhena, porque aí seria muito melhor.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Isso.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – A produção agrícola de que falamos, Presidente, é a hortifrutigranjeira que precisa chegar rápido às gôndolas dos mercados de Manaus; é o peixe produzido em Rondônia, que pode sair à noite e amanhecer nos mercados de Manaus.

A importância maior é a questão da fiscalização do desmatamento. Eu entendo que a estrada não vai atrapalhar. Pelo contrário, ela vai ajudar a estratégia do Governo de manter a floresta em pé.

Essa preocupação das ONGs está equivocada, muito equivocada. Ou eles não querem o desenvolvimento do Brasil. Eu arrisco a dizer que há várias ONGs que estão aqui, no Brasil, a serviço do mercado internacional, que não querem o desenvolvimento da Amazônia porque, se a Amazônia produzir aos níveis que produz o Sul do País ou o Mato Grosso, teríamos uma elevação da produção de grãos enorme. E, com certeza, isso mexeria no mercado internacional. Acredito mais nessa tese do que na tese de que a 309 vem aumentar o desmatamento na Amazônia. Entendo que isso não é verdadeiro, visto que a estrada vem ajudar a inibir e fiscalizar. Então, essa é uma grande expectativa nossa. A Presidenta Dilma já colocou não só uma, mas mais de duas vezes que vamos ter a ligação de Porto Velho a Manaus no ano que vem. Acredito que vamos ter, mas sem o asfaltamento. Não há problemas. Vamos fazer a abertura da estrada, já houve uma flexibilização por parte do Ibama em assinar um termo de compromisso do DNIT com o órgão estadual ambiental do Amazonas, o Ipam, para tornar a rodovia transitável, licitando a manutenção e conservação de dois trechos do chamado "meião da floresta". Isso já foi feito e isso é um avanço grande. Se eles conseguirem fazer isso e dar essa abertura, poderemos ter acesso, por estrada, de Porto Velho a Manaus,o que facilitaria muito o nosso mercado.

Para o nosso Estado, que tem produção de pequenas agriculturas familiares e que precisa chegar até os mercados de Manaus, a rodovia é da maior importância. Aos grandes produtores, a hidrovia mantém.

Felizmente, Sr. Presidente, a ordem de serviço que foi dada para a dragagem do Madeira foi cancelada. Digo isso só para que V. Exª tenha conhecimento. Eles iam começar a dragagem agora. Agora não precisa. Isso, para mim, é uma maldade muito grande. Começar a fazer a dragagem agora, na época das chuvas, não é outra coisa a não ser roubar dinheiro público. Para ser bem claro, curto e grosso como até não gostamos de ser, digo que seria esse o objetivo. Felizmente, o Governo Federal cancelou a ordem de serviço para que ela seja dada novamente o ano que vem ou na hora em que a seca começar. Está bem encaminhado esse assunto também, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Acir. De fato, em reunião com a Ministra Gleisi, na semana passada, V. Exª fez essa referência. Eu fiz um reforço ao seu pleito, e, se já houve a determinação do cancelamento, essa é uma boa notícia porque, como V. Exª colocou, seria apenas para desviar dinheiro público. Não teria o mínimo sentido, as pessoas não conhecem o regime de águas do Rio Madeira. Ele chega a ter variação de oito, dez metros, até doze metros de diferença entre a seca e a cheia. Quer dizer, precisa ser dragado e arrumado o canal quando as águas estão baixando, quando estão do terço final para a parte mais baixa do rio, e não quando as águas começam a subir. Quando começam a subir, dá para subir até de navio em Porto Velho, não há problema nenhum. Se o navio tiver condições de fazer as curvas do rio, dá para subir com o navio. Então, parabéns, está se economizando um bom dinheiro do Governo Federal, aliás, da sociedade quando não se permitiu que seja feito esse trabalho agora no Rio Madeira. Seria jogar dinheiro fora ou nas águas literalmente, porque não faria sentido algum.

Passo a palavra ao Senador Sérgio Souza, Senador pelo Estado do Paraná.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Sr. Presidente, inclusive fazer dragagem na cheia é processo muito mais caro e muito mais trabalhoso. Além disso, não teria a eficiência que se espera.

Sr. Presidente, vindo do aeroporto para cá, ouvi V. Exª fazendo uma reflexão da reunião da semana passada, da vinda da Ministra Gleisi, e também da audiência pública aqui, nesta Comissão.

A infraestrutura é o ponto a que devemos, talvez, dedicar a maior parte do nosso trabalho – nós, que representamos nossos Estados, nossas unidades federativas.

Os gargalos são grandes, mas eu disse recentemente à Presidente Dilma, quando viajava ao Paraná – inclusive, daqui a pouco, volto ao Paraná para acompanhá-la em alguns eventos – que o Governo dela é um bom governo, talvez um dos melhores dos últimos tempos. O problema é que não tem a velocidade que esperamos, o que o povo espera – é comum querermos tudo para ontem –, e não estamos contando aquilo tudo que estamos fazendo.

Ouvi V. Exª dizer da alegria quando chegou ali um trem, com 30, 40 vagões, um sonho de mais de 30, 40 anos dos mato-grossenses, do Centro-Oeste. Isso é realidade, é fato, está acontecendo. É Brasil. Por onde você passa nos aeroportos dos principais Estados brasileiros, em especial daqueles que vão ser sede de Copa do Mundo, são verdadeiros campos de obra os aeroportos, inclusive com transtorno a passageiros. Não é só nas cidades de Cuiabá, de Curitiba, mas é em Guarulhos, é no Nordeste, é no Rio. Está realmente acontecendo um verdadeiro canteiro de obras no Brasil.

E isso não se restringe aos aeroportos; está também nas ferrovias. As ferrovias, de maneira um pouco mais lerda. No Paraná, não temos nenhuma ferrovia iniciada, mas temos uma proposta para abrirmos a licitação – ainda fase de consultas públicas; já foram tomadas as informações. Agora, consulta pública até o final do ano para construção da ferrovia que liga o sul do Mato Grosso do Sul, ou seja, ali em Maracaju, entrando por Guaíra, indo até Cascavel, uma reotimização da Ferroeste, que vai até Guarapova, e a construção de uma nova rodovia até o Porto de Paranaguá.

Teremos, no próximo mês, um edital, já lançado, de licitação para cerca de novos dez terminais no Porto de Paranaguá. Em dez anos, licitou-se um único terminal. Então, de maneira lerda, mas as coisas estão acontecendo, e precisamos entender por que está demorado.

Está demorado porque esse Brasil é muito burocrático. Por mais que tenhamos criado a figura do RDC, o Regime Diferenciado de Contratações, para agilizarmos os procedimentos de licitação, ainda assim não temos, Senador Cassol, a velocidade necessária. O RDC permite que se licitem projetos e obras conjuntamente. Antes, era necessário fazer o projeto para, depois, fazer a obra. Imagina fazer um projeto de uma ferrovia que vai cruzar a Serra do Mar. Ali, para quem conhece o litoral paranaense, quem vai de Curitiba para o litoral, quantos anos para fazer um projeto dessa magnitude? Então, enquanto você está fazendo parte da ferrovia, você está construindo o projeto na sequência. Isso permite que, simultaneamente, você construa.

Agora, a Presidente Dilma volta ao Paraná, tem ido constantemente. Recentemente, na cidade de Campo Mourão, inaugurou parte de uma rodovia, da Boiadeira, e deu ordem de serviço para a construção do término da Rodovia Boiadeira e também para construção da BR-158, que liga Campo Mourão a Palmital, na região central do Paraná. Agora, ela volta, hoje, às 14h, a Curitiba, onde anuncia investimentos de grande monta para a capital do Estado do Paraná, para construir o tão sonhado metrô, que era inicialmente para a Copa, inclusive com anúncios no passado, que deveria ser feito para a Copa de 2014, tendo em vista que Curitiba é uma das cidades-sede. Não deu.

Então, agora volta, e os anúncios serão na ordem de R$3,2 bilhões, envolvendo aí uma linha de metrô, que é o dobro da que estava prevista, que vai lá do Bairro CIC até o Santa Cândida, 22km de metrô subterrâneo, e também um trecho de BRT (*Bus Rapid Transit*) para a capital. Curitiba, que era tida como a capital da mobilidade urbana do Brasil e, por vezes, referência mundial, ficou parada no tempo. Há 30, 40 anos, não se investe em inovação na mobilidade urbana em Curitiba. Só temos semáforos em cada esquina. Não há uma trincheira, um viaduto, como eu vi acontecendo em Cuiabá. Cuiabá tem inúmeras vezes mais viadutos e trincheiras sendo construídas do que Curitiba, uma cidade três a quatro vezes maior do que Cuiabá.

Então, Sr. Presidente, a Presidente Dilma e a Ministra Gleisi vão a Foz de Iguaçu, onde participam de visita às obras de parte do aeroporto e vão inaugurar parte do linhão que liga Itaipu a Assunção, no Paraguai, uma importante linha de transmissão de energia elétrica, que leva o desenvolvimento ao nosso vizinho amigo Paraguai, que tem dificuldades, pois, mesmo produzindo energia excedente, não tem condições de construir as linhas de transmissão.

Eu até dizia ao Paulo Skaf, ontem, quando participei de uma reunião com a diretoria da Fiesp, em São Paulo, que, se o Paraguai tivesse mão de obra, nós teríamos um concorrente para o Brasil que não teria precedentes. Seria maior e mais feroz do que a China, porque, na relação do Mercosul, você pode

levar daqui a matéria-prima sem nenhum imposto e trazer o produto acabado, sem imposto algum. As relações trabalhistas, lá, são muito mais confortáveis para o empresário e a energia tem um custo infinitamente mais barato do que no Paraná, no Brasil, então, não teríamos precedente na escala de concorrência, porque o Paraguai seria um grande produtor final e exportador.

Para nossa sorte, o Paraguai só tem 6 milhões de habitantes, ou seja, metade, mais ou menos, da população do Paraná. Então, por mais que tenha um Estado territorialmente maior e muito rico, não tem a população. Por essas razões, migram para lá milhares de estrangeiros, especialmente brasileiros. Hoje, nós já temos em torno de 500 mil brasileiros ou descendentes de brasileiros morando no Paraguai, os conhecidos "brasiguaios".

Quero fazer uma reflexão rápida e dizer que o Brasil, sim, está acontecendo. Eu acredito muito neste País, acredito que, em médio ou longo prazo, nós vamos, inclusive, estar aqui para presenciar isso, Senador Acir, Senador Cassol, Senador Blairo Maggi. O que está acontecendo hoje, no Brasil, sob o ponto de vista de transformação para nós otimizarmos os modais de transporte, barateando o custo da produção brasileira, seja na condução interna dos seus insumos ou no transporte, no escoamento da safra brasileira, vai nos dar competitividade em nível de mercado mundial e muito mais. Parte daquilo que é gasto, hoje, com infraestrutura e logística ficará para o produtor, ficará dentro do Brasil e nós poderemos, aí, ter investimentos ainda maiores para vermos esse Brasil se transformar naquilo que nós, realmente, queremos.

Então, Sr. Presidente, eram essas as reflexões. Quero dizer que terei o prazer de, logo mais, às 14 horas, estar em Curitiba com a Presidente Dilma.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Sérgio Souza.

Submeto, então, aos Srs. e às Srªs Senadoras a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunico o recebimento dos seguintes documentos, que estão à disposição dos Srs. e Srªs Senadoras para consulta na Secretaria desta Comissão:

Aviso nº 212, de 2013, do Ministério de Minas e Energia. Solicita dilatação de prazo para entrega de resposta ao Requerimento de Informação da CMA nº 860, de 2013, de iniciativa desta Comissão, que pede esclarecimentos sobre as medidas já adotadas, ou, se não adotadas ainda, as razões da demora e o prazo em que a adoção se dará, pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), para atendimento das recomendações reproduzidas no Acórdão nº 657/2013 – TCU, referente a auditoria operacional na ANP.

Leitura de avisos, em conformidade ao Ato n° 02, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal. Informo que os avisos estão relacionados na pauta da reunião.

Conforme análise prévia, o seguinte aviso ficará à disposição das Srªs e dos Srs. Senadores, por sete dias, na Secretaria da Comissão. Após este prazo, não havendo manifestação das Srs. e Srªs Senadores membros, será arquivado:

Aviso TCU nº 1335, de 9 de outubro de 2013. Cuida de auditoria realizada no DNIT relativa à elaboração dos projetos básico e executivo, com posterior restauração, adequação e modernização do Porto de Manaus/AM, obra relacionada à Copa de 2014.

Gostaria de fazer a leitura dos requerimentos que entrarão na pauta de votação da semana que vem.

Farei a leitura dos três requerimentos recebidos nesta Comissão, com o objetivo de dar ciência aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras quanto aos seus conteúdos. Conforme procedimento adotado nesta Comissão, faremos a votação na reunião deliberativa.

REQUERIMENTO DA CMA Nº 65, DE 2013

Requeiro, nos termos regimentais, que seja incluída a pessoa do Sr. Synésio Batista da Costa, Presidente da Associação Brasileira dos Fabricantes de Suplementos Nutricionais e Alimentos para Fins Especiais, na audiência pública aprovada pelo Requerimento nº 56, de 2013, no âmbito desta comissão, com a finalidade de discutir as denúncias feitas pelo jornal O Globo na data do dia 18 de agosto do corrente ano, sobre suplemento alimentar.

Autoria: Senador Cícero Lucena

REQUERIMENTO DA CMA Nº 66, DE 2013

Nos termos do Art. 58 da Constituição Federal, combinado com o Art. 93, Inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência que, ouvido o Plenário desta Comissão de Fiscalização, Controle e Defesa do Consumidor, seja realizada audiência pública para discussão

sobre a "Navegação fluvial de passageiros na Amazônia" com a presença dos seguintes convidados:

– Capitão-de-fragata Marcelo de Resende Lima – Capitão Dos Portos do Amapá;

– Vice-almirante Rodrigo Otávio Fernandes de Honkis – Comandante do 4º Distrito Naval;

– Adalberto Tokarski – Superintendente De Navegação Interior da Agência Nacional De Transportes Aquaviários – Antaq;

– Representante da Associação de Praticagem da Bacia Amazônica;

– Clécio Luis Vilhena Vieira – Prefeito de Macapá – AP;

– Robson Rocha Freires – Prefeito de Santana – AP;

– Carlos Camilo Góes Capiberibe – Governador do Amapá.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

REQUERIMENTO DA CMA Nº 67, DE 2013

Requeiro, com amparo no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e nos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, a fim de debater o Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional (PNC), instituído pelo Decreto nº 8.127, de 22 de outubro de 2013.

A título de sugestão, serão convidados a expor seus pontos de vista as autoridades e os representantes da sociedade civil a seguir:

– Volney Zanardi Júnior, Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama);

– Marco Antônio Martins, Secretário de Petróleo e Gás do Ministério de Minas e Energia (MME);

– Emilio La Rovere, Professor do Programa de Planejamento Energético da Coppe/UFRJ;

– Rômulo Sampaio, Coordenador do Centro de Direito do Meio Ambiente da FGV Direito Rio.

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg

Consulto se os Srs. Senadores têm algo a comentar. Caso contrário, encerrarei a reunião, já que cumprimos com a nossa pauta, e os itens que há pela frente são terminativos, ou os Senadores e Senadoras relatores não estão presentes, portanto, ficarão adiados para a reunião da semana que vem. *(Pausa.)*

[São os seguintes os itens adiados:

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 63, DE 2013 – NÃO TERMINATIVO –

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de instruir o PLS 278/2011, que tramita em conjunto com o PLS 609/11, com a presença dos seguintes convidados: 1. Representante da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC; 2. Representante da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República – SAC/PR; 3. Representante da Associação Nacional em Defesa dos Direitos dos Passageiros do Transporte Aéreo – Andep; 4. Representante do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias – SNEA; 5. Representante do Instituto Nacional de Defesa do Consumidor – IDEC.

Autoria: Senadora Ana Rita.

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 64, DE 2013 – NÃO TERMINATIVO –

Requeiro, nos termos do inciso V, do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, c/c artigo 58, §2º, inciso V, da Constituição Federal, que seja convidada a senhora IDELI SALVATTI, ministra da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, para prestar esclarecimentos sobre o uso de helicóptero da Polícia Rodoviária, conveniado ao Samu, para se deslocar em visitas a Santa Catarina.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira e outros.

ITEM 3

AVISO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS. E FISC. E CONTROLE Nº 4, de 2013 – NÃO TERMINATIVO –

Encaminha à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal cópia do Acórdão nº 210/2013 – TCU – Plenário, referente

à realização de auditoria operacional pela ANATEL na execução dos contratos de serviços públicos de telefonia fixa e móvel, especificamente quanto aos mecanismos de cobrança dos usuários (TC-024.260/2009-9).

Autoria: Tribunal de Contas da União

Relatoria: Senador Cristovam Buarque.

Relatório: Pela apresentação de requerimento para realização de audiência pública com o propósito de debater alternativas que capacitem o usuário do Serviço Móvel de Pessoal a gerenciar suas despesas mensais e auditar os valores cobrados por sua prestadora, e posterior arquivamento.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 18, DE 2013 – NÃO TERMINATIVO –

Altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, para estabelecer a transparência e ampla publicidade do Cadastro das Empresas de Turismo e perda do acesso às linhas de crédito oficiais e ao Fundo Geral do Turismo – FUNGETUR para os casos de infração aos direitos do consumidor e à legislação ambiental.

Autoria: Deputado Rogério Carvalho

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 97, DE 2009 – TERMINATIVO –

Dá nova redação ao *caput* art. 2º da Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, obrigando o estabelecimento de ensino a divulgar a lista de material escolar 45 (quarenta e cinco) dias antes da data final para matrícula.

Autoria: Deputado Clodovil Hernandes

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pela aprovação com as emendas nº 1 e 2-CCJ, de redação.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 8, DE 2011 – TERMINATIVO –

Altera a Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 (Código Florestal), para permitir o emprego de espécies frutíferas na recomposição da reserva florestal legal e das áreas de preservação permanente na Amazônia Legal e em pequena propriedade ou posse rural familiar, determinar a concessão de incentivos fiscais e creditícios para essa recomposição, e dá outras providências.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatoria: Senador Ivo Cassol

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo.]

Muito obrigado.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 8 horas e 45 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 36 minutos.)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 46ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE OUTUBRO DE 2013, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NO PLENÁRIO 7 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e seis minutos do dia dez de outubro de dois mil e treze, no plenário sete, sob a Presidência do Senhor Senador **Ricardo Ferraço**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senhores Senadores **Jorge Viana, Eduardo Suplicy, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Pedro Simon, Luiz Henrique, Cyro Miranda, Mozarildo Cavalcanti, Delcídio do Amaral, Randolfe Rodrigues, Sérgio Souza, Flexa Ribeiro, Osvaldo Sobrinho, Eduardo Amorim** e **Armando Monteiro.** Justificam ausência os Senadores **Jarbas Vasconcelos** e **Paulo Bauer**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião, faz pronunciamento a respeito do cancelamento da visita da Presidente da República, Dilma Roussef, aos EUA e sobre as relações entre os dois países. Usam da palavra os Senadores Mozarildo Cavalcanti e Eduardo Suplicy. Em seguida, passa-se à deliberação dos itens: **EXTRAPAUTA: ITEM 5 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 105, DE 2013,** de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que "Requeiro, nos termos regimentais, seja apresentado voto que solicita às autoridades da Federação Russa a libertação da cidadã brasileira Ana Paula Maciel, bem como de outros 27 ativistas do Greenpeace e de dois jornalistas detidos em Murmansk, após protesto pacífico efetuado no Mar de Barents, contra a exploração de petróleo no Ártico." Aprovado. **EXTRAPAUTA: ITEM 6 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 106, DE 2013,** de autoria do Senador

Pedro Simon, subscrito pelo Senador Eduardo Suplicy, que "Nos termos regimentais, REQUEIRO a manifestação de Solidariedade desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional à ativista gaúcha Ana Paula Maciel, presa na Rússia sob acusação de pirataria marítima. Acrescentando que este Colegiado é fiador convicto de que o processamento desta cidadã brasileira ocorrerá dentro dos estritos limites de respeito à legalidade, aos princípios humanitários, à soberania dos povos e as diretrizes do correto congraçamento diplomático que regem nossas relações exteriores." Aprovado. **ITEM 1 – MENSAGEM (SF) Nº 64, de 2013,** de autoria da Presidenta da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor **Sérgio Luiz Canaes**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Sérvia e, cumulativamente, junto a Montenegro." O Presidente concede a palavra ao relator, Senador Eduardo Suplicy, que profere o Relatório. Lido o Relatório, é concedida vista coletiva, conforme a Resolução nº 41, de 2013-SF. **ITEM 2 – MENSAGEM (SF) Nº 65, de 2013,** de autoria da Presidenta da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor **Appio Claudio Muniz Acquarone Filho**, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Chipre." O Presidente designa relator "*ad hoc*", Senador Cyro Miranda, que profere o Relatório. Lido o Relatório, é concedida vista coletiva, conforme a Resolução nº 41, de 2013-SF. **ITEM 3 – MENSAGEM (SF) Nº 68, de 2013,** de autoria da Presidenta da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor **Ruy Carlos Pereira**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Bolivariana da Venezuela." O Presidente designa relator "*ad hoc*", Senador Luiz Henrique, que profere o Relatório. Lido o Relatório, é concedida vista coletiva, conforme a Resolução nº 41, de 2013-SF. **ITEM 4 – MENSAGEM (SF) Nº 79, de 2013,** de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor **Flavio Marega**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Arábia Saudita e, cumulativamente, junto à República do Iêmen." Sabatina realizada. O Senador Luiz Henrique sugere que o embaixador Pedro Borio componha a Mesa. O Presidente acata a sugestão e convida o Embaixador **Flavio Marega** a compor a Mesa e fazer sua exposição. Usam a palavra os Senadores Armando Monteiro, Luiz Henrique, Eduardo Suplicy, Pedro Simon e Cristovam Buarque. A reunião é tornada secreta às doze horas e dez minutos e reaberta às doze horas e doze minutos. Atua como secretário a Senador Luiz Henrique e como escrutinador o Senador Pedro Simon. O Presidente comunica a aprovação, pela Comissão, do Embaixador indicado. **EXTRAPAUTA: ITEM 7 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 107, DE 2013,** de autoria do Senador Cristovam Buarque que "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com os artigos 90, inciso II e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE, com a finalidade de debater o quadro das diversas mobilizações que tomam conta do Brasil desde junho passado, que pacificamente manifestam descontentamento com o estado das coisas e grupos violentos que manifestam a raiva quebrando propriedades públicas e privadas. Este clima, aliado ao uso das ferramentas em torno da internet podem gerar insegurança geral e permanente. Por esta razão, venho requerer uma audiência nesta Comissão de Defesa Nacional com a participação de especialistas e de ativistas para debater este assunto. Para tanto sugiro convidar: Sr. José Mariano Benincá Beltrame, Secretaria de Segurança do Estado do Rio de Janeiro; Sr. Elimar Nascimento, UnB; Sra. Maria da Glória Marcondes Gohn, Unicamp; Nina Cappello, Movimento Passe Livre; e Leonardo Carrato, Mídia Ninja/DF." Aprovado. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às doze horas e dezesseis minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no *Diário do Senado Federal*. – Senador Ricardo Ferraço, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Declaro aberta a 46ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

No início da nossa reunião, como fazemos usualmente, cumprimentamos as Srªs e os Srs. Senadores, o Senador Mozarildo Cavalcanti, e gostaríamos de compartilhar com V. Exªs e com todos aqueles que nos acompanham pela TV Senado um comunicado relacionado a um tema da maior relevância e muito importante para a nossa conjuntura.

A visita de Estado a Washington que a Presidente da República houve por bem, a meu juízo, adiar estava programada para realizar-se nas próximas semanas. Penso que a sociedade brasileira não apenas compreendeu, mas também apoiou a decisão da Presidente da República Dilma Rousseff, tomada em circunstâncias que não deixavam dúvida quanto à insuficiência da resposta norte-americana face ao desconforto causado pela revelação de episódios de espionagem contra a própria Presidente da República, contra brasileiros e empresas do Brasil, com enorme capacidade, inclusive, de impactar temas como concorrências públicas estratégicas para o nosso País, relacionadas, por exemplo, ao leilão de Libra, que estará acontecendo nos próximos dias.

Para tanto, uma comissão de investigação do Senado está não apenas apurando detalhadamente esses fatos, na busca de tentar identificar, objetiva e concretamente, o que foi violado, em que momento e se isso gerou deformações e consequências, mas também está-se debruçando para diagnosticar o estado da arte de como o Brasil, de como o Estado brasileiro está se conduzindo na linha de se preparar para esse dado da vida real, que são as violações todas que acontecem no campo cibernético.

Assim, nossa Chefe de Estado resolveu adotar o gesto de não visitar Washington como expressão de sua insatisfação diante da falta de explicações do Governo dos Estados Unidos, revelando não apenas a sua indignação, mas, evidentemente, a indignação da população brasileira. O tom de suas declarações sobre o assunto foi altivo, sem deixar, entretanto, de ser sereno, evitando arroubos juvenis, bravatas imediatistas que pudessem comprometer, evidentemente, uma relação tão complexa e importante quanto a que o Brasil mantém com os Estados Unidos da América.

Tanto isso é verdade que, após visita do Chanceler Luiz Alberto Figueiredo a Washington para tratar do assunto com a Conselheira de Segurança Nacional, Susan Rice, a Presidente Dilma Rousseff ainda manteve diálogo telefônico sobre o tema com o Presidente Barack Obama, após o que a própria Casa Branca emitiu nota à imprensa registrando o adiamento, e não o cancelamento, da visita de Estado. Na síntese da linguagem diplomática, a decisão presidencial brasileira constituiu gesto pleno de significado. Com efeito, o Brasil propôs adiar a visita em função de grave mal-estar na agenda bilateral, apesar da longa tradição, de bom relacionamento entre os dois países que lideram as Américas, por sua importância econômica, por sua dimensão política, pelo seu protagonismo nos fóruns internacionais.

Transcorridas algumas semanas desde tal episódio, deve-se perguntar o que vem a seguir nas relações do Brasil com Washington? Entendo ainda não estar superado o mal-estar; pelo contrário, novas notícias de espionagem vieram à tona desde então. Seria o momento de se perguntar, então, que consequências o Brasil espera derivar desse episódio, também na dimensão concreta e pragmática, considerando os elevados interesses nas relações não apenas comerciais, mas sociais e econômicas do nosso País com os Estados Unidos.

Agora que o Brasil e o Mercosul retomam a negociação de acordo comercial com a União Europeia, será que podemos relegar a segundo plano um diálogo com os Estados Unidos, na área comercial, como consequência de processo de esfriamento das relações bilaterais? O que isso significaria em termos da liderança que o Brasil naturalmente exerce na América Latina, considerando que vários de nossos vizinhos já mantêm ou estão em vias de constituir relações econômicas especiais, seja com os Estados Unidos diretamente, seja no âmbito de iniciativas mais ambiciosas, tais como a Aliança Transpacífica ou a própria Nafta? Que efeito esse novo ambiente nas relações governamentais com Washington pode gerar sobre, por exemplo, as negociações que estavam ou ainda estão em curso, tendo em vista uma mudança no tratamento imigratório de turistas, de homens e mulheres de negócios do Brasil, de empreendedores brasileiros que precisam costumeiramente, permanentemente, estabelecerem uma relação de sinergia entre o nosso mercado, o nosso País, e os Estados Unidos da América?

Considerando que 2014 será ano de eleições no Brasil e que um novo governo será inaugurado já na segunda metade do segundo mandato de Presidente Barack Obama, parece-me importante que quem analisa e formula a política externa brasileira, que transcende governos por refletir interesses de Estado, deveria estar estudando estas e muitas outras questões subjacentes à temática tão complexa do relacionamento bilateral entre o Brasil e os Estados Unidos.

Como duas importantes nações do Hemisfério Ocidental, o Brasil e os Estados Unidos desenvolveram

uma densa rede de interesses interconectados e de aspirações mútuas. Nossa amizade data de séculos de respeito e admiração de ambas as partes, em que pese nossas respectivas singularidades e diferenciado perfil internacional. Mesmo em tempos de relativa desaceleração econômica, nosso fluxo de comércio fala por si só: cerca de US$75 bilhões em 2012, um claro e robusto sinal do que pode estar por vir nos próximos anos.

Traduz, por outro lado, a larga compreensão mútua, ampla, profunda e enraizada na relação de proximidade que aproxima nossas sociedades, no compartilhamento de heranças culturais e do apreço aos valores democráticos e humanísticos. É necessário que saibamos separar o justificado desconforto gerado a partir das revelações do Sr. Snowden dos interesses permanentes do Estado brasileiro, assim como do imenso potencial de sinergia que existe entre nossos países. Que saibamos aproveitar com a necessária sabedoria e com pragmatismo, assim como maturidade, essa reserva moral que o Brasil parece haver conquistado face à comunidade internacional graças à atitude equilibrada e propositiva adotada no pronunciamento da Presidente Dilma na abertura da Assembleia Geral das Nações Unidas.

Essa é minha expectativa, é minha confiança, é minha torcida para que Presidente da República, para que o nosso novo Chanceler, o Chanceler Figueiredo, por sua experiência, por ser um homem testado e provado nos vários fóruns internacionais, nas várias missões que liderou, possa, de fato, a partir de todo esse constrangimento, encontrar um caminho seguro, de modo a aprofundar, de modo a adensar as relações do nosso País com os Estados Unidos.

A manifestação de indignação da Presidente Dilma na abertura da Assembleia Geral das Nações Unidas, cumprindo esse papel que o nosso País tradicionalmente cumpre, sendo o primeiro a se pronunciar, acho que revelou essa indignação em bom tom. Mas é preciso que nós olhemos adiante, que sigamos adiante, considerando, efetivamente, os elevados interesses do nosso País com os Estados Unidos da América.

É o comunicado que faço, na abertura de nossa reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Passo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti, que me parece desejar fazer uso dela.

A palavra é de V. Exª.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR) – Prestei bem atenção à exposição de V. Exª, e gostaria de dizer que nós estivemos hoje numa reunião no Comando do Exército – o Senador Cyro, V. Exª e eu estivemos presentes; o que nós constatamos? É que as reações do Brasil foram positivas, foram adequadas. Porém, nós temos que ter uma ação, temos que ter um trabalho proativo, no sentido, primeiro, de modernizar nosso sistema de contraespionagem; segundo, realmente não ficarmos dependentes, como somos hoje, por exemplo, de satélites americanos ou de outras nacionalidades.

Então, eu acho que o que nós temos de fazer e até debater e ajudar, aqui na Comissão de Relações Exteriores, é que, de fato, o Governo priorize a defesa do País, que implica inclusive, nessa questão moderna das comunicações via internet, que estejamos também equipados, não só para fazer o nosso contra-ataque, como também estarmos aptos para sermos informados em tempo hábil.

Digo isso, Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, porque espionagem existe desde o início do mundo. Há relatos históricos desde época anterior ao Império Romano. Assim, o que nós temos que fazer é nos inserir nesse contexto. E eu acho que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional pode ajudar muito nisso aí.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria PMDB – ES) – Agradeço a V. Exª. Foi, de fato, uma oportunidade singular. Nós estivemos lá presentes – o Senador Cyro Miranda e um conjunto de Senadores estiveram lá, parlamentares – a convite do General Enzo, Comandante do Exército, oportunidade em que pudemos fazer um diálogo muito direito, muito franco sobre as diretrizes do Exército brasileiro, as suas prioridades, os seus projetos estratégicos, projetos como o Proteger, que cuida da segurança das nossas infraestruturas sensíveis, projetos como o Sisfron.

E eu quero muito que, em algum momento, possamos dialogar aqui nesta Comissão, porque a Comissão de Defesa e de Relações Exteriores tem a prerrogativa de apresentar propostas ao Orçamento Geral da União. A ideia é que nós possamos debater, aqui na Comissão, uma emenda conjunta, uma emenda coletiva.

Fizemos esse debate hoje com o Exército, fizemos, na semana passada, com a Marinha, e vamos fazer com a Força Aérea, no entendimento, no respeito e no reconhecimento do papel estratégico que as nossas Forças Armadas cumprem para o nosso País.

Nos próximos dias, estaremos aqui nos debruçando sobre propostas que ensejem um debate dos Senadores e Senadoras, que nos leve a determinar prioridades em torno deste ou daquele projeto, para que possamos dar uma contribuição efetiva e concreta, reforçando o orçamento das nossas estruturas, tanto do Exército, como da Marinha, como da Força Aérea brasileira, em função do seu papel e da sua relevância.

Agradeço a V. Exª pela iniciativa, e concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Ricardo Ferraço, em função de atividade aqui na Comissão de Direitos Humanos, eu não pude atender ao convite do Comandante do Exército, mas me coloco à disposição de também apoiar a emenda que conjuntamente esta Comissão vai apresentar para as três Forças Armadas, Exército, Marinha e Aeronáutica.

Gostaria de sugerir, Sr. Presidente, que possamos ler e apreciar requerimentos do Senador Pedro Simon, da Senadora Ana Amélia, do Senador Paulo Paim, acho que de V. Exª também, e eu apresentei requerimento no mesmo sentido, a fim de fazer um apelo às autoridades da Federação Russa para liberação da brasileira Ana Paula Maciel, bem como de outros 27 ativistas do Greenpeace e dois jornalistas detidos em Murmansk após protesto pacífico efetuado no mar de Barents contra a exploração de petróleo no Ártico e externar nosso entendimento de que as estratégicas relações entre o Brasil e a Rússia devem se aprofundar cada vez mais, unindo solidamente os destinos de nossos países.

Então, é possível que outros Senadores queiram também assinar tal requerimento, mas sugiro que possamos, dada a emergência deste assunto, apreciá-lo ainda nesta reunião.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Havendo quórum, o Senador Eduardo Suplicy solicita que possamos incorporar, extrapauta, requerimento assinado pelos Senadores Pedro Simon, Eduardo Suplicy, Ana Amélia. Eu também o subscrevo, pela sua importância.

Nos termos regimentais, requer a manifestação de solidariedade institucional desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional à ativista gaúcha Ana Paula Maciel, presa na Rússia sob acusação de pirataria marítima. Acrescentando que este Colegiado é fiador convicto de que o processamento desta cidadã brasileira ocorrerá dentro dos estritos limites de respeito à legalidade, aos princípios humanitários, à soberania dos povos e as diretrizes do correto congraçamento diplomático que regem nossas relações exteriores.

Consulto as Srªs e os Srs. Senadores se alguém se opõe ao requerimento do Senador Eduardo Suplicy, que me parece absolutamente oportuno e tempestivo. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira se opor, vamos não apenas incluí-lo na pauta como já colocá-lo em discussão e votação.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Agradeço, Sr. Presidente, se puder considerar ambos os requerimentos. Eu assinei ambos, então...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Eles caminham apensados porque o objeto é o mesmo...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sim, mas que possam ambos ser considerados, porque têm o mesmo objetivo.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Claro. Ambos serão considerados, serão apensados, a iniciativa de V. Exª, assim como a iniciativa do Senador Pedro Simon.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que votam favoravelmente permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento solicitado pelo Senador Eduardo Suplicy, extrapauta, de solidariedade à brasileira gaúcha Ana Paula Maciel, presa na Rússia sob acusações de pirataria em razão de manifestação pacífica no mar da Rússia.

Muito obrigado, Sr. Senador.

(São as seguintes as matérias aprovadas:

EXTRAPAUTA

REQUERIMENTO Nº 105, DE 2013

Requer, nos termos regimentais, seja apresentado voto que solicita às autoridades da Federação Russa a libertação da cidadã brasileira Ana Paula Maciel, bem como de outros 27 ativistas do Greenpeace e de dois jornalistas detidos em Murmansk, após protesto pacífico efetuado no Mar de Barents contra a exploração de petróleo no Ártico.

Autoria: Senador Eduardo Suplicy.

EXTRAPAUTA

REQUERIMENTO Nº 106, DE 2013

Nos termos regimentais, requer a manifestação de Solidariedade desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional à ativista gaúcha Ana Paula Maciel, presa na Rússia sob acusação de pirataria marítima. Acrescentando que este Colegiado é fiador convicto de que o processamento desta cidadã brasileira ocorrerá dentro dos estritos limites de respeito à legalidade, aos princípios humanitários, à soberania dos povos e as diretrizes do correto congraçamento diplomático que regem nossas relações exteriores.

Autoria: Senador Pedro Simon.

Passamos ao item 1.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 64, DE 2013
– NÃO TERMINATIVO –

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor SÉRGIO LUIZ CANAES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Sérvia e, cumulativamente, junto a Montenegro.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Eduardo Suplicy

Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Antes de conceder a palavra ao Sr. Senador Eduardo Suplicy para proceder ao seu relatório, devo compartilhar com os Srs. Senadores que recebemos convite do Senador Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, que estará recebendo, em audiência, hoje, para cumprimentos formais, nosso novo Chanceler Luiz Figueiredo. Convida o Presidente do Senado, Senador Renan, a que todos estejamos junto com ele recebendo o Sr. Embaixador e Chanceler Luiz Figueiredo, que fará uma visita protocolar ao Senado da República no dia de hoje, às 15h30, na Presidência do Senado.

Nós estamos também ultimando com o Chanceler Figueiredo a presença dele nesta Comissão ainda no mês de novembro. Estamos ajustando a data, para que possamos acolhê-lo, recepcioná-lo e, inclusive, conhecer os seus principais desafios à frente do Ministério das Relações Exteriores. Possivelmente, a vinda de S. Exª, o Chanceler Figueiredo, dar-se-á ainda no dia 24 de novembro, uma oportunidade singular para que possamos traçar – corrijo, a data é 24 de outubro – um diálogo com o nosso novo Chanceler.

Passo a palavra a S. Exª o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sr. Presidente, temos a responsabilidade de examinar o currículo do Sr. Sérgio Luiz Canaes, Ministro de Primeira Classe da Carreira Diplomática do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Sérvia e, cumulativamente, junto a Montenegro.

Nascido em São Paulo, em 29 de setembro de 1954, o indicado é filho de Jurandyr Canaes e de Nadir Santin Canaes. Em 1976, graduou-se em Economia e Administração e em Arquitetura e Urbanismo, ambos os cursos pela Universidade de São Paulo.

Ingressou na carreira diplomática no posto de Terceiro Secretário em 1984, após concluir o Curso de Preparação da Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco. Ascendeu a Conselheiro, em 1999; a Ministro de Segunda Classe, em 2005; e a Ministro de Primeira Classe, em 2012, em todas as ocasiões por merecimento.

Na Chancelaria, exerceu, entre outras, as seguintes funções: Coordenador-Geral de Protocolo, em 1998; Chefe da Divisão de Feiras e Turismo, em 2005; Coordenador da Comissão Especial encarregada da organização da visita do Papa Bento XVI ao Brasil, em 2007.

No exterior, desempenhou, entre outros, os cargos de Primeiro Secretário da Embaixada em Ottawa, em 1995; Encarregado de Negócios em Missão Transitória na Embaixada em Beirute, em 1996; Conselheiro na Embaixada em Roma, em 2000; Embaixador em Riade e, cumulativamente, em Sana.

Foi agraciado com a Ordem de Rio Branco, no grau de Comendador, em 2000.

Sobre os países designados, a República da Sérvia e Montenegro, referimo-nos a algumas considerações trazidas pelo Itamaraty.

A atual República da Sérvia foi um principado autônomo, em face do Império Austríaco, entre 1817 e 1878; um principado independente, entre 1878 e 1882; e um reino independente, entre 1882 e 1918. No início do século XX, os sérvios envidaram esforços para formar a Grande Sérvia, um Estado envolvendo toda a região balcânica. Como resultado das chamadas Guerras Balcânicas (1912-1913), anexou a Macedônia e o Kosovo. Após a Primeira Guerra Mundial, a Sérvia passou a ser uma das províncias integrantes do Reino dos Servos, Croatas e Eslovenos, renomeado Reino da Iugoslávia em 1929. Em 1945, a Sérvia tornou-se uma das províncias da República Federativa Socialista da Iugoslávia.

No contexto dos conflitos periféricos no final da Guerra Fria, Eslovênia, Macedônia, Croácia e Bósnia separaram-se da Iugoslávia em 1991, desencadeando sangrenta guerra civil, encerrada apenas em 1995. Em 1992, Sérvia e Montenegro formaram a República Federativa da Iugoslávia, renomeada, em 2003, União da Sérvia e Montenegro, até que, com a independência de Montenegro, em 2006, o país passou a chamar-se República da Sérvia.

Registre-se ainda que outra guerra civil envolvendo a Sérvia teve início em 1998, com a tentativa de emancipação do Kosovo. Em fevereiro de 2008, o Kosovo declarou independência, ato considerado ilegal por Belgrado, mas reconhecido por países ocidentais liderados pelos Estados Unidos da América. De acordo com Constituição sérvia de 2008, o Kosovo-Metohija constitui-se província autônoma, assim como o território de Voivodina.

Segundo o Relatório do Itamaraty, a República parlamentarista tem como Presidente o engenheiro Tomislav Nikolic, eleito em 2012, e como Primeiro-Ministro o cientista político Ivica Dacic, desde julho próximo passado. O *Premier* acumula as funções de Ministro do Interior. Unicameral, o Parlamento sérvio é composto de 250 representantes, eleitos por sistema proporcional, por voto secreto, para um mandato de quatro anos.

A economia sérvia, destaca o relatório enviado pela Chancelaria, classifica-se como de transição, "uma vez que permanece dominada pelo setor estatal", convergindo para uma moldura de livre mercado, com privatizações nos últimos anos. Mais da metade de suas exportações destinam-se à União Europeia, bloco ao qual o país postulou adesão em dezembro de 2009. Outra parceria importante, tradicional tanto no campo econômico quanto política e culturalmente, é com a Rússia.

Em termos de relações com o Brasil, nossa Chancelaria assinala que "são cordiais e marcadas pelo alto nível de diálogo". E reforça que "o governo sérvio valoriza a posição construtiva e o apego ao multilateralismo e ao direito internacional que o Brasil vem mantendo na questão do Kosovo". O comércio bilateral, entretanto, "encontra-se muito aquém do potencial das duas economias", com o crescimento do intercâmbio de 84,5%, entre 2007 e 2012, somando, entretanto, apenas US$62 milhões. A Sérvia pode ser interessante para atrair investimentos para obras e infraestrutura. Segundo a embaixada em Belgrado, há cerca de 150 brasileiros vivendo na Sérvia.

Montenegro é uma república situada nos Bálcãs, remanescendo da Iugoslávia e separada da Sérvia em 2006, mesmo ano em que ingressou na Organização das Nações Unidas. Desde 2010, é reconhecido como candidato oficial à adesão à União Europeia. Com uma população de cerca de 600 mil habitantes, distribuída por uma área montanhosa de cerca de 14.000km^2, é uma república parlamentarista presidida pelo jurista Filip Vujanovic, tendo como *Premier* o economista Milo Djukanovic.

Com um setor industrial constituído de principalmente de empresas remanescentes da antiga Iugoslávia, compondo complexo de alumínio, uma siderúrgica e uma fábrica de eletrodomésticos, todas privatizadas e controladas por investidores estrangeiros, os setores mais importantes de sua economia são o turismo e os serviços financeiros. O PIB nominal do país é de aproximadamente US$4,3 bilhões.

Com sua independência reconhecida pelo Brasil em 14 de junho de 2006, Montenegro tem seus laços consulares estabelecidos com Brasília por meio da embaixada em Belgrado. Há menos de dez brasileiros vivendo no país. O comércio bilateral é pequeno, tendo, em 2012, o Brasil exportado US$25,35 milhões em produtos para Montenegro e importado apenas US$133 (cento e trinta e três dólares). Não há registro de empréstimos e financiamentos oficiais do Brasil a Montenegro.

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão têm os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Em discussão o relatório do Senador Eduardo Suplicy.

Não havendo quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos da Resolução 41, para que oportunamente nós possamos sabatinar e debater o relatório do Senador Eduardo Suplicy relacionado à indicação do Sr. Sérgio Luiz Canaes para chefiar missão diplomática junto à Sérvia e cumulativamente junto a Montenegro.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 65, DE 2013
– NÃO TERMINATIVO –

Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor APPIO CLAUDIO MUNIZ ACQUARONE FILHO, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Chipre.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Eduardo Lopes

Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Observações:

1 – Leitura do Relatório, conforme a Resolução nº 41, de 2013 – SF.

Como o Senador Eduardo Lopes não se encontra, peço a gentileza ao Senador Cyro Miranda para, de forma *ad hoc*, apresentar o relatório a S. Exªs os Srs. Senadores para que possamos encaminhar e desdobrar esse tema.

Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberação sobre a indicação presidencial, considerando publicação e organismo próprio desta indicação, passo a palavra a V. Exª.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Obrigado, Sr. Presidente Ricardo Ferraço. É um prazer e uma honrar poder ser Relator *ad hoc* para a Embaixada do Chipre.

De acordo com o currículo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores, em razão de preceito regimental, o indicado nasceu em 15 de junho de 1949. Graduado em Direito pela Universidade Cândido Mendes do Rio de Janeiro, ingressou na Carreira Diplomática em 1984 e defendeu tese no Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco em 1999, intitulada "Acordos de Extradição: Construção, Atualidade e Projeção do Relacionamento Bilateral Brasileiro". Tornou-se Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 2004, e Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial em 2009.

Entre as funções desempenhadas no MRE destacam-se a de Conselheiro na Embaixada de Ottawa (1997) e em Haia (2001), Representante Alterno do Brasil na Organização para a Proibição de Armas Químicas (OPAQ) (2001), Coordenador-Geral da Coordenação-Geral de Imunidades e Privilégios (2003), Embaixador em Atenas (2008-10), Embaixador em Dar es Salaam (2005) e Embaixador em Bridgetown (2009).

O Ministério das Relações Exteriores anexou à mensagem presidencial sumário executivo sobre a República do Chipre, cumprindo o disposto no parágrafo único do art. 1° do Ato nº 1, de 2011, desta Comissão, e com o art. 386 do Regimento Interno do Senado Federal. O documento apresentado dá notícia sobre o perfil desse país, sua política interna e externa, economia e relações bilaterais com o Brasil.

O Brasil e o Chipre intensificaram suas relações bilaterais após a criação da embaixada cipriota em Brasília, em 2009, e da Embaixada Brasileira em Nicósia, em 2010. Destacam-se os interesses externados nas missões diplomáticas de empresas cipriotas em importar papel, café, soja, animais silvestres, lentes de contato, óleos vegetais, e o de empresas brasileiras em exportar alimentos e máquinas de fabricação de biodiesel.

A República de Chipre é composta majoritariamente por gregos ortodoxos (78%), seguidos por islâmicos (18%), que reflete a divisão do país entre cipriotas de origem grega e os de origem turca, estes com o controle do norte da ilha. Nomeadamente, entre aqueles que desejam a união com a Grécia e os que defendem a separação da ilha em dois Estados. De fato, 36% do território, no norte da ilha, pertencem aos turco-cipriotas, em decorrência dos acontecimentos posteriores à independência do Reino Unido na década de 60 e da invasão turca de 1974. Assim, a ONU, que possui missão de paz desde 1964 no Chipre (a UNFICYP), busca avançar negociações com vistas à reunificação da ilha, mas sem sucesso, pois não conseguiu equacionar temas controversos envolvidos no litígio, tais como a estrutura de federação bizonal, a restituição de imóveis abandonados em razão da violência no norte da ilha, os limites das duas unidades federativas, a cidadania e o destino do petróleo e gás natural descobertos em 2011.

A economia, tal qual a política, enfrenta momento tumultuado, já que Chipre sofreu com a crise da Grécia em razão de ter adquirido considerável quantidade de títulos públicos deste país, além de padecer com a incapacidade de seu banco central em fiscalizar operações de crédito, que foram concedidas sem lastro. Somado a isso, apesar de socorro financeiro do FMI, da Comissão Europeia e do Banco Central Europeu, tem tomado várias decisões impopulares para superar a crise, como a retenção de depósitos superiores a €100 mil.

Importa registrar, enfim, que o fluxo comercial entre Brasil e Chipre é modesto, sendo nossas exportações marcadas pela venda de combustíveis, calçados, café, chá, especiarias e carnes, e nossas importações focadas em máquinas elétricas e mecânicas, objetos de arte e minérios.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações no âmbito deste Relatório.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Fica concedida vista coletiva, nós termos do nosso Regimento Interno.

Vamos ao item 3.

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 68, DE 2013
– NÃO TERMINATIVO –

Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV,da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29

de dezembro de 2006, a indicação do Sr. Ruy Carlos Pereira, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Bolivariana da Venezuela.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Roberto Requião (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria *Ad Hoc*: Senador Luiz Henrique

Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Na ausência do nosso queridíssimo Senador Requião, solicito a gentileza e a fineza do Senador Luiz Henrique e o consulto se ele poderia ser designado como Relator *ad hoc*, para que nós pudéssemos dar desdobramento e consequência na indicação do chefe da missão diplomática do nosso País na Venezuela, tendo em vista importantes temas que constam da agenda comum do Brasil com a Venezuela.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Faço com grande prazer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – A palavra é de V. Exª.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, leio o parecer esmeradamente elaborado, como sói acontecer com o Senador Roberto Requião, que se encontra em missão no exterior, na Grécia, onde profere conferência em uma das universidades gregas.

Como o relatório foi distribuído e consta do avulso, vou procurar fazer uma leitura sintética do parecer de S. Exª o Senador Roberto Requião.

O Embaixador Ruy Carlos Pereira é uma das estrelas do Itamaraty. Ministro de Primeira Classe, tem uma folha de serviços relevante prestada ao Ministério das Relações Exteriores e ao Brasil. Além do mais, S. Exª tem grande experiência nas relações multilaterais do Brasil com os países do Mercosul e da América do Sul. Foi Conselheiro e vem da função de Delegado Permanente junto à Aladi, em Montevidéu. Serviu como Ministro Conselheiro na Embaixada em Lima e na Embaixada em Buenos Aires.

Além de uma grande vivência nas atividades do relacionamento multilateral sul-americano, S. Exª, além de assessor dos Ministros da Fazenda e da Indústria e Comércio, tem uma presença marcante no Itamaraty, onde tem sido examinador do Curso de Admissão à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco, bem como membro da banca examinadora do Curso de Altos Estudos do mesmo instituto, banca que presidiu em 2010.

As relações diplomáticas entre o Brasil e a Venezuela foram estabelecidas em 1843. Há um fato curioso, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, embora haja relações diplomáticas entre o Brasil e aquele país, só houve visita de Chefe de Estado, há 40 anos, em 1973. Portanto, embora com relações diplomáticas, os Chefes de Estado brasileiro e venezuelano só visitaram os países 40 anos depois do estabelecimento dessas relações, que já completam, este ano, 170 anos.

O comércio brasileiro, a partir dos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Hugo Chaves cresceu 585%, desde 2003, soma R$6 bilhões, sendo que o saldo comercial foi favorável ao Brasil na ordem de R$4 bilhões, em 2012. A Venezuela tornou-se o oitavo principal mercado brasileiro de bens e importante destino dos nossos serviços, o que dá relevo à função que vai exercer o Embaixador Ruy Carlos Pereira. As relações entre a Venezuela e o Paraguai estão se normalizando, com o envio de embaixadores para Assunção e Caracas, o que significa dizer que a crise do Mercosul, desencadeada com a destituição do ex-Presidente, está plenamente superada, e creio que a Presidente Dilma Rousseff teve um papel muito importante nesse processo.

Por isso, o Embaixador Ruy Carlos Pereira terá uma missão muito rica, não só com a integração da Venezuela ao Mercosul, mas também com o incremento constante das relações bilaterais e comerciais entre ambos os países. E a Presidente Dilma Rousseff agiu muito bem em designar um diplomata desse talante para um posto tão relevante, reconhecendo a importância estratégica do relacionamento com o Brasil que tem hoje a Venezuela.

Todos os documentos que eram necessários à formação do processo de indicação do Embaixador Ruy Carlos Pereira foram anexados ao processo e, portanto, estando absolutamente regular a sua indicação, opino pela aprovação deste parecer.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Agradeço a V. Exª pelo competente e diligente relatório em relação ao Embaixador Ruy Carlos Pereira, de fato um dos mais competentes e preparados embaixadores da escola tão bem-sucedida do Itamaraty.

E adiciono um comentário ao relato de V. Exª, feito com muita oportunidade e tempestividade, da retomada das negociações diplomáticas entre a Venezuela e o Paraguai. Num momento em que nós estamos findando a possibilidade de uma negociação do Mercosul com a União Europeia, evidentemente, se as bases desse acordo interessarem mutuamente aos dois Blocos, não podemos fazer acordo a qualquer custo, mas, evidentemente que me parece muito importante

que, em bases que interessem às duas partes, esse acordo possa evoluir para que o Mercosul possa ampliar os seus horizontes.

A pacificação, na linha em que V. Exª coloca e quero crer que até a responsabilidade e importância que teve a Presidente Dilma nesse contexto, pudemos receber aqui o Presidente do Paraguai, no Senado, tudo isso representa um novo horizonte para o Mercosul, que tem desafios extraordinários em sua agenda e, com base nessa unidade, isso, seguramente, contribui muito.

É um comentário adicional que faço a V. Exª.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Eu só adicionaria que a presença da Venezuela como membro pleno do Mercosul haverá de induzir a adesão de outros países do Pacífico, fazendo com que, em vez de um acordo do Pacífico prosperar à revelia do Mercosul, este se fortaleça com esse relacionamento.

Acho que essa será uma das missões do Embaixador Ruy Carlos Pereira.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Agradeço a S. Exª.

Em discussão a matéria (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos conceder vista coletiva, nos termos do nosso Regimento.

ITEM 4

MENSAGEM (SF) Nº 79, DE 2013
– NÃO TERMINATIVO –

Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor FLAVIO MAREGA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Arábia Saudita e, cumulativamente, junto à República do Iêmen.

Autoria: Presidente da República

Relator: Armando Monteiro

Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Observações:

1 – Em 19/09/2013, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme a Resolução nº 41, de 2013-SF.

2 – A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação, até porque o relatório de S. Exª, Senador Armando Monteiro, já foi lido e publicado. Foi feito de maneira muito robusta e completa, de modo que os elementos estão dados para a indicação do Embaixador Flávio Ma rega para chefiar a missão diplomática do nosso País junto à Arábia Saudita.

Convido S. Exª o Embaixador Flávio Marega para que tome assento à mesa, para que possamos dar início à nossa sabatina (*Pausa.*)

Informo a V. Exª que dispõe inicialmente do tempo de 15 a 20 minutos, mas o tempo aqui é amigo, estará à disposição de V. Exª para que possa apresentar suas reflexões, suas percepções, suas diretrizes e seus principais desafios à frente dessa importante missão diplomática, para que a sabatina possa se dar em seguida.

A palavra é de V. Exª.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Tendo em vista que o Embaixador Pedro Boris representa aqui a própria figura do Ministério e do Chanceler, que se tornasse rotina a presença de S. Exª à mesa, durante as sabatinas. Se o Plenário assim concordar, que o convide para integrar a mesa.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Acolho com muita alegria e prazer à consideração de V. Exª e convido o nosso querido Embaixador Pedro Boris para que possa compartilhar a mesa da sabatina do Embaixador Flávio Marega.

O Embaixador Pedro Boris é um dos mais competentes quadros do Itamaraty e tem conduzido com muito esmero as relações institucionais do Congresso brasileiro com o Ministério das Relações Exteriores, de modo que para mim é uma alegria e um prazer ter a companhia de S. Exª.

Finalmente, concedo a palavra o Embaixador Flávio Marega.

O SR. FLÁVIO MAREGA – Obrigado, Sr. Presidente.

Bom dia, Exmºs Srs. Senadores da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Eu gostaria inicialmente de agradecer ao Presidente da Comissão, Senador Ricardo Ferraço, pela convocação desta reunião da CRE, que analisará a minha indicação para o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Arábia Saudita, cumulativamente com a República do Iêmen.

Eu gostaria de agradecer igualmente ao Senador Armando Monteiro, que muito me honra com a sua presença nesta reunião da Comissão, Relator da Mensagem nº 79, que ora está sob consideração desta Comissão.

De igual forma, eu gostaria de agradecer a confiança em mim depositada pela Senhora Presidenta da República e pelo Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores pela designação para esta importante missão.

Aproveito a ocasião para agradecer a honrosa presença dos ilustres Senadores Pedro Simon, Eduardo Suplicy e Luiz Henrique, a quem tive o privilégio de acompanhar em missões oficiais ao exterior.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, caso esta Comissão e o Plenário do Senado Federal venham a aprovar a minha indicação, será para mim uma grande honra exercer o cargo de Embaixador do Brasil em Riade, que já se vislumbra como uma grande experiência profissional e uma desafiadora missão.

Em primeiro lugar, porque, neste ano de 2013, completamos 45 anos de estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e a Arábia Saudita; segundo, porque essa indicação representa o retorno ao país onde iniciei a minha carreira diplomática no exterior, há 23 anos, então como um jovem 3º Secretário.

Sr. Presidente, concentrarei minha apresentação na Arábia Saudita e, ao final, se houver tempo, farei breve exposição sobre o Iêmen. Assim, pretendo traçar breve histórico sobre o país e falar também sobre a estrutura política, econômica, política externa e relações bilaterais com o Brasil.

Sr. Presidente, a data oficial de criação do Reino da Arábia Saudita é 23 de setembro de 1932, quando se comemora a conclusão do processo de unificação do país, que foi conduzido pelo rei Abdul Aziz Al-Saud; mas, na realidade, a história do país remonta ao século XVIII, e mais precisamente a 1744, quando o patriarca da família Mohammed Al-Saud fez uma aliança política com o clérico Mohammed Al-Arab, que é fundador doutrina Al Arabiya, dentro da corrente da sunita do Islã – isso é um aspecto importante porque a Arábia Saudita é um país de 85% da população predominantemente sunita. Essa doutrina poderia ser comparada a um puritanismo dentro do cristianismo.

Essa união político-religiosa garantiu e vem garantindo a legitimidade da família Al-Saud no processo de condução política do país, ao mesmo tempo em que, no plano religioso, garante a proteção dos territórios de Meca e Medina, que são considerados territórios sagrados, porque é onde viveu o profeta Maomé. Por isso, o rei da Arábia Saudita também se autointitula guardião das duas mesquitas sagradas.

Após as primeiras descobertas de petróleo em 1938 na região do Golfo que é na província leste Al-Haram e Damman, na Arábia Saudita, e a crescente produção já a partir da década de 50, somaram-se novas descobertas de gigantescas reservas de petróleo naquele país. A Arábia Saudita detém reservas certificadas de 260 bilhões de barris, ou seja, 25% das reservas mundiais de petróleo.

Após o primeiro choque de petróleo, em 1973, como V. Exªs se recordam, quando o preço do barril de US$3 quadruplicou para US$12, e, depois, com o segundo choque do petróleo, em 1979, quando houve quase uma triplicação e o preço do barril subiu de US$12 para US$30 – nos recordamos muito bem os impactos que esses dois choques tiveram sobre a economia brasileira –, a Arábia Saudita embarcou em uma série de programas quinquenais e de investimentos em infraestrutura e em vários setores da economia, que levaram ao país moderno e pujante que é a Arábia Saudita de hoje.

Sr. Presidente, sobre a estrutura política e poder, a Arábia Saudita é considerada uma monarquia de matriz absolutista, desde a unificação, em 1932. Depois da morte do rei Abdul Aziz, cinco monarcas o sucederam, todos descendentes diretos do rei – inclusive o atual rei Abdullah –, mas sempre meio-irmãos, porque o rei Abdul Aziz teve 14 mulheres e 25 filhos, portanto, todos são descendentes diretos do rei e muitos ainda estão vivos.

A estrutura, Sr. Presidente, do país, sendo uma monarquia de matriz absolutista, é composta do Conselho de Ministros, do Conselho Consultivo, dos Conselhos Regionais, dos Conselhos Municipais, Poder Judiciário – que foi criado recentemente. Começando pelo Conselho de Ministros, ele exerce as funções, ao mesmo tempo, de Poder Legislativo e Poder Executivo. Foi instituído em 1953 e tem a responsabilidade de elaborar e executar as políticas no âmbito interno e externo.

O Conselho Consultivo, dentro de um processo de reforma que ocorreu nos anos 90, pode ser identificado como o princípio de um Poder Legislativo que, muito provavelmente no futuro, se tornará independente na Arábia Saudita.

Depois, temos os Conselhos Regionais. O país é dividido em 13 províncias, que corresponderiam aos nossos Estados, no Brasil, e cada Conselho Regional é governado por um governador nomeado pelo rei. Atualmente todos os Conselhos Regionais são governados por príncipes que pertencem a ramos importantes da família real.

Já os Conselhos Municipais, Sr. Presidente, que corresponderiam aos nosso Municípios – e são 178 Municípios na Arábia Saudita –, desde 2005, metade da composição desses Conselhos tem sido eleita e a outra metade continua sendo preenchida por decreto real.

É importante notar, e isso é uma evolução no quadro político da Arábia Saudita, a partir de 2015, está

prevista, pela primeira vez, a participação de mulheres, seja como candidatas, seja como eleitoras, para essas eleições dos Conselhos Regionais.

Assim, como pudemos ver, o rei Abdullah vem mantendo uma tendência reformista, que já havia adotado desde que era príncipe herdeiro da Arábia Saudita, quando seu irmão, o rei Fahd, era o rei. Mas, apesar dos avanços, o ritmo das mudanças tem que ser compatível com as forças políticas e religiosas por essa união que existe, que expliquei no início, entre a família Al-Saud e os Al-Wahhab.

O petróleo continua a representar – agora falando dos aspectos econômicos, Sr. Presidente – 90% das exportações sauditas, sendo que, em agosto de 2013, portanto, recentemente – é a última informação que temos –, a produção atingiu 9.950.000 de barris de petróleo por dia. Em 2012, o PIB nominal do país foi de US$740 bilhões, o que resultou em uma renda *per capita* de US$26 mil para uma população de 28 milhões de habitantes, dos quais 8 milhões são estrangeiros.

Como parte do esforço para diversificar a economia, diminuir a dependência do petróleo e atrair investimentos do exterior, a Arábia Saudita entrou para a Organização Mundial do Comércio (OMC) em dezembro de 2005. Desde então, o governo tem encorajado a participação do setor privado na economia saudita, em especial a participação estrangeira, nos setores de energia, telecomunicações, gás natural, metalurgia, petroquímica e infraestrutura.

A despeito da crise financeira mundial, a Arábia Saudita vem implantando um amplo programa de obras públicas de infraestrutura da ordem de US$400 bilhões, do qual empresas brasileiras de engenharia poderiam se beneficiar amplamente.

Sr. Presidente, caso esta Comissão venha a aprovar o meu nome e também o Plenário do Senado Federal, essa será umas das áreas que pretendo tentar incentivar, tentar aproximar das empresas construtoras brasileiras, porque acredito que existe um grande potencial de que participem desses projetos de infraestrutura da Arábia Saudita.

Com relação à política externa, Sr. Presidente, diante dos inúmeros desafios que se apresentam na região, a Arábia Saudita passou a adotar uma linha de ação externa mais assertiva nos últimos anos. No plano global, destaca-se a sua histórica aliança estratégica com os Estados Unidos, que data da Segunda Guerra Mundial. Regionalmente, a posição da Arábia Saudita é de equilibrar o relacionamento com países mais poderosos militarmente, geograficamente maiores, mais populosos ou de perfil internacional mais assertivo.

Na Península Arábica, o objetivo central é o de assumir os custos para o estabelecimento de uma sociedade harmônica com os Estados da região que compõem o Conselho de Cooperação do Golfo.

No âmbito multilateral, a Arábia Saudita participou da criação de vários organismos internacionais, sendo fundadora da Organização das Nações Unidas, da Liga dos Estados Árabes, do Conselho de Cooperação do Golfo e da Organização da Conferência Islâmica. Além disso, como já mencionei, em 2005, entrou para a OMC, e a Arábia Saudita é também, assim como o Brasil, membro do Grupo dos 20, o G20.

A Arábia Saudita conta, hoje, com uma série de representações diplomáticas, que inclui embaixadas, missões, consulados, escritórios de representação, em 120 países do mundo.

É interessante como posição de fundo, que baseia e que baliza a política externa saudita, concorda com a percepção ocidental de que as nações árabes devem promover reformas políticas, mas entende e defende que essas mudanças precisam observar as peculiaridades das culturas locais e não serem impostas do exterior.

Sr. Presidente, com relação às relações bilaterais, o Brasil e a Arábia Saudita, como eu já disse, estabeleceram relações diplomáticas em 1968. Em 1973, ocorreu a criação das Embaixadas do Brasil, na cidade de Jeddah, que fica no Mar Vermelho, e a da Arábia Saudita, em Brasília. E, em 1986, a Embaixada do Brasil foi transferida para Riade – estamos vendo no centro da Península –, já que a capital do país foi transferida para aquela região.

Nesses 45 anos celebrados neste ano de 2013, as relações diplomáticas entre Brasil e Arábia Saudita tiveram momentos de maior e de menor dinamismo. A primeira fase, que se estende até o início de 1990, *grosso modo*, caracterizou-se pela necessidade permanente de o Brasil importar petróleo, e consequentemente, isso gerou expressivos déficits comerciais. Para contrapor essa realidade, o Governo brasileiro procurou ampliar as exportações brasileiras mediante a realização de inúmeras missões comercias.

Nessa época, o Departamento de Promoção Comercial do Itamaraty (DPR) teve um papel muito atuante na realização dessas missões e na elaboração de propostas conjuntas para ampliar o intercâmbio comercial.

A segunda fase, que, grosso modo, se estende até o início dos anos 2000, representou um menor dinamismo nas relações entre os dois países por uma série de fatores internos e externos, decorrentes de mudança da ordem internacional.

No plano interno, os desafios políticos da redemocratização do Brasil e os esforços para a estabilização da economia diminuíram relativamente o interesse do Brasil no Oriente Médio. No plano externo, o

Brasil distanciou-se dos dois eventos mais importantes que ocorreram na região naquela época, qual seja, a primeira guerra do Golfo, com a invasão do Kuaite pelo Iraque, e o lançamento do processo de paz no Oriente Médio.

Passando para a terceira fase, que se inicia em 2003, com a mudança do paradigma da política externa, do modelo baseado na autonomia pela participação para o modelo da autonomia pela diversificação, o Oriente Médio passou à categoria de região prioritária para o Brasil, e essa prioridade, no caso da Arábia Saudita, atingiu o auge quando o Presidente Lula esteve em Riade no ano de 2009. Ressalte-se que foi a primeira visita de um Chefe de Estado brasileiro à Arábia Saudita. Desde a visita, em 2009, houve importante ampliação de investimentos e do comércio bilateral entre os dois países.

Sr. Presidente, no tocante às relações econômicas e comerciais bilaterais, a Arábia Saudita continua a ser o nosso principal parceiro econômico e comercial no Oriente Médio, com uma corrente de comércio de US$6,196 bilhões no ano passado. Esse expressivo volume de comércio decorre do elevado grau de complementaridade que existe entre as duas economias.

Embora o Brasil tenha conseguido reverter durante três anos, Sr. Presidente, entre 2009 e 2011, essa tendência de déficits comerciais, em 2012, nós voltamos novamente a ter um déficit, em razão da conta petróleo, no valor de US$196 milhões.

Então, o comércio é bastante equilibrado e, nos últimos anos, tem ocorrido déficits de um lado ou de outro, segundo o volume de petróleo que o Brasil importa.

A pauta de exportação brasileira para a Arábia Saudita ainda se concentra em produtos primários. Os quatro itens mais vendidos são: minério de ferro, carne de frango – 78% da carne de frango existente na Arábia Saudita provém do Brasil, tanto carne congelada quanto carne resfriada, e aqui, certamente, o Estado de Santa Catarina, do ilustre Senador Luiz Henrique, responde por boa parte dessa exportações –, açúcar e milho em grão. Esses quatro produtos representam 75% da pauta de exportação brasileira.

Mas é importante notar que a exportação de produtos industrializados e de maior valor agregado vem crescendo, por exemplo, com a venda de aviões da Embraer, tratores, máquinas e motores. Ou seja, há um enorme potencial ainda a ser explorado.

Sr. Presidente, eu pararia por aqui a minha apresentação e, sob a condução de V. Exª, estou aberto a perguntas e esclarecimentos que os ilustres Senadores desejarem fazer.

Muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado, Sr. Embaixador Flavio Marega.

Consulto S. Exª o Senador Armando Monteiro se, na condição de Relator, deseja abrir o diálogo com o indicado para missão diplomática na Arábia Saudita.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – Sr. Presidente, apenas para me manifestar que a exposição do Embaixador confirma aquilo que, pela leitura do seu currículo e conhecendo a sua trajetória profissional, nós podemos inferir, ou seja, é alguém que tem todas as condições para exercer, da melhor forma possível, a representação do Brasil nessa área.

E creio que, com relação aos aspectos econômicos, eu me sinto muito satisfeito com aquilo que o Sr. Embaixador pôde destacar e sublinhar, que é uma extraordinária oportunidade na área de infraestrutura para as empresas brasileiras, não só porque a Engenharia brasileira tem uma *expertise* reconhecida no mundo, como também pelo currículo dessas empresas, o que elas já puderam fazer em várias áreas do mundo, demonstrando a força, a competência da Engenharia brasileira. Portanto, eu creio que seja essa uma oportunidade fantástica para o Brasil ampliar as suas relações nessa área.

Portanto, eu quero, ao final, manifestar a minha convicção de que o Embaixador vai se desempenhar muito bem nessa missão e tenho certeza de que será confirmada, com a nossa aprovação, a sua investidura.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Embaixador, na linha do que reflete o Senador Armando Monteiro, é de fato um ambiente de múltiplas oportunidades para as companhias brasileiras no campo da infraestrutura, do desenvolvimento da nossa engenharia, que está presente hoje fortemente nos Estados Unidos, em muitos Estados; que está presente na Europa. E, de certa forma, nesse intercâmbio que o nosso País estabelece com a Arábia Saudita, há uma presença muito tímida, muito moderada da engenharia brasileira, que reúne *expertise*, qualificação, reputação, para participar de um programa da dimensão, como diz S. Exª aqui, da ordem de US$400 bilhões.

A pergunta que faço a V. Exª, na condição de indicado para chefiar a nossa missão diplomática na Arábia Saudita, é que tipo de inovação e que tipo de capacidade empreendedora V. Exª pretende colocar a serviço das nossas relações laterais, entre Brasil e Arábia Saudita, que poderá incrementar, no bom sentido da palavra... Até porque V. Exª já serviu na Arábia Saudita nos anos 80?

O SR. FLÁVIO MAREGA – Nos anos 90.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – E a Arábia Saudita é um país em plena mutação e redesenho de suas relações, sobretudo com os Estados Unidos, após a retirada da base militar dos Estados Unidos do território da Arábia Saudita.

Enfim, que critérios e que desafios V. Exª estará colocando de pé para que isso possa ampliar ainda mais a corrente de negócios entre o Brasil e a Arábia Saudita, que é a segunda fornecedora de petróleo para o País, atrás apenas da Nigéria?

Queria que V. Exª pudesse detalhar aqui, nesta Comissão, que critérios estará colocando de pé para ampliar esse horizonte de oportunidades para o nosso Pais.

Passo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy e, em seguida, ao Senador Luiz Henrique.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Ricardo Ferraço, prezado Embaixador Pedro Borio, prezado Embaixador Flávio Marega, quero, em primeiro lugar, agradecer a atenção que o senhor teve para comigo, em especial recordando nosso diálogo em Washington D. C.

Em 2005, estive lá como convidado para ser um *scholar* na ***Woodrow Wilson International Center for Scholars***, e tive a oportunidade de, durante o nosso recesso de janeiro e início de fevereiro, permanecer por pouco mais de 40 dias, estudando, trabalhando e escrevendo. Na oportunidade, o Embaixador Flávio Marega me acompanhou, quando fiz uma exposição, por exemplo, para a direção do Banco Mundial, assim como também no próprio Woodrow Wilson.

Relacionado ao tema, gostaria de perguntar em que medida, na Arábia Saudita, para os seus 28 milhões de habitantes, destina-se alguma preocupação efetiva de solidariedade e de realização de justiça para com todos os seus habitantes, e em que medida o resultado dessa riqueza tão significativa que eles têm é efetivamente colocado para toda a população.

Como é que isso tem sido decidido na Arábia Saudita?

Há uma monarquia, conforme o senhor nos colocou, com cinco gerações de descendentes do mesmo monarca, ou da sua família. Em que medida há um Parlamento com um grau de democracia onde toda população se sinta representada por pessoas eleitas? Como isso tem evoluído na Arábia Saudita?

Finalmente, o senhor avalia que a Arábia Saudita está hoje na posição de poder colaborar com a efetiva paz no Oriente Médio, seja com respeito às relações de Israel com a Palestina, seja no que diz respeito aos episódios que estão ocorrendo na Síria e também no Egito, onde vemos situações de conflitos, de guerra civil, de revoltas populares?

Hoje está na imprensa que os Estados Unidos resolveram suspender a ajuda militar, que é de enorme volume, mais de US$1 bilhão, para o Egito. Tendo em conta os novos sinais que estão sendo efetivados nos diálogos entre o Presidente Barack Obama e o Presidente do Irã, isso pode significar uma nova fase de entendimentos, com repercussão inclusive no diálogo que a Arábia Saudita terá com os demais países do Oriente Médio?

Muito obrigado, e todo sucesso na sua missão.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Senador Luiz Henrique, a palavra é de V. Exª.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Eu quero destacar, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a qualidade profissional do Ministro Flavio Marega. Eu e o Senador Jorge Viana tivemos a oportunidade de verificá-la durante nossa estada em Londres quando fomos fazer várias exposições sobre o Código Florestal. S. Exª é, na verdadeira acepção, um ministro conselheiro de alta qualidade naquela embaixada, de modo que sua presença aqui reforça aquilo que eu tenho dito, que realmente o Itamaraty é a melhor massa crítica do nosso País.

Eu gostaria de fazer duas perguntas ao futuro Embaixador em Riade.

No dia 24 de julho, o Presidente Barack Obama, fazendo uma conferência na ***Northeastern*** University, afirmou que, em 2020, os Estados Unidos serão autossuficientes na produção de energia fóssil, exaltando a recente descoberta da extração de gás natural em placas de xisto pelo processo que os americanos chamam de *fracking*. Isso efetivamente vai afetar as relações geopolíticas com todo o Oriente Médio, que é grande exportador de petróleo e gás, mais especificamente com a Arábia Saudita.

Eu gostaria de perguntar ao ilustre sabatinando como vê as consequências dessa autonomia energética que se desenha nos Estados Unidos para os anos 2020? E como isso afetará as relações econômicas com o seu principal parceiro no Golfo Pérsico, que é a Arábia Saudita?

A segunda pergunta é a seguinte: sabendo que o petróleo tem reservas exauríveis no futuro, países como Dubai e Abu Dhabi ou Emirados, como Dubai e Abu Dhabi, passaram a diversificar sua economia, sobretudo fazendo uma estrutura fantástica na área do turismo. Esse caminho também está sendo perseguido pela Arábia Saudita?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Consulto se S. Exªs, Senador Pedro Simon e Senador Cristovam Buarque...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – Quero trazer o meu respeito e o meu carinho à figura do Embaixador Flavio Marega, que tive oportunidade de conhecer e ver a capacidade e a credibilidade que ele tem em Londres, na Inglaterra. Estou convicto de que foi uma escolha muito feliz. S. Exª vai ser recebido com certa interrogação.

As manchetes de ontem nos jornais mostravam que agora, com o Brasil, o Canadá e os Estados Unidos, o petróleo no fundo do mar, vão fundar uma Opep aqui, que vai ter uma credibilidade enorme. Na medida em que, aqui, os nossos poços estarão num crescendo permanente, lá no Oriente, eles estarão numa fase que começa a declinar. Embora a Arábia Saudita seja um país mais tranquilo com relação ao que está acontecendo no Oriente Médio, eu vejo ali qualquer coisa de impressionante. Eu fui um dos que falaram muito sobre isto, a Primavera Árabe, e o mundo inteiro ficou impressionado com um país como o Egito, que nunca tinha conhecido uma eleição para presidente, que desde que existiu até ontem era o que é, e elegeu um presidente. Essa eleição foi feita com a gurizada na rua, sem tiro, sem militares, sem coisa nenhuma. Foi um movimento espontâneo.

Hoje, não se sabe se foi para o bem ou para o mal. Na verdade, parece que ele se apresenta hoje ou amanhã para uma condenação, e o Egito continua igual.

Mas há esse movimento naquela região, e na Arábia Saudita, por ser um país mais tranquilo, acho que V. Exª tem um papel importante. Acho muito interessante a influência de Israel nos Estados Unidos, embora, mesmo nos Estados Unidos, sejam em muito maior número do que a colônia israelita. O problema é que, nos Estados Unidos, a colônia israelita está nas universidades, está nas redes de televisão; é a elite que de certa forma controla o pensamento nos Estados Unidos e mantém o governo dos Estados Unidos sob um controle absoluto.

Eu acho que tudo que está acontecendo na região do Oriente Médio está acontecendo porque aquela decisão correta das Nações Unidas, de criar o Estado de Israel e o Estado da Palestina, não foi cumprida da parte dos palestinos. E numa época em que era infinitamente fácil. Ali em 1946, quando terminou a guerra, era tudo colônia. O Líbano era colônia francesa; o outro era colônia inglesa; não havia sentimento de coisa nenhuma. Então, pegar um pedaço daqui e um pedaço dali e criar a Palestina, para evitar que essa crise permanecesse até agora, teria sido uma coisa fácil. E é uma coisa interessante ver que o Governo americano tem, de certa forma, não digo medo, mas um respeito, porque quem dita as normas de orientação é Israel.

Então, acho que seria interessante, importante, neste momento, principalmente na Arábia Saudita, para que tenham respeito e credibilidade pela sua tranquilidade – e é a grande aliada dos Estados Unidos – fazer com que haja um momento de paz e tranquilidade.

Aliás, é a posição do Itamaraty, é a posição do Brasil, que eu acho absolutamente positiva. O Brasil e o Itamaraty têm uma posição de diálogo, de entendimento constante com Israel e com o mundo árabe. Se depender do Brasil, essa associação já teria sido feita há muito tempo.

Por isso, eu acho que V. Exª vai iniciar a sua nova trajetória. V. Exª foi cônsul ainda guri, saindo do colégio; começou cedo. Mas agora vai entrar na fase profissional realmente. E escolheram para V. Exª não chega a ser o vulcão, porque o vulcão seria o Iraque ou qualquer coisa parecida, mas está ali do lado. E acho que V. Exª tem todas as condições de prestar um bom serviço ao País e à causa da paz naquela região.

Pela simpatia, pelo respeito e pelo conhecimento que eu tenho da capacidade de V. Exª, eu fico muito feliz com a escolha da Presidente e acho que vamos ter o início – o início não, porque já está –, uma carreira de Embaixador muito grande.

Eu dizia a V. Exª que, como cônsul, V. Exª terminou lá em Londres, que é onde, como embaixador, todo mundo quer terminar: Londres, Paris.

Espero que V. Exª inicie esse novo roteiro.

Meus cumprimentos.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado, Senador Pedro Simon.

Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Embaixador, eu tenho conversado, sempre que posso, com embaixadores, com alunos do Instituto Rio Branco sobre a ideia, que pode não ser correta, de que o diplomata, daqui para frente, tem que representar o seu país, obviamente, mas ele deve ter uma percepção dos grandes problemas globais que nós vamos enfrentar; ou seja, cada diplomata vê o seu país, os políticos também, como se fosse apenas um departamento de um condomínio. É que nós estamos ali, somos donos, temos soberania, mas estamos amarrados. São soberanias limitadas, a partir de agora, em qualquer país. E o que tenta impor sua soberania a qualquer custo termina enfrentando as dificuldades norte-americanas de que uma parte substancial do seu Produto Interno Bruto é gasto para enfrentar ameaças de inimigos invisíveis do terrorismo.

Nessa perspectiva, eu acho que, para um diplomata ir para um país, ele deve conhecer bem o país, as relações conosco, mas fico para mim querendo saber qual é o papel desse país no cenário mundial, diante dos problemas que nós temos adiante.

Por isso, mais de uma vez aqui, até para que eu aprenda e comece a formular melhor essas ideias que venho trabalhando, eu gostaria de lhe perguntar: qual o papel que a gente pode prever para a Arábia Saudita em relação a alguns desses problemas?

Eu vou citar alguns dos que eu trabalho, porque trabalho – lembro-me bem – com 15, mas não trouxe todos. Eu vou citar alguns, pedindo que inclusive o senhor aborde apenas naqueles que achar conveniente. Dos outros pode não falar, até porque não daria tempo.

O primeiro é a escassez de recursos naturais no mundo. Nós vamos caminhar para um processo de esgotamento de recursos e, no caso da Arábia Saudita, já se vê um papel claro no que se refere a recursos naturais. E, junto com esse, o problema da criação de fontes alternativas de tecnologia energética. Até que ponto a Arábia Saudita tem ou não tem um papel como formuladora de tecnologias alternativas?

O segundo ponto é o terrorismo. Como se situa a Arábia Saudita nessa guerra invisível em que se enfrenta o terrorismo? E, no caso deles, há um pedacinho do terrorismo de origem fundamentalista. Eles nada têm a ver com o terrorismo que os americanos, de vez em quando, fazem internamente, como aquele grande de Oklahoma, do qual a gente tendeu a se esquecer depois do terrorismo praticado contra as torres. Dele não se fala mais, mas foram 212 pessoas assassinadas ali, quando se derrubou um prédio, da mesma maneira do que foi feito pelos aviões da Al-Qaeda.

O terceiro tema é o meio ambiente. Qual o papel das Nações Unidas nos foros internacionais? Eles têm falado nisso? Na reunião Rio+20, eles tiveram um papel nesse sentido. Eles consideram isso um tema, não um problema?

O quarto tema é a pobreza. Até que ponto, a Arábia Saudita pode nos trazer alternativas? Se eu estivesse fazendo a sabatina no Senado de outro país e o Embaixador viesse para Brasil, eu ia querer que ele estudasse os programas brasileiros, para ver suas vantagens e desvantagens, porque nós somos exemplo de geração de propostas para enfrentar a pobreza.

O Catar é um país muito menor do que a Arábia Saudita, mas tem hoje um papel na busca de soluções para o problema da educação no mundo inteiro. Lá há uma grande fundação, que as pessoas acham que financia só o Barcelona, porque aparece na camisa daquele time: Fundação Catar. Mas, até no Rio de Janeiro, há programas importantes dirigidos a crianças sem condições boas na escola.

Há ainda a questão da paz. Como a Arábia Saudita se situa na questão da paz no mundo e em pequenas guerras? Acabaram com a Guerra Fria, mas, hoje, há a guerra quente, por exemplo, na Síria. O Catar – eu o cito mais uma vez – tem um papel nessa questão, e não vou dizer se este é bom ou ruim. Mas o Catar tem tido um papel nesse sentido, tem estado envolvido nessa questão. A Arábia Saudita está alerta quanto a esses pontos conflitantes que existem?

Ligado a isso – peço desculpas, Sr. Presidente, por falar tanto –, qual a posição da Arábia Saudita no clima de solidariedade diante, por exemplo, dos refugiados palestinos, dos refugiados sírios e de muitos outros refugiados? É um país que tem preocupação com isso? Sua política externa fala disso ou nada tem a ver com isso?

Finalmente, trago dois problemas. Um deles se refere ao comércio internacional. A Arábia Saudita é promotora ou não do aumento do comércio internacional, que é um dos problemas que teremos daqui para frente? E coloco também o problema do avanço tecnológico a serviço de todos, que entra também na relação do comércio internacional no que se refere aos bens do conhecimento.

E, finalmente, trato da universalização dos direitos humanos, que é hoje um tema central no mundo. Fico curioso em saber como é que a Arábia Saudita se situa nesse contexto diante de algumas coisas muito específicas, como a mutilação de presos – este é um caso –, como o direito das mulheres.

Conversei com o senhor e disse que, para mim, deve ser tão igual o direito de usar o véu como o direito de não usar o véu. Considero que estão ferindo os direitos humanos quando proíbem o uso do véu, como era feito há pouco tempo na Turquia. E, agora, a França faz isso nas escolas. Isso fere o direito humano da jovem que quiser usá-lo.

Então, são esses os pontos sobre os quais eu gostaria de ouvir, se o senhor tiver tempo de formular as respostas.

O país para onde o senhor vai faz parte deste condomínio Terra e, como tal, traz inspirações ou freios para os avanços que o mundo tem de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque.

Passo a palavra a S. Exª o Embaixador Flavio Marega.

O SR. FLAVIO MAREGA – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, começo pelas perguntas de V. Exª relacionadas ao nível de comércio Brasil-Arábia Saudita.

Conforme eu já explicitei na minha exposição, é o país com o qual temos o maior volume de comércio no Oriente Médio, com US$6,196 bilhões no ano passado. Mas, naturalmente, muito podemos fazer, sobretudo, para reverter o déficit comercial que, atualmente, existe e especialmente na área de serviços. Acho que essa é uma área em relação à qual o Brasil tem um potencial, como V. Exª bem apontou. Na realidade, tem uma capacidade excepcional, já atuando em vários países. Precisamos também fazer esse esforço em relação à Arábia Saudita.

Quando eu assumir, se contar com o beneplácito desta Comissão e do Plenário do Senado, eu acho que existe uma série de iniciativas que podem ser tomadas em nível bilateral. A primeira delas seria a assinatura de um acordo geral de cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Reino da Arábia Saudita. Eu sugeriria também, a exemplo do que vem sendo com economias mais desenvolvidas, Sr. Presidente, a criação de um conselho empresarial bilateral. Esse conselho empresarial seria composto por empresários de vários setores de ambos os lados, com a participação de associações de classe, e deveria ter a função de monitorar relações comerciais e propor iniciativas que aproveitem de um modo melhor as oportunidades existentes.

A experiência que nós temos em relação ao funcionamento desses conselhos é de que, pelo fato de eles serem compostos pelos CEOs, pelos presidentes das empresas, eles realmente contribuem para a eliminação dos obstáculos e para a eliminação das barreiras que eventualmente existam no comércio bilateral.

O terceiro ponto que eu sugeriria é o aumento das missões comerciais brasileiras à Arábia Saudita.

Aqui, Sr. Presidente, é importante apontar não só em nível federal, mas também dos governadores com missões empresarias – das empresas, das entidades dos seus Estados e das cidades, como, por exemplo, São Paulo, que tem um programa de promoção das exportações e da divulgação das empresas de São Paulo, o Rio de Janeiro; ou seja, intensificar essas missões comerciais em nível bilateral. Elas devem sempre procurar incluir representantes dos governos estaduais, como eu disse, associações de classe, federações de indústria, entre outras instituições.

Também, Sr. Presidente, eu acho que a vinda de missões comerciais sauditas para o Brasil é importante para conhecerem nossa realidade. É importante que possam estimular autoridades sauditas a fomentar a organização dessas missões, as câmaras de comércio e indústria na Arábia Saudita. E os governos das províncias – ou seja, o reverso – também poderiam organizar missões com empresários sauditas para conhecer a realidade brasileira.

Um outro ponto que eu sugeriria, e trabalharei para isso, é o aumento da participação brasileira nas feiras comerciais na Arábia Saudita. Recentemente, houve uma importante feira, no primeiro semestre, no setor de alimentos, em Jeddah, e houve uma demanda enorme por parte das empresas sauditas de informação sobre exportação de produtos, especialmente bens, alimentos e bebidas.

Bom, caso eu conte com a aprovação do meu nome pela Comissão e pelo Senado, na semana que vem, eu pretendo realizar uma visita a São Paulo. Passarei a semana toda em São Paulo, onde visitarei a Câmara de Comércio Árabe Brasileira. O Presidente Michel Alaby já fez um convite, e eu o aceitei. Na segunda-feira, passarei o dia na Câmara; depois, visitarei a Fiesp, a Abimde, a Abef, a Embraer e demais empresas e entidades que estão relacionadas com o trabalho e com o comércio bilateral na Arábia Saudita.

Com relação à pergunta do Senador Suplicy sobre programas de renda mínima, embora seja um país de alta renda *per capita*, como mencionei, US$26 mil, é natural que exista pobreza na Arábia Saudita. Não é um país no qual toda a população usufrua desses benefícios de uma renda *per capita* de US$26 mil. E, com o advento da Primavera Árabe, Sr. Presidente, e o surgimento de manifestações públicas inéditas na Arábia Saudita, o governo, dado aos recursos de que dispõe, concedeu aumento de salário aos servidores públicos e concessão de bônus para conter possíveis focos de descontentamento. Adicionalmente, foram aprovados vários decretos reais com o objetivo de criar mais de 200 mil empregos no país, diretos e indiretos, além de levar a uma redução da taxa de desemprego numa proporção de 20%, no prazo que estipula esse programa.

É importante notar, Sr. Presidente, que o desemprego entre a população de 18 e 30 anos na Arábia Saudita é considerado muito elevado, e, justamente num país onde não há muitas opções de lazer, isso acaba gerando vários tipos de tensão social.

O custo total do pacote, que foi anunciado quando a Primavera Árabe surgiu, foi de US$92 bilhões, correspondentes a 21% Produto Nacional Bruto saudita, e 83% das despesas previstas foram incluídas no Orçamento de 2011. Mas, apesar de esse pacote real haver sido bem recebido e extremamente elogiado pela mídia saudita, segundo a qual a economia do país poderá ter um grande impulso, a decisão do governo de incluir, no citado pacote, aumentos salariais, pagamentos de bônus e pisos salariais apenas para os funcionários

públicos, civis ou militares, naturalmente gerou insatisfação, segundo o diário *Arab News*, que é o jornal mais lido no país. Em parte, os trabalhadores do setor privado, além da sensação de desmerecimento, terão que lidar com os efeitos que os benefícios aos servidores públicos terão nos índices de preço e no custo de vida, com a potencial geração de inflação. E, na realidade, como consequência disso, várias empresas de grande porte tomaram a decisão de também conceder bônus aos seus empregados.

O segundo ponto levantado pelo Senador Suplicy, quando eu mencionei a questão das eleições nos conselhos municipais, foi com relação à democracia e à representação democrática.

É muito interessante, Sr. Presidente, notar que, dada a estrutura tribal da Arábia Saudita, o rei tem uma posição muito importante. E o rei, praticamente todos os meses, organiza uma reunião chamada *majlis.* Trata-se de uma reunião composta por integrantes de todas as esferas da sociedade, que se dirigem a esse encontro com o rei – na realidade, um encontro de beija-mão e, em alguns casos até, o tradicional beijo que existe na sociedade local, dependendo do nível hierárquico da pessoa. Esse *majlis* é considerado o dia em que se senta com o rei, e os sauditas brincam que é essa a democracia do deserto. Então, os súditos, os beduínos, os líderes tribais se encontram com o Rei Abdullah para uma cerimônia, como eu disse, de fazer pedidos de toda ordem, que são apresentados ao soberano. E todos os tipos de favores são distribuídos, até mesmo ajuda financeira, caso a pessoa necessite.

Então, é um modelo diferente de democracia; não é a democracia representativa que se consolidou no Ocidente. Mas, como eu demonstrei na minha apresentação inicial, eles caminham gradativamente, dentro desse delicado equilíbrio que existe entre o poder religioso e o poder político, para uma abertura gradual do país.

Com relação ao Oriente Médio – esta pergunta foi feita por mais de um Senador presente na reunião –, a Arábia Saudita tem tido uma posição de moderação e de muita cautela em relação aos conflitos na região.

Em primeiro lugar, falando sobre Israel. O Rei Fahd, em 2003, foi patrocinador de um plano de paz para Israel e Palestina, que continua sobre a mesa até hoje, mas que não foi aceito porque previa vários pontos, como, por exemplo, a questão da capital, Jerusalém, e a questão de Jerusalém oriental. Mas, enfim, com relação ao Oriente Médio, Israel e Palestina, a Arábia Saudita tem preocupação e vem atuando de uma maneira bastante propositiva no sentido de que se chegue a uma solução para esse conflito.

Passando às perguntas do Senador Luiz Henrique: a autossuficiência dos Estados Unidos e do *shale gas*.

Senador, eu começaria com uma história, mas que é verdade, muita interessante, sobre a parceria estratégica que existe entre a Arábia Saudita e os Estados Unidos.

Essa parceria foi selada entre o Rei Abdulaziz e o Presidente Franklin Roosevelt, ao final da Segunda Guerra Mundial, em fevereiro de 1945, a bordo do navio USS Quincy, em que basicamente o Presidente Franklin Roosevelt declarou que a defesa da Arábia Saudita é vital para a defesa dos Estados Unidos e, num aperto de mãos, o Rei Abdulaziz falou: "A Arábia Saudita garantirá o fornecimento de petróleo que for necessário para toda a economia e durante o tempo que for necessário nos Estados Unidos".

Esse relacionamento, essa parceria estratégico sofreu dois abalos ao longo de todos esses anos, desde 1945. O primeiro deles em 1973, com a Guerra do Yom Kippur, quando os Estados Unidos apoiaram Israel e houve um estremecimento das relações que levou, inclusive, ao embargo às exportações de óleo. E o segundo momento, em que houve também um estremecimento dessa parceria estratégica, foi por ocasião dos ataques aos Estados Unidos, de 11 de setembro, em que, entre os 19 terroristas, 15 eram sauditas. E, naturalmente, isso gerou fricções e problemas no relacionamento, mas que, gradualmente, foram sendo superados.

Tudo isso para voltar à pergunta inicial do senhor, Senador, sobre a questão do *shale gas* O *shale gas*, sem dúvida alguma, vai mudar a estratégia e, melhor dizendo, o equilíbrio energético mundial. As descobertas nos Estados Unidos estão acontecendo numa velocidade impressionante; como o país é todo interligado por sistemas de gasodutos, esse gás é rapidamente comercializável; o preço já caiu substancialmente, barateando e aumentando a competitividade do mercado americano.

É interessante notar que, na economia americana, os portos não são feitos para exportar gás. Eles são feitos para importar gás. E, atualmente, já houve autorização para três portos – dois no sul dos Estados Unidos e um na costa leste – para que possa haver uma reversão, que implica investimentos de bilhões de dólares, para que, no futuro, quando a autossuficiência for atingida, os Estados Unidos passem – e certamente passarão – a exportar gás.

Esse efeito sobre o mercado mundial de energia já foi motivo de manifestação do ministro do petróleo saudita, que disse: "Nós precisamos encontrar fontes alternativas, nós precisamos encontrar um novo modelo de desenvolvimento, porque um dia a economia do petróleo deixará de existir".

Nós não sabemos se acontecerá antes do fim das reservas, e, como eu disse, a Arábia Saudita tem 260 bilhões de barris de reserva certificada, o que se calcula poderia durar 80 anos, levando o atual nível de consumo. Mas é possível que a tecnologia chegue antes disso, e é a célebre frase: "A Idade da Pedra terminou antes que as pedras terminassem no Planeta".

Agora, por outro lado, Senador, é importante apontar que, nessa relação com os Estados Unidos, ainda que venham a cair as exportações de petróleo, outros países passaram a ter uma demanda muito grande, em decorrência do seu desenvolvimento, como é o caso da China, como é o caso da Índia; e da Coreia e do Japão, que são tradicionais parceiros e importadores da Arábia Saudita. Então, se bem é verdade que esse avanço do *shale gas* dos Estados Unidos pode tornar os Estados Unidos um país autossuficiente e não mais dependente da Arábia Saudita, encerrando essa parceria estratégica que data de 1945, outras fontes de demanda continuarão a existir, e, de fato, já é o que existe.

A segunda pergunta do senhor é relacionada à opção que os Emirados Árabes Unidos e Dubai fizeram em relação à Arábia Saudita. Eu concordo plenamente que os dois emirados foram muito sábios, já há duas ou três décadas, em optar por um novo modelo, sobretudo por sua localização geográfica. Esses países adotaram tarifas muito baixas de importação, o que permitiu que os portos ali se transformassem em entrepostos comerciais. E, se nós notarmos a região, ela é uma região absolutamente central para o comércio entre os continentes. Somado a isso, houve incentivo ao turismo, houve incentivo à atração de investimentos, o que tornou Dubai e os Emirados Árabes grandes polos de crescimento e de desenvolvimento na atualidade.

A Arábia Saudita tem suas peculiaridades, Senador. Por exemplo, não há possibilidade de realizar turismo na Arábia Saudita, a menos que seja para a *Perform Hadji*, como eles dizem, para visitar as mesquitas sagradas de Meca e Medina. Como o senhor sabe, pela religião islâmica, um muçulmano deve, pelo menos uma vez na vida, realizar uma visita às mesquitas sagradas, e existe todo ano um movimento de milhões de peregrinos que acorrem à Arábia Saudita para a *Perform Hadji*, para realizar esse mandado do Corão. Portanto, é um país que sequer tem visto de turista. Se um brasileiro chegar à Embaixada da Arábia Saudita e pleitear um visto de turista para visitar o país, não é possível. Os vistos lá ou são para estrangeiros que vão trabalhar no país, ou são para a comunidade diplomática, para homens de negócio e para os peregrinos que vão à *Perform Hadji*, que vão fazer sua peregrinação a Meca e a Medina. Então, nesse aspecto, o País tem muito a fazer e tem muito a avançar.

Com relação às perguntas do Senador Pedro Simon, de certa forma, eu já adiantei um pouco, Senador, quando comentei a questão das reservas de *shale gas* dos Estados Unidos e as reservas do Oriente Médio. É bem verdade que outras regiões surgiram na produção de petróleo, inclusive a região do pré-sal no Brasil, cuja exploração é bem mais complexa do que a exploração do petróleo na Arábia Saudita. Ou seja, diferentemente de quando se deu o embargo na década de 70, hoje, os países da Opep não têm mais o poder que tinham naquela época, porque as fontes de exploração de petróleo, as tecnologias de exploração de petróleo no Ártico, no pré-sal e no mar do Norte fizeram com que aquela exclusividade – digamos – que a região do Oriente Médio tinha fosse desaparecendo com o tempo. Então, eu acredito, voltando àquela discussão de se as reservas exauríveis acabarão antes da necessidade de petróleo, que certamente essas novas fontes, como é o caso do pré-sal e de outros campos e poços de petróleo no mundo, tiram aquele caráter quase de exclusividade que a Arábia Saudita e os países do Golfo tiveram no passado.

O segundo ponto que o Senador levanta é sobre as manifestações da Primavera Árabe e as repercussões que isso tem para a Arábia Saudita. É muito interessante, Senador, pois na Embaixada em Londres nós recebemos o correio diplomático mensal de diplomatas que vêm a Londres para trocar cheques do Banco do Brasil, pessoais e da Embaixada, por causa do embargo ao Irã. E, numa das primeiras vindas de um diplomata para essa missão em Londres, ele comentou comigo que, diferentemente da Primavera Árabe, no Irã as revoluções eram conhecidas como o despertar islâmico; ou seja, lá, na visão deles, a coisa que está ocorrendo no Oriente Médio é completamente diferente, e tudo se encaminha para a criação de regimes de base islâmica. Se serão fundamentalistas ou não, xiitas ou sunitas, não sabemos; mas, na percepção do Irã, que como nós sabemos é uma fonte importante no conflito que existe na Síria, por exemplo, a percepção que existe em relação à Primavera Árabe é completamente diferente.

E, como o senhor bem apontou, depois daquele momento de euforia que houve em fevereiro de 2011, com o primeiro país que foi a Tunísia, na expectativa de que os países rapidamente se transformariam em democracias nos moldes nossos de democracias ocidentais representativas, o processo foi ocorrendo, e as decepções se multiplicando.

Com relação às perguntas do Senador Cristovam Buarque, a quem muito agradeço. Eu concordo

com V. Exª que um país da relevância e do tamanho da Arábia Saudita deve pensar e certamente pensa as questões globais. Durante a minha missão, eu pretendo fazer informações e gestões e atuar no sentido de transmitir para o Governo brasileiro, nesses vários campos que V. Exª mencionou, qual é a posição, qual é a percepção do país e, se possível, juntar esforços, juntar cooperação naquelas áreas em que exista coincidência de opiniões e de posições.

O primeiro ponto que o senhor levantou é com relação aos desafios da Arábia Saudita. Na questão da educação, por exemplo, na Arábia Saudita há uma educação totalmente gratuita em todos os níveis. O sistema educacional, como aqui, é composto dos três níveis – primário, secundário e universitário –, porém, boa parte do currículo, dada essa junção do poder político e religioso no país, nas escolas, em todos os níveis, é dedicado ao Islã, sendo que, no ensino secundário, os alunos devem fazer, em algum momento, uma opção entre seguir a via técnica ou a via religiosa.

A frequência escolar por parte das meninas é menor do que a dos meninos, o que resulta num grau de alfabetização diferente, em que 85% dos meninos são alfabetizados, em contrapartida a 70% das meninas. Não obstante, Senador, a educação superior vem crescendo rapidamente no país, com a criação de um grande número de faculdades e universidades, sobretudo a partir do ano 2000.

A primeira universidade criada no país foi ainda nos anos 50, a Universidade Rei Saud, em 1957, seguida da Universidade Islâmica, em 1961, e da Universidade Rei ***Abdulaziz,*** em 1967.

As universidades dão ênfase aos currículos em ciência e tecnologia, estudos militares, religião e Medicina. Mas, obviamente, o maior número de faculdades no país se dedica aos estudos islâmicos, e as mulheres recebem educação universitária separada dos homens.

A segunda pergunta de V. Exª, sobre a Primavera Árabe, eu mais ou menos expus, muito simplificadamente, as minhas visões a respeito.

Especificamente no caso da Arábia Saudita, o país tem vários desafios na região, tanto em nível sub-regional do Golfo, como em nível regional, particularmente o conflito da Síria e o conflito Israel-Palestina.

A posição central, Senador, da Arábia Saudita, que atua sempre como um país moderador na região, é de evitar... E, por isso, no começo da minha apresentação, eu ressaltei a importância dos sunitas, da via sunita, que é predominante no país. A grande preocupação da Arábia Saudita, que atua como país moderador, é que a via sunita do islamismo prevaleça sobre a via xiita. Isso por quê? Porque, como no próprio país, como eu mencionei, 85% da população são de sunitas. E, naturalmente, se nós tomamos hoje o conflito da Síria, só para citar o exemplo, ali nós tivemos inicialmente manifestações pacíficas motivadas pela Primavera Árabe, que começaram a receber repressão por parte do regime Assad, o que acabou gerando uma situação hoje que eu não tenho dificuldade em classificar como guerra civil, na qual até mesmo os rebeldes se digladiam entre si. Então, além do Exército, que luta contra as forças de Assad, há vários grupos, inclusive influenciados pelo Hezbollah e pela Al-Qaeda, que estão se digladiando na região.

Analistas avaliam que a Arábia Saudita apoia, de alguma forma, os rebeldes – não se sabe exatamente qual facção –, mas sempre com essa preocupação central de evitar que o fundamentalismo e o islamismo xiita predominem na região. Isso porque eles têm um trauma. Se o senhor se recordar, em 1979, quando a mesquita de Meca foi invadida por islâmicos fundamentalistas baseados na doutrina não wahabita, mas salafita, isso gerou todo um movimento de retração no país e quase que a pergunta: "O que fizemos de errado? Se nós somos os protetores das duas mesquitas, por que esse grupo de sauditas invadiu um local sagrado, em nome da religião?"

Com relação à terceira pergunta, Senador, sobre a escassez de recursos naturais, eu concordo plenamente com o senhor, e a Arábia Saudita é um ponto onde a água é absolutamente crítica. O nível de chuvas é mínimo, chove só um pouquinho em janeiro, e, para o senhor ter uma ideia, para se encontrar água, é preciso perfurar no mínimo a mil metros de profundidade.

Quando eu lá servi há 20 anos, eu me lembro da minha chegada. Ao sobrevoar o território saudita, nós vimos grandes pivôs de plantação de trigo, tudo isso irrigado com água perfurada a mil metros de profundidade, porque eles tinham uma preocupação de segurança alimentar e de que o trigo era fundamental. À época, eles consumiam 4 milhões de toneladas de trigo, que eles tinham que produzir localmente. Da mesma forma, havia leite, produzido nas fazendas. E tudo isso demanda água.

Com o tempo, essas reservas foram-se exaurindo, e hoje se tornou uma decisão do governo saudita – e foi inclusive criado um fundo para esse fim –começar a produção de alimentos em outros países, e o Brasil figura na lista prioritária da Arábia Saudita como um potencial país produtor de alimentos e de grãos, e o excedente é exportado para a Arábia Saudita.

Então, a questão central que o Senador levanta sobre o problema da exaustão dos recursos naturais, no caso da água, ela é particularmente crítica na Arábia Saudita.

Com relação a esse ponto relacionado que o Senador levantou nas...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Embaixador, eles não trabalham com a dessalinização?

O SR. FLAVIO MAREGA – Eles trabalham com a dessalinização. É um país que tem usinas de dessalinização nos dois lados, tanto no Golfo, como no Mar Vermelho, mas, obviamente, a água dessalinizada se destina à população. Como nós sabemos, as usinas de dessalinização demandam muita energia, mas isso, naturalmente, não é um problema, porque eles basicamente queimam petróleo para fazer dessalinização da água.

Agora, o que eu referia, Senador, é que, como as usinas se encontram no Mar Vermelho e no Golfo, o trabalho que haveria para montar um sistema de irrigação e transportar essa água para o interior para produzir alimentos e bens agrícolas, seria muito grande. Então, eles optaram por essa via de cultivar no exterior. Já existem vários países na África, com grandes projetos sauditas, Indonésia e Filipinas produzindo arroz, e eu considero, Sr. Presidente, que esse é um campo muito grande para exploração de uma parceria com o Brasil, naturalmente numa modalidade diferente. Há uma modalidade, por exemplo, que eles aplicam na África, em que compram um pedaço de terra e uma empresa vem e explora sem nenhum benefício. Aqui, no Brasil, vejo sempre essa cooperação mediante uma parceria, mediante uma associação com algum grupo empresarial brasileiro.

Mas, voltando à questão da água, Senador, e da posição da Arábia Saudita sobre meio ambiente, em todas as propostas relacionadas a meio ambiente eles são sempre muito reticentes, justamente porque pode implicar o modelo da matriz atualmente predominante no mundo, que é a matriz baseada na economia do petróleo. Por exemplo, para o Brasil, é tão importante e central a questão de biocombustíveis, e, em aproximações que houve, eles nunca demonstraram muito interesse pela questão dos biocombustíveis.

Com relação ao terrorismo, já mencionei anteriormente, Senador Cristovam Buarque, que o primeiro choque que eles tiveram na evolução da Arábia Saudita foi essa invasão da mesquita de Meca, em 1979, que mudou a concepção e a forma de atuar do governo saudita, com repercussões sobre a sociedade. Mas, mais recentemente, depois dos ataques de 11 de setembro aos Estados Unidos, eles passaram a ter uma preocupação muito grande com terrorismo, inclusive porque estrangeiros na Arábia Saudita passaram a ser alvo – estrangeiros, executivos, pessoas que estavam a trabalho lá – de ataques terroristas. E a Arábia Saudita foi um dos países que propôs, patrocinou a convenção contra o terrorismo, esteve à frente disso, à qual o Brasil já aderiu também. Ou seja, existe, sim, uma preocupação muito grande com a questão terrorista, pelo desequilíbrio, pela desestabilização que pode gerar no país.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Permita-me, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pois não, Senador.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Sobre as perguntas que fiz, aliás, os temas – a pergunta foi uma só –, como é a Arábia Saudita no cenário internacional? Por exemplo, em relação a terrorismo. Estou menos preocupado com o que eles estão fazendo para dentro, para evitar o terrorismo interno, do que... Minha pergunta concreta: eles colaboram com o processo de segurança internacional, nos serviços de informação contra terrorista, na captura de terrorista? Ou seja, estou interessado em saber qual é o papel da Arábia Saudita no cenário internacional em cada um desses temas. O terrorismo mostra bem. Qual é a colaboração deles ou a predisposição a colaborar que eles têm com as demais nações do mundo?

O SR. FLAVIO MAREGA – Sim. Com relação à convenção sobre o terrorismo, sendo uma convenção, ela é um compromisso internacional que obriga, inclusive, a Arábia Saudita, entendo eu, em relação às determinações que estão ali. Não é uma convenção que eu conheça a fundo, mas me comprometo a levantar maiores informações e transmitir a V. Exª posteriormente; especificamente neste caso, sobre qual é o grau de cooperação que eles realizam em nível internacional com os outros países.

Pergunto a V. Exª se eu continuo os outros itens que foram levantados.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Se tiver disposição, e o Presidente considerar que há tempo, porque já é quase meio-dia; ou, rapidamente, cada um dos outros. Mas muito nessa ótica global.

O SR. FLAVIO MAREGA – Um outro ponto é sobre direitos humanos, que também V. Exª levantou. Especificamente, V. Exª mencionou a questão dos direitos da mulher. A Arábia Saudita é constantemente criticada em relação aos direitos humanos, em especial sobre as questões relacionadas à posição das mulheres naquela sociedade. Também a questão da discriminação religiosa, também a falta de liberdade de culto e as atividades da polícia religiosa no país. Há

uma polícia responsável pelo cumprimento da *sharia*, dos costumes de acordo com a região islâmica naquele país. Tudo isso é motivo de crítica como sendo violação dos direitos humanos.

Mas é importante ressaltar – e aí, novamente, é atuação internacional do país, eles não estão preocupados apenas com a realidade interna – que, de 1996 a 2000, eles aderiram a todas as convenções da ONU sobre direitos humanos. Agora, curiosamente – eu acho que foi uma pergunta do Senador Eduardo Suplicy –, embora membros fundadores da ONU, eles não aderiram à Declaração Universal dos Direitos Humanos. Então, é um aspecto interessante a ressaltar.

Simultaneamente, Senador, aí sim, no plano interno, foi criada uma entidade, em 2004, a Sociedade Nacional para os Direitos Humanos, que procura, de alguma forma, encaminhar a questão da violação dos direitos humanos, em seus vários matizes, na Arábia Saudita. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – V. Exª encerrou?

O SR. FLÁVIO MAREGA – Sim, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – De acordo com o disposto no inciso IV do art. 52 da Constituição Federal, combinado com o §1º do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, a reunião da Comissão será transformada em secreta.

Designo o Senador Luiz Henrique para atuar como secretário do processo escrutinador, juntamente com o Senador Pedro Simon, se puder nos ajudar, após efetivar o seu voto.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senador,...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Senador Armando, indago se V. Exª poderia votar. *(Pausa.)*

Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Enquanto se apuram votos e tendo em vista que somos poucos Senadores, eu quero apresentar, fora da pauta, um requerimento. Posso fazê-lo?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Claro.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – É o seguinte: esta Comissão está sendo muito concentrada, apesar de o senhor ter um papel muito importante em complementar a parte de defesa nacional, mas às vezes a gente fica...

(Iniciada às 10 horas e 6 minutos, a reunião é tornada secreta às 12 horas e 10 minutos e reaberta às 12 horas e 12 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – A reunião está reaberta na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que acaba de concluir a sabatina do Embaixador Flavio Marega.

Comunico às S. Exªs e a todos que nos acompanham que o Embaixador Flavio Marega, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino Unido da Arábia Saudita e, cumulativamente, junto à República do Iêmen, obteve aprovação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Desejamos a S. Exª muito êxito...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Por unanimidade, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – ...todo sucesso, o que comprova seguramente o acerto da indicação do nome de V. Exª por parte da Presidência da República, em razão de uma vida devotada, de uma experiência acumulada, e o nosso desejo é de que V. Exª seja mais uma vez vitorioso à frente da missão diplomática do nosso País no Reino da Arábia Saudita, e que os planos e os programas que V. Exª têm, todos eles muito ousados e arrojados, possam materializar-se.

Do ponto de vista da Comissão e do Senado, estaremos torcendo e à disposição de V. Exª para que tudo isso possa materializar-se no seu tempo.

Parabéns, meus cumprimentos. Bom trabalho a V. Exª.

O Senador Cristovam Buarque pede a palavra para que nós possamos aprovar, extrapauta, um requerimento.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – O meu requerimento, de uma maneira muito simples, é para que debatamos aqui com especialistas e – por sugestão sua, eu diria, o nome é meu, mas a intenção é sua – alguns ativistas, sobre o que está acontecendo com essas manifestações e as consequências que elas podem ter para inviabilizar o funcionamento não das instituições – repito –, mas do sistema social: paralisação de aeroportos, de estradas, queima de ônibus. Nós estamos vendo que a sociedade...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Depredação de patrimônio público e de patrimônio privado.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Depredação de patrimônio público e de patrimônio privado, e as consequências disso, para não ficarmos assistindo, sem entender, ao que está acontecendo.

Ficar impotente, bem, mas ficar sem entender é péssimo. E ficar insensível é imperdoável.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Vamos, portanto, colocar em discussão o requerimento do Senador Cristovam Buarque.

Em discussão. (*Pausa.*)

As Srªs e os Srs. Senadores que desejam discutir... Não havendo quem queira discutir, fica aprovado, portanto, em votação o requerimento de V. Exª.

Vamos combinar agora os nomes e os especialistas para que nós possamos ter uma audiência pública aqui nesta Comissão para o entendimento desse fenômeno que nós estamos vendo sacudir as cidades brasileiras. Esse misto de manifestação com cenas de violência, com cenas de vandalismo.

Portanto, fica aprovado o requerimento de V. Exª. Vamos agora ultimar os detalhes e os nomes para que a gente possa fazer essa reunião. Cumprimento V. Exª pela oportunidade da iniciativa.

(É o seguinte o item aprovado:

EXTRAPAUTA

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 107, DE 2013

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com os artigos 90, inciso II e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE, com a finalidade de debater o quadro das diversas mobilizações que tomam conta do Brasil desde junho passado, que pacificamente manifestam descontentamento com o estado das coisas e grupos violentos que manifestam a raiva quebrando propriedades públicas e privadas.

Este clima, aliado ao uso das ferramentas em torno da internet podem gerar insegurança geral e permanente. Por esta razão, venho requerer uma audiência nesta Comissão de Defesa Nacional com a participação de especialistas e de ativistas para debater este assunto.

Para tanto sugiro convidar:

– Sr. José Mariano Benincá Beltrame, Secretaria de Segurança do Estado do Rio de Janeiro;

– Sr. Elimar Nascimento, UnB;

– Sra. Maria da Glória Marcondes Gohn, Unicamp;

– Nina Cappello, Movimento Passe Livre; e

– Leonardo Carrato, Mídia Ninja/DF

Autoria: Senador Cristovam Buarque.)

Não havendo mais nada a tratar, vamos encerrar a presente reunião.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 6 minutos, a reunião é tornada secreta às 12 horas e 10 minutos, reaberta às 12 horas e 12 minutos e encerrada às 12 horas e 16 minutos.)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 47ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE OUTUBRO DE 2013, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NO PLENÁRIO 7 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA

Às dez horas e quinze minutos do dia dezessete de outubro de dois mil e treze, no plenário sete, sob a Presidência do Senhor Senador **Ricardo Ferraço**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senhores Senadores **Jorge Viana, Eduardo Suplicy, Vanessa Grazziotin, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Jarbas Vasconcelos, Pedro Simon, Francisco Dornelles, Paulo Bauer, José Agripino, Cyro Miranda, Mozarildo Cavalcanti, Delcídio do Amaral, Randolfe Rodrigues, Sérgio Souza, Roberto Requião, Romero Jucá, Ana Amélia, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro, Osvaldo Sobrinho e Armando Monteiro**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Assina a lista o Senador não-membro **Wellington Dias**. O Presidente declara aberta a Reunião e submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das Atas das reuniões anteriores, que são dadas como lidas e aprovadas. O Presidente faz pronunciamento a respeito da atual situação no Oriente Médio, em especial no Irã, destacando a postura do novo governo deste país. Usam da palavra os Senadores Mozarildo Cavalcanti e Ana Amélia. Em seguida, passa-se à deliberação do item **EXTRAPAUTA: ITEM 2** – **REQUERIMENTO Nº 1218, de 2013**, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que "Requer, com base nos artigos 13 e 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa, entre os dias 28 de outubro e 1º de novembro de 2013, para a realização de visita às empresas vinculadas ao programa PROSUB, na França, a convite do Ministério da Defesa daquele país, e comunica, nos termos do artigo 39 do referido Regimento, que estará ausente do País no período de 28 de outubro de 2013 a 1º de novembro de 2013*".* O Presidente concede a palavra à relatora, Senadora Ana Amélia,

que profere o relatório. Aprovado relatório que passa a constituir Parecer da Comissão pela aprovação da matéria. **ITEM 3 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 108, de 2013,** de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que "Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública perante esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com as presenças dos Comandantes da Marinha, Almirante-de-Esquadra Julio Soares de Moura Neto; do Exército, General-de-Exército Enzo Martins Peri; e da Aeronáutica, Tenente-Brigadeiro-do-Ar Juniti Saito. O objetivo é discutir e buscar soluções com respeito aos baixos valores dos orçamentos das três Forças Armadas, previstos para 2014, absolutamente insuficientes para atender as necessidades da Defesa Nacional". Aprovado. **ITEM 4** – **REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 109, de 2013,** de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que "Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, com a presença do Senhor Jorge Chediek, Coordenador Residente do Sistema Nações Unidas no Brasil e Representante Residente do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD – para explanar sobre os programas desenvolvidos pela entidade no Brasil." Aprovado. **PAUTA: ITEM 1 – MENSAGEM (SF) Nº 68, de 2013,** de autoria da Presidenta da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor RUY CARLOS PEREIRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Bolivariana da Venezuela." Sabatina realizada. O Presidente convida o Embaixador **Ruy Carlos Pereira** a compor a Mesa e fazer sua exposição. Usam a palavra os Senadores Roberto Requião, José Agripino, Jarbas Vasconcelos, Mozarildo Cavalcanti, Jorge Viana, Romero Jucá, Cristovam Buarque, Aloysio Nunes Ferreira, Randolfe Rodrigues e Pedro Simon. Às onze horas e quarenta e quatro minutos, a presidência é assumida pelo Senador Mozarildo Cavalcanti. Às doze horas e dez minutos a presidência é reassumida pelo Senador Ricardo Ferraço. A reunião é tornada secreta às treze horas e quatro minutos e reaberta às treze horas e oito minutos. Atua como secretário a Senador Jorge Viana e como escrutinadores os Senadores Roberto Requião e Jorge Viana. O Presidente comunica a deliberação, pela Comissão, do Embaixador indicado. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às treze horas e dez minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no *Diário do Senado Federal.* – Senador **Ricardo Ferraço,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Havendo número regimental, declaro aberta a 47ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Cumprimento as Srªs e os Srs. Senadores.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata das reuniões anteriores.

As Srªs e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

A dinâmica internacional sempre tem potencial para a apresentação de surpresas. A situação geral no Oriente Médio continua dramática. A guerra civil na Síria ainda está sem indícios de arrefecimento, o Estado líbio à beira de cair na anarquia tribal. O frágil Estado afegão prepara-se para retirada das tropas da OTAN em 2014. Verifica-se o recrudescimento de violência sectária no Iraque. A instabilidade política no Egito segue em fase de radicalização. A retórica israelense prossegue tensa. Contudo, há uma notável exceção no conturbado quadro político regional que merece ser acompanhado atentamente por nossas autoridades e louvada pelo que encerra de esperança de paz com importantes implicações para todo o mundo.

Esta semana, o Irã e potências ocidentais retomaram as negociações sobre o futuro do programa nuclear iraniano. Os encontros ocorrem em Genebra, entre representantes do grupo denominado P5+1, que inclui os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas (EUA, Rússia, China, França, Reino Unido), além da Alemanha. O clima de aparente distensão política observado entre as reuniões de Genebra teve início da fase da abertura da atual Assembleia das Nações Unidas ocorrida em Nova York, a partir de setembro do corrente ano. A primeira rodada dessas conversações em Genebra terminou em clima otimista, com declarações animadoras e com nova reunião prevista para novembro. Os participantes ocidentais reconheceram que as tratativas foram substantivas e promissoras.

É preciso recordar que, em Nova York, o novo Presidente do Irã surpreendeu a Assembleia Geral com um discurso moderado, em que não faltaram acenos de que o novo mandatário desejava reabrir o diálogo com as potências ocidentais em temáticas especial-

mente delicadas cuja falta de solução ameaçava levar à escalada militar, o que teria graves consequências para a região e para o mundo.

É notável que, após mais de três décadas de relações conflituosas com Washington e seu aliados, uma das primeiras iniciativas do novo presidente iraniano, no que toca à agenda internacional, tenha sido telefonar para o Presidente Barack Obama, num gesto de boa vontade política recheado de simbolismo, eis que o último contato direto entre os presidentes dos respectivos países, Irã e Estados Unidos, ocorreu antes da Revolução Islâmica, em 1979.

Eleito em junho último, o Presidente do Irã chegou ao poder sinalizando mudanças na atitude de Teerã para com o Ocidente. Já ao longo da campanha presidencial, o então candidato prometeu convencer seus interlocutores a derrubarem as duras sanções que, há décadas, empobrecem a nação iraniana por meio de entraves às suas exportações de petróleo. Além do embargo ao petróleo iraniano imposto pelos EUA e pela União Europeia, o Irã foi excluído do sistema mundial de transações bancárias, medida grave que, entre outros efeitos, impede a repatriação da receita do petróleo depositada em bancos estrangeiros. No ano passado, por exemplo, o governo norte-americano impôs multa de quase US$2 bilhões em desfavor do banco HSBC, que teria desrespeitado as sanções impostas por Washington contra Teerã.

Por sua vez, o grupo dos P5+1, apesar de notórias divergências entre seus membros exige medidas concretas dos iranianos, entre as quais: a diminuição do grau de pureza do urânio enriquecido; inspeção mais intrusiva de suas instalações nucleares; descarte de urânio enriquecido em grau médio; e a assinatura, finalmente, do Protocolo Adicional do TNP.

A proposta apresentada pelo governo iraniano no início desta semana tem como título: "Um fim para uma crise desnecessária, um início para novos horizontes". Os iranianos desejam convencer a comunidade internacional de que o programa nuclear desenvolvido por Teerã tem fins exclusivamente pacíficos e civis. Em troca do reconhecimento e da aceitação ao programa nuclear iraniano, o líder supremo do país, teria se comprometido a decretar um *fatwa*, ou decreto religioso, banindo armas atômicas em seu país.

A comunidade internacional tem justificado motivo para estar esperançosa com o início das negociações de Genebra entre os Estados Unidos e o Irã. Após quase uma década de conflitos, grande parte acirrados pelo tom belicoso e pelas personalidades histriônicas de ex-presidentes, o ambiente das negociações de Genebra parece verdadeiramente propício ao entendimento. É certo que o histórico das negociações frustradas entre o Irã e a comunidade internacional recomenda cautela quanto às expectativas para um desfecho adequado do impasse. Mas há novos elementos nesse tabuleiro que precisam ser saudados pelo que evidenciam de mudanças mais profundas na política iraniana.

O novo presidente iraniano foi eleito com base em plataforma política nitidamente moderada, tendo vencido o pleito com ampla margem de votos. Esse fato por si é revelador de mudanças no ambiente político interno do Irã. A sociedade iraniana mostra-se cansada do tom provocador-populista desempenhado pelo ex-presidente. Ademais, ao contrário do que ocorrera em negociações passadas, há sinais de que o próprio aiatolá, em sinal de boa vontade com a comunidade internacional, estaria incentivando essa nova atitude do atual e recém presidente eleito.

Trago essa comunicação às S. Exªs, Senadoras e Senadores, para que nós possamos aqui compartilhar o acompanhamento dessas promissoras iniciativas que, esperamos, sejam bem-sucedidas entre esses dois países com quem o nosso País mantém relações diplomáticas.

Agradecendo a atenção das senhoras e dos senhores, de imediato, passo a palavra à Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Caro Presidente, eu queria cumprimentá-lo pela abordagem desse tema, não só complexo, mas bastante delicado e que tem impacto em todo o Planeta, e pela posição brasileira renovada do uso pacífico da energia nuclear.

Eu queria também dizer a V. Exª, cumprimentando-o pela abordagem, que tive a honra, junto com o Senador Jarbas Vasconcelos, Vice-Presidente desta Comissão de Relações Exteriores, de participar da 129ª Assembleia Geral da UIP (União Interparlamentar), realizada em Genebra, na Suíça, quando a questão síria, sobretudo os aspectos relacionados ao sofrimento e à situação dos milhares de refugiados que se encontram ou na Jordânia ou no Líbano ou em outras partes do mundo, foi amplamente debatida.

A proposta que o Uruguai ofereceu de uma questão mais voltada a um combate à guerra da espionagem ou à guerra cibernética, propriamente dita, não foi acolhida. Nós, a delegação brasileira, decidimos votar na proposta uruguaia não só como solidariedade, mas pela relevância do tema, porque a própria Presidente da República havia abordado a questão durante o seu pronunciamento na Assembleia Geral das Nações Unidas.

De qualquer modo, sobre o tema Síria, a crise da Síria, nós renovamos o desejo de que a solução para o conflito naquele país seja pela via pacífica político-

-diplomática, não pela via militar. A questão relacionada ao uso de armas químicas foi a tese vencedora, apresentada pelos países nórdicos.

Informamos lá, durante a exposição sobre a situação dos refugiados, que é dramática, é realmente dramática, porque impactou sobre a realidade dos países que abrigam esses refugiados, como é o caso da Jordânia e também do próprio Líbano. O Brasil vem fazendo, em apoio a isso, até mudança de algumas regras em relação ao Conare (Conselho Nacional dos Refugiados), para assegurar a facilitação daqueles que se identificarem e disserem que são refugiados sírios.

Esse é um item.

O outro item que eu queira abordar, Presidente Ricardo Ferraço, é que ontem representei a Comissão de Relações Exteriores num encontro promovido pelo Comandante da Força Aérea Brasileira, Junito Saito, abordando a situação preocupante, no meu modo de ver, sobre a questão orçamentária para a área da Aeronáutica. Mas não é só a Aeronáutica. Também a Marinha e Exército estão vivendo dilemas gravíssimos em relação ao orçamento.

No caso da Aeronáutica, só para se ter uma ideia, o que está previsto para 2014, no Programa de Dotação Orçamentária, é praticamente a metade daquilo que está previsto para investimentos em projetos da Força Aérea. A Força Aérea tinha calculado, em projetos e manutenção, R$8,849 bilhões. No entanto, o Orçamento previsto para 2014 é quase a metade disso, R$4,807 bilhões.

Trago este tema a esta Comissão porque a Força Aérea está dependendo não só das emendas da Comissão, na área da Defesa – porque esta Comissão é de Relações Exteriores e Defesa Nacional –, mas também de emendas parlamentares, no caso de combustível e material aeronáutico.

Só para dar uma ideia da queda dos investimentos, no caso da recuperação e construção de instalações militares, a necessidade prevista e projetada pelo Comando Aeronáutico é de R$282,9 milhões, e a previsão, a projeção para o Orçamento é de R$66,7 milhões. É muito pouco.

E tivemos, agora, digamos, a saída de quatro aviões Boeing, que serviam para transmissão e para fazer a troca da tropa brasileira que está no Haiti – são 200 homens das três Armas (Exército, Marinha e Aeronáutica). Não havia o famoso Sucatão, o Boeing 707, adaptado para essa função militar, porque eles foram desativados, os quatro aviões, e nós não recuperamos essa frota aeronáutica. Portanto, não havia aviões, porque fazer em um avião Hércules essa transferência, essa vinda de volta para casa da tropa brasileira, demoraria no mínimo 2 meses. Qual foi a solução? Alugar um avião da Etiópia pelas Nações Unidas. A sexta economia do mundo, o Brasil! Penso que isso é extremamente grave. E mais grave é saber que, para 2014, estão previstos R$20 milhões. Vou repetir, Presidente: R$20 milhões para a defesa cibernética.

Então, é um pouco contraditório que o Governo mostre ao mundo a gravidade que é a invasão da privacidade, seja de autoridades, seja de um cidadão civil, o cidadão brasileiro ou qualquer cidadão, e não fazer o dever de casa nos investimentos necessários para isso. V. Exª conhece bem. Falamos muito sobre o Sisfron, que é importante, sobre defesa terrestre, sobre a guerra cibernética. Então, penso que esta Comissão deveria, sim, tratar dessa questão de modo extremamente prioritário.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Nós é que agradecemos a tempestividade e a oportunidade do registro que faz V. Exª, porque, nas últimas semanas, fomos convidados para esse debate nos nossos três Ministérios. Fomos convidados pelo Ministério da Marinha, fomos convidados pelo Comando da Marinha, pelo Comando da Aeronáutica e pelo Comando do Exército.

Não tivemos, ainda, essa interlocução com o Itamaraty para conhecermos as condições orçamentárias, os meios para que o Itamaraty continue conduzindo as suas estratégicas missões mundo afora.

Quero crer, com base nas considerações que faz V. Exª – e, de modo verbal, submeto isso às Srªs e aos Srs. Senadores –, que seria oportuno que realizássemos aqui uma audiência pública, com os nossos Comandantes, de modo que pudéssemos conhecer a conjuntura e a realidade dos nossos Comandos, assim como uma audiência pública, também, com o Itamaraty, para que pudéssemos tratar da estratégia que vamos aqui, como Comissão de Relações Exteriores e Defesa, conduzir na linha de oferecer não apenas solidariedade, mas caminhos e alternativas, de modo a fortalecer essas fragilidades que a Senadora Ana Amélia pôde relatar aqui em relação ao Comando da Aeronáutica, mas que também não é diferente no Comando do Exército e no Comando da Marinha.

Então, submeto, extrapauta, à consideração de V. Exªs que possamos ter aqui uma audiência pública de modo a debater a conjuntura dos orçamentos dos Comandos e Ministérios que estão afeitos ao escopo e objeto desta Comissão.

Com a palavra, o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR) – Sr. Presidente, é muito oportuna a matéria que a Senadora Ana Amélia trouxe aqui.

Estivemos, como disse V. Exª, há poucos dias, com o Comando do Exército. E, no meu Estado, a Aeronáutica é mais estratégica ainda. Eu diria assim: Exército e Aeronáutica são ambos importantes. Temos uma base aérea lá e temos, inclusive, aviões que estão superados.

Eu fico triste de ver que, todo ano, as Forças Armadas apelam para que nós apresentemos emendas ao Orçamento. Ora, se o Orçamento vem do Governo Federal, já devia vir prevendo as necessidades de todas as nossas Forças Armadas. Mas acho muito boa a sua ideia de fazermos uma audiência pública porque realmente temos que valorizar a situação das nossas Forças Armadas.

Vimos no Exército carência de pessoal, falta de dinheiro para fazer veículos funcionarem... Enfim, podíamos dizer, para usar uma palavra pesada, que está havendo um sucateamento das nossas Forças Armadas. Por isso acho muito importante, portanto, a proposição de V. Exª de fazermos a audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Vou submeter a V. Exªs...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu só queria dar três números aqui que podem ilustrar bem. O que está previsto no Orçamento para 2014...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – No caso do Comando da Aeronáutica?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Não, vou dar os três das três Armas. Exército, estão previstos R$5,8 bilhões; Marinha, R$4,8 bilhões; Aeronáutica, R$3,5 bilhões. Dá um total, nas três Armas, de R$14,1 bilhões. Só o Exército, considerando todos os projetos que tem, precisaria de R$21 bilhões.

Então, o senhor veja que é uma situação, realmente, de muita fragilidade em questão orçamentária numa área que não é só defesa, Presidente. Nós tratamos aqui nas audiências públicas. Todos os projetos das áreas militar e de defesa têm um grande impacto sobre a indústria nacional de inovação tecnológica, e aí é um ganho de qualidade com valor agregado.

Então, agradeço a sua cobertura e a do Senador Mozarildo também a essa abordagem aqui.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Em discussão, portanto, o requerimento extrapauta para que façamos aqui uma audiência pública tendo como objetivo o conhecimento da conjuntura orçamentária e financeira não apenas dos Comandos da Marinha, Exército e Aeronáutica, mas também da realidade orçamentária e financeira do Ministério das Relações Exteriores. Lembro que há requerimento do Senador Cristovam Buarque na linha de avaliarmos o impacto da desvalorização do real no orçamento do Ministério das Relações Exteriores.

Portanto, numa audiência como essa, poderíamos passar em revista essas questões estruturais da maior importância, pelo impacto dos programas que os nossos Comandos desenvolvem com grande repercussão na sociedade brasileira.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Solicito à Secretaria da Comissão que faça o contato com os Ministérios para que possamos organizar, quem sabe até para a próxima semana, considerando a urgência e a relevância do tema que a Senadora Ana Amélia compartilha.

(É o seguinte o requerimento extrapauta apreciado:

EXTRAPAUTA

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 108, DE 2013

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública perante esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com as presenças dos Comandantes da Marinha, Almirante-de-Esquadra Julio Soares de Moura Neto; do Exército, General-de-Exército Enzo Martins Peri; e da Aeronáutica, Tenente-Brigadeiro-do-Ar Juniti Saito. O objetivo é discutir e buscar soluções com respeito aos baixos valores dos orçamentos das três Forças Armadas, previstos para 2014, absolutamente insuficientes para atender as necessidades da Defesa Nacional.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço.)

Informa-me aqui a assessoria da Comissão que, na próxima semana, estaremos recebendo S. Exª o Chanceler Figueiredo, que virá a esta Comissão para apresentar suas diretrizes e para dialogarmos sobre os principais desafios da política externa brasileira. Vamos, então, na próxima quinta-feira, organizar esse debate com os Ministérios.

Ainda de forma extrapauta, estamos requerendo apoio para que, nos termos do Regimento, possamos ter a presença do Sr. Jorge Chediek, Coordenador Residente do Sistema das Nações Unidas no Brasil e Representante Residente do Programa das Nações Unidas para

o Desenvolvimento (PNUD), para explanação sobre programas de desenvolvimento sustentados em nosso País.

A convite do Sr. Embaixador, alguns Senadores puderam – articulado pelo Senador Cristovam – estar na Embaixada das Nações Unidas na semana anterior, e o Embaixador sinalizou interesse em vir a esta Comissão para compartilhar com os Srs. Senadores o conjunto de programas que as Nações Unidas estão desenvolvendo no Brasil, de modo a que esses programas pudessem ser apropriados pelo Senado.

Em discussão.

Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Só para justificar, lembrando que nós temos aqui que receber nossos embaixadores que vão para o exterior. De vez em quando, eu acho que valeria à pena a gente conversar, como já se tem feito aqui, e trazer os embaixadores. Mas o das Nações Unidas é especial porque é uma entidade que representa todos os países do mundo. Então, é algo para onde conflui todas as nossas preocupações. Além disso, é para as Nações Unidas que confluem os grandes problemas globais, os problemas das drogas, do tráfico, das dívidas, do meio ambiente.

Por isso, eu acho que seria extremamente positiva essa vinda aqui do Embaixador Jorge Chediek.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Em votação.

As Srªs e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

(É o seguinte o requerimento extrapauta apreciado:

EXTRAPAUTA

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 109, DE 2013

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, com a presença do Senhor Jorge Chediek, Coordenador Residente do Sistema Nações Unidas no Brasil e Representante Residente do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD – para explanar sobre os programas desenvolvidos pela entidade no Brasil.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço.)

Há também um requerimento extrapauta relacionado a convite que recebemos, por parte do Ministério da Defesa da França, para participarmos de agenda relacionada a construções de ações conjuntas entre o nosso País e a França, na construção do programa Prosub. Esse requerimento foi designado à Senadora Ana Amélia.

Consulto se V. Exª já está pronta para oferecer o relatório.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Sem dúvida, caro Presidente.

Srªs e Srs. Senadores, o Requerimento nº 1.218, de 2013, do Senador Ricardo Ferraço, nosso Presidente desta Comissão de Relações Exteriores, tem base nos arts. 13 e 40 do Regimento Interno do Senado e solicita sua licença dos trabalhos da Casa, entre os dias 28 de outubro e 1º de novembro de 2013, por ter sido convidado pelo Ministério da Defesa da França para participar da visita às empresas vinculadas ao programa Prosub, de submarinos, conforme convite em anexo. Comunica também que, nos termos do art. 39, inciso I, do mesmo diploma legal, estará ausente do País no período de 28 de outubro de 2013 a 1º de novembro de 2013.

O requerimento do Senador Ferraço está acompanhado do convite do General Engenheiro Stéphane Reb, Diretor do Desenvolvimento Internacional da Direção Geral do Armamento do Ministério da Defesa da República francesa.

Em cumprimento ao disposto no art. 39, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, o requerente comunica que estará ausente nesse período para atender exatamente a esse convite.

Diante do exposto, meu voto é pela aprovação deste Requerimento nº 1.218, de 2013.

Além da aprovação, é oportuno, Presidente, Senador Ricardo Ferraço, para fazer um pequeno comparativo entre o que o Ministério de Defesa da França e as Forças Armadas francesas fazem em relação a orçamento, comparativamente ao Brasil, nesta matéria de defesa.

Esse é o meu voto, pela aprovação do seu requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Em discussão. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

(É o seguinte o requerimento extrapauta apreciado:

EXTRAPAUTA

ITEM 2

REQUERIMENTO Nº 1218, de 2013

Requer, com base nos artigos 13 e 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa, entre os dias 28 de outubro e 1º de novembro de 2013, para a realização de visita às empresas vinculadas ao programa PROSUB, na França, a convite do Ministério da Defesa daquele país, e comunica, nos termos do artigo 39 do referido Regimento, que estará ausente do País no período de 28 de outubro de 2013 a 1º de novembro de 2013.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatório: Pela aprovação

Relatoria: Senadora Ana Amélia.)

Passemos ao item 1 da nossa pauta:

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 68, DE 2013
– NÃO TERMINATIVO –

Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor RUY CARLOS PEREIRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Bolivariana da Venezuela.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Roberto Requião

Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Observações:

1 – Em 10/10/2013 foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme a Resolução nº 41, de 2013-SF (anexa).

2 – A arguição do indicado a Chefe de missão diplomática será realizada nesta reunião.

3 – Relatoria Ad Hoc do Senador Luiz Henrique.

Convido, portanto, para que tome assento à Mesa, S. Exª o Embaixador Ruy Carlos Pereira, indicado para chefiar a missão diplomática brasileira na República Bolivariana da Venezuela.

Seja muito bem vindo, Sr. Embaixador.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

Eu peço desculpas ao nosso Embaixador Ruy Pereira – eu gostaria muito de estar presente nesta sabatina, pois convivemos muito no âmbito do Mercosul, em Montevidéu, em uma missão em que S. Exª desempenhou com muita dedicação, competência e afinco –, mas eu sou requerente de uma audiência pública na CAS que trata da questão relacionada à lenalidomida, que é um medicamento – há aqui um médico ao lado – para quem sofre do mieloma múltiplo – o Senador Suplicy tratou muito dos pacientes que têm...

Então, nós vamos ter essa audiência e unicamente por isso não ficarei na sabatina, desejando-lhe sucesso. Mas certamente passarei aqui na hora da votação, meu caro Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Nós que agradecemos a V. Exª e passo a palavra ao Embaixador Ruy Carlos Pereira para a sua exposição.

Com a palavra V. Exª.

O SR. RUY CARLOS PEREIRA – Muito obrigado, Sr. Presidente, na pessoa de quem saúdo as Srªs e os Srs. Senadores e todos os presentes, o Senador Jarbas Vasconcelos, Sr. Vice-Presidente da Comissão, o Senador Roberto Requião, digno Relator da Mensagem Presidencial, as Srªs Senadoras, os Srs. Senadores.

Caros colegas, amigos, senhoras e senhores, é com respeito ao cidadão e por esta Casa que venho ao Senado Federal, graças à honra que me concedeu a Presidenta Dilma Rousseff, para submeter-me à apreciação de V. Exªs e, caso aprovado, exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República Bolivariana da Venezuela.

Permita-me, Sr. Presidente, estender o meu reconhecimento especial ao Exmo Sr. Senador Roberto Requião, que muito me distinguiu ao assumir a relatoria, como já disse, da mensagem da Senhora Presidenta da República.

Sr. Presidente, como já disse, eu tentarei ser breve. O texto da minha apresentação inicial estará disponível para as Srªs Senadoras os Srs. Senadores e teremos oportunidade certamente de debater logo após as nossas relações com a Venezuela.

Não há como tratar com a Venezuela, Sr. Presidente, sem destacar a figura de Simón Bolívar, Presidente da República da grande Colômbia que, em 1819, unificava os territórios da Colômbia, do Equador, do Panamá e da Venezuela.

Simón Bolívar foi o líder do processo de independência da Venezuela e contou, nesse processo, com a ajuda – Senador Jarbas Vasconcelos, que está conosco e que o sabe muito bem – de um brasileiro, de um pernambucano. José Inácio de Abreu e Lima

lutou ao lado do libertador Simón Bolívar durante 14 anos. Ajudou-o a vencer as principais batalhas pela independência da Venezuela, em razão do que recebeu o título de General do Exército Bolivariano Venezuelano naquela época. Esse é um dado histórico que trago à consideração das Srªs Senadoras e dos Srs. Senadores para mostrar que a nossa conexão com a Venezuela vem de muito atrás, começa mesmo antes da independência.

Depois da morte de Bolívar, em 1830, sucederam-se 120 anos de estabilidade política, 120 anos de caudilhos e ditadores que, por mais de um século, governaram aquele país. Só em 1958, portanto, já no início da segunda metade do século passado, do século XX, instaura-se um processo democrático de alternância no poder dos chamados dois partidos tradicionais: a Ação Democrática e o Comitê de Organização Política Eleitoral Independente, mais conhecido – vários se lembrarão disto –, como Copei, com base em um pacto político conhecido como o Pacto de Punto Fijo. Muitos dizem que esse período democrático que vai se estendendo até o final dos anos 80, na verdade, era uma fachada democrática para um entendimento entre as oligarquias venezuelanas que assim se rotavam no poder dentro de uma arremedo de uma de democracia, mas que exerciam um poder que atendia relativamente pouco às expectativas populares no seu conjunto.

Venezuela viveu, como muitos países, na segunda metade do século XX, um auge econômico de 1950 até 1979, com base no *boom* do petróleo e, a partir de 1989. Entrou em um processo da chamada década perdida da América Latina. Essa década perdida, que nos marcou a todos, inclusive ao Brasil, resultou, na Venezuela, em um fenômeno ou em um evento tristemente conhecido, do qual certamente todos aqui terão lembrança, como Carazo, final do governo de Carlos Andrés Peréz. Uma grande revolta popular que resultou em 400 mortos nas ruas de Caracas, um protesto popular contra um importante aumento nos preços dos serviços públicos e dos combustíveis determinado pelo então Presidente Carlos Andrés Pérez. E nós estamos aí, portanto, já nos anos 80 passando para os 90.

Eu gostaria de lembrar que, enquanto isso acontecia na Venezuela, as nossas relações prosseguiam em uma trajetória de aproximação, de aprofundamento, Srªs Senadoras, Srs. Senadores.

Nos períodos dos governos do Senador José Sarney, Presidente da República, ele se encontrou com Jaime Lusinchi e tomou uma decisão muito importante, que foi estabelecer o compromisso da interconexão rodoviária entre o Brasil e a Venezuela, que não existia. Foi, finalmente, asfaltado na fronteira, na passagem, na fronteira de Santa Elena do Uairén, do lado venezuelano, e Pacaraima, do lado brasileiro, em Rondônia. Perdão, Roraima, desculpem. Eu sempre faço essa confusão, me desculpem. Espero que estando lá e podendo visitar pessoalmente, elimine essa confusão: Roraima.

Os Presidentes Fernando Collor e Carlos Andrés Pérez prosseguiram nessa linha de aproximação e aprofundamento das relações com a Venezuela, estabeleceram um mecanismo para consultas políticas de alto nível e acertaram facilidades para circulação de pessoas entre os dois países.

Em 1994, com o Protocolo La Guzmania, os Presidentes Rafael Caldera e Itamar Franco elevaram o patamar das relações bilaterais com uma nova agenda de integração comercial, física, energética, desenvolvimento fronteiriço e cooperação.

Ao longo dos dois mandatos do Presidente Fernando Henrique Cardoso, a aproximação bilateral teve continuidade. Assinaram-se mais 20 acordos entre o Brasil e a Venezuela e foi inaugurada a linha de transmissão da Usina Hidrelétrica de Guri até Boa Vista, que contribui e assegura para o abastecimento de energia para Roraima – corretamente, espero, agora estar falando – e para Boa Vista, sobretudo. Foi, finalmente, pavimentada a BR-174, que abriu extraordinárias possibilidades de negócio para o setor privado entre o Brasil e a Venezuela, inclusive linhas de ônibus de transporte de passageiros e carga, linhas de ônibus regulares diários entre Caracas e Manaus.

Eu pediria vênia de V. Exª, Sr. Presidente, V. Exªs Srªs Senadoras, Srs. Senadores, para sublinhar esta constatação que é muito importante reter: o estreitamente e o aprofundamento das relações com a Venezuela se dão em uma trajetória histórica ditada pela prevalência de políticas de interesse de Estado nos dois países e que se impõe e se sobrepõe às circunstâncias políticas dos governantes de turno de um e de outro lado da fronteira. Isso é importante porque permite, por exemplo, constatar que, mesmo no contexto de segundo mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso, dá-se o início do governo do Presidente Chávez na Venezuela, porque venceu as eleições presidenciais de 1998.

O Brasil, naquele momento, tem um papel muito importante em afirmar a vigência da democracia venezuelana, porque, no golpe Pedro Carmona, em 2002, o Brasil foi uma das vozes que se levantou no mundo contra o golpe. E nós não só nos manifestamos contra o golpe, como, além disso, lideramos a criação de um mecanismo político de apoio à democracia na Venezuela e da construção de um diálogo entre o governo e a oposição para encontrar uma solução pacífica para as sequelas do golpe.

V. Exªs certamente se lembrarão que o Presidente Pedro Carmona se autodeclarou presidente. Era um empresário, Presidente da Federação da Câmara de Comércio da Venezuela, se autodeclarou Presidente, dissolveu a Assembleia Nacional, demitiu todo o Ministério, demitiu o Procurador-Geral da República e demitiu os ministros da Suprema Corte de Justiça. E o Brasil, com a quase totalidade da comunidade internacional, nós nos levantamos contra esse atentado à democracia venezuelana – porque o foi – e lideramos um consenso, um concerto de nações para buscar uma solução pacífica no famoso – V. Exªs certamente se recordarão – Grupo de Amigos do Secretário-Geral da OEA, mais conhecido como Grupo de Amigos. Éramos Brasil, Estados Unidos, México, Chile, Espanha e Portugal. Juntamo-nos para aproximar oposição e governo e procurar uma solução para as sequelas da crise, que era grande e importante.

Esse grupo, como V. Exªs se recordarão, conseguiu compor um compromisso entre governo e oposição, Sr. Presidente, para promover um referendo revocatório do mandato do Presidente Chávez, que aconteceu em 2004. V. Exªs sabem que, pela constituição venezuelana de 1999, existe essa figura do referendo revocatório, que é uma forma de exercício direto da democracia pelo povo, porque todos os mandatos eletivos, sem exceção, na Venezuela, podem ser submetidos, ao final da sua primeira metade, a um referendo popular, que pode resultar na revocação do mandato eletivo, que é objeto do referendo. E esse referendo pode ser convocado pelo Presidente da República por uma decisão do Conselho de Ministros, pela Assembleia Nacional, por maioria simples, ou pela cidadania, pela população, se conseguir reunir 10% das assinaturas dos inscritos no registro nacional eleitoral. Pois muito bem! Fez-se o referendo revocatório em 2004. O Presidente Chávez venceu o referendo com 59% dos votos.

Eu não vou me estender sobre a trajetória político-eleitoral do Presidente Chávez, porque é de todos conhecida, e que vem nos trazer praticamente ao ano passado, porque, como sabemos, o Presidente Chávez foi reeleito sucessivamente.

O que eu gostaria também de deixar marcado, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, é que, no meio de todo esse atribulado período de conturbação institucional e política, em que os Estados Unidos, por exemplo, tomaram posições com uma certa oscilação, há um dado muito relevante, importante que, creio, nós devemos reter: os Estados Unidos jamais permitiram que os seus desentendimentos ocasionais com os governos de turno em Caracas corroessem a sua posição fundamental de principal parceiro comercial da Venezuela. Os Estados Unidos são o principal parceiro comercial da Venezuela, os Estados Unidos são o principal destino das exportações da Venezuela e os Estados Unidos pagam à vista as exportações que recebem, basicamente de petróleo e combustíveis, da Venezuela.

Acho que essa também é uma mensagem que eu agregaria àquela noção de continuidade de trajetória, o fato de que é preciso preservar a convicção clara dos interesses de Estado por sobre as desinteligências circunstanciais que podem – e não só podem, sabemos nós –, que ocorrem reiteradamente nas relações entre os países.

Tampouco gostaria de deixar de mencionar que os Presidentes Lula da Silva e Hugo Chávez deram novo impulso às relações bilaterais. Estabeleceu-se uma aliança estratégica, assim chamada, uma condição que, no momento em que se estabelece essa aliança, o Brasil só tinha com a Argentina – isso é importante, e, mais adiante, vou mencionar por que devemos reter também esta ideia. O comércio e os fluxos de investimentos bilaterais se expandiram e alcançaram níveis sem precedentes. As exportações brasileiras se multiplicaram por oito vezes, passando para US$5 bilhões em cinco anos. As nossas importações da Venezuela aumentaram sete vezes, em sete anos, para US$1,3 bilhão. E é importante saber que nós temos com a Venezuela o segundo maior superávit comercial do Brasil. Só a China tem um superávit maior do que o nosso.

Mas há outro elemento que é importante reter: a nossa pauta exportadora para a China, sabemos todos, é uma pauta, digamos, em que predominam os produtos primários, é uma pauta primarizada; ao passo que a nossa pauta de exportações para a Venezuela, em mais de 60%, 65%, é de produtos manufaturados de alto valor agregado, como aeronaves, veículos, máquinas e equipamentos, inclusive máquinas e equipamentos para o setor elétrico, que, como sabemos, é uma deficiência estrutural importantíssima que tem a Venezuela. Acho que esse é um campo de cooperação que se abre, sem dúvida nenhuma, para o Brasil e, sobretudo, para as empresas brasileiras e para a indústria brasileira e, naturalmente, para os Estados brasileiros, onde o tecido industrial é mais presente na economia local.

Para que tenhamos uma ideia, nos últimos dez anos, assinaram-se 70 acordos, nos mais variados campos, com a Venezuela. Provavelmente, teremos assinado, de 1980 para cá, quase o triplo do número de acordos que firmamos entre Brasil e Venezuela desde a Independência até 1980. Isso demonstra a aceleração crescente e o aprofundamento importante da relação bilateral.

Eu vou dar um salto porque entendo que podemos, se for o caso, voltar a tratar de aspectos com maior aprofundamento quando V. Exªs se dispuserem a pedir-me algum esclarecimento adicional.

Eu gostaria de frisar um ponto muito importante que é uma consideração de natureza estratégica. A Venezuela, como o Brasil, tem a integração regional como mandamento, mandato constitucional. Está na nossa Constituição que a política externa brasileira não pode deixar de *bregar* pela integração regional, e, da mesma forma, isso está na constituição venezuelana, com um agregado muito importante, entendo eu, que é a dimensão caribenha.

E V. Exªs me permitam o registro que responde à linha que estou tentando traçar da continuidade do interesse estratégico da relação bilateral.

Eu fui o responsável pela campanha para a eleição do Embaixador Roberto Azevêdo para a direção geral da OMC. O então chanceler Antonio Patriota me chamou no final de janeiro, início de fevereiro, e pediu que me deslocasse de Montevidéu para Brasília. Eu sou ainda Embaixador do Brasil junto ao Mercosul e à Aladi, como sabem todos, e trabalhei durante seis meses com o que o Itamaraty conseguiu reunir de melhor em termos de recursos e, sobretudo, de pessoal. Éramos quase 35 funcionários arrecadados ou reunidos de toda rede de postos no exterior e na Secretaria de Estado em Brasília para levar o Embaixador Roberto Azevêdo e o Brasil a esta posição sem precedentes: colocar um representante do mundo em desenvolvimento numa das quatro instituições de Bretton Woods, as instituições reitoras da ordem internacional criadas, negociadas e estabelecidas pelos vencedores da Segunda Guerra Mundial.

Foi muito importante poder contar com o apoio estratégico da Venezuela para as nossas gestões, no Caribe e em parte da América Central, em apoio à candidatura brasileira. E essa presença venezuelana no Caribe, que é histórica também, é um elemento adicional de valor estratégico que vamos incorporando a nossa presença na região, na medida em que vamos aprofundando as nossas relações bilaterais com a Venezuela. Mas essa aproximação com a Venezuela não se restringe a vantagens e benefícios no campo das relações diplomáticas, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores. Há interesses concretos no campo empresarial atendidos e propulsados por essa maior aproximação.

Sabem V. Exªs que o governo venezuelano está empenhado no que eu denomino de a "despetrolização" da Venezuela, da economia venezuelana. E essa "despetrolização" em um país em que 97% das suas exportações são de combustível e que importa quase tudo abre para uma potência industrial e de agrobusiness como o Brasil oportunidade extraordinárias.

Os dados do intercâmbio bilateral são eloquentes. Nós exportamos US$5 bilhões, como já disse, em 2012, para a Venezuela e de lá importamos US$1bilhão. Como já disse, temos o mais importante superávit com a Venezuela, depois do superávit que temos com a China. Temos uma posição destacadíssima na área de exportação se serviços, em áreas de construção civil e infraestrutura.

Construção civil merece nota o programa de *vivendas* para pessoas de baixa, famílias de baixa renda do governo venezuelano é provavelmente hoje, ao lado da exportação de petróleo, o mais importante motor da economia venezuelana. E as nossas empresas têm um papel de colaboração e de presença nesse segmento importantíssimo da economia venezuelana, que, ademais, não só é um papel que lhes cabe como é um papel que aproveitam.

Temos negócios e projetos em andamento na área da indústria, da agricultura, da infraestrutura de transportes, da energia elétrica, do desenvolvimento integrado de bacias hidrográficas, há três ou quatro projetos importantes de desenvolvimentos de bacias hidrográficos, Srªs e Srs. Senadores. Só nesse campo são seis US$6 bilhões; só nesse item.

Mas também trabalhamos na área do setor público, porque temos também cooperação na área pública em energia, em agropecuária – a Embrapa tem um escritório em Caracas –, na indústria, temas sociais. A Caixa Econômica Federal está trabalhando para estruturar o sistema de crédito habitacional na Venezuela. Temos iniciativa sobre pesquisa e planejamento econômico, o Ipea, também tem presença permanente em Caracas.

Assuntos fronteiriços de todo o interesse. É uma das zonas fronteiriças mais carentes que temos no Brasil, e é uma das mais extensas linhas fronteiriças que temos, são quase 2.300km² de fronteira terrestre em uma área maiormente desabitada com poucos núcleos populacionais. A cooperação bilateral em desenvolvimento fronteiriço é uma responsabilidade que não podemos abandonar porque tem a ver com a qualidade de vida dos nossos concidadãos, dos nossos lados da fronteira.

Saúde e meio ambiente, ciência e tecnologia. Sabem V. Exªs que a Venezuela adotou a norma nipo-brasileira para a implantação do sinal de televisão digital e, com isso, vem não só o sinal, mas todo o conjunto de equipamentos acoplados a uma decisão dessa natureza.

Vou terminando, Sr. Presidente.

Não quero deixar de mencionar o quanto é importante a participação da Venezuela no Mercosul. V. Exª mesmo, há poucos dias atrás, teve a oportunidade de ser manifestar quando da visita do Presidente Cartes a Brasília com considerações sobre as circunstâncias que existiram nas relações entre os países do Mercosul desde junho, julho de 2012. Mas eu gostaria de recordar que o chanceler da Venezuela esteve semana passada em Assunção e ele e o Presidente Cartes, que o recebeu como enviado do Presidente Maduro, resolveram superar essa página, olhar para frente e voltar a incorporar plenamente ao Mercosul o Paraguai e também avançar de maneira importante com o processo de adesão da Venezuela.

A Venezuela no Mercosul estende o Mercosul, amplia, estica o Mercosul até o Caribe e faz com que o Mercosul seja 80% do Produto Interno Bruto da América do Sul, 72% do território, 70% da população, 58% do investimento estrangeiro direto e 65% do comércio exterior da região. O Mercosul passa a ter quase 20% das reservas provadas mundiais de petróleo, sem contar o nosso pré-sal, e 16% das reservas recuperáveis de xisto, não necessito mencionar a biodiversidade e recursos hídricos, o Brasil é o maior detentor de recursos hídricos do Planeta.

O que eu acho – e aqui, o Senador Mozarildo Cavalcanti me compreenderá perfeitamente – mais relevante é que o Mercosul desloca para o norte, Senador Agripino, o epicentro geográfico, a entrada da Venezuela, o epicentro geográfico do Mercosul. E isso não menoscaba absolutamente nada a importância extraordinária que tem o Mercosul para o tecido econômico da Região Sul e da Região Sudeste do Brasil, mas agrega interesses, e possibilidades, e negócios, e oportunidades aos Estados do Norte e do Nordeste do Brasil.

E um dado relevante. Quando eu fui me preparar para esta conversa com V. Exªs, aprendi – eu não sabia – que a primeira exportadora, a primeira empresa exportadora do Brasil para a Venezuela se encontra no Pará e que quatro das seis maiores empresas exportadoras do Brasil para a Venezuela se encontram estabelecidas na Região Norte do País, não estão no Sul nem no Sudeste. Portanto, é essa translação para o norte do epicentro geográfico do Mercosul, com a entrada da Venezuela, que trará, sem dúvida nenhuma, um conjunto enorme de oportunidades e de benefícios para uma das regiões mais carentes do Brasil, sabemos nós todos, que é justamente a Região Norte.

A Venezuela agrega US$27 milhões já ao Fundo de Compensação Estrutural do Mercosul, que poderão ser dedicados a projetos, por exemplo, na área fronteiriça...

(Interrupção do som.)

O SR. RUY CARLOS PEREIRA –... posição.

As relações com a Venezuela têm o signo da continuidade e são marcadas pelos crescentes aprofundamentos e dinamismos e pelas maiores oportunidades para o Brasil, não só do ponto de vista diplomático estratégico, levando-nos mais próximos ao Caribe e à América Central e contribuindo, naturalmente, para a estabilidade e para a prosperidade dessa região, como também são estratégicas e importantes para os homens de negócio e para os trabalhadores e as trabalhadoras do Brasil. Ser uma presença diversificada e multifuncional num país que tenta libertar-se do jugo da unifuncionalidade produtiva, para dizê-lo de alguma forma, vinculada ao petróleo, para construir sua indústria, para construir sua agricultura, para construir sua agricultura familiar, para construir sua infraestrutura, para construir quase tudo do ponto de vista econômico, poder contar com a presença, a solidariedade, o capital, o saber fazer, a ciência e tecnologia do Brasil é um ativo, Srªs Senadoras, Srs. Senadores. É um ativo, sem dúvida.

Caso venha a merecer o beneplácito do Senado Federal e de V. Exªs, eu me empenharei para, segundo os princípios constitucionais brasileiros e as diretrizes fixadas pela Presidenta Dilma Rousseff, basicamente, se posso enunciar três vertentes estratégicas da minha gestão em Caracas, fortalecer e diversificar ainda mais as nossas relações em todo o campo de interesse comum, e não quero deixar de mencionar três: cultura, que é fundamental – aliás, aqui temos uma tradição já de longa data, que vamos superando aos poucos, de desconhecer os nossos vizinhos, e eles a nós –; a dimensão indígena do processo de integração – não podemos esquecer que o Paraguai é um país avassaladoramente indígena; a Bolívia é um país com uma predominância extraordinária de população indígena; a Venezuela é um país indígena; o Brasil é país indígena, as nossas políticas para a área indígena são respeitadas internacionalmente –; o Mercosul operário, que é muito importante também – o avanço na área sindical no Mercosul não se processa com a mesma velocidade com que se dá em outros campos, mas fortalecer a relação bilateral significa, no fundo, fortalecer a integração, em todos os campos –; e ampliar o nosso olhar e a nossa presença na América Central e no Caribe – os nossos afrodescendentes, por exemplo, que fazem uma parcela extraordinária da nossa população, têm uma conexão muito íntima com a origem étnica das populações do Caribe e em certos países da América Central.

Temos de estar mais presentes, mas nada disso se fará e nada disso conseguirei fazer, pelo menos não com a completude com que eu gostaria, se eu não puder contar com o apoio de V. Exªs, com o apoio desta Comissão, Sr. Presidente, e com o apoio do Senado Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado a S. Exª, o Embaixador Ruy Carlos Pereira, a quem cumprimento pelo entusiasmo, pela motivação com que se disponibiliza para essa nova e importante tarefa que, seguramente, será avaliada por esta Comissão. O entusiasmo de V. Exª, a energia com que V. Exª está encarando esse novo desafio me parecem muito importantes; nas palavras do Senador Aloysio Nunes Ferreira, é contagiante.

Consulto o Senador Roberto Requião, na condição de Relator, se deseja fazer uso da palavra neste instante ou mais adiante.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Eu só pediria ao Embaixador Ruy Carlos Pereira que fizesse uma dissertação curta sobre as possibilidades que vê numa integração mais efetiva entre o Parlamento brasileiro e o Parlamento venezuelano. Nós, no Brasil, conhecemos muito pouco da Venezuela. Já estamos nos aproximando mais hoje da Argentina e do Uruguai, mas a ausência de informações sobre a Venezuela é praticamente absoluta no Congresso Nacional.

Em que o Embaixador acha que poderia nos ajudar, a Comissão de Relações Exteriores, a Comissão do Parlasul, a promoverem um intercâmbio maior, uma discussão mais concreta entre o Parlamento brasileiro e o Parlamento venezuelano?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Concedo a palavra ao Senador José Agripino.

Antes que o Senador José Agripino faça uso da palavra, Embaixador, V. Exª está indo para uma nova e importante missão, com um país em que nós temos elevados interesses, não apenas no campo econômico efetivamente. É o nosso segundo superávit, com características que V. Exª especificou bem, por tudo que exportamos para a Venezuela, em termos de valor agregado, industrializado, diferentemente da China, que lidera o nosso superávit, mas que tem uma presença de *commodities*, de produtos primários. Mas V. Exª vem de uma experiência muito rica à frente da Aladi. Eu não poderia me furtar da oportunidade de perguntar a V. Exª: além das considerações que fez, considerando os indicativos todos de desafios do Mercosul, considerando, sobretudo, os desvios de comércio que nós temos observado, como V. Exª está vendo o futuro do Mercosul, face a face, frente a frente, com as novas alianças que estão se formando aqui em nossa região, a Aliança do Pacífico, por exemplo?

Mas passo a palavra ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Embaixador Ruy Pereira, quero dizer a V. Exª que me senti também comprometido com o que o Senador Aloysio Nunes verbalizou. Acho que é o pensamento de nós todos, é o contágio do seu entusiasmo com a Aladi, com o Mercosul. Eu confesso a V. Exª que tenho desconfianças e acho que o Mercosul poderia estar muito à frente do que realmente está. Tenho cá as minhas desconfianças com relação ao sucesso e ao benefício que o Brasil pode tirar da sua presença dentro do Mercosul, por razões ideológicas, por postura de parceiros que nos evitam a realização ou a pactuação de acordos bilaterais, como o Chile, por exemplo, consegue fazer com grandes benefícios para a economia chilena.

V. Exª está sendo indicado para a Venezuela. Eu, pessoalmente, impugnei, votei contra a participação da Venezuela no Mercosul, por várias razões. Mas não adianta aqui chorar o leite derramado. O que interessa agora é apostar no futuro, e o futuro está, por exemplo, na indicação de V. Exª para exercer, e acho que está preparado para isso, acho que fará um bom trabalho, fazer com que a presença da Venezuela no Mercosul seja benfazeja para todo o Continente.

Agora, eu quero fazer aqui uma observação.

No norte da América do Sul, onde se situam as Guianas, a Venezuela, a Colômbia e o Peru, a Colômbia e o Peru vão muito bem. Do ponto de vista econômico e do ponto de vista institucional, vão muito bem, e não têm nem de longe o potencial econômico da Venezuela, que tem uma reserva petrolífera formidável, o que possibilita a realização dos programas sociais que mantiveram durante anos e anos o Presidente Chávez no poder, possibilitando que ele elegesse o Presidente Maduro recentemente, em eleição suponho que democrática.

É um país que tem um potencial formidável, tanto tem que, com a nova intenção do Governo da Venezuela de se "despetrolizar", ou seja, diversificar sua economia, promover investimentos, e aí a presença do Brasil, e aí é onde acho que V. Exª pode fazer parte do bom trabalho.

A razão fundamental, eu entendo, pela qual o Brasil se empenhou tanto em fazer com que a Venezuela participasse do Mercosul é o entendimento, por razões ideológicas, de que o Brasil tinha como tem, sim, grande interesse, pelo superávit da balança comercial que tem com a Venezuela, na manutenção de uma relação privilegiada do Brasil com a Venezuela; e aí a Venezuela no Mercosul amplifica, magnífica mais ainda esse interesse.

Só há uma coisa. Eu tenho uma visão: as democracias dão permanência às nações, dão permanência. A razão fundamental da minha restrição à Venezuela é um fato isolado, que eu queria a sua observação.

O Presidente Chávez, num dado momento ou em alguns momentos, com uma canetada, produziu a maioria dele na Corte Suprema de Justiça. Um país se faz a partir da segurança institucional, das suas leis, da segurança jurídica, da confiança no Poder, claro, Legislativo e no Poder Judiciário, e essa maioria foi feita de forma artificial, na base de decreto.

Eu não conheço o pensamento do Presidente Maduro, mas eu tenho consciência de que, com a experiência que V. Exª leva do exercício da sua função na Aladi, do conhecimento de causa de Mercosul, de América do Sul e com a garra com que está indo para a Venezuela, pode exercer um papel muito maior do que o de um simples embaixador num país onde o Brasil tem uma parceria forte.

Eu quero ser até um pouco indiscreto. V. Exª já conhece a intimidade do governo da Venezuela? Acha que pode e terá condição de influir? Na medida em que o Brasil possa ser um parceiro na construção da "despetrolização" da Venezuela, o Brasil poderá influenciar no sentido daquilo que é um patrimônio nosso?

A democracia brasileira é arejada, é oxigenada. As instituições aqui, são sólidas. Nós podemos ter muitos problemas. Agora, o Poder Judiciário, o Poder Legislativo e o Poder Executivo são autônomos, agem com independência. A liberdade de imprensa é um patrimônio da democracia brasileira, o que eu não acho que seja na Venezuela.

A minha pergunta é: V. Exª acha que terá espaço para influenciar no campo político, tendo em vista o *background* da sua atuação na Aladi, a sua experiência, a sua vivência? E qual é o recado que o Governo brasileiro, através de V. Exª, manda para o governo venezuelano neste começo de governo do Presidente Maduro?

Essa é a linha preocupação, manifestando a minha confiança no seu talento e na sua qualificação pessoal para exercer esta tarefa que eu reputo fundamental, para que, aí, sim, a Venezuela se encaixe bem no Mercosul e todos possam tirar o melhor partido uns dos outros.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado, Senador José Agripino.

Passo a palavra ao Senador Jarbas Vasconcelos. Em seguida, ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (Bloco Maioria/PMDB – PE) – Sr. Presidente, Sr. Embaixador, dentro desse contexto colocado pelo Senador José Agripino, na área de petróleo, e dentro do que colocou o Embaixador de que há uma tendência, na Venezuela, de "despetrolização", eu queria tratar da questão da Refinaria Abreu e Lima.

Eu era Governador de Pernambuco e procurei, à época, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva – já era meu segundo mandato, eu estava na reeleição – para ver a questão da Venezuela, em especial a PDVSA, para que fizéssemos um entendimento para a Venezuela entrar aqui no Brasil. E aí tivemos a oportunidade de conversar. O Presidente Lula, como Presidente, tinha informações que eu tinha obtido lá atrás, antes de ele ser Presidente da República. A Petrobras nunca se interessou por refinaria no Nordeste. Não queria fazer refinaria no Nordeste, queria ampliar a de São Paulo. Era um objetivo definido, no âmbito da Petrobras, de ampliação uma existente já, e a de São Paulo, do que fazer uma no Ceará, em Pernambuco, em qualquer outro dos nove Estados da Federação.

E todos nós sabíamos da influência da Petrobras. Era, às vezes, maior do que a Presidente da República. Era um governo dentro do outro. A informação que eu tinha era de que a Petrobras, Senador Requião, dizia que era fundamental arrumar um parceiro. Sem um parceiro, não dava nem para se iniciar as conversas para implantação de uma refinaria no Nordeste. Então, tivemos oportunidade de conversar isso com o Presidente Lula – na época, eu não votei nele, votei contra ele duas vezes, no primeiro e no segundo turno da eleição – mas estabelecemos um diálogo bastante cordial e civilizado. Ele, inclusive, incentivou a minha ida à Venezuela, para conversar com o Hugo Chávez e a PDVSA.

A informação que a gente tinha era que a PDVSA queria entrar no Brasil. Em que pese a PDVSA ser maior do que a Petrobras, uma das maiores petrolíferas do mundo, ela não tinha *know-how* em exploração do petróleo em águas profundas, o que o Brasil tinha de sobra. Queria estreitar uma relação entre a Venezuela e o Brasil e queria botar um pé. Esse pé seria em Pernambuco, em Suape. As pessoas tinham estudos de Suape, lá na Venezuela, tanto o Governo quanto, sobretudo, a empresa, a PDVSA, e queriam entrar em Suape e se ofereceram para uma parceria. Essa parceria teve início inclusive lá no nosso governo. Foi feito no meu governo, no Palácio das Princesas, o primeiro encontro entre o Hugo Chávez, o Presidente Lula, o Presidente da Petrobras e o governo de Pernambuco.

Nós assinamos, lá no Palácio, numa tarde de quinta-feira, faz mais ou menos dez anos, um protocolo em que o preço da refinaria foi presumido em 2,5 bilhões – hoje essa quantia, dez anos depois, está quase dez vezes mais – e, na ocasião, os custos seriam divididos entre Brasil e Venezuela, ou seja, entre Petrobras e PDVSA.

Ao longo dos anos eu deixei o governo, assumiu o atual governador de Pernambuco, o Sr. Edu-

ardo Campos, que encontrou um Estado organizado, encontrou um Estado de pé e teve condições de dar segmento a isso. Só mantendo o que eu disse antes, o Presidente Lula nos ajudou bastante, me ajudou e ajudou Pernambuco. Eu estive em Caracas mais de uma vez, conversei com o Presidente Hugo Chávez mais de uma vez, conversei com a PDVSA, com o Ministro de Minas e Energia, e firmamos o primeiro entendimento, por escrito, lá no Palácio das Princesas.

Os anos foram passando. E não acredito que naquela época já existisse essa política de "despetrolização" a que V. Exª se refere. E acho importante a Venezuela querer forçar a diversificação da sua economia. Acho que é importante para a Venezuela.

Seria importante um esclarecimento, se V. Exª ainda não tem esses subsídios, essas informações, que conseguisse obtê-los, já que V. Exª quer manter um relacionamento estreito com o Senado e em especial com a Comissão de Relações Exteriores, para nos informar o que levou a Venezuela a descumprir a palavra empenhada, a palavra assinada, um documento que tem inclusive a minha assinatura. Por que a Venezuela, por que a PDVSA desistiu e deixou isso ao encargo da Petrobras?

O Presidente Lula, eu, todos sabendo que a Petrobras não queria fazer refinaria no Nordeste e só faria refinaria no Nordeste se tivéssemos um parceiro forte. Insinuava inclusive que fôssemos para a Ásia, atrás de Coreia, atrás de China, para arrumar esse parceiro. Foi assim no Rio Grande do Norte, foi assim no Ceará, foi assim em Pernambuco; as pessoas que governaram esses Estados sabem disso. De repente, a gente arranja um parceiro, um grande parceiro, o acordo é feito, a mídia, tanto da Venezuela quanto a do Brasil, dão conta de todos esses entendimentos e, recentemente, após várias e várias cobranças da Petrobras, não faz um ano ainda, não faz 12 meses ainda, a PDVSA diz que não tem mais nenhum interesse de ficar na Refinaria Abreu e Lima.

Nós defendemos, em Pernambuco, inclusive, o nome da refinaria em homenagem não somente à Venezuela, mas a Pernambuco, ao Brasil e sobretudo àqueles que lutam a favor da emancipação, da liberdade e das causas democráticas.

Pois bem – percebo o entusiasmo de V. Exª, percebo a sua vida pública de grande embaixador –, V. Exª poderia nos ajudar dando uma explicação em definitivo, clara, transparente do que foi que houve dessa desistência da Venezuela de deixar a sua participação na refinaria em Pernambuco que era para ser entregue em 2012, no ano da eleição da Presidente Dilma, e não foi entregue; estamos em 2013 e dificilmente ela será entregue em 2014. E esse custo previsto para implantação da refinaria já vai quase dez vezes a mais do que se previu lá no seu começo.

Então, eu ficaria muito grato a V. Exª se pudesse, agora ou oportunamente, amanhã ou depois, dar esses esclarecimentos ao Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado, Senador Jarbas Vasconcelos, ao tempo em que o cumprimento pela oportunidade da intervenção que fez, por se tratar de um tema do elevado interesse do nosso País, tendo em vista a pactuação feita entre o Estado brasileiro e o Estado venezuelano na construção dessa parceria da Refinaria Abreu e Lima, de cujo compromisso público V. Exª foi signatário.

Passo a palavra a S. Exª o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, Sr. Embaixador, eu, como já disseram alguns Senadores aqui, fiquei feliz com o entusiasmo de V. Exª e com o seu conhecimento, que já vem da Aladi, do Mercosul.

Aqui eu votei a favor da inclusão da Venezuela no Mercosul, diria, muito mais pela questão geográfica do nosso Estado do que pelas condições, digamos assim, do Tratado de Ushuaia. Mas a Venezuela está no Mercosul, e isso é que é importante.

Agora, é impressionante que o Estado que está encravado dentro da Venezuela é justamente o meu Estado. Então, o que acontece de longa data, Sr. Embaixador? É que o tratamento dispensado aos brasileiros, seja quando visitam em turismo, ou mesmo em atividade comercial, indo comprar, inclusive, na Venezuela, cimento, ferro, etc., é uma verdadeira extorsão. Nós já denunciamos isso, já estivemos com o Embaixador da Venezuela no Brasil, e essas coisas ainda persistem. Então, é realmente uma coisa que eu gostaria de pedir a V. Exª que cuidasse com carinho e com a diplomacia que V. Exª tem, para que isso realmente mudasse de figura.

No comércio, que a gente diz aqui, há um superávit, mas esse superávit, Embaixador, é basicamente com dois Estados brasileiros – Minas Gerais e São Paulo. Então, nós de Roraima e mesmo os amazonenses – o Amazonas também faz fronteira, embora uma fronteira despovoada – não temos um trabalho de realmente aprofundar o comércio com a Venezuela. Nós praticamente exportamos para a Venezuela madeira e compramos da Venezuela ferro, cimento e outras coisas.

Agora, o mais sério ainda é o seguinte: quando foi criada a Área de Livre Comércio de Pacaraima, a

Venezuela nem pensava em querer outra zona franca a não ser a de Margarita. Imediatamente, criou uma zona franca em Santa Elena de Uairén, e nós não implementamos a nossa Área de Livre Comércio de Pacaraima.

O que acontece? Olha, o valor do bolívar ontem, em relação ao real é de R$1,00 para Bs17,70. Então, o que acontece na prática com isso aí? Toda a população de Roraima e até do Amazonas vai a Santa Elena de Uairén comprar. No caso de Roraima, até comprar o rancho mensal, alimento. E a gasolina, com R$1,00 dá para botar vários litros de gasolina e com R$5,00 já abasteceu o carro.

Na verdade, hoje as reservas indígenas que margeiam a BR-174, que vai até a Venezuela, são verdadeiros depósitos de combustível. Então, nós precisamos realmente rever isso aí e procurar fazer uma coisa que não permita... Porque, na verdade, se diz o seguinte: "Ah, tem uma cota x para brasileiro." Mas, no fundo, no fundo, a gasolina com esse preço é impossível de pensar que todo mundo não vá abastecer na Venezuela. E até recentemente a Polícia Federal flagrou posto de gasolina mesmo, em Boa Vista, comprando gasolina clandestina e misturando com a brasileira. Então, é um prejuízo também para o nosso Estado.

Com relação à energia de Guri, realmente, durante muito tempo, essa geração na Hidrelétrica de Guri, trazendo para Boa Vista e para a maioria dos Municípios de Roraima, foi muito boa, realmente eficaz, segura, mas agora, recentemente, vem tendo falhas permanentes. E nós sabemos que é porque a Usina de Guri está atravessando problemas sérios de sucateamento, porque técnicos estrangeiros foram mandados embora, e eles estão com carência tanto de reposição quanto de manutenção.

Quero também ressaltar a V. Exª que esta Comissão, bem presidida pelo Senador Ricardo Ferraço, decidiu mandar uma missão à fronteira do Brasil com a Venezuela, para verificar *in loco* a questão da chamada zona não edificante. Veja bem, Embaixador: antes do adensamento dos dados, portanto, antes da vigência mesmo..., várias pessoas de boa-fé, até mesmo policiais federais, e várias obras do Município, portanto obras públicas, foram construídas nessa zona, porque distava dos marcos, com a distância exigida. Agora, com o adensamento, várias propriedades, inclusive públicas, estão dentro dessa zona, sofrendo pressão inclusive da Justiça para que sejam demolidas.

Então o Senador Ricardo Ferraço decidiu e nós vamos, possivelmente, no fim de outubro, início de novembro, porque, infelizmente, Senador Ferraço – nem lhe comuniquei isso ainda –, houve a desistência da Senadora Vanessa. E eu quero até pedir aqui... O Senador Randolfe concordou em participar dessa missão. Então nós vamos lá. Gostaria muito de contar com a sua presença lá, para que possa nos ajudar.

Quero fazer esses comentários e dizer que realmente nós, de Roraima, poderíamos ter um avanço muito grande se houvesse estímulo. Repito: tanto Roraima quanto o Amazonas. Por exemplo: há restrições a importação dos produtos que são produzidos na Zona Franca, mas isso é muito importante que seja vencido, para beneficiar de fato aqueles Estados que fazem fronteira com a Venezuela, sem prejudicar os demais Estados, inclusive os industrializados do nosso País.

Então é isso que eu queria lhe dizer e lhe desejar boa sorte. Pode estar certo de que nós vamos ficar em contato com V. Exª, para que possamos resolver essas diferenças do dia a dia com a Venezuela.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Veja Exª, Embaixador Ruy Carlos Pereira, na linha do que encaminhou o Senador Roberto Requião, o volume de temas e agendas que nós devemos estabelecer entre o nosso Parlamento e o Parlamento venezuelano. Agendas comuns e da maior relevância.

Senador Jorge Viana, a palavra é de V. Exª.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Presidente Ricardo Ferraço, colegas Senadoras, Senadores, queria cumprimentar esse Embaixador, que, além de embaixador é um grande quadro da diplomacia brasileira. Como todos os colegas já afirmaram, é um bom amigo. Tivemos oportunidade inclusive, eu tive o privilégio, de desenvolver trabalhos ali, na busca de aproximar e materializar definitivamente a relação entre Peru e Brasil. E o Embaixador, ainda como Ministro Conselheiro, cumpriu um papel extraordinário.

Acho que, como os colegas já falaram – os números mostram isso –, V. Exª foi muito eficiente, muito competente em traduzir um pouco, desprovido de qualquer questionamento, de preferência partidária ou mesmo de uma visão, um estereótipo criado, o que também é absolutamente natural, tendo em vista as mudanças que a Venezuela experimenta. Mas V. Exª foi muito feliz quando traduziu – e foi a fundo nisso – a importância da relação econômica que nós temos estabelecido e a qualidade dessa relação quando mencionou onde estão sediadas as empresas que são responsáveis por essa movimentação econômica.

Como representante da Amazônia, da Bancada da Amazônia, sendo Senador do Acre, penso que esse é um caminho que nós deveríamos ter para as relações com os nossos vizinhos. Nós mesmos estamos trabalhando para que possamos ter empresas que se relacionem comercialmente com a Bolívia e o Peru instaladas no Acre e vice-versa.

Eu estimulei muito – e o Governador Tião Viana, também, todos nós – que empresas brasileiras se instalassem nos Estados vizinhos, do lado peruano e boliviano. E V. Exª traz essa informação fundamental da qualidade.

Fiquei contente também porque, mesmo sendo um parceiro privilegiado, com saldo comercial de US$4 bilhões em 2012, V. Exª deu ênfase à importância de aprofundarmos essa relação comercial, mas trouxe coisas que são novas. Só quem é estudioso, só quem está absolutamente preparado para cumprir missões como essa pode trazer, falando da cultura, da importância das relações das populações tradicionais. Eu acho que essa é uma visão mais completa, porque é isso que faz com que haja uma relação entre dois (...)

(...) quando suas culturas se entrelaçam, quando seus povos se freqüentam. E aí entra um aspecto: V. Exª nos ajudou a fazer, juntamente com outros importantes diplomatas, a ligação do Brasil com o Peru. Estimulados, começamos lá atrás com o Presidente Fernando Henrique; depois o Presidente Lula encampou isso e fizemos. Ainda há pouco, eu recebi um ex-Presidente da Bolívia Jorge Quiroga, em meu gabinete, que acertou comigo a construção da ponte Brasileia-Cobija. Lembro-me de que eu estava na Argentina, em uma viagem com o Ministro Celso Amorim e o Presidente Lula, que sempre me cobrava: "Cadê a ponte?" Eu disse-lhe: Olha, nós vamos inaugurar a ponte. É uma pequena ponte, passa um carro por vez, e o mais importante, as pessoas passam de um lado para o outro. Aí o Lula disse: "Como você vai lá inaugurar? Eu vou lá inaugurar a ponte." Eu disse-lhe: Mas é uma ponte pequena, Presidente. O Rio Acre nessa região é estreito. Uma ponte de cento e poucos metros. Ele me respondeu: "Eu não estou preocupado com o tamanho da ponte, estou preocupado com a simbologia. É a primeira ponte que nos vamos fazer entre Brasil e Bolívia. Eu vou lá inaugurar". E estavam lá ele, o Presidente Mesa, Celso Amorim e fizemos uma festa. E essa é a simbologia que nós temos que construir, materializar com os nossos vizinhos.

Avançamos muito no Acre. Mas eu acho que com a Venezuela é péssima a relação, a estrutura que nós temos de contato com um parceiro como esse. Os voos são bastante precários para ir e vir da Venezuela para o Brasil. Precaríssimos! Já experimentei algumas vezes. E, ao mesmo tempo, mesmo com a BR-174, também temos sérios problemas, inclusive do lado venezuelano. Agora sentou o Senador Mozarildo com outros colegas que representam o Estado de Roraima. Mas acho que, para quem tem uma relação comercial desse tamanho, a relação entre os nossos povos é pequeníssima. E V. Exª já tem experiência, muita aliás, na Aladi. Depois eu vou me referir, inclusive, quem sabe a gente possa aprender um pouco, tem alguns colegas que vão disputar a eleição no ano que vem, e V. Exª é um campeão em ganhar eleição, não é? Em 2011, salvo engano, coordenou a campanha do Grazziano para a FAO. Ganhou!. E agora, em 2013, ele foi um dos coordenadores da campanha do Azevedo, que foi uma vitória mais do que extraordinária do País, a primeira vez que a América Latina tem uma representação na Organização Mundial do Comércio, e V. Exª foi o coordenador.

Então, passe, depois, algumas dicas aqui para o Senado, sempre tem um ou outro querendo buscar uma eleição...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP. *Fora do microfone*.) – O Grazziano era ruim de voto.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Era ruim de voto. *(Risos.)*

O meu querido Senador Aloysio tem sempre uma boa pegada. Mas conhece muito da parte de produção de alimentos. Tem uma história, inclusive, no Estado de V. Exª nessa linha, e está fazendo um grande trabalho na FAO.

Mas eu queria falar isso porque acho que não tem isso. Nós temos aí, o Senador Jarbas já colocou muito bem, a luta que foi para Abreu de Lima para se estreitar essa relação, mas eu acho que nós precisamos. A parte de energia e a ligação das nossas pessoas... Eu estou falando do Caribe. O brasileiro está fazendo a opção do Caribe mais distante: vai para Miami e sai de lá... Eu estou falando do turismo. E esse é um aspecto que eu gostaria que V. Exª falasse, porque essa indústria do turismo no Brasil é um atraso. Um atraso do ponto de vista turístico. Nós não nos estimulamos a fazer turismo sequer dentro do País, porque é caro e ruim. E aí a Venezuela tem um espaço enorme. É a nossa porta para o Caribe, e acho que também tem diminuído a frequência de brasileiros lá no Caribe venezuelano, se posso chamar assim.

Então, gostaria que V. Exª comentasse, porque o que vai consolidar definitivamente a nossa relação não é a economia, porque ela já está consolidada, é só dar sustentabilidade para essa relação, mas eu acho que é uma presença maior. É muito distante o venezuelano do Brasil e o brasileiro da Venezuela. Talvez seja o país, tirando o Equador, que não tem uma relação física, dos que têm contato físico, eu não conheço nada... Talvez Venezuela e Colômbia. Nessa região norte da América do Sul, realmente, se rompe essa relação mais próxima.

Mas eu queria, para não me estender, fazer um comentário também de como é que nós podemos fa-

zer... Eu estou aqui nesta Comissão, e não precisa justificar as razões, mas talvez seja a palavra mais pronunciada aqui ao longo de um ano inteiro seja Venezuela. Mercosul, não entrar no Mercosul. Então, é óbvio, a Venezuela tinha um líder importante, Chávez, que era um nome falado mundo afora e, tendo em vista as relações comerciais, políticas estabelecidas, é absolutamente natural que se discuta muito Venezuela aqui. Mas, de longe, sem conhecer.

Quando eu fiz um contato com V. Exª, eu propus – e queria falar aqui publicamente, que o Presidente Ricardo Ferraço, que está ausente, mas aqui está o Presidente Mozarildo, que tão logo V. Exª chegue lá, que a gente estabeleça uma ida – há Senadores e Deputados indo a vários lugares –, quem sabe no começo do ano, de um grupo de Senadores, numa representação de vários partidos, para conhecermos um pouco mais isso. Não só a relação com o Parlamento venezuelano, mas com o País. Se a Venezuela é o terceiro ou quarto país, em algumas situações o segundo, na relação comercial com o Brasil, como podemos ficar tão distantes do contato com a população da Venezuela, com os empresários da Venezuela, com o Parlamento da Venezuela, com aquilo que é duradouro, que é o Estado venezuelano.

Então, nesse aspecto, eu queria deixar, como membro da Comissão de Relações Exteriores, a sugestão de que V. Exª coloque isto nas suas prioridades: estreitar e fazer com que haja uma melhor relação entre nossos povos – V. Exª já falou – e também de nós representantes do povo brasileiro aqui no Parlamento com a Venezuela.

E por fim, se V. Exª pudesse comentar... lendo o relatório do Senador Requião e ouvindo V. Exª, sei que 10% do PIB da Venezuela vêm da extração do petróleo, mas, quando se leva em conta o processado, chega perto de 50% do PIB, está vinculado diretamente ao petróleo. Com um agravante: esse instrumento tão poderoso na composição do PIB venezuelano, está estável. Há três, quatro anos, a produção não muda, é a mesma. A produção de extração de petróleo, sempre em torno de 2,5 milhões, quase 3 milhões de barris por dia. Há três anos!

Se um país está todo ancorado em um único produto e seus derivados, e a nossa relação comercial também é forte com esse país, nós temos que ficar muito atentos para onde está seguindo esse país, porque qualquer estremecimento nisso implica afetar a relação com o país com que temos um dos mais importantes saldos na balança comercial – US$4 bilhões em 2012.

Então, gostaria que V. Exª comentasse um pouco sobre o petróleo. Agora, há o xisto nos Estados Unidos, que é o grande comprador de petróleo da Venezuela. O Brasil está fazendo leilão de pré-sal. Queria que passasse um pouco para nós... V. Exª conhece tão bem esse complexo arranjo no mundo, principalmente porque, coordenando essas campanhas, foi o mais eficiente cabo eleitoral que eu encontrei.

Parabenizo-o pelas duas grandes vitórias e passe-nos algumas dicas de como se faz para conseguir votos tão difíceis, com interesses tão complicados envolvidos.

Parabéns e estou certo de que a Embaixada do Brasil na Venezuela vai ter um Embaixador à altura, inclusive rompendo essa distância e esse quase silêncio que temos tido em função do que se passa na Venezuela.

Todo sucesso nessa fase que começa em sua vida, que é de ser o número 1 do Brasil num país tão importante para nós que é a Venezuela.

Obrigado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Presidente, pela ordem.

Sem prejuízo da dinâmica, mas já propondo mudá-la, parece que o Plenário tinha proposto blocos de três. Parece que a ordem dos fatores não alterará o produto, se nós fizermos um bloco só. Se o Plenário concordar, creio que dará mais celeridade e também não prejudicará as respostas do Embaixador.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Submeto ao Plenário a proposta do Senador Randolfe, que acho realmente mais prática.

Se todos concordam, procederemos assim. (*Pausa.)*

Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sr. Presidente, meu caro Embaixador Ruy, é com satisfação que participo desta sabatina, primeiro, pela figura de V. Exª e pelos serviços prestados por V. Exª ao País; depois pela alta relevância para nós, de Roraima e do Brasil, do cargo que V. Exª vai exercer num momento de extrema dificuldade e de incerteza na Venezuela.

Recordando aqui, nós tivemos uma luta, um embate muito grande para inserir a Venezuela no Mercosul. Fui autor do voto em separado que fez com que fosse aprovada a participação da Venezuela no Mercosul. Estive diversas vezes com o Presidente Hugo Chávez e com o então Chanceler Maduro, que agora é o Presidente da República, e, sem dúvida alguma, nós todos, principalmente de Roraima, pela proximidade, pela relação amistosa e carinhosa que existe entre o povo venezuelano e o povo brasileiro, representando Roraima, nós torcemos para que a Venezuela possa superar as dificuldades que vive hoje: diminuição na

produção de petróleo, problemas institucionais, problemas no que diz respeito à energia elétrica.

Aqui já foi dito e quero registrar, nós tivemos um primeiro passo na interligação do sistema elétrico com a Venezuela, com a linha de transmissão de Guri, da Venezuela à hidrelétrica Raul Leoni, levando energia para Boa Vista, num contrato de até 200MW. A Venezuela nunca conseguiu entregar esses 200MW e, agora, claudica no fornecimento de energia. Estamos vivendo um momento de incerteza no abastecimento de energia em Roraima, tanto que conseguimos aprovar em regime de urgência no Ministério de Minas e Energia a instalação de 180MW de termoelétricas em Roraima, que serão instaladas nos próximos seis meses, exatamente para garantir o abastecimento do Estado, porque, a qualquer momento, poderemos ter um colapso e efetivamente Roraima ficar sem energia, vivendo um racionamento brutal.

O Ministro Lobão atendeu ao nosso apelo; a Eletrobrás já está ultimando o processo licitatório e vai fazer um pregão público, vamos inserir e o prazo é de quatro meses de instalação de equipamentos, para que, até o mês de abril, tenhamos a garantia da geração termoelétrica em Boa Vista.

Paralelamente a isso, o Governo brasileiro trata com a Guiana a questão do asfaltamento da estrada da Guiana até Georgetown, o que é vital para a nossa logística, e a construção de duas hidrelétricas na Guiana, de 4,5 mil megawatts, que serão interligadas ao Brasil e também à Venezuela. Portanto, esse sistema poderá, em tese, em momentos de dificuldade, também atuar junto à Venezuela.

Então, não tenho perguntas, tenho esse quadro, que já é do conhecimento de V. Exª, já conversamos sobre isso, mas quero dizer que precisamos aprofundar o relacionamento, precisamos ser parceiros da Venezuela. O Estado de Roraima se prepara para ampliar essa parceria. O governo da Venezuela comprou mais de R$900 milhões de carnes na balança comercial do ano passado e, infelizmente, o Estado de Roraima não forneceu um único quilo de carne porque não é ainda uma zona livre de febre aftosa, o que deverá ocorrer no próximo ano. Estamos ultimando esses preparativos exatamente para termos essa parceria. Hoje, a Venezuela compra do restante do Brasil, do Pará; do Paraná, do Senador Roberto Requião; de Rondônia; do Acre; e não compra de Roraima, que é o nosso vizinho.

Essa relação precisa ser estreitada, e há uma zona de convergência, o norte de Roraima e o sul da Venezuela, que é uma região mais deprimida economicamente. Esse é o grande desafio de termos um projeto geoeconômico, e já conversamos sobre isso com o atual Presidente Maduro e também com Maximilien, que era o Embaixador da Venezuela no Brasil, muito próximo ao povo brasileiro e a Roraima, e que agora está no gabinete presidencial, assessorando diretamente o Presidente Nicolás Maduro.

Com certeza, V. Exª terá um papel muito importante na consolidação do ingresso da Venezuela no Mercosul, mas também na implementação desse trabalho Roraima-Venezuela, no sentido de criarmos um corredor de desenvolvimento Amazonas-Roraima-Venezuela, que vai beneficiar os dois países.

Quero registrar meu voto, apesar de ser secreto, favorável a V. Exª, com a esperança e a certeza de que V. Exª vai ser o indutor desse processo de fortalecimento da relação e de construção dessa parceria Brasil-Venezuela.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Concedo a palavra, neste momento, ao Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, eu tenho algumas perguntas para fazer ao Embaixador, lembrando, em primeiro lugar, que essas sabatinas não têm, salvo raras exceções, a finalidade de aprovar ou não o candidato. Então, a gente tem que aproveitá-las para aprender com eles. Então, tenho algumas perguntas que dizem respeito à Venezuela em si, outras que dizem respeito à relação da Venezuela com o Brasil.

No que diz respeito à Venezuela em si, eu começo perguntando quais são as estratégias para essa "despetrolização", até para que a gente aprenda, porque é capaz, se for verdade essa quantidade de petróleo que o Brasil hoje pensa que tem, que a gente vai precisar também de uma "despetrolização" no futuro, ou, talvez, até de uma "despressalinização" do pré-sal para corrigir os erros. Então, quais são as estratégias deles? Onde eles estão investindo para resolver isso? E também porque nós, de certa maneira, hoje, precisamos, sim, de uma estratégia para a "desprimarização" da nossa economia, que a gente sabe está muito vinculada e se comemora muito os nossos aumentos de exportações de bens agrícolas como o grande dinamizador.

Segundo, quais são os cenários que temos para a Venezuela, nesses próximos anos, diante de inflação crescente, violência generalizada? Com um governo – aqui eu não estou de acordo quando se fala em ditadura – que, de qualquer maneira, não criou um mecanismo de correção do seu rumo, que só a democracia plena permite, aonde está indo a Venezuela?

Outro ponto diz respeito às relações do Brasil com a Venezuela. Por exemplo, como é que a gente vai combinar dois problemas de trilateralização nas relações Brasil-Estados Unidos-Venezuela? Como é

que a gente pode se comportar aí no meio do conflito Venezuela-Estados Unidos. E Venezuela– Paraguai--Brasil, onde também há contraditórios entre Paraguai e Venezuela, que poderão levar o Brasil, amanhã, a tomar posições que não sejam as mais corretas?

Alguns dizem, inclusive, que a posição brasileira, no momento do golpe do Paraguai ou do *impeachment*, melhor dizendo, do Presidente do Paraguai, e a gente ter aproveitado aquele momento para o ingresso da Venezuela, foi um problema, e não uma solução.

Pessoalmente, inclusive como membro do Parlamento do Mercosul junto com Pedro Simon e outros, sempre fui defensor da Venezuela no Mercosul. É inimaginável a gente recusar a entrada da Venezuela. Mas eu acho que aquele momento pode não ter sido o mais oportuno, porque deu a impressão de estarmos tomando proveito da crise de um país que vetava para fazer com que o outro entrasse.

Outro ponto são os problemas entre os dois países que, na verdade, não são problemas de conflitos, mas problemas de situação, que nós e eles vivemos, como, por exemplo, tráfico na fronteira. Até que ponto esse tráfico pode trazer, amanhã, uma crise, especialmente quando a gente sabe que existem tribos indígenas que fazem parte de territórios dos dois lados da fronteira.

E, finalmente, uma questão ainda sobre a Venezuela: existe ou não o armamentismo na Venezuela? A Venezuela gasta do seu orçamento uma quantidade muito grande para armas? Se isso for, isso pode vir a criar uma pressão no Brasil para também entrar numa carreira armamentista com a Venezuela ou não?

Então, essas são as perguntas que tenho para o Embaixador, muito mais no intuito de aprender do que no intuito de selecioná-lo Embaixador, que, não tenho a menor dúvida, tem todas as condições para representar muito bem o Brasil naquele país.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Concedo a palavra ao Senador Aloysio, como orador inscrito.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Presidente, Sr. Embaixador, também na linha do Senador Cristovam Buarque, para aprender mais com o senhor. O senhor fez uma excelente exposição. Aliás, não seria de se esperar o contrário, pela sua qualificação. Vê-se que o senhor está absolutamente bem preparado para ser um grande representante do Brasil. Enfatizou a importância das nossas relações seculares com a Venezuela e, seguramente, agora, a partir das perguntas dos colegas, vai enriquecer ainda mais a sua exposição.

Eu queria fazer uma pergunta que diz respeito às questões políticas internas, e o senhor responderá no limite das conveniências. A emergência do chavismo detonou o sistema político tradicional da Venezuela. Eu queria perguntar a V. Exª se, no que restou desse sistema, quais são as forças políticas que estão hoje em atuação na Venezuela – chavismo e oposição. O que é essa oposição? É uma força homogênea? Existem problemas de mais de uma corrente política, em quê elas convergem, o que as separa, enfim, mesmo no interior do situacionismo, quais são as forças que estão em atuação hoje na Venezuela, para que se possa ter alguma ideia da dinâmica futura do quadro político nesse país.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Concedo a palavra neste momento ao Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Sr. Presidente, Embaixador Ruy Carlos Pereira, há um aspecto que nos impressiona no portfólio da Venezuela, que são, dentre os dados básicos, os dados sociais. Não há como não nos impressionarmos, não pelos dados sociais, porque vários embaixadores que por aqui passam, ao apresentarem os portfólios dos países, mesmo na América Latina existem países que apresentam portfólios de dados sociais impressionantes. O que é impressionante do portfólio de dados sociais da Venezuela é a evolução nos últimos 15 anos.

O IDH venezuelano de 2012 é 0,741. Não está entre os 20 do mundo, entre os 30 do mundo, é o 71º. O do Brasil é o 85º. Está 15 pontos à frente, mas, há 20 anos, o venezuelano estava atrás do nosso. O IDH venezuelano – eu estava fazendo essa comparação aqui – evoluiu 15 pontos no IDH, nos últimos 15 anos. O nosso evoluiu duas casas no IDH, nos últimos 10 anos. O nosso é 0,730.

A expectativa de vida lá avançou em relação à nossa. Eu tenho falado muito em alfabetização aqui no Senado. Estou longe do Cristovam, longe. Ninguém chega perto do Cristovam em matéria de educação. Tenho procurado chegar perto do Cristovam. Mas, como nós estamos com 25 anos da Constituição de 1988 – eu sou fã do discurso de Ulysses Guimarães, acho que é uma peça da oratória o célebre discurso de Ulysses Guimarães na promulgação da Constituição de 1988 –, eu tenho dito para o Cristovam que o que mais me impressiona do discurso de Ulysses é um trecho daquele pronunciamento – Mozarildo estava lá – em que ele dizia: "A cidadania começa com o alfabeto, e só é cidadão quem lê e escreve." É como Ulysses começa o seu pronunciamento.

"Num país em que temos 30 milhões de analfabetos – continua Ulysses –, afrontosos 25% da população...". Hoje, no Brasil, temos 8,7% da população

analfabeta. A última PNAD diz que esse número estagnou. Vergonha das vergonhas para nosso País! Há controvérsias. Alguns dizem que ampliou o número de analfabetos. O IBGE vem e diz que é uma variação estatística. Se estagnou ou se ampliou o número de analfabetos é vergonhoso.

Eu estava fazendo uma comparação. Em 1988, na Venezuela, o número de analfabetos era de 30%. Em 1988, o Brasil estava no *ranking* da Unesco, de alfabetização, em 50º, e a Venezuela estava depois de nós. Nós estávamos no 95º.

Em 2013, a Unesco declarou a Venezuela território livre do analfabetismo, e nós ainda temos 8,7%, 13 milhões de brasileiros padecendo de analfabetismo. Não há como não se constranger com esse número. Eu acho inaceitável. Quando nós colocamos esses números, alguém ainda diz que diminuiu o analfabetismo no Brasil. Como diminuiu? Nós estamos em 95º no índice da Unesco. Países vizinhos nossos, que tinham 30% de sua população analfabeta, em 1988, como a Venezuela, hoje têm território livre do analfabetismo.

O nosso País ainda tem 12 milhões de analfabetos. Então, eu me constranjo com esses indicadores sociais. Eu acho que esses indicadores sociais devem não só servir como reflexão para nós, como devemos dialogar sobre as tecnologias. E devemos, sim, refletir como essas tecnologias sociais podem refletir para nós. Como é que um país que, em 1988, tinha 30% de analfabetos – e aí eu queria ouvir do senhor –, em dez anos conseguiu declarar seu território livre de analfabetismo? Eu quero aprender com essa experiência. Eu quero saber como, porque eu vivo num País cuja Região Nordeste tem índices de analfabetismo comparados aos da África, com repúblicas da África Central. Estados do Nordeste, como Maranhão e Alagoas, por exemplo, têm índices de analfabetismo comparados com Zimbábue, Zâmbia, Congo, de 22%, 23%.Então, eu queria saber dessa experiência.

Por outro lado, eu quero insistir num aspecto que dialoguei aqui com o Embaixador de Barbados. A Venezuela é tão próxima da nossa Amazônia e tão distante a integração dos países da Pan-Amazônia com a Amazônia. Que ações podemos construir?

Eu falo muito com o meu caríssimo amigo, colega seu, Embaixador Maximilien, de quais ações podemos empreender para a que a integração dos países da Pan-Amazônica seja mais com os Estados brasileiros amazônicos, seja com o Brasil e mais ainda com os Estados brasileiros pan-amazônicos, que são os Estados que têm, obviamente, maior identidade. É a nossa fronteira. A fronteira é com Roraima. A aproximação maior é com o Amapá. Estive com Maximilien, no Amapá, apresentando lá a cultura amapaense, o batuque, o marabaixo. E ele falava da identidade cultural que havia entre as nossas manifestações culturais venezuelanas, das regiões de Barlovento, das regiões da Venezuela.

Oxalá a sua estada na Venezuela nos permita ter ações para que essa integração seja mais presente, em especial com os Estados brasileiros da Amazônia, uma integração que faz falta. Inclusive uma integração que seja mais física. Não sei se essa realidade já mudou, Mozarildo, mas, até bem pouco tempo, para ir de Boa Vista para Caracas era necessário pegar um voo de São Paulo ou de Brasília para lá, o que me parece um absurdo.

Há uma companhia estatal venezuelana... Há interesse do governo venezuelano de que essa companhia faça voos, inclusive entre as cidades da Amazônia. Seria interessante haver voos periódicos de Caracas para Manaus, Belém, Boa Vista e Macapá – me permita puxar a sardinha para o lado de cá. Inclusive há interesse do governo venezuelano.

Seria importante construir ações maiores de integração. Os nossos Estados da Amazônia, que são mais da periferia do Brasil... Como há interesse da Venezuela, poderíamos juntos fazer ações maiores de integração entre o Estado e o governo da Venezuela. Esses Estados precisam dessa experiência de tecnologia social de um Estado nacional que conseguiu, em dez anos, erradicar o analfabetismo, diminuir a mortalidade infantil, universalizar a saúde e aumentar a expectativa de vida.

É isso o que mais impressiona. Em um país que, em 25 anos de uma Constituição que dizia que a cidadania começa com o alfabeto, não conseguiu sequer garantir a cidadania para o conjunto dos seus cidadãos, seria necessário mirar na fonte de um país irmão que já conseguiu garantir a universalização de direitos como este.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado, Senador Randolfe.

Passo a palavra ao Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – Sr. Presidente, prezado Embaixador, eu vejo através da manifestação de praticamente todos os colegas que falaram que não houve uma preocupação maior com relação à discussão do Mercosul em si. O debate ficou afeito às relações com a Venezuela, importantes, diga-se de passagem. Mas o problema Mercosul continua nessa incógnita permanente.

O Senador Requião, que foi Presidente do Mercosul e presidente da bancada brasileira no Mercosul, fez referência à questão entre Brasil e Venezuela.

Semana passada, fez uma palestra em Porto Alegre o ilustre companheiro Serra. Ele fez questão, na sua manifestação, não só de mostrar que não acredita no Mercosul, mas de dizer que é uma balela absolutamente insignificante. O Mercosul só tem atrapalhado o Brasil, porque, na hora em que nosso País quer negociar com outras nações, tem de levar, no atropelo, junto com ele, a Argentina e o Uruguai, o que só vêm dificultar. De modo que não há qualquer facilidade para o Brasil em torno do Mercosul.

Não consigo entender: quando se criou o Mercosul, no Governo Sarney, a grande preocupação que havia para iniciá-lo era o problema que se chamava Argentina. Ninguém pensava em Venezuela ou coisa parecida. O problema era a Argentina; até a tradicional rivalidade entre Argentina e Brasil, que, em conseqüência, a Argentina não ia querer um polo, onde é natural, querendo ou não, seria o Brasil se apresentar com a nova representação.

Nesse sentido, o governo Sarney teve muita competência e, antes de iniciar o Mercosul, fez o diálogo Brasil-Argentina, em que o Brasil, inclusive, fazia algumas concessões. A Argentina é um dos maiores produtores de trigo do mundo, e o Brasil importa – não sei hoje –, mas importava, na época, 8 milhões de toneladas e, durante muito tempo, importou trigo da Argentina.

Mas houve, no final da Guerra, uma escassez muito grande de trigo, e o preço foi às nuvens. A Argentina tinha um contrato bilateral de longa data, que fornecia ao Brasil, terminou não fornecendo, porque os preços de lá eram muito superiores, não cumpriu o contrato, e o Brasil passou três anos, comendo pão de milho, porque, na verdade, não tinha trigo para que isso acontecesse.

Isso irritou muito o Brasil, e este passou a não comprar mais nada de trigo da Argentina. O Brasil chegava a comprar 6 milhões de toneladas dos Estados Unidos, 3 milhões de toneladas do Canadá, e não comprava nada da Argentina.

Então, quando foi dito que era necessário fazer a aproximação, a primeira coisa que se fez – e foi assim que o Sarney foi tremendamente bem-recebido em Buenos Aires –, inclusive foi mais fácil do que se imaginava, foi facílima a união com a Argentina –, Sarney esteve lá e, de saída, foi fazer um contrato de, se não me engano, 1,5 a 2 milhões de toneladas de importação de trigo.

Ao mesmo tempo, a Argentina já era, naquela época, exportadora de petróleo. Nós éramos importadores, importávamos milhões de toneladas do mundo árabe, e não havia por que não importar alguma coisa da Argentina. O Brasil, então, passou a importar o trigo argentino. Isso facilitou tremendamente o relacionamento do Brasil com a Argentina na integração com o Mercosul.

Infelizmente, os Estados Unidos, desde o início, boicotaram o Mercosul, foram radicalmente contra. Eles queriam uma entidade que reunisse toda a América, inclusive eles, e que os contatos fossem bilaterais entre os vários países da América, como fizeram com o Chile. Eles fizeram um contrato bilateral com o Chile, e o Chile nunca deu a menor satisfação para o Mercosul, porque "está indo muito bem, obrigado", com índices de desenvolvimento muito superiores aos da América e diz que não pode fazer contrato com o Brasil, Argentina e Uruguai, porque os números de venda dos artigos, hoje, são a nível dos Estados Unidos com uma facilidade tremenda.

Então, essa dificuldade foi intensa durante muito tempo. Aí houve o problema da Venezuela. O senhor deve ter sabido que houve aqui uma crise. Ela foi tão delicada que o Presidente Sarney foi à tribuna e, de lá, defendeu que o Brasil não podia admitir a entrada da Venezuela.

Essa discussão, aqui no Senado, foi decidida, cá entre nós, pelo bom senso. Muitos diziam que, por mais grave que fosse a ação do Sr. Hugo Chávez com relação ao Mercosul, com relação ao Brasil, o Sr. Hugo Chávez era o Presidente e que, mais dia menos dia, deixaria de ser presidente, morreria, e a Venezuela continuaria. Agora, se nós vetássemos a entrada da Venezuela no Mercosul, nós teríamos um relacionamento delicado com a Argentina por muito tempo. Quer dizer, a Venezuela não perdoaria e sempre diria foi o Brasil que evitou a entrada dela no Mercosul.

Então, o Brasil aceitou, topou a parada, e foi o Brasil que teve o diálogo muito interessante com a Argentina, para que a Argentina também concordasse. Depois, houve a célebre discussão com relação ao Paraguai. Ninguém entendeu até agora direito por que o Paraguai vetou. Quais foram as razões que levaram o Paraguai, o Senado paraguaio em não concordar, em tempo nenhum, com a entrada da Venezuela. Aí houve o incidente, a deposição do presidente do Paraguai; na história da humanidade, foi o *impeachment* mais espetacular, pois em 24 horas entraram com ação, foi decretado o *impeachment* e assumiu o novo presidente. Algo realmente inédito.

Ao mesmo tempo havia uma reunião de embaixadores do Mercosul no Rio de Janeiro e a Presidente do Brasil estava no Rio de Janeiro, quando foi surpreendida, ela e o Sr. Patriota, que estava do lado dela ali, com o que estava acontecendo, porque o Brasil não sabia de nada. O Brasil não sabia que se estava dando um golpe no Paraguai, um golpe com alguma

explicitação de juridicidade, porque a constituição do Paraguai permite que em 24 horas se faça o golpe. Quer dizer, faz-se a denúncia, dão duas horas para o presidente fazer a sua defesa e, posteriormente, está feita a votação e está tomado o país. Em 24 horas, um outro presidente toma posse.

Na época a Presidenta mandou o Sr. Patriota e não sei mais quem à Colômbia para evitar que a coisa acontecesse e suspender o *impeachment*, mas, quando chegaram lá, o Senado já havia votado. "Agora o presidente já é outro". Mesmo assim, veja que o Brasil aproveitou, e aproveitou essa saída do Paraguai, que foi excluído do Mercosul, para admitir a Venezuela. E agora o Brasil está fazendo um esforço muito grande e vai conseguir que o Paraguai retorne. Mas o resultado de tudo isso... Eu não concordo com o meu amigo Serra de que seja um fru-fru, que não dá em nada, mas na verdade não está dando em muita coisa. O aspecto está sendo realmente muito positivo.

V. Exª vai para a Venezuela.

Tive a felicidade de conversar longamente com V. Exª e manifesto o meu entusiasmo. V. Exª já sei, conheço sua biografia, é um grande Embaixador. V. Exª tem algo que não é comum aos embaixadores. Os embaixadores normalmente falam pouco: "Vamos ver, vamos pensar". V. Exª contou, mostrou o interesse que tem, a preocupação que tem. V. Exª realmente me emocionou. Eu fiquei muito impressionado com V. Exª. E V. Exª vai ser alguém que vai atuar e vai realmente ter um importante trabalho. Eu gostaria que os embaixadores seguissem sei exemplo, porque o normal é ficarem em uma posição tranquila, serena, não agir muito. Mas eu acho que no meio está a virtude. Está claro que o Embaixador não pode chegar lá e querer exagerar, pode criar problema, mas daí a não fazer nada, não. Acho que V. Exª vai e estou convencido de que nós vamos muito ouvir falar de V. Exª e da vocação e do trabalho que V. Exª terá na identificação do Brasil com a Venezuela.

Mas V. Exª acaba de chegar do Mercosul. Então, é muito importante a posição de V. Exª. V. Exª está lá na Venezuela, mas ao mesmo tempo veio do Mercosul e sabe todos os problemas que encontrou no Mercosul. Então, um dos mais difíceis problemas vai ser lá na Venezuela. As informações que a gente tem são as mais positivas, de que a Venezuela quer a entrada do Paraguai. Inclusive o Vice-Presidente da Venezuela esteve em Assunção falando com o Presidente do Paraguai e dizendo que eles têm o maior interesse na entrada do Paraguai. Já restabeleceram relações, vão indicar embaixadores – tinha sido suspenso –, os dois concordaram em fazer isso. V. Exª, nesse sentido, vai encontrar um ambiente propício, em que a ação de V. Exª provavelmente poderá nos trazer uma grande força.

Eu sou um sonhador. Eu vejo, com toda a sinceridade, que é meio ridículo o Brasil... Esta era uma das questões que eu discutia muito aqui quando não queriam que a Venezuela entrasse, o Senado não queria que a Venezuela entrasse. Eu dizia: vai acontecer algo muito simples – e já está acontecendo –, ela vai entrar lá no Pacífico. A Venezuela vai, leva outros países juntos, o Pacífico já é, vai aumentar e, no fim, não vai representar nada. Mas eu digo a V. Exª: eu defendo, com toda a sinceridade, a integração da América Latina. Eu acho que o entendimento da América Latina, o seu contexto, é absolutamente viável. Primeiro, porque eu não vejo nenhuma disputa radical de um contra o outro em que não haja condições de se fazer acerto. Se nós olharmos a América Latina, nós vamos ver que temos de tudo: agricultura, minério, petróleo. A América Latina é um território abençoado: água, água doce. E, no entanto, temos um padrão de vida quase igual ao da África. Temos miséria, fome, países que não se levantam e que não têm condições de ir, de avançar.

Isso começou, no Brasil, por exemplo, quando os portugueses chegaram, lá no Rio Grande do Sul, as missões tinham padrão internacional. Quer dizer, não havia nada no mundo... Estudos feitos hoje daquelas civilizações dizem que, quando foram destruídas pelos portugueses e pelos espanhóis, aquelas missões que existiam ali, se sentissem o progresso que tinham, seriam o primeiro mundo, teriam desenvolvimento igual ao que hoje têm o mundo inteiro, tal era o alcance do progresso, do desenvolvimento que tinham em todos os sentidos, no sentido da economia, no sentido do entendimento e inclusive no da organização social. Não era comunismo, mas tudo o que produziam, produziam em comum. Distribuíam de acordo com que cada um necessitassem e tinham tudo para ir adiante. Por isso Portugal e Espanha destruíram aquilo.

Então eu não vejo como nem por que a América Latina não possa estar integrada num grande continente, com distribuição de vantagens daqui para lá, em que o nosso progresso seria incontestável. Só vejo o evidente. Quer dizer, isso não interessa aos Estados Unidos, porque, aos Estados Unidos, já não interessa o Brasil. Quando o Presidente João Goulart aceitou ir embora e não quis a guerra civil, ele disse, com todas as letras, que ele não queria a guerra civil porque a 4ª Frota americana estava ali esperando para entrar no Brasil. O embaixador americano à época escreveu um livro em que ele diz isto: que a 4ª Frota estava nos mares brasileiros à espera para entrar no Brasil e que ficaram muito chateados porque João Goulart não resistiu. Foi uma desilusão para eles. Eles tinham certeza

de que haveria resistência, haveria luta, haveria guerra civil e eles entrariam e fariam o que há muito tempo sonhavam: dividir Brasil do norte e Brasil do sul. É claro que essa gente que já não quer um Brasil grande não vai querer uma América Latina realmente integrada. O que eles querem é a América dos americanos, só que americanos do norte. Aquela proposta veio ao longo do tempo e é o que eles querem. Como naquela vez que o Presidente americano teve a coragem de dizer quando alguém foi lá e propôs uma nova política para o Brasil: "Não admitimos que a Rússia se meta no nosso quintal." Foi assim a resposta. Nós somos considerados, para eles, quintal dos Estados Unidos.

Então eu vejo que... Eu não sei por que, mas me parece que está havendo motivação na humanidade.

Eu acho que a China com seus novos números, a Índia aparecendo e até a Rússia que parecia meio fora do mapa, acho o Putin uma pessoa muito inteligente, a vitória que ele teve nesse contexto foi realmente de primeira grandeza e, pela primeira vez, o americano quis fazer, estava com as tropas preparadas para invadir a Síria e o russo ao fez voltarem atrás. E o que é mais interessante, com a esmagadora maioria do povo americano, não querendo. Quer dizer, o Obama teve que reconhecer, recuou e calou a boca.

Então, acho que V. Exª, a quem admiro pela coragem de expor, de debater, vai para a Venezuela – um terreno para nós dos mais importantes neste momento –, em uma hora que acho tremendamente significativa. Só quero dizer que, nesse contexto, vejo com muito orgulho a sua presença lá e tenho certeza que vamos ouvir falar muito breve muito bem de V. Exª, a quem levo meu abraço e meu apreço.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado, Senador Pedro Simon.

Passo a palavra a S. Exª, o Embaixador Ruy Carlos Pereira que, com sua capacidade de síntese, estará dando um sobrevoo...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – Isso é maldade.

Ele ouve 20 Senadores, cada um falando uma hora e, agora, com a capacidade de síntese...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – O nosso Embaixador tem uma enorme capacidade de síntese e V. Exª vai testemunhar a capacidade intelectual do nosso querido Embaixador que nos honra aqui para essa sabatina.

A palavra é de V. Exª, Sr. Embaixador.

O SR. RUY CARLOS PEREIRA – Muito obrigado, Presidente.

V. Exª me superestima ao anunciar às excelentes personalidades integrantes desta Comissão a minha capacidade de síntese, sobretudo porque eu gostaria de começar dizendo a V. Exª, às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores, que aqui se mencionou que – acho que foi o Senador Cristovam Buarque – muito mais importante é a oportunidade que tem a Comissão de ouvir os embaixadores designados pela Senhora Presidenta da República que aqui se submetem a essa etapa cidadã, fundamental, que é fazer com que os Estados da Federação, a Federação, na pessoa de V. Exªs, confiram a legitimidade política e funcional necessária e institucional para que possamos desempenhar bem a nossa missão.

Daí porque encerrei – recordo a V. Exªs – as minhas palavras iniciais com uma afirmação sobre a qual tenho plena convicção de que o apoio de cada Senador individualmente, de cada Senador membro da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e do Senado como instituição e como poder, é fundamental para o êxito de um representante diplomático do Brasil designado chefe de missão. E é fundamental para o êxito desse representante diplomático do Brasil designado como chefe de missão, se a missão é ser embaixador em Caracas.

Nesse sentido, agradeço muito a oportunidade que V. Exª, Sr. Presidente, me conferiu ao me convocar a esta reunião da Comissão, porque se o Senador Cristovam Buarque, com essa generosidade infinita que tem, diz que tem a oportunidade de aprender, eu, que não consigo ser tão generoso como V. Exª, Senador, queria lhe dizer que, para o candidato à chefia da missão, é de valor extraordinário a oportunidade de, através das intervenções, dos comentários e das perguntas de V. Exªs, completar o quadro da sua missão, da sua tarefa, das suas prioridades, das suas diretrizes no exercício dessa altíssima função que a Presidenta da República nos encarrega cada vez.

Sr. Presidente, em atenção a sua exortação pela concisão – que, aliás, os meus colegas dizem não ser exatamente a minha característica mais saliente; porém, eu sou também e meus colegas sabem muito disciplinado –, vou ater-me à instrução de V. Exª. Para isso, preciso pedir a compreensão de V. Exªs, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, para tentar não responder individualmente, aqui nesta mesa, às perguntas. Mas vou-lhes prometer que o farei posteriormente, por escrito, a cada uma das perguntas que fizeram V. Exªs.

Eu vou tentar passar um pouco, horizontalmente, transversalmente, nas perguntas, para tentar recordar o que eu interpretei como conceitos essenciais, como preocupações fundamentais da Comissão e de V. Exªs.

Peço, por favor, Presidente, que se sinta plenamente à vontade para me interromper no momento que julgar apropriado e adequado, se for o caso de suspender a reunião a qualquer instante.

Acho que um conceito básico e fundamental que trabalhamos hoje durante esta manhã foi o da democracia. A preocupação de homens políticos e, mais do que isso, homens e mulheres eleitos e eleitas, que se dispõem ao debate político, pela vigência da democracia... Como dizia o Senador Agripino, independentemente das posições ideológicas, que aliás fazem parte do jogo e do embate... O Senador Aloysio ontem comentava isso quando gentilmente me cumprimentou. Tive oportunidade de vê-lo no plenário do Senado.

Há um elemento fundamental na democracia, e, sem ele, não existe democracia: o respeito pela diferença, o respeito pela diversidade. E, se olharmos os princípios da nossa Constituição, lá existe um preceito, que é uma conquista dos povos depois da Revolução Francesa. É o respeito pelos assuntos internos dos demais Estados e pela vigência do princípio da não intervenção.

E eu aí me valho da pergunta que me fez o Senador Cristovam Buarque: "Para onde vai a Venezuela?". Eu lhe respondo, Senador, que acho que vai para onde o povo venezuelano achar que deva ir. E isso é a expressão mais autêntica da democracia. Cada povo escolhe seus mecanismos, suas instituições, suas lideranças. Não há como ensinar.

V. Exª também me perguntava que capacidade de influência pode ter o Embaixador do Brasil em Caracas. Não sei se foi V. Exª ou o Senador Agripino. (*Pausa.*)

Senador Agripino, a capacidade de influência, qualquer que seja, que possa ter o Embaixador do Brasil em Caracas, em qualquer tema, é função da convergência de, pelo menos, duas variáveis: o fato de ser Embaixador do Brasil, primeiro, e o fato de estar numa posição junto a um governo que o receberá como Embaixador do Brasil como achar que deve receber. E temos confiança absoluta de que será bem-recebido – não eu, funcionário ou cidadão – mas o representante deste País.

Então, eu acho que juntar democracia, cidadania, não intervenção e, sobretudo, não pensar em fazer mudança de regime... Foi moda no século passado. Várias grandes potências intervieram no mundo, com o melhor dos sentidos, tentando fazer mudança de regime em áreas deprimidas do mundo. Um grande fiasco! Todos sabemos que é um grande fiasco. Por quê? Porque os povos e as nações têm seus tempos e suas trajetórias.

Perdão?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RUY CARLOS PEREIRA – Foi um desastre, Senador. Tem V. Exª toda a razão.

Portanto, acho que aqui a postura – e trato de mencionar um pouco esse primeiro conceito fundamental de cidadania e democracia – é respeitar a diferença, aportar apoio à paz e ao diálogo. E, aí, Sr. Presidente, permita-me uma observação. O Senador Mozarildo, se não me equivoco, foi um dos proponentes, responsáveis e criadores pelo Grupo Parlamentar de Amizade de Brasil-Venezuela que existe, mas que não é ativo. Então, permitam-me, não ao Embaixador designado pela Senhora Presidente, mas a um cidadão, lançar a V. Exªs – e perdoem a ousadia, o atrevimento – o desafio: organizem o grupo, façam-no funcionar, somem-se a essa tarefa. Porque a tarefa de atuar no plano das relações internacionais em um país tão próximo e tão importante para o Brasil, que nós queremos e amamos, porque é um irmão dessa região, esta tarefa do diálogo é uma tarefa de todos, mas é uma tarefa indissoluvelmente ligada ao Parlamento.

Eu fiquei muito feliz com a notícia de que o Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado está organizando uma missão à fronteira. Acho que é absolutamente indispensável e necessário. Eu, quando fui Cônsul-Geral do Brasil em Montevidéu, de 2006 a 2011, cinco anos, fui muitas, muitas dezenas de vezes à fronteira e vi como é importante a fronteira para os cidadãos que vivem na fronteira. Embora, muitas vezes, quando a fronteira é iluminada ou interpretada desde o ponto de vista do Governo Central, ela entra em outras categorias de análise; ela entra em categoria de defesa, de combate à narcotráfico e criminalidade, de preocupações, digamos, territoriais. Mas os habitantes da fronteira são cidadãos que vivem, no seu cotidiano, o embate, o contato, a fricção e a cooperação, maior ou menor, das duas unidades nacionais, que nós, muitas vezes, localizados nas distantes capitais, não vemos com tanta clareza.

Portanto, é absolutamente positivo – eu pelo menos assim o considero – e valioso que a comissão vá à fronteira. Espero que vá à fronteira, mas espero que vá a Caracas. Espero que vá sempre com a ajuda permanente da Embaixada em Caracas, por determinação da Senhora Presidenta da República, sem a menor dúvida, que nós possamos aportar, abrir, fortalecer o diálogo. Aqui se disse: é preciso nos conhecermos mais. É preciso que... O Senador Aloysio, creio, mencionava a questão dos esteriótipos. Só há uma forma de combater esteriótipo, V. Exª sabe muito bem disso, não preciso estar aqui repetindo: é olhando olho no olho, é conversando direto, é estando ao lado, junto, próximo. É isso que nós precisamos fazer.

Então, Senador Mozarildo, perdoe o atrevimento, mas eu deixaria consignada essa modesta sugestão e, de certa forma – aí é muito maior o atrevimento –, um desafio, mas muito modesto e, sobretudo, muito cidadão. Então esse era o primeiro conceito.

O segundo conceito é: o que tem a ver isso com Mercosul? O que tem Venezuela a ver com Mercosul? Senador Pedro Simon trouxe aqui recordações dos primórdios do Mercosul. Eu tive, como jovem Secretário, a oportunidade de participar da negociação do capítulo financeiro da ata de integração Brasil-Argentina em Foz de Iguaçu em 1985 ou 1984, já não me lembro bem direito. Aqui se mencionou, e também é outro tema, acho que foi o Senador Agripino, as diferentes opções de inserção externa que temos convivendo na região. Recordou Peru, recordou Colômbia, recordou Chile. Eu volto ao que tinha dito antes: as opções, as decisões, as escolhas de política que fazemos respondem muito às características de cada um dos países e ao seu momento histórico dado.

Uma coisa é uma economia e um país com uma vastidão, uma complexidade, a diversidade e o avanço do Brasil, que se propõe a apoiar iniciativas como devem ser, aliás, complexas, porque têm que responder à complexidade da estrutura da economia e da sociedade de onde se originam, digamos assim; multifuncionais, porque as nossas responsabilidades no mundo hoje são muito diferentes, muito variadas, numerosas, em relação ao que eram há 50 ou 60 anos. Mas, sobretudo, compromissadas com a construção de uma plataforma de prosperidade e democracia na região. Porque o custo/benefício de não construir vai-se revelar inevitavelmente muito maior do que o empenho político que é necessário, que existe, para fazer avançar um projeto de integração como o Mercosul.

Hoje, V. Exªs sabem muito bem, toda a América do Sul tem algum tipo de relação direta com o Mercosul, com maior ou menor grau de profundidade. Hoje o Mercosul – acho que foi o Senador Pedro Simon que me concedeu a recordação do fato de eu estar vindo da posição de Embaixador do Brasil junto ao Mercosul e a Aladi – é, sem dúvida nenhuma, a mais profunda, abrangente, complexa e diversa iniciativa de integração na região. Sem a menor dúvida. As outras iniciativas – que existem e são positivas, aqui não há pretensão de exclusividade – respondem a visões de mundo e a escolhas de políticas de desenvolvimento econômico e social de seus respectivos países e povos. Nós escolhemos esse caminho.

E esse caminho, temos que recordar, é o que permite, em grande medida, a pujança da indústria brasileira; é o que permite, em grande medida, preservar, conquistar e qualificar postos de trabalho nos Estados, todos do Brasil, mas sobretudo do centro sul do Brasil, do sudeste do Brasil.

E tenho convicção de que, tendo anotado as preocupações de V. Exª, Senador Mozarildo, Senador Romero Jucá, Senador Randolfe e outros que fizeram comentários aqui, terei como elementos importantíssimos da minha gestão dar consequência prática, concreta àquilo que mencionei: a entrada da Venezuela no Mercosul move, desloca o epicentro geográfico do processo de integração em direção ao Norte e também, por que não, ao Nordeste.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Permita-me, Embaixador.

V. Exª pode inclusive inovar nessa prática cultural e no relacionamento com o Senado à medida que, assumindo a embaixada e estando lá há seis, oito meses, gostaria de voltar à comissão para prestar contas daquilo que estamos fazendo, daquilo que estamos evoluindo nessas relações, dos problemas e desafios.

Essa não é uma prática comum, mas é uma prática perfeitamente louvável. E esta Comissão estará aberta a que V. Exª, sendo consagrado como nosso futuro Embaixador na Venezuela, possa inclusive inaugurar essa nova prática entre esta Comissão e a missão diplomática que V. Exª seguramente estará dirigindo.

O SR. RUY CARLOS PEREIRA – Senador, muito obrigado. Eu quero dizer que, como cidadão, honradíssimo, acudirei o Parlamento sempre que o Parlamento julgar que é a hora de aqui estar.

Como funcionário público e servidor do Brasil no Poder Executivo, tenho certeza de que, caso haja essa iniciativa por parte do Parlamento, a Presidenta da República certamente terá toda a consideração para com uma convocatória desse sentido. E eu estarei pronto a merecer a honra do privilégio desse debate com V. Exªs.

Muito obrigado pela ideia ou pela inovação, como mencionou V. Exª.

Falamos, portanto, de democracia, cidadania, integração, interesses estratégicos, projeção para o Norte. Se pensarmos em termos de Brasil, projeção para o Norte significa lançar um olhar e abrir a compreensão sobre o Caribe, a América Central. E, aí, caímos necessariamente na dimensão cultural, que foi aqui tão mencionada.

Lembro-me dos elementos que foram recordados nos aspectos sociais. Eu tinha, Senador Randolfe, como pode ver V. Exª, uma tabela de dados básicos Brasil-Venezuela, em que justamente, enquanto V. Exª falava, eu sublinhava. A expectativa de vida na Venezuela é maior do que a do Brasil – pouco maior, mas é maior. A alfabetização, como disse V. Exª, é maior – pouco maior, mas é maior. Os investimentos em educação, curiosamente, são menores em termos de

PIB, percentual do PIB. Mas há, evidentemente, uma diferença extraordinária entre a Venezuela do final dos anos 80 e a Venezuela contemporânea; assim como há também no Brasil, sem querer assumir nenhuma postura de caráter ideológico.

A verdade é que os dois países, os dois povos julgaram fundamental investir pesadamente na ampliação do acesso a bens públicos essenciais e fundamentais, na ampliação da oportunidade do exercício da cidadania real e concreta, que tem muito por fazer ainda, mas é inegável, é impossível não reconhecer que o Brasil e a Venezuela de 2013 são muito menos pobres, menos desiguais, do que eram em 1985 ou 1989, para colocar uma data.

Se há uma tecnologia a aprender, para usar a expressão de V. Exª, eu acredito que, sim, há, e que parte das tarefas que poderia assumir o Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Venezuela era ser uma espécie de "olhos e ouvidos do rei" – entre aspas –, para, enfim, conseguir chegar a um conhecimento mais próximo dessa realidade.

Eu, pelas estatísticas com que trabalhei e pelas informações que recebi, sei que há um volume realmente impressionante de recursos – e aí, uma característica –, não todos de natureza orçamentária, investidos em habitação, saúde, saneamento, educação, etc. E há também um compromisso muito grande da administração em fazer chegar, digamos, a política pública social muito próxima da cidadania, muito próxima da população. Talvez isso explique essas diferenças positivas que temos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Permite-me, Sr. Presidente? Serei muito breve.

Eu entreguei ao Embaixador Ruy Carlos Pereira um texto e gostaria de me escusar por não ter participado inteiramente da reunião, por ter um compromisso na Comissão de Assuntos Sociais. Ali, é ressaltado como a Venezuela conseguiu, de 1999 a 2012, se tornar o mais igualitário dos países de toda a América Latina, com o menor coeficiente de Gini.

Em que pesem todos os avanços ali havidos, um dos principais Parlamentares do próprio partido de Hugo Chávez, Rodrigo Cabezas, é um dos coproponentes da Lei Marco da Renda Básica, que considera também importante para a Venezuela.

Eu entreguei o texto relativo a esse assunto para que o Embaixador Ruy Carlos Pereira possa ali acompanhar o desenvolvimento sobre esse tema.

Era apenas isso que eu gostaria de dizer.

Meus cumprimentos. Sucesso em sua missão.

O SR. RUY CARLOS PEREIRA – Muito obrigado, Senador. Recebi seu livro e terei presentes suas ideias e suas propostas durante a minha gestão em Caracas, seguramente.

Presidente, não sei se posso prosseguir com algum comentário adicional ou... Coloco-me em suas mãos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Nós estamos com o tempo estourado em mais cinco minutos.

O SR. RUY CARLOS PEREIRA – Então, eu tenho mais cinco minutos?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Isso.

O SR. RUY CARLOS PEREIRA – Muito obrigado.

Eu não queria deixar de mencionar uma questão que me parece ter uma importância tópica, em certa medida, mas também estratégica, que é a questão que foi mencionada aqui pelo Senador Jarbas Vasconcelos sobre a refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco.

Naturalmente, eu não conheço as entranhas do projeto nem das que sei complexas negociações que já há bastante tempo vêm-se desenvolvendo sobre essa questão. Mas, tendo em conta os comentários que fez o Senador Jarbas Vasconcelos, farei duas ou três observações.

Primeiro, o fato concreto e real é que nós temos em fase final de construção uma refinaria no Nordeste. Esse é o fato. Isso representa uma mudança importantíssima na política que se seguiu no País durante muitos anos, em que os investimentos de refino primeiro ou quase nunca eram feitos e, quando eram feitos, ocorriam em refinarias já existentes. Então, esse é um fato.

Segundo, a informação que tenho até onde alcanço é a de que não se concluíram as conversações entre os dois lados.

Terceiro, é que a refinaria não está pensada para depender de petróleo importado da Venezuela.

Então, eu me permitiria, neste momento, Sr. Presidente, fazer somente esses três brevíssimos comentários, o que não impedirá, naturalmente, que eu procure os elementos adicionais solicitados pelo Senador por Pernambuco.

Senador Romero Jucá e Senador Mozarildo, acho que já comentei também a questão da cidadania em fronteira.

O Senador Cristovam Buarque, sim, mencionava a questão de cenários nos próximos anos: Brasil-Estados Unidos-Venezuela; Venezuela-Paraguai-Brasil. Senador, sobre o cenário para os próximos anos, acho que temos o Brasil como País e o Senado, o Parlamento, como instituição, um papel importante a desempenhar, não para determinar cenários, mas para incidir sobre hipóteses de cenários. Sempre, naturalmente, respeitando as decisões que venham a ser tomadas pelo povo venezuelano, que é quem tem que decidir seus próprios cenários.

Mas há alguns elementos alentadores. Um problema concreto que aqui certamente se vê nas estatísticas é o índice de criminalidade urbana na Venezuela, que é bastante elevado, um dos mais elevados da região. Mas sabemos muito bem, pela nossa própria experiência no Brasil, que essa é uma tarefa contínua, permanente e que demanda compromisso e tempo, muitas vezes, e não tenho dúvida de que chegará o momento em que também lá se conseguirão reduzir os índices de criminalidade ou delinquência urbana.

Tenho só mais três minutos, mas não poderia deixar de mencionar, Senador: Brasil-Estados Unidos-Venezuela, conflito – foi o que anotei aqui quando fez V. Exª sua intervenção. Não vejo, honestamente. No passado, depois do golpe do Carmona, foi o Brasil que tomou a iniciativa – V. Exª se recordará disso muito bem – de, no âmbito da OEA, convidar países relevantes no cenário venezuelano para reunir o grupo de amigos do Secretário-Geral da OEA e apoiar os esforços em torno ou em favor de uma solução pacífica e acordada. Os Estados Unidos eram parte, foram parte desse grupo de amigos.

O segundo elemento que vejo muito importante: por mais desencontros, desentendimentos, certo ruído que se percebe na relação ou nas relações dos Estados Unidos com a Venezuela, em momento nenhum, isso afetou o plano das relações econômicas e comerciais. Há uma visão absolutamente clara dos dois lados quanto à importância e significado dessas relações.

Então, não vejo essa questão do conflito.

Em relação à Venezuela-Paraguai-Brasil, tenho a impressão que cheguei a comentar isso com o nosso Presidente. O Presidente Cartes e o Presidente Maduro, por iniciativa da Presidente Dilma Rousseff – isto é muito importante sublinhar: por iniciativa da Presidente Dilma Rousseff –, encontraram-se na cúpula da Unasul, em Paramaribo, recentemente. Tiveram uma primeira conversa *têtе-à-têtе*, olho no olho, e dali já se extraíram elementos muito positivos não só para a relação bilateral paraguaia-venezuelana, mas para o próprio Mercosul. O Chanceler da Venezuela – acho que foi o Senador Pedro Simon que recordou –, semana passada, esteve em Assunção, foi recebido pelo Presidente Cartes, decidiram trocar embaixadores, e normalizaram as relações.

Eu dizia ao nosso Presidente, Senador Ferraço, que o papel do Brasil, neste momento, deve ser acentuar a sua presença e seu apoio ao lado daqueles, a começar pelo próprio Paraguai e pela própria Venezuela, que querem olhar para frente e construir o caminho de retorno – aliás, obra essa que está em andamento.

Portanto, Senador Cristovam Buarque, tampouco vejo a perspectiva do conflito nesse outro triângulo que mencionou V. Exª.

E como só me resta um minuto – não, menos, já passei, creio, um minuto; desculpe-me, Presidente –, eu ficaria por aqui, com o beneplácito do Sr. Presidente no sentido de que eu poderia fazer chegar a V. Exª as respostas, para que V. Exª pudesse encaminhar aos membros da Comissão, a respeito dos outros aspectos que, pelo tempo, não me foi possível atender.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Nós é que agradecemos a S. Exª o Sr. Embaixador.

De acordo com o disposto no inciso IV do art. 52 da Constituição Federal, combinado com o §1º do art. 383 do Regimento Interno do Senado, de agora em diante, a reunião da Comissão será transformada em secreta para que, se for o caso, os Srs. Senadores ou as Srªs Senadoras possam se dirigir ao Sr. Embaixador para algum questionamento de ordem sigilosa.

Designo, portanto, que as nossas assessorias possam contribuir na direção de tornar a nossa reunião reservada a partir de agora.

Designo o Senador Jorge Viana e o Senador Roberto Requião para nos ajudar e atuar na condição de secretários e escrutinadores da sabatina do Sr. Embaixador Ruy Carlos Pereira.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Presidente, enquanto apura, não sei se seria correto ou não, mas proponho, como lhe falei, que a nossa audiência para discutir essas últimas manifestações seja feita junto com outra que foi convocada pelo Senador Randolfe na Comissão de Direitos Humanos, no dia 3 de dezembro. Em vez de fazermos duas, faríamos uma.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Estou plenamente de acordo. Faremos numa terça-feira, inclusive, na Comissão.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Então, os secretários combinam, não é?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Vamos combinar com as demais comissões para conciliar a agenda para fazer aquela comissão em conjunto. *(Pausa.)*

(A reunião transforma-se em secreta às 13 horas e 4 minutos e volta a ser pública às 13 horas e 8 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Está reaberta a nossa reunião.

Comunico a S. Exªs, Srs. Senadores e Srªs Senadoras, que o Embaixador Ruy Carlos Pereira, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Bolivariana da Venezuela, foi aprovado.

Ao cumprimentar S. Exª o Embaixador Ruy Carlos Pereira, eu me permito compartilhar com V. Exª, sem demérito nenhum, que nós já coordenamos aqui um conjunto de sabatinas, mas a sabatina de V. Exª foi diferenciada, e eu quero, de público, fazer este registro, quero crer que em meu nome e em nome dos Senadores que compõem esta Comissão.

Pelas manifestações todas que nós pudemos observar aqui, em que pesem as diferenças naturais e saudáveis da visão de cada um, de cada partido, todos ficamos muito bem impressionados com o entusiasmo com que V. Exª está abraçando este novo e importante desafio em sua trajetória, já marcada por muito êxito e muita dedicação; não apenas a confiança do Poder Executivo, não apenas a confiança de Sua Excelência a Presidente Dilma, assim como a confiança do nosso Chanceler Figueiredo e também a confiança desta Comissão.

Estamos muito otimistas de que V. Exª vá, de fato, construir pontes que possam integrar as nossas agendas, o nosso Senado, com o Congresso, com o Parlamento venezuelano, na direção de nos aproximarmos ainda muito mais, intensificarmos as nossas agendas comuns, visando ao fortalecimento do Mercosul, visando ao estreitamento das relações entre o nosso País e a Venezuela, visando as nossas convergências, não apenas no campo econômico, mas sobretudo no campo cultural, que nos une e nos integra.

De modo que quero cumprimentar V. Exª e desejar-lhe todo sucesso à frente da missão diplomática de nosso País na Venezuela. Meus cumprimentos. Que V. Exª seja muito feliz.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 10 horas e 15 minutos, a reunião é tornada secreta às 13 horas e 4 minutos, volta a ser pública às 13 horas e 8 minutos e é encerrada às 13 horas e 10 minutos.)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 48ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 31 DE OUTUBRO DE 2013, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NO PLENÁRIO 7 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA

Às dez horas e seis minutos do dia trinta e um de outubro de dois mil e treze, no plenário sete, sob a Presidência do Senhor Senador **Jarbas Vasconcelos**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senhores Senadores **Jorge Viana, Eduardo Suplicy, Vanessa Grazziotin, Luiz Henrique, Paulo Bauer, Mozarildo Cavalcanti, Delcídio do Amaral, Randolfe Rodrigues, Sérgio Souza, Romero Jucá, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro, Osvaldo Sobrinho e Cícero Lucena.** Deixam de comparecer os demais Senadores. Justificam ausência os Senadores **Cristovam Buarque, Ricardo Ferraço** e **Ana Amélia**. O Presidente declara aberta a Reunião e submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. Passa-se à deliberação dos três itens da **PAUTA: ITEM 1 – MENSAGEM (SF) Nº 64, de 2013,** de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor SÉRGIO LUIZ CANAES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Sérvia e, cumulativamente, junto a Montenegro." Sabatina realizada. **ITEM 2 – MENSAGEM (SF) Nº 65, de 2013,** de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor APPIO CLAUDIO MUNIZ ACQUARONE FILHO, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Chipre." Sabatina realizada. **ITEM 3 – MENSAGEM (SF) Nº 76, de 2013,** de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ANTONIO CARLOS DO NASCIMENTO PEDRO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado do Kuaite e cumulativamente, junto ao Reino do Bareine." Sabatina realizada. O Senador Luiz Henrique usa a palavra para manifestar condolências pelo falecimento da senhora Laila Lontra Pinheiro, esposa do ex-presidente da Câmara dos Deputados Ibsen Pinheiro. Os Embaixadores **Sérgio Luiz Canaes, Appio Claudio Muniz Acquarone Filho** e **Antonio Carlos do Nascimento Pedro** são convidados a compor a Mesa. O Presidente registra a presença da Embaixadora da República de Chipre no Brasil, Martha A. Mavrommatis, que é também convidada a compor a mesa. Os expositores fazem suas exposições. O Presidente abre o processo

de votação. Usam a palavra os Senadores Eduardo Suplicy e Luiz Henrique. Os Embaixadores respondem os questionamentos. O Senador Eduardo Suplicy solicita inclusão de Requerimento de autoria do Senador Cristovam Buarque, que subscreve, como item extrapauta. A solicitação é aprovada. **EXTRAPAUTA: ITEM 4 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 110, de 2013,** de autoria do Senador Cristovam Buarque, subscrito pelo Senador Eduardo Suplicy, que "Requeiro, em aditamento ao meu requerimento aprovado nesta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE, nº 107-CRE, no último dia 10 do corrente, que a Audiência Pública proposta seja realizada em conjunto com as Comissões de Educação, Cultura e Esporte – CE e de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, conforme requerimento nº 65-CE, apresentado pelo Senador Randolfe Rodrigues, e aprovado em reunião deliberativa da Comissão de Educação, para debater *"O papel do coletivo fora do Eixo e da Mídia Ninja nos cenários cultural e jornalístico brasileiros",* preferencialmente, no dia 3 de dezembro." Aprovado. A reunião é tornada secreta às onze horas e quarenta e sete minutos e reaberta às onze horas e cinquenta e um minutos. O Presidente comunica a aprovação, pela Comissão, dos Embaixadores indicados. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às onze horas e cinquenta e cinco minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no *Diário do Senado Federal.* – Senador **Jarbas Vasconcelos,** Presidente Eventual.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco Maioria/PMDB – PE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 48ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A pauta consta de três itens.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 64, DE 2013
– NÃO TERMINATIVO –

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor SÉRGIO LUIZ CANAES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Sérvia e, cumulativamente, junto a Montenegro.

Autoria: Presidente da República

Relator: Senador Eduardo Suplicy.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 65, DE 2013
– NÃO TERMINATIVO –

Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor APPIO CLAUDIO MUNIZ ACQUARONE FILHO, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Chipre.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Eduardo Lopes (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria *Ad Hoc*: Senador Cyro Miranda

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 76, DE 2013
– NÃO TERMINATIVO –

Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ANTONIO CARLOS DO NASCIMENTO PEDRO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado do Kuaite e cumulativamente, junto ao Reino do Bareine.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Delcídio do Amaral

Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberarem sobre as indicações presidenciais.

Quero ainda registrar que, em 10 de outubro corrente, foram lidos os relatórios e concedida vista coletiva das Mensagens nºs 64 e 65, de 2013. Tam-

bém em 26 de setembro próximo passado, foi lido o relatório e concedida vista coletiva à Mensagem nº 76 também de 2013.

O Senador Luiz Henrique pede a palavra pela ordem.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, peço a palavra pela ordem para fazer um triste comunicado à Casa.

Faleceu, na noite de ontem, D. Laila Lontra Pinheiro, esposa do ex-Presidente da Câmara dos Deputados Ibsen Valls Pinheiro.

D. Laila morreu duas vezes. A primeira vez, quando amargou o sofrimento pelo processo que promoveu a maior injustiça política desta República, que levou à cassação do mandato do então Presidente da Câmara dos Deputados Ibsen Pinheiro.

Lembro muito bem, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, do discurso que fiz em defesa de Ibsen Pinheiro. Aliás, havia uma concertação de cerca de 15 Deputados das diversas bancadas e da melhor qualificação de irmos todos à tribuna em defesa de Ibsen. Na hora da sessão, eu e os então ex-Presidentes do Senado e do Supremo Tribunal Federal, o então Deputado Nelson Jobim, o fizemos. E lembro bem do que disse naquela ocasião: "Esta Casa vai cometer o maior erro político da nossa história recente." Chamei a atenção dos Srs. Deputados para a injustiça que se estava perpetrando contra um dos homens públicos mais íntegros que pisou neste Congresso Nacional. Não adiantou. Clamamos no deserto, Jobim e eu, e Ibsen foi cassado.

Em Porto Alegre, sua casa virou um gueto. Dela, todos se afastaram. Os companheiros de partido, os amigos, e D. Laila viveu uma morte em vida, chorando amargamente pelo triste desfecho que liquidou uma carreira que era das mais brilhantes que já vi neste Congresso. Ficaram lá os dois durante mais de dez anos, e deles, todos se afastaram.

Quando foi reconhecida a inocência de Ibsen Pinheiro, quando foi reconhecido o erro clamoroso que se perpetrou contra ele, Ibsen não teve palavras de ressentimento. Não acusou ninguém, não apontou o dedo para ninguém, demonstrou toda a sua grandeza de homem público, a compreensão pelo episódio. De repente, formou-se uma avalanche na opinião pública de que Ibsen tinha de ser cassado. Interrompia-se uma trajetória que, certamente, o teria levado à Presidência da República.

Ibsen absorveu o choque e não teve palavras de repreensão e muito menos de ódio contra os que o levaram ao cadafalso político. D. Laila, no entanto, continuou, como é da natureza da mulher, sem absorver aquele impacto doloroso. Sua morte é consequência, não tenho dúvida, daqueles fatos. Ela morre de metástase política, uma metástase que a foi definhando ano a ano, mês a mês, dia a dia, incapaz de perceber que seu marido, pela grandeza que tinha, pudesse ser vítima de tal indignidade política.

Faço este registro, Sr. Presidente, pois o Rio Grande perde uma grande mulher, o Brasil perde uma grande mulher. E ao Deputado Ibsen e ao Márcio, seu filho, creio que faço em nome de toda esta Comissão e de toda esta Casa, enviamos as nossas condolências, o nosso sentimento por este fato tão triste e doloroso ocorrido ontem à noite em Porto Alegre.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco Maioria/PMDB – PE) – Senador Luiz Henrique, conheci também e convivi com o casal Ibsen e D. Laila, e subscrevo tudo que o companheiro aqui disse, com emoção. Lamento profundamente o seu desaparecimento. Vamos nos associar à Presidência e, acredito, a toda a Casa – V. Exª falou em nome da Casa, não só da Comissão de Relações Exteriores, mas de toda a Casa –, para que possamos enviar as nossas condolências ao companheiro Ibsen Pinheiro, que foi uma das melhores figuras que conheci aqui no Congresso Nacional.

Convido para que tome assento à Mesa os Senadores e os Embaixadores já aludidos, cujos nomes constam nas mensagens dos itens 1, 2 e 3. *(Pausa.)*

A Mesa também registra com alegria a presença entre nós da Srª Martha Mavrommatis, Embaixadora da República Federativa do Brasil na República do Chipre. Seja bem-vinda!

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente, gostaria de sugerir que S. Exª a Embaixadora fosse convidada a integrar a Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco Maioria/PMDB – PE) – O convite está formulado. *(Pausa.)*

Informo aos Srs. Embaixadores indicados que o tempo destinado à exposição será de 20 minutos, mas a Mesa terá tolerância para que a exposição possa ser concluída.

Concedo a palavra ao Embaixador Sérgio Luiz.

O SR. SÉRGIO LUIZ CANAES – Bom dia, Sr. Presidente, Senador Jarbas Vasconcelos. Bom dia, Senador Luiz Henrique. Bom dia, demais membros da Comissão.

Eu queria inicialmente agradecer a oportunidade que V. Exªs estão me dando de estar aqui para tecer alguns comentários sobre a Sérvia, país no qual, com a aprovação de V. Exªs, eu serei representante do Brasil, na condição de Embaixador.

A Sérvia é um país que surgiu do desmembramento da Iugoslávia a partir de 1990, com a queda do muro de Berlim e o fim da Guerra Fria. A característica da região – os Bálcãs – é que é uma região muito instável politicamente. As fronteiras dos países que compõem os Bálcãs mudaram ao longo dos séculos, muito. Sempre mudavam por causa de guerras étnicas. Depois, com o cisma da Igreja no século XI... A região era limítrofe entre o Império Romano do Ocidente, com capital em Roma, e o Império Bizantino, com capital em Constantinopla, hoje Istambul. Com o cisma da Igreja, no século XI, a Igreja Católica se dividiu. Do lado oeste, ficaram predominantemente os católicos e, do lado leste, predominantemente, os gregos ortodoxos. Depois, no século XV, com a invasão dos otomanos pelo sul, um elemento complicador veio se instalar ali. Os otomanos, para ter a fidelidade dos seus habitantes, obrigaram a população a se converter ao islamismo.

Assim, dessa forma, durante cinco séculos, a região teve a presença de três religiões rivais: a religião católica na Croácia e Eslovênia, que são áreas de cultura alemã, germânica, ligadas ao império austríaco; a religião greco-ortodoxa do lado leste, predominantemente na Sérvia, em Montenegro e na Macedônia; e a religião muçulmana ao sul, predominantemente na Bósnia e também na Albânia. A Albânia nunca foi parte da Iugoslávia. Depois, essa região continuou sob a influência das grandes potências imperiais: Áustria, Rússia e Turquia Otomana. Isso fazia com que essas potências imperiais se utilizassem das populações locais e se acirravam os olhos entre eles e viam as brigas e os conflitos étnicos.

A Sérvia experimentou alguma autonomia no fim do século XIX e, no começo do século XX, ela tentou ampliar o seu território para formar o que é chamado de Grande Sérvia. Com o fim da Primeira Guerra, os impérios e a destruição dos grandes impérios da Áustria, o Império Otomano e o Império do Czares no fim de 1917, tem-se a independência da região que se passa a chamar Reino dos Sérvios Croatas Eslovenos e, a partir de 1929, Reino da Iugoslávia.

Em 1945, a Sérvia passa a ser República Federativa Socialista da Iugoslávia. Dali, 1945 até 1990, o país conheceu certa estabilidade graças à política habilidosa de Tito. Quando Tito veio a falecer, em 1980, as crises de sucessão se iniciaram porque a constituição, previamente prepara, previa que o presidente da república fosse, a cada período, de uma das seis diferentes repúblicas. Porque se fosse o sufrágio, sempre seria eleito um sérvio em função do tamanho de sua população. Esses presidentes não tinham força política, primeiro porque não tinham estatura política do Tito e, segundo, porque não tinham apoio do eleitorado e, com isso, a instabilidade política começou a se instalar.

Com a queda do Muro de Berlim em 1989 e o fim da Guerra Fria, começa então a desintegração do país em 1990, sendo que a primeira guerra da Eslovênia contra o exército sérvio, a partir daí se torna independente a Eslovênia e a Croácia, depois esses movimentos se estendem para o sul descendo à Bósnia Herzegovina e finalmente à Macedônia dez anos depois. Essas guerras e conflitos étnicos geraram em torno de dois milhões e meio de refugiados. A partir daí, restam somente a Sérvia e Montenegro que formam a República de Sérvia e Montenegro, e, em 2006, Montenegro por um plebiscito tornar-se independente e sobra então finalmente a República da Sérvia.

Bem, a República da Sérvia é um país que tem uma população de cerca de 7,5 milhões de pessoas, Belgrado, a capital com 1,7 milhão, sendo 80% de cristãos ortodoxos, 10% de agnósticos, 7% de muçulmanos e 3% que não se declararam. A área do país, em torno de 88 mil quilômetros quadrados, que representam aproximadamente 35% da antiga Iugoslávia. O PIB medido em 2013 é de US$53 bilhões, a renda *per capita* de US$5,3 milhões e a moeda é o dinar sérvio, que vale aproximadamente US$1,88 dinares sérvios.

Quanto ao sistema político, trata-se de uma democracia parlamentar, com uma assembleia unicameral com 250 deputados eleitos pelo sistema proporcional. O presidente é Tomislav Nikolic desde 2012, e o Primeiro-Ministro chefe de governo, Ivica Dacic.

A economia da Sérvia é uma economia em transição, porque permanece ainda dominada pelo setor estatal. Ha alguns progressos no caminho do livre mercado com privatização nos últimos anos a exemplo da telefonia celular. Mais da metade das exportações do país se destina a Europa, que com qualquer desaceleração nos países europeus já prejudica a economia, que já é prejudicada pela insegurança do país. O desemprego é alto, em torno de 25%, a taxa de inflação é de 11,4% superior às projeções. E como fator positivo nós temos a força de trabalho é barata e qualificada e a Sérvia está localizada numa região estratégica rodeada de países num mercado que formam 70 milhões de habitantes mais ou menos.

Os setores são: 65% aproximadamente setor de serviços, 23% da economia no setor industrial com destaque para a construção civil e metalurgia, e agricultura 12%, que emprega 40% da população e os principais produtos são milho, trigo, açúcar e girassol. O país também é deficiente na geração de energia e a candidatura à União Europeia deverá trazer reformas liberalizantes no campo econômico.

A política externa da Sérvia gira em torno de dois eixos básicos: a adesão à União Europeia e a solução da questão do Kosovo, que é uma província autônoma do país, de forma negociada. Esses dois objetivos estão entrelaçados, porque uma das exigências da União Europeia para que a Sérvia viesse a fazer parte do bloco era de que fosse solucionada a questão do Kosovo.

Em abril passado, foram assinados os chamados acordos de Bruxelas, sob os auspícios da União Europeia, entre Sérvia e a Província de Kosovo, cuja capital é Pristina. Esses acordos basicamente garantem a segurança dos sérvios no norte da província. O norte da província tem quatro municípios de maioria sérvia, o restante da província é de população albanesa. Então, o acordo garante a segurança e exige que as autoridades executivas desses quatro municípios sejam designadas por Pristina, que é a capital da província, em listas preparadas pelos municípios. Os acordos foram aprovados pela maioria do parlamento, mas não foram bem aceitos pela população sérvia. Objetivamente, os acordos não mudam nada, mantêm a condição do Kosovo como província sérvia, mas os kosovares tomaram os acordos como sendo de sua soberania e não é exatamente como os sérvios os veem.

Em troca da assinatura desses acordos, a União Europeia permitiu que o relatório do Conselho Europeu determinasse uma data para início de negociações para adesão da Sérvia à União Europeia, que é 1º de janeiro do ano que vem, 2014, e a integração completa está prevista para 2020.

Outros objetivos da política externa são melhorar as relações com os vizinhos, as antigas repúblicas sérvias, para arrefecer as tensões regionais. A Sérvia também pretende maior inserção nos fluxos econômicos e financeiros binacionais e ingressar na OMC. O Presidente Nikolic acha que a Sérvia tem condições de procurar alternativas à União Europeia, para não ficar dependente basicamente da União Europeia. Uma dessas alternativas vistas pelo Presidente é os BRICS. Dos BRICS, a Rússia tem uma relação especial, tradicional, de laços históricos com a Sérvia; a China e a Índia têm vários acordos de investimentos; só o Brasil ainda não tem uma relação especial com o País.

As relações com a Rússia, como disse, são baseadas em sentimentos antigos, profundos e o Presidente Putin recentemente declarou que pretende elevar o patamar das relações entre Moscou e Belgrado a um patamar de relações estratégias.

Com os Estados Unidos, desde a reabertura da Embaixada dos Estados Unidos em Belgrado, em 2001, as relações oscilam para aproximação e afastamento. No momento, os sérvios esperam dos Estados Unidos investimentos em várias áreas, notadamente na área de tecnologia da informação.

Relações bilaterais com o Brasil. O Brasil mantém relações históricas cordiais com a antiga Iugoslávia, a abertura de nossa embaixada em Belgrado data de 1938, e esse legado de cordialidade é o que norteia o relacionamento com a atual Sérvia. Quanto ao estabelecimento de relações com a Sérvia – a abertura da embaixada em Belgrado data de 1938, mas com o país sendo desmontado –, quer dizer, o país como Sérvia, as relações estabelecidas são oficialmente de 22 de junho de 2006, após a separação de Montenegro.

A Sérvia tem uma satisfação com o Brasil por três motivos principais. Primeiro, nós apoiamos o Movimento Não Alinhado, em 1955, do qual a Sérvia fazia parte; a embaixada do Brasil em Belgrado não foi fechada, como muitas outras durante os bombardeios da Otan em 1999, e a Sérvia respeita muito a posição de multilateralismo do Brasil com relação ao Kosovo. O Brasil não reconhece o Kosovo, que já é reconhecido por mais de cem países da ONU.

Os contratos de alto nível podem ser vistos com seguidas visitas das autoridades sérvias nos últimos cinco anos. Todo ano, houve visita de Primeiro-Ministro, de Ministro da Defesa e do próprio Presidente. E, do lado brasileiro, tivemos a visita do Ministro Celso Amorim como Chanceler e do Ministro Nelson Jobim como Ministro da Defesa.

Nós temos, em vigor, alguns acordos que são acordos de cooperação entre academias diplomáticas, cooperação técnica no campo veterinário, acordo de isenção de visto para todos os tipos de passaporte e o memorando de entendimento entre as chancelarias para consultas políticas. Em tramitação aqui no Congresso está um acordo na área de defesa e está sendo negociado um acordo para que os cônjuges do pessoal diplomático possam trabalhar.

As relações econômicas e comerciais com o Brasil são muito aquém das possibilidades. O nosso comércio com a Sérvia é muito pequeno na ordem, nos dois sentidos, de US$25 milhões. Para os senhores terem uma ideia, na Arábia Saudita, país no qual atualmente sou Embaixador, as trocas bilaterais com o Brasil em 2012 foram de US$6,6 bilhões. Os principais produtos exportados pelo Brasil para a Sérvia são carne, mais de 50%, fumo e café e as importações brasileiras são pequenas e são máquinas, vagões, tripas artificiais para proteínas.

Algumas possibilidades para o Brasil com a Sérvia são: participar de trabalho e desenvolvimento na área de infraestrutura na construção de estradas, por exemplo, a Sérvia tem uma previsão de investimento de €22 bilhões na construção de sua infraestrutura e modernização até 2027.

O setor energético tem previsão de modernização de centrais termoelétricas e hidrelétricas. No ano de 2012, visitaram a Sérvia para fazer prospecção e verificar a possibilidade de negócio, engenheiros da Zagope, que é o braço europeu da Andrade Gutierrez, e fizeram uma prospecção para trabalhos na área de infraestrutura até 2020.

Outras oportunidades existem também no agronegócio e, com a privatização da empresa aérea estatal sérvia que foi adquirida metade pela companhia do Catar e há uma possibilidade da Embraer vir a exportar aviões.

Na área de defesa, temos relações positivas especialmente depois da visita do Ministro Nelson Jobim e depois que foi assinado esse acordo de cooperação na área de defesa que está no Congresso.

Basicamente é isso que queria falar sobre a Sérvia. Há um ponto comum que é o atual Presidente da Câmara de Comércio que serve ao Brasil, que fica no Rio de Janeiro, é o Pet que é um sérvio, foi jogador do Flamengo e campeão brasileiro em 2009.

Seria isso, Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco Maioria/PMDB – PE) – Obrigado, Embaixador.

Concedo a palavra ao Embaixador Cláudio Muniz.

O SR. APPIO CLAUDIO MUNIZ ACQUARONE FILHO – Muito obrigado, Presidente, Srs. Senadores, por eu ter a oportunidade de me dirigir à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado.

Estou indicado pela Presidência da República para assumir a Embaixada em Chipre. Gostaria de fazer notar aqui a presença da Embaixadora de Chipre em Brasília, Martha Mavrommatis que, a pedido e por especial convite da Comissão, está aqui nos dando o prazer da sua presença.

Falar sobre Chipre é difícil começar. Poucos países despertaram tanto a cobiça dos conquistadores estrangeiros quanto Chipre em todo o desenrolar da sua história, desde os tempos das cidades gregas, das cidades-estado gregas, passando pela conquista romana de todo o mediterrâneo, Chipre inclusive foi um presente pessoal de Marco Antônio a Cleópatra quando houve a invasão daquela região pelas tropas romanas. Depois, foi importantíssima a volta, a ótica grega com a dominação bizantina da região. Posteriormente, os cruzados estiveram em Chipre; depois, os venezianos; e, por fim, os otomanos, que dominaram toda aquela parte do Mediterrâneo Oriental e também estiveram com a dominação sobre Chipre.

Trazendo um pouco a cena cipriota para os nossos tempos, quando houve a debacle do Império Otomano, a data de 1878 foi muito importante para a história de Chipre. Enquanto ainda mantida a soberania otomana sobre a Ilha de Chipre, o Reino Unido empreendeu uma política de gestão administrativa da Ilha, muito embora ainda estivesse sob a soberania titular do Império Otomano. Houve mais uma anglização da Ilha depois de 1878, até que, em 1914, com a Primeira Guerra Mundial, a dominação inglesa foi total. Sabemos que as colônias dos países que foram perdedores na Primeira Guerra Mundial reverteram para a administração da Liga das Nações, naquela época, que empreendeu a distribuição de várias colônias, entre elas Chipre, que tocou a administração inglesa.

E, desde esse primeiro momento, havia uma preocupação cipriota de uma definição da sua civilização grega. Desde o momento em que houve as primeiras manifestações de união de Chipre com a Grécia, o que se chamou de enosis – desculpe-me a pronúncia, Embaixadora –, desde que houve essa primeira manifestação de volta, digamos, ao grande guarda-chuva helênico, que já havia abrigado outras ex-colônias gregas e outras terras gregas, outras ilhas gregas, Creta teria sido um exemplo bastante específico do que poderia ter sido Chipre se tivesse sido patrocinada a sua volta à órbita grega.

As primeiras manifestações pró-União com a Grécia, que se iniciaram nos anos 30, levaram a vários distúrbios de rua. A maioria grega que se manifestava sempre com a esperança de voltar a constituir o Estado grego provocou uma série de crises que até hoje se mantêm vivas naquela Ilha.

Quando os otomanos deixaram a dominação de Chipre, a parte norte da Ilha, especialmente, era habitada por turcos, por étnico-turcos, ainda do Império Otomano. Mas havia uma convivência muito grande em todas as partes da Ilha entre as duas comunidades: a comunidade grega e a comunidade turca. Não havia uma divisão tão estabelecida como existe hoje. Mas a posição de Chipre, que dista umas setenta e poucas milhas do litoral turco, do litoral meridional turco, sempre significou para a Turquia algo a ser olhado de uma forma muito cuidadosa, não só pela proximidade territorial, mas também pela navegação no canal que separa os dois países da frota turca. Sempre haveria uma preocupação de não nacionalizar, nem de um parte nem de outra, Chipre como uma dependência tanto de Atenas como de Istambul naquela época.

Em 1959, houve a primeira tentativa de conversa entres as partes. E essas partes foram quatro, não somente a comunidade greco-cipriota e a comunidade turco-cipriota como os próprios gregos e turcos. Haveria sempre, como até hoje, a presença da Grécia e da Turquia em uma ilha que é um país soberano. Isso até hoje acontece. E é certamente essa posição estratégica, ím-

par de Chipre que impede o país, depois de 2.000 anos de história, de ter sua situação plenamente decidida.

É país independe desde 1960. A independência foi um acordo entre não só a parte turca e a parte grega, mas também como mediador o Reino Unido, a Inglaterra, porque sempre a Inglaterra teve, depois da crise de Suez de 1955, quando Nasser nacionaliza o Canal de Suez às expensas das potências europeias, especialmente Inglaterra, a Inglaterra modificou a sua visão estratégica ou militar do Mediterrâneo Oriental e centrou em Chipre a sua base militar mais importante para a região.

A Inglaterra até hoje mantém bases militares, são duas bases militares, em duas penínsulas ao sul de Chipre. Nós temos um pouco mais agora a possibilidade de ver Chipre aumentada ali no mapa. A parte norte, que é extensão da península que é a ponta para o litoral do Oriente Médio, a parte norte, hoje, é dominada pelo que se chamou de República Turca do Norte do Chipre. Esta República foi criada por Rauf Denktas, em 1983, isso foi um gesto unilateral. O único país que reconhece a existência da República do Norte de Chipre da Turquia é a própria Turquia, é o único país.

As Nações Unidas recomendaram por várias vezes aos seus membros que não reconhecessem a repartição da ilha em dois estados distintos. Hoje, a posição das bases militares inglesas são ao sul, nas duas penínsulas ao sul. Quando houve a parte mais difícil da Guerra Fria naquela região, a Base de Akrotiri, que é uma das duas bases inglesas na região, chegou a receber um arsenal nuclear para possível utilização contra a então União Soviética que estava testando mísseis na região da Ásia Central.

A importância de Chipre hoje em dia é uma importância até mais dimensionada do que era, porque nós temos, no triângulo norte, que se posiciona no Mediterrâneo oriental, não temos não só a Turquia e a Grécia, como polos importantes da região, como nós temos hoje o Oriente Médio como um todo e, especialmente, a situação da Síria. O litoral da Síria está a pouquíssimas milhas também de Chipre. Chipre está de frente para o Mediterrâneo oriental, de frente para a Síria, Israel e Líbano. Só essa posição já lhe traz uma especificidade única no que toca à geopolítica da região do mediterrâneo oriental. E foi utilizada por várias vezes. Uma das vezes em que me recordo que foi utilizada como refúgio foi quando da invasão do Hezbollah, no Líbano, em que 15 mil americanos se refugiaram em Chipre. O país acolheu 15 mil cidadãos norte-americanos, que tiveram que deixar o Líbano, e mantém com Israel, hoje em dia, uma relação político-econômica de peso. É, portanto, uma posição única na região.

Para dar-lhes uma ideia de como estaria hoje a crise de Chipre, podemos dizer que nunca esteve tão próxima de uma resolução. Desde 1974, quando houve a invasão militar turca do norte de Chipre, quando houve um êxodo programado da população turca do norte para acolher os turcos cipriotas que estavam ao sul e vice-versa – foram deslocamentos de 200 mil pessoas, 100 mil pessoas, de parte a parte –, houve sempre a tentativa de se chegar a uma solução, fosse ela bilateral, isto é, intraturco-cipriota/greco-cipriota, ou multilateral sob os auspícios das Nações Unidas.

Chipre entra para a União Europeia como um país todo, como um território unificado, em 2004, logo após a derrocada do que se chamou Plano Annan. Kofi Annan era Secretário-Geral das Nações Unidas e patrocinou um plano de unificação das duas comunidades sob o mesmo território; fazer de Chipre algo a que o Chipre sempre se propôs: ser um país único, com duas comunidades distintas, mas que não necessariamente teriam que ser antagônicas.

O Plano Annan foi lançado em 2004, depois de passar por cinco versões. A primeira versão foi apresentada às partes em 2002. A ideia seria montar uma Federação de dois Estados, calcada no modelo suíço, da Confederação Helvética; o estabelecimento de um Conselho Presidencial, escolhidos presidente e vice-presidente por esse Conselho; escolhido um Senado de 48 membros, em paridade de 24 e 24 – cada comunidade teria metade da presença no Senado –; na Câmara dos Deputados, já haveria uma proporcionalidade de 48 membros; haveria uma Constituição federal, para o país inteiro, e duas Constituições regionais, em posição hierárquica menor, que iam gerir o dia a dia das duas regiões; haveria uma Comissão de Reconciliação, que examinaria o direito de retorno territorial; haveria, de acordo com o Plano Annan, a permissão da permanência de tropas estrangeiras, especialmente turcas e gregas. Isso foi levado a um referendo em 2004. O resultado desse referendo foi um resultado talvez não tão esperado na época; foi um resultado de rejeição por 76% dos greco-cipriotas e por aceitação de 65% da população turco-cipriota.

Esse Plano Annan trazia uma série de circunstâncias que não puderam ser aceitas pela população greco-cipriota, mas a esperança das Nações Unidas ainda permanece. Foi designado um assessor especial do Secretário-Geral das Nações Unidas para acompanhar o processo, que é o Sr. Alexander Downer, que foi Ministro de Relações Exteriores da Austrália e é uma pessoa que conduz, hoje em dia, do ponto de vista das Nações Unidas, o processo de reconstituição de Chipre como Estado unitário.

O último passo desse processo foi um jantar organizado por Alexander Downer que ele próprio chamou de um jantar social, onde não seria discutido política, mas que os dois convidados, que seriam os líderes da comunidade turco-cipriota e o Presidente de Chipre, seria praticamente um encontro de boas intenções, seria um encontro de cortesia, em que não se desceria a itens específicos da agenda, seria simplesmente uma tentativa de criação de um banco de confiança entre os dois líderes.

Saiu, desse jantar, a ideia de que se poderia iniciar um novo processo de negociações – que acabou não se dando, seria nesse mês corrente de outubro –, mas o grande ponto em que estamos agora é que todos os discursos dos países envolvidos na questão, discursos na última Assembleia Geral das Nações Unidas – tanto do Presidente de Chipre quanto do Presidente turco e do Presidente grego –, todos estão apontando para uma tentativa nova, um renovar de soluções. A situação não é das mais simples do mundo, é claro, mas creio que a corrida para o acesso turco à União Europeia pode ser um peão muito importante no tabuleiro de agora da tentativa de reconciliação das duas partes em Chipre.

Sabemos que Chipre já é membro da União Europeia...

(Soa a campainha.)

O SR. APPIO CLAUDIO MUNIZ ACQUARONE FILHO – ...membro da Zona do Euro.

Posso encerrar dizendo que mal posso esperar para chegar lá, porque há muita coisa a fazer e eu gostaria de fazer com que o Brasil estivesse presente em todo esse processo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco Maioria/PMDB – PE) – Obrigado ao Sr. Embaixador.

Tendo em vista o quórum baixo a essa altura, quero declarar aberto o processo de votação.

Os Senadores que quiserem e pretendam votar já podem exercer o seu direito.

Com a palavra, o Embaixador Antônio Carlos do Nascimento Pedro.

O SR. ANTONIO CARLOS DO NASCIMENTO PEDRO – Muito obrigado, Sr. Presidente. Cumprimento V. Exª e, por intermédio de V. Exª, as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores, membros da Comissão.

É um prazer, uma honra, estar aqui depois de quase quatro anos e meio em que aqui estive, quando da designação para Embaixador no Sudão, onde estou.

Quando se fala em Kuaite e Bareine, imediatamente vem à cabeça, vem à nossa imaginação, vem à nossa análise, a questão dos desdobramentos, dos desenvolvimentos políticos recentes em países árabes. Creio que, tanto num quanto noutro – no Kuaite e no Bareine – não houve, as circunstâncias são diferentes, muito embora os acontecimentos gerados em outros países árabes tenham provocado um acirramento do processo político em cada um desses países. Ambos vivem um momento de transição política no sentido de maior participação cidadã, maior participação no processo de tomada de decisões.

No caso do Kuaite, existe um Parlamento, trata-se de uma monarquia constitucional, e há um jogo permanente de ações e reações do Executivo e do Parlamento. O emir tem ferramentas políticas que lhe permitem uma margem importante de manobras, mas o Parlamento tem sido muito ativo no fazer valer a sua voz. Nos últimos cinco anos, o Parlamento foi dissolvido e reconstituído por eleições, pelo menos por seis vezes. E há todo um debate que contempla as comunidades xiita e sunita, que, aliás, é outro aspecto que permeia também a política no Bareine. No Kuaite, os sunitas são maioria. Os xiitas são minoria, mas são extremamente ativos e estão representados no Parlamento.

Existe uma pauta da oposição ao governo. Existe uma pauta de governo, também, em que o ponto principal é exatamente este: a abertura maior do processo de participação política. Há uma família, a Família Real, que domina a política há pelo menos 200 anos. Ela tem feito gestos na área social e na área política para tentar ajustar-se a uma nova realidade. Isso tem sido considerado insuficiente pela oposição. E esse é o jogo político em que se encontra o Kuaite.

No caso do Bareine, a situação é um pouco diferente porque o Bareine está em estágio um pouco anterior. Trata-se de uma monarquia hereditária com um Parlamento que não é tão ativo. Também é uma família que está no poder há, pelo menos, 300 anos. A pauta da oposição, dos que querem maior participação, passa, inclusive, muitas vezes, por uma modificação radical do sistema político.

No caso do Bareine, há uma característica importante: o primeiro-ministro da Família Real é um homem considerado de linha dura, não aberto às reformas, e o príncipe herdeiro, sim, é uma pessoa que conta com o apoio, inclusive da oposição – que tem uma expectativa positiva – para fazer valer algumas modificações.

No caso do Bareine, essa maioria xiita, dominada por uma minoria sunita, com os ventos das transformações em outros países árabes, está tendo voz mais ativa. Entretanto, todos esses protestos são movimentos de mais de 20 anos; são recorrentes, continuam recorrentes, mas crescidos pelo estímulo das transformações em outros países.

Não é a única questão, mas é muito importante na política interna essa questão sunita e xiita, até porque, com a ascensão do Iraque, dos xiitas, isso causa, vamos dizer, um efeito demonstração importante para as comunidades xiitas, tanto no Kuaite, quanto no Bareine.

Do ponto de vista econômico, esse cenário político, tanto em um, quanto em outro país, tem significado uma certa paralisação ou retração dos grandes projetos de desenvolvimento econômico. Há todo um debate a respeito. Há correntes que atribuem essa paralisação ao Executivo, outra corrente ao Legislativo. Mas o fato concreto é que estão previstos grandes investimentos. E aí haverá, tanto em um, quanto no outro caso, grandes oportunidades para o Brasil, mas neste momento a tônica principal ainda é o processo político.

As comunidades brasileiras são por volta de 200 pessoas, 250 pessoas, tanto em um, quanto no outro país – isso grosso modo. Basicamente, há jogadores de futebol, há pessoas ligadas ao futebol, há senhoras casadas com locais, há homens de negócio, há funcionários de companhias aéreas.

O Brasil tem relações boas tanto com um quanto com outro. Temos um déficit comercial importante com o Kuaite, na faixa de US$647 milhões; o intercambio comercial é de um bilhão e duzentos... quase US$300 milhões. Nós importamos muitos derivados de petróleo e exportamos basicamente carnes. Aí creio que caberia uma ação ainda mais acentuada de longo prazo para fazer promover a marca Brasil no Coveite.

Com Bareine, a situação é o contrário. O comércio não é tão grande, mas temos um superávit, também compramos um pouco de petróleo e produtos de alumínio e vendemos minérios de ferro e frangos congelados. Também aí há oportunidades importantes.

Parece-me que qualquer representante brasileiro lá terá que se preocupar sempre também evidentemente com a comunidade brasileira à luz da volatilidade da conjuntura. E no caso do Coveite, já há um plano, se preciso for, de assistência especial à comunidade brasileira e no caso emergencial se está elaborando também um com relação ao Bareine.

Eu não quero me estender muito mais, mas finalizaria mencionando que tanto Bareine quando Coveite estão em uma região e especificamente em uma conjuntura onde Iraque, Irã e Arábia Saudita, além evidentemente dos Estados Unidos e do Reino Unido, são extremamente importantes; e quaisquer modificações nas relações entre esses países ou entre alguns desses países, como no caso das relações do processo novo que está havendo entre Estados Unidos e Irã, têm repercussões nesses dois países.

O Brasil tem muitas oportunidades a aproveitar. No caso do Coveite houve há pouco tempo uma missão da Apex que mapeou algumas oportunidades. O Coveite é um País que está avançando, embora a passo menor, em uma velocidade menor, mas está avançando em mega projetos, inclusive privatização da empresa aérea e de construção de um *hub* de aviação. Isso pode abrir espaço para nós.

Essa missão identificou o agronegócio, evidentemente, e também manufaturados. Inclusive, identificou a moda como um elemento que poderia aumentar o nosso comércio com a região. O Coveite ainda é uma porta de entrada importante para a região e caberia também, a qualquer que sejam os representantes nesses dois países, trabalhar no sentido de ver aprovados acordos já assinados e pensar em outros acordos que possam promover essas relações com os dois países.

Se V. Exª me permite, eu me colocaria à disposição das perguntas e esperando o beneplácito da Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco Maioria/PMDB – PE) – Muito obrigado, Embaixador.

Concedo a palavra ao primeiro inscrito e único até agora, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Jarbas Vasconcelos; Srª Embaixadora Martha Mavrommatis, bem-vinda aqui a nossa Comissão; Embaixador Appio Claudio Muniz Acquarone Filho; Embaixador Sérgio Luiz Canaes e Embaixador Antonio Carlos do Nascimento Pedro. Desejo sucesso às missões que respectivamente irão realizar nos respectivos países.

Primeiramente, ao Embaixador Sérgio Luiz Canaes, como ele exerceu o cargo de Embaixador do Brasil ali na Arábia Saudita, eu agradeço se ele puder nos trazer uma breve visão dos esforços que estão sendo realizados ali no Oriente Médio para que haja transformações pacíficas do ponto de vista, sobretudo, de se evitar a guerra.

Na verdade, eu agradeço se os três Embaixadores puderem nos dar a sua visão e, sobretudo, o ponto de vista do Brasil e como o Brasil pode colaborar intensamente – acredito que já esteja fazendo. Episódios têm ocorrido em anos recentes ali, seja no conflito Israel-Palestina, seja nos países que sofreram grandes transformações a partir da primavera árabe. Como o senhor esteve ali na Arábia Saudita, acredito que a sua visão é importante com relação àquilo que está ocorrendo nas diversas regiões, como na Síria.

O recente entendimento entre a Rússia e os Estados Unidos, que – acredito – foi apoiado pelo Itamaraty, por ambos os Ministros, antes Antonio Patriota e agora Ministro Figueiredo, foi para que em vez de haver a intervenção militar na Síria por parte dos Es-

tados Unidos houvesse um entendimento para que a missão da ONU estivesse averiguando e até tomando a iniciativa de destruição das armas químicas.

Enfim, entrando já naquilo que o senhor nos expôs um pouco, mas o fato de a Sérvia e Montenegro serem parte da ex-Iugoslávia, eu gostaria de que o senhor aprofundasse um pouco a sua visão, porque nos fala que a Sérvia tem, como um dos seus principais propósitos, se tornar um membro da União Europeia. Que efeitos terá para a população da Sérvia se tornar um membro da União Europeia e quais são os passos de integração que efetivamente ocorrerão do ponto de vista da liberdade de movimentos, não apenas dos investimentos, da liberdade de movimentos de capital, do comércio de bens e serviços, mas também a liberdade de movimento dos seres humanos? Em que medida os cidadãos sérvios estão já hoje vivendo em outras unidades da União Européia?

Porque, muitas vezes, as pessoas se movem, mesmo sem ter essa liberdade; mas como ali, na União Europeia, nos países que antes integravam o Mercado Comum Europeu e se tornaram União Europeia hoje há liberdade de movimento para capital, bens e serviços e seres humanos, que efeito isto terá para a Sérvia em relação ao que é, presentemente ou até recentemente?

O senhor mencionou que a Sérvia, como produto daquilo que existia quando era Iugoslávia, ainda tem grande parte da sua economia sob controle estatal. Eu lhe pergunto: ao tempo da Iugoslávia, do Presidente Tito, a Iugoslávia tinha uma característica um pouco diferente da dos demais países da União Soviética. O Presidente Tito, em especial... Eu até estive em Zagreb, em Belgrado, em 1962.

Naquela época, havia uma diretriz de que, na Iugoslávia de então, era importante que os trabalhadores estivessem participando da administração das empresas, formas de cogestão, formas de cooperativas de produção. Eu lhe pergunto se isso ainda existe na Iugoslávia. Em que medida ainda há essas formas de gestão, seja mesmo nas empresas que são de controle estatal, seja nas empresas do setor privado? Em que medida ainda ali se acredita, se estimula que mais e mais os trabalhadores estejam participando de alguma forma?

O senhor sabe que, na Constituição brasileira, há um ponto em que se faz referência ao estímulo de que, em todas as empresas, possa haver formas de participação nos resultados das empresas. Quando há isso, pode haver diversos estágios, dentre os quais o estágio em que os trabalhadores, além de ter alguma participação, passam a ter muito melhor informação sobre os resultados econômicos e financeiros das unidades onde estão trabalhando, até para que tenham maior consciência dos ganhos de produtividade da empresa e das contribuições dos trabalhadores, para, na hora de dialogar sobre a justa participação nos resultados, que possa haver uma combinação da remuneração na forma de salários bem como da participação nos resultados.

Como a antiga Iugoslávia era um lugar onde se pensava muito sobre se criar uma forma de socialismo de mercado, onde havia essa intensa participação dos trabalhadores na gestão, eu pergunto, passado esse tempo de transformações na ex-Iugoslávia e na Sérvia, em que medida isso existe ainda. Se, porventura, não souber ainda, eu gostaria de ter essas informações no período em que o senhor estará lá vivendo, para conhecer melhor

No caso de Chipre, Embaixador Appio Claudio Muniz Acquarone, eu gostaria de saber, de uma forma ainda mais aprofundada, em que medida o próprio Brasil poderá colaborar, uma vez que tem boas relações com a Grécia, com a Turquia e com Chipre, para efetivamente haver um entendimento não tão conflituoso quanto os que aconteceram nas décadas recentes, porque nós temos observado esses conflitos que ali se fazem. Eu acho que o Brasil pode ter, de fato, um papel de grande contribuição, por nossa tradição de estar sempre contribuindo para que os conflitos se deem por meios da não violência.

Para o Embaixador Antonio Carlos do Nascimento, eu gostaria de perguntar em que medida, hoje, o Coveite tem um sistema para efetivamente democratizar a extraordinária riqueza do petróleo e de eventuais outras formas de recursos naturais que ali são explorados, de uma maneira tal que todos os cidadãos venham a participar ou estejam já participando? Parece-me que há uma diferença significativa entre aqueles que são nascidos e considerados cidadãos do Coveite e os estrangeiros; mas, na medida em que o Coveite recebe muitos estrangeiros que ao longo de gerações depois se tornam cidadãos do Coveite, então, deveriam ter os direitos semelhantes aos daqueles que são, digamos, nascidos no Coveite.

E, ontem, ao conversar com os senhores, transmiti que iria lhes encaminhar o relatório da viagem que fiz ao Iraque, em 2008, juntamente com o Embaixador Bernardo de Azevedo Brito, onde fiz a sugestão para que se adotasse uma forma semelhante à que existe no Alasca, há 30 anos, de um dividendo igual para todos os seus habitantes. Então, vou deixar isso para os senhores que podem observar, porque esse exemplo vale para todo e qualquer país do mundo.

Três livros recentes publicados nos Estados Unidos mostram que o exemplo do Alasca pode ser universalizado para todo e qualquer país, de qualquer

forma de riqueza gerada numa comunidade, num país, numa nação, num continente. Um dia, no Planeta Terra, sempre poderemos separar uma parcela para instituir um fundo que a todos pertencerá e do qual se poderá pagar um dividendo igual para todos.

Inclusive, na União Europeia, há um debate hoje, já há uma iniciativa, estão sendo colhidas assinaturas, e, se chegar até dezembro a um milhão, está havendo o esforço, então, está sendo realizado em 15 estados da União Europeia, e se, de fato, acontecer isso até dezembro, o Parlamento da União Europeia vai promover uma audiência sobre as vantagens do pagamento de um euro dívida, de um dividendo, na forma de pagamento em euros para todos os cidadãos da União Europeia.

Na Suíça, ontem, tivemos, aqui, a visita de cinco Senadores suíços, no dia 4 de outubro último, 116 mil pessoas encaminharam suas assinaturas ao Parlamento para que a Suíça, nos próximos quatro anos, segundo as diretrizes da Suíça, quando mais de 100 mil cidadãos assinam uma petição, o Parlamento deve realizar um referendo sobre o tema de se a Suíça vai ou não promover o pagamento a todos os seus habitantes de uma quantia mensal de francos suíços, salvo engano, 2500 francos suíços por mês.

Meus cumprimentos aos senhores e muito êxito em suas missões de pronto.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco Maioria/PMDB – PE) – Vamos colher mais indagações e, depois, os Embaixadores respondem.

Com a palavra o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Presidente; Senador Jarbas Vasconcelos; Srªs e Srs. Senadores; Srª Embaixadora Martha, do Chipre; Srs. Embaixadores Antonio Carlos do Nascimento Pedro, Appio Claudio Muniz Acquarone Filho e Sérgio Luiz Canaes.

O Senador Eduardo Suplicy já abordou temas que deveriam ser objeto de algumas observações que gostaríamos de fazer. Nós vamos nos limitar a uma pergunta aos Srs. Embaixadores Antonio Carlos e Appio Cláudio: não deveria constar da sua pauta de busca de diversificação das exportações brasileiras para esses países a questão do *software*? O Brasil hoje é líder mundial em *software* de gerenciamento financeiro e de gerenciamento industrial. Na minha cidade, Joinville, estão sediadas a Totvs Datasul, que é a sexta maior empresa do mundo, e também a NeoGrid, que é uma empresa nova, mas que já tem ramificações na Europa e nos Estados Unidos. Não seria apropriado verificar a possibilidade não só de introdução dos sistemas avançados das empresas brasileiras, como do estabelecimento de bases delas, seja no Chipre, seja no Bareine, para, a partir daí, irradiar esse novo conhecimento gerado aqui, no País, para os países da região?

Para o Embaixador Sérgio Luiz Canaes, eu gostaria de perguntar qual a razão principal que impede o Brasil de reconhecer o Kosovo. V. Exª já mencionou que mais de uma centena de países reconheceram aquele novo país. Que tipo de empecilho, de obstáculo impede, efetivamente, que o Brasil reconheça aquela área que seria muito importante para as nossas relações na estratégica região dos Bálcãs?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco Maioria/PMDB – PE) – Não há mais Senadores inscritos. Eu encerro a discussão.

De acordo com o disposto no inciso IV do art. 52 da Constituição Federal, combinado com o §1º do art. 383 do Regimento Interno do Senado, a reunião da Comissão será transformada, a partir de agora, em secreta.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sr. Presidente, me desculpe, mas acho que, salvo engano, as respostas às nossas perguntas poderão ser feitas ainda em sessão aberta. Depois, aí, sim. Só para...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco Maioria/PMDB – PE) – Perdão. Perdão.

Eu concedo a palavra, pela ordem, para o Embaixador Antonio Carlos responder às indagações.

Desculpe.

O SR. ANTONIO CARLOS DO NASCIMENTO PEDRO – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Começo pela pergunta colocada pelo Senador Luiz Henrique. A resposta é "sim". O setor de *software* é muito importante não apenas no Bareine, mas no Kwait também. Independentemente do nome que venha a ser chefe, embaixador lá – e eu espero contar com a aprovação da Comissão –, esse é um item que deve estar ativamente na pauta do chefe do posto, na pauta do Brasil lá. Todos os dois países estão tratando de diversificar a sua economia, saindo um pouco da dependência do petróleo, em especial o Bareine, que tem um setor de serviços bancários muito desenvolvido. A resposta é "sim". E agradeço a V. Exª por lembrar esse ponto tão importante.

Com relação às duas questões levantadas pelo Senador Suplicy, com relação às transformações pacíficas no Oriente Médio, eu confesso a V. Exª, Senador, que tenho muitas dúvidas sobre se as intervenções extrarregionais causaram ou deram maior tranquilidade à região. Não é exatamente o que eu vejo em alguns exemplos recentes.

No caso do Coveite e do Bareine, a situação é um pouco diferente, mas lá também estão presentes,

pelo menos, dois grandes países. E isso faz com que eles tenham especial cautela e se movam no cenário internacional com particular cuidado.

V. Exª mencionou o conflito israelo-palestino e também a questão dos entendimentos Rússia-Estados Unidos na Síria sobre o desarmamento, sobre as armas químicas. Entendo eu que a posição do Brasil... Tradicionalmente, o Brasil é um país que privilegia as soluções pacíficas, as soluções de controvérsia. Isso é um capital importante da diplomacia brasileira. Nós privilegiamos também, historicamente, o entendimento e estaremos sempre dispostos a contribuir, evidentemente dentro das limitações de um quadro regional que não é o nosso entorno imediato. E já temos, entendo eu, feito alguns gestos de apoio a esse encaminhamento pacífico.

Eu mencionaria esse quadro geral brasileiro como uma reação à questão colocada por V. Exª.

V. Exª referiu-se também ao Coveite quanto à questão do sistema de democratizar a riqueza do petróleo. O Coveite tem, sim, essa proposta, mas talvez com uma lógica mais econômica e com mais subsídios. Uma coisa é o fundo para gerações futuras; outra coisa é o sistema de benefícios para a população, benefícios que vão desde subsídios para o casamento até subsídios para a aquisição de moradia.

V. Exª menciona as diferenças entre estrangeiros e nacionais. Elas existem e são grandes. Para eles, a questão de nacionais e estrangeiros é de crucial importância, porque, dos cerca de 3,5 milhões da população, dois terços pelo menos são estrangeiros. Então, eles veem...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Dois terços?

O SR. ANTONIO CARLOS DO NASCIMENTO PEDRO – Mais ou menos. Por volta disso. Eles veem isso de uma maneira diferente de outros países onde há um maior equilíbrio ou uma predominância dos locais. Entretanto, entendo eu que a tendência do processo é essa democratização, que não será, imagino, num ritmo muito acelerado, mas que me parece inevitável e até mesmo desejável, no caso do Coveite.

Direitos semelhantes. O corolário dessa questão é não. Ainda não há direitos semelhantes. O Parlamento também tem um papel importante a desempenhar lá via oposição, via as bases de apoio político no sentido de promover, pelo menos progressivamente, esse processo de fazer iguais esses cidadãos.

Eu teria essas considerações a fazer às perguntas de V. Exª.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco Maioria/PMDB – PE) – Com a palavra, o Embaixador Sérgio Luiz.

O SR. SÉRGIO LUIZ CANAES – Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado, Senador Suplicy.

Eu gostaria de iniciar agradecendo o relato que o senhor fez sobre a minha indicação para ser Embaixador na Sérvia, com a apresentação do meu currículo. Muito obrigado.

Com relação às perguntas que V. Exª fez, eu vou começar pela Arábia Saudita, onde ainda sou Embaixador.

A Primavera Árabe não chegou a tocar a Arábia Saudita exatamente, e o motivo principal é porque o país é muito, muito rico. Então, quando houve uma tentativa, em março de 2011, de fazer um dia de revolta no país, o rei, que estava fora, no Marrocos, retornou antecipadamente ao país e fez uma chegada triunfal.

E ele anunciou... Na véspera dessa data prevista para o dia do descontentamento, digamos assim, ele anunciou um pacote de aplicação de investimentos da ordem de mais de US$100 milhões em escolas, habitação, bolsas de estudos e outros benefícios para a população. Isso baixou a expectativa da população, então, não houve esse dia, acalmou.

Houve um outro episódio de manifestação nas províncias do Leste, que é área petrolífera do País, onde está concentrada a maioria da população xiita, mas foram abafadas.

Com relação à paz na região, o grande problema da Arábia Saudita, que é um ator importante no cenário regional e internacional, o problema maior da Arábia Saudita é o Irã. Ela compete com o Irã em termos de projeção regional e internacional. Ela tem mais preocupação com o Irã do que com Israel.

Então, quando os Estados Unidos anunciaram esse plano a que o senhor se referiu com relação ao acordo com a Rússia de não fazer intervenção militar, frustou a Arábia Saudita. Ela esperava uma intervenção militar na Síria. Ela esperava uma intervenção militar dos Estados Unidos exatamente para retirar o regime de Assad, colocar abaixo, e, com isso, tirar o grande aliado do Irã e enfraquecer Teerã.

Simultaneamente ao anúncio desse acordo russo americano houve uma reaproximação entre os chefes de estado do Irã e dos Estados Unidos. Esses dois fatores irritaram Riade, e uma reação imediata foi na semana passada a Arábia Saudita anunciou que não tomaria o assento que ganhou no Conselho de Segurança das Nações Unidas. O que surpreendeu a todos, inclusive o próprio embaixador saudita nas Nações Unidas, porque uma medida inédita. Nunca havia acontecido na história das Nações Unidas.

Muito bem.

O Brasil, como lembrou o colega aqui ao lado, o Embaixador Antonio Pedro, com relação ao Oriente Médio e como princípio geral de sua política externa, presa soluções pacíficas. Então, o Brasil vê com muito bons olhos esse acordo que evitou um confronto militar com a Síria.

Com relação à Sérvia, o senhor falou nos caminhos para a União Europeia. A previsão de datas de acessos completos é 2020. As negociações vão começar agora em 1º de janeiro do ano que vem, e os efeitos dessa participação, dessa adesão à Sérvia serão benéficos para a população obviamente, inicialmente porque vai dar um estímulo à economia que ainda está muito amarrada ao poder estatal.

Um outro efeito é, digamos assim, diminuir qualquer agitação em termos de direitos humanos. Porque uma das condições da União Europeia para um país-membro é ter as questões de direitos humanos resolvidas. O que ajudou bastante na Sérvia, uma vez que na ex-Iugoslávia foram gerados 2,5 milhões de refugiados.

Com relação à liberdade de movimento, obviamente como membro pleno da União Europeia, os cidadãos sérvios poderão se mover com facilidade, sem restrições, pela União Europeia.

No momento de desintegração da Iugoslávia houve um movimento de refugiados iugoslavos para basicamente Áustria e Alemanha. Mas já houve o refluxo.

Vale a pena dizer que ainda no tempo do comunismo, a Iugoslávia, que tinha um comunismo autônomo com relação a Moscou, era o único país que não fazia parte do Pacto de Varsóvia, não fazia parte do Comecon, e os cidadãos iugoslavos eram os únicos do Leste Europeu que podiam viajar pela Europa.

Com relação à economia estatal e a gestão de empregados, eu me comprometo a trazer uma resposta posteriormente para o senhor porque eu não tenho conhecimento profundo sobre o assunto. O que eu posso citar nesse caso é que eu vi alguns contratos de trabalho dos cidadãos sérvios e são contratos absolutamente paternalistas. O estado tenta garantir que a empresa dê verbas para a alimentação, verbas para o transporte para cada empregado. Mas a participação do empregado nos lucros da empresa eu prometo trazer para o senhor posteriormente.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Lucros e na gestão mesmo.

Eu agradeço se puder ter a informação de como é que evoluiu isso, do tempo, digamos, do Presidente Tito, para o atual, para o presente. Em que medida ficou algum efeito daquela tentativa, parece-me, de se criar um socialismo de mercado com gestão ou cogestão dos trabalhadores?

Eu agradeceria ao senhor, se, com o tempo, com mais conhecimento, se pudesse obter essa informação, quem sabe até com uma possível visita minha lá.

O SR. SÉRGIO LUIZ CANAES – Com prazer. Com muita satisfação.

Perfeito. Assim que estiver lá e tomar conhecimento desses pontos, transmitirei a V. Exª, de preferência, pessoalmente, se V. Exª vier a Belgrado.

Muito obrigado.

Em relação à questão levantada pelo Senador Luiz Henrique – muito obrigado pela pergunta – sobre o principal obstáculo por que o Brasil não reconhece a província do Kosovo.

O primeiro obstáculo é uma posição de princípio do Brasil de prestígio ao multilateralismo. O Brasil resiste a reconhecer países que tenham sido produtos de independências unilaterais.

O Brasil preza os acordos de Bruxelas, que preveem que o *status* de Kosovo tem de ser resolvido juntamente em negociação com as autoridades de Belgrado. Quando ambos os países chegarem à conclusão de dar a independência a Kosovo, o Brasil certamente reconhecerá nos dias seguintes.

Este é um aspecto de princípio do Brasil, ou seja, não reconhecer países decorrentes de declaração unilateral de independência. E, com relação ao aspecto jurídico, o Brasil respeita a Resolução nº 1.244 da ONU, que prevê que o *status* do Kosovo tem de ser resolvido por meio do diálogo entre as partes.

Por que o Brasil não quer reconhecer declarações unilaterais?

Porque pode haver um efeito dominó em outras regiões do mundo, com separatismos, como o próprio Chipre, a Grécia, o País Basco e vários outros lugares.

Então, isso nos deixa numa posição confortável para enfrentar pressões por reconhecimentos de outros países novos no cenário internacional.

Além do quê, nós temos um bom relacionamento com a Sérvia. Como salientei aqui, nossa Embaixada foi aberta em 1938. A Sérvia vê a nossa posição com muito bons olhos, e esses são os principais motivos pelos quais o Brasil não reconhece Kosovo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco Maioria/PMDB – PE) – Com a palavra, o Embaixador Appio Claudio Muniz Acquarone Filho.

O SR. APPIO CLAUDIO MUNIZ ACQUARONE FILHO – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu gostaria de começar, dedicando-me a tentar responder ao Senador Luiz Henrique, que trouxe uma questão que é muito bem-vinda para especialmente no caso de Chipre, que seria a inclusão, na nossa pauta de exportação brasileira de *softwares* de sistemas avançados.

Chipre, hoje, está em pleno processo de reafirmação nacional. Isso fatalmente levará a uma reordenação administrativa do País. Todas as gestões que, hoje em dia, se fazem tanto nos fora bilaterais como quadrilaterais e multilaterais confirmam que a República de Chipre deverá ser reestruturada. Essa reestruturação levará a uma necessidade de dispor de tecnologias novas de sistemas de informática.

Essa sua lembrança será muito bem-vinda quando nós tivermos a possibilidade de reorganizar essa pauta de produtos de exportação brasileira.

Por outro lado, a própria crise econômica com que se debate a Europa hoje, e eu sempre busco trazer para o caso especial de Chipre, também incorrerá na necessidade do aporte de tecnologia de ponta.

Eu vejo especialmente a reestruturação do setor bancário, em que as novas tecnologias de *software* serão muito bem-vindas. Chipre está em plena reestruturação do seu sistema bancário e está experimentando agora um modelo que, se tiver o sucesso esperado – eu fico feliz em dizer isso frente à Embaixadora cipriota –, e os primeiros resultados positivos já estão acontecendo, esse novo modelo implantado pela União Européia – se der certo como se espera que dê – poderia ser exportado para outros problemas nacionais europeus.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Se me permite, eu citaria dois casos de grande avanço no Brasil. Hoje, num País continental como o nosso, alguém que faça uma ordem de transferência de conta bancária lá no extremo do norte do País verá esse dinheiro recebido na mesma hora, simultaneamente, na fronteira com o Uruguai. Não é qualquer país desenvolvido que tem isso.

A outra questão que ressalta o nosso desenvolvimento nessa área é a urna eletrônica, no Brasil. Qual é o país que processa, em uma hora, o resultado de uma eleição municipal com exatidão perfeita, sem fraudes, sem acusações de manipulação? É a eleição de Governador em duas horas e a eleição de um Presidente da República em três horas.

Eu vou lhe dar o meu exemplo.

Eu fui candidato a Governador, o meu primeiro mandato, e disputei a eleição no eleitorado de 3,5 milhões de eleitores. Venci a eleição por 20 mil votos. Não houve contestação. Era uma margem de zero vírgula alguma coisa. Fui aclamado vencedor sem nenhuma contestação da oposição.

Então, esses dois fatos ressaltam o avanço brasileiro nesta área.

Acho que não só Chipre, mas Coveite e também Bareine poderiam ser plataformas de irradiação dessas novas tecnologias para as suas regiões. Não apenas comprarem os sistemas, mas atraírem essas empresas para, a partir dali, irradiarem a exportação desses sistemas.

O SR. APPIO CLAUDIO MUNIZ ACQUARONE FILHO – Perfeito, Senador. O caso da urna eletrônica é um caso exemplar. O senhor tem toda a razão. Nós temos toda uma experiência, enfim, que já ouvi de vários condutores nacionais, pelos países por que passei, de processos eleitorais e realmente há uma plena consciência de que o nosso sistema de urnas eletrônicas é exemplar.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Essa urna foi desenvolvida no centro de excelência da Universidade Federal de Santa Catarina, que já desenvolveu a segunda etapa, que é a adição do leitor da impressão datiloscópica, e a terceira etapa. Essa terceira etapa o Tribunal Superior Eleitoral pretende implantar em dez anos, para que terminem as urnas eletrônicas; e nós vamos votar do nosso iPhone, do nosso computador, diretamente, sem risco de fraude. Está desenvolvido já o *software* nesse sentido.

O SR. APPIO CLAUDIO MUNIZ ACQUARONE FILHO – Perfeito, Senador. Muito obrigado por mais essa observação que, claro, será levada em extrema consideração quando formarmos a nossa próxima pauta de exportações, quando me tocar Chipre. Muito obrigado.

Eu gostaria agora de me dirigir ao Senador Suplicy, que trouxe um debate importantíssimo para nós no Brasil hoje, que seria o que o Brasil pode representar em toda a gama de conflitos e de embates que especialmente no Oriente Médio se nota hoje em dia.

O Brasil é um dos poucos países que creio que poderiam ser um árbitro perfeito em vários conflitos, não só no Oriente Médio, mas em países com sistemas semelhantes de disputa. O Brasil é um dos poucos países que têm um passado de não intervenção, não tem passivos colonialistas, faz parte de um continente livre de armamentos nucleares. Nós não temos o que os americanos chamam de *strings attached,* nós podemos ser árbitros em várias zonas de atrito através da nossa atuação multilateral. Não é o caso de achar que só agora nós atingimos esse nível. Nós sempre tivemos no nosso passado diplomático a limpeza como um dos enunciados básicos da nossa política externa. O que agora seria um fato novo nisso seria talvez uma importância econômica que nós não tínhamos antes, o que está nos dando uma voz talvez mais ativa e a possibilidade de estar mais presente.

No caso de Chipre especialmente, o próprio Secretário-Geral das Nações Unidas parece que comunga desse nosso pensamento, já que nomeou um assessor especial dele para mediação do conflito de Chipre provindo de um país não envolvido em qualquer das

partes históricas que apresentou a questão cipriota. Esse assessor vem da Austrália, que é um país que também tem, como nós temos, aquela independência, aquela flexibilidade de poder atuar da mesma forma em conflitos em várias partes do mundo. Eu creio que a junção da nossa flexibilidade política com uma maior representação econômica, que é um fenômeno que se dá agora, nos traz uma voz talvez com uma dimensão mais aprofundada.

Muito obrigado pelas perguntas. Agradeço a gentileza.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco Maioria/PMDB – PE) – Muito obrigado, Embaixador.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Estou satisfeito com as respostas dadas.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco Maioria/PMDB – PE) – É que me informaram que V. Exª parece que vai subscrever um requerimento do Senador Cristovam.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Há um requerimento do Senador Cristovam Buarque, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco Maioria/PMDB – PE) – Pode dizer o teor dele?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – No sentido de que a audiência pública proposta por ele e pelo Senador Randolfe Rodrigues seja realizada em conjunto com as Comissões de Educação, Cultura e Esporte e a de Direitos Humanos e Legislação Participativa, conforme requerimento apresentado pelo Senador Randolfe Rodrigues e aprovado em reunião da Comissão de Educação para debater o papel do Coletivo Fora do Eixo e da Mídia Ninja nos cenários cultural e jornalísticos brasileiros preferencialmente no dia 3 de outubro.

Então, eu concordei e assinei o requerimento do Senador Cristovam Buarque, que se encontra em missão no exterior.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco Maioria/PMDB – PE) – Lido o requerimento e apreciado extrapauta, em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Pelos motivos já aludidos aqui, a reunião, a partir de agora, é secreta.

(Iniciada às 10 horas e 6 minutos, a reunião é tornada secreta às 11 horas e 47 minutos e é reaberta às 11 horas e 51 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco Maioria/PMDB – PE) – Apurados os votos, comunico a aprovação dos Exmºs Srs. Embaixadores. O Embaixador Sérgio Luiz Canaes, indicado para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à República da Sérvia, cumulativamente, junto a Montenegro. O Embaixador Appio Claudio Muniz Acquarone Filho, indicado para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à República do Chipre. O Embaixador Antonio Carlos do Nascimento Pedro, indicado para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto ao Estado do Coveite, cumulativamente, junto ao Reino de Bareine.

Cumprimento os Embaixadores e desejo a S. Exªs êxito à frente de suas embaixadas.

Não havendo mais nada a tratar...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sr. Presidente, permita-se um registro.

É interessante que, em função da iniciativa tomada pelo Presidente da Rússia Putin de realizar esse entendimento com a Síria, ele foi classificado ontem como hoje o chefe de Estado mais influente do mundo por uma dessas revistas que faz essa classificação.

É relacionado ao tema que conversamos há pouco aqui, então achei interessante que um chefe de Estado que resolve dar um passo concreto para possivelmente evitar mais uma intervenção militar foi reconhecido.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco Maioria/PMDB – PE) – Fica registrada a intervenção de V. Exª.

Não havendo mais nada a tratar, está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 6 minutos, a reunião é tornada secreta às 11 horas e 47 minutos, reaberta às 11 horas e 51 minutos e encerrada às 11 horas e 55 minutos.)

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

ATA DA 43ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2013, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 18 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às dezoito horas do dia trinta de setembro de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Fernando Collor**, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura. Deixam de comparecer os demais Senadores. São lidos os Comunicados da Presidência O Presidente declara a abertura dos trabalhos e tem início a apreciação da Pauta: Audiência Pública, em atendimento ao **Requerimento nº 01, de 2013 – CI**, de autoria do

Senador **Fernando Collor**, aprovado em 27 de fevereiro de 2013, que, "*nos termos do art. 58, §2º, incisos II e V da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, requer sejam realizados, por esta Comissão de Serviços de Infraestrutura, ciclos de audiências públicas dentro de uma Agenda específica de debates ao longo do biênio 2013/2014, com renomados especialistas que apresentem depoimentos, análises e informações acerca de propostas setoriais para a infraestrutura, especialmente no que tange à modernização e expansão dos serviços, ao aumento da competitividade, à avaliação da capacidade de crescimento da economia e do bem-estar da população, e ao investimento e gestão como chaves para desatar o nó logístico do país*". O Presidente convida a compor a Mesa e a fazer suas exposições o Senhor **Victor Celestino**, Diretor de Relações Institucionais da Azul Linhas Aéreas; o Senhor **Wagner William de Souza Moraes**, Superintendente de Segurança Operacional da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC; o Tenente-Coronel Aviador **Henrique Rubens Balta de Oliveira**, Chefe da Seção de Gerenciamento do Risco Aviário do Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos – CENIPA e o Senhor **Mário Rodrigues**, Assessor Especial do Ministro Moreira Franco da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República – SAC/PR. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às dezenove horas e vinte e oito minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no *Diário do Senado Federal. –* Senador **Fernando Collor,** Presidente da Comissão.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Declaro aberta a 43ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Comunicado do 4º Ciclo de Audiências, relato do 4º Painel.

Em continuidade ao Ciclo de Audiências Públicas denominado Investimento e gestão: desatando o nó logístico do País, esta Comissão de Serviços de Infraestrutura realizou na segunda-feira, dia 16 de setembro, o 4º Painel do tema Aviação Civil – gerenciamento, modernização, ampliação e principais óbices, com a participação do Sr. Antonio Gustavo Matos do Vale, Presidente da Empresa de Infraestrutura Aeroportuária, a Infraero; do Sr. Fernando Alberto dos Santos, Superintendente do Sindicato Nacional das Empresas de Táxi Aéreo; e do Dr. José Antunes Sobrinho, Presidente da Inframérica, concessionária do Aeroporto de Brasília.

O Sr. Gustavo Matos afirmou que, ao contrário do que se noticia, o setor aeroportuário nacional está preparado para os grandes eventos que se aproximam, pois as intervenções que estão sendo conduzidas pela Infraero e pelos concessionários estão com os cronogramas em dia e atendem às necessidades. Prova disso é que nos eventos já realizados – Copa das Confederações, Jornada Mundial da Juventude e Rock in Rio – não houve qualquer problema ligado à aviação civil, disse ele.

O palestrante apresentou um resumo das principais obras de modernização dos aeroportos brasileiros e destacou que, em alguns casos, a Infraero está-se antecipando à demanda, como em Manaus, cuja obra será entregue antes da Copa do Mundo, ampliando a capacidade para 13,5 milhões de passageiros/ano, uma demanda estimada para 2040. Em outros casos, a capacidade vai ser aumentada de acordo com o crescimento da demanda, a exemplo de Fortaleza, que tem estrutura modular e previsão de obras até 2016. Mas, já em 2014, o aeroporto deve receber um acréscimo de capacidade de 2,4 milhões de passageiros, totalizando 8,6 milhões de passageiros para uma demanda estimada de 7,4 milhões por ano, explicou o Sr. Gustavo.

Já o aeroporto de São Luís terá a sua capacidade praticamente dobrada, passando de 3,4 para 5,9 milhões de passageiros – todos esses números são referentes a passageiros/ano –-, diante de uma demanda estimada em 4 milhões de passageiros. Nem todas as obras estarão concluídas para a Copa do Mundo – como Porto Alegre, que estará com 30% concluídos, ou Curitiba, que estará com 40% –, mas todos os aeroportos estarão capacitados a atender com sobras a demanda estimada. E as obras não são para a Copa e, sim, para a necessidade da população, concluiu o Sr. Gustavo.

Em defesa do sistema de concessões adotado, o palestrante alegou que o atual modelo promove a desoneração da União em relação aos investimentos necessários e permite a aplicação dos valores arrecadados com outorga em aeroportos menores. Segundo ele, está em elaboração o decreto para regular dispositivos da Lei 12.648, de 2012, o que deve propiciar mais agilidade à atuação da Infraero.

Em resposta a questionamentos, o palestrante argumentou que, com a melhoria da infraestrutura aeroportuária, naturalmente crescerá o interesse das empresas e haverá aumento do número de voos internacionais partindo de Brasília e de capitais do Nordeste. Afiançou, ainda, que iniciará estudos para a ampliação

da pista de Goiânia, visando a uma possível concorrência com o aeroporto privatizado da Capital Federal.

No que respeita à competição por espaço nos aeroportos entre a aviação regular e a executiva, o Sr. Gustavo alertou que a Copa do Mundo deverá criar grande demanda por pátios para aeronaves executivas, mas salientou que a prioridade é para a aviação regular, que atende número muito maior de passageiros.

O palestrante informou que já foi emitida autorização para dois novos aeroportos privados em São Paulo e lembrou que helicóptero não paga tarifa de embarque. Segundo ele, isso gera uma distorção, pois acaba havendo um subsídio da aviação civil à indústria do petróleo, que usa esse transporte intensivamente. Informou ainda que há um grupo de estudo analisando a questão da necessidade de licitação para as autorizações emitidas às empresas de táxi aéreo.

O segundo palestrante, o Sr. José Antunes, lembrou que o aeroporto de Brasília é o terceiro maior do país e que a perspectiva da concessionária é de que a área se constitua em um centro de negócios, inovação e tecnologia. Segundo ele, todas as obras e melhorias previstas para a Copa do Mundo estarão concluídas no prazo, inclusive com a possibilidade de antecipar para 2014 a totalidade dos investimentos previstos até 2016. O investimento total previsto para essa fase, da ordem de R$1,1 bilhão, e o cronograma físico já está 50% realizado, afirmou o palestrante.

Entre as obras já concluídas, o Sr. Antunes citou o Módulo Operacional (MOP), a ampliação do estacionamento de veículos e a reforma do Terminal de Passageiros 2. Até o final do ano estará concluído o segundo viaduto para aeronaves e a revitalização e implantação de novos trechos de pistas e *taxiways*. Nos primeiros meses de 2014, serão entregues as obras de pátios, a recuperação do Viaduto 1 e a reforma e ampliação do terminal de passageiros, inclusive com os novos Píer Sul e Píer Norte, informou o palestrante. O Píer Sul terá 11 pontos de embarque, além de 12 posições remotas, e estará em funcionamento em fevereiro de 2014, enquanto o Píer Norte terá 7 pontos de embarque, resultando num total de 16 nove pontes acrescidas ao Aeroporto.

Além da ampliação da capacidade do próprio aeroporto, já em 2014, para 20 milhões de passageiros/ano, com 28 pontos de embarque e 21 posições remotas, o acesso sofrerá significativa melhoria mediante a implantação de praças de controle de acesso, disponibilidade de 3 mil vagas e locadoras de veículos no espaço do estacionamento.

Já o aeroporto de Natal, administrado também pela Inframérica, será o maior centro de cargas do Nordeste e terá capacidade para 6 milhões de passageiros/ano, asseverou o Dr. Antunes. O cronograma de obras está em dia, devendo o aeroporto entrar em operação em abril de 2014. A concessionária está disposta, inclusive, a fazer os acessos rodoviários ainda não iniciados pelo Estado, caso isso seja necessário.

Respondendo a questionamentos, o Sr. Antunes argumentou que a agência reguladora do setor precisa ser parte do sistema e que nas concessões não pode ser olhado exclusivamente o valor da outorga. Afirmou, ainda, que as empresas aéreas, tanto da aviação regular como geral, são parceiras fundamentais da concessionária e têm desta total apoio para operar no aeroporto e que a questão dos tributos e do custo do combustível precisa ser equacionada.

Encerrando as exposições, o Sr. Fernando Santos ressaltou que existem registradas no país 173 empresas de táxi aéreo, compreendendo 1.237 aviões e 325 helicópteros. Esse setor transporta 1,5 milhão passageiros por ano, gerando 80 mil empregos diretos e indiretos e recolhendo anualmente R$1 bilhão em impostos. O táxi aéreo promove a integração nacional e a interiorização do desenvolvimento, afirmou ele, pois atende executivos, autoridades e o público, em geral, atingindo grandes áreas do país não cobertas pela aviação regular, que só opera em 130 aeroportos das mais de 3.500 pistas existentes.

A aviação executiva não é recreação, pois a maior parte das aeronaves, tanto privadas como de táxi aéreo, são utilizadas para negócios, viabilizando projetos e fixando populações. Na prática, constitui-se no único meio de transporte capaz de atingir muitos destinos com a agilidade exigida pelo meio corporativo, afirmou o palestrante. O táxi aéreo é fundamental para a indústria de óleo e gás, pois transporta a totalidade dos passageiros para as plataformas marítimas, e é essencial no suporte logístico. Além disso, presta outros relevantes serviços, tais como reparo e inspeção de linhas elétricas, torres, antenas e gasodutos, transporte de equipes e combate a incêndios, ambulância aérea e transporte de órgãos, transporte de malotes bancários, cargas e encomendas, manutenção de aeronaves e apoio a tripulações e passageiros, dentre outros, enumerou o Dr. Fernando.

O setor sofre com a falta de infraestrutura, pois, com o aumento da demanda, a aviação geral tem cada vez mais dificuldade de pousar em muitos aeroportos, alguns apresentando situação crítica, como Jacarepaguá e Macaé, no Rio de Janeiro, e Vitória, no Espírito Santo.

Outro aspecto problemático é a falta de agilidade da Infraero no andamento dos processos. Segundo ele, a empresa deveria ter um regime semelhante ao adotado para a Petrobras.

Concluindo, disse o Dr. Fernando que as principais reivindicações e sugestões do Sindicato Nacional de Empresas de Táxi Aéreo são as seguintes: manutenção da classificação das empresas de táxi aéreo na categoria de prestadores de serviços públicos; garantia de *slots* (espaço administrativo, balcão de atendimento) e espaço nos pátios dos aeroportos centrais, principalmente Congonhas e Santos Dumont – isso é que é muito difícil – pois é de lá que saem os grandes investidores para os diversos recantos do País; manutenção da concessão de áreas aeroportuárias às empresas de táxi aéreo, sem necessidade de licitação, a exemplo das empresas aéreas regulares; suspensão dos efeitos do Ato Administrativo nº 3.139, de 2012, da Infraero, que determina a retomada dos hangares atualmente concedidos às empresas de táxi aéreo – isso vai dar uma enorme briga –; investimento na ampliação das áreas aeroportuárias destinadas à aviação geral (pátios e hangares), onde haja demanda crescente; rejeição da proposta de cobrança de IPVA sobre aeronaves, pois estas já estão taxadas pelo pouso, permanência e proteção ao voo, não sendo cabível um tributo destinado à manutenção de rodovias – nisso ele tem absoluta razão, concluiu, finalizando, o palestrante.

Antes de iniciarmos a audiência pública de hoje, gostaria de informar que a população, mais uma vez, poderá participar do nosso debate, desta audiência pública, enviando seus comentários e perguntas aos nossos convidados pelo Alô Senado, telefone 0800-612211, enviando sua contribuição pela internet, no endereço www.senado.gov.br/alosenado, ou ainda nos perfis do Alô Senado no Facebook ou pelo Twitter @ AloSenado. Portanto, qualquer cidadão, qualquer cidadã, ouvinte ou telespectador que desejar participar desta audiência poderá fazê-lo mediante a utilização desses instrumentos.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública sobre o tema investimento e logística de aeroportos regionais, 5º Painel do 4º Ciclo sobre Aviação Civil, parte integrante da Agenda 2013/2014 – Investimento e gestão: desatando o nó logístico do País, da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal.

Para debater o tema, foram convidados os seguintes especialistas, a quem aproveito e convido para que tomem assento à mesa, desejando-lhes as boas vindas a esta Comissão: Sr. Victor Celestino, Diretor de Relações Institucionais da Azul Linhas Aéreas; Sr. Wagner William de Souza Moraes, Superintendente de Segurança Operacional da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac); Sr. Tenente-Coronel Aviador Henrique Rubens Balta de Oliveira, Chefe da Seção de Gerenciamento do Risco Aviário do Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Cenipa); Sr. Mário Rodrigues, Assessor Especial do Ministro Moreira Franco, da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República (SAC/PR). Sejam V. Sªs mais uma vez bem-vindos a esta Comissão. (*Pausa*.)

Informo aos nossos convidados que o tempo destinado a cada um, para sua apresentação, será entre 15 e 20 minutos, após o que concederemos a palavra para os esclarecimentos que se fizerem necessários por parte dos Srs. e Srªs Senadoras e Senadores presentes e por parte do público.

Iniciando, portanto, agora a nossa audiência, eu passo a palavra ao Dr. Wagner William de Souza Moraes, Superintendente de Segurança Operacional da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

O SR. WAGNER WILLIAM DE SOUZA MORAES – Primeiramente quero agradecer a oportunidade de participar desta audiência. Obrigado, Presidente.

A apresentação que eu vou desenvolver agora visa a discutir ou a apresentar como o setor de operações da ANAC, de segurança operacional, que aquela pela qual eu respondo, enxerga ou aborda a questão dos aeroportos regionais, sob o ponto de vista operacional de uma empresa aérea.

Eu vou discorrer, em primeiro lugar, sobre o que é segurança operacional da aviação. Depois, na verdade, a evolução histórica vai ser essencialmente discursiva; vou discorrer sobre quais são os requisitos da operação para um operador aéreo, a filosofia de gerenciamento de risco e, aí sim, por fim, entrarei em algumas características relevantes para os aeroportos regionais.

Quando a gente fala de segurança operacional da aviação, nós estamos falando no conjunto desses elementos. Quando se propõe a desempenhar a atividade aérea, nós estamos falando de máquina – pode ser avião, helicóptero – e existem requisitos para que esses equipamentos possam ser efetivamente utilizados na aviação. Nós também tratamos de pessoas. Normalmente se fala de pilotos, mas existe uma cadeia de profissionais envolvidos na atividade de aviação, e, para a maioria deles, existem requisitos de capacitação específicos, aqui estou destacando pilotos, mecânicos, despachantes operacionais de voos, comissários de voo e outras categorias.

Nós temos também a questão de infraestrutura aeroportuária. Ou seja, o equipamento que sai do solo, uma hora, vai ter de retornar e precisa ter uma infraestrutura adequada; quando ele está em sua navegação aérea, ele precisa ter um correto sistema de controle do espaço aéreo; e, por fim, a investigação de acidentes aeronáuticos. Acidentes infelizmente acontecem, e a investigação dos motivos, das causas que geraram aquele acidente é uma ferramenta poderosa para que,

identificando as causas, preventivamente novos acidentes não ocorram. E, por causa deste elemento, é que a aviação tem atingido um nível de segurança bastante diferenciado em relação aos outros meios de transporte. E o conjunto desses elementos é que garante a segurança operacional da aviação. Se algum deles apresentar uma fragilidade, a segurança operacional da aviação será nivelada por seu elemento mais frágil.

Com relação à evolução histórica, eu comentei brevemente, no primeiro eslaide, sobre a questão da investigação de acidentes aeronáuticos. Historicamente a aviação tem se norteado por um processo reativo, ou seja, acontece um acidente, é feita uma investigação das causas e, do conhecimento obtido dessa investigação, se estabelecem novos regulamentos de maneira que aquele evento não venha mais a ocorrer.

Contudo, visando a diminuir ainda mais as taxas de acidentes, a Organização de Aviação Civil Internacional estabeleceu um novo princípio baseado na gestão da segurança operacional. O que vem a ser isso? Nós temos, nesse círculo, a representação do que são os regulamentos. Todo o regulamento da aviação está sendo representado por esse círculo, e o não cumprimento de um regulamento caracteriza uma infração. E o que é esperado nas auditorias, nas inspeções realizadas pela ANAC é a conformidade com esses regulamentos. Contudo, quando nós observamos a operação de um determinado ente que atua na aviação, isso pode ser tanto um operador privado, como um operador de transporte aéreo comercial, a operação dele excede a parte regulada ou normativa.

Como eu disse anteriormente, a aviação, infelizmente, em alguns casos, produz acidentes porque a operação tem, embutida em si, uma característica de perigo. Não é diferente de qualquer outra atividade humana que tem riscos embutidos. A aviação não é diferente. Então, na operação aérea existem perigos associados.

O que acontece é que existem alguns regulamentos que não têm impacto na segurança operacional. São regulamentos necessários, mas com outros propósitos. Por exemplo: regulamentos para a área jurídica, sobre como abrir uma empresa, como tratar juridicamente uma empresa. Isso é necessário, mas não tem necessariamente uma relação com a operação.

Existem regulamentos que visam preservar as causas comuns a perigos comuns, ou seja, o normativo estabelecido pela agência reguladora não visa tratar causas específicas. Isso ocorre assim para não se definirem exceções excessivas para a atividade aérea. Então aquelas causas comuns estão sendo tratadas nos regulamentos específicos da aviação. No entanto, cada operador tem sua característica própria de operação, com suas causas específicas de perigo.

Um exemplo eu posso dar para simplificar o que estou dizendo: nós temos no Brasil dois aeroportos com características bastante peculiares. Estou falando de Congonhas e de Santos Dumont. Para operar nesses aeroportos, os operadores se submetem a condições específicas de treinamento de pilotos, com usos específicos de simuladores que visam especificamente à operação naqueles aeroportos. Não faz sentido colocar o mesmo nível de requisitos como uma causa comum para se operar em qualquer aeroporto. Então, esse é um exemplo de diferenciação entre a causa comum e causas específicas.

Nesse sentido é que, além da conformidade, nós estamos trabalhando dentro de uma filosofia de gerenciamento de riscos.

Dentro do normativo hoje existente para a aviação brasileira, esta sigla SGSO significa Sistema de Gerenciamento da Segurança Operacional. Todo operador é obrigado, para que esteja em conformidade com a legislação estabelecida pela Anac, a implementar um Sistema de gerenciamento de Segurança Operacional, que visa tanto a garantir o cumprimento dos regulamentos que atacam as causas comuns como a gerenciar o risco característico, específico das suas operações em particular.

Aqui apenas é outra representação disso que eu comentei.

Existem condições inseguras que podem ter diferentes características. É esperado que o operador, através de uma avaliação de probabilidade e severidade dessas condições inseguras, estabeleça um nível de risco da sua operação. Se o resultado desse risco for de um nível aceitável, a operação prossegue normalmente; se o nível de risco for uma condição intermediária é esperado que se estabeleçam ações mitigadoras que garantam a manutenção da operação; contudo, se o nível de risco for inaceitável, é esperado que a operação não ocorra.

Os operadores nacionais que pretendem desempenhar atividades domésticas são regulados pelo Regulamento Brasileiro de Aviação Civil nº 121. Em uma das suas seções, ele estabelece que o operador, o detentor de certificado, que é o operador aéreo, conduzindo operações domésticas, deve demonstrar que cada rota que ele quer desenvolver é apoiada por aeródromos em quantidade e qualidade adequadas, considerando aspectos como dimensões, resistência e superfície das pistas, obstruções, facilidades, proteção ao público – aqui nós estamos falando da segurança contra interferências e atos ilícitos –, sinalização e auxílios luminosos, auxílios à navegação e aproximação, comunicação, horário de funcionamento e controle de tráfego aéreo. Ou seja, é esperado que o operador aéreo, quando for iniciar uma

operação numa localidade, desenvolva uma análise de risco considerando essas características.

Aqui, entrando um pouco mais especificamente no que seriam essas características de infraestrutura e que provavelmente em algumas ocasiões poderão ser óbices para aeroportos regionais. Nós estamos falando de condição de pavimento de pista de pouso e decolagem, que tem uma influência direta no controle direcional da aeronave, bem como na capacidade de frenagem da aeronave; cerca patrimonial, que permite ou evita o acesso de pessoas não autorizadas ou mesmo animais, que é o que chamamos de incursão de pista, ou seja, quando algo – algum objeto, pessoa ou animal – interferem na movimentação da aeronave; proteção do entorno do aeródromo – nós aqui estamos falando basicamente de ocupação urbana; o tipo de utilização de solo no entorno do aeroporto que está sendo desenvolvido – aqui temos tanto a questão de proteção da área de aproximação de decolagem de aeronaves com relação a obstáculos como também o desenvolvimento de atividades que venham a atrair aves, gerando o risco aviário; resposta à emergência – a capacidade de a infraestrutura aeroportuária reagir na eventualidade de uma ocorrência; controle de acesso – aqui estamos falando da parte de segurança contra atos ilícitos; e, por último, capacitação dos administradores aeroportuários, que têm um papel fundamental para que os demais parâmetros se desempenhem a bom termo, com relação ao entendimento de suas responsabilidades perante a segurança e qualidade das operações e o conhecimento técnico, visando aos investimentos e à manutenção de acordo com a infraestrutura necessária. Ou seja, esse conjunto de parâmetros resume os principais aspectos de infraestrutura que nós entendemos relevantes para a operação em aeroportos regionais.

Para concluir, o não cumprimento de requisitos de infraestrutura acarreta restrições operacionais. Ou seja, o pano de fundo de todo esse normativo técnico que existe na aviação é garantir que as operações se desempenhem num nível aceitável de segurança. Então, no momento em que este nível estiver sendo ultrapassado, é esperado o estabelecimento de restrições operacionais. Da mesma forma, independentemente de a autoridade impor restrições ou não, é esperado que o próprio operador, baseado nas suas análises de risco, desempenhe suas operações quando o risco for aceitável ou quando as mitigações estiverem efetivas. Quando esse limite for ultrapassado, também é esperado que o operador não assuma o risco da operação.

Então, de uma maneira bem resumida, foi o que eu trouxe para os senhores.

Fico à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado ao Dr. Wagner Moraes por sua explanação. Ele é Superintendente de Segurança Operacional da Agência Nacional de Aviação Civil. Meus cumprimentos também pelo rigorismo com que seguiu o tempo especificado.

Passo a palavra agora ao Dr. Victor Celestino, Diretor de Relações Institucionais da Azul Linhas Aéreas.

O SR. VÍCTOR RAFAEL REZENDE CELESTINO – Presidente, a Azul Linhas Aéreas agradece o convite. É uma honra, uma satisfação podermos compartilhar um pouco, aqui nesta Casa, o que a Azul está hoje atingindo em termos da aviação regional. Apesar de sermos a terceira maior força da aviação civil brasileira, hoje podemos dizer que a Azul Linhas Aéreas é a empresa de aviação regional do Brasil. Estamos servindo mais de cem Municípios.

Mas, sem mais delongas, esta aqui é a nossa malha atual. São mais de cem destinos, como acabei de dizer; 230 rotas, quase 900 voos diários, presença nos aeroportos centrais, obviamente, mais com uma malha regional bastante significativa em todos os recantos do País nos diferentes Estados.

Em termos de participação no mercado, a Azul atingiu 17% da participação no mercado, mas praticamente um terço de todas as decolagens no País é nosso, e 25% dos passageiros transportados também são transportados pela Azul Linhas Aéreas.

O mercado tem crescido bastante. O mercado nacional praticamente triplicou em 10 anos, em termos de número de passageiros, mas ainda é, *per capita*, bastante insignificante, quando comparado com economias semelhantes. O número atual é em torno de 0,6 viagem por habitante, quando, na Austrália, por exemplo, mais de quatro. Então, há uma diferença significativa, uma capacidade muito grande de crescimento nesse mercado. Por outro lado, nesses últimos anos viu-se no País um crescimento do tamanho das aeronaves, que são aeronaves inadequadas à operação da aviação regional. E o que ocorreu foi, então, o decréscimo significativo do número de Municípios e cidades atendidas.

Na Azul, nós temos buscado ter a frota adequada, as aeronaves adequadas, cujo custo por assento/quilômetro aumenta quanto menor for a aeronave. Então, a empresa tem que ser mais eficiente para operar esse tipo de aeronave, mas são as aeronaves que têm justamente a capacidade adequada para a aviação regional. Então, são os jatos da Embraer, fabricados no País, que nos dão muito orgulho de poder operá-los – há frota já de 73 jatos da Embraer, uma das maiores do mundo – e também turbo-hélices, que são adequados aos aeroportos de menor porte.

Dessa forma e com o modelo de negócios de conectividade, com essa frota, então, de 120 aeronaves – vamos terminar o ano com 127 –, a Azul, de Campinas, serve com voo direto 54 destinos. Nenhum outro aeroporto do País tem semelhante conectividade. E, em termos internacionais, também é um padrão bastante destacado. Mas não somente em Campinas. Estamos presentes também em Guarulhos, já com 13 destinos; em Belo Horizonte, com 27 destinos; e no Rio de Janeiro, com 14 destinos. Então, privilegiando a conectividade, o voo direto desses nossos *hubs*, que são os aeroportos centrais.

Mas, a partir desses aeroportos, existe toda uma capacidade de capilaridade e de fornecimento de novos serviços. Claramente não é só a infraestrutura aeroportuária que está limitada. O Presidente vai tratar de outras infraestruturas também aqui neste painel, mas a infraestrutura dos nossos transportes modais, seja rodoviário ou ferroviário, faz com que o custo dessas viagens também seja muito alto. Então, por exemplo, o destino Campinas-Salvador, que não existia antes da entrada da Azul, levava 30 horas de ônibus e custava R$229,00. Com a entrada da Azul, pode-se voar hoje em duas horas com uma tarifa média de R$185,00. Da mesma maneira, o Campinas-Araçatuba, interior do Estado de São Paulo, que, embora tenha uma estrada boa, são quatro horas e meia; com 0,8, menos de uma hora – gasta-se com automóvel também, o que não é insignificante –, hoje se pode voar mais barato.

De forma geral, o grande número de voos diretos, a partir dos *hubs*, as aeronaves adequadas nos permitem, de uma forma única, trabalhar, por exemplo, no mercado Marília-Campinas, porque, se se fosse trabalhar só de Marília para Campinas, não haveria demanda. Mas, de Marília, se pode voar para Campinas e, na sequência, nove destinos exclusivos e mais 30 outros potenciais com escala, o que significa que o voo chega num horário que tenha conexão num tempo razoável para todos aqueles destinos. Então, com isso, aumentam-se muito a capilaridade e a capacidade de conectividade.

De uma forma geral, nós temos hoje, entre Campinas e Rio, 22 frequências; entre Campinas e Belo Horizonte, 17 frequências. E esse gráfico tem sido atualizado, a cada semana; estamos aumentando muito a participação em Guarulhos e em diversos outros aeroportos. Isso faz com que a capilaridade e a conectividade que a Azul permite hoje seja essencial para a aviação regional.

É interessante mencionar também que foi uma iniciativa e inovação da Azul a segmentação tarifária por antecipação de compra. Então, se considerarmos que, entre 21 e 30 dias de antecipação de compra, se tem, com certeza, a tarifa mais barata do que o ônibus, do que o automóvel, do que os outros modais de uma forma geral. E isso foi uma evolução.

Então, só olhando o trecho Campinas-Salvador, que tinha pouquíssimas opções antes da Azul, praticamente não havia variação de tarifas. Com a entrada da Azul, hoje se tem a garantia de que, com 21 dias de antecedência, se tenha a menor tarifa. Além disso, obviamente, ganhou-se um grande número de alternativas. Então, antes da Azul não havia voos diretos; a partir do momento em que a Azul entrou, outras empresas também vieram oferecer, mas hoje se tem um grande número de opções. E, do Rio de Janeiro, a mesma coisa.

O que tem acontecido de uma forma geral em Campinas? Ainda que a participação de mercado da Azul tenha crescido significativamente, o número de passageiros transportados pelas concorrentes também tem crescido. Então, o que ocorre é que esse fomento de tarifas acaba gerando demanda. A tarifa mais baixa, obviamente, cria demanda e, com isso, também a concorrência ganha. Mas é um trabalho inovador que nós temos feito e isso, obviamente, é o que a gente chama de "efeito Azul". Então, a despeito do fato de que o número de aeródromos servidos não cresceu desde 2008, o número de rotas e opções cresceu significativamente, praticamente 33%, o que a gente atribui muito às nossas novas rotas, porque a malha das concorrentes era praticamente a mesma nesse período.

Além disso, uma transformação na infraestrutura. Aqui, antes da chegada da Azul, em abril de 2008, e hoje, em Viracopos, a realidade. São 182 voos diários, sendo 174 da Azul. Quem conhece a aviação sabe que são poucas empresas que têm no mundo, nos aeroportos, 174 voos domésticos. Obviamente que Atlanta, Chicago, os *hubs* internacionais das empresas maiores entre as do mundo têm essa quantidade de voos, mas, em voos domésticos, esse é realmente um feito. Isso também permite, com o investimento em infraestrutura que o Governo Federal está fazendo e com a concessão de Viracopos, que se transforme em realidade e será, com certeza, o maior aeroporto da América Latina no futuro.

De uma forma geral, como já disse, vamos terminar este ano com 127 aeronaves, um pouco mais R$5 bilhões de faturamento, nessa ordem, entre 18% a 20% do ASK, mas transportando mais de 21 milhões de passageiros, 22 milhões de passageiros.

A nossa cultura é muito foco no cliente. Então, a Azul busca ter valores compatíveis de proporcionar aos nossos clientes a melhor viagem de suas vidas e, para proporcionarmos a melhor viagem de suas vidas, temos de proporcionar aos colaboradores, aos nossos

tripulantes o melhor emprego de suas vidas. A Azul é a primeira empresa aérea que está entre as 150 melhores empresas para trabalhar no Brasil. Então, de uma forma geral, o atendimento interno e externo busca a consideração do lado humano e o reconhecimento da importância dos clientes.

Além disso, uma experiência superior. Temos voos diretos e horários muito mais interessantes. Por exemplo, em Macapá, quando a Azul entrou, as concorrentes mudaram os horários dos voos, porque o nosso voo era em um horário mais interessante do que a concorrência, não era de madrugada. Então, isso também traz uma grande flexibilidade, uma grande atração.

Temos a TV a bordo, a primeira empresa de TV ao vivo a bordo; isso tem sido bastante interessante, vários clientes nossos comentam que assistem do jornal à novela e ao futebol a bordo. Então, não precisam perder as partidas em finais, o último capítulo da novela, são coisas importantes, além do que a viagem passa com muito mais tranquilidade.

O nosso *layout* tem um espaço interno muito superior. A única empresa que oferece de fato um assento conforto diferente dos demais assentos, que pode ser adquirido a preços módicos. Então, é um produto diferenciado.

Temos ganhado vários prêmios, inclusive da *Você S.A.*, como falei, figurando como uma das melhores empresas para trabalhar.

Oferecemos, além disso, uma inovação muito interessante que proporcionou muito o aumento da demanda em Campinas, qual seja, uma malha de ônibus. Nós temos mais de 150 partidas. A cada meia hora sai um ônibus de Campinas para São Paulo, ligando o aeroporto de Campinas com vários pontos na cidade de São Paulo e cidades do interior. Isso não tem custo adicional ao passageiro. Então, o passageiro entra no ônibus, que tem *wi-fi*, conforto, serviço de bordo simples, e vai nesse ônibus até o aeroporto, onde embarca. Conseguimos, com o concessionário, criar uma pequena rodoviária no aeroporto de Viracopos, que faz com que esse fluxo e demanda aumentem ainda mais. É uma integração modal muito interessante.

O Programa Tudo Azul, que foi bastante revisitado e renovado recentemente, está proporcionando, agora, também uma inovação. Aquele cliente que fizer o *web check-in* ganha pontos de milhagem, porque isso incentiva menos fila nos aeroportos. O cliente faz pela internet, no seu celular, e ganha pontos no programa de milhagem. Isso, certamente, vai contribuir para diminuir as filas nos aeroportos.

Bom, buscando a nossa conclusão, nós temos, de fato, já uma participação importante, relevante, na aviação regional do País. Estamos com uma expectativa muito alta e bastante otimista em relação ao programa de aviação regional, o Plano Nacional de Logística Integrada do Governo Federal. Esperamos que a Secretaria de Aviação Civil venha nos trazer boas notícias hoje.

Nesse programa, então, a empresa está pronta para arcar com os investimentos necessários para se fazer presente nessa malha de novos aeroportos que vão surgir. No entanto, é relevante que se mencione, Presidente, que os aeroportos operados atualmente, todos eles, sem exceção, necessitam de investimentos, seja por necessidade de aumento de capacidade, seja por questões regulatórias, como o Wagner, da Anac, bem colocou.

Então, a sugestão da Azul: focar uma primeira leva de investimentos na atualização dos aeroportos que são operados – isso é imprescindível –, com foco muito importante na navegação aérea. Como o Wagner, da Anac, colocou que nós temos necessidade de investimento na navegação aérea, porque nenhum dos aeroportos no interior da Amazônia, por exemplo, têm estações meteorológicas. É uma necessidade de operação. Apesar de o Sivam ter proximamente, elas não estão dentro do sítio aeroportuário e, então, não podem ser utilizadas pelos aeroportos.

Esse investimento, sendo feito nos aeroportos operados, vai dar, de fato, uma melhoria. Por quê? Porque em vários deles, hoje, nós já não podemos aumentar o número de voos nem aumentar o tamanho de aeronaves, o que seria muito interessante para haver tarifas mais baratas.

Outro ponto é a questão das isenções tarifárias. De fato, isso vai ser bastante interessante para mitigar os custos de entradas nesses novos destinos regionais e manter alguns destinos que são quase que deficitários.

E, finalmente, a questão dos subsídios. Nós, de fato, acreditamos que há destinos que necessitam de subsídios. Sem subsídios, será difícil viabilizar voos e novos destinos onde a demanda é ainda muito incipiente.

A Abear, nossa associação – a Azul compõe a Abear – identificou 61 aeroportos, além desses 105 em que a Azul opera, o que passamos para a Secretaria da Aviação Civil. Dentro daquele plano do Governo Federal, de 270 aeroportos, 105 já são operados; com mais 61, serão 176 aeroportos, em que, se houver infraestrutura, a Azul estará operando.

De fato, é um prazer estarmos aqui e nos colocamos à disposição para mais questões que porventura surgirem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado, Dr. Victor Celestino, Diretor de Relações Institucionais da Azul Linhas Aéreas.

Passo, agora, a palavra ao Sr. Tenente-Coronel-Aviador Henrique Rubens Balta de Oliveira, Chefe da Seção de Gerenciamento do Risco Aviário do Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Cenipa).

O SR. HENRIQUE RUBENS BALTA DE OLIVEIRA – Boa noite a todos os senhores. Gostaria de ratificar a importância de uma reunião dessa natureza para o setor aéreo brasileiro.

Como representante do Cenipa e, especificamente, da parte de gerenciamento de risco aviário, eu gostaria de trazer um foco específico para esse risco que, segundo alguns autores internacionais, é o segundo fator causal de vítimas na aviação mundial.

No Brasil, nós estamos ainda iniciando a regulamentação nesse setor, agora, com a aprovação da Lei nº 12.725, em outubro do ano passado. O decreto de regulamentação da lei se encontra, neste momento, sob avaliação para ser aprovado também, e já temos, inclusive, um RBAC da Agência Nacional de Aviação Civil pronto para ser aprovado na sequência, desse decreto de regulamentação da lei já aprovado.

Então, tudo isso vai criar, como o Sr. Wagner bem ratificou, a importância da regulamentação para que todos no setor tenham realmente um norte e os procedimentos adequados para evitar situações como essa que aconteceu em um aeroporto regional norte-americano.

Então, meu objeto aqui é simples, ligado à parte de aeródromos regionais: identificar alguns dos aspectos relacionados ao risco de fauna para esses novos aeródromos e também para aqueles que já existem e que têm uma maior capacidade, mas, como eu disse, ainda carecem um pouco dessa regulamentação para que o setor deslanche.

Nós temos, no Brasil, somente três vítimas fatais. Por que eu digo somente? Porque nós perdemos muitas ocorrências devido à falta dessa regulamentação e de outras ferramentas que são muito importantes para identificação. Então, imaginem os senhores: no eslaide anterior, com aquela foto do acidente, os cinco tripulantes morreram, e não houve nenhum contato deles com a torre de controle para falar nada sobre colisão com fauna; mas, na verdade, depois foi descoberto, através de análise de DNA nos destroços, que havia ocorrido pelo menos três colisões com uma espécie de ave que não existe no Brasil; mas nós temos os nossos participantes, e os senhores verão mais à frente que, mesmo nos Estados Unidos, eles são considerados como espécies que oferecem risco à aviação.

Aqui a gente já pode ver o urubu de cabeça preta, uma ave bastante comum, em função principalmente da questão relacionada ao saneamento básico – então é uma coisa que não está ligada diretamente à aviação, mas que causa transtornos. E, nos aeródromos de pequeno porte, isso se torna ainda mais óbvio porque, normalmente, as cidades menores estão próximas dos aeroportos e os resíduos sólidos também têm que ser depositados próximo às cidades, para que seja viável economicamente a deposição desses resíduos. Então, toda a questão de saneamento, que vai desde a coleta até a deposição final, é muito importante, quando estão a menos de 20km dos aeródromos, porque assim a gente consegue definir a área de segurança aeroportuária, que foi introduzida no Legislativo através da lei que citei para os senhores.

Esse acidente foi próximo a um estaleiro em Angra dos Reis, e nós identificamos que foi uma colisão somente por causa da carcaça do urubu, porque o piloto a bordo, único tripulante, faleceu.

Esse é um problema para toda a aviação mundial, para os aeródromos de menor porte e, principalmente, para as aeronaves de menor porte. As aeronaves regionais têm critérios de certificação que são menos restritivos do que aeronaves da capacidade de um Airbus 320, por exemplo. Essa aeronave, por acaso, é a aeronave que pousou no Rio Hudson, depois da colisão com gansos canadenses em 2009, no dia 15 de janeiro – não sei se os senhores se recordam.

Essa soma aqui, no canto, está indicando o número de vítimas fatais na aviação civil registrado até hoje.

Esse é um aeródromo regional no Brasil – e aqui não é nenhum tipo de propaganda negativa, Celestino. Pelo amor de Deus! O piloto fez o que tinha que fazer. Eu posso afirmar isso para vocês, porque ele abortou a decolagem, ele rejeitou a decolagem dele, por causa da presença de aves na pista. Então, se ele não tivesse feito isso... E há vários casos na aviação, inclusive com registro de caixa-preta de aviões, de pilotos decolando e comentando: "Puxa, quantas aves aqui na lateral da pista!". Até que elas entram no motor, e o fim da caixa preta é com grito. Infelizmente. Então, o piloto procedeu da forma adequada.

Aqui mais um aeroporto regional. Há presença de um animal terrestre dessa vez. Então, o cercamento, que é uma das questões que foi inclusive veiculada anteriormente pela *Revista Em discussão!*, desta Casa. O cercamento de aeródromos é uma questão muito importante para evitar a presença de mamíferos. As aves já são um problema bastante considerável, mas os mamíferos, devido ao seu peso bem maior e a sua densidade corporal, etc, oferecem muito mais risco, claro, sempre na área da pista; mas as colisões normalmente têm consequências mais severas.

Aqui eu coloquei para mostrar aos senhores que as aeronaves regionais, com tendências a operar em

aeródromos regionais, têm critérios de certificação menores. Por exemplo, se a gente compara para-brisa com para-brisa. Então para-brisa de uma aeronave regional é feito para aguentar esse tipo, essa massa de ave enquanto que, em relação ao de uma aeronave de maior porte, a gente observa que o para-brisa já é certificado para aguentar o impacto de uma ave de maior massa.

Tudo isso é feito baseado no que o Wagner bem colocou, em critérios de probabilidade e de severidade. Então se eu tenho uma aeronave pequena, digamos assim, considerando que aquele acidente já aconteceu, se eu tenho 15 pessoas a bordo, a severidade tem um nível. Claro que, se um de nós for um desses 15, a severidade seria altíssima! Mas de uma forma matemática, digamos assim, a severidade de uma aeronave com 500 pessoas a bordo vir a sofrer um acidente em que todas as pessoas a bordo venham a falecer é muito maior, obviamente. E não haveria sentido exigir daquela aeronave de 15 passageiros os mesmos critérios de certificação de uma aeronave de 500, porque senão ela seria tão pesada que não sairia do chão com 15 passageiros e não teria viabilidade econômica.

Aqui está a revista do Senado de que falei para os senhores, de novembro de 2010, que traz uma matéria dizendo que a Anac fechou mais de 100 aeroportos. Eu pincei daqui do texto a falta de cerca e a proximidade da área urbana.

Como eu falei, a cerca facilita o acesso de animais, e a proximidade da área urbana, todos aqueles problemas de lixões clandestinos nos bairros, aumentando a dificuldade do serviço de saneamento básico, além, claro, da destinação final de resíduos, que ainda é um problema grande para a gente no Brasil.

Na mesma revista há uma matéria específica falando sobre o risco aviário ou de fauna, como preferirem.

Então, senhores, no ano passado, a Lei 12.725, trouxe ao Legislativo o que era antes somente uma instrução normativa do Ibama e criou a área de segurança aeroportuária, que é um círculo imaginário com 20km de raio no entorno do aeródromo.

Por que a lei trouxe essa informação, essa restrição, digamos assim, ao uso do solo no entorno dos aeródromos? Porque os registros de colisões, por exemplo, nos Estados Unidos, contam que 92% das colisões acontecem até 3.500 pés. Aí, vão falar: "Puxa, mas isso é nos Estados Unidos. Aqui é igual?" Então eu trouxe aqui a aeronave que pousou nas águas do Rio Hudson. Ela foi abatida, digamos assim, por uma ave? Eu não seria radical a esse ponto. Eu diria que a ave foi abatida pela aeronave, apesar de a aeronave ter caído, porque, quando há uma colisão com fauna, normalmente, a fauna é vitimada. Então, não há fauna suicida. Eles têm vontade de sobreviver. Por isso que existem até hoje com a evolução, e são a evolução dos dinossauros, digamos assim.

Então, o ganso canadense é o número sete no *ranking* das espécies de risco nos Estados Unidos. E a gente observa o nosso urubu de cabeça preta e de cabeça vermelha oferecendo maior risco à aviação.

E a asa? Por que 20km? Baseado numa trajetória de aproximação padrão da aviação civil, os 3.500 pés, em que a gente tem uma quantidade significativa de colisões – inclusive aqui está representada essa proporção, abaixo e acima de 3.500 pés –, quando a gente faz trigonometria simples, chega a 20km. Então por isso que a área tem 20km, mais uma vez, baseando todo o trabalho de gerenciamento em probabilidade e severidade.

Inicialmente a gente tinha um meio ambiente equilibrado. O homem começou a se fixar nas cidades, deixou de ser nômade, até que ele precisou de um local, normalmente um pouco distante, para colocar os seus resíduos. E ele continuou aumentando as suas cidades. O avião foi inventado, então tivemos de criar um aeródromo para utilizar a aviação. É exatamente isso que a gente está focando aqui: aeródromos regionais. Então um aeródromo é colocado. Como foi muito bem dito aqui, pelo Celestino, há as distâncias e tempo perdido, digamos assim, e a gente sente muito menos a viagem, que se torna até um motivo de alegria, porque não há aquele sofrimento todo. As rotas aéreas foram estabelecidas, as aves continuaram voando e as cidades continuaram aumentando até que nós tivemos problemas sérios para colocar todos os resíduos produzidos nesse local. Começamos a ter vários outros pontos clandestinos, numa situação hipotética. O saneamento é muito mais difícil de se fazer nas cidades como, por exemplo, o Rio de Janeiro, no acesso às comunidades – na favela da Rocinha, por exemplo, é bastante complicado. E a gente acaba com a área que as aves utilizavam inicialmente.

Elas, obviamente, se adaptam. São evolutivas, e procuram outro local. Depois disso, a gente cria uma área de preservação. Então, o meio ambiente faz isso. E aí nós começamos a vê-las passando no aeródromo e causando riscos maiores ainda para a aviação, porque aqui a probabilidade de uma colisão é diferente daqui. Todos os aviões estão vindo para cá, então a probabilidade aqui é maior.

Eu coloquei isso aqui só para mostrar para os senhores que existe uma influência muito grande do entorno do aeródromo sobre o risco de fauna e que o planejamento tem que ser integrado. E nós criamos essa asa com a lei, como eu disse.

Esses são os números registrados pelo Cenipa. Gostaria de frisar isto: são números registrados. Então, se nos reportaram colisão, nós registramos e os números estão aqui. Se somássemos a área da asa daria 87,4 das colisões registradas. Então os senhores veem que está próximo daquele número de 92.

Infelizmente os acidentes acontecem, como foi dito. É questão de risco realmente. E um acidente que aconteceu por colisão com fauna, com aves, no aeroporto em Amsterdã gerou este tipo de informação: com o aumento de tráfego aéreo, a expectativa futura de longo prazo é de que o risco de fauna irá aumentar. Em aeródromos regionais, também. Estamos abrindo novas rotas aéreas. Isso é importante para o País, mas nós temos que tomar as medidas cautelares necessárias.

Os parceiros responsáveis pelo controle de população de fauna no aeródromo até que estão atuando. No Brasil, com essa regulamentação nova que está para ser incrementada, com certeza isso vai deslanchar, mas infelizmente são necessárias medidas de controle além dos limites aeroportuários.

Obviamente, em Amsterdã, eles estão se referindo a outro tipo de ave, mas isso é válido para o Brasil, porque já conseguimos estabelecer a relação entre saneamento básico e risco de fauna.

E o entendimento nacional e mundial é de que o controle de risco deve abranger redução de população e de atrativos – alimento e água também – e de abrigo, especialmente dentro do aeródromo. É o que eu normalmente cito como 3 As. Aqui a gente tem uma lagoa completamente sem lixo, mas essa população sempre visita o local por conta da necessidade de todos os seres vivos de dessedentar, de beber água, de matar a sede.

E aqui a gente tem um aterro. É um vazadouro de lixo claramente, porque, se a gente há resíduo sólido à mostra, a céu aberto, não se está falando de aterro. Aterro exige cobertura diária, com material inerte, de todos os resíduos sólidos depositados. Por uma foto a gente consegue identificar um vazadouro de lixo, ainda que ele tenha o nome de aterro. E isso é o que está acontecendo no Brasil, de acordo com os dados do próprio IBGE. A quantidade de aterros sanitários saiu de 1.1 para 57.6, sendo, infelizmente, muitos deles somente no nome.

A proporção entre a área a cargo do operador aeroportuário e a cargo do poder público municipal justifica que sejam tomadas medidas cautelares junto a esse poder público municipal, porque realmente a proporcionalidade aqui é imensa. Pode-se dizer que a área interna é praticamente insignificante, não fosse pelo fato de as aeronaves estarem convergindo para essa área. Então, elas afetam a probabilidade de colisões.

Aqui está a nossa lei, que eu só coloquei para mostrar aos senhores que o programa nacional será desenvolvido pelas três autoridades: Aeronáutica Militar, Ambiental e de Aviação Civil, e o rascunho, o último *draft* técnico desse programa nacional já está para ser verificado pela assessoria jurídica desses ministérios envolvidos.

O programa nacional tem esses princípios: de operação eficiente e segura de aeródromos, protegidas por todas as instâncias da sociedade, o que ratifica a importância do aeródromo, principalmente do aeródromo regional – imaginem aí a Amazônia –; também a parte social, como transplantes de órgãos e etc, e a defesa nacional.

O operador, a autoridade ambiental e a autoridade municipal, deve integrar o seu planejamento e executá-lo de forma integrada em cada uma das suas áreas de responsabilidade para que todas as esferas do Poder Público, harmonizando o planejamento e o uso do solo, e a ocupação desse solo até 20km do aeródromo, acabem por proteger a sociedade e as próprias operações aeroportuárias.

E o objetivo final do programa nacional é eliminar – é um objetivo teórico – ou reduzir o risco.

No processo de licenciamento de atividades entra a figura do parecer aeronáutico, dado pela Autoridade Aeronáutica Militar, e entram os critérios de distanciamento para as novas atividades a serem instaladas. Então, por exemplo, um aterro, ainda que sanitário, com cobertura de área com material inerte, fica proibido a menos de 10km de um aeródromo. Isso é reforçar o crescimento da aviação; isso é dar segurança à sociedade.

Dessa forma, eu acredito que eu pude dar aos senhores uma pincelada rápida sobre os aspectos relacionados ao risco de fauna para o incremento da aviação regional no Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Grato ao Sr. Tenente-Coronel Aviador Henrique Rubens Balta de Oliveira, Chefe da Seção de Gerenciamento do Risco Aviário do Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Cenipa).

Passo agora a palavra ao Sr. Mário Rodrigues, assessor especial do Ministro Moreira Franco, da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República.

O SR. MÁRIO RODRIGUES JÚNIOR – Muito boa tarde a todos. Presidente, é uma honra estar aqui fazendo essa explanação do que a gente vem hoje considerando um dos grandes programas lançados pelo Governo.

Inicialmente, o Ministro Moreira vem implantando ferramentas e buscando estruturar, cada vez mais, a Secretaria de Aviação com a finalidade de melhorar o sistema de aviação regional deste País.

Este programa regional iniciou seus estudos ou uma discussão disso em final de 2011, início de 2012. E o que visa este programa? A expansão da malha vai gerar integração do Território nacional; o desenvolvimento de polos regionais; o fortalecimento de centros de turismo e, principalmente, a garantia de acessos a comunidades como a da Amazônia.

Quando se iniciou esse estudo para implantação desse programa, estavam sendo discutidos aproximadamente de 150 a 170 aeroportos. No decorrer da avaliação, da montagem do programa, chegamos a um número de 270 aeroportos, com um gasto, uma previsão de investimentos de R$7,3 bilhões entre as Regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudoeste e Sul.

Como base dessa premissa, inicialmente se imaginou que teríamos que ter uma ligação entre aeroportos a cada 100km. Estudou-se também a demanda e a necessidade para a implantação de cada aeroporto.

Aí, nós vamos falar da Região Norte, hoje com 67 aeroportos escolhidos. Vamos aqui: Acre, 4; Amazonas, 25; Amapá, 2; Pará, 24; Rondônia, 6; Roraima, 3; Tocantins, 3; totalizando 67 aeroportos na Região Norte, com uma previsão de investimento de R$1,7 bilhão. Para a Região Nordeste, temos 64 aeroportos, entre Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, também com uma previsão de investimento de R$2,1 bilhões. Região Centro-Oeste, 31 aeroportos, em Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, 900 milhões de investimento. Região Sudeste, 65 aeroportos, sendo 19 em São Paulo, 33 em Minas Gerais, uma previsão de investimento de R$1,6 bilhão. Região Sul, 43 aeroportos, com investimento de R$1,1 bilhão. Nesses aeroportos que elencamos aqui, existe implantação de novos aeroportos, novas pistas, reformas de alguns, ampliação de outras, recuperação e construção de terminais. Mais para frente, quando eu mostrar o estudo de viabilidade, vamos detalhar um pouco mais isso.

Características gerais dos 270 aeroportos: operam voos regulares 90 dos 270, o que dá uma margem de 33%; não regulares, 180, com margem de 67%. Dos 270, quem possui outorga são 59%, ou seja, existe um administrador do aeroporto. Possuem terminais de passageiros 204 dos 270; 66, não, em que serão implantados. Tipos de pista em cada aeroporto: vamos fazer novas pistas em 18 aeroportos; de terra são 18; de grama, um; concreto, 4; asfalto, 229. A nossa finalidade é ter, em todos eles, pavimento flexível ou pavimento de concreto.

Estratégia desses investimentos: projeção de demanda para cada aeródromo; levantamento da infraestrutura atual e seu entorno, lógico, levando em consideração todos os dados operacionais, de segurança, tudo que já foi apresentado aqui; um estudo, com a contratação que já está em andamento e abertura do regime de certame licitatório, daremos início ao estudo de viabilidade técnica, a um miniplano diretor, em que, efetivamente, vamos ter qual ação faremos em cada um desses 270; estudos preliminares; anteprojeto, nível de projeto necessário para contratações das obras; aí, sim, o projeto básico e executivo; a licitação das obras; e aquisição de equipamentos e mobiliários.

Demanda potencial da aviação regional. Esse gráfico é muito interessante. Em 2000, tínhamos 5,1 milhões de passageiros na aviação regional; em 2012, já estamos com 15,8 milhões de passageiros; em 2025, a nossa projeção é para termos 65 milhões; em 2035, 113 milhões. Isso só na aviação regional.

O gráfico de cima significa aviação entre capitais, 68 milhões em 2000; 193 milhões em 2012; 429 milhões em 2025, um crescimento muito grande.

Operação regional no Brasil por horas de trânsito. Temos aqui a categoria do aeroporto: 2C operam aeronaves até a ATR-42; 3C e 4C, que operam o A-319 e o Boing 737. Total de operações semanais: 5.206. Participação de cada tipo de aeronave: 18,86%; 40,59%; e 40,55%, tipos de utilização por tipo de aeronave. A tendência, inclusive como a Azul falou, é entre as aeronaves possuírem entre 60 e cem lugares, distribuídas entre turbopropulsores, 40%, e jatos, 60%.

Esse é o panorama do que estamos prevendo para atender a necessidade dos próximos anos, o tipo de operação.

Como é que estamos hoje nesse programa? Dentro das datas, em 28 de dezembro foi lançada uma medida provisória, convertida em lei em 20 de junho de 2013. O decreto de 4 de junho regulamenta o Fundo Nacional de Aviação Civil e uma portaria da SAC estabelece a remuneração do Banco do Brasil.

Nesse programa foi assinado o contrato com o Banco do Brasil porque a SAC o contratou como sendo o nosso executor, mas toda responsabilidade e toda decisão é feita pelo Ministério da Aviação Civil, pela SAC. O banco é simplesmente um executor. Nós estamos utilizando a agilidade que o banco vem colocando e, no próximo, eu vou colocar um pouco do cronograma que estamos executando. O banco tem dado uma agilidade, porém todas as decisões, todos os atos são de responsabilidade da SAC, a SAC é responsável por tudo. O banco é um contratado para execução desse programa.

Estamos também desenvolvendo, por último, um manual de operação, que vai regulamentar – já está sendo regulamentado – tudo sobre o banco e a SAC e como vão operar esse contrato.

Nós temos aí estratégias. Vejam que coloquei que a lei foi em junho de 2013. Vejam a tamanha agilidade que estamos conseguindo. Nós já temos editais de gerenciamento que regulamenta o programa nº 1, que já está em fase de fechamento de propostas. Nós temos quatro lotes da Região 1, Região 2, Região 3 e Região 4, o que significa Norte, Nordeste, Sul e Sudoeste.

Nós estamos com as propostas entregues – dois na semana passada e dois nessa semana – de um sistema de licitação de RDC.

Vejam, assinamos um decreto em junho, estamos em outubro e com quase todos os editais nas ruas: o gerenciamento, o projeto, o estudo de viabilidade, já lançamos o edital de meio ambiente para ir um número maior de lotes, porque cada região tem sua particularidade. Temos o Amazonas, Pará, Goiás, Bahia, Minas Gerais e Paraná. E, por último, lançamos, também em fase de contratação, o levantamento topográfico que será tudo por aerofotogrametria, o que vai nos facilitar muito os estudos de engenharia, principalmente aeroportos na região do Amazonas e Pará, onde é difícil o acesso.

Esse é o estagio atual. Acreditamos que iniciamos esse estudo de viabilidade até o final deste mês. Teremos um período entre o estudo de viabilidade e o anteprojeto, que seria um projeto básico para que em maio, e esperamos que em junho do ano vem estejamos com todos os editais de obras na rua.

Essa é a nossa meta, o nosso cronograma. Repito, estamos demonstrando uma agilidade. Eu trabalho no Governo há muito tempo, não só aqui em Brasília, mas a agilidade com que estamos conseguindo fazer é impressionante. Então, é um instrumento em que estamos acreditando e está monitorando para que, realmente, consigamos a rapidez na implantação, para, cada vez mais, recuperarmos um pouco da nossa infraestrutura.

Também teremos o estudo de prospecção de novos sítios. Nós estamos com uma perspectiva de 19 novos sítios e de aquisição de todos os equipamentos de segurança, como carro de bombeiro. Enfim, toda questão da segurança operacional de cada aeroporto, também estamos em fase de contratação.

Aqui também está me acompanhando a Drª Fabiana, que cuida desse programa desde 2011. Eu sou mais recente. Faz três semanas que me engajei no Ministério, a convite do Ministro. A gente está realmente buscando implantar uma gestão para que esse programa realmente ganhe a velocidade e que a gente consiga implantar.

Basicamente é isso. Fico à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado ao Dr. Mário Rodrigues, Assessor especial do Ministro Moreira Franco, da Secretaria da Aviação Civil da Presidência da República.

Eu acho que posteriormente o Dr. Victor Celestino poderá fazer alguma indagação ao Dr. Mário Rodrigues, porque durante a sua exposição se referiu aqui eventualmente o Sr. Mário, que poderia trazer algumas boas notícias.

Então, passarei a palavra a V. Sª, em seguida à indagação que passo a ler, feita pelo telespectador. Eu pediria ao Dr. Wagner Moraes, que é o Superintendente de Segurança Operacional da Anac – Agência Nacional de Aviação Civil, que pudesse responder. Se algum dos palestrantes de hoje quiser oferecer também a sua opinião sobre a pergunta formulada, a palavra lhe será facultada.

A pergunta é do senhor Carlos Jean Pereira Gonzaga, de São Gonçalo do Piauí, no Piauí. Ele pergunta: "Como podemos melhorar a infraestrutura, principalmente dos aeroportos no Brasil para evitar – e isso ai vemos que sua pergunta permeia cada uma das suas exposições aqui feitas – acidentes aéreos graves como os que já aconteceram anos atrás? Cito como exemplo o acidente da TAM."

Ele questiona também como evitar que se formem as filas nos aeroportos que tanto dificultam a viagem.

Dr. Wagner Moraes.

O SR. WAGNER WILLIAM DE SOUZA MORAES – A questão apresentada, na verdade, tem duas dimensões: uma relativa à segurança operacional propriamente dita; e outra relativa À qualidade dos serviços.

Com relação à segurança operacional da aviação, como eu disse na minha apresentação, é um conjunto de vários fatores. A combinação desses fatores é que resulta em um ambiente com um nível de segurança aceitável.

Então, assim como na indústria – no caso brasileiro, nós temos aqui a Embraer, E os EUA têm A Boeing e outros –, na hora de se certificar um produto, existem vários requisitos, também são colocados vários requisitos para a formação de pilotos, para a formação de controladores de vôo e também requisitos de infraestrutura aeroportuária. Então, é necessário que todos esses parâmetros eles caminhem em equilíbrio para que você obtenha um nível de segurança adequado.

Então, respondendo um pouco mais objetivamente à pergunta feita com relação à infraestrutura, o que é necessário para a gente melhore o nível de segurança é investimento para o atendimento dos requisitos técnicos de infraestrutura.

Eu entendo que, pelo que foi apresentado aqui pela SAC, nós estamos caminhando na direção correta.

E, com relação ao nível de qualidade de serviço, no caso aqui sobre filas, essencialmente nós estamos falando da gestão aeroportuária. O próprio gestor aeroportuário tem de entender o negócio dele, que é transportar pessoas, e criar internamente no aeroporto as condições para que o fluxo de pessoas e mercadorias se processe da maneira mais eficiente possível.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado ao Dr.Wagner.

Perguntaria se alguns dos palestrantes gostariam de fazer alguma observação sobre a pergunta formulada? (*Pausa*.)

Se não, passo agora a palavra ao Dr. Victor Celestino, que é Diretor de Relações Institucionais da AZUL, Linhas Aéreas.

O SR. VICTOR RAFAEL REZENDE CELESTINO – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Gostaria de parabenizar o companheiro Mário, da Secretaria de Aviação Civil, pela palestra. Vemos claramente que o Programa de Aviação Regional ele tem três pilares: o primeiro é o investimento em aeroportos; o segundo é a questão das tarifas aeroportuárias e o terceiro, a questão dos subsídios.

A gente vê claramente que o primeiro pilar, que é a questão dos investimentos nos aeroportos, está avançando bem rapidamente, como o próprio Mário colocou, até com uma velocidade chinesa, mas em relação aos subsídios e às tarifas, nós estamos um pouco mais ansiosos porque não adianta ter o aeroporto pronto e não houver a linha aérea. Muitas vezes, no aeroporto regional, para que a linha aérea chegue, precisa haver o subsídio e a isenção de tarifas.

O que estamos aguardando... A última informação que temos é que seria necessário um projeto de lei a ser encaminhado pela Secretaria de Aviação Civil ao Congresso Nacional, criando, então, esse instrumento de subsídio e que isso, digamos assim, seria iminente. Por isso eu disse que estávamos esperando uma boa notícia.

Enfim, a pergunta que gostaríamos de formular é: qual é a expectativa da Secretaria de Aviação Civil em relação ao envio do projeto de lei que vai criar o subsídio à aviação regional e a isenção das tarifas aeroportuárias, que, com certeza, serão necessárias para viabilizar o plano de aviação regional?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Dr. Mário Rodrigues, da SAC – Secretaria de Aviação Civil.

O SR. MÁRIO RODRIGUES JÚNIOR – Bem formulada sua pergunta.

Inicialmente, como disse, estou há três semanas à frente da Casa, especificamente a minha parte de condução é sobre implantar gestões para atender o mais rápido possível as nossas demandas em relação a todas as obras da Infraero, todas as obras de concessões e todas as obras da aviação regional.

Quanto a essa parte de subsídio, tudo isso está sendo conduzido por outra secretaria dentro da SAC. Então, eu sei que o assunto está sendo discutido mesmo em reunião que vocês já estiveram lá, mas não sei lhe dizer no momento em que fase isso está para ser encaminhado, mas tenho certeza... Repito: dentro da SAC é outra área que está tomando conta, disso. Já tivemos participações, reuniões, e isso vai ser encaminhado.

Por eu não estar participando efetivamente desse assunto, peço que me permita posicionar-me quanto a isso o mais rápido possível. O assunto está sendo conduzido por outra Secretaria dentro da SAC, mas eu sei – já participei de reunião com a Azul, com o Ministro – que o assunto vem sendo discutido. Não sei agora dizer em que fase de encaminhamento isso está, mas, com certeza, amanhã darei uma posição disso, porque realmente não é a área que estou conduzindo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Dr. Victor, está satisfeito? Algum comentário?

O SR. VICTOR RAFAEL REZENDE CELESTINO – Não. Só quero agradecer e, de fato, colocar que entendemos ser importante esse projeto.

O projeto da aviação regional requer investimento público e privado. De nossa parte, estamos prontos a fazer encomendas de novas aeronaves. Estamos aguardando e ansiosos por uma boa notícia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado.

Por fim, uma pergunta que nos chega.

Talvez eu vá prescindir do conhecimento dos palestrantes para respondê-la.

A pergunta é: "No Brasil os aeroportos tendem a atrair a população para o seu entorno, ao contrário de outros países em que ser vizinho do aeroporto é algo indesejável. Quais são as causas dessa diferença e como evitar que os aeroportos regionais sejam engolidos pelas cidades médias?"

Eu acredito que isso seja mais algo da esfera do Poder Público municipal, do seu Plano Diretor, que vai nortear o crescimento da cidade para onde deve crescer a área residencial, área comercial ou área para criação de um novo aeródromo.

Um exemplo que nós temos hoje do aeródromo "engolido" pela cidade, para usar a expressão que aqui foi

colocada por quem faz a pergunta, é o Aeroporto de Congonhas. Quando ele foi construído, a cidade estava bem distante dele e hoje Congonhas está dentro da cidade.

A mesma coisa vem acontecendo com Cumbica, em Guarulhos. No momento em que foi inaugurado o Aeroporto de Cumbica, aquela região de Guarulhos era praticamente deserta, e hoje a cidade avança celeremente para as proximidades de Cumbica, o que acaba também inviabilizando, ou dificultando, a ampliação do aeroporto quando isso se fizer necessário.

Fundamentalmente, essa é uma ação tipicamente do Município e deve ser levada com muita seriedade, sobretudo no momento em que a aviação civil e o transporte de passageiros por avião vêm crescendo de forma realmente espantosa em nosso País, em função do crescimento da renda média da população brasileira e do ingresso na área de consumo, na região de consumo, no estamento de consumo, de 40% da população brasileira.

Essa fatia da população saiu da situação de pobreza para uma posição de classe média, passando a utilizar aviões. Como aqui foi dito pelo subdiretor da Azul, se a passagem aérea for comprada com antecedência de 21 dias, ela fica mais barata, para aquele trecho considerado, do que a passagem comprada para um transporte por via rodoviária, passagem de ônibus.

De modo que eu gostaria, antes de encerrar a nossa reunião, de agradecer mais uma vez a presença de todos, em especial a dos nossos convidados para a audiência pública desta noite: o Sr. Victor Celestino, Diretor de Relações Institucionais da Azul Linhas Aéreas; o Sr. Wagner William de Souza Moraes, Superintendente de Segurança Operacional da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac); o Sr. Tenente-Coronel Aviador Henrique Rubens Balta de Oliveira, Chefe da Seção de Gerenciamento do Risco Aviário do Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Cenipa); e o Sr. Mário Rodrigues, Assessor Especial do Ministro Moreira Franco, da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República.

Por fim, convoco as senhoras e os senhores Senadores para a nossa próxima reunião, a ser realizada quarta-feira, dia 2 de outubro, às 7h30min, neste plenário, quando daremos início ao 5º Ciclo de audiências públicas sobre o tema Telecomunicações, dentro do programa 2013/2014: Investimento e gestão: desatando o nó logístico do País, com a presença do Exmo Sr. Ministro de Estado do Ministério das Comunicações, Engenheiro Paulo Bernardo Silva.

Está encerrada a reunião.

Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 17 horas e 59 minutos, a reunião é encerrada às 19 horas e 27 minutos.)

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

ATA DA 44ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE OUTUBRO DE 2013, QUARTA-FEIRA, ÀS 07 HORAS E 30 MINUTOS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13

Às sete horas e trinta minutos do dia dois de outubro de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Fernando Collor**, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura. Presente os Senhores Senador **Delcídio do Amaral, Jorge Viana, Water Pinheiro, Inácio Arruda, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro, Wilder Morais, Blairo Maggi, Alfredo Nascimento, José Pimentel, Vanessa Grazziotin, Sérgio Souza** e **Osvaldo Sobrinho**. Registra presença como não-membro o Senhor Senador **Eduardo Suplicy.** Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e aprova as atas da 41ª, 42ª e 43ª reuniões, que são dadas como lidas e aprovadas. São lidos os Comunicados da Presidência e requerimento do Senador **Ricardo Ferraço**. Tem início a apreciação da Pauta: Audiência Pública, em atendimento ao **Requerimento nº 01, de 2013 – CI**, de autoria do Senador **Fernando Collor**, aprovado em 27 de fevereiro de 2013, que, "*nos termos do art. 58, §2º, incisos II e V da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, requer sejam realizados, por esta Comissão de Serviços de Infraestrutura, ciclos de audiências públicas dentro de uma Agenda específica de debates ao longo do biênio 2013/2014, com renomados especialistas que apresentem depoimentos, análises e informações acerca de propostas setoriais para a infraestrutura, especialmente no que tange à modernização e expansão dos serviços, ao aumento da competitividade, à avaliação da capacidade de crescimento da economia e do bem-estar da população, e ao investimento e gestão como chaves para desatar o nó logístico do país*". O Presidente convida a compor a Mesa e a fazer suas exposições o Excelentíssimo Ministro **Paulo Bernardo Silva**, Ministro de Estado do Ministério das Comunicações. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores **Eduardo Suplicy**, **Walter Pinheiro**, **Wilder Morais**, **Sérgio Souza e Osvaldo Sobrinho**. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às dez horas e vinte e cinco minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no *Diário do Senado Federal.* – Senador **Fernando Collor,** Presidente da Comissão.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/ PTB – AL) – Declaro aberta a 44ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das atas das 40ª, 41ª, 42ª e 43ª Reuniões.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovadas.

Requerimento de autoria de S. Exª, o Senador Ricardo Ferraço.

REQUERIMENTO

Requeiro, em razão do disposto no inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, para conhecer e debater as atribuições e atuações da Agência Nacional do Petróleo, na apuração e gerenciamento das informações que ordenarão os processos em que serão realizadas as explorações petrolíferas no nosso País. Em razão do tema da audiência pública requerida, são solicitadas as presenças das seguintes pessoas: Srª Magda Maria de Regina Chambriard, Diretora-feral da Agência Nacional do Petróleo (ANP); Sr. Marco Antônio Martins Almeida – Secretário de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis do Ministério de Minas e Energia; e Sr. Manoel Barretto da Rocha Neto, Diretor-Presidente da Companhia de Pesquisa de Recursos Naturais – CPRM.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço.

Comunicados.

Os 60 anos da Petrobras.

A Petrobras completa 60 anos amanhã, dia 3 de outubro. No seu jubileu de diamante, é importante recordar os fatos marcantes de sua história – desde que o então Presidente Getúlio Vargas assinou o decreto criando a empresa, em 1953 – assim como ressaltar suas perspectivas para o futuro, após a descoberta das reservas da camada do pré-sal, em 2007. Nesta segunda-feira próxima, dia 7 de outubro, o Congresso Nacional homenageia, em sessão solene, o jubileu da Petrobras.

Da inauguração da primeira refinaria construída pela empresa, em 1961 – a Duque de Caxias –, até a previsão de o País atingir a autossuficiência no refino, em 2020, a empresa quer chegar, sozinha, à exportação de 1,4 milhão de barris de petróleo, por dia, em 2020, ultrapassando os dois milhões de barris por dia, em conjunto com os futuros parceiros no pré-sal e outras empresas atuando no Brasil, também no final desta década.

Como enfatiza sua atual Presidente, Srª Graça Foster, o maior desafio da Petrobras – que representa mais de 11% do PIB brasileiro – será o de concluir os projetos que farão a empresa dobrar seu tamanho nos próximos sete anos. Ou seja, a estatal tem como meta passar da produção atual de dois milhões de barris diários para 4,2 milhões, em 2020. Isso corresponde a um aumento de 110%, enquanto as estimativas de crescimento da produção mundial de petróleo, nesse mesmo período, são de apenas 10%! É um feito extraordinário!

Que a Petrobras continue a ser a empresa de excelência que sempre representou e que o futuro lhe reserve o continuado sucesso de sua inovação tecnológica, em benefício da sociedade brasileira.

São os votos desta Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado da República.

Panorama Econômico Internacional.

Os mercados internacionais tentavam adaptar-se dos efeitos da decisão do Federal Reserve, que é a autoridade monetária dos Estados Unidos da América, de manter a flexibilização financeira quando se fez clara, no último dia 30 de setembro, a falta de acordo entre republicanos e democratas quanto ao limite de gastos e de endividamento público dos Estados Unidos. Essa divergência tem como consequência imediata a falta de liquidez do governo da maior economia mundial.

O Governo norte-americano poderá deixar de fazer pagamentos exceto em áreas essenciais de suas atividades, ou seja, não cumprirá parte importante de seus compromissos financeiro até que o Congresso aumente o limite da dívida pública.

Essa paralisação parcial da Administração dos Estados Unidos terá consequências gravíssimas na economia americana e atingirá diretamente a economia global, pois a dívida pública americana é parâmetro mundial para as taxas de juro e para os fluxos internacionais de capitais.

A falta de liquidez do Governo dos Estados Unidos, em momento já delicado da economia mundial, que se debate em busca da recuperação, acrescenta um elemento de volatilidade e de insegurança que atingirá todos os países, mas afetará principalmente aqueles em situação de vulnerabilidade estrutural, como é o caso dos países emergentes, dentre eles o Brasil.

A ocorrência, em apenas duas semanas, de dois fatos graves para a economia internacional: o adiamento da diminuição da flexibilização monetária e a falta de liquidez governamental americana devem servir de alerta para o Brasil. Nosso País deve proteger-se e preparar-se para as turbulências por meio da construção de uma economia mais sólida, o que só é possível se investirmos rápida e pesadamente em infraestrutura e logística.

Terceiro comunicado: Ações preventivas contra a seca.

O Nordeste brasileiro enfrentou este ano uma das piores secas das últimas décadas – como nós todos sabemos. A esperança de uma retomada de razoável normalidade climática para a região estava toda depositada no período de inverno, com a chegada das chuvas, contudo – o que ainda nem todos sabem – o resultado tem sido frustrante dada a baixa densidade pluviométrica verificada até aqui.

Como se sabe, a seca não se constitui somente um fenômeno ambiental de consequências negativas, como a realização de um evento natural sobre uma população altamente vulnerável, ela é, sobretudo, um fenômeno de dimensões econômicas, sociais e políticas, secularmente presente na vida do nordestino e que atinge, especialmente, a porção mais pobre da população rural.

Assim, no âmbito do Poder Público e em todos os níveis da Federação, faz-se necessária não somente a permanente discussão de um gerenciamento racional dos recursos hídricos, mas, sobretudo, a implantação de ações e a realização de obras para minimizar os efeitos da estiagem prolongada nas regiões mais secas do Nordeste.

Para tanto, fundamental é o devido planejamento inserido nas políticas públicas da União, Estados e Municípios, de modo a viabilizar as efetivas ações preventivas.

Foi exatamente com esse propósito que esta Comissão de Serviços de Infraestrutura criou, neste ano de 2013, a Subcomissão Permanente sobre Obras de Preparação para a Seca, composta por S. Exªs os Srs. Senadores Ministro José Pimentel, Wellington Dias, Clésio Andrade, Flexa Ribeiro, Eduardo Amorim, e, como suplemente, pelos Senadores Inácio Arruda, Ciro Nogueira, Vital do Rêgo, Osvaldo Sobrinho e Fernando Collor.

A subcomissão se reunirá ainda hoje para a instalação e a eleição de seu presidente. O objetivo principal dessa subcomissão é o de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem-estar de sua população.

Nesse sentido e diante do quadro que se desenha para os próximos meses, de mais um longo período de estiagem, e, pior, sem ter havido a devida recuperação e compensação pelos fracos índices de chuva neste inverno, solicitamos aos órgãos públicos responsáveis pelas políticas contra a seca, especialmente o Ministério da Integração Nacional e suas autarquias, o Departamento Nacional de Combate à Seca, a Sudene, para que enviem, com a brevidade necessária, a cada um dos membros da Subcomissão Permanente Sobre Obras de Preparação para a Seca sugestões, estudos e propostas de ações preventivas que possam ser debatidas e deliberadas por essa instância, notadamente no que se refere às obras de infraestrutura ligadas, direta ou indiretamente, ao problema da seca no Nordeste.

Essas propostas podem ser também encaminhadas pelos órgãos e secretarias estaduais e municipais, assim como por entidades de defesa social ou defesa civil, melhor dizendo, envolvidas com o combate aos efeitos da estiagem e, ainda, pelos Parlamentares das Bancadas dos Estados que compõem o chamado Polígono da Seca.

Dessa forma, a Comissão de Serviços de Infraestrutura dá o primeiro passo e antecipa-se na procura de alternativas e, sobretudo, soluções que possam amenizar o drama que certamente afetará, mais uma vez, a população mais carente do Nordeste brasileiro.

Próximo comunicado: Seminário sobre mineração.

O Núcleo de Estudos e Pesquisas da Consultoria Legislativa realizará amanhã, quinta-feira, dia 3 de outubro, o seminário “O Novo Marco Regulatório da Mineração”, tema esse que foi objeto de um dos ciclos de audiências públicas do atual temário que estamos tratando aqui nesta Comissão.

O debate, que contará com a participação do consultor Luiz Alberto da Cunha Bustamante, terá como objeto o novo projeto de Código de Mineração, que, entre outras mudanças, aumenta os *royalties* pagos pelas empresas mineradoras. O seminário, que acontecerá no Plenário 3 da Ala Senador Alexandre Costa, começará às 15 horas de amanhã e terá transmissão ao vivo pela internet no endereço www.senado.gov.br/tv.

Além de assistir ao debate, o público poderá enviar perguntas e comentários pelo e-Cidadania, canal do Senado para interagir com o cidadão. E pessoas de todo o País podem participar, desde já, enviando perguntas aos Senadores e palestrantes por meio do portal e-Cidadania. Também é possível a interação pelo Facebook, pelo Twitter e pelo Alô Senado, chamada gratuita, 0800-612211.

Próximo comunicado: Viagem a Rondônia.

Em atendimento ao Requerimento nº 42, desta Comissão, de 2013, aprovado em 21 de agosto deste ano, de autoria do Senador Valdir Raupp, a Presidência informa que, entre os dias 3 e 4 de outubro, os membros desta Comissão de Serviços de Infraestrutura participarão de atividades no Estado de Rondônia.

Na quinta-feira, portanto amanhã, os Senadores irão acompanhar a assinatura da ordem de serviços das obras de restauração da BR-425, trecho 1, na cidade de Nova Mamoré, bem como a assinatura da ordem de serviços das obras de restauração da BR-425, trecho 2, e a apresentação do Plano Nacional de Logística para o aeroporto de Guajará-Mirim e do projeto da ponte binacional Brasil/Bolívia.

Na sexta-feira, participarão do seminário "Logística de Transportes no Estado de Rondônia integrando o desenvolvimento da Região Norte". Informamos àqueles senhores e senhoras integrantes desta Comissão que desejarem participar do seminário, que a secretaria desta Comissão estará à disposição para maiores informações.

Próximo comunicado: Reeleição do Brasil para o órgão de aviação civil.

O Brasil foi reeleito membro do Conselho da Organização da Aviação Civil Internacional para o período 2013/2016. Segundo nota do Ministério das Relações Exteriores publicada hoje, a eleição ocorreu durante a 38ª sessão da Assembleia da OACI (sigla, em inglês, da Organização de Aviação Civil), realizada em Montreal, no Canadá, que teve início no último dia 24 e se estenderá até o próximo dia 4 de outubro.

O País – no caso, o Brasil – recebeu 160 votos de um total de 173 votos possíveis entre os países. "O resultado reflete o reconhecimento internacional à contribuição do Brasil para os trabalhos da organização, da qual é membro fundador", diz o Ministério no comunicado.

Próximo comunicado: Panorama da infraestrutura na palavra de especialistas.

Ao analisar os problemas que travam as concessões de infraestrutura no País, o Prof. Armando Castelar, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e pesquisador do Ipea, apontou os diferentes modelos já implantados no Brasil para o setor desde a solução tradicional do investimento público direto até a adoção, na década de 90, do modelo que passou ao setor privado tanto os investimentos quanto a operação, além da iniciativa posterior de introdução das parcerias público-privadas e a volta ao modelo tradicional, representada pelo PAC.

Na sua avaliação, a adoção do modelo da privatização dos anos 90 apresentou bons resultados: telecomunicações e ferrovias experimentaram um salto nos investimentos e na capacidade de atender à demanda. Em ferrovias e rodovias, melhoraram as vias e o número de acidentes caiu. Ele lamenta que, enquanto o investimento privado aumentava, caía o investimento público, em meio ao ajuste fiscal de 1988.

Já na década passada, esse modelo, segundo sua análise, foi revertido, uma vez que se reduziu a independência das agências e interferiu-se nos setores. Houve uma tentativa, na sua opinião, de substituir o modelo anterior por parcerias público-privadas, mas, até hoje, recorda o professor, o governo federal não realizou nenhuma PPP. Por sua vez, o PAC representa, a seu ver, uma tentativa de volta ao modelo antigo, de investir diretamente via setor público, mas os resultados agregados foram, segundo o especialista, insuficientes.

Ressalta ele que o fracasso em alavancar a infraestrutura via investimento público fez o governo voltar a tentar atrair o investidor privado, mas com foco demais na modicidade tarifária: os pedágios foram baixos, mas os investimentos também. Na sua opinião, o governo ainda não encontrou um equilíbrio que permita deslanchar o investimento em infraestrutura, e o fracasso com a privatização da BR–262 deixou isso claro. Para ele, o atual modelo de concessão e a prática regulatória carregam elevado risco político-regulatório.

Ele entende ser preciso mudar o modelo, sob o risco de ficarmos à base de sucessos pontuais, enquanto o investimento em infraestrutura continua baixo. O especialista defende a adoção de uma estratégia em três frentes: em projetos com interesse comercial, segundo ele, deve-se seguir com a privatização, como planeja o governo; quando não for possível viabilizar o projeto apenas com as tarifas, devem-se usar as PPPs. Um modelo interessante, segundo o professor, é fazer um leilão e dar a concessão para quem pedir menos subsídio público, atitude que, na sua opinião, é mais transparente e eficiente, além de embutir menor risco do que subsidiar via juros baixos do BNDES ou compras da Valec. Por fim, para projetos sem cobrança de tarifas, recorrer ao investimento público.

Porém, ele conclui pela necessidade de melhorias de gestão e fortalecimento do aparato regulatório. Nas palavras do professor, "é irrealista achar que teremos grandes investimentos em infraestrutura sem a devida proteção à rentabilidade dos projetos, mesmo quando as concessionárias não gozarem da amizade da burocracia do momento".

Em artigo recente, ao constatar que não conseguimos superar os gargalos de um sistema de transporte ineficiente e por isso mesmo extremamente oneroso, o ex-Ministro e ex-Deputado Delfim Netto, acredita que "o sucesso dos programas de aceleração do crescimento no Governo da Presidente Dilma depende fundamen-

talmente dos leilões na área de energia e dos resultados do processo licitatório das obras de infraestrutura".

Referindo-se ao mau resultado do leilão da rodovia BR–262, entre Minas e Espírito Santo – que não teve nenhum interessado –, o economista e ex-Deputado acredita que "não se pode descartar a hipótese de uma das causas do fracasso do leilão ter sido a má estruturação do edital".

Para ele, o episódio alertou para "a necessidade de evitar a tentação do experimentalismo. Leilões apoiados em editais transparentes que exijam minuciosos planos de negócio são a solução competente. E o mercado é o único instrumento que permitirá fazer a melhor escolha possível dos concessionários".

Para que isso aconteça, segundo o prof. Delfim Netto, "é preciso que os investidores, tanto os nacionais quanto os estrangeiros, confiem que as propostas de concessão permanecerão de pé por causa da rentabilidade intrínseca apurada com o uso de parâmetros consensuais e não pela manipulação de dados.

Ainda com relação às concessões, a Associação Brasileira dos Terminais (ABTP), após audiência pública para licitação de novos arrendamentos no Porto de Santos, em São Paulo, e Santarém, no Pará, divulgou nota identificando 16 deficiências jurídicas na minuta padrão de edital dos portos.

Os interessados em disputar o leilão, por sua vez, apresentaram quase três mil sugestões para aperfeiçoar o material.

O levantamento da ABTP apontou a ausência de informações básicas, além da inclusão de dados errados, o que, segundo a entidade, prejudica a análise dos investidores. A ABTP cita, como exemplo, a área de granéis líquidos em Alemoa, no Porto de Santos, que está desativada. O contrato de arrendamento, anterior a 1993, venceu e não foi renovado.

O terminal era operado pela Ultracargo. Segundo a ABTP, as licenças ambientais apresentadas como sendo dessa área são de um terminal de líquidos da mesma Ultracargo localizado fora do porto organizado.

Para a entidade, na pressa de preparar os editais, a documentação não foi checada, pois a área em Alemoa já não tem licenças ambientais.

Para Igor Tamasauskas, advogado da ABTP, os equívocos da Estruturadora Brasileira de Projetos (EBP) devem ser esclarecidos para que o processo seja saudável.

A título de esclarecimento, a EBP é formada pelos principais bancos do País, incluindo o BNDES e, por isso, precisou de autorização do Conselho Administrativo de Defesa da Concorrência (Cade) para funcionar.

Com apenas dezessete funcionários, a empresa é responsável por fazer o projeto de todos os 162 terminais de portos que serão licitados de aeroportos e de seis mil quilômetros de rodovias.

Tantos contratos provocaram reações e suspeitos de favorecimento à empresa por parte do Governo Federal, o que resultou em dois processos no Tribunal de Contas da União e mais dois no Ministério Público Federal. Em um deles, uma concorrente questiona o motivo de a EBP ter vencido uma concorrência no Galeão, mesmo cobrando R$4 milhões a mais em sua proposta.

Enfim, o que mais preocupa os investidores são as incoerências financeiras. No projeto original para o terminal de grãos em Santos, na área chamada Ponta da Praia, na margem direita, foi feito um indicativo de que os investimentos nas obras deveriam ser de R$372 milhões.

A tarifa, também de caráter indicativo, é de R$15,00. Ocorre que R$4,55 desse valor devem ser repassados à Companhia Docas de São Paulo. Pelas contas dos investidores, os R$10,45 restantes não pagam nem o custo fixo da operação.

Nelson Luiz Carlini, Presidente do Conselho de Administração da LOGZ Logística, fundo de investimento que detém participações em quatro empresas portuárias em Santa Catarina, disse: "Há muitos interessados com capital para investir, mas não assumimos riscos que não temos capacidade de prever e contornar."

Por sua vez, o último relatório global de competitividade, ditado pelo Fórum Econômico Mundial, considerou que a oferta insuficiente de infraestrutura é o principal problema para se fazer negócio no Brasil.

Na classificação geral de competitividade, o País ficou em 56º, ou seja, na posição 56, num total de 148 países. A avaliação reflete o baixo investimento dos últimos anos, apesar do enorme esforço realizado pelo Governo Federal.

Um relatório do Banco Credit Suisse mostra que o País investiu 2,11% do Produto Interno Bruto em infraestrutura em 2011, resultado abaixo de outros países emergentes, como Filipinas, que investiu 3,6% do PIB; Colômbia, 5,8% do PIB; Chile, 6,2% do PIB; e muito inferior ao desempenho da China, que é de 13,4% de investimento de infraestrutura em relação ao seu Produto Interno Bruto.

A falta de infraestrutura, o pessimismo do empresariado e a deterioração macroeconômica estão entre os fatores que levaram o Brasil a cair, de 2012 para 2013, da 48ª para a 56ª posição, entre os 148 países analisados no Relatório Global de Competitividade.

Na lista feita em parceria, no Brasil, com a Fundação Dom Cabral e o Movimento Brasil Competitivo (MBC), o Brasil voltou à posição de 2009. O Relatório

combina dados estatísticos com os resultados de uma pesquisa de opinião feita com executivos. No Brasil, foram realizadas duas mil entrevistas.

Entre os países que investiram em infraestrutura e elevaram a competitividade destaca-se a China, país no qual o investimento no setor permitiu a construção de 35 mil quilômetros de ferrovias nos últimos 25 anos.

Por outro lado, segundo Paulo Resende, Coordenador do Núcleo de Infraestrutura e Logística da Fundação Dom Cabral, nos últimos 500 anos, o Brasil construiu 29 mil quilômetros de ferrovias. Para o especialista, o forte esforço chinês trouxe resultados, pois o país conseguiu facilitar o escoamento da produção para levá-la mais próxima do mercado consumidor, garantindo a redução do preço interno e até mesmo da inflação.

Outra pesquisa, realizada pela Agência de Notícias Bloomberg, coloca os principais países emergentes, pela primeira vez, na pior posição na intenção de investimentos, ao mesmo tempo em que o otimismo pela recuperação de Estados Unidos e União Europeia se torna cada vez mais robusto.

O levantamento foi feito no início do mês passado junto a 900 clientes da agência. Na pesquisa, a Índia ficou em último lugar na percepção de oportunidades de investimentos e o Brasil, em penúltimo, seguidos de Rússia e China.

O Brasil foi citado como o segundo melhor mercado no próximo ano, apenas por 10% dos participantes da pesquisa. Esse percentual representa uma queda em relação aos 19% registrados em maio. Em contraste, 25% disseram que o país será o pior ou o segundo pior, ao passo que 35% escolheram a Índia como o pior mercado.

Antes de iniciarmos a audiência pública de hoje, gostaria, mais uma vez, de informar que a população poderá participar do debate, enviando perguntas e comentários ao nosso convidado. Para participar, basta ligar, gratuitamente, para o Alô Senado, pelo telefone 0800-612211, ou enviar sua contribuição pela internet, no endereço www.senado.gov.br/alosenado, ou, ainda, nos perfis do Alô Senado, no Facebook, ou pelo Twitter @AloSenado.

Portanto, qualquer cidadão, qualquer cidadã poderá participar, ao seu alvitre, desses nossos debates, dessas nossas audiências públicas, com comentários e, como disse, perguntas ao nosso convidado acerca do assunto em questão.

A presente reunião destina-se, portanto, à realização de audiência pública sobre o tema "As Telecomunicações no Brasil", do Painel do 5º Ciclo – Telecomunicações – Governança; Desafios Operacionais; Segurança e Visão de Futuro, parte integrante da Agenda CI 2013/2014 – Investimento e gestão: desatando o nó logístico do País".

Convido, para que tome assento à Mesa, S. Exª o Sr. Ministro de Estado das Comunicações, Dr. Paulo Bernardo, a quem damos as melhores boas-vindas a este recinto. (*Pausa*.)

Ministro Paulo Bernardo, é com muita satisfação que recebemos V. Exª hoje, aqui, nesta Comissão, nesta Casa, a qual o senhor já fez parte, integrante do Congresso Nacional, e sabe sempre da necessidade que nós, Parlamentares, temos das informações que os Srs. Ministros possam nos prestar, sobretudo em temas tão estratégicos e tão sensíveis, como aqueles a que o seu ministério se dedica e de que trata.

Portanto, seja muito bem-vindo, mais uma vez.

Com muita satisfação, eu passo a V. Exª a palavra.

O SR. PAULO BERNARDO SILVA – Muito obrigado, Presidente Collor.

Bom dia. Bom dia, Senador Suplicy, senhores que integram esta Comissão, assessoria, jornalistas.

Sr. Presidente, eu acho que é muito importante para nós esta oportunidade de falar na Comissão de Infraestrutura do Senado. Vou fazer uma apresentação, aqui, tão breve quanto possível, expondo, de maneira geral, dados e ações referentes ao nosso segmento, ao nosso setor.

Mas, desde já, quero antecipar uma das conclusões a que chegamos, nesse período de trabalho. Um problema crucial na área de comunicações, especificamente de telecomunicações do Brasil, é a questão da infraestrutura. Como, de resto, V. Exª estava falando sobre infraestrutura em outras áreas, da mesma forma, no nosso setor, nós precisamos investir muito em infraestrutura.

Nós temos também, a exemplo de outras áreas no setor de telecomunicações, uma desigualdade enorme. Nós temos grandes ofertas de infraestrutura e competição com condições de concorrência, preço, em determinadas regiões, como por exemplo, nessa área central de Brasília, as áreas mais desenvolvidas de São Paulo, do Rio, de Curitiba, de Belo Horizonte. Só que, se nós formos à periferia das grandes regiões metropolitanas, já há uma deficiência.

Se observarmos a distribuição regional, então, aí, nós temos uma desigualdade tremenda. Vou tentar mostrar alguns dados e ações que nós estamos tomando para trabalhar sobre isso.

Na apresentação de um dado sobre o setor de telecomunicações, vou falar também sobre a expansão.

Por favor, passe!

Vou falar sobre a expansão dos serviços de comunicações no Brasil e s ações do Ministério das Comunicações.

Nesse primeiro ponto, de início, vamos mostrar o tamanho do setor de telecomunicações. Ele tem uma

receita bruta que ultrapassou, no ano passado, R$200 bilhões, aproximadamente R$210 bilhões, R$212 bilhões. É uma receita que cresceu 249% em 12 anos. Os dados estão segmentados ali, aqueles coloridos, pelas diversas modalidades de serviços.

E é um setor também com grandes investimentos, como podemos ver ali. Depois de praticamente uma década com investimentos chegando perto de R$20 bilhões, em 2011, nós tivemos R$22,7 bilhões; em 2012, R$25,3 bilhões; e, neste ano, no primeiro semestre, nós já tivemos investimentos de R$11,2 bilhões, o que significa um crescimento de 8,7% em relação ao primeiro semestre do ano que vem.

Portanto, é muito provável que seja essa média de 8,7%, talvez perto de 10% de investimentos a mais que no ano passado.

É um setor que tem aproximadamente 500 mil empregados, emprega bastante gente.

Eu coloquei um dado ali que é mais para fazer um efeito de comparação. Isso aí é basicamente o setor de radiodifusão, quanto há de publicidade. Envolve também um pouco de internet. Na verdade, a publicidade está aumentando muito na internet. Os dados que nós temos mostram que o Google neste ano deve atingir 3,5 bilhões de publicidade. Está ficando muito expressivo, mas é uma receita da ordem de R$30 bilhões por ano sendo que, no primeiro semestre deste ano, em torno de R$14,5 bilhões.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL. *Fora microfone.*) – Pública e privada?

O SR. PAULO BERNARDO SILVA– Pública e privada, tudo.

O nosso mercado de internet – esse dado, Senador Collor, é de dezembro de 201, nós não temos pesquisa mais recente, é uma pesquisa internacional – mostra que o Brasil estava em 5º lugar entre os maiores mercados *on-line* e com a 7ª audiência em internet.

Na média de horas por visitante, entre os dez maiores mercados *on-line,* aparecemos em 5º lugar, 27 horas por mês *on-line.* O tráfego mundial de dados, em 2013, vai atingir quase 60 hexabites – hexabites significam um bilhão de gigabites.

No Brasil vai bater perto de um bilhão e veja que temos uma previsão de crescimento acima da média mundial. A previsão, até 2016, é crescer em torno de 50% ao ano o tráfego de dados, quer dizer, vamos chegar em 2016 com um tráfego total de 3,5 hexabites no Brasil.

Com relação aos serviços de comunicações, saiu na semana passada, Presidente, uma pesquisa PNAD – esse número é bem fresquinho –, pesquisa PNAD de 2012, que mostra que no Brasil 97% dos domicílios têm televisão, 91% têm telefone – no caso, é telefone fixo, telefone móvel, tem um telefone pelo menos – e 81% dos domicílios têm rádio.

E, aí, tem um desdobramento. Se olharmos o próximo número, 51% dos domicílios têm apenas telefone celular e, se olharmos o último lá de baixo, apenas 3% dos domicílios só têm telefone fixo. Isso mostra uma tendência difícil de reverter. Acho que até pode, como aconteceu nos últimos anos, estabilizar e se manter, mas a verdade é que é muito menos atrativo ter o telefone fixo, primeiro pela falta de mobilidade e, segundo, porque o telefone fixo tem custos que já são incluídos como assinatura, ou entra como parte de um pacote, de um combo. Então, a tendência cada vez maior é que o telefone móvel ocupe essa função.

Temos, para o ano que vem, a previsão de começar a implantar a internet e telefonia na área rural e a obrigação que as empresas têm é colocar internet e telefonia fixa, mas com tecnologia de rádios. Não vão fazer fiação, não vão fazer cabo, vão fazer com rádio frequência. E nós já temos movimentos das empresas que, com algumas adaptações, vão fazer oferta de telefonia móvel. Em vez de oferecer o telefone fixo que, com certeza, tem esse problema, já que a preferência do usuário é pelo móvel, há empresa que já vai entrar oferecendo o móvel mesmo nos pequenos distritos, no interior que é uma reclamação muito grande. V. Exªs devem ouvir isso também, mas vai aumentar muito a cobertura por conta dessa interiorização.

Esse quadro mostra, ainda pela PNAD 2012, o número de domicílios com computador: 46,4%, no final do ano passado, sendo que 40,3% são os domicílios com computador e acesso à internet.

Isso deixa a gente intrigado: por que alguém tem computador hoje e não tem internet? Na verdade, ninguém usa o computador como máquina de escrever. A pessoa pode ter um *netbook* ou um *tablet* usa com o *wi-fi*, ou seja, não tem na casa, mas ele consegue acessar a internet com a mobilidade. Mas é um desafio, ou seja, mostra que tem demanda por internet ainda não suprida, porque a pessoa tem computador e não conseguiu ter internet na sua residência.

O crescimento por região, também mostrando a comparação aí entre PNAD de 2009/2011 – porque, em 2010, não teve PNAD por causa do censo – e 2012, mostra o seguinte: no Brasil – o primeiro conjunto de barras ali –, houve um aumento de 58% de domicílios com computador com acesso à internet; quando vamos para o Sudeste, aumentou 50%, que é um pouco menos da média nacional; na Região Sul, aumentou 45%, já é bem menos dos que os 58%; no Centro-Oeste, aumentou mais, 65%; no Norte, 98%, praticamente dobrou em relação a 2009; e no Nordeste, 92%.

Isso tem o lado bom e o lado ruim, porque, na verdade, as regiões com menos acesso são as Regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte, que tem menos ainda. Então, o fato de serem as regiões com menos acesso, mas ao mesmo tempo estarem crescendo mais indica que nós estamos caminhando aí para eliminar um pouco dessa desigualdade, que é uma coisa importante também.

O número de telefones no Brasil chega quase a 300 milhões, sendo 252 milhões de telefones celulares, telefones móveis, e o número de telefones fixos – na linha azul –, nós estamos vendo ali, há uma estabilidade – em 2006, chegou a cair para menos de 39 milhões e, depois, aumentou.

Eu não trouxe um demonstrativo, mas o que é importante nesse gráfico é que, embora esteja estável, aumentou um pouquinho, na verdade o telefone fixo das empresas concessionárias reduziu bastante nesse período. Hoje, é mais da metade, mas nós estamos caminhando para, talvez não em 2014, mas em 2015, igualar, e ser meio a meio. Quer dizer, metade vai ser das concessionárias e a outra metade dessas empresas autorizadas, como a NET, a GVT, enfim. Agora, inclusive, a Anatel tem uma política de abrir esse mercado para pequenas empresas, então, com certeza, vai crescer muito por conta disso. Só para registrar isso. Então, nós temos 44 milhões de telefones fixos no Brasil.

Na banda larga móvel, nós tivemos um crescimento mais expressivo. Veja que, em 2010, nós encerramos o ano com 34 milhões de acessos, banda larga fixa e móvel; e em julho deste ano, chegamos a 110 milhões, quer dizer, triplicou, em dois anos e meio, o número de acessos. E o crescimento – está bem demonstrado ali – foi muito, muito fortemente concentrado na telefonia móvel, na internet móvel. Está crescendo muito. Apenas no ano de 2011, Senador, o número de conexões – está mostrado ali, inclusive, no gráfico – saltou de 19 para 41 milhões, ou seja, mais do que duplicou o número de conexões de telefone móvel. Quer dizer, a internet móvel tende a ser cada vez mais o grande veículo para a conexão das pessoas. O serviço tem atingido uma cobertura muito grande, tem sido barateado – hoje você encontra conexões até por R$10 por mês –, mas, por outro lado, temos um congestionamento, por isso que eu comecei dizendo que nós precisamos de infraestrutura. Esse crescimento levou a um congestionamento do sistema que deixa a qualidade deficiente. Eu acho que todo mundo aqui sabe disso, ao ver as reclamações, enfim, nós precisamos investir muito em infraestrutura.

Na TV por assinatura, nós tivemos um crescimento bem expressivo, particularmente a partir do ano de 2010 para cá. Em 2011, o Senado aprovou um projeto que já tinha sido aprovado na Câmara dos Deputados, que foi a nova lei da TV por assinatura. Essa lei abriu o mercado para as empresas telefônicas, também tirou as restrições a empresas de capital estrangeiro, então nós atingimos, em julho deste ano, mais de 17 milhões de assinantes na TV por assinatura. E tudo indica, pelos investimentos que nós temos visto o setor fazer, que isso vai continuar crescendo muito fortemente.

Há até uma curiosidade, Senador, não fiz nenhuma pesquisa sobre isso, mas um número muito grande de pessoas assina para ter acesso também à TV aberta. Quer dizer, a pessoa está numa região que não está bem coberta, não tem boas antenas, ele assina por satélite, ou assina por cabo – no caso da TV a cabo, há a vantagem de ser associada com internet, normalmente internet com velocidades bem mais altas do que a média.

Então, é isso. Só para dar um exemplo: amanhã, nós estaremos junto com o pessoal da Telebrás no Acre, onde uma das maiores empresas vai inaugurar lá suas operações com TV por cabo e, com certeza, vai dar um impulso grande para esse setor e para a internet lá. Então, vai oferecer internet com 50, 60Mbit lá de velocidade em Rio Branco. Com certeza, vai mudar bastante o quadro de oferta desse serviço na capital do Acre.

Eu vou tentar caminhar para o final, Senador, mostrando algumas ações do Ministério das Comunicações. Voltando ao que eu estava dizendo no início, nós achando que a banda larga deve ser considerada uma infraestrutura básica, a estrada do século XXI. Nós, com ela, abrimos novos horizontes de desenvolvimento econômico, diminuímos mais a importância da distância geográfica, favorecemos a desconcentração de oportunidade e é um vetor de redução das desigualdades regionais. Por conta disso, nós precisamos investir muito fortemente na infraestrutura. Colocando aí também alguns fatores: redução da desigualdade social e regional, geração de emprego, renda, qualificação dos serviços de governo, competitividade brasileira, inserção no cenário internacional.

Nós tomamos algumas medidas. Na área fiscal, a desoneração dos *tablets*, isso foi feito em 2012; desoneração dos *smartphones* e *modem*, basicamente nós colocamos na Lei do Bem, que já existia para computadores, e foi feita a mesma condição. Dos *smartphones*, Senador, a regulamentação da desoneração foi feita em março deste ano. No segundo trimestre do ano, portanto o primeiro trimestre em que vigorou a medida, a venda de *smartphones* foi maior do que a venda de celular convencional, já superou, e tudo indica que nós vamos ter, no ano, a proporção de mais de 60%

de *smartphones* em relação ao total de celulares vendidos no Brasil. Estabelecemos uma regulamentação para debêntures, para as empresas captarem recursos para projetos de infraestrutura em telecomunicação e também um regime tributário especial do plano nacional de banda larga. Esse regime especial consistiu em tirar impostos federais, PIS/ Cofins e IPI, dos equipamentos, fibras e mesmo a parte de construção civil para os investimentos. Nós temos, hoje, no Ministério das Comunicações, homologados – homologados, não –, pedindo homologação para exoneração, aproximadamente, R$15 bilhões em projetos, e o prazo vai até junho do ano que vem para fazer os novos pedidos.

Na área de infraestrutura, nós estamos avançando na rede nacional da Telebras. Neste ano, nós crescemos, basicamente, com os investimentos que foram feitos para atender à Copa das Confederações, conectamos as seis regiões metropolitanas onde ela aconteceu e estamos trabalhando para fazer as outras seis. O resultado disso, Presidente, é que nós temos uma rede de altíssima *performance* instalada nessas regiões metropolitanas.

A Telebras fez testes com a FIFA, com arquivos extremamente pesados, arquivos de vídeo em altíssima definição com tempo, com transmissão Brasília – Fortaleza; Fortaleza – Recife; Recife – Salvador; Salvador – Rio; Rio – Belo Horizonte; Belo Horizonte – Brasília. Quer dizer, um circuito, com tempo de aproximadamente 10 milissegundos de latência, de tempo de transmissão, muito, muito rápido mesmo.

A nossa avaliação é que não usamos nem um terço da capacidade para fazer as transmissões. Isso significa que nós temos uma grande rede para ser usada para outras finalidades, a mesma finalidade em outros aspectos. Estamos fazendo um investimento importante na Região Norte, para conectar todos os Estados. Já fizemos a inauguração das linhas que ligam Brasília a Porto Velho, e, amanhã, como disse, vamos aproveitar essa viagem para o Acre para fazer, também, o início das operações da Telebras na capital Rio Branco.

Estamos fazendo contatos com os países da América do Sul para fazer um anel óptico. É claro, cada país faz no seu, mas nós estamos conectando. Mesmo no Acre, nós já temos tratativas para fazer uma conexão com o Peru, com um Município que fica na fronteira com Assis Brasil. Estou tentando lembrar o nome aqui, mas falhou; daqui a pouco, eu lembro.

Já fizemos conexão no Uruguai, estamos negociando outra. Temos a segunda conexão com a Argentina. No Paraguai, estamos terminando de construir a linha de transmissão de energia até Assumpção, e já há linha de fibra óptica associada a ela. O satélite brasileiro, e estamos acabando a contratação para construir um satélite, que vai atender às comunicações estratégicas, basicamente da defesa, e vai ter, aproximadamente, 70% da sua capacidade voltada para atender à banda larga. Quer dizer, nós vamos usar...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/ PTB – AL) – Em 2016, isso?

O SR. PAULO BERNARDO SILVA – Em 2016, deve ser lançado. É a previsão. Eu já me referi àquela licitação das freqüências de 450MHz para as áreas rurais. Algumas medidas regulatórias, que também foram tomadas, o regulamento da qualidade de banda larga, que tem uma reclamação muito grande sobre a qualidade. A Anatel votou e isso entrou em vigor em outubro do ano passado. Nós passamos a ter um mínimo e instantâneo de 20% que a empresa tem que entregar e, na média, 60% da velocidade contratada.

Neste final de ano, vamos aumentar para 30%, no mínimo, é o momento, e para 70% para a média. O plano geral de metas de competição, voltado para regular o mercado de atacado, bem como o regulamento de EILD, que são linhas dedicadas, isso já ensejou uma redução de 30%, em média, no preço da banda larga no atacado e os compromissos de oferta da banda larga popular, que já atingem 3.214 Municípios.

Além disso, dessas medidas regulatórias, por conta do PGMC e do regulamento de EILD, a Anatel lançou, há aproximadamente dez dias, um sistema de computação que vai funcionar como uma bolsa de compra e venda de serviços de telecomunicação no atacado. Todas as empresas que comercializam terão que cadastrar as suas ofertas nesse *site* e a negociação será registrado – não há uma intervenção da Anatel na negociação, mas isso vai ficar registrado.

De maneira que nós vamos atingir um grau de transparência muito grande. Então, se a empresa vende para a empresa A por um preço, ela não vai ter como vender para a empresa B por um preço exorbitantemente diferente; pode haver diferença por conta da quantidade comprada, prazo de pagamento, tempo de contrato, essas coisas, mas não vai haver casos absurdos, como a gente sempre ouvia: “A empresa, às vezes, vende para uma coligada sua por dez e vende para o concorrente por cem!”.

Na verdade, é uma forma de barrar a entrada do novo entrante no mercado. Eu sei que o Presidente da Anatel vem aqui na semana que vem, até vou sugerir a ele que fale um pouco sobre esse sistema. Com certeza vai dar uma transparência muito grande ao mercado do setor. Isso significa aumentar a concorrência, se há condições isonômicas – não precisam ser iguais, mas isonômicas –, significa que mais gente pode concorrer, pequenas empresas podem concorrer com as grandes e isso é importante.

Outros temas importantes, nós tivemos aqui no Senado a aprovação da Lei Geral de Antenas. Isso é um problema grande e isso nos ajudou muito, e agora a Câmara colocou na reta final – criaram uma comissão especial com prazo acho de 20 sessões para deliberar – o que para nós está indo muito bem também. Essa lei vai resolver parte dos problemas que nós temos que é de colocar *sites*, colocar antenas principalmente nas grandes regiões metropolitanas.

As cidades tendem a resistir por conta de problema ambiental, problema paisagístico, plano diretor. Então, nós temos cerca de 250 Municípios – os grandes Municípios do Brasil têm legislação própria – e com o resultado, por exemplo, Porto Alegre, Campinas, mesmo São Paulo, cidades que é praticamente impossível colocar antenas. Em Campinas não se pode colocar antena perto de escolas, creches, perto de hospitais, de postos de saúde. Eu até argumentei, o Prefeito Jonas foi Deputado, eu estive lá e visitei e falei: o Ministério da Saúde quer conectar os postos de saúde, nós precisamos conectar as escolas, o Mercadante, o nosso Ministro da Educação, está falando em colocar *tablets* e *smartphones* à disposição dos professores e, se colocarem para os professores, vão ter que colocar para os alunos também. E as escolas tem que ter conectividade, porque, se a gente não pode ter antena perto de uma escola, como ela vai ter sinal disponível para usar.

Então, eu acho que precisam rever um pouco esses conceitos.

Outra coisa com que eu sempre brinco é o seguinte: depois que eu fui para o Ministério das Comunicações, mais de um ano lá é que eu fui descobrir que existia uma coisa chamada "quase que uma guerra dos postes no Brasil". O Brasil deve ter em torno 18 milhões de postes espetados nas ruas do País. E no uso dos postes, é claro que normalmente eles são das empresas de energia elétrica, há uma disputa enorme pelo setor de telecomunicações também. Então uma empresa de telefonia por assinatura ou de telefone fixo ou telefone móvel, enfim, as empresas querem colocar os seus cabos, querem usar a infraestrutura que já existe. E há ausência de regulamentação, não há nada especificando como deve ser feito isso; então, é muito comum a empresa, por exemplo, coloca um cabo novo no poste e deixa o antigo lá só para guardar o lugar, porque, quando vem um novo concorrente, eles dizem que não dá para colocar porque o poste está ocupado, está cheio. Se forem ao centro de São Paulo, o Senador Suplicy sabe disso, os postes parecem uma teia de aranha que por causa de um vendaval e desfez.

A Aneel e a Anatel estão fazendo um regulamento. Já fizeram a consulta pública. Acabou, inclusive, a fase de apresentação de sugestões e, agora, estão compilando a consulta pública. Deve sair neste ano ainda o regulamento que vai estabelecer alguns pontos básicos, por exemplo, sobre poste. Um grupo empresarial só pode ter um ponto no poste. Então, digamos, um grupo, como a Embratel, a NET e a Claro, que é um único grupo, só vai poder ter um ponto lá, uma braçadeira, por onde vai ter que passar os cabos; e a empresa dona do poste só vai poder cobrar por esse ponto. Então, ela vai querer que tirem o cabo antigo dali, porque não vão deixar que ocupem as braçadeiras e tirem receita sem pagar. Então, acho que isso vai ajudar também. Mas é uma coisa simples, eu repito, nem imaginava que existia. Isso é uma guerra, uma briga por causa dos pontos. Há grandes empresas que gastam quase R$400 milhões por ano de aluguel de poste. É uma questão básica de infraestrutura. Passamos, vemos aquele monte de fio, achamos feio, mas há esses problemas por trás disso.

Acho que uma coisa importante que tem que ser sempre mencionada e discutida é a questão da tributação no setor de telecomunicações. Eu sempre falo isso e as pessoas falam: "Quando é que vai resolver?" Eu não sei quando vai resolver, porque é claro que isso é um assunto delicado, a receita dos Estados e tudo, mas nós precisamos falar.

Pegamos uma fatura de telefonia ou de banda larga de R$100,00 e, normalmente, em torno de R$60,00, R$62,00 são de serviços mais tributos federais e o restante é ICMS. Quer dizer, o ICMS parte de 25%. E V. Exª sabe que 25%, na verdade, como é calculado por dentro, passa para 33%. Então, o mínimo que cobra de ICMS é 33% sobre o serviço, e vai aumentando. Há alíquota nominal de até 35%. Portanto, passa tranquilamente de 43%, 44% de carga tributária só de ICMS. Se somarmos os impostos federais, nós vamos para mais de 50% – um problema enorme.

Sobre o incentivo ao investimento local para redução de custo e melhoria da qualidade, do incremento da segurança, nós temos feito apostas em incentivar a indústria para fazer investimentos locais.

Vou encerrar por aqui, Senador. Era uma apresentação de caráter geral. Com certeza, nos debates com os Senadores, podemos abordar outras questões.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado, S. Exª o Ministro Paulo Bernardo, pela sua exposição inicial.

Passo a palavra a S. Exª o Senador Eduardo Suplicy, primeiro Senador inscrito para fazer uso da palavra. Em seguida, os Senadores Walter Pinheiro, Wilder Morais e Sérgio Souza.

Tem V. Exª a palavra, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Fernando Collor, cumprimento-o por ter hoje trazido aqui o Ministro Paulo Bernardo, querido Ministro das Comunicações, que nos traz um quadro com uma evolução muito positiva.

Se há um setor da economia brasileira que, ano a ano, vem mostrando um crescimento tão significativo, é o das Comunicações. E V. Exª, certamente, é um dos principais responsáveis por isso, ao lado da Presidenta Dilma Rousseff e do ex-Presidente Lula, porque, em todo esse período de dez anos, e mesmo antes, ano a ano, a evolução foi positiva no quadro geral das comunicações e telecomunicações. Isso significa que, num número crescente de lares brasileiros, estão as pessoas podendo utilizar o telefone, o telefone móvel, em proporção cada vez mais significativa, os computadores com acesso à internet, o que significa, por exemplo, do ponto de vista educacional, que cada família pode ter acesso à comunicação e ao conhecimento. Isso é simplesmente fantástico!

Eu fiquei até pensando, quando V. Exª mencionou que são mais de 17,2 milhões de pontos que estão sendo ligados hoje, sobre possibilidade de comunicação. Isso significaria, por exemplo, que a transmissão desta audiência no Senado estaria atingindo, potencialmente, esse número de lares.

É esta a compreensão que podemos ter? Queria até saber se isso é o que de fato se pode compreender da divulgação deste dado que, ano a ano, foi sempre maior, o que é muito positivo.

V. Exª mencionou, em alguns momentos, a preocupação do Ministro da Educação de fazer com que cada professor, cada escola e cada estudante tenham acesso cada vez maior à internet para seus próprios estudos. Eu agradeço se V. Exª puder desenvolver um pouco a importância desse aspecto e em que medida esse objetivo está sendo democratizado e possibilitado acesso em todo o Território brasileiro? Vamos por etapas? Em que áreas do Brasil isso já é uma realidade?

Também aproveito para lhe perguntar: o acesso à internet, a TV e tudo o mais vai chegar a todos os lares brasileiros, não importando onde estejam em nosso território tão grande, se isso vai significar, pelo esforço que está sendo realizado, que todo e qualquer brasileiro vai poder assistir, no ano que vem, os jogos da Copa do Mundo, mesmo que esteja lá no interior de alguma das regiões do Amazonas ou de outro lugar.

Outro aspecto que gostaria que V. Exª pudesse nos transmitir é que em que medida o setor de telecomunicações hoje tem um grau de competitividade bastante saudável... Notei que, nestes últimos dias, houve reportagem em que V. Exª colocava sua preocupação sobre o grau de competição na área das telecomunicações das diversas empresas. Se puder nos transmitir um pouco das diretrizes que tem tomado para que se assegure ao Brasil o fortalecimento de todo o setor da economia de telecomunicações e, ao mesmo tempo, mantendo um grau de competitividade que, na sua avaliação e na avaliação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, possa ser considerado bastante saudável.

Mas cumprimento V. Exª, Ministro Paulo Bernardo, pelo desempenho tão positivo que aqui nos mostra do setor das telecomunicações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado à S. Exª, Senador Eduardo Suplicy.

Passo a palavra à S. Exª, Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Sr. Presidente, Fernando Collor, acho que é importante este debate que aqui e agora se abre, digamos assim...

Presidente, ontem, a Comissão de Ciência e Tecnologia ficou, em contato com V. Exª, de transferir um pouquinho esse debate das duas Comissões para um fórum. Até pelo tamanho e pela importância do setor, a proposta é que possamos fazer o chamado ponto temático, que o Senado tem praticado aqui às quintas-feiras como prioridade, exatamente para identificarmos quais são os problemas, as pendências que há no Senado, e que nós poderíamos votar num regime especial, ou seja, tratar, votar, tentar chegar com essas questões.

Então, há uma proposta do próprio Presidente, Senador Renan Calheiros, no sentido de promovermos esse debate, talvez na semana de 24 ou início de novembro.

Então, a Comissão de Ciência e Tecnologia optou por fazer isso em conjunto com a CI, em vez de fazer separado. E a ideia, Presidente Collor, é que façamos isso inclusive com a presença do Ministro das Comunicações, com a presença da Anatel e com a presença do setor, com a representação tanto das operadoras, das empresas de radiodifusão. E debatermos isso por conta de alguns aspectos, Ministro, que agora começam a tomar conta e corpo nesse negócio.

O primeiro aspecto é o do tamanho e a importância do setor. Quero aqui realçar, e vou falar um pouco da minha agonia com relação a esse negócio, o Ministro aponta um dado que há muito a gente vem batendo aqui na Casa, mostrando isso. Nós estamos falando de um setor de R$200 bilhões/ano. Se nós pegarmos aí, ficamos aqui, Ministro, num debate que diria até frenético sobre a questão dos *royalties* do petróleo e pré-sal. E quando falamos nos próximos dez anos do pré-sal, nós falamos em poder inclusive movimentar

a economia R$300 bilhões, mas para chegarmos aos R$900 bilhões é um negócio bem para frente. E nós estamos falando de um setor que todo ano movimenta R$200 bilhões. Isoladamente, a Petrobras é a nossa maior fonte de geração na economia, mas mesmo assim é menor do que esse setor gera todo ano, o que ele impulsiona.

O segundo aspecto deste debate, Ministro, que é uma coisa que também tem provocado determinadas reações aqui no Senado, é a questão da tributação. Senador Collor, conversava, inclusive, com V. Exª ontem, no plenário, sobre isso.

Não entendemos, Ministro Paulo, por que, nesse debate que se iniciou aqui com um volume de desoneração enorme – desoneramos mais de R$70 bilhões... Aqui o Ministro aponta os setores que foram beneficiados, a indústria que impulsionou. Concordo plenamente. Isso foi vital para que pudéssemos colocar *smartphones* e *tablets* em condição de acesso bem melhor.

Mas a gente não entende por que o Governo, a partir do seu núcleo central, principalmente a Fazenda, não tratou essa questão de telecomunicações com o devido tamanho que representa. Ministro Paulo, esse é um negócio que não entra na nossa cabeça. Primeiro, porque há uma pressão enorme do Governo no sentido contrário. Então, vai mexer no ICMS... Nós fazemos aqui uma resolução. Ontem voltamos a falar isso na CAE e no plenário. Quem puxou o freio de mão foi o Ministro da Fazenda, para a gente inclusive colocar o dedo nessa ferida, nessa questão do ICMS. Alimentar a guerra fiscal, em dois aspectos esse setor influência nisso, Ministro Paulo. A maior arrecadação dos Estados ainda é comunicação. Óbvio que cada Estado tem o seu vetor. Estou falando do ponto de vista do que se baliza enquanto atividade econômica igual a todo mundo. Se chegamos na Bahia, óbvio que petróleo e petroquímica arrecadam mais que comunicação. Petróleo e petroquímica não são a maior fonte de arrecadação de Rondônia, de Roraima, e, ainda que tenhamos um polo em Alagoas, não é a maior fonte de arrecadação.

Se a gente pegar na média, é o setor de comunicação. Então, esse tema não podia ser tratado como um patinho feio e tampouco apartado desse debate. E, lamentavelmente, não é essa a compreensão da estrutura. Não estou falando do Ministro da Fazenda agora, Ministro Paulo. Nós estamos falando um pouco dessa leitura dos Ministros de Fazenda desde a época de Fernando Henrique, quando militei aqui, no Congresso Nacional.

Esse é outro problema que queremos chamar para o debate. Por isso, Presidente Collor, queremos debater isso de uma vez por todas, identificando os gargalos. O Ministro Paulo levanta isso como um problema. Isso é um problema? O Senado tem que discutir e botar a mão, como fizemos com a lei das antenas, que estava parada. Se a antena estivesse fincada na Câmara dos Deputados seria legal, pois haveria uma antena funcionando. O problema é que ela está no estaleiro.

Esse é um ponto, Ministro Paulo, crucial para tocarmos. Estou falando do ponto de vista da desoneração.

Ainda nesse tema, tem outro fator que é decisivo para essa guerra fiscal: comunicação é insumo básico para o desenvolvimento. Ninguém, Paulo, vai se instalar na Bahia, botar fábrica lá no sudoeste e unidade de produção se não tiver banda larga. Aí o cara diz: "Estamos aqui conversando, para levar desenvolvimento, indústria e serviços para Barreiras, aqui no oeste". Instale alguém lá. O cara vai dizer: "Se não tem banda larga para mim, eu não vou".

Nós estamos levando, Ministro Paulo, a GE para a região do sudoeste baiano. Já levamos a Alstom para a produção de aerogeradores. A primeira conversa desses grandes *players* foi exatamente esta: "Venham cá, como é que eu vou fazer com a minha situação de banda larga nessa região? O Estado da Bahia vai prover? Vai se juntar com a Telebras e resolver o problema de banda larga?"

A Ford na Bahia, Ministro, ampliou a sua unidade de produção em Camaçari. A principal demanda da ampliação da montadora Ford na Bahia, em Camaçari, é exatamente por banda larga. Lá está uma das duas únicas plantas de *design* do mundo da Ford. A outra é na Índia. E os caras se comunicam permanentemente. E eles disseram: "Não tem como ampliar a unidade de *design* da Ford sem o principal". O problema ali, Ministro Paulo, nem é mais energia, nem estrada, nem porto. O que sai ali da Ford – é óbvio que sai muito carro para o porto – dessa unidade de *design* não é carro; saem dados para trafegar em banda larga. Então lá o problema não é o Porto de Aratu. O problema é a nossa infovia. Esse é o problema central.

Discutir isso, aqui no Senado, nesse setor é prioridade. Nesse negócio, o Governo tem que botar a mão, Ministro Paulo. Ontem nós cobramos isso da Fazenda. É uma área da qual tranquilamente a gente pode arrecadar. O senhor citou um dado agora que é expressivo. É um dos setores mais tranquilos em termos de arrecadação. Eu diria até que arrecadar nesse setor é melhor do que pescar num aquário, ainda por cima de bomba. Então é um negócio crucial fazer isso. Acho que esse tema tem que caminhar por esse lado.

Outro aspecto para o qual gostaria de chamar a atenção é o da expansão. E mais uma vez o senhor traz um dado: em menos de 50% dos nossos domicílios, talvez 46% se não me falha a memória, ainda temos,

nesse universo de Municípios, mais de 10%, 12% desses Municípios mais ou menos sem acesso. Desses Municípios aos quais estamos conseguindo chegar, 12% ainda não têm acesso à internet. O senhor até fez uma brincadeira, usou uma expressão interessante.

A Ministra Cármen Lúcia, quando fez o debate conosco sobre a questão eleitoral, mencionou que o seu netinho disse: "A máquina de meu avô é sensacional, o computador de meu avô é sensacional, porque a impressora já está junto, não tem impressora à parte". O pai da Ministra Cármen Lúcia tem um posto de gasolina numa cidade do interior de Minas – eu não sei qual é a cidade – e uma maquininha velha Olivetti. Ele vai batendo e escrevendo. O neto viu e disse: "Esse computador de meu avô já tem impressora automática. Impressora *on-line*: bateu já vai saindo, diferente do meu *tablet"*.

Muita gente, Ministro, recebeu computador em casa e pode estar usando como máquina de escrever. Ainda tem 12% desses Municípios... Doze por cento é um número alto. Eu não estou falando nem dos outros 54% que nem computador têm. Nós temos um número extremamente elevado nesse negócio.

E outra coisa: o crescimento. É óbvio que nós crescemos no Nordeste 92%, mas a nossa cobertura ainda é de um quarto. Crescemos tanto porque também estávamos numa base... Estou olhando a minha região, mas o crescimento no norte foi de 98%. E todos nós sabemos que ainda temos uma situação complicadíssima em termos dessa cobertura e dessas questões de oferta e acesso. A mesma coisa ocorre com o acesso, Ministro.

Semana passada, na Comissão de Ciência e Tecnologia, nós conversamos com as operadoras. A choradeira das operadoras é impressionante. Depois eu quero até que o senhor toque no tema das fusões.

Hoje foi anunciada mais uma fusão. A Oi se fundiu com a Brasil Telecom. Agora a Oi se fundiu com a Portugal Telecom. Este foi o anúncio de ontem para hoje: a Portugal Telecom anunciou a sua fusão com a Oi brasileira. E nós temos também – não sei se fusão ou confusão – a Telefônica da Espanha com a TIM. Então estamos voltando àquilo que a gente dizia: esse é um setor que naturalmente... Eu não me espanto com isso, Ministro Paulo, porque, se a gente pegar as notas taquigráficas de 1998, antes do leilão, de agosto ou até de julho de 97, quando da votação da lei geral aqui, veremos que a gente dizia assim: não tem problema nenhum; calma, vamos devagar; vai aparecer um bocado de gente, mas depois isso aqui vai... Esse é um movimento natural nesse setor. Os oligopólios vão se articulando, juntando-se ou coisa do gênero nessa área e tal.

Veja bem, Ministro, dos 110 milhões de acesso de que estamos falando, 80% são de móvel. Oitenta por cento! Aí vêm as operadoras... Vocês não estão fazendo caridade, não, moço! Aumentou o volume de dados pelo móvel. Dizem: "Ah, mas está faltando infraestrutura!" Mas eles estão faturando horrores também, Paulo. Ninguém oferta banda larga de graça. Eu não conheço nenhuma Irmã Dulce em telecomunicações. Estou falando de mais um que se juntou. Então, 80% no móvel é o resultado expressivo que os caras estão colhendo.

Cada vez mais aumenta o volume de serviços, e esse dado, Ministro, é expressivo. O salto dado nessa questão do acesso ao móvel é um negócio impressionante no Brasil. Não tem relação em lugar algum do mundo que se compare a isso. Não tem. Mesmo se pegarmos 1,1 bilhão de telefones celulares que existem na China, nós não vamos encontrar um dado relativo a essa questão de acesso ao móvel tão acentuado em pouco tempo como encontramos no Brasil, até porque, volto a dizer, nós tínhamos uma base rebaixada. Quando subiu, foi de vez. Mas é um dado impressionante. Então não é uma coisa qualquer; é um número que salta aos olhos. E volto a dizer: 80% disso são operados no móvel. Então os caras teriam condição de inclusive ter um olhar diferenciado para isso, Paulo, de tratar de outra forma, resolver esse problema.

Para encerrar, Ministro, quero dizer o seguinte: essa questão da banda larga é vital para a economia, é fundamental para o desenvolvimento. Há um grande clamor pela cobertura. Nós acabamos de aprovar, semana passada, uma medida provisória pela qual nós vamos ter bancarização agora, vamos ter pagamento por celular.

A questão dos serviços. Serviço de educação, de saúde, de clima, serviço de orientação, serviço de agricultura, serviço agora para a bancarização, poderá ser pago, Senador Collor, os nossos benefícios sociais ou seguro Garantia-Safra em qualquer cidade do interior de Alagoas, do interior da Bahia via celular.

Qual é o problema disso? Os caras não sabem? Sabem, sim! Quase 80% dos telefones no Brasil são pré-pagos. Esses operadores, Senador Collor, fazem operação de crédito quando colocam os seus dez contos para garantir o crédito para ligar. Essa é uma operação de crédito, é uma operação bancária. O cara não vai saber fazer? Sabe, sim.

E outra: é serviço, como o Ministro disse. O Ministro da Educação quer levar educação, todo o sistema de teleducação nosso, a universidade aberta. Aliás, o Ministro Mercadante também está falando em criar a universidade federal aberta no Brasil. Nós vamos precisar de banda larga! O serviço de imagem na área

de saúde, o serviço de diálise, acompanhamento de diálise a distância. Nós não temos nefrologista, mesmo com o Mais Médicos. Os médicos nossos do Mais Médicos não são especialistas, não são nefrologistas, vão trabalhar no Saúde da Família. Mas esse cara pode pegar informação de um paciente onde ele está trabalhando agora, no interior de qualquer Estado deste País, e transmiti-la para um centro mais avançado. E imagem é um negócio mais complicado. Quantas pessoas há para analisar uma boa imagem? Então esse serviço é fundamental.

A questão da desoneração, como levantou o senhor, Ministro, eu acho que é outro ponto fundamental. Ela tem que chegar à questão do acesso, à questão da indústria e entra aí a questão desse parto nosso da infraestrutura, que envolve o que o senhor levanta da Telebras. Nós ficamos com aquela discussão arrastada, inclusive do uso também daquela rede da Eletronet, que é um negócio que terminou ficando ultrapassado, da Aneel, do satélite, que é outro abacaxi.

Nós estamos vendo o problema agora, o debate mundial sobre segurança de rede, traduzido nessa questão da espionagem. Nós não temos satélite. Os quatro satélites que eram tocados pela Embratel, hoje são tocados pelo grupo mexicano que controla a Embratel e que controla a Claro.

Então é fundamental, em 2016, a questão dos 450. Eu não ouvi o senhor falar da frequência de 700MHz, que é outro ponto fundamental. Eu acho que essas duas... Aliás, o senhor é testemunha de que fui uma das pessoas que mais brigou por esse negócio de 400, porque continuo convencido de que essa é uma das boas respostas para a infraestrutura; é uma boa resposta. Porque, Presidente Collor, com 450, eu posso usar uma torre com um raio bem maior. Então, uma torre com 4 quilômetros em 2.5, em 450, eu posso usar um raio até superior a 20 quilômetros para cobertura. Então eu não preciso botar 5 torres para atender um raio de 20, 30 quilômetros. Com uma torre só eu faço isso.

Eu acho que é fundamental essa discussão de 700, porque nos dá escala, nos coloca na mesma posição do mundo inteiro e resolve outro problema, Ministro Paulo Bernardo, que é a gente tratar essa questão de radiodifusão. Os radiodifusores não podem impor um processo à gente. Nós não estamos propondo desligar o interruptor da noite para o dia. É óbvio que lá também há problemas. É fundamental que a gente faça isso.

A questão do Fust, Ministro, é outro parto. A Presidenta, me parece, ontem chegou a falar dessa questão, inclusive com a possibilidade de utilização, de deslocar parte desses recursos para a segurança de rede. A nossa Petrobras, Ministro Paulo Bernardo, investe, por ano, 4 bilhões em segurança de rede; 4 bi. Não é qualquer coisa. Então essa é uma área que é extremamente cara.

Outro ponto que eu não ouvi o senhor tocar, mas eu tenho certeza de que está no escopo dessa questão, é o compartilhamento de infraestrutura. O senhor falou até no compartilhamento de poste. Eu até quero fazer uma brincadeira com isso. Em 2002, parece-me, Ministro Paulo Bernardo, eu escrevi um artigo chamado "Poste, o Novo Sócio", em 2002. Na época, inclusive, o Governo era do Fernando Henrique, e eu fiz uma brincadeira com esse negócio de poste, o novo sócio por dois motivos: um, pela questão do uso do solo. Todas as prefeituras começaram a trabalhar a questão do uso do solo, cobrar IPTU do poste pela lógica que tinha surgido no Brasil de se cobrar IPTU do poste. Era um negócio até justo. Se o sujeito paga IPTU pela casa dele, por que o cara, numa atividade econômica, não paga IPTU do poste? Então, a brincadeira era essa, o uso do solo. A outra era exatamente essa disputa entre as empresas.

Eu me lembro de que, nessa época, eu fiz o artigo por isto: a empresa de energia elétrica de São Paulo colocou no seu balanço uma perspectiva de arrecadação exatamente por locação de poste. Ela dizia assim: "Se a gente cobrar R$10,00 por cada poste aqui do que passa o cabo da companhia telefônica – naquela época, inclusive, ainda em baixa densidade –, do que passa a rede do pessoal de TV por assinatura, 10 contos de cada um, 20 contos em cada poste" –, bote aí milhões de postes nisso, eles botaram lá no balanço – "grande negócio! Então vamos agora priorizar o seguinte, esse poste tem que ser tratado com carinho, acabamento fosco aveludado, esse bicho agora, paradinho, rende 20 contos cada um."

Então, essa questão do compartilhamento de infraestrutura, Ministro, é um negócio que a gente tem botar no pescoço das empresas. Não dá mais para a Anatel ficar vacilando nessa questão. Não precisamos de lei nenhuma mais. Tenho insistido nisso com o presidente João Rezende. Não há necessidade de lei para irmos para cima desses caras. Eu disse: meu amigo, vocês têm que compartilhar, têm que fazer isso. É preciso trabalhar isso de maneira a trabalhar com esse compartilhamento de infraestrutura; usar o que as empresas têm anunciado no mundo inteiro, as novas antenas, as antenas reduzidas, a Femtocell. Enfim, como vamos trabalhar isso?

Essa é uma das áreas em que podemos superar esses problemas nossos, enfrentados com a questão das antenas, ofertar cada vez mais volume de serviço e ir ao encontro, exatamente, dessa demanda que cresceu. Acho que seria fundamental que pudéssemos trabalhar com essa lógica. Com isso, teríamos condi-

ções de apertar a mão em regular a qualidade, porque a oferta que é feita hoje, Ministro, o que é entregue é abaixo do que é oferecido.

A segunda questão é esse negócio da competição. Dos que eu vi... Fiquei contente quando o senhor falou que as outras vão terminar chegando a um número muito próximo dos grandes operadores. É bom aumentarmos no Brasil isso; estimular, inclusive, operação de empresas de internet, em diversos lugares, com pequenos negócios. Você vai ofertando o serviço e vai, ao mesmo tempo, aumentando essa competição.

Entrar nessa questão de preço acho que é outro tema fundamental. E aí se combina com a banda larga popular, que o senhor levanta.

Além disso, fazer os investimentos para que possamos resolver essa questão, ou seja, cobrar os investimentos – aí, acho que tínhamos de trazer o Fust para a roda também, não há problema algum – para resolver problema de custo, qualidade e segurança, principalmente, de rede.

Então, acho que essas são as coisas importantes de trabalharmos, Ministro.

Acho que o setor atingiu um nível razoável de condições para essa pressão. É óbvio que aumenta a reclamação. Eu brinco muito com o pessoal dizendo: esta "zorreta" aqui está na mão, então, o acesso ficou mais fácil. Mas, por outro lado, não se justifica falarmos que o setor que mais avançou tecnologicamente não consegue resolver problemas antigos, do passado.

Aqui, semana passada, Ministro Paulo, o representante do SindiTelebrasil fez uma comparação, dizendo que "a nossa reclamação ainda é menor do que mala perdida". Tudo bem, mala perdida... Eu disse a ele até assim: perdi mala em um dos aeroportos mais sofisticados do mundo, que é o aeroporto de Frankfurt. Aliás, perdi duas vezes. Mala é arremessada, mala não tem *chip*, mala não tem controle de qualidade; há um cara ali, arremessando uma mala. Isso ainda é arcaico. Esta "zorreta" aqui não é arcaica. Isto aqui é ultra-avançado. Então, não faz sentido.

Tudo bem, reconheço que há agora quase 270 milhões de celulares no Brasil. Então, é óbvio que há um crescimento de serviço, é óbvio que haverá mais reclamação. É óbvio que o percentual, se comparado com outras coisas, ainda é baixo, pelo volume que tem, mas isto aqui trabalha em alta tecnologia, Ministro, então não se justifica ficar com essa desculpa de que há, em tudo que é lugar, reclamação.

E, volto a dizer, não se cobra um preço baixo no Brasil por serviço de comunicação. Não é baixo. Não quero nem comparar com o resto do mundo, para não fazer aquelas comparações que fazíamos, inclusive, com as TVs por assinatura, quando comparávamos com a Argentina aqui, no início, aliás, quando apresentamos a lei, a primeira vez, na Câmara dos Deputados, em 2007. O projeto que resultou nessa lei de TV por assinatura foi apresentado por nós em 2007, por mim e Paulo Teixeira. Bittar foi o relator da lei, depois, na Câmara dos Deputados, eu fui o relator aqui no Senado, e conseguimos botar para rodar. Mas as empresas diziam que estávamos querendo tirar a liberdade delas. Agora, estão festejando aí o crescimento do setor. Mas, quando comparávamos preço, esse era um dos grandes impedimentos. Era nove vezes mais caro um canal no Brasil do que na Argentina, às vezes do mesmo operador. Nove vezes mais caro! Então, derrubou-se o preço, mais gente chegou. Agora, é preciso também derrubar o preço e chegar à qualidade. Acho que esse é o desafio e, em minha opinião, há condições, sim, de fazê-lo.

Volto a dizer: não estamos jogando com nenhum tipo de inexperiente. Agora mais ainda: todas as empresas que operam no Brasil têm operações no mundo. Todas, todas, todas! Quem não é controlador total é, pelo menos, parcial e, portanto, opera.

Essa fusão Brasil Telecom, ou melhor – perdão –, Oi e Portugal Telecom vai significar, Ministro Paulo, talvez uma operação em torno de 100 milhões de usuários, se juntarmos a Oi com a Portugal Telecom. E não é negócio só em Brasil e Portugal, não; eles também vão entrar na África. Estamos falando de grandes jogadores mundiais nessa área, portanto, precisamos apertar mais um pouquinho a mão nessas figuras para podermos ter um serviço de qualidade.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Walter Pinheiro.

O próximo orador inscrito é S. Exª, o Senador Wilder Morais.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Minoria/DEM – GO) – Obrigado, Presidente Collor de Mello. Cumprimento o Ministro de Estado de Comunicação, Paulo Bernardo.

Ministro, eu tinha uma monte de reclamação para fazer com relação à operação de telecomunicações, mas, fazendo uma reflexão aqui, depois de ouvir o Walter, meu colega Senador, acho que temos que pegar o exemplo do que foi feito nas telecomunicações e usar, Presidente, para o resto das infraestruturas que temos, hoje, com deficiência no País.

Na década de 90, quem tinha três aparelhos fixos de celular comprava um carro mil, inclusive se declarava isso em Imposto de Renda, era ativo. Em menos de 15 anos, com a privatização, conseguimos sair desse cenário e ter hoje um número que meu colega Senador citou: 270 milhões de telefones fixos e celulares.

Isso é uma evolução muito grande! Eu ia reclamar do serviço, e vou até deixar para trás, porque o benefício foi muito grande, mas, logicamente, temos que evoluir.

Discordo de alguma coisa, como quando o Governo desonerou impostos. Ele não desonerou impostos; ele doou o que não tinha, porque, na verdade, isso tudo foi criado.

Então, Presidente, na verdade, usando isso na infraestrutura, é mais um exemplo de que o Governo tem que ser regulador e não gestor. Você imagine se tivéssemos só bancos públicos; hoje temos bancos privados que são exemplos de sucesso e de eficiência.

Então, esse exemplo que houve nas telecomunicações... Ontem houve um programa à noite, na Globo, sobre esgoto e água. Imaginem que algumas cidades do Pará não têm 2%, 3%, zero... Então esse também é um item em que tínhamos que inserir a iniciativa privada; e hoje está na mão do Estado. Segundo informação, Presidente, em 2050, ainda não vamos conseguir atingir a parte de água tratada e esgoto nas cidades brasileiras.

Então, deve haver a inserção da iniciativa privada, devem criar regras. Quando se fala em guerra fiscal, de ICMS, nisso o meu Estado cresceu, porque houve incentivo para as empresas. E nós ganhamos. Por que ganhamos? Onde não se produzia, geraram empregos, produziram outros itens que geraram impostos, que aceleraram a construção civil, começaram a produzir coisas que não existiam nem no Estado e nem no Brasil.

Acho que a privatização – esse é um exemplo, Ministro, que V. Exª tem que carregar dentro do Governo – dá para aplicar em tudo. Temos o exemplo agora dos aeroportos, dos portos – em que tem que ter –, das estradas – onde já se iniciou. Vamos tirar também os impostos dos agregados para fazer as rodovias, porque não temos esses impostos, não há nada produzindo. Vamos fazer um projeto para ajudar. Vamos baixar os custos e vamos ter a mesma eficiência! Haverá investidor de fora e nacional.

O que houve nas telecomunicações devemos fazer também nas outras infraestruturas tão importantes. Isso é uma demonstração de que deu certo.

Vejo hoje essa evolução, a criação da regulamentação, as empresas investindo. Como disse o Senador Walter Pinheiro, hoje estamos com a economia globalizada, hoje as operadoras estão no mundo inteiro. Deve ser uma evolução muito grande. Então, o Governo tem que pensar nisso e levar esse exemplo do que foi feito nas telecomunicações para outras infraestruturas que são tão importantes.

Saímos de um telefone que era um ativo e hoje termos 270 milhões – mais do que o número da população brasileira – de uso da telefonia e, também, da banda larga, que era coisa nova no País, nem pensávamos nisso; o telefone móvel, então, era uma novidade.

Ministro, a minha indagação é que a gente possa fazer essa reflexão, Presidente, e que gente possa avançar muito a partir desse exemplo de 15 anos para conseguir evoluir, como tentamos aqui. Para se ter uma ideia, hoje não temos projeto para as nossas rodovias federais que estão aí há quantos anos! Poderíamos pelo menos ter os projetos, mas não demos conta de fazer. Se for licitar, só para fazer os projetos e termos todas as licenças, gastaremos um mandato de Presidente. Não vamos conseguir avançar se não pensarmos no futuro.

Então, Ministro, a minha participação: gostaria que V. Exª levasse o exemplo das telecomunicações, da concessão ou privatização para que possamos discutir no Governo, para flexibilizar os impostos.

Por exemplo, a guerra dos Estados com relação ao ICMS, também concordo, Senador, não existia nos Estados, é muito recente. Ninguém quer perder a partir de uma coisa que foi criada. A arrecadação do País vai se manter igual por um ano, dois anos, três anos, mas a população vai ganhar demais, porque todos esse itens que vão ser produzidos não existem. Então, não estamos perdendo nada, não estamos cedendo nada. É uma coisa que não havia.

Acho que o Governo tem que fazer sempre a desoneração de impostos para crescimento, para incentivar, facilitar, e deve ser sempre regulador e não tentar ser gestor, porque a burocracia que acontece hoje gera uma ineficiência muito grande.

Era isso, Ministro, o que eu queria dizer.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Grato a S. Exª o Senador Wilder Morais.

O próximo inscrito é o Senador Sérgio Souza, a quem passo a palavra.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Sr. Presidente Fernando Collor de Melo, Sr. Paulo Bernardo, Ministro das Comunicações, caros colegas Senadores, é inegável o avanço que tivemos em comunicações não só no Brasil, mas no mundo.

O Brasil, Presidente Collor, a partir de 1990, 1992, quando V. Exª foi Presidente, abriu-se para o mundo. Falo isto nas reuniões pelo meu Estado, aqui no plenário por várias vezes, em pronunciamentos, que ali um importante passo foi dado, porque começamos a olhar o que acontecia fora do Brasil. Até então, vivíamos o nosso mundinho interno e, a partir dali, começamos a difundir tecnologias importantes, e, nas telecomunica-

ções, não foi diferente. Chegamos a esse patamar de sermos hoje a quinta, sexta maior economia do Planeta.

Compilando aqui a apresentação do Ministro Paulo Bernardo, vi que o Brasil, inclusive, é o quinto ou sexto no mundo em uso de telecomunicações, em tempo de internet por usuário. Então, é mais ou menos a nossa realidade mundial.

Assiste razão ao Wilder Morais, nosso colega Senador, quando diz que estamos atrasados em infraestrutura, estamos atrasados em projetos, não temos, de fato – não que não tenhamos, Wilder, eu acho que hoje já temos e estamos bem desenhados –, talvez não tenhamos velocidade. Os planos dos modais estão muito bem desenhados. Ainda ontem fiz um pronunciamento nesse sentido no Senado, logicamente vocacionando mais para o Estado do Paraná.

Com relação às telecomunicações, no momento em que se cresce a utilização, se cresce a receita não só para o Governo, mas também para as operadoras. Vi aqui que, nos últimos dez anos, foi em torno de 200% a 250%, e os investimentos, em torno de 150%. Esse é o crescimento do faturamento *versus* investimentos. É um grande negócio o Brasil. Para qualquer grupo que opera telefonia, telecomunicações, seja TV a cabo, seja o telefone celular, a transmissão de dados, é um grande negócio! Assistimos a alguns números de algumas empresas, inclusive apresentados aqui em um dia desses, no Senado, em uma audiência pública, um faturamento de dezenas de bilhões de dólares de algumas dessas telefônicas.

No entanto, o brasileiro está, há bastante tempo, irritado com a qualidade do serviço, principalmente de telefonia móvel. A transmissão de dados ainda é algo que o brasileiro, às vezes, pensando num *smartphone*, no trânsito, acha que ainda não lhe pertence, não consegue ter uma qualidade boa. Agora, com o 4G, já tem melhorado.

Eu queria saber de V. Exª, Ministro, se temos uma data, um prazo, por exemplo, mais seis meses, mais um ano, para termos um serviço de qualidade, levando-se em consideração os investimentos, o planejamento que o Governo tem feito e os investimentos que as empresas têm feito.

Vi também que V. Exª colocou que, dentro do Plano Nacional de Banda Larga, está a abrangência para as zonas rurais do nosso País. Isso é muito importante porque hoje, quando falamos de zonas rurais, nós estamos falando de dezenas de milhares de comunidades, formadas em pequenas áreas urbanas, em que as pessoas laboram, vivem do campo e têm os filhos que vão para um colégio, que vão para uma faculdade, e aí há dificuldade de, à noite, ter acesso à informação. E essa informação é extremamente importante para agregar o conhecimento.

Sr. Ministro, para não ficarmos fora do foco, o Brasil é um país que tem dimensões continentais. Nós vimos, inclusive, as diferenças regionais muito bem expostas na avaliação sobre o analfabetismo divulgada ontem.

Com relação à telefonia, também está se pensando em investimentos para nós diminuirmos essas desigualdades dentro do País?

Seriam essas as minhas indagações.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Sérgio Souza.

Antes de passar a palavra a S. Exª o Ministro Paulo Bernardo, eu gostaria de fazer a leitura de perguntas que nos chegam dos nossos telespectadores e também pelo telefone. Algumas são afirmações apenas para que se tome conhecimento.

Um telespectador, por exemplo, afirma ser assinante da TV por assinatura – e diz o nome aqui da companhia. Ele deseja acrescentar um canal em seu pacote, que é 46 Syfy. Afirma ter feito uma proposta pela qual ele trocaria 20 canais do seu pacote por esse, mas a prestadora não aceitou, afirmando que, para ele ter esse canal, teria que fazer um novo plano, que custaria de R$199,00 a R$200,00, sendo que atualmente ele paga R$89,00. Diante do exposto, solicita que haja mudanças na administração de canais pagos, para que o consumidor possa fazer um pacote escolhendo os canais que deseja. É o Sr. Jaques Antônio Sormani, de Araras, São Paulo.

O outro afirma que foi anunciado para março de 2014, ou seja, num prazo de seis meses, o fim do estoque de endereços IP versão 4 para o Brasil, administrado pela NIC.br. Sabe-se que a migração para a versão 6 do protocolo IP está atrasada em todo o mundo. Pelo menos 10% dos usuários a utilizam. O acesso em banda larga móvel tem sido o veículo de conexão mais importante no País. A escassez de endereços IP pode criar um grave problema na disponibilidade de qualidade se não for equacionada. A Anatel não deveria exercer um papel mais ativo na coordenação dessa migração tecnológica? Não faltaria uma ação da estrutura do Governo na questão desses recursos no Brasil que garanta um cronograma que impeça o agravamento da situação, comprometendo o acesso à internet? O Governo tem um plano de investimento para preparar seus serviços via internet para o IP versão 6? Outra questão: o modelo de custos do setor de telecomunicações influenciará as ofertas públicas de atacado que estão sendo registradas no sistema da Anatel? Quando será concluído o projeto de modelo

de custos? E, por fim, quando chegará o sinal da TV digital na região de núcleo residencial Pilar, Bahia – terra do Senador Walter Pinheiro –, pois existem promessas desde a época de ex-presidentes e, até então, nada foi feito. São perguntas do Sr. Antônio Ferreira da Silva, da Rua Macambira, no Centro, no Pilar, Bahia.

Tenho a satisfação de passar a V. Exª a palavra, Sr. Ministro das Comunicações, Paulo Bernardo.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Pilar, no Município de Jaguarari, é quase uma cidade que nasceu no entorno de uma mina, onde funciona uma grande exploração, a mina da Caraíba...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Metais.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – ... de metais. Então, Pilar, inclusive, é essa comunidade.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado pela informação, Senador Walter Pinheiro.

Com a palavra S. Exª o Ministro de Estado das Comunicações, Paulo Bernardo.

O SR. PAULO BERNARDO SILVA – Muito obrigado. Bem, eu vou tentar falar, comentar todas as questões que foram levantadas aqui pelos nobres Senadores. Mas, primeiro, agradeço pelas contribuições e pela abordagem que foi feita, extremamente abrangente.

Esta Comissão, evidentemente, estuda e acompanha todos esses problemas do setor e, para nós, é sempre uma oportunidade para entender melhor e captar melhor por onde as coisas estão passando.

Eu queria, inicialmente, fazer uma referência. O Senador Suplicy falou do número de assinantes de TV por assinatura e fez até uma brincadeira sobre a disponibilização dos canais públicos, como a TV Senado. De fato, Senador, na regulamentação – aliás, foi votado na lei e depois regulamentado pela Anatel –, a TV por assinatura, obrigatoriamente, tem que carregar os canais públicos. Então, por exemplo, a TV Senado, com certeza, estará presente em todos esses pacotes que são vendidos. Isso é obrigação das empresas. A TV Câmara também, a EBC e outras. Portanto, isso tem importância. Na verdade, houve uma grande expansão da recepção desses canais por conta da presença...

De 2010 para cá, nós praticamente dobramos o número de assinantes de TV paga. Repetindo, muitas pessoas assinam para ter acesso, inclusive, à TV aberta, mas, com certeza, essa oferta, essa diversificação de oferta das TVs públicas também ajuda muito na propagação das idéias, do trabalho que o Senado e que a Câmara fazem.

Uma coisa importante que V. Exª citou foi a questão das escolas. Esse programa começou em 2009, numa negociação com as empresas de telefonia fixa, e foram imputadas obrigações de conectar todas as escolas públicas urbanas. Hoje, nós temos aproximadamente 93% das escolas conectadas, as urbanas. Isso significa que está praticamente resolvido o problema na área urbana? Não, porque, na verdade, nós temos a variação – V. Exª também fez menção disso para o Ministro Mercadante –, de velocidade, que é insuficiente. Nós precisamos aumentar muito a velocidade das conexões nas escolas. O que temos hoje permite fazer laboratório de informática, permite administrar a escola, agora, se você quiser usar de forma massiva pelos professores e, principalmente, pelos estudantes, com certeza, não é suficiente.

Só para dar um exemplo, nós estamos conectando os novos *campi* das universidades que foram criadas, principalmente no Governo Lula. Nas escolas técnicas federais, a conexão mínima é de 100Mbps, é a que está sendo feita, aí, em conjunto pela RNP e a Telebrás, aliás, de redes que também vão servir para fazer a provisão para outras finalidades.

Então, eu imagino que em uma escola de segundo grau com dois, três mil estudantes, normalmente são escolas grandes as que têm esse número de estudantes – quando é menor, pode ser menos, mas, com certeza, não menos de 100 *megabits* –, se você quiser permitir acesso generalizado, a conexão vai ter que caminhar para esse parâmetro. As universidades, as grandes universidades do Brasil – não as novas que nós estamos fazendo no interior, pois são pequenas, *campi* pequenos –, as grandes universidades têm conexão de 10 gigabits, 5 gigabits, facilmente. Então, evidente que escolas de segundo grau não precisam da mesma capacidade, mas precisam conectar muito mais velozmente.

Temos um problema que são as escolas rurais. Oitenta mil escolas rurais estão no pacote, Presidente, do 4G. Foi imputado como obrigação, também, pela licitação do 4G, que as empresas têm que fazer conexão dessas 80 mil escolas entre 2014 e 2015. Inclusive, nós vamos ter metas quadrimestrais para aferir e a primeira aferição já vai ser em abril de 2014. Portanto, nós temos que avançar nisso também.

Aliás, com essa obrigação para a telefonia rural, eu estava ontem revisando alguns projetos, apenas na Região Norte mais Bahia, nós vamos ter que conectar, no interior da Bahia, em torno de 12 mil distritos que

não têm internet ainda nem telefonia celular. Quer dizer, de fato, eu acho que vai haver um avanço grande, entre 2014 e 2015, na cobertura e na qualidade de atendimento para essas regiões.

Eu vou falar dessa questão da competição que V. Exª mencionou, mas, antes, eu queria falar com o Senador Pinheiro sobre a questão da tributação e a desoneração. Eu não advogo, Senador Pinheiro, que a gente tente impingir para os Estados uma redução drástica da tributação sobre telecomunicações, porque isso é uma parcela importante da receita e é evidente que, se eu digo para um Estado: "Olha, nós vamos diminuir X% da sua receita", nós vamos ter que dizer como é que vamos cobrir aquela despesa, porque o orçamento do Estado não está com sobra.

Mas, se nós pegarmos alguns aspectos, por exemplo, a banda larga fixa, Senador Pinheiro, se nós pegarmos o que se arrecada de ICMS com banda larga fixa, não dá 3% da receita de ICMS. Nos grandes Estados, dá menos de 1%. Quer dizer, então, nós estamos falando de um serviço que todo mundo diz que é essencial, nós sabemos que é essencial, é importante, tem que ser expandido, e nós cobramos até 35%, quer dizer, cobramos 40 e tantos por cento de carga tributária nesse serviço. É claro que isso é um gargalo, é uma porta, uma barreira de acesso.

Então, como V. Exª mencionou, eu acho que o Senado podia ajudar nisso, não digo nem zerar. Por exemplo, se a banda larga fixa fosse reduzida, tivesse o ICMS reduzido para 10%, a alíquota de 10%, com certeza, não daria perda de mais de 1,5% no ICMS. E essas perdas, na verdade, seriam nominais num primeiro momento, porque a expansão do serviço reporia essa receita tranquilamente. Nós poderíamos rapidamente ter uma compensação ou até um crescimento da receita.

Mais ainda, Senador, se nós expandirmos a banda larga fixa – e hoje a expansão vai ser por fibra óptica, porque é praticamente o mesmo preço fazer uma rede de cobre e uma rede de fibra óptica –, expandindo a banda larga, vai expandir telefonia, vai expandir TV por assinatura, porque hoje esses serviços são todos convergentes, a mesma infraestrutura vai servir. Na verdade, nós teríamos um aumento muito grande do uso e um aumento da receita dos Estados.

Então, eu acho que esta seria uma questão, uma bandeira para o Senado: "Vamos baixar a banda larga fixa, vamos expandir para a gente atender 95% dos domicílios no Brasil". Eu não falo 100%, porque tem lugar que fica inviável chegar com a banda larga fixa. Aí, se faz por satélite, por rádio. Mas eu acho que é possível fazer isso e nós poderíamos ter um ganho extraordinário de competitividade, aumento da produtividade do trabalho, melhoria das condições de educação.

O Senador Suplicy falou: "Qual é a vantagem de usar a internet?" Ora, hoje, só as escolas que não têm possibilidade, nas regiões onde não há acesso, não usam, mas para as crianças, nas escolas das regiões que têm mais acesso à internet, a escola põe a tarefa de casa, o conteúdo de prova, os trabalhos a serem feitos na internet. A moçada, ou em casa, ou na biblioteca, vai atrás, faz as suas pesquisas, faz o seu trabalho. Isso sem contar que você pode produzir conteúdos com tecnologia, quer dizer, filmes, audiovisual, pode fazer essas exposições que fazemos aqui. Então, é muito importante para melhorar a qualidade da educação.

O Senador Walter Pinheiro já discorreu bastante sobre a questão da saúde. Com certeza, expandir a internet vai dar melhorias extraordinárias para o atendimento de saúde público e privado, para que médicos possam acessar dados de exames e fazer diagnóstico a distância. E é verdade: há lugares em que não há médico especialista, vai demorar décadas para haver e as pessoas não podem ficar se deslocando toda hora. Eu acho que esses avanços são absolutamente importantes.

O Senador Walter Pinheiro cobrou que eu falasse um pouco, porque eu concordo, sobre a questão do compartilhamento da infraestrutura. O Brasil tem uma dimensão gigantesca. Não faz sentido algum nós não termos compartilhamento de infraestrutura. Eu acho que, hoje, felizmente, o setor de telecomunicações percebeu que isso é importante e que tende a ser obrigatório. Não há como ser diferente.

Eu lembro que, em 2011, nós falávamos com as empresas sobre compartilhamento, e o pessoal ficava todo se estranhando: "Não. Como compartilhamento?". E cada vez mais deve ser falado, porque uma cidade não quer... Se chegamos lá em Maceió para colocar uma antena em um bairro da praia, por exemplo, todo mundo fica falando: "Não, como é que vão colocar antena aqui?". Cada vez mais as antenas têm de ser de menor dimensão, camufladas na paisagem urbana para não impactar o visual, não impactar a paisagem da cidade. E cada vez mais terá de ser compartilhada, porque, se você conseguir licença para colocar uma antena, não vai conseguir para colocar quatro no mesmo lugar, no mesmo bairro. Aí é que vira uma guerra mesmo.

Está certo: nós temos de fazer o compartilhamento. Se uma empresa tem uma infraestrutura, um duto, por exemplo, tem um poste, nós vamos fazer outro do lado, em um país com tanta necessidade de investimento como o nosso? Não tem cabimento. Nós temos de fazer infraestrutura compartilhada, e as regras estão avançando para isso. Pelo regulamento de EILD, pelo regulamento do SCM, nós estamos obrigando as empresas a fazerem o compartilhamento.

Uma coisa importante também sobre a questão da competição no setor é que a Anatel simplificou e barateou as regras para fazer o licenciamento de serviço. A TV por assinatura, que anteriormente à lei era licitada, hoje não precisa de nada disso. Você simplesmente faz uma autorização. Uma licença custa R$9 mil. E agora ela unificou. Você tinha uma assinatura para fazer TV por assinatura, era licitado – passou a ser R$9 mil, preço fixo –, e agora a Anatel unificou o serviço. Quer dizer, você pode fazer *triple play*, ou seja, TV por assinatura, telefone fixo e internet. A licença nacional custa R$9 mil. É muito acessível. Se um pequeno provedor lá do interior de Alagoas ou do interior da Bahia, lá em Pilar, quiser fazer internet, vai pagar hoje, acho, R$400,00 de licença para fazer o serviço de SCM. Quer dizer, então, de fato, está dando condições para que as empresas entrem. Isso significa que entra muita gente.

O Senador Walter Pinheiro tem razão: é bem possível que depois ocorra um movimento de consolidação, uma grande empresa compre a menor, mas esse é um problema do mercado. Nós não temos problemas com isso.

O Senador Wilder Morais discorreu sobre as vantagens da privatização. Eu entendo o seguinte, Senador, os números do setor não são inegavelmente demonstradores de sucesso. Os serviços foram universalizados. Nós temos, hoje, preços que estão melhorando. Agora, nós temos uma questão de gargalo que precisa ser resolvida, que é a questão da qualidade. Cada vez mais isso vai ser importante.

As pessoas, no primeiro momento, querem ter internet. Aí, a pessoa consegue a internet, e percebe que a internet é lenta. É evidente que ninguém quer ficar na frente de um computador ou no *smartphone* esperando a velocidade lenta carregar.

Então, a questão da qualidade é cada vez mais importante e, para isso, insisto: nós temos que facilitar a infraestrutura, tem que ter infraestrutura. Se você tem uma antena que está atendendo duas mil pessoas e passa a atender seis mil pessoas naquela região, é evidente que o serviço vai ficar lento, e nós precisamos facilitar que esse serviço melhore.

Por um lado, temos que bater duro nas empresas na questão da qualidade; por outro lado, temos que incentivar, desonerar, dar condições para que ela faça a infraestrutura, porque se chegam a um lugar: "Não, aqui não pode fazer antena. Aqui não pode isso. A licença custa mais caro". Tem cidade querendo cobrar R$60 mil para instalar uma antena. E é evidente que quem vai pagar isso não é a empresa; quem vai pagar é o consumidor. Vai ser transferido para o consumidor. Então, acho que facilitar a infraestrutura vai ajudar a melhorar a qualidade e vai ajudar que a gente possa cobrar.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Senador Wilder.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Minoria/DEM – GO) – Obrigado, Presidente.

Então, é o que eu disse: o Governo tem que ser regulador, tem que fazer com que as coisas aconteçam e que a população não continue a pagar ou não pague esse custo. Este é o exemplo que quis dar, da evolução que houve nas telecomunicações e o trabalho que tem sido feito. Os serviços precisam melhorar sim e muito, mas já evoluímos muito e, na comparação com outros itens de infraestrutura, a gente precisa pegar esse fio da meada.

Estão dizendo da desoneração de impostos. Isso tem que acontecer para gerar incentivo para que possam investir em tecnologia e facilitar que essa tecnologia chegue ao usuário.

Eu disse agorinha para o Walter – inclusive, Presidente, vou fazer um projeto aproveitando isso – que vão desonerar o imposto para a construção, a duplicação de uma rodovia porque o Governo não tem recursos para fazer, e isso pode demorar anos. Por que não fazer a desoneração desses impostos agregados para fazer essa obra?

Hoje um exemplo típico que teve sucesso é o programa Minha Casa Minha Vida. Houve uma facilidade muito grande em vários itens, com redução de impostos, com facilidade de aprovação nos Municípios. Esse exemplo, Sr. Presidente, temos que levar para outras infraestruturas na modalidade em que foi feito. Logicamente que são diferentes.

Completando aqui o que o Senador Sérgio Souza disse, a gente não tem projeto. A gente tem o traçado, o País sabe que precisa ser feito, mas projeto executivo, esse nós não temos. Hoje não temos projeto executivo para, se quisermos, licitar todas as nossas rodovias federais que já existem há algumas dezenas de anos. Não temos esse projeto nas prateleiras para dizer: "Olha, vou licitar independente de ter dinheiro ou não". Então, a gente precisa avançar nisso, Presidente.

Completando, quando V. Exª foi Presidente da República, houve a abertura de mercado. Há alguns anos, como empresário, gostaria... Hoje o Brasil já reconhece a abertura que V. Exª fez como se fosse um artista plástico. O senhor vai ficar reconhecido, no dia em que não estiver aqui, como, talvez, quem fez a maior transformação de abertura do mercado por que o Brasil tanto avança hoje.

Parabéns, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Wilder Morais.

Retorno a palavra a S. Exª o Ministro Paulo Bernardo.

O SR. PAULO BERNARDO SILVA – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Queria comentar algumas coisas que o Senador Sérgio Souza falou. Já adiantei a minha concordância com sua avaliação sobre a questão da qualidade. Eu acho que hoje esse é o grande nó. As pessoas têm acesso, mas querem ter acesso a serviços de boa qualidade.

Ainda sobre essa questão da infraestrutura, o Senador Walter Pinheiro me cobrou que falasse sobre a licitação de 700MHz. Eu queria dizer, Senador, que nós estamos caminhando, parece-me, de forma bem adequada. O Ministério e a Anatel estão avançando bastante na questão do replanejamento do posicionamento dos canais, que hoje são analógicos e digitais, para apenas digitais, começando a partir de 2015. E nós, nessa sequência, vamos fazer o edital, o modelo do edital. E a publicação deve ser feita em dezembro para consulta pública, com previsão para fazer – depois da consulta pública, de se desconsolidar e tudo – o leilão provavelmente no mês de abril do ano que vem. Então, isso está caminhando adequadamente e vamos colocar como foco principal a questão da infraestrutura.

Alguns tópicos nós estamos avaliando para colocar na licitação de 700. Como eu tenho uma radiofrequência que é muito valorizada – não sei exatamente qual é a perspectiva de arrecadação –, em vez de colocar: olha, nós queremos arrecadar tudo isso, nós vamos colocar obrigações que evidentemente vão diminuir o tamanho da arrecadação a ser feita. Nós vamos aproveitar isso. Então, por exemplo, uma das coisas que nós estamos cogitando colocar é a construção de rede de longa distância para poder ter rede de fibra ótica chegando a todos os Municípios brasileiros. Hoje pelo menos 1,5 mil Municípios não têm rede de fibra ótica. Não chega nem uma rede. Não é que não tenha dentro da cidade; não tem. Então, é evidente que, para melhorar a qualidade, nós precisamos fazer essas redes. Nós temos algumas outras questões, por exemplo, cobertura nas estradas. Isso nunca foi exigido em nenhum edital de telefonia móvel. Então, está sendo avaliada a possibilidade de colocar cobertura nas estradas. E algumas outras coisas estão sendo pensadas e vamos colocar no edital.

Evidentemente isso é dimensionado economicamente, tanto o Governo, com a supervisão do TCU, quanto as empresas vão dizer: "Isso vale tanto". E isso significa que há um impacto na parte de arrecadação para menor. Acho que é absolutamente normal. Na verdade, eu fui do Planejamento, e tenho uma visão assim: se nós arrecadarmos e depois quisermos pegar o dinheiro para fazer a obrigação que nós podemos colocar lá, com certeza vai levar muito mais tempo, haver discussão sobre superávit, licitação. Será muito mais complicado. Então, nós achamos que é muito mais viável construir essa infraestrutura e atingir essas metas, a meta de cobertura, ver como vai ser, e pôr no edital, que tem obrigação de lei – depois que se realiza a licitação, vira lei. Portanto, nós estamos trabalhando desse jeito.

O Senador, o Presidente Collor apresentou algumas perguntas.

Quanto à questão dos pacotes de TV por assinatura, normalmente o Ministério não interfere nisso, quer dizer, no canal que vai ser vendido, mas eu acho absolutamente pertinente que o usuário reclame, brigue lá com a sua operadora.

Uma amiga minha tinha um pacote de TV por assinatura aqui em Brasília, estava pagando lá quase R$500,00 e comentou comigo. Eu falei: olha, pode ligar lá; fale que tem um concorrente que está vendendo mais barato. É 100% de certeza que eles vão baixar o preço. Ela ligou, negociou, e eles baixaram o preço.

De fato, o que as empresas fazem? Elas entram com novas ofertas, mas ao cliente antigo eles não avisam. Eu mesmo tive essa experiência. Liguei para o meu provedor de internet e falei: olha, estou querendo melhorar a internet aqui, está muito lenta. E o cara falou: "Olha, eu tenho uma oferta aqui por X, dez *megabits* por X. Eu falei: mas você está me cobrando um *megabit* por mais que isso!". Fazia três, quatro anos que eu era cliente e eles não avisaram. Eles não têm a gentileza de avisar.

Essa pessoa a quem eu dei o conselho fez isto: ligou, negociou, e baixou o preço. Eu acho que o usuário tem que negociar também. A concorrência está grande, e, hoje mesmo, há um anúncio de uma grande operadora internacional que está se associando aqui no Brasil, já vai entrar investindo R$4 bilhões com TV por assinatura, com um novo satélite que foi licitado em 2011 pela Anatel, quer dizer, aumenta...

Senador, tudo bem?

Aumenta a competição, o contribuinte, o consumidor – desculpe-me – tem que tirar vantagem disso, fazer as empresas brigarem entre elas. Mas eu acho que o Sr. Jaques Sormani tem toda a razão de reclamar lá e brigar.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – De Araras, São Paulo.

O SR. PAULO BERNARDO SILVA – De Araras, em São Paulo. Uma região desenvolvida, com certeza deve haver muita gente concorrendo.

Na Rodovia Anhanguera, o Senador Suplicy conhece muito bem, há muita oferta de serviço. Ele tem que jogar com a competição no setor.

Há uma outra questão sobre a versão 6 da internet, o IPv6, existem muitas avaliações de que tem atraso. Eu não tenho essa certeza, mas eu concordo com que nós precisamos tomar providências para que não haja problemas.

Eu já vi previsões, Senador. Essa nova versão é o seguinte: ela vai ter um novo sistema de numerações, então ela vai aumentar muito o número de conexões, de endereços possíveis de internet. Já vi avaliação de que a versão atual vai ter o seu estoque de endereços esgotados lá por maio do ano que vem, quer dizer, se não entrar a outra versão até maio, nós vamos começar a ter problema com novos endereços. O crescimento da internet fica limitado.

Então, nós já recebemos esse tipo de sugestão, estamos organizando uma reunião do Governo, para ver o que o Governo precisa fazer para se preparar para essa nova versão e o que o Governo precisa fazer para alertar, cobrar. Isso é uma tarefa do CGI, do NIC.br, que gerencia os endereços, mas o Governo tem peso para ajudar e fazer. Primeiro, para nós nos prepararmos, os nossos endereços, a nossa infraestrutura; segundo, ajudar na organização disso. Com certeza, a Anatel vai ser chamada também. Mas, de fato, é um assunto relevante.

A outra questão, Presidente, que foi perguntada, modelos de custos. A notícia que eu tenho é: bom, a Anatel está fazendo um modelo de custo para impor regulação para as empresas. Por exemplo, uma tarifa de telefone fixo para móvel, até pouco tempo, dois anos atrás, tinha um custo, do chamado VUM, de R$0,54 por minuto, para ligação. A Anatel está fazendo a redução, já deve estar contratado, até o fim de 2014, depois, em 2015, vai cair para uns R$0,16, R$0,18. Por que era esse preço? Porque, quando criaram o telefone móvel, havia uma questão que era estimular o telefone móvel, então incluíram uma tarifa extra no fixo. Então, como hoje você não sabe direito qual deve ser a tarifa, esse modelo de custo vai permitir. Bom, quanto tem que ser? R$0,10, R$0,05, quanto vai ser?

Então, esse modelo de custo está em tramitação. Na semana passada, ele foi votado no conselho da Anatel, a proposta inicial vai ser colocada em consulta pública, vai haver interação com o setor, com a sociedade, e, provavelmente, no primeiro semestre do ano que vem, ele fica pronto para ser implementado. A partir daí, por exemplo, o custo de ligações, os custos do setor vão ser conhecidos, então a regulação vai levar em conta. Há preços que são... Telefone fixo tem preço regulado, o telefone móvel não tem preço regulado, mas, mesmo assim, por exemplo, a questão da tarifa de interconexão é uma coisa importante. Isso dá problemas enormes, porque inclusive nas disputas entre as empresas, pequenas empresas têm dificuldades de concorrer por conta desse preço. Então, ele é importante e tem que ser levado em consideração.

Bom, eu vou ficar devendo a resposta sobre quando vai ter um canal de TV digital em Pilar. Depois eu aviso a Comissão, o Senador Collor e o Senador Walter, que, com certeza, vai estar interessado também em saber, porque eu não tenho essa informação.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – V. Exª ficou de fazer uma reflexão sobre o estágio do grau de competição.

O SR. PAULO BERNARDO SILVA – Pensei que V. Exª ia esquecer disso, Senador! (*Risos.*) Foi uma brincadeira.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – V. Exª disse que iria responder em seguida. Estou aguardando.

O SR. PAULO BERNARDO SILVA – É brincadeira, Senador.

Olha, com certeza, essa pergunta é muito pertinente porque tem em curso uma possível mudança acionária entre os grupos Telecom Itália e Telefónica de Espanha. Isso não está claramente definido. Só para resumir, também há o caso da Brasil Telecom, perdão, da Oi com a Portugal Telecom, e, portanto, o momento é de falar sobre isso. No caso da Telefónica de Espanha, a notícia que temos é a seguinte: a Telefónica de Espanha, em 2007, passou a fazer parte de um bloco que tem o controle acionário, o controle das decisões estratégicas da Telecom Itália, um grupo chamado Telco, que é composto por bancos e pela Telecom Itália, e 10 dias atrás anunciaram que a Telefónica pode aumentar a sua participação nesse bloco chamado Telco. Colocaram dinheiro para pagar uma dívida, tal, isso pode virar um exercício de uma opção por aumento de capital que deve ser anunciado em janeiro. E, aqui, no Brasil, evidentemente, isso tem impacto, porque a Telefónica de Espanha controla a Vivo, e a Telecom Itália controla a TIM. São empresas que têm um peso enorme, tanto uma como a outra têm mais assinantes no Brasil do que nos países onde estão as matrizes. Só a TIM, no Brasil, tem 78 milhões de linhas de celulares colocadas no mercado, a Vivo é maior, deve ter uns 85 milhões. Então, tem um impacto aqui.

O que temos de concreto é o seguinte: eles têm até, parece-me, que esta semana para apresentar a documentação junto ao Cade e à Anatel sobre o que eles pretendem fazer, qual é o... Porque existe dessa incursão de 2007, quando a Telefónica entrou no capital da Telecom Itália, resultou um acordo que foi

homologado tanto pelo Cade como pela Anatel, onde a Vivo não pode participar das decisões estratégicas da TIM, quer dizer, a concorrência está preservada.

Então, vamos ter que esperar, Senador. Com certeza, se não houver impacto de uma interferir nas decisões estratégicas da outra, vamos ter duas empresas concorrendo e brigando entre si. Se uma passar a fazer parte efetivamente do bloco controlador e passar a interferir, isso terá que ser avaliado pelo Cade, pode haver a decisão de determinar que a empresa se desfaça de uma delas, que a controladora se desfaça de uma delas, enfim, isso aí é uma decisão de grande impacto.

Vamos ter que aguardar, até porque isso tem implicações no valor dessas empresas na Bolsa. No dia em que anunciaram a operação na Itália, as ações da TIM, no Brasil, valorizaram em quase R$2 bilhões, depois oscilou, mas é isso.

Como princípio geral, acho que temos que ter interesse na concorrência entre as empresas. Para nós, é bom ter quatro empresas grandes concorrendo. Há mais uma que está entrando no 3G, portanto, vamos ter cinco competidores no 3G, e acho que isso ajuda o mercado, ajuda o consumidor porque, na briga entre elas, o consumidor acaba ganhando.

No caso da Oi com a Portugal Telecom, é a consolidação de uma estratégia que já vinha se desenhando, quer dizer, a Portugal Telecom, que, anteriormente, foi sócia da Vivo, saiu há uns quatro anos, entrou como sócia da Oi, e, agora, anunciaram, ontem à noite, esse movimento de fusão entre as duas empresas, e evidente que isso também terá que ser avaliado. É uma empresa que vai ter sede no Brasil, ela de fato vai trabalhar no Brasil, Portugal, vai trabalhar em alguns países da África. O Senador Walter Pinheiro já mencionou: tem no total 100 milhões de usuários numa população de 260 milhões de habitantes no total desses países. Vai ter sede, como disse, no Brasil, e nós recebemos a notícia ontem à noite, o fato relevante foi publicado – eu nem tive a oportunidade de ler porque o Senador Collor costuma marcar reunião aqui às 7 horas da manhã. Então, eu não li o fato relevante, eu acho que o senhor também não leu, Senador, o fato relevante sobre a Oi. Então, nós vamos ter que olhar daqui a pouco. Mas eu sei que às 9 horas, horário brasileiro, ia ter uma conferência de imprensa em Londres explicando as consequências dessa unificação. Acho que nós precisaríamos conversar mais para saber tudo isso.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sr. Presidente, se me permite...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor**.** Bloco União e Força/PTB – AL) – Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – O Ministro Paulo Bernardo esteve aqui no Senado logo depois da divulgação segundo a qual a Agência Nacional de Segurança dos Estados Unidos teve acesso a algumas comunicações, inclusive no âmbito da Presidência, depois na Petrobras. Foi visitado pelo Embaixador dos Estados Unidos e, desde então – e aqui já nos prestou esclarecimentos –, houve uma evolução de diálogos nestas últimas semanas, inclusive com a visita da Presidência do Brasil à ONU, onde, inclusive, expressou o sentimento do Governo brasileiro com respeito a não permitir mais aquele tipo de acesso indevido às comunicações de pessoas, a não ser conforme define a Constituição, por licença judicial.

Eu agradeceria se o Ministro Paulo Bernardo puder nos informar em que estágio estão esses diálogos, inclusive com respeito a um novo marco regulatório que o Brasil avalia como importante ser objeto de consideração ao nível até das Nações Unidas. Se ele puder nos dizer uma breve palavra sobre isso, eu agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – S. Exª o Ministro Paulo Bernardo.

O SR. PAULO BERNARDO SILVA – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Olhe, Senador, V. Exª sabe – e acho que todos nós sabemos –, o diálogo com o governo americano não foi tão bem-sucedido, não foi tão frutífero como nós gostaríamos. Nossa expectativa é de que houvesse, no mínimo, uma sinalização, um reconhecimento de quão indevido é esse tipo de atividade, de quão improcedente ele é, e sinalização de que isso seria modificado. Isso não foi feito, a não ser por uma breve menção que o Presidente Obama fez no seu discurso de que estaria trabalhando para fazer mudanças nesse sistema.

A verdade é que, se nós olharmos com toda a tranquilidade, com toda frieza que um tema como esse exige, é uma intromissão absurda, porque o Brasil não tem grupos terroristas. A Presidenta falou muito bem isso na ONU, não temos grupos terroristas, não temos nenhum tipo de conspiração dessa espécie e, portanto, não vemos nenhuma justificativa para haver monitoramento, espionagem do Governo brasileiro. E mais ainda, as implicações com certeza levam... a nossa convicção é de que há espionagem comercial, espionagem industrial. Por que estão olhando, espionando a Petrobras? E há situações mais constrangedoras ainda que, no plano internacional... Porque nós poderíamos ter sido atingidos. Por exemplo, o noticiário na Europa deu conta de que o Parlamento Europeu

era monitorado, seus *e-mails*, seus telefonemas eram monitorados. Se tivesse sido aqui no Brasil teria acontecido uma crise política imensa.

Os próprios americanos, em algumas conversas lá com as nossas missões, disseram: "Não, é que o Brasil não espiona, mas a Europa toda espiona." Então, por isso que de certa forma foi mais absorvida a lá a notícia, quer dizer, se falar que Parlamento Europeu inteirinho estava sendo monitorado em telefonemas e *e-mails*... Talvez seja a única explicação para não ter havido uma reação mais forte ainda. Mas eu lembro que, durante a campanha eleitoral lá, o governo alemão colocou uns helicópteros para sobrevoar a embaixada americana para ver que tipo de antena tinha. Com certeza, influenciado ali pelo calor do debate eleitoral e tudo. Isso tem repercussão no mundo inteiro.

Eu acho que a reação que o Governo está adotando nesse momento, nós achamos que é adequada. Por exemplo, nós temos que reforçar a nossa legislação aqui no Brasil. Portanto, votar o marco civil e colocar questões que são capazes de responder a esse tipo de monitoramento, acho absolutamente importante. Nós definimos apoio à neutralidade de rede, definimos apoio ao armazenamento de dados aqui no Brasil. Porque há uma coisa, Senador, que é a seguinte: as grandes empresas de internet fazem uma coleta de dados... O senhor entra lá no seu perfil no Facebook, abre um perfil, ele fala: "O senhor concorda em compartilhar informações?" A pessoa nem lê aquilo e concorda. E eu acho o seguinte, absolutamente, no modelo, como é grátis, se é descoberto que alguém está grávida na sua família, começa-se a oferecer fralda descartável, começa-se a oferecer pacote de viagem, isso é absolutamente normal, é um modelo de negócio. Mas em sã consciência, ninguém daria o de acordo se estivesse falando: "Olha, eu vou pegar esses dados e vou dar para a NSA monitorar o que é que o senhor está fazendo ou para saber conteúdo dos seus *e-mails*." Isso não tem cabimento. Até porque a internet, a exemplo da vida normal das pessoas, tem um espaço público e um espaço privado. Se você estiver num *shopping*, na praça de alimentação, tomando um lanche lá, e alguém está tirando foto, está monitorando com câmera, todo mundo entende isso como normal. Agora, você manda uma correspondência e acha normal alguém abrir? Não é normal. As democracias preservam as comunicações entre as pessoas. Faz mais de duzentos anos que nós conquistamos isso.

Então, abrir *e-mail*, abrir comunicação pessoal em qualquer democracia é crime. Os americanos se valem de um subterfúgio. Eles fizeram uma lei que permite que sejam monitoradas comunicações de estrangeiros. Ou seja, a democracia está preservada, supostamente preservada internamente, mas eles podem violar a correspondência de estrangeiros, até de chefes de Estado. Mas não é bem assim, porque nós vimos esses dias uma notícia de um casal lá que estava pesquisando panela de pressão, mochila na internet, chegou a polícia porque foi avisada que eles estavam pesquisando, e panela de pressão podia servir para fazer uma bomba caseira, alguma coisa.

Então, eu acho que é uma grave violação dos direitos humanos, uma grave violação das liberdades civis. Acho que fazer uma lei que nos proteja melhor aqui é relevante e obrigar a armazenar dados aqui vai impedir, por exemplo, que o Google faça o que ele fez com o STJ. O STJ estava fazendo uma investigação criminal, pediu o conteúdo de um *e-mail*, e eles disseram assim: "Não, nós não podemos fornecer porque esses *e-mails* são armazenados nos Estados Unidos e estão sujeitos à legislação americana." Então, eu acho que é importante armazenar aqui para a gente não ter o vexame de ouvir... Claro que o STJ decidiu que eles são obrigados a entregar, mas não sei se tem recurso, se eles vão para o Supremo, se entregaram... Isso, de qualquer forma, fica como uma questão importante da soberania do País, não é do Governo brasileiro não, é do País. Uma instância do Judiciário que pede uma informação para uma empresa legalmente instalada aqui, e ela dá uma resposta como essa. Não pode ser aceita.

Então, eu acho, Senador, que votar o marco civil é absolutamente importante. E a Presidenta defendeu na ONU que haja uma espécie de marco civil internacional, uma governança internacional. Eu sempre digo, quando às vezes as pessoas querem que eu explique melhor, que, se nós temos, para a navegação marítima ou para a navegação aérea, normas internacionais, tratados que regem isso, organizações internacionais, como a Iata, que rege a navegação internacional, a aviação internacional, por que, para navegar na internet, nós não temos que ter isso? Nós vamos ter uma lei do Estado da Califórnia que vai dizer para nós o que deve ser feito na internet? Está errado isso. Está errado.

A internet é extremamente concentrada nos Estados Unidos. São 13 servidores raízes que compõem a internet. Todos os treze estão no hemisfério norte, dez nos Estados Unidos, dois na Europa e um no Japão. Nós achamos que tem que ter uma redistribuição disso. Então, essa "concertação" internacional pode melhorar essa situação.

Espionagem sempre houve. Desde a Mesopotâmia, sempre houve espionagem. Agora, não se pode institucionalizar, um país falar "nós vamos institucionalizar" ou o Google virar um instrumento de espionagem dos outros países. Isso não tem cabimento.

O presidente do Google tem um livro onde ele diz o seguinte: no futuro, vai haver muitos ataques contra a liberdade de trânsito na internet e isso pode levar a uma fragmentação, em que os países poderão colocar barreiras nacionais para o tráfego na internet. Eu falei, então, que eles estão fazendo o que ele está prevendo que vai acontecer daqui a não sei quanto tempo. Eles já estão praticando isso. Essas coisas têm que ser... Então, essa governança internacional é importante.

Outra coisa a que eu acho que os governos passaram a ficar atentos recentemente é a questão da isonomia de condições para atuar no mercado, que basicamente se reflete na tributação. A verdade é que as empresas têm uma receita colossal. Eu falei, durante essa discussão, que o Google vai ter, neste ano, 3,5 bilhões de receita de publicidade. Não compete em igualdade de condições, porque a receita não é recebida nas mesmas condições que outro veículo. Você, por exemplo, pode pagar propaganda no Google através de um cartão internacional. O dinheiro vai para a Irlanda ou para outra sede financeira. Há várias sedes financeiras. Quer dizer, isso não aparece no balanço da empresa depois, não paga o lucro que outro veículo teria que pagar. E há uma série de serviços...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Ministro, só uma coisa. Permita-me, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Esse é um dos debates em que eu diria que, além da questão da segurança, obviamente – por isso eu toquei naquele negócio de a Presidente ter anunciado ontem parte do recurso do Fust para essa questão de segurança de rede –, há essa tomada de atitude nossa no plano internacional.

Eu participei com o senhor, por exemplo, de uma reunião com representantes dos Estados Unidos, naquele encontro da OIT, e fiz, inclusive, uma brincadeira, naquele momento: quem chefiava a delegação era a secretaria de Estado.

O SR. PAULO BERNARDO SILVA – Era.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – E a Defesa. Não tinha Ministro. O senhor não conversou com o ministro das Comunicações, o senhor conversou com gente da Defesa, inclusive um sujeito fardado da Marinha americana.

O SR. PAULO BERNARDO SILVA – Numa delegação de oito, dez pessoas, havia cinco que eram do Departamento de Defesa. Quer dizer, alguns cedidos para outros órgãos, mas era vice-almirante. Exatamente.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Isso. Então, esse é um aspecto, Presidente Collor.

Nós estamos de segurança. E a segurança não é só uma questão de invasão de *e-mails* ou coisa do gênero, porque talvez bisbilhotar a minha vida, a sua, e tal... Nós estamos invadindo, violando os direitos individuais, mas estamos invadindo também a seara de uma nação. Esse é que é o aspecto central.

O Ministro colocou muito bem. O negócio da economia, principalmente, foi algo que não é de agora, Ministro Paulo. O senhor falou do Parlamento Europeu, mas, em março de 1999, eu fiz um requerimento aqui para o Parlamento Europeu, porque o Parlamento Europeu e a Comunidade Europeia montaram uma comissão para tratar essa questão da espionagem. Isso foi em 1999. Existe até hoje.

A Comunidade Europeia tem, inclusive, uma divisão hoje, no seu setor de telecomunicações, exclusivamente tratando disso. E, para a nossa economia, por exemplo... Onde Miami fatura nesse aspecto? É exatamente nisso. Boa parte desse tráfego que V. Exª falou aí, que o Ministro falou, Presidente Collor, na realidade, se processa passando por ali. Esse é o grande setor da economia. O sujeito paga com um cartão internacional, vai para o comércio eletrônico, vai para outras áreas, e nós não vemos a cor disso.

Então, além do debate que diz respeito a promovermos o marco civil aqui, chegou a hora de, inclusive, cobrarmos da ONU, da OIT que nós passemos a ter... Nós não estamos propondo colocar tramela nem regular a internet mundialmente, mas estamos propondo regras claras que defendam os endereços individuais, que defendam os interesses das nações e que nos coloquem, inclusive, na condição de continuar a utilizar isso sem nenhum tipo de temor nem tampouco sendo completamente violado. Depois, o próprio Ministro também participou, e eu também participei, de um diálogo com um representante de uma dessas empresas. Foi um diálogo tenso. No mesmo evento, alguém queria que a gente apresentasse leis aqui para modificar as regras do País, porque eles avaliavam que a operação deles no Brasil estava sendo prejudicada.

Então, é uma forma absurda! O diálogo foi ultratenso com uma pessoa que, com todo respeito, aparentava ter pouco tempo nessa área, inclusive até por seu perfil jovial. Isso demonstra como essas coisas se processam. A avaliação de invadir nosso pedaço e até determinar como devem ser as regras utilizadas no Brasil.

É um momento não só para enfrentar essa questão, como também, Ministro Paulo Bernardo, é fundamental buscar aliados. Essa é uma hora em que

a gente não pode fazer algo achando que um marco civil isoladamente no Brasil resolve nosso problema.

Acho que é fundamental aprovar o marco civil na internet aqui dentro, mas é fundamental que a gente construa com outros países, com o bloco europeu, com o bloco aqui na América do Sul, com o bloco africano; enfim, com todo o mundo, que a gente construa um bloco capaz de fazer uma intervenção de caráter internacional, até porque, se a gente fizer só aqui dentro, lá da Conchinchina, sei lá de onde, alguém vai continuar fazendo seus caminhos e suas entradas. Não tem como não ser diferente.

É fundamental que o Governo brasileiro assuma essa postura a partir do que a própria Presidenta colocou na ONU: essa disposição de caminhar no sentido de aportar recursos para essa questão da segurança de rede. Nós aqui já até fizemos uma parte disso e estamos só esperando o marco civil chegar. Já aprovamos alguns projetos que tratam da questão da segurança de rede. Lamentavelmente, mais uma vez, assim como nas antenas, toda vez que o projeto sai daqui para a Câmara... Não gosto de falar mal da Câmara porque vim de lá, gosto muito da Câmara, foi uma passagem que marcou muito a minha vida. Não estou falando mal da Câmara dos Deputados. Não posso e não devo. Mas, lamentavelmente, vai para lá, Ministro, e o próprio processo, a priorização ou, às vezes, a pressão dos setores, essas coisas terminam por retardar a aprovação de determinados caminhos que nos levem a esse tipo de conforto, segurança e, ao mesmo tempo, de defesa dos direitos de cada cidadão brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado, Senador Walter Pinheiro.

Passo a palavra, novamente, a S. Exª o Ministro das Comunicações, Paulo Bernardo.

O SR. PAULO BERNARDO SILVA – Apenas para concluir, Presidente, o Senador Pinheiro tem toda razão. Este tema não vai ser resolvido em um país apenas. Nós vamos precisar ter um conjunto de tratados, alguma organização que trate disso. Mas nós podemos fazer nossas tarefas aqui: votar a lei do marco civil, a questão da lei de proteção de dados individuais que está vindo para este Congresso e que também irá ajudar. Uma coisa que também acho importante é tratar as empresas que atuam no Brasil com isonomia. Isso quer dizer o seguinte: se uma empresa exerce uma atividade e paga imposto, a outra que exerce a mesma atividade terá de pagar imposto também. Há dois supermercados em uma rua: um paga imposto e o outro não paga, o que acontecerá? O que não paga vai crescer e o outro vai quebrar, ainda mais com nossa carga tributária. Então, eu acho que a gente tem de fazer... Essa questão, eu acho importante, até porque muitos países já viram isso. A Alemanha está discutindo, a França está discutindo, a Grã-Bretanha está discutindo...

Anteontem, saiu uma notícia de que o Google, no ano passado, no último ano fiscal na Grã-Bretanha, teve o faturamento de US$5,5 bilhões e pagou US$50 milhões de imposto. É evidente que... Já houve duas comissões no Congresso que trataram sobre isso e dizem que vão cobrar de novo. Quer dizer, é preciso isonomia. Você paga com cartão internacional, o dinheiro vai para um paraíso fiscal, não aparece no balanço. Nós precisamos tratar.

Não é fácil resolver isso porque o modelo é muito sofisticado, muito eficiente, muito bem feito, mas já houve casos. Por exemplo, quando começou a TV por satélite no Brasil, havia o problema de como se cobrar imposto, porque nesse caso, o satélite fica a 36 mil quilômetros com relação à Terra, a sede pode ser em Tuvalu ou qualquer outro lugar, o satélite não está aqui. Nós achamos uma saída que foi exigir que as empresas, para vender as assinaturas aqui, tivessem escritórios e, portanto, essas atividades são absolutamente regulares e pagam imposto aqui. Então, temos de tratar isso de forma isonômica. Quem vende publicidade no Brasil tem de pagar, ou ninguém paga ou todo o mundo paga. É evidente que gera um descompasso e um desequilíbrio e, evidentemente, que quem paga acaba se dando mal.

O SR. OSVALDO SOBRINHO (Bloco União e Força/PTB – MT) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Sr. Ministro Paulo Bernardo, das Comunicações.

Antes de passar a palavra a S. Exª o Senador Osvaldo Sobrinho, eu gostaria de comunicar a S. Exªs os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras integrantes desta Comissão que S. Exª o Senador Osvaldo Sobrinho, agora que assumiu o mandato, sendo Senador suplente de S. Exª o Senador Jayme Campos, passa a integrar nossa Comissão de Serviço de Infraestrutura. Em nome de todos os integrantes desta Comissão, gostaria de lhe transmitir as melhores boas-vindas.

Seja muito bem-vindo, Senador Osvaldo Sobrinho. V. Exª tem a palavra.

O SR. OSVALDO SOBRINHO (Bloco União e Força/PTB – MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Ministro, talvez seja até extemporâneo o que vou perguntar e talvez nem esteja na pauta, mas é um assunto que me interessa, até porque eu tenho vários questionamentos sobre isso.

Qual o futuro e o destino, Ministro, da radiodifusão AM?

O SR. PAULO BERNARDO SILVA – Essa questão está absolutamente na pauta, Senador. Eu não falei sobre isso e não me foi perguntado, mas é o seguinte. As rádios AM... E V. Exª me pergunta porque existe um problema: o sinal da rádio, como é de frequência muito baixa, está cada vez mais prejudicado, principalmente com os obstáculos urbanos, concreto, o que torna muito difícil de ouvir em ambientes fechados. Então, isso significa que a rádio perde qualidade e perde audiência. Os rádios de carro, por exemplo, a maioria nem mais tem sintonia para AM, somente FM.

Nós estudamos esse tema, mais de um ano, e chegamos a uma decisão... Uma decisão será ainda tomada, porque a Presidenta decidirá nos próximos dias. Nós vamos fazer um decreto, estamos marcando a data para a assinatura e iremos, inclusive, convidar esta Comissão e os Parlamentares. A ideia é permitir que as rádios migrem para o serviço de FM. O serviço AM, na prática, será colocado em extinção no decorrer do tempo. Não quero dizer que, quem não migrar imediatamente, vai parar. Não! Vai continuar, mas não vamos dar mais concessões ou outorgas de rádio AM. Vamos permitir essa migração, que não será gratuita, pois será cobrado o valor da outorga mínima.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – E se houver batimento de frequência?

O SR. PAULO BERNARDO SILVA – Aí nós vamos ter de administrar. O Ministério e a Anatel vão administrar para acomodar todo mundo. Com a digitalização da televisão, teremos mais dois canais, 5 e 6, que poderão ser usados complementarmente para resolver esse problema que aponta o Presidente Collor.

Então, Senador Osvaldo, isso deve ser assinado. Não há data, mas está na pauta da nossa Presidenta Dilma para assinar e permitir essa migração.

O SR. OSVALDO SOBRINHO (Bloco União e Força/PTB – MT) – Quero parabenizar V. Exª por essa medida que, na verdade, vem resgatar e vem trazer de volta um serviço que era prestado à Nação há quase cem anos e que, na verdade...

O SR. PAULO BERNARDO SILVA – Noventa e um anos, isso mesmo!

O SR. OSVALDO SOBRINHO (Bloco União e Força/PTB – MT) – Na verdade, está, praticamente, sem operação. Não se ligam mais as rádios AM, porque a comunicação que está aí, com fios por todos os lugares, tira completamente a radiação desse meio de comunicação. Parabenizo V. Exª. Isso irá resgatar um grande setor no Brasil, que prestou grandes serviços à Nação. Estamos ansiosos por isso.

Muito obrigado.

O SR. PAULO BERNARDO SILVA – Obrigado, estamos de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Osvaldo Sobrinho, pela sua participação.

E antes de encerramos a presente reunião, agradeço mais uma vez a presença muito honrosa para todos nós de S. Exª o Ministro de Estado das Comunicações, Dr. Paulo Bernardo, entre nós, numa manhã que foi extremamente proveitosa pela qualidade dos debates que aqui se realizaram.

Convoco as Srªs e os Srs. para a nossa próxima reunião a ser realizada no dia 9 de outubro, quarta-feira, às 7h30, neste plenário.

Trata-se de audiência pública sobre o gerenciamento das telecomunicações, dando continuidade à Agenda 2013/2014 – Investimento e gestão: desatando nó logístico do país.

A mencionada audiência pública contará com os seguintes convidados: Sr. João Batista de Rezende, Presidente da Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações); Srª Flávia Lefèvre Guimarães, Consultora Jurídica da Associação Brasileira de Consumidores (Proteste); Sr. Igor Vilas Boas de Freitas, Consultor Legislativo do Senado Federal.

Comunico que realizaremos a seguir a reunião de instalação e eleição do Presidente para a Subcomissão Permanente sobre Obras de Preparação para a Seca (CIPOSECA).

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Sr. Presidente, antes de o senhor encerrar...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Antes de encerrar, com a palavra S. Exª o Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Dando sequência a esse debate que V. Exª tem mantido aqui sobre a questão do nó logístico, conversei com V. Exª sobre a oportunidade... Recebi até uma documentação sobre o DNIT, e estou já reafirmando aqui no plenário da Comissão aquilo que já havia dito a V. Exª pessoalmente, que é a questão da vinda do Ministro dos Transportes. Ontem foi anunciado o adiamento dos leilões envolvendo as BRs, nós temos problemas com diversas concessões. E aqui há um conjunto, eu diria, de atrito em relação à questão do DNIT, reclamações com a ANTT.

Então, a avaliação que julgo ser mais correta é chamarmos o Ministro e com ele fazermos esse debate.

Então, sugiro a V. Exª, se possível, na semana do dia 15 ou na semana de 22, tentarmos trazer o Ministro César Borges, para, de uma vez por todas, discutirmos essa questão, porque isso está se tornando um problema seriíssimo no Brasil. Em algumas estradas

tivemos problemas de licitação deserta e em outras, já havia anúncios inclusive de que teríamos subsídio para a questão dos pedágios; ou até a questão da consagração de PPPs em alguns casos.

Então, é um tema que tem gerado problemas em diversos locais, tivemos manifestações no Espírito Santo, onde colocaram fogo nas cabines de pedágio, houve problema na 101, na 116, problema na Bahia, crucial, com a concessionária; em Santa Catarina.

Portanto, acho que era importante a gente colocar o dedo nessa ferida e tentar ver como a gente contribui com um encaminhamento.

O meu espírito é mais nesse sentido, é trazer aqui para a gente debater e ver onde nós, do Senado, podemos entrar nessa história para contribuir e solucionar um dos gravíssimos problemas hoje que envolvem essa área de logística, infraestrutura no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – V. Exª tem toda razão, Senador Walter Pinheiro. Inclusive tem sido motivo frequente de conversas mantidas com V. Exª nas últimas duas semanas.

Os entendimentos mantidos com S. Exª o ex-Senador e Ministro César Borges apontam para o próximo dia 16, uma quarta-feira, a audiência pública em que ele aqui estará presente para debatermos esse ponto fundamental na infraestrutura do País, que é a infraestrutura viária.

Hoje, inclusive, solicitei que chegasse às mãos de V. Exªs, para conhecimento de todos, o andamento das diversas obras a cargo do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), com a situação em que se encontra cada uma dessas obras. E eu peço às Srªs e aos Srs. Senadores, caso encontrem alguma informação que não corresponda àquilo que V. Exªs estejam presenciando nos seus Estados, no caso de obras que estejam sendo realizadas nos seus Estados de origem, que, por favor, nos comuniquem para que possamos aperfeiçoar e melhorar esse trabalho de informação que o DNIT presta aos integrantes da Comissão de Serviços de Infraestrutura.

S. Exª o Ministro dos Transportes César Borges estará, dias 03 e 04, também a convite da Comissão de Serviços de Infraestrutura, participando de uma audiência pública no Estado de Rondônia, onde ele irá assinar duas ordens de serviço para rodovias naquele Estado e também em relação ao Aeroporto de Guajará-Mirim, quando será apresentado o projeto de ampliação e recuperação daquele aeródromo.

Portanto, fica para o dia 16 a data da audiência pública a ser realizada no âmbito desta Comissão, com a presença do Sr. Ministro César Borges.

Dito isso e, mais uma vez, agradecendo a presença e participação de todos, muito especialmente a de S. Exª o Ministro Paulo Bernardo, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 7 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 25 minutos.)

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

ATA DA 45ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE OUTUBRO DE 2013, QUARTA-FEIRA, ÀS 07 HORAS E 30 MINUTOS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13

Às sete horas e trinta minutos do dia nove de outubro de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Fernando Collor**, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura. Presente os Senhores Senador **Water Pinheiro, Inácio Arruda, Clésio Andrade, Valdir Raupp, Sérgio Petecão, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro, Wilder Morais, Blairo Maggi, Alfredo Nascimento, Vanessa Grazziotin, Sérgio Souza** e **Osvaldo Sobrinho**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e aprova a ata da 44ª reunião, que é dada como lida e aprovada. São lidos os Comunicados da Presidência e requerimento do Senador **Fernando Collor**. Tem início a apreciação da Pauta: Audiência Pública, em atendimento ao **Requerimento nº 01, de 2013 – CI**, de autoria do Senador **Fernando Collor**, aprovado em 27 de fevereiro de 2013, que, "*nos termos do art. 58, §2º, incisos II e V da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, requer sejam realizados, por esta Comissão de Serviços de Infraestrutura, ciclos de audiências públicas dentro de uma Agenda específica de debates ao longo do biênio 2013/2014, com renomados especialistas que apresentem depoimentos, análises e informações acerca de propostas setoriais para a infraestrutura, especialmente no que tange à modernização e expansão dos serviços, ao aumento da competitividade, à avaliação da capacidade de crescimento da economia e do bem-estar da população, e ao investimento e gestão como chaves para desatar o nó logístico do país*". O Presidente convida a compor a Mesa e a fazer suas exposições o Doutor **João Batista de Rezende**, Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL; a Doutora **Flávia Lefèvre Grimarães**, Advogada da PROTESTE – Associação de Consumidores; e o Senhor **Igor Vilas Boas de Freitas**,

Consultor Legislativo do Senado Federal. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores **Walter Pinheiro**, **Valdir Raupp**, **Blairo Maggi**, **Sérgio Petecão** e **Wilder Morais**. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às dez horas e trinta e três minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no *Diário do Senado Federal.* – Senador **Fernando Collor,** Presidente da Comissão.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Declaro aberta a 45ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, eu proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 44ª Reunião.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Leitura de requerimento de autoria do Senador Fernando Collor.

REQUERIMENTO N° 51, DE 2013

Nos termos do art. 58, §2º, incisos II, III, V e VI, da Constituição Federal, combinados com o art. 90, incisos II, III, V, VI e IX, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidada para participar de audiência pública nesta Comissão a Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República Srª Gleisi Hoffmann, com o objetivo de discorrer e debater as questões referentes aos processos de contratação e concessão de obras rodoviárias, ferroviárias, portuárias e aeroportuárias.

Segue a justificação.

O requerimento será colocado à deliberação das Srªs e dos Srs. Senadores na próxima reunião, que se dará em seguida a esta de hoje.

Teremos duas reuniões hoje da Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Comunicados.

Em atendimento ao Requerimento nº 42 da Comissão de Serviços de Infraestrutura, aprovado em 21/06/13, de autoria do Senador Valdir Raupp, a Presidência confirma que foi realizada, entre os dias 3 e 4 de outubro, visita dos membros desta Comissão de Serviços de Infraestrutura ao Estado de Rondônia para tratar da logística de transportes do Estado.

Participaram dos eventos os Senadores Valdir Raupp, Acir Gurgacz e Ivo Cassol, e os Deputados Federais Marinha Raupp e Washington Reis. Além dos Parlamentares,estiveram presentes o Sr. Bernardo Figueiredo, Presidente da Empresa de Planejamento e Logística (EPL); o Sr. Josias Sampaio Cavalcanti, Presidente da Empresa de Engenharia, Construções e Ferrovias (Valec); o Sr. Tarcísio Gomes de Freitas, Diretor Executivo do DNIT; e o Sr. Luiz Montenegro, Diretor Executivo da Secretaria Nacional dos Portos, bem como diversas autoridades regionais.

Na quinta-feira, dia 3 de outubro, os Senadores acompanharam a assinatura da ordem de serviço das obras de restauração da BR-425, trecho 1, na cidade de Nova Mamoré, bem como a assinatura da ordem de serviço das obras de restauração da BR-425, trecho 2, e a apresentação do Plano Nacional de Logística para o aeroporto de Guajará-Mirim e do projeto da Ponte Binacional Brasil/Bolívia.

Na sexta-feira, 4 de outubro, participaram, na cidade de Porto Velho, do seminário sobre logística de transportes no Estado de Rondônia, integrando o desenvolvimento da Região Norte.

Segundo comunicado.

Relato do 5º Painel do 4º Ciclo de Audiências.

Em continuidade ao ciclo de audiências públicas denominado “Investimento e Gestão: desatando o nó logístico do País”, esta Comissão de Serviços de Infraestrutura realizou, na segunda-feira, dia 30 de setembro, o 5º painel do tema “Aviação Civil – Gerenciamento, Modernização, Ampliação e Principais Óbices”, com a participação do Sr. Victor Celestino, Diretor de Relações Institucionais da Azul Linhas Aéreas; do Sr. Wagner William de Souza Moraes, Superintendente de Segurança Operacional da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac); do Tenente-Coronel Aviador Henrique Rubens Balta de Oliveira, Chefe da Seção de Gerenciamento do Risco Aviário do Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aéreos (Cenipa); e do Sr. Mário Rodrigues, Assessor Especial da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República.

O Sr. Wagner Moraes afirmou que a segurança operacional da aviação é um conjunto de elementos constituído por aeronaves, pessoas, infraestrutura aeroportuária, sistema de controle do espaço aéreo e sistema de investigação de acidentes, baseado no cumprimento de requisitos e na capacitação das pessoas.

O processo consiste basicamente na identificação das condições de segurança dos vários elementos e na identificação do nível de risco e sua aceitabilidade. Se o risco é aceitável, segundo ele, a operação prossegue; se o risco só é aceitável com mitigação, a

operação só prossegue depois de implementadas as condições mitigadoras; e, se o risco é inaceitável, a operação é interrompida.

O não cumprimento dos requisitos de infraestrutura, segundo o palestrante, acarreta restrições operacionais pela Anac, mas é esperado que o operador avalie o risco das suas operações, permitindo que ela prossiga apenas quando o risco for aceitável e as mitigações estiverem efetivas, concluiu o Sr. Wagner.

O segundo palestrante, Sr. Victor Celestino, destacou que a empresa Azul, embora detenha apenas 17% do mercado doméstico de aviação regular, realiza 30% das decolagens, com 230 rotas e 837 voos diários, operando principalmente a partir dos aeroportos de Viracopos e Confins, servindo a 102 destinos, enquanto as concorrentes não chegam à metade disso.

A empresa opera com aeronaves menores, mais adequadas à operação nos aeroportos regionais, o que aumenta o custo por assento, mas, mesmo assim, afirmou o palestrante, a passagem adquirida com mais de 20 dias de antecedência é mais barata que uma passagem rodoviária, além de oferecer maior conforto e ganho de tempo ao passageiro.

Segundo ele, a gestão privada de alguns aeroportos, a exemplo de Viracopos, no curto prazo, contribuirá para melhorar a infraestrutura aeroportuária e a qualidade dos serviços, e o Plano de Investimento em Logística (PIL) cria uma expectativa otimista. Mas, tanto os aeroportos já operados pela empresa, como os 61 indicados como de interesse pelo potencial econômico, exigem investimentos, principalmente quanto à navegação aérea, com destaque para o problema das informações meteorológicas na Amazônia, acrescentou ele.

O palestrante explicou que o desenvolvimento da aviação regional se assenta em três pilares: investimento em aeroportos, isenção de tarifas e subsídios para viabilizar a operação. Nesse sentido, questionou as providências da Secretaria de Aviação Civil para a elaboração de projeto de lei criando e regulando tais isenções e subsídios.

Discorrendo sobre o risco de fauna em aeródromos regionais, o Tenente-Coronel Henrique informou que, embora no Brasil só tenham sido oficialmente registradas três vítimas fatais em decorrência de colisão com fauna, mundialmente este é o segundo principal fator causal de vítimas, com pelo menos 441 mortes já registradas.

O problema é mais acentuado no âmbito da aviação regional, disse ele, porque os aeródromos comumente estão mais próximos dos núcleos populacionais, há maior dificuldade de controle e as aeronaves menores são menos resistentes à colisão.

Quase 90% das colisões ocorrem na Área de Segurança Aeroportuária, definida na Lei 12.725, de 2012, como um círculo com raio de 20km a partir do centro geométrico da pista principal, explicou o palestrante. O controle de risco abrange, nos limites da Área de Segurança Aeroportuária, a redução da população e a limitação de atrativos (alimento, água e abrigo), além do cercamento do aeródromo para evitar animais terrestres e pessoas não autorizadas.

Encerrando as apresentações, o Sr. Mário Rodrigues afirmou que a expansão da malha aérea vai gerar integração do território, desenvolvimento de polos regionais, fortalecimento do turismo e garantia de acesso às comunidades da Amazônia.

Serão investidos R$7,3 bilhões para a adequação de 270 aeroportos, dos quais 67 no Norte, 64 no Nordeste, 31 no Centro-Oeste, 65 no Sudeste e 43 no Sul. Desses, atualmente, apenas 90 (33%) operam voos regulares e 59 (22%) possuem outorga, enquanto 66 não contam com terminal de passageiros, complementou o palestrante.

Segundo o Sr. Rodrigues, a demanda de passageiros nos aeroportos regionais, que em 2012 foi de 15,8 milhões, crescerá a uma taxa de 9% ao ano, atingindo 65,5 milhões em 2025 e 113 milhões em 2035, enquanto a demanda total (que inclui as capitais) crescerá a uma taxa de 5,2% ao ano, chegando a 614 milhões de passageiros em 2035.

Encerrou o Sr. Mário Rodrigues.

Eu solicito à Secretaria da Comissão que faça a publicação integral do relatório desta audiência pública, cujos tópicos principais acabo de ler.

Relato do 1º Painel do 5º Ciclo de Audiências.

Dentro do ciclo de audiências públicas denominado "Investimento e Gestão: desatando o nó logístico do país" – este é um outro comunicado –, a Comissão de Serviços de Infraestrutura realizou, na quarta-feira, dia 2 de outubro, o primeiro painel do tema "Telecomunicações – Governança, Desafios Operacionais, Segurança e Visão de Futuro", com a participação do Exmo Sr. Ministro de Estado das Comunicações, Paulo Bernardo Silva.

O Ministro afirmou que o problema crucial na área de telecomunicações do Brasil é a questão da infraestrutura. Nós precisamos investir muito em infraestrutura, pois, em determinadas regiões, a exemplo das áreas centrais de Brasília, São Paulo, Rio, Curitiba e Belo Horizonte, temos grandes ofertas de infraestrutura com competição e condições de concorrência, preço, etc. Só que, se nós formos à periferia das grandes regiões metropolitanas, já há uma deficiência, uma desigualdade que se mostra exacerbada em termos regionais.

A receita bruta do setor de telecomunicações cresceu 249% em 12 anos e, no ano passado, ultrapassou os R$200 bilhões. É um setor que tem aproximadamente 500 mil empregados e, depois de praticamente uma década com investimentos chegando perto de R$20 bilhões anuais, desde 2011 apresenta crescimento da ordem de 10% ao ano.

Pesquisa internacional, de 2011, mostra que o Brasil estava em 5º lugar entre os maiores mercados *on-line* e com a 7ª audiência em internet. O tráfego mundial de dados cresce na casa dos 20% ao ano e, em 2013, vai atingir quase 60 hexabites (bilhão de gigabites). No Brasil vai chegar perto de um bilhão e com previsão, até 2016, de crescer em torno de 50% ao ano, o que significa um tráfego total de dados de 3,5 hexabites no Brasil em 2016.

A pesquisa PNAD de 2012, recém-divulgada, mostra que, no Brasil, 97% dos domicílios têm televisão, 91% têm telefone e 81% têm rádio. Enquanto em 2003, mais de 20% possuíam apenas telefone fixo e pouco mais de 10% dispunham só de telefone celular, agora 51% dos domicílios têm apenas telefone celular e apenas 3% dos domicílios só têm telefone fixo. Isso mostra uma tendência difícil de reverter.

Para o ano que vem, continua o Ministro, temos a previsão de começar a implantar a internet e a telefonia na área rural. A obrigação que as empresas têm é colocar internet e telefonia fixa, mas com tecnologia de rádio frequência, sem fiação, sem cabo. Já temos, porém, movimentos das empresas que, mesmo nos pequenos distritos, no interior, com algumas adaptações, vão fazer oferta de telefonia móvel, o que, por conta dessa interiorização, vai aumentar muito a cobertura.

Na banda larga, o número de acessos que, em 2010, foi de 34 milhões, em julho deste ano chegou a 110 milhões, isto é, triplicou em dois anos e meio. Esse crescimento foi muito fortemente concentrado na telefonia móvel, na internet móvel. Apenas no ano de 2011, o número de conexões saltou de 19 para 41 milhões – só no ano de 2011 –, ou seja, mais do que duplicou o número de conexões de telefone móvel.

A internet móvel passa a ser cada vez mais o grande veículo para a conexão das pessoas. O serviço tem atingido uma cobertura muito grande e tem sido, também, barateado – hoje se encontram conexões até por R$10 ao mês –, disse o Sr. Ministro. Esse crescimento levou a um congestionamento do sistema que deixa a qualidade deficiente, causando muitas reclamações.

Achamos que a banda larga deve ser considerada uma infraestrutura básica, é a estrada do século XXI. Com ela, abrimos novos horizontes de desenvolvimento econômico, diminuímos a importância da distância geográfica, favorecemos a desconcentração das oportunidades e podemos reduzir as desigualdades regionais, disse ele. Por conta disso, precisamos investir muito fortemente na infraestrutura.

Assim, com o Plano Nacional de Banda Larga (PNBL), fundado no tripé "cobertura, velocidade e preço", o Governo busca atingir objetivos tais como: redução da desigualdade social e regional, geração de emprego, renda, qualificação dos serviços de governo, competitividade e inserção brasileira no cenário internacional.

A nova Lei da TV por Assinatura, aprovada em 2011, abriu o mercado para as empresas telefônicas e tirou as restrições a empresas de capital estrangeiro, induzindo um crescimento expressivo que, se continuar, atingindo, em julho deste ano, mais de 17 milhões de assinantes, será um fato, realmente, extremamente importante. Elas são obrigadas a incluir a TV aberta e muitas pessoas, em regiões que não têm boas antenas, assinam para ter acesso também à TV aberta, além de, normalmente, vir associada com internet de alta velocidade.

Entre as medidas tomadas pelo Governo na área fiscal, o Ministro citou a desoneração dos *tablets* e dos *smartphones*, destacando que, no primeiro trimestre em que vigorou a última desoneração, a venda de *smartphones* foi maior do que a venda de celular convencional. Estabelecemos uma regulamentação para debêntures, para as empresas captarem recursos para projetos de infraestrutura em telecomunicação e também um regime tributário especial do plano nacional de banda larga, que consistiu em tirar impostos federais – PIS, Cofins e IPI – dos equipamentos, fibras e mesmo da parte de construção civil.

Na área de infraestrutura, segundo ele, estamos avançando na rede nacional da Telebrás. Conectamos as seis regiões metropolitanas onde aconteceu a Copa das Confederações e estamos trabalhando para conectar as outras seis para a Copa do Mundo. Temos uma rede de altíssima performance, com grande capacidade e tempo de latência de aproximadamente 10 milissegundos, instalada nessas regiões metropolitanas. Ele disse que crê que não usamos nem um terço da capacidade disponível para fazer as transmissões.

Além disso, continuou o Sr. Ministro, estamos fazendo um investimento importante para conectar todos os Estados da Região Norte. Com os países da América do Sul, estamos fazendo contatos para fazer um anel óptico, informou. No Acre, já temos tratativas para fazer uma conexão com o Peru, com um Município que fica na fronteira com Assis Brasil. Já fizemos conexão com o Uruguai, onde estamos negociando outra, e já temos duas conexões com a Argentina. No Paraguai, estamos terminando de construir a linha de

transmissão de energia até Assunção, com linha de fibra óptica associada a ela, que vai atender também esta finalidade.

Estamos acabando a contratação para construir um satélite brasileiro, que vai atender as comunicações estratégicas, basicamente da defesa, e vai ter aproximadamente 70% da sua capacidade voltada para a banda larga, com previsão de lançamento em 2016, afirmou ele.

Na área regulatória, o Ministro destacou o regulamento da qualidade da banda larga, já em vigor, e a Lei Geral de Antenas, aprovada no Senado e em discussão na Câmara dos Deputados. Por conta do plano diretor e de problemas ambientais e paisagísticos, as cidades tendem a dificultar a colocação de antenas. Cerca de 250 grandes Municípios brasileiros têm legislação própria e, em alguns, como Porto Alegre, Campinas e São Paulo, é praticamente impossível colocar antenas, disse ele.

Segundo ainda o Ministro, é preciso incentivar o compartilhamento da infraestrutura entre os diversos atores. Nesse sentido, mencionou a necessidade de um regulamento para a implantação e uso de postes, ora em elaboração na Aneel e Anatel, visando ao melhor uso e à minimização dos impactos visuais e ambientais.

O impacto da tributação sobre o custo dos serviços de telecomunicações é exagerado, especialmente do ICMS, que pode chegar a 44% do valor da conta, afirmou o Ministro. Segundo ele, não se pode impingir redução drástica da arrecadação dos Estados sem oferecer substituto, mas o valor arrecadado com banda larga fixa não é significativo. Redução significativa do ICMS na banda larga incentivaria a expansão da rede de fibra ótica, infraestrutura convergente que serve também à telefonia e TV por assinatura, com potencial para atender 95% dos domicílios. Assim, o aumento do uso acabaria aumentando a arrecadação, com ganhos para a saúde, educação e desenvolvimento econômico, concluiu o Ministro.

Respondendo a questionamentos, o Ministro afirmou que os números do setor indicam o sucesso da privatização, mas que o gargalo é a qualidade dos serviços, cuja melhoria depende da oferta de infraestrutura e de desonerações e incentivos. Sobre as anunciadas fusões entre operadoras de telefonia, entende o palestrante que as mudanças acionárias ainda não estão claramente definidas, mas poderá ser necessária a avaliação dos possíveis reflexos sobre o grau de competição do mercado pelo Cade, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica.

Segundo o Ministro, embora com velocidade ainda insuficiente, 93% das escolas públicas urbanas já estão conectadas à internet, e que a conexão das 80 mil escolas rurais está imposta na licitação da rede 4G e deverá ser implementada nos anos de 2014 e 2015, com exigência mínima de 100 *megabits*.

Quanto à licitação da faixa de 700 mega-hertz, o palestrante afirmou que está sendo planejado o reposicionamento dos canais e que, até dezembro, será lançado o edital para consulta, com previsão de leilão em abril de 2014. O foco principal é a infraestrutura, disse ele. Arrecadar e depois construir é mais difícil e demorado. Assim, pretendemos colocar construção de rede de fibra ótica de longa distância para chegar a todos os Municípios, inclusive com cobertura ao longo das estradas, concluiu o Ministro.

Instado a se pronunciar sobre a questão da espionagem norte-americana, o Ministro observou que o diálogo com o governo americano não foi tão frutífero quanto o esperado. Nossa expectativa era de que houvesse o mínimo de sinalização de um reconhecimento de quão indevida e improcedente é esse tipo de atividade, uma sinalização de que isso seria modificado. E isso não ocorreu, segundo ele. É uma intromissão absurda, porque o Brasil não tem grupos terroristas, não temos nenhum tipo de conspiração desse tipo e, portanto, não vemos nenhuma justificativa para haver monitoramento, espionagem ao Governo brasileiro. Nossa convicção é de que há espionagem comercial e espionagem industrial. O Brasil não espiona, mas a Europa toda espiona. Por isso, a notícia foi melhor absorvida lá, explicou o Ministro.

As democracias preservam as comunicações entre as pessoas. Faz mais de 200 anos que nós conquistamos isso, lembrou o palestrante. Abrir *e-mail*, abrir comunicação pessoal é crime em qualquer democracia. Os americanos se valem de um subtefúrgio, uma lei que permite que sejam monitoradas comunicações de estrangeiros, ou seja, a democracia está supostamente preservada internamente, mas eles podem violar a correspondência de estrangeiros, até de chefes de Estado, o que é uma grave violação dos direitos humanos e uma grave violação das liberdades civis, asseverou o Ministro.

A Presidenta da República defendeu, na ONU, que haja uma espécie de marco civil internacional, uma governança internacional. Esse tema não vai ser resolvido em um país apenas. Vamos precisar, segundo o Ministro, ter um conjunto de tratados ou alguma organização que trate disso. Mas podemos dizer que faremos as nossas tarefas aqui. Votaremos a lei do marco civil, a questão da lei de proteção aos dados individuais que está vindo para o Congresso e que também irá ajudar.

Finalizou o Sr. Ministro dizendo que crê que fazer uma lei que nos proteja melhor e obrigar a armazenar dados aqui é extremamente relevante.

Próximo comunicado: panorama econômico internacional. Crise orçamentária norte-americana.

Os Estados Unidos estão vivendo, desde o começo do mês de outubro, crise orçamentária que pode, se não resolvida em breve, ter consequências negativas tanto para sua economia quanto para a economia global.

O Governo americano já foi obrigado a paralisar parte de suas atividades, por enquanto de caráter não essencial, por falta de meios financeiros. Funcionários públicos foram licenciados sem pagamento no chamado *shutdown* – paralisia parcial da administração pública.

A atual situação deve-se à radicalização partidária no âmbito da convivência entre o domínio democrata da Casa Branca e do Senado e o controle dos republicanos na Câmara de Deputados. Acresce que é grande a influência de parcelas radicais, como o movimento Tea Party no Partido Republicano. Os republicanos, que favorecem menos gastos públicos, recusam-se a aprovar o orçamento e têm permitido apenas medidas emergenciais que autorizam gastos públicos. Como são contra a legislação de reforma da assistência médica, o Patient Protection and Affordable Care Act, também conhecido como Obamacare, os republicanos defendem sua suspensão e a diminuição de verbas previstas. O Presidente Obama tenta não ceder nesse programa, que é marco importante de seu governo. Verifica-se, portanto, confrontação e impasse, com os republicanos condicionando a aprovação do orçamento ao atendimento de suas reivindicações em relação à assistência médica pública nos Estados Unidos.

Deve-se registrar que, como pano de fundo desse quadro, há uma divergência de caráter doutrinário mais profundo. Os republicanos defendem menor participação do Estado na economia e na vida social. Consideram nociva a interferência do governo na vida dos cidadãos, que devem ter ampla oportunidade de iniciativa e direito a fazer suas escolhas com liberdade. De sua parte, os democratas buscam um Estado mais atuante e mais regulamentação na economia e na vida social. São essas posições que, no fundo, levaram ao atual *deadlock*, que só será resolvido com intensas negociações. O Presidente Obama, que cumpre seu segundo mandato e não concorrerá às próximas eleições, tem tentado, com bastante êxito, jogar a culpa do impasse nos republicanos, que poderão ceder, pois temem prejuízo eleitoral futuro.

Além do aspecto puramente orçamentário, há o perigo de que, em princípio em meados do corrente mês de outubro, o governo dos Estados Unidos se encontre sem recursos para cumprir seus compromissos. Ou seja, o governo da maior economia mundial deixaria de fazer pagamentos a seus credores, ao atingir o limite legal para seu endividamento. A paralisação administrativa parcial já causa inúmeros problemas e se durar período de aproximadamente dois meses terá efeito recessivo. No entanto, um *default* americano seria catastrófico, tanto do ponto de vista interno quanto externo. A Diretora Gerente do FMI Christine Lagarde advertiu que o problema do teto da dívida pública dos Estados Unidos pode levar a cenário pior do que a crise de 2008.

Em outra vertente, a delegação norte-americana que viajaria para Bruxelas para as negociações de acordo de livre comércio com a União Europeia foi drasticamente reduzida, e o Presidente Obama suspendeu sua viagem à Ásia, que incluiria a Indonésia, as Filipinas, a Malásia e o Brunei. O Chefe de Estado dos Estados Unidos da América participaria também da reunião de cúpula da Apec (Associação de Cooperação da Ásia-Pacífico). Na ausência de Obama, o comparecimento do Presidente Chinês Xi Jinping dará visibilidade à ofensiva chinesa na região. Por outro lado, provoca mais fissuras na credibilidade do compromisso americano de dar prioridade à Ásia. Recorde-se que na reunião da Apec de dois anos atrás, Obama anunciou o direcionamento do poder naval americano para o Pacífico.

As indecisões americanas quanto a uma intervenção na Síria já haviam prejudicado sua credibilidade junto a seus parceiros asiáticos. Ademais, altos funcionários governamentais em Pequim alertaram os Estados Unidos no sentido de que devem garantir os vultosos investimentos de reservas chinesas em títulos do Governo americano. A China, como aqui já foi dito em várias ocasiões, seria detentora de mais de US$1 trilhão em *treasures*, em títulos americanos da dívida americana. Também as autoridades financeiras japonesas pediram que o impasse da dívida seja resolvido sem demora.

No que diz respeito ao Brasil, a crise orçamentária americana encontra o País em situação pouco confortável. A conjuntura das contas externas deteriora-se, assim com a sua recente imagem externa de economia dinâmica. No entanto, se essa piora nos afeta, tanto mais grave é a precariedade em que ainda se encontra a infraestrutura brasileira, já que é um dos principais fatores que prejudicam o nosso desenvolvimento.

Panorama da infraestrutura do nosso País na palavra de especialistas.

A comemoração dos 60 anos de criação da Petrobras, no último dia 3, e o concomitante anúncio do rebaixamento da nota da dívida da estatal pela agência de classificação de risco Moody's suscitaram inúmeras

manifestações de especialistas acerca da empresa. O economista Edmar Bacha atribui o reduzido número de investidores interessados no leilão do pré-sal ao regime de partilha, que, para ele, apresenta incertezas. Ele acredita também que a preocupação quanto à escassez do petróleo arrefeceu com a descoberta de reservas de petróleo em novos locais, além do surgimento do gás de folhelho, o *shale gas* como alternativa.

Por sua vez, o ex-Ministro e economista Delfim Netto avalia que até mesmo a Petrobras vai se arrepender da nova estatal criada para administrar a exploração do pré-sal. No que diz respeito à falta de interesse da gigantes do petróleo no leilão do pré-sal, o ex-Ministro afirmou que o Governo queria parceiros estatais nessa empreitada. Para ele, as regras estabelecidas para o leilão produziram esse resultado. Ele se referiu à participação das três companhias estatais chinesas entre outras que se habilitaram para o leilão.

Para o ex-Ministro Delfim, se o Governo quisesse que empresas privadas participassem do leilão, teria construído as condições para tanto. Na sua opinião, a Pré-Sal S.A. é um dos motivos para afastar as empresas privadas. Ele criticou o poder dado à Petrobras na Pré-Sal S.A., pois a estatal não vai pôr um tostão no capital e tem direito de veto, o que, no seu entender, afastou os gigantes privados do setor. Preocupados com a elevação do endividamento da Petrobras, fruto de uma geração insuficiente de caixa, devido à defasagem no preço dos combustíveis, especialistas acreditam que a estatal terá de aumentar a geração de caixa ou adiar os seus projetos, pois o grande desafio da Petrobras agora é conseguir executar esses projetos que exigem investimentos da ordem de US$236,7 bilhões até 2017.

O analista Pedro Gaudi, da SLW Corretora, diz que a Petrobras está sendo estrangulada pelo Governo, que segura os preços por causa da inflação. Só um reajuste de preços dos combustíveis, como gasolina e diesel, pode melhorar o caixa e evitar que a estatal não perca o grau de investimento. Isso tem que ser feito. Segundo ele, em junho do ano passado, a relação da dívida líquida com o patrimônio líquido era de 39,3%. Em dezembro do mesmo ano, passou a 42,7% e agora em junho chegou a 51,8%.

Segundo o Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), cálculos feitos com base nos dados do último dia 30 de setembro indicam que a defasagem do preço da gasolina vendida no País é de 13,4% em relação aos preços internacionais, e a do óleo *diesel* está em torno de 19,9%. De janeiro a agosto deste ano, a Petrobras acumulou perda de receita de R$3,4 bilhões, referente à diferença entre os gastos com as importações de gasolina e *diesel* e o valor de venda no mercado interno. A empresa encerrou o primeiro semestre com uma dívida total de R$249 bilhões – um aumento de 27% em comparação aos R$196,3 bilhões em igual período do ano passado.Contudo, a Srª Presidente da Petrobras, Graça Foster, está otimista e espera reforçar o caixa da empresa com o aumento da produção: Diz ela:

> *Tenho a convicção de que alcançaremos as metas traçadas compartilhando, com os nossos investidores (grandes e pequenos), o retorno esperado para seus investimentos e um futuro promissor para a Petrobras, seus funcionários, clientes, fornecedores e toda a sociedade brasileira.*

Gostaria também, continuando ainda com os comunicados, de trazer ao conhecimento das Srªs e dos Srs. Senadores um recente artigo, publicado no último dia 25 de setembro deste ano, do ex-Ministro Delfim Netto, há pouco referido, a respeito dos problemas das concessões públicas, tema esse que será objeto de nossas próximas audiências públicas, com a presença do Ministro dos Transportes, César Borges, no dia 16, próxima quarta-feira, e da Srª Ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, no dia 23 de outubro.

Diz o ex-Ministro e ex-Deputado Delfim Netto sobre concessões que os eventos da última semana [ou seja, segunda quinzena de setembro] deixaram algumas lições amargas. A primeira confirmou os inconvenientes do sistema financeiro internacional.

Ficou claro que nenhum país emergente nele inserido pode ter, de fato, uma política monetária independente. A do Brasil depende mais do comportamento de Bernanke (Presidente do FED, o Banco Central americano) do que de Tombini [Presidente do nosso Banco Central], a quem resta apenas reagir em legítima defesa.

A situação é ainda mais paradoxal. O desembarque forçado de Larry Summers, que o Presidente Obama pretendia nomear *chairman* do FED, alterou as perspectivas da futura política monetária. Será que Summers era um dos tais fatores fundamentais aos quais se apegam alguns economistas? [Pergunta ele e responde ele próprio] Provavelmente não. Mas, mesmo assim, ajudou a dar um refresco à nossa taxa de câmbio...

A segunda lição [continua o ex-Deputado e ex-Ministro Delfim Netto] é que o sucesso do Governo Dilma, que eu desejo, e a retomada robusta de nosso desenvolvimento, que todos desejamos, dependem do resultado do processo licitatório das obras de infraestrutura, cujo tempo esgotou-se nos resultados medíocres obtidos até aqui. É necessária uma mudança ur-

gente na sua própria "filosofia". É preciso reconhecer o seguinte sobre as propostas de concessão, diz ele:

> 1º) devem permanecer de pé por sua rentabilidade intrínseca, apurada com o uso de parâmetros consensuais e não pelo que ele chama de manipulação de dados;
> 2º) devem procurar a necessária tarifa mínima em leilões eficientes, que definam claramente a qualidade do serviço;
> 3º) quando não forem satisfatórias, um subsídio explícito deve ser consignado no Orçamento. O subsídio não deve ser escondido em crédito governamental a taxas de juros subsidiadas que criam incertezas jurídicas;
> 4º) não podem ter dois terços do seu financiamento com aumento da dívida pública transferida para bancos oficiais.

Dívida pública não é recurso novo, é apenas recurso velho de consumo ou investimento do setor privado. A dívida é um instrumento legítimo das finanças públicas quando os investimentos que elas financiam têm, por suas externalidades, taxa de retorno social maior do que a privada. Mas ela encontra limite nos seus custos crescentes que pressionam a taxa de juros na solvabilidade fiscal de longo prazo e na necessidade de preservar um espaço para uma eventual política fiscal anticíclica.

É tempo de terminar com o experimentalismo, continua o ex-Deputado e ex-Ministro Delfim Netto. Leilões competentes, apoiados em editais transparentes que exijam minuciosos "planos de negócio" são a solução. O mercado é o único instrumento que o homem descobriu até agora para fazer a melhor escolha possível dos concessionários. Depois, o Governo poderá negociar as mil formas de subsídios que imaginar (todas explicitadas no Orçamento) para conseguir a "modicidade" tarifária que deseja, encerra o Sr. Delfim Netto.

Dou início a pauta do dia hoje novamente avisando a todos aos que nos estão assistindo e ouvindo pela TV e Rádio Senado que poderão participar da nossa audiência pública, que iniciaremos em minutos, mandando as suas sugestões, as suas considerações, as suas perguntas, enriquecendo, portanto, o nosso debate, por intermédio do Alô Senado, telefone gratuito, as chamadas 0800-612211, ou enviar a sua contribuição pela internet no endereço www.senado.gov.br/AloSenado, ou ainda nos perfis do Alô Senado no Facebook, ou pelo Twitter@AloSenado. A participação de vocês é muito importante para o sucesso dessas nossas audiências públicas.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública sobre o tema "Gerenciamento das Telecomunicações", 2º Painel do V Ciclo Telecomunicações – Governança, Desafios Operacionais, Segurança e Visão de Futuro. Este ciclo de debates foi aberto na semana passada, com a palestra do Ministro de Estado das Comunicações, Dr. Paulo Bernardo, que acabo de relatar, parte integrante da Agenda 2013/2014 – Investimento e Gestão: Desatando o Nó Logístico do País.

Para debater o tema, foram convidados os seguintes especialistas, a quem aproveito e convido para que tomem assento à Mesa: Dr. João Batista de Rezende, Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel); Drª Flávia Lefèvre Guimarães, Advogada da Proteste – Associação Brasileira de Defesa do Consumidor; Sr. Igor Villas Boas de Freitas, Consultor Legislativo do Senado Federal.

Tenham os senhores as nossas melhores boas-vindas e recebam os nossos cumprimentos.

Então, dando início à nossa audiência pública de hoje, passo a palavra ao Sr. Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Dr. João Batista de Rezende.

O SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE – Primeiramente, bom dia ao Senador Collor, Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura, à Drª Flávia Lefrève, ao Dr. Igor Villas Boas, aos Senadores presentes, ao Senador Walter Pinheiro.

Vou iniciar o debate fazendo uma primeira abordagem em relação ao cenário que nós temos hoje no mercado de telecomunicações; depois, avançando um pouco, vamos ao debate sobre a perspectiva de renovação dos contratos de concessões que estão, no período de 2015, na renovação quinquenal, terceira renovação desde o processo de privatização, que culminou com o contrato de concessão até 2025, com revisões quinquenais.

Inicialmente, apresentando um panorama do setor, temos alguns dados que considero importantes até para pontuar o desenvolvimento dos serviços de telecom no Brasil, principalmente nos últimos 15 anos.

Se olharmos aquele gráfico, exatamente no ano em que a própria Agência Nacional de Telecomunicações foi fundada, em 1997, basicamente o grande produto criado no pós-privatização, naquele momento, era a telefonia fixa, que tinha 17 milhões de usuários; poucos usuários do serviço móvel pessoal, o celular, 4 milhões de usuários – o desenho daquele telefone ali é a figura que representa o que era o celular há 15 anos; 23 mil *pagers*, que inclusive, depois que surgiu o celular e a possibilidade de passar a mensagem, acabaram. Muitas empresas inclusive desapareceram desse mercado do *pager*, que eram muito usados por médicos naquele época; havia 2 milhões de TV por assinatura; e só havia internet discada.

Estou colocando isso porque é importante dizer que, nos últimos 15 anos, houve uma transformação radical no processo de prestação de serviço. Hoje, temos o consumidor buscando um serviço convergente, um serviço que abre possibilidades de explorar todas as tecnologias existentes.

Temos hoje 44 milhões de usuários do STFC. Na verdade, 270 milhões não são usuários do STFC; são *chips* vendidos. Isso é importante. Vou tratar lá na frente do problema de o número de *chips* ser maior do que o número da população: 270 milhões de usuários.

Ainda temos, Serviço Móvel Especializado, via rádio, 4 milhões de usuários.

O mercado de TV por assinatura, que ficou praticamente por dez anos restrito, ou seja, como um duopólio entre Sky e Net, hoje se ampliou. Graças, inclusive, ao próprio Congresso Nacional, que aprovou a Lei 12.485 e abriu o mercado de TV por assinatura, temos hoje perto de 17 milhões de usuários de TV por assinatura, o que dá ainda uma penetração muito inferior a dos países mais desenvolvidos. Estamos próximos de 30% dos domicílios com penetração de TV por assinatura. A Argentina, por exemplo, já tem 70% de penetração; em outros países a TV por assinatura, tanto por satélite como por cabo, é um número, em termos percentuais de domicílio, muito maior do que os existentes hoje.

Acreditamos que, no ano passado, cresceu em 3,4 milhões de novas adições, mas o ano de 2002 não está repetindo a *performance* de 2011 no crescimento da TV por assinatura. Eu acho que ela vai crescer este ano perto de 10% – de 10% a 12% –, e nós vamos atingir um ritmo de 5% ao ano. Nos próximos cinco, seis anos, podemos atingir aproximadamente 50%, 60% de penetração da TV por assinatura.

Hoje, nós temos, em serviço de banda larga móvel com 2G e 3G, 71 milhões de usuários, o que é um outro desafio importante porque, evidentemente, com a experiência do usuário em relação à telefonia móvel, em utilizar a internet de banda larga móvel, há um crescimento vertical, vamos dizer, do interesse do usuário em trabalhar com a banda larga no serviço móvel. E temos 21 milhões de clientes que utilizam a banda larga fixa, que é mais associada às redes de fibras óticas.

É importante dizer que esse serviço jamais será substituído por outro porque a internet de banda larga fixa é muito importante para os negócios corporativos, para as grandes empresas e para os clientes, pois a qualidade da banda larga fixa é melhor do que a da banda larga móvel, já que a banda larga móvel pressupõe mobilidade, pressupõe que você não consegue manter por muito tempo os níveis de qualidade observados na banda larga fixa.

Nós trouxemos também uma pesquisa importante do IBGE. Só para que se tenha uma ideia, o último PNAD, que é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, mostra que 91% dos domicílios brasileiros hoje têm telefone fixo ou celular. É uma penetração importante porque, hoje, diferentemente do que acontece com o serviço móvel celular, houve uma universalização da telefonia fixa. Toda localidade com mais de 300 habitantes tem telefone fixo individual, o que não acontece, evidentemente, no serviço móvel celular, porque precisaria ser feito com editais.

Hoje, existe telefone celular em todos os Municípios brasileiros, na sede dos Municípios brasileiros. Em cerca de 1.500, ainda não há 2G nem 3G. Nos próximos leilões da Anatel, pretendemos fazer a incorporação dessas regiões, dessas pequenas localidades que não têm serviço celular, que são os distritos. Quando a Anatel vai aos Estados e nas reuniões em que recebe Deputados e Senadores, a maior reivindicação é levar telefonia móvel para os distritos e pequenas localidades, algo em torno de 33 mil localidades. Isso, evidentemente, tem um custo, e temos que trabalhar em cima do edital, com as normas que a Agência tem.

Em relação a celulares, o número de telefones nos domicílios atingiu 88%, que é um número considerado razoável, porque o celular incorpora outras vantagens que o telefone fixo não oferece. Até porque o telefone fixo tem um desestimulador importante, que é a assinatura básica, que cria essa dificuldade. No processo de privatização, foi criado no contrato de concessão o valor da assinatura básica, e, em 2005, a Anatel criou o índice de serviços de telecom. De 2005 até agora, a assinatura básica, em relação ao IPCA, sofreu uma queda de 25% em termos reais. De 1997 a 2005, houve um crescimento, porque os contratos de telefonia fixa eram corrigidos pelo IGP-DI, o que dava uma diferença muito grande em relação aos demais indicadores de inflação.

Em relação a telefone fixo, podem ver ali que está caindo o número de domicílios com telefone fixo: de 48% para 39%. Existe aí uma pequena substituição da telefonia fixa pelo telefone móvel. É evidente que por uma série de facilidades. Domicílios que têm celular e fixo são 36%. Então, 36% dos Municípios têm aparelho celular e também têm fixo. Essa pesquisa é muito importante, porque vai dar um raio X do Brasil e a necessidade que temos de implantar essa infraestrutura .

Esse é o quadro da evolução do quantitativo de telefones por Município, é um dado que repete, basicamente. A única curva que desce é o telefone fixo. Vale dizer que a telefonia fixa é o único produto hoje que

nós temos no serviço público. Quando foi constituído o processo de privatização, ficou o telefone fixo como o único serviço em regime público, em que a Anatel define tarifas, já que o celular foi definido como um serviço privado de caráter coletivo.

Pode ir para a frente.

Aqui são os dados da evolução da telefonia fixa. Isso é um dado muito importante, até para a discussão da revisão dos contratos de concessões, em que, na telefonia fixa, no processo de privatização, foi discutida a questão das concessionárias e foram criadas algumas autorizadas. Hoje a grande autorizada que nós temos é a GVT, que foi uma das ditas espelhinhos do processo de privatização da telefonia fixa. Todo o crescimento hoje da telefonia fixa é baseado nas autorizadas, em regime privado, que não tem as mesmas contrapartidas que têm as concessionárias, de concessão da telefonia fixa. Pode-se ver que todo o crescimento ali está baseado nas autorizadas, não nas concessionárias de telefonia fixa. Então, é evidente que outras empresas também estão oferecendo soluções, principalmente com o *triple play* de serviços de telefonia fixa, como é o caso da Embratel, que tem esse produto. Então, o aumento que houve na telefonia fixa é por conta das autorizadas, não por conta dos serviços das concessionárias.

Outro dado importantíssimo, que acho que requer, nessa revisão do contrato de concessão, uma análise bastante aprofundada da Anatel, são as receitas dos telefones públicos. Vêm caindo sistematicamente os níveis de receita da telefonia pública. Temos hoje um milhão de telefones públicos e precisamos criar uma maneira de dar mais atratividade para o telefone público. Hoje é um serviço importantíssimo, em algumas regiões só existe essa possibilidade de as pessoas se comunicarem. Mas, de fato, ele vem tendo uma queda de atratividade muito grande e precisamos criar formas de modernizar os TUPs. Aqui no Brasil ainda não se permite, por exemplo, fazer uma ligação pagando com cartão de crédito como nos países europeus. Quer dizer, o nosso sistema de cartão indutivo do telefone público ainda é bastante defasado em tecnologia, nós precisaríamos melhorar isso.

Para vocês terem uma ideia, 49% dos orelhões hoje fazem até duas chamadas por dia, quer dizer, metade dos orelhões apenas com duas chamadas, e 51% fazem mais de duas chamadas por dia, distribuídos nessa questão. Então, a Anatel tem consciência da importância do orelhão, tem consciência da importância que são os telefones públicos, mas precisamos encontrar formas de melhorar a sua atratividade para que as pessoas os utilizem mais.

Por exemplo, uma das condições que estamos querendo regulamentar é que, numa ligação de orelhão para telefones móveis, não seja paga a tarifa de interconexão, que é a VUM, uma tarifa caríssima para que o cidadão pague no orelhão. Nós precisaríamos criar facilidades na ligação dos orelhões, talvez transformando quase todos em chamada local. Ou seja, ligação de orelhão ser através de chamadas locais, para que haja um incremento na sua receita.

Ali é o cenário atual, nós passamos a colocar os Municípios atendidos no Brasil. Nota-se que em banda larga móvel nós estamos atingindo 2.930 Municípios, há um largo caminho para seguir. Evidentemente, os Municípios atendidos na banda larga móvel representam, vamos dizer assim, 60%, 70% da população, são os que estão nos núcleos mais rentáveis. Então, a preocupação da agência é que, nos próximos leilões, nós tenhamos que expandir e massificar também a banda larga móvel, fazer com que haja um incremento no 2G, no 3G, nessas localidades mais afastadas.

Aí é a evolução da telefonia móvel, mas vale dizer que isso se refere, basicamente, à venda de *chips*. Temos acesso por cem habitantes, o que dá mais de um *chip* por usuário, mas evidentemente que isso não tem correlação e vou dizer o porquê à frente.

A evolução da banda larga móvel. Estamos com 70 milhões de acessos em serviço móvel, em serviços de banda larga, 2G e 3G; perto de 70 milhões de usuários utilizando o serviço de banda larga móvel.

Pode passar.

Aí é a TV por assinatura, que está experimentando um crescimento importante. Estamos atingindo 27,9% dos domicílios com TV por assinatura, mas esse é um mercado extremamente potencial. Acreditamos que, em cinco anos, chegaremos a 50%, 60% dos domicílios com TV por assinatura, que, hoje, é o setor que mais cresce em termos percentuais. Evidentemente que os custos dos pacotes ainda são elevados. Há produtos a R$39,00, R$40,00, mas, para fazer uma evolução mais rápida, teríamos de ter um custo menor de programação, que é a distribuição do serviço de TV por assinatura.

Diante desse cenário que estamos colocando, tínhamos, anteriormente, um processo de separação das infraestruturas, cada serviço com uma infraestrutura diferenciada: telefonia fixa trafegando um tipo de infraestrutura, dados em outro, vídeo em outro, voz e dados em outro. Qual é o grande desafio hoje da regulação e do próprio processo da economia? Temos o cenário das redes convergentes. Tudo caminha para circular voz, dados e vídeo numa mesma rede, e isso cria, de fato, para a Anatel e para a regulação, um grande problema, porque se trata de uma mudança

de paradigma. Nós precisamos pensar no futuro o tipo de regulamentação que precisaríamos para tratar essa questão, porque, de fato, hoje, tudo caminha para a rede de internet, todo o serviço caminha para o mundo IP, que é o mundo da internet.

Nesse contexto, o desenvolvimento da banda larga propicia uma série de vantagens – depois vou falar também das desvantagens. Em primeiro lugar, o acesso à democratização e à informação, com possibilidade de desenvolvimento econômico. A própria ONU já divulgou um estudo no sentido de que, a cada 10% de investimento em internet, o PIB cresce 1%, quer dizer, é um importante catalisador do aumento de eficiência da economia, aumento da produtividade e melhoria da informação e comunicação no processo econômico.

É evidente que esse processo da convergência também traz outras questões que são importantes colocar. Está sendo discutida, e acho que virá para o Senado logo, a questão do marco civil da internet, uma coisa importantíssima de colocar. Esse processo está na Câmara. Temos, hoje, nesse processo de convergência, uma série de atores envolvidos, abrangendo produção e distribuição de conteúdo, jornais, provedores, a própria radiodifusão, a sociedade civil, empresas como Google e Facebook na liderança, e as empresas de telecomunicações, ou seja, quem produz conteúdo e quem, evidentemente, o distribui.

Esse é um tema importantíssimo para o Parlamento brasileiro discutir porque, por trás dele, existe até a questão da espionagem, que é uma questão que envolve a segurança do Estado. Sobre o tema, temos divergências. A maioria daqueles temas ali não é da competência da Anatel, mas vou citar só um: a questão do direito autoral. Muitas pessoas têm colocado esse problema. Você pode ter uma obra colocada na internet e distribuída gratuitamente. Evidentemente que um autor pode não querer que a obra dele seja difundida gratuitamente.

Privacidade e segurança na internet. Outro dia, eu discutia isso. Hoje, na minha caixa de *e-mail*, por exemplo, recebo *e-mails* sem a minha autorização, os quais não pedi. Tenho milhares e milhares de *e-mails* entupindo a minha caixa de *e-mail*. Quer dizer, é uma outra questão face dessa mesma questão do marco civil da internet. Então, é uma coisa que o Parlamento vai ter que se debruçar sobre isso para discutir.

Acesso à infraestrutura, neutralidade de rede, tudo isso está passando pelo marco civil da internet. Ou seja, do mesmo jeito que o serviço de convergência traz produtividade para a economia também traz essas dificuldades a serem superadas na legislação brasileira e que, realmente, têm interface, inclusive com esses debates que afetam a questão da governança da internet.

Vou colocar rapidamente essa questão. Hoje, todas as trocas de tráfegos na internet passam pelo mercado americano. A topologia da internet hoje, o trânsito da internet é concentrado num organismo, a ICAAN, que, na verdade, coordena essa questão, inclusive, estamos, nas discussões com a OIT, tentando modificar um pouco a forma dessa governança da internet. É importante dizer que a governança da internet, além de concentrar os dados e serviços, principalmente na troca de tráfego, está nas mãos de três países apenas: Alemanha, Japão e Estados Unidos. Tudo o que circula no mundo passa por lá. Isso gera esta tentação que a gente fala, a espionagem, que é um problema muito sério para o Brasil, porque envolve segurança estratégica, informação estratégica do País em relação aos demais países.

Evidente que estamos tentando trabalhar nos organismos multilaterais, tentando trazer pontos de tráfego para o Brasil, *data centers* para o Brasil, para que, de alguma maneira, as informações que circulem dentro do País possam ter algum tipo de tratamento. Evidentemente que não dá para fechar o mercado da internet. A China e os países islâmicos colocam uma série de entraves para o indivíduo acessar fora, mas, mesmo assim, os *hackers* conseguem se conectar em outras redes fora do país.

Então, acho que o que temos que atacar é a governança na internet, exigir uma democratização dessa governança, que outros países participem dessas decisões, e, principalmente, que consigamos que haja mais ponto de troca de tráfego da internet dentro do Brasil. O Brasil tem vários cabos submarinos ligados a diversos lugares do mundo, e é importante isso porque é uma infraestrutura fundamental para a tecnologia.

Então, Presidente, eu trouxe esses debates porque vai passar pelo Senado e vai passar pela Câmara o debate do marco civil da internet. É uma questão importante a se olhar, principalmente porque se trata de questões de segurança de formações estratégicas.

Bom, agora, do ponto de vista da Anatel, quais os desafios regulatórios que temos pela frente, algumas das medidas em que estamos trabalhando? Estamos buscando, na nossa regulação, garantir um serviço de qualidade para o consumidor. Quer dizer, independente da tecnologia usada, se é cabo, fibra, satélite, qualquer outra tecnologia utilizada, temos que buscar melhor qualidade para o consumidor.

Outra coisa importante também: medidas competitivas. Devemos trabalhar e focar no compartilhamento de redes convergentes, porque a infraestrutura é cara e é fundamental que haja esse compartilhamento, que as empresas busquem esse compartilhamento, até para melhorar o serviço prestado. E nós estamos

trabalhando juntamente com o Ministério das Comunicações, criando incentivos para a criação de redes de fibra ótica de alta capacidade, que é outra banda larga. Na realidade, o que precisamos é cortar o Brasil de fibra ótica, com banda larga de qualidade, para que haja capacidade de transmissão de dados, tanto na fixa como na móvel, de informações de qualidade e informações rápidas. Este é o trabalho que o Brasil tem que desenvolver: o investimento em infraestrutura.

Algumas ações em andamento na Anatel. Estamos com um programa de medição da qualidade da banda larga fixa e móvel. Até dezembro, deveremos divulgar todos os Estados brasileiros com essa medição. Foram instalados medidores nas escolas, na banda larga fixa, e agora acabamos de fazer um contrato, uma cooperação com os Correios, onde os veículos dos Correios vão também trafegar com esse medidor de banda larga para o serviço móvel. Estamos trabalhando nesse produto, em que os veículos dos Correios vão trafegar com os aparelhos para pesquisar a qualidade da banda larga móvel no Brasil e também a banda larga fixa.

E estamos trabalhando há um ano – devemos divulgar nos próximos dias – com o plano de ação de melhoria da prestação de serviço móvel. E estamos lá hoje... Já divulgamos o *ranking,* no *site* da Anatel, de todos os Municípios brasileiros, com a qualidade do serviço prestado. E vamos agora trabalhar em Municípios que estejam muito abaixo do quesito que a Anatel exige em qualidade e faremos um trabalho específico para as pequenas localidades onde existe apenas uma operadora, no sentido de fazer essa melhora dos serviços.

Uma melhoria também na qualidade do atendimento aos consumidores. Estamos agora com um regulamento de atendimento e cobrança, que já foi para consulta pública e já está no Conselho para decisão, onde estará a previsão inovadora da Agência, que é o cancelamento automático de contratos. Quando ligar no Call Center, o cliente poderá apertar uma tecla e cancelar o serviço automaticamente. Há outras inovações nesse regulamento de atendimento e cobrança. Vamos trabalhar para trazer mais condições e mais poder ao usuário na relação com a prestadora.

Também estamos criando, que era previsto só na telefonia fixa, o conselho de usuário para todos os serviços de telecomunicações. Então, TV por assinatura, serviço móvel, telefonia fixa terão também o seu conselho de usuário. Votaremos esse regulamento em outubro, no máximo até 15 de novembro.

Outro regulamento importante, mas que exige um pouco mais de tratativa, é permitir que as sanções que a Anatel tem aplicado às empresas possam ser revertidas em ganho para o consumidor. Isso passou por consulta pública e pretendemos aprovar rapidamente.

No ramo da competição e compartilhamento de infraestrutura, criamos agora um sistema nacional de oferta por atacado, que é *on-line,* demandados e demandantes podem entrar nesse sistema e contratar serviços. Quer dizer, uma operadora vendeu uma rede, temos 40 mil torres cadastradas e vários pontos de interconexão cadastrados nesse sistema. É um sistema *on-line*, o custo de negociação é baixo, então um pequeno provedor no interior do Brasil pode acessar o sistema e pedir uma fibra, um cabo, um serviço, para que haja a conexão dos seus clientes, do serviço que ela oferece. Esse é um sistema que a Comunidade Comum Europeia está conhecendo, um sistema extremamente inovador, entre demandantes e demandados de infraestrutura, que são os pequenos provedores e as grandes prestadoras de serviço, no sentido de contratar infraestrutura. Lá há, como coloquei, 40 mil torres cadastradas, que vão permitir uma rapidez no compartilhamento.

Estamos também no final da fixação de tarifas, VU-M, ILD, todas as tarifas que compõem o serviço público. No modelo de custo, contratamos uma consultoria com recursos da União Internacional de Telecomunicações e estamos terminando... Este ano devemos publicar, então, as tarifas públicas, as tarifas praticadas nesses produtos para o serviço no sentido de diminuir o custo e aumentar a competição.

Fizemos, junto com a Aneel, uma coisa muito importante que é a resolução conjunta sobre os postes de distribuição de energia elétrica em relação às prestadoras dos serviços de telecomunicações. Estávamos, há muito tempo, no Brasil, arrastando essa questão. Temos hoje 15 milhões de postes no Brasil, muitos Municípios reclamando da questão urbanística, já que muitos cabos não são sequer identificados, de que operadora é, de quem é. Então, estamos traçando uma estratégia para a regularização disso e, principalmente...

(Soa a campainha.)

O SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE – ... modificando a ocupação do poste, a forma de ocupação do poste, que é um ponto importante da competição, de abrir e melhorar, porque muitas empresas usam a "fibra apagada" no poste para impedir que novos entrantes utilizem os postes.

Posso continuar, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Um minuto.

O SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE – Um minuto.

Então, estamos trabalhando também no compartilhamento dessa infraestrutura nessa resolução.

Então – rapidamente –, estamos trabalhando também na redução das tarifas de interconexões, que chegou a R$0,48 e, em 2015, será de R$0,16. As tarifas de interconexões são aquelas ligações entre fixo e móvel ou entre operadoras, o que leva, inclusive, a um problema de qualidade muitas vezes, porque as empresas fazem muita promoção dentro da rede e não há utilização das outras redes em relação a isso. Então, estamos buscando reduzir, radicalmente, essa questão da VU-M.

Para encerrar, estamos trabalhando, então, nessa revisão do contrato de concessão. Há vários assuntos dentro dessa revisão do contrato de concessão. Tudo será feito em consulta pública, com participação da sociedade, e a revisão entra em vigor em 1º de janeiro de 2016. Essa proposta de revisão terá consulta pública e novos condicionantes para estabelecer novas metas de universalização e qualidade. E é dentro do contrato de concessão que poderíamos trazer à luz esse debate, inclusive, dos contratos de concessões da telefonia fixa, ressaltando que é o único contrato, hoje, em regime público, fruto do processo de privatização.

Agradeço a oportunidade e estou à disposição da Comissão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado ao Dr. João Batista de Rezende, Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), pela sua exposição.

Passo a palavra, imediatamente, à Drª Flávia Lefèvre Guimarães, que é membro do Conselho e advogada da Proteste (Associação Brasileira de Defesa do Consumidor).

V. Sª dispõe dos 15 minutos habituais para a sua exposição.

A SRª FLÁVIA LEFÈVRE GUIMARÃES – Bom dia a todos.

Quero agradecer à Comissão, na pessoa do Senador Fernando Collor, a possibilidade de virmos nos colocar aqui. Sou da Proteste, uma associação que hoje tem 280 mil associados espalhados por todo o País e que acompanha o setor de telecomunicações já há muitos anos.

Considerando o tema dessas audiências públicas e o momento, como já foi dito pelo presidente João de Rezende, de revisão quinquenal dos contratos de concessão, achei que seria oportuno resgatarmos uma retrospectiva de investimentos no setor de telecomunicações a partir do momento em que se definiu que o setor seria preparado para ser privatizado. Isso porque é muito comum dizer-se que o setor, quando está na mão do Estado ou quando tem uma ingerência do Estado muito forte, não funciona. Mas, em 1995, o Ministério das Comunicações editou o Paste (Programa de Recuperação e Ampliação do Sistema de Telecomunicações e do Sistema Postal), e esse documento já apontava a necessidade de fortes investimentos em redes, em infraestrutura de comunicação de dados de alta capacidade, porque a tendência de crescer a demanda por serviços convergentes já era uma realidade no cenário internacional.

Eu trouxe esse gráfico para mostrar que a partir de 1995, os investimentos no setor de telecomunicações... Esses são dados da Telebras tirados de um estudo que o Prof. Márcio Wohlers fez, da Unicamp. Aqui está o investimento em valor, em percentual nos itens de infraestrutura, de telecomunicações. Essa tabela é importante porque mostra que, de 1993 a 1998, que foi quando houve a privatização, em julho de 1998, a planta de telefonia fixa, por exemplo, praticamente dobrou. A taxa de digitalização da rede também teve um crescimento mais do que o dobro; ou seja, preparou-se o setor e as empresas para se tornarem atrativas para a privatização. Também houve uma alteração na estrutura tarifária. A assinatura básica, na época, antes da privatização, custava, até 1997, R$0,65 sem tributos e, por uma portaria do Ministério das Comunicações, a assinatura básica passou para R$10,00.

Deu-se, então, a edição da Lei Geral de Telecomunicações e o projeto de lei não previa, no art. 80, nenhum limite para que as concessionárias que viessem a prestar o serviço de telefonia fixa, que foi o único prestado em regime público, definido pela LGT, naquela época, que essas empresas prestassem outros serviços. Isso, a meu ver, teria sido muito bom se tivesse permanecido porque viabilizaria que o Estado pudesse planejar, desde aquela época, desde 1998, um desenvolvimento da infraestrutura voltado para a comunicação de dados, para o que a gente chama de banda larga. Entretanto, houve debates no Parlamento e decidiu-se que assim ficaria o art. 86 da Lei Geral de Telecomunicações, até o final de 2011, quando a lei de televisão a cabo alterou e tirou essa limitação, mas até 2011, as concessionárias só podiam prestar o serviço de telefonia fixa.

Por conta disso, os planos de metas de universalização... E aqui eu queria dizer o seguinte: ainda que a Lei Geral de Telecomunicações tenha estabelecido dois regimes para a prestação de serviço, o serviço, por conta do art. 21, inciso XI, da Constituição Federal, é público em qualquer hipótese. Ele pode ser prestado em regime público ou em regime privado. Por exemplo, a banda larga hoje é prestada em regime privado, mas indiscutivelmente, por conta da Constituição Federal, ela

é um serviço público de caráter essencial, um serviço de caráter de interesse coletivo e que tem um papel estratégico para o País. Então, ela não deixa de ser um serviço público. Entretanto, a Lei Geral de Telecomunicações estabeleceu, naquele momento, que só a telefonia fixa seria prestada em regime público e, em virtude disso, o Estado, a União, o Poder concedente, só poderia impor metas de universalização, ou seja, de investimentos em infraestrutura, para o serviço de telefonia fixa.

Houve, então, uma previsão de metas a serem cumpridas até 2005. O cumprimento dessas metas deveria ser certificado pela Anatel a fim de que as concessões pudessem ser prorrogadas, de acordo com o art. 207, da Lei Geral de Telecomunicações. A Anatel certificou o cumprimento de todas essas metas e passou-se para uma segunda etapa dos contratos de concessão, que agora têm validade até dezembro de 2025 e não poderão, por conta da lei, serem prorrogados. Ou seja, existe a necessidade ou de se rever esse modelo, se rever a lei para alterar essa realidade, ou de se adotarem medidas regulatórias que garantam que a União vai conseguir dar continuidade ao serviço ao final dos contratos de concessão, já que essas concessionárias não poderão mais prorrogar os contratos. Vejam que a obrigação no primeiro PGMU, lá de 1998, é de que a densidade de orelhões fosse de oito orelhões por mil habitantes.

No segundo PGMU, estabelecido em 2003 para vigorar a partir de janeiro de 2006, que é a segunda fase dos contratos de concessão, toda a infraestrutra de telefonia fixa nas localidades com até 300 habitantes estava instalada. Então, decidiu-se que se ia reduzir o número de TUPs (Telefones de Uso Público). Ou seja, diminuiu-se a obrigação das concessionárias ao invés de aumentar.

É certo que esse PGMU estabeleceu também a obrigatoriedade de se instalarem postos de serviço de atendimento que implicava custos altíssimos. Mas isso foi trocado, foi objeto de troca de metas em 2008 e foi a primeira vez, depois de 1998, ou seja, 10 anos depois, que o Estado definiu metas de implantação de infraestrutura, mas também com um alcance muito pequeno, que foi a troca dos postos de serviços de telecomunicações por *backhaul*, que é rede de suporte de acesso à Internet.

Essa troca de metas foi associada ao Programa Banda Larga nas Escolas. A troca que se fez com as empresas foi esta: olha, a gente tira a obrigação de vocês instalarem os postos de serviço de telecomunicações, instalam os *backhauls* e fazem a conexão de cinco mil escolas públicas no prazo que ficou estabelecido.

Depois disso, nós tivemos a edição do último PGMU, de 2011, em que se reduz ainda mais obrigatoriedade de telefones de uso público, sob a justificativa de que a população não se interessa mais, porque é um item que não interessa mais à população. Vou mostrar aos senhores que não é bem assim, são dados da própria Anatel que mostram que não é bem assim e essa é uma infraestrutura que está abandonada.

A gente não pode esquecer que os contratos de concessão impõem às concessionárias obrigação de atualizar o seu acervo de bens e de infraestrutura vinculados aos contratos de concessão. E agora a Anatel continua falando em reduzir ainda mais os TUPs.

Na nossa avaliação, tem havido uma ausência de atuação regulatória tanto do Ministério das Comunicações quanto da Anatel para estimular investimentos que atendam à demanda crescente por redes de alta capacidade. Por quê? O primeiro motivo que consideramos ser muito lesivo para o setor é o fato de que, de acordo com o Decreto 4.733, de 2003, a Anatel já deveria, desde janeiro de 2006, fixar os preços e as tarifas de atacado e varejo pelo custo. Mas a Anatel até hoje não editou um modelo de custos, parece que vai editar agora, mas ainda não editou. Então, continuamos tendo preços e tarifas baseados na estrutura tarifária de 1998. E com base na informação que as empresas dão, porque quem detém mais essa informação são as empresas. E o objetivo delas não é universalizar, o objetivo delas é lucro. Esse é o papel delas, mas o objetivo e o papel da Agência e do MiniCom é buscar a modicidade tarifária e a universalização dos serviços.

Então, por conta da ausência de modelo de custos, temos ausência de tarifas e preços de atacado e varejo fixados pelo custo. E isso afeta a competição. Temos as empresas competidoras se debatendo nos tribunais por conta de altos preços cobrados pela interconexão e que afetam o consumidor consequentemente.

Entendemos que tem havido ausência de atuação regulatória do Ministério das Comunicações e da Anatel para estimular os investimentos. Um desses problemas é o desrespeito ao Decreto 7.175, de 2010, que estabeleceu o Plano Nacional de Banda Larga.

De acordo com esse decreto, editado no governo do Lula, a Telebras deveria estar recebendo investimentos que não recebeu. Para os senhores terem uma ideia, nós tivemos, com várias entidades que integram a campanha Banda Larga é um direito seu! logo no início do Governo da Presidenta Dilma, uma reunião, no Ministério das Comunicações, em que foi dito pelo Ministro Paulo Bernardo que haveria uma ordem de se investir R$1 bilhão por mês na Telebras. Desde a edição do decreto até hoje não se investiram mais do que 500 milhões.

Ausência de criação de uma rede privativa de comunicação para administração Pública federal. Isso está expresso também no art. 4º do decreto e talvez diminuísse a possibilidade de invasão das redes do Governo.

Ausência de apoio aos Telecentros e outros programas de inclusão digital como Banda Larga nas Escolas, Floresta Digital, Navegapará, entre outros. Eu estive, no mês passado, no III Fórum da Internet no Brasil, organizado pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil, e estavam lá muitos representantes de vários Estados e escolas públicas reclamando que esses programas estão abandonados.

Ausência de medidas para garantir oferta de infraestrutura e serviços de comunicação de dados nas localidades que não despertem o interesse econômico das empresas. O decreto previa investimentos na Telebras e parcerias da Telebras com outras empresas para prestar o serviço nas localidades onde as empresas concessionárias, as incumbentes, não têm interesse em chegar.

Implantação de infraestrutura realizada de acordo com o interesse econômico das empresas. As áreas rurais hoje estão atendidas de forma insuficiente – existe uma demanda não atendida –, assim como regiões mais pobres e periferias dos grandes centros.

Em São Paulo, por exemplo, que concentra grande parte da fibra ótica do País, se você mora na periferia, você não acesso ao serviço de banda larga a não ser pela rede móvel.

(Soa a campainha.)

A SRª FLÁVIA LEFÈVRE GUIMARÃES – Entendemos que a Anatel e o Ministério das Comunicações têm atuado de modo a desestimular novos investimentos. Uma prova disso são os termos de compromisso que foram assinados em 2011 que permitem que as empresas prestem o serviço em um *megabit* por segundo de velocidade e se o consumidor gasta o limite de dados da franquia de dados desses planos, a empresa pode reduzir a velocidade do provimento para menos de 100 *megabits* por segundo, não existe limite. E a Anatel confirmou isso quando alterou agora a resolução do SCM e tirou a limitação, ou seja, criou-se uma discriminação para os consumidores mais pobres que contratam esses planos e que não se beneficiam dos regulamentos de qualidade definidos pela própria Anatel.

Então, as empresas não têm estímulo para investir se elas podem reduzir a velocidade para o que nem se considera banda larga. De acordo com a OIT, banda larga é só a partir de 2 *megabits* por segundo.

Aqui é uma matéria que saiu ontem, no *Valor Econômico*, de um estudo feito por essa consultoria, dizendo que os investimentos em telecomunicações vêm sendo reduzidos. Então, achamos que no momento em que existe uma demanda por infraestrutura deveria estar crescendo o investimento e não diminuindo.

Esse é um gráfico que foi publicado, nesse fim de semana, pela *Folha de S.Paulo*, sobre a Oi. A linha vermelha é o nível e aponta o patrimônio da Oi, caindo a partir de março de 2012, e a curva de investimento praticamente estacionada. A justificativa da Oi, para se desfazer de bens reversíveis, é que precisa de novos investimentos porque o equipamento anterior estava obsoleto, mas o investimento é baixíssimo, o acervo da concessão está se perdendo de uma forma assustadora e o nível de dívida da empresa está em R$31,91 bilhões.

Eu, como estou com pouco tempo, vou passar aqui, mas são matérias que mostram que a nossa infraestrutura não está sendo suficiente. O País chegou ao 4G, mas 70% dos acessos ainda são na rede 2G, porque a rede 3G não funciona. O próprio Ministro Paulo Bernardo, quando esteve aqui na semana passada, reconheceu a falta de infraestrutura, a carência de infraestrutura.

Queria dizer que, na nossa opinião, o caminho é se cumprir o que está expresso no art. 65, §1º da LGT, que determina que "não serão deixadas à exploração apenas em regime privado as modalidades de serviço de interesse coletivo que, sendo essenciais, estejam sujeitas a deveres de universalização". A gente entende que hoje existe um dinheiro, recursos enormes do Fust represados que poderiam ser utilizados no investimento de infraestrutura, caso o Ministério das Comunicações, o Poder Executivo, incluísse a infraestrutura de banda larga no regime público. A gente acha que hoje o serviço e a infraestrutura devem ser regulados em camadas distintas.

A campanha Banda Larga é um direito seu! tem uma proposta já entregue ao Ministro das Comunicações. Entendemos que, ainda que o serviço possa ser prestado em regime privado, a infraestrutura implantada com o dinheiro do Fust e os recursos dos bens reversíveis, estimados pela Anatel em R$108 bilhões, no último relatório que editou, poderiam ser investidos em infraestrutura pública.

E queria dizer aqui, mostrar para os senhores que a nossa infraestrutura está muito mal aproveitada. Olhem por que o número de ligações dos telefones públicos caiu: porque os telefones públicos não funcionam, o número de telefones do PGMU cai cada vez mais. Isso aqui é uma área no Rio Grande do Sul, uma cidade do Rio Grande do Sul, área de conces-

são da Oi. Aqui é o nível de satisfação dos usuários de telefones de uso público, que deveriam estar sendo atualizados. Essa é a pesquisa da Anatel. A Anatel fez essa pesquisa. O índice de satisfação é 0,2%. O nível de satisfação de quem tem telefone fixo em casa também vem sendo reduzido. Está aqui, apresentado pela pesquisa da Anatel.

Eu quero agradecer e dizer que estou à disposição. Nós gostaríamos que nessa revisão do contrato de concessão se adotassem medidas que implementassem a competição, revissem a estrutura tarifária do contrato de concessão, adotando-se uma tarifa *flat* para assinatura básica, e se aproveitasse a infraestrutura da telefonia fixa, construída com o esforço da sociedade, que pagou tarifas altíssimas, para que se façam novos investimentos e se atenda a demanda por redes de fibra ótica de alta capacidade.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigada, Drª Flávia Lefèvre Guimarães, advogada da Proteste (Associação Brasileira de Defesa do Consumidor).

Passo a palavra agora ao Sr. Igor Vilas Boas de Freitas, Consultor Legislativo do Senado da República.

A SRª IGOR VILAS BOAS DE FREITAS – Bom dia a todos. Obrigado, Senador Collor, pela oportunidade.

O setor de telecomunicações, de fato... A exposição do Presidente da Anatel mostra o quanto se evoluiu desde a privatização. As contribuições da Srª Flávia Lefèvre mostram que ainda há muito a se resolver. O fato é que nós estamos entrando, no final deste ano, no penúltimo período de revisão dos contratos de concessão. A última oportunidade que teremos vai ocorrer cinco anos antes do final do período, estipulado para 2025. Nós temos, de fato, um conjunto importante de questões para resolver, que não podem se centrar, naturalmente... Os problemas do setor não serão resolvidos inteiramente nos contratos de concessão. Há uma agenda regulatória extensa, que foi divulgada recentemente e vem sendo atualizada permanentemente pela Anatel. Isso envolve passar a centrar o esforço regulatório no atacado, envolve desonerar redes. Temos de cuidar de duas frentes: oferta e demanda.

Vou procurar concentrar a minha apresentação naquilo a que o Congresso, o Senado e a Câmara precisam se dedicar, porque são alterações, modificações no modelo que exigem a legitimação que só o Congresso pode dar.

A primeira questão relevante trata da reversibilidade de bens. O funcionamento do setor de telecomunicações depende da infraestrutura instalada. É preciso ter em mente que o modelo, a reversibilidade foi calcada na construção de uma lista de bens reversíveis com uma gestão patrimonial, com uma visão patrimonial de organização da infraestrutura.

Com a convergência de serviços, essa forma de gerir o problema se tornou bastante complexa para a Anatel. A Anatel fez um esforço, nos últimos anos, foi pressionada a resolver a questão, e publicou – está na Internet para quem quiser saber, para quem quiser conhecer – uma lista de bens que supostamente são aqueles essenciais à prestação de serviços de telefonia fixa, no caso.

Mas é preciso lembrar que os contratos de concessão envolvem também a oferta de toda a infraestrutura de suporte para todos os demais serviços de telecomunicações. Uma parte do acesso em banda larga se dá através da infraestrutura montada e mantida pelas concessionárias, pelos contratos, por bens vinculados aos contratos de concessão. Hoje, no País, ainda existem... Dez por cento dos domicílios ainda fazem acesso discado à Internet.

Boa parte da infraestrutura de banda larga usa a rede de acesso, ainda o par de cobre que chega à casa das pessoas, à nossa casa, para oferecer banda larga fixa. Boa parte do entroncamento das torres, das ERBs, das torres de celular, que oferecem mais de 70 milhões de acesso em banda larga, boa parte do entrocamento dessas torres se dá em cima da infraestrutura das concessionárias.

Não só a lei, mas os contratos de concessão permitiam claramente às concessionárias explorar no atacado a oferta dessa infraestrutura. Essa infraestrutura é responsável por boa parte da receita dessas empresas e precisa ser mantida e atualizada tecnologicamente, de forma constante.

Boa parte daqueles investimentos, que, embora, segundo avaliações, não estejam no nível ainda adequado, se dá em cima dessa infraestrutura. Mas é muito difícil, numa área de convergência, em que todos os serviços são prestados através do mesmo acesso, discriminar qual parte daquele bem, seja um cabo, seja um equipamento de computação ou uma central ou um roteador, é dedicada ao serviço prestado em regime público e que parte dessa infraestrutura é dedicada aos serviços privados; portanto, não sujeitas à reversão.

A Anatel e o Governo como um todo terão um problema sério, bastante sério, para resolver, no final, ao término dos contratos de concessão, se tiverem de decidir pela reversão de bens para outras empresas.

Como a Srª Flávia lembrou, a Lei Geral de Telecomunicações não permite, pelo menos no texto atual, que esses contratos sejam postergados. Não é pos-

sível que simplesmente haja a ampliação do prazo, a prestação de serviços pelas mesmas empresas.

Então, ou bem reformulamos – aí só há um caminho, a reformulação da legislação – essa maneira de encarar a continuidade dos serviços, ou teremos um problema sério a administrar, lembrando que passaremos agora, novamente – friso isto –, pela penúltima revisão dos contratos de concessão.

O item, a discussão de irreversibilidade está pautada pela Anatel nessa discussão de contratos, mas acredito que a Anatel não tenha a legitimidade política necessária para passar para essa discussão a contento.

A cada dia que passa – isso foi mostrado na apresentação do Presidente da Anatel –, o serviço de telefonia fixa cai em termos de número de assinantes, de receita, ou seja, relevância. As pessoas estão de fato substituindo o serviço de telefonia fixa pelo serviço móvel, graças à comodidade, à conveniência e também à própria redução de custo que a Anatel vem conseguindo, juntamente com as empresas, promover nesse serviço.

A cada dia que passa, o valor patrimonial dos bens passíveis de reversão cai. Então, a cada dia que passa, quem perde com a falta de solução para esse problema é a sociedade. Quem perde é o Estado a possibilidade de negociar, de forma sensata e razoável, com as empresas uma troca do uso do instrumento de reversibilidade, como meio de garantir a continuidade dos serviços ao final do contrato, por um conjunto de obrigações que possa dar à nossa sociedade um serviço de maior qualidade.

Hoje, na verdade, o setor vive um dilema, que chamo de dilema de bilhões. Como o Presidente da Anatel apresentou, há ainda 2,7 mil Municípios não cobertos pelo serviço móvel. Há por volta de apenas 2.930 Municípios atendidos com banda larga móvel. O cumprimento dos editais de 3G e de 4G vai fazer com que o serviço chegue à boa parte desses Municípios. Isso vai acontecer ao longo do tempo. Esse número de 2.930 Municípios vai subir para algo próximo ou superior a quatro mil, com certeza.

A questão é que, a partir daí, esse residual... Hoje, 88% dos domicílios – são dados da PNAD – têm telefone móvel. Para atender aos 10% ou 20% restantes da população com qualidade, com cobertura decente, nós estamos falando de bilhões. O dilema de bilhões é: onde a gente vai concentrar os esforços? Em cobrir 100% da população com todos os serviços ou em garantir que, nos centros produtivos... O Senador Walter Pinheiro tem chamado a atenção para isso nas audiências; eu tenho assistido a isso. Existem centros importantes que precisam de desenvolvimento, que precisam de acesso à banda larga com qualidade e que não o têm. Os países maduros estão em fase avançada de implantação da substituição das redes de acesso de cobre por fibra ótica. Nem em São Paulo, nem na capital, nem na cidade com maior pujança em termos econômicos no País, que representa boa parte do PIB do País – é uma das cidades com maior renda do mundo –, nem lá, a fibra ótica está bem disseminada; a quantidade de acessos é irrisória. Agora, implantar a fibra ótica, substituir as redes de acesso de telefonia por redes de fibra ótica também custa bilhões de reais. Esse é o dilema. Não dá para fazer as duas coisas simultaneamente. Não dá! Pelo nível de investimento que a gente vem observando nos últimos anos e pela necessidade de investimento nesses dois desafios, não dá para fazer as duas coisas.

Enquanto isso, o Estado dispersa recursos. Essa crítica precisa ser feita. Nós temos aqui programas como, por exemplo, o Gesac, que começou em 2002, mas que é mantido até hoje. O edital está sendo lançado, para passar de 13 mil acessos para 31 mil acessos. Para a maior parte desses contratados, o *link* é feito via satélite, que custa muito mais, que é mais caro para ser mantido e que tem qualidade muito inferior em termos de capacidade.

Investimentos importantes estão sendo feitos na Telebrás. E houve um impacto do ponto de vista de regulação de preços no atacado. Isso atende a determinadas localidades e pode ser um instrumento importante para cobrir regiões mais remotas, de maior custo de atendimento. Mas o fato é que essa alternativa se contrapõe a uma alternativa que a própria lei já prevê, que é a de dividir o custo com as empresas privadas para atendimento de áreas de menor atratividade. Então, o que é melhor, o Estado pagar 100% do valor necessário para atingir uma localidade, para chegar a uma localidade, ou pagar a parcela de custo suficiente para a empresa viabilizar o atendimento à localidade?

Nós estamos dispersando recursos públicos. O Fust não é utilizado. O Fistel arrecada num piso hoje de R$2,5 bilhões por ano, chegando esse valor, dependo se naquele ano houve leilão de radiofrequência, a R$6 bilhões ou a R$7 bilhões por ano. A gente tem um estoque contábil desse fundos enorme. Esse estoque poderia ser direcionado de forma a atender parte desse dilema, mas isso não é feito. A gente dispersa recursos, usa-os em programas com demonstrada baixa eficácia no atendimento à população. E isso não é mais aquilo de que a população precisa. A população tem hoje a possibilidade e o interesse de ter um terminal de qualidade para fazer acesso à banda larga. Ela não quer se dirigir a um centro público com computadores ou a uma *lan house*. Isso era realidade há três, quatro ou cinco anos. Hoje, a população quer

ter acesso em casa ou acesso na palma da mão. Não dá para imaginar que um programa como o Gesac, montando centros de acessos públicos, vá resolver o problema da forma como o consumidor deseja.

Então, como resolver esse dilema? É preciso planejar novamente. O movimento a que a Srª Flávia se referiu, o da pré-privatização, ocorrido de 1995 a 1998, e depois de 1998 a 2001, quando as metas foram antecipadas, esse movimento enorme de crescimento deveu-se basicamente ao planejamento. Houve claramente definição do que fazer, quem iria fazer, e recurso para isso.

A partir de 2002, 2003, o setor passou a ser gerido por, como gosto de colocar, janela de oportunidade. "Então, vamos fazer um leilão de radiofrequencia". As regras dos leilões, obviamente, têm melhorado bastante. A Anatel tem tido êxito em definir regras que criem obrigações importantes para atendimento da população. Mas não dá para gerenciar um setor intensivo em capital, complexo, como o setor de telecomunicações, por janela de oportunidade. Vamos esperar a próxima fusão ou vamos esperar o próximo leilão de radiofrequência para definir novas obrigações.

A gente está vendo a saúde financeira das empresas se deteriorando ao longo do tempo, mesmo com esse anúncio da fusão da OI com a Portugal Telecom. A nova empresa teria uma dívida consolidada de 41 bilhões. Isso é quase três vezes a geração de caixa livre da empresa. Continua muito difícil pensar a possibilidade de a OI, que atende a quase 90% do Território brasileiro, ter condição, mesmo com aporte, mesmo com novos acionistas ou velhos acionistas dispostos a botar dinheiro, ter capacidade de investir aquilo que o País precisa para tanto cobrir áreas descobertas ainda quanto atender ou fazer a substituição que a gente precisa nos grandes centros, nos centros produtivos, substituir os equipamentos e aumentar a qualidade e a velocidade da banda larga.

Então, a gente tem um problema sério para resolver, e a reversibilidade está nessa história. A reversibilidade foi pensada lá trás.

Bom, a reversibilidade é o instrumento mais antigo que a gente imagina. Ela está escrita nos decretos de Dom Pedro II, no início da implantação da infraestrutura de telefonia no Brasil. Os primeiros decretos que autorizavam as empresas estrangeiras a investir em telefonia, as primeiras linhas telefônicas do Rio de Janeiro falavam que, ao final daquele período de concessão, que era de 15, 20 anos, as linhas reverteriam para a União. Mas aquele era o momento de construção da infraestrutura.

Nosso cenário é completamente diferente hoje. O instrumento de reversibilidade era usado em outros setores. Ele é adequado a outros setores. Obviamente, ninguém vai imaginar que, no final do contrato de concessão de uma rodovia, a rodovia não seja revertida novamente ao Estado, e ele passe a administrar, como bem entender, num período subsequente.

Não dá para imaginar isso com uma infraestrutura de telecomunicações. O investimento em fibra ótica não está sendo feito em boa medida porque as empresas, obviamente, têm preocupação de que aquela rede de acesso seja considerada reversível ao final do contrato de concessão. Quem vai colocar bilhões de dólares, faltando dez anos para finalizar o contrato, se tiver um risco razoável de perder esse investimento no final? Garantir que o Estado vai pagar, vai amortizar, em *cash*, à vista, no final do contrato, é correr um risco muito grande. Cadê o recurso do Fust? Nenhum recurso do Fust é colocado, que dirá esperar que seja entregue para empresa no final do contrato de concessão.

Então, é preciso que o Congresso se debruce sobre essa questão. Ela é importante, ela está sendo um entrave para um conjunto de investimentos que é importante ser feito nos próximos dez anos, até o final do contrato.

A gente não precisa esperar concretamente 2025 para rever a lógica de financiamento do setor. A prática de gestão do setor mostrou que essa existência de dois regimes jurídicos distintos é não totalmente desnecessária, mas ela pode ser superada por outras maneiras de planejar.

(Soa a campainha.)

O SR. IGOR VILAS BOAS DE FREITAS – O regime privado, que é a base de prestação da banda larga fixa, da banda larga móvel, precisa ser gerenciado. A Anatel tem instrumentos para isso. Há outras maneiras de garantir a continuidade; há outras maneiras de se planejar o cumprimento de obrigações – vou chamar obrigações de universalização livremente aqui –; há a cobertura dos locais em que precisam ser atendidos. A Telebras tem massificação – vamos falar massificação para não confundir.

Enfim, essa é uma questão central. Como resolver o dilema de bilhões? O Estado precisa concentrar os recursos, porque tem a possibilidade de investir. Precisa realmente de continuar essa política de desoneração de redes. Não é possível imaginar que as empresas têm que pagar carga elevada sobre investimento para ampliar cobertura, principalmente em locais em que o retorno, sabe-se, é duvidoso desde o início. E, mesmo onde o retorno é certo, a gente tem saltos importantes para dar. Nós temos Coreia, países da Europa. Oferecem à população no varejo acessos a 100 megabits, com... Na verdade, os pacotes não envolvem só in-

fraestrutura: você tem canais de TV junto, acesso IP fixo, ligações ilimitadas para fixo e móvel em todo o País. Isso saindo, o pacote mais caro, a €70; o pacote médio é de €30.

Eu pago hoje, para ter esse pacote completo das operadoras, mais de R$500,00 por mês. Boa parte é carga tributária, mas só de celular pagamos mais de R$300,00 ou R$400,00 por mês se fizermos uso intensivo do celular. É preciso realmente desonerar, é preciso que as operadoras tenham a possibilidade de fazer investimentos mantendo saúde financeira, para que se cubra não só a parcela ainda não atendida, mas principalmente se eleve rapidamente a qualidade do serviço.

A reversibilidade está no meio desse caminho. O Senado tem projetos já apresentados sobre isso tramitando, é preciso dedicar atenção, especialmente neste momento de revisão dos contratos, para dar à Anatel um norte.

Olhem que ponto interessante: a LGT, marco regulatório do setor, não fala sobre obrigatoriedade de reversibilidade de bens. O que a lei dispõe é o seguinte: os contratos de concessão têm que mencionar os bens reversíveis, se houver – os termos da lei são: "se houver". Não é a legislação que obriga o uso desse instrumento. A Anatel optou lá atrás, e dá para entender claramente por que foi feita essa opção – a discussão política seria muito mais complicada sem esse instrumento lá atrás –, mas hoje ele é um entrave.

Eu vou me permitir tomar esse minuto final para chamar atenção para outro aspecto do problema.

Nós falamos de regulação de internet. A internet, senhores – saindo um pouco da infraestrutura –, já está concentrando boa parte dos serviços que interessam ao consumidor. No Brasil, a internet não é um problema da Anatel, mas o é ao mesmo tempo.

Nós estamos falando de dois recursos muito importantes: a questão dos nomes de domínio e a gestão dos endereços IP. Os endereços IP são a numeração telefônica do mundo de dados, e o mundo de dados hoje, senhores, é tudo. A Europa já discute – essa discussão está na Anatel também – transformar toda a prestação de serviço de telefonia em IP, inclusive na ponta – quem tem o acesso em banda larga já resolvido na ponta já faz isso tranquilamente. Aqui nós precisamos de mais alguns anos.

A gestão dos recursos de endereço é importante e crítica por quê? O estoque de IP na versão 4, que é o que funciona hoje, já acabou no mundo em várias regiões e vai acabar no Brasil ano que vem. A Anatel não tem gestão sobre os recursos, a gestão desses recursos é feita hoje pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil e pelo braço operacional, que é um núcleo de informação, é uma associação civil constituída pelos membros do comitê gestor, que tem 21 membros, 12 da sociedade e 9 do Estado.

O fim do estoque dos endereços IP versão 4 representa, se não for bem gerenciado, a paralisação na comercialização dos acessos em banda larga, principalmente em banda larga móvel. Quem não está conectado hoje o tempo inteiro? Para se conectar, você precisa de um endereço IP, mas, para acessar os serviços que interessam, você precisa de um endereço IP que funcione. Pegar o endereço IP versão 6 e colocar no meu terminal para acessar... Boa parte dos serviços, por exemplo, de governo eletrônico com o Brasil, eu não consigo usar. É capaz de nem a Receita Federal... É possível que nem declarar o meu imposto de renda eu seja capaz com IP versão 6. A Anatel precisa ter um papel mais ativo na gestão desses recursos para evitar que, no ano que vem, tenhamos um problema mais sério.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. IGOR VILAS BOAS DE FREITAS – Não, por isso é que estou chamando atenção, porque esse também é um problema do Congresso.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) –

Muito obrigado, Sr. Igor Vilas Boas de Freitas, Consultor Legislativo do Senado Federal.

Vamos passar agora a ouvir as perguntas formuladas pelos Srs. Senadores seguindo a ordem de inscrição.

O primeiro inscrito é S. Exª, o Senador Walter Pinheiro; o segundo, S. Exª, o Senador Valdir Raupp.

Antes de passar a palavra aos Srs. Senadores, porém, eu lerei perguntas que nos chegam, três delas dirigidas ao Dr. João Batista de Rezende e duas delas dirigidas à Drª Flávia Guimarães.

Para o Dr. João Batista de Rezende:

Pesquisa recente mostrou que o Brasil possui a tarifa de telefonia celular mais cara entre os países analisados. Como a Anatel se posiciona diante desse quadro?

Segunda pergunta. As empresas de telefonia móvel são campeãs em queixas nos Procons. Quando essa situação será resolvida?

Terceira pergunta. Quais serão as consequências para os usuários brasileiros da recente fusão da OI com a Portugal Telecom?

Perguntas para a Drª Flávia Guimarães.

Qual o melhor modelo, tarifa pelo custo ou tarifa pela concorrência? Como estimular a concorrência na prestação de serviços de telecomunicações no Brasil?

Segunda pergunta. Em termos de tecnologia de telecomunicações, a distância entre o Brasil e os países desenvolvidos está aumentando ou diminuindo? O que se pode fazer para melhorar a situação do País nesse aspecto?

Passo agora a palavra a S. Exª o Senador Walter Pinheiro para suas indagações.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Sr. Presidente, quero aqui dizer que a audiência de hoje reforça muito o fato do debate que nós fizemos aqui na quarta-feira passada, inclusive com a possibilidade efetiva desse tema. Não que a Comissão não tenha essa tarefa ou que seja menor, mas é de nós levarmos esse tema inclusive para o debate central do Senado. Por isso, eu concordo muito com o Consultor Igor quando ele diz que temos um conjunto de coisas e esse conjunto tem de ser tratado de forma muito direta pelo Plenário desta Casa, ou seja, pelo Senado da República.

Quais são esses aspectos? Primeiro, estamos tratando de outro tempo em que as coisas se processaram, inclusive, com mudanças tecnológicas. E a gente continua vendo a legislação como algo que ficou estacionado no tempo. Eu não sou tão partidário, Consultor Igor, dessa mudança radical da Lei Geral.

Eu gostaria de começar por um ponto central pelo qual poderíamos entender isso. Eu gostaria de pegar, por exemplo, o que há na Lei Geral, no art. 69, que trata exatamente de regras comuns. Portanto, impõe, de forma muito complicada, eu diria, até coibições.

Então, eu acho que são coisas importantes que pudéssemos entender. Ou seja, esse capítulo que começa no art. 69 trata exatamente de como as coisas vão prejudicar ou facilitar. Então, vamos encontrar no art. 70 essa questão dos comportamentos prejudiciais. Ou seja, como essas disputas se travam, do ponto de vista do domínio, de uma infra, inclusive dessas movimentações, do ponto de vista das fusões a que nós assistimos.

Portanto, muito antes de a Portugal Telecom adquirir a Oi, a Oi já havia patrocinado uma fusão com a Brasil Telecom. Muito antes de nós termos um processo de mudança nesse cenário por parte da Telefônica de Espanha com a Telecom, para não falar da Vivo com a Tim, nós já tínhamos um processo de mudança substancial que resultou, inclusive, em uma guerra bem recente no Brasil, quando a Tim saiu da área de atuação da Brasil Telecom para ganhar a licença de operadora nacional.

É bom lembrar, Senador Collor, que a Tim foi a primeira operadora nacional. A primeira empresa de celular a oferecer o serviço em todo o território nacional! Para isso havia uma condição, inclusive, de se retirar da operação aqui. Foi o que resultou naquele embate à época, até com espionagem daqui para ali e acolá. Enfim, uma guerra entre controladores. E, na realidade, com a volta dela, não havia mais a possibilidade, inclusive, de ela continuar na Brasil Telecom, até porque a Brasil Telecom já havia lançado o seu celular.

Assistimos a todas essas movimentações. E assistimos a uma coisa que é extremamente natural. Estamos falando de um setor cuja característica é de ir convivendo com esses oligopólios. Essa é uma chamada característica natural. Isso vale para Telecom, isso vale para energia. A gente avisava sobre isso.

Eu me lembro que eu fiz uma brincadeira com o Ministro Sérgio Motta em 1997, quando ele falava dos espelhos. Eu disse: "Esse espelho é opaco", entendeu? Não vai refletir xongas nenhuma.

Então, era a realidade, essa já era uma projeção feita de um negócio que dava nisso. Tanto é, Presidente João Rezende, que quando o senhor mostra aqui o crescimento na fixa, a gente fala com alegria da existência de quase uma operadora espelho que terminou se fixando. Poderia falar aqui de outras que saíram do Brasil, que foram embora, parceiros que aqui chegaram e nem se fixaram.

O caso da telefonia celular em São Paulo, um grande operador se instalou, e um grande operador mundial. Óbvio que a crise americana no setor de telecomunicações foi profunda, tanto é que vieram para cá dois *players* americanos e todos dois foram embora. Um se instalou no celular de São Paulo e outro se instalou na melhor empresa nossa da época que era a Embratel. A Embratel era controlada pela MCI Worldcom. E, além da Embratel, os nossos gloriosos quatro satélites. Então, nós estamos fazendo um debate agora sobre essa questão mundial, quando, inclusive, pecamos na origem, lá em 1998, no leilão.

Então, esse é um tema que eu acho que é importante a gente focar e dizer: "Tem como mudar?" Tem. E a primeira resposta é isso, nós precisamos rediscutir esse modelo. Mais do que até refazer a lei, é, de olho na lei, como é que eu posso refazer essa modelagem entendendo esse novo tempo? Fazendo aqui exatamente o cumprimento do que tem do art. 69 até o art. 73.

Por exemplo, quando a gente fala de poste, infraestrutura, está lá no art. 73 da Lei Geral de Telecomunicações. Semana passada aqui, meu caro João Rezende, eu até fiz uma brincadeira com o Paulo. No ano 2000 ou 2001, nem me lembro mais agora, eu escrevi um artigo que era o seguinte: "O poste, o novo sócio", porque todo mundo estava usando o poste como forma de ganhar dinheiro. O compartilhamento de infraestrutura, imagine, cidade de São Paulo, a Light, com milhões de postes. Então, meu amigo, na goela. Quem

quiser passar o cabo aqui tem que deixar uma parte da grana. Quem quiser pendurar sua infraestrutura para fornecer televisão e o escambau, vai ter que morrer.

Então, olha a contradição. Os caras utilizaram isso em algo que é extremamente claro, e eu estou falando do mesmo capítulo. O cara pegou o art. 73, disse: "Olha, eu posso pegar e disponibilizar a ti" e tal... Esqueceu de ler o art. 70. A Anatel tem o poder de coibir, está escrito, é para coibir o comportamento prejudicial.

Vamos para outro aspecto desse negócio, dessa reformulação. O tempo que nós estamos vivendo de banda larga, obviamente, não era o tempo do que a gente esperava em 1997, quando nós discutimos a lei. Eu, Drª Flávia, emendei, eu fiz mais de duzentas emendas à Lei Geral de Telecomunicações. Eu cheguei até a me cansar, inclusive. Nem eu aguentava mais me ouvir no plenário. Eu fiz duzentas emendas à lei, duzentas, não ganhei nenhuma, nenhuma. Inclusive, a lei para separar o satélite da Embratel na última hora. Eu fazia apelos ao então líder do governo Luís Eduardo Magalhães, que era o líder do governo Fernando Henrique. Eu dizia: "Rapaz, vamos separar pelo menos isso. Deixa aí os quatro satélites, segurança nacional, vincula isso aqui a uma estrutura". Não ganhei uma.

Mas nós não tínhamos, naquele tempo, a possibilidade de vislumbrar, com toda a projeção que muita gente fazia. Eu venho de um setor que, por exemplo, essa semana eu estava discutindo com o pessoal da Sucesso. Várias empresas do sistema Telebras, várias empresas hoje do setor ainda usam o desenvolvimento que nós fizemos no sistema Telebras no fim dos anos 80. O Sistema Geral, o chamado CGO antigo e a operação disso ainda é a matriz de um sistema desenvolvido pela empresa em que eu trabalhei junto com a CRT e a Telemig. É o mesmo sistema, mesmíssimo sistema, utilizado por Vivo, por Oi, até porque nesses lugares tem um bocado de gente que, exatamente, saiu daí.

Então, se esse conceito não era o conceito de banda larga, mas, por outro lado, se a gente pegar a Lei Geral de Telecomunicações no seu art. 80 e, principalmente, o que diz respeito ao art. 81, nós vamos encontrar que o que trata, inclusive, do Fundo enquanto obrigação é um negócio que trata, inclusive, de uma matéria que tem um outro tipo de leitura.

Eu, por exemplo, estou insistindo, porque acho que não há necessidade de mudança para utilização do Fust. Basta o Governo baixar algo e dizer assim: "Banda larga é essencial". Se banda larga é essencial, a Lei Geral de Telecomunicações cobre exatamente a aplicação de recursos para isso, recursos complementares destinados a cobrir a parcela de custos exclusivamente atribuível ao cumprimento de obrigações de universalização.

Banda larga tem que ser universalizada? É essencial? É. Então essa cobertura está exatamente no corpo da lei. Eu não preciso escrever na lei: Agora tem banda larga. Não. Agora tem uma coisa que é o que a lei geral já preconizava. A lei geral não fixou um parâmetro engessando. Esse aspecto aqui, por exemplo, é horizonte. Ela fala da universalização de serviços de telecomunicações.

E mais, quando ela cita lá as proibições, que muita gente diz "não pode, não pode", o que não pode é que você vai ter, lá adiante, a proibição, no caso, para algumas leis. Ou seja, o que deve ser feito pela operadora não pode ser bancado pelo Fust. Aí tenha paciência. O cabra vai lá e assina um contrato, índio velho, que ele tem obrigação de fazer as coisas, e eu ainda vou dar o dinheiro a ele? Aí é melhor pescar num aquário de bomba, inclusive. É melhor do que pescar num aquário de bomba. Aí o sujeito vai e fatura, e uma parte dele eu ainda tenho que pegar dinheiro do Fust e: Tome aqui, para você universalizar e você ganhar.

O processo de utilização do Fust é para fazer a cobertura para exatamente atendermos isso. O Presidente da Anatel deu um dado interessantíssimo. Nós temos aqui, pelos dados da Anatel, 5,5 mil Municípios no Brasil. Dos 5,5 mil Municípios do Brasil, nós não temos nem 4 mil atendidos hoje por banda larga. Então vamos trabalhar numa realidade que é extremamente perversa.

Vou dar exatamente a relação que o Presidente apresentou aqui. São 2,930 mil contra 5,565 mil. Ainda mais isso aqui. Vou dar o outro dado fundamental. A Telefônica de Espanha, a Vivo, na cidade de São Paulo, que é a sua base central, tanto de fixo como de celular... Hoje você tem outras operadoras de celular em São Paulo, mas pelo menos a Telefônica foi quem começou, quando era a controladora, ainda que metade, metade com os portugueses, da telefonia celular, mas o fixo é dela, não tem três milhões de usuários, não tem três milhões de fibra ótica chegando. É muito pouco isso, é muito pouco para um Estado como São Paulo.

E eu estou falando no coração da grana. Não estou falando na minha querida Chorrochó, na Bahia. Estou falando lá na Avenida Paulista. Vamos fazer uma varredura ali, ver se a operadora oferece, na Avenida Paulista, no PIB brasileiro, fibra ótica, chegando ali dentro, no colo de quem está atendendo, não é aqui na Presidência do Presidente Collor.

Portanto, é fundamental que a gente discuta essa proeza. Nós não vamos ter, claro, fibra ótica chegando nos 5,5 Municípios da noite para o dia. Mas podíamos, exatamente a partir dessas questões de obrigações, estabelecer quais são os critérios e os canais.

Encerrando, Presidente Collor, se verdadeiramente esse processo caminha a passos largos para fazermos, via IP, telecomunicações, porque é isso que estamos vivendo no mundo, acabou, o dado do Google, Facebook – aliás, esses inclusive devem estar lançando os seus serviços de telecomunicações via Internet –, se é isso, por que não aproveitamos, agora, não para montar espelhos opacos, como, no passado, foram anunciados, para permitir inclusive que diversos provedores surjam e haja capacidade de alguém se instalar em Chorrochó, não só oportunidade de negócios em vários Municípios, como capacidade de chegar o serviço a cada assinante, a cada cidadão. Então você cria um novo cenário.

Volto a dizer, a Vivo, que até tem telefone celular... Pelo amor de Deus, na sede de Chorrochó tem telefone, funciona bem, mas se formos para o distrito, não tem absolutamente nada. A própria política que foi feita na época, eu participei dos debates sobre *backhaul*, em 2008. Nós fizemos um longo. Até deram dado de cinco mil. Não foram cinco mil só não. Eram mais de 50 mil escolas. Então, a promessa era promessa assim, que eu fiquei até... Na Bahia, *backhaul* é o filho, é o *back* que chamamos de *haul*. E *feedback* é o filho do quarto zagueiro.

Portanto, é importante lembrar esse negócio, que foi uma enrolação. Nós não tivemos. Eu fico perplexo quando alguém fala assim: Nós vamos entregar um bocado de *tablets*. Eu fiz, com Sérgio Miranda, na época, uma ação para evitar que o governo Fernando Henrique comprasse R$1,5 bilhão em computadores para colocar nas escolas. Eu disse: vai colocar essa desgrama aí? Não está lincado a nada, não há conteúdo, vamos comprar equipamento e daqui a pouco está tudo completamente canibalizado. Portanto, agora, nesse novo tempo, a gente tem a chance de fazer isso. Essa é a minha agonia, Presidente Collor, porque estamos fazendo ao mesmo tempo.

Acho que ontem, anteontem, saiu uma nota da Anatel liberando a comercialização dos dois novos modelos de um fabricante de *smartphone* que disputa no mundo com outro a primazia de quem tem o melhor. Então, ao mesmo tempo em que o *smartphone* é lançado na principal loja da Apple ali perto do Central Park, em Nova Iorque – bonita, cheia de vidro –, a lojinha velha, lá no shopping de Salvador, pode também comercializar, sem nenhum problema; lá no meio da Amazônia a lojinha pode vender o mesmo aparelho. Olha que proeza! Aí posso fazer isso, mas o cara no Central Park, meu caro Alfredo, pega o celular dele, o *smartphone,* baixa tranquilo, os megas que foram prometidos chegam e, na Amazônia, o mega não chega de jeito nenhum; na Bahia, chega de jegue; no Amazonas, deve chegar de barco.

Então, esse jogo é que precisamos discutir. O pilar do preço, universalização, qualidade, esse tripé mais as questões de obrigações têm que entrar na Ordem do Dia, então não vamos superar.

Aliás, tem uma coisa que até uma pessoa me mandou uma mensagem em que ela dizia: "Eu cobro é da Anatel porque já não aguento mais esse negócio de *call center.* Estou há dois meses para devolver um *chip* que não uso mais; quando eu ligo, o sujeito diz que eu me dirija a uma loja.". "Mas onde é que está essa loja, só tenho a senhora por telefone?" Ela disse: "Mande por *e-mail.".* Eu disse: "Mas não dá para mandar *chip* por *e-mail*, isso ainda não é possível pegar o *chip*, transformar, e devolver por *e-mail*.". Então, imagine a agonia.

É importante que pudéssemos pegar esse tema. Eu consigo enxergar – e nesse aspecto há muita luz no fim do túnel: essa é a nossa oportunidade de mexer nesse setor. Quero insistir – eu disse na semana passada, durante a audiência com o Ministro Paulo Bernardo –, esse é setor vital e decisivo para a economia, para os serviços e, principalmente, para as questões sociais. Nessa área aqui, Presidente Collor, está centrada, está amparada a possibilidade de fazermos chegar serviços de educação, saúde, segurança, clima, mobilidade, em tudo quanto é lugar no País. Portanto, posso usar essa rede para fazer chegar.

Estamos desenvolvendo na Bahia um programa com a Secretaria de Saúde e o Ministério da Saúde para colocarmos nefrologista no Estado inteiro, sem deslocar um nefrologista – até porque não temos tanto nefrologista assim. Basta chegar no meio da Floresta Amazônica, pegar e transmitir de uma máquina que faz diálise a informação, para o Hospital das Clínicas da Universidade Federal do Amazonas, sobre aquela máquina para que um nefrologista possa dizer que há um problema com um rapaz ou com uma senhora ou com quem está fazendo a diálise. Isso podemos fazer por aqui. Agora, sem banda larga, não dá.

Até brinquei com o Ministro, a imagem vai chegar, quando for ver o sexo do menino ou da menina, vai chegar difícil. Quando chegava com chuvisco, o cara tinha um trabalho danado na TV para ver; agora não há mais chuvisco, ou chega a imagem ou não chega a imagem.

Portanto, acho que essa é a pressão que temos que fazer para garantir que dá para usar os recursos do Fust inclusive para fazer isso, para fazer chegar os serviços para a população e não para fazer cumprir o papel que as empresas têm obrigação de cumprir.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado, Senador

Walter Pinheiro, e os cumprimentos pela bela exposição que V. Exª fez sobre o assunto hoje, na nossa audiência pública.

Passo a palavra a S. Exª, o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Fernando Collor de Mello, Srªs e Srs. Senadores, Srs. Convidados, acho que o Senador Walter está no lugar errado, tinha que estar na mesa palestrando para nós, e o Walter está preparado até para ser Ministro das Comunicações – com todo respeito ao nosso grande Ministro Paulo Bernardo. Estou dizendo que ele está preparado para ser Ministro das Comunicações. Já foi no passado. (*Risos*.)

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Vou fazer algumas perguntas aqui, uma delas já quase contemplada na pergunta de um telespectador, mas a primeira, para o Presidente da Anatel, é a seguinte: que medidas têm sido tomadas para atrair recursos privados para que o setor possa desempenhar a sua função de inclusão social e de vetor de implementação de políticas públicas no setor?

Segunda: o que a Anatel poderia fazer para que a telefonia móvel brasileira tivesse a mesma qualidade da sul-coreana e com o mesmo preço, pois pagamos a tarifa mais cara do mundo – como já dito por um ouvinte –, conforme recentemente pela imprensa nacional?

Terceira: recentemente foi anunciada a fusão da Oi com a Portugal Telecom, o que foi bem-visto pelo Governo, por que a união da Vivo e da TIM foi considerada danosa para o setor, segundo a Anatel? Uma foi boa e a outra foi ruim.

Há previsão de entrada de grandes empresas do setor no País, já que as fusões podem ser consideradas uma tendência?

Quarta: o que o Governo e a Anatel estão fazendo para difundir a internet no meio rural, tendo em vista que o Brasil possui 10 milhões de domicílios rurais, praticamente 30 milhões de pessoas, o que daria quase dez uruguaias, que estão praticamente excluídos da internet? A banda larga vai resolver esse problema?

São essas as perguntas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado, Sr. Senador Valdir Raupp, por suas perguntas. Passo, então, agora, a palavra ao Dr. João Rezende, Presidente da Anatel, para iniciar as respostas às perguntas feitas por S. Exªs.

O SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE – Bom, primeiramente, queria dizer que a questão das tarifas, se olharmos atentamente os dados que a OIT divulgou, o Brasil está no bloco intermediário dessas tarifas. Mas é importante dizer, Senador, que isso também é responsabilidade da discussão da tributária. Há Estados onde a carga tributária de ICMS significa 33% de uma conta telefônica. Se fizermos o inverso e calcular o desconto por dentro, chega a 50% da fatura que o cidadão paga. Evidentemente que essa é uma questão muito complexa que envolve os Estados federativos, a reforma tributária, distribuição de recursos entre a União, Estados e Municípios e não cabe à Anatel nem entrar nessa seara porque nós não temos sequer competência para discutir a questão tributária.

Do ponto de vista nosso, estamos agora fechando o modelo de custos em que estamos estabelecendo critérios para redução de tarifa. Inclusive, eu coloquei até, anteriormente, na entrada, quando foi feito o processo de privatização e a Drª Lefèvre está com razão, porque na verdade foi instituída uma assinatura básica que fosse atrativa para o processo de privatização, assim como a criação de um VU-M, uma tarifa de interconexão, altíssima também para atrair investimentos.

E nós estamos fazendo agora, exatamente, o sentido inverso na redução da tarifa de VU-M. Ela era R$0,48 e, já em 2015, vai cair para R$0,15. Evidentemente que nós não podemos reduzir de uma hora para outra porque isso pode comprometer os investimentos. Então, nós estamos fazendo uma redução inversa.

Como eu coloquei também, em 2005, para superar os contratos que foram feitas na privatização, que eram pelo IGP, que descolou muito do índice de inflação oficial, a Anatel criou o IST e o Fator de Produtividade. O reajuste em relação ao IPCA, de 2005 para cá, na assinatura básica, caiu 25% em termos reais. E ainda temos uma assinatura básica que eu considero que é possível ainda reduzir mais. Tanto que nesse processo de fusão do mesmo CNPJ na telefônica Vivo, a tarifa da assinatura básica em São Paulo vai reduzir entre 18% e 23%.

Então, na realidade, a Anatel está sempre buscando que haja uma redução maior.

Em relação à questão da fusão Vivo/TIM, a questão da Portugal Telecom, eu considero que qualquer palavra que eu diga aqui – eu digo isto para os dois casos, tanto no caso da Vivo com a TIM como no caso da fusão da Oi com a Portugal Telecom – nós não temos nada de oficial ainda na Agência. Quer dizer, eu me pronunciar aqui... Outro dia eu vi especulações nos jornais e as ações da TIM subiram muito e depois despencaram. Inclusive a CVM pode cobrar da gente qualquer tipo de posicionamento. Então, eu vou esperar os dois processos. Vou esperar a Vivo e a TIM protocolarem qualquer tipo de alteração contratual, que vai levar a Telefônica, pelos noticiários, a assumir o controle da Telecom Itália, o que terá reflexo no Brasil,

porque a legislação brasileira, a regulação tem alguns impeditivos para isso. E digo o seguinte: pelo que está colocado, preliminarmente, a fusão Vivo/TIM é muito diferente da Portugal. Porque a da Portugal Telecom com a Oi é um rearranjo dentro da própria estrutura societária; não há ingresso de outro parceiro. Então, *a priori*, tudo *a priori*, as mudanças que a Telefônica fez até agora – eu li um fato relevante publicado na Espanha – não têm nenhum tipo de impedimento regulatório. A Itália, o parlamento italiano também está reagindo a esse debate do fato de a Itália perder rede para os espanhóis, e nós, que estamos de longe, não entendemos como funcionam essas relações lá, nós nem sabemos se esse negócio vai se concretizar. E a gente sabe que, infelizmente, os bancos, aqueles que detêm posições compradas ou vendidas em ações costumam espalhar boatos econômicos. Eu me reservaria o direito, Presidente, de dizer o seguinte: eu vou ter que esperar o protocolo oficial dos documentos para fazer uma análise mais aprofundada do que se trata essas duas operações, tanto a da Portugal Telecom e Oi nessa reestruturação societária, como na questão da Vivo em relação à TIM, até porque nem na Itália está muito claro como vai ficar essa questão do fato de a Telefônica se tornar majoritária na Telecom Itália. Inclusive, o congresso italiano quer fazer voltar o que a Comunidade Europeia afastou, que são as famosas *golden share*, que é o governo ter poder de veto sobre as decisões da empresa. Quer dizer, a Itália pode estar reagindo a esse debate lá. Então, nós precisamos esperar os conflitos se resolverem lá, para vermos qual o encaminhamento que a Telefônica vai fazer aqui. Nós precisamos esperar essa decisão.

Há outras questões. Em relação às reclamações dos usuários, eu acho que elas são justas. Nós fizemos uma cautelar no ano passado em relação ao serviço móvel e estamos acompanhando todos os *rankings* das empresas, cobrando melhorias, e estamos também – é muito importante dizer isto – com o nosso *call center* atendendo hoje aproximadamente 25 mil pessoas por dia. Nós estamos inclusive com R$20 milhões de gasto anualmente com o *call center*.

As empresas têm resolvido rapidamente quando a pessoa reclama no *call center* da Anatel. Mas, infelizmente, as empresas não têm dado a mesma prestação de serviço para o cidadão quando ele liga no seu *call center*. E nós estamos trabalhando, até por orientação do Tribunal de Contas, um serviço de monitoramento mais de perto dos próprios *call centers*, embora a gente saiba a dificuldade que é monitorar um *call center* à longa distância. Mas nós vamos ter que criar ferramenta para acompanhar a evolução do atendimento no *call center* das empresas.

Coloquei a questão do nosso regulamento de atendimento e cobrança, dando mais transparência; o cancelamento automático de serviço, que eu acho que é um dos pontos hoje que mais tem reclamação na Anatel. Ele vai ligar lá e ouvir "disque um para isso, dois para aquilo e cinco para cancelar o serviço", porque, muitas vezes o cidadão não consegue cancelar o serviço, então, vai ser automático. Ele vai digitar lá o número do contrato dele e o CPF para cancelar o serviço, para também jogar um pouco de pressão sobre as empresas.

Estamos discutindo também, nesse regulamento de atendimento e cobrança, que as contas do nosso *call center* sejam repassadas para as empresas. Ou seja, que o custo que nós temos hoje seja pago pelas empresas. Porque isso é fruto de deficiência da empresa no atendimento ao usuário, ao cidadão. Então, nós precisamos fazer que haja essa mudança de comportamento, que as empresas resolvam o mais rapidamente possível a situação do usuário.

Eu acho que, nesse ponto, só para complementar, nós temos, na zona rural, o leilão do 450, inclusive o Ministro trabalhando junto com a Claro, que ganhou a Região Norte do Brasil. A Claro fez uma proposta de colocar serviço móvel em toda a região rural da Região Norte e ganhou, no 450, que é um leilão que a Anatel, tendo a responsabilidade de levar o serviço móvel para a Região Norte. Isso começa em 2014. Nós acreditamos que, entre 2014 e 2015, a zona rural também terá tanto serviço de voz como internet.

Acho que é isso.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Eu indagaria aos Srs. Senadores se estão satisfeitos com a resposta oferecida pelo Dr. João Rezende.

O SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE – Eu só poderia...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Dr. João Rezende.

O SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE –... fazer uma colocação para o Senador Walter Pinheiro, que é meu amigo pessoal.

Eu estava conversando com o Igor, Walter, e nós entendemos a questão do Fust, mas nós achamos, por exemplo, que, se formos pegar recursos do Fust para universalização dos distritos em telefonia móvel e se o Parlamento não alterar essa legislação, legalmente, nós não conseguiremos sem ser por alteração legal, na minha visão. Eu não sei se o Igor pode falar um pouquinho aqui, até para nos ajudar.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Presidente, permite-me?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – S. Exª o Senador Blairo Maggi, com a palavra.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Obrigado. Quero cumprimentar os nossos convidados...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Não, não, mas é com você mesmo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Bom, os nossos votos de pronto restabelecimento.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Lamento.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Os nossos votos de que tudo venha a correr bem, Senador Walter Pinheiro.

Com a palavra S. Exª o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Obrigado, Sr. Presidente.

Cumprimento os nossos convidados.

Eu ia fazer uma brincadeira com o Senador Walter. Ele estava fazendo a explanação dele e, como disse o Presidente do PMDB, pode até ser o Ministro das Comunicações de tão boa que foi a palestra dele. Só que eu brinquei com ele quando ele terminou: "Walter, você só devia ter dito o seguinte: quando se fez a Lei Geral das Telecomunicações, naquele tempo, tinha de se sair da mesa, ir a uma sala, entrar no computador, com linha discada – aquele negócio todo –, e voltar com a informação". Agora, ele estava fazendo a palestra dele buscando os dados dele no *smartphone*. A coisa mudou e mudou muito nos últimos anos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Tudo daqui. As coisas mudaram tanto nas comunicações...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Exatamente. Sei tudo o que está acontecendo em todo lugar.

É só para dizer que as coisas mudaram tanto que a legislação também precisa avançar, precisa mudar. Ela tem de acompanhar, porque não é possível que uma coisa de cinco, dez anos atrás em telecomunicações seja estática. Ela não é. Estamos vendo as mudanças todos os dias. Todos os dias, as coisas mudam e mudam para melhor para facilitar a vida das pessoas.

Eu cheguei atrasado à reunião, não tenho direito a perguntas. Só quero cumprimentar a todos. Sei que foi um bom debate.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Blairo Maggi.

Passo agora a palavra à Drª Flávia Guimarães...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Sr. Presidente Collor, o senhor me permite?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Com licença, doutora.

Pela ordem, S. Exª o Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Eu também cheguei atrasado e não sei nem a quem cabe a pergunta que vou fazer.

Eu gostaria de saber dos nossos convidados quem poderia falar sobre aquele programa do Acre – sou do Acre, sou Senador pelo Acre –, o tal do Floresta Digital. A quem couber a pergunta eu gostaria que falasse, porque fizeram uma propaganda tão grande disso, gente. Criou-se uma expectativa no meu Estado, as pessoas ficaram esperando, e, hoje, é um serviço de péssima qualidade. Se alguém puder falar sobre esse programa, eu serei muito grato.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Perfeitamente, Sr. Senador Sérgio Petecão.

A resposta será oferecida por um dos nossos palestrantes, mas, agora, com a palavra, a Drª Flávia Guimarães, que é da Proteste, que é uma associação de consumidores.

A SRª FLÁVIA LEFÈVRE GUIMARÃES – Uma pena que o Senador Walter tenha saído, mas eu concordo com ele.

O art. 18 da Lei Geral de Telecomunicações estabelece como atribuição do Poder Executivo incluir novos serviços no regime público. Foi esse o instrumento de flexibilidade que a Lei Geral trouxe para o caráter dinâmico do setor de telecomunicações. As coisas mudam.

Então, um serviço que, em 1998, não era essencial, hoje ele é, que é o caso da banda larga. Hoje ele é essencial para a gente, é estratégico, porque o Estado é o maior consumidor desse serviço, porque têm apoiados nesse serviço os sistemas tributários, o Sistema Único de Saúde, o sistema eleitoral, enfim.

Então, nós entendemos que por um decreto do Poder Executivo se poderia estender o regime público ainda que de forma mista, como determina o art. 65 da Lei Geral de Telecomunicações, mas, se estender o regime

público para a banda larga, o que viabilizaria seria a utilização do Fust para novos investimentos em banda larga.

O Fust fala claramente que ele pode ser usado para cumprimento de obrigações de universalização. A partir do momento que um serviço é incluído no regime público, a União, que é o Poder concedente, pode editar obrigações de universalização e elas poderiam ser suportadas com recursos provenientes do Fust.

Eu queria também aproveitar a oportunidade e comentar, com relação à questão dos bens reversíveis, que são recursos públicos que podem, sim, ser utilizados também na implementação da infraestrutura. E aí, Igor, eu acho que a gente tem que considerar os bens reversíveis não só pelo fato de eles serem obsoletos ou não, mas eles têm um valor para garantir o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos. E vai ser muito importante a gente considerar a receita que as empresas auferiram com a venda desses bens considerados obsoletos, mas nós estamos falando aqui de imóveis de cinco milhões. O total dos imóveis estimados dos bens reversíveis é de mais de 28 bilhões – bilhões! São imóveis espalhados pelo Brasil inteiro.

Para a rede de transporte são sete bilhões, e para a rede de acesso, 64 bilhões. Então, a Oi vendeu, no mês passado, 22,4 mil quilômetros de cabos submarinos, que fazem ligação aqui por todo o Brasil para os Estados Unidos. Eu não entendo que isso seja obsoleto. Eu acho que, hoje, isso tem uma importância estratégica, e tanto tem que constava no termo de compromisso da Oi quando fez a incorporação da Brasil Telecom.

Então, nós temos dois aspectos de importância dos bens reversíveis. Primeiro, o fato de eles serem estratégicos ou não; segundo, qual a receita que as empresas auferiram com a venda de bens obsoletos – que tem que constar de uma conta, porque, depois, ela fez um investimento para substituir aquele bem e, ao final da concessão, a União vai ter que indenizar o que não foi amortizado, e nós não queremos pagar duas vezes pela mesma coisa.

Então, nós queremos um acompanhamento muito de perto. Quando a Proteste foi à Justiça e ganhou para botar a lista dos bens reversíveis nos contratos e a Anatel colocou, no nosso entendimento, parcialmente, a gente fez por isso. Porque essas questões estão relacionadas à modicidade tarifária, à universalização. E aí eu aproveito para responder a primeira pergunta, aqui, sobre qual modelo de tarifa seria o melhor: o fixado pelo custo ou o modelo de pela competição?

Eu queria aqui dizer o seguinte: depende do momento. A Proteste tem um pedido de revisão da assinatura básica na Anatel desde 2009, e nós pegamos uma evolução do valor da assinatura básica de 1998, que foi a data da privatização para 2008, e da tarifa de uso da rede local, a variação no mesmo período. Por que nós pegamos esses dois elementos? Porque a telefonia fixa trafega nessa mesma rede, e a tarifa de uso de rede local, a TURL, é a tarifa paga pelas outras empresas que usam a rede das concessionárias.

Para os senhores terem uma ideia, a tarifa de uso da rede local, a TURL, custava, em 1998, o minuto, R$0,027. Em 2008, ela já tinha chegado de novo. Ela foi subindo porque havia investimentos para isso. Então, isso se refletiu no custo, a tarifa refletiu o custo, mas em 2008, ela já estava R$0,027 de novo. Ela tinha voltado para o valor de 1998.

A assinatura básica, por sua vez, que em 1998 subiu – era R$0,65 em 1997 – para R$10,00 justamente para garantir receita para as empresas fazerem os investimentos em rede. Em 1998 ela era R$10,00 e, em 2008, isso sem tributos, ela estava em R$27,75. Ou seja, num determinado momento em que é necessário se universalizar o serviço é possível que o melhor modelo não seja a tarifa pelo custo. Porque é óbvio: o que o consumidor quer? O consumidor quer ter serviço e, para ter serviço, é preciso ter infraestrutura. Alguém vai pagar. A gente vai pagar como consumidor ou como contribuinte.

Mas o que a gente tem é expectativa legítima, justa e amparada pela lei de que, na medida em que os investimentos vão sendo amortizados, que a tarifa passe a ser cobrada pelo custo. É isso que a Lei Geral de Telecomunicações fala, em compartilhamento com o consumidor, dos ganhos operacionais que a empresa tem. Então, a assinatura básica era caríssima antes da privatização, passou a custar R$50,00, para viabilizar o aumento da base de clientes. Em compensação a assinatura básica cresceu muito para as empresas terem receita para fazer. Talvez com a banda larga a gente tenha que prever alguma coisa como essa.

Mas de acordo com o Decreto nº 7.175, de 2010, do governo Lula, a Telebrás teria um papel importante para subsidiar tudo isso e a gente tem o Fust pago com muito esforço pela sociedade justamente para universalizar.

Aproveito a oportunidade para responder ao Senador Sérgio Petecão, que perguntou sobre o Floresta Digital, que nós estivemos com o Secretário de Governo do Estado do Acre agora, mês passado, no 3º Fórum da Internet no Brasil, em que ele se queixou profundamente da ausência de infraestrutura e do emperramento em que se encontra esse projeto e sugeriu – porque existe a rede de fibra ótica da empresas elétricas – que elas poderiam ser utilizadas pela Telebrás com capacidade ociosa para fazer com cumprir as finalidades do projeto. Então, isso é outro aspecto

que deveria estar no foco de atuação do Ministério das Comunicações e da Anatel regular, porque são redes com alta capacidade e que estão subutilizadas, apesar de terem sido construídas com recurso público e com o esforço da sociedade.

Em termos de tecnologia de telecomunicações, a distância entre o Brasil e os países desenvolvidos está aumentando ou diminuindo? Eu acho que está diminuindo a passos lentíssimos, de tartaruga, mas está. A gente não tinha fibra ótica há um tempo no País, agora a gente tem. Só que ela esta concentrada nos grandes centros, nos locais onde tem consumidores com renda para pagar serviços em pacote, grandes consumidores corporativos, e é essa a nossa crítica: é preciso a atuação do Estado preponderante, nos termos do que está no art. 174 da Constituição, para que haja a imposição de obrigações de universalização e a liberação de recursos como o Fust e os bens reversíveis para democratizar os serviços e fazê-los chegar aos locais aonde não chegam porque não há atratividade econômica para os operadores.

Hoje, o que está acontecendo? São as empresas que decidem onde elas vão investir em fibra ótica. Se há um grande consumidor com capacidade para pagar, ela vai lá e instala. Agora, por que ela vai instalar em Piraporinha onde ela não tem certeza de retorno? A empresa não vai ter essa iniciativa. Essa iniciativa a gente espera que venha do Governo. Existe instrumento legal para isso; a Lei Geral propicia, o Plano Nacional de Banda Larga está aí, aplicado de uma forma efetiva pelo Governo, inexplicavelmente. Então, o que a gente esperava era uma injeção de ânimo na Telebrás, como está expresso no Decreto nº 7.175, de 2010.

Por último, eu queria dizer o seguinte com relação ao que falou o Senador Walter Pinheiro: nós nos ressentimos muitíssimo de o Governo resistir tanto em utilizar, incorporar o conceito jurídico de universalização. Mesmo o Plano Nacional de Banda Larga, o Decreto nº 7.175, usa a expressão "massificação", não usa a expressão "universalização", que tem impactos jurídicos definitivos, como, por exemplo, a liberação dos recursos do Fust. E é isso que a gente quer.

Queremos que o Governo se comprometa com a universalização da banda larga e deixe de falar em massificação, porque isso é muito pouco para o Brasil. A gente espera mais.

Acho que é isso, Senador.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado, Drª Flávia Lefèvre Guimarães, que é dirigente do Proteste – Associação Brasileira de Defesa do Consumidor.

Passo a palavra, agora, ao Dr. Igor Vilas Boas de Freitas, Consultor do Legislativo do Senado Federal.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Minoria/DEM – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Pela ordem, S. Exª Senador Wilder Morais.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Minoria/DEM – GO) – Obrigado, Presidente.

Eu gostaria de fazer uma pergunta ao Dr. João Rezende. Com o advento e conquista da portabilidade do número de telefone, você poder mudar para qualquer companhia, nós não temos hoje condições de saber qual o número que a gente está ligando. Isso, com certeza, implica custo. Então, nesse sentido, Presidente, por que a Anatel não obriga as operadoras a identificar os números para os quais estamos ligando? Isso tendo em vista que quando você liga para a mesma operadora tem um custo menor, e as empresas já fazem isso hoje. Já há vários *chips* para ligar, inclusive, de operadora para operadora.

Essa é a pergunta que eu gostaria de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Wilder Morais. Dr. João Rezende, em seguida, a responderá, porque agora tem a palavra o Dr. Igor Vilas Boas de Freitas, Consultor Legislativo do Senado Federal.

A SR. IGOR VILAS BOAS DE FREITAS – Obrigado, Senador Collor.

Cumprimentando as colocações da Drª Flávia, o que eu coloquei aqui na apresentação, preliminarmente, foi a necessidade de se rever o uso do instrumento da reversibilidade, que foi pensado na lei com dois propósitos. Primeiro, manter a possibilidade de reverter o patrimônio que foi adquirido em um processo de desestatização por grupos privados, que passaram a ter controle das operações das empresas de telecomunicações do Brasil ao final do contrato. O segundo propósito é garantir a continuidade de serviços considerados essenciais.

A proposta que estou colocando aqui, seguindo a linha do próprio ciclo de debates, de apresentar soluções que desatem o nó, e o nó do setor hoje é basicamente investimento – nós precisamos ampliar a cobertura das redes e ampliar a capacidade das redes. Isso precisa ser feito com certo ritmo, do contrário toda a economia sofre, porque a gente sabe que os serviços de telecomunicações são usados, virtualmente, não só por todas as pessoas, mas por todas as empresas sem um processo produtivo.

A proposta é clara: a reversibilidade pode ser substituída – e ela vale muito hoje, não há nenhuma

dúvida em relação a isso –, o conjunto de bens reversíveis tem um valor patrimonial intrínseco e tem um valor a ser contabilizado na perpetuidade do contrato de concessão. É óbvio. Obviamente, a substituição desse instrumento por outro mecanismo qualquer que assegure, ao final da prestação de um serviço em regime público, que o serviço não seja descontinuado à população por decisão unilateral da empresa. Existem vários outros mecanismos previstos há muito tempo na legislação brasileira capaz de dar conta desse recado.

A possibilidade de investimento e de estabelecimento de obrigações de universalização – coloquemos com todas as letras – obrigações de universalização em relação ao serviço de banda larga pode sair de uma negociação de substituição desse instrumento sim. Isso é alguma coisa que só o Congresso tem condição de oferecer. A Anatel teria até a possibilidade jurídica, dado que a LGT não exige o uso de negociar isso em contrato, mas não acredito que a Anatel tenha a possibilidade de, isoladamente, decidir o destino desse conjunto de bens que foi, de fato, como a Srª Flávia colocou, alterado significativamente desde o processo de privatização.

As empresas, de fato, optaram por substituir a propriedade no conjunto de bens, inclusive imóveis, que não são nem os bens mais importantes do contrato. Os bens mais importantes são as redes de acesso, a infraestrutura que faz o serviço chegar até a casa das pessoas, até as empresas. Elas decidiram e vêm, ao longo de anos, substituindo a propriedade pelo aluguel dessa infraestrutura. Mas ainda assim, essa infraestrutura tem um valor substancial. Eu não sei se a Srª Flávia menciona, na sua apresentação, mais de R$100 bilhões. Não sei se a Anatel já valorou isso oficialmente. Eu acho que a Anatel teria que, num processo de negociação como esse, fundamentado por uma decisão que o Congresso tomaria, valorar essa situação. Mas eu acho que o investimento que precisa ser feito no País pode resultar, pode ser facilitado e pode ser promovido pelo ajuste do uso desse instrumento.

Outra questão: a Lei Geral de Telecomunicações é indubitável. Se somar o art. 18 e o art. 66, o serviço de banda larga não é essencial hoje, não; o serviço de banda larga é essencial há muitos anos. Então, há muitos anos, por decisão da política estabelecida pelo Congresso na Lei Geral, o Poder Executivo já teria e deveria ter instituído a prestação do serviço de banda larga regime público, mas optou por não fazê-lo; optou por não fazê-lo. E há amparo legal também, porque, no Direito, você pode considerar diversas espécies de interpretação. Ela é variada. Mas a principal opção, a principal motivação da opção foram duas: primeira, a própria questão da reversibilidade – você atrair novos investidores, novas empresas dispostas a se submeterem a um regime de reversibilidade –; e a segunda questão é decisão política sobre o uso do Fust e o uso dos recursos que são arrecadados de forma geral.

Então, colocar o serviço de banda larga, seja fixo, seja móvel, em regime público, como alternativa para a universalização, sempre foi uma opção prevista em lei. E o governo anterior, todos os governos, desde 2002, quando as primeiras obrigações foram concluídas, optaram por não fazê-lo. Desde 2002, a banda larga é essencial e, nos termos da lei, não seria prestada apenas em regime privado.

Mas, Srª Flávia, todos os serviços, em termos de preço, o desempenho da regulação, o desempenho da Anatel para a regulação de telecomunicações no critério preço, se você comparar todos os preços regulados, tarifados, com os preços dos serviços essenciais prestados livremente, vamos perceber que os que mais caíram, os que hoje são mais competitivos, são os prestados em regime privado.

A oferta de ligações intrarrede, ou seja, aquela que não está sujeita à cobrança de interconexão de VU-M, o preço cobrado do usuário, sem impostos, por ligações intrarrede em serviço móvel, ele é muito mais barato do que o serviço tarifado, controlado, de telefonia fixa; isso se você considerar todos os planos alternativos e pacotes disponíveis no mercado. Não fosse assim, o usuário não estaria substituindo o serviço fixo pelo serviço móvel.

Além da conveniência, temos de considerar que o usuário sente o preço: se o preço não cai, se ele não tem condição de utilizar. E somem-se a isso as opções de pré-pago, que dão ao usuário a possibilidade de pagar exatamente o que ele tem condições de pagar e o que deseja gastar com serviços; somem-se a isso as promoções e os planos de minutos que são oferecidos, ou seja, se, no final do mês, você dividir os minutos que foram conversados e dividir pelo valor pago, o valor do minuto mesmo, vai ser tão... Então, assim: o desempenho, em termos de preço, se compararmos os preços regulados *versus* serviços livres, praticados livremente, a competição foi mais eficiente do que o acompanhamento da regulação no processo tarifário.

Então, essa transição que a Anatel tem de fazer para o VU-M cair de R$0,40, R$0,50 o minuto, senhores, a interconexão de rede móvel no mundo é um centavo de dólar, um centavo! Nós saímos de R$0,48, há dois anos – estamos em R$0,16, agora? –, vai chegar a R$0,16, em 2015. Ou seja, estamos ainda bastante longe de chegar aos patamares. E não é falta de escala e não é o uso da tecnologia inadequada.

O Brasil, em termos de demanda, de tamanho de mercado consumidor, é um dos maiores do mundo,

perde para a China e para os Estados Unidos. Então, não é falta de escala, não é uso de tecnologia obsoleta, não é custo. O modelo de custo precisa sair, para aprontar isso. Esperamos que os resultados do modelo de custo apontem para a possibilidade de redução. Mas o fato é que a competição foi tão eficiente quanto a atuação da regulação, para fazer o preço cair.

Então, a oferta de um serviço em regime público, embora prevista em lei, precisa ser questionada hoje, precisa ser analisada adequadamente, para saber se é a melhor solução para garantir os investimentos que o setor precisa que sejam feitos.

São essas as colocações. Acho que a proposta em relação à reversibilidade precisa ser bem compreendida. A proposta é clara, há um empecilho ao investimento. Esse empecilho pode ser removido sem comprometimento da qualidade e da continuidade dos serviços prestados à população e revertido em obrigação de substituição e modernização da capacidade da rede, que é a demanda principal a ser atendida pela sociedade hoje.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado, Dr. Igor Vilas Boas de Freitas.

Passo a palavra à Drª Flávia Lefèvre Guimarães, para se contrapor à argumentação oferecida pelo Dr. Igor.

Tem a palavra V. Sª.

A SRª FLÁVIA LEFÈVRE GUIMARÃES – Eu sei que já avançamos aí, mas eu acho que esta é uma questão muito importante.

Eu, sinceramente, Igor, não acho que seja só a competição e o regime público responsáveis pelo preço alto da telefonia fixa e a competição responsável pelo preço baixo na telefonia móvel, por exemplo. Primeiro que não é baixo, é altíssimo. E os dados da OIT apareceram aí, mostrando que a tarifa de telefonia móvel nossa é uma das mais caras do mundo.

Mas especialmente eu acho o seguinte: eu tenho informes técnicos da Anatel de 2008, estudo feito por conta da incorporação da Brasil Telecom pela Oi, dizendo que 80% dos recursos auferidos com a exploração da telefonia fixa pelas concessionárias estavam subsidiando investimento em redes de suporte para serviços privados.

O que sustentou – veja como as visões são engraçadas sobre uma mesma coisa –, na minha análise, o crescimento do setor de telecomunicações foi o regime público. Primeiro, por conta das obrigações de universalização, que garantiram os investimentos que foram feitos. E muito da banda larga que a gente tem hoje está suportado pela infraestrutura que foi construída dentro dos contratos de concessão. E, segundo, porque até pelo menos dois anos atrás, dados do próprio SindiTele Brasil, 50% pelo menos da receita das concessionárias vinha da assinatura básica, vinha da telefonia fixa. E foi isso que propiciou investimentos que foram feitos em todo o País.

Infelizmente, por uma distorção, a gente tem, destes 270 milhões de telefones celulares que o presidente apresentou aqui, 82%, segundo a Anatel, operando na modalidade pré-paga, com uma média de recarga mensal sem tributos de aproximadamente R$5,00. E por quê? Porque é caríssimo o serviço no pré-pago. E é por isso que o Brasil ocupa os últimos lugares no *ranking* mundial de tráfego de voz na rede móvel.

Então, nós temos aí que adequar essa situação, porque o modelo se distorceu ao longo do tempo. E eu acho que é necessário discutir novos rumos, para que essas distorções não prejudiquem justamente os consumidores com menor renda que estão subsidiando, a meu ver, injustamente toda essa distorção.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado, Drª Flávia Guimarães, advogada da Proteste, Associação Brasileira de Consumidores.

Passo agora a palavra ao Dr. João Rezende, presidente da Anatel, para responder à indagação feita por S. Exª o Senador Wilder Morais.

O SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE – Senador, sempre tive resistência a essa questão de reconhecer, no sinal, de qual operadora é a ligação. Por quê? Isso foi recrudescendo porque, como a tarifa de interconexão, a tal da VU-M, é muito cara para se ligar da operadora A para a operadora B, as empresas passaram a fazer fortes promoções dentro da rede que, inclusive, ocasionaram, na cautelar do ano passado, uma queda muito grande de qualidade. Mas os técnicos da Agência estão colocando em consulta pública, agora, um sinal que vai reconhecer de qual operadora é. Sobre isso sempre brinco, inclusive, nas audiências, nos Estados. Digo que o fato de você ter de reconhecer de qual operadora você está ligando é uma distorção do sistema, por conta das tarifas de interconexão. É como se eu dissesse que o banco A só vai compensar o cheque dele. Quer dizer, você tem de aproveitar todo um sistema. Então, acho que embora os técnicos da Anatel estejam colocando em consulta pública, que é uma demanda do usuário, o reconhecimento de um tipo de sinal que vai identificar qual é a operadora com a qual está falando, acho que isso também é fruto dessa distorção da tarifa de interconexão, que foi sancionada lá no processo de privatização, mas que nós estamos, agora, através de um modelo de custo e com decisões da Anatel – com certeza, Igor, nós vamos decidir essa questão até dezembro –, a tarifa de interconexão será

inferior a dois dígitos. Com certeza será inferior a dois dígitos, em um prazo máximo de três anos. Tudo isso por conta de respeitarmos, também, a nossa preocupação com os investimentos. É preciso entendermos que não podemos, de uma hora para a outra, baixar a tarifa para próximo de zero, mas é o que estamos buscando.

Eu mesmo era resistente a esse sinal porque achava que isso mostra certa deficiência do sistema. É como mencionei com relação ao banco, que só compensa cheque do mesmo banco. Não tem muito sentido você ter uma rede de serviços à disposição do usuário.

Acho que tanto a ligação do fixo para o móvel quando do móvel para o móvel, de operadoras diferentes, tem de ter a mesma atratividade, têm de ser próximas, pelo menos, da atratividade de ligações dentro da própria rede.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Pergunto ao Senador Wilder se está satisfeito com a resposta oferecida. *(Pausa.)*

Agradeço a V. Exª.

Antes de encerrarmos a presente reunião, agradeço a presença de todos, em especial de nossos convidados, Dr. João Batista de Rezende, Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel; da Drª Flávia Lefèvre Guimarães, advogada da Proteste – Associação de Consumidores, e ao Dr. Igor Vilas Boas de Freitas, Consultor Legislativo do Senado Federal.

Por fim, convoco as senhoras e os senhores Senadores para a nossa próxima reunião, a ser realizada imediatamente após o encerramento desta, neste plenário, com pauta deliberativa.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 7 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 29 minutos.)

ATA DA 20ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES, REALIZADA PELA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO – CDR (25ª REUNIÃO) E PELA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL – CRE (45ª REUNIÃO), DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, EM 09 DE OUTUBRO DE 2013, QUARTA-FEIRA, ÀS 09:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 07, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e quatorze minutos do dia nove de outubro de dois mil e treze, na sala de reuniões nº 07 da Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Antonio Carlos Valadares, reúnem-se, em Reunião Conjunta, as Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo e de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senadores Cícero Lucena, Ciro Nogueira, Eduardo Suplicy, Flexa Ribeiro, Inácio Arruda, João Durval, Lídice da Mata, Maria do Carmo Alves, Mozarildo Cavalcanti, Osvaldo Sobrinho, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg, Ruben Figueiró, Vanessa Grazziotin e Wellington Dias. Deixam de comparecer os Senadores Acir Gurgacz, Romero Jucá, Ricardo Ferraço, Ana Amélia, Benedito de Lira, Kátia Abreu, Aloysio Nunes Ferreira, Armando Monteiro, João Ribeiro, Jorge Viana, Anibal Diniz, Cristovam Buarque, Pedro Simon, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Francisco Dornelles, Álvaro Dias, José Agripino, Cyro Miranda, Fernando Collor e Magno Malta. Justificaram ausência os Senadores Jarbas Vasconcelos e Paulo Bauer. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Antonio Carlos Valadares) declara aberta a Reunião. **EXTRAPAUTA – ITEM 1 – <u>REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL nº 104, de 2013</u>**, que "Nos termos do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública conjunta desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) com a Comissão Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), com o objetivo de 'promover o debate sobre a segurança pública na fronteira, particularmente envolvendo o combate ao contrabando, ao descaminho e ao tráfico de drogas e armas na região fronteiriça do Brasil, especialmente com o Paraguai e a Bolívia', com a presença das autoridades propostas no Requerimento nº 35, de 2013-CDR ". **Autoria**: Senador Ricardo Ferraço. **Resultado:** Aprovado. A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente Reunião Conjunta destina-se a realização de Audiência Pública, em atendimento aos Requerimentos nºs 35 de 2013-CDR e 104/2013-CRE, de autoria do Senador Ruben Figueiró e Senador Ricardo Ferraço, respectivamente, para "promover o debate sobre a segurança pública na fronteira, particularmente envolvendo o combate ao contrabando, ao descaminho e ao tráfico de drogas e armas na região fronteiriça do Brasil, especialmente com o Paraguai e a Bolívia", com a presença dos seguintes convidados: Sr. Ricardo Machado Vieira – Tenente Brigadeiro-do-Ar, representante do Ministério da Defesa; Sr. Peter Tofte – Coordenador de Fiscalização e Repressão Aduaneira da Receita Federal do Brasil, em representação do Sr. Carlos Alberto Freitas Barreto – Secretário da Receita Federal do Brasil; Sr. Roberto Rubem Ribeiro – Chefe de Serviço de Gerenciamento de Projetos do Departamento de Polícia Federal, em representação ao Sr. Leandro Daiello Coimbra – Diretor-Geral da Polícia Federal; Sr. Moisés Dionísio da Silva – Chefe

da Divisão de Combate ao Crime do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, em representação à Sra. Maria Alice Nascimento Souza – Diretora-Geral da Polícia Rodoviária Federal e Sr. André Matsushita Gonçalves – Superintendente de Segurança Pública da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Mato Grosso do Sul, em representação ao Sr. Wantuir Francisco Brasil Jacini – Secretário da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Mato Grosso do Sul. Às dez horas e trinta e quatro minutos o Presidente passa a Presidência da Reunião ao Senador Ruben Figueiró. Após a exposição dos convidados, usam da palavra o Senador Osvaldo Sobrinho e Eduardo Suplicy. A Presidência propõe a dispensa da leitura e aprovação da presente Ata que é aprovada. Nada mais havendo a tratar declara encerrada a presente Reunião, às doze horas e trinta e seis minutos, lavrando eu, Marcus Guevara Sousa de Carvalho, Secretário da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, a presente Ata que será assinada pelo Senhor Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (Senador Antonio Carlos Valadares) e publicada no *Diário do Senado Federal,* juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Antonio Carlos Valadares,** Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Declaro aberta a 20ª Reunião Conjunta das Comissões Permanentes, sendo a 25ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, e a 45ª da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Há, sobre a mesa, o seguinte requerimento, de autoria do Senador Ricardo Ferraço:

REQUERIMENTO Nº 104, DE 2013

Nos termos do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado, requeiro a realização de audiência pública conjunta desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, CDR, com o objetivo de promover o debate sobre a segurança pública na fronteira, particularmente envolvendo o combate ao contrabando, ao descaminho e ao tráfico de drogas e armas da região fronteiriça do Brasil, especialmente com o Paraguai e a Bolívia, com a presença das autoridades propostas no Requerimento nº 35, 2013-CDR.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

Como todos estão de acordo com a inclusão desse requerimento, ele será incluído na pauta.

Em votação.

Os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião é destinada à realização de audiência pública, em atendimento ao requerimento de autoria do Senador Ruben Figueiró e do requerimento de autoria do Senador Ricardo Ferraço, para promover o debate sobre a segurança pública na fronteira, particularmente envolvendo o combate ao contrabando, ao descaminho e ao tráfico de drogas e armas na região fronteiriça do Brasil, especialmente com o Paraguai e a Bolívia.

Encontram-se presentes a esta audiência o Tenente-Brigadeiro do Ar Ricardo Machado Vieira, representando o Exmo Sr. Celso Luís Nunes Amorim; Peter Tofte, Coordenador de Fiscalização e Repressão Aduaneira da Receita Federal do Brasil, representando o Sr. Carlos Alberto Freitas Barreto, Secretário da Receita Federal do Brasil; Dr. Roberto Rubem Ribeiro, Delegado de Polícia Federal, representando o Sr. Leandro Daiello Coimbra, Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal; o Inspetor Moisés Dionísio da Silva, Chefe da Divisão de Combate ao Crime, representado a Srª Maria Alice Nascimento Souza, Diretora-Geral do Departamento de Polícia Rodoviária Federal. O Sr. André Matsushita Gonçalves está a caminho desta Comissão.

Convido todos os convidados presentes para participar da mesa, a fim de iniciarmos a audiência pública e o debate.

Em primeiro lugar, o Tenente-Brigadeiro do Ar Ricardo Machado Vieira; o Sr. Peter Tofte, Coordenador de Fiscalização e Repressão Aduaneira; o Sr. Roberto Rubem Ribeiro, Delegado da Polícia Federal; e o Sr. Moisés Dionísio da Silva, Chefe da Divisão de Combate ao Crime da Polícia Rodoviária Federal.

Eu gostaria, inicialmente, de dar as boas-vindas aos nossos convidados e sugerir que o Senador Ruben Figueiró, idealizador desta audiência pública, possa fazer uma preâmbulo, uma introdução ao debate, mostrando as verdadeiras razões para realização desta audiência.

Agradeço se V. Exª sucintamente fizer uma introdução a este trabalho da Comissão nesta manhã.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Com muita honra, Sr. Presidente.

Desejo inicialmente saudar as ilustres autoridades presentes, que atenderam à convocação desta Comissão para prestar esclarecimentos a respeito das posições de cada uma das instituições com relação à

segurança na região fronteiriça do Brasil com os países vizinhos e muito especialmente com relação ao Paraguai e a Bolívia.

Quero dizer a V. Exª que sou um dos representantes no Senado da República do Estado do Mato Grosso do Sul, um Estado que sente altamente preocupado com a questão do tráfico de drogas, do tráfico de armas, do descaminho e do contrabando, que afetam a segurança da região e prejudicam imensamente o conceito do Brasil, inclusive na esfera internacional.

Esta audiência, Sr. Presidente e senhores depoentes, me veio à memória e me provocou, atendendo especificamente a uma solicitação de representantes da Polícia Rodoviária Federal que estiveram em meu gabinete e relataram a atual situação por que passam como instituição, os serviços que têm prestado ao lado da Polícia Federal, dos destacamentos do Exército e da presença da Receita Federal, mostrando também que existem carências estruturais alarmantes, como a falta de profissionais, instalações inadequadas dos postos, condições mínimas de trabalho e a remuneração, que está aquém do custo real da vida local. Não há uma fiscalização adequada, não por deficiência da ação dos que lá estão, mas, sim, por falta do apoio do governo, sobretudo do Governo Federal.

Eu quero ressaltar aqui aos senhores que há alguns lugares onde um posto do outro fica a quase 500km de distância, de 400km a 500km de distância, o que realmente dificulta a ação das autoridades de fiscalização.

Eu quero dizer também aos senhores que 76% dos Municípios fronteiriços estão na rota do tráfico e 25% estão em estado de alerta para disseminação do *crack* e da maconha.

Mato Grosso do Sul, dos 16 ou 17 mil quilômetros de extensão da fronteira brasileira com os países sul-americanos vizinhos, tem mais ou menos mil quilômetros, mas é também a região mais conflagrada, onde imperam os crimes que aqui relatei anteriormente.

A faixa de fronteira, segundo dispositivo constitucional, é da ordem de 150km, da fronteira ao interior; é uma área vasta, que cobre, segundo levantamento que fiz, 588 Municípios de 11 Estados, que vai desde o Amapá, Roraima, Amazonas, Acre, e desce, até o Rio Grande do Sul. Essas áreas todas somam, mais ou menos, 27% do Território brasileiro. Portanto, é uma área de expressiva importância estratégica, econômica e social para o Brasil.

Eu me louvo, portanto, nesses depoimentos que me prestou a brava corporação da Polícia Rodoviária Federal para trazer aqui ao debate essa questão, que, repito, tem uma importância fundamental para a defesa do Brasil, para a sua soberania e também para o combate desses crimes, que não são evidentemente só do Brasil, mas que a nós brasileiros nos preocupa profundamente.

Eu quero, ao finalizar, Sr. Presidente, cumprimentá-lo por ter acolhido a minha proposta de promover esta reunião, que se junta agora com a manifestação da Comissão de Relações Exteriores, por meio do Senador Ricardo Ferraço, na preocupação de que todos temos de analisar esse problema, sobretudo agora com a presença ilustre de V. Exªs os senhores depoentes.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Espero ter feito um breve relatório do propósito que me moveu a convocar esta audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Agradeço a V. Exª, Senador Ruben Figueiró, pelas explicações de forma resumida dos objetivos a que se propõe V. Exª para realização desta audiência pública. Não se trata, como se depreende das suas palavras, de fechar as fronteiras do Brasil ao comércio com outros países vizinhos, mas de fechar as fronteiras do Brasil, de comum acordo com os países vizinhos, ao narcotráfico, aos crimes de toda ordem que são cometidos com a participação de grupos organizados, que têm um intercâmbio com o Brasil na formulação de propostas de criminalidade que precisam ser combatidas com muito vigor.

Para tanto, esperamos que, deste debate que aqui realizaremos, novas propostas possam surgir e sugestões sejam levadas às autoridades competentes do Governo Federal na área da segurança, do Ministério da Justiça, do Ministério do Planejamento, do Ministério da Fazenda, a fim de que possamos coibir, nesta zona fronteiriça, de todas as maneiras possíveis, a prática de crimes que prejudiquem a boa relação entre o Brasil e os países vizinhos.

Naturalmente que o Brasil, como é um país maior, de território mais vasto, se ressente e tem mais prejuízos com a prática desses crimes. Então, o Brasil tem que ter uma estrutura suficiente, não só adequando a nossa Polícia Rodoviária, como também todos os órgãos e instituições, para que possam trabalhar na área da segurança pública no sentido de impedir que a criminalidade aconteça na região, não só do Mato Grosso do Sul, como em outras fronteiras que o Brasil tenha com os países vizinhos.

De acordo com o art. 94, §§ 2º e 3º do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará o seguinte procedimento: cada convidado terá dez minutos, com tolerância de mais cinco minutos, para fazer a sua exposição. Em seguida, abriremos a fase de interpelação para aqueles que desejam se inscrever e participar

dos debates. Os interpelantes dispõem de três minutos, assegurado igual prazo para resposta do interpelado.

Em primeiro lugar, quero conceder a palavra ao Tenente-Brigadeiro do Ar Ricardo Machado Vieira, que é do Ministério de Estado da Defesa.

Com a palavra, V. Sª, por dez minutos, mais cinco de tolerância.

Agradeço a V. Sª.

O SR. RICARDO MACHADO VIEIRA – Srs. Senadores, senhoras e senhores, autoridades aqui presentes, é um prazer estar aqui. Represento o nosso Ministro, que foi convidado, Chefe do Estado-Maior Conjunto, General de Nardi. Eu sou o Chefe de Operações Conjuntas do Ministério da Defesa.

Tenho uma breve apresentação, que dá uma visão muito clara do nosso trabalho do Ministério da Defesa hoje, principalmente voltado para suas Operações Ágata.

Pode passar, por favor.

Senhores, vamos falar da Operação Ágata, que é uma operação realizada, conduzida, coordenada pelo Ministério da Defesa, com a participação principalmente dos órgãos de segurança pública, como a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, e órgãos de segurança pública estaduais e municipais. Ela ocorre, como disse o Senador, ao longo da nossa fronteira terrestre.

Nós seguimos esse plano estratégico, que foi emitido pela Presidente no ano de 2011. Temos um decreto que ampara e, como disse o Senador, também, somos amparados pelas Leis nº 97, 117 e 136, que preveem a participação das Forças Armadas na faixa de fronteira, dando o poder de polícia, quando houver ausência da mesma, numa faixa de até 150km.

Muito bem. Os nossos objetivos estratégicos são a redução dos índices de criminalidade, coordenação do planejamento e execução de operações militares e policiais, cooperação com os países fronteiriços, apoio à população e intensificação da presença do Estado. Eu reputo que esse, para nós, sem dúvida, é o grande objetivo da nossa participação nessas operações.

Os ilícitos que ocorrem – todos os senhores já conhecem – são o narcotráfico, contrabando e descaminho, tráfico de armas e munições, crimes ambientais, contrabando de veículos, imigração ilegal, problemas indígenas e garimpo ilegal. Temos também, aqui, uma visão muito rápida.

Em 2011, com o nosso decreto, passamos a fazer essas Operações Ágata. Ainda em 2011, tivemos a oportunidade de realizar as três primeiras. Então, os senhores podem observar que nós cobrimos, na Ágata 1, aquela região, principalmente da Cabeça do Cachorro, uma pequena operação, a primeira. Depois, na Ágata 2, já viemos para a Região Sul; e, na Ágata 3, nós viemos para a região da fronteira oeste, pegando parte da Amazônia.

Em 2012, já complementamos e buscamos atingir justamente o norte das nossas fronteiras, onde não tínhamos atuado ainda – isso na Ágata 4. Na Ágata 5, voltamos ao Sul e Centro-Oeste; e, na Ágata 6, voltamos àquela região da fronteira oeste propriamente dita, pegando o sul da Amazônia também.

Neste ano, por conta do apelo, do problema da Copa das Confederações, partimos para uma situação diferenciada que seria atuarmos em toda a fronteira terrestre do Brasil. É lógico que devemos entender que, quando falamos em toda a fronteira terrestre, temos os pontos focais, ou seja, aqueles pontos em que já sabemos que existem os maiores problemas, haja vista as tríplices fronteiras. Temos também aqueles pontos que levantamos através do nosso trabalho de inteligência e aqueles resultados obtidos nas operações anteriores. Mas fizemos uma operação realmente de grande vulto do dia 18 de maio a 5 de junho deste ano, com operações simultâneas em toda a nossa fronteira.

Isto aqui é um dado importante: até 2012, tínhamos feito uma vez e meia a nossa fronteira terrestre, com 24.800km. Na Ágata 7, como atuamos em toda a fronteira, hoje, já atuamos, nesses três anos de Ágata, duas vezes e meia em toda a nossa fronteira terrestre, 42.000km, o que é um valor significativo.

Aqui, temos dados importantes, e isso estava na página do Ministério da Defesa, logicamente, para qualquer cidadão poder acessar. São dados interessantes. Esse efetivo de 25 mil unidades foi corrigido para mais; 6 milhões de brasileiros impactados; cobertura de 27% do território, faixa de fronteira seca de 7,3 mil, que é uma fronteira razoável; faixa de rios e lagos, 9,5 mil; rodovias federais, 23 mil; operação em onze Estados com dez países fronteiriços e 710 Municípios atingidos, sendo 122 limítrofes e 588 não limítrofes, mas dentro daquela faixa de 150km.

Temos um sistema de planejamento operacional do Ministério da Defesa, ou seja, é uma visualização gráfica da atuação das nossas forças militares, como das nossas agências. Então, na área da Amazônia, nós podemos ter essa visualização. Os senhores podem observar a importância que damos à calha dos nossos rios, um trabalho da Marinha do Brasil, principalmente, a fronteira, com as nossas patrulhas do Exército, e, aí, não aparece, mas a Força Aérea atuando através do Comando de Defesa Aeroespacial, a sua defesa aérea, controlando o espaço aéreo fronteiriço, sem contar o apoio logístico, que é importante para aquelas regiões inóspitas.

Aqui, na área de operação Oeste, é importante destacar que, em cada área de operação, nós colo-

camos um comandante de operações, que são os comandantes operacionais do Exército brasileiro, Comandante Militar da Amazônia, Militar do Oeste e Comandante Militar do Sul.

Aqui, temos já até a Região Sul, também, a nossa participação. As regiões mais importantes onde nós exploramos mais com as nossas tropas. E aqui temos uma visão geral do nosso trabalho na Operação Ágata 7.

Isto aqui são números efetivos empregados até a Operação Ágata 6. Então, vimos um total, com participação da Marinha, Exército e Força Aérea, e as agências, 253. Isso foi aumentando paulatinamente. Um exemplo é a Operação Ágata 7. Então, vemos que já começamos as agências para 1,5 mil, também, com a participação de universitários, principalmente nas assistências cívico-sociais, mas aumentamos substancialmente os militares, chegando a cerca de 33 mil.

Então, são números bastante significativos dessa operação que realizamos em toda a nossa fronteira.

Aqui são resultados tangíveis, que podemos auferir. Então, temos veículos inspecionados não só pelo Exército, como também pela Polícia Rodoviária Federal, 320 mil; aeronaves inspecionadas, 222. Com o apoio da Agência Nacional de Aviação Civil e da Força Aérea, nós vamos àqueles aeródromos, principalmente os aeródromos às vezes não homologados, e fazemos inspeções das aeronaves que estão pousadas, dos tripulantes, enfim.

Embarcações apreendidas, 500; embarcações vistoriadas, 5,6 mil, isso, trabalho da Marinha do Brasil; armas apreendidas, contrabando e descaminho, explosivos apreendidos. Então, são medidas em quilos, está certo? Drogas apreendidas também em quilos; quantidade de pessoas revistadas, 16 mil.

Ainda tenho cinco minutos...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Cinco minutos.

O SR. RICARDO MACHADO VIEIRA – Sim, senhor. Vou concluir.

Aqui também nós temos alguns resultados importantes. Apenas destaco, por exemplo, apreensão de armas, entrevistas realizadas, apreensão de valores também, uma quantidade bastante razoável. E há munições também.

Bem, aqui, ações cívico-sociais. Até a Ágata 6, os senhores veem lá procedimentos médicos, odontológicos, vacinações, entrega de medicamentos, chegando-se a uma quantidade bastante importante, atingindo-se grande parte da nossa população menos assistida.

E aqui, na Ágata 7, nós atingimos esses números de 261 mil pessoas atendidas. E outros serviços que aconteceram também.

Só para os senhores terem uma ideia... É importante colocar que o Ministério da Defesa se preocupa... E é comunicado a todos os países vizinhos que vamos realizar essa operação na fronteira e convidamos observadores das forças armadas desses países a participarem. E temos sempre uma participação importante deles.

Aqui, um exemplo: lá no Norte, com o pessoal da Gendarmeria da Guiana Francesa. Aqui temos exemplo de bloqueio e controle de estrada, lá no Oiapoque. Isso aconteceu na Ágata 6, no ano passado; apreensão de material, principalmente drogas. Isso aí, logicamente, não só o Exército, principalmente, mas com o apoio da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária.

Outros exemplos aí... Ah, sim, aqui temos exemplos de sete fuzis AK-47, cartuchos, pistolas. Isso foi exemplo da última operação.

Destruição de pista acontece também. A Força Aérea ou a Polícia Federal faz esse trabalho. Às vezes a Força Aérea aproveita para fazer um treinamento e jogar uma bomba, para fazer um lançamento de bomba real, para interditar essa pista. São pistas clandestinas, normalmente usadas até no tráfico, contrabando e descaminho, enfim...

Recuperação de pontes através dos Batalhões de Engenharia do Exército. Também recuperam, aproveitam para isso. As ações cívico-sociais são muito importantes. Aí temos a Força Terrestre Companhia de Pantanal.

Então, aí já é mais lá no norte, em Surucucu. Então, uma participação bastante maciça do nosso corpo médico.

Outro exemplo em navio da Marinha. Aqui temos um mamógrafo no navio de assistência hospitalar Dr. Montenegro, realizado na Amazônia. Atendimento médico geral da população. Enfim, aí em outros locais.

Uma coisa também importante que passamos a fazer: nas assistências cívicas é também a recuperação, por exemplo, de uma escola. Então, a gente aproveita esses 15 dias de operação, a tropa vai lá – dessa vez, foram os fuzileiros navais – e recuperamos uma escola. Enfim, apoio geral à população.

Para encerrar, essa é uma visão hoje dos participantes da Operação Ágata, essa grande operação que as Forças Armadas, apoiadas por diversas agências, realiza na nossa fronteira.

Senador, é isso que eu teria para falar.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Agradeço ao Tenente-Brigadeiro Ricardo Machado Vieira pelas infor-

mações preciosas que trouxe, evidenciando o trabalho das nossas Forças Armadas na zona de fronteira com outros países.

Agora, daremos a palavra ao Coordenador de Fiscalização e Repressão Aduaneira, Sr. Peter Tofte, por dez minutos e mais cinco de tolerância.

O SR. PETER TOFTE – Bom dia, senhoras e senhores. Antes de mais nada, quero agradecer a esta Casa, ao Senado na figura do Senador Antonio Carlos e do Senador Ruben por esta iniciativa muito importante para a gente debater esse assunto extremamente importante aqui. Também peço desculpas em relação ao Dr. Carlos Alberto Barreto que já tinha um compromisso prévio agendado e, por isso, me designou o Secretário da Receita para essa tarefa.

Eu só queria complementar a fala do Senador Ruben e dizer o seguinte: a questão do crime na fronteira, o crime transfronteiriço é muito maior do que simplesmente a região de fronteira. O problema não se limita à região de fronteira. O crime nas grandes cidades brasileiras, todos os senhores já estão cansados de saber, passa necessariamente pela fronteira brasileira. Quer dizer, isso não afeta somente os Estados fronteiriços, afeta Brasília, afeta os grandes centros urbanos, porque sabemos que, hoje em dia, a maior parte dos problemas de criminalidade está associado ao tráfico de drogas e de armas. Muita gente assalta para poder pagar a droga, o usuário de droga, por exemplo.

Vamos falar sobre o papel da Receita, o que ela tem feito, o que ela não tem feito por falta de recursos nessa área.

Antes vamos esclarecer o que é aduana? O que a Receita Federal faz? Os senhores, geralmente, conhecem mais a Receita Federal porque arrecadamos tributos que proveem o Estado de recursos. Então, sentimos mensalmente o trabalho da Receita Federal no contracheque, mas ela também controla a fiscalização de comércio exterior no Brasil, através da aduana.

A aduana é um órgão de Estado especializado no controle e fiscalização do fluxo internacional de bens, mercadorias e veículos. Tradicionalmente, a aduana, nos demais países do mundo e nas demais nações do mundo, é a instituição que mais apreende drogas entre as instituições de Estado. Por quê? Não porque a aduana seja melhor do que as forças policiais. Simplesmente porque ela está localizada nos portos, aeroportos e pontos de fronteira e já tem um treinamento específico para esse tipo de ação.

Os objetivos da aduana. É importante frisar isso aqui. Vocês veem o quarto item: o incremento da proteção à sociedade, plano estratégico de fronteiras. Temos a chamada Operação Fronteira Blindada. Nós temos essa função muito importante, mas ao mesmo tempo vivemos o que se chama o paradoxo da aduana. Nós temos que simplificar e agilizar o comércio exterior do País. Isso significa ter uma implicação muito importante. Nós não podemos parar 100% dos veículos que estão entrando no País na fronteira, 100% dos ônibus, dos automóveis, dos caminhões. Por quê? Porque causaríamos uma fila tremenda, um congestionamento tremendo e prejudicaríamos o comércio. Nós temos que usar uma metodologia de trabalho que se chama análise de risco, ou seja, nós temos que usar da inteligência para selecionar aqueles veículos que vão ter de ser submetidos à inspeção. É impossível fiscalizar tudo.

Essa é a sistemática de trabalho. Através do gerenciamento de risco, nós habilitamos e credenciamos operadores no comércio exterior, controle de cargas e despachos aduaneiros, e o despacho aduaneiro; fazemos também auditorias fiscais e operacionais nas empresas que importam. E, especialmente isso daqui: a vigilância e repressão aduaneira nas fronteiras, portos e aeroportos do País.

Aqui o mapa estratégico da Receita. Eu só estou frisando aqui, por exemplo, no nosso mapa estratégico, as nossas missões, os nossos objetivos que se reportam ao fortalecimento da repressão aduaneira nas fronteiras. Nos processos internos nós temos o fortalecimento da vigilância e repressão aduaneira, para elevar a percepção de riscos, que é a presença fiscal. E isso a Receita Federal, todos os dirigentes e gestores da Receita Federal, devem buscar.

Esses números os senhores já conhecem, já devem estar carecas de saber. Nossas fronteiras são extremamente extensas, quase 17.000km, sendo que, reparem, com o Paraguai temos 1.365km, e com a Bolívia é a maior fronteira terrestre do Brasil, 3.423km. E notem, senhores, que, justamente as fronteiras com o Paraguai e a Bolívia são uma das mais difíceis de serem fiscalizadas, por causa de uma coisa que nós conhecemos como fronteira seca, ou seja, não existe um rio separando, em boa parte, em boa extensão dessas fronteiras, não existe um rio separando os dois países. Se nós nos posicionamos aqui – eu, Polícia Rodoviária Federal –; nesse ponto na linha de fronteira, um carro com tração nas quatro rodas pode atravessar a fronteira 4km ao sul, 4km ao norte. E isso dificulta sobremaneira, porque os carros, veículos, pessoas, não só conseguem adentrar na fronteira brasileira pelos pontos autorizados, ou seja, os pontos fronteiriços onde existem instalações da Receita, da Polícia Federal, mas através de qualquer ponto da fronteira seca, porque existe uma facilidade muito grande.

Aqui mostrando o plano estratégico de fronteiras, a nossa operação Fronteira Blindada, vocês veem nesse mapa as instalações da Receita Federal, as ins-

talações aduaneiras; as unidades aduaneiras. Temos assinalados os portos, aeroportos, e também temos assinalado em azul os pontos – temos cerca de 34 pontos – fronteiriços no Brasil. É claro no mapa que a nossa concentração maior é no Sul e Sudeste; e, à medida que nós subimos para o Norte, temos poucos pontos fronteiriços. Por quê? Simplesmente porque são poucas as estradas, poucos espaços fronteiriços. Nós temos muita floresta, nós temos o pantanal mato-grossense, etc. Portanto, na região temos reservas indígenas, parques nacionais, então não existem estradas ali ao norte que justifiquem a instalação de um ponto de fronteira. Já no sul é diferente; nós temos diversos pontos com estradas e pontes cruzando os rios. Existe então uma motivação de ordem geográfica para termos essa concentração.

Só para vocês compararem com a fronteira norte-americana, principalmente a fronteira mais crítica que eles têm lá, a aduana americana, o CBP (Costumers and Borders Protection), tem 3.141km de fronteira, apenas, fronteira crítica, digamos assim, com o México, enquanto nós temos 17.000km. E eles têm muitos recursos. Eles têm cerca de 200 aviões, helicópteros e aviões; cerca de 300 barcos para vigiar a fronteira. E têm muita tecnologia. Eles operam VANTs, que eles conhecem por drones, eles têm dezenas de drones a serviço deles, e mesmo assim os Estados Unidos são o principal consumidor de cocaína do mundo, estatisticamente falando. Isso mostra o quão difícil é fazer esse controle de fronteiras.

O Brasil, infelizmente, está em segundo lugar. O Brasil é o segundo maior consumidor de cocaína do mundo.

Aqui as fotos usuais de tráfico de cocaína no Brasil. Notem especialmente como o Mato Grosso do Sul é afetado porque é basicamente quase uma linha reta entre os principais produtores de drogas, especialmente a *marijuana* (maconha) e a cocaína, e os principais polos consumidores aqui no Brasil, que são São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, a Região Sudeste do País. É uma linha reta. Então, é um caminho preferencial dos traficantes de droga. Isso afeta muito particularmente o Mato Grosso e o Mato Grosso do Sul.

(Soa a campainha.)

O SR. PETER TOFTE – Nós somos também, estatisticamente falando... o órgão das Nações Unidas que trata de drogas e combate ao crime já alertou o Brasil que nós somos hoje o principal país de trânsito de drogas no mundo, ou seja, o Brasil não produz droga, mas a droga passa pelo Brasil para ser exportada para outros lugares. Então, falhamos duas vezes: falhamos na entrada e falhamos no controle de saída.

Aqui só para ter uma ideia, senhores, consideramos o sul de Mato Grosso do Sul, o Mato Grosso do Sul – perdão –, uma área crítica em termos de controle de drogas, porque por aqui passa a maior parte da droga no País. Essas – me corrijam os senhores, se houver aqui alguém do Exército – são as unidades militares do Exército Brasileiro no Mato Grosso do Sul. Aqui são as da Polícia Federal – me corrija o colega da Polícia Federal, se eu estiver incorreto – e aqui as da Receita Federal.

A Receita Federal, depois do Exército Brasileiro, por incrível que pareça, é a segunda instituição com maior presença nas fronteiras. Eu digo incrível porque temos um efetivo reduzido e mesmo assim ainda somos o segundo maior efetivo depois do Exército Brasileiro.

Aqui, rapidamente, vou passar por isso, mostrando o consumo de cocaína no mundo, a situação que o Brasil enfrenta, os produtores que são nossos vizinhos – nós temos também essa –, além da grande extensão, os produtores estão aqui ao lado – vou passar rapidinho por cima – e os meios que a Receita Federal utiliza atualmente para o combate às drogas – integração e cooperação com os outros órgãos, Projeto K9, Projeto de Cães de Faro da Receita, Projeto Armamento Institucional, motivação das equipes de repressão.

Nós tivemos aqui nos últimos dois anos as apreensões de maconha, cocaína, *crack*, *ecstasy*, não só nas regiões de fronteiras, mas também nos aeroportos e nos portos.

Eu soube ontem no final da tarde que aprendemos mais de 250kg de cocaína no Porto de Santos graças à ajuda de *scanners*, que estão fazendo o quê? *Scanners* são grandes equipamentos de raios X que vistoriam completamente um contêiner, um caminhão. Só no Porto de Santos a Receita Federal já apreendeu quase 500kg de cocaína.

Este ano eu creio que a Receita Federal já tem cerca de uma tonelada de cocaína, apreendida especialmente com o uso de *scanners* de alta tecnologia. *Ecstasy* normalmente apreendemos em aeroportos, com passageiros que vêm da Europa.

Aqui alguns casos de apreensões, não na região de fronteiras. É importante a gente também pegar a cocaína que sai exportada, digamos assim, "exportada" – entre aspas – dos portos brasileiros e aeroportos. Por quê? Porque você está atingindo o crime organizado, quem está atravessando a fronteira com a droga no Paraguai, na Bolívia, parte é para consumo interno e parte é destinada à exportação através dos portos brasileiros.

Aqui é o caso de drogas apreendidas no corpo de um passageiro. Esse caso é emblemático; o cão de faro da Receita Federal em Guarulhos sentiu

o cheiro da cocaína na mala desse passageiro, só que examinaram a mala, passaram-na no raios X e não encontraram a droga. Simplesmente o que o cachorro sentiu foi cheiro do resíduo que o passageiro deixou na mala após manipular a droga, colocar a droga no corpo dele, e tocar com essa mão a mala. O cachorro sentiu o cheiro da droga. Então, a Receita Federal com a Polícia Federal correram lá para o *check-in*, para localizar o passageiro dono daquela mala, e o prendeu.

Os cachorros são fantásticos para esse tipo de coisa. É um investimento que vale a pena não só para a Receita, como também para todas as polícias do Brasil o dinheiro gasto com cachorro federal – com cachorro federal, não, perdão – vale muito a pena.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Qual é a raça que mais se adaptou?

O SR. PETER TOFTE – As raças que são mais utilizadas são o pastor alemão, o pastor belga *malinois*, o labrador. São os cães que estamos utilizando, mas o *beagle* também pode ser utilizado, etc. São excelentes! Por exemplo, você veem aí um agente da Receita Federal rompendo a chaparia de um carro importado. Isso por quê? Porque o cachorro indicou. Quem teria coragem de romper um carro, de um automóvel de um passageiro qualquer, a princípio, sem ficha criminal nem nada se não houvesse um indício muito forte?

A detecção por um cachorro...

(Soa a campainha.)

O SR. PETER TOFTE – Perdão, terminou meu tempo?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE. *Fora do microfone*.) – Não, ainda tem um minuto.

O SR. PETER TOFTE – Está certo. Então, por favor.

Então, vocês veem apreensão de armas, prisões também são efetuadas pela Receita Federal, por causa do projeto Armamento Institucional. Temos outros meios.

Aqui uma coisa interessante. Os ônibus, esse era um comboio que vinha do Paraguai. Esse comboio, hoje em dia, terminou, graças em parte à ação do Senado, que aprovou uma lei que implicava uma multa muito pesada para os proprietários de ônibus que faziam esse tipo de coisa.

Hoje em dia, a situação é essa. Isso daqui é uma dos três estacionamentos da Receita Federal em Foz do Iguaçu. Nós temos cerca de 8.000 veículos apreendidos só este ano.

Aqui mostra a periculosidade das ações, as perseguições, que, muitas vezes, levam a batidas. Aqui nossos meios, os cachorros que temos, os alertas. A Receita Federal, hoje em dia dispõe de helicóptero.

(Soa a campainha.)

O SR. PETER TOFTE – Só rapidamente. Isso daqui é uma operação conjunta com a Polícia Rodoviária Federal e com a Aeronáutica. Foi idealizada pela Receita Federal. Esse é um avião que caiu cheio de muamba, principalmente com droga.

Essa operação foi exibida na TV Record. Foi feito um documentário. Trata-se de uma ação conjunta da Polícia Rodoviária Federal e a Aeronáutica. Nós queremos muito mais esse tipo de operações.

Aqui o *scanner*. Nós estamos comprando mais 11 *scanners* que permitirão a detecção de drogas; inclusive vão ser instalados em Mato Grosso do Sul e em Epitaciolândia, no Acre; cada um deles custa R$7 milhões. A gente espera que seja antes da Copa de 2014 – essa é uma ação de Governo muito importante –, porque isso permite que a gente examine dezenas de caminhões. Também está à disposição para as imagens.

Aqui um pequeno choro que vou fazer em relação a nossa categoria.

(Soa a campainha.)

O SR. PETER TOFTE – Nós não temos ainda o porte... Já estão me censurando aqui por falar isso. Mas é só a conclusão, por favor.

Oitenta e sete por cento dos atentados a servidores da Receita Federal ocorrem fora de serviço, e nós ainda não temos o porte de arma fora de serviço. Isso cria uma situação de insegurança, e muitos colegas não querem trabalhar na vigilância e repressão, na área de fronteira, que é uma área extremamente perigosa, por quê? Porque, no final do serviço, tem que entregar a arma na delegacia e tem que sair da delegacia encarando os contrabandistas, os descaminhadores, traficantes de drogas, desarmado. Tem que chegar para eles e dizer: "Brincadeirinha, brincadeirinha, agora nós somos todos amigos e deixa eu voltar para casa."

Esse é um problema sério que enfrentamos dentro da Receita Federal.

Muito obrigado pela atenção dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Agradeço ao Coordenador da Fiscalização e Repressão Aduaneira da Receita Federal do Brasil, Dr. Peter Tofte pela contribuição que está dando a esta Comissão.

Em seguida, passamos a palavra ao Delegado da Polícia Federal, Roberto Rubem Ribeiro, que representa a Polícia Federal neste encontro.

O SR. ROBERTO RUBEM RIBEIRO – Sr. Presidente, Senadores, Senador Figueiró, em nome da Polícia Federal, agradecemos o convite para participar deste debate sobre segurança na fronteira.

Nesse momento, a gente passará a fazer esclarecimentos da atuação da Polícia Federal na faixa de fronteira. Eu represento aqui a Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado, onde hoje temos como Diretor o Dr. Oslain Campos Santana, que, dentro da estrutura do órgão central, é o diretor responsável para coordenar, baixar diretrizes a todas as unidades investigativas da Polícia Federal. Essa unidade também é responsável pelo Plano Estratégico de Fronteiras, pelo Plano de Enfrentamento ao *Crack,* da Polícia Federal, e também é responsável por todos os dados estatísticos, tanto operacional, no Brasil inteiro, quanto na faixa de fronteira.

Dentro dessa visão, vamos esclarecer sobre as ações da Polícia Federal ao enfrentamento dos crimes transnacionais na faixa de fronteira.

Dentro do que será dito, vamos falar sobre a introdução da atuação da Polícia Federal, as atribuições dela, as fronteiras, as estratégicas de enfrentamento aos crimes transacionais, a Operação Sentinela – que é uma operação dentro do Plano Estratégico de Fronteira – e os resultados operacionais da Operação Sentinela e da Polícia Federal.

É importante esclarecer, neste momento, as atribuições da Polícia Federal. Está previsto no art. 144, §1º, da Constituição, que ela é tanto uma polícia administrativa, como também investigativa. Ela tem uma atuação administrativa e de investigação criminal.

Dentro da área administrativa, na Polícia Federal, nós emitimos documentos de viagem; fazemos o controle migratório, o controle de estrangeiros na faixa de fronteira e nos aeroportos, o controle de armas, o controle de produtos químicos, o controle de segurança privada; a segurança aeroportuária e a segurança portuária. E também segurança de dignitários e identificação civil criminal.

Essas são as atribuições administrativas.

Dentro das atribuições de investigação ou de polícia judiciária, somos responsáveis por atuar no combate ao tráfico de drogas e de armas, contrabando e descaminho, crimes financeiros e lavagem de dinheiro, crimes contra o meio ambiente e comunidade silvícola, crimes contra a ordem tributária e econômica, crimes contra a administração pública federal, crimes contra direitos humanos e eleitorais, crimes praticados por meios cibernéticos, crimes interestaduais e transnacionais e, por fim, crimes contra bens e serviços de interesse da União.

Essas são atribuições judiciais, ou seja, área investigativa da Polícia Federal.

A Polícia Federal, hoje, tem uma capacidade de estar em todo o Território Nacional. Ela tem essa peculiaridade de estar presente em todas as unidades. São 27 superintendências regionais em cada Estado, 97 Delegacias da Polícia Federal, com mais 15 Delegacias de Polícia Marítima. Está presente em 17 postos de fronteira – 17 postos específicos –, que não são delegacias, mas são de natureza fiscalizatória. Nós possuímos também 16 adidâncias, não com presença no Território Nacional, mas também temos a presença de policiais federais em outros países. São 16 países, com 16 adidos e adidos adjunto, auxiliares de adido, e também temos 14 escritórios de inteligência de investigação em outros países, que são considerados oficiais de ligação.

Em relação especificamente ao Paraguai e à Bolívia, temos os adidos e os auxiliares de adido e também temos, em Santa Cruz, um oficial de ligação da Polícia Federal, que é responsável pelo intercâmbio de informações com a Polícia Federal boliviana e a Polícia Federal brasileira.

Fronteiras. Já foi dito aqui pelo Senador Figueiró algo sobre as nossas fronteiras brasileiras. Só é importante ressaltar que 27% do território brasileiro encontra-se na faixa de fronteira, que tem 150km de largura. O Brasil tem 11 Estados fronteiriços, 16.886km de extensão, sendo que destes, 7.000km são de fronteira seca, mais de 7 mil, 9.523km de rios, lagos e canais. Na faixa de fronteiras, encontra-se, segundo as últimas estatísticas, 580 Municípios, sendo 122 limítrofes, quase 11 milhões de habitantes residem nessa faixa de fronteira. Nós temos o menor Município e o maior Município em relação a localização por habitantes na faixa de fronteira. Então, esse é um quadro que mostra a diversidade e a grande dificuldade que temos de combater os crimes transnacionais na faixa de fronteira.

Uma outra visão internacional que temos que esclarecer que, dentre os dez países de fronteira com o Brasil, nós temos três grandes problemas: estamos do lado dos três maiores produtores mundiais de cocaína, que são Colômbia, Bolívia e Peru. Hoje, pelos dados da ONU, o Peru é o país que mais produz cocaína na América do Sul, seguida por Bolívia e Colômbia.

E também temos, na fronteira com o Paraguai um segundo maior produtor de maconha, que é o Paraguai. O maior produtor é o México. Então, O Brasil está rodeado de um problema, que é o problema das drogas.

Nós somos, dentro do Território Nacional, um país de trânsito, mas temos um outro grande problema: somos o segundo maior consumidor de drogas no mundo. O pri-

meiro são os Estados Unidos. Então, além de sermos um país consumidor, nós também somos um país de trânsito.

Aqui é um mapa sobre a região de fronteira, onde, como já foi dito pelo colega da Receita, a fronteira seca brasileira são 16.886km e a fronteira dos Estados Unidos com o México é de 3.141km. Isso mostra a nossa realidade, uma problemática que é dificuldade de controlar a faixa de fronteira.

Aqui nós temos regiões produtoras de coca na Bolívia, no Peru e na Colômbia... recentemente, até recebemos uma informação do colegas de Mato Grosso do Sul e de Mato Grosso, são informações recentes, não confirmei, de que o BNDES está financiando a construção de uma estrada que vai ligar o Brasil, passando por todos os Estados produtores de coca na Bolívia. Essa é uma preocupação que temos no futuro em relação à escoamento da produção de cocaína na região da Bolívia para o Brasil.

Aqui é a região produtora de maconha, que é Mato Grosso do Sul e Paraguai. E ali no Nordeste, nós também temos várias plantações de maconha principalmente na região do rio São Francisco.

(Soa a campainha)

O SR. ROBERTO RUBEM RIBEIRO – Aqui uns dados sobre um problema sério que temos e que foi até dito pelo Senador, que é a falta de fiscalização na faixa de fronteira. Nós temos a fronteira seca e, nessa fronteira que é de Cáceres, a gente verifica que 80km da... a partir do momento que se entra em território brasileiro, haverá só uma fiscalização migratória 90km depois da fronteira.

Aqui são os tipos de crime que nós identificamos na faixa de fronteira, os crimes mais comuns, utilizados no território brasileiro, na faixa de fronteira.

As estratégias para enfrentamento aos crimes transnacionais pela Polícia Federal. Dentro das estratégias, nós temos: a priorização da região de fronteira e gestão policial – essa é uma estratégia da Polícia Federal –; a ampliação da cooperação interna; ampliação da cooperação internacional; combate à organização criminosa na fronteira; e investimento em tecnologia.

Dentro dessas cinco estratégias, nós vamos identificar agora quais são as ações que estão sendo implementadas pela Polícia Federal em cada uma delas.

Dentro da estratégia para priorizar a região de fronteira, nós temos lotado nos últimos dois anos policiais federais. Foram em torno de 600 policiais no mês de janeiro e, em 2014, há previsão de lotar mais 600 policiais.

Criação de 19 bases de inteligência policial. São bases específicas para a área de inteligência e combate a drogas e crimes de contrabando e descaminho. Elas também foram instaladas este ano, até julho deste ano. São 19 bases de inteligência para combater os crimes mais importantes na região de fronteira.

Construção de novas instalações da DPF. Essas ações estratégicas tiveram apoio do Governo Federal, foram destinados dinheiro e recursos humanos para implementar essas ações estratégicas. São as ações estruturantes do Departamento.

A capacitação de policias lotados na fronteira. Esta é outra ação estratégica dentro da região de fronteira.

Cooperação interna. Dentro da cooperação interna, temos a Operação Sentinela, onde estamos dando continuidade à integração com as Forças Armadas do Brasil, através do COC, o Centro de Operações Conjuntas, e temos também a integração com policias estaduais, as PEFRONs, as policias de fronteira, elas dão apoio à Operação Sentinela nas faixas de fronteira. São parceiros da Polícia Federal.

Dentro da cooperação internacional, a Polícia Federal tem implementado acordos bilaterais entre a Polícia Federal e a Polícia Federal estrangeira. Então, a cada dois anos, a Polícia Federal renova os acordos de cooperação com as polícias paraguaia, peruana, boliviana, colombiana, argentina e uruguaia. São as cooperações internas para intercambiar informações. O intercâmbio de oficiais de ligação, em que trazemos para nosso escritório de inteligência vários policiais estrangeiros para darem suporte às nossas investigações. Temos também erradicado maconha no Paraguai, em operações conjuntas, Polícia Federal brasileira e a Polícia Federal paraguaia, para erradicar plantações de maconha em território paraguaio. Há uma operação em andamento, no Paraguai, permanente 2013. Erradicação de coca no Peru. No ano passado e neste ano, fizemos várias operações conjuntas, Polícia Federal brasileira dando suporte financeiro, dando suporte logístico, com a polícia peruana, para erradicar plantações de coca em território colombiano. Recentemente, acho que no último mês, houve uma operação também no Peru, quando foram desativados vários laboratórios de cocaína em território peruano.

Com a Bolívia, isso é impossível. A legislação boliviana veda qualquer tipo de cooperação de outra força policial em território boliviano. Então, em território boliviano, não temos feito por vedação interna da legislação boliviana.

No combate ao crime organizado na fronteira, temos as ações, a seletividade. Sabemos que a Polícia Federal tem um reduzido número de servidores para combater o crime organizado. O que tem sido feito? Selecionamos as organizações que podem trazer maior lesão ao patrimônio público e às pessoas. Estamos selecionando as maiores organizações e as que têm

maior poder econômico. E o segundo é a utilização de inteligência e técnicas especiais de investigação.

Investimento em tecnologia. Estamos investindo também no sistema Cintepol, que é um centro integrado que reúne todos os bancos de dados da Polícia Federal. Temos também o projeto PeQui, que é o projeto do perfil químico da droga. Toda droga apreendida pela Polícia Federal vai para um laboratório e, ali dentro, serão dadas todas as substâncias utilizadas e a origem da droga, para sabermos de onde ela veio.

Temos o projeto VANT, que é o sistema de aviação não tripulada, de aeronaves não tripuladas. Temos hoje duas bases com duas aeronaves e a previsão é adquirir mais duas aeronaves em um outra base, para atuar na faixa de fronteira. O VANT ou drone gera imagem com reação imediata e monitora continuamente toda a faixa de fronteira. Este é o drone utilizado pela Polícia Federal.

Aqui é uma notícia recente do dia 2/10, em que foi usado este VANT na faixa de fronteira, no lago de Itaipu, onde foram localizadas, na região, pessoas com maconha. E, a partir dessa localização pelo nosso VANT, logramos êxito em apreender quase 1,3 mil toneladas de cocaína, só com a utilização do VANT. Essa é a última mensagem que a utilização do VANT proporcionou para a Polícia Federal.

A Operação Sentinela em si é uma operação da Polícia Federal com órgãos parceiros. Ela já existia antes de 2011 e, com o Plano Estratégico de Fronteira, o Governo Federal destinou recursos humanos e financeiros para dar maior suporte a essa operação.

Dentro da Operação Sentinela, há uma portaria do Ministério da Justiça que baixou diretrizes para integrar com os órgãos de segurança a atuação da Polícia Federal na faixa de fronteira. Nela, nós temos como parceiros a Polícia Rodoviária Federal e a Senasp.

Integração com países vizinhos para enfrentar os crimes na região.

Na Operação Sentinela, competente para coordenar a parte operacional é a Polícia Federal, tendo em vista o art. 144, §1º, inciso III da Constituição, que atribui à Polícia Federal atuar na faixa de fronteira e nos aeroportos.

Aqui, é a abrangência da Sentinela. Aqui, é um histórico sobre a Sentinela antes de 2011 e depois de 2011, depois do Plano Estratégico de Fronteiras.

A tática utilizada pela Sentinela é a fiscalização e o controle de veículos, patrulhamento móvel, realização de barreiras policiais, manutenção de atividades de inteligência e atividades de polícia judiciária.

A Operação Sentinela intensificou a ida de policiais federais para as áreas operativa e investigativa nas faixas de fronteira.

Há aqui as estatísticas de 2012 em relação a fiscalizações e apreensões. Estes são os dados de 2012. Na Operação Sentinela, há os dados estatísticos até 30 de setembro de 2013. Foram vistoriados quase 3 milhões de veículos; embarcações, mais de 5 mil; aeronaves; mais de 3 milhões de pessoas. Esses dados estatísticos também englobam os dados do PRF também.

Aqui, são os dados de apreensão de drogas em 2012 da Operação Sentinela: cocaína e derivados, 17t; maconha, 120t; armas, mais de 841. Isso foi em 2012. Em 2013, há os dados até o dia 30 de setembro: cocaína, mais de 13t apreendidas; maconha, quase 190t apreendidas só neste ano; armas, 864; munições, mais de 54 mil; cigarros, que é o contrabando, quase 5 milhões de pacotes; medicamentos apreendidos, 668.979 unidades; agrotóxicos também apreendidos; e prisões efetuadas e mandados cumpridos na faixa de fronteira: mais de 11 mil pessoas presas só neste ano, na faixa de fronteira, cometendo crimes.

Estes aqui, rapidamente, são os dados da Polícia Federal sobre a apreensão da cocaína nos últimos cinco anos. Em 2012, houve uma redução da cocaína, mas, neste ano, já vão aumentar os dados. Apreensão de maconha, em 2012, foi 111t; só na faixa de fronteira, neste ano, já foram 190t, ou seja, mais na faixa de fronteira do que em todo o ano de 2012 da Polícia Federal.

Resultados sobre o cultivo de maconha. Aqui, são erradicações no Brasil e dados de erradicações no Paraguai, nos últimos anos também, em operação conjunta com a polícia paraguaia. Há estes dados em relação ao Paraguai: em 2012, 223ha, que correspondem a 699t de cocaína apreendida, ou seja, deixou-se de produzir essa quantidade.

Aqui, são os países, com alguns parceiros, como o COMDABRA, um grande parceiro da Polícia Federal para acompanhar aeronaves que transportam cocaína. Aqui, são algumas fotos sobre a erradicação de maconha no Paraguai, sobre cultivo de coca, no Peru e a erradicação, também em operação conjunta com o Polícia Federal; os hectares de erradicação de plantas.

Aqui temos umas fotos de caminhões apreendidos na faixa de fronteira. As formas como são transportados armas e drogas. Esse caminhão aí com esses sacos vermelhos foi uma apreensão recente em Foz de Iguaçu, no dia 1º. Aquela caminhonete carregada de drogas foi apreendida com a utilização do VANT; a carga de armamento também teve a utilização de equipamentos de inteligência. Cigarros.

Conclusão.

Nós temos os nossos desafios, que é aprimorar a cooperação internacional, aprimorar a cooperação entre as instituições internas e aprimorar as legislações,

tais como as técnicas especiais de investigação, alienação de bens de traficantes de drogas, a tipificação de enriquecimento sem causa, Essas são algumas sugestões da Polícia Federal, além de instituir uma adicional de analista. Nós temos, na faixa de fronteira, vários analistas. Mas é difícil recrutar policial para a faixa de fronteira. Então, uma das ideias da Polícia Federal é instituir uma adicional de analista para os policiais que trabalham com a análise de inteligência.

Temos também aqui no Senado um projeto de lei que seria interessante que déssemos andamento. Refiro-me ao Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2008, que possibilitará ao delegado de Polícia Federal, lotado do escritório central da Interpol – ECN/Interpol/DPF – requerer prisão temporária de por até 30 dias de estrangeiro foragido da justiça internacional, com fundamento na difusão vermelha da Interpol. Esse projeto está parado desde 2008, na época do Senador Romeu Tuma e está parado. É interessante para o Departamento de Polícia Federal implementar esse projeto de lei, porque ele vai alterar a Lei do Estrangeiro, a Lei nº 8.618, que possibilita ao delegado pedir a prisão temporária junto ao Supremo Tribunal Federal. Porque nós sabemos que a globalização faz com que vários estrangeiros, com a facilidade da integração no Mercosul, ingressem no Brasil e vice-versa. E a legislação, burocrática, não permite que a gente prenda sem haver aquela formalização pelos canais diplomáticos do pedido de prisão de um estrangeiro. Então, com base na difusão vermelha da Interpol, o delegado terá a possibilidade de atuar com rapidez para prender um foragido pertencente a uma organização criminosa.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – O que é a difusão vermelha, se me permite?

O SR. ROBERTO RUBEM RIBEIRO – A difusão vermelha da Interpol é um mandado de prisão internacional, em que a justiça do país manda para a Interpol um pedido de prisão. Alguns países recebem essa difusão vermelha como um mandado de prisão legal e executa a prisão do foragido. No Brasil, isso não acontece. Nós temos a nossa legislação, a Constituição, que estabelece que toda prisão de estrangeiro para fim de extradição tem que ser por meio do processo de extradição.

(Soa a campainha.)

O SR. ROBERTO RUBEM RIBEIRO – Aí, essa difusão vermelha pode possibilitar à polícia prender um estrangeiro temporariamente até que os documentos possam vir por meio dos canais diplomáticos.

Esses são os esclarecimentos.

Eu gostaria apenas de agradecer ao Congresso Nacional, porque uma das funções da Polícia Federal é neutralizar as intervenções criminosas transnacionais, a aprovação de algumas leis que foram muito importantes para a atuação da Polícia Federal, como a aprovação da Lei nº 12.683, de 9 de julho de 2012, que tornou mais eficiente a persecução penal dos crimes de lavagem de dinheiro, em que eles excluíam os crimes antecedentes. Também a aprovação, pelo Congresso, da Lei nº 8.850, de 02 de agosto de 2013, que definiu a organização criminosa e dispôs sobre a investigação criminal e os meios de obtenção de prova e infrações penais correlatas ao procedimento criminal. Isso foi e está sendo muito importante para as nossas operações. E a Lei nº 12.855, que instituiu a indenização de fronteira.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Da Lei nº 12.683, eu fui o autor.

O SR. ROBERTO RUBEM RIBEIRO – Agradeço também a todos, principalmente ao Presidente, sobre a aprovação dessa lei. Isso é muito importante para a Polícia Federal.

Esses são os esclarecimentos que a gente tinha que repassar. Qualquer dúvida que venha poderá ser esclarecida daqui a pouco.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Governo/PSB – SE) – Agradeço ao Sr. Roberto Ribeiro pelas contribuições.

Nós estamos verificando que esta audiência pública tem uma importância muito grande porque traz ao conhecimento de todos nós as várias ações dos nossos órgãos que trabalham no combate à criminalidade nas regiões de fronteira, como também aprofundando estudos, apresentando soluções, não só legislativas, como também no âmbito do Executivo, para o aperfeiçoamento desse combate.

Portanto, mais do que justo, o requerimento do Senador Ruben Figueiró, aprovado por esta Comissão, para dar sequência às audiências públicas que realizamos quase que semanalmente nesta Comissão, sob os mais variados temas, mas este é um tema candente que diz respeito a uma das preocupações essenciais hoje evidenciadas no Brasil e não só pelo Governo da União como também pelos governos estaduais e municipais, no que toca ao uso das drogas, que imprimem também uma atuação negativo no surgimento de crimes em nosso País.

Inclusive a Comissão de Justiça me designou relator da nova lei de drogas e, ainda este mês, nós pretendemos apresentar o nosso relatório e, certamente, esses dados aqui, muitos dos quais chocantes, eu os

levarei para a Comissão de Justiça a fim de convencer os membros daquela Comissão de que devemos aprovar o mais rápido possível, até como contribuição a legislações passadas, ao fortalecimento da preocupação do controle e combate ao crime organizado e ao uso de produtos químicos, que consubstanciam uma mudança na personalidade dos nossos jovens e um incentivo à criminalidade.

Eu quero anunciar a esta Comissão que, agora, neste momento, a CCJ está debatendo o orçamento impositivo, a aplicação das emendas individuais dos parlamentares, 50% na saúde, e eu tenho algumas emendas em que tenho interesse, algumas delas apresentei, e vou ter que ir à Comissão, portanto, convido o autor do requerimento, o Senador Ruben Figueiró, para presidir esta reunião na minha ausência e dar continuidade aos trabalhos, que estão sendo valorizados com a presença de pessoas tão dignas, preparadas para dar as informações necessárias à nossa Comissão.

Mas antes, anuncio que falará, logo depois que o Senador Ruben Figueiró assumir esta Presidência, o Sr. Moisés Dionísio da Silva, que é o chefe de Divisão do Controle de Crimes da Polícia Rodoviária, que realiza um grande trabalho em todo o País, notadamente na região de fronteira...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Permite, pela ordem, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) –... no combate ao crime organizado e à pratica de importação de maconha, de *crack* de outros países.

Senador Suplicy, V. Exª pede pela ordem?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Esta Comissão está na ordem, mas se V. Exª achar que não.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Não. V. Exª é figura fundamental neste tema e também no outro a que vai, a Comissão de Constituição e Justiça, para onde vou daqui a pouco.

V. Exª é relator do projeto que está justamente examinando o tema das drogas.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Exatamente.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – E que, de alguma forma, interage com esta audiência. E eu gostaria inclusive de lhe informar que eu recebi uma proposição alternativa do Movimento Viva Rio. Nós teremos hoje à noite uma reunião...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Com Lídice da Mata. Eu estarei presente.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Eu estou encaminhando a V. Exª, até como Relator, uma proposição alternativa relativa à questão das drogas. Eu encaminharei por *e-mail* a V. Exª e aos que vão participar da reunião de hoje à noite.

Mas, aproveitando, eu queria já deixar uma questão para os nossos convidados, que estão dando uma contribuição tão relevante. Sabemos que, no Uruguai, recentemente, houve uma nova legislação relativa à questão das drogas. Qual é a percepção, a visão dos que interagem nas fronteiras com os diversos países, inclusive o Uruguai? Em que medida a questão relativa ao controle de drogas está sendo afetada? E em que medida é afetada, de forma até positiva – ou se avaliam que não –, pela nova forma segundo a qual o Governo do Uruguai está permitindo para uso medicinal o consumo de maconha e outros? É capaz de eles conhecerem melhor do que nós. Mas é algo muito interessante.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – V. Exª é favorável ao uso da maconha nesses casos?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Eu não recomendo para mim nem para meus filhos. Mas eu sei que pessoas usam e alguns até para fins medicinais. Então, eu acho que é um tema muito importante. Ainda recentemente, o responsável pela segurança pública no Reino Unido deu um depoimento dizendo que a guerra às drogas não tem dado bons resultados na forma como tem acontecido.

Então, a pergunta que eu coloco aos convidados é se avaliam que a nova legislação do Uruguai, que é pioneira na América Latina, possa ter alguma contribuição, e de que natureza, na questão com a qual todos aqui estão preocupados.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – É uma espécie de descriminalização das drogas.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – É uma forma de descriminalização. Leva em conta também a legislação recente em Portugal, que também tem dado alguns resultados importantes e que merece a reflexão.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Dentre as contribuições que V. Exª pretende dar à nossa CCJ, existe alguma contribuição nessa mesma direção a que V. Exª se refere?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Eu justamente estou encaminhando a V. Exª o resultado do diálogo com a Viva Rio, com a consultoria legislativa, que fez uma proposição, uma análise crítica da proposta da Viva Rio. Então, eu a

encaminhei novamente à Viva Rio, que fez uma nova observação, e daí resultou um pré-projeto, que eu estou encaminhando aos participantes da reunião de hoje à noite. É por isso que eu estou lhe dando essa informação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Agradeço a V. Exª, Senador Suplicy.

Senador Ruben Figueiró, por favor, ocupe a Presidência, pois eu e o Senador Suplicy teremos que comparecer à CCJ.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Meus cumprimentos, Senador Figueiró e Valadares, pela importância desta audiência que estamos tendo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB – MS) – Agradeço ao eminente Senador Antonio Valadares pela distinção que me confere para presidir esta tão importante audiência pública, que, não tenho dúvida nenhuma, terá a repercussão que todos nós desejamos, no sentido de que o Governo Federal dê a ela não só a atenção, mas o apoio tão necessário para a segurança das nossas fronteiras.

Concedo, agora, a palavra ao Sr. Moisés Dionísio da Silva, Chefe da Divisão de Combate ao Crime, que aqui representa a Srª Maria Alice Nascimento Souza, Diretora-Geral do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.

Tem V. Sª o tempo de dez minutos, prorrogável por mais cinco, para prestar as suas declarações.

O SR. MOISÉS DIONÍSIO DA SILVA – Exmo Sr. Ruben Figueiró, na pessoa de V. Exª cumprimento a Mesa; Senador Eduardo Suplicy, na pessoa de V. Exª cumprimento as demais autoridades aqui presentes; senhoras e senhores.

Senador, agradeço, em nome da Diretora-Geral, Inspetora Maria Alice Nascimento, o convite feito à Polícia Rodoviária para prestar contas à sociedade do que nós fazemos.

Senhores, para falar da Polícia Rodoviária Federal, eu tenho que mostrar um pouco como ela funciona e qual o seu tamanho no País para que vocês tenham conhecimento da estrutura da instituição.

Hoje, o modal rodoviário no Brasil foi adotado como o principal meio de transporte, e a minha área de atuação precípua na instituição abrange as rodovias federais – hoje há em torno de 70 mil quilômetros de rodovias em estradas federais. Isso representa aproximadamente 87% da economia nacional que transita em nossas rodovias. Quando se transportam riquezas, acontecem também os crimes. A rodovia, hoje, representa fator estratégico de integração e segurança.

Como raios X da minha instituição, existem, hoje, 10.320 policiais na instituição de um quadro aberto de 13.098 servidores; ao longo do País, há 563 postos de fiscalização ou atendimento aos usuários; 26 superintendências – no Acre e Rondônia há uma única superintendência –; 151 delegacias e 399 unidades operacionais espalhadas em todo o País.

A Polícia Rodoviária hoje funciona como fator estratégico de integração pela sua quantidade de unidades operacionais ao longo do País. Na faixa de fronteira, hoje, nós temos 99 unidades operacionais e em torno de 2.100 policiais. Por que em torno? Porque temos problemas de saúde, férias, etc.

Na fronteira, nós temos diversos problemas, mas o principal problema na fronteira hoje chama-se cigarro. Parece uma coisa bastante simples o contrabando, mas o cigarro tem um alto valor agregado hoje, inclusive sendo mais rentável que o transporte da própria maconha, e o crime é o contrabando.

O motorista ou o contrabandista sai primeiro da delegacia do que o servidor policial que vai entregar a mercadoria. Isso é um absurdo não só pelo alto valor agregado, mas também pela capacidade de corromper agentes públicos e pelo dano que causa à saúde pública.

Hoje, se saírem quatro carretas de cigarro da fronteira e chegar ao grande centro uma única carreta, o contrabandista estará no lucro.

Então, pedimos encarecidamente a esta Casa que altere a legislação em relação ao cigarro, ao contrabando, aumentando a pena, porque o traficante esperto vai para o contrabando de cigarro.

Hoje, todos consideram isso um crime de menor potencial, um crime simples. "Ele está apenas levando um cigarrozinho para sobreviver." Mas não é isso; ele é danoso.

Então, nós estamos agindo, principalmente em dois Estados, Mato Grosso do Sul e Paraná, reprimindo de forma forte. Neste ano, queimaram, incendiaram veículos de policiais no posto. Portanto, o Estado tem que responder a isso.

Hoje, se vocês observarem, no Brasil há oito fábricas de cigarro e 220 milhões de habitantes. No Paraguai, são 50 fábricas de cigarro e 8 milhões de habitantes. Não estou culpando o Paraguai. Na maioria das fábricas no Paraguai os donos são brasileiros. Isso é um dano horrível para o País: saúde pública, criminalidade e imposto. São quase dez bilhões de imposto/ano que se deixa de arrecadar com a entrada do cigarro clandestino no País.

A Polícia Rodoviária na fronteira não atua só no contrabando de cigarros. Nós temos enfrentamento ao tráfico de armas, que é umas principais rotas para a

chegada ao grande centro, passando pelos dois principais Estados do País, que são o Paraná e o Mato Grosso do Sul. Nós temos o enfrentamento ao tráfico de drogas. O menor ponto é entre o Paraná e o Mato Grosso do Sul para chegar aos grandes centros consumidores, que são São Paulo e Rio de Janeiro. Então, os principais corredores de drogas passam pelo Mato Grosso do Sul e Paraná, praticamente uma reta entre estes Estados: Mato Grosso do Sul para São Paulo e Paraná para São Paulo e Rio de Janeiro. São praticamente retas.

Nós também temos, na fronteira, a exploração sexual de crianças e adolescentes. Principalmente nas faixas de fronteira, nós fazemos o enfrentamento a esses crimes. Crimes ambientais que acontecem na fronteira; o tráfico da nossa biodiversidade e o contrabando e descaminho, que é pesado, senhores: cigarro, cigarro, cigarro, pirataria. Então, a fronteira está fervilhando de diversos crimes. Se nós fôssemos culpar o país A ou B, estaríamos errados, mas são muitos brasileiros que estão nesses países, como o Paraguai, a Bolívia, Peru e eles mesmos fazem esse tráfico, esse contrabando, são líderes de quadrilha nesses países.

> *O que deu uma força enorme para melhorar as apreensões e a estrutura de fronteira foi o chamado Plano Estratégico de fronteira, que é o Decreto nº 7.496, que deu impulso real às apreensões e o trabalho na área de fronteira do País.*

Esta é minha estrutura principal nos dois Estados de fronteira, que são Mato Grosso do Sul e Paraná. Na Operação Sentinela, eu utilizo hoje 280 servidores, que vêm de diversos Estados do País. Eles passam por uma capacitação de dois dias na parte de identificação veicular, fiscalização minuciosa, uma parte para compreender de nota fiscal com a Receita Federal e uma parte de documentos, principalmente passaporte, com a Polícia Federal nos Estados de fronteira. É a chamada ambientação da Sentinela. Esse policial tem capacitação, atua na fronteira, e volta ao seu Estado de origem com conhecimento para atuar nos Estados de onde vieram.

Hoje eu tenho, no Paraná, 30 policiais trabalhando, um aeronave e dois binômios. No Mato Grosso do Sul, uma aeronave, 36 policiais e três binômios. Esses são os principais Estados para atuar, onde acontecem as maiores apreensões. Então, verifiquem que estou, praticamente, com 20% do seu efetivo em dois Estados apenas, dos dez Estados de fronteira. Além disso, eu tenho *scanners* veiculares. Em cada um desses Estados, há um *scanner*. Eles continuam num Estado ao mesmo tempo? Não. Os e *scanners* veiculares podem ficar três em um Estado, dois em outro, e a gente está sempre transitando com os *scanners*. Por quê? Para evitar que os *scanners* sejam detectados ou sofram algum tipo de dano pelos meliantes.

(Soa a campainha.)

O SR. MOISÉS DIONÍSIO DA SILVA – O que nós utilizamos aqui, na fronteira, para aumentar a nossa capacidade de apreensão, são as chamadas "equipes de alta mobilidade". Ninguém consegue fechar a fronteira, de mãos dadas uns com os outros. Já se tentou fazer em outros países e não se conseguiu. Não se divide, não se consegue colocar barreiras. Então, tem que haver uma equipe de mobilidade, com cinturões de proteção. Um primeiro cinturão com equipe, outros cinturões com equipes e cães; no meio, inteligência e aeronaves; e próximos às grandes capitais, fazem-se mais um cinturão de proteção com equipes de alta mobilidade, tendo em vista os olheiros.

Senhores, estes são os números da Polícia Rodoviária em 2012. Números consideráveis em relação à apreensão de drogas, munições e pessoas apreendidas: cocaína, 4,6t; 1,5t de *crack;* 90t praticamente de maconha; 3,72 milhões de pacotes de cigarro; e 25 mil pessoas foram presas pela Polícia Rodoviária Federal. E os que levam à violência direta, que são armas e munições.

Se vocês verificarem, nos três últimos anos – dado atualizado até o dia 1º de outubro –, apreendemos 230t de maconha.

Outro crime contra a saúde pública são os medicamentos: quase 3 milhões de unidades. Verifiquem o cigarro: está em quase 12 milhões de pacotes.

Agora, verifiquem a situação dos nossos principais Estados e dos corredores: das 89t de maconha, o Mato Grosso do Sul apreendeu 40t; o Paraná, 33t; e os demais Estados são os nossos corredores, Minas Gerais e São Paulo. Então, podemos colocar um grande efetivo em Pernambuco para apreender maconha? Posso até colocar, mas vou apreender 10kg de maconha. Então, hoje, o objetivo primordial é, acertadamente, a decisão da Presidente da República, com o Decreto nº 7.496: proteção de fronteiras. Vamos dificultar que a droga chegue aos grandes centros. Depois que passou pela fronteira, uma tonelada que se divide em 100 carros de 100kg – não fiz o cálculo matemático –, divide-se em 100, 200 carros, você não pega mais.

Verifiquem os cigarros: Mato Grosso do Sul à frente; Paraná logo atrás. Por que o Mato Grosso do Sul está logo à frente? Reta para os grandes centros e fronteira seca. Se eu coloco uma viatura aqui, ele passa a um quilômetro, a dois, a três. Então, por isso, tem de haver equipes de maior mobilidade, rapidez,

aeronave, inteligência, cães, *scanners*. Vamos pegar tudo? Não, mas vamos dificultar, e o preço chegará a um ponto em que não vai valer a pena mais consumir. Pelo menos, esperamos isso.

Vejam só a discrepância: Estados de fronteira e os demais Estados. São discrepantes as apreensões de cocaína na fronteira e nos demais Estados.

Senhores, isso é o nosso *scanner* funcionando, em diversos Estados. É uma ferramenta a mais de tecnologia para diminuir contrabando, descaminho, tráfico de armas, drogas e munições.

Isso aqui, eles estão transportando pneus; que é contrabando. Isso aqui, eletrônicos. Esse carro aqui estava levando US$800 mil em eletrônicos, um ônibus.

Então, é uma ferramenta de tecnologia...

(Soa a campainha.)

O SR. MOISÉS DIONÍSIO DA SILVA – Senhores, fechando, com a nossa ferramenta, o objetivo da Polícia Rodoviária Federal é investir em tecnologia. Estamos até com o sistema Alerta Brasil, que faz o monitoramento de todas as rodovias federais por câmeras. Mas não são câmeras, são OCRs, que verificam placas, consultam, informam para o celular do servidor, informam no computador se o veículo é roubado, furtado, se passou diversas vezes num ponto, se estão sendo apreendidos veículos que estão transportando drogas com o mesmo modelo. Então, é um sistema com uma inteligência artificial por trás.

Senhores, faço mais uma solicitação em relação à melhoria da legislação. Só assim nós conseguimos pegar as organizações criminosas.

Senhores, termino e agradeço. Estou à disposição, através dos telefones e para as perguntas, daqui a pouco, então.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB – MS) – Muito grato ao Sr. Moisés Dionísio da Silva, pelas explanações que fez a respeito das atividades praticadas pela Polícia Rodoviária Federal.

Parece-me que se encontra presente o Sr. André Matsushita Gonçalves, que representa aqui a Secretaria de Segurança do meu Estado de Mato Grosso do Sul.

V. Sª tenha a bondade de vir à mesa.

Quero esclarecer ao Plenário que o Dr. André Matsushita Gonçalves se deslocou hoje de Campo Grande, capital do meu Estado, para atender à convocação desta Comissão. Naturalmente, em razão do mau tempo, a sua chegada aqui à nossa Capital demorou, mas a tempo de ele atender à convocação.

Concedo ao Dr. André Matsushita Gonçalves a oportunidade de fazer o seu depoimento.

O SR. ANDRÉ MATSUSHITA GONÇALVES – Exmo Senador Ruben Figueiró, em seu nome cumprimento todos da Mesa; peço desculpas pelo adiantado da hora mas, como V. Exª já mencionou, saí hoje de manhã e aconteceu esse atraso.

Vou fazer uma pequena explanação, tentarei ser bastante rápido, a respeito das políticas públicas de segurança do nosso Estado e das ações que estamos implementando de 2007 para cá.

Esse aqui será o sumário dessa apresentação, esse será o conteúdo que abordaremos nesta manhã: a introdução, as políticas, o plano estadual, o Enafron (Estratégia Nacional de Fronteiras) e o Plano Estadual de Segurança Pública de Fronteiras.

O Enafron foi criado pelo Decreto nº 7.496, de 2011, e busca trazer uma política pública nacional de segurança nas fronteiras com ações coordenadas, ações que visam a um trabalho coordenado em toda essa fronteira do nosso País, do qual Mato Grosso do Sul faz parte. E, dentro do Enafron, então, nós criamos o Plano Estadual de Segurança Pública. Vou destacar apenas o Plano Estadual de Segurança Pública de Fronteiras; o GGIF, que é o Gabinete de Gestão Integrada de Fronteiras; e a sua abrangência. São 44 Municípios na nossa faixa de fronteira com a extensão de 1.517km entre Paraguai e Bolívia conosco, o Brasil.

E a execução Polícia Civil, Polícia Militar, o CIOPS, a perícia DOF/Defron, e o Sisp. Vou falar um pouquinho de cada um no decorrer desta apresentação.

Como disse acima, são 44 Municípios nessa faixa de fronteira, com uma população de 1,1 milhão de habitantes do nosso lado e 500 mil habitantes Paraguai e Bolívia, então bastante densidade nessa região.

Temos uma extensa malha viária que recobre toda essa região, com rodovias, com vicinais e até trieiros, como chamamos na nossa região, que são pequenas picadas que são feitas entre a nossa fronteira.

Registramos, em 2012, 78 mil ocorrências. Trouxemos esse dado para que pudessem dimensionar a quantidade de ocorrências que acontecem naquela região.

O que temos ali? Temos 53 delegacias de Polícia Civil, seis batalhões e três companhias independentes da Polícia Militar, seis grupamentos e quatro seções de aeroporto dos Bombeiros; Agepen – que é o nosso sistema penitenciário –, temos 24 unidades nessa região; SAS é aquela superintendência que acolhe menores em conflito com a lei, temos três nessa região; e cinco unidades de perícia; DOF/Defron é o nosso departamento de fronteira e que trabalha integrado com a delegacia de fronteira, são quatro unidades e uma sede.

Então temos 109 unidades, recobrindo toda nossa região de fronteira com o Brasil, Paraguai e Bolívia.

Com relação aos recursos humanos, nós temos 514 policiais civis, 1.717 policiais militares, 302 bombeiros, 457 agentes penitenciários, 67 agentes socioeducadores, 120 peritos. Do *off the front* nós mantemos isso em sigilo. Nós temos, então, 3.177 servidores nessa região.

Como foi feita essa gestão de 2007 para cá? Como tem sido feito isso? Nós temos uma base de dados única em todas as instituições. Todas as instituições trabalham, por resolução do secretário, com base nesse banco de dados chamado Sigo. Nós temos uma alimentação ininterrupta desse banco de dados, que é aproveitado e utilizado para a construção da inteligência artificial por todas as instituições. Então, não há o compartimento de informações. Muito pelo contrário. Nós temos, então, um trabalho de centralizar esses dados. E, com base, então, nesse banco de dados, nós podemos produzir a nossa inteligência artificial – painéis gerenciais, gráficos analíticos, relatórios e mapas estatísticos, avaliação de desempenho e planos de ação. Todo o trabalho da secretaria, que engloba todas as instituições que foram mostradas, se faz com base nesse banco de dados único, chamado de inteligência artificial. Nós temos também a estatística *on-line*.

Portanto, todos os números da segurança pública ficam à disposição da sociedade, da comunidade no *site* da nossa secretaria. *On-line,* ou seja, como nosso banco de dados é alimentado em tempo real, as estatísticas também vão sendo alimentadas nesse mesmo tempo. Portanto, o cidadão tem acesso aos nossos números ininterruptamente.

Algumas políticas de segurança pública de integração. Nós temos ações com instituições federais, estaduais e municipais; relações internacionais com as polícias do Paraguai e da Bolívia; e as nossas reuniões institucionais de avaliação de cumprimento de metas. O Secretário estabelece metas e, a cada dois meses, reúne todos os gestores no auditório da Academia de Polícia e ali é feito, em cada regional, com cada delegado regional e comandante de batalhão, o levantamento dos números criminais na sua região. E aí, então, o que é bom é elogiado, o que não está bom é cobrado, ou seja, há um acompanhamento aproximado de todo o desempenho das instituições.

Concursos e curso de formação de 2007 a 2012. Com relação à Enafron, que é a Estratégia Nacional de Fronteira, os investimentos federais e estaduais. Como é que nós estamos trabalhando e como é que nós estamos investindo nesse setor. Uma das nossas contrapartidas foi concurso público específico para a região de fronteira. Então, todas as instituições estão com seus concursos em andamento e todos os novos policiais e servidores serão lotados na região de fronteira, sem distinção. É específico para o fortalecimento do enfrentamento de crimes de fronteira.

A ferramenta GGIfron, que foi estabelecida também no Enafron, nós trabalhamos de forma territorial. Vejam só. Eu vou retornar aqui porque eu acho que pulou uma. O GGIfron, então, tem essas quatro divisões e com essa previsão de inclusão.

Nós temos hoje 1.717 na PM, vamos colocar mais 105; 504 na Polícia Civil, mais 75; 302 nos Bombeiros, mais 49; 64 na perícia, mais 15; delegados, mais 30 – esses concursos estão todos em andamento –; oficiais da PM, mais 20; para o DOF, mais 15, num total de 309. Com relação ao da GPI, ainda está em andamento quando será colocado. Então, nós estamos implementando uma política de pessoal, um reforço na região de fronteira.

Esses são alguns investimentos que foram feitos e estão sendo feitos nessa região, com seus respectivos valores. Esse é de reaparelhamento das instituições. Já foi executado. Esses 20 milhões vão ser distribuídos desta maneira: 15% na estruturação das unidades especializadas de fronteira, 10% na estruturação de unidades de polícias rodoviárias estaduais, 10% no fortalecimento da inteligência de segurança pública e 15% no reaparelhamento de centros e postos integrados.

(Soa a campainha.)

O SR. ANDRÉ MATSUSHITA GONÇALVES – Eu vou dar uma adiantada, então, aqui nesses valores.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB – MS) – Tem V. Sª mais cinco minutos.

O SR. ANDRÉ MATSUSHITA GONÇALVES – Pois não, Excelência.

Eu vou passar esses valores com mais rapidez para que possamos chegar... Então, nós temos esse valor total de 45 milhões que estão sendo investidos; e alguns já investidos na fronteira.

O GGI-F trabalha de forma integrada forças estaduais e forças federais. São quatro polos de GGI-F onde trabalham todas as instituições de forma coordenada.

A instalação no Polo Corumbá foi com a presença do Ministro da Justiça e do Governador do Estado, André Puccinelli; da Secretária Nacional de Segurança Pública, Regina Miki; e do nosso Secretário de Segurança Pública, Dr. Wantuir Jacine. Em Ponta Porã, instalação do outro polo. Naviraí. Jardim.

Como é que funciona, então, esse GGI-F? Primeiro, a articulação, ou seja, uma reunião com a comunidade, com o poder público local, vereadores, líderes comunitários, para podermos extrair deles quais são as necessidades, quais são as demandas locais.

Em um segundo momento um planejamento. Nós buscamos esses dados que coletamos com a sociedade mais a inteligência artificial e planejamos o que vai ser feito, como será feito e quando vai ser feito. A execução daquele planejamento e ao final uma avaliação, lembrando que é um trabalho conjunto entre forças estaduais e federais.

Esses são os polos que foram criados e as instituições participantes: Polícia Civil, Polícia Militar, Bombeiro, Agepen, DOF, Perícias, SAS, Poder Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público, Conselhos Comunitários, Iagro, Receita Federal, Força Nacional, Polícia Federal, Rodoviária Federal, Aeronáutica, Exército e Marinha. Então, é um trabalho coordenado, as reuniões acontecem e são executadas.

Aqui algumas reuniões anteriores à execução. Mais uma reunião mostrado a integração de todos nesse trabalho de segurança pública de fronteira.

Aqui para que todos percebam como é a nossa fronteira, qual é o obstáculo, o gramado. Então, de um lado o Brasil e de outro lado o Paraguai. Isso é uma fronteira urbana.

Aqui as operações em estradas vicinais, em área urbana e em estradas oficiais. E os resultados com todos participando. Alguns resultados de operações do GGI-F: Veículos fiscalizados, 13 mil; pessoas abordadas, 21 mil; drogas apreendidas, seis toneladas; prisões, 85; armas apreendidas, 53; veículos recuperados, 425; mandados de busca e apreensão, 192. Nas 12 operações que fizemos neste ano e no ano passado.

Agora são operações da Secretaria de Segurança Pública no total. Em um ano foram 756 operações naquela região. Drogas apreendidas, 87,6 toneladas; prisões, 16 mil; armas apreendidas, 1,3 mil armas; veículos recuperados, dois mil; mandados de busca e apreensão, 484. Então, são números bastante expressivos no nosso combate à criminalidade daquela região. Oitenta e sete toneladas é muita droga que se deixou de passar para as famílias brasileiras.

Aqui demonstra a rota da cocaína vinda da Bolívia e da maconha vinda do Paraguai. E nós do Mato Grosso do Sul em toda aquela borda brasileira fazendo frente a isso. E o agravante é que, infelizmente, a moeda de troca são veículos roubados no País inteiro. Portanto, o que nós temos aqui? A entrada de veículos roubados e furtados, não raro produtos de latrocínio pelos quais pais de família são assassinados, e o retorno em cocaína e maconha, tudo por Mato Grosso do Sul. Nós precisamos ter atenção a essa característica dessa fronteira, a extensão disso tudo e o reflexo para o Brasil. Nós, então, não estamos mexendo...

(Soa a campainha.)

O SR. ANDRÉ MATSUSHITA GONÇALVES – ... ou trabalhando só Mato Grosso do Sul, mas o Brasil todo.

Eu vou adiantar mais aqui, para que nós possamos mostrar esses números de inquéritos. Isso aqui está meio escuro, aquela preta não deu para ver, mas em 2012, doze mil inquéritos, e de 2013 até hoje, cinco mil inquéritos instaurados só nessa região de fronteira. E os concluídos na mesma faixa, ou seja, eles estão sendo concluídos na mesma quantidade enorme de inquéritos policiais. Armas apreendidas na fronteira: 513 em 2010; 576 em 2011; 589 em 2012; e 421 em 2013, até agora. Muitas armas também.

Fatores adversos: grande espaço físico, os 44 Municípios, a extensa região de fronteira sem obstáculos, 549 só de fronteira seca, e grande número de estradas. Olhe só isto daqui: de um lado, o Brasil, de outro, o Paraguai, aquele branquinho ali no meio é o marco divisório, ou seja, ele é fictício, não há nenhuma barreira, é isso. Nós temos 500km disso, com o Paraguai e com a Bolívia em Mato Grosso do Sul, e nós temos que enfrentar essa passagem verde com isso. Essas estradas que nós chamamos de estradas vicinais propiciam esse trânsito. Existem fazendas com metade no Paraguai e com metade no Brasil, ou seja, a fronteira está dentro da fazenda. Nós temos problemas com aftosa, que, no nosso lado, é totalmente controlada, vacinação em dia, mas e o lado de lá? Então, são questões que devem ser olhadas. Brasil e Paraguai.

Vejam, aqui nós flagramos uma operação em que esses contrabandistas estavam fazendo justamente a passagem com aquele trator, eles estavam propiciando a passagem de um lado para o outro. Vejam só: nossa tomada aérea flagrou esse trabalho deles. Roças de maconha a poucos metros do Brasil, no território de lá, mas a poucos metros do Brasil, e eles mantêm ali em volta uma mata ciliar, uma mata original para que a roça fique escondida. Somente em tomada aérea, por satélite, nós conseguimos localizar essas plantações de maconha a poucos metros do nosso território, da nossa fronteira.

Então, as necessidades, para terminar em tempo. Os atuais investimentos da Enafron estão atendendo parcialmente 31 dos nossos 44 Municípios de fronteira. Seria necessária, então, a construção de presídios federais de segurança média no nosso Estado, pois a grande maioria dos nossos presos é de presos federais, por conta dessa característica do transporte. Quase todos eles ali não têm qualquer relação com o Estado. E a construção, reforma e aparelhamento das nossas unidades de segurança de pública na fronteira, o que vem sendo feito, conforme demonstrado há pouco tempo.

Então, buscando trabalhar dentro prazo me parece que consegui fazer isso rapidamente. Nós temos aí, como conclusão, as nossas características das fronteiras, as políticas de segurança pública, e, dentro das políticas, eu vou falar rapidamente sobre o nosso Departamento de Operações de Fronteira, que é o departamento vinculado diretamente à secretaria, que faz o trabalho de policiamento itinerante na fronteira. É um paradigma. Esse modelo foi buscado pelo Enafron e nós fazemos a capacitação de outros Estados da fronteira. É um trabalho itinerante baseado em inteligência policial, ou seja, não é uma base física, mas, sim, de recobrimento daqueles policiais, tanto nas rodovias como nas vicinais. Portanto, trabalho de surpresa, trabalho integrado com que nós conseguimos grandes apreensões.

Falamos sobre o Plano Estadual de Segurança Pública, sobre a Estratégia Nacional de Fronteiras, que engloba o nosso Plano Estadual de Segurança Pública e as nossas instituições. Com um objetivo geral: a redução da criminalidade. Portanto, nós trabalhamos com esse objetivo, visando à redução da criminalidade interna, em Mato Grosso do Sul, e, por conta dessa característica, no País inteiro.

Nós somos esse Estado fronteiriço, com grande e extensa fronteira seca, que possibilita, então, a entrada de drogas e armas para o restante do Brasil. Portanto, devemos ter essa atenção especial com essa região brasileira.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB – MS) – Concluímos os depoimentos das personalidades convidadas e compartilho da posição dos eminentes Senadores aqui presentes de que foi extraordinário o resultado desta reunião, que nos desperta para uma realidade que existe nas fronteiras do Brasil e, sobretudo, de Mato Grosso do Sul com a Bolívia e o Paraguai.

Tenho absoluta certeza de que as autoridades responsáveis e maiores da República vão meditar muito sobre os depoimentos aqui prestados.

Regimentalmente caberia a mim iniciar o questionamento aos senhores depoentes, mas abdico dessa posição oferecendo a palavra ao Senador Osvaldo Sobrinho e ao Senador Suplicy para que se manifestem. Depois eu tomarei a liberdade de fazer algumas indagações.

Com a palavra, o Sr. Senador Osvaldo Sobrinho.

O SR. OSVALDO SOBRINHO (Bloco União e Força/PTB – MT) – Sr. Presidente Ruben Figueiró, Senador Suplicy, autoridades que compõem a Mesa, a quem cumprimento em nome do Tenente-Brigadeiro-do-Ar Ricardo Machado Vieira, sei que a missão dos senhores é uma missão impossível e uma missão ultradifícil. E sei também também que é uma guerra que dificilmente nós vamos ganhar, pelas condições que foram aqui apresentadas, pelas condições que sei que são ínfimas em relação ao problema que está criado nas nossas fronteiras.

Não é um problema que nasceu hoje, é um problema que já vem de muito, desde quando eu era criança. Eu sou de Fátima do Sul, a minha família é de lá, e desde criança eu vejo conversar essa história. Antes era o contrabando do café, depois outros contrabandos, desvios, descaminhos de um bocado de coisa e o problema avança.

Agora, o que tomou conta do Brasil é a droga, que entra por essas fronteiras secas. Isso nos dá um sentimento até de impotência, porque sabemos que um dos maiores males do Brasil hoje é a droga, que passa pelo nosso território. Cuiabá hoje está tomada por esta praga que consome a nossa juventude. Hoje há mais mortes por fim de semana em Cuiabá do que talvez nas guerras principais do mundo. É um desastre total, é uma catástrofe humana. E isso, depois de ouvir uma palestra dessas aqui, sabendo que todos esses órgãos estão imbuídos e trabalhando e todos reclamando de parcos recursos, nos dá realmente mais um sentido de impotência ainda porque sabemos que os senhores são poucos e a missão é grande, o trabalho é grande.

E como se viu ali nos eslaides, praticamente é quase impossível controlar, porque na fronteira seca você não tem muito o que fazer. Mas é claro que todos nós temos que fazer um mutirão nacional nesse sentido. No sentido de tentar dar condições maiores e melhores para que os homens que ali trabalham na defesa da cidadania e do cidadão possam ter condições necessárias para trabalhar.

Não sei se é a legislação o principal ponto, não sei se é a falta de recursos, não sei qual seria a saída, mas é claro que temos de nos preocupar com isso, porque isso já não é um endemia é uma pandemia que mata, avassala, preenche todos os espaços sociais com esse tipo de mal que acaba com a nossa juventude. É o Governo trabalhando contra, são as religiões, as igrejas trabalhando no sentido de recuperar o cidadão, mas é como se fosse um vazamento por todos os lugares. E não há como, na verdade, se falar assim: estamos perto ou estamos a caminho de resolver esse problema.

Eu pergunto aos senhores: o pior problema é a falta de legislação adequada para o sentido, como falou o Moisés Dionísio, chefe da divisão de controle do

crime, da polícia rodoviária? Ou é a falta de recursos ou são os dois juntos? Ou é a falta de vontade política para resolver o problema?

Quanto aos dados que ali estamos vendo da apreensão de toneladas e toneladas de drogas e gás, esse negócio todo, eu perguntaria: esses dados todos são dados individuais de cada instituição que está agindo ou são dados conjuntos – fatos que aconteceram, somam-se todos, e aparecem dados isolados ali? Porque é muita coisa, se somarmos todos que apareceram de cada um dos palestrantes, na verdade, é um negócio calamitoso. Quero crer que, como os senhores trabalham juntos, são missões conjuntas, devem ser os dados de todos ao mesmo tempo, o trabalho que fizeram juntos. Não sei.

Bom, essas seriam as minhas perguntas. Quanto ao nosso Secretário do Mato Grosso do Sul, o representante dele, o André, que aqui falou, na verdade é um problema sério também para a economia do nosso Estado, o Estado do Mato Grosso, que é fronteira seca, essa circulação de animais, principalmente com relação à aftosa. Nós estamos fazendo um esforço hercúleo, em nível de Brasil, para entrar no mercado europeu, asiático, e uma só denúncia que houver com relação à aftosa acaba com todo o nosso trabalho, acaba com todo o nosso esforço.

Eu sei que nós estamos fazendo o trabalho de casa, a lição de casa, e que estamos fazendo tudo o que é necessário para que esse problema seja redimido, mas, lastimavelmente, os nossos vizinhos não o fazem. E o Brasil, às vezes, precisa entrar com recursos, dando inclusive a vacina, técnicos nossos, para tentar amenizar o problema, mas sabemos que, a qualquer hora, pode explodir um foco de aftosa nessas fronteiras e a economia brasileira e o seu carro chefe hoje, que é a agropecuária, podem estar, principalmente a agropecuária, numa situação caótica, numa situação de colapso, porque entrou, detectou, acabou – ninguém compra mais carne do Brasil. É como a vaca louca, que houve lá na Europa.

Então, todos esses fatos nos deixam preocupados, mas as duas perguntas básicas seriam essas: quanto à legislação ou recursos, ou os dois, e também quanto a esse conjunto que está aí de apreensões, se é um dado conjunto ou se são dados específicos de cada Força. Segundo, para dizer que nós estamos aqui à disposição naquilo que pudermos orientar e trabalhar; e trabalhar conjuntamente. Tenho certeza de que o Senado da República jamais deixará de cumprir o seu dever e a sua obrigação.

(Falha na gravação.)

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB – MS) – ...costumeira nesta Comissão que os Srs. Senadores façam as indagações, após o que será dada oportunidade a todos os senhores depoentes para responderem a tais indagações.

Eu concedo, portanto, a palavra agora ao eminente Senador Eduardo Suplicy.

(Falha na gravação.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – ...formulou, para que tivéssemos a oportunidade de ouvirmos o Tenente Brigadeiro-do-Ar Ricardo Machado Vieira; o Chefe da Divisão de Combate ao Crime do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, Moisés Dionísio da Silva; o Coordenador de Fiscalização e Repressão Aduaneira da Receita Federal, Sr. Peter Tofte; o Delegado da Polícia Federal, Sr. Roberto Rubem Ribeiro; e o Sr. André Matsushita Gonçalves, da Superintendência de Segurança Pública do Estado do Mato Grosso do Sul.

Eu vou pedir desculpas, pois terei que me ausentar. A Presidenta Dilma Rousseff se encontra neste instante no plenário do Congresso Nacional e estou sendo chamado para ali estar. Mas eu quero cumprimentá-los pela exposição tão significativa e que nos faz pensar a respeito.

Conforme há pouco eu transmiti ao Presidente Antonio Carlos Valadares – eu não vou poder ficar –, queria que fizessem uma reflexão a respeito do ponto de vista que, inclusive, foi externado em 16 de abril de 2013, dos ex-Ministros da Justiça Tarso Genro, Aloysio Nunes Ferreira Filho, José Gregori, Márcio Thomaz Bastos, Miguel Reale Júnior, José Carlos Dias, Nelson Jobim, num manifesto entregue ao Ministro Gilmar Ferreira Mendes, no Supremo Tribunal Federal, onde colocam a inconstitucionalidade da repressão penal do porte de drogas para uso próprio.

Argumentam que o Brasil, por ser um Estado constitucional, fundado na dignidade humana, na pluralidade política, deve admitir que cada cidadão seja livre para construir seu próprio modo de vida, desde que respeite o espaço dos demais. Tratar o usuário de drogas como cidadão, oferecendo-lhe estrutura e condições de atenção à saúde, pautadas em políticas de redução de danos seria mais acertado que estigmatizá-lo como criminoso.

E, assim, concluem pela ilegitimidade da criminalização de comportamentos praticados dentro da esfera da intimidade do indivíduo e pela incompatibilidade do crime de porte de drogas para consumo pessoal para o modelo constitucional vigente pautado no respeito à intimidade e à vida privada dos cidadãos.

Mencionam diversas experiências tais como, agora, a do Uruguai, que mencionei há pouco, e relacionado a esse tema cito aqui que, no dia 3 de outubro, foi publicada entrevista do chefe de polícia na Inglaterra, que pede o fim da guerra às drogas. Menciona que o Sr. Mike Barton, segundo o The Observer, que as drogas devem ser descriminalizadas e a política de proibição radicalmente revista. Como chefe da polícia do Condado de Durham, no nordeste da Inglaterra, reacendeu debate sobre a guerra às drogas, pois sugeriu que a agência nacional de saúde da Inglaterra forneça drogas aos dependentes, quebrando o monopólio do tráfico, assim como a fonte de renda das facções criminosas – abrindo aspas para sua declaração –, "se um dependente fosse capaz de obter drogas por essa agência ou alguma agência similar, elas não teriam de buscar em outros lugares e comprar de maneira legal. Ser tratado com diamorfina, heroína, por exemplo, é barato; é barato produzi-la, é terapeuticamente..." E ressaltou que também, quando se trata dependente químico de forma terapêutica, diminuem-se as chances de novos casos de hepatite C e A entre os usuários.

Sobretudo, avalio que seria interessante, se pudesse nos dizer, que interação está havendo entre o Brasil e o Uruguai, que criou uma nova legislação a respeito desse assunto.

Fico aqui na dificuldade quase que diária que todos nós temos, Presidente Ruben Figueiró, de termos de estar, normalmente, em três lugares simultaneamente. Vou pedir desculpas, mas é um compromisso em que tenho de estar, acho que o Presidente Lula e a Presidenta Dilma estão no plenário do Congresso. Vou pedir licença, mas deixo aqui a minha reflexão e o meu cumprimento a todos que colaboraram conosco nessa importante observação.

Peço desculpas, mas vou ter que me ausentar.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB – MS) – As razões de V. Exª, Senador Eduardo Suplicy, serão anotadas. V. Exª é um dos múltiplos que temos aqui nesta Casa. Mil missões V. Exª representa no mesmo dia. Seja bem-vindo aonde irá.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Meus cumprimentos e meu abraço a todos.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB – MS) – Senhoras e senhores, senhores depoentes, a mim me cabe apenas algumas indagações e as farei apenas com relação ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal, porque foram os policiais federais que tiveram a iniciativa essa rede. A repercussão dela, tenho certeza, será não só perante a opinião pública, mas mui especialmente das autoridades federais, de uma extensão enorme.

Creio que daqui partirão sugestões para atender uma das questões mais importantes que abalam a sociedade brasileira, que é o controle das drogas, o descaminho, o contrabando, o tráfico sexual e outros mais que foram tão bem delineados na exposição feita pelos depoentes.

Eu me reservo, portanto, a fazer apenas algumas indagações ao Sr. Moisés Dionísio da Silva, que representa do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, lendo aqui apenas as informações que tenho, e as perguntas para que, na oportunidade de sua palavra, o senhor possa respondê-las.

Conforme relatório das viaturas que realizaram policiamento ostensivo na área da 3ª Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal, ou seja, Mato Grosso do Sul, constata-se que mais de 50% da frota de um total de 80 viaturas está com idade superior a cinco anos e com uma média aproximada de 160 mil quilômetros rodados cada veículo. O relatório sugere, assim, para atender a demanda das delegacias, a renovação da frota de pelo menos 50%.

Com base nesses dados, pergunto a V. Sª: Há alguma estratégia de policiamento ostensivo ou ele é feito periodicamente?

O número de oitenta viaturas para atender as fronteiras do Estado é suficiente?

Há previsão de substituição das viaturas velhas e aquisição de maior número de viaturas?

Conforme dados da Secretaria de Recursos Humanos da Polícia Rodoviária Federal no Estado, é expressivo o número de vacância e remoções. Qual é a razão para esse quadro?

O efetivo atual é de 452 servidores. Qual seria o número ideal para um combate eficiente ao contrabando ou descaminho e ao tráfico na fronteira?

O efetivo total de servidores vem caindo ao longo dos últimos sete anos – ou seja, desde 2006. Quais as principais causas para esse quadro?

O Estado tem procurado aplicar alguma estratégia de segurança pública na fronteira para otimizar o uso dos recursos materiais e humanos de que dispõe, enfim, para buscar fazer mais com menos?

Segundo o Vice-Presidente do Sindicato dos Policiais Rodoviários Federais, Marcos Kadur, em entrevista à imprensa de Mato Grosso do Sul, há atualmente 411 policiais rodoviários federais no setor de operações do Estado, sendo que 128 deles atuam em nove postos na região de fronteira, sem levar em consideração as operações fora do Estado, férias e afastamentos para tratamento de saúde, a média de policiais para um dos quatro turnos é de 3,5. O ideal seria, segundo ele, uma equipe formada por oito pessoas e acrescenta que a carga de estresse é multiplicada por causa dessa fal-

ta de efetivo – muitas vezes apenas dois ou até um policial por posto. Uma carga horária de 40 horas de trabalho semanal acaba tendo efeito de uma carga de 320 horas – completou o entrevistado. Ainda segundo o sindicalista, entre sete e oito por cento do efetivo da corporação está afastado com problemas psicológicos. O que a Polícia Rodoviária Federal está fazendo para resolver esses problemas?

E, finalmente, uma indagação que me veio ao conhecimento ontem e que, pela preocupação que tenho sobre ele, não posso deixar de solicitar informações ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal: Em relação ao último concurso público da Polícia Rodoviária Federal, cujo edital foi publicado em junho de 2013, muitos candidatos vêm reclamando sobre a chamada "cláusula de barreira", prevista no edital, Item 14.1.1, que restringe a 1,9 mil candidatos a participação na última fase do concurso, ou seja avaliação de títulos. Cláusulas de barreira geralmente são previstas após as provas objetivas, a primeira fase de qualquer concurso. No concurso da Polícia Rodoviária Federal, o candidato se vê barrado, após ter êxito em cinco fases: provas objetivas, provas discursivas, exame de capacidade física, avaliação de saúde, avaliação psicológica e investigação social.

Se é flagrante a necessidade de pessoal, qual o interesse em se eliminar vários candidatos aptos para exercerem a função de policial rodoviário federal no final do certame? Por que, ao invés de não deixar formar um corpo expressivo de candidatos nomeáveis para serem incorporados com o tempo principalmente em áreas de fronteira...

Qual é a razão para esse tipo de estratégia adotada nesse concurso público?

São as indagações que eu faço a V. Sª, Sr. Moisés, para não só esclarecimento meu, mas principalmente dos seus colegas servidores da Polícia Rodoviária Federal em todo o nosso País e, sobretudo e destacadamente, em meu Estado de Mato Grosso do Sul.

Bom, eu creio que as perguntas foram formuladas. Eu gostaria de saber do Sr. Tenente Brigadeiro-do-Ar Ricardo Machado Vieira se desejava responder a algumas das indagações feitas pelo Senador Osvaldo Sobrinho?

O SR. RICARDO MACHADO VIEIRA – Pois não, Senador.

Rapidamente, a primeira questão foi sobre a legislação, o que toca especificamente às Forças Armadas. Como já falei, a legislação que nos ampara a atuar na faixa de fronteira é a Lei 97, alterada pela 117 e ultimamente pela 136, se não me engano em 2010. É a que nos permite atuar com poder de polícia numa faixa até 150 quilômetros.

Também nós temos o próprio decreto mencionado, que foi o Plano Estratégico de fronteiras. E, especificamente, na Força Aérea, nós temos a Lei do Tiro de Destruição, de aeronaves, que prevê a interceptação. E caso não haja a obediência da aeronave às orientações de defesa aérea, pode-se chegar ao tiro de destruição. Então, para nós, imaginamos que a nossa legislação seja suficiente.

Mas é importante também colocar aqui que nessa atuação nossa não foi bastante mencionado o problema do tráfico de drogas porque essa não é a nossa missão principal. Nós atuamos em colaboração com os órgãos de segurança pública, especificamente com a Força Aérea com relação à interceptação de aeronaves. Ela atua principalmente naquela necessidade de estar junto para se manter a soberania do espaço aéreo. Ou seja, todo tráfego que circula no nosso espaço aéreo deve estar identificado. E, normalmente, as aeronaves que têm algum tipo de descaminho, contrabando ou tráfico de drogas ou de armas, não se identificam, não fazem um plano de vôo. Por isso, nós temos que atuar.

O resultado disso é a colaboração, como foi mencionado aqui pela Polícia Federal, pelo Sr. Roberto Ribeiro, e a nossa atuação nesse sentido, em colaboração, para tentar passar as informações de uma determinada aeronave à Polícia Federal e ela poder ser autuada quando do seu pouso.

A mesma coisa diz respeito ao próprio Exército brasileiro e à Marinha, não especificamente durante apenas o exercício, ou seja, quando fazermos parte da Operação Ágata, mas, sim, no seu dia a dia, das patrulhas fluviais da Marinha, como os nossos pelotões de fronteira. Ou seja, aquelas unidades que atuam na fronteira podem sim fazer a autuação. E logicamente após isso... Ou apreensão de material; mas, logicamente, imediatamente fazendo o encaminhamento aos órgãos de segurança pública.

Com relação aos dados e resultados que foram apresentados na nossa palestra, eu diria o seguinte: os resultados são computados pelas Forças Armadas, sem dúvida. Logicamente, alguns desses resultados são comuns aos órgãos de segurança pública, mas nem sempre nós estamos ou fazendo uma barreira numa estrada, ou a Marinha atuando nos nossos rios com presença, sempre naquele momento, dos órgãos de segurança pública. Então, nós fazemos as nossas estatísticas, que são apresentadas. E, logicamente, a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária também às vezes atuam isoladamente na mesma operação e têm outras estatísticas.

Então, esses números são os que nós temos atuando isoladamente, ou quando atuamos em conjunto com esses órgãos de segurança pública.

É isso o que eu teria para acertar.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB – MS) – Grato a V. Sª, Tenente Brigadeiro-do-Ar Ricardo Machado Vieira, pelas explicações adicionais que faz.

Eu pergunto ao Sr. Peter Tofte, Coordenador de Fiscalização e Repressão Aduaneira da Receita Federal, se deseja prestar algumas declarações ou respostas sobre as indagações feitas pelos dois Parlamentares, Osvaldo Sobrinho e Eduardo Suplicy?

O SR. PETER TOFTE – O Dr. Eduardo Suplicy tocou num aspecto interessante: a descriminalização da maconha no Uruguai e em Portugal. Eu acho que são experiências que a gente deve acompanhar aqui no Brasil para ver o resultado. Acho que é muita precipitação dizer: "Porque eles adotaram, vamos adotar isso aqui". São realidades diferentes.

Obviamente a maconha é uma droga que tem menos efeitos deletérios. Eu acho que ainda é questionável dizer que a maconha tem uso medicinal. Há estudos dizendo que tem, sim, um efeito medicinal, mas há outros que dizem que não. Então, acho que ainda é uma precipitação falar sobre isso. Mas nós também temos claro que o argumento é esse principalmente porque nós temos como drogas legais o cigarro e o álcool, que provocam danos à sociedade brasileira. São drogas socialmente aceitas. Isso o pessoal utiliza na defesa da maconha, de modo que a maconha seja legalizada e grupos traficantes não venham a ganhar dinheiro, não haja todo esse esquema criminoso por trás. Mas essa, eu acho, é uma decisão que ainda é cedo que se adote.

Em relação às drogas mais pesadas, eu acho que não tem conversa, não. Elas têm capacidade de viciar, criam síndrome de dependência, destroem as famílias brasileiras. Acho que não existe muito acordo em relação a isto: a descriminalização. Eu acho que é uma coisa para se estudar futuramente.

Em relação às ações, o que eu noto, principalmente na Receita Federal, é basicamente uma falta de coordenação entre as entidades policiais, etc. Não é que existe uma falta de colaboração entre as polícias: Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Aeronáutica. O que falta é uma coordenação geral nacional. Por exemplo, vai ser feita a Operação Ágata pelo Exército brasileiro, uma excelente operação. O problema dessa operação é que tem início, meio e término. E o que a gente sabe é que os traficantes, contrabandistas, etc., não estão desavisados, porque isso é amplamente divulgado, faz parte da estratégia. Por quê? Porque se está envolvendo países vizinhos, etc. E é difícil envolver tanto recurso militar e policial sem chamar a atenção dos traficantes, contrabandistas. Então, há um efeito represamento; eles represam.

Os resultados que a gente vê em apreensões geralmente é que eles pegam os desavisados no início da operação. Depois vocês veem uma curva exponencial de descida das apreensões e os resultados no final são pífios.

Então, acho que é interessante, sim, para efeito de represamento durante um período, mas deixa os traficantes e os contrabandistas descansando do outro lado do rio, fazendo churrasco, etc., dá umas férias coletivas para eles. A verdade é que esse tipo de operação tinha que continuar em 100% do tempo. Não adianta fazer operações que têm meio, começo e fim e deixam lacunas.

O ideal seria uma coordenação. O Exército e as Forças Armadas terminaram a Operação Ágata? É a vez, agora, de a Receita Federal ou a Polícia Federal fazer uma operação rescaldo. Eles estão represando. Eles precisam fornecer as drogas para os centros urbanos, e estão represando. Então é a hora, depois que terminam essas operações, de as polícias, como Polícia Rodoviária Federal, fazerem trabalhos inteligentes e de campana para pegar esses traficantes na hora em que eles começam a trazer, soltar, quando arrebentou a represa e eles vão trazer a droga aqui para o Brasil. É isto que falta: coordenação. Por exemplo, termina uma operação na Receita Federal, ocorre um oco, um vácuo, ficam algumas semanas sem nenhuma operação de nenhum órgão federal. É nisto que nós precisamos juntar esforços: acabou a operação da Polícia Federal ou acabou uma operação da Receita Federal, deveria haver quase uma concomitância, haver um planejamento para que operações sejam seguidas, e não deixar margens. E é isto que observamos: as operações não são contínuas, não há uma boa coordenação entre as instituições. Eu sei que o Enafron procura fazer isso da melhor maneira, mas a gente ainda sente isto: falta comunicação entre os órgãos.

Já que temos poucos recursos, temos de trabalhar de uma maneira mais coordenada. Claro, durante a operação Ágata existe isso aqui, mais o transcurso da operação. Quando isso acaba, veem-se iniciativas pontuais. Por exemplo, operação porteira fechada Aeronáutica, Polícia Rodoviária Federal, se Deus quiser agora, Polícia Federal, mas duram determinado período de tempo e, depois disso, o que vem criar uma barreira, um trabalho policial conjunto? Nós não temos. Temos grandes lacunas no decorrer do tempo. Isso por falta também de recursos.

É difícil, é custoso você deslocar colegas para fazer trabalho. É um custo elevado. Temos, às vezes de pensar, *vis-à-vis*, custos com os resultados, se realmente está valendo a pena. É uma crítica que a gente faz. Ainda não existe uma coordenação 100% de

forças policiais. Por exemplo, um centro de operações onde todas as organizações policiais possam atuar. Por exemplo, os sistemas que o Exército está operando; um centro de operações de vigilância da fronteira brasileira, com dados de satélite, dados de Vants, com Polícia Federal presente nesse centro, com a Polícia Rodoviária Federal, com a Receita Federal, de modo que a gente possa locomover os recursos necessários para uma ação. Se detectamos um comboio suspeito, que parece estar trazendo contrabando de cigarros para uma estrada vicinal – uma Vant detectou isso –, qual é a força policial mais próxima que devemos deslocar para combater isso, para interceptar? Às vezes, não notamos isso aqui. Deveria haver esse tipo de coisa, que ainda está muito incipiente dentro da Receita Federal; dentro da Receita, não, dentro dos órgãos de controle. A gente precisa aprimorar e juntar os esforços. Essa é uma crítica que observo dentro da Receita Federal, nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB – MS) – Muito grato a V. Sª, Sr. Peter Toft, pelo depoimento adicional que faz.

Concedo a oportunidade agora ao Sr. Delegado de Polícia Federal Roberto Rubem Requião, aliás Ribeiro. Olhando daqui para lá me dava a impressão de que era Requião, mas é Ribeiro. V. Sª tem cinco minutos para expor as formulações finais que deseja.

O SR. ROBERTO RUBEM RIBEIRO – Sr. Senador, em relação aos questionamentos apresentados pelo Senador quanto a dados estatísticos e apreensão pelos vários órgãos de segurança pública, gostaria de esclarecer que os dados da Polícia Federal são auditáveis. São dados extraídos dos nossos procedimentos de polícia judiciária e também dados de laudos periciais. Então, as quantidades informadas são auditáveis. Quanto aos nossos dados, é sempre importante separar o que é apreensão de cocaína e seus derivados, *crack,* e apreensão de maconha. São dados que nós sempre reportamos, para separar em relação à sua lesividade, ao prejuízo que causa à população.

Os dados da maconha neste ano – foram em torno de 190 toneladas – referem-se à Operação Sentinela, que engloba duas agências: a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal.

Existe mensalmente uma reunião entre os dois órgãos, para que isso não aconteça, para que não haja uma sobreposição de dados estatísticos. Então, tudo o que a Polícia Rodoviária apreende e entrega à Polícia Federal não é computado como dados da Polícia Federal, mas computado como dados da Polícia Rodoviária Federal. E todas as operações realizadas pelo Departamento de Polícia Federal e executadas... São operações realizadas com base na sua inteligência e são dados da Polícia Federal. Então, em relação à Operação Sentinela, os dados são verídicos e bem claros em relação aos dados mostrados nesse painel; isso em relação à cocaína e maconha.

Os dados das demais agências que participam da operação a gente não pode computar, a gente não computa como dados da Polícia Federal, porque essas agências também podem entregar a droga em outro órgão de segurança pública, como a Polícia Civil. Então, a gente só computa aquilo que é nosso, que é feito com a Polícia Rodoviária Federal e a Polícia Federal.

Em relação ao que foi questionado pela Receita, as operações a que não se dão continuidade, dentro das estratégicas diretrizes da Diretoria de Combate ao Crime Organizado, nós sabemos que, no Brasil, há muito crimes na faixa de fronteira e crimes de diversos delitos, como tráfico de drogas, armas e outros crimes de atribuição da Polícia Federal. O nosso efetivo hoje é reduzido, é um efetivo menor do que em 1970. Então, o que acontece? Para dar continuidade aos nossos trabalhos, temos que selecionar quais são as operações mais importantes, quais são as organizações criminosas mais importantes a serem desarticuladas. Por isso que nem sempre damos continuidade. Temos as nossas operações, temos os nossos policiais investigativos e temos que dar prioridade a essas investigações que, em muitos casos, demoram anos e anos; um, dois anos para serem concluídas. E quando elas desencadeiam, há aquela enxurrada de prisões, de apreensões, que normalmente a mídia comunica.

Hoje nós temos dado ênfase às operações especiais da Polícia Federal. Atualmente nós temos, neste ano de... Só um minutinho por favor. Neste ano de 2013, só em operações especiais nós desencadeamos mais de 160 operações. Operações especiais são aquelas que desencadeiem em mais de três Estados com vários mandados de prisão, prisões temporárias e preventivas, e busca e apreensão. Então, não são as prisões do dia a dia. São operações que demandam grande efetivo: cem policiais, duzentos. Foram mais de 160 este ano. Mandado de prisão, este ano, das operações especiais foram quase dois mil; só de operações especiais. Prisões e conduções coercitivas mais de mil, 1.082. Dessas operações, foram desencadeadas várias prisões de servidores públicos ao longo do ano. Então temos participado e dado apoio às operações. Só que temos que selecionar quais são as operações mais importantes e prejudiciais ao Estado.

Em relação também às operações, como é sabido, nós tivemos cortes, contingenciamento. Para que tanto a Polícia Federal como a Polícia Rodoviária Federal possam dar continuidade à operação na faixa de fronteira é importante que se mantenham os recur-

sos, o custeio para bancar essas operações, porque elas estão trazendo um resultado muito bom para a sociedade. Temos que manter esses recursos. Pelo que estamos vendo, provavelmente os recursos vão diminuir mais ainda, o que pode prejudicar a Operação Sentinela.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB – MS) – Muito obrigado, Sr. Roberto Rubem Ribeiro.

Agora passarei a palavra ao Sr. Moisés Dionísio da Silva, da Polícia Rodoviária Federal, para a sua manifestação.

O SR. MOISÉS DIONÍSIO DA SILVA – Pela quantidade de perguntas...

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB – MS) – V. Sª tem cinco minutos.

O SR. MOISÉS DIONÍSIO DA SILVA – Pela quantidade de perguntas, vou tentar me ater aos cinco minutos, mas vai ser um pouco difícil.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB – MS) – Pela questão dos recursos.

O SR. MOISÉS DIONÍSIO DA SILVA – Com certeza.

Eu respondo, primeiro, ao Senador Osvaldo Sobrinho sobre falta de legislação, recursos e dados da instituição.

Falta de legislação é só pensar no nosso Código Penal, que é de 1940 e já está precisando de uma reforma há bastante tempo. Já realizamos encontros para fazer algumas alterações no Código Penal etc, principalmente nessa parte da legislação de cigarro, legislação de veículos clonados, veículos roubados etc. Mas precisamos, sim, de alteração em legislação, para dar maior proteção à sociedade. A nossa legislação não avançou como deveria avançar.

Recursos. São sempre um problema. Enquanto órgão de segurança pública, você tem que ter uma permanência ou uma garantia de recursos para que execute os seus planejamentos de redução às criminalidades. Então, não conseguimos tornar uma operação permanente ou uma operação para reduzir criminalidade ou para atingir os índices que precisamos se não tiver o recurso. Cada gestor regional, que são os superintendentes, são cobrados através de indicadores. Mas quando não temos o recurso suficiente para que ele execute esses indicadores, ficamos prejudicados.

Em setembro, em todos os órgãos do Governo Federal, do Executivo pelo menos, tivemos cortes altíssimos em relação a recursos, causando alguns prejuízos em operações estratégicas da Polícia Rodoviária Federal.

Em relação aos dados institucionais, os nossos dados são totalmente auditáveis. Nós trabalhamos, sim, em conjunto com a Polícia Federal. Os dados que são da Operação Sentinela são colocados na Operação Sentinela e os dados da instituição, como um todo, ficam presentes. Por que nós não colocamos junto? Porque, como sou uma polícia ostensiva, eu entrego à Polícia Civil dos seus 27 Estados e entrego à Polícia Federal em diversas unidades da Federação. Então, a minha estatística de apreensão é pura, porque eu apreendo ostensivamente. E está aberta, totalmente auditável.

A resposta ao Senador Eduardo Suplicy em relação à liberação do porte para uso de drogas, é temerário para as instituições policiais e para a sociedade, na minha concepção, até porque não estamos nem controlando a droga que entra ou que passa pelo País. Seria temeroso eu dizer que, enquanto instituição policial, teria estrutura para controlar isso, nesse momento. Então, isso é temeroso.

Estamos apreendendo toneladas e toneladas de drogas. E sabemos que as drogas menores vão levando a drogas mais fortes. Enquanto órgão policial, o que estiver na lei, indiscutivelmente, iremos cumprir como legislação primária. Isso é indiscutível.

Mas a minha concepção, enquanto agente da lei, hoje, é que seria não oportuno o momento para liberação do uso da droga. Esperaríamos os outros países que já estão em andamento terem experiência e atingirmos o mesmo controle ou controles similares a esses países em relação às diversas drogas.

(Soa a campainha.)

O SR. MOISÉS DIONÍSIO DA SILVA – Posso continuar, Senador, um minuto?

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB – MS) – Pode continuar.

V. Sª, excepcionalmente, terá mais cinco minutos, não prorrogáveis.

O SR. MOISÉS DIONÍSIO DA SILVA – Quanto às perguntas do Senador Ruben Figueiró em relação ao quantitativo de veículos, porque existem poucas viaturas na Polícia Rodoviária Federal, hoje a quantidade de viaturas da Polícia é de três mil veículos em todo o País, para atender os 70 mil quilômetros de rodovias federais. Este ano já foram adquiridos e entregues às diversas regionais 300 viaturas e estamos recebendo, empenhadas, 638 viaturas que vão ser entregues até o final de novembro.

Em relação à indagação sobre se 80 viaturas seriam suficientes para o Estado do Mato Grosso do Sul, com certeza não. Nós teríamos de ter uma maior quantidade de veículos do que os que estão sendo adquiridos, com certeza.

Quanto à remoção e falta de policial, existe hoje o Sisnar; e já estão sendo discutidas com a própria Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais as remoções desses servidores por meio de um sistema interno de remoção.

Quando está caindo o número de servidores no Mato Grosso do Sul para as diversas operações, tendo 3,5 servidores/dia? Nós temos algumas demandas que surgem da Presidência da República ou da Casa Civil, direto do Ministério da Justiça, determinando que nós retiremos servidores de um Estado ou de outro para atuar em operações específicas, como hoje nós temos determinação da Presidência para atuar da terra Awá, que é terra indígena, na situação de Buerarema, que é uma situação de crise entre fazendeiros e indígenas. E temos situação no Tapajós, onde ocorre a construção de uma usina.

Então, em diversas áreas de interesse da União é determinado pela Casa Civil da Presidência e pelo Ministério da Justiça que nós desloquemos efetivos para atuação em áreas de interesse da União.

Sobre se 411 servidores no Mato Grosso do Sul seriam suficientes, eu não teria como afirmar isso. Mas o que posso afirmar é que o Mato Grosso do Sul é o Estado que mais apreende drogas, armas, munições e veículos no País. Se é o efetivo eficiente ou ideal não teríamos como determinar isso aqui. Em relação aos concursos, a Polícia Rodoviária Federal está abrindo diversos concursos – é lógico que isso depende de autorização do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – para atingir as 13.098 vagas existentes na instituição. Está abrindo um concurso para mil vagas agora. Nós temos 10.300 aproximadamente e vamos para 11.300 e teríamos ainda 2 mil vagas ainda disponíveis para concurso, cargos para serem ocupados.

Em relação ao certame no item 1 e 14.1, eu não tenho como avaliar porque isso é feito pela parte de recursos humanos do departamento, e a minha parte é enfrentamento da criminalidade e operações.

(Soa a campainha.)

O SR. MOISÉS DIONÍSIO DA SILVA – No mais, pelo tempo que me foi dado, obrigado.

Senador, espero ter respondido adequadamente as perguntas, mas estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB – MS) –

(Falha na gravação.)

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB – MS) – Informações de V. Sª...

(Falha na gravação.)

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB – MS) – ...Dr. André Matsushita Gonçalves, que aqui representa a Secretaria de Justiça e Segurança Pública de Mato Grosso do Sul.

Tem V. Sª também os cinco minutos. Por uma questão de isonomia de tempo, será prorrogável, se for necessário. Mas também são improrrogáveis os cinco minutos da prorrogação.

O SR. ANDRÉ MATSUSHITA GONÇALVES – Pois não, Excelência.

Com relação aos questionamentos do Senador Osvaldo Sobrinho com relação aos dados, os dados que eu apresentei aqui não contêm sobreposição entre as forças estaduais justamente porque são construídos com base em um banco de dados único. Então, quando um entorpecente é apreendido, por exemplo, na pista pela Polícia Militar e é encaminhado para a Polícia Civil, para o sistema é a mesma ocorrência. Portanto, não se soma. O que pode acontecer, eventualmente, é a Polícia Rodoviária Federal nos apresentar uma droga apreendida que então será computada, porque nós fizemos procedimento de Polícia Judiciária. Eventualmente, pode constar de alguma estatística da Polícia Rodoviária Federal.

Agora, com relação às instituições estaduais, não é possível a sobreposição de dados. Aquele realmente é o número.

Com relação à legislação, ponto que também foi questionado aqui, a meu ver, em que pese o nosso Código Penal ser antigo, etc, a legislação vem sendo atualizada de forma que já é possível, como disse o Tenente-Brigadeiro Ricardo Machado Vieira, o abate de aeronaves não identificadas. Isso é uma inovação legislativa.

Agora, em 2013, foi editada a Lei 12.850, que tipifica a participação em organizações criminosas.

Portanto, a nossa legislação vem sendo atualizada a seu tempo. Ocorre que a nossa fronteira sofre influência da Bolívia, do Paraguai, e nós somos uma fronteira seca. Portanto, se aqueles países aceitam carros roubados, por exemplo, como moeda de troca para drogas, não é a nossa legislação, é de lá. Então, são também relações diplomáticas internacionais que deveriam alterar esse estado das coisas, não só do nosso lado, mas, principalmente, do lado de lá.

Com relação ao que disse o Senador Suplicy a respeito das drogas, temos um fenômeno legislativo, que é o art. 28 da Lei de Drogas, que, de todo o universo do Direito Penal brasileiro, é o único artigo penal que não prevê, nem em hipótese, a privação da liberdade. Não há nenhum outro, esse é o único. Portanto, em que pese ser crime porque consta da lei penal, não há mais a possibilidade de privação de liberdade. É o único.

Isso aconteceu no País com a nova Lei de Drogas. E devem acontecer seguidamente as outras medidas de assistência social, de educação e de saúde para o acolhimento do usuário. O que acontece é que, se não há mais a privação da liberdade e se não houver esse acolhimento, as cracolândias continuam acontecendo no País.

E com relação ao Sr. Peter Toft, da Receita Federal, que, em sua explanação, falou da falta de uma coordenação. De fato isso é uma característica, mas tenho grande satisfação em dizer que no nosso Estado, o Mato Grosso do Sul, de 2011/2012 para cá, nós estamos inovando com a implantação do GGIF, que conta, inclusive, com a participação do Delegado da Receita Federal de Mato Grosso do Sul, de todos os órgãos aqui presentes, e é um embrião, uma boa prática que estamos iniciando e que certamente renderá frutos para o Brasil. É novo, é pequeno, e está começando, mas tem que começar em algum lugar, em algum momento.

Então, com as operações coordenadas – já que todos temos problemas de efetivo – temos que nos unir para que nossos efetivos sejam um efetivo. Então, quando acaba o meu fôlego, entra o fôlego da Polícia Federal, e quando acaba o dela, assim sucessivamente, nós poderemos de forma coordenada fazer pelo menos uma frente ao que estamos vendo aqui e que foi mostrado nos eslaides.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB – MS) – Meus cumprimentos a V. Sª., pois cumpriu religiosamente o tempo que lhe foi concedido e muito bem.

Senhores depoentes, Sr. Senador Eduardo Suplicy, senhores assistentes, eu recebi da minha Assessoria, e julgo prudente transmitir aos senhores uma informação, porque, se não me falha a memória, o Dr. Peter Toft, levantou a questão de recursos, de apoio às ações que empreendem as instituições que aqui estão representadas.

Vou ler rapidamente:

No orçamento, na execução orçamentária por função do orçamento atual, na função 5, defesa nacional, o valor autorizado que foi da ordem de R$38,2 bilhões, foram pagos R$18,9 bilhões, que atinge pouco mais de 49%. Já na função 06, segurança pública, o valor autorizado foi da ordem de R$10,2 bilhões, e foram pagos R$ 4,4 bilhões, atingindo pouco mais de 43%.

Com relação ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal, foi da ordem de R$3,1 bilhões, e o valor pago até o momento está na casa de R$1,8 bilhão, ou seja, 58%. Para o Departamento de Policia Federal o valor foi de aproximadamente R$4,9 bilhão; e o valor pago na ordem de R$2,8 bilhões, pouco mais de 43%.

Ao analisarmos esses valores, verificamos que a maior parte desses montantes foram gastos com pagamento de custeio, pessoal e previdência de pensionistas e inativos – área meio –, isso em detrimento da área fim,que, seguindo na mesma linha de raciocínio, somente a título de exemplo, os programas de modernização da Polícia Federal e de desenvolvimento institucional da Polícia Rodoviária Federal das áreas finalísticas encontram-se sem dotação orçamentária, sendo executados apenas por valores de restos a pagar do ano anterior. São informações extraídas da execução orçamentária deste ano, que nos deixam profundamente apreensivos e dão totalmente razão aos depoentes quando fizeram as observações a respeito.

Eu gostaria de manifestar ao Tenente-Brigadeiro Ricardo Machado Vieira que a sua explanação, sobretudo com os resultados tangíveis obtidos sobre segurança, atividade social, prova que a ação do Ministério da Defesa com relação aos objetivos estratégicos do País estão sendo cumpridos com exemplar zelo. É o que eu percebi da manifestação de V. Sª.

Com relação à Receita Federal, eu também fiquei impressionado com a exposição de V. Sª, Sr. Peter Tofte, em que ressalta a carência de recursos para o exercício pleno das atividades da Receita. Uma coisa apenas a que V. Sª fez referência foi com relação ao controle dos veículos que adentram o País. Por exemplo, em Porto Quijarro, fronteira com a cidade de Corumbá, o tráfego é intenso de veículos no vai e vem Brasil/Bolívia. Eu gostaria sinceramente que a Receita Federal colocasse lá um *scanner.* Isso permitiria sensivelmente o controle dos senhores, esses controles periódicos e tal pelo aspecto do carro e pelo aspecto dos tripulantes do carro ou das pessoas que lá estão.

Mas eu concordo com V. Sª com relação à necessidade da Operação Rescaldo. Ela já está sendo feita. Pelo menos pelo que senti da explanação do Dr. André, em relação a Mato Grosso do Sul há um objetivo já em marcha nesse sentido, naturalmente contando com a colaboração da Polícia Federal, do Ministério da Defesa e da Polícia Rodoviária Federal. Gostaria sinceramente que isso fosse intensificado.

Com relação à exposição do Dr. Roberto "xará" Ribeiro – eu também sou Ruben –, eu quero dizer a V. Sª que reconheço e todos nós reconhecemos as múltiplas atribuições da Polícia Federal. É um trabalho que eu diria de formiguinha na perseguição ao crime. É realmente muito difícil você controlar 7.363 km de fronteira seca; é muito, extremamente difícil. Em Mato Groso do Sul nós temos aproximadamente 500 quilômetros de fronteira seca, e por isso aí eu imagino as

dificuldades que o órgão repressor tem para atuar em todos os 17 mil quilômetros de fronteira que o Brasil possui.

V. Sª se referiu também à preocupação da Polícia Rodoviária Federal com relação à implantação, com recursos do BNDES, de Brasiléia, no Acre, até La Paz. É uma rodovia de caráter polêmico que foi interrompida há pouco tempo em razão de estranhamento entre os Governos do Brasil e da Bolívia. É, sem dúvida alguma, mais um caminho para o escoamento das drogas da Bolívia. Aliás, conforme V. Sª mesmo afirmou, não tem nenhum convênio com o Brasil no sentido de combate na base do plantio de drogas.

V. Sª também mencionou aí a preocupação da Polícia Rodoviária Federal com relação ao PLS 118, de 2008, de autoria do saudoso Senador Romeu Tuma, sobre a questão da prisão temporária. Os nossos registros aqui foram feitos. Pode ter V. Sª a certeza de que o Presidente desta Comissão, como nós outros, membros dela, vamos perseguir a questão para que a sua tramitação no Senado da República seja a mais rápida possível. É um compromisso, é um dever que nós temos e vamos persegui-lo.

Eu gostaria de manifestar também ao Sr. Moisés, que representou tão bem aqui a Polícia Rodoviária Federal, que me impressionou profundamente a advertência que fez com relação ao contrabando do cigarro, que é muito mais importante e muito mais danoso, para surpresa minha, do que o combate ao tráfico de drogas. Eu acho que isso será um fato importante que inclusive o eminente Tenente-Brigadeiro Ricardo Machado Vieira há de anotar e transmitir a S. Exª o Ministro da Defesa. É muito importante essa advertência, que eu considero uma denúncia grave. Também V. Sª falou sobre a importância estratégica das fronteiras. Isso aí, pelo depoimento de todos os senhores, ficou absolutamente claro.

E ao representante do meu Estado, Dr. André Matsushita Gonçalves, eu cumprimento pela exposição sucinta, concisa, precisa que fez, demonstrando que em Mato Grosso do Sul a questão do descaminho, do contrabando, do tráfico de drogas, do tráfico referente a outros crimes está sendo perseguida de maneira muito responsável.

A Secretaria de Segurança Pública do meu Estado, o Governo Estadual, na pessoa do Governador André Puccinelli, com as declarações de V. Sª nesse setor, merecem o meu respeito e os meus aplausos.

Para finalizar, senhores, eu gostaria sinceramente de, em nome desta Comissão, agradecer a presença do Tenente-Brigadeiro-do-Ar Ricardo Machado Vieira, que aqui representa S. Exª o Sr. Ministro Celso Luiz Nunes Amorim, da Defesa. Peço a V. Sª que transmita a ele os agradecimentos por essa contribuição e também lhe diga que ele foi exemplarmente representado por V. Sª.

Eu quero agradecer também ao Sr. Peter Tofte, Coordenador de Fiscalização da Receita, que representa aqui o Sr. Carlos Alberto Freitas Barreto. V. Sª fez uma explanação extremamente precisa com relação às atividades da Receita Federal e ressaltou importantes dados.

Pena, Senador Suplicy, que V. Exª não tenha ouvido o início das informações dele, mas o terá pelos anais. São informações muito precisas que, inclusive, contam com a minha solidariedade.

Acho que a exposição de V. Sª representa um sentimento generalizado da sociedade brasileira.

Eu também peço a V. Sª que transmita ao Sr. Carlos Alberto Freitas Barreto a nossa consideração e a nossa alegria pela presença da Receita Federal nesta audiência.

Quero também agradecer ao Sr. Roberto Rubem Ribeiro, Delegado da Polícia Federal, pela sua contribuição a esta Comissão esclarecendo a ação da Polícia Federal, que é, com a Polícia Rodoviária Federal, um dos órgãos mais respeitados desta Nação, pela lisura, pela competência, pelo respeito ao cidadão brasileiro. Essas instituições cumprem o seu dever institucional. Transmita ao eminente Sr. Leandro Daiello Coimbra, Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal, meu respeito e os agradecimentos das duas Comissões do Senado da República, a Comissão de Desenvolvimento Regional e a Comissão de Relações Exteriores.

Também quero agradecer ao Sr. Inspetor Moisés Dionísio da Silva, que representa a Srª Maria Alice Nascimento de Souza, Diretora-Geral do Departamento da Polícia Rodoviária Federal. Quero dizer a V. Sª que esta reunião foi muito importante para o Senado da República. Foi provocada por ação de companheiros de V. Sª. Se eles não tivessem me advertido sobre a importância da ação da Polícia Rodoviária Federal e da necessidade de ela ter uma maior atenção das autoridades da República, esta reunião não aconteceria. Então, transmita à Srª Diretora-Geral o meu respeito e o respeito desta Comissão e da Comissão de Relações Exteriores pela contribuição que V. Sª deu, em nome da respeitável entidade.

Ao Sr. André Matsushita Gonçalves, que é Superintendente de Segurança Pública da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública do Estado de Mato Grosso do Sul, representando o Sr. Wantuir Francisco Brasil Jacini, que fez um esforço muito grande para que o Dr. André estivesse hoje aqui. Expus a ele, ontem, por telefone, a importância de Mato Grosso do Sul para a apreciação dessa questão do contrabando, do descaminho, do tráfico de drogas

no Brasil. Sem dúvida nenhuma, todos os senhores o ouviram e a exposição dele nos convenceu não só sobre o trabalho realizado pelo Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, mas também pela ação institucional da própria Secretaria.

Pediria a V. Sª que transmitisse ao eminente Governador André Puccinelli e ao Sr. Secretário de Segurança Pública, Wantuir Francisco Brasil, os agradecimentos desta Comissão. Pessoalmente, quero cumprimentá-lo pela precisão do seu depoimento.

Gostaria, também... Não poderia deixar de fazê-lo, a menos que o Senador, depois, queira falar. Vou primeiro agradecer e, depois, a mesa falará. Assim já fica registrado.

Estão presentes aqui os Assessores Parlamentares de vários órgãos do Ministério da Defesa, do Ministério do Exército, do Ministério da Marinha e do Ministério da Aeronáutica. Também está presente o Presidente do Sindicato dos Policiais Rodoviários Federais, Sr. Pedro da Silva Cavalcanti, de Pernambuco; os Presidentes dos Sindicatos dos Policiais Rodoviários Federais de Goiás, de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul, de Mato Grosso do Sul, do Distrito Federal, da Bahia, e uma comitiva de 15 policiais rodoviários federais de todo o País. Está presente o Sr. Vladimir Struck, que representa aqui também o Presidente do Sindicato dos Policiais Rodoviários Federais de Mato Grosso do Sul.

V. Sªs nos honram profundamente com a sua solidariedade, estando aqui presentes para conhecer a posição das autoridades federais em relação a um problema que tanto nos aflige na luta que desempenham lá em seus Estados.

O Senador Suplicy, naturalmente, quer finalizar com chave de ouro, com palavras de ouro, esta solenidade. Tem V. Exª a palavra.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Consegui chegar. A Presidenta ainda estava lá e pude cumprimentá-la, mas voltei rapidamente, para poder ouvir ainda o depoimento, as respostas às nossas questões dos diversos convidados. Pude ouvir mais o Sr. Moisés, que respondeu especificamente a mim. Não sei se os demais chegaram a fazê-lo.

Mas eu tenho uma breve pergunta ao Sr. Peter Tofte. Como ele mencionou que para o trabalho dos que estão na Receita Federal eles não têm o direito de porte de armas, a não ser no trabalho, isso poderia significar um risco. Mas eu pergunto se realmente esse risco está evidenciado em experiências concretas? O senhor mencionou que às vezes as pessoas saem do seu serviço, as que têm essa função importante na Receita Federal, e às vezes acabam se defrontando no caminho com as pessoas que até tiveram eventualmente que realizar algum trabalho de averiguação e tudo, e daí estariam com risco, não é?

Por outro lado, eu aprendi, por exemplo com o que meu pai me dizia, que ter armas em casa constitui um risco. Ele por exemplo preferiu nunca ter armas em casa, e eu, da minha parte, também nunca quis ter armas em casa. Eu sei que há opiniões diversas. O Senador Roberto Requião, por exemplo, que até coleciona armas, acha que é positivo, e ele nunca teve problemas com respeito a isso. Mas eu, por exemplo, também recomendo aos meus filhos o mesmo procedimento.

Mas eu deixo isso aqui como uma reflexão para o senhor, porque muitas vezes eu tenho ouvido até que o fato de pessoas terem armas e as utilizarem muitas vezes acabou resultando em tragédia. Então quem sabe o senhor queira falar a respeito da argumentação que o senhor aqui apresentou.

O SR. PETER TOFTE – Irei falar mais uma vez. A princípio, nós queremos apenas que determinadas categorias de servidores possam ter armas, não é completamente para a carreira, absolutamente para todos os auditores fiscais, todos os analistas; somente aqueles que trabalham em determinado tipo de operação teriam esse direito. Especialmente – uma das previsões que nós teríamos e que estamos propondo – é para o servidor que recebeu claramente uma ameaça de morte e fez o registro dessa ameaça de morte junto à autoridade policial. Então, ele tem um risco sério. Para aqueles servidores que trabalham com vigilância e repressão numa atividade de fronteira.

É claro que nós sabemos, não temos a ilusão, que o fato de alguém estar portando arma fora de serviço não é uma garantia cem por cento de que ele não vá sofrer um atentado. Principalmente porque o bandido tem o elemento surpresa e antes mesmo de você sacar a arma que está portando, você muitas vezes já recebeu os tiros etc.

Quanto à questão familiar de você ter uma arma dentro de casa, sobre isso se procura instruir os servidores. A arma dentro de casa é um perigo. Você tem que guardar da melhor maneira possível, em cofre, de preferência, fora do alcance de crianças etc, etc.

E a nossa doutrina também é muito... é uma doutrina bem pesada, especialmente no sentido de que a arma é o último recurso. Nós estamos municiando os servidores em repressão com spray de pimenta, com treinamento de arte marcial como por exemplo Krav Maga, e então a arma terá de ser o último dos recursos. Um recurso evidentemente para quem está correndo risco de vida.

Então, não existe essa coisa. É basicamente para defesa pessoal, não é para sair correndo atrás

de bandido, trocando tiros, porque aí envolve todo um outro aspecto. Acho que essa é uma função basicamente policial, mas é a defesa na hora em que o servidor está fazendo uma apreensão, etc., às vezes dando voz de prisão. Não é para subir favela, não é para invadir uma residência, porque isso está fora do nosso escopo de trabalho.

Acho que está havendo um bom cuidado, a doutrina em relação a isso, o nosso grau. Inclusive, no curso para armamento institucional, a doutrina é muito batida junto aos servidores. Cerca de trinta deles são reprovados porque não passaram nos testes. A gente frisa muito essa questão, não é deixar a coisa solta na mão do servidor, porque pode representar risco para nós.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Muito obrigado. Posso fazer mais uma observação, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB – MS) – V. Exª tem todo o direito.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Porque quando o Sr. Roberto Rubem Ribeiro apresentou as diversas responsabilidades, funções e objetivos da Polícia Federal, listou ali dez ou doze atribuições importantes. Dentre essas, eu detectei que a Polícia Federal também tem a responsabilidade de hoje estar examinando as ações que possam ofender o Poder Público, as autoridades e tal. Então, como nessas últimas semanas há uma preocupação muito grande com o grau de violência que tem ocorrido, todos nós saudamos as manifestações pacíficas, ordeiras, inclusive a Presidenta Dilma, ainda mais quando as pessoas podem, sejam os professores, os bancários, os estudantes, sair às ruas. E por vezes, quando as manifestações são pacíficas, são acompanhadas de familiares mais idosos, até de crianças. Mas como ocorreram e se têm repetido esses episódios em que as pessoas resolveram usar máscaras e, infelizmente, com ações de destruição, ora de agências bancárias, de caixas eletrônicos, de bancas de jornais... Ontem, apareceram rapazes mascarados com estilingues, lançando bombas Molotov.

Eu, ontem, inclusive, não pela primeira vez, fiz aqui um pronunciamento recomendando a todas essas pessoas que deixem de agir dessa forma. Inclusive, que levem em conta as recomendações de pessoas que muito refletiram sobre isso na história da humanidade, como Leon Tolstoi, que inspirou Mahatma Gandhi com a sua obra, com os seus livros, para que viesse a adotar a tática ou o método da não violência, que finalmente, em 1947, às vezes até com a desobediência civil mas sempre propugnando pela não violência, conquistou a independência da Índia. Bem assim, em 1963, no seu tão belo pronunciamento *I have a dream,* Martin Luther King Jr. conclamou a todos, numa época em que se estava até incendiando quarteirões em Los Angeles e Detroit. Os Panteras Negras organizavam movimentos porque tinham motivos muito fortes, já que aos negros não se dava a devida igualdade de direitos civis para que frequentassem os mesmo banheiros, restaurantes, hotéis, lugares nos ônibus e assim por diante. Em muitos Estados do sul da América, eram impedidos até de votar. Então, houve um sentimento de revolta muito forte.

Eis que Martin Luther King Jr., naquele tão belo pronunciamento, disse: "Vamos todos procurar evitar tomar do cálice do veneno do ódio, da guerra, da vingança. Vamos sempre procurar confrontar a força física com a força da alma." E felizmente, graças, depois, àquela extraordinária manifestação com 250 mil pessoas diante do Memorial de Abraham Lincoln, no dia em que se comemoravam os 100 anos da abolição da escravidão, eis que, pouco depois, em que pese até ter havido a trágica morte de John Kennedy, mas o Congresso norte-americano aprovou a lei dos direitos civis e, pouco depois, a lei dos direitos iguais de votação, num exemplo para a humanidade de que é possível se conquistar objetivos muito difíceis, mas de uma maneira a não se utilizar a violência.

Mas, como a Polícia Federal, pelo que observei ali, em cooperação, certamente, com a Secretaria de Segurança Pública, a Polícia Militar e a Civil de cada Estado, deve estar pensando e refletindo sobre isso, eu agradeço se o senhor puder nos dizer o que é que tem sido feito pela Polícia Federal e pelo Ministério da Justiça para contribuir para que as manifestações no Brasil se deem de forma não violenta e por meios pacíficos, como até a Presidenta Dilma inclusive conclamou a todos a assim realizar e se portar.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB – MS) – Tem V. Sª a palavra, Dr. Roberto Ribeiro.

O SR. ROBERTO RUBEM RIBEIRO – Senador Suplicy, são preocupantes, realmente, na área de segurança pública, essas manifestações que estão ocorrendo em alguns Estados brasileiros, com ocorrência de vandalismo e destruição de vários patrimônios do Estado e patrimônios privados. Como cidadão, também, eu fico indignado com esse tipo de atitude de certos vândalos e vejo que há interesse realmente do Estado de proibir e reprimir esse tipo de ação.

Dentro das nossas atribuições, não há uma previsão legal para aqui atuar em situações locais, e sim federais, em bens de interesse da União. No entanto, existe uma lei – não me lembro agora, mas é a Lei 10 mil e pouco – pela qual a Polícia Federal tem a previsão de atuar quando houver repercussão interestadual. Essa atuação prevista nessa lei necessita de um parecer do Ministro da Justiça, para que a Polícia Federal possa atuar.

Neste momento, não tenho nenhuma informação de que houve ou não uma requisição para que haja essa interferência da Polícia Federal nesses crimes, nessas manifestações, nos Estados. Não tenho conhecimento. Mas há a possibilidade, desde que haja uma requisição ao Ministro da Justiça.

Eu poderei verificar se há alguma requisição perante a direção geral e mais tarde informá-los sobre a existência ou não. Mas, dentro dessa nossa atribuição, prevista na Constituição, a gente não pode atuar em crimes locais. Mas é claro que nós temos vários escritórios de inteligência espalhados por diversas superintendências e delegacias que podem contribuir para a Secretaria de Segurança Pública com dados de inteligência referentes a organizações criminosas ou a suspeitos de terem participado nessas atividades criminosas.

Mas eu vou consultar a direção geral sobre esse assunto.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP. *Fora do microfone.*) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB – MS) – Antes de encerrar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da presente reunião conjunta. (*Pausa*.)

Está aprovada.

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as notas taquigráficas.

Eu reitero, mais uma vez, os agradecimentos desta Comissão a todos os senhores depoentes pela extraordinária contribuição que prestaram a ela e à Comissão de Relações Exteriores.

E, aos senhores que ficaram até este momento aqui, meus cumprimentos, e tenho certeza de que V. Sªs saem, como eu e o Senador Suplicy, extremamente convencidos da validade do depoimento prestado pelos eminentes depoentes.

Está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 35 minutos*.)

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

ATA DA 27ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 17 DE OUTUBRO DE 2013.

Às sete horas e quarenta e cinco minutos do dia dezessete de outubro de dois mil e treze, na Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, Anexo II, Senado Federal, sob a Presidência do Senador **BENEDITO DE LIRA**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes Senadores: **DELCÍDIO DO AMARAL, ZEZE PERRELLA, ACIR GURGACZ, EDUARDO SUPLICY, SÉRGIO SOUZA, ANA AMÉLIA, WALDEMIR MOKA, RUBEN FIGUEIRÓ, OSVALDO SOBRINHO, GIM, RODRIGO ROLLEMBERG, VALDIR RAUPP, FLEXA RIBEIRO, CÍCERO LUCENA E BLAIRO MAGGI**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Clésio Andrade, Casildo Maldaner, Ivo Cassol, Kátia Abreu e Cyro Miranda. O Senador Antonio Russo entrou de licença por 180 dias, a partir de 22.01.2013, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013, prorrogada por 90 dias a partir de 21.07.2013, conforme Requerimento nº 832/2013, aprovado no dia 16.07.2013. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Antes de iniciar a Audiência Pública, o Senhor Presidente, Senador Benedito de Lira, comunica à Comissão que foi protocolizado na Casa Civil da Presidência da República o Ofício nº 248, de 2013, da CRA, datado de 16 de outubro corrente, subscrito por ele e por onze Senadores, por meio do qual solicitam cópia das imagens de satélites mantida pela Embrapa e as informações referentes às imagens que contribuem para o real conhecimento da ocupação territorial dos Estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e Paraná, no ano de 1988; e traz ao conhecimento da Comissão a dificuldade enfrentada pelos produtores de coco do Nordeste quanto à importação, que chega aqui não só protegido pelos subsídios dados pelos seus países de origem, mas principalmente com a abertura das barreiras de entrada do produto. Os Senadores Acir Gurgacz e Ana Amélia usam da palavra para emitir comentário sobre o assunto. Após as manifestações dos Senhores Senadores, o Senhor Presidente dá início à Audiência Pública, em cumprimento ao Requerimento nº 25, de 2013, de autoria do Senador Acir Gurgacz, aprovado em 16.05.2013, que se destina a avalizar o processo de regularização fundiária na Amazônia Legal, e a integração entre os órgãos executores, tais como Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e respectivos órgãos estaduais, com a presença do **Sr. Sérgio Roberto Lopes** – Secretário Nacional de Regularização Fundiária na Amazônia e Coordenador do Programa Terra Legal do Ministério do Desenvolvimento Agrário – **MDA**. Após a exposição do Senhor convidado, fazem uso da palavra para tecer comentário sobre os assuntos abordados, os Senhores Senadores Acir Gurgacz, Waldemir Moka e Benedito de Lira. A Presidência informa que há sobre a mesa requeri-

mento para deliberação da Comissão: **EXTRAPAUTA: ITEM 1: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 44, de 2013. Assunto:** Requer, em aditamento ao Requerimento n° 41, de 2013 CRA, de autoria do Senador Acir Gurgacz, aprovado em 26 de setembro do corrente ano, seja realizada audiência pública desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para analisar a situação dos Povos Indígenas Cinta Larga de Rondônia e Mato Grosso, no dia 18 de outubro de 2013, às 14 horas, no Senado Federal. **Autoria:** Senador Acir Gurgacz. No encaminhamento, não houve oradores inscritos. Colocado em votação, o Requerimento é aprovado por unanimidade. **Resultado:** Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão. **ITEM 2: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 45, de 2013. Assunto:** Requer à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, a realização na cidade de Pimenta Bueno, no Estado de Rondônia, no dia 29/11/2013, às 14 horas, de Ciclo de Palestras e Debates para avaliar a implantação do Plano Safra da Pesca e Aquicultura do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), em execução nos estados amazônicos, os problemas encontrados na cadeia produtiva, tais como industrialização e comercialização, e a integração com os órgãos estaduais e federais na execução dos programas. **Autoria:** Senador Acir Gurgacz. No encaminhamento, os Senadores Acir Gurgacz, Benedito de Lira e Ana Amélia fazem uso da palavra. Colocado em votação, o Requerimento é aprovado por unanimidade. **Resultado:** Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão. **ITEM 3: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 46, de 2013. Assunto:** Requerem, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, audiência pública, no âmbito desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a finalidade de analisar e discutir as tarifas de energia utilizadas para os perímetros de irrigação localizadas no Baixo São Francisco (Itiúba e Boacica, Estado de Alagoas), bem como nos perímetros localizados no Estado do Rio Grande do Sul. **Autoria:** Senador Benedito de Lira e Senadora Ana Amélia. No encaminhamento, não houve oradores inscritos. Colocado em votação, o Requerimento é aprovado por unanimidade. **Resultado:** Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e quarenta e seis minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no *Diário do Senado Federal,* juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Benedito de Lira,** Presidente da CRA.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Havendo número regimental, declaro aberta a 27ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, comunico à Comissão que foi protocolizado na Casa Civil da Presidência da República o Ofício nº 248, de 2013, da CRA, datado de 16 de outubro corrente, subscrito por mim, bem como por 11 Senadores, por meio do qual solicitamos cópia das imagens de satélites mantida pela Embrapa e as informações referentes às imagens que contribuem para o real conhecimento da ocupação territorial dos Estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e Paraná, no ano de 1988.

A presente reunião destina-se à audiência pública, em cumprimento ao Requerimento nº 25, de 2003, de autoria do Senador Acir Gurgacz, com o objetivo de avalizar o processo de regularização fundiária na Amazônia Legal e a integração entre os órgãos executores, tais como Ministério do Desenvolvimento Agrário, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e respectivos órgãos estaduais, com a presença do Sr. Sérgio Roberto Lopez, Secretário Nacional de Regularização Fundiária na Amazônia e Coordenador do Programa Terra Legal do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Gostaríamos de levar ao conhecimento desta Comissão que temos obtido informações, as mais diversas, com relação aos produtores de coco do Brasil, particularmente, daqueles que produzem coco no Nordeste. Qual é a dificuldade enfrentada por esses produtores de coco? É exatamente a importação, principalmente do coco ralado, que chega aqui não só protegido pelos subsídios dados pelos seus países de origem, mas principalmente com a abertura dada nas barreiras de entrada desse produto.

Como no Brasil, a cultura do coco ou do coqueiro não recebe subsídios, o terreno da competitividade fica desnivelado, com fortes e penosas consequências para os produtores nacionais, que, no caso dos produtores de coco, se evidencia na queda abrupta nos preços do coco seco, no desemprego da lavoura e, sobretudo, na falta de mercado para a sua produção.

Os impactos das importações de coco ralado recaem, fundamentalmente, sobre os produtores de coco, na medida em que o coco ralado é substituto perfeito do coco seco no processamento industrial de que resultam os diversos derivados, como o leite de coco,

doce de coco e o próprio coco ralado com menor teor de gordura. Com essas condições, muitas empresas deixam de adquirir o coco seco, para o processamento, substituindo pelo coco ralado importado.

No Brasil, o coqueiro é cultivado em mais de 280 mil hectares, dos quais mais de 80% estão no Nordeste, sendo típica da produção de agricultores familiares, sendo certo que ocupa área média de plantio inferior ao hectare por produtor, como revelam os números dos diversos censos agropecuários realizados pelo IBGE. São mais de 200 mil produtores com essa característica.

Portanto, no Brasil, a cultura do coqueiro, além da importância econômica, tem forte apelo social. Embora o coco ralado entre no País por preços bem inferiores ao produto nacional, face aos subsídios que concedem os países exportadores, o consumidor não é beneficiado por essa diferença de preço, pois o produto importado chega às mercearias e às gôndolas dos supermercados ao preço do coco ralado produzido no Brasil.

Por essas razões é que esta Comissão deverá engendrar esforços no sentido de, em uma reunião próxima como Ministério da Agricultura, que possamos balizar esses procedimentos e os prejuízos que têm causado ao produtor do coco nacional.

Deixamos de manter o emprego no campo aqui para manter o emprego lá fora. Então, seria interessante que a política de preço de importação desse produto fosse exatamente taxado de tal sorte que o produtor nacional pudesse sobreviver, sem dúvida nenhuma, do seu trabalho e da sua produção.

Esse é exatamente um dos assuntos que têm atingido fortemente, com especialidade, o Nordeste brasileiro.

Como a cultura do coco não se restringe apenas ao Nordeste, mas tem uma abrangência nacional, lógico que cabe a nós, desta Comissão, no momento oportuno, chamarmos para uma audiência pública na Casa representantes do Ministério da Agricultura para que possamos disciplinar essas ações. Do contrário, iremos, gradativamente, fazer com que aqueles que produzem com as dificuldades que se apresentam – no Nordeste, com especialidade –, passem a deixar a atividade para viverem do quê? Vão migrar para os grandes centros. Fazer o quê? Trabalho não existe, não têm qualificação.

Então temos que nos ater a esse assunto e a outros assuntos que são da maior importância para a sobrevivência da agricultura familiar.

Por isso, levo o assunto ao conhecimento desta Comissão e, particularmente, das autoridades do Ministério da Agricultura. Não queremos dizer que seja fechada a barreira de importação, mas vai-se importar aquilo que, na verdade, precisar para suprir o mercado interno, depois, logicamente, da produção local, da produção interna. Até porque o custo de produção do coqueiro, de tirar o coco na roça do Brasil, é diferente do custo de produção dos países que importam com subsídios e, ao mesmo tempo, beneficiados pelas taxas de importação.

Por essa razão é que fazemos um apelo às autoridades do Ministério da Agricultura e, consequentemente, trataremos disso em outra oportunidade.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente, apenas para lhe cumprimentar pelo tema.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Concedo a palavra a V. Exª, pela ordem, nobre Senador Acir.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Cumprimento V. Exª pelo tema. E digo que o nosso Estado de Rondônia também é produtor de coco. Não tem uma influência na nossa economia exatamente porque não tem o valor devido para o nosso agricultor, mas o nosso Estado tem condições de ter uma produção de coco muito maior, não o tem por falta de uma política voltada para a produção e incentivo do Governo para tal, da mesma forma que no Estado de V. Exª.

Portanto, cumprimento-o pelo tema, entendo que é importante e vamos, sim, concordo com o senhor, convidar, na hora oportuna, alguém do Ministério da Agricultura para debatermos esse assunto, tudo aquilo que é importante para a economia, para a agricultura, principalmente a agricultura familiar, que é a produção de coco, ela vai, diretamente, beneficiar o agricultor familiar.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – E hoje, nobre Senador Acir, aparteando V. Exª, o produtor de coco, Senadora Ana Amélia, exatamente, está dentro da agricultura familiar. A maioria, ou quase que a totalidade de produtores está dentro de um ou dois hectares de terra de coqueiros.

Então, na verdade, se quiser estimular a agricultura familiar, você terá de adotar algumas providências, no sentido de preservar essa atividade produtiva no nosso País.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Sem dúvida.

Meus cumprimentos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Caro Presidente Benedito de Lira, caro Senador Acir, o meu Estado não produz coco, mas também com outras culturas que produz vive esse mesmo dilema. Nós ainda pagamos um preço grande, porque estamos

do lado da Argentina e do Uruguai, então, no caso de frutas, por exemplo – e o coco é uma fruta –, em que o valor principal é todo... No caso do coco, se aproveita tudo, não é, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Exatamente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Aproveita-se a casca, que serve de adubo se esmagada. Serve, também, para fazer confecção, fazer toalhas com a fibra do coco. Nós usamos o leite de coco, a água do coco – a água, depois, se transforma em leite de coco –, e a polpa do coco, que é o caso a que o senhor estava se referindo quanto à importação.

Eu sou consumidora, eu gosto muito de água de coco. Então, toda vez que eu compro uma embalagem de leite longa vida – longa vida, não o leite, é água de coco em embalagem longa vida –, eu pago R$6,00 pela caixinha, e fico pensado no quanto foi pago para o produtor de coco para ter esse conteúdo. Talvez uns R$0,10, ou sei lá, R$0,20.

Então, há essa distorção. Quem sofre para produzir, quem tem o grande trabalho de plantar o coco, cuidar do coco, colher o coco, para que ele tenha uma quantidade maior de água mais doce, água de coco mais doce, porque maior valor ela terá no mercado... Eu fico pensando exatamente nessas distorções que nós temos no mercado brasileiro, que é exatamente isto: o produtor, aquele que é o responsável pela matéria-prima, é o mais penalizado em todos os processos.

V. Exª faz muito bem quando chama a atenção para a questão social, de ser esse, no caso do seu Estado, Alagoas, e de outros Estados nordestinos, um típico produtor de agricultura familiar, que é o que tem de ser mais protegido.

Então, parabéns a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – E V. Exª, nobre Senadora, tocou num assunto é o auge da questão. Por exemplo: qual é o benefício que tem tido o consumidor, exatamente, com os privilégios que são dados para as importações de determinados produtores agrícolas de outros países para o Brasil? Nenhum!

O preço das prateleiras dos supermercados, das mercearias é exatamente igual ao preço produzido no Brasil, com todos os encargos que tem o produtor, com que arca o produtor brasileiro.

O trabalhador, por exemplo, pratica a sua ação de trabalho protegido pela Lei Trabalhista. Em outros países que produzem esse produto, são utilizados até animais, por exemplo, macacos, para que ele possa tirar o coco do coqueiro. Qual é o custo disso? Absolutamente nenhum.

Então, isso é preciso...

Bom, há um acordo entre o Brasil e o Mercosul. Muito bem. Mas o acordo do Brasil com o Mercosul não pode chegar ao ponto de privilegiar o trabalhador de outros países do Mercosul em detrimento do trabalhador brasileiro. Não se pode privilegiar um produtor daqueles países em detrimento do produtor brasileiro.

Ora, que política é esta: a gente protege quem está lá fora e massacra quem produz aqui? É uma coisa... Em determinados momentos, a gente fica a raciocinar: por quê? Em todos os países do mundo em que se pratica a agricultura, há um subsídio. O governo chega e protege o produtor, porque ele tem como meta a responsabilidade e a importância que tem aquele produtor viver no seu *habitat.*

Ora, nós protegemos o emprego urbano e não temos que ter responsabilidade com o emprego rural? Qual é o número de pessoas que são trabalhadoras dessa atividade? É um sem-número de pessoas o trabalhador rural Infelizmente, é por conta destas e outras ações que, em nosso País, todos os anos, sabem muito bem V. Exªs, que são defensores ativos desse setor, se fala em renegociação de dívidas, prorrogação de dívidas, principalmente daqueles que vivem em regiões que não são compatíveis com essa atividade, como, por exemplo, os que trabalham no Semiárido.

Desde quando eu cheguei aqui, em 1994, Senador Acir, em 1994, que se conversam, que se tratam, que se discutem essas medidas legais, para que você possa renegociar. Agora, eu pergunto: como você pode renegociar uma dívida de um pequeno agricultor, se ele, na verdade, não sabe por que a sua dívida chegou ao tamanho que está? Ninguém dá informação. As instituições financeiras do País não dão informações ao pequeno produtor, aquele tomador de dinheiro para praticar na agricultura. Qual o motivo e a razão do crescimento estúpido da sua dívida? Quem tirou dez, daqui a dois, três, quatro anos, vai pagar cem. Quem tirou mil vai pagar cem mil. Como é que pode ser uma coisa dessas? Infelizmente essa é a política econômica adotada em meu País para atender àqueles que produzem. Recentemente tem havido algumas modificações nessas taxas de juros, mas antes, algum tempo atrás, as taxas de juros eram a taxa de mercado. Eram juros de mercado. Você tomaria uma importância para aplicar num determinado produto ou numa determinada atividade econômica, que tem rentabilidade, a mesma taxa seria aplicada para aqueles que praticam a agricultura, infelizmente.

Mas a nossa audiência pública hoje trata de regularização fundiária na Amazônia Legal e tem, como autor da proposta, do requerimento, que foi aprovado por esta Comissão, o Senador Acir Gurgacz, a quem, logo mais, darei a palavra, para que possa justificar exatamente as razões e os motivos que o levaram a fazer

com que a Comissão pudesse aprovar este requerimento e realizar essa audiência pública no dia de hoje.

Há outro requerimento, também de autoria de S. Exª o Senador Acir Gurgacz, que se encontra sobre a mesa, que passo a ler:

EXTRAPAUTA

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 44, DE 2013

Requer, em aditamento ao Requerimento n° 41, de 2013 CRA, de autoria do Senador Acir Gurgacz, aprovado em 26 de setembro do corrente ano, seja realizada audiência pública desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para analisar a situação dos povos indígenas Cinta Larga de Rondônia e Mato Grosso, no dia 18 de outubro de 2013, às 14 horas, no Senado Federal.

Autoria: Senador Acir Gurgacz.

Com a palavra, o Senador Acir, por favor.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Na verdade, Sr. Presidente, nós já nos mobilizamos para esta reunião. No entanto, entendemos que ela será mais importante se a transformarmos em audiência pública. Acreditamos que ela terá uma importância maior e um resultado mais eficaz nos debates que teremos amanhã à tarde.

Portanto, é nesse sentido que nós pedimos para alterar de ciclo de palestras e debates para audiência pública, que tem uma importância maior aqui na nossa Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e também no Senado Federal.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Em votação o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira mais discutir, encerro a discussão e votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Sobre a mesa, requerimento também de autoria de S. Exª o Senador Acir Gurgacz, que passo a ler.

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 45, DE 2013

Requer à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, a realização na cidade de Pimenta Bueno, no Estado de Rondônia, no dia 29/11/2013, às 14 horas, de Ciclo de Palestras e Debates para avaliar a implantação do Plano Safra da Pesca e Aquicultura do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), em execução nos Estados Amazônicos, os problemas encontrados na cadeia produtiva, tais como industrialização e comercialização, e a integração com os órgãos estaduais e federais na execução dos programas.

Autoria: Senador Acir Gurgacz.

V. Exª tem a palavra Senador Acir.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Peço o apoio dos nossos colegas, da Senadora Ana Amélia e demais Senadores, para a aprovação desse requerimento, a fim de que possamos fazer um debate mais aprofundado com relação à produção de pescado no País, em especial no nosso Estado de Rondônia.

A nossa Presidenta Dilma, no lançamento do Plano Safra da Pesca e Aquicultura no ano passado, estabeleceu que a meta fosse ampliar a produção nacional para 2 milhões de toneladas de pescado até 2014. Para isso o Governo investiria R$4,1 bilhões em financiamentos para a produção pesqueira por meio de diversos programas.

A produção anual de pescado no País gira em torno de 1,5 milhão de toneladas. A Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) estima que o Brasil possa produzir pelo menos 20 milhões de toneladas. E nós queremos avaliar a execução atual do Plano Safra da Pesca e Aquicultura e os principais entraves.

Para ilustrar, com o esforço dos produtores rurais rondonienses e com o apoio do Governo do Estado, Rondônia ampliou em dois anos, a partir de 2011, a produção de pescado no Estado de 15 mil toneladas/ano para 50 mil toneladas, e a expectativa é de que o Estado alcance a produção de 80 mil toneladas/ano ainda em 2014, ou seja, no próximo ano.

O Programa Água Produtiva, de Rondônia, é um exemplo de que, quando existe articulação de esforços em torno de um objetivo comum, o resultado aparece, pois o esforço dos agricultores contou também com o apoio do Governo Federal por meio do Ministério da Pesca e do Ministério do Desenvolvimento Agrário, que disponibilizou máquinas e apoio para o desenvolvimento de tecnologias.

Outro aspecto importante desse programa é que, ao estimular a abertura de tanques para a criação de tambaqui, pirarucu ou tucunaré, o Governo do Estado

já viabiliza o licenciamento ambiental da atividade e principalmente inicia-se um processo de recuperação de áreas degradadas de pastagens e de capoeiras sem necessariamente transformar novas áreas de florestas.

Rondônia está se tornando, com a produção do pirarucu em cativeiro, no Município de Pimenta Bueno, o maior produtor dessa espécie de peixe na Amazônia e no País. Só na safra deste ano, serão colocados à disposição dos produtores rurais no Estado 50 mil alevinos de pirarucu. Após um ano, pesando acima de 14 quilos, os peixes já poderão ser comercializados.

Porém, a cadeia da piscicultura enfrenta problemas de logística e comercialização. A necessidade de SIF, que é o selo do Sistema de Inspeção Federal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, é um dos entraves da comercialização. O Estado tem apenas dois frigoríficos aptos a fornecer o selo do SIF, um em Vilhena e outro em Ariquemes, mas essas duas empresas não atendem à demanda e oferecem ao produtor um preço inferior, às vezes, ao dos intermediários. Esse é um dos assuntos que pretendemos discutir na audiência pública que faremos em Pimenta Bueno, Rondônia, dia 29 de novembro.

Portanto, peço apoio aos Senadores para que possamos aprovar esse requerimento.

Um dos grandes problemas nossos em Rondônia é a falta de um frigorífico grande que possa atender à demanda e transformar o peixe *in natura* em produto que possa ir direto ao mercado.

Hoje, vendemos o peixe *in natura* para outros Estados. Um exemplo é o Estado de Goiás. Um frigorífico do Estado de Goiás vai a Rondônia, enche as suas carretas com peixe *in natura* e o beneficia no Estado de Goiás. E nós queremos fazer com que esse beneficiamento aconteça no Estado de Rondônia, dessa forma melhorando a economia dos Municípios, do Estado e também aumentando a renda do produtor, incentivando-o, cada vez mais, a produzir o pescado, já que o Estado de Rondônia tem uma água boa, tem uma temperatura ótima, tem um clima excepcional e tem o incentivo do Governo do Estado e temos a ração para os peixes. Portanto, a expectativa é de grande crescimento na produção de pescado no Estado de Rondônia.

Eram essas as minhas considerações.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Agradecemos V. Exª pela oportunidade de lembrar-se desse setor.

Recentemente, fiz uma viagem, a convite do Ministério da Pesca, para Israel. Fomos lá ver o sistema de irrigação e, ao mesmo tempo, a produção de pescado e como criar peixes em tanques-rede. Uma coisa que me chamou muito a atenção, Senador, foi a dificuldade daquele povo, o que faz com que as pessoas encontrem soluções.

O Estado de Israel tem uma população de aproximadamente 7,5 milhões de habitantes, mas o que produz na agricultura, apesar de praticar a agricultura no deserto, é qualquer coisa de nos deixar de boca aberta. Além da produção para atender o mercado interno, o consumo interno, ainda tem uma linha de exportação na faixa de US$4 a US$5 bilhões.

A pesca é uma coisa extraordinária. E uma das coisas que mais me chamou a atenção foi a criação de peixe de rede em alto mar. Da margem da praia até o local onde estão instalados os tanques, são 11km e se produz mais peixe – talvez só nessa área em alto mar – do que produz o Brasil. É uma coisa extraordinária!

Lamentavelmente, no Ministério da Pesca, por exemplo, ainda há cortes substanciais de orçamento. Neste ano, 2013, houve um corte da ordem de mais de R$350 milhões do orçamento do Ministério da Pesca. Como se pode incentivar a pesca cortando recursos do orçamento para a pesca?

São essas coisas que, infelizmente, a gente não pode compreender muito bem, infelizmente, aqui no meu País.

Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Entendo que o Brasil tem uma condição especial para aumentar a produção de pescado, seja no Nordeste, nas águas do mar, como na Amazônia, nos rios e lagos que temos. Então, a possibilidade de aumentarmos a produção de pescado no Brasil é muito grande. Nós temos tudo o que é preciso para aumentá-la: água saudável, clima, terra para produzir a alimentação ou a ração para os peixes. Temos tudo. Falta realmente esse investimento para que o produtor tenha segurança em produzir o pescado.

Muitas vezes já aconteceu – não sei se no Rio Grande também, Senadora Ana Amélia – no Estado de Rondônia de o Governo lançar um programa, o agricultor comprar a ideia, investir, trabalhar e, depois, não ter para quem vender. Aí o prejuízo é muito grande, e se perde a oportunidade de avançar em alguma produção importante. E o pescado é uma situação que pode acontecer hoje no Estado de Rondônia, pois houve o investimento do Estado para os agricultores, os agricultores aceitaram o desafio de produzir o pescado, tanto o tucunaré, quanto o tambaqui, o pacu, a tilápia, o pirarucu, e hoje nós não temos frigorífico para comprar esse produto, beneficiá-lo, e esse produto chegar aos consumidores brasileiros.

Então, precisamos avançar mais, exatamente neste momento, porque o agricultor, como sempre, Senadora Ana Amélia, Senador Benedito, dá resposta positiva.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Ele dá resposta positiva.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Ele vai, trabalha, produz e, na hora de entregar o seu produto, não é aquilo que tinha como propósito, ou era a proposta, nem era aquela conta que foi feita para ele.

Então, nesse sentido, precisamos realmente ter um cuidado grande para não frustrar, mais uma vez, um trabalho novo, principalmente no nosso Estado de Rondônia, que é o pescado da Amazônia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Presidente, de novo: a gente volta ao caso do coco.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Perfeito.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – A lógica é a mesma, Presidente. E aí, de novo, a gente lamenta profundamente, porque são iniciativas importantes no sentido de estimular o agricultor, e o pior que acontece é a frustração. A frustração desanima, e outra iniciativa que vier em outra direção terá, digamos, um sentimento de dúvida: "Será que vai funcionar?". E é natural que seja assim.

Então, o esforço feito no sentido de melhorar a produção, de oferecer um produto de qualidade dá com os burros n'água, como se diz no interior, não funcionando adequadamente. É claro que, nesses processos, Senador Acir...

Eu sou de um Estado, o Rio Grande do Sul, que tem um sistema de organização cooperativista muito eficiente, muito eficaz na área de produção, na área de serviços, em todos os setores. Então, a organização cooperativa dá mais força aos produtores, seja de pescado, seja de frutas, seja de leite. V. Exª, de Alagoas, conhece bem essa área do leite. Então, de fato, é fundamental o fortalecimento dos mecanismos e dos instrumentos, não só de produção, mas também de comercialização, para dar a ele um poder maior. Se ele vai sozinho entregar o seu peixe, primeiro, não tem para quem entregar. Ele vai ter que vender no mercado.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – E não dá para guardar.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Não dá para guardar, e as condições de armazenamento e de estocagem requerem uma qualidade muito grande, porque peixe é altamente perecível. É aquela história de que, toda Semana Santa, na televisão... E eu não sei por que a gente come peixe só na Semana Santa, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Pois é.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Não é o caso do seu Estado, onde tem peixe fresco a toda hora e de boa qualidade. Mas é exatamente aquilo: o olho do peixe tem que estar de determinada forma; é preciso olhar as escamas. É a orientação que tem de estar permanentemente na cabeça do consumidor. Mas é a mesma lógica de que falamos no começo da audiência, V. Exª levantando a questão do coco e a questão do peixe também. E aí vamos para todos os produtos. É a mesma situação de fragilidade do agricultor, de quem produz.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Nós precisamos trabalhar muito nesta Comissão, porque realmente todos os setores produtivos do País têm as suas deficiências. Por quê?

Porque, ao longo da história deste País e particularmente do Ministério da Agricultura, é que precisa ser muito mais incentivado o Ministério da Agricultura. Em minha opinião, é um dos Ministérios mais importantes da República, mas, infelizmente, não tem tido o prestígio de receber os recursos necessários para, exatamente, atender a essas cadeias produtivas; para criar estrutura capaz de beneficiar aquele que produz, que trabalha, que se esforça, que arrisca a vida, porque o pescador arrisca a vida todos os dias em alto-mar. E, infelizmente, como diz V. Exª, nobre Senadora, ele chega à beira da praia e não tem como: "Onde vou colocar o meu produto, o produto que eu pesquei, o produto do meu trabalho?" Entrega-o, muitas vezes, ao atravessador, por preço irrisório. E as pessoas dizem: "O pescado brasileiro é muito caro". É muito caro. Por quê? Porque esses que não vão, não andam um metro dentro do mar, são os que se beneficiam do trabalho arriscado do pescador.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Na cadeia, toda ela, da produção até chegar ao mercado, falta alguma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Falta a estruturação.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Nesse sentido, queremos dar a nossa contribuição para isso.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Eu vou tocar no assunto aqui.

Passo a palavra à Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Obrigada pela gentileza, Presidente.

Eu queria só reforçar, Presidente, isso que V. Exª acaba de dizer em relação ao Ministério da Agricultura. Além do conjunto do Ministério, das políticas do Ministério da Agricultura – Ministério que a gente vê

que se esvaziando, este Ministério está sendo esvaziado; a verdade é essa –, um setor que – eu diria – é o coração do Ministério se chama Secretaria de Defesa Sanitária e Agropecuária. Esta área está correndo sérios riscos, porque fundamental. É a área que dá a segurança da qualidade da sanidade dos produtos de origem vegetal e animal. E nós, como somos um País de protagonismo mundial hoje na exportação de grãos, a soja é o primeiro da pauta, mais o complexo da carne, do açúcar, do etanol, do suco de laranja, do fumo também, mas se não tivermos prioridade para a defesa sanitária, nós estaremos correndo sérios riscos. Vez por outra, a Rússia faz embargos aos nossos frigoríficos, ao nosso setor. Qual é a razão disso? Defesa sanitária. E o orçamento para a defesa sanitária também está comprometido, como estão comprometidas outras áreas fundamentais.

Para concluir, eu queria agradecer a V. Exª e convidar os colegas Senadores, já que aqui, hoje, estamos discutindo as condições muito difíceis para quem produz hoje no Brasil no setor rural. Então, vamos realizar aqui, já foi aprovada e agendada por V. Exª uma audiência pública que trata da questão do emplacamento dos tratores e máquinas agrícolas. Ora, Presidente – gostei do seu sorriso que está entendendo –, não dar para querer regulamentar uma realidade do Estado Rio de Janeiro e do Estado de São Paulo com o resto do Brasil. A realidade desses centros não é a de Alagoas, não é a do Rio Grande, não é a do Mato Grosso Sul do Senador Moka ou a de Rondônia do Senador Acir. O agricultor será obrigado a levar sua máquina ao Detran para vistoriá-la, fazer o emplacamento... Quanto vai custar isso, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Para pagar mais imposto.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Para arrecadação?

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Exatamente. Para emplacar uma moto cobram mais de R$1.000,00. Imagine para emplacar um trator!

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Realmente, aí a questão não é só do custo disso, mas também do tempo que ele vai perder para fazer isso. Não dá, realmente, para a gente pensar quem é que "bola" esse negócio.

Então, eu queria agradecer-lhe o agendamento dessa audiência pública aqui na Comissão para debater esse tema.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Está agendada, nobre Senadora e Senadores, para o dia 7 de novembro essa audiência.

Convém lembrar a V. Exªs que no dia 24, próxima quinta-feira, nós vamos receber aqui o Ministro da Justiça para realizarmos aquela audiência solicitada por V. Exª, por Rondônia, Paraná, Rio Grande do Sul e agora, também, pelo Estado de Alagoas, que é exatamente a demarcação de terras para os indígenas.

Eu gostaria, antes de iniciarmos a nossa audiência pública, de tratar de um assunto que me parece não ser privativo do meu Estado, mas é também do Rio Grande do Sul e de outros grandes produtores, como Rondônia e, provavelmente também de Mato Grosso do Sul, nobre Senador Moka. Refiro-me à cultura do arroz, o problema dos rizicultores.

Vou levantar aqui uma preliminar do Baixo São Francisco, onde há dois perímetros de irrigação: o de Itiúba, com aproximadamente 2 mil hectares, e o de Boacica, também com aproximadamente 22 mil hectares.

Essas várzeas eram inundadas naturalmente, Moka. À proporção que havia enchente no Rio São Francisco, as várzeas eram inundadas, e ali se praticava a cultura do arroz. Logicamente, quando a Chesf barrou o Rio para fazer as hidrelétricas e o Xingó, a vazão do Rio sofreu consequência. Então, essas várzeas que eram naturalmente irrigadas passaram a ser irrigadas forçadas. O Governo, através da Codevasf, abriu o canal que atende a essas necessidades, precariamente.

O que tem acontecido ultimamente? O canal está em estado depreciado, precisando fazer uma série de reformas e investimentos. Além do mais, diminuiu consideravelmente a capacidade de produção. Por quê? Qual é o gargalo disso? É exatamente o custo da energia. A chesf, em vez de assumir, porque ela foi responsável por esse desastre na região, ela transfere isso, através da Codevasf, para os pequenos produtores, que, em média, têm de dois a três hectares de área para produzir o arroz. Isso tem sido gradativamente desativado. Por quê? Porque não suportam o custo da energia, que é uma coisa assustadora. Irrigar neste País, fazer agricultura irrigada, dependendo de tarifa de energia, é melhor ir para a beira da estrada assaltar caminhões ou assaltar quem passa. Infelizmente. É lamentável isso, mas essa é a grande verdade.

O que acontece? As estatais, como a Chesf, por exemplo... Deveremos propor aqui, vamos combinar isso com V. Exªs, chamar à responsabilidade a estatal Chesf, já que ela não atende apenas o Nordeste, mas também outros Estados produtores, como o Rio Grande do Sul, Rondônia, Mato Grosso do Sul, onde se pratica a agricultura irrigada.

Infelizmente, esse é um tema que a gente tem de considerar e fazer com que as coisas possam acontecer. Por que como é que eu sou responsável para

provocar o dano e me omito na hora de repará-lo? Então, é o Senador Moka que tem a responsabilidade de fazer isso? É o pequeno agricultor, que nada teve a ver com as barragens feitas pela Chesf? É necessário fazer hidrelétrica? Sim, é necessário. Mas é preciso compatibilizar. Eu vou criar essa dificuldade, mas, ao mesmo tempo, vou fazer com que as coisas possam acontecer. Eu vou suprir essa deficiência, porque eu dei motivos para que você deixasse de ter dignidade no exercício da sua atividade produtiva.

Esse é um assunto que deveremos enfocar para que possamos defender e proteger o pequeno, porque hoje, na grande maioria dos Estados brasileiros e com especialidade no Nordeste brasileiro, Senador Moka, a agricultura que se pratica é a familiar, porque o cidadão, o agricultor que tem dois ou três hectares não pode ser tido como um médio produtor ou um produtor de escala, comercial. Muito pelo contrário.

Além do mais, ainda há outra coisa mais agravante: o sujeito produz e, na hora da colheita, não tem um secador. Na minha região, por exemplo, não há um secador. Ele não tem uma balança. Eu estive lá recentemente, numa reunião com os rizicultores, e eles fizeram essas ponderações, essas reclamações e essas reivindicações. Querem uma balança para pesar o seu produto, porque quando o atravessador vai comprar o produto, ele não tem balança. Às vezes pesam com essa balança comum, balança primitiva. Isso é qualquer coisa... Infelizmente esse setor primário, no Brasil, arca com essas dificuldades.

Então, cabe a nós, e aqui estão os Senadores mais comprometidos com o setor, adotar algumas medidas, fazer algumas reivindicações, praticar algumas ações que possam sensibilizar o Ministério da Agricultura e, o mais importante, a área econômica do Governo, porque o Ministério da Agricultura, muitas vezes, não pode fazer, e agora V. Exª, nobre Senador, acabou de fazer essa citação, pelas dificuldades orçamentárias. Por quê? Porque corta aqui, corta ali, corta acolá, para atender a outros segmentos, a outros setores.

Então, o setor produtivo, aquele que gera riqueza, que gera emprego, que gera renda, que gera, inclusive, dignidade para as pessoas, é podado, infelizmente.

Concedo a palavra a V. Exª, nobre Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador, apenas acrescentar ao que V. Exª colocou porque vamos perceber que o custo da energia, o impacto do valor, tem muito a ver com a tributação no País, que sempre uma das maiores fontes de arrecadação nos Estados, a começar pelo ICMS dos Estados. São valores expressivos.

Acho que o tema é importante. Mato Grosso do Sul não é um grande produtor de arroz, mas sem dúvida nenhuma temos o chamado arroz irrigado. Temos também o arroz de sequeiro, mas é importante essa discussão.

Eu não sei – quando cheguei aqui, Presidente – acho que a Senadora Ana Amélia estava falando. Nós vamos ter um problema muito sério na questão orçamentária. Penso que a Comissão tinha que chamar a responsabilidade. Parece-me que o Ministério da Agricultura está sem recurso para estabelecer os convênios com os Estados na questão da vigilância sanitária. Isso é de uma gravidade tão grande porque não consigo entender essas coisas. Ora, o responsável pelo superávit da balança comercial é esse setor e, dentre esse setor, o setor de carne, por exemplo, seja suinocultura, avicultura ou mesmo a carne de boi e, todo ano, Presidente, eu, pelo menos, brigo na Comissão de Orçamento para colocar orçamento...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Na defesa sanitária.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) –... na defesa sanitária. E todo ano é essa encrenca para colocar o dinheiro. A responsabilidade da vigilância sanitária é do Governo Federal.

Os Estados fazem um convênio porque o Governo Federal delega essa responsabilidade e os Estados gastam muito mais do que o convênio que o Governo repassa e, mesmo essa parte, o Governo agora, parece que recentemente, teve uma reunião com os Secretários de Agricultura de todos os Estados e os Secretários saíram apavorados.

Vamos ter que marcar uma audiência – eu sugiro inicialmente com o Ministro da Agricultura – e também com a área do planejamento, a área econômica, porque esse é um problema. Vamos começar a receber visitas de comissões externas que virão aqui analisar. A primeira coisa que eles vão fazer: como é que é essa questão da vigilância sanitária? Se nós não temos os recursos e convênios estabelecidos é uma demonstração de que não temos segurança nenhuma.

Isso daí, Sr. Presidente, é de uma gravidade muito grande. O Ministro Antônio Andrade disse que teria uma audiência na Casa Civil para tratar especificamente a respeito disso, mas de qualquer forma esta Comissão tem que ter essa responsabilidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Eu não tenho a menor dúvida disso.

Vamos dizer assim que é o cérebro do Ministério da Agricultura é exatamente a vigilância sanitária e, depois ainda ficam reclamando: "Ah, estão boicotando, estão isso, estão aquilo", porque, na verdade, qualquer coisa que infelizmente...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Mas precisamos de uma atuação um pouco mais firme do nosso Ministro, Senadores e Presidente. Entendo que o Ministério é a cara do Ministro.

O Ministro precisa ser mais atuante e ter um cuidado maior – talvez falta de conhecimento, não sei –, mas precisamos ter um Ministro mais atuante, que o Ministério seja atuante e quem faz o Ministério atuante é o Ministro. Só para fechar esse assunto.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Muitas vezes o Ministro é bom, mas a área que faz com que a máquina moa emperra.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Gostei dessa.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – E tem opções governamentais. Existem Ministérios que têm realmente muito mais facilidade de acesso à área econômica. A questão também é uma opção. Até um viés ideológico...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Temos que priorizar.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu só queria acrescentar a essas argumentações do Senador Acir, do Senador Moka e suas Presidente, que haviam feito referência à questão da fragilidade orçamentária na defesa sanitária. V. Exª lembrou isso, e eu queria, então, reforçar o que disse o Senador Moka, de trazermos esse debate para a Comissão.

Também quero me associar à sua iniciativa de trazer aqui a área da energia elétrica. Entendo, como disse o Senador Moka, que a tributação, especialmente o ICMS para os Estados, nessa área, é importante. Mas o Rio Grande do Sul e Santa Catarina são Estados, marcadamente, de produção de arroz irrigado. Então, eu quero me associar e, quando for V. Exª requerer, quero também participar, com indicações de representantes do Rio Grande do Sul, da área de produção de arroz irrigado, para debatermos melhor o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Vamos fazer isso, Senadora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Já se encontra em nossa Casa o Sr. Sérgio Roberto Lopes, Secretário Nacional de Regularização Fundiária. Eu o convido para compor a Mesa. Por favor. *(Pausa.)*

Esta audiência tem como finalidade exatamente tratar da regularização fundiária na Amazônia e do Programa Terra Legal, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, audiência pública que foi requerida pelo Senador Acir e aprovada por esta Comissão.

Inicialmente, concedo a palavra a S. Exª o Sr. Senador Acir Gurgacz, para tecer alguns comentários a respeito do requerimento de V. Exª.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Saúdo o Sérgio Roberto Lopes, mas uma vez aqui na nossa Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para debater esse assunto, que é da maior importância para todos nós, no Brasil inteiro, em especial na Amazônia, e em especial no Estado de Rondônia.

Nos últimos três anos, Sr. Presidente, nós já realizamos 13 reuniões, entre audiências públicas, ciclos de palestras e debates sobre esse tema da regularização fundiária na Amazônia. Duas delas nós fizemos lá no Estado de Rondônia: a primeira em Ariquemes, no dia 2 de dezembro de 2011, e a segunda em Jaru, no dia 10 de maio de 2013. Em cada uma dessas reuniões foram apresentados diagnósticos da situação da regularização fundiária no Brasil, em particular na Amazônia Legal. Foram discutidos os problemas que impedem um trabalho mais ágil e eficiente, e os resultados obtidos até o momento, de cada reunião, são considerados insuficientes para o tamanho da demanda reprimida, mas positivos nos últimos dez anos em relação ao que se fez nos 30 anos anteriores.

Então, a nossa intenção em trazer mais uma vez esse debate aqui para a Comissão, primeiro, porque eu entendo que aqui é o fórum legítimo para debatermos esse tema, aqui na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, para saber como anda este Programa Terra Legal, e se nós vamos conseguir alcançar aquelas metas que foram amplamente divulgadas aqui por várias pessoas – apesar de que cada um que passava por aqui trazia uma meta diferente da outra. O Incra tinha uma meta, o MDA tinha outra meta, e nós não sabemos ainda exatamente qual é a meta que nós temos agora para este ano de 2013/2014. Sabemos que o Incra teve um avanço muito grande com relação à informatização do sistema, de todos os procedimentos na questão de regularização fundiária, de ter o banco de dados da Amazônia Legal. Eu sei que há um trabalho maior no Estado de Rondônia. Há um compromisso de avançar com rapidez maior nesse tema de regularização fundiária, tanto do Incra quanto do MDA, que é o responsável pelo Programa Terra Legal. Então, nós gostaríamos de saber como é que nós estamos para 2013/2014 com relação à regularização fundiária. E agradeço, mais uma vez, a vinda do Dr. Sérgio Roberto Lopes aqui na nossa Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Apresentadas as justificativas do

seu convite, eu quero comunicar ao Dr. Sérgio que o senhor terá 20 minutos para fazer a sua explanação. Se for necessário, terá mais tempo. Por essas razões, lhe concedo a palavra.

O SR. SR. SÉRGIO ROBERTO LOPES – Primeiramente, Presidente Benedito, gostaria de agradecer o convite feito por esta Comissão pelo Senador Acir Gurgacz, que nos convidou, nos dando a oportunidade de conversar um pouco sobre o estágio em que nós estamos na questão da regularização fundiária das terras federais na Amazônia.

Eu gostaria de lembrar aos senhores que o Governo Federal brasileiro, na década de 70, baixa um decreto e coloca que as terras 100km às margens das BRs construídas, em construção ou projetadas seriam arrecadadas pelo Governo Federal. Essas terras eram, a princípio, dos Estados, e o Governo Federal faz o processo de arrecadação. O processo de arrecadação é todo um rito, e hoje essas terras encontram-se registradas nos cartórios, nas diversas comarcas espalhadas pela Amazônia. Esse processo se deu nos nove Estados da Amazônia Legal. É com essas terras que o Programa Terra Legal trabalha. São essas terras arrecadadas pelo Governo Federal.

Devemos reconhecer que o Governo Federal fez a arrecadação em um período em que tudo era físico, analógico, no papel, e essas glebas estão registradas nos cartórios. Muitas glebas constam como arrecadadas, mas elas não concluíram o processo. Nós estamos falando de algo em torno de mais de 1.500 áreas dessas, na Amazônia. Então, nós temos o registro, Presidente, de mais de 1.500 glebas federais, totalizando em torno de 120 milhões de hectares. Desses 120 milhões de hectares, em torno da metade já tem uma destinação, já foram trabalhados. E para os outros 60 milhões, foi criado o Programa Terra Legal, em 1999, pelo Presidente Lula, para trabalhar essa regularização fundiária.

É bom se colocar que muito se fez na Amazônia. Não era um vazio, como muita gente supunha. Seja pelo Incra, seja pelo Getat, seja pela Colone, muitas ações tinham sido feitas, e nós temos, nessa Amazônia espalhada, mais de 17 tipos de documentos. Na sua grande maioria, são documentos que vieram com cláusulas resolutivas. Então, hoje, a maioria das questões de conflitos agrários na Amazônia estão em cima dessas áreas de CATP, CPCV, títulos definitivos com cláusulas resolutivas, AOs, LOs, uma série de tipos de documentos que foram emitidos.

Eu estou dizendo isso por que, senhores? Porque, primeiramente, eu cheguei do Acre para trabalhar no Terra Legal, e vim muito contente, achando que eu ia trabalhar só com o novo. Eu achei que nós trabalharíamos com a titulação dos posseiros, com a titulação das cidades. E quando eu cheguei lá, Senador Acir, Senadora Ana Amélia, nós encontramos centenas, milhares de documentos que hoje ainda dependem de análise, porque nas décadas de 70 ou 80, o cidadão comprou, recebeu das diversas formas, e esses documentos tinham cláusulas escritas atrás, que a maioria dessas pessoas não atentaram que tinham que cumprir. Eram cláusulas desde a mais lógica, como é o pagamento, até cláusulas como projetos que a pessoa tinha que desmatar e plantar para poder ter. Então, nós temos na Amazônia um desafio muito grande de levantar e analisar todos esses documentos. No nosso universo particular do Terra Legal, chamamos isso de Portaria nº 80, que é o documento que rege esse trabalho.

Então, senhores, nós temos um desafio de repensar como se trabalhar esses documentos. Eu vou dar um exemplo aqui, Senador Acir. Logo que eu cheguei ao Terra Legal, chegou a mim um pequeno processo da década de 80. Todos eles são em papel. Era uma pequena área de 56 hectares, no Município de Mucajaí, Roraima. Eu perguntei: "O que é isso aqui?" Disseram: "É para o senhor indeferir." Perguntei: "Mas por que eu vou indeferir? Aqui dentro há um título, pago, registrado. O que eu faço com isso?" Responderam: "O senhor tem que indeferir." E eu: "Por que eu tenho que indeferir?" Porque lá dentro, esse senhor chegou, na década de 80, e pediu o seu registro. Ele recebeu o título quase oito anos depois, em 1993. Em 1996, aparece uma procuração em causa própria. Em 2012, eu vou analisar um documento dado em 1993, e esse documento lá atrás dizia que não podia alienar com dez anos, e o entendimento é o de que esta procuração significa que foi alienado.

Eu fiquei com esse pequeno processo – esse é pequeno, porque existem processos que as meninas não carregam, as mulheres não carregam; elas pedem ajuda para os homens carregarem – por dois meses. Conversei com o Ministério Público Federal, com todo mundo me negando a cancelá-lo.

Liguei para Roraima e pedi para o nosso coordenador. Lá é uma área de 56 hectares, não é nenhuma reconcentração de área, de um advogado – lembro até bem –, com 32 vacas, com porco, galinha, uma casa, açude. Está lá; é uma pequena propriedade. Estamos falando de Roraima, Mucajaí. E depois de dois meses, eu indeferi. E hoje eu volto lá, nessa área, vou dar um outro título, e esse advogado pode recebê-lo, porque, pela Lei nº 11.952, eu posso dar esse título. E eu vou dar o título com outra cláusula de mais dez anos. E, daqui a 20 anos, nós vamos estar analisando novamente essa mesma área.

Então, eu gostaria de registrar que a Lei nº 11.952 foi um grande avanço, mas, na época, com toda aquela discussão da medida da grilagem e tudo o mais, há alguns pontos nela que têm de ser tratados, e este é um deles.

E hoje – e já vou entrar no estágio atual do programa –, nós continuamos emitindo títulos com cláusulas resolutivas. São títulos a duras custas, porque, primeiramente, eu falei para os senhores que nós temos 1.500 glebas. A primeira coisa a fazer é ir ao cartório. Hoje, a primeira coisa que nós fazemos, Presidente Benedito, é ir ao cartório e pedir a matrícula dessa gleba. É a primeira coisa. Quando eu chego ao cartório, Senadora Ana Amélia, eles não gostam muito de nós, porque nós não pagamos, e eles têm de trabalhar gratuitamente. E quando se fala da matrícula de uma gleba, ela pode ter uma folha, duas ou 200 folhas.

Mais do que isso, os cartórios são companheiros, parceiros de primeira hora. Eles estão no início do processo e no final. Então, foi uma das primeiras coisas que nós fizemos – e acho que temos de registrar que é um avanço: fomos aos cartórios. E tivemos uma série de questões. Eles tratam a gleba federal, baseado nas leis e nos entendimentos, como uma propriedade particular.

Então, eu vou lhe dar um exemplo.

Lá no Maranhão, há uma gleba que pega 17 Municípios. Eu vou ao cartório, pego a matrícula dela, com 150 folhas, faço um pregão, contrato uma empresa e vou medir essa gleba. Essa gleba passa por 17 cidades. Daí, eu volto ao cartório, e o cartório me trata como um imóvel particular. Ele quer reserva legal. Nós tivemos cartório que pedia assim: "Cadê a reserva legal da gleba? Cadê a anuência dos confrontantes?" A anuência dos confrontantes é pedir todos os vizinhos.

Então, nós tivemos de ir ao CNJ construir um provimento. E, hoje, nós estamos fazendo encontros. Já fizemos em Cuiabá com todos os presidentes de Anoreg; já fizemos no Amazonas, já fizemos no Pará e, no dia 24, estaremos fazendo no seu Estado, Senador Acir, com os cartorários, discutindo esse provimento, essa carta. E ainda precisamos que o CNJ frise, com mais força, que a gleba não precisa da anuência dos confrontantes, porque lá na década de 70, quando foi arrecadada essa área, ela já pediu quem era, no processo de arrecadação.

Então, o primeiro grande entrave que nós temos é essa parceria com os cartórios, que está sendo construída.

Hoje, nós temos 150 glebas certificadas e 95 prontas.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Sérgio, desculpe-me interromper as suas colocações.

O SR. SÉRGIO ROBERTO LOPES – Senador, à disposição.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Mas, sobre esse tema, já não tinha sido deliberado, no ano passado, que não seriam necessárias as áreas do entorno de confronto, para que se emita o documento da área? Já não tinha sido deliberado isso e já não tinha sido definida essa questão, Dr. Sérgio?

O SR. SÉRGIO ROBERTO LOPES – Não. O Provimento nº 33 foi emitido este ano, em julho, e, ainda, Senador, os cartorários olham e ficam em dúvida. Hoje, estamos indo a cada Estado, nos reunindo com os cartorários, e construindo um convênio para nivelar o entendimento.

Então, essas glebas, depois de certificadas, voltam ao cartório para novo registro. E, a partir disso, fazemos a consulta aos órgãos federais. Devíamos entender o seguinte... Deixe-me usar uma figura da agricultura. Todos nós, acredito, gostamos de uma laranja. Até a laranja chegar a sua mão, a terra foi trabalhada, a muda foi preparada, a planta foi feita; o último produto é o fruto da laranja. Então, a gleba é a terra sendo preparada, e a laranja é o título na mão do agricultor. Esse é o último passo.

Temos que ter isso bem claro. Hoje, tenho muito claro que todas as etapas têm de ser feitas, e hoje aprendemos a fazer bem. Estamos com 95 glebas prontinhas, consultada a Funai, consultado o ICMBio.

Gostaria de lembrar aos senhores que não é porque há uma posse, ou uma vila, ou uma cidade, que ela já vai ser titulada. A Lei nº 11.952 prevê que consultemos os órgãos e o Estado. Então, quando uma gleba dessas está pronta para trabalhar...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Dr. Sérgio...

O SR. SÉRGIO ROBERTO LOPES – ...consultamos os órgãos e eles se manifestam se têm interesse nela ou não. Só estou colocando, Senador Acir, para chegar à fruta laranja, o último ponto.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Tudo bem, mas, se formos por essa filosofia, tenho que lhe dizer que o nosso agricultor está produzindo a laranja faz muito tempo. Quando ele foi colocado na gleba, lá nos anos 70 ou 80, não tinha ICMBio, não tinha nada.

O SR. SÉRGIO ROBERTO LOPES – Não, não tinha.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Então, que culpa tem ele de não ter o

documento da sua terra? É essa burocracia que torna nosso agricultor vulnerável. E aí como é que o camarada, lá em 1970 e tal, poderia imaginar que, nos anos 2000, iriam criar o ICMBio, que ia dificultar a vida do agricultor? E não se leva em conta o trabalho que ele fez desde então – fez, faz. Ocupou a Amazônia, está lá, porque o Governo incentivou; não só incentivou, mas levou essas famílias para lá.

Então, essas situações todas nós conhecemos. Queremos saber, de fato, como é que andam as situações, porque os nossos produtores realmente têm nos cobrado. Não preciso dizer para o senhor, que veio lá do Acre e sabe muito bem, embora tenhamos uma diferença grande do Acre para Rondônia, para o Amazonas. O Acre é um Estado extrativista; Rondônia tem a economia pautada na agricultura familiar. Rondônia é fruto de um grande assentamento.

O SR. SÉRGIO ROBERTO LOPES – É um grande assentamento.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Uma grande reforma agrária que foi feita, Senador Moka, no Estado inteiro. Nos anos 60, 70 e 80, foi feita uma grande reforma agrária no Estado de Rondônia, e as pessoas foram levadas para lá. Na época, não tinha esse negócio de ter que manter 50% de reserva. Era para desmatar; era obrigatório. Ganhava-se a terra, Senadora Ana Amélia, e era obrigatório desmatar.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Se ele não desmatasse, ele depois não podia titular.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Não poderia titular. Então, que culpa tem o nosso agricultor, que não está preocupado com as leis? Está preocupado em produzir e com a sobrevivência. Regularizar a situação, mas está preocupado com a sobrevivência, em combater a malária, a febre amarela e tudo mais. São essas as colocações que temos ouvido semanalmente em Rondônia, Sérgio.

O SR. SÉRGIO ROBERTO LOPES – Senador, por princípio, sou agricultor, cheguei a Rondônia na década de 80, recebi meu lote. Tenho-o até hoje e conheci a regularização fundiária por um lado, pelo lado de lá do balcão como beneficiário. Hoje, estou do lado de cá, como responsável por isso.

Duas coisas que eu trouxe para o Terra Legal, que eu defendo: primeiro, um grande respeito a todo mundo que está na Amazônia; segundo, a simplificação dos processos. Então, desde que cheguei, temos tentado ir ao limite legal para poder caminhar.

Essa primeira explanação minha é para poder situar os senhores, porque, quando se arrancou o Terra Legal, se colocou que seria muito rápido. Não é; tem que dar tempo ao tempo em cada etapa.

Então, agora, vou começar a dar as boas notícias. Hoje, aprendemos a trabalhar. Agora, aprendemos todas essas etapas. Hoje, temos normativos e estamos chegando ao processo de chegar ao título na mão do cidadão do Município e resolver a questão das terras.

Então, com os cartórios, estamos acertando, porque eles são parceiros que estão lá no início, no meio e no final do processo, e estamos até acertando a entrega do título – aí é bom registrarmos que em Mato Grosso já acontece – registrado para o agricultor familiar.

O agricultor, quando recebe o título, acha que já terminou: "Ô! Recebi meu título!" Não é bem assim. É preciso ir ao cartório, registrar, ter compromisso, etc., etc.

Hoje, estamos construindo com os cartórios o entendimento da gratuidade. No Mato Grosso, já está acontecendo. Em alguns cartórios, já vai ser possível, porque o cartorário já entendeu que é um alto negócio. Hoje, os cartórios já estão tornando-se parceiros, porque o cartorário entendeu que, na hora em que a regularização fundiária acontecer, mil, duas mil, três mil matrículas vão aumentar em seu cartório, e essas terras vão entrar no negócio.

A primeira boa notícia é que o jogo com os cartórios e que o registro gratuito do primeiro título está sendo vencido.

A segunda boa notícia é que estamos com um sistema, que vai começar a funcionar dia 23 de novembro, evitando aquele monte de papel e peças técnicas.

Então, no dia 23 de novembro, estaremos em teste, juntamente com o Incra, e todo o processo de certificação que também temos de fazer no Terra Legal – validar peça por peça, papel por papel – vai acabar no dia 23 de novembro. Ele vai ser eletrônico.

Então, o croqui da área e o memorial descritivo vão ser tirados eletronicamente. Isso vai melhorar muito a nossa vida. Esse processo foi concebido e desenvolvido pelo Terra Legal e, hoje, foi construído junto com o Incra e está pronto para funcionar. É a outra boa notícia.

A terceira é que a nossa meta para este ano foi de 18 mil títulos, para a Amazônia, entre rurais, urbanos, de convênio e Portaria nº 80. Portaria nº 80 se refere a esses títulos antigos, que dão muito trabalho. Um título novo é muito mais fácil de corrigirmos.

Devemos chegar próximos da meta, Senador, desses 18 mil títulos, onde pouco mais de oito mil são diretamente do Terra Legal, sete mil e poucos títulos são de parcerias com os Estados e mais mil e poucos títulos são de Portaria nº 80 e urbano.

No urbano, é bom que se registre que o Terra Legal aprendeu a fazer muito bem. Nossa meta era de 400 títulos no programa. Nós já passamos da casa dos 200. Até o primeiro semestre de 2014, estamos

fazendo o levantamento de tudo quanto é vila, distrito, núcleo urbano e medindo-os. Então, queremos, até 2014, que todas as vilas, todos os distritos e núcleos urbanos estejam medidos, com processo aberto, e a maioria, com título entregue.

Assim, no urbano, a notícia é muito boa. Podemos chegar ao final de 2014 faltando muito pouco do urbano. Em muitos casos, pegamos a mão do prefeito, para assiná-lo, porque o pontapé inicial é o prefeito quem faz com o requerimento.

Estamos indo à prefeitura, procurando o prefeito, convidando-o, preparando os documentos, porque há prefeitos que correm atrás da gente. Na maioria das vezes, nós corremos atrás deles para poder fazer essa titulação.

Gostaria que os senhores assistissem, uma hora, à emoção que é a entrega de um título urbano.

Vou fazer dois registros.

Um, lá em Ouro Preto do Oeste, em Rondônia, na primeira viagem com o Ministro Pepe Vargas, ele se impressionou quando o prefeito foi chamado, e o pessoal ovacionava, porque a importância de um título urbano é que, daí, a casa, o comércio, a confecção da pessoa vai poder ter o documento do terreno e chegar a outro nível.

Então, a terceira boa notícia é a questão da titulação urbana. O Senador Acir está olhando-me quer sobre a rural.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – A titulação urbana foi entregue para os Municípios, que estão fazendo isso.

O SR. SÉRGIO ROBERTO LOPES – Isso. Isso!

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Os títulos foram entregues. Pegou-se a área toda. O prefeito está aqui. Agora, faça a titulação.

Então, essa é a grande *expertise* do MDA: repassar para o Município, e este cadastra lote por lote, homem por homem, família por família e faz a documentação.

Essa é a *expertise* do MDA. Então, não é o trabalho amiúde feito pelo MDA e, sim, pelas prefeituras.

O SR. SÉRGIO ROBERTO LOPES – É, mas tem de registrar, Senador, que a terra não é da prefeitura, e isso é um problema há décadas.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Claro, sem dúvida.

O SR. SÉRGIO ROBERTO LOPES – Hoje, a gente entrega para a prefeitura, que, com o apoio do Ministério das Cidades, faz esse trabalho.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Sem dúvida. Se não repassar a terra para o Município, é evidente que não teria como fazê-lo. Seria um avanço, não é?

O SR. SÉRGIO ROBERTO LOPES – Isso.

No tocante aos títulos rurais, como coloquei, a meta são 18 mil, entre títulos federais, títulos estaduais, dados em parceria com os nossos convênios, e os tais da Portaria nº 80, análise dos títulos antigos.

Dos títulos antigos, nós vamos bater a meta e até passá-la – analisar esses processos. Eu gostaria muito que os senhores, na hora em que quisessem, visitassem, vissem os processos e como a gente faz. Ali precisa uma mudança legal.

Nesse sentido, o Ministro Pepe esteve reunido com a Comissão de Agricultura da Câmara.

(Soa a campainha.)

O SR. SÉRGIO ROBERTO LOPES – Acho que, desde que cheguei ao Terra Legal, eu coloco que, como na Amazônia, estamos trabalhando no marco existente, mas temos de mudá-lo no tocante aos títulos antigos e no tocante aos títulos novos, porque o título novo é entregue com uma série de cláusulas também; até cláusulas ambientais.

Toda semana, eu recebo ligações de jornais em nível nacional e de organizações ambientais me dizendo o seguinte: "Lá na BR-163, no Pará, houve um problema ambiental. O que o senhor vai fazer, Secretário?" Eu digo: "Olha, eu não vou fazer nada. Vou esperar que o Ibama faça todo o processo e, se no final, aquele cidadão for condenado, vou usar, então, a cláusula e vou fazer o processo de retomada da área dele."

Acho que isso não tem que constar no nosso título, mas hoje consta. Eu lhe entrego um título com cláusulas, e uma delas é a ambiental, outra é a do trabalho escravo, outra é a do pagamento, outra é a do prazo de inalienabilidade e, nesse caso, ela tratou diferente: até quatro módulos fiscais, são dez anos. Eu entrego hoje e espero mais dez.

Nesse sentido, gostaria muito de registrar que tanto o Ministro Pepe quanto os Deputados têm essa sensibilidade de que precisamos... Hoje, para receber um título do Terra Legal, a propriedade tem de estar aberta há nove anos. Se os senhores lembrarem, a data do Terra Legal é 1º/12/2004. Nós só regularizamos propriedades que estejam abertas a partir de 1º/12/2004. Então, hoje, quando eu vou titular, já está completando quase nove anos que a propriedade tem que estar beneficiada, certo?

Nós estamos com quase 6.032 títulos emitidos na área rural. Muitos escritórios nossos aprenderam a fazer bem os títulos. Temos recebido elogios da AGU (Advocacia-Geral da União), porque hoje os processos do Terra Legal são fininhos. Vou entregar os primeiros do Amapá no dia 31, agora, para o Governador Camilo, 136 títulos, e todos têm 11, 12 folhas; não são mais 100 folhas.

Aquilo que eu disse: quando eu vim, primeiro, um grande respeito a quem está na Amazônia; segundo, a simplificação do processo. Então, hoje, os novos processos estão bastante fininhos. É o requerimento, é a declaração, são os documentos pessoais, e, se o cara me disser que é casado, eu não vou atrás da certidão de casamento; se disser que é solteiro, é declaratório. A gente limpou, e o processo está bastante fininho.

A Conjur analisa e todos esses processos passam um a um pela mão da Conjur. Hoje, a gente está conseguindo quase vencer com eles para que esse parecer seja eletrônico; até quatro módulos, que seja eletrônico. Ainda não é, porque eles dão uma média para cada escritório nosso, e os escritórios estão quase batendo a meta; quer dizer, eles põem uma média. Se eu entrego 100 processos, eles analisam o número de condicionantes ou um pequeno erro que houve. Não pode ter erro. E gostaria de registrar que já temos três escritórios que, acredito, agora em novembro, vão alcançar a média exigida pela AGU, e o processo vai passar a ser eletrônico; não vai mais precisar de a AGU pegar o papel vindo para cá.

Esse é um outro ganho, porque hoje o processo está simplificado, os escritórios aprenderam a fazê-lo bem, e, em alguns escritórios, já vai começar o parecer eletrônico. Rondônia esteve bem pertinho de conseguir o parecer eletrônico, e caiu a qualidade do processo. Vai ter que melhorar, porque não pode haver nenhum indeferimento. Se o escritório consegue fazer... Por exemplo, chegaram 300 processos de Rondônia, e há mais 500 agora para analisar em novembro. Eles podem ter alguma condicionante – faltou um carimbo, faltou uma assinatura, faltou uma coisinha ali ou outra –, mas nenhum pode estar em nível de indeferimento, em que o cidadão não teria direito. Então, esse é um outro ganho muito grande porque vai tornar-se eletrônico.

Se nós não batermos a meta de 2013, nós vamos chegar muito próximo dela. E eu gostaria de registrar que essa meta foi feita com três compromissos.

O primeiro era que chegassem os novos servidores, porque o Terra Legal não tem servidores; nós os pegamos emprestado do Incra. Nós agora temos um concurso. A empresa está contratada, e o edital está saindo. Então, a gente espera que, em 2014, nós tenhamos os servidores. A meta deste ano está sendo alcançada, está superando em muito os números do ano passado, com menos servidores, porque a gente perdeu vários servidores para concursos, para transferências e outras questões.

A outra questão é a parceria com os Estados. Hoje, nós estamos com convênios em sete Estados, no valor de quase R$100 milhões, que estão também começando o seu processo. Os Estados também tiveram muita dificuldade. Nós temos assessorado... Só não temos convênio com o Mato Grosso, que já terminou, e com o Pará. Com o outros sete Estados da Amazônia Legal nós temos convênio, e os Estados começaram. Por exemplo, o Maranhão vai entregar os seus primeiros 200 títulos. O Amazonas vai entregar os seus primeiros 1.500 títulos. Então, está caminhando. O Mato Grosso tem 1.150 prontos. Então, estão caminhando também as titulações estaduais com o convênio do Terra Legal.

Além dessa questão do parecer eletrônico, que a gente está construindo com a Conjur, da simplificação do processo e do avanço, uma coisa muito interessante é que hoje nós estamos com um pregão pronto de 140.000 quilômetros. Esse pregão saiu do patamar de R$84 milhões e ficou em pouco mais de R$51 milhões; não chegou a R$52 milhões. Hoje, à exceção do Acre, que é o único Estado que não precisou por pregão, porque lá nós temos recursos dentro do convênio do Acre para fazer as terras estaduais e federais, todos os outros Estados vão ter geo suficiente para resolver todo aquele problema de glebas de que nós falamos para os senhores.

Então, hoje nós estamos com um pregão. E registre-se que, para realizar um pregão dessa magnitude para oito Estados, 23 itens, nesse valor, nós estamos trabalhando desde fevereiro. Houve itens desses que tiveram 200 propostas, 50 recursos, e vencemos. Essas empresas estão contratadas, os fiscais estão sendo capacitados, e nós vamos ter uma nova metodologia envolvendo as prefeituras, os sindicatos, essas associações, a sociedade organizada e o Estado, para que fiscalizem e acompanhem o trabalho dessas empresas. Então, no geo nós teremos um avanço sem igual para resolver as questões das glebas, dos urbanos e das parcelas. Então, a gente está avançando e bem.

Uma outra questão que nós temos é, além de querer entregar o título para o agricultor, e entregá-lo já registrado pelo cartório, nós temos um alinhamento com o Ministério do Meio Ambiente e estamos procurando os Estados, para que a regularização ambiental chegue junto também, aproveitando a nossa base. Porque o trabalho nosso de geo está disponível num banco de dados em que esses órgãos podem ter a chave, entrar e utilizar a nossa base cartográfica do georreferenciamento.

E, por último, eu gostaria de fazer um registro. A nova norma técnica de georreferenciamento do Incra permite o sensoriamento remoto. Essa eu acho que foi uma vitória nossa também. Hoje, é possível fazer o sensoriamento utilizando recurso remoto. Nós pegamos duas glebas e entregamos para o Censipam para fazer o teste

com o avião ADS e o uso de imagem de satélite, sem a necessidade de ir a campo e fazer todo aquele trabalho.

Então, nós queremos, até o primeiro trimestre de 2014, desenvolver a metodologia, porque hoje você já tem a autorização para usar o sensoriamento remoto, mas não há tecnologia para que isso possa ser usado. Nós construiremos, junto com o Censipam, a metodologia para que possa ser usado o sensoriamento remoto. Isso também vai poder ser utilizado depois por particulares em propriedades maiores e cidades. Então, o sensoriamento remoto também é um grande ganho que está na nova norma técnica.

Essa parceria com o Censipam é para testar e desenvolver uma metodologia para isso, além da parceria com os cartórios.

Permitam-me passar uma imagem meio esdrúxula, mas eu me sinto, desde que cheguei, meio faxineiro, limpando os processos e aprimorando sua realização.

Eu aprendi, como produtor do projeto Reca, com suas fábricas de palmito, de óleo, de polpa, que não há por que inventar. Se o Ibama me pede 17 documentos para a fábrica de palmito, eu faço os 17 documentos. E, na regularização fundiária, nós aprendemos a fazer todos.

Então, hoje, Senadores, seja de títulos antigos, seja de títulos novos, seja de títulos urbanos, nós temos normativos e já sabemos fazê-los. Agora, precisamos criar os mecanismos para simplificar e acelerar o processo e ir ao limite do que a Lei nº 11.952 nos permite. Acho que ainda não exploramos o que a Lei nº 11.952 permite. Portanto, um dos papéis que eu faço é sempre questionar as portarias, os normativos internos. Será que a lei diz isso mesmo?

Agora, por exemplo, a grande questão que está posta é o pagamento dos títulos antigos, porque na Lei nº 11.952 estipularam-se três anos. Os três anos venceram em fevereiro do ano passado.

Eu estou no pé da AGU (Advocacia-Geral da União) porque, no meu entendimento, dinheiro, pagamento, a gente recebe a qualquer hora. E, se um produtor quer pagar, por que eu não posso receber? Então, a gente está tentando sem mudança legal, mas essa talvez seja uma das questões que deverá ser mudada legalmente. A gente está tentando vencer sem essa norma infra.

Então, há muitos avanços. Não vou prometer que vamos cumprir 100% da meta deste ano, mas nós vamos ficar entre 80% e 100% dessa meta. Ela ainda é pequena? É, pois 18 mil títulos para a Amazônia é muito pouco.

Em 2014, a partir do novo pregão, a partir da chegada dos concursados, dos sistemas e de uma possível mudança legal que está sendo construída com a Câmara e na qual nós queremos envolver os senhores – nós precisamos discutir isso –, será possível acelerar esse programa e começar a chegar perto do que é o ideal.

Agora, não pensem que a gente vai chegar e dizer o seguinte: "Com 100 dias, a gente chega a uma propriedade e resolve a vida desse cidadão". Não é possível, porque a própria lei exige o georreferenciamento. Para haver o geo, tem que ter empresa contratada; a empresa tem que fazer o geo lá no campo. Como são liberados da Lei nº 8.666, porque é um bem público, têm que passar por uma análise da AGU. Então, uma das questões é construir o parecer eletrônico com a AGU (Advocacia-Geral da União), para que o processo não precise vir mais para Brasília, nesse vai e vem, vai e vem.

Eu gostaria de colocar que está havendo avanços e que isso não está parado. O Governo Federal – a Presidenta Dilma, o Ministro Pepe – tem dado uma atenção muito especial a esse tema. Na segunda-feira, um pouco antes da abertura da nossa conferência – nós estamos realizando a Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, em que uma das pautas fortes é a regularização fundiária não só na Amazônia, porque a regularização fundiária é um problema no Brasil todo, até no Entorno de Brasília, e isso tem que ser encarado de frente –, o Ministro Pepe disse que, se deu atenção – eu considero que ele deu até agora –, vai redobrar essa atenção, para que a gente possa realmente fazer de 2014 um ano de muito avanço na parceria com os Estados, com os cartórios, com a AGU, com todos os órgãos federais, e providenciar a destinação e a regularização das terras federais não destinadas e não regularizadas na Amazônia o mais rapidamente possível.

A gente criou um instrumento – este é o último registro que eu vou fazer, Presidente Benedito. Quanto àquela questão de consultar os órgãos, nós construímos um instrumento, com a participação do Estado, e iniciamos pelo Estado do Amazonas. Fizemos um exercício com duas glebas no Amazonas: a Urupadi e a Parauari, com 952 mil hectares, e resolvemos. Agora, nós organizamos o Amazonas em quatro blocos e pegamos o primeiro bloco de glebas no entorno da Transamazônica.

São mais onze milhões e poucos hectares. Estamos resolvendo isso por volta dois meses. E já fizemos o exercício de mapear todos os nove Estados em blocos. Então, nós vamos tratar as glebas federais em bloco.

Eu acredito, e a Câmara está indo bem... A gente visitou órgão por órgão, colocamos nessa Câmara pessoas ligadas a esses órgãos. A primeira ata desta Comissão foi assinada pelo Ministro Pepe; Ministra

Izabella; Guta, da Funai; Vicentinho, do ICMBio; Hummel, do Serviço Florestal Brasileiro; Guedes, do Incra; Cassandra, da SPU; Ivanhoé, Secretário de Estado do Amazonas, fazendo a destinação e a regularização de 952 mil hectares. E nós não vamos mais trabalhar por gleba solta nem por ofício Nós estamos trabalhando agora por bloco e por sistema.

Então, eu acredito que, em dois, três anos, seja possível passar todas as glebas e dizer qual é a finalidade dela e o seu uso. E, a partir disso, todas elas ficam liberadas. A gente enxerga claramente o que nos pertence para a regularização fundiária e para a reforma agrária. E as primeiras áreas para a reforma agrária, as primeiras áreas para Estado, as primeiras áreas para o Governo Federal estão ficando prontas. Então, essa câmara de destinação massiva, numa parceria de todos os órgãos federais mais o Estado, vai dar uma celeridade muito grande para ver a finalidade e o uso de cada área federal dessas. Certo?

Não chegamos, ainda, a ter uma grande produção final dos títulos dos produtores, mas estamos no rumo para que isso aconteça e aconteça com brevidade e qualidade, em que os registros da agricultura familiar sejam feitos nos títulos antes de entregar ao produtor. O meu sonho é entregar o título registrado e sem cláusula.

E para essa questão, a gente vai precisar da aguda de vocês para uma discussão – Senador Benedito, Senador Acir, Senador Waldemir – de uma mudança legal. Então, assim uma última imagem. Lá em Araguaína, por exemplo, a gente vai fazer uma entrega de títulos lá na Gleba Furnas 2, e faz-se uma entrega simbólica, com a participação do Ministro Pepe, do governador do Estado e outros. E eu digo para o Ministro: "Ministro, essa senhora para quem a gente acabou de entregar o título, Srª Adriana, ela mora há 25 anos na terra, e nós a entregamos um título pedindo que ela fique mais 10". Uma senhora que já está há 25, uma senhora de uns 70 anos, e a gente pede mais 10. E, depois de 10 anos, eu vou ter que voltar, o Governo Federal, e me certificar se ela ainda está lá e se ela cumpriu as cláusulas. Então, nós estamos criando um problema futuro.

Eu defendo o seguinte: a pessoa passou pelo processo hoje da Lei nº 11.952, que o título seja entregue sem cláusula alguma, a não ser o pagamento, nos casos de pagamento. E que registre. E ela venha para o circuito em que vai ter de atender ao Código Florestal, vai ter de atender às leis brasileiras no tocante a trabalho e colocar a propriedade em um outro nível.

Eu deixo aqui para os senhores a certeza de que o Programa de Regularização Fundiária na Amazônia Legal encontrou o seu caminho, está nivelando a sua rota, mas nós precisamos fazer essa mudança legal, porque, sem essa mudança legal, daqui a 20 anos, nesta mesma Comissão, nós estaremos discutindo os títulos que nós demos hoje, porque eles foram vendidos antes do prazo, porque eles não cumpriram a cláusula ambiental por uma série de questões.

Então, eu acho que, dentro do marco posto, e que foi um grande avanço, porque retomou essa questão da 11.952, nós estamos prontos para caminhar, agora para caminhar de forma efetiva, para não discutir mais uma propriedade depois que ela é resolvida, essa é uma mudança legal e que eu acho que o Senado tem papel fundamental em discuti-la.

Então, agradeço ao Senador Benedito a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Obrigado, Dr. Sérgio pelas suas informações.

Concedo a palavra ao eminente Senador, autor do requerimento, Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu gostaria de fazer uma pergunta ao Dr. Sérgio.

Durante todo esse tempo do MDA, quantos títulos foram entregues na Amazônia?

Nas últimas discussões aqui, tivemos a informação de que, na Amazônia Legal, há aproximadamente 300 mil famílias ocupando terras e áreas produtivas.

Em relação a essas questões, a essas cláusulas resolutivas, a essa mudança de lei que talvez seja necessária para acelerarmos a regularização fundiária, por que não fazemos como é feito para resolver a questão de Mais Médicos, de petróleo etc e etc: por uma medida provisória? Há várias aqui. Por que não se faz uma medida provisória restabelecendo as normas e facilitando o trabalho do MDA sem essas burocracias que hoje existem?

Não há conflitos de terras entre os agricultores no nosso Estado de Rondônia e na maioria da Amazônia Legal. Não há conflitos, não há disputas entre os vizinhos sobre o marco de suas áreas. É um trabalho que foi muito benfeito pelo Incra, no passado, na época de colocar essas famílias. Então, não há o problema de áreas conflitantes. Isso não é o problema. Então, por que não fazer uma medida provisória e resolver o problema dessas famílias que estão lá trabalhando? Elas não têm a preocupação de pegar um metro a mais para lá, um metro a menos para cá. Não há esse problema. Então, como tantas coisas no Brasil se resolvem por medida provisória, por que não se faz uma MP para resolver essas questões?

São só essas duas colocações.

Eu entendo que o Terra Legal não avançou. Houve várias reuniões – como disse aqui: 13 reuniões. Essa questão da informática já foi anunciada no começo de 2012. Nós estamos no final de 2013. No começo de 2012, foi anunciado aqui pelo Guedes de Guedes, que estava na secretaria na época, que já estaria interligado o sistema entre Incra e MDA, com o georreferenciamento feito via satélite e tudo mais. E, talvez agora, em novembro, haja mais um avanço. Ou seja, não avançou; não houve avanço. Isso, realmente, nos preocupa.

Há um cronograma para entrega de 5 mil títulos no Estado de Rondônia para agora em novembro. Inclusive, a Presidenta Dilma foi convidada para a entrega desses 5 mil títulos. O senhor sequer mencionou essa questão.

Enfim, eu entendo que as coisas não estão caminhando conforme nós esperávamos e conforme foi dito por várias e várias vezes em audiências públicas aqui, na nossa Comissão, e também em reuniões que fizemos no MDA, no Incra, em Rondônia; ou seja, parece que a conversa andou para trás, não andou para frente com relação à regularização fundiária rural no Estado de Rondônia.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Concedo a palavra ao Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sr. Presidente, Mato Grosso do Sul não faz parte da Amazônia Legal, mas eu acho sempre importante termos...

Só a título de contribuição. Dr. Sérgio, vocês estão no dia a dia e conhecem. Para nós, que estamos ouvindo, a impressão é de uma enorme burocracia. Na questão ambiental no País, há umas coisas que são fora de qualquer lógica. Por exemplo, para esses títulos: o cara tem que dar para daqui a dez anos, porque ele pode vender, porque ele pode fazer isso... Dá o título! Se o sujeito fizer qualquer coisa, ele nunca mais pode adquirir, e fim de papo. "Ah, não pode, não pode, não pode..." Ficamos criando uma legislação que é extremamente burocrática, para evitar brechas que o cidadão... Porque sempre há, e é verdade que há, pessoas que se utilizam disso. Mas não é a maioria; isso é exceção. Acabamos fazendo legislação prevendo exceções, e aí se burocratiza. E fica lá o servidor público – porque ele também tem uma responsabilidade nisso – em uma dificuldade enorme. Então, de quem está aqui, parece-me... É claro, vocês têm um problema de servidores cedidos. Evidentemente, vem um órgão que precisa de estrutura. Recentemente, tivemos aqui a Sudeco, que não tinha engenheiro para fazer análise. Então, há essas coisas.

Minha sugestão, para ser objetivo: vocês poderiam sugerir uma legislação e trazê-la para nós aqui da Comissão. "Façam uma legislação com estas modificações: assim, assim, assim, assim." Porque aí vocês vão estar nos ajudando a agilizar. Acho que essa seria a grande contribuição nossa.

Percebo a sua boa vontade, percebo o seu compromisso, mas percebo também a demora. É claro que é um trabalho minucioso. E por que é minucioso? Porque há um monte de coisas, de detalhes. Eu me lembro... Olha, Sérgio, eu estava aqui para aprovar esse Terra Legal. Eu me lembro, era Deputado Federal. Acir, parecia que – era discussão, o pessoal do meio ambiente – íamos fazer uma coisa... O Benedito se lembra disso. Era um negócio terrível! Os caras não queriam. Se não forçássemos, o Terra Legal ia sair uma legislação acanhada, sem avanço nenhum.

Então, está lá. Há a confiança agora das pessoas. Sugiram para nós um texto: "olha, vocês têm que modificar aqui, aqui, aqui, aqui".

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Pode-se fazer uma MP também.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pode ser até uma MP.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Fazem tantas!

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Tudo bem. Melhor ainda, porque é rápido, é objetivo. Mas acho que essa seria, sem dúvida alguma, uma grande contribuição da sua equipe, que está analisando, que conhece as dificuldades e sabe...

Agora, não adianta concordar com tudo isso, Sérgio, com essas não sei quantas normativas. Aí, você não estará ajudando. Porque às vezes também você tem uma dificuldade, pode ter, de ordem pessoal, por concordar com isso, achar que isso é necessário. Aí, não estaremos avançando.

O SR. SÉRGIO ROBERTO LOPES – Senadores, obrigado pela oportunidade de poder falar mais um pouco, lembrando quatro pontos muito importantes.

Senador Waldemir, concordo plenamente que é preciso limpar mais algumas coisas. Quando coloquei... Estou tentando trabalhar dentro do marco que está posto e, desde que cheguei, coloquei que, como da Amazônia, eu não aceitaria ficar permanentemente nesse marco. Tem de mudar. Isso está posto. O Ministro Pepe já entendeu, já está puxando essa discussão com a sua assessoria parlamentar, já sentou com a comissão da Câmara, quer sentar com os senhores; e nós vamos construir isso em uma via dupla. O acertado com os Deputados foi de nós fazermos isso em uma via dupla e fazermos de uma forma muito simples.

Por exemplo, na Lei nº 11.952, colocamos o prazo de três anos. Isso não tem de estar na lei. Então, por exemplo, a proposta que nós construímos é muito simples. Ela é muito simples. Com uma folha, só damos o rumo e limpamos, trazendo somente para a questão agrária. Deixa-se a questão ambiental para a questão ambiental; deixa-se a questão do trabalho escravo para o Ministério do Trabalho. Essa é a proposta.

Então, estamos construindo essa proposta, mas em uma via dupla, porque sabemos que os Srs. Senadores, os senhores do Legislativo têm uma grande experiência. Muitos vieram dessa área, entendem, conhecem. Então, há essa troca de experiência.

Senador, o Terra Legal, em 2009, saiu com essa meta de 300 mil posses. Quando pegamos o Censo do IBGE de 2006, não encontramos isso. Colocando mais 20%, chegamos a 150 mil. Então, essa meta de regularização fundiária deve ser bem menor. Como falei, no urbano, ela vai ser mais do que o dobro. No urbano, se saiu com 400, vão ser mais de mil vilas, distritos e cidades. No rural, Senador, provavelmente, não se chegue a 200 mil posses, porque se partiu do princípio de que era um vazio, mas não o é. Ha muitos documentos emitidos. Em Rondônia mesmo, como o senhor disse, é um grande assentamento. E o Incra produziu muitos documentos, trabalhou muito. Então, há algo entre 150 mil e 200 mil títulos para trabalharmos lá.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO. *Fora do microfone.*) – Quantos foram entregues?

O SR. SÉRGIO ROBERTO LOPES – Seis mil e trinta e dois.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Seis mil e trinta e dois?

O SR. SÉRGIO ROBERTO LOPES – Seis mil e trinta e dois foram entregues pelo Terra Legal, e pouco mais de cinco mil, pelos Estados. Então, pouco mais de 11 mil títulos já foram produzidos e entregues. Seis mil e trinta e dois títulos foram entregues pelo Terra Legal em outubro, em setembro...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Em dez anos de MDA, foram entregues seis mil títulos? É isso?

O SR. SÉRGIO ROBERTO LOPES – Não, não! Isso ocorreu a partir da Lei nº 11.952, a partir, então, do final de 2009 e início de 2010. E isso foi feito de forma crescente.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – De 300 mil, há seis mil entregues, então?

O SR. SÉRGIO ROBERTO LOPES – Seis mil e trinta e dois mais pouco mais de cinco mil dos convênios com os Estados, o que representa pouco mais de 11 mil.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Foram entregues 11 mil das possíveis 300 mil propriedades.

O SR. SÉRGIO ROBERTO LOPES – São de 150 mil a 200 mil títulos a partir do Censo do IBGE de 2006.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – As 300 mil propriedades foram ditas oficialmente pelo MDA aqui, nesta Comissão. O número não pode cair de 300 mil para 200 mil. Isso não é possível.

O SR. SÉRGIO ROBERTO LOPES – Quando analisamos o Censo do IBGE de 2006, os seus pontos, quando fazemos aquele trabalho e colocamos mais 20% em cima, chegamos a 150 mil. Colocando os documentos antigos que nós temos de cancelar – e temos de emitir um novo –, pode-se chegar a 200 mil. Chegar a 300 mil é muito difícil, Senador. Não se vai chegar a esse número. Então, há 11 mil títulos emitidos.

Com o Governador Confúcio Moura, nós temos o compromisso de entregar o título de nº 5.000 no final de novembro ou no começo de dezembro e de fazer um ato com a presença da Presidenta Dilma. Esses cinco mil títulos incorporam em torno de 100 do crédito fundiário. Hoje, na Amazônia, não há mais terra sobrando. Hoje, o crédito fundiário se faz necessário em muitos lugares na compra de terra. Então, temos uma ação do crédito fundiário, que é do MDA. Na reforma agrária, nós estamos medindo os PAs. E há o Terra Legal. Esse título de nº 5.000, com a atuação da regularização fundiária, da regularização dos PAs da reforma agrária e do crédito fundiário, deverá estar pronto na última semana de novembro.

É bom que se registre que, em Rondônia, a gente tem trabalhado e avançado. Mas outros Estados começaram a alcançar isso e a pegar até um ritmo melhor. A gente vai ter de dar uma maior atenção a Rondônia, porque, hoje, outros Estados também estão conseguindo isso. Isso é bem interessante. Tocantins começou a pegar ritmo, o Amapá está entrando no ritmo. No Amapá e em Roraima, há uma situação um pouco diferente da dos outros Estados.

O caso do Mato Grosso é bem complicado. Em Mato Grosso, há glebas muito pequenas. São centenas de glebas com bastante antropização. E há muitos documentos ali. Então, no Mato Grosso, a meta é ainda bastante pequena. Lá o pessoal está encontrando dificuldade.

É bom que se registre também, Senador, que, em muitos lugares, nós precisamos da Força Nacional ou da Polícia Federal para entrar e medir. A gente acabou de fazer isso em São Félix do Xingu.

O senhor tocou na questão de Mato Grosso. Em Mato Grosso, a Força Nacional está pronta e deveria entrar na área nesta semana. Nós preferimos não en-

trar ali ainda, porque nós ainda não temos todas as bases judiciais para poder entrar e medir. Não podemos chegar lá com as empresas, com as oito equipes, para medir uma área de 25 mil hectares, que é uma gleba federal, pois estamos proibidos de entrar lá.

Então, em muitos casos, nós temos de usar a Força Nacional e a Polícia Federal para poder medir a área, porque alguém diz que é dono, não nos deixa entrar e fica armado. Então, nós temos de preparar a empresa. Chegamos lá e medimos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. SÉRGIO ROBERTO LOPES – Essa é outra gleba em Mato Grosso. Acabamos de medir uma área nessa base do Pará e, agora, vamos medir uma área nessa base no Mato Grosso.

Sobre essa meta de 150 mil, de 200 mil ou de 300 mil títulos, a gente vai ter de fazer um estudo por imagens, porque, quando a gente usa o Censo do IBGE e tudo o mais, a gente não chega a isso.

Nós estamos trabalhando a mudança legal. O Ministro Pepe puxou para o seu gabinete e para a sua assessoria essa questão. Ele vem do Parlamento e quer, num diálogo com o Parlamento, construir isso.

Pode ser uma medida provisória?

O caminhar dessa discussão é que vai dizer. Se dependesse de mim, eu diria que pode ser. Eu defenderia que seria um caminho mais rápido, mas também as duas Casas quando se unem e querem fazer algo também o fazem com rapidez.

Quanto aos cinco mil títulos em Rondônia, nós estamos trabalhando, e muito, para fazer essa atividade com a Presidenta Dilma. Não é fácil, porque é aquilo que eu disse: todo mundo achou que era um vazio. Não é um vazio a Amazônia. A gente cometeu o mesmo erro quando chegaram aqui os portugueses e acharam que essa terra não tinha dono. Invadiram as terras dos índios. A mesma coisa fizeram os fazendeiros na década de 70. Chegaram à Amazônia, compraram e, lá dentro da floresta, havia gente. Hoje, também, quando a gente chega, há documento. E a gente tem que analisar esses documentos.

Então, para mim, a mudança legal mais do que acelerar a regularização fundiária na Amazônia, ela é para efetivar, para que aquele documento que eu entregar a um produtor, que está há dez, vinte, trinta anos, não seja passível de ser cancelado daqui a alguns dias. E que esse produtor tenha propriedade plena.

Então, acho que a mudança legal vai-nos ajudar a destravar o prazo, uma série de questões, mas, para mim, como da Amazônia, é a efetivação, porque me dói no coração chegar lá no meu vizinho, Serafim: ele tira uma mala; tira a outra mala de cima da mesa; na terceira mala, ele saca o título dele todo feliz. Quando olho aquilo, me corta o coração, porque ele não pagou direitinho. Ele está atrasado, e hoje a lei o proíbe de pagar. E ele está todo feliz e está pouco ligando para o que nós estamos falando. Aquele título, para ele, vale, e ele continua comercializando.

Então, uma das coisas que tem que mudar rapidamente é o prazo de pagar. Estou tentando ver se a AGU acha um caminho, sem mudança legal, para que a gente possa receber, para que o Serafim possa ir lá, calcular o seu débito e pagar.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. SÉRGIO ROBERTO LOPES – A lei previu três anos. Fechou dia 12 de fevereiro do ano passado. Eu estou vendo com a AGU, porque, receber, e se é o originário – esse Serafim do qual estou falando é um senhor do Ceará, que mora em Porto Velho, na Ponta do Abunã –, como é o caso dele, ele é originário, está no nome da esposa dele, por que ele não pode pagar? Hoje, pela lei, eu tenho que fazer o seguinte: "Serafim, me dá esse teu título".

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Vá embora daqui!

O SR. SÉRGIO ROBERTO LOPES – Não, não. Vou fazer um outro processo. Vou entregar um novo título: "Toma aqui, Serafim, mas é o seguinte: fique mais dez anos. Daqui a dez anos, eu volto para ver se você está aqui. Vou ver se você cumpriu o Código Florestal".

Então, acho que a mudança legal vem no sentido de efetivar aquilo que a gente faz.

O Ministro Pepe tem defendido, já compreendeu, nós já passamos a tarde inteira... É bom registrar: na quinta-feira santa, à tarde, nós passamos a tarde toda discutindo a mudança legal e temos uma proposta, que agora estamos discutindo com a Comissão de Agricultura da Câmara. Eles têm as ideias deles para a agente fazer. Ele já entendeu muito bem. E, quando faço uma entrega de título com ele, eu sempre digo: "Essa senhora, Adriana, está há 25 anos na propriedade. Esse outro casal está há nove. Aquela outra senhora ali, o marido já morreu, e a terra era do avô dele, do marido dela, e hoje a gente vai entregar o título com cláusulas".

Agora esse vai ser um debate bastante grande.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Essa discussão não chegou aqui no Senado, Dr. Sérgio. Nós não sabemos de nenhuma conversa. Pelo menos os presidentes podem dizer por nós, mas não tivemos nenhuma informação de que existe uma força de trabalho no sentido de regularizar, mudar a lei, ajudar. E olha que eu tenho chamado, convidado sistematicamente

o MDA aqui. Tenho ido ao MDA também e não tenho tido nenhum contato. Não sei se o Presidente tem.

Acho que para o MDA novo, através do Sérgio, o Senado não existe! Só pode! Não é possível!

O SR. SÉRGIO ROBERTO LOPES – Estou recebendo uma primeira informação assim... Nós sentamos com os Deputados há um mês. E o Ministro Pepe esteve há duas semanas aqui no Senado e tocou no assunto também. Acabo de ser informado pela assessoria parlamentar do Ministro que ele esteve aqui, há duas semanas, e tocou nessa questão da necessidade da mudança legal.

Então, hoje, já um convencimento interno do Executivo de que essa mudança é necessária, o que não havia. É bom registrar que isso não havia. Quando cheguei, todo mundo dizia para mim: "Secretário, deixa quieto isso". Eu dizia: "Não. Como da Amazônia, eu trago o respeito a quem está na Amazônia, a simplificação do processo, acelerar esse programa, mas tem que haver a mudança legal para que a regularização seja efetiva".

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Então, só para corrigir isso que o assessor parlamentar informou. O Ministro realmente esteve aqui na audiência pública com o Ministro da Agricultura para tratar do Plano Safra 2013/2104. Se ele fez alguma alusão, foi muito rápida, mas não discutiu conosco qualquer assunto relacionado com a Amazônia Legal e com a regularização fundiária. A vinda dele aqui foi exatamente para discutir com a Comissão o Plano Safra 2103/2104.

O SR. SÉRGIO ROBERTO LOPES – Essa questão do convencimento dessa necessidade de mudança se deu dentro do Executivo. Ainda há alguns órgãos, algumas coisas assim. Dentro do MDA, nós estamos discutindo as propostas. Nós construímos algo. Com os Deputados, em torno de um mês atrás – não faz bem um mês, deve estar fazendo três semanas para quatro semanas –, nós ficamos de sentar para fazer essa discussão. Nós estamos em plena Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Solidário e Sustentável, e os nossos esforços foram muito para ali, porque é dali que vai sair o Plano Nacional de Desenvolvimento da Agricultura Familiar. Então, a gente empreendeu muito esforço ali.

Mas eu espero retomar isso a partir da semana que vem e, com a assessoria parlamentar do Ministro, fazer... Nesse sentido, ele vem dar à Casa um respeito muito grande, tanto que não defende diretamente uma medida provisória sem uma discussão com o Legislativo. E ele disse, com palavras bem claras, que queria uma via de mão dupla do Legislativo. Ele falou isso para o Presidente da Comissão de Agricultura da Câmara, para os Deputados que estavam lá, dos nove Estados. Ele disse: "Olha, vamos construir. Vamos ver as ideias que nós temos, as ideias que vocês têm. Vamos trocar, vamos construir juntos, vamos para o Senado". E, seja um projeto de lei ou uma medida provisória, que ela venha, mas que possa ser célere, realmente, e bem entendida pelas duas Casas.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Dr. Sérgio, resta-nos só agradecer as informações que o senhor trouxe para esta Comissão. Logicamente, vamos aguardar a discussão desse diploma legal, para que as coisas possam sair desse processo burocrático que o senhor acabou de dizer. Quando falou desse cidadão que tem um título há tantos anos e que depois não pagou, qual é o caminho? Rasga o título? Aí foi que deu a impressão: "Rasga o título, e você vai embora daqui". Mas não é bem assim.

O SR. SÉRGIO ROBERTO LOPES – Não é bem assim.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Então, eu queria agradecer ao senhor, e logicamente esta Comissão estará disposta a participar do processo, até porque é um assunto que diz respeito à vida de centenas e centenas de pessoas que, ao longo de muitos anos, acreditaram exatamente nas propostas do Governo, e não podem agora perder a sua esperança.

Eu gostaria, antes de encerrar, de colocar aqui um requerimento extrapauta, para conhecimento e aprovação da Comissão. É o que nós tratamos aqui há poucos instantes, com relação à tarifa para perímetros de irrigação espalhados por este País.

Em discussão o requerimento.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 46, DE 2013 – NÃO TERMINATIVO –

Requeiro, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, audiência pública, no âmbito desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a finalidade de analisar e discutir as tarifas de energia utilizadas para os perímetros de irrigação localizados no Baixo São Francisco e em outras regiões do País, bem como nos perímetros localizados no Estado do Rio Grande do Sul, com a presença dos seguintes convidados: Presidente da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf); Presidente da Companhia Estadual de Energia Elétrica, Sr. Gerson Carrion de

Oliveira, do Rio Grande do Sul; Presidente da Federarroz, Sr. Henrique Dornelles; e o Presidente da Infracoop, Sr. Jânio Stefanello. (Pausa.)

Em discussão o requerimento.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Palmas.)*

Aprovado.

Encerrada a Ordem do Dia, dou por encerrada a presente reunião, convocada outra para o próximo dia 24, desta feita com a presença de S. Exª o Sr. Ministro da Justiça, para tratarmos aqui das terras indígenas.

E amanhã, às 14 horas, teremos audiência pública sob o comando de S. Exª o Senador Acir Gurgacz.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 7 horas e 45 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 46 minutos.)

PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DAS ASSINATURAS

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	**R$ 58,00**
Porte do Correio	**R$ 488,40**
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	**R$ 546,40**

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	**R$ 116,00**
Porte do Correio	**R$ 976,80**
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	**R$ 1.092,80**

.

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	**R$ 0,50**
Porte Avulso	**R$ 3,70**

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020054	**GESTÃO - 00001**

EMISSÃO DE GRU PELO SIAFI

UG - 020054	**GESTÃO - 00001**	**COD. – 70815-1**

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho a favor do FUNSEN ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União - GRU, que poderá ser retirada no SITE: http://www.tesouro.fazenda.gov.br código de recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020054/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.**

Para Órgãos Públicos integrantes do SIAFI, deverá ser seguida a rotina acima **EMISSÃO DE GRU SIAFI**.

OBS.: QUANDO HOUVER OPÇÃO DE ASSINATURA CONJUNTA DOS DIÁRIOS SENADO E CÂMARA O DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SERÁ FORNECIDO GRATUITAMENTE.

Maiores informações pelos telefones: **(0XX-61) 3303-3803/4361, fax:3303-1053** Serviço de Administração Econômica Financeira / Controle de Assinaturas, falar com Mourão.

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV .Nº2 S/N – CEP : 70.165-900 BRASÍLIA-DF

CNPJ: 00.530.279/0005-49

Edição de hoje: 476 páginas

(OS: 17242/2013)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL